Deutsche Bank



A construir para o futuro

Relatório Anual 2013

Passion to Perform



A construir para o futuro

Em 2013, o Deutsche Bank obteve sólidos progressos nas metas da Estratégia 2015+. O banco ficou mais simples, mais seguro e mais equilibrado.
Cortámos com êxito nos custos, reduzimos rapidamente os riscos do balanço e reforçámos a nossa posição de capital.

A força dos nossos negócios essenciais é a base para a reconfiguração da nossa plataforma. Todas as divisões corporativas obtiveram um bom desempenho num ambiente de mercado difícil. O aumento da rentabilidade continua a ser uma prioridade fundamental no Deutsche Bank – também em defesa dos interesses dos nossos acionistas.

O objetivo de sermos um dos principais bancos universais do mundo é ambicioso. Desde o início da Estratégia 2015+, investimos na implementação da nossa estratégia, lidando com o passado e posicionando o Deutsche Bank para o futuro. Nunca tivemos tanta certeza como agora de que estamos no caminho certo. Iremos manter o nosso rumo e a nossa concentração na implementação disciplinada da Estratégia 2015+.

Debatemos o nosso tema anual "A construir para o futuro" com o nosso acionista Justin Bisseker, Analista de Bancos Europeus, Schroders, Londres (páginas 16/17); com os nossos clientes DeeAnna Staats, cliente da Wealth Management, Malibu (páginas 34/35); Mohammed Sharaf, Diretor-geral (CEO) do Grupo, DP World, Dubai (página 43); William B. Tyree, Parceiro na Brown Brothers Harriman & Co., Nova Iorque (página 47) e Goedele Matthyssen, cliente empresarial, Hornow (página 57); o nosso colega Alex Marzo, Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Barcelona (páginas 68/69); e Teresita Silva, Fundadora e Presidente da ChildHope Philippines e FCED, Manila (páginas 74/75).

Deutsche Bank

O Grupo num relance	2013	2012
Cotação da ação no fim do período	34,68 euros	32,95 euros
Cotação máxima da ação	38,73 euros	39,51 euros
Cotação mínima da ação	29,41 euros	22,11 euros
Resultados por ação básicos	0,67 euros	0,28 euros
Resultados por ação diluídos	0,65 euros	0,27 euros
Número médio de ações em circulação, em milhões, básicas	997	934
Número médio de ações em circulação, em milhões, diluídas	1.025	960
Valor contabilístico por ação básica em circulação	53,24 euros	57,37 euros
Valor contabilístico por ação básica em circulação tangível	39,69 euros	42,26 euros
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (antes de impostos)	2,6%	1,3%
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)[1]	2,6%	1,4%
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	1,2%	0,5%
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos)	1,2%	0,5%
Rácio de eficiência cost-to-income	89,0%	92,5%
Rácio da componente remuneratória	38,6%	40,0%
Rácio da componente não remuneratória	50,3%	52,5%

em milhões de euros	2013	2012
Total de receitas líquidas	31.915	33.736
Provisão para perdas de crédito	2.065	1.721
Despesas totais (excluindo juros)	28.394	31.201
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	1.456	814
Resultado líquido	681	316

em mil milhões de euros	31.12. 2013	31.12.2012
Total do ativo	1.611	2.022
Total do capital acionista	54,7	54,0
Rácio de capital Common Equity Tier 1	12,8%	11,4%
Rácio de capital Tier 1	16,9%	15,1%

Número	31.12. 2013	31.12. 2012
Agências	2.907	2.984
das quais, na Alemanha	1.924	1.944
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	98.254	98.219
das quais, na Alemanha	46.377	46.308

Notação de risco de longo prazo	31.12. 2013	31.12.2012
Moody's Investors Service	A2	A2
Standard&Poor's	A	A+
Notações de risco da Fitch	A+	A+

[1] Calculamos este valor ajustado da nossa rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas para facilitar a comparação com a concorrência. Designamos este valor ajustado por "Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)". No entanto, não se trata de uma medida de avaliação de desempenho ao abrigo das IFRS e não se deve comparar o nosso rácio baseado nas participações de capital ativas médias com os rácios de outras empresas sem ter em conta as diferenças de cálculo do rácio. As rubricas para as quais ajustamos o capital próprio médio dos acionistas de 56,1 mil milhões de euros em 2013 e de 55,6 mil milhões de euros em 2012 pertencem a dividendos médios de 646 milhões de euros em 2013 e 670 milhões de euros em 2012, que são objeto de uma proposta trimestral e que são pagos após a aprovação da Assembleia Geral Anual realizada no ano a seguir.

A ação do Deutsche Bank

Informações úteis sobre a ação do Deutsche Bank

2013

Variação da rentabilidade total[1]	7,47%
Quota-parte na negociação de ações (Xetra)[1]	5,86%
Volume médio diário de negociação[2]	6,2 milhões de ações
Cotação máxima da ação	38,73 euros
Cotação mínima da ação	29,41 euros
Dividendo por ação (proposto para 2013)	0,75 euros

Em 31 de dezembro de 2013

Ações emitidas	1.019.499.640
Ações em circulação	1.019.327.736
Capital social	2.609.919.078,40
Capitalização bolsista	35,37 mil milhões de euros
Cotação da ação[3]	34,68 euros
Ponderação no índice DAX	4,36%
Ponderação no índice Euro STOXX 50	1,84%

Códigos de identificação dos valores mobiliários

Deutsche Börse (Bolsa Alemã)		New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque)	
Tipo de emissão	Ação nominativa	Tipo de emissão	Ação nominativa, registada em vários mercados
Símbolo	DBK	Moeda	USD
Número de Identificação de Segurança Alemão (WKN)	514000	Símbolo	DB
ISIN	DE0005140008	CINS	D 18190898
Reuters	DBKGn.DE	Bloomberg	DBK GR

[1] Cotação da ação com base no sistema Xetra
[2] Estatísticas do registo de ordens (Xetra)
[3] Xetra – cotação de fecho

02 Entrevista com os Presidentes do Conselho de Administração
08 Comissão Executiva do Grupo
10 Mensagem do Conselho de Fiscalização
14 Conselho de Fiscalização

2
Partes interessadas

37 Acionistas
Êxito no aumento de capital
41 Clientes – Corporate Banking & Securities
Utilização eficiente dos recursos para um crescimento sustentável
46 Clientes – Global Transaction Banking
Desempenho estável em todas as regiões
51 Clientes – Deutsche Asset & Wealth Management
Preservar e aumentar o património
55 Clientes – Private & Business Clients
Um forte líder no setor dos clientes privados
60 Non-Core Operations Unit
Boa evolução na redução do risco
62 Colaboradores
Diversos, talentosos e motivados
65 Sociedade
Promover a responsabilidade corporativa

4
Informação Adicional

77 Glossário
80 Impressão/Publicações

1
Grupo Deutsche Bank

19 Perfil Societário e Enquadramento
Um dos principais bancos universais no mundo com uma estratégia clara
24 Governo da Sociedade
Governo da sociedade baseado nas melhores práticas
27 Cultura
Mudança cultural – lançar as bases para o sucesso do nosso futuro
29 Criação de valor para as nossas partes interessadas
Acionistas, clientes, colaboradores e sociedade

3
Demonstrações financeiras consolidadas/Excertos

71 Demonstração de Resultados
72 Balanço
73 Evolução do Grupo nos últimos cinco anos

Entrevista com os Presidentes do Conselho de Administração
A construir para o futuro

"Em 2013, o Deutsche Bank obteve um progresso significativo através da implementação da Estratégia 2015+"





4,8
mil milhões de euros
de lucros antes de impostos nas principais áreas de negócio do Deutsche Bank

Que desafios enfrentou o Deutsche Bank em 2013?

Jain: — O Deutsche Bank enfrentou uma série de desafios durante 2013. A economia global continuou em recuperação, mas a diferentes velocidades: o crescimento nos EUA e na região da Ásia e Pacífico foi significativamente mais forte do que na Europa. As taxas de juro permaneceram muito baixas, já que vários governos e bancos centrais de todo o mundo continuaram a proporcionar estímulo, bombeando liquidez nas suas economias. Os volumes de negócio de algumas empresas foram pouco animadores e muitos clientes permaneceram avessos ao risco, apesar de os mercados de ações estarem mais fortes. A regulamentação da atividade bancária tornou-se cada vez mais rigorosa com um destaque renovado na alavancagem e, mais recentemente, na reforma estrutural. Além disso, a atividade bancária foi confrontada com custos de contencioso significativos relacionados com questões que surgiram nos últimos anos.

Perante este contexto, como foi o desempenho do Deutsche Bank?

Fitschen: — Os lucros antes de impostos do Grupo em 2013 aumentaram 79% para 1,5 mil milhões de euros, enquanto as principais áreas de negócio do Deutsche Bank reportaram lucros antes de impostos de 27% para 4,8 mil milhões de euros. Apesar de estarmos satisfeitos com a melhoria homóloga, este nível de rentabilidade não nos convence. Temos o potencial para oferecer mais aos nossos acionistas e a Estratégia 2015+ foi concebida para proporcionar esse potencial.

Jain: — É importante ter em consideração os fatores que conduziram a estes resultados. Os nossos lucros refletem o impacto de encargos específicos relacionados com a implementação da nossa estratégia: o custo de redução de risco na nossa Non-Core Operations Unit ou NCOU, os investimentos no nosso Programa de Excelência Operacional (OpEx) e os encargos para solucionar as principais ações litigiosas. Estes efeitos, juntamente com alguns ajustes contabilísticos específicos, ajudaram a reduzir os lucros antes de impostos em 7 mil milhões de euros em 2013.

2,1 mil milhões de euros

em poupanças OpEx cumulativas

Tendo em conta estes fatores, o que dizer quanto ao negócio essencial subjacente?
Fitschen: — A rentabilidade ajustada nos nossos negócios essenciais esteve próxima da mais forte de sempre, a 8,4 mil milhões de euros. Alcançamos este valor com uma plataforma mais simples: reduzimos substancialmente os ativos, os ativos ponderados pelo risco e os custos face aos níveis máximos. Além disso, melhoramos o balanço entre os lucros da banca de investimento e da banca de não investimento, graças ao crescimento na Private and Business Clients (PBC), Global Transaction Banking (GTB) e Deutsche Asset&Wealth Management (DeAWM). Em conjunto, estes negócios da banca de não investimento foram responsáveis por cerca de metade da nossa rentabilidade operacional em 2013. Por outras palavras, o Deutsche Bank produziu um dos mais fortes resultados operacionais de sempre com um negócio mais simples, seguro e equilibrado.

Tornou o Deutsche Bank mais seguro?
Jain: — Sim! Durante a crise financeira, os bancos passaram por dificuldades devido à falta de liquidez ou à falta de capital. Fortalecemos o DB contra ambas. O nosso capital Common Equity Tier 1 é agora significativamente mais elevado do que no início de 2012.
Além disso, transformamos a qualidade da nossa base de financiamento, que agora é predominantemente constituída por fontes de financiamento mais estáveis.

Como foi o desempenho dos negócios essenciais do DB em 2013?
Fitschen: — Todas as áreas de negócio tiveram um bom desempenho em condições difíceis. A CB&S apresentou um rendimento sólido e bons retornos apesar da constante reestruturação. Apesar de 2013 ter sido um ano desafiante para o rendimento fixo, observámos uma boa dinâmica tanto nas ações como no financiamento corporativo e estamos empenhados em manter a nossa liderança mundial na franquia de banca de investimento. O lucro operacional da PBC aumentou apesar das reduzidas taxas de juro e fizemos progressos em três grandes iniciativas: na integração do Postbank, na construção de uma plataforma operacional comum, a Magellan, e no lançamento da nova iniciativa Mittelstand.
A GTB revelou um crescimento robusto nos lucros operacionais com uma boa disciplina de custos apesar das reduzidas taxas de juro e do contexto difícil no nosso mercado central europeu. A DeAWM gerou um lucro operacional recorde ao registar crescimento de receitas e poupança de custos, pois colhemos os benefícios de integrar cinco divisões de negócio numa só.

Estamos praticamente a meio da Estratégia 2015+... Como se afiguram os "resultados"?
Jain: — Estamos a realizar sólidos progressos em todos os nossos objetivos fundamentais. Reforçamos o nosso rácio de capital Common Equity Tier 1 de abaixo de 6% no início de 2012 para 9,7%. Durante 2013, o nosso rácio de alavancagem melhorou de 2,6% para 3,1%. Em termos de custos, o programa OpEx já obteve poupanças de 2,1 mil milhões de euros, o que equivale a quinhentos milhões acima da nossa meta para o final de 2013.

Os nossos negócios essenciais obtiveram uma sólida rentabilidade operacional e sustentaram franquias de clientes fortes ao lidar com os desafios indissociáveis de reconfiguração significativa e um ambiente operacional difícil. Reconfiguramos as nossas áreas de negócio em torno das necessidades dos nossos clientes, por exemplo, ao transferir cerca de 10.000 clientes alemães Mittelstand para a nossa plataforma dedicada de Private and Commercial Banking e ao criar uma

A mudança cultural

já está a transformar a nossa atividade quotidiana



oferta integrada e completa de gestão de ativos e de patrimónios.

Fitschen: — Por último, mas certamente não menos importante: estabelecemos fundamentos sólidos para a mudança cultural. Lançamos novos valores e crenças, fortalecemos o nosso ambiente de controlo e superamos firmemente algumas questões de litígio. Não temos ilusões. Sabemos que a mudança cultural é um esforço a longo prazo e de vários anos, mas estamos no bom caminho.

De que modo está o Programa de Excelência Operacional a cumprir os seus objetivos?
Jain: — O OpEx tem economizado dinheiro ao adquirir de forma mais inteligente, ao colocar as pessoas certas nos locais certos e ao colher os benefícios de uma plataforma mais eficiente. Por exemplo, eliminamos 1.200 aplicações de TI – mais de 20% do nosso total – e identificamos mais 1.100 para desativação; cortamos no número de fornecedores em cerca de 18.000 ou praticamente um em quatro; e eliminamos mais de 60.000 metros quadrados de espaço de escritório.

Fitschen: — O OpEx também implica a construção de uma plataforma de classe mundial. Estamos a investir 1,4 mil milhões de euros na integração de plataformas empresariais, cerca de 700 milhões de euros para consolidar e padronizar sistemas e cerca de 600 milhões de euros para criar uma organização mais eficaz. E estamos a gastar mais 200 milhões de euros para automatizar e simplificar processos.

Que diferença faz a mudança cultural na prática quotidiana?
Jain: — A mudança cultural é visível em diversos aspetos da nossa atividade do dia-a-dia. Por exemplo, para os nossos líderes mais importantes, prolongamos o período de aquisição de direitos dos prémios de remuneração diferidos de três para cinco anos, com cláusulas de recuperação rigorosas. Tal alinha os prémios ao desempenho a longo prazo, mais do que aos ganhos a curto prazo. Em 2014, iremos alterar a forma como avaliamos as pessoas em relação a bónus e promoções, tendo em consideração os nossos novos valores e crenças.

Fitschen: — Também reforçamos o nosso ambiente de controlo. Estamos a investir cerca de mil milhões de euros



até 2015 para adaptar os nossos sistemas à nova regulamentação e a contratar mais pessoas para a nossa função de Compliance. Fizemos nomeações fundamentais, incluindo um Diretor de Controlo e um Diretor de Governação. Também lançámos uma iniciativa especial, que reporta a nós diretamente, para reforçar o nosso modelo de controlo em todas as áreas de negócio, as funções de controlo e o Grupo de Auditoria – as nossas três linhas de defesa contra deficiências de controlo.

O Deutsche Bank enfrenta caso de contencioso proveniente de questões antigas. Qual é o estado atual da situação?
Fitschen: — Durante 2013, superamos duas grandes questões antigas: a investigação pela Comissão Europeia da IBOR – taxa interbancária – e o caso de contencioso com a FHFA – Federal Housing Financing Agency – relacionado com hipotecas nos EUA. Também alcançamos recentemente um acordo com o Grupo Kirch que termina todas as disputas legais entre as partes neste longo e famoso caso antigo. Em outros casos, contestamos com sucesso os litígios levantados contra o banco. No resto do ano de 2014, continuaremos os nossos esforços para solucionar os antigos casos de contencioso.

Olhando para o futuro, como vê o ano de 2014?
Jain: — Vemos 2014 como outro ano de desafios e de implementação disciplinada da Estratégia 2015+. Continuaremos a fazer progressos a reconfigurar os nossos negócios, a reforçar a "coluna" da nossa infraestrutura e a elevar os nossos sistemas e controlos para níveis de excelência. Prevemos poupanças cumulativas do Programa OpEx no valor de 3 mil milhões de euros e investimentos adicionais no OpEx na ordem de 1,5 mil milhões de euros. Além disso, pretendemos aproveitar o nosso ímpeto para realizar progressos decisivos em relação à nossa meta de redução de alavancagem.

Fitschen: — Em 2014, também teremos de responder com sucesso a novos regulamentos, incluindo a revisão de qualidade dos ativos e o teste de esforço implementado pela Autoridade Bancária Europeia, e à transição para um único regulador bancário da UE.

2014

continuaremos a fazer progressos na reconfiguração das nossas áreas de negócio



"Ambicionamos ser o principal banco universal do mundo com foco no cliente e reafirmamos essa visão."

E quanto a 2015 e aos anos seguintes?
Jain: — Estamos confiantes que, em 2015, veremos os benefícios do progresso que temos feito até agora e que continuaremos a fazer em 2014. Estamos extremamente gratos pela concentração e disciplina do nosso pessoal e pelo empenho que demonstraram e continuam a demonstrar na implementação da nossa estratégia.

Fitschen: — A conclusão da Estratégia 2015+ deixará o Deutsche Bank bem posicionado para capitalizar as futuras tendências a longo prazo. Na economia global, continuamos a observar um crescimento dinâmico nos mercados emergentes do mundo. Tal favorece um pequeno número de bancos com uma rede, franquia e conhecimento especializado verdadeiramente globais. O Deutsche Bank é um deles. Dada a evolução demográfica para um envelhecimento da população em muitos mercados importantes, as soluções de poupança e de reforma serão cada vez mais importantes. Também, neste caso, temos vantagens únicas enquanto entidade de gestão de ativos e de patrimónios global e totalmente integrada.

Jain: — A tecnologia está a transformar a forma como chegamos aos nossos clientes. Mais do que nunca, contactam-nos através de smartphones, computadores portáteis e outros dispositivos móveis. Esta é uma oportunidade que pretendemos agarrar. A nossa indústria está a consolidar tanto nos EUA como na Europa e esta tendência irá continuar. O Deutsche Bank está exclusivamente preparado como intermediário, particularmente na Europa.

Portanto, a visão estratégica do Deutsche Bank mantém-se inalterada?
Fitschen: — Absolutamente. Temos feito progressos significativos até ao momento e estamos confiantes que, com base nessa dinâmica, iremos cumprir a Estratégia 2015+ e posicionar o Deutsche Bank como um vencedor depois de 2015. Ambicionamos ser o principal banco universal do mundo com foco no cliente e reafirmamos essa visão. Mantemos o nosso rumo.

Frankfurt am Main, março de 2014

Comissão Executiva do Grupo



1 2 3 4 5 6 7 8 9

1 **Jacques Brand,** *1960
Diretor-geral (CEO)
para a América do Norte

2 **Alan Cloete,** *1962
Codiretor-geral (Co-CEO)
para a Ásia e Pacífico

3 **Gunit Chadha,** *1961
Codiretor-geral (Co-CEO)
para a Ásia e Pacífico

4 **Colin Grassie,** *1961
Diretor-geral (CEO) para o Reino Unido

5 **Stuart Lewis,** *1965
Membro do Conselho de Administração desde 2012.
Diretor de Risco

6 **Rainer Neske,** *1964
Membro do Conselho de Administração desde 2009.
Diretor da Private & Business Clients

7 **Robert Rankin,** *1963
Codiretor da Corporate Banking & Securities e Diretor da Corporate Finance

8 **Colin Fan,** *1973
Codiretor da Corporate Banking & Securities e Diretor da Markets

9 **Stefan Krause,** *1962
Membro do Conselho de Administração desde 2008.
Diretor financeiro



10 11 12 13 14 15 16 17 18

10 **Jürgen Fitschen,** *1948
Membro do Conselho de Administração desde 2009.
Copresidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Grupo

11 **Anshuman Jain,** *1963
Membro do Conselho de Administração desde 2009.
Copresidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Grupo

12 **Michele Faissola,** *1968
Diretor da Deutsche Asset & Wealth Management

13 **Werner Steinmüller,** *1954
Diretor da Global Transaction Banking

14 **Christian Ricken,** *1966
Diretor de operações da Private & Business Clients

15 **Stephan Leithner,** *1966
Membro do Conselho de Administração desde 2012.
Diretor-geral (CEO) para a Europa (exceto Alemanha e Reino Unido), Recursos humanos, Assuntos jurídicos e Conformidade, Governo e Assuntos regulamentares

16 **Henry Ritchotte,** *1963
Membro do Conselho de Administração desde 2012.
Diretor de operações

17 **Richard Walker,** *1950
Consultor Geral

18 **David Folkerts-Landau,** *1949
Economista-Chefe e Diretor Global de Research

5 – 6 – 9 – 10 – 11 – 15 – 16
Membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG.



O Conselho de Fiscalização
da esquerda para a direita:

Frank Bsirske
Dina Dublon
Stephan Szukalski
Suzanne Labarge
John Cryan
Henriette Mark
Dr. Johannes Teyssen
Bernd Rose
Sabine Irrgang
Peter Löscher

Dr. Paul Achleitner
Alfred Herling
Gabriele Platscher
Katherine Garrett-Cox
Professor Dr. Klaus Rüdiger Trützschler
Rudolf Stockem
Professor Dr. Henning Kagermann
Martina Klee
Timo Heider
Georg F. Thoma

Caros Acionistas,

O ano que passou foi agitado e, em última análise, muito desafiante para o seu banco. Independentemente das dificuldades económicas em muitos mercados e das profundas mudanças que se registam no banco como parte da Estratégia 2015+, as questões jurídicas e regulamentares vêm a lume. Estas tiveram um impacto considerável no banco, interna e externamente.

Por conseguinte, o foco do Conselho de Fiscalização foi repartido, a grosso modo, igualmente entre as nossas funções de fiscalização e o nosso papel enquanto órgão consultivo. Para cumprir as nossas responsabilidades, não só nos reunimos formalmente 39 vezes no total em 2013, como também nos organizamos de forma mais eficaz. O seu Conselho de Fiscalização dispõe de um elevado nível de conhecimento especializado profissional, assim como de uma ampla estrutura de comités que permite a cada membro contribuir com materiais detalhados e estratégicos.

Comité de Integridade: O primeiro ponto a mencionar é o Comité de Integridade, constituído recentemente, que analisa atentamente os assuntos jurídicos, as questões de reputação e gerais relativamente à responsabilidade social. Também monitoriza o processo de mudança cultural do banco. Após ter sido criado em maio de 2013, o comité reuniu-se cinco vezes sob a liderança de Georg F. Thoma para debater assuntos complexos relacionados com matérias legais e regulamentares. Durante estas reuniões, o comité discutiu casos específicos, como também considerou as suas possíveis consequências para a mudança organizacional e conduta futura. Acreditamos que, ao criar o Comité de Integridade, criámos um excelente exemplo de como se deve abordar as questões sociais, ambientais e de governação (SAG)).

Comité de Auditoria: Após a sua eleição no passado mês de maio, John Cryan assumiu a liderança do Comité de Auditoria, sucedendo ao Dr. Karl-Gerhard Eick. Gostaríamos de aproveitar a oportunidade para agradecer uma vez mais ao Dr. Eick pelos seus nove anos de serviço no Deutsche Bank. O Comité de Auditoria reuniu-se onze vezes no total em 2013 e analisou intensivamente as questões financeiras em todas as ocasiões. Examinou as rubricas do balanço individuais e observou como o banco lidou com inquéritos específicos por parte das entidades reguladoras. Um dos pontos fulcrais foi a forma como o banco abordou as questões levantadas pelo Grupo de Auditoria. A nomeação de auditores externos também foi alvo de um escrutínio particular à luz dos processos de contestação. A reestruturação da função do Grupo de Auditoria e a avaliação dos sistemas de risco do banco estiveram em destaque na agenda do Comité de Auditoria.

Comité de Risco: Uma clara divisão de responsabilidades entre o Comité de Integridade e o Comité de Risco, que se reuniu seis vezes em 2013, permitiu ao Comité de Risco centrar-se menos nos riscos legais e mais nos riscos de mercado, de crédito e operacionais. Devido a um ambiente de mercado difícil e, por vezes, muito volátil, esta questão foi crucial em 2013. O facto de haver membros comuns nos Comités de Risco e de Integridade, bem como no Comité de Auditoria permitiu uma estreita cooperação entre eles. Outros tópicos foram debatidos intensamente, como os requisitos da UE para os planos de resolução e recuperação, bem como os preparativos para os próximos testes de esforço pela Autoridade Bancária Europeia e a revisão de qualidade dos ativos pelo Banco Central Europeu.

Comité de Controlo de Remunerações: Ao abrigo da Lei de implementação respeitante à Diretiva de requisitos de capital IV, o Deutsche Bank, de acordo com a secção 25d (12) da Lei bancária alemã, terá de criar um Comité de Controlo de Remunerações individual. A função deste Comité não é apenas aconselhar o Conselho de Fiscalização em relação às remunerações do Conselho de Administração, mas também apoiar o Conselho de Fiscalização a monitorizar a adequação das estruturas de remuneração para todos os colaboradores do banco. A este respeito, os deveres do comité, ao abrigo da Lei bancária alemã, ultrapassam o âmbito das disposições da lei alemã relativa às sociedades por ações. Para garantir um início eficiente, criámos o Comité de Controlo de Remunerações no ano passado. Tal permitiu aos seus membros participar em dois workshops e dedicar-se aos estudos privados para se familiarizarem com as questões existentes. Consequentemente, já conseguiram contribuir para analisar a ronda de remunerações de 2013.

Comité de Nomeações: Apesar de o banco já possuir um Comité de Nomeações, conforme exigido pelo código de governo das sociedades alemão, as suas funções anteriores incluíam procurar representantes de acionistas adequados para o Conselho de Fiscalização e apresentá-los ao mesmo com vista à preparação da proposta para a sua eleição na Assembleia Geral. Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014, também se aplicam novos requisitos ao abrigo da lei bancária alemã. Atualmente, o Comité de Nomeações é necessário não apenas para auxiliar o Conselho de Fiscalização na seleção dos representantes de acionistas, mas também para nomear os membros do Conselho de Administração. Além disso, também deve efetuar uma avaliação anual do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, avaliando ambos os conselhos na sua totalidade, bem como cada membro individualmente. Como é o caso do Comité de Controlo de Remunerações, os legisladores foram mais longe e solicitaram ao Comité de Nomeações que revisse os critérios de seleção para o segundo nível de gestão. À luz destes deveres ampliados, os representantes dos colaboradores também foram nomeados para o Comité de Nomeações. O Conselho de Fiscalização apresentará uma proposta na Assembleia Geral Anual para que o trabalho do Comité de Nomeações seja convenientemente remunerado no futuro.

Comité do Presidente: Este Comité reuniu-se oito vezes em 2013, abordando questões gerais de governação, bem como matérias específicas do Conselho de Administração. As suas tarefas também incluíram a preparação das sessões plenárias e do workshop sobre estratégia, bem como a reestruturação organizacional dos comités especificados anteriormente e os respetivos termos de referência. Os preparativos para as duas Assembleias Gerais em 2013 e a supervisão do aumento de capital do banco também mereceram a nossa atenção. Durante o ano, também preparámos uma revisão da eficiência do trabalho de todo o Conselho de Fiscalização e identificámos outros potenciais de melhoria, que incluem programas de formação avançados.

Conselho de Fiscalização: Além das sete sessões plenárias normais, também realizámos um workshop sobre estratégia, durante dois dias, em 2013. Pela primeira vez, o Presidente do Conselho de Administração também participou em segmentos deste workshop. Centrou-se essencialmente na estratégia, em questões regulamentares e no planeamento de sucessão. Além disso, realizámos seminários introdutórios com a duração de dois dias sobre questões específicas do banco que se dirigem sobretudo, mas não exclusivamente, a novos membros do Conselho de Fiscalização. Estes seminários receberam imensos participantes, uma vez que eram cursos de formação externos adaptados às necessidades individuais.

Além do trabalho nos comités e no Conselho de Fiscalização, também ocorrem debates regulares não só entre o Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Fiscalização, como também entre os três presidentes dos comités e com o Conselho de Administração.

Esperamos que este enquadramento, que é complementado com uma descrição mais detalhada no Relatório do Conselho de Fiscalização, o qual tem início na página 451 do Relatório Financeiro, demonstre a seriedade com que assumimos as nossas responsabilidades. Os tópicos abordados ao pormenor na mensagem do ano passado, especialmente o facto de acreditarmos que temos obrigações e responsabilidades para consigo em troca da confiança que deposita em nós, mais uma vez serviram para nos orientar nestes tempos difíceis. Estamos convencidos que o Deutsche Bank irá conseguir atingir o seu potencial máximo para se tornar no principal banco universal com foco no cliente. Um dos motivos principais para este otimismo recai na qualidade dos nossos colaboradores. Agradecemos-lhes pelo seu trabalho incansável ao longo de um ano bastante difícil.

Ainda temos um longo caminho a percorrer para alcançar a posição social e competitiva com que pode contar. A melhoria da reputação do Deutsche Bank, também à luz dos seus resultados líquidos pouco satisfatórios em 2013, será essencial. Porém, como reza o ditado, até a mais longa viagem começa com um único passo. Durante o ano transato, já demos vários passos em frente – e o nosso destino é claro. Obrigado pelo vosso apoio!

Em nome do Conselho de Fiscalização,



Dr. Paul Achleitner
Presidente



Alfred Herling
Vice-Presidente

Frankfurt am Main, março de 2014

Conselho de Fiscalização

Dr. Paul Achleitner
Presidente
Munique

Alfred Herling*
desde 23 de maio de 2013
Vice-Presidente
Deutsche Bank AG,
Wuppertal

Karin Ruck*
Vice-Presidente
até 23 de maio de 2013
Deutsche Bank AG,
Bad Soden am Taunus

Wolfgang Böhr*
até 23 de maio de 2013
Deutsche Bank AG,
Düsseldorf

Frank Bsirske*
desde 23 de maio de 2013
Presidente da ver.di –
Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft,
Berlim

John Cryan
desde 23 de maio de 2013
Presidente para a Europa, Diretor para África,
Diretor da Portfolio Strategy,
Diretor da Credit Portfolio
Temasek International Pte Ltd.,
Singapura

Dina Dublon
desde 1 de novembro de 2013
Nova Iorque

Dr. Karl-Gerhard Eick
até 23 de maio de 2013
KGE Asset Management Consulting Ltd.,
Londres

Katherine Garrett-Cox
Diretora-geral da
Alliance Trust Plc,
Brechin, Angus

Timo Heider*
desde 23 de maio de 2013
BHW Bausparkasse Zentrale,
Emmenthal

Sabine Irrgang*
desde 23 de maio de 2013
Deutsche Bank AG,
Mannheim

Prof. Dr. Henning Kagermann
Presidente da acatech – Academia Alemã de Ciência e Engenharia, Königs Wusterhausen

Martina Klee*
Deutsche Bank AG,
Frankfurt am Main

Suzanne Labarge
Oakville

Peter Löscher
Presidente do Conselho de Administração da Siemens AG
(até 31 de julho de 2013),
Munique

Henriette Mark*
Deutsche Bank AG,
Munique

Gabriele Platscher*
Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG,
Braunschweig

Bernd Rose*
desde 23 de maio de 2013
Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores da Postbank Filialvertrieb AG
e Postbank Filial GmbH,
Menden

Rudolf Stockem*
Secretário sindical da ver.di –
Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft,
Aachen

Stephan Szukalski*
desde 23 de maio de 2013
Deutsche Postbank AG,
Frankfurt am Main

Dr. Johannes Teyssen
Presidente do
Conselho de Administração da E.ON SE,
Düsseldorf

Marlehn Thieme*
até 23 de maio de 2013
Deutsche Bank AG,
Bad Soden am Taunus

Georg F. Thoma
desde 23 de maio de 2013
Partner Shearman&Sterling LLP,
Neuss

Tilman Todenhöfer
até 31 de outubro de 2013
Sócio-gerente de Robert Bosch Industrietreuhand KG,
Madrid

Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler
Essen

Stefan Viertel*
até 23 de maio de 2013
Deutsche Bank AG,
Bad Soden am Taunus

Renate Voigt*
até 23 de maio de 2013
Deutsche Bank AG,
Estugarda

Werner Wenning
até 23 de maio de 2013
Presidente do Conselho de Fiscalização da E.ON SE, Presidente do Conselho de Fiscalização da Bayer AG,
Leverkusen

*Eleito pelos trabalhadores na Alemanha; Renate Voigt nomeada pelo tribunal como representante dos trabalhadores.

Comités

Comité do Presidente
— Dr. Paul Achleitner
Presidente
— Frank Bsirske*
desde 23 de maio de 2013
— Alfred Herling*
— Prof. Dr. Henning Kagermann
desde 1 de novembro de 2013
— Karin Ruck*
até 23 de maio de 2013
— Tilman Todenhöfer
até 31 de outubro de 2013

Comité de Mediação
— Dr. Paul Achleitner
Presidente
— Wolfgang Böhr*
até 23 de maio de 2013
— Alfred Herling*
desde 23 de maio de 2013
— Prof. Dr. Henning Kagermann
desde 1 de novembro de 2013
— Karin Ruck*
até 23 de maio de 2013
— Stephan Szukalski*
desde 23 de maio de 2013
— Tilman Todenhöfer
até 31 de outubro de 2013

Comité de Auditoria
— John Cryan
desde 23 de maio de 2013
Presidente
— Dr. Karl-Gerhard Eick
até 23 de maio de 2013
Presidente
— Dr. Paul Achleitner
— Henriette Mark*
— Gabriele Platscher*
desde 23 de maio de 2013
— Bernd Rose*
desde 23 de maio de 2013
— Karin Ruck*
até 23 de maio de 2013
— Marlehn Thieme*
até 23 de maio de 2013
— Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler

Comité de Risco
— Dr. Paul Achleitner
Presidente
— John Cryan
desde 23 de maio de 2013
— Dina Dublon
desde 1 de novembro de 2013
— Prof. Dr. Henning Kagermann
até 31 de outubro de 2013
— Suzanne Labarge
— Rudolf Stockem*
desde 23 de maio de 2013

Comité de Nomeações
— Dr. Paul Achleitner
Presidente
— Frank Bsirske*
desde 29 de outubro de 2013
— Alfred Herling*
desde 29 de outubro de 2013
— Prof. Dr. Henning Kagermann
desde 1 de novembro de 2013
— Dr. Johannes Teyssen
desde 23 de maio de 2013
— Tilman Todenhöfer
até 31 de outubro de 2013
— Werner Wenning
até 23 de maio de 2013

Comité de Integridade
(desde 23 de maio de 2013)
— Georg F. Thoma
Presidente
— Dr. Paul Achleitner
— Timo Heider*
— Sabine Irrgang*
— Martina Klee*
— Peter Löscher

Comité de Controlo de Remunerações
(desde 29 de outubro de 2013)
— Dr. Paul Achleitner
Presidente
— Frank Bsirske*
— Alfred Herling*
— Prof. Dr. Henning Kagermann

* Eleito pelos trabalhadores na Alemanha.

A construir para o futuro

Justin Bisseker, Londres,
Analista de Bancos Europeus, Schroders





"A direção tem reposicionado o banco através da redução dos antigos ativos, de melhorias de eficiência e da criação de capital. Consequentemente, o Deutsche Bank deverá estar bem posicionado para enfrentar os desafios macroeconómicos e regulamentares futuros."

A nossa presença no Reino Unido remonta a 1873. Com mais de 7.000 colaboradores em Londres, somos um dos maiores empregadores na cidade.

1

Grupo Deutsche Bank

19 Perfil Societário e Enquadramento
Um dos principais bancos universais no mundo com uma estratégia clara

24 Governo da Sociedade
Governo da sociedade baseado nas melhores práticas

27 Cultura
Mudança cultural – lançar as bases para o sucesso do nosso futuro

29 Criação de valor para as nossas partes interessadas
Acionistas, clientes, pessoal e sociedade

Perfil Societário e Enquadramento

Um dos principais bancos universais no mundo com uma estratégia clara

Em suma

- Líder no mercado doméstico alemão, posição destacada na Europa
- Os negócios essenciais registaram uma rentabilidade operacional sólida
- Empenhado em reforçar os rácios de capital e de alavancagem

O Deutsche Bank é um dos principais bancos universais no mundo. As suas áreas de negócio abrangem uma vasta gama de produtos e serviços no domínio da banca de investimento, banca privada e banca comercial, bem como da gestão de ativos e de patrimónios. O Grupo opera em todas as regiões do mundo. O Deutsche Bank é líder no mercado doméstico alemão e detém uma forte posição competitiva na Europa, América do Norte e em mercados emergentes fundamentais, particularmente na Ásia.

Estrutura de gestão

Desde 1 de junho de 2012, Jürgen Fitschen e Anshu Jain foram nomeados Copresidentes do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Grupo (CEG).

As responsabilidades primordiais do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG incluem a gestão estratégica do Grupo, a afetação de recursos, a contabilidade e relato financeiro, a gestão do risco e o controlo acionista. O Conselho de Administração, no exercício das suas funções de liderança e de supervisão, conta com o apoio de unidades da infraestrutura central e de outros departamentos de serviços, assim como de comités regionais e funcionais presididos pelos respetivos membros.

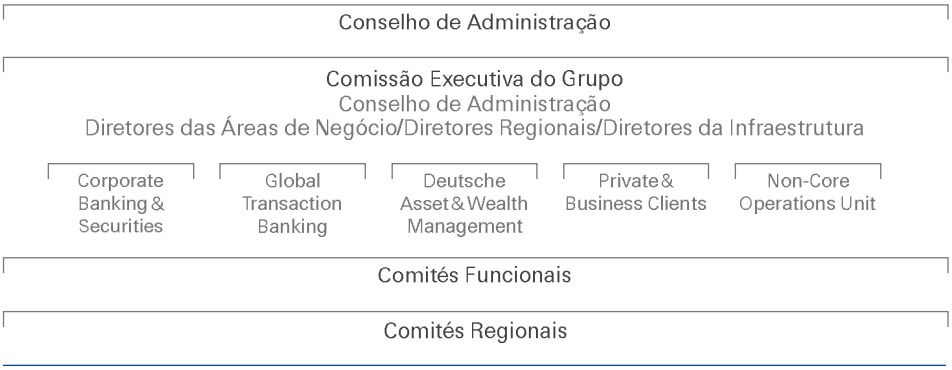
CEG

A Comissão Executiva do Grupo coordena o negócio global do banco

A CEG é composta pelos membros do Conselho de Administração e por representantes sénior das regiões, divisões corporativas e determinadas funções da infraestrutura.

A CEG coordena as áreas de negócio e regiões. Tem como principais tarefas e responsabilidades a prestação continuada de informações ao Conselho de Administração acerca de desenvolvimentos comerciais e de operações importantes, a análise regular dos segmentos de negócio, a realização de consultas junto do Conselho de Administração e a elaboração de pareceres em matéria de decisões estratégicas para submissão ao Conselho de Administração, bem como a identificação de decisões a tomar pelo Conselho de Administração.

Estrutura de gestão



Divisões Corporativas

O Deutsche Bank é composto por cinco divisões corporativas: Corporate Banking & Securities (CB&S), Global Transaction Banking (GTB), Deutsche Asset & Wealth Management (DeAWM), Private & Business Clients (PBC) e a Non-Core Operations Unit (NCOU).

Corporate Banking & Securities

A CB&S é constituída pelas divisões de negócio Markets e Corporate Finance. A divisão de negócio Markets agrega a comercialização, a negociação e estruturação de um vasto leque de produtos dos mercados financeiros, incluindo obrigações, ações e produtos indexados a ações, derivados negociados em bolsa e fora de bolsa, divisas, instrumentos do mercado monetário, instrumentos titularizados e matérias-primas.

A Corporate Finance é responsável pelas fusões e aquisições, bem como pela criação e consultoria de dívida e capital próprio. As equipas regionais e setoriais asseguram o fornecimento de um conjunto completo de produtos e serviços financeiros aos clientes.

Global Transaction Banking

A GTB fornece pagamentos nacionais e transfronteiriços, mitigação do risco e financiamento de transações internacionais para clientes empresariais e instituições financeiras de todo o mundo. A GTB também oferece serviços fiduciários, de agente, de depósito, de custódia e serviços conexos.

Deutsche Asset & Wealth Management

A DeAWM ajuda os investidores privados e institucionais de todo o mundo a preservar e aumentar o seu património. A DeAWM oferece investimentos tradicionais e alternativos em todas as principais classes de ativos, bem como soluções personalizadas de gestão de patrimónios e serviços de banca privada para clientes e escritórios de família (family offices) com património de valor líquido elevado. Os clientes da DeAWM podem contar com uma vasta gama de capacidades de gestão de ativos e patrimónios do Deutsche Bank, bem como com uma seleção abrangente de produtos e soluções de primeira classe, também por fornecedores terceiros.

Private & Business Clients

A PBC presta uma vasta gama de serviços bancários e outros serviços financeiros tanto a clientes individuais, empresários em nome individual, como a pequenas e médias empresas na Alemanha e a nível internacional. A gama de produtos da PBC inclui serviços de pagamento e de conta corrente, gestão de investimentos e planeamento de reformas, títulos, bem como depósitos e empréstimos.

A PBC é um dos principais bancos de retalho no mercado nacional do Deutsche Bank, Alemanha, com uma franquia em Itália, Espanha, Bélgica, Portugal, Polónia e Índia. Na China, a PBC colabora estreitamente com o Hua Xia Bank, em que detém uma participação de 19,99%, sendo, portanto, o segundo maior acionista.

Non-Core Operations Unit
A Non-Core Operations Unit (NCOU) foi constituída no final de 2012 e é responsável por vender ativos intensivos em capital que não são essenciais para a nova estratégia do banco, com vista a reduzir o risco e a procura de capital. Tal também permite à gestão centrar-se nas operações essenciais estratégicas e, ao mesmo tempo, aumenta a transparência no âmbito dos relatórios externos.

Infraestrutura central
A área de infraestrutura central engloba os departamentos do Corporate Center: Finance (Financeiro), Legal & Compliance (Jurídico e Conformidade), Group Audit (Grupo de Auditoria), Tax (Fiscal), Risk (Risco), Investor Relations (Relação com Investidores), Communications (Comunicações), Corporate Social Responsibility & Public Affairs (Responsabilidade Social Corporativa e Assuntos Públicos), Human Resources (Recursos Humanos), Group Technology and Operations (Tecnologia e Operações do Grupo), Group Strategy (Estratégia do Grupo), Corporate Insurance (Seguros) e DB Research (Pesquisa Deutsche Bank).

Estes departamentos apoiam o Conselho de Administração através das respetivas funções de estratégia, gestão do risco e controlo. Os processos necessários ao exercício destas funções estão, na sua maioria, integrados globalmente nas divisões de negócio, mas obedecem a uma estrutura hierárquica independente.

Planeamos
poupar custos de

4,5

mil milhões
de euros
anualmente

Estratégia 2015+
A Estratégia 2015+ foi lançada em setembro de 2012. Define a forma como o Deutsche Bank pretende enfrentar os desafios atuais e posicionar-se com sucesso num contexto alterado, caracterizado por incertezas macroeconómicas, aumento de regulamentações, taxas de juro historicamente reduzidas, pressão crescente sobre as margens e, não menos importante, uma perceção crítica por parte do público acerca do setor financeiro. A Estratégia 2015+ permite ao banco aproveitar as oportunidades proporcionadas pelas tendências globais de longo prazo, incluindo o forte crescimento e o aumento significativo dos mercados emergentes, a mudança demográfica e os avanços tecnológicos.

Com a Estratégia 2015+, o Deutsche Bank está a reforçar o seu compromisso para com o modelo bancário universal, que melhor satisfaz os requisitos cada vez mais complexos dos seus clientes. Além disso, o banco está a reforçar o seu compromisso para com o mercado nacional, a Alemanha, onde tem raízes profundas e ocupa uma clara posição de liderança no mercado, bem como para com a sua presença global. Tal permite ao Deutsche Bank fornecer os seus conhecimentos especializados de produtos globais localmente a clientes em 71 países. A Estratégia 2015+ salienta a necessidade de o banco se centrar ainda mais no cliente, aumentar a eficiência e o desempenho do negócio, reforçar a respetiva posição de capital, reduzir os riscos e mudar a sua cultura. É assim que o Deutsche Bank pretende alcançar a sua visão de se tornar num dos principais bancos universais globais centrados no cliente.
Cinco alavancas são fundamentais para a concretização da Estratégia 2015+ do Deutsche Bank:

Clientes. O Deutsche Bank serve uma carteira de clientes e regiões claramente definida com base na sua capacidade de gerar valor para os mesmos. O banco está centrado no crescimento no seu mercado nacional, a Alemanha, na Ásia e Pacífico e nas Américas. Desde o lançamento da Estratégia 2015+, o Deutsche Bank estabeleceu uma ligação mais estreita entre a organização e os seus clientes. Por exemplo, o banco criou uma plataforma dedicada às

Presença global



71

Presente em 71 países em todo o mundo

Importantes polos regionais:
Frankfurt am Main, Londres, Nova Iorque, São Paulo, Dubai, Singapura, Hong Kong

pequenas e médias empresas na Alemanha (o Mittelstand), intensificou a cobertura local entre as regiões e reforçou a colaboração interdivisões.

Competências. A estratégia do Deutsche Bank também tem por base os pontos fortes das suas áreas de negócio. O banco acredita que as suas quatro principais divisões corporativas – Corporate Banking & Securities, Private & Business Clients, Global Transaction Banking e Deutsche Asset & Wealth Management – satisfazem as necessidades cada vez mais complexas e globais dos clientes e equilibram a combinação de proveitos. Em 2013, os negócios essenciais registaram uma rentabilidade operacional sólida. Ajustados para itens específicos, estes resultados estiveram próximos de ser os melhores de sempre. Este bom desempenho operacional permitiu ao Deutsche Bank reduzir rubricas antigas, fazer avançar a redução do risco e realizar investimentos para melhorar a nossa plataforma de operações.

Capital. O Deutsche Bank está empenhado numa maior consolidação dos seus rácios de capital e de alavancagem. Sob plena implementação das regras de Basileia III, o banco visa alcançar um rácio de Common Equity Tier 1 (CET1) superior a 10% no primeiro trimestre de 2015. O rácio de CET1 melhorou de abaixo de 6% em junho de 2012 para 9,7% no final de dezembro de 2013 e, portanto, já está perfeitamente ao alcance da meta de 2015. Durante o mesmo período, o banco também diminuiu significativamente a sua exposição de alavancagem (com base nas regras da

Diretiva sobre os requisitos de capital IV, CRD - Capital Requirements Directive - IV). A Non-Core Operations Unit, que gere a redução de ativos das atividades de negócio não estratégicas, contribuiu fortemente para esta desalavancagem.

Custos. O Deutsche Bank tem por objetivo garantir a sua competitividade de longo prazo ao criar uma plataforma moderna e eficiente através do Programa de Excelência Operacional (OpEx): aumentando a qualidade dos produtos e serviços, fortalecendo a flexibilidade da franquia, reforçando os controlos e integrando uma cultura eficiente em matéria de custos. Mediante investimentos de aproximadamente 4 mil milhões de euros, o banco pretende poupar um total de 4,5 mil milhões de euros na execução anual até 2015. O programa está a fazer bons progressos. No final de 2013, o Deutsche Bank já havia registado poupanças cumulativas de 2,1 mil milhões de euros. Conseguimos economizar dinheiro devido a uma maior eficiência, a aquisições mais inteligentes, à modernização tecnológica e à integração das áreas de negócio.

Cultura. O Deutsche Bank reconhece a necessidade de mudança cultural no setor bancário e pretende estar na vanguarda da mudança. O banco compromete-se com uma cultura que integra riscos e recompensas, atrai e desenvolve pessoas talentosas, promove o trabalho de equipa, incentiva parcerias e é sensível à sociedade em que opera. Em 2013, o Deutsche Bank lançou as bases para a mudança cultural. Definiu novos valores e crenças, reforçou os respetivos mecanismos de controlo e de governo, reformou o modelo de remunerações e criou um programa para uma mudança sustentável.

Em suma, a Estratégia 2015+ procura reforçar a plataforma global do banco e a posição no mercado nacional, alavancar o desempenho integrado do modelo bancário universal, criar solidez do capital, alcançar excelência operacional e eficiência de custos, bem como colocar o Deutsche Bank na vanguarda da mudança cultural na atividade bancária. O Deutsche Bank acredita que a Estratégia 2015+ é o caminho certo para o futuro e que irá surgir como um de apenas um punhado de bancos universais globais fortes, com uma boa posição para aproveitar oportunidades futuras.

A nossa visão

Ambicionamos ser o principal banco universal do mundo centrado no cliente

Pôr os nossos clientes em primeiro lugar e construir uma rede global de negócios equilibrados, sustentados por capitais sólidos e por forte liquidez, é a melhor forma de servir os nossos acionistas.

Prezamos as nossas raízes alemãs e continuamos empenhados na nossa presença global.

Comprometemo-nos com uma cultura que integra riscos e recompensas, atrai e desenvolve pessoas talentosas, promove o trabalho de equipa, incentiva parcerias e é sensível à sociedade em que operamos.

Governo da Sociedade

Governo da sociedade baseado nas melhores práticas

Em suma

- Constituição do Comité de Integridade para controlar o cumprimento da conduta empresarial aceitável
- Unidade global integra iniciativas para melhorar o governo da sociedade
- Reforma de remunerações

O Deutsche Bank atribui grande importância a um governo da sociedade eficiente orientado por elevados padrões internacionais. Em consonância com um maior enfoque atual nas questões de governo da sociedade, o banco definiu uma função do Governo da Sociedade Global, que se destina a reforçar as várias iniciativas de governo da sociedade.

O sistema de governo da sociedade do Deutsche Bank constitui a base da gestão e controlo responsáveis do banco, com ênfase na criação de valor sustentável. É composto por cinco elementos-chave: tomada de decisões eficaz com base nas informações adequadas; boas relações com os acionistas; uma colaboração eficaz entre o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização; um sistema remuneratório baseado no desempenho numa ótica sustentável e de longo prazo; e uma prestação de informações transparente e atempada.

O quadro de base para o governo da sociedade do Deutsche Bank AG é constituído, primordialmente, pela Lei alemã relativa às sociedades por acções e pelo Código de governo das sociedades alemão. Como as ações do Deutsche Bank também estão admitidas à cotação na New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque), o banco está sujeito às leis de mercado de capitais americanas aplicáveis, assim como às normas da comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos (Securities and Exchange Commission) e da Bolsa de Nova Iorque. Além disso, o banco também tem em conta os desenvolvimentos e debates europeus e internacionais para melhorar o seu governo da sociedade.

Forte participação incentivada para as Assembleias Gerais Anuais

Acionistas

Os acionistas do Deutsche Bank são uma das principais partes interessadas. O banco pretende intensificar a relação com os seus acionistas, incentivando a sua participação nas Assembleias Gerais Anuais. Os acionistas participam em decisões de importância significativa para o banco, incluindo emendas aos Estatutos, a aplicação de resultados, a autorização para emitir novas ações e mudanças estruturais importantes.

O Deutsche Bank possui apenas uma classe de ações, sendo que cada ação equivale a um direito de voto.

Para facilitar o exercício dos direitos de voto pelos acionistas, o banco permite a votação dos ausentes e apoia a utilização de meios eletrónicos na Assembleia Geral Anual. Por exemplo, os acionistas podem emitir autorizações e instruções de voto dirigidas a representantes do Deutsche Bank através da Internet.

centrado no desempenho sustentável

Governo da sociedade

Abril de 2013

O banco reforma as remunerações do Conselho de Administração

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela gestão da sociedade, exercendo controlo sobre o Grupo Deutsche Bank. Assegura o cumprimento de todas as disposições legislativas e das políticas da empresa. Os membros do Conselho de Administração, juntamente com representantes seniores das regiões, divisões corporativas e funções da infraestrutura, formam a Comissão Executiva do Grupo (CEG). Esta Comissão desempenha funções de consultoria, coordenação e preparação de decisões para o Conselho de Administração. Estas incluem fazer os preparativos para os debates de estratégia do Conselho de Administração, assim como monitorizar a implementação das iniciativas estratégicas do banco e as alterações nas estruturas corporativas.

Em concertação com o Conselho de Fiscalização, o Conselho de Administração criou vários comités que reportam diretamente ao Conselho de Administração. Além disso, o Conselho de Administração poderá criar comités adicionais.

Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização supervisiona e aconselha o Conselho de Administração nas suas funções de gestão da atividade do Deutsche Bank. As grandes decisões que afetam o banco requerem a aprovação do Conselho de Fiscalização. O Conselho de Fiscalização poderá especificar as obrigações de informação e de reporte do Conselho de Administração além do que é exigido por lei, nomeia os membros do Conselho de Administração e cria planos de sucessão para o Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização procede a uma apreciação regular da eficiência do seu próprio trabalho.
Em 2013, o Conselho de Fiscalização teve sete comités: o Comité de Mediação, Comité do Presidente, Comité de Auditoria, Comité de Risco, Comité de Nomeações, Comité de Controlo de Remunerações e Comité de Integridade. Os últimos dois comités foram constituídos em 2013. Apesar de o Comité de Controlo de Remunerações ser exigido por lei, o Comité de Integridade foi estabelecido voluntariamente pelo Conselho de Fiscalização.
Destina-se a aconselhar e supervisionar regularmente o Conselho de Administração relativamente às suas medidas por forma a garantir o desenvolvimento sustentável e economicamente sólido da empresa, protegendo os recursos do ambiente natural, mantendo a responsabilidade social e observando os princípios do governo da sociedade e da gestão segura e responsável.

No âmbito do exercício das suas funções, o Conselho de Fiscalização toma providências no sentido de assegurar que possui uma composição equilibrada e que, no conjunto, os seus membros dispõem dos necessários conhecimentos, aptidões e competências. Além disso, o Conselho de Fiscalização incentiva a diversidade no seio do banco, especialmente quando procede à nomeação dos membros do Conselho de Administração e à elaboração de propostas para a eleição do Conselho de Fiscalização.

À luz das atividades globais do Deutsche Bank, o Conselho de Fiscalização dispõe de um número adequado de membros com uma longa experiência internacional. O Conselho de Fiscalização também dispõe de um número suficiente de membros independentes.

Remuneração

Os critérios para as partes variáveis da remuneração dos membros do Conselho de Administração foram reformulados em abril de 2013, após a conclusão de uma análise independente dos sistemas de remuneração do banco, encomendada pelo Conselho de Fiscalização. Já em 2013, o banco colocou maior ênfase nos aspetos qualitativos, de forma a que a remuneração variável seja determinada com base tanto nas metas financeiras, como no modo "como" o desempenho é alcançado. Os fatores para determinar o nível de remuneração variável anual incluem indicadores de desempenho individual e de todo o Grupo associados a um desenvolvimento sustentável de resultados. A compensação variável dos membros do Conselho de Administração possui dois componentes e considera um "Fator de Cultura e de Cliente", que está alinhado à Estratégia 2015+

e à mudança cultural introduzida no Deutsche Bank.
A maioria das componentes variáveis da remuneração é concedida numa base diferida e está sujeita a condições de perda de direitos específicas. Pelo menos 50% do total da remuneração variável baseia-se em ações, pelo que reflete o sucesso de longo prazo do Deutsche Bank.

De acordo com as novas recomendações do Código de Governo das Sociedades Alemão, a remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização já não engloba os componentes variáveis e as senhas de presença. No entanto, verificou-se um aumento da remuneração anual fixa dos membros do Conselho de Fiscalização. Os níveis de remuneração anual fixa adicionais para os membros e funções do conselho também foram ajustados para melhor refletir o volume de trabalho real e o nível de complexidade das tarefas necessárias. O presidente e o vice-presidente do Conselho de Fiscalização, bem como os presidentes e os membros dos comités do Conselho de Fiscalização, com exceção do Comité de Nomeações e do Comité de Mediação, recebem esta remuneração complementar.

► Consultar o Relatório Financeiro 2013, página 226 e seguintes.

A remuneração individual dos membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como a estrutura do sistema de remuneração são publicadas no relatório de remuneração.

Relato financeiro

A publicação do relatório anual, incluindo as demonstrações financeiras consolidadas, e dos relatórios intercalares mantém os acionistas e o público devidamente atualizados.
O relato financeiro do Grupo Deutsche Bank é preparado em conformidade com as Normas internacionais de relato financeiro (International Financial Reporting Standards - IFRS). Estas normas, além de conferirem um nível elevado de transparência ao relato financeiro publicado, facilitam a comparação com os pares internacionais.

Declaração de Conformidade

Em 29 de outubro de 2013, o Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização publicaram a Declaração de Conformidade anual nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações. Esta declaração refere que o Deutsche Bank AG atua em conformidade com as recomendações do Código de governo das sociedades alemão, na versão de 13 de maio de 2013, com duas exceções. A primeira exceção está relacionada com o artigo n.° 4.2.3 (3) do Código, segundo o qual o Conselho de Fiscalização deverá definir o nível de pensão a alcançar com um plano de pensões, levando em consideração as despesas anuais e a longo prazo para a empresa. No entanto, o plano de contribuições definido para os membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG não visa alcançar um nível específico de pensões. A segunda exceção está relacionada com o artigo n.° 5.3.3 do Código, que recomenda a criação de um Comité de Nomeações, composto exclusivamente por representantes de acionistas. Porém, a Lei de implementação respeitante à Diretiva sobre os requisitos de capital IV de 28 de agosto de 2013 estipula que o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG deve assumir tarefas adicionais que não serão exclusivamente tratadas pelos representantes de acionistas no Conselho de Fiscalização. Por conseguinte, o Comité de Nomeações também inclui representantes de colaboradores. Contudo, será assegurado que as recomendações do candidato para as propostas de eleição à Assembleia Geral serão feitas exclusivamente pelos representantes de acionistas do Comité.

Mais informações em
► www.db.com/corporate-governance

O Relatório de Governo da Sociedade do Deutsche Bank, juntamente com a Declaração de Governo da Sociedade de 2013 e outros documentos relativos ao governo da sociedade, como os termos de referência para o Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização e os respetivos comités, estão disponíveis na Internet.

O Deutsche Bank procede a uma verificação contínua do respetivo sistema de governo da sociedade, à luz dos requisitos legais e das normas nacionais e internacionais, introduzindo os ajustamentos necessários.

Cultura

Mudança cultural – lançar as bases para o sucesso do nosso futuro

Em suma

- A mudança cultural é um componente fundamental da Estratégia 2015+
- Novos valores e crenças definidos como resultado de consultas intensivas
- Integração nas políticas comerciais e na conduta empresarial do dia-a-dia

A cultura está no centro de como qualquer negócio opera. Reflete os valores e as crenças que uma empresa defende. Orienta a conduta, a tomada de decisões e, sobretudo, a forma como a organização atende os seus clientes e a sociedade em geral. Acreditamos firmemente que a cultura empresarial é um dos principais fatores para o sucesso do banco a longo prazo. É por isso que a mudança cultural é um elemento fundamental da Estratégia 2015+.

No futuro, o Deutsche Bank tem por objetivo situar-se na vanguarda da mudança cultural do setor dos serviços financeiros. Um dos nossos principais objetivos é precisamente concluir esta transição. O Deutsche Bank apenas poderá ser forte e bem-sucedido, se tudo o que fizermos assentar em bases sólidas. Reafirmámos o nosso compromisso para com as partes interessadas: clientes, acionistas, pessoal e sociedade e queremos realçar o valioso papel que os bancos desempenham na economia e nas comunidades em que atuam.

A integridade e responsabilidade são princípios fundamentais sobre os quais a mudança cultural assenta. É por isso que, em 2013, definimos um conjunto claro de valores e crenças, criámos princípios orientadores, reforçámos o ambiente de controlo do banco e incorporámos os valores e as crenças nos nossos processos de gestão de desempenho.

1 – 1
Os novos valores e crenças do Deutsche Bank – os nossos princípios

Valores
autênticos formulados pelos nossos colaboradores

Consultas a todos os níveis
Valores que todos os colaboradores podem subscrever

Válidos a longo prazo
Valores concebidos para serem válidos a longo prazo

Consultas intensivas para definir novos valores e crenças

Em 2013, o Deutsche Bank realizou o maior número de consultas a pessoal dos últimos anos, pedindo a 52.000 colaboradores para contribuir com as suas opiniões, expectativas e ideias. O feedback foi complementado por debates exaustivos e workshops ao nível da direção. Como resultado deste processo, definimos seis valores fundamentais para o Deutsche Bank: Integridade, Desempenho Sustentável, Foco no Cliente, Inovação, Disciplina e Parceria. Cada um destes valores assenta num conjunto de três crenças que nos orientam em todas as nossas tarefas. Todos os 250 líderes sénior subscreveram por unanimidade os novos valores e crenças na Conferência da Direção em 10 de julho de 2013. O banco anunciou os novos valores e crenças aos colaboradores e ao público em 24 de julho de 2013.

Os nossos valores irão orientar a nossa conduta no futuro. Irão ajudar-nos a exercer as atividades com o mais elevado nível de integridade, por forma a criar valor a longo prazo para os nossos acionistas e estimular os melhores talentos. Continuaremos firmemente centrados em servir os nossos clientes de forma eficaz. Trabalharemos, ao mesmo tempo, no sentido de melhorar continuamente os nossos processos e promover a responsabilidade e a dinâmica empresarial.

Os nossos valores

Integridade	Desempenho Sustentável	Foco no Cliente	Inovação	Disciplina	Parceria

As nossas crenças

Vivemos segundo os mais altos padrões de integridade em tudo o que dizemos e fazemos	Criamos valor para os acionistas ao dar prioridade ao sucesso a longo prazo em vez dos ganhos a curto prazo	Ganhamos a confiança dos nossos clientes colocando-os no centro da nossa organização	Promovemos a inovação ao valorizar a curiosidade intelectual nas pessoas	Protegemos os recursos da empresa, ao pensar e agir sempre como proprietários	Criamos equipas diversas para gerar melhores ideias e tomar decisões mais equilibradas
Faremos o que está certo – não apenas o que é permitido	Incentivamos o espírito empreendedor que equilibra, de forma responsável, os riscos e os retornos	Proporcionamos valor real ao compreender e atender as necessidades dos nossos clientes da melhor forma possível	Garantimos o sucesso dos nossos clientes ao procurar continuamente soluções adequadas aos seus problemas	Adotamos as regras e somos responsáveis por cumprir as nossas promessas – sem desculpas	Colocamos os objetivos comuns da empresa à frente da fidelização de cada secção, mediante a confiança, o respeito e o trabalho entre todos
Comunicamos abertamente; convidamos, proporcionamos e respeitamos as perspetivas desafiantes	Prosseguimos um desempenho de longa duração desenvolvendo, apoiando e investindo nos melhores talentos e gerindo com base no mérito	Esforçamo-nos por manter relações mutuamente benéficas com os clientes, nas quais o valor criado seja partilhado equitativamente	Melhoramos continuamente os nossos processos e plataformas ao englobar novas e melhores formas de fazer as coisas	Alcançamos a excelência operacional ao nos esforçarmos por "acertar à primeira"	Agimos como parceiros responsáveis com todas as partes interessadas e entidades reguladoras e servimos os interesses mais amplos da sociedade

Aumentar a consciencialização dos valores e crenças no banco

O banco espera que todos os seus colaboradores vivam os seus valores e crenças no seu trabalho quotidiano, pois só assim os novos princípios terão um impacto significativo. Neste sentido, o banco comunicou os elementos fundamentais dos valores e crenças a todos os colaboradores mediante vários canais, incluindo workshops, reuniões na Câmara Municipal e imensos debates bilaterais. O banco apoia estes valores, incluindo-os na definição de objetivos e nas avaliações de desempenho. Mais importante ainda, o banco pretende começar no topo, com os gestores sénior a agir de acordo com os mais elevados padrões de integridade em todas as suas atividades e a dar o exemplo no sentido de orientar a conduta do pessoal.

A mudança cultural afeta todas as partes do Deutsche Bank. As ações fundamentais variam desde mudar a forma como premiamos a nossa administração e os colaboradores, passando por reforçar os mecanismos de governo e de controlo, até mudar a forma como conduzimos o nosso negócio no dia-a-dia. Muitas destas etapas já foram implementadas, mas continuamos a melhorar a nossa conduta e políticas, abraçando novas e melhores formas de fazer as coisas.

Num inquérito lançado em novembro de 2013, 94% dos colaboradores do Deutsche Bank confirmaram que têm conhecimento dos nossos novos valores e crenças. Trata-se de um sinal positivo de que estamos no caminho certo.

Frequentemente, a mudança cultural é encarada com ceticismo e o processo é moroso. Mas estamos empenhados em implementar a mudança cultural em toda a organização. É, sem dúvida, o aspeto mais crucial da Estratégia 2015+ e a chave para o sucesso do Deutsche Bank a longo prazo. Em última análise, seremos avaliados pela forma como combinamos a nossa cultura de desempenho com uma cultura de responsabilidade.

Criação de valor para as nossas partes interessadas

Acionistas, clientes, pessoal e sociedade

1–2
Criação de valor para as nossas partes interessadas

Acionistas

Clientes

Pessoal

Sociedade

O objetivo do Deutsche Bank é ser um dos principais bancos universais do mundo. A nossa estratégia centra-se no melhor desempenho para os nossos clientes, na excelência e eficiência
operacional, na consciencialização para os custos, numa base de capital mais forte e na mudança cultural. Em 2013, o Deutsche Bank obteve sólidos progressos nos objetivos da Estratégia 2015+ – na defesa dos interesses de acionistas, clientes, pessoal e sociedade.

Acionistas

Ambicionamos criar mais valor para os nossos acionistas e estamos a trabalhar nesse sentido num contexto internacional difícil e exigente. O nosso objetivo é apresentar proveitos e dividendos sólidos a longo prazo. Em 2013, reforçámos a nossa base de capital e alcançámos liquidações importantes. A reconfiguração da nossa plataforma destina-se a alavancar os pontos fortes dos nossos negócios essenciais. Consequentemente, o banco ficou mais simples, mais seguro e mais equilibrado em 2013. Em defesa das nossas partes interessadas, continuaremos concentrados na implementação disciplinada da Estratégia 2015+.

Clientes

Queremos criar valor para os nossos clientes particulares e comerciais, oferecendo-lhes produtos excelentes e o melhor aconselhamento possível. Os nossos colaboradores centram-se em encontrar e implementar as melhores soluções, enquanto o nosso conhecimento especializado global é oferecido a nível local. Acreditamos que o centro da atividade bancária está em fornecer os instrumentos adequados consoante as diferentes necessidades dos clientes. Além da qualidade, velocidade e estreita cooperação entre as nossas divisões corporativas, a inovação também desempenha um papel central. Em 2013, ampliámos a nossa oferta para pequenas e médias empresas na Alemanha.

Pessoal

Os quase 100.000 colaboradores em 71 países garantem o sucesso do nosso negócio. Estamos confiantes que as nossas equipas estão entre as mais qualificadas, produtivas e dedicadas no mundo. Procuramos reforçar a nossa posição como empregador de eleição.
Sabemos que, desde a crise financeira, o público adotou uma posição crítica face às práticas remuneratórias dos bancos. No contexto da mudança cultural, analisámos e adaptámos os nossos sistemas de remuneração. Da nossa perspetiva, a mudança cultural significa que todos os colaboradores têm a obrigação de agir com integridade absoluta em relação a clientes, colegas, acionistas e sociedade.

Sociedade

Obter uma maior transparência relativamente às nossas atividades de negócio é importante tanto para a sociedade como para todas as partes interessadas. Ajuda o público a formar uma opinião fundamentada e os acionistas nas suas decisões de investimento. Em conformidade com as expectativas das nossas partes interessadas e os novos valores e crenças do Deutsche Bank, intensificámos os nossos esforços para tornar a atividade do banco mais sustentável, integrando igualmente o procedimento de due diligence ambiental e social no processo de aprovação para todas as transações e produtos. As atividades de cidadania empresarial do Deutsche Bank fazem face a desafios sociais em muitos países, com especial incidência na Alemanha, e o banco também apoia fortemente o trabalho de voluntariado dos seus colaboradores.

Acionistas

Agradecemos aos nossos acionistas pela sua fidelidade e apoio.

Dados Estruturais

		2013	2012	2011
Número de acionistas		566.979	610.964	660.389
Acionistas por tipo em % do capital acionista[1]	Institucionais (incluindo bancos)	79	75	74
	Privados	21	25	26
Repartição regional em % do capital acionista[1]	Alemanha	50	45	52
	União Europeia (excluindo a Alemanha)	26	33	26
	Suíça	6	6	6
	EUA	15	13	13
	Outros	4	2	3

Números-chave

	2013	2012	2011
Variação da rentabilidade total da ação do Deutsche Bank[2]	7,5%	15,0%	(23,3%)
Volume médio diário de negociação (em milhões de ações)[3]	6,2	7,6	8,8
Dividendo por ação no exercício (em euros)	0,75[4]	0,75	0,75

Projetos especiais

Aumento de capital do capital autorizado	A emissão de 90 milhões de novas ações a um preço de colocação de 32,90 euros por ação resultou num encaixe bruto agregado de2,96 mil milhões de euros, excluindo os direitos de preferência. As ações foram depositadas em investidores institucionais mediante um procedimento de colocação acelerada ("accelerated bookbuilding").
Informações acerca de obrigacionistas	Sítio Web melhorado com informações acerca de obrigacionistas com anúncios sobre a tomada de decisões e as atividades de emissão relativas aos instrumentos de capital Tier 1 e Tier 2 adicionais.

[1] Números arredondados
[2] Cotação da ação com base no sistema Xetra
[3] Estatísticas do registo de ordens (Xetra)
[4] Proposta para a Assembleia Geral Anual em 22 de maio de 2014

Clientes

A confiança de milhões de clientes é tanto uma honra como uma fonte de motivação.

Dados Estruturais

		2013	2012	2011
Número de clientes (arredondado)				
Corporate Banking & Securities		20.200	21.400	18.700
Global Transaction Banking		62.585	67.200	71.700
Deutsche Asset & Wealth Management	Retail Asset Management (Alemanha/Luxemburgo)	2.461.000	2.316.000	2.260.000
	dos quais: em cooperação	624.000	552.000	465.000
	Gestão de Ativos Institucionais	2.400	2.400	2.400
	Wealth Management[1]	65.700	71.300	75.800
Private & Business Clients		27.994.000	28.419.000	28.575.000
	dos quais: Deutsche Postbank AG	13.959.000	14.018.000	14.064.000

Números-chave

		2013	2012	2011
Corporate Banking & Securities	Prémios IFR, número de prémios ganhos	7	9	8
	Prémios de risco, número de prémios ganhos	3	3	3
	Euromoney Awards for Excellence, número de prémios ganhos	19	27	20
	Euromoney FX Poll, classificação	1	1	1
Global Transaction Banking	Ativos sob custódia (em biliões de euros)	1,78	1,55	1,52
	Transações documentais (em milhares de milhões de euros)	72,7	61,2	57,3
	Localizações, incl. escritórios de representação	47	46	45
	Classificações cimeiras para a subfunção de custódia[2]	17	11	16
Deutsche Asset & Wealth Management	Fundos de retalho da DeAWM			
	Número de prémios de desempenho de fundos na Europa[3]	56	77	69
	Insurance asset management			
	Prémio como melhor gestor de seguros global[4]	1	1	1
Private & Business Clients	Volume de negócio dos clientes (depósitos em milhões de euros)	220.025	234.680	229.293
	Número de agências internacionais (excl. Alemanha)	879	886	866
	Pedidos de empréstimos do Deutsche Bank e do Postbank incluindo BHW na Alemanha (em milhões)	11,2	9,7	8,9

Projetos especiais

Corporate Banking & Securities	"Agenda estratégica" – um conjunto de 23 iniciativas estratégicas para reconfigurar a CB&S, abrangendo cultura, clientes, aumento de proveitos, eficiência de recursos, alinhamento operacional e cooperação entre as divisões.
Global Transaction Banking	Programa "Pagamentos e cobranças em nome de" para clientes empresariais, que oferece aos departamentos de tesouraria altamente eficientes e centralizados o potencial de otimizar e integrar as suas operações.
Deutsche Asset & Wealth Management	SOP Future: Integração dos fundos com gestão ativa da Sal. Oppenheim na plataforma da DWS e fundação da Deutsche Oppenheim Family Office na Alemanha, através da fusão de dois escritórios de família (family offices) anteriormente distintos.
	Olympus: Acordo com a BlackRock Solutions para utilizar o Aladdin® – uma solução de investimento empresarial integrada que representa um investimento significativo nas nossas operações e tecnologia.
Private & Business Clients	Lançamento da Private&Commercial Banking – nova cobertura melhorada para clientes da banca comercial.

[1] Número de relações excluindo Private Client Services (EUA), incluindo Sal. Oppenheim
[2] Inquérito anual da Global Custodian aos agentes bancários (em mercados importantes)
[3] Lipper & Feri
[4] Reactions Magazine

Pessoal

Altamente qualificados, capazes e dedicados – ou seja, centrados nos clientes.

Dados Estruturais

		2013	2012	2011
Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)[1]		98.254	98.219[2]	100.996
Divisões	Private & Business Clients	38,6%	38,7%	38,6%
	Corporate Banking & Securities	8,6%	8,8%	10,0%
	Deutsche Asset & Wealth Management	6,3%	6,6%	6,9%
	Global Transaction Banking	4,1%	4,4%	4,2%
	Non-Core Operations Unit	1,5%	1,5%	1,8%
	Infraestrutura Regional	40,9%	40,0%	38,5%
Regiões[3]	Alemanha	47,2%	47,1%	46,9%
	Europa (excluindo Alemanha), Médio Oriente e África	23,8%	24,4%	24,0%
	Américas	10,5%	10,5%	11,0%
	Ásia e Pacífico	18,5%	18,0%	18,1%
Habilitações[4,5]	Diploma universitário	64,2%	64,0%	63,7%
	Certificado do ensino secundário	17,4%	17,4%	17,3%
	Outros níveis de escolaridade	18,4%	18,6%	19,0%
Colaboradoras[6]	Total de colaboradoras	41,7%	41,7%	41,2%
	Diretoras Executivas e Diretoras	18,7%	18,0%	17,1%
	Colaboradoras com título corporativo	31,1%	30,8%	29,7%
Idade[4]	até 29 anos	18,9%	19,8%	21,0%
	30 – 39 anos	29,2%	29,4%	29,4%
	40 – 49 anos	30,6%	30,8%	30,7%
	mais de 49 anos	21,3%	20,0%	18,9%
Tempo de serviço na empresa[4]	até 4 anos	33,2%	34,9%	37,8%
	5 – 14 anos	30,7%	30,0%	28,0%
	mais de 14 anos	36,1%	35,1%	34,2%

Números-chave

	2013	2012	2011
Índice de compromisso do colaborador[7]	–	73%	72%
Taxa de rotação de voluntários	6,4%	6,2%	7,2%
Formação (custos em milhões de euros)[8]	86	109	122
Programas de estágio (custos em milhões de euros)	46	54	56

Projetos especiais

Comissão de Líderes Sénior	Constituímos a Comissão de Líderes Sénior, presidida por Anshu Jain e Jürgen Fitschen por forma a dirigir e governar a gestão estratégica de talentos do nosso Grupo. A comissão supervisiona as questões de desenvolvimento, nomeação e planeamento de sucessão para os nossos melhores talentos sénior, de modo a criar um forte canal de líderes sénior.
Recrutamento de talentos jovens para o banco a nível global	Recrutamento de 1.196 talentos jovens para o banco a nível global, desenvolvendo e implementando estratégias adaptadas às necessidades regionais e competências de cada localização, em particular para os nossos centros tecnológicos e de serviços em expansão, especialmente na Índia, nos EUA, no Reino Unido, em Moscovo e Bucareste.

[1] Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro) = número total com ajustamento proporcional dos colaboradores a tempo parcial, excluindo estagiários e aprendizes

[2] Um ajustamento pontual dos dados dos colaboradores relativos à Índia produziu um decréscimo nominal de 300 colaboradores
[3] Em 2013, os colaboradores do Paquistão, anteriormente incluídos na Ásia e Pacífico, foram afetados à Europa (excluindo Alemanha), Médio Oriente e África; os números relativos a 2012 e 2011 foram repostos em conformidade.
[4] Número de colaboradores (total)
[5] Excluindo o Postbank, Sal. Oppenheim e BHF-Bank
[6] Excluindo o Postbank, Sal. Oppenheim, BHF-Bank e DB Investment Services, onde os títulos corporativos não foram implementados
[7] Não realizado em 2013, agendado para 2014; excluindo o Postbank
[8] A implementação da nossa estratégia Learning 2015+ proporcionou a oportunidade de agilizar a nossa carteira de opções de formação no sentido de uma aprendizagem mais autónoma combinada com formação orientada por instrutores, bem como aumentar as sessões internas orientadas por um líder. Registámos um aumento de 10% nos cursos de e-learning online, o que permite um desenvolvimento mais direcionado com uma duração mais limitada. Esta estratégia, em conjugação com as melhorias organizacionais e de governo, contribuiu para uma pequena redução em geral dos dias de formação por cada equivalente a tempo inteiro.

Sociedade

Combinamos a nossa cultura de desempenho com uma cultura de responsabilidade.

Dados Estruturais

	2013	2012	2011
Número de países onde o Deutsche Bank opera (incluindo territórios offshore)	71	72	72

Números-chave

		2013	2012	2011
Classificações de sustentabilidade	Carbon Disclosure Project (Faixa A a E)	91/Faixa A	90/Faixa A	82/Faixa B
	OEKOM Research (numa escala de A+ a D–)	C/Prime	C/Prime	C/Prime
	RobecoSAM	72	78	75
	Sustainalytics	59	65	66
Perceção externa do Deutsche Bank enquanto empresa com responsabilidade corporativa (mercado B2B)	A nível mundial	51%	49%	54%
	Alemanha	76%	82%	76%
Total de investimentos em responsabilidade corporativa (em milhões de euros)		78,2	82,7	83,1
Atividade bancária orientada para a sustentabilidade				
Gestão de ativos em fundos orientados para a sustentabilidade (em mil milhões de euros)		5,1	3,7	3,0
Financiamento cumulativo a mutuários de microcréditos estimado desde 1997 (em mil milhões de USD)		1,67	1,49	1,26
Operações sustentáveis				
Energias renováveis em % do consumo total		79%	67%	74%
Emissões líquidas de gases com efeito de estufa[1], em toneladas métricas de CO_2		348.678	385.571	396.266
Pessoas e sociedade				
Colaboradores que participam em programas de voluntariado empresarial do Deutsche Bank		25%	24%	24%
Total de participantes em projetos educacionais		411.121	1.322.026[2]	296.505
Total de beneficiários de projetos com enfoque social		439.635	710.898[3]	n/d

Projetos especiais

Economia	A sede ESG foi estabelecida na Deutsche Asset and Wealth Management Desenvolvimentos no enquadramento e nos conceitos de formação relativos aos riscos ambientais, sociais e de governo
Ecologia	Confirmação do nosso compromisso voluntário para manter todas as atividades operacionais neutras em termos de emissões de carbono Cotado novamente no Climate Performance Leadership Index
Pessoas e Sociedade	Os nossos novos valores e crenças desenvolvidos Os colaboradores do Deutsche Bank apoiam as vítimas do tufão Haiyan e das inundações na Alemanha Lançamento do programa global de empenho jovem "Born to Be" do Deutsche Bank

[1] As emissões líquidas de gases com efeito de estufa incluem fontes de energias renováveis e Certificados de Energias Renováveis. As novas emissões foram completamente compensadas pela redução certificada de emissões desde 2012.
[2] Devido a projetos educacionais baseados na Web com muito maior alcance
[3] Dados coligidos pela primeira vez em 2012



»Sempre apreciei o tratamento personalizado e pessoal oferecido pela minha equipa no Deutsche Bank. Baseia-se numa estratégia centralizada de uma ampla base de investigação com uma camada de atenção especializada para as minhas necessidades individuais.«

Nos EUA, o Deutsche Bank possui mais de 11.000 colaboradores em 28 estados e 90 cidades. O Deutsche Bank Américas contribui com quase um quarto para as receitas totais do Grupo.

A construir para o futuro

DeeAnna Staats, Malibu, cliente da Wealth Management



2

Partes interessadas

37 Acionistas
Êxito no aumento de capital

41 Clientes – Corporate Banking & Securities
Utilização eficiente dos recursos para um crescimento sustentável

46 Clientes – Global Transaction Banking
Desempenho estável em todas as regiões

51 Clientes – Deutsche Asset & Wealth Management
Preservar e aumentar o património

55 Clientes – Private & Business Clients
Um forte líder no setor dos clientes privados

60 Non-Core Operations Unit
Boa evolução na redução do risco

62 Colaboradores
Diversificados, talentosos e motivados

65 Sociedade
Promover a responsabilidade corporativa

As declarações relacionadas com a posição competitiva do Deutsche Bank, a quota de mercado ou a classificação baseiam-se essencialmente em fontes externas, incluindo publicações da indústria (p. ex., Euromoney) e fornecedores de informações especializadas (p. ex., Thomson Reuters, Dealogic).

Acionistas
Êxito no aumento de capital

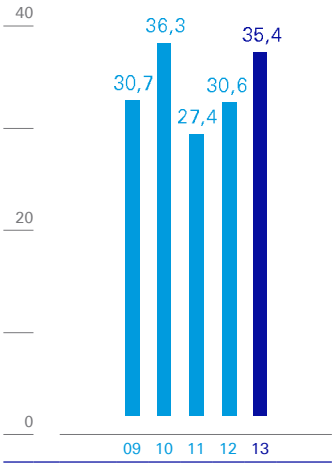
Em suma

– A cotação da ação do Deutsche Bank garante um ganho de 5% em 2013

– A Assembleia Geral Extraordinária cria segurança jurídica

– Refinanciamento com spreads bastante interessantes

2–1
Capitalização bolsista
em mil milhões de euros no fim do exercício de 2013



Em todo o mundo, as políticas monetárias acomodatícias dos bancos centrais suportaram os mercados acionistas durante 2013. Ao longo do ano, a ação do Deutsche Bank atingiu o seu máximo no início de fevereiro com 38,73 euros, subindo 17,5% no final de 2012. Alguns dados económicos dececionantes na Europa e as incertezas em torno do plano de resgate financeiro para o Chipre resultaram na volatilidade dos mercados acionistas europeus durante a primeira metade de 2013. Neste contexto, a ação do Deutsche Bank caiu para 29,41 euros em meados de abril, atingindo o ponto mais baixo do ano. No geral, o banco manteve amplamente os níveis do índice STOXX Europe 600 Banks (–2,4% em oposição a –1,6%) nos primeiros seis meses. Na segunda metade de 2013, a melhoria mundial nos principais indicadores económicos, bem como a surpreendente orientação do BCE de que as taxas de juro iriam manter-se baixas durante um longo período de tempo, proporcionaram fortes resultados para os mercados acionistas. Consequentemente, os mercados acionistas beneficiaram de um segundo semestre do ano bastante forte (índice DAX +20,0%). As ações do Deutsche Bank avançaram 7,8% no segundo semestre de 2013 e terminaram o ano com uma subida de 5,2% em 34,68 euros.

Capitalização bolsista

A capitalização bolsista do Deutsche Bank aumentou durante 2013 em aproximadamente 4,8 mil milhões de euros para 35,4 mil milhões de euros. Gráfico 2–1 Tal inclui os 2,96 mil milhões de euros gerados no aumento de capital em abril de 2013. O volume médio diário de negociação das ações do Deutsche Bank no Xetra caiu 1,4 milhões para 6,2 milhões de ações. Este decréscimo mais do que compensou o aumento da cotação da ação e, consequentemente, o valor do ano inteiro de negociação no Xetra caiu de 127 mil milhões de euros para 109 mil milhões de euros em 2013. Com base no valor, a ação do Deutsche Bank foi a quinta mais elevada na negociação entre as ações do índice DAX no Xetra, tendo sido a segunda mais transacionada no ano anterior. A ponderação da ação do Deutsche Bank no índice DAX baixou marginalmente para 4,4% (2012: 4,6%). Na New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque), o volume médio de negociação na ação do Deutsche Bank baixou 35% em 2013. Esta diminuição foi sobretudo atribuível ao menor interesse por parte dos investidores americanos nas ações dos bancos europeus.

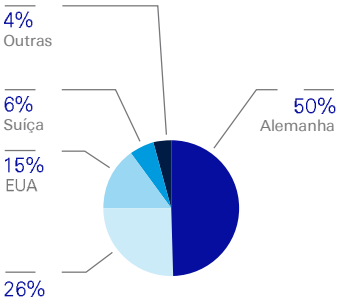
Rentabilidade a longo prazo

Um investidor que tivesse adquirido ações do Deutsche Bank por 10.000 euros no início de 2009,
reinvestido dividendos e subscrito aumentos de capital sem injetar fundos adicionais, teria uma carteira no valor de 14.956 euros em finais de 2013. Tal corresponde a uma rentabilidade anual média de 8,4%, enquanto o STOXX Europe 600 Banks registou um aumento (incluindo dividendos) de 8,1% por ano ao longo do mesmo período.

Aumento de capital

O reforço da base de capital manteve-se a principal prioridade do Deutsche Bank em 2013. Este foi o motivo fundamental para a decisão do banco de realizar um aumento de capital a 29 de abril de 2013,
através da emissão de 90 milhões de novas ações de capital autorizado, excluindo os direitos de preferência. As ações foram depositadas em investidores institucionais mediante um processo de colocação acelerada ("accelerated bookbuilding"). A colocação foi feita sem

2 – 2
Distribuição regional da participação no capital
Em % no final do exercício de 2013



Números arredondados

qualquer desconto em relação à cotação de fecho do Xetra de 32,90 euros por ação e a oferta quase quintuplicou a este preço. As receitas brutas agregadas foram de 2,96 mil milhões de euros. Além de outras medidas, esta situação ajudou a melhorar o rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1) do banco (sob plena implementação das regras de Basileia III) durante o ano, de 7,8% para 9,7%.

Estrutura acionista

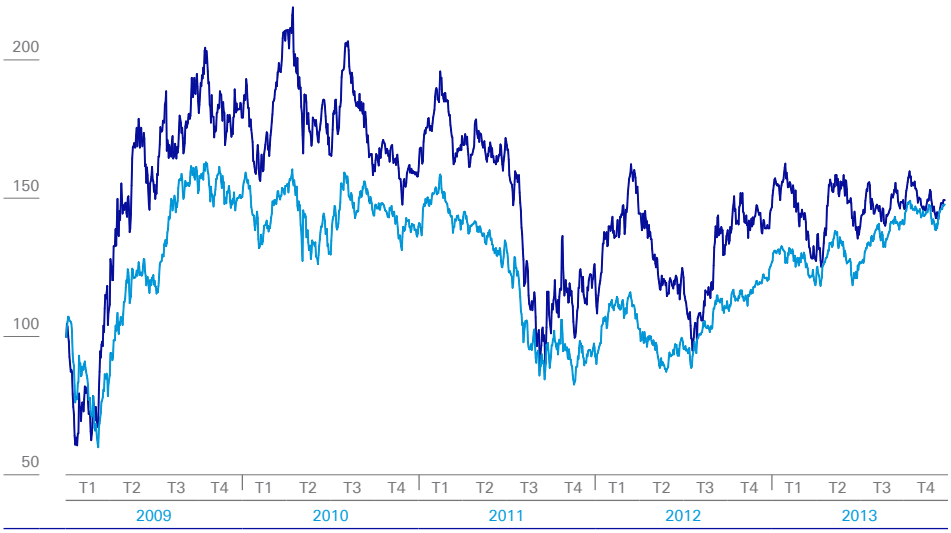
As ações do Deutsche Bank permanecem em circulação quase na sua totalidade. Cerca de 99% dos acionistas do banco são investidores particulares. A BlackRock, Inc., Nova Iorque, que detém 5,14% das ações do Deutsche Bank, é o único acionista de grande dimensão abrangido pelo limiar legal de 3% para efeitos do dever de comunicação. O número de acionistas diminuiu para 566.979 no decurso de 2013 (2012: 610.964).

O capital acionista detido pelos investidores particulares foi de 21% no final de 2013 (2012: 25%). Os investidores institucionais detinham 79% (2012: 75%) do total do capital social do banco de 2.609.919.078,40 euros. O total do capital social na Alemanha aumentou para 50% durante o ano (2012: 45%). Este é, sobretudo, um efeito técnico, pois um investidor institucional de grande dimensão transferiu a custódia das suas participações do estrangeiro para a Alemanha.

Gráfico 2 – 2
Duas Assembleias Gerais

Em dezembro de 2012, o Tribunal Distrital de Frankfurt am Main concedeu ações específicas de vários queixosos que contestaram diversas resoluções da Assembleia Geral Anual de 2012. Para criar a segurança jurídica necessária e garantir que o banco mantivesse a Assembleia Geral Anual de 2013, o Conselho de Administração decidiu convocar uma Assembleia Geral Extraordinária. 2.500 acionistas compareceram no evento em Frankfurt am Main a 11 de abril de 2013, representando 28,4% do capital. Os acionistas confirmaram, por grande maioria, todas as três resoluções contestadas.

Rentabilidade a longo prazo



Índice de retorno total, início de 2009 = 100
— STOXX Europe 600 Banks
— Deutsche Bank
Fonte: Datastream

566.979



O número de acionistas diminuiu para 566.979 no decurso de 2013. O capital acionista detido pelos investidores particulares foi de 21% no final de 2013. Os investidores institucionais detiveram 79%.

O reforço da nossa base de capital manteve-se a nossa principal prioridade em 2013. O nosso rácio de capital Core Tier 1 continuou a melhorar ao longo do ano.

7,8%
Rácio de capital Tier 1 no final do exercício de 2012

9,7%
Rácio de capital Tier 1 no final do exercício de 2013

A Assembleia Geral Anual ordinária a 23 de maio de 2013 contou com a participação de 4.900 acionistas (2012: 7.100). A percentagem de capital representado foi de 23,0% em comparação com 34,9% no ano anterior. Esta redução corresponde à experiência de outras empresas com ações nominativas. É atribuível sobretudo a uma decisão jurídica do Tribunal Regional Superior de Colónia que obriga efetivamente os investidores a registar as suas ações, caso pretendam exercer o seu direito de voto. Muitos investidores tinham a impressão de que o registo imporia restrições sobre a alienação das suas ações. Tal desincentivou particularmente os investidores estrangeiros de exercer o seu direito de voto.

O relatório dos Copresidentes do Conselho de Administração sobre o exercício fiscal anterior e as perspetivas atuais foi seguido de um debate aceso com os acionistas.
Após o debate, todas as rubricas inscritas na ordem do dia foram aprovadas por largas maiorias. O sistema remuneratório dos membros do Conselho de Administração foi submetido pela terceira vez ao voto dos acionistas.

Recompra de ações

Os acionistas presentes na Assembleia Geral Anual autorizaram o banco a comprar ações próprias num volume máximo equivalente a 10% do capital acionista até 30 de abril de 2018, substituindo assim a autorização de 2012. No total, o Deutsche Bank recomprou 34,2 milhões de ações (2012: 17,4 milhões) no valor de 1,12 mil milhões de euros durante o ano de 2013. Todas estas ações foram utilizadas para cumprir as obrigações dos planos de remuneração baseados em ações. Em 31 de dezembro de 2013, o número de ações em tesouraria foi inferior a um milhão. O Deutsche Bank não cancelou nem revendeu as ações. A proporção de ações em tesouraria não excedeu o limiar de 3% para efeitos do dever de comunicação durante o ano.

Desde o início do nosso primeiro programa de recompra de ações em meados de 2002 até 31 de dezembro de 2013, recomprámos um total de 353 milhões de ações do Deutsche Bank no valor de 19,8 mil milhões de euros, revendemos 16,3 milhões de ações no mercado no valor de 500 milhões de euros e cancelámos 118 milhões de ações com um valor de aproximadamente 7,2 mil milhões de euros.

Desafios regulamentares afetam notação de crédito

Em 2013, as notações das instituições de crédito foram objeto de revisões rigorosas por parte das agências de notação em todo o mundo, dado que os crescentes requisitos regulamentares e os exigentes mercados de capitais influenciaram o desempenho do setor. A Standard and Poor's diminuiu a notação de risco de longo prazo do Deutsche Bank AG em um nível, de A+ para A, referindo o aumento dos desafios regulamentares e do risco setorial para os bancos

18,6
mil milhões de euros
em títulos de dívida emitidos em 2013

com operações no mercado de capitais em larga escala.
As notações de risco de crédito a longo prazo A+ e A2 do Deutsche Bank foram confirmadas pela Fitch e Moody's, respetivamente. Em dezembro de 2013, a Moody's atribuiu uma perspetiva negativa à notação do Deutsche Bank, pois, no seu entender, a concretização das metas da Estratégia 2015+ do banco é ambiciosa.

Forte procura da dívida do Deutsche Bank

O Deutsche Bank recebeu um forte apoio dos seus investidores em dívida, o que permitiu ao banco refinanciar com spreads bastante interessantes. Em 2013, o Deutsche Bank emitiu 18,6 mil milhões de euros, com um spread médio de 36 pontos base sobre o índice variável relevante (por exemplo, LIBOR), com um prazo médio de 4,4 anos. Dos quais, 5,6 mil milhões de euros foram emissões de referência, ou seja, cumprem determinados tamanhos mínimos, e 13,1 mil milhões de euros foram gerados através da emissão de retalho e de outras colocações particulares. As atividades de emissão do Deutsche Bank estão bem diversificadas por mercados, instrumentos, divisas e investidores. No final de dezembro de 2013, no seu conjunto, 66% do financiamento total do banco provém das fontes de financiamento mais estáveis, como depósitos bancários de retalho e para transação, emissão nos mercados de capitais e participações.

Diálogo ativo com investidores e analistas

O interesse demonstrado pelos investidores e analistas financeiros na ação do Deutsche Bank permaneceu elevado em 2013. Em 2013, as suas questões centravam-se principalmente no rácio de alavancagem e na situação financeira do banco, nos pormenores em redor dos casos de litígio e no programa de redução de custos do banco. A direção e a equipa de relações com os investidores apresentaram regularmente relatórios acerca destas questões e dos resultados do banco em conferências telefónicas, bem como em reuniões individuais e em grupo. Em eventos como roadshows e conferências de corretores, o banco realizou mais de 450 reuniões (2012: 460) com investidores em ações e dívida, que tiveram a participação de membros do Conselho de Administração. O Deutsche Bank também continuou a intensificar as suas comunicações com investidores que baseiam as suas decisões de investimento em questões ambientais, sociais e de governação (ESG).

Amplo serviço de Internet

Os investidores particulares contactam o banco habitualmente pela linha de apoio gratuita para os acionistas e pela Internet. O sítio Web Relações com os Investidores do Deutsche Bank faculta informações financeiras essenciais. O banco publica todos os anúncios e relatórios financeiros na Internet e transmite os principais acontecimentos de Relações com os investidores, bem como todas as teleconferências e os discursos da Assembleia Geral Anual. Os acionistas podem registar-se online para participar na Assembleia Geral Anual e transmitir antecipadamente online as suas instruções de voto. O número de convites para a Assembleia Geral Anual enviado por correio eletrónico rondou os 55.600 em 2013 (2012: 51.700). O envio de convites por correio eletrónico é mais prático para o acionista, ajuda a reduzir os custos e protege o ambiente.

Mais informações em
► www.db.com/ir

Clientes – Corporate Banking & Securities

Utilização eficiente dos recursos para um crescimento sustentável

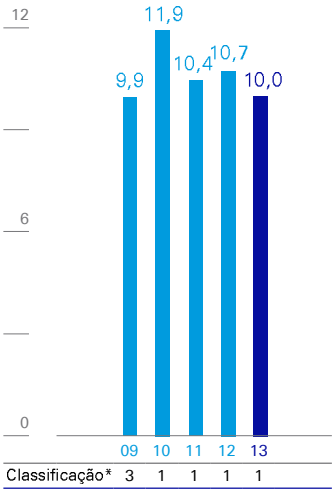
Em suma

- Processos de negócio otimizados, complexidade reduzida
- Forte impulso na negociação de ações
- Condições difíceis para o negócio de rendimentos fixos
- Corporate Finance consolida quota de mercado

2–3

Mercados: manutenção da nossa posição de liderança em rendimento fixo global

Quota de mercado em %



*por comparação com os pares
Fonte: Greenwich Associates

A área de negócio Corporate Banking & Securities (CB&S) inclui as divisões de negócio Markets e Corporate Finance. A divisão de negócios Markets agrega a comercialização, a negociação e estruturação de um vasto leque de produtos dos mercados financeiros, incluindo obrigações, ações e produtos indexados a ações, derivados negociados em bolsa e fora de bolsa, divisas, instrumentos do mercado monetário, instrumentos titularizados e matérias-primas. A cobertura dos clientes institucionais é da responsabilidade do grupo de clientes institucionais (Institutional Client Group), ao passo que a unidade de Research (pesquisa de mercado) fornece a análise de mercados, produtos e estratégias de negociação para clientes. A divisão de negócios Corporate Finance é responsável pelas fusões e aquisições (F&A), bem como pela criação e consultoria de dívida e capital próprio. As equipas regionais e setoriais asseguram o fornecimento de um conjunto completo de produtos e serviços financeiros aos clientes empresariais do banco.

A CB&S continuou a operar em condições difíceis em 2013. Embora a economia tenha crescido nos EUA, determinados desafios, como o resgate financeiro do Chipre e a incerteza política em países como a Itália e a Grécia, continuaram a dificultar a recuperação da Europa, particularmente na primeira metade do ano. A incerteza relativamente ao "precipício fiscal" dos EUA e a potencial redução do programa de flexibilização quantitativa da Reserva Federal afetaram o otimismo dos investidores na segunda metade do ano. Além disso, a atividade bancária de investimentos foi confrontada com novos requisitos regulamentares.
A CB&S manteve a sua posição de liderança mundial enquanto banco de investimentos e fonte de rendimentos fixos em 2013. Devido ao ambiente difícil para o setor, as receitas da CB&S desceram 12% em relação ao ano anterior. Os resultados antes de impostos sobre o rendimento (IBIT) foram de 3,1 mil milhões de euros, ligeiramente acima do número registado em 2012 de

Excerto do relatório por segmentos (Corporate Banking & Securities[1])

A Corporate Banking & Securities registou resultados antes de impostos sobre o rendimento de 3,1 mil milhões de euros em 2013 (2012: 2,9 mil milhões de euros). A melhoria deveu-se à não-recorrência da imparidade em ativos intangíveis registados em 2012, bem como a menores despesas relacionadas com remuneração que refletem a implementação continuada das medidas de OpEx, sendo parcialmente anulada pelo decréscimo das receitas e aumento das provisões para litígios.

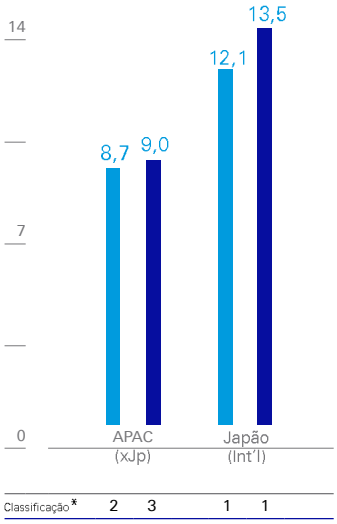
em milhões de euros	2013	2012
Receitas líquidas	13.623	15.448
Provisão total para perdas de crédito	190	81
Gastos operacionais (excl. juros)	10.353	12.459
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	**3.063**	2.891
Rendimento dos investimentos em ações (antes de impostos) em %	15	14
Ativos ponderados pelo risco	118.689	117.056
Ativos	1.111.592	1.464.721

[1] Excerto do relatório por segmentos. Para ver notas e outras informações, consultar o Relatório Financeiro de 2013 (Relatório de Gestão).

2 – 4

Mercados: aumento da liderança do mercado no Rendimento Fixo da Ásia

Quota de mercado em %



*por comparação com os pares
Fonte: Greenwich Associates

15,2%

quota de mercado na negociação cambial global

2,9 mil milhões de euros. Em reconhecimento da sua solidez empresarial subjacente, o Deutsche Bank ganhou vários prémios em 2013, incluindo o Melhor Banco de Investimento na Europa Ocidental, atribuído pela Euromoney e Global Finance, e o Banco Mais Inovador na Europa Ocidental pela The Banker.

A área de negócio CB&Salcançou progressos sólidos na implementação da Estratégia 2015+, continuando a aumentar a concentração, escala e eficiência da plataforma. Esta estratégia resulta de uma avaliação detalhada das atividades da CB&S, identificando os pontos fortes e os desafios das áreas de negócio, tendo simultaneamente em conta o ambiente económico, o panorama concorrencial em mudança e os requisitos regulamentares adicionais. A divisão corporativa reestruturou seletivamente determinadas áreas de negócio para se posicionar perante o ambiente em evolução. A CB&S é agora mais simples e eficiente, utilizando menos balanço e ativos ponderados pelo risco, com um número reduzido de colaboradores e menores despesas globais. Em 2013, a divisão corporativa melhorou a governação dos investimentos em tecnologia e reformulou os principais sistemas de negociação. Além disso, a CB&S reforçou a monitorização dos processos comerciais. Por exemplo, foram introduzidas novas restrições à comunicação eletrónica e à negociação com colaboradores.

Markets

Em 2013, a divisão de negócios Markets registou um desempenho mais fraco do que no exercício anterior. As receitas desceram 16% face ao período homólogo, visto que as difíceis condições comerciais na área de vendas e negociação de dívida apenas foram parcialmente compensadas pelo melhor desempenho na área de vendas e negociação de ações.

Em 2013, a CB&S concluiu a integração organizacional das áreas de negócio Rates, Flow Credit Trading, Foreign Exchange e Global Liquidity Management na área de negócio Fixed Income and Currencies (FIC) por forma a aumentar a eficiência global e fomentar a tecnologia de forma mais eficiente. As receitas nesta unidade combinada foram inferiores comparativamente ao ano anterior, devido essencialmente às difíceis condições comerciais na maioria dos produtos e mercados. Apesar de uma redução significativa nos recursos e da recalibração das respetivas áreas de negócios – o total do ativo ajustado da CB&S desceu 12% – a posição de mercado do banco na área de negócio FIC manteve-se robusta. Pela quarta vez consecutiva, a Greenwich Associates colocou a área de negócio de rendimento fixo global do Deutsche Bank em primeiro lugar com base na quota de mercado (Rendimento Fixo Global Gráfico 2–3 e Rendimento Fixo dos EUA).

Na área de negócio Foreign Exchange, a primeira metade do ano verificou fortes volumes e uma procura saudável pelo cliente. O desenvolvimento positivo também se refletiu na oferta melhorada do Deutsche Bank e no investimento contínuo na área de negócio cambial, incluindo o desenvolvimento do acesso baseado em aplicações aos produtos e serviços da CB&S. Na segunda metade do ano, as receitas diminuíram devido à constante compressão das margens e menor volatilidade do mercado. Com uma quota de mercado de 15,2%, o Deutsche Bank conquistou o primeiro lugar no estudo de mercado de câmbio realizado pela Euromoney pelo nono ano consecutivo, apesar das condições difíceis.

A Global Liquidity Management (GLM) oferece serviços de financiamento garantido e de gestão das garantias colaterais para os seus clientes. As receitas neste segmento foram inferiores às do exercício anterior devido à menor liquidez no mercado e ao reduzido perfil de risco após a reestruturação da área de negócio.

A área de negócio Core Rates proporciona aos clientes um mercado de produtos financeiros baseados em taxas de juro, incluindo produtos de fluxo e soluções estruturadas. As receitas neste segmento diminuíram em 2012 na sequência do volume reduzido de clientes, da

A construir para o futuro

Mohammed Sharaf, Dubai, Diretor-geral (CEO) do Grupo, DP World



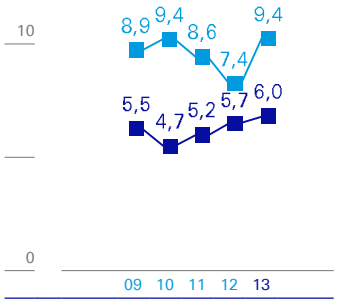
"Num mundo em mudança, o Deutsche Bank tem sido um verdadeiro parceiro. Ambos seguimos ativamente a nossa paixão de proporcionar um crescimento sustentável e rentável a longo prazo através da excelência na inovação e no serviço ao cliente."

O compromisso do Deutsche Bank na região MENA conta com mais de um século, começando com o financiamento do banco na linha férrea de Bagdade.

2 – 5

Mercados: reforço da nossa posição nas ações norte-americanas

Quota de mercado em %



Swaps
Negociação de numerário
O valor das swaps refere-se às Américas.
Fonte: Greenwich Associates

+20%

receitas na nossa área de vendas e negociação de ações

constante incerteza no mercado e de uma liquidez mais fraca. O Deutsche Bank foi nomeado Melhor Instituição de Fluxo Global (Rates) nos Euromoney Awards for Excellence 2013.

A Flow Credit permite aos clientes cumprir os objetivos de investimento e gerir o risco de crédito proporcionando liquidez através de uma gama de produtos em classes de ativos em incumprimento e grau de investimento de elevado retorno. Em 2013, as receitas da Flow Credit permaneceram inalteradas em relação ao exercício anterior.

A área de negócio Structured Finance oferece soluções de financiamento não relacionado com fluxos e de risco estruturado aos clientes de vários setores e classes de ativos. Graças à sua presença global, à amplitude dos produtos, à vasta competência e ao sucesso na execução de transações complexas em nome dos seus clientes, a área de negócio Structured Finance do Deutsche Bank assume uma posição de liderança no setor. As receitas no exercício de 2013 mantiveram os níveis do ano anterior. O Deutsche Bank foi nomeado Banco Mais Inovador na área de negócio Structured Finance pela The Banker.

A área de negócio Emerging Markets é uma plataforma integrada globalmente, dedicada à criação de mercado numa ampla gama de produtos de dívida em mercados emergentes (Debt, CDS, Foreign Exchange e Rates), principalmente para clientes da América Latina e Europa Central e Oriental, do Médio Oriente e África. As receitas na área de negócio Emerging Markets Trading em 2013 foram superiores às do ano anterior.

Em 2013, a CB&S anunciou a redução significativa da área de negócio Commodities. Futuramente, o banco incidirá nos derivados financeiros e nos metais preciosos. A decisão deveu-se à necessidade de utilizar o capital de forma mais eficiente, reduzir a complexidade do negócio e dar resposta aos desafios regulamentares setoriais.

Em 2013, as receitas de Equity Sales & Trading subiram 20% no ano anterior, dado que os mercados acionistas globais melhoraram graças às melhores condições macroeconómicas a nível global. O IBIT registou um aumento ainda mais elevado, pois as diferentes iniciativas estratégicas resultaram num negócio de ações mais eficiente. As receitas em Cash Equities subiram em 2013, refletindo um maior otimismo no mercado do que no ano anterior. Em consonância com este desenvolvimento, as receitas com derivados de ações foram significativamente mais elevadas face ao período homólogo, especialmente na Ásia e Europa, devido ao aumento de atividade dos clientes. A Greenwich Associates colocou o Deutsche Bank em 1.º lugar no que diz respeito a derivados de fluxo de ações e produtos titularizados/ações OTC estruturados para os investidores europeus.

A área de negócio Prime Brokerage oferece soluções de financiamento de vários ativos e acesso aos mercados mundiais aos maiores e mais sofisticados gestores de fundos do mundo. As receitas permaneceram estáveis, mantendo os níveis do ano anterior.

Prémios 2013

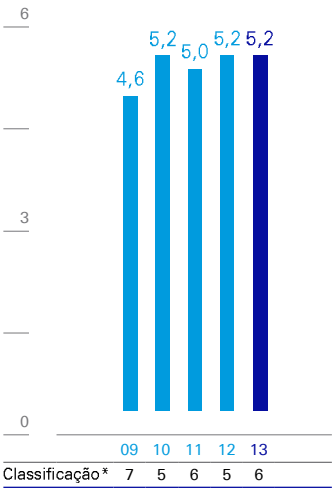
The Banker
Banco de Investimento Mais Inovador em Câmbio
Banco de Investimento Mais Inovador em Financiamento Estruturado

Euromoney
Melhor Instituição de Fluxo Global
Melhor Instituição de Matérias-Primas Global
N.º1 no inquérito FX da Euromoney, nove anos consecutivos

Risco
Gestor de Risco Bancário do Ano

Greenwich Associates
N.º1 no Rendimento Fixo Global
N.º1 nos EUA em Rendimento Fixo

2 – 6
Corporate Finance: quota de mercado sustentável baseada em comissões
Quota de mercado em %



*por comparação com os pares
Fonte: Dealogic

Corporate Finance
A Corporate Finance obteve um forte desempenho em 2013, refletindo a melhoria das condições de mercado e o sólido impulso da franquia. As receitas foram 17% mais elevadas, com melhorias significativas na rentabilidade global. A área de negócio ganhou três dos oito galardões atribuídos pela IFR Magazine, incluindo a Melhor Instituição de Obrigações pelo terceiro ano consecutivo.

As taxas globais na área de Corporate Finance subiram 9% em 2012, registando o seu nível mais elevado desde 2007. Este crescimento foi impulsionado pela forte atividade do mercado de capitais. A atividade de Equity Capital Markets (ECM) aumentou 20%, com volumes de emissão a alcançar os seus níveis mais elevados nos EUA durante 13 anos. A área de negócio Leveraged Debt Capital Markets (LDCM) foi bastante robusta, com o volume de comissões a atingir um nível recorde.

A quota de mercado baseada em comissões do Deutsche Bank em 2013 permaneceu estável ao nível recorde alcançado em 2012 (fonte: Dealogic) Gráfico 2–6. Simultaneamente, a CB&S conseguiu aumentar a sua quota de mercado nas áreas de negócio ECM e DCM, bem como nas regiões da Europa, Médio Oriente e África (EMEA), onde continuou a ser classificada em 1.° lugar. A área de negócio LDCM teve um ano proeminente, tendo alcançado o impressionante 2.° lugar na classificação global em relação à emissão de elevado retorno baseada em comissões.

Durante as atribuições de F&A, além de fornecer serviços de assessoria relacionados com a aquisição ou venda de empresas, a CB&S também ajuda os clientes com a gestão de um conjunto de riscos relacionados com a transação, como riscos cambiais, de taxas de juro e matérias-primas. A área de F&A perdeu algum ímpeto em 2013, com menos transações, volume reduzido e menor volume de comissões.

Perspetivas
Em 2014, a CB&S pretende evitar desvios que inviabilizem a consecução dos objetivos 2015+. A CB&S continuará a consolidar os seus pontos fortes no fluxo de rendimento fixo através da integração da plataforma e investimentos contínuos, cumprindo, em simultâneo, as suas metas de custos, capital e alavancagem. Em termos geográficos, a divisão corporativa continuará a integração do negócio.

Prémios 2013

International Financing Review
Instituição de Obrigações do Ano
Instituição de Empréstimos do Ano
Instituição de Obrigações de Elevado Retorno do Ano

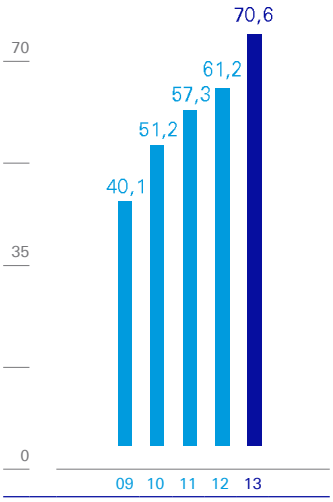
Clientes – Global Transaction Banking

Desempenho estável em todas as regiões

Em suma

- Melhoria do desempenho do negócio, crescimento em volumes de transação
- Consolidação da posição no mercado nacional
- Expansão em regiões de elevado crescimento
- Aumento da cooperação interdivisões e cobertura de clientes

2 – 7
Volumes crescentes de transações
Média anual em mil milhões de euros



A Global Transaction Banking (GTB) fornece produtos e serviços bancários comerciais para empresas e instituições financeiras, incluindo pagamentos nacionais e transfronteiriços, mitigação do risco, financiamento de transações internacionais, bem como serviços fiduciários, de agente, de depósito, de custódia e serviços conexos. Engloba as áreas de Cash Management, Trade Finance e Trust&Securities Services.

Ao longo de 2013, o contexto macroeconómico foi difícil, com taxas de juros persistentemente baixas nos mercados essenciais e pressão concorrencial sobre as margens. Além disso, as variações cambiais, comparativamente a 2012, afetaram negativamente os resultados reportados da GTB em euros.

Apesar dos obstáculos associados às difíceis condições de mercado e aos custos de reestruturação relacionados com a execução da estratégia 2015+, o desempenho do negócio melhorou em 2012. Enquanto as receitas totais da GTB apenas diminuíram ligeiramente, dado que a pressão sobre as receitas na região da Europa, Médio Oriente e África (EMEA) foi amplamente compensada pelo crescimento na Ásia e Pacífico e no continente americano, a relação custo/rendimento baixou significativamente. Em termos globais, os resultados antes de impostos sobre o rendimento da GTB, ascendendo a 1,1 mil milhões de euros, subiram em relação ao exercício anterior (2012: 0,7 mil milhões de euros). A área de Trade Finance beneficiou

Excerto do relatório por segmentos (Global Transaction Banking[1])

A Global Transaction Banking registou resultados antes de impostos sobre o rendimento de 1,1 mil milhões de euros em 2013 (2012: 0,7 mil milhões de euros). As receitas líquidas diminuíram comparativamente a 2012, que incluiu um pagamento de liquidação relacionado com as medidas de reestruturação das atividades de banca comercial nos Países Baixos. A provisão para perdas de crédito aumentou, devido sobretudo a um único incidente de crédito de cliente na área de Trade Finance. Os gastos operacionais (excl. juros) diminuíram em 2012, principalmente devido à não-recorrência de um encargo de contencioso, bem como à redução dos encargos de reestruturação nos Países Baixos.

em milhões de euros	2013	2012
Receitas líquidas	4.069	4.200
Provisão total para perdas de crédito	315	208
Gastos operacionais (excl. juros)	2.648	3.326
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	**1.107**	665
Rendimento dos investimentos em ações (antes de impostos) em %	22	16
Ativos ponderados pelo risco	36.811	34.976
Ativos	97.240	87.997

[1] Excerto do relatório por segmentos. Para ver notas e outras informações, consultar o Relatório Financeiro de 2013 (Relatório de Gestão).

A construir para o futuro

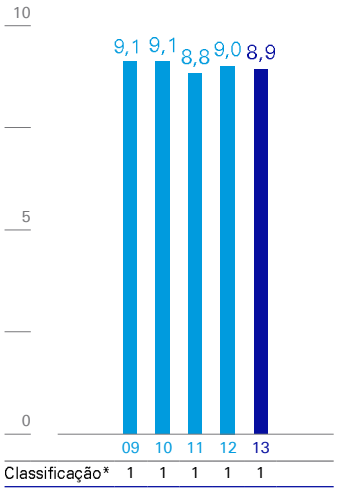
William B. Tyree, Nova Iorque, Parceiro na Brown Brothers Harriman & Co. (BBH)



"A BBH e o Deutsche Bank têm uma relação duradoura e de confiança. O banco presta-nos serviços de nível superior na gestão de tesouraria e subfunção de custódia e valorizamos o seu conhecimento especializado e soluções de produtos inovadoras."

O Deutsche Bank abriu a sua primeira agência em Nova Iorque, em 1979, e foi o primeiro banco alemão a ser cotado na bolsa de Nova Iorque (NYSE) (em outubro de 2001).

2 – 8
Líder em compensação de euros
Quota de mercado em %



*por comparação com os pares
Fonte: Banco Central Europeu, dezembro de 2013, com base nos pagamentos em euros através de "Target2" e EBA (EURO 1)

de fortes volumes, compensando o impacto da erosão de margens. A Trust & Securities Services demonstrou um desempenho robusto nestas condições, sendo sustentada por volumes de transação mais elevados. As receitas na Cash Management também beneficiaram de volumes de transações mais fortes.
A estratégia da GTB manteve-se concentrada nos produtos, geografias e grupos de clientes-alvo. As suas prioridades estratégicas incluem reforçar as relações com os clientes existentes e adquirir novos clientes, investir em soluções e excelência operacional, continuar a otimizar a sua carteira de negócios e presença global, identificar e alcançar as sinergias a partir de uma colaboração mais estreita com outras divisões de negócio, bem como manter uma disciplina rigorosa em termos de custos, risco e capital.

Em 2013, a GTB adaptou o seu modelo de negócio para fazer face às difíceis condições externas. Por exemplo, a GTB está continuamente a expandir a sua cooperação com outras divisões do banco para servir os clientes de forma mais eficaz. Neste contexto, a divisão reforça ainda mais a sua parceria com a Corporate Banking & Securities (CB&S). Quanto aos seus clientes empresariais, a GTB intensificou a sua colaboração com a equipa de Capital Market and Treasury Solutions (CMTS). Na Alemanha, a GTB criou com êxito um empreendimento comum com a Private & Business Clients (PBC) para combinar o amplo conhecimento especializado de produtos e alcance internacional da GTB com as capacidades de aconselhamento e poder de vendas da PBC, aumentando, portanto, a cobertura de médias empresas (consulte a página 56). Juntamente com a DeAWM, a GTB também otimizou as suas capacidades de front office.

Sólido desenvolvimento do negócio em todo o mundo

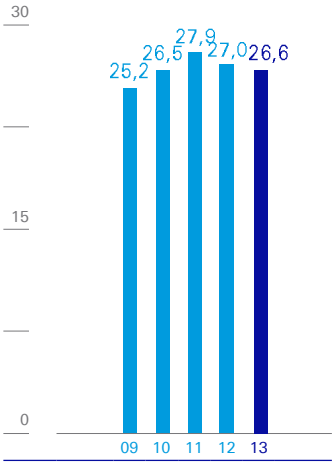
O negócio global da GTB, que opera em 47 países e serve clientes em 190 localizações e jurisdições, continuou centrado em expandir a sua franquia em regiões de elevado crescimento, consolidando em simultâneo a sua posição no mercado nacional.

Na região da EMEA, o esforço contínuo para recuperar o negócio da GTB nos Países Baixos ganhou um novo ímpeto em 2013. Na América do Norte e do Sul, as receitas e a rentabilidade subiram e os principais mandatos foram garantidos com clientes-alvo em toda a região.
Além do crescimento do negócio nos EUA, a GTB expandiu notavelmente a sua presença na América Latina, no Brasil e no México.

Novos produtos em
renminbi chinês

Apesar de se verificar um crescimento mais lento em determinadas regiões da Ásia e Pacífico, a GTB conseguiu expandir a sua presença física em mercados fulcrais como a China e a Índia. Também alargou a sua oferta para clientes em renminbi chinês, refletindo a crescente importância da moeda. A GTB centrou mais a sua estratégia nos países que fazem parte da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) a fim de diversificar os fluxos de receitas.

2 – 9
Quota de mercado significativa em trade finance
Média anual em %



Fonte: SWIFT, cartas de crédito de exportação Alemanha

Apoio ao cliente num ambiente regulamentar em mudança

A GTB prestou um apoio intensivo aos seus clientes na transição para a Área Única de Pagamentos em Euros (SEPA) e na utilização da segunda geração do sistema de liquidação pelos valores brutos TARGET (TS2). Além disso, a GTB também aconselhou os seus clientes no que se refere aos desafios regulamentares, como o acordo de Basileia II e III, e às regras ao abrigo da diretiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos (AIFMD).

Cash Management: excelente posição em compensação

A área Cash Management for Financial Institutions (CMFI) da GTB é a maior câmara de compensação de Euro no mundo e ocupa a liderança na compensação de numerário em USD. Além disso, a CMFI é um dos poucos prestadores de serviços de gestão global de tesouraria para instituições financeiras que fornecem produtos de pagamentos cambiais, como o FX4Cash.

Em 2013, a CMFI manteve a sua posição dominante na compensação em euros para clientes institucionais Gráfico 2–8 e continuou a ser um dos intervenientes fundamentais na EMEA e líder de mercado na Alemanha. A CMFI expandiu a sua presença no mercado de USD e posicionou-se entre os seis primeiros lugares na compensação em USD.

A Cash Management Corporates (CMC) oferece uma gama de soluções que permite aos clientes otimizar os seus negócios de tesouraria e pagamento e melhorar o fluxo de caixa. Em 2013, a CMC adquiriu novos clientes empresariais e centrou os investimentos em produtos com margens mais elevadas. A área Cash Management recebeu vários mandatos de clientes em 2013. Os volumes de pagamento através do sistema de compensação internacional, o Automated Clearing House (ACH), aumentaram cerca de 37%.

Trade Finance: posição de liderança em mercados fulcrais

Em 2013, a área de negócio Trade Finance ganhou impulso na EMEA, no continente americano e na região da Ásia e Pacífico, estando centrada em consolidar a sua posição de liderança em mercados fulcrais, como Brasil, Rússia, Índia e China. Além disso, a unidade continuou a investir em pessoas e plataformas de negócio para crescer nos mercados-alvo sub-representados.

A Trade Finance fechou um conjunto de negócios significativos em todas as regiões e linhas de produtos em 2013, incluindo nos mercados emergentes, com especial destaque para o negócio da cadeia de logística financeira.

GTB

Um pilar estável

Trust & Securities Services: melhoria do desempenho operacional

A Trust & Securities (TSS) oferece vários serviços de títulos administrativos. A área de negócio engloba Direct Securities Services (DSS), Trust & Agency Services (TAS) e Global Equity Services (GES).

Em 2013, os volumes de transação e os ativos sob custódia de DSS, que inclui serviços de custódia domésticos, de financiamento e de empréstimo de títulos emitidos por agências, aumentaram significativamente. A unidade reforçou a sua posição nas regiões emergentes da Ásia e Pacífico, Europa Central e Oriental e América Latina, continuando a aumentar a quota de mercado na Europa. Além disso, registou-se um elevado reconhecimento por parte do cliente e do mercado, sendo salientado por diversos prémios. O negócio de empréstimo de títulos emitidos por agências da TSS conquistou quota de mercado e obteve a melhor classificação no inquérito da Global Custodian sobre o empréstimo de títulos.
Além disso, a área de negócio TAS centrada nos serviços fiduciários corporativos e de administração manteve a sua posição de liderança enquanto mandatária de títulos de ativos dos EUA e títulos garantidos por hipotecas, bem como de outros instrumentos de dívida.

A área de negócio GES engloba certificados de depósito e serviços posteriores a ofertas públicas iniciais. A área de negócio continuou a ocupar uma quota de mercado significativa a nível global, com ênfase no desenvolvimento da sua presença na Ásia e Pacífico.

Perspetivas

Com retornos atrativos, a GTB é um pilar estável do Grupo Deutsche Bank. A divisão continuará na sua senda de gestão consistente de custos e riscos e da utilização eficiente do
capital. A GTB visa manter a dinâmica de crescimento e de receitas em 2014, cumprindo ainda as principais prioridades estratégicas em todas as áreas de negócio.

A área de negócio concentra-se em reforçar as suas relações com os clientes em mercados maduros, bem como promover o crescimento nos mercados emergentes selecionados. A cooperação com outras áreas do banco está constantemente a expandir para garantir que uma gama alargada de clientes beneficie dos produtos e serviços da GTB.

Prémios 2013

Treasury Management International
Banco Global do Ano, Gestão de Tesouraria e Melhor Banco na Gestão do Risco

The Banker
Banco de Transações Mais Inovador da Europa

Euromoney
Inquérito de Gestão de Tesouraria – Gestor de Numerário N.º 1 na Alemanha e Europa Ocidental (Instituições Não Financeiras) e Prestador de Gestão de Tesouraria Institucional em Euros e Dólares N.º 1 na Europa e América do Norte

Asian Banker
Melhor Banco de Certificados de Depósito na Ásia e Pacífico

Trade Finance Awards for Excellence
Melhor Trade Bank da Europa Ocidental

FImetrix
Prestador Distinto na Transaction Banking

Greenwich Associates
Líder de Qualidade Europeu e Asiático em Gestão de Tesouraria de Grandes Empresas, bem como na Alemanha, Itália, China e Singapura

Clientes – Deutsche Asset & Wealth Management

Preservar e aumentar o património

Em suma

– Desempenho financeiro confirma estratégia da DeAWM

– Eficiência e inovação para crescimento sustentável

– Todas as capacidades de negócio e de produto combinadas

Os resultados operacionais duplicaram para

1,2

mil milhões de euros

A Deutsche Asset & Wealth Management (DeAWM) integra todas as áreas de negócio de gestão de património e de ativos do Deutsche Bank com as suas áreas de negócio de gestão de ativos alternativos de terceiros e de investimento passivo. Após a reestruturação em 2012, a DeAWM assumiu um novo nome em 2013.

Através da oferta de investimentos tradicionais e alternativos em todas as principais classes de ativos, a DeAWM ajuda os investidores privados e institucionais de todo o mundo a preservar e aumentar o seu património. Também fornece soluções personalizadas de gestão de patrimónios e serviços de banca privada para clientes e escritórios de família (family offices) com património de valor líquido elevado.

A DeAWM opera num ambiente de elevada concorrência e enfrenta a volatilidade contínua dos mercados financeiros e o enfraquecimento das margens do setor. Apesar do enquadramento difícil, os resultados ajustados antes de impostos sobre o rendimento (income before income taxes - IBIT) da DeAWM ascenderam a 1,2 mil milhões de euros em 2013, ou seja, o dobro do valor de 0,6 mil milhões de euros registado em 2012. O IBIT aumentou ainda com maior intensidade e alcançou o valor de 0,8 mil milhões de euros em 2013. Este desempenho robusto deveu-se às receitas mais elevadas, impulsionadas pelos negócios de alternativas e de investimento ativo, e aos custos reduzidos que resultaram da execução continuada do programa OpEx. Também reflete as bases sólidas para o crescimento sustentável que a DeAWM pôs em prática. A nível global, a DeAWM teve fluxos de ativos líquidos de 11,8 mil

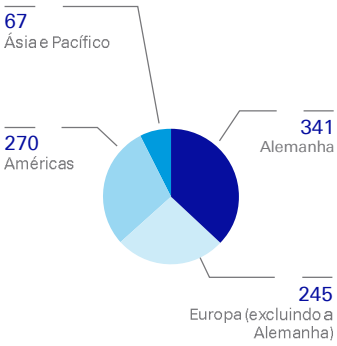
Excerto do relatório por segmentos (Deutsche Asset & Wealth Management[1])

A Deutsche Asset & Wealth Management registou resultados antes de impostos sobre o rendimento de 782 milhões de euros em 2013 (2012: 154 milhões de euros). As receitas líquidas aumentaram 6% comparativamente a 2012, beneficiando da subida dos mercados acionistas e obrigacionistas. Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 3,9 mil milhões de euros, uma melhoria de 368 milhões de euros em relação a 2012, devido sobretudo à redução de colaboradores relacionada com o Programa OpEx em 2013, bem como imparidades relacionadas com a Scudder e TI em 2012. O valor dos ativos investidos foi de 923 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, o que representa um aumento de 3 mil milhões de euros face a 2012, devido sobretudo a valorizações de mercado, que foi parcialmente anulado pelos efeitos da conversão cambial, fluxos de saída e outros movimentos.

em milhões de euros	2013	2012
Receitas líquidas	4.735	4.470
Provisão total para perdas de crédito	23	18
Gastos operacionais (excl. juros)	3.929	4.297
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	**782**	154
Rendimento dos investimentos em ações (antes de impostos) em %	13	3
Ativos ponderados pelo risco	12.553	12.429
Ativos	72.613	78.103

[1] Excerto do relatório por segmentos. Para ver notas e outras informações, consultar o Relatório Financeiro de 2013 (Relatório de Gestão).

2 – 10
Repartição regional dos ativos investidos
Total de 923 mil milhões de euros no fim de 2013



Números arredondados

milhões de euros. Este é o resultado do objetivo da DeAWM de reduzir os produtos com margens de receitas reduzidas. Em termos gerais, traduziu-se por um aumento na margem bruta de 44 pontos base para 45 pontos base e no crescimento geral das receitas líquidas. O número de clientes da Wealth Management diminuiu para 65.700 em 2013 (2012: 71.300), dado que a DeAWM redirecionou as suas atividades de negócio para o segmento de Wealth Management superior.

Os ativos sob gestão em fundos com classificação de 4 e 5 estrelas (Morningstar) aumentaram 12% para 68,4 mil milhões de euros em 2013. Além disso, a DeAWM conquistou vários prémios, por exemplo, uma classificação de "AAA" pelo terceiro ano consecutivo pela Scope Analysis, como Melhor Empresa de Gestão de Ativos na Alemanha para Fundos Imobiliários. O Deutsche Bank foi a única empresa a receber uma classificação de "AAA" em 2013.

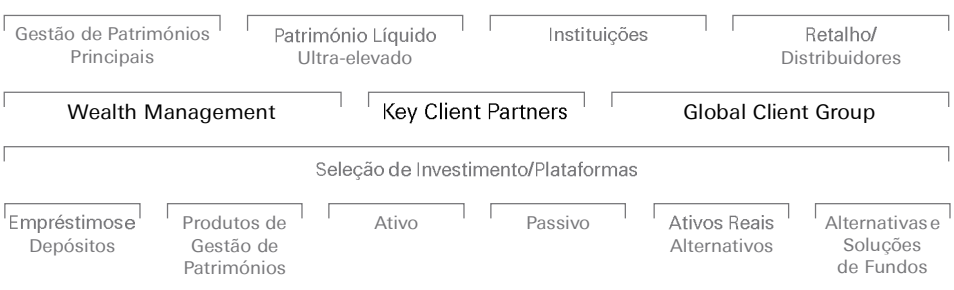
Bases para crescimento sustentável

A estratégia da DeAWM centra-se em aproveitar o poder da plataforma integrada para proporcionar enfoque no cliente, eficiência, inovação e desempenho. As iniciativas estratégicas da divisão visam fornecer resultados sólidos como base para alcançar a meta de IBIT para a respetiva atividade operacional de aproximadamente 1,7 mil milhões de euros em 2015 e lançar as bases para o crescimento sustentável. Em 2013, a DeAWM fez progressos significativos na implementação da sua estratégia.

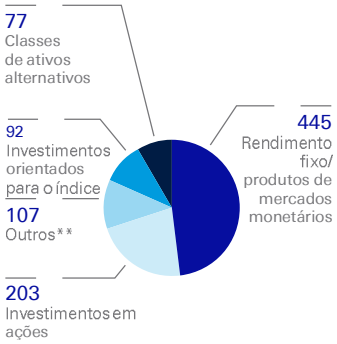
Para melhor atender os clientes da DeAWM, a divisão integrou as equipas de cobertura para fornecer um único ponto de acesso às capacidades globais da DeAWM e outras divisões do Deutsche Bank. O Global Client Group fornece o leque completo de soluções e produtos de investimento da DeAWM a clientes institucionais e parceiros de distribuição a retalho, enquanto as equipas regionais de Wealth Management oferecem soluções personalizadas de consultoria e investimento a uma clientela com património líquido elevado e ultraelevado.

Em 2013, a DeAWM organizou as suas capacidades de investimento em seis linhas de negócio: Empréstimos e Depósitos, Produtos de Gestão de Património, Investimentos Ativos, Investimentos Passivos, Ativos Reais Alternativos e Soluções de Fundos Alternativos. Juntamente com os peritos de investimento da DeAWM, o Diretor de Investimentos (CIO) global desenvolve uma visão nacional de estratégias de investimento que permite à DeAWM aproveitar os conhecimentos especializados

Deutsche Asset & Wealth Management



2 – 11
Gama de produtos por ativos investidos
Total de 923 mil milhões de euros no fim de 2013



Números arredondados
* Fundos negociados em bolsa, certificados, etc.
** Incluindo fundos de vários ativos, produtos cambiais e outros produtos/fundos especializados

► Mais informações na página 66

combinados da divisão nas seis linhas de negócio em nome dos seus clientes. A DeAWM utiliza as capacidades globais num amplo espetro de investimento, desde ações, rendimento fixo, vários ativos e alternativas (incluindo imobiliário, infraestrutura, capital privado e fundos de cobertura) até produtos e soluções em fundos de investimento e privados, produtos negociados em bolsa e contas geridas em separado.

Eficiência e inovação

A DeAWM fez investimentos significativos na sua plataforma de TI em 2013 e está em processo de implementação de uma solução tecnológica abrangente para a plataforma de investimento de gestão de ativos. A DeAWM terá, portanto, uma infraestrutura de TI avançada que se adequa perfeitamente aos processos de investimento, reduzindo também os custos e a complexidade.

Em 2013, a DeAWM lançou no mercado o primeiro fundo negociado em bolsa (exchange-traded fund - ETF), para que os investidores norte-americanos tivessem acesso direto às transações do mercado nacional da China de ações de classe A em renminbi. A divisão também ampliou a sua oferta de ETF de "replicação física" (ou seja, utilizando a replicação de índice direto em vez dos derivados). Em dezembro, a DeAWM anunciou planos para mudar 18 ETF para a replicação física, o que posicionará a divisão como o segundo maior prestador de ETF de replicação direta da Europa, com uma totalidade de ativos sob gestão de 9,5 mil milhões de euros.

A DeAWM também constituiu um grupo de soluções e negociação (Solutions and Trading Group) que coordena a cooperação entre as equipas de distribuição e desenvolvimento de produtos. Tal facilita a criação de soluções e produtos de elevada qualidade, alinhados com as necessidades dos clientes. O grupo também é responsável pelo processo disciplinado de seleção de produtos na área de negócio Wealth Management.

Para alargar a gama de produtos de investimento sustentável da DeAWM, a unidade formou uma equipa centralizada que se concentra nos aspetos ambientais, sociais e de governação (ESG) do investimento. Futuramente, a DeAWM prevê um aumento da procura dos clientes pelos investimentos ambientais, sociais e de governação. Em 2013, a divisão expandiu a sua gama de soluções ao integrar a abordagem de retorno de numerário sobre o capital investido (Cash Return on Capital Invested - CROCI), um processo de investimento baseado em valores da CB&S.

Cooperação nas divisões corporativas

Como parte da oferta de Wealth Management, a DeAWM constituiu a Deutsche Oppenheim Family Office em meados de 2013, combinando dois escritórios de família (family offices) anteriormente distintos. A fusão da Oppenheim Vermögenstreuhand GmbH e da Wilhelm von Finck Deutsche Family Office AG, ambas parte do Grupo Deutsche Bank, criou o maior escritório de família (family office) na Alemanha e um novo líder no setor do património familiar. A Deutsche Oppenheim Family Office disponibiliza um serviço abrangente para carteiras internacionais diversificadas, abrangendo planeamento de patrimónios, gestão de ativos, consultoria imobiliária, bem como controlo e elaboração de relatórios.

Para clientes com património líquido ultra-elevado, a DeAWM criou centros consultivos para Key Client Partners em todo o mundo. Oferecem aos investidores profissionais acesso contínuo a soluções de financiamento e oportunidades de investimento transfronteiriças e entre classes de ativos – fornecidas pela DeAWM, pelas divisões Corporate Banking & Securities, Global Transaction Banking e Private & Business Clients do banco ou por fornecedores terceiros. A colaboração interdivisões, que visa garantir que os clientes recebem o melhor serviço possível, constitui uma prioridade fundamental da estratégia da DeAWM.

Presença global e capacidades para os clientes

Em 2013, a DeAWM analisou a sua presença geográfica em todo o mundo com o objetivo de focar a atenção nas atividades principais e reduzir a complexidade e os custos. A DeAWM continuou a centrar-se no seu mercado nacional, a Alemanha, e nos mercados europeus. Além disso, a divisão concentrou-se nos clientes institucionais e com património líquido ultra-elevado na América do Norte e em selecionar mercados emergentes na Ásia, Médio Oriente, África e América Latina, onde as capacidades de assessoria e de investimento da unidade são adequadas para atender às necessidades dos clientes locais. A DeAWM irá suspender as suas atividades de gestão de ativos na Rússia.

Perspetivas

Numa análise prospetiva, a DeAWM terá por base as suas capacidades globais para oferecer serviços e produtos de gestão de patrimónios e ativos de primeira classe aos clientes. No mercado de gestão de ativos, a DeAWM pretende expandir a sua gama de produtos de investimento de elevada qualidade e de soluções personalizadas, incluindo estratégias de investimento passivo, de ativos alternativos líquidos e de ativos reais. No mercado de gestão de patrimónios, a divisão pretende reforçar a sua posição de liderança no mercado nacional alemão. Além disso, a DeAWM continuará a oferecer produtos regionais diferenciados e conhecimentos especializados globais aos clientes da região da Ásia e Pacífico e das Américas, bem como nos mercados emergentes da Europa, Médio Oriente e África. Através da cooperação com a CB&S, a divisão ampliará os seus serviços junto dos clientes com património líquido ultra-elevado em todo o mundo.

923

mil milhões de euros

em ativos sob gestão na DeAWM em 2013

Prémios 2013

Reactions
Melhor Gestor de Seguros global pelo sexto ano consecutivo

Risk Management
Instituição de Derivados de Fundos de Cobertura do Ano pelo quinto ano consecutivo

Risk Management
Melhor Prestador de ETF de Novos Mercados Emergentes e Melhor Instituição de Distribuição e Estruturação de ETF

Euromoney
Melhor Banco Privado na Alemanha

Scope Analysis
Melhor Empresa de Gestão de Ativos para fundos imobiliários

Clientes – Private & Business Clients

Um forte líder no setor dos clientes privados

em países
europeus e na Índia
mais de
2.700

agências da PBC

Em suma

- Liderança no mercado nacional, crescimento rentável na Europa e Ásia
- Lançamento da divisão de negócio Private & Commercial Banking
- Integração do Postbank no rumo certo

A Private & Business Clients (PBC) presta uma vasta gama de serviços bancários e outros serviços financeiros tanto a clientes individuais, empresários em nome individual, como a pequenas e médias empresas na Alemanha e a nível internacional. A gama de produtos da PBC inclui serviços de pagamento e de conta corrente, gestão de investimentos e planeamento de reformas, títulos, bem como depósitos e empréstimos. Enquanto banco de retalho particular líder no mercado nacional do Deutsche Bank, a PBC presta serviços a mais de 23 milhões de clientes na Alemanha e a cinco milhões de clientes no exterior. A PBC possui mais de 2.700 agências na Alemanha, Itália, Espanha, Bélgica, Portugal, Polónia e Índia. A divisão corporativa complementa as suas próprias redes de vendas setoriais com consultores comerciais móveis, bem como canais diretos. Além disso, a PBC mantém parcerias de cooperação com determinadas empresas, como a Deutsche Post DHL, a Deutsche Vermögensberatung AG (DVAG) e serviços postais espanhóis e italianos. Na China, a PBC detém uma participação de 19,99% no Hua Xia Bank, tornando-a no segundo maior acionista.

Num contexto de mercado difícil, a PBC apresentou um desempenho operacional estável. As baixas taxas de juro e a contenção na atividade de investimento dos clientes na Alemanha permaneceram exigentes, enquanto o panorama de empréstimos foi favorável com perdas de crédito inferiores a anos anteriores. Os mercados europeus, nos quais a PBC opera fora da Alemanha, foram marcados pela reduzida atividade de crédito. No entanto, verificou-se um aumento no negócio de produtos de investimento.
Em 2013, a PBC gerou resultados antes de impostos sobre o rendimento (IBIT) de 1,6 mil

Excerto do relatório por segmentos (Private & Business Clients[1])

A Private & Business Clients registou resultados antes de impostos sobre o rendimento de 1,6 mil milhões de euros em 2013 (2012: 1,5 mil milhões de euros). As receitas líquidas aumentaram ligeiramente em 10 milhões de euros face a 2012. A provisão para perdas de crédito baixou 8%, refletindo uma melhoria na qualidade da carteira e no ambiente de crédito na Alemanha. Os gastos operacionais (excl. juros) foram de 7,3 mil milhões de euros, traduzindo-se num aumento de 52 milhões de euros em relação ao ano anterior. Tal incluiu costs-to-achieve mais elevados relacionados com a integração do Postbank e com o Programa de Excelência Operacional (OpEx) e poupanças provenientes da criação de sinergias no âmbito do Postbank. Os ativos investidos baixaram 11 mil milhões de euros, devido sobretudo às saídas líquidas, principalmente em depósitos.

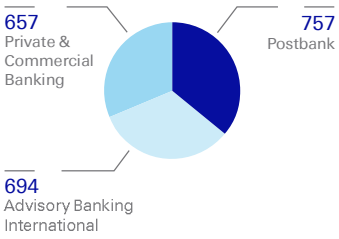
em milhões de euros	2013	2012
Receitas líquidas	9.550	9.540
Provisão total para perdas de crédito	719	781
Gastos operacionais (excl. juros)	7.276	7.224
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	**1.555**	1.519
Rendimento dos investimentos em ações (antes de impostos) em %	11	12
Ativos ponderados pelo risco	73.001	72.695
Ativos	265.359	282.427

[1] Excerto do relatório por segmentos. Para ver notas e outras informações, consultar o Relatório Financeiro de 2013 (Relatório de Gestão).

2 – 12

Resultados antes de impostos sobre o rendimento* bem equilibrados por divisão de negócio

Total de 2.107 milhões de euros no fim de 2013



* Resultados antes de impostos sobre o rendimento, excluindo costs-to-achieve
Números arredondados

milhões de euros (2012: 1,5 mil milhões de euros). Ajustado aos custos de investimento como parte da integração do Postbank e do Programa de Excelência Operacional interdivisões, o IBIT ascendeu aos 2,1 mil milhões de euros. Gráfico 2–12 As receitas líquidas aumentaram ligeiramente em 10 milhões de euros face a 2012. As receitas mais elevadas de produtos de crédito, bem como os produtos de seguro e investimento foram anulados pelo decréscimo das receitas de depósitos, em resultado do contexto de baixas taxas de juro.
As provisões para perdas de crédito baixaram, sobretudo na Private & Commercial Banking e no Postbank, refletindo uma melhoria na qualidade da carteira e no ambiente de crédito na Alemanha.

"PBC Powerhouse": um modelo de negócio bem diversificado

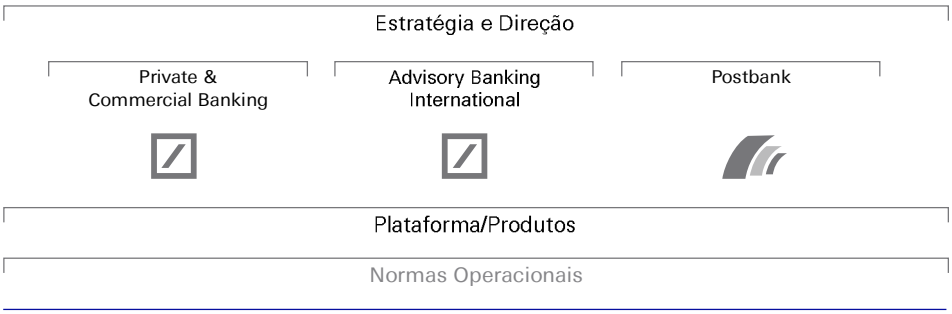
A estratégia da PBC combina uma forte posição de liderança no mercado nacional com uma presença consultiva centrada nos mercados europeus e asiáticos. As áreas de negócio da PBC partilham progressivamente uma plataforma de serviços e de TI comum, possibilitando economias de escala. No mercado nacional, a Alemanha, a PBC reforçou a sua franquia com o lançamento da Private & Commercial Banking e progrediu com a integração do Postbank.

Private & Commercial Banking

A divisão de negócio Private & Commercial Banking (PCB) combina todas as atividades da PBC no mercado nacional do banco sob a marca principal Deutsche Bank. Em 2013, a divisão integrou o negócio alemão do Deutsche Bank com médias empresas na área de Advisory Banking Germany existente. Este empreendimento comum entre a Private & Business Clients e a Global Transaction Banking faz parte da Private & Commercial Banking. Através desta cooperação e da implementação de um modelo de cobertura aperfeiçoado, a nova divisão de negócio pretende aumentar a sua quota de mercado.

Os clientes particulares e com pequenas empresas, anteriormente abrangidos pela Advisory Banking Germany, podem agora usufruir de uma melhor qualidade consultiva e de um serviço aperfeiçoado, incluindo produtos de financiamento ao comércio, bem como soluções de gestão de tesouraria e risco.
Além disso, beneficiam do acesso aos conhecimentos especializados de produtos globais do Deutsche Bank, através de uma cooperação mais estreita com os peritos em produtos na Global Transaction Banking (GTB) e Corporate Treasury Sales (CTS). Os antigos clientes de médias empresas alemãs, por sua vez, têm agora um melhor acesso a uma densa rede setorial local com serviços consultivos dedicados.
A consultoria pessoal continua a ser o principal elemento da abordagem de relações da PBC. A

PBC Powerhouse



A construir para o futuro

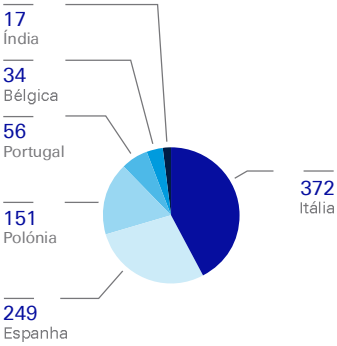
Goedele Matthyssen, Hornow, cliente empresarial



"Não são apenas os números que contam no meu banco, mas também as pessoas por detrás da nossa empresa.
A confiança do banco incentivou-nos efetivamente a avançar com os nossos planos de expansão."

O lançamento da Private & Commercial Banking assinala o início de uma nova era no reforço das operações do Deutsche Bank no mercado nacional.

2–13
Presença das agências no segmento Advisory Banking Internacional
Total de 879 agências no fim de 2013



PBC investiu significativamente na modernização das suas agências e num novo conceito de agência, criando uma resposta do público muito positiva. Neste contexto, o banco recebeu um Iconic Award 2013 pelo conselho de design alemão ("Rat für Formgebung") e foi nomeada Agência do Ano pela revista especializada geldinstitute. Além disso, a PCB investiu na sua distribuição de canais múltiplos. As aplicações móveis do banco e o serviço de corretagem online maxblue foram sujeitos a melhorias e atualizações significativas. Agora, também estão disponíveis numa gama mais ampla de dispositivos. Todo este processo foi bem recebido pelo público e concedeu ao banco vários prémios (por exemplo, Melhor Serviço de Corretagem Online pelo Handelsblatt).

Advisory Banking International

A Advisory Banking International agrega todas as atividades da PBC na Europa (com exclusão da Alemanha) e na Ásia. Em 2013, a unidade foi bem-sucedida em ambas as regiões e alargou as suas operações de negócio, particularmente em Itália, onde foram abertas 18 novas agências. Gráfico 2–13 A PBC operou com lucro em todos os países, ainda que se tenha deparado com condições de mercado difíceis. A estratégia da PBC incide nos principais nichos de mercado, onde oferece atividades bancárias consultivas a clientes particulares e empresariais afluentes. A PBC proporciona relações consultivas com base na confiança aos seus clientes, os quais podem escolher de entre uma ampla gama de soluções financeiras adequadas às suas necessidades.

Em 2013, a PBC conseguiu alcançar margens de empréstimo mais elevadas e melhorou, com êxito, a qualidade da carteira comparativamente à média do mercado. Além disso, a divisão otimizou o refinanciamento local em Itália, Espanha e Portugal e reforçou o seu negócio de produtos de seguro e investimento. Devido à sua cooperação estratégica com e participação no Hua Xia Bank, a PBC participou no forte crescimento e rentabilidade do banco chinês.

Postbank

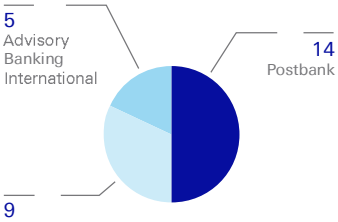
A divisão de negócio Postbank engloba a atividade bancária ao consumidor sob o nome de marca Postbank, bem como DSL Bank, BHW Bausparkasse e norisbank. Com 14 milhões de clientes particulares e empresariais Gráfico 2–14 e 5,2 milhões de contas correntes, o Postbank continuou a ser líder da atividade bancária ao consumidor na Alemanha.

A evolução comercial globalmente positiva deve-se ao facto de o Postbank ter reforçado o seu modelo de negócio e ampliado a excelente cooperação com a Deutsche Post DHL. Um dos muitos benefícios daí resultantes é o forte e constante fluxo de clientes existentes e futuros nas agências do banco. A ampla cooperação entre as building societies BHW e Deutsche Bank Bauspar AG melhorou a presença no mercado do banco na atividade de poupanças e empréstimos à habitação. Apesar de todos os canais de distribuição terem contribuído para o desempenho do Postbank, a divisão de negócio melhorou significativamente os seus serviços bancários online em 2013. Cerca de 35% das vendas de empréstimos pessoais do Postbank são realizados via online e quase 20% das novas contas correntes são abertas online. Tal permitiu receber vários prémios, como, por exemplo, Melhor Banco Online pela revista Chip e Melhor Atividade Bancária Online pela Focus Money.

Vendas online

próximas de 35% para empréstimos pessoais

2 – 14
Clientes por divisão de negócio
Total de 28 milhões no fim de 2013



Números arredondados

Em 2013, a divisão conseguiu obter sinergias de custos e de receitas graças à constante integração do Postbank na PBC. Neste sentido, foram realizados progressos importantes na construção de uma nova plataforma de TI e de serviços conjunta para a PBC sob o nome de Magellan. A Magellan combina uma plataforma de TI bem projetada e altamente eficiente para atividades bancárias de base, uma carteira de serviços e de produtos simplificada e padronizada com ênfase nas necessidades dos clientes, interfaces de canais múltiplos e front ends inovadores e de fácil utilização e processos integrais (end-to-end) otimizados e padronizados.

Graças à Magellan, em 2013, a PBC tornou os processos dos seus clientes mais rápidos e reformulou a sua atividade bancária online. Com a nova plataforma móvel, a divisão implementou uma instalação bancária digital inovadora para os seus clientes, melhorando a funcionalidade das aplicações (por exemplo, a aplicação do Deutsche Bank para diferentes dispositivos móveis, transações de fotografias e uma caixa de correio eletrónico). Além disso, a PBC congregou as bases para a integração de todos os prestadores de serviços na PBC Banking Services GmbH.

Prioridades

Através da estratégia Powerhouse, a PBC pretende ser um dos principais bancos de retalho da Europa. Também continuará a prosseguir a sua estratégia como líder no mercado nacional entre os bancos privados alemães. A PBC abrange as necessidades bancárias consultivas com a Private & Commercial Banking sob a marca principal Deutsche Bank e a procura da atividade bancária do consumidor com a concessão do Postbank. Além disso, a PBC continua a reforçar a Advisory Banking International centrando-se nas atividades de negócio rentáveis na Europa e concretizando oportunidades de crescimento na Ásia. A plataforma de TI e de serviços conjunta, bem como os processos integrais (end-to-end) harmonizados contribuirão para reduzir os custos.

A PBC pretende aumentar as receitas num contexto difícil e, em simultâneo, centrar-se nas atividades de concessão de crédito de baixo risco na Alemanha, expandindo as suas atividades de seguros e de investimentos na área de Advisory Banking e crescendo seletivamente na Europa. Na Private & Commercial Banking, a divisão visa aumentar a rentabilidade. Outros objetivos são melhorar a proximidade com o cliente e aumentar a colaboração interdivisões. A divisão Postbank pretende aumentar a incidência nas atividades centrais e, portanto, obter um melhor alinhamento do negócio e reduções de custos através da simplificação da organização. No mercado europeu, a PBC International continuará a trabalhar no sentido de melhorar a eficiência em 2014, avançando numa plataforma europeia comum alinhada à Magellan alemã. Além disso, a PBC está a desenvolver o seu modelo de negócio para se tornar num banco consultor de canais múltiplos, mais centrado no cliente. A PBC continuará a apoiar a parceria com o Hua Xia Bank e irá esforçar-se para alcançar as metas na Índia, aproveitando o êxito da PBC na Ásia.

A PBC está a trabalhar no sentido de atingir o seu ambicioso objetivo de gerar resultados antes de impostos sobre o rendimento da ordem dos 3 mil milhões de euros, quando determinadas vantagens fundamentais da integração do Postbank se concretizarem.

Prémios 2013

Handelsblatt
Melhor Serviço Consultivo ao Cliente
Melhor Serviço de Corretagem Online (maxblue)

n-tv
Melhor Serviço de Empréstimos para Renovações

Rat für Formgebung
Iconic Award 2013 – Vencedor de Interiores
Prémio de Design Alemão – Menção Especial (Arquitetura e Design de Interiores)

geldinstitute
Geschäftsstelle des Jahres (Agência do Ano)

Non-Core Operations Unit
Boa evolução na redução do risco

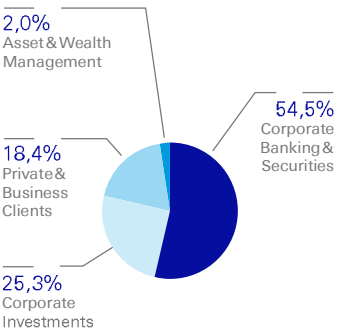
Em suma

– Redução em larga escala de ativos não estratégicos

– Capital libertado para área de negócio essencial

– Imparidades e encargos de contencioso afetam os resultados

2 – 15
Total do ativo (ajustado)*
Total de 55 mil milhões de euros no fim de 2013



*Total do ativo nos termos das IFRS ajustado para compensação de derivados e outros componentes.
De acordo com as áreas de negócio das quais os ativos foram transferidos em 2012.
Números arredondados

A finalidade da Non-Core Operations Unit (NCOU) é libertar capital e proteger o valor para o acionista reduzindo os riscos dos ativos não estratégicos e das atividades de negócio.
A NCOU é um elemento fundamental da Estratégia 2015+, dado que a oferta de transparência, bem como a gestão rigorosa de capital e de balanço são essenciais para o êxito do Deutsche Bank num ambiente regulamentar em constante evolução.

A NCOU foi constituída no quarto trimestre de 2012 com um ativo ponderado pelo risco inicial (risk-weighted
asset - RWA, pró-forma Basileia III) equivalente de 141 mil milhões de euros e um total de ativos ajustados (total adjusted assets – TAA) de 120 mil milhões de euros. A carteira da NCOU engloba atividades não estratégicas para o Deutsche Bank, como, por exemplo, ativos materialmente afetados por mudanças do setor, legais ou regulamentares.

A NCOU centra a sua estratégia na redução da procura de capital para reforçar o rácio de capital do Banco através da alienação de ativos não estratégicos. Além disso, a redução do balanço, conforme definido pela Diretiva sobre os Requisitos de Fundos Próprios IV (CRD IV), auxilia o Deutsche Bank no cumprimento das suas metas de rácio de alavancagem.

Operação eficaz em mercados voláteis

Em 2013, a NCOU acelerou a redução do risco com êxito, apesar de se verificar um aumento na volatilidade do mercado. A NCOU obteve uma redução de 40 mil milhões de euros (–42% em relação ao final de 2012) nos TAA e de 48 mil milhões de euros

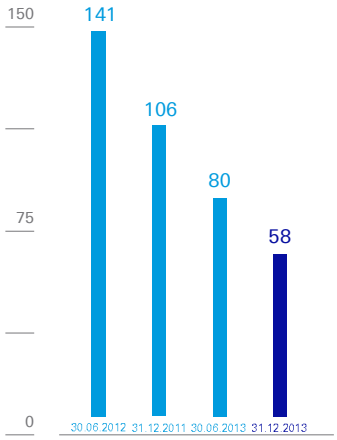
Excerto do relatório por segmentos (Non-Core Operations Unit[1])

A Non-Core Operations Unit registou uma perda antes de impostos sobre o rendimento de 3,3 mil milhões de euros em 2013 (2012: perda de 2,9 mil milhões de euros).
As receitas líquidas diminuíram 18% em comparação com 2012, pois as receitas da carteira foram inferiores devido às reduções dos ativos. A provisão para perdas de crédito aumentou 29%, devido sobretudo a eventos de crédito específicos nas carteiras, incluindo exposição aos imóveis comerciais europeus. Os gastos operacionais (excl. juros) aumentaram 47 milhões de euros (1%), em comparação com 2012.
O movimento inclui custos de contencioso mais elevados, compensados pela não-recorrência de imparidade de ativos intangíveis de 421 milhões de euros registados no ano anterior.

em milhões de euros	2013	2012
Receitas líquidas	867	1.054
Provisão total para perdas de crédito	818	634
Gastos operacionais (excl. juros)	3.358	3.312
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	**(3.306)**	(2.923)
Ativos ponderados pelo risco	48.483	80.317
Ativos	54.224	97.451

[1] Excerto do relatório por segmentos. Para ver notas e outras informações, consultar o Relatório Financeiro de 2013 (Relatório de Gestão).

2 – 16
Aceleração da redução do risco
Equivalentes de ativos ponderados pelo risco em milhares de milhões de euros *



* Ativos ponderados pelo risco mais equivalentes de rubricas de dedução de capital; com base nas CRD IV

(–45%) no equivalente a RWA do CRD IV Gráfico 2–16, um valor bastante superior à meta de 80 mil milhões de euros para os RWA e TAA do CRD IV para 2013. Tal gerou um acréscimo de capital regulamentar de aproximadamente 3,8 mil milhões de euros numa base antes dos impostos, à exceção dos encargos de contencioso, equivalente a 88 pontos base no rácio de capital Common Equity Tier 1 (CET 1). A 31 de dezembro de 2013, os TAA situaram-se em 55 mil milhões de euros Gráfico 2–15 com RWA associados da CRD IV de 58 mil milhões de euros.

A NCOU identificou as posições com perfis de capital e de retorno de risco menos favoráveis e deu prioridade à respetiva alienação. As alienações significativas de ativos por grosso na antiga área de negócio CB&S foram complementadas com a dissolução da proteção de crédito derivado na carteira monorramo e com a venda de obrigações subjacentes. O programa também se debruçou sobre a carteira de investimentos do Postbank já existente, incluindo a respetiva carteira de crédito estruturado, as exposições de obrigações soberanas e de empresas nos países europeus fortemente afetadas pela crise financeira e duas entidades de imóveis comerciais individuais com carteiras de investimento em empréstimos nos EUA e no Reino Unido.

A redução do risco de ativos da NCOU gerou ganhos líquidos agregados. Apesar de as atividades da NCOU em 2013 terem aumentado o capital, o desempenho financeiro da divisão também refletiu provisões, imparidades e ajustes ao mercado significativos no âmbito das carteiras. Além disso, os gastos operacionais (excluindo juros) foram significativamente afetadas pelos encargos de contencioso no valor de 1,3 mil milhões de euros. Em termos gerais, tal resultou numa perda de 3,3 mil milhões de euros em 2013.

O Deutsche Bank alcançou igualmente um acordo em 2013 com a Federal Housing Finance Agency (FHFA), a entidade reguladora e conservadora da Fannie Mae e Freddie Mac, que soluciona todos os sinistros passados e futuros associados ao maior e único caso de litígio relacionado com hipotecas residenciais do Deutsche Bank. Este encargo refletiu-se nos resultados financeiros da NCOU durante o quarto trimestre de 2013.

Governação de alienações

A NCOU opera de acordo com normas de alienação claramente definidas e rigorosamente observadas. O objetivo da NCOU é reduzir o risco dos ativos realizando um vasto leque de transações em todas as classes de ativos. Reduz o balanço através de alienações para investidores terceiros. Como parte deste processo, a NCOU visa encontrar as soluções de redução do risco ideais para anular estruturas complexas trabalhando com várias partes, incluindo outros negociantes, investidores e instituições financeiras.

Perspetivas

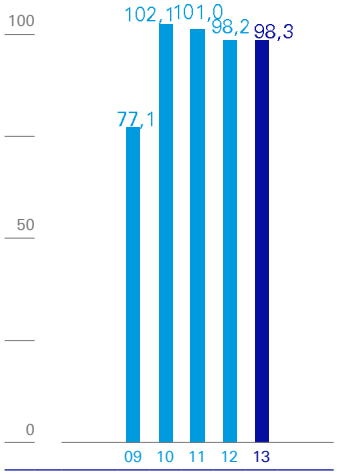
A Non-Core Operations Unit deverá continuar a contribuir para o processo de melhorar a desalavancagem e a criação de capital do banco. Continuam em aberto alguns desafios para o êxito da execução da estratégia de redução do risco, incluindo mudanças no contexto económico e nas condições de mercado, o que poderá tornar o período de tempo associado às atividades de redução do risco menos certo.

Colaboradores
Diversificados, talentosos e motivados

Em suma

- Número de colaboradores mantém-se relativamente estável
- Mais mulheres com cargos de gestão
- Mudança na filosofia de remuneração implementada

2–17
Colaboradores
Em milhares no final do exercício*



*Equivalentes a tempo inteiro

25%
é o nosso objetivo para o rácio de mulheres nas categorias de Diretora Executiva e Diretora em 2018

Enquanto um dos principais bancos universais globais, o Deutsche Bank encara os seus colaboradores como o seu
maior trunfo. O banco procura reforçar a sua posição como empregador de eleição e esforça-se no sentido de criar uma cultura que integra riscos e recompensas, atrai e desenvolve pessoas talentosas, promove o trabalho de equipa, incentiva parcerias e é sensível à sociedade em que opera. Para atingir este objetivo, o Deutsche Bank centra-se em iniciativas estratégicas de recursos humanos, incluindo diversidade, liderança e gestão de talentos, recrutamento e reformulação das estruturas de recompensas.

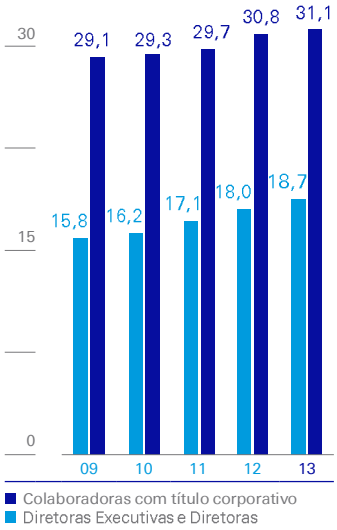
Em 2013, o número de colaboradores (a tempo inteiro) ao serviço do Grupo Deutsche Bank aumentou ligeiramente para 98.300 (2012: 98.200). Gráfico 2–17 Ajustado aos negócios adquiridos e vendidos, o número de colaboradores equivalentes a tempo inteiro baixou 877. A estrutura regional da força de trabalho do Deutsche Bank apenas mudou ligeiramente. A percentagem da força de trabalho do banco na Alemanha situou-se em 47,2% no final de 2013 (2012: 47,1%). Gráfico 2–19

Vantagens da diversidade

A diversidade da força de trabalho do Deutsche Bank é imperativa nos negócios, pois permite ao banco maximizar o desempenho da equipa, promover a inovação e reforçar a parceria e a colaboração, tanto internamente como com os clientes. Há vários anos que o Deutsche Bank tem vindo a cultivar uma cultura que abarca a diversidade e a inclusão, independentemente da idade, cultura, invalidez, género, raça, orientação sexual e religião. Para alcançar um progresso sustentável, o banco lançou uma nova estratégia de diversidade em 2013, baseada nos seguintes cinco elementos fundamentais: aumentar a liderança e responsabilidade, proporcionar transparência, criar uma estrutura de governação, definir normas globais quanto à diversidade e inclusão e melhorar a comunicação com as partes interessadas.

O Deutsche Bank comprometeu-se voluntariamente, estando sujeito às leis aplicáveis internacionais, a aumentar a percentagem de mulheres nos cargos de Direção Executiva e de Direção para 25% até ao final de 2018. O banco aumentou esta percentagem para 18,7% no final de 2013. Em termos gerais, a percentagem de mulheres com títulos corporativos aumentou para 31,1% Gráfico 2–18 de todos os colaboradores neste grupo, no final de 2013. O objetivo do Deutsche Bank é chegar aos 35% até ao final de 2018. Através da sua iniciativa "Mulheres nos Conselhos", o banco aumentou claramente a percentagem de filiação feminina nos conselhos consultivos regionais e nos conselhos de fiscalização das subsidiárias.
Para garantir uma melhor representação do talento feminino em cargos superiores na planificação da sucessão, o Deutsche Bank apoia o seu desenvolvimento através do programa ATLAS (Accomplished Top Leaders Advancement Strategy) premiado,

2 – 18
Rácio superior de mulheres em posições de gestão
Em % no final do exercício



bem como do programa Women Global Leaders na INSEAD Business School. Em 2013, o programa ATLAS foi implementado pela terceira vez e o programa Women Global Leaders pela quarta vez. Mais de 50% dos participantes ocupam agora cargos com novas ou maiores responsabilidades.

Êxito no recrutamento de talentos

A concorrência internacional para os melhores talentos futuros aumentou nos últimos anos. Por esse motivo, é extremamente importante implementar a estratégia de recursos correta para introduzir o Deutsche Bank neste mercado e atrair indivíduos qualificados. A aquisição de talentos desempenha um papel essencial na otimização das localizações do banco, na condução da mudança cultural e, portanto, no contributo para o êxito do negócio do Deutsche Bank.

Em 2013, o Deutsche Bank contratou 1.196 colaboradores com menor senioridade, pessoas altamente qualificadas de todo o mundo. 501 diplomados universitários foram integrados no programa de formação Graduate Training Program (GTP) do banco e foram contratados mais jovens como parte da expansão dos centros de serviços do Deutsche Bank nos EUA, Reino Unido e Índia. A mudança das atividades de negócio também conduziu ao recrutamento de diplomados universitários e de iniciantes para esses centros de serviços. Além disso, o banco criou e expandiu centros tecnológicos em Moscovo, Bucareste e Cary (Carolina do Norte, EUA), bem como centros de serviços integrados em Jacksonville (Flórida, EUA), Birmingham (Reino Unido) e Manila (Filipinas).

Naturalmente, o Deutsche Bank continuou o seu programa de formação profissional de grande sucesso na Alemanha e empregou um total de 1.849 aprendizes em 2013.

O banco também incentivou a mobilidade interna dos colaboradores, permitindo-lhes mover de divisão em divisão. Mais de 3.000 cargos foram ocupados internamente, com a ajuda do portal da carreira dos colaboradores.

1.849
aprendizes foram integrados no Deutsche Bank em 2013

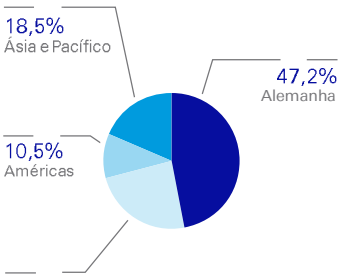
Conjunto de futuros líderes

Uma abordagem em todo o Grupo à gestão de talentos sénior do banco é crucial para criar um forte canal de futuros líderes que possam promover o desempenho, o crescimento e a mudança cultural no banco a longo prazo. Para este efeito, a comissão de líderes sénior, presidida pelos Co-CEO Anshu Jain e Jürgen Fitschen, foi constituída em 2013 para dirigir e governar a gestão estratégica de talentos em todo o Grupo. As nomeações de colaboradores superiores estão agora centralmente coordenadas por forma a garantir que as pessoas mais qualificadas e talentosas do banco são rapidamente identificadas para os principais cargos. Desde que o processo foi lançado em abril de 2013, as nomeações têm sido concluídas em 21 dos 28 cargos de gestão sénior disponíveis.

Novas regras de remuneração

Desde a crise financeira, o público adotou uma posição crítica face às práticas remuneratórias dos bancos. O banco está a trabalhar no sentido de melhorar esta imagem. A reformulação dos esquemas de remunerações e benefícios constitui uma parte importante das iniciativas estratégicas do banco em matéria de recursos humanos. O Deutsche Bank está constantemente a refinar as suas estruturas de benefícios para o futuro, em conformidade com os regulamentos nacionais e a Estratégia 2015+.

2 – 19
Destacamento regional de colaboradores
Em % no final do exercício de 2013*



* Equivalentes a tempo inteiro

Em 2013, o painel de análise remuneratória independente concluiu o seu trabalho, que consistiu em comparar os sistemas de remuneração com as melhores práticas no setor bancário e examinar os sistemas à luz dos requisitos regulamentares atuais e previstos. Para obter um sistema de remuneração sustentável e transparente, o painel de análise remuneratória independente recomendou que o Deutsche Bank introduzisse princípios essenciais para facilitar o processo de decisão sobre procedimentos específicos de remuneração, governação e divulgação. O banco está atualmente a implementar estas recomendações.

O banco continua a encarar a remuneração variável como uma ferramenta importante para compensar, estimular e conservar os colaboradores talentosos. Diferir uma percentagem significativa de remuneração variável atribuída a colaboradores com maior senioridade fornece um método adequado para alinhar a remuneração com o êxito do Deutsche Bank a longo prazo. É importante que a remuneração variável seja estruturada de forma adequada e, para esse fim, foi realizado um conjunto de melhorias às políticas e processos de remuneração em 2013, incluindo a melhoria das condições de perda de direitos em resposta ao aumento do escrutínio da indústria. Tal está em consonância com as exigências das entidades reguladoras relativamente aos requisitos de perda de direitos mais rigorosos e à opção concedida aos bancos de perda de benefícios durante períodos mais longos.

► Consultar o Relatório Financeiro 2013, páginas 226 e seguintes.

Para reforçar o sistema de governação da remuneração, o Deutsche Bank também alargou o mandato do comité de supervisão de remuneração do Grupo, tornando-o num verdadeiro órgão de análise e monitorização. Em 2013, como exigido por lei, o Conselho de Fiscalização constituiu um comité de controlo de remunerações que visa abordar intensivamente as questões de remuneração. O Relatório de Remuneração de 2013 do Deutsche Bank inclui pormenores adicionais sobre as alterações na remuneração.

Planeamento de reformas sustentável

O Deutsche Bank reconhece a sua responsabilidade de auxiliar os colaboradores no seu planeamento de pensão de reforma. O objetivo do banco é financiar integralmente as suas obrigações com pensões globais existentes. Quanto às obrigações com pensões do Postbank, o financiamento integral foi praticamente alcançado através de uma contribuição de 1,4 mil milhões de euros em 2013. Na Alemanha, o Deutsche Bank oferece aos colaboradores um pacote de planos de pensões profissionais para complementar os benefícios de pensões da segurança social após a reforma. Estes incluem uma pensão financiada pela entidade patronal, benefícios de pensões de um fundo de pensões do setor bancário, BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V., bem como a opção de converter uma parte do salário em benefícios de pensões futuros.

Plano de aquisição de ações para colaboradores com níveis de participação elevada

Em 2013, aproximadamente 20.000 colaboradores de 31 países participaram no Global Share Purchase Plan do Deutsche Bank. 56% dos colaboradores do Deutsche Bank na Alemanha participaram, juntamente com mais de 36% da força de trabalho noutros países onde o plano foi implementado. Este dá aos colaboradores a oportunidade de adquirir ações do Deutsche Bank e de as pagar em prestações mensais. No fim do ciclo de aquisição, o Deutsche Bank rateia as ações adquiridas na proporção de um para um, até um máximo de dez ações gratuitas.

Sociedade
Promover a responsabilidade corporativa

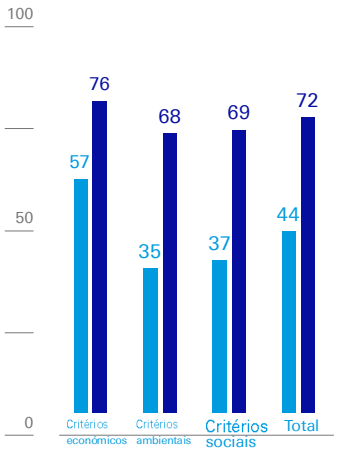
Em suma

– Integração das normas ambientais e sociais nas decisões de negócio

– Continuação das operações neutras em termos de emissões de carbono

– Mais de dois milhões de pessoas beneficiaram de programas de cidadania empresarial

2 – 20
Classificação de sustentabilidade RobecoSAM 2013
Empresas de serviços financeiros
Limite máximo do índice = 100



Média Global
Deutsche Bank
Fonte: RobecoSAM AG

Em 2013, os níveis de confiança nos bancos permaneceram baixos na sequência da crise financeira. Por este motivo, restabelecer os laços com a sociedade continuou a ser uma prioridade fundamental para o Deutsche Bank. O banco observou que os investidores, a sociedade civil, os clientes e os colaboradores esperam uma maior transparência nos fatores ambientais, sociais e de governação para poderem formar a sua opinião e basear neles as suas decisões. Em consonância com os novos valores e crenças do Deutsche Bank, bem como com as expectativas das partes interessadas, intensificámos os nossos esforços para tornar a atividade do banco mais sustentável e para demonstrar que agimos com integridade e responsabilidade. Nesse sentido, analisámos o impacto das nossas decisões de negócio sobre o ambiente e a sociedade em geral e fomentámos uma maior sensibilização para as questões ambientais, sociais e de governação.

As atividades de cidadania empresarial do Deutsche Bank são parte integrante da abordagem de responsabilidade corporativa e procuram fazer face aos desafios num contexto global através do compromisso do banco.

Aumento da sensibilização para o risco

O quadro de risco de reputação ambiental e social do Deutsche Bank inclui o procedimento de due diligence ambiental e social como parte integrante do processo de aprovação de todas as transações e, particularmente, das atividades de negócio em setores sensíveis. Em 2013, o número de transações revistas de acordo com o Quadro aumentou significativamente, demonstrando uma maior sensibilização para estes riscos por parte das equipas bancárias. Ao longo do ano, 106 das transações auditadas foram encaminhadas para os comités de risco reputacional das divisões e das regiões ou para o comité de risco reputacional do Grupo para uma decisão (2012: 102), em que sete das quais se envolveram em riscos ambientais e sociais (2012: 16).

Criação de valor para clientes e acionistas

Em 2013, o Deutsche Bank implementou o princípio FairShare™ na divisão Private&Business Clients para garantir que uma atividade bancária responsável significa criar valor de equilíbrio para os clientes e acionistas. O conceito utiliza as diversas iniciativas implementadas desde 2008 que contribuem para uma abordagem centrada no cliente. As principais medidas incluem fichas de informação sobre produtos que fornecem factos claros sobre os produtos do banco, bem como software especial para auxiliar a equipa de vendas a satisfazer os elevados padrões

de qualidade do serviço de consultoria do banco. O conceito FairShare™ traduz-se por uma Iniciativa de Atividade Bancária Responsável mais ampla e inclui um Código de Valores e Princípios de Produtos. Um comité de atividade bancária responsável (Responsible Banking Committee – RBC) de executivos sénior da Private and Commercial Banking supervisiona a conformidade com estes princípios. O princípio FairShare™ é apoiado por novos processos de gestão, novos indicadores-chave de prestação para o desempenho setorial e incentivos.

Integração dos fatores ambientais, sociais e de governação em decisões de investimento

Com a criação da nova plataforma Asset&Wealth Management, o banco também melhorou a sua abordagem existente, integrando as questões ambientais, sociais e de governação (ESG) no processo de investimento. A sede das questões ambientais, sociais e de governação, formada recentemente, não só é responsável por implementar a estratégia ESG, como também por coordenar e desenvolver os recursos ambientais, sociais e de governação e o conhecimento especializado nesta área.

A nova estratégia de crescimento ESG na Deutsche Asset&Wealth Management (DeAWM) é baseada em três pilares:

Gestão do risco. Realizar uma investigação aprofundada das questões ambientais, sociais e de governação para suportar as decisões de investimento e reduzir o risco de negócio.

Governação. Implementar procedimentos e políticas ambientais, sociais e de governação consistentes em todos os ativos da DeAWM para garantir que todos os colaboradores têm conhecimento das informações disponíveis e cumprem os processos.

Criação de valor. Identificar lacunas nos produtos e desenvolver novos serviços e produtos ambientais, sociais e de governação. No final de 2013, a DeAWM geriu ativos de aproximadamente 5,1 mil milhões de euros, tendo sido investidos com base em critérios ambientais, sociais e de governação (2012: 3,7 mil milhões de euros).

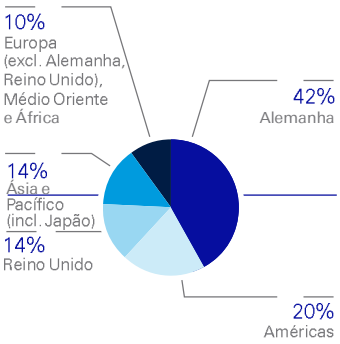
Financiamento de energias renováveis

O Deutsche Bank é um dos principais financiadores privados de projetos em energias renováveis na Europa, América do Norte e Médio Oriente.

2–21

Repartição regional dos investimentos de responsabilidade corporativa globais

Total de 78,2 milhões de euros em 2013



CPLI

é o Climate Performance Leadership Index do Carbon Disclosure Project

Em 2013, o banco concedeu financiamentos para mais de 1.185 megawatts de projetos solares, eólicos, hidroelétricos e de valorização energética de resíduos, de valor superior a 3,6 mil milhões de dólares americanos.

Manutenção das operações neutras em termos de emissões de carbono

Em 2013, o Deutsche Bank manteve as suas operações neutras em termos de emissões de carbono, investindo em projetos de energia eficiente, adquirindo e gerando eletricidade produzida por energias renováveis in situ e compensando as restantes emissões ao adquirir e retirar os certificados de compensação de qualidade elevada. A ampla gama e a eficácia das atividades de alterações climáticas permitiu ao Deutsche Bank conquistar um lugar, pelo segundo ano consecutivo, no Climate Performance Carbon Leadership Index (CPLI). Em 2013, o banco alcançou 91 pontos (de 100) e uma classificação de A.

Cidadania empresarial

Para o Deutsche Bank, os investimentos na sociedade também são investimentos no seu próprio futuro. Os programas de cidadania empresarial do banco fazem face a desafios sociais fundamentais. O Deutsche Bank dedica-se a eliminar os obstáculos à educação e ao desenvolvimento pessoal e a apoiar todos os níveis de educação, desde melhorar o acesso à escolaridade em países de mercados emergentes a ajudar os jovens a seguir uma educação universitária. Em 2013, mais de 400.000 crianças e jovens participaram nos projetos educacionais do banco.

O Deutsche Bank incentiva a mudança a fim de melhorar as condições das comunidades e dos indivíduos, ajudando-os a superar o desemprego e as barreiras sociais. No Reino Unido, o Impact Investment Fund do banco – com 10 milhões de libras esterlinas detidas para gestão –
continua a oferecer aos empresários sociais o capital necessário para os seus projetos. Através dos fundos de microfinanciamento, estima-se que o Deutsche Bank já concedeu 3,8 milhões de empréstimos a microempresários desde 1997.

Além disso, o Deutsche Bank proporciona experiências culturais, como fantásticos eventos musicais e de arte contemporânea acessíveis ao maior número de pessoas possível, e promove artistas promissores.

De igual modo, em 2013, os colaboradores, clientes e fundações do Deutsche Bank apoiaram os esforços de assistência a catástrofes do banco durante a inundação na Alemanha e o tufão Haiyan (Yolanda) nas Filipinas, com doações superiores a 2,6 milhões de euros.

Ao investir um total de 78,2 milhões de euros em 2013, o Deutsche Bank e as respetivas fundações
continuaram a ser um dos expoentes mais ativos da cidadania empresarial. Gráfico 2–21 Mais de 19.500 colaboradores voluntariaram-se durante 25.000 dias, disponibilizando o seu tempo, conhecimento especializado e capacidades para fortalecer os programas comunitários e as organizações sem fins lucrativos. Para reconhecer este empenho que complementa os programas do banco, o Deutsche Bank criou o Prémio Voluntário global (consulte as páginas 68/69 para conhecer o vencedor deste ano).

Relatório de Responsabilidade Corporativa de 2013
► www.db.com/responsibility

A construir para o futuro

Alex Marzo, Barcelona,
Deutsche Bank,
Sociedad Anónima Española





"É formidável que o Deutsche Bank apoie o trabalho de voluntariado dos seus colaboradores.
Isso dá-me mais motivação – não só para o meu trabalho nos projetos da VIS de la Sagrada Familia sem fins lucrativos – mas também para as minhas tarefas enquanto gestor de conta."

O Deutsche Bank está entre as melhores instituições financeiras em Espanha e é um dos maiores bancos estrangeiros no país.

3

71 Demonstração de resultados
72 Balanço
73 Evolução do Grupo nos últimos cinco anos

Demonstrações financeiras consolidadas/Excertos

Para ver notas e outras informações (incluindo notas de rodapé), consultar o Relatório financeiro de 2013 (Demonstrações financeiras consolidadas).

Demonstração de resultados

Demonstração de resultados

em milhões de euros	2013	2012	2011
Juros e rendimentos similares	25.601	31.593	34.366
Juros e encargos similares	10.768	15.619	16.921
Rendimento de juros líquido	**14.834**	15.975	17.445
Provisão para perdas de crédito	2.065	1.721	1.839
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito	**12.769**	14.254	15.606
Rendimentos de serviços e comissões	12.308	11.809	11.878
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.817	5.608	2.724
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	394	301	123
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	369	163	(264)
Outro resultado	193	(120)	1.322
Rendimento total excluindo juros	**17.082**	17.761	15.783
Remunerações e benefícios	12.329	13.490	13.135
Despesas gerais e administrativas	15.126	15.017	12.657
Benefícios e indemnizações pagos a tomadores de seguros	460	414	207
Imparidade de ativos intangíveis	79	1.886	–
Atividades de reestruturação	399	394	–
Despesas totais (excluindo juros)	**28.394**	31.201	25.999
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	**1.456**	814	5.390
Despesa de imposto sobre o rendimento	775	498	1.064
Resultado líquido	**681**	316	4.326
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	15	53	194
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank	666	263	4.132

Resultados por ação

em euros	2013	2012	2011
Básicos	0,67	0,28	4,45
Diluídos[1]	0,65	0,27	4,30
Número de ações em milhões			
Denominador para resultados por ação básicos – número médio ponderado de ações em circulação	997,4	934,0	928,0
Denominador para resultados por ação diluídos – número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas	1.025,2	959,8	957,3

[1] Inclui efeito do numerador das conversões assumidas.

Balanço

Ativos

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Caixa e disponibilidades em bancos	17.155	27.877
Depósitos remunerados em bancos	77.984	120.637
Fundos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	27.363	36.570
Títulos obtidos por empréstimo	20.870	24.013
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados		
Ativos detidos para negociação	210.070	254.459
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	504.590	768.353
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	184.597	187.027
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 73 mil milhões de euros e 89 mil milhões de euros foram penhorados a credores e podem ser vendidos ou repenhorados a 31 de dezembro de 2013 e de 2012, respetivamente	899.257	1.209.839
Ativos financeiros disponíveis para venda dos quais 0 mil milhões de euros e 0 mil milhões de euros foram penhorados a credores e podem ser vendidos ou repenhorados a 31 de dezembro de 2013 e de 2012, respetivamente	48.326	49.400
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	3.581	3.577
Créditos dos quais 0 mil milhões de euros e 2 mil milhões de euros foram penhorados a credores e podem ser vendidos ou repenhorados a 31 de dezembro de 2013 e de 2012	376.582	397.377
Ativos fixos tangíveis	4.420	4.963
Goodwill e outros ativos intangíveis	13.932	14.219
Outros ativos	112.539	123.702
Ativos por impostos correntes	2.322	2.389
Ativos por impostos diferidos	7.071	7.712
Total do ativo	**1.611.400**	2.022.275

Passivo e capital próprio

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Depósitos	527.750	577.210
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	13.381	36.144
Títulos cedidos por empréstimo	2.304	3.166
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados		
Passivos detidos para negociação	55.804	54.400
Valores de mercado negativos de instrumentos financeiros derivados	483.428	752.652
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	90.104	110.409
Passivos por contratos de investimento	8.067	7.732
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	637.404	925.193
Outros empréstimos a curto prazo	59.767	69.661
Outros passivos	163.595	179.099
Provisões	4.524	5.110
Passivos por impostos correntes	1.600	1.589
Passivos por impostos diferidos	1.101	1.447
Dívida a longo prazo	133.082	157.325
Títulos fiduciários preferenciais	11.926	12.091
Total do passivo	**1.556.434**	1.968.035

Capital próprio dos acionistas

Ações ordinárias, sem valor ao par, valor nominal de €2,56	2.610	2.380
Capital realizado adicional	26.204	23.776
Lucros retidos	28.376	29.199
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	(13)	(60)
Outro rendimento integral acumulado, depois de impostos	(2.457)	(1.294)
Total do capital acionista	**54.719**	54.001
Participações minoritárias	247	239
Total do capital próprio	**54.966**	54.240
Total do passivo e do capital próprio	**1.611.400**	2.022.275

Evolução do Grupo nos últimos cinco anos

Balanço

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
Total do ativo	1.611.400	2.022.275	2.164.103	1.905.630	1.500.664
Créditos	376.582	397.377	412.514	407.729	258.105
Total do passivo[1]	1.566.434	1.968.035	2.109.443	1.855.262	1.462.695
Total do capital próprio atribuível a acionistas[1]	54.719	54.001	53.390	48.819	36.647
Participações minoritárias	247	239	1.270	1.549	1.322
Capital Tier 1[2]	50.717	50.483	49.047	42.565	34.406
Total do capital regulamentar[2]	55.464	57.015	55.226	48.688	37.929

Demonstração de resultados

em milhões de euros	2013	2012	2011	2010	2009
Rendimento de juros líquido	14.834	15.975	17.445	15.583	12.459
Provisão para perdas de crédito	2.065	1.721	1.839	1.274	2.630
Rendimentos de serviços e comissões[3]	12.308	11.809	11.878	10.669	8.911
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados[3]	3.817	5.608	2.724	3.354	7.109
Outros rendimentos operacionais (excl. juros)	956	344	1.181	(1.039)	(527)
Rendimento total excluindo juros	**17.082**	17.761	15.783	12.984	15.493
Remunerações e benefícios	12.329	13.490	13.135	12.671	11.310
Despesas gerais e administrativas	15.126	15.017	12.657	10.133	8.402
Benefícios e indemnizações pagos a tomadores de seguros	460	414	207	485	542
Imparidade de ativos intangíveis	79	1.886	–	29	(134)
Atividades de reestruturação	399	394	–	–	–
Despesas totais (excluindo juros)	**28.394**	31.201	25.999	23.318	20.120
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	**1.456**	814	5.390	3.975	5.202
Despesa de imposto sobre o rendimento	775	498	1.064	1.645	244
Resultado líquido	**681**	316	4.326	2.330	4.958
Resultados líquidos atribuíveis a participações minoritárias	15	53	194	20	(15)
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank	666	263	4.132	2.310	4.973

Números-chave

	2013	2012	2011	2010	2009
Resultados por ação básicos[4]	€0,67	€0,28	€4,45	€3,07	€7,21
Resultados por ação diluídos[4]	€0,65	€0,27	€4,30	€2,92	€6,94
Dividendos pagos por ação no período	€0,75	€0,75	€0,75	€0,75	€0,50
Rentabilidade dos capitais próprios médios (após impostos)	1,2%	0,5%	8,2%	5,5%	14,6%
Rentabilidade dos capitais próprios médios (antes de impostos)	2,6%	1,3%	10,2%	9,5%	15,3%
Rácio de eficiência cost-to-income	89,0%	92,5%	78,2%	81,6%	72,0%
Rácio de capital Common Equity Tier 1[2]	12,8%	11,4%	9,5%	8,7%	8,7%
Rácio de capital Tier 1[2]	16,9%	15,1%	12,9%	12,3%	12,6%
Total de rácio de capital[2]	18,5%	17,1%	14,5%	14,1%	13,9%
Colaboradores (equivalentes a tempo inteiro)[5]	98.254	98.219	100.996	102.062	77.053

[1] A contabilização inicial da aquisição do ABN AMRO, finalizada em 31 de março de 2011, resultou num ajustamento retroativo de resultados não distribuídos de (24) milhões de euros a 31 de dezembro de 2010.

[2] Os números apresentados para 2013, 2012 e 2011 baseiam-se na Diretiva Requisitos de Fundos Próprios III, também designada por "Basileia 2.5", conforme implementada na Lei bancária alemã ("Kreditwesengesetz") e no Regulamento de Solvabilidade ("Solvabilitätsverordnung"). Os números apresentados para 2010 e 2009 estão de acordo com o quadro de capital apresentado pelo Comité de Basileia em 2004 ("Basileia II"), conforme transposto para o direito alemão através da Lei bancária alemã e do Regulamento de Solvabilidade. Os rácios de capital relacionam o respetivo capital para ativos ponderados pelo risco para risco de crédito, mercado e operacional. Exclui rubricas transitórias nos termos da secção 64 h (3) da Lei bancária alemã.

[3] Períodos anteriores foram repostos. Para mais informações, consulte a Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" do Relatório Financeiro de 2013.

[4] O número médio de ações básicas e diluídas em circulação foi ajustado para todos os períodos anteriores a 6 de outubro de 2010 por forma a refletir o efeito do prémio da emissão de direitos de subscrição relativa ao aumento de capital.

[5] O Deutsche Postbank ajustou a sua definição de Equivalente a Tempo Inteiro ao Deutsche Bank, o que implicou uma redução de 260 colaboradores no total do grupo, à data de 31 de dezembro de 2011 (períodos anteriores não reajustados).

A construir para o futuro

Teresita Silva, Manila,
Fundadora e Presidente da ChildHope Philippines e FCED





»Com o Deutsche Bank como um dos nossos parceiros mais fiáveis desde 2009, proporcionamos necessidades básicas e educação às crianças de rua, criando, assim, novas perspetivas de vida. É com orgulho que anunciamos que cinco delas irão terminar os estudos este ano.«

O Deutsche Bank emprega mais de 2.000 pessoas nas Filipinas e consolidou uma presença marcante em todas as áreas de negócio com as quais concorre.

77 Glossário
80 Impressão/Publicações

4

Informação Adicional

Glossário

A

Ações registadas
Ações registadas no nome de uma pessoa. Tal como exigido ao abrigo do direito das sociedades, essa pessoa é registada no registo de ações com determinadas informações pessoais e o número de ações detidas. Apenas as pessoas cujo nome conste do registo de ações podem ser consideradas acionistas da empresa e têm direito, por exemplo, a exercer os seus direitos na Assembleia Geral.

AIFMD
Diretiva relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos: uma diretiva da UE que visa regulamentar os gestores de fundos de investimento alternativos.

Ambiental, Social e de Governação (ESG)
Este termo é utilizado para determinar se e como os aspetos ambientais e sociais, bem como as normas de governo da sociedade são avaliados e tidos em conta nos processos de tomada de decisão.

Ativos/investimentos alternativos
Investimentos diretos em capital privado, capital de risco, capital intercalar e imobiliário, bem como investimentos em fundos de aquisições com endividamento (LBO), fundos de capital de risco e fundos de cobertura.

Ativos ponderados pelo risco (Risk-weighted assets - RWA)
Posições que acarretam risco de crédito, mercado e/ou operacional, ponderados de acordo com requisitos regulamentares. Os RWA são calculados em conformidade com a CRD europeia atualmente em vigor (Basileia 2.5) e o Regulamento de Solvabilidade Alemão, que transpõe a CRD para a legislação alemã.

B

Basileia 2.5
Publicadas em julho de 2009, são um conjunto de propostas do Comité de Supervisão Bancária de Basileia, com vista à reforma do Acordo de Basileia no advento da crise financeira. Os requisitos de capital mínimos englobam, principalmente, a introdução de novas medidas para o risco de mercado, novas normas em matéria de governação, gestão do risco e remuneração, bem como requisitos de informação que se centram nas titularizações. Ao nível da União Europeia, o Basileia 2.5 tem sido implementado através das Diretivas sobre os requisitos de capital (CRD) 2 e 3.

Basileia III
Revisão das normas de adequação de capital internacional adotadas pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia e aprovadas pela cimeira do G-20 em novembro de 2010. Esta revisão visa reforçar as regras em matéria de capital e liquidez com vista a promover um setor bancário mais resistente. Durante o período de transição que decorre até 2019, as normas revistas não só aumentam sucessivamente os requisitos mínimos de fundos próprios para os bancos, como também introduzem um amortecedor adicional de conservação de fundos próprios e um amortecedor de fundos próprios contracíclico específico do banco. Além disso, Basileia III irá introduzir um quadro de liquidez harmonizado a nível internacional com rácios rigorosos a curto e longo prazo. Na União Europeia, o novo acordo de requisitos de fundos próprios de Basileia III foi implementado pelo Regulamento (UE) N.°575/2013 sobre "Requisitos prudenciais para instituições de crédito e empresas de investimento" (Regulamento sobre os Requisitos de Fundos Próprios – CRR) e pela Diretiva sobre "Acesso à atividade de instituições de crédito e supervisão prudencial de instituições de crédito e empresas de investimento" (Diretiva sobre os Requisitos de Fundos Próprios IV , CRD IV) e publicado a 27 de junho de 2013. As novas regras foram transpostas pela legislação alemã mediante ajustes à Lei bancária alemã (KWG), ao Regulamento de Solvabilidade alemão (SolvV) e aos regulamentos de aplicação.

Bookbuilding
O processo de colocação de títulos. Durante a fase de subscrição, os investidores podem apresentar propostas para adquirir títulos dentro de um intervalo de preços específico. No final da fase de subscrição, as propostas são analisadas e é tomada uma decisão sobre quais são os proponentes que recebem os novos títulos a que preço de emissão.

C

Capital Core Tier 1
Definido como capital Tier 1 sem instrumentos de capital híbridos. É composto unicamente por capital social e reservas. O capital regulamentar também é corrigido por filtros regulamentares e rubricas de dedução de capital específicas.

Capital privado
Investimentos em ações em empresas não cotadas na bolsa. Por exemplo, capital de risco e fundos de aquisições.

Capital Tier 1, capital Tier 2, capital Tier 3
Partes de fundos próprios regulamentares.

Certificados de Depósito Americanos (ADR - American Depositary Receipts)
Certificados negociáveis emitidos por bancos dos EUA que representam ações de empresas não norte-americanas depositadas nesses bancos. Os ADR simplificam, reduzem os custos e aceleram a negociação nos mercados norte-americanos de valores mobiliários.

Clearing
O processo de transmissão, conciliação e, em muitos casos, confirmação de ordens de pagamento.

Climate Performance Leadership Index (CPLI)
Com base nos seus relatórios, as empresas que o projeto sem fins lucrativos Carbon Disclosure Project inclui no Climate Performance Leadership Index (CPLI) são líderes na redução das emissões de gases de estufa e na tomada de medidas quanto às mudanças climáticas e à integração destas questões nas suas estratégias de negócio.

Conformidade
Todas as medidas adotadas com vista a garantir que as leis, normas e regulamentos internos aplicáveis são respeitados e a evitar sanções judiciais ou regulamentares, bem como prejuízos financeiros e em termos de reputação.

Corretagem de serviços prime
Conjunto de produtos sobretudo para fundos de cobertura, incluindo clearing e liquidação, custódia, relato e financiamento de posições para investidores institucionais.

CRR/CRD IV
Na União Europeia, o Regulamento (UE) N.°575/2013 sobre "Requisitos prudenciais para instituições de crédito e empresas de investimento" (Regulamento sobre os Requisitos de Fundos Próprios – CRR) e a Diretiva sobre os Requisitos de Fundos Próprios IV foram adotados a 27 de junho de 2013. Constituem o novo enquadramento de supervisão para rácios de capital, alavancagem e liquidez e implementam as emendas ao regulamento bancário proposto pelo Comité de Supervisão

Bancária de Basileia (▸Basileia III). As novas regras relativas ao capital entram em vigor a partir de 1 de janeiro de 2014, enquanto os rácios de alavancagem e de liquidez deverão ser aplicados em 2015 e 2018, respetivamente. A implementação das regras é complementada por normas técnicas mais detalhadas pela EBA (Autoridade Bancária Europeia), que deverão ser publicadas nos próximos anos.

Custódia
Custódia e gestão de títulos, assim como serviços adicionais de títulos.

E

Equivalente a RWA
Definido como o total dos ativos ponderados pelo risco (RWA) mais um valor teórico para elementos de dedução de capital específicos incluídos no Capital Common Equity▸Tier 1, caso estes fossem convertidos em RWA. Os RWA são calculados em conformidade com a CRD europeia atualmente em vigor (▸Basileia 2.5) e a legislação alemã (▸Regulamento de Solvabilidade Alemão). Também realizamos cálculos adicionais de equivalente a RWA ao abrigo das regras pró-forma de ▸Basileia III.

ETF
Fundos negociados em bolsa. Um tipo especial de ETF são os ETF de replicação física, que refletem precisamente um índice ao investir nos seus títulos individuais (por oposição a replicar sinteticamente um índice através de ▸swaps).

F

Fundo de cobertura
Um fundo cujos investidores são, normalmente, instituições e indivíduos abastados. Os fundos de cobertura podem utilizar estratégias que os fundos mutualistas não estão autorizados a empregar. Por exemplo, estratégias que implicam venda a descoberto, alavancagem e derivados. Os retornos dos fundos de cobertura não estão correlacionados com os retornos sobre os investimentos tradicionais.

Fundo de microfinanciamento
Fundo de investimento social que canaliza capital para instituições de microfinanciamento no mundo em desenvolvimento que, por sua vez, fornecem serviços financeiros às comunidades carenciadas, normalmente através de microcrédito e mecanismos de poupança para pessoas com baixos rendimentos que gerem pequenos empreendimentos.

Fundos próprios regulamentares
Fundos próprios dos bancos reconhecidos para efeitos regulamentares segundo o Acordo de Basileia de Adequação de Fundos Próprios de 2004 e respetivas alterações de 2009. Segundo▸Basileia 2.5, os fundos próprios consistem em:
- Capital Tier 1: principalmente fundos próprios de base, reservas e determinados títulos fiduciários preferenciais
- Capital Tier 2: principalmente fundos próprios complementares, ações preferenciais cumulativas, dívida subordinada a longo prazo e ganhos não realizados em títulos cotados
- Capital Tier 3: principalmente dívida subordinada a curto prazo e excesso de capital Tier 2

O capital Tier 2 está limitado a 100% do capital Tier 1, e o montante da dívida subordinada a longo prazo que pode ser reconhecida como capital Tier 2 está limitado a 50% do capital Tier 1. O capital regulamentar também é corrigido por filtros regulamentares e rubricas de dedução de capital específicas.

G

Gestão de caixa
Refere-se à gestão dos ativos líquidos em dólares norte-americanos, euros e outras divisas de modo que as empresas e as instituições financeiras otimizem as transações financeiras.

I

IBOR
Taxa interbancária. A taxa à qual os bancos emprestam ativos líquidos entre si.

Instrumentos híbridos de capital
Caracterizados por pagamentos de juros relacionados com o lucro. Ao abrigo dos regulamentos de supervisão bancária, estão incluídos no capital Tier 1, caso não sejam acumulados pagamentos de juros em caso de perdas (títulos preferenciais não cumulativos) e caso os instrumentos não tenham uma data de vencimento específica ou caso não sejam reembolsáveis à escolha do portador. Caso contrário, estão incluídos no capital Tier 2 (cumulativo). Ao abrigo do CRR/CRD IV, os instrumentos híbridos de capital apenas são reconhecidos como capital Tier 1 adicional se houver uma participação cumulativa em perdas correntes sob a forma de depreciações do valor nominal ou uma conversão para as ações ordinárias, quando um rácio de capital Core Tier 1 específico não é observado.

M

Mercados de capital de dívida alavancada
Atividades empresariais com clientes cujos balanços apresentam uma elevada percentagem de financiamento através de empréstimos face a financiamento através de capitais próprios.

Mercados de capital próprio (ECM)
São atividades sobretudo associadas a ofertas públicas iniciais de uma empresa ou à colocação de novas ações. Também abrange a privatização de empresas do Estado.

N

Normas internacionais de relato financeiro (IFRS)
Regras de relato financeiro do International Accounting Standards Board concebidas com vista a garantir demonstrações e informações financeiras transparentes e comparáveis a nível mundial. O principal objetivo é apresentar informações que são úteis para a tomada de decisões económicas, sobretudo para os investidores.

Notação
Externa: avaliação tipificada da fiabilidade creditícia e instrumentos de dívida das entidades emitentes, realizada por agências especializadas.
Interna: avaliação pormenorizada do risco de todas as exposições associadas a um devedor com base em critérios e modelos desenvolvidos internamente.

P

Partes interessadas
Os vários grupos de interesse de uma empresa que são frequentemente considerados os representantes de proprietários (acionistas), clientes, colaboradores e sociedade.

Participações de capital ativas médias
O Deutsche Bank calcula o capital ativo a fim de facilitar as comparações com os concorrentes e fazer referência a vários rácios de capital ativo – em particular, constitui a base para o rendimento dos investimentos em ações nas divisões. O capital ativo não está previsto nas ▸normas internacionais de relato financeiro e não se deve comparar os rácios do banco baseados no capital ativo com os rácios de outras empresas

sem ter em conta as diferenças de cálculo. O banco ajusta os seus capitais acionistas médios para contabilizar os dividendos médios, que acumulam ao longo do ano e são pagos anualmente mediante aprovação da Assembleia Geral Anual.

R

Rácio/custos-benefícios
Um rácio que expressa a rentabilidade de uma empresa, que compara as despesas operacionais com as receitas operacionais.

Rácio de alavancagem
Relação do capital com o total do ativo. Estão a ser atualmente debatidos vários rácios de alavancagem diferentes. Por um lado, estas variações diferem se dividirem o total de ativos pelo capital (expressa o total de ativos como um múltiplo do capital) ou vice-versa (parcela do capital no total de ativos). Por outro lado, são utilizadas várias definições de total de ativos e capital, como, por exemplo, valores do balanço publicado (ativos versus capital reportado). Devido às diferenças significativas nas normas de relato financeiro nos vários países, esta definição apenas permite uma comparação de bancos abrangidos pelas mesmas normas de relato financeiro. Para melhorar a comparabilidade com os GAAP ▸dos Estados Unidos, o Deutsche Bank criou uma "definição de meta" que replica a prática norte-americana numa base pró-forma. A implementação do Acordo de Basileia III deverá estabelecer uma definição uniforme do rácio de alavancagem a nível internacional.

Relações com os investidores
As relações com os investidores é o nome dado à comunicação nos dois sentidos, sistemática e contínua, entre as empresas e os atuais e potenciais fornecedores de capital de dívida e ações. São fornecidas sobretudo informações acerca de importantes acontecimentos empresariais, resultados financeiros, estratégia empresarial e expectativas da administração face aos mercados de capitais. Um dos principais objetivos das relações com os investidores é assegurar que as ações de uma empresa são devidamente valorizadas pelo mercado.

Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)
Definido como os resultados antes de impostos sobre o rendimento, menos as participações minoritárias antes de impostos como uma percentagem de ▸ participações de capital ativas médias.

Resultados por ação
Valor fundamental determinado de acordo com as ▸Normas Internacionais de Relato Financeiro, que expressa o resultado líquido de uma empresa atribuível aos seus acionistas relativamente ao número médio de ações ordinárias em circulação. Além dos resultados básicos por ação, também têm de ser comunicados os resultados por ação diluídos, caso a conversão assumida e o exercício das opções sobre ações em circulação, os prémios de ação diferidos e não exercidos, a dívida convertível e determinados contratos a prazo possam aumentar o número de ações.

S

Seguradoras monorramo
Um tipo de seguradora especializada nos EUA que cobre títulos contra riscos de incumprimento.

Serviços às famílias
Serviços financeiros concebidos para famílias com carteiras de ativos muito grandes e complexas. Estes serviços protegem os interesses dos clientes com base numa independência absoluta, através de uma gestão otimizada e de uma coordenação abrangente dos componentes da riqueza individual.

SEPA (Single Euro Payments Area)
Área Única de Pagamentos em Euros, constituída com o objetivo de harmonizar pagamentos escriturais em euros.

Spread
A diferença nas taxas de juro, por exemplo, entre o retorno sobre um título e a taxa de referência relevante.

Sustentabilidade
Descreve a interação entre as questões em matéria de economia, ambiente e responsabilidade social com o objetivo de constituir bases sustentáveis para a vida humana, ao mesmo tempo que a prepara para o futuro.

Swaps
A troca de um fluxo de pagamento por outro. Swap de taxa de juro: troca de fluxos de pagamento de juros na mesma divisa com termos e condições diferentes (por exemplo, taxa fixa ou variável). Swap de divisa: troca de fluxos de pagamento de juros e montantes de capital em diferentes divisas.

T

Target2
Target2 é a segunda geração do sistema de pagamento Target. É o sistema de liquidação pelos valores brutos comum e em tempo real na área do euro.

Titularização
Criação de títulos negociáveis (como ações ou obrigações), muitas vezes a partir de empréstimos ou fluxos de caixa de vários tipos de financiamento, através da emissão de títulos, tais como obrigações ou papel comercial.

Títulos garantidos por ativos (ABS, Asset-backed securities)
Um tipo específico de pagamentos a receber titularizados sob a forma de títulos negociáveis. Estes títulos são criados pelo reajustamento de determinados ativos financeiros. ▸titularização

U

U.S. GAAP (Princípios contabilísticos geralmente aceites nos Estados Unidos)
Princípios contabilísticos dos EUA elaborados pelo Financial Accounting Standards Board (FASB) e o American Institute of Certified Public Accountants (AICPA). Além disso, as interpretações e explicações fornecidas pela Securities and Exchange Commission (SEC) são especialmente relevantes para as empresas cotadas na bolsa. À semelhança das normas internacionais de relato financeiro, o principal objetivo é apresentar informações que são úteis para a tomada de decisões, sobretudo para os investidores.

Impressão/Publicações

Deutsche Bank Aktiengesellschaft
Taunusanlage 12
60262 Frankfurt am Main
Alemanha
Telefone: +49 69 9 10 00
deutsche.bank@db.com

Relações com os investidores
Telefone: +49 69 91 03 80 80
db.ir@db.com

Fotografias

— Andreas Pohlmann, Munique
páginas 02/03, 04/05, 06/07, 08/09, 10, U2, U5
— Mathias Ziegler, Munique
páginas 16/17, 34/35, 43, 47, 57 68/69, 74/75 e capa

Teremos todo o gosto em enviar-lhe as seguintes publicações relacionadas com o nosso relato financeiro

Nota: o relatório anual de contas do Grupo Deutsche Bank é composto por duas secções independentes: o Relatório Anual de 2013 e o Relatório Financeiro de 2013.

— Relatório Anual de 2013
(Alemão/Inglês)
— Relatório Financeiro de 2013
(Alemão/Inglês)
— Relatório de Responsabilidade Corporativa de 2013
(Alemão/Inglês)
— Demonstrações Financeiras Anuais e Relatório de Gestão do Deutsche Bank AG 2013
(Alemão/Inglês)

Como encomendar

E-mail – Internet
service-center@bertelsmann.de
www.db.com/13

Fax
+49 1805 070808

Telefone
+49 1805 802200

Correio
arvato logistics services
Bestellservice Deutsche Bank
Gottlieb-Daimler-Strasse 1
33428 Harsewinkel
Alemanha

Online

Todas as publicações relacionadas com o nosso
relato financeiro estão disponíveis em:
www.db.com/13

Advertência respeitante a declarações relativas ao futuro

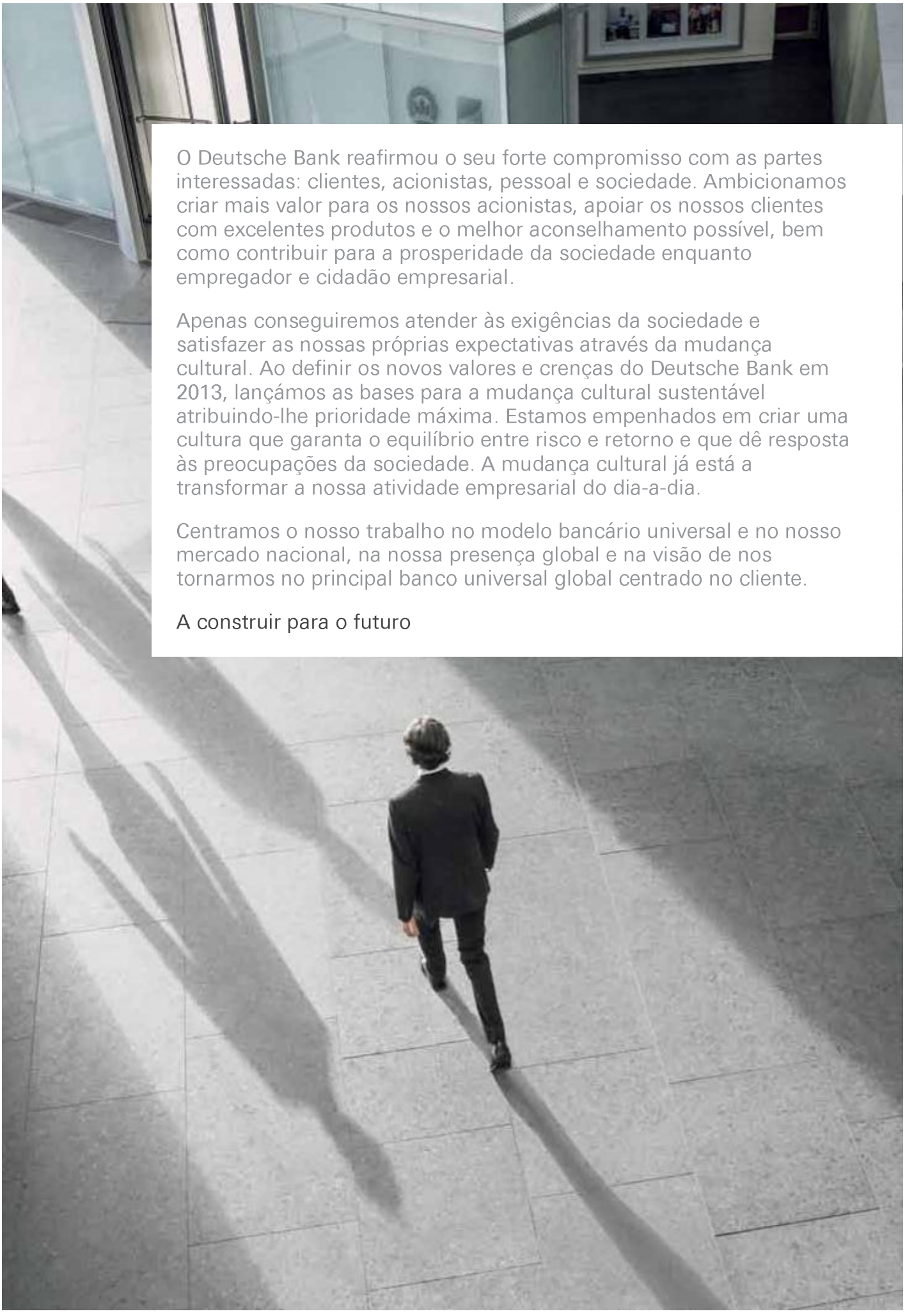
O presente relatório contém declarações relativas ao futuro. As declarações relativas ao futuro são afirmações que não constituem factos históricos; incluem afirmações sobre as nossas convicções e expectativas, bem como os pressupostos subjacentes. Estas declarações assentam em planos, estimativas e projeções que estão à disposição da gestão do Deutsche Bank. Como tal, as declarações relativas ao futuro baseiam-se apenas nos factos à data em que são feitas. Não assumimos nenhum compromisso para atualizar publicamente nenhuma destas declarações à luz de novas informações ou acontecimentos futuros.

Em virtude da sua natureza, as declarações relativas ao futuro implicam riscos e incertezas. Por conseguinte, é possível que os resultados reais sejam significativamente diferentes dos que constam em qualquer declaração relativa ao futuro, devido a diversos fatores importantes. Estes fatores incluem: as condições nos mercados financeiros na Alemanha, na Europa, nos Estados Unidos e noutras regiões que são a nossa principal fonte de receitas e onde detemos a maior parte dos nossos ativos; a evolução dos preços dos ativos e volatilidade dos mercados; eventuais incumprimentos dos mutuários ou das contrapartes nas transações; a implementação do nosso plano de gestão; a fiabilidade das nossas políticas, procedimentos e métodos em matéria de gestão do risco; e outros riscos contidos nos nossos registos junto da Securities and Exchange Commission dos EUA. Estes fatores são descritos ao pormenor no nosso Formulário 20-F SEC de 20 de março de 2014, na secção "Fatores de Risco". Podem ser disponibilizados exemplares deste documento mediante pedido. O documento também se encontra disponível no sítio www.db.com/ir.

Sem impacto ambiental

O presente relatório não tem impacto ambiental. A quantidade de emissões de gases de estufa resultantes da produção e distribuição (27 toneladas de equivalentes de CO_2) foram compensadas por investimentos adicionais num projeto de alta qualidade em matéria de proteção climática.





O Deutsche Bank reafirmou o seu forte compromisso com as partes interessadas: clientes, acionistas, pessoal e sociedade. Ambicionamos criar mais valor para os nossos acionistas, apoiar os nossos clientes com excelentes produtos e o melhor aconselhamento possível, bem como contribuir para a prosperidade da sociedade enquanto empregador e cidadão empresarial.

Apenas conseguiremos atender às exigências da sociedade e satisfazer as nossas próprias expectativas através da mudança cultural. Ao definir os novos valores e crenças do Deutsche Bank em 2013, lançámos as bases para a mudança cultural sustentável atribuindo-lhe prioridade máxima. Estamos empenhados em criar uma cultura que garanta o equilíbrio entre risco e retorno e que dê resposta às preocupações da sociedade. A mudança cultural já está a transformar a nossa atividade empresarial do dia-a-dia.

Centramos o nosso trabalho no modelo bancário universal e no nosso mercado nacional, na nossa presença global e na visão de nos tornarmos no principal banco universal global centrado no cliente.

A construir para o futuro

2014

Calendário Financeiro

29 de abril de 2014
Relatório intercalar de 31 de março de 2014

22 de maio de 2014
Assembleia Geral Anual no Festhalle
Frankfurt am Main (Centro de Exposições)

23 de maio de 2014
Pagamento de dividendos

29 de julho de 2014
Relatório intercalar de 30 de junho de 2014

29 de outubro de 2014
Relatório intercalar de 30 de setembro de 2014

2015

Calendário Financeiro

5 de fevereiro de 2015
Resultados preliminares referentes ao exercício de 2014

12 de março de 2015
Relatório Anual de 2014 e Formulário 20-F

29 de abril de 2015
Relatório intercalar de 31 de março de 2015

21 de maio de 2015
Assembleia Geral Anual no Festhalle
Frankfurt am Main (Centro de Exposições)

22 de maio de 2015
Pagamento de dividendos

30 de julho de 2015
Relatório intercalar de 30 de junho de 2015

29 de outubro de 2015
Relatório intercalar de 30 de setembro de 2015

Relatório Anual 2013



- Versão impressa
- Transferência de PDF
- Versão online: www.db.com/13

Relatório Financeiro de 2013



- Versão impressa
- Transferência de PDF
- Versão online: www.db.com/13

Relatório de Responsabilidade Corporativa de 2013



- Versão impressa
- Transferência de PDF


Deutsche Bank
Building for the future
Financial Report 2013
Passion to Perform

Deutsche Bank

O Grupo num relance

	2013	2012
Cotação da ação no fim do período	€ 34,68	€ 32,95
Cotação máxima da ação	€ 38,73	€ 39.51
Cotação mínima da ação	€ 29,41	€ 22,11
Resultados por ação básicos	€ 0,67	€ 0,28
Resultados por ação diluídos	€ 0,65	€ 0,27
Número médio de ações em circulação, em milhões, básicas	997	934
Número médio de ações em circulação, em milhões, diluídas	1.025	960
Valor contabilístico por ação básica em circulação	€ 53,24	€ 57,37
Valor contabilístico por ação básica em circulação tangível	€ 39,69	€ 42,26
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (antes de impostos)	2,6%	1,3%
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)[1]	2,6%	1,4%
Rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas (após impostos)	1,2%	0,5%
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos)	1,2%	0,5%
Rácio custo/rendimento	89,0%	92,5%
Rácio da componente remuneratória	38,6%	40,0%
Rácio da componente não remuneratória	50,3%	52,5%
em milhões de euros		
Total de receitas líquidas	31.915	33.736
Provisão para perdas de crédito	2.065	1.721
Despesas totais (excluindo juros)	28.394	31.201
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	1.456	814
Resultado líquido	681	316

	31.12.2013 em mil milhões de euros	31.12.2012 em mil milhões de euros
Total do ativo	1.611	2.022
Total do capital acionista	54,7	54,0
Rácio de capital *Common Equity Tier 1*	12,8%	11,4%
Rácio de capital *Tier 1*	16,9%	15,1%
Número		
Agências	2.907	2.984
das quais, na Alemanha	1.924	1.944
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro)	98.254	98.219
das quais, na Alemanha	46.377	46.308
Notação de risco de longo prazo		
Moody's Investors Service	A2	A2
Standard & Poor's	A	A+
Notações de risco da Fitch	A+	A+

[1] Calculamos este valor ajustado da nossa rentabilidade do capital próprio médio dos acionistas para facilitar a comparação com a concorrência. Designamos este valor ajustado por "Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)". No entanto, não se trata de uma medida de avaliação de desempenho ao abrigo das IFRS e não se deve comparar o nosso rácio baseado nas participações de capital ativas médias com os rácios de outras empresas, sem ter em conta as diferenças de cálculo do rácio. As rubricas para as quais ajustamos o capital próprio médio dos acionistas de 56,1 mil milhões de euros em 2013 e de 55,6 mil milhões de euros em 2012 são os dividendos médios de 646 milhões de euros em 2013 e 670 milhões de euros em 2012, que são objeto de uma proposta trimestral e que são pagos após a aprovação da Assembleia-Geral Anual realizada no ano a seguir.

Devido a arredondamentos, os valores apresentados neste documento podem não corresponder exatamente aos totais apresentados, e as percentagens podem não refletir exatamente os valores absolutos.

As informações financeiras comparativas sobre 2012 apresentadas neste documento foram reajustadas no contexto da adaptação da IFRS 10 e da IAS 19 revista. Para mais informações, ver a Nota 2, "Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas", do presente relatório financeiro.

1 –

Relatório de Gestão

5 Análise Operacional e Financeira

Sumário Executivo – 5

Grupo Deutsche Bank – 9

Resultado operacional – 17
Posição Financeira – 45
Liquidez e Recursos de Capital – 49
Acontecimentos após o período de relato – 50

51 Perspetivas

62 Relatório de Risco
Introdução – 62
60 Sumário Executivo de gestão do risco
70 Princípios de gestão do risco

Quadro de gestão do risco – 70
Cultura de risco – 74
Apetência pelo risco e capacidade de risco – 75
Plano estratégico e de capital – 76
79 Avaliação e comunicação de risco
82 Inventário de risco
85 Risco de crédito

Exposição ao crédito – 92
Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro – 103
Exposição ao crédito decorrente de empréstimos – 108

Exposição ao crédito a empresas – 109
Exposição ao crédito ao consumo – 111

Exposição a crédito decorrente de derivados – 113

Exposição de capital – 117

Qualidade dos ativos – 117

Risco de crédito da contraparte: Avaliação regulamentar –128
Titularização – 138
176 Risco de mercado relacionado com a negociação
Valor em risco no Grupo Deutsche Bank – 178

Requisitos de risco de mercado relacionado com a negociação – 182
Ativos da carteira de negociação inscritos no balanço – 188
Valor em risco no Postbank – 194
Resultados dos testes *a posteriori* regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação – 195

196 Risco de mercado não relacionado com a negociação
Avaliação do risco de mercado em carteiras não relacionadas com negociação – 197
Utilização de capital económico nas nossas carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação, por área de negócio – 199
Investimentos de capital detidos – 201
202 Risco operacional
209 Risco de liquidez
Liquidez de curto prazo e financiamento por grosso – 210
Mercados de financiamento e emissão nos mercados de capitais – 210
Diversificação de financiamento – 211
Reservas de liquidez – 215
Oneração de ativos – 218
Análise de maturidade de ativos e passivos financeiros – 219
224 Gestão de capital
226 Capital regulamentar
Adequação de capital – 226
Requisitos de capital regulamentares – 239
Rácios de capital regulamentares – 246
249 Gestão do balanço
Rácio de alavancagem de acordo com a definição interna (não auditado) – 249
252 Posição global do risco
Capital económico – 252

Processo de avaliação da adequação de capital interno – 253
255 Relatório de Remunerações
Resumo e divulgação do sistema de remuneração do Grupo – 256
Relatório e divulgação do sistema de remuneração do Conselho de Administração – 269
Colaboradores regulamentados ao abrigo do InstitutsVergV – 287
Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização – 289
295 Responsabilidade corporativa
298 Colaboradores
304 Controlo interno sobre o relato financeiro

308 Informações de acordo com o artigo 315.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

2 –

Demonstrações financeiras consolidadas

284 Demonstração consolidada dos resultados
285 Demonstração consolidada do rendimento integral

286 Balanço consolidado

287 Demonstração consolidada das alterações no capital próprio
289 Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

290 Notas às demonstrações financeiras consolidadas

1 – Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas – 10
2 – Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas – 38
3 – Aquisições e alienações – 42
4 – Segmentos de negócio e informação associada – 45

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

5 – Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 50
6 – **Rendimentos de serviços e** comissões – 52
7 – Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda – 52
8 – Outros resultados – 53
9 – Despesas gerais e administrativas – 53
10 – Reestruturação – 53
11 – Resultados por ação – 54

Notas ao balanço consolidado

12 – Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 55
13 – Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, "Reclassificação de ativos financeiros" – 57
14 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor – 61
15 – Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor – 75
16 – Ativos financeiros disponíveis para venda – 77
17 – Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial – 78
18 – Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros – 79
19 – Empréstimos – 82
20 – Provisão para perdas de crédito – 82
21 – Transferências de ativos financeiros – 356
22 – Ativos penhorados e recebidos como garantia – 85
23 – Ativos fixos tangíveis – 86
24 – Locações – 87
25 – Goodwill e outros ativos intangíveis – 88
26 – Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda – 96
27 – Outros ativos e outros passivos – 99
28 – Depósitos – 100
29 – Provisões – 100
30 – Compromissos de crédito e passivos contingentes – 107
31 – Outros empréstimos a curto prazo – 108
32 – Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – 108
33 – Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros – 109

Notas Adicionais

34 – Ações ordinárias – 111
35 – Benefícios dos empregados – 112
36 – Impostos sobre o rendimento – 125
37 – Derivados – 128
38 – Operações com partes relacionadas – 130
39 – Informações sobre subsidiárias – 132
40 – Entidades estruturadas não consolidadas – 133
41 – Contratos de seguro e de investimento – 137
42 – Ativos e passivos correntes e não correntes – 140
43 – Eventos após o Período de Reporte – 141
44 – Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o artigo 315a do Código comercial alemão – 141
45 – Participações acionistas – 144

3 – Confirmação

449 Relatório e parecer do auditor
454 Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração
455 Relatório do Conselho de Fiscalização

4 – Declaração de governo da sociedade / Relatório de governo da sociedade

460 Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização

470 Relato e transparência
471 Operações com partes relacionadas
471 Auditoria e controlo

474 Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

5 – Informações Adicionais

477 Conselho de Administração
478 Conselho de Fiscalização
480 Conselhos Consultivos
481 Evolução do Grupo nos últimos cinco anos
482 Declaração de aval
483 Impressum / Publicações

1 –

Relatório de Gestão

5 Análise Operacional e Financeira

Sumário Executivo – 5

Grupo Deutsche Bank – 9

Resultado operacional – 17
Posição Financeira – 45
Liquidez e Recursos de Capital – 49
Acontecimentos após o período de relato – 50

51 Perspetivas

62 Relatório de Risco
Introdução – 62

68 Sumário Executivo de gestão do risco

70 Princípios de gestão do risco
Quadro de gestão do risco – 70
Cultura de risco – 74
Apetência pelo risco e capacidade de risco – 75
Plano estratégico e de capital – 76

79 Avaliação e comunicação de risco

82 Inventário de risco

85 Risco de crédito

Exposição ao crédito – 92
Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro – 104
Exposição ao crédito decorrente de empréstimos – 109
Exposição ao crédito a empresas – 110
Exposição ao crédito ao consumo – 112
Exposição a crédito decorrente de derivados – 114

Exposição de capital – 118
Qualidade dos ativos – 118

Risco de crédito da contraparte: Avaliação regulamentar – 129
Titularização – 157

177 Risco de mercado relacionado com a negociação
Valor em risco no Grupo Deutsche Bank – 179

Requisitos de risco de mercado relacionado com a negociação – 183
Ativos da carteira de negociação inscritos no balanço – 189
Valor em risco no Postbank – 195
Resultados dos testes a posteriori regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação – 195

197 Risco de mercado não relacionado com a negociação
Avaliação do risco de mercado em carteiras não relacionadas com negociação – 198
Utilização de capital económico nas nossas carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação, por área de negócio – 200
Investimentos de capital detidos – 202

203 Risco operacional

210 Risco de liquidez
Liquidez de curto prazo e financiamento por grosso – 211

Mercados de financiamento e emissão nos mercados de capitais – 211
Diversificação de financiamento – 212
Reservas de liquidez – 216
Oneração de ativos – 219
Análise de maturidade de ativos e passivos financeiros – 220

225 Gestão de capital

227 Capital regulamentar
Adequação de capital – 227
Requisitos de capital regulamentares – 240
Rácios de capital regulamentares – 247

250 Gestão do balanço
Rácio de alavancagem de acordo com a definição interna (não auditado) – 250

253 Posição global do risco
Capital económico – 253

Processo de avaliação da adequação de capital interno –254

256 Relatório de Remunerações
Resumo e divulgação do sistema de remuneração do Grupo – 257
Relatório e divulgação do sistema de remuneração do Conselho de Administração – 270
Colaboradores regulamentados ao abrigo do InstitutsVergV – 288
Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização – 290

296 Responsabilidade corporativa

299 Colaboradores

305 Controlo interno sobre o relato financeiro

309 Informações de acordo com o artigo 315.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

Análise Operacional e Financeira

As seguintes discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas e as notas associadas às mesmas.

A nossa análise operacional e financeira inclui divulgações qualitativas e quantitativas sobre resultados de operações dos segmentos e divulgações a nível de entidade sobre componentes das receitas líquidas, conforme exigido pela Norma Internacional de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standard – IFRS) 8, "Segmentos operacionais". As informações que fazem parte e estão incorporadas por referência nas demonstrações financeiras deste relatório estão assinaladas por um parêntesis nas margens ao longo desta Análise operacional e financeira. Para divulgações adicionais de segmentos de negócio nos termos da IFRS 8, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas" das demonstrações financeiras consolidadas.

Sumário Executivo

A economia global

O crescimento da economia mundial, tendo já abrandado ligeiramente em 2012 para 3,0%, continuou a decrescer em 2013 para cerca de 2,8% ao ano. Depois de a economia ter alcançado o seu ponto mais baixo no primeiro trimestre de 2013, em comparação com o ano anterior, observou-se uma recuperação durante o resto do ano.

O abrandamento afetou os países industrializados e de mercados emergentes. A produção económica abrandou de 1,4% em 2012 para um valor previsto de 1,1% em 2013 nos países industrializados e de 4,7% para cerca de 4,5% nos países de mercados emergentes. Os problemas estruturais que contribuíram para a crise financeira e económica permaneceram no centro das atenções nos países industrializados. A redução da dívida pública e privada amorteceu o crescimento em particular na área do euro. Além disso, as incertezas políticas na área do euro e nos EUA penalizaram a economia mundial. As políticas monetárias dos principais bancos centrais continuaram a ser extremamente acomodatícias e apoiaram a economia mundial. As principais taxas de juro registaram níveis historicamente baixos e um elevado número de medidas quantitativas de estímulo à economia proporcionou apoio adicional à mesma. Em maio de 2013, as indicações iniciais de Ben Bernanke, presidente da Reserva Federal norte-americana, de que o banco central norte-americano poderia reduzir a taxa das suas compras de ativos ao longo do ano deram lugar a uma alteração do ciclo das taxas de juros internacionais, o que teve subsequentemente um impacto negativo em vários países de mercados emergentes em resultado de saídas de capital. A decisão da Reserva Federal, em dezembro de 2013, de restringir as medidas quantitativas de estímulo à economia a partir de janeiro de 2014 repercutiu-se em larga medida no mercado.

A área do euro, após seis trimestres consecutivos de atividade económica em declínio, registou um crescimento moderado no segundo trimestre de 2013. Em média anualizada, a economia da área do euro sofreu um decréscimo de 0,4% em 2013, devido ao fraco semestre de inverno de 2012/2013, um valor um pouco inferior ao registado em 2012 (-0,6%). A economia foi apoiada por uma recuperação da economia mundial e por uma atenuação da incerteza face à evolução futura da crise da dívida soberana. A confiança dos investidores internacionais na área do euro melhorou em 2013, o que conduziu a entradas líquidas de capital. Um fator decisivo de estabilização na área do euro foi a política monetária acomodatícia do Banco Central Europeu e, em particular, a sua declaração de que iria recorrer a todos os seus instrumentos – por exemplo, a redução do corredor de taxas de juro diretoras, operações de refinanciamento a muito longo prazo (vLTRO), compras de ativos privados e públicos – na eventualidade de uma emergência, a sua redução da taxa de juro em novembro de 2013 para o mínimo histórico de 0,25% e a sua declaração de que iria manter a taxa de juro a este nível ou a um nível inferior por um período de tempo prolongado como parte da sua orientação futura da política monetária (*forward guidance*) apresentada pela primeira vez em 2013. A economia da Alemanha

começou a recuperar após o fraco semestre de inverno de 2012/2013. Tal foi impulsionado por uma procura interna sólida, graças a um pico do nível de emprego, por um crescimento sólido do rendimento real e por um aumento moderado dos investimentos. Em média anualizada, a economia alemã cresceu 0,4% por oposição ao aumento de 0,7% verificado em 2012.

O crescimento económico norte-americano abrandou em 2013 para um valor estimado de 2,0%, em comparação com 2,8% em 2012. Os cortes automáticos na despesa e as incertezas em torno do rumo da política fiscal – discussões sobre o aumento do teto da dívida e sobre o alargamento do orçamento de transição, bem como o encerramento temporário do governo – pesaram sobre a economia. A recuperação do mercado imobiliário, a melhoria contínua dos números relativos ao emprego e o forte crescimento nos mercados de ações conduziram a uma retoma no segundo semestre de 2013, com uma taxa de crescimento de cerca de 4%. A economia norte-americana foi fortemente apoiada pela política monetária expansiva da Reserva Federal.

No Japão, o crescimento económico subiu ligeiramente para 1,5% em 2013, uma evolução impulsionada por políticas fiscais e monetárias extremamente expansivas, os primeiros dois pilares da chamada "abenomia". Contudo, pouco aconteceu após o anúncio do terceiro pilar da abenomia, a reforma estrutural, em 2013.

Nos países de mercados emergentes, verificou-se uma acalmia do crescimento para um valor estimado de 4,5% em 2013. O anúncio da Reserva Federal, em maio, de que poderia reduzir a taxa das suas compras de ativos ao longo do ano voltou as atenções para as fragilidades estruturais dos países de mercados emergentes, mascaradas em anos anteriores por investimentos de carteira, conduzindo a fortes saídas de capital. Em particular, estas afetaram países com défices orçamental e da balança de transações correntes relativamente elevados, tais como a África do Sul, a Índia, a Indonésia, o Brasil e a Turquia. Consoante a região, o desempenho foi variável em países de mercados emergentes. Estima-se que o crescimento económico na Ásia (excluindo o Japão) tenha sido de 5,9%, ligeiramente abaixo de 2012. A atividade económica da China – graças à recuperação no segundo semestre do ano – cresceu 7,7% em 2013, um crescimento ligeiramente inferior ao registado no ano anterior (7,8%). Apesar de a evolução relativamente fraca do comércio mundial ter moderado o crescimento no primeiro semestre do ano, a economia acelerou ligeiramente no segundo semestre na sequência da recuperação da economia mundial. Contudo, o crescimento foi reprimido pelas incertezas relativas ao impacto dum reequilíbrio das estruturas económicas da China, que seria energeticamente impulsionado pelas extensivas resoluções do Comité Central em novembro de 2013. Na Índia, a economia tornou-se ligeiramente mais forte, com um crescimento de 4,3% em 2013, em grande parte devido à desvalorização de 12% da rupia face ao dólar dos Estados Unidos ao longo do ano. Apesar do ambiente político desfavorável, o governo lançou extensas reformas com vista a estimular o crescimento futuro. A atividade económica na América Latina arrefeceu para 2,3% em 2013, após um crescimento de 2,8% em 2012. No Brasil, os estrangulamentos infraestruturais, a falta de reformas e os fracos preços das matérias-primas penalizaram a economia, que se estima ter crescido uns moderados 2,2% em 2013.

O setor bancário

Para o setor bancário, 2013 foi um ano de transição. Pela primeira vez desde 2006, não houve crises existenciais a ameaçar os sistemas bancários norte-americano ou europeu, em virtude de a crise da dívida europeia ter abrandado no final de 2012. Não obstante, 2013 foi um ano marcado por desafios operacionais significativos, com quase todos os bancos a enfrentarem uma falta de crescimento, um contexto de taxas de juro baixas, elevadas despesas de contencioso, regulamentação mais rígida e, especialmente na Europa, pressão constante dos supervisores e investidores no sentido do fortalecimento, desalavancagem e redução do risco dos balanços.

A banca comercial na Europa assistiu a uma quebra significativa dos volumes de crédito, especialmente junto das empresas, enquanto os empréstimos às famílias permanecerem praticamente inalterados. Os bancos continuaram a restringir os critérios aplicados à concessão de crédito, mas muito menos do que em comparação com 2011 e 2012. O principal obstáculo ao crescimento dos empréstimos pode, em vez disso, ter residido numa falta de procura de crédito, que continuou a cair, ainda que o ritmo de queda tenha abrandado ao longo do ano. As perdas de crédito registaram provavelmente uma ligeira diminuição. Do lado do financiamento, o

crescimento dos depósitos do setor privado manteve-se sólido ao longo do ano, no que diz respeito tanto a clientes empresariais como de retalho. A emissão de obrigações dos bancos decresceu uma vez mais, alcançando o nível mais baixo em mais duma década. Contudo, tal pode ter ficado a dever-se sobretudo a uma falta de necessidades de financiamento e não a uma falta de acesso aos mercados de capitais de dívida. Com efeito, o total do ativo dos bancos da UE registou uma quebra superior a 4% em relação ao ano anterior.

Nos Estados Unidos, surpreendentemente, o crédito a retalho apresentou-se de novo negativo em 2013, o que se deveu a um volume mais reduzido de hipotecas residenciais, apesar da recuperação em curso no mercado da habitação. Os empréstimos a empresas, por outro lado, continuaram a expandir-se de forma robusta, com todas as principais categorias de empréstimos a registarem um regresso ao crescimento pela primeira vez desde 2007. As perdas de crédito caíram para os valores mais baixos de que há registo, para níveis não observados sequer no pico do *boom* de crédito. O crescimento dos depósitos manteve-se robusto, não sendo afetado nem pelo baixo nível das taxas de juro, nem pelo término da cobertura da Corporação Federal de Seguro de Depósitos (Federal Deposit Insurance Corporation, FDIC) para determinados grandes depósitos de empresas. Com o crescimento dos depósitos a superar o crescimento dos empréstimos, o financiamento de depósitos dos balanços dos bancos atingiu o nível mais elevado em duas décadas.

O desempenho da banca de investimento foi heterogéneo em 2013. A emissão de obrigações caiu moderadamente dum nível muito forte no ano anterior, com a atividade de elevado retorno a alcançar um novo máximo histórico. A emissão de ações também apresentou solidez, enquanto a atividade de M&A baseada em valores de negociação registou o seu melhor ano desde 2008, apesar de uma diminuição das receitas. Os volumes de negociação de ações em 2013 foram ainda mais fracos do que no ano anterior, enquanto a negociação de rendimento fixo se manteve, dum modo geral, inalterada em comparação com o resultado de 2012. As receitas totais da banca de investimento desceram para o nível mais baixo desde 2008 devido à atividade reduzida em segmentos de negócio mais rentáveis e à regulamentação mais rigorosa, por exemplo, em matéria de transações de derivados. As receitas de subscrição de emissões e consultoria combinadas registaram um aumento em comparação com o ano anterior, tendo, de facto, sido as mais sólidas desde 2007, mas as receitas de negociação e outras atividades desceram substancialmente, em parte devido a uma nova compressão das margens.

As atividades de gestão de ativos beneficiaram dum ano particularmente favorável para os mercados de capitais: A liquidez do mercado manteve-se elevada, a procura de ativos de alto risco continuou a aumentar (não obstante algumas saídas de capital de países de mercados emergentes para mercados desenvolvidos), as taxas de juro mantiveram-se muito baixas (apesar de um pequeno aumento na sequência do anúncio da Reserva Federal norte-americana de que iria restringir a sua política monetária excecionalmente flexível), e vários dos principais mercados de ações atingiram novos níveis recorde.

Globalmente, a rentabilidade dos bancos europeus melhorou em 2013 face aos níveis miseráveis de 2011 e 2012, quando o setor bancário da UE registou perdas líquidas agregadas na sequência da crise da dívida europeia e da recessão a ela associada. Contudo, os retornos em 2013 continuam a ser escassos e muito abaixo de níveis sustentáveis, ou seja, do custo de capital dos bancos. Nos Estados Unidos, a rentabilidade dos bancos alcançou provavelmente um novo máximo histórico em termos absolutos, apesar de retrocessos no segundo semestre do ano devido a despesas de contencioso consideráveis (que também continuaram a pesar sobre os lucros dos bancos na Europa).

No que diz respeito à evolução regulamentar, em 2013 assistiu-se a novos progressos em vários projetos importantes para a construção duma nova arquitetura para um sistema bancário mais seguro e estável. Os decisores políticos da UE acordaram componentes cruciais para uma futura União Bancária europeia, decidindo transferir a supervisão dos maiores bancos da área do euro para o BCE, bem como, em princípio, concebendo mecanismos para salvar bancos da falência sem necessidade de apoio por parte dos contribuintes. A implementação do acordo de Basileia III teve início tanto na Europa como nos EUA. Além disso, intensificaram-se as discussões sobre a introdução a nível internacional dum rácio de alavancagem vinculativo, com as autoridades norte-americanas a avançarem com requisitos consideravelmente maiores para grandes institui-

ções de crédito nacionais. A reforma dos mercados de derivados adquiriu a sua forma definitiva na UE através do Regulamento relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações, ao passo que a implementação de novas regras em matéria de derivados ao abrigo da Lei Dodd-Frank teve já início nos EUA.

Desempenho do Deutsche Bank

Os principais destaques financeiros para o Grupo no período podem ser sintetizados da seguinte forma:

— Receitas líquidas do Grupo de 31,9 mil milhões de euros em 2013, uma descida de 5% face a 2012, refletindo em larga medida decréscimos de receitas na CB&S;
— Resultados antes de impostos sobre o rendimento de 1,5 mil milhões de euros, um aumento de 79% face a 2012;
— O resultado líquido aumentou de 316 milhões de euros em 2012 para 681 milhões de euros em 2013;
— O *Common Equity Tier 1* pró-forma *fully loaded* ao abrigo do programa CRR/CRD IV foi 9,7% (Basileia 2.5 CET 1: 12,8%) no final de 2013, em comparação com 7,8% (Basileia 2.5 CET 1: 11,4%) no final de 2012;
— O rácio de alavancagem ajustado pró-forma em conformidade com o CRR/CRD IV foi de 3,1% em 2013;
— Ativos ponderados pelo risco (RWA) pró-forma *fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV no valor de 350 mil milhões de euros (RWA em conformidade com Basileia 2.5 de 300 mil milhões de euros) em 31 de dezembro de 2013, uma descida de 11% em comparação com 31 de dezembro de 2012 (descida de 10% com base em RWA em conformidade com Basileia 2.5).

2013 foi o segundo ano consecutivo em que investimos no crescimento futuro do banco e na prossecução do reforço dos nossos controlos, abordando em simultâneo questões jurídicas e regulamentares pendentes. Os nossos resultados financeiros em 2013 foram afetados por *costs-to-achieve* do nosso Programa de Excelência Operacional (Programa OpEx) e por despesas de contencioso. Prevemos que 2014 seja um ano de mais desafios e de implementação rigorosa; contudo, tencionamos alcançar os nossos objetivos para 2015 e concretizar a nossa visão estratégica para o Deutsche Bank.

As receitas líquidas em 2013 foram de 31,9 mil milhões de euros, o que representa um decréscimo de 5% face a 2012. O decréscimo das receitas líquidas deveu-se sobretudo à CB&S, juntamente com ligeiras descidas na GTB e NCOU, ao passo que as receitas da PBC se apresentaram estáveis e as receitas da DeAWM registaram um aumento. As despesas (excluindo juros) em 2013 foram de 28,4 mil milhões de euros, o que representa uma descida de 9% face a 2012, refletindo reduções significativas de custos, bem como uma redução substancial dos encargos de imparidade para goodwill e ativos intangíveis em comparação com 2012. As reduções de custos incluíram um decréscimo de 1,2 mil milhões de euros (9%) nas nossas despesas com remunerações e benefícios em 2013 em comparação com 2012, devido a bónus e prémios de fidelidade reduzidos e em resultado da implementação do Programa OpEx atualmente em curso. As despesas também incluíram despesas significativas de contencioso no valor de 3,0 mil milhões de euros em 2013 (2012: 2,5 mil milhões de euros).

Neste contexto, gerámos um resultado líquido de 681 milhões de euros em 2013 (2012: 316 milhões de euros) e resultados antes de impostos sobre o rendimento de 1,5 mil milhões de euros (2012: 814 milhões de euros).

Os indicadores-chave de desempenho financeiro do Grupo encontram-se detalhados na tabela abaixo:

Indicadores-chave de desempenho do Grupo	Situação no final de 2013	Situação no final de 2012
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos)	1,2%	0,5%
Rácio custo/rendimento	89,0%	92,5%
Poupança de custos	2,1 mil milhões de euros por ano	0,4 mil milhões de euros por ano
Poupanças *costs-to-achieve*	1,8 mil milhões de euros	0,5 mil milhões de euros
Rácio pró-forma *Common Equity Tier 1 fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV	9,7%	7,8%
Rácio de alavancagem ajustado pró-forma em conformidade com o CRR/CRD IV[1]	3,1%	

[1] O rácio de alavancagem ajustado pró-forma em conformidade com o CRR/CRD IV representa o nosso cálculo na sequência da publicação do CRR/CRD em 27 de junho de 2013. Não disponível para o final de 2012. O Relatório de risco contém mais informações sobre o cálculo deste rácio.

A rendibilidade do capital próprio ativo médio após impostos aumentou de 0,5% em 2012 para 1,2% em 2013, mas mantém-se abaixo da meta de ultrapassar os 12%.

Apesar do decréscimo das receitas líquidas em comparação com o exercício anterior, o *rácio custo/rendimento* melhorou de 92,5% em 2012 para 89,0% em 2013, refletindo a redução continuada das despesas (excluindo juros) no decurso do nosso Programa OpEx.

Em 2013 foram alcançadas poupança de custos anuais de 2,1 mil milhões de euros com o Programa OpEx, ultrapassando a meta de 1,6 mil milhões de euros. Os *costs-to-achieve* cumulativos foram de 1,8 mil milhões de euros (dos quais 1,3 mil milhões de euros gastos em 2013 e 0,5 mil milhões de euros gastos em 2012).

Devido ao aumento do resultado líquido, à emissão de novas ações e às atividades aceleradas de formação de capital e redução do risco em 2013, o nosso rácio de capital *Common Tier 1* em conformidade com Basileia 2.5 melhorou para um nível recorde de 12,8% em 31 de dezembro de 2013. O rácio pró-forma *Common Equity Tier 1 fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV também melhorou substancialmente de 7,8% no ano anterior para 9,7% no final de 2013, refletindo progressos significativos na otimização das carteiras e na redução do risco de atividades não essenciais.

O rácio de alavancagem ajustado pró-forma em conformidade com o CRR/CRD IV foi de 3,1% no final de 2013, com base numa exposição de alavancagem pró-forma em conformidade com o CRR/CRD IV de 1,445 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

Os ativos ponderados pelo risco com base em Basileia 2.5 totalizaram, em 2013, 300 mil milhões de euros face a 334 mil milhões de euros em 2012, um valor que se ficou a dever em larga medida a ações de gestão destinadas a reduzir o risco da nossa atividade. Durante 2013, alcançámos uma redução de ativos ponderados pelo risco pró-forma *fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV de 350 mil milhões de euros.

Grupo Deutsche Bank

Deutsche Bank: A nossa Organização

Com sede em Frankfurt am Main, Alemanha, somos o maior banco da Alemanha e uma das maiores instituições financeiras da Europa e do mundo em total de ativos: 1.611 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013. Nessa data empregávamos o equivalente a 98.254 colaboradores a tempo inteiro e operávamos em 71 países, com um total de 2.907 agências no mundo, das quais 66% se situavam na Alemanha. Oferecemos uma grande variedade de produtos e serviços financeiros, de investimento e conexos, a particulares, entidades empresariais e clientes institucionais por todo o mundo.

Na sequência de uma análise estratégica exaustiva, reformulámos a nossa estrutura organizacional no quarto trimestre de 2012. Reafirmámos o nosso compromisso para com o modelo bancário universal e com as nossas divisões corporativas. Reforçámos este foco com uma divisão corporativa integrada, a divisão corporativa Deutsche Asset & Wealth Management, que inclui as antigas unidades de negócio de Corporate Banking &

Securities (banca empresarial e valores mobiliários), como os fundos negociados em bolsa (ETF). Criámos ainda uma Non-Core Operations Unit. Operations Unit, que inclui a anterior divisão do Grupo Corporate Investments (Investimentos de empresas) (CI), bem como operações não essenciais que foram transferidas de outras divisões corporativas.

Em 31 de dezembro de 2012, estávamos organizados nestas seguintes cinco divisões corporativas:

— Corporate Banking & Securities (CB&S)
— Global Transaction Banking (GTB)
— Deutsche Asset & Wealth Management (DeAWM)
— Private & Business Clients (PBC)
— Non-Core Operations Unit (NCOU)

As cinco divisões corporativas são apoiadas por funções da infraestrutura. Criámos também uma função de gestão regional, que engloba as responsabilidades regionais a nível mundial.

Temos operações ou transações com clientes reais ou potenciais na maioria dos países do mundo. Estas operações e transações incluem:

— subsidiárias e agências em muitos países;
— escritórios de representação em muitos outros países; e
— um ou mais representantes ao serviço dos clientes num elevado número de países adicionais.

Estrutura de gestão

Operamos as cinco divisões corporativas e as funções da infraestrutura sob a égide de uma "sociedade-mãe virtual". Usamos esta expressão para indicar que, embora o nosso Conselho de Administração exerça uma supervisão global das divisões corporativas, com o apoio de funções da infraestrutura, e não exista uma entidade separada, dotada de personalidade jurídica, que as agregue como sociedade-mãe, estas cinco divisões corporativas exercem a sua atividade com uma autonomia de gestão considerável. Para apoiar esta estrutura, existem órgãos sociais de importância crucial, que funcionam do seguinte modo:

O Conselho de Administração detém a responsabilidade geral pela gestão do Deutsche Bank, nos termos da lei alemã relativa às sociedades por ações. Os seus membros são nomeados e destituídos por um outro órgão social, o Conselho de Fiscalização. O nosso Conselho de Administração tem a seu cargo a gestão estratégica, o governo da sociedade, a afetação de recursos e a gestão e controlo do risco, com o apoio de comités funcionais.

A Comissão Executiva do Grupo foi criada em 2002. É composta pelos membros do Conselho de Administração e por representantes sénior das regiões, divisões corporativas e determinadas funções da infraestrutura, nomeados pelo Conselho de Administração. A Comissão Executiva do Grupo é um órgão social não exigido pela lei alemã relativa às sociedades por ações. Funciona como ferramenta de coordenação das áreas de negócio e das regiões, debate a estratégia do Grupo e prepara recomendações para decisões do Conselho de Administração. Não tem poderes de decisão.

Dentro de cada divisão corporativa e região, as funções de coordenação e gestão são exercidas por comités operacionais e por comités executivos, com o intuito de assegurar que a estratégia implementada pelas diversas áreas de negócio e os planos para o desenvolvimento de áreas da infraestrutura se inserem nos objetivos de negócio globais.

Divisões corporativas

Divisão corporativa Corporate Banking & Securities

Visão geral da divisão corporativa

A CB&S é composta pelas divisões de negócio Corporate Finance e Markets. Estas divisões de negócio oferecem produtos financeiros em todo o mundo, incluindo a subscrição de ações e obrigações, serviços de negociação para investidores e soluções personalizadas para as necessidades financeiras das empresas.

As atividades da CB&S são apoiadas pelo grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group – CPSG), que é responsável por um conjunto de carteiras de empréstimos e que, a partir de 2013, centralizou a cobertura da exposição a determinados derivados de contraparte sem garantias colaterais, gerindo ativamente o respetivo risco através da implementação de um plano de cobertura estruturado.

Na sequência de uma profunda análise estratégica da estrutura organizacional do Grupo, a CB&S foi realinhada em função do novo modelo bancário do Grupo, com efeitos a partir de novembro de 2012. Este realinhamento envolveu três aspetos principais: a transferência de ativos não essenciais (designadamente posições de titularização com correlação de crédito e ativos titularizados intensivos em capital, posições em seguradoras monorramo, bem como ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39) para a NCOU; a transferência de negócios passivos e negócios alternativos de terceiros, como os ETF, para a nova divisão corporativa DeAWM; e acertos dos custos de cobertura entre a CB&S e a GTB.

Efetuámos as seguintes despesas de investimento ou alienações de capital significativas desde 1 de janeiro de 2011:

Em março de 2012, concluímos a venda do nosso negócio de financiamento coletivo nos EUA (Deutsche Bank Berkshire Mortgage) a um grupo liderado por Lewis Ranieri e Wilbur L. Ross, em consonância com o desejo nos concentrarmos nos nossos negócios essenciais nos EUA.

Em junho de 2012, concluímos a venda da DB Export Leasing GmbH à Interoute Communications Limited.

Em janeiro de 2011, vendemos a nossa participação de 40% na Paternoster Limited, uma seguradora especializada em pensões, à Rothesay Life, de acordo com a decisão da maioria dos acionistas da Paternoster de vender as suas ações da empresa.

Em julho de 2011, concluímos a venda da nossa note indexada a ações que dava exposição económica à Newlands, uma empresa de produtos derivados de crédito constituída nas Bermudas, a fundos aconselhados pela Oakhill Advisors.

Produtos e serviços

A divisão de negócio Corporate Finance oferece fusões e aquisições, financiamento de capital próprio e de dívida e aconselhamento geral em matéria de *corporate finance* aos nossos clientes, bem como diversos serviços financeiros ao setor público. Disponibiliza ainda diversos serviços financeiros ao setor público.

A divisão de negócios Markets é responsável pela venda, negociação e estruturação de um vasto leque de produtos de rendimento fixo, ações e instrumentos indexados a ações, produtos cambiais e de matérias-primas. A divisão tem por objetivo fornecer soluções que satisfaçam, entre outras, as necessidades de investimento e de cobertura dos clientes. No âmbito do aumento da eficiência comercial, as nossas áreas de negócio Rates, Flow Credit e FX operam agora como um negócio integrado com uma única equipa de gestão. A área de negócio Structured Finance abrange o financiamento não relacionado com fluxos e o risco estruturado para clientes de todos os setores e classes de ativos.

Todas as nossas atividades de negociação estão cobertas pelos nossos procedimentos e controlos de gestão do risco, que são descritos em pormenor no Relatório de Risco.

Canais de Distribuição e Marketing

Na CB&S, as nossas equipas técnicas e de vendas que efetuam a cobertura empresarial e institucional centram-se nas relações com os clientes. Reestruturámos o nosso modelo de cobertura dos clientes, que passou a oferecer diversos níveis de serviços padronizados ou especializados em função das necessidades dos clientes e do nível de complexidade.

Divisão Corporativa Global Transaction Banking

Visão geral da divisão corporativa

A GTB fornece produtos e serviços bancários comerciais para empresas e instituições financeiras, incluindo pagamentos nacionais e transfronteiriços, financiamento de transações internacionais, bem como serviços fiduciários, de agente, de depósito, de custódia e serviços conexos. As nossas divisões de negócio são:

— Trade Finance e Cash Management – Empresas
— Trust & Securities Services e Cash Management – Instituições Financeiras

Com efeitos a partir de 1 de setembro de 2013, estabelecemos uma cobertura bancária comercial alinhada e integrada para pequenas e médias empresas na Alemanha com o intuito de reforçar a nossa posição de liderança no mercado e de alcançar um crescimento sustentável, no âmbito da Estratégia 2015+ nosso mercado nacional. Consequentemente, uma parte significativa dos antigos clientes de média capitalização alemães da CB&S será abrangida por uma *joint venture* recém-criada entre as divisões corporativas PBC e GTB para proporcionar às empresas de média dimensão uma maior proximidade e acesso direcionado à nossa rede global e conhecimentos especializados de produtos.

Além disso, a carteira de empréstimos em numerário a longo prazo com clientes de média capitalização alemães foi transferida da divisão corporativa CB&S para a divisão corporativa GTB a fim de melhor capitalizar as similaridades entre as atividades de cash management, trade financing e concessão de crédito para estes clientes.

Efetuámos as seguintes despesas de investimento ou alienações de capital significativas desde 1 de janeiro de 2011:

Em 1 de junho de 2013, concluímos a venda da Deutsche Card Services à EVO Payments International.

Produtos e serviços

Trade Finance oferece conhecimentos especializados locais, um leque de produtos e serviços para transações internacionais (incluindo financiamento de curto prazo), soluções personalizadas para transações estruturadas e a tecnologia mais moderna traduzida numa rede internacional que permite aos nossos clientes uma melhor gestão dos riscos e questões associadas às suas transações nacionais e transfronteiriças.

Cash Management supre as necessidades de uma base diversificada de empresas e instituições financeiras. Dispomos de um vasto leque de soluções inovadoras e robustas que nos permitem gerir as complexidades das funções de tesouraria regionais e globais dos clientes, incluindo serviços de acesso, pagamento e cobrança, gestão de liquidez, informação e contabilidade, bem como soluções de apresentação e pagamento de faturas eletrónicas.

Trust & Securities Services fornece um conjunto de serviços fiduciários, de pagamento, administrativos e conexos relativamente a títulos e transações financeiras selecionadas, bem como custódia nacional de títulos em mais de 30 mercados.

Canais de Distribuição e Marketing

A GTB desenvolve e comercializa os seus próprios produtos e serviços na Europa, no Médio Oriente, na Ásia e no continente americano. As ações de marketing são levadas a cabo em conjugação com as funções de cobertura, quer nesta divisão, quer na CB&S e PBC.

Os clientes podem ser diferenciados em dois grupos principais: (i) instituições financeiras, como bancos, fundos de investimento e fundos de pensões, corretores/intermediários financeiros, gestores de fundos e seguradoras, e (ii) empresas multinacionais, grandes empresas e médias empresas locais, predominantemente na Alemanha e nos Países Baixos.

Divisão corporativa Deutsche Asset & Wealth Management (DeAWM)

Visão geral da divisão corporativa

Com 923 mil milhões de euros de ativos investidos em 31 de dezembro de 2013, a DeAWM é um dos principais organismos de investimento do mundo. Através da oferta de investimentos tradicionais e alternativos em todas as principais classes de ativos, a DeAWM ajuda os investidores privados e institucionais de todo o mundo a proteger e aumentar o seu património. A DeAWM também fornece soluções personalizadas de gestão de património e serviços de *private banking* para clientes individuais e a administradores de famílias com património de valor líquido elevado e ultraelevado.

A DeAWM integra as anteriores áreas de negócio Private Wealth Management (PWM) e Asset Management (AM), bem como os negócios passivos e alternativos de terceiros transferidos da CB&S no quarto trimestre de 2012. A divisão agregada possui franquias de apreciável dimensão no domínio da gestão de patrimónios, bem como da gestão de ativos institucionais e de retalho, que geram benefícios de escala para os clientes e para o Deutsche Bank. Foram transferidos ativos e áreas de negócio não essenciais da DeAWM para a NCOU no quarto trimestre de 2012.

Na área de Wealth Management, estabelecemos a Deutsche Oppenheim Family Office na Alemanha, através da fusão de dois escritórios de família (*family offices*) anteriormente separadas. Agregando a Oppenheim Vermögenstreuhand GmbH e a Wilhelm von Finck Deutsche Family Office AG, criámos um participante de topo no setor de patrimónios familiares na Alemanha e um dos fornecedores líderes na Europa.

Produtos e serviços

As soluções de investimento da DeAWM abrangem estratégias ativas e passivas e um leque diversificado de classes de ativos, incluindo ações, fundos de rentabilidade fixa, fundos imobiliários, fundos de infraestruturas, fundos de capitais privados e fundos de cobertura. A divisão proporciona também soluções personalizadas de gestão de patrimónios e serviços de banca privada, incluindo financiamentos e gestão discricionária de carteiras.

Em 2013 foi estabelecido um grupo Solutions and Trading, situado entre as equipas de conceção de produtos e de distribuição. Este grupo facilita a criação de produtos e soluções de elevada qualidade em linha com as necessidades dos clientes. Gere ainda um processo rigoroso de seleção de produtos para a área de negócio Wealth Management, que abrange produtos internos e de terceiros.

Canais de Distribuição e Marketing

As equipas Global Coverage/Advisory gerem as relações com os clientes, prestam assessoria e ajudam os clientes a aceder a produtos e serviços da DeAWM. A DeAWM também comercializa e distribui a sua oferta através de outras divisões de negócio do Grupo Deutsche Bank, nomeadamente a PBC para os clientes de retalho e a CB&S para clientes empresariais e institucionais selecionados, bem como através de distribuidores terceiros. Para garantir serviços e assessoria holísticos, todos os clientes têm um ponto de acesso único à DeAWM, com equipadas dedicadas, ao serviço de grupos de clientes específicos.

A DeAWM tem a grande vantagem competitiva de fazer parte do Deutsche Bank, com as suas amplas soluções nos domínios da banca de investimento, banca empresarial e gestão de ativos. Para otimizar a cooperação interdivisões, em 2013 a DeAWM estabeleceu uma equipa Key Client Partners (KCP), ao serviço de clientes sofisticados com necessidades complexas. A KCP fornece um acesso sem barreiras a mercados de capitais, gestão de investimentos e outras soluções da DeAWM, CB&S e de fornecedores terceiros selecionados.

Divisão Corporativa Private & Business Clients

Visão geral da divisão corporativa

A PBC opera segundo um único modelo de negócio de banca de retalho na Europa e em mercados asiáticos selecionados. A PBC serve clientes de retalho e clientes abastados, bem como pequenas e médias empresas.

A divisão corporativa PBC integra três unidades de negócio sob uma direção estratégica, apoiada por uma plataforma conjunto de serviços e TI:

— a unidade Private & Commercial Banking, que compreende todas as atividades de PBC na Alemanha sob a marca Deutsche Bank;
— a unidade Advisory Banking International, que abrange as atividades europeias de PBC (fora da Alemanha) e na Ásia, incluindo a nossa participação e parceria com o Hua Xia Bank; e
— a unidade Postbank, que compreende, entre outros, o Postbank, o norisbank, o BHW.

Na Alemanha, em 2013, lançámos a nossa área de negócio Private & Commercial Banking e avançámos com a nossa integração do Postbank. A integração de clientes de média capitalização alemães do Deutsche Bank na PBC destina-se a permitir-nos a captação de novas oportunidades de pequenos e médios clientes empresariais, melhorando a nossa proximidade ao cliente e a colaboração interdivisões, tirando partido dos conhecimentos especializados do Grupo DB. O Postbank continua a operar no mercado sob marca própria. Com a integração do Postbank na PBC, procuramos reforçar de forma significativa o nosso modelo de negócio conjunto e gerar consideráveis sinergias de receitas e custos.

Na Europa Continental, a nossa unidade de negócio Advisory Banking International opera em cinco importantes mercados bancários: Itália, Espanha, Polónia, Bélgica e Portugal. A nossa posição centra-se em regiões europeias atrativas. Na Ásia, a PBC opera uma rede de agências apoiada por uma força de vendas móvel na Índia e detém uma participação de 19,99% no banco chinês Hua Xia Bank, com o qual celebrou uma parceria estratégica e um acordo de cooperação. Na Índia, a PBC tem atualmente dezassete agências. Consideramos a Índia e a China os nossos mercados essenciais asiáticos para a PBC.

Efetuámos as seguintes despesas de investimento ou alienações de capital significativas desde 1 de janeiro de 2011:

Em março de 2012, o Postbank e a nossa subsidiária integralmente detida pela DB Finanz-Holding GmbH ("DB Finanz-Holding") concordaram em celebrar um acordo de domínio e de transferência de resultados, de acordo com o artigo 291.º da lei alemã das sociedades por ações, com a DB Finanz-Holding na qualidade de sociedade dominante e o Postbank na qualidade de dependente. O acordo entrou em vigor em junho de 2012 e obteve validade jurídica definitiva em 11 de setembro de 2012. A participação no Postbank detida no final de 2013 é de 94,1%.

Em fevereiro de 2012, trocámos uma obrigação obrigatoriamente convertível em ações emitida pelo Deutsche Post em fevereiro de 2009 por 60 milhões de ações do Postbank (e numerário) e no dia seguinte o Deutsche Post exerceu a sua opção de nos vender 12,1% adicionais do capital social do Postbank. Juntamente com as ações detidas neste momento, a nossa participação no Postbank aumentou para 93,7%.

Em abril de 2011, concluímos a subscrição de ações recentemente emitidas no Hua Xia Bank Co. Ltd. Com a liquidação final da transação, que se tornou efetiva com o registo das novas ações em 26 de abril de 2011, este investimento aumentou nossa a participação acionista no Hua Xia Bank de 17,12% para 19,99% do capital emitido, o nível máximo de participação estrangeira individual permitido pela legislação chinesa.

Produtos e serviços

A PBC oferece uma gama semelhante de produtos e serviços bancários na Europa e na Ásia, com algumas variações impostas pelos requisitos locais de alguns países em termos de mercados, regulamentação e clientes.

Oferecemos investimentos e seguros, hipotecas, produtos empresariais, financiamento ao consumo, pagamentos, cartões e contas, depósitos, produtos de média capitalização fornecidos por outras divisões no âmbito da nossa *joint venture* de média capitalização, bem como serviços postais e produtos não bancários no Postbank. As receitas resultantes destes últimos encontram-se atualmente registadas em "Outras receitas" e serão separadas para assegurar maior transparência relativamente à composição das receitas da PBC.

Os nossos produtos de investimento abrangem a gama completa de fundos de investimento mútuos/fechados (monoativos e multiativos), produtos estruturados, e a gestão discricionária de carteiras e serviços de custódia de títulos. Fornecemos ainda aos nossos clientes produtos de seguros vida e não vida, bem como planos de pensões de empresas.

Oferecemos soluções de hipoteca, tanto padronizadas como complexas, e a nossa carteira de produtos hipotecários é complementada por subsídios públicos, corretagem hipotecária e seguros relacionados com hipotecas.

Os nossos produtos empresariais centram-se na gestão de transações, risco e liquidez para os nossos clientes. Na banca empresarial e serviços internacionais otimizamos o fluxo de caixa e a volatilidade do mercado e apoiamos a expansão de negócios. Adicionalmente, a nossa oferta de produtos de crédito engloba empréstimos pessoais, linhas de crédito e descobertos, bem como o negócio nos pontos de venda (POS).

Os nossos produtos de pagamentos, cartões e contas proporcionam pagamentos nacionais, internacionais e SEPA, cartões de débito, crédito e pré-pagos, bem como contas correntes para clientes empresariais e clientes particulares. A nossa carteira de depósitos engloba depósitos à vista, depósitos a prazo e poupanças.

As nossas atividades de financiamento estão sujeitas aos nossos processos de gestão do risco de crédito. Consultar as secções "Monitorização do risco de crédito" e "Principais categorias de exposição ao crédito" do Relatório de risco.

Canais de Distribuição e Marketing

Ao adotarmos uma abordagem bancária centrada no cliente, pretendemos otimizar a interação com os nossos clientes, bem como a acessibilidade e disponibilidade dos nossos serviços. A PBC utiliza uma ampla abordagem multicanal para servir os seus clientes e distribuir soluções financeiras de acordo com o posicionamento estratégico e o modelo de negócio locais.

- Agências: As nossas agências oferecem geralmente a nossa gama completa de produtos e assessoria.
- Agentes Financeiros: Na maior parte dos países, comercializamos adicionalmente os nossos produtos e serviços bancários de retalho através de agentes financeiros que operam em nome individual.
- Centros de contacto de clientes: Os nossos centros de contacto de clientes prestam serviços remotos aos clientes (isto é, informações sobre as contas, corretagem de títulos), apoiados por sistemas automatizados.
- Serviços bancários *online* e móveis: Nos nossos sítios Web, oferecemos aos clientes uma ampla variedade de informações relevantes sobre produtos e de serviços, incluindo ferramentas interativas, tutoriais e conteúdos de *rich media*. Disponibilizamos uma plataforma de transações de alto desempenho para serviços bancários, corretagem e autosserviços, em combinação com uma oferta universal muito frequentada para *smartphones* e *tablets*.
- Terminais de autosserviço: Estes terminais apoiam a nossa rede de agências e permitem aos clientes retirar e transferir fundos, receber extratos de contas de custódia e marcar reuniões com os nossos consultores financeiros.

Além disso, celebramos contratos de distribuição e cooperação locais em determinados países. Na Alemanha, integramos parcerias de cooperação com empresas como a DP HL (cooperação via Postbank) e a Deutsche Vermögensberatung AG (DVAG). No âmbito desta cooperação com a DVAG, usamos a rede de distribuição independente da DVAG para comercializar os nossos fundos de investimento e outros produtos bancários.

Para complementar a nossa gama de produtos, assinámos contratos de distribuição que autorizam a PBC a distribuir produtos de fornecedores. Entre estes inclui-se um contrato com a Zurich Financial Services relativamente a produtos de seguro, bem como uma parceria de produtos com treze sociedades gestoras de fundos para a distribuição dos seus produtos de investimento.

Com o objetivo de dotar a nossa marca dum forte posicionamento internacional, comercializamos de forma consistente os nossos serviços nos países europeus e asiáticos que consideramos estratégicos.

Divisão Corporativa Non-Core Operations Unit (NCOU)

Em novembro de 2012, criámos a NCOU para operar como uma divisão separada em paralelo com as áreas de negócio essenciais do Deutsche Bank. Os objetivos definidos na Estratégia 2015+, que presidiram à criação da NCOU, são: maior transparência exterior das nossas posições não essenciais; uma gestão mais focada nos nossos negócios essenciais, mediante a separação das atividades não essenciais; e uma redução acelerada e direcionada do risco.

A NCOU gere ativos com o valor aproximado de 55 mil milhões de euros e ativos ponderados pelo risco (RWA) pró-forma *fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV equivalentes a 58 mil milhões de euros, valores contabilizados em 31 de dezembro de 2012.

Além de gerir os nossos investimentos em capital globais e de manter determinados ativos não essenciais até à maturidade, as atividades de redução de risco da NCOU ajudam-nos a minorar os riscos não relacionados com a estratégia que planeámos para o futuro e diminuem a procura de capital. Na prossecução destas atividades direcionadas para a redução do risco, a NCOU dará prioridade à saída de posições com perfis de capital e de retorno de risco menos favoráveis, por forma a permitir que o Banco reforce o seu rácio pró-forma *Common Equity Tier 1 fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV.

A carteira da NCOU inclui atividades não essenciais para a futura estratégia do banco; ativos materialmente afetados por mudanças do setor, ambientais, jurídicas ou regulamentares; ativos destinados a redução do risco; ativos adequados para separação; ativos com elevada absorção de capital e baixos retornos; e ativos expostos a riscos jurídicos. Seguindo critérios semelhantes aos utilizados para a seleção de ativos, determinados passivos foram igualmente transferidos para a NCOU como, por exemplo, passivos de negócios em fase de liquidação ou de venda, antigos formatos de emissão de obrigações e vários outros passivos de curto prazo indexados a ativos reatribuídos.

A maioria dos ativos ponderados pelo risco (RWA) diz agora respeito a ativos CB&S antigos, incluindo posições de negociação de correlação de crédito, ativos de titularização, exposições a seguradoras monorramo e ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39. A carteira da NCOU inclui ainda ativos PBC antigos, tais como hipotecas residenciais estrangeiras selecionadas, bem com outros investimentos financeiros que deixaram de ser considerados estratégicos para o Postbank. Os ativos previamente geridos na antiga divisão Corporate Investments do Grupo dizem respeito às atividades globais de investimento em capital do banco e incluem as nossas participações no operador portuário Maher Terminals, no Cosmopolitan of Las Vegas e no BHF-BANK.

Durante 2013, foram executadas vendas significativas nas carteiras, incluindo 3,2 mil milhões de euros de exposições de obrigações GIIPS, bem como 2,5 mil milhões de dólares americanos de obrigações de carteiras de investimentos antigas do Postbank. Foi ainda concluída no período a redução do risco de aproximadamente 4 mil milhões de euros de exposição a imóveis comerciais (CRE), incluindo ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39, em conjunto com aproximadamente 4 mil milhões de euros de reduções de ativos adicionais, geradas por alienações de carteiras de crédito estruturado nas regiões da UE e dos EUA.

Efetuámos ainda as seguintes alienações significativas desde 1 de janeiro de 2011:

Em dezembro de 2013, o Deutsche Postbank AG concluiu a venda de uma carteira de créditos imobiliários comerciais do Reino Unido no valor de aproximadamente 1,4 mil milhões de libras à GE Capital Real Estate.

Em junho de 2013, a PB Capital Corporation concluiu a venda duma carteira de créditos imobiliários comerciais dos EUA no valor de aproximadamente 3,7 mil milhões de dólares americanos ao Union Bank, N.A., sediado em São Francisco, uma subsidiária indireta do Mitsubishi UFJ Financial Group, Inc.

Em maio de 2013, a Sicherungseinrichtungsgesellschaft deutscher Banken mbH ("SdB") reembolsou integralmente a restante exposição (da qual 0,8 mil milhões de euros estavam afetados à antiga Corporate Investments, agora parte integrante da NCOU) de notas consideradas elegíveis pelo BCE garantidas pelo SOFFin (Sonderfonds Finanzmarktstabilisierung, fundo especial de estabilização do mercado financeiro, estabelecido em outubro de 2008 pelo governo alemão no contexto da crise financeira).

Em janeiro de 2013, concluímos a venda da nossa participação de 15% na Dedalus GmbH & Co. KGaA, através da qual detínhamos indiretamente cerca de 1,1% das ações da EADS N.V., por uma contrapartida de aproximadamente 250 milhões de euros.

Em outubro de 2012, deixámos de ter exposição à Actavis, a empresa de genéricos farmacêuticos, após a conclusão da sua aquisição pela Watson Pharmaceuticals.

Em setembro de 2012, assinámos um acordo relativo à venda do BHF-BANK AG ao Kleinwort Benson Group, uma subsidiária do grupo de serviços financeiros RHJ International. Na sequência da revogação por parte dum dos coinvestidores do Kleinwort Benson Group, a estrutura da transação foi alvo duma revisão em outubro de 2013, segundo a qual o Deutsche Bank receberia uma contrapartida total de 354 milhões de euros, principalmente em numerário (322 milhões de euros) e o restante sob a forma de novas ações da RHJ International emitidas ao par. A contrapartida final está sujeita a ajustamentos do preço de compra aquando conclusão da operação. De acordo com um comunicado de imprensa da RHJ International, de 21 de fevereiro de 2014, o regulador financeiro alemão, BaFin, confirmou não ter quaisquer objeções à proposta de aquisição do BHF-BANK. Consequentemente, a alienação do BHF Bank à RHJ International está sujeita apenas a algumas condições restantes que têm de ser cumpridas antes da conclusão da operação, que se espera ter lugar antes do final de março de 2014.

Em novembro de 2011, fechámos um acordo para a venda das nossas instalações em Taunusanlage 12, Frankfurt am Main, a um fundo imobiliário fechado lançado pela DWS. O preço de venda do imóvel, determinado por avaliações independentes, foi de aproximadamente 600 milhões de euros. Continuamos a utilizar estas instalações como sede do Grupo sob locação a longo prazo.

Ao longo de 2011, o instrumento de liquidez para a FMS Wertmanagement Anstalt des öffentlichen Rechts, a agência de liquidação do Hypo Real Estate Group, de 7,5 mil milhões de euros (dos quais 6,4 mil milhões de euros estavam afetados à antiga Corporate Investments e o restante a outras divisões corporativas), em que participámos em dezembro de 2010, foi integralmente reembolsado.

Infraestrutura e Gestão Regional

A infraestrutura engloba as nossas áreas centralizadas de apoio ao negócio. Estas áreas dizem principalmente respeito às funções de controlo e de serviço que prestam apoio às nossas cinco divisões corporativas.

A organização desta infraestrutura reflete as áreas de responsabilidade dos membros do Conselho de Administração que não estão incumbidos de uma linha de negócio específica. A infraestrutura está organizada em funções próprias do diretor de operações (COO) (isto é, tecnologia global, serviços profissionais globais, serviços de logística globais e estratégia do grupo), do diretor financeiro (CFO) (isto é, finanças, impostos, seguros e tesouraria), do diretor de risco (CRO) (isto é, gestão do risco de crédito e gestão do risco de mercado), do diretor-geral (CEO) (isto é, comunicação e responsabilidade social corporativa e Deutsche Bank Research) e de recursos humanos (HR) e Legal & Compliance.

A função de Gestão Regional engloba as responsabilidades regionais em todo o mundo. Centra-se no governo da sociedade, no desenvolvimento da franquia e no desenvolvimento do desempenho. As regiões dispõem de diretores regionais, de diretores nacionais e de comités de gestão para melhorar a coordenação de produtos direcionados para os clientes entre as diversas áreas de negócio e para garantir a conformidade a nível local e do Grupo com os requisitos regulamentares e de controlo. A função de Gestão Regional representa ainda os interesses regionais junto do Grupo e melhora a coordenação inter-regional.

Todas as despesas e receitas incorridas com as áreas da Infraestrutura e da Gestão Regional são afetadas na totalidade às nossas cinco divisões corporativas.

Despesas de investimento e alienações de capital significativas

Foram incluídas informações sobre as despesas de investimento e alienações de capital significativas de cada divisão corporativa nas descrições acima apresentadas das divisões corporativas.

Desde 1 de janeiro de 2013, não houve ofertas públicas de aquisição por terceiros relativamente às nossas ações e não efetuámos ofertas públicas de aquisição relativamente a ações de qualquer outra sociedade.

Resultado operacional

Resultado operacional consolidado

A seguinte discussão e análise devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração Consolidada e Condensada dos Resultados

em milhões de euros				Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012		Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011	
(exceto se indicado em contrário)	2013	2012	2011	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Rendimento de juros líquido	14.834	15.975	17.445	(1.141)	(7)	(1.470)	(8)
Provisão para perdas de crédito	2.065	1.721	1.839	344	20	(118)	(6)
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito	**12.769**	**14.254**	**15.606**	**(1.485)**	**(10)**	**(1.352)**	**(9)**
Rendimentos de serviços e comissões[1]	12.308	11.809	11.878	500	4	(69)	(1)
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados[1]	3.817	5.608	2.724	(1.791)	(32)	2.884	106
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	394	301	123	93	31	178	145
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	369	163	(264)	206	127	427	N/S
Outro resultado	193	(120)	1.322	313	N/S	(1.442)	N/S
Rendimento total excluindo juros	**17.082**	**17.761**	**15.783**	**(679)**	**(4)**	**1.978**	**13**
Total de receitas líquidas[2]	**29.850**	**32.015**	**31.389**	**(2.164)**	**(7)**	**626**	**2**
Remunerações e benefícios	12.329	13.490	13.135	(1.160)	(9)	355	3
Despesas gerais e administrativas	15.126	15.017	12.657	110	1	2.360	19
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	460	414	207	46	11	207	100
Imparidade de ativos intangíveis	79	1.886	0	(1.808)	(96)	1.886	N/S
Atividades de reestruturação	399	394	0	5	1	394	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	**28.394**	**31.201**	**25.999**	**(2.807)**	**(9)**	**5.202**	**20**
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	**1.456**	**814**	**5.390**	**642**	**79**	**(4.576)**	**(85)**
Despesa de imposto sobre o rendimento	775	498	1.064	277	56	(566)	(53)
Resultado líquido	**681**	**316**	**4.326**	**365**	**116**	**(4.010)**	**(93)**
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	15	53	194	(37)	(71)	(141)	(73)
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank	666	263	4.132	403	154	(3.869)	(94)

N/S – Não significativo
[1] Os períodos anteriores foram reajustados. Para mais pormenores, consulte a Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas", deste relatório.
[2] Após provisão para perdas de crédito.

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2013	2012	2011	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em %	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em %
Total de juros e rendimentos similares	25.601	31.593	34.366	(5.992)	(19)	(2.773)	(8)
Total de gasto de juros	10.768	15.619	16.921	(4.851)	(31)	(1.302)	(8)
Rendimento de juros líquido	**14.834**	**15.975**	**17.445**	**(1.141)**	**(7)**	**(1.470)**	**(8)**
Ativos remunerados médios[1]	1.136.662	1.250.002	1.174.201	(113.340)	(9)	75.801	6
Passivos remunerados médios[1]	979.245	1.119.374	1.078.721	(140.129)	(13)	40.653	4
Rendimento de juros bruto[2]	2,25%	2,53%	2,93%	(0,28) p.p.	(11)	(0,40) p.p.	(14)
Taxa de juros bruta paga[3]	1,10%	1,40%	1,57%	(0,30) p.p.	(21)	(0,17) p.p.	(11)
Diferencial da taxa de juro líquida[4]	1,15%	1,13%	1,36%	0,02 p.p.	2	(0,23) p.p.	(17)
Margem da taxa de juro líquida[5]	1,31%	1,28%	1,49%	0,03 p.p.	2	(0,21) p.p.	(14)

p.p. – pontos percentuais
[1] Os saldos médios para cada ano são geralmente calculados com base nos saldos de final de mês.
[2] O rendimento de juros bruto é a taxa média de juro dos nossos ativos remunerados médios.
[3] A taxa de juros bruta paga é a taxa média de juro paga pelos nossos passivos remunerados médios.
[4] O diferencial da taxa de juro líquido é a diferença entre a taxa de juro média dos ativos remunerados médios e a taxa de juro média paga pelos passivos remunerados médios.
[5] A margem da taxa de juro líquida é o rendimento de juros líquido expresso em percentagem dos ativos remunerados médios.

2013

O decréscimo do rendimento de juros líquido em 2013 de 1,1 mil milhões de euros, ou 7%, para 14,8 mil milhões de euros, em comparação com 16,0 mil milhões de euros em 2012, deveu-se sobretudo ao menor rendimento de juros dos ativos detidos para negociação na CB&S em virtude duma menor atividade dos clientes, refletindo uma menor liquidez e a continuação da incerteza do mercado. Outro dos principais fatores subjacentes ao decréscimo do rendimento de juros líquido foi a estratégia de redução acelerada do risco na NCOU. Na PBC, uma redução ligeira das margens, bem como uma redução do volume de depósitos estratégicos afetaram também o rendimento de juros líquido em 2013. Globalmente, o diferencial da taxa de juro líquida aumentou 2 pontos base, na sequência dum decréscimo quase paralelo do rendimento de juros bruto e da taxa de juros bruta paga. A margem da taxa de juro líquida melhorou 3 pontos base, sobretudo devido às melhorias das margens na Alemanha.

A evolução do rendimento de juros líquido também foi influenciada pelo tratamento contabilístico de algumas das nossas operações de derivados com cobertura. Realizámos operações sem relação com negociação em derivados principalmente como cobertura económica, contra riscos de taxa de juro dos nossos ativos e passivos remunerados em relação com negociação. Alguns destes derivados são classificados como cobertura para fins contabilísticos. Nos casos em que as operações de derivados são classificadas como cobertura de risco de taxa de juro para fins contabilísticos, os juros gerados pelos instrumentos financeiros derivados são registados como gasto e rendimento de juros, compensando os fluxos de juros dos elementos cobertos. Nos casos em que os derivados não são classificados como contabilidade de cobertura, os fluxos de juros gerados pelos derivados são registados como rendimentos de negociação. A mesma política contabilística foi aplicada para os períodos findos a 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011.

2012

O decréscimo do rendimento de juros líquido em 2012 de 1,5 mil milhões de euros, ou 8%, para 16,0 mil milhões de euros, em comparação com os 17,4 mil milhões de euros registados em 2011, deveu-se sobretudo ao menor rendimento de juros dos ativos detidos para negociação na CB&S em virtude dum contexto de taxas de juro mais baixas e de volumes de ativos reduzidos. Adicionalmente, a diminuição da base de ativos da NCOU em resultado da redução do risco conduziu a quedas do rendimento de juros. O decréscimo remanescente foi ainda afetado por um rendimento de juros menor na PBC, em resultado de uma redução da contabilização do preço de compra (PPA) na sequência da aquisição do Postbank. Estes aspetos contribuíram para uma diminuição do nosso diferencial da taxa de juro líquida em 23 pontos base e para um decréscimo da nossa margem da taxa de juro líquida em 21 pontos base.

Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2013	2012	2011	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em %	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em %
CB&S – Sales & Trading (ações)	1.125	991	312	133	13	679	N/S
CB&S – Sales & Trading (dívida e outros produtos)	2.544	4.508	4.348	(1.964)	(44)	160	4
Non-Core Operations Unit	(535)	(1.257)	(1.564)	722	(57)	307	(20)
Outros	684	1.367	(372)	(682)	(50)	1.739	N/S
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.817	5.608	2.724	(1.791)	(32)	2.884	106

N/S – Não significativo

2013

Os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados diminuíram 1,8 mil milhões de euros para 3,8 mil milhões de euros em 2013. O principal fator responsável por esta evolução foi um decréscimo de 2,0 mil milhões de euros em Sales & Trading (dívida e outros produtos), que se deveu sobretudo a uma menor atividade dos clientes aliada a um contexto de negociação difícil e à incerteza do mercado, com impacto no domínio das taxas (Rates) e matérias-primas (Commodities), bem como ao decréscimo das receitas cambiais (Foreign Exchange) em virtude duma menor volatilidade e da compressão das margens. O decréscimo ficou ainda a dever-se substancialmente a uma queda de 682 milhões de euros em Outros, refletindo sobretudo a não recorrência de acertos, no ano anterior, da metodologia de cálculo do ajustamento de avaliação de dívida (*debt valuation adjustment* – DVA) referente a certos passivos derivados na CB&S, a desconsolidação de fundos na DeAWM, compensada por aumentos em outras categorias de receitas e C&A. O aumento de 722 milhões de euros na NCOU deveu-se a um decréscimo das perdas líquidas com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, impulsionado sobretudo por uma menor base de ativos resultante duma estratégia de redução acelerada do risco e movimentos de justo valor em alguns dos nossos ativos não essenciais. O aumento de 133 milhões de euros em resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados em Sales & Trading (ações) deveu-se a uma maior atividade dos clientes e a uma melhoria do contexto de mercado, resultando em receitas mais elevadas da negociação de ações.

2012

Os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados aumentaram 2,9 mil milhões de euros para 5,6 mil milhões de euros em 2012. A maior parte do aumento foi gerada à margem da nossa atividade de Sales & Trading. Alguns dos principais fatores específicos foram: ganhos em produtos detidos ao justo valor na CB&S relacionados com o ajustamento de avaliação da dívida (DVA) supramencionado referente a certos passivos derivados, uma diminuição das perdas ao justo valor da Abbey Life na DeAWM e resultados líquidos mais elevados em Consolidation & Adjustments (C&A) relacionados com os *swaps* de base dólares dos Estados Unidos/euro designados como coberturas de investimento líquidas para investimentos de capital em entidades norte-americanas. O aumento de 679 milhões de euros de ganhos líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados em Sales & Trading (ações) deveu-se a condições de volatilidade do mercado que se traduziram por uma maior atividade de negociação dos clientes e por receitas mais elevadas dos derivados de ações, bem como por ganhos ao justo valor mais elevados em financiamento especial (Prime Finance). O aumento de 160 milhões de euros em ganhos líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados em Sales & Trading (dívida e outros produtos) deveu-se principalmente a receitas mais elevadas de Flow Credit, resultantes de melhores condições do mercado e de maiores receitas com comissões, geradas por uma forte atividade dos clientes. Este aumento foi parcialmente anulado pelo decréscimo das receitas de Money Markets em resultado de uma menor volatilidade. A NCOU apresentou um decréscimo das perdas líquidas devido a uma menor base de ativos resultante de atividades de redução de risco e de movimentos ao justo valor nos ativos não essenciais, em particular nos *spreads* de crédito.

Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

As nossas áreas de gestão do risco e de negociação incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados (isto é, rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As nossas atividades de negociação podem, periodicamente, transferir rendimento entre rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, dependendo de vários fatores, incluindo estratégias de gestão do risco financeiro.

Com o objetivo de proporcionar uma discussão mais centrada no negócio, a tabela a seguir apresenta o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão corporativa e por produto no âmbito da CB&S.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2013	2012	2011	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em %	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em %
Rendimento de juros líquido	14.834	15.975	17.445	(1.141)	(7)	(1.470)	(8)
Total de resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.817	5.608	2.724	(1.791)	(32)	2.884	106
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**18.651**	21.583	20.169	(2.932)	(14)	1.414	7
Repartição por Divisão Corporativa/produto:[1]							
Sales & Trading (ações)	2.129	1.732	1.504	397	23	228	15
Sales & Trading (dívida e outros produtos)	6.230	8.226	8.121	(1.996)	(24)	105	1
Total Sales & Trading	8.359	9.958	9.625	(1.599)	(16)	333	3
Produtos de crédito[2]	599	182	185	418	N/S	(3)	(2)
Restantes produtos[3]	72	589	199	(517)	(88)	390	196
Corporate Banking & Securities	9.030	10.729	10.010	(1.699)	(16)	719	7
Global Transaction Banking	1.984	2.016	1.996	(32)	(2)	20	1
Deutsche Asset & Wealth Management	1.568	1.974	991	(406)	(21)	983	99
Private & Business Clients	5.966	6.220	6.625	(254)	(4)	(405)	(6)
Non-Core Operations Unit	83	275	588	(191)	(70)	(313)	(53)
Consolidation & Adjustments	19	369	(42)	(350)	(95)	411	N/S
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**18.651**	21.583	20.169	(2.932)	(14)	1.414	7

N/S – Não significativo
[1] Esta repartição reflete apenas rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Para uma análise das receitas totais das divisões corporativas por produto, consultar a Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas".
[2] Inclui o diferencial da taxa de juro líquida dos empréstimos e as variações de justo valor de *swaps* de risco de incumprimento e empréstimos ao justo valor através de resultados.
[3] Inclui o rendimento de juros líquido e os resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados dos serviços de originação, consultoria e outros produtos.

Corporate Banking & Securities (CB&S)

2013

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 9 mil milhões de euros em 2013, o que representa um decréscimo de 1,7 mil milhões de euros (16%) face a 2012. Este decréscimo deveu-se, em parte, a produtos à margem de Sales & Trading. No que diz respeito a Restantes produtos, o decréscimo deveu-se sobretudo à não recorrência de acertos na metodologia de cálculo do ajustamento da avaliação de dívida (DVA) referente a certos passivos derivados. Em Sales & Trading (dívida e outros produtos), os principais fatores subjacentes ao decréscimo foram a diminuição das receitas de títulos garantidos por hipotecas residenciais (RMBS) resultante da atividade de redução do risco empreendida este ano, dum enfraquecimento da liquidez e da incerteza do mercado, a diminuição das receitas cambiais (Foreign Exchange) resultante duma menor volatilidade e da compressão das margens, e a quebra das receitas de negociação em matérias-primas (Commodities) e taxas

(Rates). Estes fatores foram parcialmente compensados por um aumento em Produtos de crédito devido a movimentos favoráveis nos *spreads* de crédito, a uma menor proporção da atividade de concessão de crédito medida ao justo valor e a custos de cobertura globais mais baixos. O aumento em Sales & Trading (ações) em 2013 deveu-se sobretudo à não recorrência do pagamento de dividendos mais elevados em 2012 em derivados de ações (Equity Derivatives), a uma maior atividade dos clientes e a uma melhoria do contexto de mercado na área de negociação de ações (Equity Trading).

2012
A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de mil milhões de euros em 2012, o que representa um decréscimo de 188 milhões de euros (7%) face a 2011. O aumento em Sales & Trading (ações) em 2012 deveu-se sobretudo a receitas com derivados de ações afetadas por volatilidade do mercado. Equity Trading também contribuiu para o aumento de Sales & Trading (ações), com um rendimento de juros líquido mais elevado resultante de ganhos de quota de mercado e consequentes volumes acrescidos que anularam a deterioração do mercado. Em Sales & Trading (dívida e outros produtos), os principais fatores subjacentes ao aumento das receitas em rendimento de juros líquidos e em resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foram receitas mais elevadas de Flow Credit, refletindo condições mais favoráveis do mercado de crédito e maiores receitas de Rates e maior atividade por parte dos clientes. Este aumento foi parcialmente anulado pelo decréscimo das receitas de Money Markets em resultado de uma menor volatilidade. O aumento em resultados líquidos nos restantes produtos detidos ao justo valor na CB&S ficou a dever-se aos acertos supramencionados na metodologia de cálculo do DVA referente a certos passivos derivados.

Global Transaction Banking (GTB)
2013
O rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros combinados ao justo valor através de resultados foi de 2 mil milhões de euros em 2013, o que representa um decréscimo de 32 milhões de euros (2%) face a 2012. O rendimento de juros líquido diminuiu relativamente ao exercício anterior, em resultado de taxas de juro baixas nos mercados essenciais e da pressão concorrencial sobre as margens. Além disso, as variações cambiais face a 2012 afetaram adversamente o rendimento reportado em euros.

2012
O rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros combinados ao justo valor através de resultados foi de mil milhões de euros em 2012, o que representa um aumento de 20 milhões de euros (1%) face a 2011. O rendimento de juros líquido aumentou relativamente ao ano transato, impulsionado por um forte desempenho em todo o espetro de produtos e regiões de GTB, que beneficiou do efeito de escala em termos de volume. Os ganhos foram anulados por um decréscimo do rendimento de juros das atividades bancárias comerciais nos Países Baixos, provocado sobretudo pelo contexto de taxas de juro deprimidas.

Deutsche Asset & Wealth Management (DeAWM)
2013
O rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros combinados ao justo valor através de resultados foi de 1,6 mil milhões de euros em 2013, o que representa um decréscimo de 406 milhões de euros (21%) face a 2012. O decréscimo do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados deveu-se principalmente à desconsolidação de fundos em 2013 e foi compensado por aumentos noutras categorias de receitas.

2012
O rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros combinados ao justo valor através de resultados foi de 2,0 mil milhões de euros em 2012, o que representa um aumento de 983 milhões de euros (99%) face a 2011. O aumento do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados deveu-se principalmente a ganhos líquidos da Abbey Life, compensados em despesas (excluindo juros).

Private & Business Clients (PBC)

2013

O rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros combinados ao justo valor através de resultados foi de 6,0 mil milhões de euros em 2013, o que representa um decréscimo de 254 milhões de euros (4%) face a 2012. Este decréscimo deveu-se sobretudo ao contexto persistente de baixas taxas de juro que afeta as receitas de depósitos e ao maior impacto negativo da afetação do preço de compra do Postbank.

2012

O rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros combinados ao justo valor através de resultados foi de 6,2 mil milhões de euros em 2012, o que representa um decréscimo de 405 milhões de euros (6%) face a 2011. A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados diminuiu principalmente devido aos efeitos da redução da afetação do preço de compra e a um menor rendimento de juros do Postbank.

Non-Core Operations Unit (NCOU)

2013

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 83 milhões de euros em 2013, o que representa um decréscimo de 191 milhões de euros (70%) face a 2012. O principal fator responsável pelo decréscimo foi a diminuição das receitas das carteiras devido a reduções de ativos em todos os produtos da NCOU, resultantes de uma estratégia de redução acelerada do risco, que conduziu, em termos globais, a uma redução das perdas de justo valor.

2012

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 275 milhões de euros em 2012, o que representa um decréscimo de 313 milhões de euros (53%) face a 2011. O principal fator responsável pelo decréscimo foi a contração da base de ativos em todos os produtos da NCOU, resultante das atividades de redução do risco e duma diminuição das perdas de justo valor, devido sobretudo a movimentos dos *spreads* de crédito.

Consolidation & Adjustments (C&A)

2013

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 19 milhões de euros em 2013, em comparação com 369 milhões de euros em 2012. Este decréscimo refletiu principalmente menores efeitos positivos resultantes de diferenças temporais de diferentes métodos contabilísticos utilizados para os relatórios de gestão e as IFRS. O decréscimo remanescente deveu-se sobretudo ao rendimento de juros líquido que não foi afetado aos segmentos de negócio e a rubricas que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio, por exemplo, despesas de financiamento em ativos/passivos não divisionalizados.

2012

A receita combinada do rendimento de juros líquido e dos resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados foi de 369 milhões de euros em 2012, por oposição ao valor negativo de 42 milhões de euros em 2011. O aumento deveu-se sobretudo a efeitos positivos resultantes de diferenças temporais de diferentes métodos contabilísticos utilizados para os relatórios de gestão e as IFRS.

Provisão para perdas de crédito

2013

A provisão para perdas de crédito em 2013 foi de 2,1 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 344 milhões de euros, ou 20%, em comparação com 2012. Na NCOU, a provisão para perdas de crédito aumentou, refletindo um conjunto de rubricas de clientes individuais, incluindo uma rubrica relacionada com o setor imobiliário comercial europeu. A provisão para perdas de crédito também aumentou na GTB, no contexto dum evento de crédito dum cliente individual, e na CB&S, devido a encargos mais elevados relacionados com

empresas de transporte marítimo. Estes aumentos foram parcialmente compensados por provisões inferiores na PBC, refletindo uma melhoria do contexto de crédito na Alemanha.

2012

A provisão para perdas de crédito registou em 2012 um decréscimo de 118 milhões de euros para 1,7 mil milhões de euros. Esta redução deveu-se sobretudo a melhorias na qualidade da carteira da PBC na Alemanha, parcialmente anuladas por provisões mais elevadas para ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39 detidos pela NCOU.

Rendimento não decorrente de juros remanescente

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2013	2012	2011	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em %	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em %
Rendimentos de serviços e comissões[1]	12.308	11.809	11.878	500	4	(69)	(1)
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	394	301	123	93	31	178	145
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	369	163	(264)	206	127	427	N/S
Outro resultado	193	(120)	1.322	313	N/S	(1.442)	N/S
Rendimento total não decorrente de juros remanescente total	**13.264**	**12.153**	**13.059**	**1.111**	**9**	**(906)**	**(7)**

N/S – Não significativo

1 inclui:

	2013	2012	2011	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Comissões e taxas de atividades fiduciárias:							
Comissões de administração	435	449	491	(13)	(3)	(42)	(9)
Comissões de ativos geridos	2.963	2.609	2.760	354	14	(151)	(5)
Comissões de outros negócios de valores mobiliários	247	239	207	8	3	32	15
Total	**3.646**	**3.297**	**3.458**	**349**	**11**	**(161)**	**(5)**
Comissões, comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários:							
Comissões de subscrição e consultoria	2.378	2.318	2.118	60	3	200	9
Comissões de corretagem	1.542	1.526	1.882	15	1	(356)	(19)
Total	**3.920**	**3.844**	**4.000**	**76**	**2**	**(156)**	**(4)**
Comissões por outros serviços ao cliente	4.742	4.667	4.421	76	2	246	6
Total de rendimentos de serviços e comissões	**12.308**	**11.809**	**11.878**	**500**	**4**	**(69)**	**(1)**

N/S – Não significativo

Rendimentos de serviços e comissões

2013

O rendimento total de serviços e comissões aumentou 500 milhões de euros, de 11,8 mil milhões de euros em 2012 para 12,3 mil milhões de euros em 2013. As comissões de ativos geridos aumentaram devido a uma evolução favorável nos mercados de dívida alavancada a nível mundial, que beneficiaram de taxas de juro baixas. As comissões de subscrição e consultoria, bem como as comissões de corretagem e as comissões por outros serviços ao cliente melhoraram devido ao aumento dos níveis de atividade dos clientes e à melhoria das condições de mercado para a negociação de ações globais.

2012

O rendimento total de serviços e comissões foi de 11,8 mil milhões de euros em 2012, o que representa uma diminuição de 69 milhões de euros em comparação com 2011. As comissões de consultoria registaram um aumento decorrente duma atividade de negociação acrescida de Global Finance e DeAWM Alternatives. As comissões de subscrição mantiveram-se ao nível de 2011, registando um aumento em Rates and Credit Trading, em resultado de emissões de dívida de empresas, que foi anulado por um decréscimo das comissões de

Equity Trading. As Outras taxas de serviços aos clientes aumentaram ligeiramente, sobretudo por mérito de Trade Finance & Cash Management Corporates na GTB, bem como de Rates and Credit Trading na CB&S. As comissões de subscrição e consultoria, bem como as comissões por outros serviços ao cliente foram, contudo, compensadas por uma diminuição das comissões de corretagem, especialmente em produtos PBC, devido à contenção na atividade de investimento dos clientes, e em ações globais (Global Equities).

Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda

2013

Os resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda foram de 394 milhões de euros em 2013, por oposição a 301 milhões de euros em 2012. Os resultados líquidos em 2013 resultaram sobretudo das atividades de redução do risco relacionadas com a carteira da NCOU.

2012

Os ganhos líquidos com ativos financeiros disponíveis para venda foram de 301 milhões em 2012, por oposição a 123 milhões de euros em 2011. Os ganhos líquidos em 2012 foram obtidos sobretudo com a venda de ações da EADS no valor de 152 milhões de euros e com a venda da carteira de crédito estruturado da NCOU. Estes ganhos foram parcialmente anulados por imparidades específicas e por perdas realizadas com vendas no âmbito de atividades de redução do risco da NCOU. Os resultados líquidos em 2011 incluíram essencialmente ganhos de alienação de aproximadamente 485 milhões de euros e um impacto positivo não recorrente de 263 milhões de euros, referente à nossa participação no Hua Xia Bank, parcialmente anulado por um encargo de imparidade de 527 milhões de euros em obrigações soberanas gregas.

Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial

2013

Os resultados líquidos de investimentos de capital aumentaram de 163 milhões de euros em 2012 para 369 milhões de euros em 2013. O resultado em 2013 incluiu uma equivalência patrimonial de 374 milhões relacionada com o investimento no Hua Xia Bank.

2012

Os ganhos de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial foram de 163 milhões de euros em 2012, contra perdas líquidas de 264 milhões de euros em 2011. O resultado líquido de 2012 incluiu uma equivalência patrimonial positiva de 311 milhões de euros decorrente do nosso investimento no Hua Xia Bank, que foi parcialmente anulada por uma imparidade de 257 milhões de euros referente ao Actavis Group. As perdas líquidas em 2011 incluíram uma equivalência patrimonial positiva de 154 milhões de euros relativos à nossa participação no Hua Xia Bank e uma imparidade de 457 milhões relativos ao Actavis Group.

Outros resultados

2013

Os outros resultados aumentaram de um valor negativo de 120 milhões de euros em 2012 para um valor positivo de 193 milhões de euros em 2013. A melhoria em 2013 fica a dever-se predominantemente à redução do risco de carteiras da NCOU. Uma imparidade relacionada com a venda prevista do BHF-BANK foi parcialmente compensada pela continuação da evolução positiva dos resultados operacionais na Maher Terminals. As perdas registadas de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura foram significativamente menores do que no exercício anterior.

2012

Os outros resultados registaram um valor negativo de 120 milhões de euros em 2012, por oposição a um valor positivo de 1,3 mil milhões de euros em 2011. O decréscimo de outros resultados em 2012 deveu-se em larga medida a perdas significativas de derivados classificados como contabilidade de cobertura, que foram parcialmente compensadas por receitas relacionadas com o The Cosmopolitan of Las Vegas e com o operador portuário Maher Terminals, bem como por rendimento gerado pela liquidação da proteção de crédito recebido pelo vendedor no âmbito das atividades bancárias comerciais adquiridas nos Países Baixos. Em 2011, os

outros resultados incluíram sobretudo ganhos significativos decorrentes de derivados classificados como contabilidade de cobertura e receitas relacionadas com o The Cosmopolitan of Las Vegas.

Gastos operacionais (excl. juros)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2013	2012	2011	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em %	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em %
Remunerações e benefícios	12.329	13.490	13.135	(1.160)	(9)	355	3
Despesas gerais e administrativas[1]	15.126	15.017	12.657	110	1	2.360	19
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	460	414	207	46	11	207	100
Imparidade de ativos intangíveis	79	1.886	0	(1.808)	(96)	1.886	N/S
Atividades de reestruturação	399	394	0	5	1	394	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	28.394	31.201	25.999	(2.807)	(9)	5.202	20

N/S – Não significativo

1 inclui:

	2013	2012	2011	em milhões de euros	em %	em milhões de euros	em %
Despesas de TI	3.074	2.547	2.194	527	21	353	16
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	2.073	2.115	2.072	(42)	(2)	43	2
Taxas de serviços profissionais	1.804	1.852	1.621	(48)	(3)	231	14
Comunicações e serviços de dados	865	907	849	(42)	(5)	58	7
Despesas de deslocação e representação	441	518	539	(77)	(15)	(21)	(4)
Serviços de pagamento, compensação e custódia	569	609	504	(40)	(7)	105	21
Despesas de *marketing*	314	362	410	(48)	(13)	(48)	(12)
Investimentos consolidados	797	760	652	37	5	108	17
Outras despesas[2]	5.189	5.347	3.815	(158)	(3)	1.532	40
Despesas totais gerais e administrativas	15.126	15.017	12.657	110	1	2.360	19

N/S – Não significativo

[2] Inclui despesas relacionadas com litígios de 3,0 mil milhões de euros em 2013 e 2,6 mil milhões de euros em 2012. 2011 inclui encargos específicos na CB&S (655 milhões de euros em custos com litígios e um encargo específico de 310 milhões de euros relativo à imparidade de um reembolso de IVA alemão) e à contrapartida paga pela primeira vez de 247 milhões de euros por taxas bancárias da Alemanha e do Reino Unido.

Remunerações e benefícios

2013

As remunerações e benefícios registaram um decréscimo de 1,2 mil milhões de euros, ou 9%, de 13,5 mil milhões de euros em 2012 para 12,3 mil milhões de euros em 2013. A redução foi impulsionada por menores remunerações e benefícios, refletindo uma amortização de prémios diferidos reduzida devido a uma diminuição das subvenções diferidas atribuídas e aos efeitos positivos da implementação do OpEx em curso.

2012

Em 2012, a rubrica "Remunerações e benefícios" registou um acréscimo de 355 milhões de euros (3%), em comparação com 2011. Metade deste aumento em 2012 deveu-se à remuneração variável principalmente em virtude da descida da taxa de diferimento de 61% para 47% e consequente aumento da componente de bónus em dinheiro. Este aumento foi parcialmente compensado por uma amortização de prémios diferidos baseada em encargos de remuneração diferida reduzidos para colaboradores elegíveis para reforma. O outro fator significativo foi o maior impacto negativo da conversão cambial.

Despesas gerais e administrativas

2013

As despesas gerais e administrativas aumentaram 110 milhões de euros, ou 1%, de 15,0 mil milhões de euros em 2012 para 15,1 mil milhões de euros em 2013. O aumento deveu-se sobretudo a uma subida das despesas de contencioso e das despesas de TI, em resultado de *cost-to-achieve* e custos com o arranque de projetos mais elevados em 2013. Este aumento foi parcialmente compensado pela não recorrência de medidas de reestruturação adotadas nos Países Baixos em 2012. Além disso, as taxas de serviços profissionais indepen-

dentes, as despesas de comunicação, deslocação e representação, bem como as despesas de marketing registaram um decréscimo.

2012
As despesas gerais e administrativas aumentaram 2,4 mil milhões de euros (19%), de 12,7 mil milhões de euros em 2011 para 15 mil milhões de euros em 2012. As novas disposições em matéria de litígio e as rubricas relacionadas com as medidas de reestruturação das atividades bancárias comerciais do Banco nos Países Baixos foram os principais responsáveis pelo aumento; umas e outras estão refletidas em Outras despesas. Incluem ainda despesas de TI acrescidas, incluindo o abatimento da plataforma tecnológica NPP, uma maior depreciação a nível de TI e a nova plataforma Magalhães da PBC. As taxas de serviços profissionais aumentaram em resultados dos custos jurídicos mais elevados relacionados com litígios e dos custos relacionados com a análise estratégica da DeAWM. O aumento de custos dos Investimentos consolidados deve-se ao The Cosmopolitan of Las Vegas e aos Maher Terminals.

Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros

2013
Os benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros aumentaram 46 milhões de euros, de 414 milhões de euros em 2012 para 460 milhões de euros em 2013, o que decorre exclusivamente de encargos de seguros relacionados com o negócio da Abbey Life. Estes encargos foram compensados por ganhos líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados dos benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros.

2012
Os benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros em 2012 foram de 414 milhões de euros, o que representa um aumento 207 milhões de euros em comparação com o exercício anterior, devendo-se exclusivamente aos encargos de seguros relacionados com o negócio da Abbey Life.

Imparidade de ativos intangíveis

2013
Em 2013, os encargos de imparidade com *goodwill* e outros ativos intangíveis no valor de 79 milhões de euros deveram-se sobretudo às atividades bancárias comerciais nos Países Baixos. De forma semelhante a 2012, estes encargos foram incorridos para o avanço da execução das medidas de restruturação no âmbito da Estratégia 2015+.

2012
Em 2012, os encargos de imparidade com goodwill e outros ativos intangíveis foram de 1,9 mil milhões de euros. Incluem imparidades de 1,2 mil milhões de euros para a CB&S antes da reorganização dos segmentos. As análises pós-segmentação geraram novas imparidades de goodwill na NCOU no valor de 421 milhões de euros. Foram ainda contabilizadas imparidades de outros ativos intangíveis que incluíram 202 milhões de euros na DeAWM e 73 milhões de euros na GTB relacionados com atividades bancárias comerciais nos Países Baixos. Não foi registado um encargo por imparidade de ativos intangíveis em 2011.

Reestruturação

2013
Em 2013, os custos de reestruturação de 399 milhões de euros resultaram do nosso Programa OpEx e mantiveram-se praticamente inalterados face ao exercício anterior.

2012
As atividades de reestruturação ascenderam a 394 milhões de euros em 2012. As atividades de reestruturação em 2012 saldaram-se por uma redução dos custos de salários e benefícios no quarto trimestre do ano. Não se registaram custos desta natureza em 2011.

Despesa de imposto sobre o rendimento

2013

Em 2013, a despesa de imposto sobre o rendimento foi de 775 milhões de euros, o que implicou uma taxa efetiva de 53% em comparação com uma despesa com imposto sobre o rendimento de 498 milhões de euros e uma taxa efetiva de 61% em 2012. A taxa efetiva de imposto para o ano em curso, em 2013, foi sobretudo afetada por despesas não dedutíveis para efeitos fiscais.

2012

Em 2012, a despesa de imposto sobre o rendimento foi de 498 milhões de euros, o que implicou uma taxa efetiva de 61% em comparação com uma despesa com imposto sobre o rendimento de 1,1 mil milhões de euros e uma taxa efetiva de 20% em 2011. A taxa efetiva de imposto em 2012 foi sobretudo afetada por despesas não dedutíveis para efeitos fiscais, que incluem imparidades de goodwill. A taxa efetiva de imposto em 2011 beneficiou principalmente das alterações no reconhecimento e medição dos impostos diferidos, duma combinação favorável de receitas em termos geográficos e da isenção fiscal parcial dos resultados líquidos relacionada com a nossa participação no Hua Xia Bank.

Resultados de operações dos segmentos

Segue-se uma discussão dos resultados dos nossos segmentos de negócio. Ver a Nota 4 “Segmentos de negócio e informações conexas” às demonstrações financeiras consolidadas para obter informações sobre:

— alterações no formato de divulgação por segmento;
— a estrutura dos nossos sistemas de relatórios de gestão; e
— e definições de medidas financeiras não-GAAP que são utilizadas em relação a cada segmento.

O critério de segmentação em divisões constitui a nossa estrutura organizacional tal como existia em 31 de dezembro de 2013. Os resultados por segmento foram preparados de acordo com os nossos sistemas de informação de gestão.

2013 em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Banking & Securities	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Private & Business Clients	Non-Core Operations Unit	Total Relatórios de Gestão	Consoli-dation & Adjustments	Total consolidado
Receitas líquidas[1]	**13.623**	**4.069**	**4.735**[4]	**9.550**	**867**	**32.844**	**(929)**	**31.915**
Provisão para perdas de crédito	**190**	**315**	**23**	**719**	**818**	**2.064**	**0**	**2.065**
Despesas totais (excluindo juros)	**10.353**	**2.648**	**3.929**	**7.276**	**3.358**	**27.564**	**830**	**28.394**
dos quais:								
Depreciações, deperecimento e amortizações	2	0	0	0	2	5	18	23
Pagamentos por cessação de funções	27	8	5	225	13	278	25	303
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	460	0	0	460	0	460
Atividades de reestruturação	147	54	170	22	7	399	0	399
Imparidade de ativos intangíveis	0	57	14	7	0	79	0	79
Participação minoritária	**16**	**0**	**1**	**0**	**(3)**	**15**	**(15)**	**0**
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	**3.063**	**1.107**	**782**	**1.555**	**(3.306)**	**3.200**	**(1.744)**	**1.456**
Rácio custo/rendimento	76%	65%	83%	76%	N/S	84%	N/S	89%
Ativos[2,3]	1.111.592	97.240	72.613	265.359	54.224	1.601.029	10.372	1.611.400
Despesas por adições de ativos de longa duração	12	9	7	176	0	203	539	742
Ativos ponderados pelo risco	118.689	36.811	12.553	73.001	48.483	289.537	10.832	300.369
Capital ativo médio[5]	20.687	5.082	5.855	13.976	9.833	55.434	0	55.434
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	15%	22%	13%	11%	(34)%	6%	N/S	3%
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos)[6]	9%	13%	8%	6%	(20)%	3%	N/S	1%
1 inclui:								
Rendimento de juros líquido	5.409	1.930	988	5.963	619	14.909	(76)	14.834
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	77	3	18	375	(105)	368	1	369
2 inclui:								
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	628	48	143	2.563	171	3.554	28	3.581

N/S – Não significativo

[3] A partir de 2012, os ativos por segmento representam uma visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem balanços intersegmentos. Os exercícios anteriores foram ajustados em conformidade.

[4] Inclui receitas da Abbey Life relacionadas com Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros de 494 milhões de euros compensadas em despesas.

[5] Com efeitos a 1 de julho de 2013, a definição de capital próprio ativo foi alinhada com o quadro de CRR/CRD IV. Ao abrigo da definição revista, o capital próprio dos acionistas é ajustado apenas para acumulação de dividendos; os valores para 2013 e 2012 foram ajustados para refletir este efeito.

[6] A rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada ao Grupo, que foi de 53% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Para a rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 42% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

2012 em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Banking & Securities	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Private & Business Clients	Non-Core Operations Unit	Total Relatórios de Gestão	Consoli-dation & Adjustments	Total consolidado
Receitas líquidas[1]	**15.448**	**4.200**	**4.470**[4]	**9.540**	**1.054**	**34.711**	**(975)**	**33.736**
Provisão para perdas de crédito	**81**	**208**	**18**	**781**	**634**	**1.721**	**0**	**1.721**
Despesas totais (excluindo juros)	**12.459**	**3.326**	**4.297**	**7.224**	**3.312**	**30.618**	**582**	**31.201**
dos quais:								
Depreciações, deperecimento e amortizações	5	0	0	0	2	8	17	25
Pagamentos por cessação de funções	167	24	42	249	3	486	58	543
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	414	0	0	414	0	414
Atividades de reestruturação	244	40	104	0	4	392	0	394
Imparidade de ativos intangíveis	1.174	73	202	15	421	1.886	0	1.886
Participação minoritária	**17**	**0**	**1**	**16**	**31**	**65**	**(65)**	**0**
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	**2.891**	**665**	**154**	**1.519**	**(2.923)**	**2.307**	**(1.493)**	**814**
Rácio custo/rendimento	81%	79%	96%	76%	N/S	88%	N/S	92%
Ativos[2,3]	1.464.721	87.997	78.103	282.427	97.451	2.010.699	11.577	2.022.275
Despesas por adições de ativos de longa duração	15	1	1	140	0	157	477	634
Ativos ponderados pelo risco	117.056	34.976	12.429	72.695	80.317	317.472	16.133	333.605
Capital ativo médio[5]	20.790	4.133	5.907	12.177	11.920	54.927	0	54.927
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	14%	16%	3%	12%	(25)%	4%	N/S	1%
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) [6]	9%	10%	2%	8%	(16)%	3%	N/S	1%
1 inclui:								
Rendimento de juros líquido	5.208	1.964	1.033	6.115	1.531	15.851	123	15.975
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	131	5	6	312	(295)	159	4	163
2 inclui:								
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	751	46	131	2.303	307	3.538	39	3.577

N/S – Não significativo

[3] A partir de 2012, os ativos por segmento representam uma visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem balanços intersegmentos. Os exercícios anteriores foram ajustados em conformidade.

[4] Inclui receitas da Abbey Life relacionadas com Prestações e indemnizações pagas a tomadores de seguros de 420 milhões de euros compensadas em despesas.

[5] Com efeitos a 1 de julho de 2013, a definição de capital próprio ativo foi alinhada com o quadro de CRR/CRD IV. Ao abrigo da definição revista, o capital próprio dos acionistas é ajustado apenas para acumulação de dividendos, os valores para 2013 e 2012 foram ajustados para refletir este efeito.

[6] A rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 61% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Para a rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 35% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

2011 em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Corporate Banking & Securities	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Private & Business Clients	Non-Core Operations Unit	Total Relatórios de Gestão	Consoli-dation & Adjustments	Total consolidado
Receitas líquidas[1]	**13.899**	**3.816**	**4.278**[4]	**10.397**	**877**	**33.267**	**(39)**	**33.228**
Provisão para perdas de crédito	**50**	**198**	**16**	**1.185**	**391**	**1.840**	**(1)**	**1.839**
Despesas totais (excluindo juros)	**10.144**	**2.588**	**3.321**	**7.132**	**2.561**	**25.747**	**252**	**25.999**
dos quais:								
Depreciações, deperecimento e amortizações	35	6	24	129	272	466	442	908
Pagamentos por cessação de funções	79	14	29	218	60	401	102	503
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	207	0	0	207	0	207
Atividades de reestruturação	0	0	0	0	0	0	0	0
Imparidade de ativos intangíveis	0	0	0	0	0	0	0	0
Participação minoritária	**22**	**0**	**0**	**178**	**14**	**213**	**(213)**	**0**
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	**3.684**	**1.029**	**941**	**1.902**[3]	**(2.089)**	**5.467**	**(77)**	**5.390**
Rácio custo/rendimento	73%	68%	78%	69%	N/S	77%	N/S	78%
Ativos[2,5]	1.580.190	97.423	68.848	269.986	134.812	2.151.260	12.843	2.164.103
Despesas por adições de ativos de longa duração	43	7	37	181	98	366	487	853
Ativos ponderados pelo risco	147.161	35.127	14.625	78.637	103.812	379.361	1.884	381.246
Capital próprio ativo médio	13.604	3.811	5.656	12.081	11.447	46.599	3.850	50.449
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	27%	27%	17%	16%	(18)%	12%	(2)%	10%
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos)[6]	19%	19%	12%	11%	(13)%	8%	N/S	8%
1 inclui:								
Rendimento de juros líquido	5.787	1.906	805	6.594	2.152	17.244	201	17.445
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	23	2	41	140	(472)	(266)	2	(264)
2 inclui:								
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	731	43	154	2.043	751	3.722	38	3.759

N/S – Não significativo

[3] Inclui um impacto positivo líquido de 236 milhões de euros relacionado com a participação no Hua Xia Bank (PBC).

[4] Inclui receitas da Abbey Life relacionadas com Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros de 178 milhões de euros compensadas em despesas.

[5] A partir de 2012, os ativos por segmento representam uma visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem balanços intersegmentos. Os exercícios anteriores foram ajustados em conformidade.

[6] A rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) a nível do Grupo reflete a taxa efetiva de imposto relatada para o Grupo, que foi de 20% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. Para a rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos) dos segmentos, a taxa efetiva de imposto do Grupo foi ajustada para excluir o impacto de diferenças permanentes não atribuídas aos segmentos, de forma que as taxas de imposto dos segmentos foram de 30% para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Divisões corporativas

Divisão corporativa Corporate Banking & Securities

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2013	2012	2011	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em %	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em %
Receitas líquidas:							
Sales & Trading (dívida e outros produtos)	6.903	9.190	8.539	(2.288)	(25)	651	8
Sales & Trading (ações)	2.737	2.288	2.235	449	20	53	2
Geração (dívida)	1.557	1.417	1.055	140	10	362	34
Geração (ações)	732	518	559	214	41	(41)	(7)
Consultoria	480	590	621	(110)	(19)	(31)	(5)
Produtos de crédito	1.234	899	930	336	37	(31)	(3)
Outros produtos	(21)	547	(39)	(567)	N/S	586	N/S
Total de receitas líquidas	**13.623**	**15.448**	**13.899**	**(1.826)**	**(12)**	**1.549**	**11**
Provisão para perdas de crédito	**190**	**81**	**50**	**109**	**134**	**31**	**62**
Despesas totais (excluindo juros)	**10.353**	**12.459**	**10.144**	**(2.106)**	**(17)**	**2.315**	**23**
das quais:							
Atividades de reestruturação	147	244	0	(96)	(40)	244	N/S
Imparidade de ativos intangíveis	0	1.174	0	(1.174)	N/S	1.174	N/S
Participação minoritária	**16**	**17**	**22**	**(1)**	**(6)**	**(5)**	**(23)**
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	**3.063**	**2.891**	**3.684**	**172**	**6**	**(793)**	**(22)**
Rácio custo/rendimento	76%	81%	73%	N/S	(5) p.p.	N/S	8 p.p.
Ativos[1]	1.111.592	1.464.721	1.580.190	(353.128)	(24)	(115.469)	(7)
Ativos ponderados pelo risco	118.689	117.056	147.161	1.633	1	(30.105)	(20)
Capital ativo médio[2]	20.687	20.790	13.604	(103)	0	7.186	53
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	15%	14%	27%	N/S	1 p.p.	N/S	(13) p.p.

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada, isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.
[2] Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas, uma descrição da forma como o capital próprio ativo médio é distribuído pelas divisões.

2013

O desempenho do exercício de 2013 foi significativamente afetado pela persistência da incerteza do mercado, em particular no que diz respeito à decisão da Reserva Federal norte-americana de restringir o seu programa quantitativo de estímulo à economia, aliada a uma redução da liquidez e a um abrandamento da atividade dos clientes.

As receitas líquidas do exercício de 2013 foram de 13,6 mil milhões de euros, um decréscimo de 1,8 mil milhões de euros, ou de 12%, face ao valor de 15,4 mil milhões de euros registado em 2012. As receitas líquidas foram afetadas por três rubricas de ajustamento de avaliação. Em primeiro lugar, uma perda ao preço de mercado de 265 milhões de euros relacionada com a redução de coberturas para ativos ponderados pelo risco (RWA) pró-forma em conformidade com o regulamento de requisitos de capital (CRR)/Quarta diretiva de requisitos de capital (CRD IV) decorrente dum ajustamento da avaliação de crédito (CVA). Em segundo lugar, uma perda de 21 milhões de euros relacionada com o impacto de um ajustamento da avaliação de dívida (DVA) referente a certos passivos derivados. Estas perdas foram parcialmente compensadas por ganhos de 83 milhões de euros relacionados com o ajustamento da avaliação de financiamento (FVA) referente a certos passivos derivados. Excluindo estas rubricas, tanto em 2013 como 2012, as receitas líquidas registaram um decréscimo de 1,3 mil milhões de euros, ou 8%, em comparação com o exercício de 2012.

As receitas líquidas de Sales & Trading (dívida e outros produtos) foram de 6,9 mil milhões de euros, um decréscimo de 2,3 mil milhões de euros, ou 25%, em comparação com o exercício anterior. As receitas de taxas (Rates) foram significativamente inferiores às do exercício anterior devido a uma menor atividade dos clientes, refletindo um enfraquecimento da liquidez e a continuação da incerteza do mercado. O negócio de RMBS (títulos garantidos por hipotecas residenciais) foi afetado pelas atividades de redução do risco empreendidas este ano, agravadas por um enfraquecimento da liquidez e pela continuação da incerteza do mercado, resultando em receitas significativamente inferiores às do exercício anterior. As receitas de matérias-primas (Commodities) foram significativamente inferiores às do exercício anterior, devido a uma atividade

reduzida dos clientes e a um contexto de negociação difícil. Apesar do aumento dos volumes, as receitas cambiais (Foreign Exchange) foram inferiores às do exercício anterior devido a uma menor volatilidade e à compressão das margens. O Deutsche Bank ficou classificado em primeiro lugar na Euromoney Annual Foreign Exchange Poll, pelo nono ano consecutivo. As receitas de mercados emergentes (Emerging Markets), fluxo de crédito (Flow Credit) e soluções de crédito (Credit Solutions) mantiveram os níveis do exercício anterior.

As receitas líquidas de Sales & Trading (ações) foram de 2,7 mil milhões de euros, um aumento de 449 milhões de euros, ou 20%, em comparação com o exercício anterior. As receitas de negociação de ações (Equity Trading) e as receitas de derivados de ações (Equity Derivatives) aumentaram significativamente face ao exercício anterior devido a uma maior atividade dos clientes e a uma melhoria do contexto de mercado. As receitas de financiamento especial (Prime Finance) mantiveram os níveis do exercício anterior.

A área de geração e assessoria (Origination e Advisory) gerou receitas de 2,8 mil milhões de euros no exercício de 2013, um aumento de 244 milhões de euros, ou 10%, em comparação com o exercício anterior. As receitas de geração de dívida (Debt Origination) foram superiores e as receitas de geração de ações (Equity Origination) significativamente superiores às do exercício anterior, refletindo uma forte atividade de emissão de dívida e de ações no mercado mundial. As receitas de consultoria (Advisory) baixaram relativamente ao exercício anterior, devido a volumes de comissões e de negociação reduzidos. O Deutsche Bank ficou classificado em primeiro lugar na Europa graças à sua quota de comissões de financiamento de empresas (Corporate Finance), bem como em primeiro lugar na Europa em geração de ações (Equity Origination) (todas as classificações têm como fonte a Dealogic, exceto indicação em contrário).

As receitas líquidas de produtos de crédito (Loan Products) foram de 1,2 mil milhões de euros no exercício de 2013, um aumento de 336 milhões de euros, ou 37%, em comparação com 2012, devido a custos de cobertura globais mais baixos, a uma menor proporção de atividade de concessão de crédito medida ao justo valor, a movimentos favoráveis nos *spreads* de crédito e à continuação do reforço da nossa franquia imobiliária comercial.

Em 2013, as receitas líquidas de outros produtos registaram um valor negativo de 21 milhões de euros, por oposição a um valor positivo de 547 milhões de euros em 2012. O decréscimo deveu-se sobretudo à não recorrência do impacto positivo no ano anterior de acertos na metodologia de cálculo do ajustamento da avaliação de dívida (DVA), implementado em 2012, referente a certos passivos derivados.

Na provisão para perdas de crédito, a CB&S registou um encargo líquido de 190 milhões de euros para o exercício de 2013, um aumento de 109 milhões de euros, ou 134%, em comparação com o exercício anterior, devido a um aumento das provisões constituídas na carteira de transportes marítimos (Shipping).

As despesas (excluindo juros) foram de 10,4 mil milhões de euros, um decréscimo de 2,1 mil milhões de euros face aos 12,5 mil milhões de euros despendidos no exercício anterior, que incluíram uma imparidade de ativos intangíveis. Excluindo estes encargos, o decréscimo deveu-se a despesas remuneratórias e não remuneratórias mais baixas, refletindo a continuação da implementação de medidas OpEx, aliada a movimentos favoráveis das taxas de câmbio, parcialmente anulados por um aumento dos custos de contencioso.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento foram de 3,1 mil milhões de euros face a 2,9 mil milhões de euros no exercício anterior, devido à não recorrência da imparidade em ativos intangíveis, a despesas remuneratórias e não remuneratórias mais baixas, parcialmente anuladas por receitas mais baixas e provisões para contencioso mais elevadas.

2012

Em 2012, as receitas líquidas de vendas e negociação (Sales & Trading) (dívida e outros produtos) foram 9,2 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 651 milhões de euros 8%), apesar dum impacto negativo de 166 milhões relacionado com ajustamentos da avaliação de crédito (CVA) no quarto trimestre de 2012,

em resultado de acertos na metodologia de cálculo e de redução de ativos ponderados pelo risco (RWA). As receitas de taxas (Rates) e negociação de fluxos de crédito (Credit Flow Trading) foram substancialmente mais elevadas que no ano anterior, em resultado de receitas consideravelmente mais elevadas de crédito de fluxos (Flow Credit), que espelham uma recuperação do mercado, bem como de receitas superiores em taxas, decorrentes de uma forte atividade dos clientes, em particular na Europa. As receitas de financiamento estruturado (Structured Finance) ultrapassaram os valores do ano transato, reflexo de uma forte procura dos clientes, em particular por produtos de títulos garantidos por hipotecas comerciais (CMBS). Em contrapartida, e apesar de volumes maiores, as receitas cambiais de Foreign Exchange foram inferiores às do exercício anterior, em resultado de uma compressão das margens. As receitas de mercados monetários (Money Markets) ficaram aquém do valor alcançado no ano anterior, em resultado de uma menor volatilidade. Em matérias-primas (Commodities) e títulos garantidos por hipotecas residenciais (RMBS), as receitas foram inferiores a 2011. As receitas de mercados emergentes (Emerging Markets) mantiveram os níveis do ano transato.

A área de Sales & Trading (ações) gerou receitas de 2,3 mil milhões de euros em 2012, o que representa um ligeiro aumento face ao exercício anterior. As receitas de derivados de ações (Equity Derivatives) foram bastante mais elevadas que em 2011, ano em que tinham sido afetadas negativamente pela volatilidade do mercado. As receitas de negociação de ações (Equity Trading) mantiveram-se ao nível do ano anterior, tendo sido possível contrariar as dificuldades crescentes do mercado com ganhos de quota de mercado. As receitas de financiamento especial (Prime Finance) ficaram aquém do valor alcançado no ano anterior, em resultado de margens menores.

As receitas de geração e consultoria (Origination e Advisory) aumentaram 290 milhões de euros face a 2011, para 2,5 mil milhões de euros. O Deutsche Bank ficou classificado em quinto lugar no mundo, e em primeiro lugar na Europa graças à sua quota de taxas de financiamento de empresas (Corporate Finance). As receitas de consultoria (Advisory) baixaram relativamente ao exercício anterior. O Deutsche Bank ficou classificado em sexto lugar no mundo e em segundo lugar na Europa. As receitas de geração de dívida (Debt Origination) aumentaram graças à emissão de dívida de empresas, e as receitas de geração de capitais próprios (Equity Origination) diminuíram em reflexo de um abrandamento generalizado da atividade de ofertas públicas iniciais no primeiro semestre de 2012. Em geração de ações, o Deutsche Bank ficou classificado em quinto lugar no mundo e em segundo lugar na Europa. (Classificações da Dealogic, exceto se indicado em contrário).

Em 2012, as receitas líquidas de Outros produtos ascenderam a 547 milhões de euros, por oposição aos 39 milhões de euros negativos de 2011. O aumento foi impulsionado por 516 milhões de euros relacionados com o ajustamento de avaliação da dívida (DVA) supramencionado referente a certos passivos derivados.

Os gastos operacionais (excluindo juros) foram de 12,5 mil milhões de euros, o que representa um aumento substancial de 2,3 mil milhões face aos 10,1 mil milhões de euros despendidos em 2011. Aproximadamente 50% deste aumento diz respeito à imparidade de ativos intangíveis. O aumento também incluiu 315 milhões de *cost-to-achieve* relacionados com o Programa de Excelência Operacional (OpEX). Os gastos operacionais (excluindo juros) foram ainda afetados negativamente por variações cambiais adversas e por encargos de litígio mais elevados. Estes aumentos foram parcialmente compensados pela ausência dum encargo específico de 310 milhões de euros relativamente a uma solicitação de reembolso de IVA na Alemanha no ano anterior, e por menores custos de remuneração não relacionados com a compensação por desempenho, resultantes da aplicação do Programa OpEx.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento foram de 2,9 mil milhões de euros face a 3,7 mil milhões de euros no exercício anterior, devido à imparidade em ativos intangíveis, encargos de contencioso mais elevados e *cost-to-achieve* relacionado com o OpEX, parcialmente compensados por receitas mais elevadas, pela referida ausência da solicitação de reembolso de IVA na Alemanha no exercício anterior e por poupanças de custos relacionadas com o OpEx.

Divisão Corporativa Global Transaction Banking

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2013	2012	2011	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em %	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em %
Receitas líquidas:							
Serviços relacionados com negociação	4.069	4.200	3.816	(130)	(3)	384	10
Outros produtos	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Total de receitas líquidas	**4.069**	**4.200**	**3.816**	**(130)**	**(3)**	**384**	**10**
Provisão para perdas de crédito	**315**	**208**	**198**	**107**	**52**	**10**	**5**
Despesas totais (excluindo juros)	**2.648**	**3.326**	**2.588**	**(679)**	**(20)**	**738**	**29**
das quais:							
Atividades de reestruturação	54	40	0	13	33	40	N/S
Imparidade de ativos intangíveis	57	73	0	(16)	(22)	73	N/S
Participação minoritária	**0**	**0**	**0**	**0**	**N/S**	**0**	**N/S**
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	**1.107**	**665**	**1.029**	**441**	**66**	**(364)**	**(35)**
Rácio custo/rendimento	65%	79%	68%	N/S	(14) p.p.	N/S	11 p.p.
Ativos[1]	97.240	87.997	97.423	9.243	11	(9.426)	(10)
Ativos ponderados pelo risco	36.811	34.976	35.127	1.835	5	(151)	0
Capital ativo médio[2]	5.082	4.133	3.811	949	23	322	8
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	22%	16%	27%	N/S	6 p.p.	N/S	(11) p.p.

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada, isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.
[2] Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas, uma descrição da forma como o capital próprio ativo médio é distribuído pelas divisões.

2013

A rentabilidade da GTB aumentou em 2013 face a 2012, apesar das difíceis condições de mercado. Os resultados em 2013 e 2012 incluíram rubricas específicas relacionadas com a execução da Estratégia 2015+. Ambos os períodos incluíram *cost-to-achieve* relacionado com o Programa de Excelência Operacional (OpEx), bem como uma imparidade dum ativo intangível. Alem disso, 2012 incluiu encargos de contencioso, bem como a liquidação da proteção de crédito recebida pelo vendedor no âmbito das medidas de restruturação das atividades bancárias comerciais nos Países Baixos.

As receitas líquidas diminuíram 130 milhões de euros, ou 3%, em comparação com 2012. 2012 incluiu um pagamento de liquidação relacionado com as referidas medidas de reestruturação nos Países Baixos. 2013 incluiu ganhos da venda da Deutsche Card Services. Ao longo de 2013, o contexto macroeconómico revelou-se difícil com a persistência de taxas de juro baixas em mercados essenciais e pressões concorrenciais sobre as margens. Além disso, as variações cambiais face a 2012 afetaram adversamente o resultado da GTB reportado em euros. Apesar das referidas dificuldades e de rubricas específicas, as receitas aumentaram face a 2012, com o crescimento a materializar-se na Ásia e Pacífico (APAC) e Américas. As receitas líquidas de financiamento de transações (Trade Finance) apresentaram-se estáveis, beneficiando de fortes volumes que compensaram o impacto do ambiente competitivo em matéria de margens. Os serviços fiduciários e de valores mobiliários (Trust & Securities Services) apresentaram um desempenho robusto neste contexto de mercado, com base em volumes mais elevados. As receitas de gestão de numerário (Cash Management) beneficiaram de volumes de transação e saldos de clientes fortes.

A provisão para perdas de crédito aumentou 107 milhões de euros, ou 52%, face a 2012. Este aumento deveu-se sobretudo a um evento de crédito dum cliente individual em Trade Finance, parcialmente compensado por provisões mais baixas nas atividades bancárias comerciais nos Países Baixos.

As despesas (excluindo juros) registaram um decréscimo de 679 milhões de euros, ou 20%, em comparação com 2012, sobretudo devido à não recorrência dos encargos de contencioso acima referidos, bem como a encargos de restruturação mais baixos nos Países Baixos. O *cost-to-achieve* relacionado com o Programa OpEx no valor de 109 milhões de euros aumentou 68 milhões de euros face a 2012. Excluindo estes encargos, as despesas (excluindo juros) foram inferiores às de 2012 devido à não recorrência de custos de integração das atividades bancárias comerciais nos Países Baixos, bem como à persistência da ênfase na gestão de

custos. Este decréscimo foi parcialmente anulado por um aumento das despesas relacionadas com o desenvolvimento da atividade do banco e com a execução da Estratégia 2015+.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento aumentaram 441 milhões de euros, ou 66%, em comparação com 2012, devido a rubricas específicas ocorridas em 2012.

2012

Os resultados da GTB em 2012 incluíram rubricas específicas, como referido acima.

As receitas líquidas aumentaram 384 milhões de euros, o que representa uma subida significativa de 10% face a 2011. 2012 incluiu um pagamento de liquidação relacionado com as referidas medidas de reestruturação nos Países Baixos. Apesar desta rubrica específica, o aumento das receitas deveu-se a um forte desempenho dos produtos e regiões, que beneficiaram de volumes elevados e da continuação de taxas de juro baixas. O financiamento de transações (Trade Finance) lucrou com uma procura elevada de produtos e financiamento ao nível do comércio internacional. Os serviços fiduciários e de valores mobiliários (Trust & Securities Services) cresceram impulsionados por maiores rendimentos de comissões, em particular na área de Corporate Trust nos Estados Unidos. A área de gestão de numerário (Cash Management) continuou a beneficiar duma tendência sustentável de "fuga para a qualidade", que se traduziu por fortes volumes de transação e por um aumento dos saldos de depósito, bem como da gestão da liquidez.

A provisão para perdas de crédito aumentou 10 milhões de euros (5%) relativamente a 2011, devido às atividades bancárias comerciais adquiridas nos Países Baixos. Este aumento foi parcialmente anulado por provisões mais baixas na área de financiamento ao comércio.

O aumento de 738 milhões de euros (29%) nos gastos operacionais (excluindo juros), face a 2011, deveu-se sobretudo às medidas de reestruturação e aos encargos de litígio já referidos. Mesmo sem estes encargos, os gastos operacionais (excluindo juros) foram superiores às de 2011, por causa dos encargos acrescidos com remunerações e com o desenvolvimento da atividade do banco. Este aumento foi parcialmente anulado pela ausência duma crescente amortização recorrente, relativa a um prémio pago à cabeça para proteção de crédito recebida em 2011.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento registaram um decréscimo de 364 milhões de euros, ou 35%, em comparação com 2011. O decréscimo resultou das referidas medidas de restruturação, bem como dos encargos de contencioso.

Divisão corporativa Deutsche Asset & Wealth Management (DeAWM)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2013	2012	2011	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012: em milhões de euros	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012: em %	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011: em milhões de euros	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011: em %
Receitas líquidas:							
Comissões de gestão e outras receitas recorrentes	2.453	2.301	2.315	151	7	(14)	(1)
Comissões de desempenho e de transação e outras receitas não recorrentes	917	884	927	34	4	(43)	(5)
Rendimento de juros líquido	545	496	348	48	10	148	43
Receitas de outros produtos	327	369	510	(42)	(11)	(141)	(28)
Movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life	494	420	178	74	18	242	136
Total de receitas líquidas	**4.735**	4.470	4.278	266	6	192	4
Provisão para perdas de crédito	**23**	18	16	5	29	2	13
Despesas totais (excluindo juros)	**3.929**	4.297	3.321	(368)	(9)	976	29
das quais:							
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	460	414	207	46	11	207	100
Atividades de reestruturação	170	104	0	66	63	104	N/S
Imparidade de ativos intangíveis	14	202	0	(188)	(93)	202	N/S
Participação minoritária	**1**	1	0	0	60	1	N/S
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	**782**	154	941	628	N/S	(787)	(84)
Rácio custo/rendimento	83%	96%	78%	N/S	(13) p.p.	N/S	19 p.p.
Ativos[1]	72.613	78.103	68.848	(5.490)	(7)	9.255	13
Ativos ponderados pelo risco	12.553	12.429	14.625	124	1	(2.196)	(15)
Capital ativo médio[2]	5.855	5.907	5.656	(52)	(1)	251	4
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	13%	3%	17%	N/S	11 p.p.	N/S	(14) p.p.

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada, isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.
[2] Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas, uma descrição da forma como o capital próprio ativo médio é distribuído pelas divisões.

Informações adicionais

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2013	2012	2011	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012: Em mil milhões de euros	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012: em %	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011: em mil milhões de euros	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011: em %
Ativos investidos[1]	923	920	897	3	0	23	3
Capital novo líquido	(13)	(25)	(20)	12	(48)	(5)	25

[1] Definimos ativos investidos como (a) ativos que detemos em nome de clientes para fins de investimento e/ou (b) ativos de clientes geridos por nós. Gerimos ativos investidos de forma discricionária ou com base em consultoria, ou esses ativos estão depositados junto de nós.

2013

Em 2013, a DeAWM beneficiou da subida dos mercados acionistas e obrigacionistas. Além disso, a iniciativa da DeAWM de melhorar a sua plataforma operacional resultou em eficiências de custos.

As receitas líquidas da DeAWM no exercício de 2013 foram de 4,7 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 266 milhões de euros, ou 6%, em comparação com 2012.

As comissões de gestão e outras receitas recorrentes aumentaram 151 milhões de euros, ou 7%, devido a um aumento dos ativos médios sob gestão no exercício, na sequência de condições de mercado positivas e melhorias das margens resultantes duma mudança favorável na combinação de produtos em virtude do crescimento de Alternatives e clientes privados. Os movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life aumentaram 74 milhões de euros, ou 18%, face a 2012, amplamente compensados nos gastos operacionais (excluindo juros). O rendimento de juros líquido aumentou 48 milhões de euros, ou 10%, devido ao forte crescimento das receitas de crédito relativas a empréstimos titularizados e hipotecas comerciais. As comissões de desempenho e de transação e outras receitas não recorrentes registaram um incremento de 34 milhões de euros, ou 4%, devido ao aumento das comissões de desempenho em Alternatives e nos fundos geridos ativamente. As receitas de outros produtos registaram um decréscimo de 42 milhões

de euros, ou 11%, em comparação com 2012, sobretudo devido a ganhos na venda do negócio de Value Retail no exercício anterior.

A provisão para perdas de crédito aumentou 5,0 milhões de euros, ou 29%, em comparação com 2012, principalmente em resultado duma provisão de crédito dum cliente específico na Suíça.

Os gastos operacionais (excluindo juros) registaram um decréscimo de 368 milhões de euros, ou 9%, em comparação com 2012, sobretudo devido a reduções do número de colaboradores relacionadas com o Programa OpEx em 2013, bem como a imparidades relacionadas com a Scudder e com TI em 2012, parcialmente compensadas pelo efeito acima referido relacionado com a Abbey Life.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento foram de 782 milhões de euros em 2013, o que representa um aumento de 628 milhões de euros em comparação com 2012. Este aumento reflete uma sólida evolução das receitas, imparidades registadas em 2012, bem como o nosso progresso no Programa OpEx em 2013.

O valor dos ativos investidos na DeAWM era de 923 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, o que representa um aumento de 3 mil milhões de euros face a 31 de dezembro de 2012, sobretudo devido a valorizações de mercado no total de 40 mil milhões de euros, que foram parcialmente anuladas por efeitos cambiais, saídas e outros movimentos. As saídas líquidas foram principalmente impulsionadas por clientes institucionais com margens baixas, tendo sido parcialmente compensadas por entradas no valor de 11 mil milhões de euros de clientes privadas.

2012

As receitas líquidas registaram um ligeiro aumento de 192 milhões de euros, ou 4%, face a 4,3 mil milhões de euros em 2011. As receitas de movimentos ao preço de mercado em posições de tomadores de seguros na Abbey Life aumentaram 242 milhões de euros, ou 136%, compensadas nos gastos operacionais (excluindo juros).

As receitas do rendimento de juros líquido aumentaram 148 milhões de euros, ou 43%, em resultado do lançamento de diversos produtos visando garantir estabilidade de financiamento. As receitas de outros produtos registaram um decréscimo de 141 milhões de euros, ou 28%, em comparação com 2011, devido a ganhos pontuais de vendas registados em 2011 na RREEF e a uma quebra na procura de fundos de cobertura. As comissões de desempenho e de transação e outras receitas não recorrentes registaram um decréscimo de 43 milhões de euros, ou 5%, devido a uma menor atividade dos clientes. As comissões de gestão e outras receitas recorrentes sofreram uma ligeira queda de 14 milhões de euros, ou 1%.

A provisão para perdas de crédito aumentou 2,0 milhões de euros, ou 13%, em comparação com 2011, principalmente em resultado de atividades de financiamento nos EUA.

O aumento de 976 milhões de euros (29%) nos gastos operacionais (excluindo juros) em comparação com 2011 é o resultado do efeito já referido da Abbey Life, acrescido de 202 milhões de euros de imparidades relacionadas com a Scudder, 90 milhões de euros de imparidades relacionadas com TI, 104 milhões de euros em *costs-to-achieve* relacionados com o Programa de Excelência Operacional (OpEx), custos incorridos com a análise estratégica e encargos de litígio.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento foram de 154 milhões de euros em 2012, o que representa um decréscimo de 787 milhões de euros em comparação com 2011. O aumento das receitas foi amplamente anulado pelo aumento de custos devido às atividades de restruturação supramencionadas, bem como a imparidade.

O valor dos ativos investidos na DeAWM era de 920 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, o que representa um aumento de 23 mil milhões de euros face a 31 de dezembro de 2011, sobretudo devido a valo-

rizações de mercado no total de 55 mil milhões de euros, que foram anuladas por saídas no montante de 25 mil milhões de euros e por movimentos cambiais de 7 mil milhões de euros. O banco privado atraiu entradas no valor de 15 mil milhões de euros durante o exercício, que foram anuladas por saídas da área de gestão de ativos, em particular da área de negócios institucionais, que foi reformulada na sequência da análise estratégica.

Divisão Corporativa Private & Business Clients

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2013	2012	2011	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em %	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em %
Receitas líquidas:							
Produtos de crédito globais	3.183	3.102	3.022	81	3	80	3
Depósitos	2.977	3.131	3.166	(155)	(5)	(35)	(1)
Produtos de pagamentos, cartões e contas	1.022	1.023	991	(2)	0	32	3
Produtos de investimento e seguros	1.212	1.146	1.257	66	6	(111)	(9)
Outros produtos	1.156	1.136	1.961	20	2	(825)	(42)
Total de receitas líquidas	**9.550**	9.540	10.397	10	0	(857)	(8)
Provisão para perdas de crédito	**719**	781	1.185	(62)	(8)	(404)	(34)
Despesas totais (excluindo juros)	**7.276**	7.224	7.132	52	1	92	1
das quais:							
Imparidade de ativos intangíveis	7	15	0	(8)	(54)	15	N/S
Participação minoritária	**0**	16	178	(15)	(97)	(162)	(91)
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	**1.555**	1.519	1.902	35	2	(383)	(20)
Rácio custo/rendimento	76%	76%	69%	N/S	0 p.p.	N/S	7 p.p.
Ativos[1]	265.359	282.427	269.986	(17.068)	(6)	12.441	5
Ativos ponderados pelo risco	73.001	72.695	78.637	306	0	(5.942)	(8)
Capital ativo médio[2]	13.976	12.177	12.081	1.799	15	96	1
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	11%	12%	16%	N/S	(1) p.p.	N/S	(3) p.p.
Discriminação da PBC por negócio							
Private & Commercial Banking:							
Receitas líquidas	3.704	3.741	3.716	(37)	(1)	25	1
Provisão para perdas de crédito	128	174	252	(46)	(26)	(78)	(31)
Gastos operacionais (excl. juros)	3.237	3.098	2.942	139	4	156	5
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	**339**	468	522	(129)	(28)	(54)	(10)
Advisory Banking International:							
Receitas líquidas	2.052	1.971	1.996	81	4	(25)	(1)
Provisão para perdas de crédito	248	211	176	37	17	35	20
Gastos operacionais (excl. juros)	1.139	1.217	1.195	(78)	(6)	22	2
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	**666**	543	626	122	22	(83)	(13)
Postbank:[3]							
Receitas líquidas	3.794	3.828	4.685	(34)	(1)	(857)	(18)
Provisão para perdas de crédito	343	395	758	(52)	(13)	(363)	(48)
Gastos operacionais (excl. juros)	2.900	2.910	2.995	(10)	0	(85)	(3)
Participação minoritária	0	15	178	(15)	(97)	(163)	(92)
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	**550**	508	754	42	8	(246)	(33)

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada, isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.
[2] Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas, uma descrição da forma como o capital próprio ativo médio é distribuído pelas divisões.
[3] Inclui as principais atividades estratégicas do Postbank AG, bem como do BHW e do norisbank.

Informações adicionais

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2013	2012	2011	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em mil milhões de euros	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em %	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em mil milhões de euros	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em %
Ativos investidos[1]	282	293	296	(11)	(4)	(3)	(1)
Capital novo líquido	(15)	(10)	8	(6)	58	(18)	N/S

N/S – Não significativo
[1] Definimos ativos investidos como (a) ativos que detemos em nome de clientes para fins de investimento e/ou (b) ativos de clientes geridos por nós. Gerimos ativos investidos de forma discricionária ou com base em consultoria, ou esses ativos estão depositados junto de nós.

2013

Apesar do contexto difícil, a PBC apresentou um desempenho operacional estável. As baixas taxas de juro e a contenção na atividade de investimento dos clientes na Alemanha continuam a colocar dificuldades, ao passo que o contexto de crédito permanece favorável com a provisão para perdas de crédito inferior aos anos anteriores. Os mercados europeus em que operamos além da Alemanha foram marcados por uma atividade de crédito reduzida que foi compensada por um aumento do negócio em produtos de investimento. A turbulência nos mercados financeiros chinês e indiano, observada nos últimos meses de 2013, não teve um impacto significativo nas nossas operações nesses países.

As receitas líquidas aumentaram ligeiramente, em 10 milhões de euros, face a 2012. O aumento das receitas de produtos de crédito, de produtos de investimento e seguros e de outros produtos foi compensado pela diminuição dos proveitos de depósitos, relacionada com o contexto contínuo de baixas taxas de juro e com o aumento do impacto negativo da contabilização do preço de compra do Postbank. Os proveitos de produtos de crédito aumentaram 81 milhões de euros (3%), refletindo principalmente o aumento do volume de hipotecas em Private & Commercial Banking e o aumento das margens de financiamento ao consumo em Advisory Banking International. Os proveitos de produtos de investimento e seguros aumentaram 66 milhões de euros (6%) devido ao aumento dos volumes de transação em Advisory Banking International e ao aumento das receitas da gestão discricionária de carteiras em Private & Commercial Banking. Os proveitos de outros produtos aumentaram 20 milhões de euros (2%), tirando partido do desempenho do Banco Hua Xia, parcialmente anuladas por várias rubricas únicas, principalmente relacionadas com o Postbank. As receitas líquidas de pagamentos, cartões e contas mantiveram-se estáveis.

A provisão para perdas de crédito foi de 719 milhões de euros, menos 8% que o montante de 781 milhões de euros provisionado em 2012, graças sobretudo a Private & Commercial Banking e ao Postbank, em resultado de melhor qualidade de carteira e do contexto de crédito na Alemanha. Adicionalmente, um crédito de 86 milhões de euros (2012: 94 milhões de euros) registado em outro rendimento de juros representa um aumento na qualidade creditícia dos empréstimos do Postbank registados ao justo valor aquando da consolidação inicial pelo Grupo. Advisory Banking International registou um aumento em provisão para perdas de crédito, devido sobretudo a um contexto de crédito difícil em Itália.

Os gastos operacionais (excl. juros) aumentaram 52 milhões de euros (1%) face a 2012, devido a *costs-to-achieve* mais elevados de 108 milhões de euros, relacionados com a integração do Postbank e com o Programa OpEx, bem como ao aumento das afetações de custos de funções de infraestrutura, contrabalançados na sua maior parte por poupanças, sobretudo devido à criação de sinergias do Postbank.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento aumentaram 35 milhões de euros (2%), face a 2012, apesar de *costs-to-achieve* mais elevados de 108 milhões de euros.

O valor dos ativos investidos baixou 11 mil milhões de euros em resultado de saídas líquidas no montante de 15 mil milhões de euros, na sua maior parte em depósitos, parcialmente compensados por uma valorização do mercado no valor de 4 mil milhões de euros.

2012

As receitas líquidas diminuíram 857 milhões de euros (8%) face a 2011, sobretudo porque não se repetiu o efeito positivo único resultante da entrada de 263 milhões de euros relativos à nossa participação no Banco Hua Xia em 2011, mas também devido ao impacto negativo provocado pela contabilização do preço de compra do Postbank. O restante decréscimo das receitas noutros produtos ficou a dever-se ao contexto de taxas de juro baixas e à quebra de receitas com títulos de investimento em resultado de uma redução acelerada e direcionada de posições de risco. As receitas líquidas de produtos de investimento e seguros diminuíram 111 milhões de euros (9%), principalmente em Private & Commercial Banking, em resultado de contenção na atividade de investimento dos clientes. As receitas líquidas de produtos de crédito aumentaram 80 milhões de euros (3%), sobretudo em Advisory Banking International, em resultado de volumes e margens mais elevados. As receitas líquidas de depósitos sofreram uma ligeira queda de 35 milhões de euros (1%), provocada por margens mais baixas. As receitas líquidas de pagamentos, cartões e contas aumentaram 32 milhões de euros (3%).

A provisão para perdas de crédito foi de 781 milhões de euros, menos que o montante de 1185 milhões de euros provisionado em 2011, graças sobretudo à área do Postbank. Adicionalmente, um crédito de 894 milhões de euros (2011: 402 milhões de euros) registado em outro rendimento de juros representa um aumento na qualidade creditícia dos empréstimos do Postbank registados ao justo valor aquando da consolidação inicial pelo Grupo. Excluindo o Postbank, a provisão para perdas de crédito registou uma nova descida, atribuível sobretudo à reserva de um valor menor para provisões em Private & Commercial Banking, em resultado de melhor qualidade da carteira.

Os gastos operacionais (excl. juros) aumentaram 92 milhões de euros (1%) face a 2011, devido a *costs-to-achieve* mais elevados de 134 milhões de euros relacionados com a integração do Postbank e com o Programa OpEx.

Os resultados antes de impostos sobre o rendimento diminuíram 383 milhões de euros (20%), face a 2011, em resultado de *costs-to-achieve* que registaram um aumento de 134 milhões de euros.

O valor dos ativos investidos baixou em resultado de saídas líquidas no montante de 10 mil milhões de euros, na sua maior parte em depósitos, parcialmente compensados por uma valorização do mercado no valor de 7 mil milhões de euros.

Divisão Corporativa Non-Core Operations Unit (NCOU)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2013	2012	2011	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em %	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em %
Receitas líquidas	**867**	1.054	877	(187)	(18)	177	20
das quais: Rendimento de juros líquido e resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	83	275	588	(191)	(70)	(313)	(53)
Provisão para perdas de crédito	**818**	634	391	184	29	243	62
Despesas totais (excluindo juros)	**3.358**	3.312	2.561	47	1	751	29
das quais: Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	0	0	0	0	N/S	0	N/S
Atividades de reestruturação	7	4	0	3	61	4	N/S
Imparidade de ativos intangíveis [1]	0	421	0	(421)	N/S	421	N/S
Participação minoritária	**(3)**	31	14	(34)	N/S	17	121
Resultado antes do imposto sobre o rendimento [2]	**(3.306)**	(2.923)	(2.089)	(383)	13	(834)	40
Rácio custo/rendimento	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S	N/S
Ativo	54.224	97.451	134.812	(43.227)	(44)	(37.361)	(28)
Ativos ponderados pelo risco	48.483	80.317	103.812	(31.834)	(40)	(23.495)	(23)
Capital próprio ativo médio	9.833	11.920	11.447	(2.087)	(18)	473	4
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (antes de impostos)	(34%)	(25%)	(18%)	N/S	(9) p.p.	N/S	(6) p.p.

N/S – Não significativo
[1] Os ativos por segmento representam uma visão consolidada, isto é, os montantes não incluem saldos intersegmentos.
[2] Ver na Nota 4, "Segmentos de negócio e informações conexas", das demonstrações financeiras consolidadas, uma descrição da forma como o capital próprio ativo médio é distribuído pelas divisões.

2013

Durante 2013, a NCOU acelerou a estratégia de redução do risco e foi acretiva para o capital durante esse período. A venda de ativos incluiu alienações de produtos por grosso intensivos de capital, incluindo investimentos que tinham sido transferidos do Postbank, tais como duas carteiras separadas de imóveis comerciais. A redução do risco de ativos em 2013 forneceu resultados líquidos de 454 milhões de euros, refletindo uma abordagem centrada na identificação de transações acretivas de capital em condições de mercado construtivas.

As receitas líquidas diminuíram 187 milhões de euros (18%), face a 2012, devido à queda de proveitos de carteira aquando das reduções de ativos. Em 2013, essas rubricas específicas incluíram uma perda de 197 milhões de euros relacionada com a venda esperada do BHF-BANK, um efeito negativo de 171 milhões de euros decorrente da aplicação pela primeira vez do ajustamento da avaliação de financiamento (FVA), dos custos de recompra de hipotecas no valor de 122 milhões de euros e do impacto de várias imparidades. Os resultados líquidos gerados durante o período de alienações foram anulados pela diminuição dos proveitos de carteiras, que caíram aquando das reduções de ativos. As receitas líquidas em 2012 incluíram efeitos negativos relacionados com uma imparidade de 257 milhões de euros da nossa exposição previamente detida no Actavis Group, de acertos no ajustamento da metodologia de avaliação de crédito, no valor de 203 milhões de euros, e de custos de recompra de hipotecas no valor de 233 milhões de euros.

A provisão para perdas de crédito aumentou 184 milhões de euros (29%), em comparação com 2012, devido sobretudo a eventos de crédito específicos verificados em carteiras, incluindo a exposição a imóveis comerciais europeus.

Os gastos operacionais (excl. juros) aumentaram 47 milhões de euros, em comparação com 2012. O movimento inclui custos relacionados com litígios, compensados porque não se repetiu a imparidade de ativos intangíveis de 421 milhões de euros reportados no ano anterior.

As perdas antes do imposto sobre o rendimento foram de 3,3 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 383 milhões de euros face ao exercício anterior. O decréscimo dos proveitos e o aumento das perdas de crédito foram os principais responsáveis, mas cada período sofreu o impacto do calendário e natureza de rubricas específicas.

A procura de capital do equivalente RWA *fully loaded* pró-forma da CRR/CRD IV diminuiu 48 mil milhões de euros durante o ano de 2013, o que realça o compromisso da firma na redução do risco do Banco.

2012

As receitas líquidas aumentaram 177 milhões de euros (20%), em comparação com 2011. Em 2012, os efeitos negativos relacionados com acertos no ajustamento da metodologia de avaliação de crédito, no montante de 203 milhões de euros, custos de recompra de hipotecas no valor de 233 milhões de euros, perdas decorrentes de vendas de posições de titularização intensivas em capital e várias imparidades foram algumas dessas rubricas específicas. As receitas de 2011 foram afetadas por encargos de imparidades no montante de 457 milhões de euros, relacionados com o Actavis Group, bem como por imparidades em obrigações soberanas gregas.

As provisões para perdas de crédito aumentaram 243 milhões de euros (62%), em comparação com 2011, devido sobretudo a um aumento das provisões para ativos reclassificados de acordo com a norma IAS 39.

Os gastos operacionais (excluindo juros) aumentaram 751 milhões de euros (29%), em comparação com 2011. O aumento deveu-se sobretudo a rubricas específicas como encargos com litígios, custos de liquidação e imparidades. Em 2012 foram incluídos 421 milhões de euros relativos a imparidade de ativos intangíveis. Por sua vez, em 2011, as despesas tinham sido afetadas por um encargo de imparidade de 135 milhões de euros relativo a um imóvel, 97 milhões de euros relacionados com o BHF-Bank e custos de liquidação adicionais.

As perdas antes do imposto sobre o rendimento foram de 2,9 mil milhões de euros, o que representa um aumento de 834 milhões de euros face a 2011. A principal causa foram as rubricas específicas que provocaram um aumento dos gastos operacionais (excl. juros) durante este período.

Consolidation & Adjustments

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	2013	2012	2011	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em %	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em milhões de euros	Aumento (redução) em 2012 relativamente a 2011 em %
Receitas líquidas[1]	(929)	(975)	(39)	46	(5)	(936)	N/S
Provisão para perdas de crédito	0	0	(1)	0	N/S	1	N/S
Despesas totais (excluindo juros)	830	582	252	247	42	330	131
Participação minoritária	(15)	(65)	(213)	49	(76)	148	(69)
Resultado antes do imposto sobre o rendimento	(1.744)	(1.493)	(77)	(251)	17	(1.416)	N/S
Ativos[2]	10.372	11.577	12.843	(1.205)	(10)	(1.266)	(10)
Ativos ponderados pelo risco[3]	10.832	16.133	1.884	(5.300)	(33)	14.249	N/S
Capital ativo médio[4]	0	0	3.850	0	N/S	(3.850)	N/S

N/S – Não significativo

[1] Rendimento de juros líquido e rendimentos operacionais (excl. juros).

[2] Os ativos em C&A refletem ativos de empresas, tais como ativos por impostos diferidos ou contas de compensação centrais, que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio.

[3] Os ativos ponderados pelo risco em C&A refletem os ativos de empresas que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio, principalmente os ativos de empresas relacionados com os planos de pensões do Grupo. A diminuição de ativos ponderados pelo risco em 2013 deveu-se principalmente às iniciativas de redução do risco nos nossos ativos de pensões. O principal responsável pelo aumento de ativos ponderados pelo risco em 2012, face a 2011, foi a reclassificação de ativos ponderados pelo risco relacionados com ativos de fundos de pensões brutos em 2012 para C&A.

[4] As participações de capital ativas médias atribuídas a C&A refletem o montante residual de participações de capital que não foi afetado aos segmentos, conforme descrito na Nota 4 "Segmentos de negócio e informações conexas".

2013

Em 2013, as receitas líquidas de C&A de 929 milhões de euros negativos incluíram 330 milhões de euros negativos relacionados com diferenciais de instrumentos de capital e uma perda de 276 milhões de euros devido à inclusão pela primeira vez de um FVA em derivados sem garantias colaterais internos entre a Tesou-

raria e a CB&S. Foram incluídas também diferenças temporais de 249 milhões de euros negativos relacionadas com posições que foram medidas ao justo valor para efeitos de reporte de gestão e medidas ao custo amortizado nos termos das IFRS. Estes efeitos irão sofrer uma reversão ao longo da vida útil das posições. Comparativamente com 2012, estes efeitos foram significativamente menos negativos, refletindo principalmente a diminuição dos movimentos da base de risco do EUR/USD e a amortização através dos resultados das perdas de anos anteriores.

Os gastos operacionais (excl. juros) de 830 milhões de euros subiram 42% face ao ano anterior, principalmente devido a encargos com litígios, incluindo 528 milhões de euros relativos ao acordo com o Grupo Kirch. Este aumento foi parcialmente compensado com uma correção da afetação de custos interna histórica em 2013. Os gastos operacionais (excl. juros) em 2013 incluíram também encargos relacionados com a taxa bancária de 197 milhões de euros.

A diminuição em participações minoritárias, deduzidas dos resultados antes de impostos sobre o rendimento das divisões e revertidos em C&A, deveu-se principalmente ao Postbank.

As perdas antes do imposto sobre o rendimento foram de 1,7 mil milhões de euros em 2013, face a 1,5 mil milhões de euros em 2012. O aumento foi motivado pelo acordo com o Grupo Kirch e pela perda supramencionada devido à inclusão pela primeira vez de um FVA. Este aumento foi parcialmente compensado pela diminuição dos efeitos negativos das diferenças de avaliação e temporais e pela diminuição dos gastos operacionais (excl. juros).

2012

Em 2012 e 2011, as receitas líquidas em C&A incluíram diferenças temporais de diferentes métodos contabilísticos utilizados para reporte de gestão e as IFRS de 715 milhões de euros negativos e de 25 milhões de euros positivos em 2012 e 2011, respetivamente. Em 2012, um efeito negativo de 305 milhões de euros relacionado com posições de cobertura económica, resultantes da reversão de efeitos de taxa de juro em períodos anteriores e de alterações em taxas de juro tanto em euros como dólares dos Estados Unidos. Aproximadamente 290 milhões de euros foram atribuíveis a uma limitação dos *spreads* de médio e longo prazo sobre a avaliação ao preço de mercado de *swaps* de base USD/EUR relacionados com o financiamento do Grupo. Além disso, a limitação dos *spreads* de crédito na dívida própria do Grupo contribuiu com perdas de valor de mercado de aproximadamente 115 milhões de euros para o resultado de 2012 em C&A. Em 2011, o resultado foi amplamente causado por dois efeitos parcialmente compensatórios. O alargamento do *spread* de crédito da dívida própria do Grupo resultou num ganho de valor de mercado. As posições a curto prazo de cobertura económica, bem como as operações de emissão de dívida de cobertura económica resultaram em perdas líquidas, causadas principalmente por variações nas taxas de juro em euros e dólares dos Estados Unidos.

O remanescente das receitas líquidas deveu-se a 291 milhões de euros negativos relacionados com diferenciais de instrumentos de capital, rendimento de juros líquido que não foi afetado aos segmentos de negócio e a itens que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio. Esses itens incluem despesas líquidas de financiamento em ativos/passivos não divisionalizados, por exemplo ativos/passivos por impostos diferidos, e rendimento de juros líquido relativo a acréscimos e reembolsos fiscais.

Os gastos operacionais (excl. juros) em 2012 foram motivados por encargos com litígios de 360 milhões de euros, bem como por taxas bancárias de 213 milhões de euros, principalmente relacionados com a Alemanha. Estes foram parcialmente compensados por um crédito do Reino Unido, resultante de um acordo de dupla tributação. Em 2011, os principais responsáveis foram encargos com a taxa bancária no valor de 247 milhões de euros, principalmente relacionados com a Alemanha e o Reino Unido.

A redução das participações minoritárias em 2012, por comparação com 2011, ficou sobretudo a dever-se ao Postbank.

As perdas antes do imposto sobre o rendimento foram de 1,5 mil milhões de euros em 2012, face a 77 milhões de euros em 2011, refletindo principalmente diferenças temporais de diferentes métodos contabilísticos utilizados para reporte de gestão e as IFRS e encargos relacionados com litígios.

Posição Financeira

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em milhões de euros	em %
Caixa e disponibilidades em bancos	17.155	27.877	(10.722)	(38)
Depósitos remunerados em bancos	77.984	120.637	(42.653)	(35)
Fundos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos tomados a título de empréstimo	48.232	60.583	(12.351)	(20)
Ativos detidos para negociação	210.070	254.459	(44.389)	(17)
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	504.590	768.353	(263.763)	(34)
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	184.597	187.027	(2.430)	(1)
dos quais:				
Títulos comprados com acordos de revenda	116.764	124.987	(8.223)	(7)
Títulos obtidos por empréstimo	32.485	28.304	4.182	15
Empréstimos	376.582	397.377	(20.795)	(5)
Valores a receber relacionados com corretagem e títulos	83.185	97.312	(14.128)	(15)
Restantes ativos	109.006	108.649	357	0
Total do ativo	1.611.400	2.022.275	(410.875)	(20)
Depósitos	527.750	577.210	(49.460)	(9)
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra e valores mobiliários cedidos por empréstimo	15.686	39.310	(23.624)	(60)
Passivos detidos para negociação	55.804	54.400	1.404	3
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados	483.428	752.652	(269.223)	(36)
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	90.104	110.409	(20.304)	(18)
dos quais:				
Títulos vendidos com acordos de recompra	73.642	82.267	(8.625)	(10)
Títulos cedidos por empréstimo	1.249	8.443	(7.194)	(85)
Outros empréstimos a curto prazo	59.767	69.661	(9.894)	(14)
Dívida a longo prazo	133.082	157.325	(24.243)	(15)
Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos	118.992	127.456	(8.464)	(7)
Restantes passivos	71.821	79.612	(7.792)	(10)
Total do passivo	1.556.434	1.968.035	(411.601)	(21)
Total do capital próprio	54.966	54.240	727	1

Movimentos em ativos

O decréscimo global registado no total de ativos de 411 mil milhões de euros (ou 20%) a 31 de dezembro de 2013, face a 31 de dezembro de 2012, está em grande parte relacionado com uma redução de 264 mil milhões de euros em instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos. Isto deveu-se predominantemente a derivados de taxa de juro e a mudanças durante o ano na curva de rendimentos do dólar dos Estados Unidos, do euro e da libra esterlina, a variações cambiais, bem como à reestruturação de negócios para reduzir o preço de mercado e à melhoria e aumento da compensação.

A caixa e disponibilidades em bancos, bem como os depósitos remunerados em bancos registaram para o mesmo período uma diminuição de 11 mil milhões de euros e 43 mil milhões de euros, respetivamente. Isto deveu-se principalmente a reduções geridas nas nossas atividades de financiamento por grosso, em outros depósitos e na dívida a longo prazo, bem como à otimização das reservas de liquidez.

O declínio em ativos detidos para negociação de 44 mil milhões de euros durante o ano de 2013, principalmente em títulos de dívida, deveu-se a variações cambiais e a reduções no inventário ativo, no âmbito da iniciativa de desalavancagem e de reduções no inventário de negócios de matérias-primas e RMBS.

Durante o ano de 2013, os empréstimos sofreram um decréscimo de 21 mil milhões de euros, principalmente de reduções geridas na nossa NCOU.

Os recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda e títulos tomados a título de empréstimo, sob contabilidade de exercício e contabilidade pelo justo valor, diminuíram 16 mil milhões de euros no total, principalmente devido a iniciativas de otimização de garantias colaterais.

Os valores a receber relacionados com corretagem e títulos diminuíram 14 mil milhões de euros, face ao exercício anterior, devido a uma diminuição dos valores a receber de caixa/margens correspondentes à redução significativa de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos.

As variações cambiais (incluídos nos valores acima), em particular o enfraquecimento do dólar dos Estados Unidos durante o terceiro trimestre e do iene japonês ao longo do ano face ao euro, contribuíram em 56 mil milhões de euros para a redução do nosso balanço durante o ano de 2013.

Movimentos em passivo

Em 31 de dezembro de 2013, o total do passivo diminuiu 412 mil milhões de euros (ou 21%) face ao exercício de 2012.

A diminuição de 269 mil milhões de euros dos instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos teve origem nos mesmos fatores que os instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos.

Os depósitos diminuíram 49 mil milhões de euros, devido às reduções supramencionadas nas nossas atividades de financiamento por grosso e às reduções nos nossos negócios de retalho e transações bancárias dos seus valores mais elevados no exercício de 2012.

Os recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra e valores mobiliários cedidos por empréstimo, sob contabilidade de exercício e contabilidade pelo justo valor, diminuíram 39 mil milhões de euros no total, principalmente devido à assimilação ativa de financiamento de inventário com elevada liquidez, bem como a algumas reduções imediatas em inventário que normalmente é financiado com garantia.

A diminuição de 24 mil milhões de euros na dívida a longo prazo reflete as maturidades, os reembolsos e outras atividades de gestão de dívida em 2013 nas nossas unidades de negócio estratégicas e não estratégicas.

Liquidez

As reservas de liquidez totalizavam 196 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 (face a 232 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012), traduzindo-se num esforço de liquidez positivo em 31 de dezembro de 2013 (de acordo com o cenário combinado). A redução nas reservas de liquidez é causada principalmente pela redução no nosso financiamento por grosso a longo prazo, juntamente com fontes de outros passivos.

Ações

O total do capital próprio aumentou 726 milhões de euros entre 2012 e 2013. Os fatores que mais contribuíram para este desenvolvimento foram um aumento de capital de 3,0 mil milhões de euros decorrentes da emissão de 90 milhões de novas ações ordinárias a 30 de abril de 2013 e um resultado líquido atribuível a

acionistas do Deutsche Bank de 666 milhões de euros. Esta situação foi parcialmente compensada pelos efeitos negativos das alterações das taxas de câmbio de 1,1 mil milhões de euros, principalmente relacionados com o dólar dos Estados Unidos, dividendos pagos em numerário a acionistas do Deutsche Bank no valor de 764 milhões de euros e perdas de remedição relacionadas com planos de benefícios definidos de 659 milhões de euros, que são relatados nos lucros não distribuídos, bem como uma variação líquida não definida em prémios de ações de 385 milhões de euros em capital realizado adicional.

Capital regulamentar

O cálculo do nosso capital regulamentar a 31 de dezembro de 2013 baseia-se no Acordo "Basileia 2.5". O total do capital regulamentar (capital *Tier 1* e capital *Tier 2*) reportado no final de 2013 ao abrigo do acordo Basileia 2.5 foi de 55,5 mil milhões de euros, por oposição a 57,0 mil milhões de euros em 2012. O capital *Tier 1* aumentou para 50,7 mil milhões de euros no final de 2013 face a 50,5 mil milhões de euros no final de 2012. Em 31 de dezembro de 2013, o capital *Common Equity Tier 1* (anteriormente designado por capital *Core Tier 1*) aumentou para 38,5 mil milhões de euros face a 38,0 mil milhões de euros no final de 2012. O aumento em capital *Common Equity Tier 1* resultou principalmente das receitas brutas agregadas da nossa emissão de ações a 30 de abril de 2013, parcialmente compensada por efeitos de conversão cambial cumulativa e efeitos de remedição relacionada com planos de benefícios definidos, líquida de impostos.

Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, "Reclassificação de ativos financeiros"

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o valor contabilístico dos ativos reclassificados era de 8,6 mil milhões de euros e de 17,0 mil milhões de euros, respetivamente, em comparação com um valor de mercado de 8,2 mil milhões de euros e de 15,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, respetivamente. Estes ativos são detidos na NCOU.

Consultar a Nota 13 «Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, "Reclassificação de ativos financeiros» para obter informações adicionais sobre estes ativos e o impacto da sua reclassificação.

Exposição a seguradoras monorramo

A deterioração do crédito hipotecário *subprime* dos EUA e dos mercados conexos gerou grandes riscos para os garantes financeiros, tais como as seguradoras monorramo, que têm segurado ou garantido o valor de agregados de garantias denominados CDO e outros valores mobiliários negociados em bolsa. As reclamações de indemnizações contra seguradoras monorramo só se tornam devidas se ocorrerem efetivamente incumprimentos no que se refere aos ativos (ou garantias colaterais) subjacentes. Existe atualmente incerteza sobre se algumas seguradoras monorramo serão capaz de satisfazer todas as suas obrigações para com os bancos e outros titulares de proteção. Sob determinadas condições (por exemplo, liquidação), podemos acelerar reclamações de indemnizações, independentemente das perdas efetivas nos ativos subjacentes.

As tabelas a seguir resumem o justo valor das nossas exposições de contraparte a seguradoras monorramo no que se refere a atividade relacionada com hipotecas residenciais nos EUA e outras atividades, respetivamente, em cada caso, com base no justo valor dos ativos em comparação com o valor nocional garantido ou subscrito por seguradoras monorramo. As outras exposições descritas na segunda tabela decorrem de um leque variado de atividades com clientes e de negociação, incluindo obrigações de empréstimo assumidas como garantia colateral, títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais, títulos fiduciários preferenciais, empréstimos a estudantes e dívida do setor público ou municipal. As tabelas apresentam os ajustamentos da avaliação do crédito (AAC) associados que registámos contra as exposições. No caso de entidades monorramo com CDS (*swaps* de risco de incumprimento) negociados ativamente, o AAC é calculado utilizando um modelo de avaliação totalmente baseado em CDS. No caso de entidades monorramo sem *swaps* de risco de incumprimento negociadas ativamente, é utilizada uma abordagem de modelação com vários fatores de partida, incluindo as probabilidades de incumprimento relevantes em função do mercado, a probabilidade de um evento (uma reestruturação ou uma insolvência), uma avaliação de qualquer acordo potencial em caso de reestruturação e as taxas de recuperação em caso de reestruturação ou falência. A metodologia AAC monor-

ramo é revista trimestralmente pela gestão. A partir do segundo trimestre de 2011 têm sido utilizados, de forma mais abrangente, diferenciais baseados no mercado para realização da avaliação AAC.

As notações das tabelas abaixo são as mais baixas da Standard & Poor's, da Moody's ou das nossas próprias notações de crédito internas.

Exposição monorramo relacionada com hipotecas residenciais nos EUA	31.12.2013				31.12.2012			
em milhões de euros	Valor nocional	Valor antes AAC	AAC	Justo valor após AAC	Valor nocional	Valor antes AAC	AAC	Justo valor após AAC
Entidades monorramo AA:								
Outros *subprime*	94	29	(5)	23	112	47	(11)	36
Alt-A	2.256	768	(105)	663	3.011	1.181	(191)	990
Total entidades monorramo AA	**2.350**	**797**	**(110)**	**686**	**3.123**	**1.228**	**(202)**	**1.026**

Outra exposição monorramo	31.12.2013				31.12.2012			
em milhões de euros	Valor nocional	Valor antes AAC	AAC	Justo valor após AAC	Valor nocional	Valor antes AAC	AAC	Justo valor após AAC
Entidades monorramo AA:								
TPS-CLO	1.512	298	(41)	257	2.441	575	(101)	474
CMBS	1.030	(3)	0	(3)	1.092	2	0	2
Sociedade individualmente nome/CDO societário	0	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos a estudantes	285	0	0	0	297	29	(3)	26
Outros	511	69	(7)	62	882	274	(127)	147
Total entidades monorramo AA	**3.338**	**364**	**(48)**	**316**	**4.712**	**880**	**(231)**	**649**
Sem grau de investimento Monorramos:								
TPS-CLO	353	67	(8)	58	455	147	(40)	107
CMBS	1.444	7	0	6	3.377	92	(28)	64
Sociedade individualmente nome/CDO societário	0	0	0	0	12	0	0	0
Empréstimos a estudantes	604	116	(11)	105	1.284	534	(170)	364
Outros	827	90	(31)	60	1.084	185	(66)	119
Total sem grau de investimento monorramos	**3.228**	**280**	**(50)**	**229**	**6.212**	**958**	**(304)**	**654**
Total	**6.566**	**644**	**(98)**	**545**	**10.924**	**1.838**	**(535)**	**1.303**

As tabelas excluem a exposição de contrapartes a seguradoras monorramo relacionadas com obrigações embutidas. Uma obrigação embutida é segurada ou garantida por um terceiro. Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a exposição a obrigações embutidas relacionadas com hipotecas residenciais dos EUA foi nula e de 11 milhões de euros, respetivamente, e a exposição de títulos do mesmo tipo não relacionados com hipotecas residenciais nos EUA foi de 15 milhões de euros e de 40 milhões de euros, respetivamente. Em cada caso, a exposição representa uma estimativa de potenciais depreciações de ativos embutidos em caso de incumprimento de entidades monorramo.

Uma parte da exposição monorramo com avaliação ao preço de mercado foi reduzida com a proteção de *swaps* de risco de incumprimento acordada com outras contrapartes de mercado e outras atividades de cobertura económica.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o ajustamento total da avaliação de crédito detido contra seguradoras monorramo era de 209 milhões de euros e 737 milhões de euros, respetivamente.

Liquidez e Recursos de Capital

Para uma análise detalhada sobre a gestão do nosso risco de liquidez, consultar o Relatório de Risco.

Notações de crédito de longo prazo

O Deutsche Bank atribui grande importância à avaliação de crédito das agências de notação de crédito, pois é um fator fundamental de criação de valor para os nossos clientes, obrigacionistas e acionistas. Em 2013, as notações dos bancos de todo o mundo foram novamente revistas atentamente pelas agências de notação de crédito, pois os crescentes requisitos regulamentares e os exigentes mercados de capital influenciaram o desempenho do setor.

A 2 de julho de 2013, a Standard & Poor´s baixou a notação de crédito de longo prazo do Deutsche Bank de A+ para A, referindo-se às crescentes alterações regulamentares e ao aumento do risco setorial para os bancos com operações de maior dimensão nos mercados de capital na Europa. A decisão de notação retirou a classificação negativa de alerta de crédito atribuída a 26 de março de 2013. Atualmente a perspetiva é estável.

A 19 de dezembro de 2013, a Moody's confirmou a notação de crédito de longo prazo de A2 do Deutsche Bank, mas moveu a perspetiva de notação correspondente de estável para negativa. A agência de notação de crédito considera difícil a conclusão em tempo útil dos objetivos da Estratégia 2015+ do banco, à luz dos atuais obstáculos regulamentares. Caso o Deutsche Bank não cumpra o plano, a Moody's poderá decidir baixar a notação.

	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011
Moody's Investors Service, Nova Iorque [1]	A2	A2	Aa3
Standard & Poor's, Nova Iorque [2]	A	A+	A+
Fitch Ratings, Nova Iorque [3]	A+	A+	A+

[1] A Moody's define as obrigações com notação de crédito A como obrigações de qualidade média superior, sujeitas a baixo risco de crédito. A qualificação numérica 2 indica uma classificação no centro da categoria A.

[2] A Standard and Poor's define a sua notação A como um pouco mais suscetível aos efeitos adversos das circunstâncias e condições económicas alteradas que obrigações nas categorias com notação mais elevada. No entanto, a capacidade do emissor honrar os seus compromissos financeiros relativos à obrigação ainda é sólida.

[3] A Fitch Ratings define a sua notação A como elevada qualidade creditícia. A Fitch Ratings utiliza a notação A para indicar uma expetativa reduzida de risco de incumprimento. De acordo com a Fitch Ratings, as notações A indicam uma forte capacidade de pagamento dos compromissos financeiros. Esta capacidade poderá, contudo, ser mais vulnerável a condições de transação adversas ou a condições económicas que os títulos com notações mais elevadas. O sinal + indica uma classificação no extremo mais elevado da categoria A.

Cada notação reflete a visão da agência apenas no momento em que nos atribuiu a classificação e os interessados devem avaliar cada classificação separadamente e procurar obter junto das agências de notação todas as explicações relativamente ao significado das respetivas classificações. As agências de notação podem alterar as suas classificações a qualquer momento se considerarem que as circunstâncias o justificam. Estas notações de crédito de longo prazo não devem ser consideradas recomendações para comprar, manter ou vender os nossos títulos.

Divulgação tabelar de obrigações contratuais

Requisitos de pagamento de obrigações de tesouraria pendentes em 31 de dezembro de 2013.

Obrigações contratuais		Pagamento devido por período			
em milhões de euros	Total	Inferior a 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Superior a 5 anos
Obrigações de dívida de longo prazo [1]	150.688	33.734	34.972	31.590	50.391
Títulos fiduciários preferenciais [1]	13.868	5.771	2.858	5.002	237
Passivos financeiros de longo prazo ao justo valor através de resultados [2]	9.533	2.054	2.713	2.049	2.717
Obrigações de locação financeira	47	26	6	5	10
Obrigações de locação operacional	5.013	824	1.304	1.021	1.865
Obrigações de aquisição	1.363	483	744	97	39
Depósitos de longo prazo [1]	26.470	0	8.665	5.536	12.269
Outros passivos de longo prazo	2.411	55	104	134	2.118
Total	209.393	42.948	51.365	45.434	69.645

[1] Inclui pagamentos de juros.
[2] Dívida a longo prazo e depósitos de longo prazo ao justo valor através de resultados.

Os valores acima não incluem as receitas de sublocação financeira não cancelável de 161 milhões de euros relativas a locações operacionais. As obrigações de aquisição de bens e serviços incluem pagamentos futuros relativos, entre outras coisas, a serviços de tecnologia de informação, gestão de instalações e serviços de liquidação de valores mobiliários. Alguns dos valores supra referidos relativos a obrigações de aquisição representam pagamentos mínimos contratuais, podendo os pagamentos futuros efetivos ser superiores. Os depósitos de longo prazo excluem os contratos com um prazo remanescente de menos de um ano. Em determinadas condições, os pagamentos futuros de alguns passivos financeiros de longo prazo ao justo valor através de resultados podem ocorrer mais cedo. Para mais informações, consultar as seguintes notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas: Nota 5, "Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados", Nota 24, "Locações", Nota 28, "Depósitos" e Nota 32, "Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais".

Acontecimentos após o período de relato

Todos os acontecimentos de ajustamento relevantes após a data de relato foram reconhecidos nos nossos resultados operacionais, posição financeira e ativos líquidos.

Perspetivas

A economia global

Em 2014 esperamos que o crescimento médio anual da economia global aumente para um nível de 3,8%, o que corresponde amplamente à taxa de crescimento tendencial. Prevemos crescimento em todas as regiões principais, sendo os principais impulsionadores os EUA e a China. Prevemos que o crescimento do PIB na área do euro permaneça moderado. A nossa previsão para a inflação global em 2014 é de 3,4% numa média anual.

Nos países industrializados o crescimento possivelmente duplicará para 2,2%. Prevê-se que os níveis de preço no consumidor aumentem 2,0% em 2014. Adicionalmente prevemos uma aceleração do crescimento para 5,3% nos mercados emergentes com a inflação a 5,0%. A contribuição dos países industrializados para o crescimento deverá situar-se nos 30% em 2014.

Após dois anos de redução da atividade económica, prevê-se que o PIB na área do euro recupere moderadamente em 1,0%. Um contínuo diferencial negativo do produto e os fracos desenvolvimentos do preço das matérias-primas possivelmente assegurarão uma inflação relativamente moderada de 1,0% em 2014. A gravidade da crise da dívida soberana deverá continuar a diminuir e espera-se também uma redução na incerteza e nos efeitos negativos dos programas de austeridade, especialmente nos países periféricos. Além disso, a recuperação da economia global está a gerar estímulos externos positivos. A política monetária expansiva continuada do BCE irá apoiar o efeito da recuperação. Prevemos que o BCE mantenha a sua taxa de juro diretora no baixo nível histórico atual de 0,25% em 2014.

Os níveis de contração da dívida pública e privada na área do euro permanecerão um enorme desafio, especialmente nos países periféricos e poderão continuar a desencorajar o crescimento. O crescimento da economia alemã, na ordem dos 1,5%, provavelmente voltará a ser o mais robusto da área do euro em 2014. Devido ao seu grau relativamente elevado de abertura, a economia alemã está a beneficiar bastante mais da recuperação da economia global do que outros países da área do euro. Além disso, as dívidas pública e privada situam-se em níveis sustentáveis.

Nos EUA, prevemos um forte crescimento económico de 3,5% e um aumento de 2,5% dos níveis de preços no consumidor em 2014. Por conseguinte, os EUA serão provavelmente um dos principais impulsionadores do crescimento. Este forte crescimento será motivado pela melhor qualidade do mercado de trabalho, pela recuperação no mercado imobiliário e pela diminuição da carga fiscal. Além disso, a redução dos níveis da dívida privada nos EUA começou relativamente cedo, ao contrário da área do euro, e está, por isso, numa fase adiantada. Embora a Reserva Federal dos EUA possa reduzir gradualmente as suas compras de ativos até ao final de 2014, espera-se que a sua política monetária permaneça acomodada com uma taxa de juro diretora entre 0% e 0,25%.

Situada nos 0,7%, prevê-se que a economia japonesa tenha um crescimento mais lento do que no ano anterior e prevê-se que a taxa de inflação aumente para 2,8% em 2014, principalmente devido aos crescentes impostos sobre o consumo.

Nos países com mercados emergentes prevemos um crescimento mais rápido em 2014. Existem diferenças notórias nos níveis de crescimento das várias regiões. É provável que a atividade económica na Ásia (excetuando o Japão) revele um crescimento relativamente forte de 6,9% em 2014. Prevemos que a China seja a responsável pelo crescimento na Ásia. Um estímulo externo resultante da retoma na procura interna nos países industrializados e das reformas profundas – desregulamentação, liberalização dos mercados financeiros e reformas sociais – aprovadas em novembro de 2013 deverá reduzir o nível de influência do estado sobre as empresas e sobre o sistema financeiro, aumentando assim simultaneamente a eficiência do estado. Prevê-se

que o PIB da China registe um aumento 8,6% e as projeções indicam que as taxas de inflação serão de 3,5% em 2014. Embora o crescimento na Índia deva aumentar para 5,5% em 2014, permanecerá abaixo do nível de crescimento potencial. Este desenvolvimento será motivado por uma recuperação no nível de investimentos e exportações, bem como pela implementação de reformas abrangentes. Antecipamos um aumento de 4,3% dos preços no consumidor.

Possivelmente o crescimento na América Latina será menos dinâmico, sendo provável que aumente moderadamente para 2,7% em 2014. Prevê-se um dececionante crescimento económico de 1,9% no Brasil para 2014. Os estrangulamentos nas infraestruturas e a falta de reformas fundamentais terão um efeito prejudicial. Esperamos que a inflação no Brasil seja de 6,0% em 2014.

As incertezas para a perspetiva económica podem decorrer principalmente da Europa e dos EUA. O impacto do aumento da taxa de juro nos mercados obrigacionistas devido à mudança de direção da política monetária dos EUA poderá revelar-se maior do que esperamos. Isto causaria problemas especialmente para os mercados emergentes, cujas fraquezas estruturais têm sido disfarçadas por entradas de investimentos de carteira nos últimos anos. Na Europa, poderá verificar-se um impacto significativo não apenas decorrente dos efeitos imprevisíveis da análise exaustiva do sistema bancário europeu pelo BCE e pela Autoridade Bancária Europeia, mas também dos desenvolvimentos políticos em muitos Estados-Membros da UE. Existem também riscos geopolíticos. O conflito no Médio-Oriente pode intensificar-se, resultando num aumento significativo dos preços do petróleo. Além disso, um agravamento das disputas em torno das reivindicações da China sobre as ilhas do Mar da China Meridional e do Mar da China Oriental, às quais se opõem o Vietname, as Filipinas, a Malásia, o Japão e a Coreia, pode ter consideráveis efeitos negativos na economia global.

O setor bancário

Em 2014, os setores bancários em muitas economias avançadas podem verificar um regresso ao crescimento modesto das receitas, em consonância com uma contínua recuperação económica ampla. Os ajustamentos do modelo de negócio para vários bancos – nomeadamente bancos de investimento tradicionais, bancos em países do anterior *boom* de crédito e bancos que foram salvos pelo governo durante a crise financeira – devem manter-se por agora, mas poderão estar concluídos em grande medida em 2015.

A banca comercial na Europa poderá verificar um regresso ao crescimento de empréstimos moderado e alguma normalização das perdas com empréstimos, apoiando a rentabilidade dos bancos. O aumento dos rácios de capital poderá abrandar após ser alcançado o novo equilíbrio baseado no quadro de Basileia 3 (incluindo várias sobretaxas específicas). Por outro lado, as taxas de juro poderão permanecer extremamente baixas, colocando uma pressão contínua sobre o rendimento de juros líquido dos bancos, bem como sobre o crescimento de depósitos. Além disso, é possível que aumente a concorrência por parte de fornecedores que não são instituições bancárias, por exemplo nos mercados de pagamento e de bancos estrangeiros que estão a alargar as suas franquias europeias. Globalmente, os lucros podem aumentar, embora muitos bancos possam ainda lutar para voltar a ter retornos sustentáveis e saudáveis.

A banca comercial nos EUA poderá beneficiar com o facto de o crescimento do crédito estar finalmente em retoma, por outro lado as provisões para perdas de crédito podem começar a aumentar taxa de extrapolação de resultados, atualmente bastante baixa. Os bancos dos EUA terão também de acumular mais algum capital para cumprir as novas regras, mais apertadas. O crescimento de depósitos poderá continuar sólido, desde que as taxas de juro continuem a normalizar. Globalmente, os níveis de rentabilidade deverão permanecer fortes, embora o crescimento deva agora ser significativamente mais difícil de alcançar do que nos últimos anos.

Os negócios nos mercados de capitais em 2014 poderão verificar um processo contínuo de generalização de elementos do negócio, a continuação do declínio nas margens e uma crescente concorrência por parte de intervenientes dos mercados emergentes, não apenas nos seus próprios países. No entanto, com a atividade

económica global a ganhar ímpeto, é provável que os volumes de transação brutos aumentem virtualmente em todos os setores. À medida que os bancos de investimento se adaptam a novos requisitos regulamentares que tornam vários segmentos de mercado consideravelmente menos atrativos, isto poderá conduzir a uma nova onda consolidação e concentração de mercado. Tudo considerado, as receitas totais da banca de investimento este ano poderão apresentar um crescimento moderado, com uma ligeira diminuição no segmento de rendimento fixo (incluindo a negociação), ao passo que os mercados de capitais próprios (incluindo a negociação) podem estar a expandir-se novamente e a consultoria em fusões e aquisições também está a registar melhorias face aos resultados relativamente fracos de 2013.

Relativamente à gestão de ativos e património, a perspetiva para os principais mercados de capital permanece cautelosamente otimista, à medida que a economia global continua a recuperar, independentemente desse facto poderá haver retrocessos temporários. Simultaneamente, com a Reserva Federal a iniciar a diminuição do seu programa de menor restritividade quantitativa (Quantitative Easing), é provável que as rendibilidades das obrigações continuem a aumentar.

No que se refere aos novos desenvolvimentos na área da regulamentação e supervisão, as alterações mais importantes para o setor bancário UE em 2014 poderão advir da União Bancária Europeia, que está a ser implementada com o Mecanismo Único de Supervisão, o Mecanismo Único de Resolução, a formação gradual de um Fundo de Resolução Único e possivelmente a continuação da integração dos sistemas nacionais de garantia de depósitos. Antes disso, a avaliação exaustiva e os testes de esforço dos balanços de bancos de maior dimensão provavelmente irão atrair uma atenção considerável. Além disso, o enfoque na Europa será provavelmente colocado na discussão sobre a introdução de um rácio de alavancagem vinculativo, no debate sobre potenciais requisitos estruturais para separar determinadas atividades bancárias no contexto das "Propostas de Liikanen" e na adoção prevista de um imposto sobre as transações financeiras em alguns países. Nos EUA, a continuação da implementação das reformas Dodd-Frank será crucial, bem como a implementação das regras de capital (e liquidez) de Basileia 3.

O Grupo Deutsche Bank

Em setembro de 2012, anunciámos a Estratégia 2015+. O Deutsche Bank considera cinco alavancas fundamentais para alcançar esta visão: Clientes, Competências, Capital, Custo e Cultura.

Em primeiro lugar, para os Clientes, o Deutsche Bank está a centrar-se numa carteira específica de clientes e regiões e é colocada uma ênfase estratégica no crescimento no nosso mercado nacional, a Alemanha, nos EUA e na Ásia e Pacífico.

Para as competências acreditamos que os nossos quatro negócios essenciais estão bem colocados para equilibrar o nosso conjunto de lucros e para satisfazer as necessidades, cada vez mais complexas, do consumidor global. Espera-se que o estreitamento da colaboração entre as divisões corporativas individuais e as funções de infraestrutura gere sinergias substanciais.

Relativamente ao Capital, o Deutsche Bank está empenhado em continuar a reforçar os seus rácios de capital. Identificámos um conjunto de medidas para promover o crescimento do capital orgânico e para continuar a reduzir os ativos ponderados pelo risco (RWA), incluindo a criação de uma Non-Core Operations Unit (NCOU) exclusiva, que está sujeita a responsabilização e foi mandatada para gerir e alienar ativos não essenciais da forma mais eficiente para o banco.

Para os Custos, temos por objetivo garantir a nossa competitividade de longo prazo através de medidas de excelência operacional que permitirão reduzir significativamente os custos, a duplicação e a complexidade operacional nos próximos anos.

Adicionalmente, o Deutsche Bank reconhece a necessidade de uma mudança cultural no setor bancário e aspira estar na vanguarda desta mudança. As práticas de remuneração estão a ser analisadas e o enfoque no cliente e o trabalho de equipa estão a ser enfatizados para complementar a nossa cultura de desempenho, o espírito empresarial e a diversidade cultural.

Indicadores-chave de desempenho

O anúncio da nossa Estratégia 2015+ incluiu vários objetivos financeiros. Estes representam os indicadores-chave de desempenho (KPI) do Grupo e são detalhados na tabela seguinte.

Indicadores-chave de desempenho do Grupo	Situação no final de 2013	Objetivo para 2015
Rentabilidade das participações de capital ativas médias (após impostos)	1,2%	Superior a 12%[1]
Rácio custo/rendimento	89,0%	Inferior a 65%
Poupança de custos	2,1 mil milhões de euros por ano	0,4 mil milhões de euros por ano
Poupanças *costs-to-achieve*	1,8 mil milhões de euros	0,4 mil milhões de euros
Rácio de capital *Common Equity Tier 1* CRR/CRD IV	9,7%	Superior a 10%[2]
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV pró-forma ajustado [3]	3,1%	3%

[1] Assumindo uma taxa de impostos do Grupo entre 30% e 35%.
[2] No final do primeiro trimestre de 2015.
[3] O rácio de alavancagem CRR/CRD IV pró-forma ajustado representa o nosso cálculo de acordo com a publicação do CRR/CRD IV a 27 de junho de 2013. Estão disponíveis mais informações sobre o cálculo deste rácio no Relatório de risco.

Os nossos objetivos estabelecidos na Estratégia 2015+ em 2012 basearam-se num conjunto de pressupostos-chave, incluindo a normalização/estabilização das avaliações de ativos, um crescimento das receitas em conformidade com o mercado, a inexistência de alterações fundamentais nos atuais quadros regulamentares para o capital ou a separação das atividades de negócio, um crescimento global do PIB da ordem dos 2% a 4% ao ano no período considerado, uma taxa de câmbio EUR/USD de aproximadamente 1,30 e a realização de ganhos de quota de mercado impulsionados por consolidação.

O custo é uma das alavancas principais da nossa estratégia; os custos são um dos aspetos mais diretamente controláveis do nosso desempenho. No âmbito do nosso Programa de Excelência Operacional (OpEx), planeamos investir aproximadamente 4 mil milhões de euros com o objetivo de alcançar poupanças de custos anuais num valor extrapolado de 4,5 mil milhões de euros em 2015. Já investimos 1,8 mil milhões de euros na integração das nossas plataformas de negócio, diminuindo o isolamento entre departamentos e reduzindo as duplicações. Investiremos 2,2 mil milhões de euros para continuar a consolidar e padronizar os nossos sistemas, para criar uma organização mais eficiente e para automatizar e simplificar os nossos processos.

em mil milhões de euros	Objetivo de investimentos	Objetivo de poupanças adicionais
2012	0,6	0,4
2013	1,7	1,2
2014	1,5	1,3
2015	0,2	1,6
Total	4,0	4,5

2014 continuará a ser um ano difícil. Iremos centrar-nos ainda mais na implementação disciplinada e na reconfiguração da plataforma – procurando recolher benefícios dos nossos negócios essenciais, continuar a construir uma infraestrutura de nível mundial e elevar os nossos controlos. Estamos confiantes de que iremos manter-nos no rumo certo para alcançar o nosso objetivo de poupanças anual para o Programa OpEx.

Além de visar a poupança anual do Programa OpEx, o Grupo tem um objetivo 2015+ para um rácio custos/benefícios inferior a 65%. Pretendemos atingir este objetivo através de poupança de custos e de várias iniciativas para aumentar os fluxos de receita em todas as divisões corporativas. Em 2014 esperamos que o rácio custos/benefícios apresente uma ligeira melhoria face a 2013 e devido ao calendário das várias iniciativas de poupança de custos e geradoras de receita estamos otimistas relativamente ao facto de que alcançaremos o nosso objetivo em 2015.

Visamos atingir uma rendibilidade do capital próprio após impostos superior a 12% e para os negócios essenciais de 15% no final de 2015. Embora a rendibilidade do capital próprio após impostos de 1,2% em 2013 tenha sido afetada por alguns elementos extraordinários, esperamos fazer um progresso significativo desse baixo nível ao aumentar a nossa receita de capital em 2014 em direção ao nosso objetivo, conforme definido na Estratégia 2015+.

Mantemos o nosso compromisso com a gestão do nosso capital em cumprimento de todos os limiares regulamentares, mesmo em cenários de esforço. O rácio de capital *Common Equity Tier 1* CRR/CRD IV (rácio CET 1) mantém-se uma prioridade da administração. Devido ao progresso na redução do risco, já reduzimos significativamente os nossos ativos ponderados pelo risco CRR/CRD IV *fully loaded*. Esperam-se mais reduções para 2014, tendo em conta um ritmo mais lento da redução do risco na NCOU, pois a dimensão da carteira diminuiu. O nosso rácio CET 1 aumentou para 9,7% em 2013, ao alcance do nosso objetivo de um valor superior a 10% no final do primeiro trimestre de 2015. Esperamos sentir alguma pressão e volatilidade neste rácio durante o ano de 2014, devido aos contínuos ajustamentos regulamentares, mas estamos confiantes de que alcançaremos o nosso objetivo em 2015.

Estamos confiantes que vamos atingir o nosso objetivo para 2015 de uma diminuição de 500 mil milhões de euros. O progresso até à data dá-nos confiança para mais reduções em 2014, aproximadamente ao mesmo nível que o já atingido, mas estamos conscientes da necessidade de nos adaptarmos aos requisitos regulamentares em evolução nesta área. Para 2014, esperamos avançar moderadamente em direção ao nosso objetivo de um rácio de alavancagem CRR/CRD IV pró-forma ajustado superior a 3% em 2015.

Prevemos que a regulamentação para o capital e para a alavancagem se torne mais clara. A implementação de uma entidade reguladora europeia única é possivelmente um passo decisivo rumo à existência de condições equitativas. Os testes de esforço e a análise da qualidade dos ativos do BCE são passos vitais nessa direção e deverão trazer a tão importante transparência ao estado dos balanços dos bancos. Estamos confiantes que estes testes irão realçar a qualidade dos nossos ativos.

Criámos bases sólidas para uma mudança cultural a longo prazo, implementando os nossos novos valores e convicções e restringindo significativamente o nosso ambiente de controlo. As nossas práticas de remuneração foram significativamente reformuladas. Em 2014, a adesão aos nossos valores e convicções representa 50% das nossas decisões relativas a promoções e remuneração variável. O nosso modelo de controlo transversal aos negócios, funções de controlo e auditoria continuará a ser reforçado. Tentaremos reforçar a nossa infraestrutura e organização de controlo e rever os nossos processos de negócio para detetar riscos adicionais.

Oportunidades

O realinhamento estratégico iniciado em 2012 já contribuiu bastante para a melhoria da base de receitas em 2013. Colocar o enfoque continuado em negócios essenciais poderá ajudar a criar mais possibilidades para um desenvolvimento bem-sucedido sustentável do nosso banco e, deste modo, poderá apoiar o nosso crescimento de receita e rentabilidade. O enfoque rigoroso na disciplina de custos já resultou em reduções de custos significativas em 2013. A análise contínua de processos e os investimentos nas nossas plataformas de TI para a reestruturação dos nossos sistemas poderia ajudar a tornar-nos ainda mais eficientes. A retirada da concorrência dos mercados e a redução do risco contínua de ativos não estratégicos, bem com a melhoria da transparência no ambiente regulamentar poderá ter um impacto positivo na dimensão dos nossos negócios e, deste modo, reforçar a nossa posição financeira em 2014.

A nossa perspetiva baseia-se em vários pressupostos económicos, conforme descrito. Estes pressupostos poderão apresentar uma melhoria superior aos níveis previstos e poderão conduzir a um aumento dos proveitos, que seria apenas parcialmente compensado por custo adicional, melhorando assim os resultados antes de impostos sobre o rendimento e a relação custo/rendimento, melhorando direta e subsequentemente as medidas regulamentares, como o CET 1 e o rácio de alavancagem.

Riscos

No entanto, a implementação das nossas iniciativas ou a criação dos benefícios antecipados poderá também sofrer um impacto negativo devido a determinados fatores económicos, como o ressurgimento da crise de dívida soberana europeia, a recorrência de graves turbulências nos mercados em que atuamos, a fragilização das condições económicas nacionais, regionais e mundiais e uma concorrência acrescida na atividade. As alterações regulamentares poderão aumentar os nossos custos ou limitar as nossas atividades numa altura em que os requisitos de capital estão no centro das atenções e em que diferentes autoridades pressionam no sentido de serem introduzidas mudanças estruturais. Dado que estas iniciativas governamentais estão sujeitas a discussão, não podemos quantificar ainda o seu futuro impacto. Devido à natureza da nossa atividade, estamos envolvidos em processos litigiosos, de arbitragem e regulamentares e em investigações na Alemanha e em algumas outras jurisdições fora da Alemanha, especialmente nos EUA e no Reino Unido. Estas questões estão sujeitas a muitas incertezas. Apesar de termos resolvido um conjunto de questões legais importantes e de termos alcançado progressos relativamente a outras, prevemos a continuação de dificuldades nestes processos contenciosos.

Corporate Banking & Securities

Para 2014, antecipamos que o setor da banca de investimento continue a enfrentar um ambiente difícil, apesar do maior apoio do contexto macroeconómico. É provável que os desafios e oportunidades do setor afetem a produtividade, nomeadamente o ambiente regulamentar em mutação, as mudanças contínuas no panorama da concorrência e a retirada gradual do apoio bancário à economia global.

Prevemos que o crescimento global em 2014 resulte numa redução da intervenção do banco central face aos níveis elevados verificados ao longo dos últimos anos. Prevê-se que as rendibilidades das obrigações essenciais aumentem gradualmente em 2014, no âmbito porém de um processo ordenado que reflita a recuperação económica subjacente e o contexto macroeconómico mais positivo. Apesar da forte recuperação registada em 2013, prevê-se que os níveis de ações permaneçam elevados, apoiados por lucros superiores, maior confiança das empresas entre a diminuição da incerteza económica e rentabilidades globais em numerário e obrigações relativamente baixas.

Visamos continuar a consolidar os nossos pontos fortes no fluxo de rendimento fixo através da integração contínua da plataforma e dos investimentos, simultaneamente colocando em prática os nossos objetivos de custo, capital e alavancagem. A nível geográfico, prosseguiremos a integração do negócio e continuaremos a garantir uma afetação adequada dos recursos às oportunidades do mercado e a maximizar a rentabilidade e os retornos.

Corporate Banking & Securities	KPI	Objetivo para 2015
	Rendibilidade do capital próprio ativo médio após impostos	Aumentar para 15%
	Rácio custo/rendimento	Inferior a 65%
	RWA *fully-loaded* no quadro CRR/CRD IV pró-forma	Inferior a 200 mil milhões de euros

Em 2014 devemos manter-nos no rumo certo para atingir os nossos objetivos 2015+. A nossa rendibilidade do capital próprio ativo médio depois de impostos deve aumentar moderadamente em 2014. Prevê-se que o rácio custos/benefícios aumente ligeiramente em 2014 e mantenhamos o rumo para alcançar o nosso objetivo em 2015. O negócio já está a operar abaixo do nosso objetivo de equivalente RWA *fully-loaded* no quadro CRR/CRD IV pró-forma de 200 mil milhões de euros e isto deverá verificar-se durante o ano de 2014. A execução contínua desta estratégia deverá assegurar que nos manteremos no rumo certo para alcançar os nossos objetivos 2015+.

No entanto, continuam a existir alguns riscos e incertezas, incluindo a exposição do ainda frágil crescimento macroeconómico global ao risco de eventos, ao impacto potencialmente significativo das alterações regula-

mentares, aos efeitos da redução da alavancagem no balanço, ao desfecho de casos de litígio e à não concretização plena de vantagens do Programa OpEx ou ao seu impacto na nossa posição competitiva.

Em Sales & Trading, prevemos que as receitas de rendimento fixo global diminuam ligeiramente em 2014 face aos níveis de 2013. As receitas de fluxo de ações negociadas a pronto poderão ter uma tendência mais elevada no médio prazo à medida que a recuperação mundial se consolidar. As margens e os volumes continuarão sensíveis à forma como os responsáveis políticos reduzirão as suas atuais intervenções económicas.

Em Corporate Finance, esperamos que os volumes de comissões de 2014 sejam comparáveis aos volumes de 2013. Espera-se que os volumes de comissões da ECM e das fusões e aquisições aumentem juntamente com a crescente confiança das empresas na sustentabilidade da recuperação global e nos mercados de ações mais fortes. No entanto, prevê-se que os aumentos em ECM e em fusões e aquisições sejam compensados por volumes de comissões inferiores na emissão de dívida, principalmente por emitentes sem grau de investimento devido aos níveis recorde de atividade em 2013.

Pese embora as difíceis condições de mercado dos últimos anos, e a persistência de perspetivas de incerteza, ao reafirmar o enfoque, a escala e a eficiência, e ao consolidar sobre o sucesso do passado, a CB&S deverá estar bem posicionada para enfrentar os potenciais desafios e oportunidades colocados pelo futuro contexto.

Global Transaction Banking

As perspetivas para as transações bancárias no próximo ano serão provavelmente influenciadas por um conjunto de fatores críticos. Prevê-se que os níveis de taxa de juro relativamente baixos dos principais mercados nos últimos anos persistam em 2014. O crescimento global poderá ser mais rápido em 2014 e espera-se que a área do euro regresse ao seu primeiro ano de crescimento desde 2011. A economia dos EUA, bem como a dos mercados emergentes principais deverá crescer mais rapidamente do que em 2013. Prevê-se que os volumes de proveitos em transações bancárias continuem a crescer com uma dinâmica diferente nos produtos, ao passo que a pressão sobre as margens e custos continuará a colocar desafios. A regulamentação significativamente mais extensa e rigorosa, incluindo potenciais mudanças estruturais, afetará o setor bancário em termos globais.

O negócio da Global Transaction Banking (GTB) continuará a ser afetado pelas tendências descritas acima. O impulso sustentado do crescimento rentável e a angariação de clientes no negócio subjacente nos últimos anos, em conjunto com produtos inovadores de grande qualidade, deverão deixar-nos bem posicionados para enfrentar estes desafios e aumentar a nossa base de clientes. Trade Finance deverá beneficiar do crescimento económico mundial, da procura a nível de comércio internacional associada e da esperada estabilização da área de financiamento. Prevê-se que os volumes de proveitos em Trust & Securities Services registem um aumento em 2014 e poderão, juntamente com a tendência para concentrar os serviços de banca de investimento, fornecer oportunidades de crescimento. Em Cash Management, o aumento do nível das atividades globais é um potencial fator positivo. O negócio continua a centrar-se no aprofundamento das relações com grandes empresas complexas e com clientes institucionais nas regiões existentes e na procura de maiores taxas de crescimento em determinados mercados emergentes. A cooperação com outras áreas do banco (incluindo uma relação estreita com as vendas CB&S) está a ser continuamente expandida para assegurar que uma gama alargada de clientes beneficie dos nossos produtos e serviços. Isto inclui também a cobertura de banca comercial alinhada e integrada para clientes de pequenas e médias empresas na Alemanha implementada em setembro de 2013 para reforçar a posição de liderança no mercado doméstico.

Global Transaction Banking	KPI	Objetivo para 2015
	Resultados antes de impostos sobre o rendimento (IBIT)	Crescer até 2,4 mil milhões de euros

Na Estratégia 2015+ planeámos aumentar os nossos resultados antes de impostos sobre o rendimento para 2,4 mil milhões de euros até 2015. Desde então, as condições de mercado têm colocado mais desafios, com níveis de taxa de juro mais baixos e também com o aumento da concorrência em mercados de crescimento principais. Além disso, o negócio será afetado por alterações regulamentares como o CRR/CRD IV. No entanto, prevê-se que a estratégia e as iniciativas relacionadas para expandir o negócio permaneçam no caminho certo. A conclusão bem-sucedida da inversão nas atividades de banca comercial nos Países Baixos deverá contribuir também para o objetivo estratégico da GTB.

Para 2014, prevemos um aumento notável na rentabilidade face a 2013, pois as iniciativas de crescimento deverão começar a apresentar resultados e, simultaneamente, continuaremos a investir em soluções, plataformas e excelência operacional.

Deutsche Asset & Wealth Management

Em 2014, o setor da gestão de ativos e património continuará a beneficiar de uma economia global mais forte. No entanto, alguns dos desafios do setor mantêm-se, nomeadamente a ameaça de inflação, a persistência dum contexto de baixas rendibilidades em muitos mercados desenvolvidos, problemas por resolver relacionados com a dívida soberana europeia, volatilidade dos mercados emergentes e o ambiente regulamentar em mutação. Entendemos que estes fatores irão favorecer grandes gestores capazes de explorar a escala e a eficiência para fornecer aos clientes soluções de investimento sofisticadas.

A estratégia da DeAWM coloca-a numa posição confortável para beneficiar das tendências do setor e da concorrência. Para 2014, as projeções apontam para a continuação da melhoria através das eficiências e aperfeiçoamento dos proveitos, principalmente de projetos de infraestruturas de reestruturação em curso. Por este motivo, espera-se que o IBIT 2014 registe uma melhoria significativa face ao desempenho de 2013. Considerando que continuamos a tentar melhorar a qualidade dos serviços oferecidos aos clientes e a fornecer eficiências de plataforma sustentáveis, espera-se que a divisão avance em direção ao nosso objetivo para o IBIT de 1,7 mil milhões de euros em 2015.

Deutsche Asset & Wealth Management	KPI	Objetivo para 2015
	Resultados antes de impostos sobre o rendimento (IBIT)	Crescer até 1,7 mil milhões de euros

Continuaremos a melhorar a nossa presença em mercados selecionados, principalmente através da alavancagem do alcance global do Grupo do Deutsche Bank. Participamos ativamente nos mercados emergentes em que o crescimento rápido está a impulsionar a criação de riqueza e a aumentar a procura de serviços de gestão de ativos e património. A estratégia que visamos implica também a otimização da carteira de negócios seletivos, por exemplo, estamos a alinhar o nosso negócio de gestão de património no Reino Unido com o nosso enfoque global nos segmentos de cliente mais ricos.

Continuaremos a expandir globalmente o nosso negócio com clientes de valor líquido ultraelevado (UHNW) em 2014, fazendo progressos relativamente ao nosso objetivo de aumentar em cerca de 50% o número de relações UHNW de 2012 para 2015. Estes clientes sofisticados beneficiam do nosso modelo de cobertura global e de equipas de apoio ao cliente integradas. Os clientes UHNW mais sofisticados estão a beneficiar também dos balcões Key Client Partners (KCP), implementados para possibilitar um acesso homogéneo a diferentes classes de ativos, a oportunidades de investimento transfronteiriças e a soluções de financiamento nossas e de terceiros.

Prevemos a continuação da polarização das preferências de investimento em 2014, com mais ativos investidos em alternativas e em produtos passivos. Outra tendência principal que se deverá manter, especificamente nos mercados desenvolvidos, é o aumento da procura de produtos de reforma, devido às tendências demo-

gráficas, e de soluções orientadas para o resultado. Esperamos que os ativos investidos em alternativa e os produtos passivos aumentem no ano seguinte.

O negócio passivo beneficiará da mudança para fundos negociados em bolsa (ETF) de replicação física, que iniciámos no final de 2013 e que iremos manter durante o início de 2014, tornando-nos num dos maiores fornecedores da Europa de ETF de replicação direta. O sucesso da oferta dos novos ETF físicos dependerá em parte da procura sustentada de investimentos passivos físicos pelo cliente.

Continuaremos a alavancar os pontos fortes da nossa plataforma de investimento ativo (ou seja, em rendimento fixo e fundos de ações de dividendos) e visaremos continuar a construir a nossa crescente colaboração com outros departamentos do Deutsche Bank (incluindo com a PBC, enquanto distribuidora de fundos DWS na Alemanha e com a CB&S no apoio aos clientes ricos no âmbito das suas necessidades de financiamento empresarial).

Durante o ano de 2014, continuaremos a investir significativamente nas nossas operações e tecnologia. Por exemplo, para a nossa plataforma de investimento Asset Management estamos a implementar uma solução de TI abrangente, que trará melhorias significativas em termos de eficiência e funcionalidade. Estas iniciativas enquadram-se no âmbito de um leque de projetos que visam otimizar a nossa presença geográfica e operacional. O desempenho financeiro da divisão irá depender em parte da execução com êxito destes projetos. Dependerá também dos crescentes ativos em gestão, com uma melhoria do retorno dos novos ativos. Para isso, continuaremos a alavancar o nosso modelo de cobertura integrada e a alargar a nossa oferta de produtos.

Private & Business Clients

A perspetiva para o PIB em todos os países europeus nos quais a PBC está presente (incluindo o nosso mercado doméstico, a Alemanha) melhorou consideravelmente. Espera-se que todos os países apresentem um crescimento positivo do PIB. Espera-se que a economia na Ásia evolua com níveis de crescimento mais elevados em 2014 face a 2013.

Private & Business Clients	KPI	Objetivo para 2015
	Proveitos	Para crescer até aproximadamente 10 mil milhões de euros
	Rácio custo/rendimento	Aproximadamente 60%
	Resultados antes de impostos sobre o rendimento (IBIT)	Crescer até cerca de 3 mil milhões de euros

Prevê-se que a PBC mantenha o seu percurso de crescimento rumo ao seu ambicioso objetivo de gerar resultados antes de impostos sobre o rendimento na ordem dos 3 mil milhões de euros e proveitos na ordem dos 10 mil milhões de euros e de atingir um objetivo para o rácio custos/benefícios de aproximadamente 60%, após alcançar todos os benefícios da integração do Postbank. Para 2014, é expectável que os resultados antes de impostos sobre o rendimento cresçam notavelmente, incluindo um enorme efeito único, e que os proveitos e o rácio custo/rendimento melhorem ligeiramente face a 2013. A nossa estratégia é continuar a reforçar a liderança no nosso mercado nacional, a Alemanha, alargando simultaneamente as nossas franquias de consultoria bem posicionadas nos nossos mercados internacionais selecionados. Com Magellan, estamos a construir uma plataforma conjunta de serviços e TI para a PBC, disponibilizando serviços a Advisory Banking e Consumer Banking. Por outro lado, procuraremos alavancar a nossa força relativa para aumentar o nosso negócio de crédito com margens atrativas.

Em Private & Commercial Banking, o nosso objetivo é reforçar a nossa posição de mercado, alavancando o nosso novo modelo de negócio e tirando partido das vantagens dos nossos serviços bancários para empresas e cobertura para médias empresas. Continuaremos a centrar-nos em negócios hipotecários de baixo risco,

desenvolvendo o nosso negócio de produtos de seguro e investimento e manteremos a nossa rigorosa disciplina de custos.

Em Advisory Banking International capitalizaremos sobre o nosso poder consultivo na Europa e aprofundaremos o desenvolvimento da franquia rentável PBC, centrada em regiões abastadas, por forma a integrar o conjunto dos principais bancos de retalho da Europa. A PBC continuará a beneficiar da sua quota de 19,99% no Banco Hua Xia na China e a apoiar a parceria com esta entidade. A PBC tentará alcançar objetivos na Índia para continuar a melhorar o sucesso da PBC na Índia.

O Postbank continuará na sua senda de crescimento na Alemanha, prosseguindo simultaneamente a integração da sua atividade e a redução de custos através da implementação de medidas organizacionais. O progresso da integração do Postbank deverá permitir à PBC alcançar plenamente as sinergias pretendidas.

Prevê-se que o *cost-to-achieve* em 2014 se mantenha num nível semelhante ao de 2013, mantendo o enfoque no programa de integração do Postbank e no Programa OpEx. Apesar de prevermos a continuação das reduções de custos em 2014, muitos dos efeitos dos programas apenas alcançarão o seu potencial na totalidade em 2015 e nos anos subsequentes. Contudo, existe o risco de que as sinergias ocorram mais tarde do que o previsto.

A PBC poderá continuar a enfrentar incertezas no contexto em que opera. Por exemplo, um declínio significativo no crescimento económico resultaria em taxas de desemprego mais elevadas e poderia causar um aumento das provisões para perdas de crédito e um menor crescimento do volume de negócios. O desenvolvimento dos mercados de produtos de investimento é particularmente dependente dos movimentos no contexto macroeconómico europeu e da apetência do cliente para investimentos e para correr riscos. Adicionalmente, não prevemos o alívio a curto prazo das taxas de juro próximas do zero, que continuarão a sobrecarregar os nossos proveitos de depósitos. Não obstante, a PBC procurará reforçar o seu negócio de crédito, bem como aumentar as margens, em particular fora da Alemanha, nos próximos anos e, simultaneamente, manter uma disciplina de risco rigorosa e otimizar cuidadosamente a procura de capital. Adicionalmente, as medidas de desalavancagem no âmbito do Grupo poderão ter um impacto negativo nos proveitos da PBC. O contexto regulamentar continuamente em evolução também poderá ter um impacto significativo no desempenho futuro da PBC.

Non-Core Operations Unit

Espera-se que a Non-Core Operations Unit (NCOU) continue a contribuir para o roteiro de capital e para o programa de desalavancagem do Grupo.

A estratégia e o mandato concentram-se na rápida redução do risco e estão em conformidade com os objetivos globais do Banco. O objetivo é libertar capital, reduzir a dimensão do balanço conforme medido nos termos do CRR/CRD IV e proteger o valor dos acionistas através da redução dos riscos dos restantes ativos e atividades de negócio. Isto traduziu-se numa enfâse na redução da procura de capital para melhorar os rácios de capital do Deutsche Bank sem diluir os acionistas.

No futuro, haverá também um forte enfoque na desalavancagem do balanço, conforme medido nos termos do CRR/CRD IV, auxiliando o banco para atingir os objetivos de rácio de alavancagem. Existe um enfoque adicional na resolução dos riscos contingentes de perfil elevado e de ativos que não sejam do banco, bem como no alinhamento da base de custo subjacente da divisão NCOU com o progresso da redução do risco.

Os desafios mantêm-se para a execução com êxito da nossa estratégia de redução do risco. A NCOU inclui investimentos significativos em empresas individuais e outros ativos que não fazem parte dos nossos negócios essenciais. Estes investimentos e ativos estão expostos às oportunidades e riscos decorrentes das

mudanças no contexto económico e das condições de mercado. Essas mudanças poderão tornar mais incerto o calendário associado à redução do risco e poderão afetar também os resultados futuros.

É expectável que o ritmo da redução do risco abrande ao longo do tempo à medida que a carteira diminui, conduzindo também à diminuição dos proveitos de carteira. Continuaremos a avaliar os argumentos em favor da alienação versus detenção para tirar partido das condições do mercado. A nossa estratégia de redução do risco irá focar-se sempre numa combinação dos impactos, sendo as principais contrapartidas o capital, a alavancagem, a redução do risco e o IBIT associado.

Em 2013 alcançámos um acordo para a resolução do litígio com a Federal Housing Finance Agency (FHFA) relativo ao nosso maior caso de litígio relacionado com hipotecas residenciais, contudo prevemos que o contexto de litígios continue a colocar desafios.

Relatório de Risco

Introdução

Divulgações em cumprimento das normas IFRS 7 e IAS 1

O relatório de risco seguinte fornece divulgações de risco qualitativas e quantitativas relativamente a riscos de crédito, de mercado e outros riscos, em cumprimento da norma internacional de relato financeiro 7 (IFRS 7) "Instrumentos financeiros: divulgação de informações", bem como das divulgações de capital exigidas pela norma internacional de contabilidade 1 (IAS 1) "Apresentação de demonstrações financeiras". As informações que fazem parte e estão incorporadas por referência nas demonstrações financeiras deste relatório estão assinaladas por um parêntesis nas margens ao longo deste Relatório de Risco.

Divulgações ao abrigo do pilar 3 dos requisitos de fundos próprios de Basileia 2.5

O relatório de risco seguinte incorpora as divulgações ao abrigo do Pilar 3 exigidas pelas normas de adequação de capital interno, conforme recomendado pelo Comité de Supervisão Bancária de Basileia, conhecido por Basel 2 e Basel 2.5. A União Europeia aprovou a segunda e a terceira diretivas relativas aos requisitos de capital, que alteraram os requisitos de fundos próprios de Basileia na UE, conforme inicialmente adotado pela Diretiva Bancária e pela Diretiva relativa à adequação dos fundos próprios. A Alemanha implementou as diretivas relativas aos requisitos de capitais no direito nacional e estabeleceu os requisitos de divulgação relacionados com o Pilar 3 no artigo 26.º-A da lei bancária alemã (Kreditwesengesetz ou KWG) e na parte 5 do decreto de solvabilidade ("Solvabilitätsverordnung" ou "SolvV"). Para efeitos de coerência, utilizamos o termo "Basileia 2.5" quando nos referimos a estes regulamentos, conforme implementados na legislação alemã quando estavam em vigor até 31 de dezembro de 2013, ao longo do presente relatório de risco. A regulamentação não exige a auditoria de divulgações ao abrigo do pilar 3. Por conseguinte, algumas divulgações ao abrigo do pilar 3 estão assinaladas como não auditadas.

Aplicámos os requisitos de fundos próprios de Basileia 2.5 à maioria das nossas exposições ao risco, com base nos modelos internos de medição do risco de crédito, do risco de mercado e do risco operacional aprovados pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (Bundesanstalt für Finanzdienstleistungsaufsicht ou “BaFin”). Todas as divulgações relevantes ao abrigo do pilar 3 são cumpridas com base num conjunto de princípios e de processos conexos definidos internamente nos termos da nossa política aplicável de divulgação de risco.

A tabela seguinte indica o local dos temas de divulgação ao abrigo do pilar 3 incluídos neste Relatório de Risco.

Divulgações ao abrigo do pilar 3 no nosso Relatório Financeiro

Tema de divulgação ao abrigo do pilar 3	Localização no nosso Relatório Financeiro
Introdução e âmbito de aplicação do pilar 3	"Introdução"
Adequação de capital	"Capital regulamentar"
Gestão de risco e de capital do Grupo	"Sumário Executivo de gestão de risco", "Princípios de gestão de risco", "Avaliação de risco e relato", "Inventário de risco", "Gestão de capital", "Gestão do Balanço" e "Posição global de risco"
Risco de crédito da contraparte: Estratégia e processos Risco de crédito da contraparte: Avaliação regulamentar	"Risco de crédito", "Qualidade dos ativos", "Risco de crédito da contraparte: avaliação regulamentar" e Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas"
Titularização	"Titularização" e Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas"
Risco de mercado relacionado com a negociação Risco de mercado não relacionado com a negociação	"Risco de mercado relacionado com a negociação", "Risco de mercado não relacionado com a negociação", "Contabilização e avaliação de investimentos em ações" e Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas – determinação do justo valor"
Risco operacional	"Risco operacional"
Risco de Liquidez	"Risco de liquidez"

Perspetivas para o Basileia 3 e o CRR/CRD IV

Na União Europeia, os novos requisitos de fundos próprios do acordo de Basileia III foi implementado pelo "Regulamento (UE) n.º 575/2013 relativo aos requisitos prudenciais para as instituições de crédito e para as empresas de investimento" (Regulamento relativo a requisitos de capital, ou "CRR") e à Diretiva 2013/36/UE relativa ao acesso à atividade das instituições de crédito e à supervisão prudencial das instituições de crédito e empresas de investimento" (Diretiva relativa a requisitos de capital IV ou "CRD IV") publicada a 27 de junho de 2013. A CRD IV foi implementada na legislação alemã sob a forma de alterações à lei bancária alemã (KWG) e ao regulamento de solvabilidade (SolvV) e demais regulamentos de acompanhamento. Conjuntamente, estes regulamentos representam o novo quadro regulamentar aplicável na Alemanha a, entre outros, capital, alavancagem e liquidez, bem como a divulgações ao abrigo do Pilar 3. O novo quadro regulamentar entrou em vigor a 1 de janeiro de 2014, sujeito a determinadas regras transitórias. O presente relatório abrange os exercícios que terminam a 31 de dezembro de 2013, portanto as divulgações das secções seguintes referem-se aos regulamentos (principalmente às disposições da lei bancária alemã e do Regulamento de solvabilidade alemão) em vigor antes de 1 de janeiro de 2014, exceto se indicado em contrário.

Alguns dos novos requisitos regulamentares estão sujeitos a regras transitórias. Os novos rácios de capital mínimo serão integrados gradualmente até 2015. A maioria dos ajustamentos regulamentares (ou seja deduções de capital e filtros regulamentares) será integrada gradualmente até 2018. Os instrumentos de capital que já não sejam considerados como tal ao abrigo das novas regras serão removidos gradualmente até 2021. Os novos requisitos de capital-tampão serão integrados gradualmente até 2019. Embora estejam sujeitos a relatórios de supervisão a partir de 2014, os requisitos mínimos vinculativos para liquidez a curto prazo serão introduzidos em 2015 e espera-se que entre em vigor uma norma para liquidez de longa duração em 2018. Prevê-se a introdução de um rácio de alavancagem vinculativo a partir de 2018, após a divulgação do rácio iniciado em 2015. O quadro CRR/CRD IV alterou também alguma da nomenclatura relacionada com a adequação de capital e com o capital regulamentar, como a utilização do termo *Common Equity Tier 1* ao invés do termo *Core Tier 1*.

Para efeitos de clareza nas nossas divulgações, utilizamos a nomenclatura do quadro CRR/CRD IV nas secções e tabelas seguintes sobre adequação de capital, capital regulamentar e alavancagem. Não obstante, os montantes divulgados durante o período de relato no presente relatório baseiam-se no quadro de Basileia 2.5, conforme implementado na legislação alemã e ainda em vigor durante estes períodos, exceto se indicado em contrário.

Considerando que existem ainda algumas incertezas de interpretação no que se refere às regras de CRR/CRD IV e que algumas das Normas Técnicas vinculativas relacionadas ainda não estão disponíveis, continuaremos a aperfeiçoar os nossos pressupostos e modelos de acordo com a evolução da compreensão e interpretação das regras por parte do Grupo e do setor. Sob esta perspetiva, as nossas medidas CRR/CRD IV pró-forma podem diferir das nossas expetativas prévias e, uma vez que os pressupostos e estimativas da nossa concorrência relativamente a essa implementação também poderão variar, as nossas medidas financeiras não-GAAP CRR/CRD IV pró-forma poderão não ser comparáveis com medidas rotuladas de forma semelhante utilizadas pela nossa concorrência.

Poderá encontrar informação detalhada sobre os nossos rácios de capital CRR/CRD IV *fully loaded* pró-forma no parágrafo respetivo, na secção "Relatório de risco – Capital Regulamentar" e sobre o nosso cálculo de rácio de alavancagem CRR/CRD IV pró-forma ajustado na secção "Relatório de risco – Gestão do balanço".

Divulgações de acordo com os princípios e recomendações do grupo de trabalho "Melhor divulgação" (EDTF)

Em 2012 foi criado o grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force – EDTF), enquanto iniciativa do setor privado sob os auspícios do Conselho de Estabilidade Financeira, com o objetivo principal de desenvolver princípios fundamentais para melhorar as divulgações de risco e recomendar correspondentes medidas de aperfeiçoamento. Enquanto membro do EDTF, implementámos as recomendações de divulgação neste Relatório de Risco.

Âmbito da consolidação

As secções seguintes com informações quantitativas dizem respeito às nossas demonstrações financeiras em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”). Consequentemente, o relato baseia-se geralmente em princípios de avaliação e consolidação das IFRS. Contudo, em particular no que se prende com o pilar 3, são relevantes princípios regulamentares de consolidação diferentes dos aplicados às nossas demonstrações financeiras, que se descrevem seguidamente com mais pormenor. Sempre que o âmbito relevante regulamentar é utilizado, isto é explicitamente indicado.

Âmbito da consolidação regulamentar

A Deutsche Bank Aktiengesellschaft (Deutsche Bank AG), com sede em Frankfurt am Main, Alemanha, é a empresa-mãe, a entidade que tutela o grupo de instituições do Grupo Deutsche Bank (grupo de supervisão) e obedece às disposições de supervisão da lei bancária alemã KWG e do decreto SolvV. Nos termos do artigo 10.º-A da lei bancária alemã KWG, um grupo de instituições de supervisão era composto por uma instituição de crédito (também designada por "banco") ou por uma instituição de serviços financeiros, enquanto empresa-mãe, e por todos os outros bancos, instituições de serviços financeiros, sociedades de gestão de investimentos, sociedades financeiras, instituições de pagamento e empresas de serviços auxiliares que eram subsidiárias na aceção do artigo 1.º, n.º 7 da lei bancária alemã KWG. Essas entidades foram plenamente consolidadas para o nosso relato regulamentar. Determinadas empresas que não eram subsidiárias também puderam ser incluídas numa base proporcional. As seguradoras e as empresas que não pertencem ao setor financeiro não eram consolidadas no grupo de instituições de supervisão.

Contudo, para conglomerados financeiros é aplicável também a lei alemã relativa à supervisão de conglomerados financeiros (Finanzkonglomerate-Aufsichtsgesetz), de acordo com as companhias de seguros incluídas num cálculo de adequação de capital adicional (também designada por "margem de solvabilidade"). Estamos classificados como conglomerado financeiro pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha desde outubro de 2007.

Os princípios regulamentares de consolidação não são idênticos aos aplicados às nossas demonstrações financeiras. No entanto, a maioria das subsidiárias nos termos da lei bancária alemã KWG também está plenamente consolidada em conformidade com as IFRS nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

As principais diferenças entre a consolidação regulamentar e a consolidação contabilística são:

— As entidades controladas por nós que não pertencem ao setor bancário, não integram o grupo de instituições de supervisão, embora sejam incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as IFRS.
— A maior parte das nossas Entidades de finalidade especial (SPE), consolidadas em conformidade com as IFRS, não cumpria os requisitos de consolidação do artigo 10.º-A da lei bancária alemã KWG, pelo que não eram consolidadas dentro do grupo de supervisão. No entanto, os riscos decorrentes das nossas exposições a essas entidades são refletidos nos requisitos de capital regulamentar.
— Algumas entidades incluídas no grupo regulamentar não estão consolidadas para fins contabilísticos mas são tratadas de forma diferenciada, em particular através do método de equivalência patrimonial. O nosso grupo de supervisão possui duas entidades controladas em conjunto pelos seus proprietários e consolidadas numa base proporcional. Quatro entidades são consolidadas voluntariamente numa base proporcional. Quatro entidades são tratadas de acordo com o método de equivalência patrimonial, uma entidade é processada como ativos disponíveis para vendas nas nossas demonstrações financeiras e uma é considerada como outros ativos.

No final de 2013, o nosso grupo de supervisão era composto por 844 subsidiárias, das quais sete foram consolidadas numa base proporcional. Nessa data, o nosso grupo de supervisão incluía 127 instituições de crédito, uma instituição de pagamento, 67 instituições de serviços financeiros, 449 sociedades financeiras, 12 sociedades de gestão de investimentos e 188 empresas de serviços auxiliares.

No final de 2012, o nosso grupo de supervisão era composto por 913 subsidiárias, das quais três foram consolidadas numa base proporcional. Nessa data, o nosso grupo de supervisão incluía 137 instituições de crédito, três instituições de pagamento, 80 instituições de serviços financeiros, 514 sociedades financeiras, 14 sociedades de gestão de investimentos e 165 empresas de serviços auxiliares.

120 entidades estavam isentas de consolidação regulamentar nos termos do artigo 31.º, n.º 3 da lei bancária alemã KWG no final de 2013 (no final de 2012: 131 entidades). O artigo 31.º, n.º 3 da lei bancária alemã KWG permitiu a exclusão de entidades de pequena dimensão do âmbito de aplicação regulamentar do relato regulamentar consolidado se a totalidade dos seus ativos fosse inferior a 10 milhões de euros ou a 1% dos ativos totais do nosso Grupo. Nenhuma destas entidades necessitava de ser consolidada nas nossas demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS. Os valores contabilísticos das nossas participações no seu capital social foram deduzidos do nosso capital regulamentar, num total de 20 milhões de euros em 2013 (2012: 31 milhões de euros).

260 entidades não consolidadas regulamentares, bem como três entidades seguradoras imateriais tiveram o mesmo tratamento contabilístico no fim do exercício de 2013 (fim do exercício de 2012: 267 entidades), tendo o respetivo valor sido deduzido do nosso capital regulamentar nos termos do artigo 10.º, n.º 6 da lei KWG, vigente nessa data. O artigo 10.º, n.º 6, pontos 1, 2, 3 e 5 da lei KWG exigiu que as participações em entidades bancárias, financeiras e seguradoras não consolidadas fossem deduzidas do capital regulamentar quando a participação fosse superior a 10% do capital (no caso de entidades seguradoras, 20% do capital ou dos direitos de voto, a menos que fossem incluídos no cálculo da margem de solvabilidade do conglomerado financeiro). Uma vez que estamos classificados como conglomerado financeiro, os investimentos materiais em entidades seguradoras totalizando no mínimo 20% do capital ou dos direitos de voto não eram deduzidos do nosso capital regulamentar, porque estavam incluídos no nosso cálculo de solvabilidade a nível do conglomerado financeiro.

A partir de 1 de janeiro de 2014, a nossa consolidação regulamentar será regida pelo quadro CRR/CRD IV (conforme implementado na legislação alemã, quando aplicável) e pela lei alemã relativa à supervisão de conglomerados financeiros.

Avaliação Global de Risco

O risco de crédito, o risco de mercado, o risco operacional, o risco de negócio (incluindo o risco fiscal e o risco estratégico), o risco reputacional e o risco de liquidez são categorias de risco fundamentais para o Grupo. Gerimos a identificação, avaliação e redução dos principais riscos e dos riscos emergentes mediante um processo de governação interno e a utilização de instrumentos e processos de gestão do risco. A nossa abordagem à identificação e à avaliação do impacto tem por finalidade garantir que atenuamos o impacto destes riscos nos nossos resultados financeiros, objetivos estratégicos de longo prazo e reputação.

No âmbito das nossas análises regulares de risco e de risco cruzado, analisamos as sensibilidades dos principais riscos das carteiras mediante uma avaliação ascendente do risco e uma análise descendente do cenário macroeconómico e político. Esta dupla abordagem permite-nos capturar não só riscos que têm impacto nos nossos inventários de risco e divisões de negócio, mas também outros riscos que são relevantes apenas para carteiras específicas.

Os atuais riscos de carteira, nos quais continuamos a centrar a nossa atenção, incluem: um potencial reagravamento da crise da dívida soberana europeia, um potencial abrandamento no crescimento asiático, um disruptivo maior rigor da política monetária nos EUA e o respetivo impacto, principalmente nos mercados emergentes, e o potencial risco de choque geopolítico. Estes riscos têm sido um alvo constante da nossa atenção nos últimos trimestres. A avaliação dos impactos potenciais destes riscos é efetuada através da sua integração nos testes de esforço do Grupo que avaliam a nossa capacidade de absorção destes eventos na eventualidade da sua ocorrência. Os resultados destes testes revelaram que possuímos capital e reservas de liquidez adequados para absorver o impacto destes riscos, caso eles se concretizassem de acordo com os parâmetros dos testes.

Durante o ano de 2013 assistiu-se a uma continuação da tendência global para um aumento da regulamentação no setor dos serviços financeiros, que provavelmente persistirá ao longo dos próximos anos. Nós também estamos interessados na identificação de potenciais alterações políticas e regulamentares e na avaliação do eventual impacto nos nossos processos e modelo de negócio.

Relativamente à gestão de risco e capital durante o ano de 2013, o enfoque global foi na manutenção do nosso perfil de risco em sintonia com a nossa estratégia de risco, aumentando a nossa base de capital e apoiando as nossas iniciativas de gestão estratégica com enfoque na otimização do balanço. Esta abordagem reflete-se ao longo das diferentes métricas de risco resumidas a seguir.

Para efeitos do artigo 431º do CRR, adotámos uma política de divulgação de risco formal, que visa coadunar a conclusão de que as nossas divulgações de risco estão em conformidade com as normas de divulgação de risco contabilísticas, regulamentares e legais aplicáveis. Um comité de relato de risco constituído por representantes seniores e peritos nas disciplinas de Finanças e Risco rege os nossos processos de divulgação de risco respetivos. Com base na nossa avaliação e verificação, acreditamos que as nossas divulgações de risco apresentadas ao longo do presente relatório de risco transmitem de forma apropriada e completa o nosso perfil de risco global.

Perfil de risco

O nosso conjunto de diferentes atividades de negócio resulta numa diversidade de riscos assumidos pelas nossas divisões de negócio. Medimos os principais riscos inerentes aos respetivos modelos de negócio com o indicador de capital económico total não diversificado, que espelha o perfil de risco de cada divisão de negócios antes de ter em conta os efeitos de risco cruzado ao nível do Grupo. As alterações do exercício de 2012 refletem principalmente os efeitos compensatórios das atualizações de metodologia e estratégia de redução do risco em todos os tipos de risco.

Perfil de risco das nossas divisões corporativas medido pelo capital económico total

31.12.2013

em % (exceto se indicado em contrário)	Corporate Banking & Securities	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Private & Business Clients	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments	Total em milhões de euros	Total
Risco de crédito	17	7	1	14	5	0	12.013	44
Risco de mercado	18	1	6	11	5	7	12.738	47
Risco operacional	9	0	2	3	5	0	5.253	19
Vantagem de diversificação	(7)	(1)	(2)	(3)	(3)	0	(4.515)	(17)
Risco de negócio	5	0	0	0	1	0	1.682	6
Total de CE em milhões de euros	11.398	2.033	2.010	6.671	3.349	1.710	27.171	100
em %	42	7	7	25	12	6	100	0

31.12.2012

em % (exceto se indicado em contrário)	Corporate Banking & Securities	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Private & Business Clients	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments	Total em milhões de euros	Total
Risco de crédito	16	6	1	13	8	0	12.574	44
Risco de mercado	14	1	5	11	10	5	13.185	46
Risco operacional	7	0	2	1	7	0	5.018	17
Vantagem de diversificação	(5)	0	(2)	(2)	(6)	0	(4.435)	(15)
Risco de negócio	7	0	0	0	1	0	2.399	8
Total de CE em milhões de euros	11.118	1.781	2.009	6.720	5.782	1.331	28.741	100
em %	39	6	7	23	20	5	100	0

O perfil de risco da CB&S (Corporate Banking & Securities) é dominado pela negociação de apoio a atividades de geração, estruturação e criação de mercado, as quais originam risco de mercado e risco de crédito. Outros riscos de crédito têm a sua origem na exposição a empresas e instituições financeiras. Ao abrigo do atual modelo de negócio da CB&S, o restante deriva de riscos operacionais e risco de negócio, decorrentes sobretudo de potenciais riscos jurídicos e riscos de volatilidade dos ganhos, respetivamente.

O enfoque da divisão corporativa GTB (Global Transaction Banking) no financiamento de transações implica que a maior parte do seu risco tenha origem no risco de crédito, decorrendo uma pequena parte do risco de mercado, sobretudo relacionado com posições de derivados.

O principal fator de risco do negócio da divisão corporativa Deutsche Asset & Wealth Management (DeAWM) são as garantias sobre fundos de investimento, que relatamos como risco de mercado não relacionado com negociação. De resto, o negócio da DeAWM centrado na consultoria e em comissões gera sobretudo risco operacional.

Em contrapartida, o perfil de risco da divisão corporativa Private & Business Clients (PBC) inclui o risco de crédito com origem no retalho e risco com origem na concessão de empréstimos a Pequenas e Médias Empresas (PME), bem como o risco de mercado não relacionado com negociação decorrente da carteira de investimento do Postbank.

A carteira da Non-Core Operations Unit (NCOU) inclui atividades não essenciais à futura estratégia do banco; ativos significativamente afetados por mudanças do setor, ambientais, legais ou regulamentares; ativos destinados a redução do risco; ativos adequados para separação; ativos com elevada absorção de capital e baixos retornos; e ativos expostos a riscos legais. O perfil de risco da NCOU abrange riscos em todas as nossas operações incluindo riscos de crédito e também riscos de mercado e operacionais (incluindo riscos legais) direcionados sempre que possível para redução acelerada do risco.

A execução da nossa estratégia de desinvestimento na NCOU resultou numa redução de balanço, a qual levou a uma avaliação da nossa estrutura de afetação do risco operacional. Em linha com a eliminação de negócio da NCOU, reafetámos capital económico para risco operacional no valor de 892 milhões de euros às nossas principais áreas de negócio do Deutsche Bank no terceiro trimestre de 2013.

Sumário Executivo de gestão do risco

Sumário do risco de crédito

— A exposição máxima ao risco de crédito sofreu uma redução de 420 mil milhões de euros ou 20% para 1,6 biliões de euros em comparação com 31 de dezembro de 2012, sobretudo devido a diminuições nos valores de mercado positivos de instrumentos derivados e outras reduções refletindo diversas iniciativas de redução de risco e otimização de balanço. A qualidade creditícia da exposição máxima ao risco de crédito foi de 78% do grau de investimento com classificação em 31 de dezembro de 2013, representando um ligeiro decréscimo dos 80% de 31 de dezembro de 2012.

— A exposição ao crédito manteve-se diversificada por região, setor e contraparte. A exposição regional está distribuída uniformemente pelos nossos principais mercados (América do Norte 29%, Alemanha, 28%, Resto da Europa Ocidental, 28%), e a distribuição regional apresenta uma variação homóloga relativamente estável. A nossa maior exposição no setor é a bancos e seguradoras, que constitui 33% da exposição total bruta (i.e. antes da inclusão de garantias colaterais), sem variação em relação a 31 de dezembro de 2012. Estas exposições são predominantemente a contrapartes com notação de crédito elevada e estão geralmente protegidas por garantias colaterais. A nível de contrapartes, mantivemos uma boa diversificação, representando as nossas dez principais exposições 10% do total bruto das nossas exposições principais ao crédito, em comparação com 11% em dezembro de 2012, sendo na sua totalidade contrapartes com um grau de investimento elevado.

— A provisão para perdas de crédito registada em 2013 aumentou 344 milhões de euros ou 20% para 2,1 mil milhões de euros devido à unidade NCOU, bem como às principais áreas de negócio do Deutsche Bank. O aumento na NCOU reflete um conjunto de itens de clientes únicos, entre outros, relacionado com o setor europeu de imóveis comerciais. As principais áreas de negócio do Deutsche Bank sofreram um evento de crédito de cliente único em GTB, bem como encargos mais elevados com empréstimos a empresas de navegação registadas em CB&S. As reduções na PBC compensaram parcialmente estes aumentos e refletiram o ambiente de crédito melhorado na Alemanha em comparação com o ano anterior.

— A nossa carteira de empréstimos geral diminuiu em 20 mil milhões de euros ou 5%, de 402 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 para 382 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013. As reduções deveram-se principalmente à redução de risco na NCOU. A nossa maior carteira de empréstimos individualizada no setor é na categoria de hipotecas residenciais, que totalizava 148 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, dos quais 116 mil milhões num mercado estável, o alemão. A nossa carteira de empréstimos a empresas, que representa 52% do total da carteira de empréstimos, era composta em 31 de dezembro de 2013 por 64% de empréstimos com classificação de grau de investimento, com um ligeiro decréscimo face aos 66% contabilizados em 31 de dezembro de 2012.

— A utilização de capital económico para risco de crédito registou uma diminuição para 12,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, em comparação com 12,6 mil milhões de euros no final do ano de 2012, refletindo melhoramentos do processo e exposições reduzidas, sobretudo na NCOU, o que foi parcialmente anulado pelos aumentos decorrentes da recalibração do modelo interno.

Sumário de risco de mercado

— A utilização de capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação aumentou 46 milhões de euros ou 1% para 8,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013. O aumento resultou sobretudo de alterações na metodologia do risco cambial estrutural e risco de longevidade nos planos de pensões, sendo em parte anulado pelas atividades de redução do risco na NCOU.

— A utilização de capital económico para o risco de mercado relacionado com a negociação foi de 4,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, em comparação com os 4,7 mil milhões de euros no final do ano de 2012. Esta redução deveu-se principalmente a reduções de risco da NCOU.
— O valor em risco médio das nossas unidades de negociação foi de 53,6 milhões de euros durante 2013, face a 57,1 milhões de euros em 2012. A redução deveu-se a níveis de exposição mais baixos ao risco de taxa de juro e risco de *spread* de crédito.

Sumário do risco operacional

— A utilização de capital económico para risco operacional aumentou para 5,3 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2013 face a 5,0 mil milhões de euros no exercício de 2012. Isto deveu-se principalmente à implementação de uma alteração no nosso modelo AMA para uma melhor estimativa da frequência das perdas de risco operacional específicas do Deutsche Bank. A alteração conduziu a um aumento de 191 milhões de euros na utilização de capital económico. Um fator adicional foi o aumento do perfil de perda de risco operacional do Deutsche Bank, bem como de todo o setor bancário. As perdas de risco operacional relacionadas que se materializaram e que dão origem ao aumento da utilização de capital económico devem-se em grande parte às saídas relacionadas com litígios, investigações e ações de execução. O capital continua a incluir a margem de segurança aplicada no nosso modelo AMA, que foi implementada em 2011 para prever riscos legais imprevistos em face da atual crise financeira.
— A execução da nossa estratégia de desinvestimento na NCOU resultou numa redução de balanço, a qual levou a uma avaliação da nossa estrutura de afetação do risco operacional. Em linha com a eliminação de negócio da NCOU, reafetámos capital económico para risco operacional no valor de 892 milhões de euros às principais áreas de negócio do Deutsche Bank no terceiro trimestre de 2013.

Sumário de risco de liquidez

— As reservas de liquidez totalizavam 196 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 (face a 232 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012), traduzindo-se num esforço de liquidez positivo em 31 de dezembro de 2013 (de acordo com o cenário combinado). A redução nas reservas de liquidez está em larga medida em consonância com a redução do nosso financiamento por grosso de curto prazo, bem como com outras fontes de passivo.
— O nosso plano de financiamento de 18 mil milhões de euros para o exercício de 2013 foi integralmente cumprido.
— 66% do nosso financiamento total proveio das fontes de financiamento que consideramos como as mais estáveis, incluindo mercados de capitais e ações, retalho e transações bancárias.

Sumário de gestão de capital

— O rácio de capital *Common Equity Tier 1* (anteriormente designado por: capital *Core Tier 1*), calculado com base no acordo de Basileia 2.5, foi de 12,8% a 31 de dezembro de 2013, em comparação com 11,4% no final de 2012.
— Os ativos ponderados pelo risco diminuíram 34 mil milhões de euros para 300 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2013, em comparação com 334 mil milhões de euros no final de 2012, resultando sobretudo de um decréscimo de 27 mil milhões de euros nos ativos ponderados pelo risco de risco de crédito, devido principalmente a perda em caso de incumprimento e migração de notação, aumento de cobertura de garantias colaterais e compensação, bem como a alienação de ativos.
— O rácio de adequação de capital interno registou um aumento de 167% a 31 de dezembro de 2013, em comparação com 158% a 31 de dezembro de 2012.
— O rácio pró-forma *Common Equity Tier 1 fully loaded* em conformidade com o CRR/CRD IV melhorou significativamente em 2013, de 7,8% em 31 de dezembro de 2012 para 9,7% em 31 de dezembro de 2013. O aumento da taxa de 190 pontos base deveu-se à nossa emissão de ações ordinárias transacionadas ex-direitos, no segundo trimestre de 2013, o que representou aproximadamente 80 pontos base. O restante aumento deveu-se a reduções em ativos ponderados pelo risco.

Sumário de gestão do balanço

— Em 31 de dezembro de 2013, o nosso rácio de alavancagem desceu para 19 dos 22 do exercício anterior. O nosso rácio de alavancagem, calculado como a relação entre o total do ativo em conformidade com as IFRS e o total do capital próprio em conformidade com as IFRS, era de 29 em 31 de dezembro de 2013, o que representa um decréscimo significativo comparativamente com 37 no final de 2012.
— No seguimento da publicação do quadro CRR/CRD IV a 27 de junho de 2013, estabelecemos um novo cálculo de rácio de alavancagem de acordo com o futuro enquadramento legal vinculativo. A 31 de dezembro de 2013, o nosso rácio de alavancagem CRR/CRD IV pró-forma ajustado foi de 3,1%, tendo em conta um capital *Tier 1* pró-forma ajustado de 45,2 mil milhões de euros sobre uma medida de risco aplicável de 1,445 biliões de euros. O capital *Tier 1* pró-forma ajustado inclui o nosso capital pró-forma *Common Equity Tier 1 fully loaded* e todos os instrumentos *Tier 1* adicional ainda elegíveis em conformidade com a metodologia de descontinuação transitória do CRR/CRD IV. A 31 de dezembro de 2012, os nossos instrumentos de *Tier 1* adicional de emissões em conformidade com o acordo de Basileia 2.5. totalizaram 12,5 mil milhões de euros. Durante o período de descontinuação transitório, o valor máximo a reconhecer destes instrumentos de *Tier 1* adicional reduzirá no início de cada exercício em 10% ou 1,3 mil milhões de euros até 2022. Em 31 de dezembro de 2013, isto resultou em instrumentos *Tier 1* adicionais de 11,2 mil milhões de euros, elegíveis em conformidade com o CRR/CRD IV, que estão incluídos no nosso rácio de alavancagem ajustado pró-forma em conformidade com o CRR/CRD IV. Pretendemos emitir novos instrumentos *Tier 1* adicionais elegíveis em conformidade com o CRR/CRD IV, ao longo do tempo, para compensar os efeitos dos que estão a ser descontinuados em conformidade com o CRR/CRD IV.

Princípios de gestão do risco

Quadro de gestão do risco

A diversidade do nosso modelo de negócio obriga-nos a identificar, medir, agregar e gerir os nossos riscos, e a afetar o capital entre os nossos negócios. Atuamos como um grupo integrado por meio das nossas divisões, unidades de negócio e funções de infraestrutura. O risco e o capital são geridos através de um quadro de princípios, estruturas organizacionais e de medição e controlo de processos que estão em estreita sintonia com as atividades das divisões e das unidades de negócio:

— As responsabilidades essenciais de gestão de risco estão integradas no Conselho de Administração e são delegadas em comités de gestão do risco sénior com funções de execução e supervisão. O Conselho de Fiscalização monitoriza regularmente o perfil de risco e de capital.
— Operamos com base num modelo de gestão de risco com três linhas de defesa, em que as funções de *front office*, de supervisão e de garantia da gestão do risco são exercidas independentemente umas das outras.
— A estratégia de risco é aprovada anualmente pelo Conselho de Administração e definida com base no plano estratégico e na apetência pelo risco, do Grupo, para sintonizar os objetivos de risco, capital e desempenho.
— O Grupo procede a avaliações de análises do risco cruzado para confirmar que estão a ser implementadas sólidas práticas de gestão do risco e que existe uma sensibilização holística para o risco.
— Todas as principais classes de risco são geridas através de processos de gestão do risco, incluindo risco de crédito, risco de mercado, risco operacional, risco de liquidez, risco de negócio e risco reputacional. São implementadas abordagens de modelação e medição para quantificação do risco e da procura de capital nas principais classes de risco.
— Estão implementadas medidas de monitorização, ferramentas para a realização de testes de esforço e processos de ativação de planos de emergência para limiares e indicadores de capital e de liquidez fundamentais.
— Os sistemas, processos e políticas são componentes essenciais da nossa capacidade de gestão do risco.

— O planeamento de recuperação estabelece o processo de envio para consideração superior para efeitos de governação da gestão de crise e fornece à direção uma lista de ações concebidas para melhorar as posições de capital e liquidez num evento de esforço.
— O planeamento de resolução é supervisionado de perto pelo BaFin. Fornece uma estratégia de gestão do Deutsche Bank em caso de incumprimento. Foi concebido para evitar a necessidade de resgate pelos contribuintes e para fortalecer a estabilidade financeira através da continuidade dos serviços essenciais prestados à economia em geral.

Governação do risco

Do ponto de vista da supervisão, as nossas operações são regulamentadas e supervisionadas a nível global pelas autoridades relevantes das diferentes jurisdições em que praticamos a nossa atividade. Essa regulamentação centra-se nos requisitos de licenciamento, adequação de capital, liquidez, concentração do risco, prática da atividade, organização e relato. A autoridade BaFin e o Deutsche Bundesbank (o banco central alemão) atuam em conjunto como as nossas principais entidades de supervisão com o objetivo de garantir a conformidade com a Lei bancária alemã e com outras disposições legais e regulamentares aplicáveis, bem como, desde 1 de janeiro de 2014, com o quadro CRR/CRD IV, conforme implementado na legislação alemã e quando aplicável.

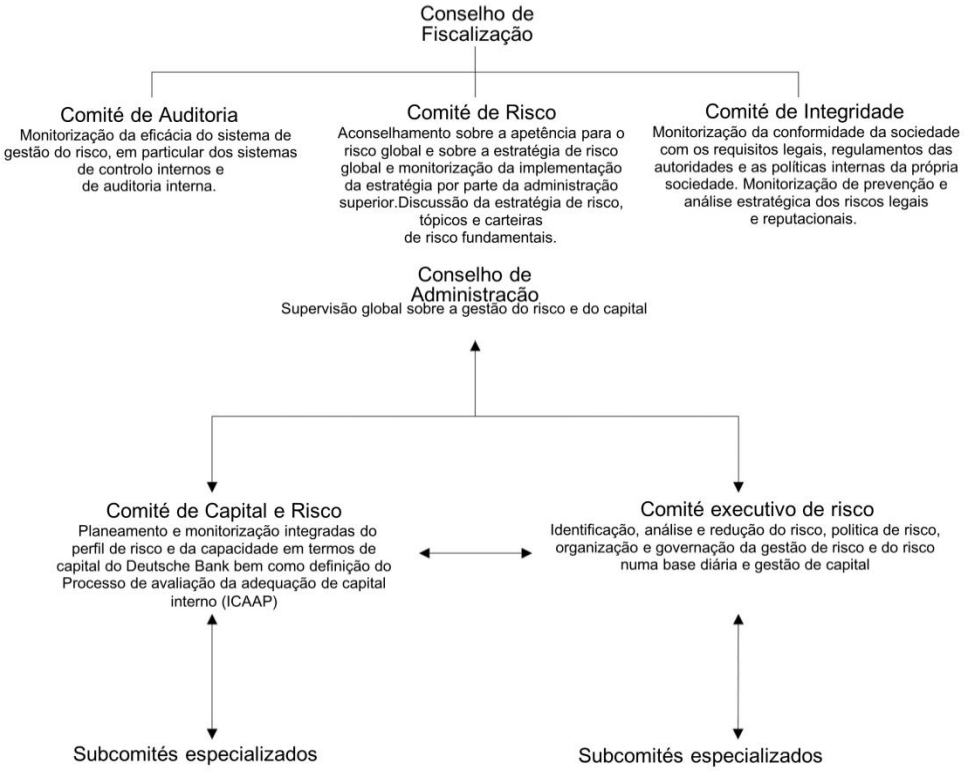
As autoridades de regulação bancária alemãs usam vários mecanismos na avaliação da nossa capacidade para assumir risco, que são descritos de forma mais pormenorizada na secção "Capital regulamentar".

Do ponto de vista da governação interna, implementámos diversos níveis de gestão para garantir uma governação do risco coerente:

— O Conselho de Fiscalização deverá ser informado regularmente e – conforme necessário – sobre desenvolvimentos especiais na nossa situação de risco, gestão do risco e controlo de riscos, bem como sobre casos de reputação e de litígio significativos. Foram formados vários comités para gerir tarefas específicas.
— Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração informa sobre o risco de crédito, de mercado, de país, de liquidez, de refinanciamento, operacional, estratégico, regulamentar, de litígio e reputacional. Também presta informações sobre carteiras de crédito, empréstimos que exigem uma resolução do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos Estatutos, questões relacionadas com os recursos de capital e assuntos de importância especial pelos riscos que implicam. O Comité de Risco delibera em conjunto com o Conselho de Administração sobre matérias relacionadas com a disposição de assunção de risco agregada e a estratégia de risco.
— O Comité de Integridade monitoriza as medidas do Conselho de Administração para promover a conformidade da empresa com os requisitos legais, os regulamentos das autoridades e as próprias políticas internas da empresa. É também responsável por rever o Código de Conduta Empresarial e o Código de Ética do Banco, fornecendo monitorização de prevenção e análise estratégica dos riscos legais e reputacionais do Banco.
— O Comité de Auditoria monitoriza, entre outros aspetos, a eficácia do sistema de gestão do risco, em particular o sistema de controlo interno e o sistema de auditoria interno.
— O nosso Conselho de Administração exerce supervisão global sobre a gestão do risco e do capital a nível do Grupo consolidado, sendo da sua exclusiva responsabilidade a gestão corrente da instituição com o objetivo de criar valor sustentável no interesse dos nossos acionistas, colaboradores e outras partes interessadas. Cabe ao Conselho de Administração definir e implementar estratégias de negócio e de risco, bem como assegurar que o nosso desempenho global está alinhado com a nossa estratégia de negócio e de risco. O Conselho de Administração delegou certas funções e responsabilidades em comités de governação sénior relevantes com o intuito de apoiar o exercício dessas responsabilidades, em particular no Comité de Capital e Risco (CaR) e no Comité Executivo de Risco "Risk ExCo"), cujas funções se descrevem a seguir com maior pormenor.

Para mais informações sobre a forma como procuramos garantir o alinhamento entre o desempenho global e a nossa estratégia de risco, consultar a secção "Apetência pelo risco e capacidade de risco" e "Planeamento estratégico e de capital".

Estrutura de Governação de Gestão do Risco do Grupo Deutsche Bank



Os seguintes comités funcionais são essenciais para a gestão do risco no Deutsche Bank:

— O Comité de Capital e Risco (CaR) supervisiona e controla o planeamento integrado e o acompanhamento do nosso perfil de risco e da nossa capacidade em termos de capital, garantindo consistência relativamente à apetência pelo risco, aos requisitos de capital e às necessidades de financiamento/liquidez com as estratégias de negócio ao nível do Grupo, das divisões e das subdivisões. Fornece uma plataforma de discussão e consenso relativamente a questões estratégicas com impacto no capital, financiamento e liquidez, entre o departamento de gestão do risco, o departamento financeiro e as divisões. O CaR promove ações e/ou elabora recomendações para o Conselho de Administração. É ainda responsável por monitorizar regularmente o nosso perfil de risco em função da nossa apetência pelo risco e por garantir o envio para consideração superior ou a adoção de outras medidas. O CaR monitoriza o desempenho do nosso perfil de risco face a indicadores de alerta precoce e ativações de recuperação, e fornece recomendações ao Conselho de Administração na eventualidade de ser necessário invocar processos e/ou ações definidos ao abrigo do quadro de governação da recuperação.
— O nosso Comité Executivo de Risco (Risk ExCo), sendo o comité funcional hierarquicamente superior da nossa gestão do risco, identifica, controla e gere todos os riscos, incluindo as concentrações de risco no âmbito do Grupo, sendo um centro de conhecimentos especializados sobre a totalidade dos riscos e questões conexas das divisões. É responsável pela política de risco, organização e governação da gestão

do risco, bem como por supervisionar a execução da política de gestão de risco e capital, incluindo a identificação, análise e redução do risco, no âmbito da estratégia de risco e capital (Risco e Plano de procura de capital) aprovada pelo Conselho de Administração. O Risk ExCo é apoiado por subcomités responsáveis por áreas dedicadas da gestão do risco, incluindo vários comités de políticas, o Comité de análise de risco cruzado (CRRC) e o Comité de risco reputacional do Grupo (GRRC).

— O CRRC presta apoio ao Risk ExCo e ao CaR, com ênfase na gestão dos padrões de risco do Grupo. O CRRC, por delegação de poderes do CaR, é responsável pela supervisão e controlo correntes do nosso Processo de avaliação da adequação de capital interno (ICAAP). O CRRC também supervisiona o conjunto de testes de esforço utilizados na gestão da nossa apetência pelo risco, analisa os resultados e propõe medidas de gestão, se necessário. Monitoriza a eficácia do processo de testes de esforço e promove a melhoria contínua da nossa estrutura de testes de esforço. É apoiado pelo Comité de supervisão de testes de esforço, que tem a responsabilidade pela definição dos cenários dos testes de esforço ao nível do Grupo, mantendo padrões comuns e cenários consistentes relativamente a todos os tipos de risco e analisando os resultados dos testes de esforço para todo o Grupo.

O comité dos chamados testamentos em vida, o Living Wills Committee (LWC), é o subcomité especializado do CaR, centrado no planeamento de recuperação e resolução. Supervisiona a implementação dos nossos planos de recuperação e resolução e de melhoramentos da prontidão operacional do Grupo para dar resposta a esforços graves ou à ameaça de esforços graves.

Alguns membros do CaR também são membros do Risk ExCo, o que facilita o fluxo de informação entre os dois comités.

O nosso diretor de risco (CRO), que é membro do Conselho de Administração, sendo responsável pela identificação, avaliação e comunicação dos riscos decorrentes das operações de todos os negócio e tipos de risco, tendo ainda responsabilidade de gestão direta das seguintes funções de gestão do risco: gestão do risco de crédito, gestão do risco de mercado, gestão do risco operacional e controlo do risco de liquidez.

Estas foram criadas com o objetivo de:

— apoiar o negócio em cada divisão, para que seja consistente com a apetência pelo risco que o CaR definiu no âmbito da estrutura estabelecida pelo Conselho de Administração;
— formular e implementar políticas, procedimentos e metodologias de gestão de risco e capital apropriadas aos negócios que integram cada divisão;
— aprovar limites de risco em termos de crédito, mercado e liquidez;
— realizar análises periódicas da carteira para manter os seus riscos dentro de parâmetros aceitáveis; e
— criar e implementar infraestruturas e sistemas apropriados de gestão de risco e capital para cada divisão.

Além disso, foram nomeados diretores de risco regionais exclusivos para a Alemanha, para as Américas e para a Ásia e Pacífico, bem como diretores de risco das divisões para a DeAWM e a NCOU, com o objetivo de estabelecer uma cobertura da gestão holística do risco.

Os responsáveis pelas referidas funções de gestão do risco, bem como os diretores de risco regionais e das divisões têm uma linha de comunicação direta com o CRO.

Adicionalmente, várias equipas no âmbito das funções de gestão do risco cobrem os aspetos principais da gestão do risco. O seu objetivo é reforçar a gestão holística do risco e a supervisão do risco cruzado para otimizar a condução da nossa carteira de risco. Os principais objetivos são:

— promover iniciativas estratégicas de risco cruzado e uma maior coesão entre a estratégia definida para a carteira e a execução da governação, incluindo adesão regulamentar;
— fornecer uma perspetiva estratégica e prospetiva das principais questões de risco para discussão ao nível superior no banco (apetência pelo risco, quadro de testes de esforço);

— fortalecer a cultura de risco no banco; e
— promover a aplicação de normas de gestão do risco consistentes nas nossas entidades locais.

A nossa área financeira e a auditoria do Grupo operam independentemente das divisões de negócio e da nossa função de risco. O papel do departamento financeiro é ajudar a quantificar e a verificar o risco que assumimos, mantendo a qualidade e a integridade dos nossos dados em matéria de risco. A auditoria do Grupo avalia e comunica a adequação da conceção e eficácia dos sistemas de controlo interno, incluindo os sistemas de gestão do risco.

A integração da gestão do risco da nossa subsidiária Deutsche Postbank AG é promovida através de processos harmonizados para identificar, avaliar, gerir, monitorizar e comunicar o risco, as estratégias e procedimentos para determinar e salvaguardar a capacidade de assunção de risco e os procedimentos de controlo internos correspondentes. As principais características da governação conjunta são:

— função hierárquica de relato da direção de Gestão do risco do Postbank à do Deutsche Bank;
— participação de membros com direito de voto do Deutsche Bank provenientes das respetivas funções de risco nos comités de risco fundamentais do Postbank e vice versa; e
— implementação de políticas fundamentais de risco do Grupo no Postbank.

Os principais comités de gestão do risco do Postbank, em que tanto o Diretor de Risco do Postbank como diretores de risco sénior do Deutsche Bank são membros com direito de voto, são:

— o Comité de risco do Banco, que apoia o Conselho de Administração do Postbank na determinação global da apetência pelo risco e da afetação de riscos;
— o Comité de risco de crédito, que é responsável pela atribuição de limites e pela definição de um quadro de limites apropriado;
— o Comité de risco de mercado, que decide sobre a atribuição de limites e o posicionamento estratégico da carteira bancária e de negociação do Postbank e a gestão do risco de liquidez;
— o Comité de gestão de risco operacional, que define o quadro de risco apropriado, bem como a afetação de capital às diferentes áreas de negócio; e
— o Comité de modelos e validação de risco, que monitoriza a validação de todos os sistemas de notação e modelos de gestão do risco.

A atenção deste trabalho, tendo em conta o enquadramento legal, centra-se sobretudo no cumprimento do roteiro regulamentar acordado e de continuar a desenvolver a nossa infraestrutura de gestão do risco conjunta. Em 2013, o modelo AMA para o risco operacional no âmbito do Grupo foi aprovado pela entidade reguladora para ser usado no Postbank. Além disso, os grandes clientes são agora geridos centralmente na nossa plataforma de crédito.

Cultura de risco

Procuramos promover em toda a nossa organização uma sólida cultura de risco. Foi concebida uma sólida cultura de risco para ajudar a reforçar a nossa resiliência, através da promoção de uma abordagem holística à gestão do risco e do retorno na nossa organização, bem como da gestão eficaz do nosso perfil de risco, de capital e reputacional. Assumimos de forma ativa riscos no âmbito do nosso negócio, pelo que respeitamos os seguintes princípios de cultura do risco no âmbito do nosso Grupo:

— O risco é assumido atendendo a uma determinada apetência pelo risco;
— Cada risco assumido tem de ser aprovado no âmbito do quadro de gestão do risco;
— O risco assumido tem de ser adequadamente compensado; e
— O risco deve ser continuamente acompanhado e gerido.

Os colaboradores em todos os níveis são responsáveis pela gestão e encaminhamento dos riscos. Os colaboradores devem assumir comportamentos que apoiem uma sólida cultura de risco. Para promover isso, as

nossas políticas exigem que a avaliação comportamental seja incorporada na avaliação de desempenho e nos processos de remuneração. Comunicámos os seguintes comportamentos em consonância com uma sólida cultura de risco através de diversos veículos de comunicação:

— Assumir a plena responsabilidade pelos nossos riscos;
— Avaliar o risco de forma rigorosa, prospetiva e abrangente;
— Convidar, fornecer e respeitar os desafios;
— Resolver os problemas coletivamente; e
— Colocar o Deutsche Bank e a sua reputação no centro de todas as decisões.

Para fortalecer estes comportamentos esperados e fortalecer a nossa cultura de risco, desenvolvemos um conjunto de atividades no Grupo. Os membros do nosso Conselho de Administração e a direção comunicam frequentemente a importância de uma sólida cultura de risco para apoiar um tom consistente a partir do topo. Para consolidar ainda mais esta mensagem, reforçámos a nossa formação direcionada. Em 2013, os nossos colaboradores frequentaram globalmente mais de 114.000 módulos de formação obrigatórios, incluindo, por exemplo, o Código de conduta empresarial e Código de ética, sensibilização para a fraude e introdução a MaRisk. Como parte do nosso esforço contínuo de fortalecer a nossa cultura de risco, revemos regularmente o nosso pacote de formação para desenvolver novos módulos ou melhorar os componentes existentes.

Adicionalmente, juntamente com outras medidas para fortalecer os nossos processos de gestão de desempenho, concebemos e implementámos um processo para associar a medição formal dos comportamentos de cultura de risco à nossa avaliação de desempenho do pessoal e aos processos de promoção e remuneração. Este processo estava em curso nas nossas divisões CB&S e GTB desde 2010 e foi subsequentemente alargado às nossas divisões DeAWM, NCOU e Risco. Pretendemos atingir uma implementação completa em todo o banco em 2014. Este processo foi concebido para continuar a fortalecer a responsabilidade dos colaboradores. Estão ainda a ser revistas outras medidas, as quais serão adicionadas ao programa em 2014.

Apetência pelo risco e capacidade de risco

A apetência pelo risco é uma expressão do nível de risco que estamos dispostos a assumir para realizar os nossos objetivos de negócio. Capacidade de risco define-se como o nível máximo de risco que podemos assumir, tanto em situações normais como de esforço, antes de entrar em incumprimento de restrições regulamentares e das nossas obrigações perante os acionistas.

A apetência pelo risco é um elemento integrante dos nossos processos de planeamento de negócio através do nosso Plano de risco e procura de capital, com o objetivo de criar uma perspetiva mais holística do capital, financiamento e contrapartidas de retorno de risco. A apetência pelo risco é determinada dentro da nossa capacidade de risco, na qual consideramos o nosso capital, ativos e capacidade de contrair empréstimos. Desta forma, alavancamos o processo de testes de esforço para considerar também condições de tensão de mercado. A apetência pelo risco descendente serve como limite para a assunção de riscos para o planeamento ascendente das funções de negócio.

O Conselho de Administração analisa e aprova a capacidade e apetência pelo risco, anualmente, com o objetivo de assegurar que a mesma é consistente com a estratégia do Grupo, o contexto do negócio e regulamentar e os requisitos das partes interessadas.

Para determinar a nossa capacidade e apetência pelo risco determinamos diferentes ativações e limiares ao nível do Grupo, numa base prospetiva, e definimos os requisitos de encaminhamento para consideração superior para medidas adicionais. Atribuímos indicadores de risco que são sensíveis aos riscos materiais aos quais estamos expostos e que podem funcionar como indicadores chave da saúde financeira. Adicionalmente, associamos o nosso quadro de governação da gestão de risco e recuperação com o quadro de apetência pelo risco. Avaliamos especificamente uma sequência de indicadores, quando em esforço, de rácio de capital (*Common Equity Tier 1* (CET 1), rácio de adequação de capital interno (ICA), posição de liquidez líquida em esforço (SNLP), no âmbito dos testes de esforço de referência e dos testes de esforço mais graves realizados

regularmente ao nível do Grupo e procedemos à sua comparação com os níveis vermelho-amarelo-verde (RAG) definidos na tabela abaixo.

Níveis RAG	Rácio de capital CET 1	Adequação interna de capital	Posição líquida de liquidez
Normal	> 8,0%	> 135%	> 5 mil milhões de euros
Crítica	8,0% – 5,5%	135% – 120%	5 mil milhões de euros – 0 mil milhões de euros
Crise	< 5,5%	< 120%	< 0 mil milhões de euros

Se a apetência pelo risco que pretendemos for violada, em cenários normais ou de esforço, é aplicada uma matriz de governação predefinida de envio para consideração superior, para que essas falhas sejam apontadas aos respetivos comités e, em última análise, ao diretor de risco e ao Conselho de Administração. As alterações à apetência pelo risco e capacidade de risco devem ser aprovadas pelo diretor de risco ou pela totalidade do Conselho de Administração, dependendo da sua importância.

Plano estratégico e de capital

Realizamos um processo de planeamento estratégico anual, que estabelece o desenvolvimento do nosso futuro direcionamento estratégico enquanto Grupo e para as nossas áreas/unidades de negócio. O plano estratégico tem como objetivo criar uma perspetiva holística do capital, financiamento e risco em contrapartidas de retorno de risco. O processo traduz os nossos objetivos estratégicos de longo prazo em objetivos financeiros de curto a médio prazo mensuráveis e permite uma monitorização e uma gestão interanual do desempenho. Dessa forma, procura-se identificar as melhores opções de crescimento perante o risco envolvido e a afetação de recursos de capital disponíveis para a promoção de um desempenho sustentável. Este quadro é complementado por estratégias de carteira específicas de risco, as quais permitem uma implementação aprofundada da estratégia de risco ao nível da carteira, abordando as especificidades do risco incluindo concentrações de risco.

O processo de planeamento estratégico é composto por duas fases: uma definição descendente de objetivos e uma fundamentação ascendente.

Na primeira fase – a definição descendente de objetivos – os nossos principais objetivos de resultados (incluindo receitas e custos), oferta de capital e procura de capital, bem como de alavancagem e financiamento e liquidez são discutidos para o Grupo e para as principais áreas de negócio pela Comissão Executiva do Grupo. Neste processo, os objetivos para os três anos seguintes baseiam-se nas nossas perspetivas macroeconómicas globais e o enquadramento regulamentar previsível. Posteriormente, os objetivos são aprovados pelo Conselho de Administração.

Numa segunda fase, os objetivos descendentes são fundamentados numa perspetiva ascendente por planos detalhados para cada unidade de negócio que, pela primeira vez este ano, são compostos por um plano operacional discriminado mensalmente; os planos dos segundo e terceiro anos são planos anuais. Os planos ascendentes propostos são analisados e questionados pelo departamento financeiro e pelo departamento de risco e debatidos individualmente com os diretores das áreas de negócio. Nessas reuniões, são tomadas em consideração as características específicas dos negócios e decididos objetivos coerentes com a orientação estratégica. O plano estratégico é complementado por testes de esforço para considerar também condições de tensão de mercado.

O Plano estratégico e de capital resultante é submetido à Comissão Executiva do Grupo e ao Conselho de Administração para debate e aprovação. Após a aprovação pelo Conselho de Administração, o plano final é apresentado ao Conselho de Fiscalização.

O Plano estratégico e de capital é concebido para reforçar a nossa visão como um importante banco universal do mundo centrado no cliente e que visa garantir:

— desempenho equilibrado ajustado ao risco em todas as áreas e unidades de negócio;
— elevados padrões de gestão do risco com enfoque em concentrações de risco;
— conformidade com os requisitos regulamentares;
— uma posição sólida de capital e liquidez; e
— estratégia de financiamento e liquidez estável, permitindo o planeamento de negócios no respeito da tolerância ao risco de liquidez e dos requisitos regulamentares.

O processo de Planeamento estratégico e de capital permite:

— estabelecer objetivos para os ganhos, os riscos principais e a adequação de capital, considerando o enfoque estratégico e os planos de negócio do banco;
— avaliar a nossa capacidade de assunção de risco no que diz respeito aos requisitos internos e externos (ou seja, o capital económico e o capital regulamentar); e
— aplicar um teste de esforço adequado para avaliar o impacto na procura de capital, na oferta de capital e na liquidez.

Os limites específicos – por exemplo, procura de capital regulamentar e capital económico – são derivados do Plano estratégico e de capital para garantir a coerência dos objetivos de risco, de capital e de desempenho em todos os níveis relevantes da organização.

Os objetivos são monitorizados de forma continuada em comités de gestão apropriados. As projeções de incumprimento são discutidas em conjunto com potenciais estratégias de redução, com vista a evitar desvios que inviabilizem a consecução dos objetivos. As alterações ao plano estratégico e de capital devem ser aprovadas pelo Conselho de Administração.

Em setembro de 2012 anunciámos uma nova orientação estratégica, a "Estratégia 2015+". O reforço da nossa franquia de negócio permite-nos prever que teremos uma posição de capital, com um rácio de CET 1 superior a 10%, no primeiro trimestre de 2015, em plena aplicação das regras CRR/CRD IV. Este objetivo baseia-se nas previsões para os resultados não distribuídos, que refletem uma forte geração de receitas em áreas de crescimento direcionadas, bem como para os resultados do anunciado Programa de Excelência Operacional (OpEx), com o qual se espera alcançar poupanças de custos anuais de 4,5 mil milhões de euros até 2015 e conseguir um rácio custo/rendimento inferior a 65% para os nossos negócios essenciais. O nosso rácio de capital beneficia ainda de medidas de redução do risco, designadamente na NCOU.

Planeamento de recuperação e resolução

A crise financeira de 2007/2008 expôs os bancos e o mercado financeiro em geral a pressões sem precedentes. Estas pressões conduziram a um apoio significado dado a alguns bancos por parte dos seus governos e a intervenções de larga escala dos bancos centrais. A crise forçou também algumas instituições a restruturar de modo significativo os seus negócios e a fortalecer o seu capital, liquidez e bases de financiamento. Esta crise veio revelar que muitas instituições financeiras não estavam suficientemente preparadas para uma crise sistémica em rápida evolução, tendo sido, por isso, incapazes de reagir e dar uma resposta que evitasse potenciais falhas e prevenisse impactos adversos significativos no sistema financeiro e, em última análise, na economia e na sociedade.

Em resposta à crise, o Conselho de Estabilidade Financeira (FSB) publicou uma lista dos bancos financeiros sistematicamente importantes a nível global (G-SIB) e aconselhou as suas instituições membros a ordenar e apoiar o desenvolvimento de planos de recuperação e resolução no contexto dos G-SIB. Foi aprovada legislação correspondente em várias jurisdições, incluindo na Alemanha e nos EUA. Uma vez que fomos identificados como um dos G-SIB, desenvolvemos o plano de recuperação do Grupo (Plano de recuperação), o qual foi submetido às entidades reguladoras relevantes. O Plano de recuperação é atualizado, no mínimo, anualmente e reflete as alterações na atividade de negócio e os requisitos regulamentares.

O Plano de recuperação prepara-nos para restaurar a nossa solidez e viabilidade financeiras durante uma situação de tensão extrema. O objetivo mais específico do Plano de recuperação é definir a forma como podemos responder a uma situação de tensão financeira que tivesse um impacto significativo no nosso capital e na nossa posição de liquidez. Assim, o Plano descreve um conjunto de ações definidas com o objetivo de nos proteger, aos nossos clientes e aos mercados e de evitar um evento de resolução que tivesse um custo potencialmente superior. Em conformidade com as diretrizes regulamentares, identificámos um conjunto alargado de medidas de recuperação que atenuarão múltiplos cenários de esforço que teriam impactos graves no nosso capital e liquidez. Estes cenários decorrem tanto de eventos idiossincráticos como extensivos a todo o mercado. As nossas estruturas de governação e processos definidos ajudarão a promover a nossa monitorização, o envio para consideração superior, a tomada de decisões e a implementação de opções de recuperação no caso de ocorrência de um evento de crise.

O principal objetivo do Plano de recuperação é ajudar-nos a recuperar de uma situação grave através de uma seleção das ações que serão necessárias para que possamos manter níveis de capital e financiamento suficientes. Este plano alarga o nosso quadro de gestão do risco e pode ser posto em prática em cenários extremos nos quais as crises possam ameaçar a nossa sobrevivência (ou seja, perda significativa de capital ou incapacidade de aceder a liquidez do mercado quando necessário). O Conselho de Administração determina quando é necessário acionar um Plano de recuperação e quais as medidas de recuperação consideradas adequadas.

O Plano de recuperação foi concebido para abarcar múltiplas regulamentações, incluindo as do FSB, da UE, da Alemanha e de outras jurisdições principais. Adicionalmente, o plano incorpora informação decorrente de discussões alargadas com o nosso Grupo de Gestão de Crise (CMG). Este CMG é composto pelas principais autoridades internas e de acolhimento e é dirigido pelo BaFin e pelo Bundesbank enquanto nossas autoridades bancárias internas. Prestamos informações a este CMG com o objetivo de otimizar a nossa preparação e facilitar a gestão e resolução de uma crise financeira transfronteiriça que nos venha a afetar. Este CMG tem também como objetivo cooperar de perto com as autoridades em outras jurisdições nas quais as sociedades tenham uma presença sistémica.

Estamos a trabalhar de perto com o BaFin para o suportar no seu mandato para criar o nosso Plano de resolução do Grupo, conforme definido na secção 47g da Lei bancária alemã e também com a entidade reguladora dos EUA no âmbito do plano detalhado das atividades de resolução das operações dos EUA, incluindo, em particular, as potenciais questões práticas que poderiam ser encontradas.

Este Plano de resolução dos EUA foi concebido para preparar para uma resolução organizada das nossas operações nos EUA, no caso de perturbações graves ou insolvência. O Plano de resolução dos EUA cumpre os requisitos especificados na Secção 165(d) da regra Dodd-Frank que exige que todas as holdings bancárias, bancos estrangeiros com filiais nos EUA e SIFI nomeadas, com mais de 50 mil milhões de dólares em ativos apresentem planos anuais para facilitar uma "resolução rápida e organizada" em caso de perturbações financeiras significativas ou incumprimento sem apoio governamental significativo.

Os elementos centrais do Plano de resolução dos EUA são as operações essenciais ("CO"), as linhas de negócio essenciais ("CBL") e as entidades legais significativas ("MLE"). O Plano de resolução dos EUA demonstra de que forma as CO, conforme identificadas pelo Fed e FDIC, podem ser mantidas durante períodos de perturbação e resolução, minimizando qualquer eventual impacto sistémico na estabilidade financeira dos EUA. O Plano de resolução dos EUA projeta também se as CBL, em função da nossa definição, serão vendidas ou encerradas na resolução. Por fim, o Plano de resolução dos EUA estabelece a estratégia de resolução para cada MLE, definidas como as entidades significativas para as atividades de uma operação essencial ou linha de negócio essencial. Os fatores centrais abordados no Plano de resolução dos EUA incluem a forma de garantir:

— apoio continuado para as operações de outras entidades legais dos EUA e fora dos EUA, bem como de terceiros, tais como serviços de pagamento, bolsas e principais fornecedores;
— disponibilidade de financiamento de fontes externas e internas;
— retenção de colaboradores essenciais durante a resolução; e
— encerramento eficiente e coordenado de contratos transfronteiriços.

O Plano de resolução dos EUA é elaborado em coordenação com os grupos de infraestruturas e empresas dos EUA para refletir com exatidão o negócio, a infraestrutura essencial e as principais interligações.

Avaliação e comunicação de risco

Indicadores de risco

Utilizamos um leque abrangente de metodologias quantitativas e qualitativas de avaliação e gestão dos riscos. Temos por política avaliar continuamente a adequação e a fiabilidade dos nossos instrumentos e métricas quantitativos à luz do nosso contexto de risco em mutação. Alguns desses instrumentos são comuns a uma série de categorias de risco, enquanto outros são adaptados às características próprias de categorias específicas de risco. Os avançados instrumentos e métricas internos que utilizamos atualmente para medir, gerir e relatar o nosso risco são:

— Equivalente de RWA. This is defined as total risk-weighted assets (“RWA”) plus a theoretical amount for specific allocated Common Equity Tier 1 capital deduction items if these were converted into RWA. Os RWA constituem o fator central na determinação da adequação de capital regulamentar do banco, tal como refletido no rácio de capital *Common Equity Tier 1*. Os equivalentes de RWA são usados para determinar objetivos para o crescimento dos nossos negócios e monitorizados nos nossos sistemas de relatórios de gestão. Como regra geral, os RWA são calculados de acordo com a legislação "Basileia 2.5" europeia (DRC) e alemã (SolvV) atualmente em vigor, conforme aplicável, até 31 de dezembro de 2013. No entanto, também efetuamos cálculos adicionais do equivalente de RWA nos termos dos requisitos CRR/CRD IV pró-forma, a serem utilizados no âmbito dos nossos processos de planeamento prospetivo de risco e de capital.
— Perdas esperadas. Utilizamos as perdas esperadas como medida do nosso risco de crédito e operacional. As perdas esperadas são uma medida das perdas que podemos esperar em resultado de incumprimentos relacionados com estes riscos, no período de um ano a partir da respetiva data de relato, com base na nossa experiência anterior em termos de perdas. Ao calcular as perdas esperadas devido ao risco de crédito, levamos em conta notações de risco de crédito, garantias colaterais, maturidades e médias estatísticas, de modo a considerar as características de risco dos nossos diferentes tipos de exposições e instrumentos. Todos os pressupostos relativamente a parâmetros baseiam-se em considerações estatísticas de períodos até nove anos, com base no nosso historial interno de incumprimentos e perdas, bem como em referenciais externos. Utilizamos as perdas esperadas como instrumento inerente ao nosso processo de gestão do risco e como parte dos nossos sistemas de relato de gestão. Também tratamos os resultados aplicáveis dos cálculos de perdas esperadas como uma componente da nossa provisão para perdas de crédito, avaliada coletivamente, incluída nas nossas demonstrações financeiras. Na consideração do risco operacional determinamos as perdas esperadas com base em médias estatísticas do nosso historial interno de perdas, em tendências recentes de risco e em estimativas prospetivas.
— Retorno sobre ativos ponderados pelo risco (RoRWA). Numa época de restrições de capital regulamentar, o RoRWA tornou-se um indicador importante para avaliar a rentabilidade das relações com os nossos clientes, em particular no que se prende com o risco de crédito. O RoRWA é atualmente a principal medida de desempenho, pelo que atrai mais atenção que a medida de rentabilidade anteriormente utilizada, RARoC (rentabilidade do capital ajustada pelo risco) baseada no capital económico.
— *Value-at-risk*. Utilizamos a abordagem *value-at-risk* (valor em risco) no cálculo de medidas quantitativas para os riscos de mercado da nossa carteira de negociação em condições de mercado normais e através do valor em risco em situação de esforço num contexto de condições de mercado de esforço. Os nossos

respetivos números de valor em risco são importantes para o nosso relato interno e externo (regulamentar). O valor em risco mede as potenciais perdas futuras (em termos de valor do mercado) de determinada carteira que, em condições de mercado normais/em situação de esforço, se espera não sejam excedidas com um nível de confiança definido e num período definido. O valor em risco para o total duma carteira representa a medida do nosso risco de mercado diversificado (agregado, utilizando correlações previamente determinadas) dessa carteira, em condições de mercado normais/em esforço.

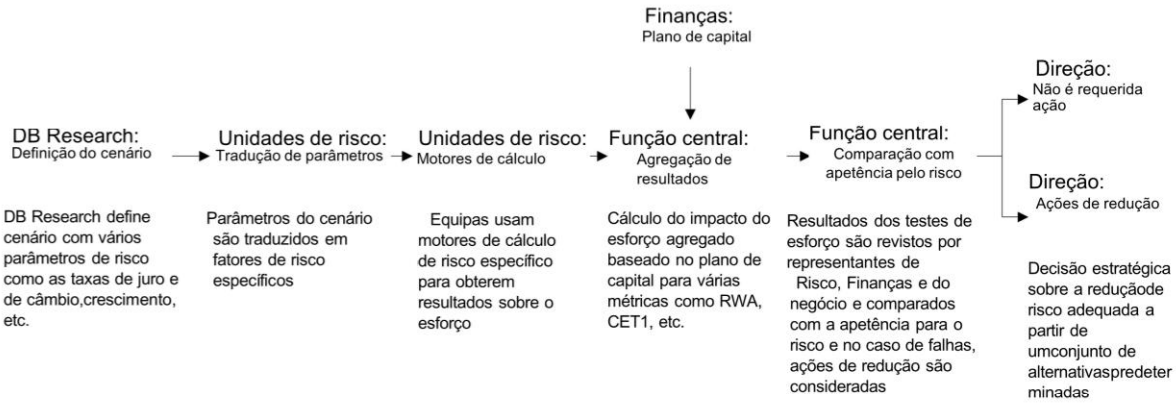
— Capital económico. O capital económico mede o montante de capital necessário para absorver perdas inesperadas muito graves decorrentes das nossas exposições. " Muito graves ", neste contexto, significa que o capital económico é definido como o montante necessário para cobrir com uma probabilidade de 99,98% as perdas agregadas inesperadas num período de um ano. Calculamos o capital económico relativo aos elementos de risco de crédito relacionados com o risco de incumprimento, risco de transferência e risco de liquidação; bem como relativo ao risco de mercado, incluindo o risco de incumprimento em transações, ao risco operacional e ao risco do negócio.

Testes de esforço

Assumimos o compromisso rigoroso de realizar testes de esforço regularmente para avaliar o impacto de uma crise económica grave no nosso perfil de risco e na nossa posição financeira. Estes exercícios complementam as medidas de risco tradicionais e representam uma parte integrante do nosso processo de planeamento de capital e estratégico. O nosso quadro de testes de esforço inclui testes de esforço regulares no âmbito do Grupo baseados em referências definidas internamente e em cenários de crise macroeconómica global mais graves. Incluímos nos nossos exercícios de teste de esforço todos os tipos de risco significativos, tais como o risco de crédito, de mercado, operacional, de negócio e de liquidez. O horizonte temporal dos testes de esforço internos é de um ano. As nossas metodologias estão sujeitas a escrutínio regular por peritos internos e por entidades reguladoras para analisar se captam corretamente o impacto de um determinado cenário de esforço. Estas análises são complementadas por testes de esforço específicos da carteira e do país, bem como requisitos regulamentares tal como um teste de esforço inverso anual. Além disso, é realizado anualmente um teste de esforço do planeamento de capital para avaliar a viabilidade do nosso plano de capital em circunstâncias adversas e para demonstrar uma ligação clara entre a apetência pelo risco, a estratégia de negócio, o plano de capital e os testes de esforço. Uma infraestrutura integrada permite-nos processar cenários *ad hoc* que simulam potenciais choques financeiros e geopolíticos iminentes.

A fase inicial dos nossos testes de esforço internos consiste na definição de um cenário de crise macroeconómica pela dbResearch, em colaboração com especialistas. A dbResearch monitoriza o desenvolvimento político e económico em todo o mundo, mantendo um mapa macroeconómico de valores que identifica os cenários potencialmente prejudiciais. Com base em modelos quantitativos e avaliações de peritos, os parâmetros económicos tais como taxas cambiais, taxas de juro, crescimento do PIB e taxas de desemprego são definidos em conformidade para refletir o impacto na nossa atividade. Os parâmetros do cenário são traduzidos em fatores de risco específicos, por peritos na matéria nas unidades de risco. Recorrendo a indicadores de modelos internos, tal como o RWA, as perdas e o capital económico em situação de esforço são calculados por tipo de risco. Estes resultados são agregados ao nível do Grupo e são derivados indicadores chave como o SNLP, o rácio CET 1 e o rácio ICA em esforço. Os resultados dos testes de esforço e os cenários subjacentes são revistos em todos os tipos de risco em vários níveis por diretores sénior do departamento de risco e do departamento financeiro, bem como nas unidades de negócio. Comparando-os com a nossa apetência pelo risco definida, a direção decide quanto a ações específicas de redução de risco para solucionar o impacto do esforço, alinhadas com o plano geral estratégico e de capital se forem ultrapassados determinados limites. Os resultados são também integrados no planeamento anual de recuperação, o qual é crucial para a recuperabilidade do banco em períodos de crise. O resultado é apresentado à direção até ao Conselho de Administração para promover a sensibilização ao mais alto nível já que fornece perspetivas essenciais de vulnerabilidades específicas do negócio e contribui para a avaliação geral do perfil de risco do banco. Em 2013, mantivemo-nos bem capitalizados no âmbito do nosso programa de testes de esforço internos em diversos eventos de tensão graves e mantivemos a disponibilidade das medidas de recuperação potenciais nesses cenários, sendo registado um défice de capital pelo programa de testes de esforço.

Quadro de testes de esforço do Grupo Deutsche Bank



Relatórios de risco e sistemas de medição

Dispomos de dados centralizados e sistemas de risco que servem de base a relatórios regulamentares e divulgações externas, bem como relatórios de gestão internos em matéria de risco de crédito, de mercado, operacional, de negócio, reputacional, legal e de liquidez. A infraestrutura de risco incorpora as pessoas jurídicas e divisões relevantes e está na base de relatórios específicos em matéria de posições de risco, adequação de capital e utilização de limites, destinados às funções relevantes de forma regular e pontual. As unidades estabelecidas dentro do departamento financeiro e do departamento de risco assumem a responsabilidade de medição, análise e relato do risco, promovendo suficientes qualidade e integridade dos dados relacionados com o risco. Os nossos sistemas de gestão do risco são revistos pela auditoria do Grupo seguindo uma abordagem de auditoria baseada no risco. Consequentemente, o nosso Conselho de Administração considera, para efeitos do artigo 435 do CRR, que os nossos sistemas de gestão do risco são adequados relativamente ao nosso perfil de risco e à nossa estratégia.

Os principais relatórios de gestão de risco e capital utilizados para fornecer aos órgãos centrais de governação informações relativas às exposições de risco do Grupo são os seguintes:

— O nosso perfil de risco e capital (Risk and Capital Profile) é apresentado mensalmente ao CaR e ao Conselho de Administração e, subsequentemente, enviado para conhecimento do Comité de risco do Conselho de Fiscalização. Inclui uma visão geral da situação corrente em matéria de risco, capital e liquidez do Grupo, integrando informações sobre o capital regulamentar e a adequação do capital económico.
— Uma visão geral da nossa situação em matéria de capital, liquidez e financiamento é apresentada ao CaR pela Gestão de Capital do Grupo e pelo Tesoureiro do Grupo a cada mês. Inclui informações sobre os principais indicadores, incluindo o rácio de capital *Core Tier 1* (capital *Common Equity Tier 1* ao abrigo do CRR/CRD IV) e o rácio de alavancagem CRR/CRD IV, bem como uma visão geral da nossa situação de financiamento e liquidez atual, os resultados dos testes de esforço da liquidez e medidas de contingência.
— Duas vezes por trimestre, são realizado e relatados ao CRRC testes de esforço macroeconómicos ao nível do Grupo. Estes testes são suplementados, quando necessário, por testes de esforço pontuais ao nível do Grupo.
— Um teste de esforço inverso é realizado anualmente para desafiar o nosso modelo de negócio por forma a determinar a gravidade de cenários que pudessem fazer com que nos tornássemos inviáveis. Esse teste baseia-se num cenário macroeconómico hipotético e tem em consideração impactos graves de riscos significativos nos nossos resultados. Comparando o cenário macroeconómico hipotético com o ambiente económico atual que seria necessário para resultar na nossa não viabilidade de acordo com o teste inverso, consideramos que a probabilidade de ocorrência desse cenário macroeconómico hipotético é extremamente baixa. Dada a probabilidade extremamente baixa do cenário do teste de esforço inverso, não consideramos que a continuidade do nosso negócio se encontre em risco.

Os relatórios acima referidos são complementados por vários outros relatórios de gestão do departamento de risco e do departamento financeiro, padronizados e pontuais, que são apresentados a vários comités sénior responsáveis pela gestão de risco e de capital ao nível do Grupo.

Inventário de risco

No âmbito das nossas atividades enfrentamos vários riscos, sendo os mais significativos descritos a seguir. O risco de crédito, o risco de mercado e o risco operacional requerem capital regulamentar. No âmbito do nosso processo de avaliação da adequação do capital interno, calculamos que o montante de capital económico de risco de crédito, de mercado, operacional e de negócio cobre os riscos gerados pelas nossas atividades, considerando os efeitos de diversificação nesses tipos de risco. Adicionalmente, o nosso quadro de capital económico cobre implicitamente riscos adicionais como, por exemplo, o risco reputacional e o risco de refinanciamento, para os quais não existem modelos CE específicos. O risco de liquidez fica excluído do cálculo do capital económico uma vez que é coberto separadamente.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de todas as transações em que existem créditos atuais, contingentes ou potenciais, sobre qualquer contraparte, mutuário, devedor ou emitente (a que nos referimos coletivamente como "contrapartes"), incluindo os créditos que pretendemos distribuir (consultar a secção Risco de crédito para mais informações). Estas transações, regra geral, fazem parte das nossas atividades tradicionais de concessão de crédito não relacionado com negociação (tais como empréstimos e passivos contingentes), obrigações negociadas, títulos de dívida disponíveis para venda ou da nossa atividade de negociação direta com os clientes (tais como derivados OTC, contratos a prazo cambiais e contratos a prazo de taxa de juro). Os valores escriturados dos investimentos em ações são também divulgados na nossa secção de risco de crédito. Gerimos as respetivas posições no âmbito dos nossos quadros de risco de mercado e risco de crédito.

Distinguimos três tipos de risco de crédito:

— O risco de incumprimento, o elemento mais significativo do risco de crédito, é o risco de que as contrapartes não cumpram as obrigações contratuais relacionadas com os créditos anteriormente descritos;
— O risco de liquidação é o risco de que a liquidação ou compensação de uma transação não seja bem-sucedida. Surge sempre que a troca de dinheiro, valores mobiliários e/ou outros ativos não é simultânea, deixando-nos expostos a perdas potenciais em caso de incumprimento da contraparte; e
— O risco de país é o risco de que possamos ser expostos a um risco de incumprimento ou de liquidação inesperado e às subsequentes perdas, num dado país, devido a uma série de eventos macroeconómicos ou sociais que afetem sobretudo as contrapartes desse território, por uma das seguintes razões: uma deterioração significativa das condições económicas, agitação política e social, nacionalização e expropriação de bens, repúdio de endividamento por parte do governo ou depreciação ou desvalorização cambial disruptiva. O risco de país inclui também o risco de transferência que surge nos casos em que os devedores não conseguem cumprir as suas obrigações por não poder transferir ativos para não residentes em resultado de uma intervenção soberana direta.

Risco de mercado

O risco de mercado decorre da incerteza relacionada com alterações dos preços e taxas do mercado (incluindo taxas de juro, cotações das ações, taxas de câmbio e preços das matérias-primas), as correlações entre eles e os respetivos níveis de volatilidade. Fazemos a distinção entre três tipos diferentes de risco de mercado:

— O risco de mercado relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades de formação de mercado da divisão Corporate Banking & Securities (CB&S). Está associado a tomada de posições em

dívida, ações, mercados cambiais, outros títulos e matérias-primas, bem como em derivados equivalentes.
— O risco de incumprimento em transações decorrente de incumprimentos e de variações na notação de crédito relacionados com instrumentos de negociação.
— O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre de variações no mercado, sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária e de rubricas fora do balanço. Inclui risco de taxa de juro, risco de *spread* de crédito, risco de investimento e risco cambial, bem como risco de mercado decorrente dos nossos planos de pensões, de fundos garantidos e de remuneração com base em ações. O risco de mercado não relacionado com a negociação também inclui o risco de modelação dos depósitos dos clientes, bem como produtos de poupança e crédito.

Risco operacional

Por risco operacional entende-se o risco de perda resultante de processos, pessoas e sistemas internos inadequados ou fracassados ou de eventos externos e inclui o risco jurídico. O risco operacional exclui o risco de negócio e o risco reputacional.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco decorrente da nossa potencial incapacidade de satisfazer todas as obrigações de pagamento nas datas em que vencem ou de apenas sermos capazes de cumprir essas obrigações incorrendo em custos excessivos.

Risco de negócio

O risco de negócio descreve o risco que assumimos devido a potenciais alterações nas condições gerais do ambiente de negócios, tais como o nosso contexto de mercado, o comportamento dos clientes e o progresso tecnológico. Tal pode afetar os nossos resultados se não formos capazes de nos adaptar rapidamente a essas novas condições. No final de 2012, introduzimos um modelo de capital económico revisto para melhorar a modelação do risco estratégico enquanto subcategoria do risco de negócio. Este modelo é agora usado nos cálculos CE mensais fornecendo uma melhor ligação entre o capital económico e o processo de planeamento de capital.

Risco reputacional

No âmbito dos nossos processos de gestão do risco, definimos o risco reputacional como o risco de que a publicidade relativa a uma transação, uma contraparte ou uma prática comercial envolvendo um cliente tenha um impacto negativo na confiança do público na nossa organização.

O nosso risco reputacional rege-se pelo Programa de gestão do risco reputacional (Programa RRM). O Programa RRM foi criado com o objetivo de disponibilizar normas consistentes para a identificação, envio para consideração superior e resolução de questões relacionadas com o risco reputacional, decorrentes de transações com clientes ou de diferentes atividades. A principal responsabilidade pela identificação, envio para consideração superior e resolução de problemas de risco de reputação é das divisões. Cada colaborador tem a obrigação, no âmbito das suas funções, de analisar e avaliar cada transação iminente ou prevista em termos de possíveis fatores de risco, com o intuito de minimizar os riscos reputacionais. Quando um potencial risco reputacional é identificado, exige-se que seja enviado para consideração superior dum nível suficientemente elevado dentro da respetiva divisão de negócio. Se subsistirem dúvidas, a questão deve ser novamente enviada para consideração superior e discussão entre os membros sénior dos grupos de negócio e controlo relevantes (Business and Control Groups). As questões relacionadas com risco reputacional não tratadas conclusiva e satisfatoriamente nessas discussões informais devem então ser novamente encaminhadas para consideração superior e novamente analisadas através do processo de encaminhamento de risco reputacional definido, para decisão final.

Enquanto subcomité do Risk ExCo, o Comité de risco reputacional do Grupo (GRRC) analisa e elabora decisões definitivas sobre todas as questões de risco reputacional e aceitação de novos clientes, nos casos em

que o encaminhamento para consideração superior de tais questões é considerado necessário por responsáveis seniores de Negócios e gestão regional, ou prescrito pelas políticas e procedimentos do Grupo.

Risco especificamente relacionado com seguros

A nossa exposição ao risco de seguro está associada à Abbey Life Assurance Company Limited e às obrigações dos nossos planos de pensões com benefício definido. Existe ainda algum risco relacionado com seguros no negócio de Mercados de risco de pensões e seguros (Pensions and Insurance Risk Markets). A nossa estrutura de gestão do risco considera os riscos relacionados com seguros principalmente como riscos de mercado não relacionados com a negociação. Monitorizamos regularmente os pressupostos subjacentes ao cálculo desses riscos e propomos medidas que reduzam esses riscos, como resseguros, sempre que se afigura necessário. Estamos principalmente expostos aos seguintes riscos relacionados com seguros:

— Risco de longevidade: risco de melhorias mais rápidas ou mais lentas do que o esperado na expectativa de vida dos produtos de anuidade imediata e diferida;
— Riscos de mortalidade e de morbilidade: riscos dum número de reclamações de indemnização por morte ou deficiência maior ou menor do que o esperado relativamente a produtos de seguros e de ocorrência duma ou mais reclamações de indemnizações de grande dimensão;
— Risco de despesas: risco de que a administração das apólices seja mais ou menos onerosa do que o esperado; e
— Risco de persistência: risco duma percentagem de apólices expiradas superior ou inferior ao esperado.

Na medida em que o ocorrido seja menos favorável do que os pressupostos subjacentes, ou que seja necessário aumentar provisões devido a suposições mais onerosas, o montante de capital necessário no âmbito das entidades de seguro pode aumentar.

Risco do modelo

Risco do modelo é o risco de eventuais consequências adversas de decisões baseadas em modelos que sejam inapropriados, incorretos ou mal utilizados. Neste contexto, modelo define-se como um método, sistema ou abordagem quantitativos que aplica teorias, técnicas ou pressupostos estatísticos, económicos, financeiros ou matemáticos para processar dados introduzidos em estimativas quantitativas ou qualitativas.

Concentração de risco

Concentrações de risco refere-se a conjuntos de fatores de risco iguais ou similares dentro de tipos de risco específicos (concentrações intrarriscos em riscos de crédito, mercado e operacionais), bem como em diferentes tipos de risco (concentrações inter-riscos). Podem ocorrer no âmbito de contrapartes, negócios, regiões/países, indústrias e produtos, A gestão de concentrações está integrada na gestão de tipos de risco individuais e é monitorizada regularmente. O principal objetivo é evitar concentrações indevidas na carteira, mediante uma abordagem quantitativa e qualitativa que inclui as seguintes componentes:

— As concentrações intrarriscos são avaliadas, monitorizadas e reduzidas pelas áreas de risco individuais (Gestão do risco de crédito, risco de mercado, risco operacional e outras). A definição de limites em diferentes níveis, de acordo com o tipo de risco serve de base a essa atividade.
— As concentrações inter-riscos são geridas através de testes de esforço descendentes quantitativos e por análises ascendentes qualitativas que identificam e avaliam tópicos de risco independentes dos tipos de risco e fornecem uma visão holística de todo o banco.

O órgão de governação hierarquicamente mais elevado no que se refere à supervisão de concentrações de risco durante 2013 foi o Comité de Análise de Risco Cruzado (Cross Risk Review Committee), um subcomité do Comité de capital e risco (Capital and Risk Committee – CaR) e o Comité executivo de risco (Ris ExCo).

Risco de crédito

Medimos e gerimos o nosso risco de crédito de acordo com a filosofia e os princípios que se seguem:

— A nossa função de gestão do risco de crédito é independente das nossas divisões, e em cada uma das nossas divisões são aplicados de forma consistente normas, processos e princípios em termos de decisão de crédito.
— Um princípio fundamental da gestão do risco de crédito é a investigação (*due diligence*) do crédito do cliente. A nossa seleção de clientes é alcançada em colaboração com as nossas contrapartes das divisões, que constituem uma primeira linha de defesa.
— Temos como objetivo impedir a concentração indevida de perdas inesperadas de grande magnitude (*tail-risks*), para o que mantemos uma carteira de crédito diversificada. As concentrações no que se refere a clientes, setores, países e especificamente associadas a produtos são avaliadas e geridas, considerando a nossa apetência pelo risco.
— Mantemos padrões de subscrição com o objetivo de evitar um risco elevado de crédito direcional a nível das contrapartes e das carteiras. Assumimos posições em numerário não garantidas e utilizamos ativamente a cobertura para redução do risco. Procuramos garantir a nossa carteira de derivados através de acordos de garantia colateral e podemos cobrir adicionalmente os riscos de concentração para maior redução dos riscos de crédito decorrentes de variações no mercado subjacente.
— Cada nova linha de crédito e cada extensão ou alteração material a uma linha de crédito existente (como sejam a respetiva duração, a estrutura da garantia colateral ou as principais condições) relativamente a qualquer contraparte requerem a aprovação de crédito ao nível da autoridade competente. Concedemos poderes de aprovação de crédito de acordo com as habilitações, experiência e formação individuais, e revemos periodicamente estas condições.
— Medimos e consolidamos todas as nossas exposições de crédito a cada devedor duma forma global que se aplica em todo o nosso Grupo consolidado, em conformidade com os requisitos regulamentares.
— Gerimos as exposições ao crédito na base do "princípio de um devedor", sob o qual todos os instrumentos de crédito concedidos a um grupo de mutuários ligados entre si (isto é, por uma entidade que detenha a maioria dos direitos de voto, do capital ou outros) são consolidados sob um grupo.
— Criámos equipas especializadas no âmbito da Gestão do risco de crédito para calcular notações de crédito internas dos clientes, analisar e aprovar as transações, monitorizar a carteira ou cobrir clientes com créditos reestruturados. A cobertura de crédito para os ativos transferidos da NCOU utiliza os conhecimentos especializados da nossa organização de crédito principal.
— As nossas atividades relacionadas com a concessão de crédito regem-se pelos nossos Princípios de gestão do risco de crédito. Estes princípios definem a nossa filosofia de risco geral em matéria de risco de crédito e os nossos métodos para gerir este risco. Os princípios definem os requisitos organizacionais fundamentais, as funções e responsabilidades, bem como os princípios processuais para a gestão do risco de crédito, sendo aplicáveis a todas as nossas atividades relacionadas com a concessão de crédito.

Notações de risco de crédito

Um elemento básico e fundamental do processo de aprovação de crédito é uma avaliação detalhada do risco de crédito de cada contraparte relevante. Para atribuir uma notação a uma contraparte, aplicamos metodologias internas de avaliação, pontuações (*scorecards*) e a nossa escala de avaliação de 26 níveis destinada a avaliar a qualidade creditícia das nossas contrapartes. A maioria das nossas metodologias de notação de crédito estão autorizadas pelas regras de Basileia aplicáveis para utilização no âmbito do nosso método IRB avançado. A nossa escala de notação de crédito permite-nos comparar as nossas notações internas com a prática comum do mercado e promove comparabilidade entre diferentes subcarteiras da nossa instituição. Várias notações padrão ali incluídas permitem-nos incorporar a taxa de recuperação potencial de exposições não garantidas a contrapartes em incumprimento. Classificamos geralmente as nossas contrapartes individualmente, embora algumas carteiras de valores a receber adquiridos ou titularizados sejam classificadas de forma agregada. As notações de crédito devem estar atualizadas e documentadas.

Utilizando um dispositivo de decisão automatizada, realizamos no âmbito do nosso negócio de retalho verificações de qualidade creditícia e classificações das contrapartes relativamente à carteira homogénea. O dispositivo de decisão incorpora aspetos quantitativos (isto é, dados financeiros), aspetos comportamentais, informações de entidades especializadas em crédito (como a SCHUFA, na Alemanha) e dados gerais do cliente. Esses fatores de partida são utilizados pelo dispositivo de decisão para determinar a qualidade creditícia do mutuário e, após avaliação das garantias colaterais, as perdas esperadas, bem como as medidas adicionais necessárias para processar a decisão de crédito definitiva. Os procedimentos de classificação estabelecidos que implementamos no nosso negócio de retalho baseiam-se em métodos estatísticos multivariados e são utilizados para apoiar as nossas decisões de crédito individuais para esta carteira, bem como a gestão da carteira global de retalho.

Os algoritmos dos procedimentos de classificação de todas as contrapartes são recalibrados frequentemente com base no historial de incumprimento, bem como considerando outros fatores internos e externos e opiniões especializadas.

O Postbank utiliza também sistemas internos de notação de crédito autorizados no âmbito do método de notação interna nos termos de Basileia 2.5. Todas as notações e pontuações internas se baseiam numa escala matriz uniforme, que associa cada resultado em termos de notação ou pontuação a uma probabilidade de incumprimento determinada para essa classe. A governação do risco está a cargo de um comité de risco conjunto que integra membros do Postbank e do Deutsche Bank.

Governação das notações de crédito

Todas as nossas metodologias de notação, excluindo o Postbank, têm de ser aprovadas pelo Comité de política de crédito do Grupo (GCPC), um subcomité do Comité executivo de risco, antes de ser utilizadas para decisões de crédito e cálculo do capital pela primeira vez ou sempre que sofrerem alterações significativas. Poderá ser exigida adicionalmente uma aprovação regulamentar. Os resultados dos processos de validação regulares estipulados por políticas internas devem ser comunicados ao GCPC, mesmo que os resultados de validação não impliquem alterações. O plano de validação das metodologias de notação de crédito é submetido ao GCPC no início do ano civil, sendo igualmente fornecidas atualizações trimestrais.

No Postbank, a responsabilidade pela implementação de sistemas internos de notação de crédito e pela monitorização da sua eficácia é da sua unidade de análise de risco (Risk Analytics unit), bem como do seu comité de validação, chefiado pelo diretor de risco de crédito do Postbank. Todos os sistemas de notação carecem da aprovação do Conselho de Administração do Postbank. A eficácia dos sistemas de notação e os resultados de notação são comunicados regularmente ao Conselho de Administração do Postbank. A governação conjunta é assegurada pelo assento de diretores sénior do Deutsche Bank nos comités relevantes do Postbank e vice-versa.

Medidas de risco de crédito

As principais medidas de risco de crédito aplicadas na gestão da nossa carteira de crédito, incluindo no âmbito da aprovação das transações e da definição da apetência pelo risco, são limites internos e exposições ao crédito dentro desses limites. Os limites de crédito definem as exposições máximas de crédito que estamos dispostos a assumir durante períodos especificados. Na determinação do limite de crédito de uma contraparte, consideramos a sua qualidade creditícia tendo por referência a nossa notação de crédito interna. Os limites de crédito e as exposições ao crédito são medidos em termos brutos e líquidos, sendo o valor líquido apurado deduzindo as coberturas e determinadas garantias colaterais dos respetivos montantes brutos. No caso dos derivados, analisamos os atuais valores do mercado e a exposição potencial futura durante a vida de uma operação. Normalmente temos em conta também as características de retorno de risco das várias operações e carteiras.

Aprovação e poderes de crédito

Os limites de crédito são estabelecidos pela função de Gestão do risco de crédito através da atribuição de poderes de crédito. As aprovações de crédito são documentadas pela assinatura do relatório de crédito pelos respetivos titulares de poderes de crédito e arquivadas para memória futura.

Os poderes de crédito são geralmente atribuídos individualmente com caráter pessoal, em função das habilitações e experiência profissional de cada um. Os poderes de crédito atribuídos são revistos periodicamente para garantir a sua adequação ao desempenho individual do respetivo titular. Os resultados da avaliação são apresentados ao Comité de crédito do Grupo.

Nos casos em que os poderes pessoais de um titular não são suficientes para definir os limites de crédito necessários, a transação é reencaminhada para um titular de crédito mais elevada ou, nos casos em que tal é necessário, para um comité de crédito adequado, como seja o Comité de subscrição. Nos casos em que poderes pessoais e do Comité são insuficientes para definir limites adequados, o caso é reencaminhado para o Conselho de Administração para aprovação.

Redução do risco de crédito

Além de determinar a qualidade creditícia da contraparte e a nossa apetência pelo risco, também utilizamos várias técnicas de redução do risco de crédito com o objetivo de otimizar a exposição ao crédito e reduzir as perdas de crédito potenciais. As técnicas de mitigação do risco de crédito são aplicadas nas seguintes formas:

— Documentação de crédito com termos e condições adequados, abrangente e com força jurídica.
— Garantias colaterais detidas como garantia, para reduzir as perdas aumentando a recuperação das obrigações assumidas.
— Transferências de risco, que transfere a probabilidade de risco de incumprimento de um mutuário para um terceiro, incluindo cobertura executada pelo nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group).
— Acordos de compensação e garantias colaterais, que reduzem o risco de crédito de derivados, de acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra.
— Para o tratamento da contabilidade de cobertura, consultar a Nota 1 “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas” e a Nota 37,“Derivados”.

Garantias colaterais detidas como garantia

Com regularidade aceitamos receber ou ceder ativos como garantias colaterais relativamente a clientes no âmbito de contratos que estão sujeitos a risco de crédito. Garantias colaterais são garantias secundárias sob a forma de um ativo ou obrigação de um terceiro destinado a reduzir o risco de perdas de crédito inerente a uma exposição, que substituem o risco de incumprimento do mutuário ou aumentam a recuperação dos montantes em caso de incumprimento. Embora a garantia colateral possa ser uma fonte alternativa de reembolso, geralmente não substitui a necessidade de padrões de subscrição de qualidade elevada.

Separamos as garantias recebidas em dois tipos, como se segue:

— Garantias financeiras e outras garantias colaterais, que nos permitem recuperar a totalidade ou parte da exposição em risco por liquidação do ativo dado em garantia, nos casos em que o mutuário é incapaz ou não pretende cumprir as suas obrigações primárias. Enquadram-se habitualmente nesta categoria garantias em numerário, valores mobiliários (ações, obrigações), atribuições de estatuto de garantia a outros direitos ou existências, equipamentos (ou seja, instalações, máquinas, aeronaves) e valores imobiliários.
— Garantias colaterais que complementam a capacidade de o mutuário cumprir a sua obrigação ao abrigo do contrato jurídico e que, como tal, são fornecidas por terceiros. Enquadram-se habitualmente nesta categoria cartas de crédito, contratos de seguro, seguros de crédito à exportação, garantias, derivados de crédito e participações de risco.

Os nossos processos procuram assegurar que as garantias colaterais por nós aceites para redução do risco são de elevada qualidade. Nesse âmbito, procuramos elaborar documentação legalmente eficaz e com força jurídica para aqueles ativos realizáveis e mensuráveis dados como garantia colateral, que são avaliados regularmente por equipas especializadas. A avaliação da adequação das garantias colaterais para uma transação específica é uma componente da decisão de crédito, devendo ser realizada de forma conservadora e incluir as margens de avaliação (*haircuts*) aplicáveis. Temos margens de avaliação específicas para cada tipo de garantia colateral, que são avaliadas e aprovadas regularmente. Neste sentido, procuramos evitar características de risco de "correlação desfavorável" (*wrong-way*), em que o risco de contraparte do mutuário é correlacionado positivamente com o risco de deterioração do valor da garantia. O processo de análise da qualidade creditícia do garante para efeitos da garantia está concertado com o processo de avaliação de crédito dos mutuários.

Transferências de risco

As transferências de risco para terceiros constituem uma parte essencial do nosso processo de gestão do risco global, sendo executadas de várias formas, incluindo vendas diretas e cobertura de ativos com um único titular e de ativos em carteira, bem como titularizações. As transferências de risco são realizadas pelas respetivas unidades de negócio e pelo nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group – CPSG) em conformidade com mandatos especificamente aprovados.

O CPSG gere o risco de crédito residual de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos no âmbito da carteira internacional com grau de investimento, da carteira alavancada e da carteira de empresas alemãs de médio porte no âmbito das nossas divisões corporativas CB&S e GTB.

Atuando como um referencial de preços, o CPSG fornece aos respetivos negócios das divisões CB&S e GTB uma taxa de mercado de capitais observada ou derivada relativamente a pedidos de empréstimos; no entanto, a decisão sobre se a transação pode ou não integrar o risco de crédito continua a ser da exclusiva responsabilidade de Gestão do risco de crédito.

O CPSG está centrado em dois objetivos principais no âmbito do risco de crédito, com o intuito de reforçar a disciplina na gestão do risco, melhorar a rentabilidade e utilizar o capital de forma mais eficiente:

— reduzir as concentrações de risco de crédito de ativos com um único titular no âmbito da carteira de crédito; e
— gerir os riscos de crédito, utilizando técnicas que incluem vendas de empréstimos, titularização através de obrigações de empréstimo dadas como garantia colateral, cobertura de seguros de incumprimento e *swaps* de risco de incumprimento de ativos com um único titular e de ativos em carteira.

Acordos de compensação e de garantia colateral para derivados

A compensação é aplicável predominantemente a transações de derivados OTC, como descrito a seguir. A compensação também se aplica a transações de financiamento de títulos, quando a documentação, a estrutura e a natureza de redução do risco permitem a compensação com o risco de crédito subjacente.

Com o objetivo de reduzir o risco de crédito resultante de transações de derivados OTC nos casos em que não está disponível compensação no mercado de balcão, procuramos regularmente celebrar com os nossos clientes contratos-tipo (tais como contratos-tipo para derivados publicados pela associação internacional de *swaps* e derivados (International Swaps and Derivatives Association, Inc. – ISDA), ou o contrato-tipo alemão para operações financeiras com derivados (*rahmenvertrag für finanztermingeschäfte*). Um contrato-tipo permite a compensação de direitos e obrigações decorrentes de operações com derivados que tenham sido realizadas ao abrigo desse contrato-tipo em caso de incumprimento da contraparte, resultando numa única reivindicação de crédito líquido devido pela contraparte ou à contraparte (compensação com vencimento antecipado (*close-out netting*). No caso de partes do negócio de derivados (ou seja, operações de câmbio) também subscrevemos contratos-tipo nos termos dos quais compensamos valores a pagar no mesmo dia na mesma moeda e em relação a operações cobertas por tais contratos-tipo (compensação de pagamento),

reduzindo o nosso risco de liquidação. Nos nossos processos de avaliação e medição de risco, utilizamos a compensação apenas na medida em que estejamos convencidos da validade legal e da força jurídica do contrato-tipo em todas as jurisdições relevantes.

Além disso, subscrevemos anexos de apoio ao crédito (CSA) aos contratos-tipo, com o objetivo de reduzir ainda mais o nosso risco de crédito relacionado com derivados. Estes anexos proporcionam geralmente uma redução do risco através de um ajustamento periódico, regra geral diário, das margens da exposição coberta. Os CSA também preveem o direito de cancelamento das operações de derivados conexas em caso de falha da contraparte em honrar um aviso de cobertura adicional. Tal como acontece com a compensação, se considerarmos que o anexo é executável, refletimos essa consideração na nossa medição da exposição.

Alguns CSA aos contratos-tipo incluem ativações dependentes de notação de crédito, devendo nesses casos ser prestada uma garantia adicional se uma parte sofrer um corte da sua notação. Também celebramos contratos-tipo que preveem um evento de cancelamento suplementar em caso de redução da notação de crédito de uma parte. Estas disposições de redução de notação em CSA e contratos-tipo aplicam-se geralmente a ambas as partes, mas podem aplicar-se apenas a nós. No âmbito da nossa abordagem aos testes de esforço em termos de risco de liquidez analisamos e monitorizamos de forma contínua as nossas potenciais obrigações de pagamento contingentes decorrentes de uma redução da notação de crédito. Na tabela "Resultados dos testes de esforço" da secção "Risco de liquidez" pode ser consultada uma avaliação do impacto quantitativo duma redução da nossa notação de crédito.

Concentrações no âmbito da redução do risco de crédito

As concentrações no âmbito da redução do risco de crédito podem ocorrer se um conjunto de garantes e de fornecedores de derivados de crédito com características económicas semelhantes exercer atividades comparáveis em que alterações das condições económicas ou do setor afetem a sua capacidade de cumprir obrigações contratuais. Utilizamos várias ferramentas e indicadores quantitativos para monitorizar as nossas atividades de redução do risco de crédito, que também incluem a monitorização de potenciais concentrações no âmbito de tipos de garantias colaterais com a ajuda de testes de esforço específicos.

Para mais pormenores qualitativos e quantitativos relacionados com a aplicação de medidas de redução do risco de crédito e com os potenciais efeitos de concentrações, consultar a secção "Exposição máxima ao risco de crédito".

Monitorização do risco de crédito

A monitorização ativa permanente e a gestão de posições do risco de crédito do Deutsche Bank é uma parte integrante da nossa estrutura de gestão do risco de crédito. O controlo centra-se fundamentalmente nas tendências de qualidade e nas concentrações a nível dos riscos específicos das contrapartes, do setor, dos países e dos produtos para evitar concentrações indevidas de risco de crédito. A nível da carteira podem ocorrer concentrações significativas de risco de crédito decorrentes de exposições significativas a um conjunto de contrapartes com características económicas semelhantes, ou que exercem atividades comparáveis, se estas semelhanças forem suscetíveis de afetar de igual modo a sua capacidade para cumprir obrigações contratuais em resultado de alterações das condições económicas ou do setor.

A nossa estrutura de gestão da carteira integra uma avaliação abrangente das concentrações no âmbito da nossa carteira de risco de crédito, de modo a manter as concentrações dentro de níveis aceitáveis.

Gestão de risco de contraparte

As contrapartes relacionadas com crédito são afetadas principalmente a colaboradores de crédito que integram equipas de crédito específicas por tipos de contraparte (como instituições financeiras, empresas ou particulares) ou por área económica (mercados emergentes, por exemplo) e equipas de analistas de notação de crédito. Os colaboradores de crédito dispõem dos conhecimentos especializados e experiência relevantes para gerir os riscos de crédito associados a estas contrapartes e as respetivas transações relacionadas com

crédito. O processo de decisão e monitorização de crédito dos clientes de retalho é substancialmente automatizado por razões de eficiência. O departamento de Gestão do risco de crédito detém a supervisão total dos respetivos processos e instrumentos utilizados no processamento de crédito no setor do retalho. É responsabilidade de cada colaborador da área de crédito realizar um controlo de crédito contínuo relativamente à carteira de contrapartes que lhe foi atribuída. Vigoram também procedimentos destinados a identificar numa fase inicial exposições ao crédito relativamente às quais possa haver um aumento do risco de perdas.

Nos casos em que identificamos contrapartes no âmbito das quais existe uma preocupação de que a qualidade creditícia se tenha deteriorado ou pareça provável que se venha a deteriorar até ao ponto de estas contrapartes apresentarem um risco acrescido de perda em incumprimento, a respetiva exposição é geralmente colocada sob vigilância. O nosso objetivo é identificar as contrapartes que, com base na aplicação dos nossos instrumentos de gestão do risco, apresentam antecipadamente probabilidade de geração de problemas, com o objetivo de gerir eficazmente a exposição ao crédito e maximizar a recuperação. O objetivo deste sistema de alerta precoce é fazer face a potenciais problemas enquanto ainda estão disponíveis opções de atuação adequadas. Esta deteção precoce dos riscos é um pilar da nossa cultura de crédito e visa garantir uma maior atenção a tais exposições.

Gestão de risco de setor de atividade

Para gerir o risco setorial, agrupámos as nossas instituições empresariais e financeiras que constituem contrapartes em várias subcarteiras setoriais. Relativamente a cada uma destas subcarteiras é preparado um "Relatório setorial comparativo", geralmente uma vez por ano. Este relatório destaca a evolução do setor e os riscos para a nossa carteira de crédito, examina os riscos de concentração, avalia o perfil de risco/retorno e incorpora um teste de esforço num cenário de conjuntura económica adversa. Finalmente, esta análise é utilizada para definir as estratégias de crédito para a carteira em questão.

Os relatórios setoriais comparativos são apresentados ao Comité de Política de Crédito do Grupo, um subcomité do Comité Executivo de Risco e são, em seguida, enviados para o Conselho de Administração. Em conformidade com um calendário acordado, um número selecionado de relatórios setoriais comparativos é também enviado para o Comité de Risco do Conselho de Fiscalização. Além destes relatórios setoriais comparativos, a evolução das subcarteiras setoriais é regularmente monitorizada durante o ano e é comparada com as estratégias aprovadas para as subcarteiras. São preparados resumos regulares para que o Comité de Política de Crédito do Grupo discuta os desenvolvimentos recentes e acorde ações quando necessário.

Gestão do risco de país

Evitar também uma concentração excessiva numa perspetiva regional é uma parte integrante do nosso quadro de gestão do risco de crédito. Para o conseguir, os limites do risco de país são aplicados aos mercados emergentes, bem como a países selecionados de mercados desenvolvidos (com base em notações do risco de país internas). Os mercados emergentes são reunidos por regiões, sendo elaborado um relatório setorial comparativo, normalmente anual, para cada região, bem como para os mercados desenvolvidos de risco acrescido. Estes relatórios avaliam as principais evoluções e perspetivas macroeconómicas, examinam a composição das carteiras e os riscos de concentração e analisam o perfil de risco/retorno da carteira. Com base nos resultados, são definidos limites e estratégias para os países e, quando relevante, para a região no seu todo. Os limites de risco de país são aprovados pelo nosso Conselho de Administração ou pelo Comité de análise de risco cruzado, um subcomité do nosso Comité executivo de risco, e pelo Comité de capital e risco, em conformidade com os poderes delegados.

O quadro de limites de risco de país cobre todas as principais categorias de risco geridas pelas respetivas divisões da unidade de Risco:

— Risco de Crédito: São definidos limites para exposições a risco de crédito da contraparte num determinado país, com vista a gerir o risco de crédito agregado sujeito a eventos económicos e políticos específicos dos países. Estes limites incluem exposições a entidades constituídas localmente, bem como a subsidiárias de multinacionais estrangeiras. São definidos limites de risco de transferência separados, como sub-

limites destes limites de crédito de contraparte, que se aplicam a exposições transfronteiriças do Deutsche Bank.
— Risco de Mercado: São definidos limites para gerir o risco de posição de negociação em mercados emergentes, com base no impacto, para os resultados, de potenciais eventos de stresse nessas posições.
— Risco de tesouraria: As exposições de uma instituição do Deutsche Bank a outra (financiamento, capital ou margem) são sujeitas a limites, dado o risco de transferência inerente a estas posições transfronteiriças.
— Risco de diferenças: Limites definidos para gerir o risco de perdas devido a uma exposição a risco de correlação desfavorável no país.

As nossas notações de risco de país representam um instrumento fundamental da gestão do risco de país. São definidas pela função dbResearch independente do Deutsche Bank e incluem:

— Notação soberana: Uma medida da probabilidade de um país não cumprir as suas obrigações em moeda local ou estrangeira.
— Notação de risco de transferência: Uma medida da probabilidade de um "evento de risco de transferência", ou seja, o risco de que um mutuário solvente seja incapaz de cumprir as suas obrigações por não conseguir obter moeda estrangeira ou transferir ativos em resultado de uma intervenção soberana direta.
— Notação de risco de evento: Uma medida da probabilidade de perturbações graves nos fatores de risco de mercado relacionados com um país (taxas de juro, *spreads* de crédito, etc.). Os riscos de evento são medidos no âmbito dos nossos cenários de risco de eventos, descritos na secção "Monitorização do risco de mercado" do presente relatório.

Todas as notações de risco soberano e de risco de transferência são revistas, pelo menos anualmente, pelo Comité de análise de risco cruzado, sendo revistas com maior frequência sempre que considerado necessário.

As notações do Postbank são revistas mensalmente e ajustadas se necessário por meio de um instrumento de notação. Os limites de risco de país e os limites de risco soberano para todos os países relevantes são aprovados anualmente pelo Conselho de Administração do Postbank.

Gestão do risco específico de produtos

Em complemento da nossa abordagem do risco de contraparte, de setor e de país, estamos atentos a concentrações de risco específico de produtos e definimos limites seletivamente, quando necessário, para efeitos de gestão do risco. São definidos limites específicos por produto se uma concentração de transações num tipo específico puder conduzir a perdas significativas em determinados casos. Neste sentido, as perdas correlacionadas podem decorrer de perturbações do funcionamento dos mercados financeiros, de variações significativas dos parâmetros de mercado a que o respetivo produto é sensível, de cenários macroeconómicos de incumprimento ou doutros fatores que afetem determinados produtos de crédito. Adicionalmente, aplicamos estratégias específicas de produtos que definem a nossa apetência pelo risco relativamente a carteiras suficientemente homogéneas, em que a análise personalizada dos clientes é secundária, tais como carteiras de retalho de hipotecas e de produtos de financiamento a empresas e consumidores.

Centramo-nos particularmente nos limites máximos (*caps*) de subscrição. Estes níveis máximos limitam o risco combinado de transações em que subscrevemos compromissos com a intenção de reduzir ou distribuir parte do risco a terceiros. Estes compromissos incluem a promessa de financiar empréstimos bancários e de conceder empréstimos intercalares para a emissão de obrigações públicas. O risco reside na eventualidade de não sermos bem-sucedidos na distribuição dos instrumentos e de ficar na posse de mais risco subjacente e por períodos mais longos que o inicialmente previsto. Estes compromissos de subscrição são adicionalmente expostos a risco de mercado sob a forma de *spreads* de crédito alargados. Nós cobrimos dinamicamente este risco de *spread* de crédito dentro dos limites aprovados para o risco de mercado.

Gestão do risco de liquidação

As nossas atividades de negociação podem dar origem a risco no momento da liquidação. O risco de liquidação surge quando o Deutsche Bank troca um valor em numerário ou outros ativos com uma contraparte. O risco de liquidação é o risco de perdas devido à falha de uma contraparte no cumprimento das suas obrigações (de entregar numerário, valores mobiliários ou outros ativos), após liberarmos o pagamento ou entregarmos as suas obrigações (em numerário ou outros ativos) à contraparte.

Reduzimos o risco de liquidação relativamente a muitos tipos de transações, concluindo a transação através de um agente de liquidação que atua efetivamente como parte interessada para ambas as partes, liquidando a transação uma vez que uma e outra parte tenham cumprido as respetivas obrigações contratuais.

Não existindo tal sistema de liquidação, é prática comum entre as partes da transação o início simultâneo das fases de pagamento e de entrega da transação (liquidação livre). Nesses casos, podemos procurar reduzir o nosso risco de liquidação por meio da assinatura de acordos bilaterais de compensação de pagamento. Participamos também em iniciativas coletivas do setor para reduzir os riscos de liquidação. A aceitação do risco de liquidação em transações de liquidação livres requer aprovação dos nossos colaboradores de risco de crédito, na forma de limites de risco de liquidação pré-aprovados ou de aprovações específicas para determinadas transações. Não agregamos limites de risco de liquidação com outras exposições a riscos de crédito para fins de aprovação de crédito, mas temos em conta a exposição total ao considerar se um determinado risco de liquidação é aceitável.

Instrumentos de risco de crédito – Capital económico para risco de crédito

Calculamos o capital económico para risco de incumprimento, risco de país e risco de liquidação como elementos de risco de crédito. Em consonância com a nossa estrutura de capital económico, o capital económico para risco de crédito é definido ao nível necessário para absorver com uma probabilidade de 99,98% perdas inesperadas agregadas muito graves num período de um ano.

O nosso capital económico para risco de crédito é derivado da distribuição das perdas de uma carteira através de uma Simulação Monte Carlo das migrações (alterações) das notações de crédito correlacionadas. A distribuição de perdas é modelada em duas etapas. Numa primeira etapa, cada exposição ao crédito individual é especificada com base em parâmetros de probabilidade de incumprimento, exposição em caso de incumprimento e perda em caso de incumprimento. Numa segunda etapa, a probabilidade de incumprimento conjunto é modelada através da introdução de fatores económicos correspondentes a regiões e setores. A simulação de perdas na carteira é então realizada por um modelo desenvolvido internamente, que tem em conta a migração de notação e os efeitos de maturidade. Os efeitos decorrentes do risco de correlação desfavorável em derivados (ou seja, a exposição de um derivado de crédito em caso de incumprimento é maior do que em cenários de inexistência de incumprimento) são modelados pela aplicação do nosso próprio fator alfa, quando derivamos a Exposição a incumprimento para derivados e títulos que financiam transações ao abrigo do método dos modelos internos (Internal Models Method – IMM) de Basileia 2.5. O fator alfa é idêntico ao utilizado para o cálculo dos ativos ponderados pelo risco, estando, porém, sujeito a um limite mínimo inferior de 1,0. Em 31 de dezembro de 2013, o fator alfa estava calibrado para 1,22. Afetamos as perdas esperadas e o capital económico derivado de distribuições de perdas até ao nível da transação para permitir a gestão ao nível da mesma, assim como ao nível do cliente e do negócio.

Exposição ao crédito

A exposição ao crédito de contraparte decorre das atividades tradicionais de crédito não relacionado com negociação, que incluem elementos tais como empréstimos e passivos contingentes, bem como da nossa atividade de negociação direta com os clientes de determinados instrumentos, que incluem derivados OTC como contratos a prazo cambiais e contratos a prazo de taxa de juro. Também decorre um risco de incumprimento das nossas posições em produtos de ações e produtos de crédito transacionados, como é o caso das obrigações.

Definimos a nossa exposição ao crédito tendo em conta todas as operações nas quais possam ocorrer perdas devido ao facto das contrapartes poderem não cumprir as suas obrigações contratuais de pagamento.

Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela de exposição máxima ao risco de crédito apresenta a exposição direta antes de tomar em consideração as garantias colaterais associadas detidas e outros aumentos de capital (compensação e coberturas) que não se qualificam para compensação nas nossas demonstrações financeiras relativas aos períodos especificados. A componente de compensação do aumento de crédito inclui os efeitos de acordos de compensação juridicamente vinculativos, bem como a compensação de avaliação negativa ao preço de mercado dos derivados contra as garantias em numerário comprometidas. A componente de garantia do aumento de crédito inclui principalmente valores imobiliários, garantias em numerário e garantias relacionadas com valores mobiliários. Aplicamos margens de avaliação (*haircuts*) determinadas internamente às garantias colaterais e estabelecemos limites máximos para todos os valores garantidos colateralmente, correspondentes à respetiva exposição.

Exposição máxima ao risco de crédito

31.12.2013

		Aumentos de crédito			
in € m.[1]	Exposição máxima ao risco de crédito[2]	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito[3]	Total de aumentos de crédito
A receber de bancos	17.155	0	0	13	13
Depósitos remunerados em bancos	77.984	0	2	31	34
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	27.363	0	25.100	0	25.100
Títulos obtidos por empréstimo	20.870	0	20.055	0	20.055
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados[4]	824.458	434.328	206.002	3.851	644.181
Ativos financeiros disponíveis para venda[4]	46.413	0	760	110	870
Empréstimos[5]	382.171	0	198.668	29.971	228.640
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	59.030	43.574	1.150	385	45.109
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito[6]	65.630	0	7.209	11.513	18.722
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito[6]	126.660	0	4.538	9.182	13.720
Exposição máxima ao risco de crédito	**1.647.733**	**477.902**	**463.484**	**55.056**	**996.442**

[1] Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.
[2] Não inclui crédito derivado nocional vendido (1.035.946 milhões de euros) e proteção de crédito derivado nocional adquirido. Os depósitos remunerados em bancos referem-se principalmente a reservas de liquidez.
[3] Os derivados de crédito são refletidos com o nocional do subjacente.
[4] Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.
[5] Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.
[6] Figures are reflected at notional amounts.

31.12.2012

		Aumentos de crédito			
em milhões de euros[1]	Exposição máxima ao risco de crédito[2]	Compensação	Garantias	Garantias e derivados de crédito[3]	Total de aumentos de crédito
A receber de bancos	27.877	0	0	1	1
Depósitos remunerados em bancos	120.636	0	2	35	37
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	36.570	0	36.349	0	36.349
Títulos obtidos por empréstimo	24.013	0	23.308	0	23.308
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados[4]	1.125.019	657.826	211.397	3.968	873.191
Ativos financeiros disponíveis para venda[4]	47.110	0	1.287	703	1.990
Empréstimos[5]	402.069	0	208.681	37.841	246.522
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	86.643	69.546	6.653	12	76.211
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito[6]	68.358	0	7.810	8.444	16.254
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito[6]	129.657	0	4.771	10.558	15.329
Exposição máxima ao risco de crédito	**2.067.952**	**727.372**	**500.258**	**61.562**	**1.289.192**

[1] Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.

[2] Não inclui crédito derivado nocional vendido (1.274.960 milhões de euros) e proteção de crédito derivado nocional adquirido. Os depósitos remunerados em bancos referem-se principalmente a reservas de liquidez.
[3] Os derivados de crédito são refletidos com o nocional do subjacente.
[4] Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.
[5] Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.
[6] Os números são refletidos nos valores nocionais.

Foram incluídos na categoria de ativos financeiros ao justo valor através de resultados em 31 de dezembro de 2013.117 mil milhões de euros de títulos comprados com acordos de compra e revenda, (125 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012) e 32 mil milhões de euros em títulos tomados a título de empréstimo (28 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012), ambos com risco de crédito líquido limitado em resultado de elevados níveis de garantias colaterais, bem como obrigações negociadas no valor de 126 mil milhões de euros (159 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012), mais de 86% dos quais com grau de investimento (mais de 85% em 31 de dezembro de 2012). Esta categoria de ativos financeiros disponíveis para venda refletiu principalmente títulos de dívida, mais de 97% dos quais com grau de investimento (mais de 95% em 31 de dezembro de 2012).

A redução significativa da exposição máxima ao risco de crédito em 31 de dezembro de 2013 deveu-se predominantemente a valores de mercado positivos decorrentes de derivados (em ativos financeiros ao justo valor através de resultados), que diminuíram 264 mil milhões de euros para 505 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, e a depósitos remunerados em bancos, que baixaram 43 mil milhões de euros e foram responsáveis pela exposição de 78 mil milhões de euros existente em 31 de dezembro de 2013.

Os aumentos de crédito estão divididos em três categorias: compensação, garantias colaterais e garantias e derivados de crédito. É adotada uma abordagem prudente às margens de avaliação, o parâmetro definido para avisos de cobertura adicional e para avaliações especializadas de garantias colaterais, para evitar que os desenvolvimentos do mercado conduzam a um aumento de exposições sem garantia. Todas as categorias são monitorizadas e revistas regularmente. Globalmente, os aumentos de crédito recebidos são diversificados e de qualidade adequada, sendo compostos sobretudo por numerário, obrigações soberanas com notação elevada e garantias de terceiros, sobretudo de bancos e companhias de seguros com boa notação. Estas instituições financeiras têm a sua sede predominantemente em países europeus ocidentais e nos Estados Unidos. Adicionalmente, temos agregados de garantias com ativos de elevada liquidez e hipotecas (sobretudo propriedades residenciais, principalmente na Alemanha) com o intuito de garantir a homogeneidade da carteira de retalho.

Qualidade creditícia de instrumentos financeiros não vencidos nem em imparidade

Derivamos a nossa qualidade creditícia de notações internas e agrupamos as nossas exposições nas seguintes classes: Para mais informações sobre as nossas notações internas, consultar as secções "Notações de risco de crédito" e "Governação das notações de crédito".

Qualidade creditícia de instrumentos financeiros não vencidos nem em imparidade

31.12.2013

em milhões de euros[1]	iAAA–iAA	iA	iBBB	iBB	iB	iCCC e inferior	Total
A receber de bancos	13.804	1.971	998	311	17	55	17.155
Depósitos remunerados em bancos	71.053	5.078	1.145	391	282	35	77.984
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	3.774	19.949	1.904	1.516	201	19	27.363
Títulos obtidos por empréstimo	12.783	6.381	1.057	382	267	0	20.870
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados[2]	282.000	368.969	69.497	84.517	14.009	5.466	824.458
Ativos financeiros disponíveis para venda[2]	35.708	5.366	1.662	1.171	586	307	44.799
Empréstimos[3]	34.708	53.624	99.941	127.613	40.869	9.884	366.639
Dos quais: Empréstimos reclassificados em conformidade com a IAS 39	999	2.894	2.088	962	817	286	8.046
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	7.923	37.446	2.821	9.416	1.140	284	59.030
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito[4]	8.318	19.285	20.234	11.604	4.382	1.807	65.630
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito[4]	19.791	31.009	37.326	25.363	11.927	1.245	126.660
Total	489.860	549.078	236.584	262.284	73.680	19.102	1.630.588

[1] Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.
[2] Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.
[3] Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.
[4] Figures are reflected at notional amounts.

31.12.2012

em milhões de euros[1]	iAAA–iAA	iA	iBBB	iBB	iB	iCCC e inferior	Total
A receber de bancos	24.950	1.528	988	193	171	47	27.877
Depósitos remunerados em bancos	110.051	7.238	1.369	746	79	65	119.548
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	1.605	32.560	1.332	877	140	56	36.570
Títulos obtidos por empréstimo	14.708	7.342	1.216	439	306	0	24.011
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados[2]	349.773	553.851	99.414	91.766	23.044	7.065	1.124.913
Ativos financeiros disponíveis para venda[2]	30.077	8.303	4.076	1.913	515	1.964	46.848
Empréstimos[3]	52.248	52.133	99.418	129.814	39.193	12.955	385.761
Dos quais: Empréstimos reclassificados em conformidade com a IAS 39	3.285	4.444	2.333	4.292	861	726	15.941
Outros ativos sujeitos a risco de crédito	6.472	40.131	2.688	35.145	1.300	110	85.846
Garantias financeiras e outros passivos contingentes relacionados com crédito[4]	9.064	19.192	21.304	11.460	4.886	2.455	68.361
Compromissos de crédito irrevogáveis e outros compromissos relacionados com crédito[4]	20.233	37.456	37.754	22.631	10.068	1.515	129.657
Total	619.181	759.734	269.559	294.984	79.702	26.232	2.049.392

[1] Todos os montantes são apresentados ao valor contabilístico, salvo indicação em contrário.
[2] Exclui ações, outras participações de capital e matérias-primas.
[3] Créditos brutos menos despesa diferida/lucros não realizados antes de deduções de provisões para perdas com empréstimos.
[4] Os números são refletidos nos valores nocionais.

Nos ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados registou-se uma quebra significativa das exposições brutas (ou seja, antes dos aumentos de crédito), que se deveu sobretudo a uma redução dos valores de mercado positivos dos derivados. Em termos líquidos, depois dos aumentos de crédito, a qualidade da carteira manteve-se genericamente estável e fortemente direcionada para contrapartes com notação de investimento.

Principais categorias de exposição ao crédito

As tabelas desta secção fornecem informações sobre algumas das nossas principais categorias de exposição ao crédito, designadamente, empréstimos, compromissos de crédito irrevogáveis, passivos contingentes, derivados do mercado de balcão (OTC), empréstimos negociados, obrigações negociadas, títulos de dívida disponíveis para venda e acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra:

— Os "empréstimos" são empréstimos líquidos ao custo amortizado, conforme relatados no balanço, mas previamente à dedução da nossa provisão para perdas com empréstimos.
— Os "compromissos de crédito irrevogáveis" consistem na parte não utilizada de compromissos relacionados com empréstimos irrevogáveis.
— Os "passivos contingentes" consistem em garantias financeiras e de desempenho, cartas de crédito *stand-bye* e outras (sobretudo acordos de indemnizações).
— Os "derivados OTC" são as nossas exposições de crédito decorrentes de operações de derivados do mercado de balcão que tenhamos assumido depois do recebimento de compensação e de garantias em numerário. No nosso balanço são incluídos em ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou, em outros ativos, no caso de derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura, em qualquer caso, antes do recebimento de compensação e de garantias em numerário.
— Os "empréstimos negociados" são empréstimos comprados e detidos para venda a curto prazo, ou cujos riscos significativos foram cobertos ou vendidos na sua totalidade. Do ponto de vista regulamentar, esta categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
— As "obrigações negociadas" incluem obrigações, depósitos, notas ou papel comercial comprados e adquiridos para venda a curto prazo. Do ponto de vista regulamentar, esta categoria cobre principalmente posições da carteira de negociação.
— Os "títulos de dívida disponíveis para venda" incluem debentures, obrigações, depósitos, notas ou papel comercial, emitidos por um prazo fixo e resgatáveis pelo emitente, que tenhamos classificado como disponíveis para venda.
— Os "acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra" consistem de transações de recompra inversa, bem como de transações de contração de empréstimo sobre títulos ou matérias-primas após a aplicação da compensação e das garantias recebidas.

Embora considerados na monitorização das exposições máximas ao crédito, os seguintes instrumentos não são incluídos na informação sobre a nossa principal exposição ao crédito: valores a receber relacionados com corretagem e títulos, depósitos remunerados em bancos, caixa e disponibilidades em bancos, ativos detidos para venda e juros acumulados a receber Também estão excluídas posições de titularização tradicionais e investimentos de capital, que são abordados especificamente nas secções "Titularização" e "Risco de mercado não relacionado com a negociação – Risco de investimento" e "Risco de mercado não relacionado com a negociação – Investimentos de capital detidos", respetivamente.

Principais categorias de exposição ao crédito por divisões de negócio

31.12.2013

em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito irrevogáveis[2]	Passivos contingentes	Derivados OTC[3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponíveis para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[4]	Total
Corporate Banking & Securities	40.515	92.234	6.716	40.709	14.921	109.871	19.947	176.720	501.633
Global Transaction Banking	72.868	15.931	52.049	500	958	65	171	5.630	148.171
Deutsche Asset & Wealth Management	32.214	3.070	2.795	791	16	9.023	2.946	15	50.869
Private & Business Clients	213.252	13.685	1.595	498	0	1	16.240	15.090	260.362
Non-Core Operations Unit	23.215	1.450	2.416	2.211	1.891	7.196	4.841	15	43.236
Consolidation & Adjustments	106	289	58	7	1	5	97	12	575
Total	382.171	126.660	65.630	44.716	17.787	126.160	44.242	197.482	1.004.848

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de 10,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[4] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

31.12.2012

em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito irrevogáveis[2]	Passivos contingentes	Derivados OTC[3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponíveis para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[4]	Total
Corporate Banking & Securities	43.103	95.703	8.031	53.427	14.052	134.026	10.457	189.681	548.480
Global Transaction Banking	69.963	13.552	52.297	721	827	52	193	2.965	140.570
Deutsche Asset & Wealth Management	29.522	3.401	2.824	768	21	12.803	3.044	142	52.525
Private & Business Clients	209.029	14.196	1.764	1.150	0	80	17.931	20.936	265.086
Non-Core Operations Unit	50.162	1.480	3.353	6.373	2.736	12.324	12.485	150	89.063
Consolidation & Adjustments	290	1.325	89	5	2	64	45	0	1.820
Total	402.069	129.657	68.358	62.444	17.638	159.349	44.155	213.874	1.097.544

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de 10,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 10,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[4] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

A nossa principal exposição ao crédito registou uma redução de 92,7 mil milhões de euros.

— A nível de divisões, foi alcançada uma redução de 46,8 mil milhões de euros pela CB&S e de 45,8 mil milhões de euros pela NCOU, sobretudo devido aos valores de mercado de derivados, ativos negociáveis não derivados e empréstimos.
— A nível de produtos, registaram-se reduções da exposição em diferentes categorias, exceto empréstimos negociados e títulos de dívida disponíveis para venda, que aumentaram ligeiramente desde o último ano.

Principais categorias de exposição ao crédito por setor

31.12.2013

em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito irrevogáveis[2]	Passivos contingentes	Derivados OTC[3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponíveis para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[4]	Total
Bancos e seguros	25.100	21.070	15.289	22.243	5.389	34.427	14.212	195.273	333.002
Atividades de gestão de fundos	10.029	4.756	1.255	3.326	421	4.771	235	20	24.814
Indústria transformadora	21.406	28.844	18.767	1.077	1.301	2.999	314	0	74.708
Comércio grossista e de retalho	13.965	10.208	5.610	904	936	811	128	0	32.562
Famílias	193.515	10.839	2.645	665	611	1	0	59	208.336
Atividades imobiliárias comerciais	34.259	2.525	831	661	2.047	1.140	88	136	41.686
Setor público	16.228	1.928	135	4.299	592	64.286	26.101	681	114.250
Outros	67.668[5]	46.491	21.099	11.541	6.488	17.726	3.166	1.313	175.490
Total	382.171	126.660	65.630	44.716	17.787	126.160	44.242	197.482	1.004.848

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de 10,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[4] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.
[5] As exposições a empréstimos de Outros incluem o financiamento de *leasing*.

31.12.2012

em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito irrevogáveis[2]	Passivos contingentes	Derivados OTC[3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponíveis para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[4]	Total
Bancos e seguros	27.849	22.083	16.020	32.673	2.643	39.508	15.280	207.539	363.595
Atividades de gestão de fundos	16.777	6.248	2.063	4.583	520	7.568	1.092	18	38.869
Indústria transformadora	23.203	30.347	18.899	1.626	2.327	3.554	482	0	80.438
Comércio grossista e de retalho	17.026	8.799	6.080	757	531	1.124	149	0	34.466
Famílias	180.974	12.273	2.593	730	1.342	7	0	45	197.964
Atividades imobiliárias comerciais	45.306	2.677	690	1.567	2.288	1.367	68	0	53.963
Setor público	15.378	1.370	107	6.319	309	88.215	25.095	1.028	137.821
Outros	75.556[5]	45.860	21.906	14.189	7.678	18.006	1.989	5.244	190.428
Total	402.069	129.657	68.358	62.444	17.638	159.349	44.155	213.874	1.097.544

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de 10,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 10,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[4] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.
[5] As exposições a empréstimos de Outros incluem o financiamento de *leasing*.

Do ponto de vista da indústria, a nossa exposição ao crédito é inferior ao ano passado em bancos e seguros (30,6 mil milhões de euros), setor público (23,6 mil milhões de euros), atividades de gestão de fundos (14,1 mil milhões de euros), atividades imobiliárias comerciais (12,3 mil milhões de euros) e indústria transformadora (5,7 mil milhões de euros), tendo sido parcialmente anulada por um aumento no setor de famílias (10,4 mil milhões de euros), sobretudo em empréstimos, refletindo o crescimento global da nossa carteira de retalho.

As exposições a empréstimos nos setores de atividade bancos e seguros, indústria transformadora e setor público incluem predominantemente empréstimos a taxa variável com grau de investimento, detidos até à maturidade. A carteira está sujeita aos mesmos requisitos de subscrição de crédito previstos nos nossos "Princípios de gestão do risco de crédito", incluindo vários controlos conforme se trate duma concentração de título único ou referente a países, a setores ou especificamente associada a produtos.

As transações significativas, tais como empréstimos subscritos com o intuito de sindicação, estão sujeitas a revisão por profissionais sénior de gestão do risco de crédito e (consoante a dimensão) por um comité de subscrição/crédito e/ou pelo Conselho de Administração. É dada grande ênfase à estruturação dessas transações de modo que seja alcançada uma redução do risco de forma atempada e eficiente em termos de custos. As exposições no âmbito destas categorias são sobretudo a mutuários de boa qualidade e estão também sujeitas a uma redução adicional do risco conforme indicado na descrição das atividades do nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group).

A nossa exposição a empréstimos a famílias no valor de 194 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 (181 mil milhões de euros em dezembro de 2012) está principalmente associada à nossa carteira da PBC. As hipotecas correspondem a 148 mil milhões de euros (76%) da carteira, dos quais 116 mil milhões de euros são detidos na Alemanha. As restantes exposições (46 mil milhões de euros, 24%) estão predominantemente relacionadas com a área de negócio de financiamento ao consumo. Dada a natureza basicamente homogénea desta carteira, a qualidade creditícia das contrapartes e as notações de crédito são obtidas sobretudo através da utilização de um dispositivo de decisão automatizado.

O negócio das hipotecas consiste principalmente no financiamento de imóveis de uso próprio pelo proprietário vendidos através de vários canais de negócio na Europa, sobretudo na Alemanha, mas também em Espanha, Itália e Polónia, com exposição que normalmente não excede o valor do imóvel. O financiamento ao consumo é dividido em empréstimos pessoais, linhas de crédito e cartões de crédito. São estipulados vários requisitos em matéria de empréstimos, incluindo (entre outras coisas) montantes máximos de empréstimo e durações máximas, sendo adaptados às condições regionais e/ou às circunstâncias do mutuário (como no caso de empréstimos ao consumidor, um montante máximo de empréstimo tendo em conta o rendimento líquido da família). As taxas de juro são, na sua maioria, fixadas por um certo período de tempo, especialmente na Alemanha. Os empréstimos de *second lien* não são ativamente explorados.

O nível de risco de crédito da carteira de empréstimos hipotecários é determinado avaliando a qualidade do cliente e das garantias colaterais subjacentes. Os montantes de empréstimo são geralmente superiores aos do crédito ao consumo e estendem-se por horizontes temporais mais alargados. O risco dos créditos ao consumo depende da qualidade do cliente. Uma vez que não dispõem de garantias colaterais, em comparação com as hipotecas são de valor inferior e estendem-se por períodos mais curtos. Com base nos nossos critérios e processos de subscrição, na carteira diversificada (clientes/propriedades) e nos baixos rácios entre o valor do empréstimo e o valor da garantia (*loan-to-value* – LTV), a carteira de hipotecas é classificada como sendo de menor risco e a de financiamento ao consumo como sendo de médio risco.

Os nossos créditos imobiliários comerciais são geralmente garantidos por primeiras hipotecas sobre o imóvel subjacente e seguem os requisitos de subscrição de crédito previstos nos “Princípios de gestão do risco de crédito” acima referidos (isto é, notação seguida de aprovação de crédito com base em poderes de crédito atribuídos) e estão sujeitos a orientações adicionais em matéria de subscrição e de política, tais como rácios LTV geralmente inferiores a 75%. Além disso, dada a importância da garantia subjacente, são encomendadas avaliações externas independentes relativamente a todos os empréstimos garantidos pela nossa equipa de avaliação (que integra a Função de gestão de risco de crédito, independente). A nossa equipa de avaliação é responsável por analisar de forma crítica os valores imobiliários relatados.

Excluindo exposições transferidas para a NCOU, o grupo de imóveis comerciais só em casos excecionais detém exposições intermédias (*mezzanine*) ou outras tranches de dívida júnior, embora a carteira do Postbank detenha uma subcarteira não significativa de tranches júnior. Os empréstimos gerados por operações de titularização são cuidadosamente monitorizados no âmbito de um limite global. As posições em empréstimos titularizados são totalmente vendidas (exceto nos casos em que a legislação exige a retenção do risco económico); simultaneamente, retemos frequentemente uma parte dos empréstimos bancários em consórcio. Esta carteira, que é detida ao custo amortizado, está também sujeita aos princípios e às orientações em matéria de política mencionados acima. Também participamos em linhas de crédito não garantidas e subscritas de forma conservadora que são concedidas a fundos de investimento imobiliário fiduciário devidamente capitali-

zados e a outras empresas de capital aberto (geralmente com grau de investimento). Concedemos empréstimos a taxa fixa (geralmente, produto titularizado) e empréstimos a taxa variável, com a exposição à taxa de juros sujeita a operações de cobertura. Além disso, os empréstimos em incumprimento total ou parcial e os agregados de empréstimos são adquiridos a outras instituições financeiras geralmente com descontos substanciais nos valores nocionais e nos valores das garantias atuais. O processo de subscrição destes empréstimos é rigoroso e a exposição é gerida no âmbito dum limite de carteira separado. As avaliações de imóveis comerciais e as receitas de arrendamento podem ser significativamente afetadas pelas condições macroeconómicas e as propriedades subjacentes por eventos únicos. Como tal, a carteira é classificada como sendo de maior risco e sujeita, assim, às rigorosas restrições de concentração supramencionadas.

A categoria Outros empréstimos, com exposição de 68 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 (76 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012), diz respeito a vários setores de atividade menores, nenhum dos quais com mais de 5% do total de empréstimos.

A nossa exposição ao crédito relativamente às nossas dez maiores contrapartes representava 10% da nossa exposição total de crédito agregado nestas categorias em 31 de dezembro de 2013, em comparação com 11% em 31 de dezembro de 2012. As nossas dez principais exposições a contraparte eram relativas a contrapartes com boa notação ou a transações estruturadas com elevados níveis de redução de risco.

As duas tabelas seguintes apresentam divulgações específicas relacionadas com o pilar 3. O regulamento não obriga a uma auditoria das divulgações ao abrigo do pilar 3.

Perfil de maturidade contratual residual das principais categorias de exposição ao crédito (não auditado)

31.12.2013

em milhões de euros	Empréstimos [1]	Compromissos de crédito irrevogáveis [2]	Passivos contingentes	Derivados OTC [3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponíveis para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra [4]	Total
< 1 ano	124.456	31.482	36.141	10.746	3.752	27.530	4.328	194.046	432.481
1 – 5 anos	92.255	79.312	21.398	13.442	6.792	38.719	24.783	3.016	279.717
> 5 anos	165.460	15.866	8.091	20.528	7.243	59.911	15.131	419	292.650
Total de exposição ao risco de crédito	382.171	126.660	65.630	44.716	17.787	126.160	44.242	197.482	1.004.848

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de 10,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[4] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

31.12.2012

em milhões de euros	Empréstimos [1]	Compromissos de crédito irrevogáveis [2]	Passivos contingentes	Derivados OTC [3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponíveis para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra [4]	Total
< 1 ano	126.008	30.601	35.776	12.561	3.416	37.744	5.702	211.933	463.741
1 – 5 anos	96.802	82.179	23.995	17.821	8.272	46.487	21.110	1.818	298.484
> 5 anos	179.259	16.877	8.587	32.062	5.950	75.118	17.343	123	335.319
Total de exposição ao risco de crédito	402.069	129.657	68.358	62.444	17.638	159.349	44.155	213.874	1.097.544

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de 10,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 10,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[4] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

Exposição média ao risco de crédito nos quatro trimestres (não auditada)

	2013								
em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito irrevogáveis[2]	Passivos contingentes	Derivados OTC[3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponíveis para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[4]	Total
Total de exposição média ao risco de crédito	390.469	130.981	68.198	52.999	16.930	144.386	46.509	212.145	1.062.618
Total de exposição ao risco de crédito no final do exercício	382.171	126.660	65.630	44.716	17.787	126.160	44.242	197.482	1.004.848

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de 10,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[4] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

	2012								
em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito irrevogáveis[2]	Passivos contingentes	Derivados OTC[3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponíveis para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[4]	Total
Total de exposição média ao risco de crédito	409.131	131.289	68.683	68.334	16.638	169.110	42.527	229.623	1.135.335
Total de exposição ao risco de crédito no final do exercício	402.069	129.657	68.358	62.444	17.638	159.349	44.155	213.874	1.097.544

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de 10,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 10,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[4] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

Principais categorias de exposição ao crédito por região geográfica

31.12.2013

em milhões de euros	Empréstimos [1]	Compromissos de crédito irrevogáveis [2]	Passivos contingentes	Derivados OTC [3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponíveis para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra [4]	Total
Alemanha	200.106	24.042	14.572	2.413	1.451	12.608	10.961	16.444	282.598
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	86.846	36.302	19.991	17.056	5.179	31.296	26.309	58.843	281.823
da qual:									
França	2.675	7.807	2.014	1.273	672	6.585	3.691	11.811	36.528
Luxemburgo	5.566	1.775	622	1.735	1.362	3.892	3.976	572	19.502
Países Baixos	12.163	6.058	3.179	3.099	863	4.111	6.382	429	36.285
Reino Unido	8.719	8.113	1.817	3.834	942	6.421	5.018	31.403	66.266
Europa Oriental	9.773	1.573	2.173	844	2.177	2.532	390	529	19.991
da qual:									
Polónia	6.862	761	215	59	38	867	259	0	9.061
Rússia	1.752	463	753	74	1.822	600	0	357	5.822
América do Norte	42.748	58.532	17.212	14.404	6.111	52.298	4.041	92.099	287.444
da qual:									
Canadá	572	1.760	1.571	648	499	2.132	165	798	8.146
Ilhas Caimão	2.294	1.725	486	1.118	313	1.909	154	25.633	33.632
EUA	35.019	54.432	14.680	12.308	5.113	47.710	3.716	64.532	237.511
América Central e América do Sul	4.539	745	1.338	701	364	3.016	129	1.310	12.143
da qual:									
Brasil	1.413	249	712	120	162	1.638	17	349	4.660
México	271	122	34	218	163	279	74	321	1.483
Ásia e Pacífico	36.151	4.752	9.392	9.081	2.341	23.740	2.286	28.043	115.787
dos quais:									
China	8.894	432	788	623	69	1.183	0	2.123	14.113
Japão	848	408	396	3.920	405	5.112	884	16.065	28.038
Coreia do Sul	2.150	7	930	515	22	977	65	337	5.004
África	1.879	668	932	191	111	552	0	214	4.546
Outros	130	44	19	25	52	118	126	0	515
Total	382.171	126.660	65.630	44.716	17.787	126.160	44.242	197.482	1.004.848

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de 10,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[4] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

31.12.2012

em milhões de euros	Empréstimos[1]	Compromissos de crédito irrevogáveis[2]	Passivos contingentes	Derivados OTC[3]	Empréstimos negociados	Obrigações negociadas	Títulos de dívida disponíveis para venda	Acordos de recompra e operações tipo acordos de recompra[4]	Total
Alemanha	199.190	24.301	14.863	3.159	300	19.963	12.794	24.528	299.098
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	104.528	33.922	19.279	29.478	5.589	33.556	25.802	50.362	302.516
da qual:									
França	3.072	6.611	1.878	1.826	602	3.862	4.095	5.858	27.804
Luxemburgo	10.759	1.599	779	1.664	433	1.848	2.176	444	19.701
Países Baixos	15.364	4.756	3.309	2.536	888	3.116	5.962	1.951	37.883
Reino Unido	13.398	7.868	1.998	12.764	2.137	4.716	2.842	30.557	76.281
Europa Oriental	10.178	1.479	1.926	1.075	2.249	4.242	303	380	21.832
da qual:									
Polónia	6.335	744	221	88	38	1.310	120	0	8.857
Rússia	2.398	374	818	68	1.971	1.944	1	340	7.912
América do Norte	52.472	63.302	19.883	18.423	7.177	64.081	2.500	100.813	328.651
da qual:									
Canadá	927	2.399	2.820	1.109	1.152	4.995	146	2.926	16.474
Ilhas Caimão	2.108	1.856	478	1.583	286	2.680	203	25.684	34.878
EUA	47.451	57.748	15.477	15.387	5.692	55.857	2.114	70.288	270.015
América Central e América do Sul	4.743	756	1.342	1.053	503	4.808	57	2.695	15.957
das quais:									
Brasil	2.034	290	935	161	157	3.321	27	2.187	9.113
México	329	96	25	283	234	274	5	93	1.338
Ásia e Pacífico	29.220	5.253	10.060	9.165	1.711	31.791	2.699	34.634	124.533
dos quais:									
China	4.723	307	1.131	468	36	1.799	0	1.619	10.083
Japão	1.198	1.232	176	5.022	4	7.461	1.095	18.493	34.683
Coreia do Sul	1.739	4	501	428	2	2.479	0	1.683	6.836
África	1.634	587	1.005	17	86	766	0	462	4.557
Outros	104	57	0	74	23	142	0	0	400
Total	402.069	129.657	68.358	62.444	17.638	159.349	44.155	213.874	1.097.544

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de 10,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.
[2] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 10,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.
[3] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis. Exclui derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[4] Antes do reflexo de garantias colaterais e limitados a títulos adquiridos ao abrigo de acordos de revenda e a títulos contraídos por empréstimo.

Em termos regionais, as nossas maiores concentrações de risco de crédito no âmbito dos empréstimos situam-se no nosso mercado nacional, a Alemanha, com uma parcela significativa em Famílias, que inclui a maior parte do nosso negócio de financiamento hipotecário. No âmbito do negócio de derivados OTC, as nossas maiores concentrações estavam na Europa Ocidental (excluindo Alemanha) e na América do Norte, com uma parcela significativa em bancos e companhias de seguros com elevada notação, em que consideramos existir um risco de crédito limitado.

Em termos regionais, a nossa maior concentração de risco de crédito nos ativos negociáveis situavam-se na América do Norte e na Europa Ocidental (excluindo a Alemanha), com uma parcela significativa no setor público e nos bancos e seguradoras. Na categoria de acordos de recompra e de transações tipo acordos de recompra, as nossas maiores concentrações eram na América do Norte e na Europa Ocidental (excluindo Alemanha), com uma parcela significativa em bancos e seguradores com elevada notação.

Em 31 de dezembro de 2013, a nossa carteira de empréstimo apresentou um decréscimo para 382 mil milhões de euros (face a 402 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012), sobretudo na Europa Ocidental (excluindo Alemanha) e na América do Norte, com descidas a nível de bancos e seguradoras, atividades de gestão de fundos e imóveis comerciais. O decréscimo em derivados OTC (17,7 mil milhões de euros) registou-se principalmente na América do Norte e na Europa Ocidental (excluindo Alemanha). O decréscimo em acordos de recompra e transações tipo acordos de recompra (16,4 mil milhões de euros) foi registado principalmente em posições junto de bancos e seguradoras na América do Norte e na Alemanha, tendo sido parcialmente compensado por aumentos na Europa Ocidental (excluindo Alemanha).

Exposição a risco de crédito de determinados países da área do euro

Nas tabelas seguintes são apresentados determinados países da área do euro devido a preocupações relacionadas com o risco soberano. Este risco acrescido deve-se a uma série de fatores que afetam a entidade soberana associada, incluindo elevados níveis de dívida pública e/ou défice, acesso limitado aos mercados de capitais, proximidade da data de vencimento da dívida, indicadores económicos desfavoráveis e perspetivas económicas desfavoráveis (incluindo reduzido crescimento do produto interno bruto, competitividade fraca, desemprego elevado e incerteza política). Alguns destes países aceitaram pacotes de "resgate". Os indicadores fundamentais melhoraram em certa medida, verificando-se uma estabilização das perspetivas de crescimento destas economias, uma melhoria da competitividade e uma redução dos desequilíbrios externos (isto é, dos défices da balança de transações correntes). O processo de ajustamento foi apoiado pelo programa Outright Monetary Transactions (OMT) do BCE e pelo Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), que proporcionaram uma proteção credível (ainda que não testada). No entanto, os riscos permanecem elevados como evidenciado pelos *swaps* de risco de incumprimento ainda alargados, em particular para os países mais vulneráveis. Além disso, em 7 de fevereiro de 2014, o Segundo Senado do Tribunal Constitucional Federal alemão declarou que há razões importantes para assumir que o programa OMT excede o mandato do Banco Central Europeu em matéria de política monetária, infringindo assim os poderes dos Estados Membros e violando a proibição de financiamento monetário do orçamento. Por conseguinte, submeteu questões prejudiciais ao Tribunal de Justiça da União Europeia. A decisão do Tribunal de Justiça Europeu e o seu potencial impacto na eficácia do programa OMT ainda não foram avaliadas.

Na apresentação da nossa exposição a determinados países da área do euro, aplicamos os dois conceitos seguintes:

— Na nossa "perspetiva de gestão do risco", consideramos o domicílio da empresa-mãe do Grupo, refletindo assim o princípio do devedor único. Todos os instrumentos de crédito concedidos a um grupo de mutuários ligados entre si (por exemplo, por uma entidade que detenha a maioria dos direitos de voto, do capital ou outros) são consolidados sob um devedor. Este grupo de mutuários é habitualmente afetado ao país de domicílio da respetiva empresa-mãe. Por exemplo, um empréstimo concedido a uma contraparte em Espanha é um risco espanhol por via do domicílio mas é considerado um risco alemão na perspetiva de gestão do risco se a respetiva contraparte estiver ligada a uma empresa-mãe domiciliada na Alemanha por virtude do referido princípio do devedor único. Nesta perspetiva de gestão do risco, também consideramos a compensação de derivados e as exposições presentes líquidas de coberturas e de garantias. As avaliações das garantias seguem a mesma abordagem e princípios rigorosos descritos em separado. De igual modo, na nossa gestão do risco, classificamos a exposição a entidades com finalidade especial com base no domicílio dos ativos subjacentes, por oposição ao domicílio das entidades de finalidade especial. Os produtos estruturados regem-se ainda por aspetos adicionais. Se, por exemplo, uma nota estruturada for emitida por uma entidade de finalidade especial na Irlanda, será considerada um risco irlandês numa "perspetiva por país de domicílio", mas se os ativos subjacentes que garantem colateralmente a nota estruturada forem créditos hipotecários alemães, a exposição será incluída como risco alemão na "perspetiva de gestão do risco".
— Na nossa "perspetiva por país de domicílio", agregamos as exposições ao risco de crédito de contrapartes por sua afetação ao domicílio da contraparte principal, independentemente da existência de ligações com outras contrapartes, ou, no caso de *swaps* de risco de incumprimento, dos ativos de referência destes países da área do euro que lhe estejam subjacentes. Por conseguinte, também incluímos contrapartes cuja empresa-mãe do Grupo está localizada fora destes países e exposições a entidades de finalidade especial, cujos ativos subjacentes são de entidades domiciliadas noutros países.

Exposição líquida ao risco de crédito de determinados países da área do euro – Perspetiva de gestão do risco

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012[1]
Grécia	466	646
Irlanda	455	1.443
Itália	15.419	17.553
Portugal	708	1.187
Espanha	9.886	11.737
Total	26.935	32.566

1 Números ajustados devido à atualização da metodologia de relato na PBC, refletindo garantias da PBC de aproximadamente 2 mil milhões de euros.

A exposição líquida ao risco de crédito registou uma descida de 5,6 mil milhões de euros desde o fim de 2012, o que se deveu principalmente a decréscimos em Espanha, Itália e Irlanda resultantes de reduções da nossa carteira da NCOU. A exposição ao crédito de Chipre ascende a 16 milhões de euros (perspetiva de gestão do risco) e continuará a ser gerida com rigor.

A nossa exposição supramencionada deve-se principalmente a carteiras de retalho diversificadas de baixo risco e a pequenas e médias empresas em Itália e em Espanha, bem como a clientes empresariais mais fortes e à diversificação de clientes de médias empresas. A nossa exposição a instituições financeiras é direcionada predominantemente para bancos de maior dimensão em Espanha e em Itália, normalmente ao abrigo de acordos de garantia, sendo a maior parte da exposição a instituições financeiras espanholas obrigações cobertas. A exposição soberana é moderada e principalmente em Espanha e Itália.

As tabelas seguintes, que se baseiam na perspetiva por país de domicílio, apresentam a nossa posição bruta, o montante nela incluído de exposição não utilizada e a nossa exposição líquidas a estes países europeus. A exposição bruta reflete a nossa exposição líquida ao risco de crédito, extrapolada nos casos de proteção líquida adquirida de derivados de crédito com ativos de referência subjacentes domiciliados num destes países, de garantias recebidas e de garantias. Estas garantias são detidas em particular a nível do retalho, mas também das instituições financeiras relativamente a mecanismos de ajustamento das margens de derivados, e ainda das empresas. Os montantes refletem ainda as provisões para perdas de crédito. Em alguns casos, a capacidade das nossas contrapartes para realizar compromissos não utilizados é limitada pelos termos da documentação contratual específica. As exposições líquidas ao crédito são apresentadas considerando os efeitos das garantias detidas, das garantias recebidas e de redução adicional de risco, mas excluindo os valores nocionais líquidos de derivados de crédito para fins de proteção vendidos (comprados). As exposições brutas e líquidas a determinados países europeus, fornecidas, não incluem tranches de derivados de crédito e derivados de crédito relacionados com o nosso negócio de correlação que está estruturado para ser neutral em termos de risco de crédito. Além disso, a natureza parcelar e correlacional dessas posições não se presta, por exemplo, a uma apresentação teórica desagregada por país, pois exposições nocionais idênticas representam diferentes níveis de risco para diferentes níveis de tranche.

Posição bruta, incluindo exposição não utilizada e exposição líquida a certos países da zona euro – Perspetiva por país de domicílio

	Títulos soberanos		Instituições financeiras		Empresas		Retalho		Outros		Total[2]	
em milhões de euros	31 de dezembro, 2013	31 de dezembro, 2012[1]	31 de dezembro, 2013	31 de dezembro, 2012	31 de dezembro, 2013	31 de dezembro, 2012	31 de dezembro, 2013	31 de dezembro, 2012	31 de dezembro, 2013	31 de dezembro, 2012	31 de dezembro, 2013	31 de dezembro, 2012
Grécia												
Bruto	52	40	605	715	1.338	1.501	9	9	0	0	2.004	2.265
Não utilizada	0	0	18	8	101	160	3	2	0	0	122	170
Líquido	52	39	23	67	214	356	3	3	0	0	291	465
Irlanda												
Bruto	765	932	721	1.438	6.177	6.612	48	56	1.958[3]	4.300[3]	9.669	13.338
Não utilizada	0	0	6	14	1.680	1.581	1	2	358[3]	366[3]	2.045	1.963
Líquido	175	400	438	1.016	4.537	4.768	9	7	1.951[3]	2.922[3]	7.110	9.113
Itália												
Bruto	1.900	3.059	5.232	7.154	8.400	8.740	19.650	20.291	648	149	35.830	39.393
Não utilizada	0	1	955	809	3.407	3.162	190	261	2	0	4.554	4.233
Líquido	1.374	2.969	2.500	3.263	6.529	6.653	6.994	7.749	572	(51)	17.969	20.583
Portugal												
Bruto	38	258	257	456	1.392	1.548	2.163	2.375	78	33	3.928	4.670
Não utilizada	0	0	36	52	172	188	28	5	0	0	237	245
Líquido	25	153	221	322	849	769	282	501	78	32	1.456	1.777
Espanha												
Bruto	1.473	1.659	3.349	5.605	9.288	10.296	10.721	11.106	637	221	25.468	28.887
Não utilizada	4	0	662	563	3.321	2.684	521	547	3	0	4.510	3.794
Líquido	1.452	1.659	2.389	3.683	6.436	7.683	2.060	1.789	502	149	12.839	14.963
Total bruta	4.228	5.948	10.164	15.368	26.595	28.697	32.591	33.837	3.321	4.703	76.899	88.553
Total – não utilizada	4	1	1.677	1.446	8.680	7.775	743	817	364	366	11.468	10.405
Total líquido[4]	3.078	5.220	5.572	8.351	18.566	20.229	9.347	10.049	3.103	3.052	39.666	46.901

[1] Inclui posições em dívida soberana em imparidade e disponíveis para venda relativas à Grécia em 31 de dezembro de 2012. Não se encontram incluídas outras exposições em imparidade relacionadas com títulos soberanos.
[2] Cerca de 63% da exposição total líquida alcançará a maturidade nos próximos 5 anos.
[3] Entre outras exposições à Irlanda incluem-se as exposições a contrapartes onde o domicílio da empresa-mãe do Grupo está localizado fora da Irlanda, bem como exposições a entidades de finalidade especial cujos ativos subjacentes são de entidades domiciliadas em outros países.
[4] A exposição total líquida exclui reservas de avaliação de crédito para derivados no montante de 136 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e de 231 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

A exposição total líquida aos países da área do euro acima selecionados registou um decréscimo de 7,2 mil milhões de euros, devido em larga medida a reduções na exposição à Itália, principalmente a títulos soberanos, mas também a instituições financeiras e clientes de retalho, bem como à reduzida exposição a instituições financeiras e a empresas em Espanha e a outros na Irlanda.

Risco de crédito líquido agregado de determinados países da área do euro por tipo de instrumento financeiro

	Ativos financeiros medidos ao custo amortizado			Ativos financeiros medidos ao justo valor	Instrumentos financeiros ao justo valor por via dos resultados		31.12.2013
em milhões de euros	Empréstimos antes de provisões para perdas com empréstimos	Empréstimos depois de provisões para perdas com empréstimos.	Outros[1]	Ativos financeiros disponíveis para venda[2]	Derivados	Outros	Total[3]
Grécia	240	207	15	5	7	69	302
Irlanda	1.342	1.332	2.840	502	800	1.518	6.993
Itália	10.678	9.735	4.143	875	3.559	(176)	18.136
Portugal	686	640	400	34	94	538	1.706
Espanha	6.214	5.460	3.386	1.015	510	1.483	11.853
Total	19.159	17.373	10.784	2.431	4.970	3.432	38.990

[1] Inclui principalmente passivos contingentes e compromissos de crédito não utilizados.
[2] Exclui ações e outros interesses de capital.
[3] Depois de provisões para perdas com empréstimos.

em milhões de euros	Ativos financeiros medidos ao custo amortizado: Empréstimos antes de provisões para perdas com empréstimos	Ativos financeiros medidos ao custo amortizado: Empréstimos depois de provisões para perdas com empréstimos	Ativos financeiros medidos ao custo amortizado: Outros[1]	Ativos financeiros medidos ao justo valor: Ativos financeiros disponíveis para venda[2]	Instrumentos financeiros ao justo valor por via dos resultados: Derivados	Instrumentos financeiros ao justo valor por via dos resultados: Outros	31.12.2012: Total[3]
Grécia	324	296	23	5	58	73	455
Irlanda	2.188	2.181	2.982	978	1.387	3.048	10.576
Itália	11.345	10.615	3.817	1.585	4.132	(2.145)	18.004
Portugal	939	901	379	202	323	437	2.242
Espanha	5.986	5.481	3.263	3.254	591	1.970	14.559
Total	20.782	19.474	10.464	6.024	6.491	3.383	45.836

[1] Inclui principalmente passivos contingentes e compromissos de crédito não utilizados.
[2] Exclui ações e outros interesses de capital.
[3] Depois de provisões para perdas com empréstimos.

Na nossa exposição a derivados de crédito nestes países da área do euro, apresentamos os valores nocionais da proteção vendida e da proteção comprada em termos brutos, bem como a resultante posição nocional líquida e o seu justo valor.

Exposição a derivados de crédito com ativos subjacentes domiciliados em determinados países da área do euro

em milhões de euros	Valores nocionais: Proteção vendida	Valores nocionais: Proteção comprada	Valores nocionais: Proteção líquida vendida/(comprada)	31.12.2013: Justo valor líquido
Grécia	1.260	(1.271)	(11)	(1)
Irlanda	7.438	(7.321)	117	0
Itália	60.203	(60.370)	(167)	100
Portugal	10.183	(10.432)	(250)	7
Espanha	28.452	(27.466)	986	(4)
Total	107.536	(106.860)	675	101

em milhões de euros	Valores nocionais: Proteção vendida	Valores nocionais: Proteção comprada	Valores nocionais: Proteção líquida vendida/(comprada)	31.12.2012: Justo valor líquido
Grécia	1.396	(1.386)	10	(8)
Irlanda	8.280	(9.743)	(1.463)	55
Itália	60.638	(58.059)	2.579	145
Portugal	10.744	(11.209)	(465)	(5)
Espanha	30.408	(30.004)	404	(8)
Total	111.466	(110.401)	1.065	179

Em sintonia com a prática corrente no setor, utilizamos *swaps* de risco de incumprimento (CDS) como um instrumento importante de gestão do risco de crédito, com o objetivo de evitar uma concentração excessiva na carteira de crédito. Os contratos de *swaps* de risco de incumprimento são regidos pela documentação padrão ISDA, que define eventos de ativação que resultam em pagamentos de liquidação. Entre os exemplos desses ativadores incluem-se a falência da entidade de referência, a falha da entidade de referência em cumprir obrigações contratuais (isto é, juros ou reembolso de capital) e a reestruturação da dívida da entidade de referência. Estes ativadores também se aplicam aos contratos de proteção de incumprimento de crédito vendidos. A nossa proteção de *swaps* de risco de incumprimento adquirida que atua como fator de redução do risco, é predominantemente emitida por instituições financeiras com notação elevada regidas por acordos de garantia. Embora nos concentremos claramente em risco líquido, incluindo cobertura/garantia, também analisamos as nossas posições brutas antes da cobertura de qualquer *swap* de risco de incumprimento, refletindo o risco potencial de um evento de ativação de um *swap* de risco de incumprimento não ocorrer como esperado.

As exposições associadas a estes países, acima referidas, são geridas e monitorizadas utilizando o processo de gestão do crédito descrito na secção sobre risco de crédito deste Relatório de Risco, que inclui noções pormenorizadas das contrapartes, a monitorização contínua das contrapartes, bem como a nossa estrutura de gestão do risco de concentração, tal como documentado nas secções sobre risco de país e risco setorial descritas anteriormente. Esta estrutura é complementada por relatórios de gestão regulares, incluindo análises direcionadas das carteiras destes países e iniciativas de redução do risco das carteiras.

Para fins de proteção ao crédito tentamos evitar desfasamentos entre maturidades. No entanto, tal depende da disponibilidade dos instrumentos de cobertura necessários no mercado. Nos casos em que não é possível evitar diferenças de maturidade, estas posições são rigidamente controladas. Levamos em conta as sensibilidades dos instrumentos de cobertura e do ativo subjacente para neutralizar o desfasamento de maturidades.

O nosso quadro de governação destina-se a permitir uma preparação e gestão adequadas de eventos relacionados com a crise do euro em termos de medidas de redução do risco e de contingência operacional que consideramos terem sido eficazes aquando da escalada das tensões em Chipre, com uma estreita cooperação entre as funções de risco, jurídicas, das áreas de negócios e outras funções da infraestrutura para promover respostas operacionais e estratégicas consistentes de todo o Banco.

Em termos globais, gerimos as nossas exposições aos países PIIGS desde as fases iniciais da crise da dívida e estamos convictos que a nossa carteira de crédito está bem posicionada na sequência da tomada de medidas precoces de redução do risco centradas no risco soberano e nas contrapartes mais frágeis.

Exposição a risco de crédito soberano de determinados países da área do euro

Os valores abaixo refletem uma "perspetiva por país de domicílio" líquida da nossa exposição a dívida soberana.

Exposição a risco de crédito soberano em determinados países da área do euro

	31.12.2013				31.12.2012			
em milhões de euros	Exposição soberana direta[1]	Valor nocional líquido de dívida soberana com referência a CDS	Exposição soberana líquida	Rubrica pro memoria Net Justo valor líquido de dívida soberana com referência a CDS[2]	Exposição soberana direta[1]	Valor nocional líquido de dívida soberana com referência a CDS	Exposição soberana líquida	Rubrica pro memoria Net Justo valor líquido de dívida soberana com referência a CDS[2]
Grécia	52	0	52	2	39	0	39	0
Irlanda	61	114	175	0	355	45	400	(4)
Itália	1.861	(487)	1.374	116	847	2.122	2.969	159
Portugal	38	(12)	25	4	258	(105)	153	(4)
Espanha	1.193	259	1.452	(4)	1.544	115	1.659	(4)
Total	**3.205**	**(126)**	**3.078**	**118**	3.043	2.177	5.220	147

[1] Inclui dívida classificada como ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados, disponíveis para venda e empréstimos ao custo amortizado.
[2] Os valores refletem o justo valor líquido (ou seja, o risco de crédito de contraparte) em relação aos *swaps* de risco de incumprimento referentes a dívida soberana do país respetivo.

O decréscimo face a 2012 da nossa exposição ao risco de crédito soberano em determinados países da área do euro reflete sobretudo atividades criadoras de mercado, bem como alterações no justo valor resultantes de movimentos nos preços de mercado ocorridos em 2013.

A supramencionada exposição soberana direta incluiu o valor contabilístico dos empréstimos detidos ao custo amortizado concedidos a governos soberanos, o qual totalizou, em 31 de dezembro de 2013, 726 milhões de euros no caso de Itália e 649 milhões de euros no caso de Espanha; sendo os montantes respetivos em 31 de dezembro de 2012 de 797 milhões de euros no caso de Itália e de 591 milhões de euros no caso de Espanha.

Justo valor da exposição ao risco de crédito soberano em determinados países da área do euro, classificado como ativos financeiros ao justo valor através de resultados

	31.12.2013			31.12.2012		
em milhões de euros	Justo valor da dívida soberana	Justo valor de derivados com contrapartes soberanas (posição líquida)[1]	Justo valor total das exposições soberanas	Justo valor da dívida soberana	Justo valor de derivados com contrapartes soberanas (posição líquida[1]	Justo valor total das exposições soberanas
Grécia	52	0	52	24	15	39
Irlanda	67	1	69	28	27	55
Itália	(1.959)[2]	2.997	1.038	(3.974)[2]	3.279	(695)
Portugal	(35)	70	34	150	59	209
Espanha	543	22	565	734	29	763
Total	**(1.332)**	**3.090**	**1.757**	(3.038)	3.409	371

[1] Inclui o impacto de acordos-tipo de compensação e de garantia colateral.

[2] Posição da dívida soberana curta em Itália predominantemente relacionada com transações estruturadas com correspondente compensação de derivados de crédito.

Exposição ao risco de crédito soberano de determinados países da zona euro classificados como ativos financeiros disponíveis para venda

	31.12.2013			31.12.2012		
em milhões de euros	Justo valor da dívida soberana	Valor contabilístico original	Perdas por imparidade acumuladas reconhecidas no resultado líquido (depois de impostos)	Justo valor da dívida soberana	Valor contabilístico original	Perdas por imparidade acumuladas reconhecidas no resultado líquido (depois de impostos)
Grécia	0	0	0	0	0	0
Irlanda	0	0	0	300	213	0
Itália	97	101	0	741	720	0
Portugal	3	3	0	48	46	0
Espanha	0	0	0	201	194	0
Total	101	105	0	1.290	1.173	0

Exposição ao crédito decorrente de empréstimos

As nossas atividades de financiamento estão sujeitas a processos de gestão inicial e contínua do risco de crédito. Para uma visão geral desses processos, consultar a secção de risco de crédito deste Relatório de Risco.

Categorias da carteira de crédito separadas por grupos com risco menor, médio e mais elevado

	31.12.2013		Dec 31, 2012[1]	
em milhões de euros	Total	dos quais: Não essenciais	Total	dos quais: Não essenciais
Grupo de menor risco:				
PBC Mortgages	154.444	7.372	151.078	8.579
Grau de investimento/Não retalho do Postbank	30.751	1.077	31.855	3.356
GTB	72.868	0	69.963	0
DeAWM	33.147	934	30.661	1.140
PBC pequenas empresas	16.601	280	18.779	1.953
Transações com garantia colateral estatal/estruturadas[2]	33	0	1.149	0
Investimentos de empresas	28	28	2.464	2.464
Subtotal do grupo de menor risco	307.871	9.690	305.950	17.493
Grupo de risco moderado:				
PBC Financiamento ao consumo	20.204	796	20.242	1.343
Financiamento de ativos (veículos patrocinados pelo Deutsche Bank)	12.728	2.832	14.786	6.395
Transações estruturadas cobertas com garantias colaterais	11.470	3.328	12.756	3.992
Financiamento de ativos em pipeline[3]	375	22	4.312	1.316
Subtotal do grupo de risco moderado	44.778	6.977	52.096	13.047
Grupo de risco mais elevado:				
Imóveis comerciais[4]	15.832	3.410	27.285	14.784
Financiamento alavancado[5]	4.707	633	5.095	744
Outros[6]	8.983	2.504	11.642	4.095
Subtotal do grupo de risco mais elevado	29.522	6.548	44.022	19.623
Total da carteira de empréstimos	382.171	23.215	402.069	50.162

[1] Os valores a 31 de dezembro de 2012 refletem a nova estrutura de divisão de negócios estabelecida em 2013 e foram adicionalmente reexpressos de acordo com a IFRS 10.
[2] Empréstimos anulados em larga medida em março de 2013.
[3] Correspondente financiamento de fornecedores em empréstimos vendidos na área de financiamento alavancado no valor de 353 milhões de euros e em imóveis comerciais no valor de 22 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 (3,0 mil milhões de euros e 1,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, respetivamente).
[4] Inclui empréstimos de titularizações CMBS.
[5] Inclui empréstimos geridos pelo CPSG.
[6] Inclui outros empréstimos mais pequenos predominantemente na nossa divisão de negócio CB&S.

A maioria das nossas exposições de risco reduzido está associada às nossas atividades bancárias retalhistas de clientes privados e empresariais (PBC). 81% da nossa carteira de empréstimos em 31 de dezembro de 2013 encontravam-se na categoria de risco reduzido, o que representa uma ligeira melhoria face ao exercício anterior.

O nosso grupo de risco mais elevado diz respeito predominantemente a exposições a imóveis comerciais, que registaram um decréscimo de 11,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, em comparação com o exercício anterior. A nossa abordagem de gestão de risco de crédito centra-se fortemente e de forma específica nas carteiras que consideramos ser de maior risco. Temos em vigor estratégias de carteira e controlos de crédito relativamente a estas carteiras.

Empréstimos em imparidade e provisão para perdas com empréstimos relativamente ao grupo de empréstimos com risco mais elevado

	31.12.2013				31.12.2012			
	Total		dos quais: Não essenciais		Total		dos quais: Não essenciais	
em milhões de euros	Empréstimos em imparidade	Provisão para perdas com empréstimos	Empréstimos em imparidade	Provisão para perdas com empréstimos	Empréstimos em imparidade	Provisão para perdas com empréstimos	Empréstimos em imparidade	Provisão para perdas com empréstimos
Imóveis comerciais	1.592	698	1.109	443	2.065	554	1.318	353
Financiamento alavancado	119	116	0	1	64	81	4	3
Outros	403	136	372	127	576	160	539	134
Total	**2.114**	**951**	**1.481**	**570**	2.705	795	1.861	490

Enquanto o volume de empréstimos em imparidade no nosso grupo de empréstimos com risco mais elevado registou um decréscimo significativo de 591 milhões de euros, ou 22%, em 2013, a provisão para perdas com empréstimos aumentou 156 milhões de euros, ou 20%. Esta evolução inversa conduz a um aumento do rácio de cobertura no nosso grupo de empréstimos com risco mais elevado de 29% para 45%. Esta evolução ficou a dever-se, entre outros fatores, a um pequeno número de créditos imobiliários comerciais avultados com um rácio de cobertura desproporcionalmente baixo que foram em parte reduzidos e subsequentemente consolidados em virtude de o Grupo ter obtido o controlo da entidade estruturada mutuária durante o segundo e terceiro semestres de 2013.

Classificação da exposição ao crédito

Também classificamos a nossa exposição ao crédito em duas grandes categorias: exposição ao crédito ao consumo e exposição ao crédito a empresas.

— A nossa exposição ao crédito ao consumo é composta pelos nossos empréstimos homogéneos padronizados de menor saldo, principalmente na Alemanha, em Itália e em Espanha, os quais incluem empréstimos pessoais, empréstimos hipotecários residenciais e não residenciais, descobertos e empréstimos a clientes empresariais em nome individual e pequenos clientes empresariais dos nossos negócios de banca privada e de retalho.
— A nossa exposição ao crédito a empresas é composta por todas as exposições não definidas como exposições ao crédito ao consumo.

Exposição ao crédito a empresas

As tabelas seguintes apresentam a nossa exposição ao crédito a empresas por tipos de produtos e por bandas de notação interna. Para mais informações sobre as nossas notações internas, consultar as secções “Notações de risco de crédito” e “Governação das notações de crédito”.

Principais categorias de exposição ao crédito a empresas de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores brutos

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

31.12.2013

Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[1]	Empréstimos[2]	Compromissos de crédito irrevogáveis[3]	Passivos contingentes	Derivados OTC[4]	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total
iAAA–iAA	0.00–0.04	33.213	19.791	8.318	19.222	35.699	116.243
iA	0.04–0.11	43.193	31.009	19.285	11.934	5.332	110.753
iBBB	0.11–0.5	50.441	37.326	20.234	6.700	1.764	116.465
iBB	0.5–2.27	43.529	25.363	11.604	4.775	920	86.191
iB	2.27–10.22	16.173	11.927	4.382	1.711	443	34.635
iCCC e inferior	10.22–100	11.076	1.245	1.807	374	85	14.587
Total		197.625	126.660	65.630	44.716	44.242	478.874

[1] Probabilidade de incumprimento numa base 12 meses.
[2] Inclui empréstimos em imparidade principalmente na categoria iCCC e inferior no montante de 5,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
[3] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 9,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.
[4] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

31.12.2012

Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[1]	Empréstimos[2]	Compromissos de crédito irrevogáveis[3]	Passivos contingentes	Derivados OTC[4]	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total
iAAA–iAA	0.00–0.04	49.386	20.233	9.064	23.043	30.054	131.780
iA	0.04–0.11	42.612	37.456	19.192	22.308	8.186	129.754
iBBB	0.11–0.5	53.539	37.754	21.304	7.713	3.788	124.098
iBB	0.5–2.27	45.624	22.631	11.460	5.778	1.749	87.242
iB	2.27–10.22	17.997	10.068	4.886	2.415	227	35.593
iCCC e inferior	10.22–100	12.907	1.515	2.455	1.187	151	18.215
Total		222.065	129.657	68.361	62.444	44.155	526.682

[1] Probabilidade de incumprimento numa base 12 meses.
[2] Inclui empréstimos em imparidade principalmente na categoria iCCC e inferior no montante de 6,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.
[3] Inclui compromissos de crédito irrevogáveis indexados à exposição ao crédito ao consumo no montante de 10,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.
[4] Inclui o efeito de acordos de compensação e garantias em numerário recebidas, quando aplicáveis.

A nossa exposição bruta ao crédito a empresas diminuiu 9% desde 31 de dezembro de 2012, para 478,9 mil milhões de euros. As reduções verificaram-se principalmente a nível de empréstimos (24,4 mil milhões de euros), sobretudo devido a reduções na NCOU em derivados OTC (17,7 mil milhões de euros). Globalmente, a qualidade da exposição ao crédito a empresas antes da redução do risco de crédito manteve-se praticamente estável em 72% com classificação de grau de investimento em 31 de dezembro de 2013, em comparação com 73% em 31 de dezembro de 2012.

Utilizamos as técnicas de redução do risco acima descritas com o objetivo de otimizar a nossa exposição ao crédito a empresas e reduzir potenciais perdas de crédito. As tabelas seguintes apresentam a evolução da nossa exposição ao crédito a empresas, líquida de garantias colaterais, garantias e coberturas.

Principais categorias de exposição ao crédito a empresas de acordo com as nossas categorias internas de qualidade creditícia das nossas contrapartes – valores líquidos

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

31.12.2012[1]

Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[2]	Empréstimos	Compromissos de crédito irrevogáveis	Passivos contingentes	Derivados OTC	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total
iAAA–iAA	0.00–0.04	21.474	16.602	5.589	15.901	35.669	95.234
iA	0.04–0.11	28.001	26.503	15.893	8.183	5.332	83.912
iBBB	0.11–0.5	24.302	31.268	15.410	5.878	1.744	78.602
iBB	0.5–2.27	20.835	21.170	6.814	3.694	912	53.424
iB	2.27–10.22	6.257	10.382	2.535	1.536	443	21.153
iCCC e inferior	10.22–100	4.947	1.045	781	362	25	7.159
Total		105.815	106.969	47.022	35.554	44.125	339.485

[1] Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos das IFRS.
[2] Probabilidade de incumprimento numa base 12 meses.

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

							31.12.2012[1]
Banda de notação total	Probabilidade de incumprimento em %[2]	Empréstimos	Compromissos de crédito irrevogáveis	Passivos contingentes	Derivados OTC	Títulos de dívida disponíveis para venda	Total
iAAA–iAA	0.00–0.04	35.633	18.810	6.521	20.188	29.907	111.059
iA	0.04–0.11	25.304	32.035	17.154	17.323	7.894	99.710
iBBB	0.11–0.5	25.633	31.626	17.290	6.513	3.554	84.617
iBB	0.5–2.27	13.354	20.924	7.624	4.168	1.718	47.788
iB	2.27–10.22	5.538	9.391	2.412	2.328	217	19.887
iCCC e inferior	10.22–100	6.194	1.332	1.106	1.117	148	9.897
Total		111.657	114.118	52.107	51.638	43.438	372.958

[1] Valores líquidos de garantias colaterais, garantias e coberturas elegíveis com base nos requisitos das IFRS.
[2] Probabilidade de incumprimento numa base 12 meses.

A exposição ao crédito a empresas líquida de garantias colaterais ascendeu a 339,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, resultando numa redução do risco de 29% ou 139,4 mil milhões de euros, em comparação com a exposição bruta ao crédito a empresas. Aqui inclui-se uma redução mais significativa de 46% para a nossa exposição a empréstimos, que inclui uma redução de 55% para os empréstimos da categoria de subinvestimento com notações mais baixas e 42% para empréstimos com grau de investimento de notações superiores. A redução do risco na banda de notação mais fraca foi de 55%, uma percentagem significativamente mais elevada do que os 35% registados na banda de notação mais forte.

A redução do risco no montante de 139,4 mil milhões está dividida em 36% em garantias e coberturas e 64% noutras garantias colaterais, que podem por sua vez ser desdobrados em 37% em hipotecas, 34% em instrumentos financeiros, 16% em numerário e 13% em outros, incluindo hipotecas sobre navios.

Redução do risco pelo CPSG relativamente à exposição ao crédito a empresas

O nosso Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group – CPSG) contribui para reduzir o risco das nossas exposições de crédito empresarial. O valor nocional das atividades de redução de risco do CPSG diminuiu 26%, de 45,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, para 33,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, devido a um decréscimo do valor nocional dos empréstimos exigindo cobertura e a uma redução das coberturas utilizadas para gerir o risco de mercado.

No fim do exercício de 2013, o CPSG detinha derivados de crédito com um valor nocional subjacente de 10,4 mil milhões de euros. A posição totalizava 27,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Os derivados de crédito utilizados nas nossas atividades de gestão de carteira são contabilizados ao justo valor.

O CPSG também reduziu o risco de crédito de 23,4 mil milhões de euros de empréstimos e compromissos relacionados com empréstimos em 31 de dezembro de 2013 através de obrigações sintéticas garantidas colateralmente, suportadas principalmente por garantias financeiras e, em menor medida, por derivados de crédito relativamente aos quais a primeira tranche de perda foi vendida. Esta posição totalizava 17,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

O CPSG optou por utilizar a opção de justo valor nos termos da IAS 39 para relatar empréstimos e compromissos ao justo valor, desde que os critérios para utilização dessa opção sejam cumpridos. O valor nocional dos empréstimos e compromissos do CPSG registados ao justo valor diminuiu durante o exercício, registando 25,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 face a 40,0 mil milhões em 31 de dezembro de 2012. Ao relatar empréstimos e compromissos ao justo valor, o CPSG tem reduzido significativamente a volatilidade dos resultados resultante da divergência contabilística que existia quando todos os empréstimos e compromissos eram relatados ao custo amortizado e as coberturas de derivados eram relatadas ao justo valor.

Exposição ao crédito ao consumo

A nossa exposição ao crédito ao consumo monitoriza os incumprimentos em crédito ao consumo em termos de empréstimos vencidos há 90 ou mais dias e os custos de crédito líquidos, que são as provisões líquidas anualizadas, debitadas após recuperações.

Exposição ao crédito ao consumo, incumprimentos em crédito ao consumo e custos de crédito líquidos

	Exposição total em milhões de euros[2]		Vencimento igual ou superior a 90 dias em % da exposição total		Custos de crédito líquidos em % da exposição total	
	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Exposição de crédito ao consumo - Alemanha:	145.929	141.167	0,80	0,86	0,23	0,29
Financiamento de consumidores e pequenas empresas	20.778	20.311	0,89	1,19	1,04	1,19
Financiamento hipotecário	125.151	120.856	0,79	0,80	0,10	0,14
Exposição ao crédito ao consumo fora da Alemanha	38.616	38.837	5,38	4,64	0,76	0,68
Financiamento de consumidores e pequenas empresas	12.307	13.274	11,34	9,13	1,75	1,54
Financiamento hipotecário	26.309	25.563	2,60	2,31	0,29	0,24
Exposição total de crédito ao consumo[1]	184.545	180.004	1,76	1,67	0,34	0,38

[1] Inclui empréstimos em imparidade no montante de 4,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e de 4,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.
[2] Retroativa em 31 de dezembro de 2012, a afetação de fora da Alemanha para a Alemanha para o negócio do Postbank foi reexpressa.

O volume da nossa exposição ao crédito ao consumo registou um aumento de 2012 para 2013 no valor de 4,5 mil milhões, ou 2,5%, devido sobretudo às nossas atividades de financiamento hipotecário em Private and Commercial Banking (aumento de 4,4 mil milhões de euros) e ao financiamento de consumidores e pequenas empresas do negócio do Postbank na Alemanha (aumento de 665 milhões de euros), bem como ao financiamento hipotecário na Polónia (aumento de 466 milhões de euros). No âmbito das nossas atividades de redução do risco, a exposição ao crédito registou um decréscimo de 430 milhões de euros em Espanha, de 236 milhões de euros em Itália e de 139 milhões de euros em Portugal

O rácio de crédito vencido igual ou superior a 90 dias na Alemanha diminuiu em 2013, devido sobretudo à área de Private and Commercial Banking em virtude duma venda de empréstimos em incumprimento e dum contexto económico favorável. À parte o desenvolvimento económico no resto da Europa, o aumento do rácio fora da Alemanha deve-se sobretudo a alterações nos critérios de reconhecimento de perdas (*charge-off*) em determinadas carteiras em 2009. Os empréstimos cujas perdas eram totalmente reconhecidas em caso de vencimento igual ou superior a 270 dias (180 dias para cartões de crédito), passaram a ser provisionados com base no nível de taxas de perda históricas, calculadas a partir das recuperações observadas para empréstimos semelhantes anteriormente objeto de reconhecimento de perdas. Daí resultou um aumento da exposição a incumprimentos iguais ou superiores a 90 dias, porque prolonga o período de reconhecimento total das perdas dos respetivos empréstimos. Assumindo que não se verifiquem alterações no desempenho do crédito subjacente, o efeito continuará a aumentar o rácio até que a carteira atinja um estado de estabilidade, que se prevê ocorra aproximadamente cinco anos após a alteração.

A redução dos custos de crédito líquidos, expressa em percentagem da exposição total deve-se sobretudo à evolução económica favorável do mercado alemão.

Exposição ao financiamento hipotecário ao consumo, agregada por grupos de rácio entre o valor do empréstimo e o valor da garantia (LTV)[1]

	31.12.2013	31.12.2012
≤ 50%	69%	71%
> 50 ≤ 70%	16%	16%
> 70 ≤ 90%	9%	8%
> 90 ≤ 100%	2%	2%
> 100 ≤ 110%	1%	1%
> 110 ≤ 130%	1%	1%
> 130%	1%	1%

[1] Quando se atribui a exposição aos correspondentes grupos de LTV, os valores da exposição são distribuídos de acordo com a sua percentagem relativa do valor correspondente à avaliação do imóvel subjacente.

O LTV exprime o valor da exposição como percentagem do valor correspondente à avaliação do imóvel.

Os nossos rácios LTV são calculados utilizando a exposição total dividida pelo atual valor de avaliação dos respetivos imóveis. Estes valores são atualizados regularmente. A exposição a transações que são suporta-

das adicionalmente por garantias líquidas é reduzida dos respetivos valores dessas garantias, ao passo que encargos anteriores aumentam a correspondente exposição total. O cálculo do rácio LTV inclui exposições cobertas por garantias colaterais imobiliárias. Uma exposição a um financiamento hipotecário garantido colateralmente apenas por um outro tipo de garantia colateral não é incluída no cálculo do rácio LTV

A qualidade creditícia do credor, o rácio LTV e a qualidade das garantias são parte integrante do nosso processo de gestão do risco no momento da formalização dos empréstimos e de monitorização e orientação dos nossos riscos de crédito. Regra geral, tendemos a aceitar rácios de LTV mais elevados quanto maior é a qualidade creditícia do credor. Não obstante, os rácios LTV estão sujeitos a restrições em países com perspetiva económica negativa ou descida previsível dos valores do mercado imobiliário.

Em 31 de dezembro de 2013, 69% da nossa exposição relacionada com a carteira de financiamento hipotecário tinha um rácio LTV igual ou inferior a 50%.

Exposição a crédito decorrente de derivados

As transações com derivados negociados em bolsa (ou seja, futuros e opções) são regularmente liquidadas através de uma contraparte central, cujas regras e regulamentos preveem margens diárias relativamente a todas as posições de risco de crédito atuais e futuras decorrentes de tais transações. Na medida do possível, também recorremos a serviços de compensação de contraparte central para transações de derivados OTC ("compensação de derivados OTC"); beneficiamos, assim, da redução do risco de crédito obtida através do sistema de liquidação de contraparte central.

A Lei Dodd-Frank, de reforma de Wall Street e de proteção dos consumidores (Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act) introduziu em 2013 uma compensação obrigatória de derivados OTC no que diz respeito a determinadas transações de derivados OTC padronizadas, prevendo-se que sejam introduzidos também, no final de 2014 ou início de 2015, requisitos de margens para transações de derivados OTC não compensados. O Regulamento (UE) n.º 648/2012 da União Europeia relativo aos derivados de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações introduzirá uma compensação obrigatória de derivados OTC no que diz respeito a determinadas transações de derivados OTC padronizadas, que se prevê que tenha início no segundo semestre de 2014, bem como requisitos de margens para transações de derivados OTC não compensados, que serão progressivamente aplicados a partir de dezembro de 2015.

O valor nocional de derivados OTC liquidados através de contrapartes centrais foi de 12,5 biliões de euros em 31 de dezembro de 2013 e de 10,0 biliões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Valores nocionais e valores de mercado brutos de transações de derivados

31.12.2013	Distribuição de maturidades do valor nocional						
em milhões de euros	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total	Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
Relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	13.773.939	16.401.710	10.438.348	40.613.997	333.660	311.538	22.122
Produtos negociados em bolsa	2.770.393	1.568.462	8.838	4.347.694	387	383	4
Total relacionadas com taxas de juro	16.544.331	17.970.173	10.447.186	44.961.690	334.047	311.921	22.126
Relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	4.000.994	1.433.173	628.773	6.062.940	96.805	95.553	1.252
Produtos negociados em bolsa	27.390	350	0	27.739	42	61	(18)
Total relacionadas com câmbios	4.028.383	1.433.523	628.773	6.090.679	96.848	95.614	1.234
Relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	300.884	237.554	69.688	608.126	26.462	31.007	(4.545)
Produtos negociados em bolsa	443.280	69.573	3.009	515.862	8.435	5.880	2.555
Total relacionadas com ações/índices	744.164	307.127	72.697	1.123.988	34.897	36.887	(1.990)
Derivados de crédito	363.890	1.599.773	148.388	2.112.051	33.461	32.453	1.009
Relacionadas com matérias-primas:							
Produtos do mercado de balcão	39.179	48.227	5.016	92.422	5.615	6.189	(575)
Produtos negociados em bolsa	149.053	73.469	1.067	223.589	1.993	1.732	261
Total relacionadas com matérias-primas	188.233	121.696	6.083	316.012	7.607	7.921	(314)
Outros:							
Produtos do mercado de balcão	24.935	12.571	35	37.541	1.727	2.208	(481)
Produtos negociados em bolsa	8.896	1.226	0	10.122	14	43	(29)
Total Outras	33.831	13.797	35	47.663	1.741	2.251	(509)
Total negócio mercado de balcão	18.503.821	19.733.008	11.290.248	49.527.077	497.730	478.948	18.782
Total negócio em bolsa	3.399.012	1.713.080	12.914	5.125.006	10.871	8.099	2.773
Total	21.902.833	21.446.088	11.303.162	54.652.083	508.602	487.047	21.555
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas					50.504		

31.12.2012	Distribuição de maturidades do valor nocional						
em milhões de euros	Até 1 ano	> 1 e ≤ 5 anos	Após 5 anos	Total	Valor de mercado positivo	Valor de mercado negativo	Valor de mercado líquido
Relacionadas com taxas de juro:							
Produtos do mercado de balcão	15.419.788	15.366.636	10.478.308	41.264.732	584.620	554.944	29.676
Produtos negociados em bolsa	2.899.159	1.169.563	4.114	4.072.836	153	144	9
Total relacionadas com taxas de juro	18.318.947	16.536.199	10.482.422	45.337.568	584.773	555.088	29.685
Relacionadas com câmbios:							
Produtos do mercado de balcão	4.290.214	1.188.952	428.949	5.908.115	94.639	101.738	(7.099)
Produtos negociados em bolsa	19.381	470	0	19.851	8	7	1
Total relacionadas com câmbios	4.309.595	1.189.422	428.949	5.927.966	94.647	101.745	(7.098)
Relacionadas com ações/índices:							
Produtos do mercado de balcão	329.531	261.697	79.088	670.316	22.415	29.027	(6.612)
Produtos negociados em bolsa	417.334	114.654	3.653	535.641	7.476	6.201	1.275
Total relacionadas com ações/índices	746.865	376.351	82.741	1.205.957	29.891	35.228	(5.337)
Derivados de crédito	499.717	1.914.989	207.623	2.622.329	49.733	46.648	3.085
Relacionadas com matérias-primas:							
Produtos do mercado de balcão	45.284	56.194	5.417	106.895	10.121	10.644	(523)
Produtos negociados em bolsa	194.470	107.099	1.659	303.228	4.617	4.173	444
Total relacionadas com matérias-primas	239.754	163.293	7.076	410.123	14.738	14.817	(79)
Outros:							
Produtos do mercado de balcão	62.890	23.991	399	87.280	2.887	2.818	69
Produtos negociados em bolsa	12.533	1.278	5	13.816	18	36	(18)
Total Outras	75.423	25.269	404	101.096	2.905	2.854	51
Total negócio mercado de balcão	20.647.424	18.812.459	11.199.784	50.659.667	764.415	745.819	18.596
Total negócio em bolsa	3.542.877	1.393.064	9.431	4.945.372	12.272	10.561	1.711
Total	24.190.301	20.205.523	11.209.215	55.605.039	776.687	756.380	20.307
Valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais em numerário recebidas					70.054		

As duas tabelas seguintes apresentam divulgações específicas relacionadas com o pilar 3. O regulamento não obriga a uma auditoria das divulgações ao abrigo do pilar 3.

Valores de mercado positivos ou custos de substituição de transações de derivados (não auditados)

	31.12.2013				31.12.2012			
em milhões de euros[1]	Valores de mercado positivos antes de acordos de compensação e de garantias colaterais	Acordos de compensação	Garantias colaterais elegíveis[2]	Valores de mercado positivos depois de acordos de compensação e de garantias colaterais	Valores de mercado positivos antes de acordos de compensação e de garantias colaterais	Acordos de compensação	Garantias colaterais elegíveis[2]	Valores de mercado positivos depois de acordos de compensação e de garantias colaterais
Relacionadas com taxas de juro	327.761	269.903	41.253	16.604	578.128	490.905	61.838	25.384
Relacionadas com câmbios	99.782	79.101	11.203	9.478	93.797	71.525	8.091	14.181
Relacionadas com ações/índices	34.566	23.542	2.590	8.434	29.621	19.209	2.061	8.352
Derivados de crédito	33.216	27.712	1.896	3.609	49.285	39.677	2.459	7.149
Relacionadas com matérias-primas	7.536	4.954	657	1.925	14.701	8.231	649	5.821
Outros	1.728	1.402	168	158	2.783	2.244	392	147
Total	504.590	406.616	57.767	40.207	768.315	631.791	75.490	61.034

[1] Exclui derivados relatados como outros ativos em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, respetivamente, 4,0 mil milhões de euros (8,4 mil milhões de euros) de valores de mercado positivo antes de compensação e de garantias colaterais ou 493 milhões de euros (791 milhões de euros) de valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais.

[2] Inclui 47,5 mil milhões de garantias colaterais em numerário e 10,3 mil milhões de garantias colaterais não em numerário em 31 de dezembro de 2013, e 66,5 mil milhões de euros de garantias colaterais em numerário e 9 mil milhões de garantias colaterais não em numerário em 31 de dezembro de 2012.

A tabela acima apresenta os valores de mercado positivos após compensação e garantias colaterais, que representam apenas 7,8% do total de valores de mercado positivos em conformidade com as IFRS. Além de contratos-tipo de compensação, celebrámos vários tipos de acordos de garantias colaterais (como anexos de apoio ao crédito [CSA] apensos a contratos-tipo), a maioria dos quais bilaterais.

Volumes nominais da exposição a derivados de crédito (não auditados)

					31.12.2013
	Utilizados para a própria carteira de crédito		Na qualidade de intermediário		
em milhões de euros	Proteção comprada	Proteção vendida	Proteção comprada	Proteção vendida	Total[1]
Swaps de risco de incumprimento – título único	17.102	2.033	592.523	584.072	1.195.730
Swaps de risco de incumprimento – título múltiplo	25.086	15.715	435.078	429.333	905.213
Swaps de retorno total	34	843	6.282	3.950	11.108
Valor nocional total dos derivados de crédito	42.222	18.590	1.033.883	1.017.356	2.112.051

[1] Inclui *swaps* de risco de incumprimento sobre índices e *swaps* de risco de incumprimento "n-ésimo".

					31.12.2012
	Utilizados para a própria carteira de crédito		Na qualidade de intermediário		
em milhões de euros	Proteção comprada	Proteção vendida	Proteção comprada	Proteção vendida	Total[1]
Swaps de risco de incumprimento – título único	38.885	650	779.669	758.427	1.577.631
Swaps de risco de incumprimento – título múltiplo	9.209	168	512.299	509.832	1.031.508
Swaps de retorno total	919	1.759	6.388	4.124	13.190
Valor nocional total dos derivados de crédito	49.013	2.577	1.298.356	1.272.383	2.622.329

[1] Inclui *swaps* de risco de incumprimento sobre índices e *swaps* de risco de incumprimento "n-ésimo".

As tabelas dividem a exposição entre a parte detida na carteira bancária regulamentar, apresentada sob o título "Utilizados para a própria carteira de crédito", e a parte detida na carteira de negociação regulamentar, referida como "na qualidade de intermediário". O decréscimo registado nos derivados de crédito está relacionado principalmente com a moderação das transações, atividades de redução do risco e menores volumes no mercado de derivados de crédito.

Como os valores de substituição das carteiras de derivados flutuam em função de variações nas taxas de mercado e de alterações nas transações nas carteiras, também estimamos os potenciais custos futuros de substituição das carteiras ao longo da suas vidas ou, no caso de carteiras com garantia colateral, relativamente aos períodos apropriados de dissolução. Medimos a potencial exposição futura por contraste com limites separados. Complementamos a análise de risco futuro potencial com testes de esforço para estimar o impacto imediato de eventos de mercado extremos sobre as nossas exposições (como seja o risco de evento na nossa carteira de mercados emergentes).

A medida de risco futuro potencial que utilizamos é geralmente fornecida por um perfil temporal dos valores de mercado positivos simulados da carteira de derivados de cada contraparte, cuja compensação e garantias colaterais são consideradas. No acompanhamento dos limites empregamos o percentil 95 da distribuição de valores de mercado resultante, internamente designada como exposição potencial futura (EPF). Os perfis médios de exposição gerados pelo mesmo processo de cálculo são utilizados para obter a denominada medida de exposição média esperada (EME), a que recorremos de modo a refletir custos de substituição esperados futuros no âmbito do nosso capital económico de risco de crédito, e para obter a medida de exposição positiva esperada (EPE), que contribui para gerir os nossos requisitos de capital regulamentar. Enquanto a EME e a EPE são geralmente calculadas em relação a um horizonte temporal de um ano, a EPF é medida ao longo de todo o período de uma transação ou compensação, definido para carteiras sem garantias colaterais e através de um período de dissolução adequado para as carteiras com garantias colaterais, respetivamente. Também empregamos o processo de cálculo referido para obter resultados de exposição em situação de esforço para alimentar os testes de esforço da nossa carteira de crédito.

O perfil de EPF de cada contraparte é comparado diariamente com um perfil de limite de EPF definido pelo colaborador de crédito responsável. Os limites de EPF são parte integrante da gestão global de exposição ao crédito de contraparte, na linha de outros tipos de limites. As violações dos limites de EPF em determinado

ponto temporal do perfil são assinaladas para tomada de medidas no âmbito do nosso processo de gestão do risco de crédito. A EPF é usada diretamente no cálculo do nível de cliente do capital regulamentar ao abrigo da abordagem baseada em notações internas (método IRB) no âmbito do designado método dos modelos internos (IMM), ao passo que a EME é inserida como equivalente de empréstimo no modelo da carteira de crédito do Grupo, onde é combinada com as restantes exposições a uma contraparte no quadro do respetivo processo de simulação e afetação (ver capítulo «Monitorização do risco de crédito»).

Exposição de capital

A tabela abaixo apresenta os valores escriturados dos nossos investimentos em ações de acordo com a definição das normas IFRS divididos por negociação e por não negociação para as respetivas datas de relato. Gerimos as nossas posições respetivas dentro do nosso risco de mercado e de outros quadros de risco apropriados.

Composição da nossa exposição de capital

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Ações de negociação	61.393	68.496
Ações não detidas para negociação[1]	5.614	5.973
Exposição de capital total	**67.008**	**74.470**

[1] Inclui fundos de investimentos em ações no montante de 695 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e de 1,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

A 31 de dezembro de 2013, as nossas ações de negociação eram constituídas por 57,7 mil milhões euros de atividades CB&S, 3,6 mil milhões de euros do negócio da DeAWM e 22 mil milhões de euros da NCOU. As ações de negociação globais registaram uma descida homóloga de 7,1 mil milhões de euros, causada pela diminuição na exposição em DeAWM (menos 3,7 mil milhões de euros), por reduções na CB&S (menos 3,1 mil milhões de euros) e por uma redução nas posições da NCOU (menos 0,3 mil milhões de euros).

Para mais informações sobre a nossa exposição de ações de negociação, consulte a secção respetiva "Investimentos de capital detidos" na nossa secção de risco de mercado não relacionado com a negociação.

Qualidade dos ativos

Esta secção descreve a qualidade dos ativos dos nossos empréstimos. Todos os empréstimos com informações disponíveis sobre possíveis problemas de crédito dos mutuários que suscitam na direção suspeitas fundadas sobre o cumprimento das suas obrigações contratuais estão incluídos nesta secção.

Visão geral de empréstimos em cumprimento, renegociados, vencidos e em imparidade, por grupos de clientes

	31.12.2013			31.12.2012		
em milhões de euros	Empréstimos a empresas	Crédito ao consumo	Total	Empréstimos a empresas	Crédito ao consumo	Total
Empréstimos não vencidos, não renegociados nem em imparidade	190.059	175.860	365.920	213.686	171.232	384.918
Empréstimos vencidos, não renegociados nem em imparidade	1.271	4.165	5.436	1.562	4.366	5.928
Empréstimos renegociados mas não em imparidade	373	299	672	688	200	888
Empréstimos em imparidade	5.922	4.221	10.143	6.129	4.206	10.335
Total	**197.625**	**184.545**	**382.171**	222.065	180.004	402.069

Empréstimos vencidos

Os empréstimos são considerados vencidos quando os pagamentos de capital e/ou juros contratualmente acordados não são pagos pelo mutuário, exceto se esses empréstimos forem adquiridos por via da consolidação. Estes são considerados vencidos, se os pagamentos de capital e/ou juros previstos aquando da consolidação inicial dos empréstimos não forem pagos pelo mutuário na data definida.

Empréstimos não em imparidade, em incumprimento ao custo amortizado por estado de incumprimento

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Empréstimos em incumprimento há menos de 30 dias	3.216	3.898
Empréstimos em incumprimento há 30 dias ou mais mas há menos de 60 dias	856	967
Empréstimos em incumprimento há 60 dias ou mais mas há menos de 90 dias	362	394
Empréstimos em incumprimento há 90 ou mais dias	1.077	716
Total	**5.510**	5.975

Empréstimos não em imparidade, em incumprimento ao custo amortizado por setor

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Bancos e seguros	32	3
Atividades de gestão de fundos	4	3
Indústria transformadora	129	473
Comércio grossista e de retalho	196	187
Famílias	3.624	3.781
Atividades imobiliárias comerciais	892	888
Setor público	6	19
Outros	629	621
Total	**5.510**	5.975

Empréstimos não em imparidade vencidos ao custo amortizado, por região

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Alemanha	2.901	3.238
Europa Ocidental (excluindo Alemanha)	2.074	2.141
Europa Oriental	110	148
América do Norte	345	397
América Central e América do Sul	0	4
Ásia e Pacífico	74	45
África	7	2
Outros	0	0
Total	**5.510**	5.975

Os nossos empréstimos vencidos mas não em imparidade diminuíram 465 milhões de euros para 5,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, em grande parte devido a uma redução no número de empréstimos avaliados individualmente no setor da indústria transformadora na Alemanha. 58% dos nossos empréstimos vencidos mas não em imparidade tiveram menos de 30 dias de incumprimento e 53% tinham contrapartes domiciliadas na Alemanha, enquanto a concentração do setor se processou em Famílias (66%). O aumento de empréstimos não em imparidade vencidos há 90 dias ou mais foi atribuível principalmente a empréstimos registados no Postbank relacionados com famílias e atividades imobiliárias comerciais na Alemanha e na Europa Ocidental (excluindo a Alemanha).

Valor agregado das garantias colaterais – com os justos valores das garantias colaterais limitados aos saldos dos empréstimos – detidas sobre os nossos empréstimos vencidos mas não em imparidade

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Garantias financeiras e outras garantias colaterais	3.260	3.248
Garantias recebidas	161	167
Total	**3.421**	3.415

O aumento mínimo das garantias colaterais detidas pelos nossos empréstimos não em imparidade vencidos de 6 milhões de euros apresenta um desenvolvimento adverso à diminuição global dos nossos empréstimos não em imparidade vencidos.

Empréstimos renegociados e contratos de carência

Por razões económicas ou jurídicas podemos celebrar um contrato de carência com um mutuário que enfrenta dificuldades financeiras, com vista a minorar a obrigação contratual por um período de tempo limitado. É efetuada uma abordagem casuística em função do cliente empresarial e da transação e tomando em consideração os factos e circunstâncias específica. Nos empréstimos ao consumo oferecemos carência por um determinado período de tempo, diferindo o futuro pagamento total ou parcial das prestações em dívida para uma data posterior. No entanto, o montante não pago, incluindo os juros acumulados no período, têm de ser

reembolsados numa data posterior. As opções de reembolso incluem a distribuição ao longo do prazo residual, a possibilidade de efetuar um pagamento único ou a prorrogação do prazo. A carência é uma medida de aplicação restrita e depende da situação económica do cliente, das nossas estratégias de gestão do risco e da legislação local. Quando é celebrado um contrato de carência, procede-se a um cálculo da imparidade como descrito seguidamente, são faturados encargos de imparidade se necessário, e o empréstimo é subsequentemente inscrito como estando em imparidade. Estas medidas de carência são consideradas renegociações e divulgadas como tal.

Os empréstimos que foram renegociados porque, por razões económicas ou jurídicas relacionadas com as dificuldades financeiras do mutuário, este beneficiou de uma concessão que não teria sido aprovada em circunstâncias normais, são divulgados como empréstimos renegociados.

Empréstimos renegociados

	31.12.2013			31.12.2012			Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012		
em milhões de euros	Empréstimos renegociados considerados em não imparidade	Empréstimos renegociados considerados em imparidade	Total de empréstimos renegociados	Empréstimos renegociados considerados em não imparidade	Empréstimos renegociados considerados em imparidade	Total de empréstimos renegociados	Empréstimos renegociados considerados em não imparidade	Empréstimos renegociados considerados em imparidade	Total de empréstimos renegociados
Alemães	275	564	839	210	309	519	65	255	320
Não alemães	397	1.127	1.524	678	1.317	1.995	(281)	(190)	(471)
Total de renegociação de empréstimos	**672**	**1.691**	**2.363**	888	1.626	2.514	(216)	65	(151)

A redução em empréstimos renegociados não em imparidade registados em 2013 deveu-se principalmente a um empréstimo imobiliário comercial na Europa Ocidental (excluindo a Alemanha), que foi consolidado pelo facto de o Grupo ter obtido controlo sobre o devedor da entidade estruturada durante o segundo trimestre de 2013. Os empréstimos renegociados considerados em imparidade aumentaram devido aos clientes alemães avaliados individualmente nos nossos negócios essenciais para os quais foi necessário um número pequeno de novas provisões. Em 2012, os empréstimos renegociados aumentaram 96 milhões de euros (4%).

Em 2013, os nossos empréstimos renegociados incluíram 114 milhões de euros de empréstimos reclassificados como empréstimos e valores a receber de acordo com a IAS 39. Esta posição diminuiu 143 milhões de euros comparativamente com o exercício anterior, principalmente devido a um empréstimo imobiliário comercial na Europa Ocidental (excluindo a Alemanha), parcialmente depreciado e subsequentemente consolidado pelo facto de o Grupo ter obtido controlo sobre o devedor da entidade estruturada durante o segundo trimestre de 2013.

Empréstimos em imparidade

A Gestão do risco de crédito avalia regularmente se existe evidência objetiva de que um empréstimo ou grupo de empréstimos está em imparidade. Um empréstimo ou grupo de empréstimos está em imparidade e são incorridas perdas por imparidade se:

— há evidência objetiva de imparidade em resultado dum evento de perda que ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo e antes da data do balanço (um "evento de perda"),
— o evento de perda tenha um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros, e
— o valor da perda possa ser estimado com fiabilidade.

As avaliações de perda da Gestão do risco de crédito são objeto de revisão periódica, em colaboração com a área financeira do Grupo. Os resultados desta avaliação são notificados para aprovação a um comité de supervisão composto pela direção da área financeira do Grupo e de Gestão do risco.

Para mais informações sobre os empréstimos em imparidade, consulte a Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Perdas por imparidade e provisões para perdas com empréstimos

Se houver evidência de imparidade, a perda por imparidade é geralmente calculada com base nos fluxos de caixa esperados descontados utilizando a taxa de juros efetiva original do empréstimo. Se os termos de um empréstimo são renegociados ou de outra forma modificados devido a dificuldades financeiras do mutuário mas sem que se passem a verificar as condições para desreconhecimento do empréstimo, a perda por imparidade é medida utilizando a taxa de juro efetiva original antes da modificação dos termos. Reduzimos o valor contabilístico do empréstimo em imparidade através da utilização de uma conta de provisão e reconhecemos o valor da perda na demonstração consolidada dos resultados, na qualidade de componente da provisão para perdas de crédito. Registamos aumentos na nossa provisão para perdas com empréstimos como aumentos da provisão para perdas de crédito na nossa demonstração de resultados. O reconhecimento de perdas (*charge-off*s) reduzem a nossa provisão, enquanto as recuperações, se existirem, são creditadas na conta de provisão. Se determinarmos que já não necessitamos de provisões que tenhamos definido previamente, diminuímos a nossa provisão e inscrevemos o montante como uma redução da provisão para perdas de crédito na nossa demonstração de resultados. Nos casos em que se considera que não há uma perspetiva realista de recuperação e em que todas as garantias foram realizadas ou para nós transferidas, o empréstimo e qualquer provisão associada para perdas é registada como perda (o empréstimo e a provisão para perdas com empréstimos são retirados do balanço).

Embora avaliemos a imparidade das nossas exposições ao crédito a empresas individualmente, avaliamos coletivamente a imparidade dos nossos empréstimos homogéneos padronizados de menor saldo.

A nossa provisão avaliada coletivamente para empréstimos não em imparidade reflete provisões para cobertura de perdas incorridas que não foram identificadas individualmente nem fornecidas no âmbito da avaliação de imparidade dos empréstimos homogéneos de menor saldo.

Para mais informações sobre as nossas políticas contabilísticas em matéria de perdas por imparidade e de provisão para perdas de crédito, consultar a Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Empréstimos em imparidade, provisões para perdas com empréstimos e rácios de cobertura por divisão de negócio

	31.12.2013			31.12.2012[1]			Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012	
em milhões de euros	Empréstimos em imparidade	Provisões para perdas com empréstimos	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %	Empréstimos em imparidade	Provisões para perdas com empréstimos	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %	Empréstimos em imparidade	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em p.p.
Corporate Banking & Securities	818	344	42	495	277	56	323	(14)
Global Transaction Banking	1.662	1.078	65	1.524	904	59	138	6
Deutsche Asset & Wealth Management	69	39	56	138	33	24	(69)	32
Private & Business Clients	4.121	2.519	61	4.188	2.071	49	(67)	12
Non-Core Operations Unit	3.473	1.609	46	3.990	1.407	35	(517)	11
dos quais: ativos reclassificados como empréstimos e valores a receber, de acordo com IAS 39	1.007	479	48	1.499	488	33	(492)	15
Total	10.143	5.589	55	10.335	4.692	45	(192)	10

[1] Número de 2012 em Corporate Banking & Securities e Global Transaction Banking ajustado para alterações estruturais em 2013.

Empréstimos em imparidade, provisões para perdas com empréstimos e rácios de cobertura por setor

31.12.2013

	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos				
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em não imparidade	Total	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %
Bancos e seguros	45	0	45	3	2	15	20	45
Atividades de gestão de fundos	92	1	93	1	0	3	5	5
Indústria transformadora	589	222	811	519	111	54	683	84
Comércio grossista e de retalho	441	220	661	225	107	36	369	56
Famílias	477	3.194	3.671	298	1.889	113	2.301	63
Atividades imobiliárias comerciais	2.388	295	2.683	931	26	38	995	37
Setor público	39	0	39	18	0	1	20	51
Outros	1.849	289	2.139	861	188	147	1.196	56
Total	5.922	4.221	10.143	2.857	2.324	407	5.589	55

31.12.2012

	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas co empréstimos				
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em não imparidade	Total	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %
Bancos e seguros	53	0	53	20	0	15	35	67
Atividades de gestão de fundos	127	1	128	1	0	44	45	35
Indústria transformadora	720	206	926	455	87	63	605	65
Comércio grossista e de retalho	355	199	554	207	95	34	336	61
Famílias	562	3.145	3.707	216	1.623	124	1.963	53
Atividades imobiliárias comerciais	3.087	271	3.358	665	23	19	707	21
Setor público	0	0	0	0	0	2	2	0
Outros	1.225	384	1.609	702	157	140	999	62
Total	6.129	4.206	10.335	2.266	1.985	441	4.692	45

Empréstimos em imparidade, provisão para perdas com empréstimos e rácios de cobertura por região

31.12.2013

	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos				
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em não imparidade	Total	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %
Alemanha	1.586	1.675	3.261	864	964	149	1.977	61
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	3.469	2.363	5.832	1.624	1.232	158	3.015	51
Europa Oriental	77	175	252	35	128	9	171	68
América do Norte	588	1	590	253	0	41	294	50
América Central e América do Sul	32	0	32	27	0	4	32	99
Ásia e Pacífico	170	4	175	54	1	38	92	53
África	0	1	1	0	0	3	3	337
Outros	0	0	0	0	0	4	4	0
Total	5.922	4.221	10.143	2.857	2.324	407	5.589	55

31.12.2012

	Empréstimos em imparidade			Provisões para perdas com empréstimos				
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Provisões avaliadas individualmente	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em imparidade	Provisões avaliadas coletivamente para empréstimos em não imparidade	Total	Rácio de cobertura de empréstimos em imparidade, em %
Alemanha	1.822	1.793	3.615	783	817	126	1.725	48
Europa Ocidental (excluindo a Alemanha)	3.276	2.200	5.476	1.116	1.012	180	2.308	42
Europa Oriental	137	207	344	53	156	11	220	64
América do Norte	624	2	626	232	0	84	316	50
América Central e América do Sul	41	0	41	31	0	5	36	89
Ásia e Pacífico	229	4	233	51	0	28	79	34
África	0	0	0	0	0	3	3	0
Outros	0	0	0	0	0	5	5	0
Total	6.129	4.206	10.335	2.266	1.985	441	4.692	45

Evolução dos empréstimos em imparidade

	31.12.2013			31.12.2012		
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Total
Balanço, início do exercício	6.129	4.206	10.335	6.262	3.808	10.070
Classified as impaired during the year[1]	4.553	2.939	7.492	2.860	1.912	4.772
Transferred to not impaired during the year[1]	(2.618)	(2.134)	(4.752)	(1.932)	(930)	(2.862)
Reconhecimento de perdas	(730)	(485)	(1.215)	(798)	(483)	(1.281)
Alienação de empréstimos em imparidade	(744)	(293)	(1.037)	(249)	(122)	(371)
Taxa de câmbio e outros movimentos	(669)	(12)	(680)[2]	(14)	21	7
Balanço, fim do exercício	5.922	4.221	10.143	6.129	4.206	10.335

[1] Inclui reembolsos.
[2] Inclui rubricas consolidadas pelo facto de o Grupo ter obtido controlo sobre os devedores da entidade estruturada por um total de 598 milhões de euros.

Em 2013, os nossos empréstimos em imparidade diminuíram 192 milhões de euros (1,9%) para 10,1 mil milhões de euros devido ao reconhecimento de perdas de 1,2 mil milhões de euros, bem como a movimentos de taxas de câmbio de 82 milhões de euros compensados em grande parte por um aumento líquido em empréstimos em imparidade de 1,1 mil milhões de euros. A diminuição global resultou principalmente de uma redução de 207 milhões de euros em empréstimos em imparidade avaliados individualmente, sendo parcial-

mente compensada por um aumento de 15 milhões de euros em empréstimos em imparidade avaliados coletivamente. A redução nos empréstimos em imparidade avaliados individualmente incluiu várias transações de grande dimensão de empréstimos a contrapartes de imobiliário comercial na Europa Ocidental (excluindo a Alemanha), registadas na nossa NCOU, que foram parcialmente depreciadas e subsequentemente consolidadas pelo facto de o Grupo ter obtido controlo sobre o devedor da entidade estruturada durante o segundo e terceiro trimestres de 2013. Novas imparidades em comércio grossista e retalhista, bem como uma rubrica de cliente individual atribuíveis ao setor imobiliário comercial na Europa Ocidental (excluindo a Alemanha) compensaram parcialmente a redução supramencionada. O aumento dos nossos empréstimos em imparidade avaliados coletivamente foi motivado por famílias na Europa Ocidental (excluindo a Alemanha), principalmente em Itália e em Espanha, que foi parcialmente compensado por famílias na Alemanha, refletindo o contexto de crédito favorável.

O rácio de cobertura de empréstimos em imparidade (definido como provisões no balanço para todos os empréstimos em imparidade ou avaliados coletivamente divididos por empréstimos em imparidade ao abrigo das normas IFRS [excluindo garantias colaterais]) aumentou de 45% no exercício de 2012 para 55%, o que é atribuível principalmente ao Postbank, bem como aos casos de imobiliário comercial supramencionados com baixo rácio de cobertura registados na nossa NCOU. Na mudança de controlo em 2010, todos os empréstimos classificados em imparidade pelo Postbank foram contabilizados como em cumprimento pelo Deutsche Bank e inscritos inicialmente ao justo valor. Os aumentos nas provisões após a alteração de controlo resultaram numa imparidade do total do empréstimo na perspetiva consolidada do Deutsche Bank, tendo sido efetuada uma provisão apenas relativamente à provisão incremental, resultando num rácio de cobertura menor. Devido às melhorias subsequentes na qualidade creditícia destes ativos, este efeito continuou a ser parcialmente revertido.

Os nossos empréstimos em imparidade incluíram 1,0 mil milhões de euros de empréstimos reclassificados como empréstimos e valores a receber de acordo com a IAS 39. Esta posição diminuiu 492 milhões de euros, o que é atribuível principalmente a alguns créditos imobiliários comerciais a contrapartes na Europa Ocidental (excluindo a Alemanha) e a um caso na Ásia e Pacífico que foi parcialmente depreciado e vendido.

Empréstimos em imparidade, provisão para perdas de crédito e recuperações por setor

em milhões de euros	31.12.2013 Total de empréstimos em imparidade	Término a 12 meses Provisão para perdas de crédito e recuperações	31.12.2013 Recuperações	31.12.2012 Total de empréstimos em imparidade	Término a 12 meses Provisão para perdas de crédito e recuperações	31.12.2012 Recuperações
Bancos e seguros	45	40	0	53	17	1
Atividades de gestão de fundos	93	(41)	0	128	(20)	1
Indústria transformadora	811	40	15	926	110	18
Comércio grossista e de retalho	661	105	4	554	81	7
Famílias	3.671	822	120	3.707	742	138
Atividades imobiliárias comerciais	2.683	732	2	3.358	357	3
Setor público	39	19	0	0	1	0
Outros	2.139	505	21	1.609	633	27
Total	10.143	2.222	162	10.335	1.922	195

Os nossos compromissos de empréstimo de fundos adicionais a devedores com empréstimos em imparidade eram de 168 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e de 145 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade, com justos valores limitados aos saldos transacionais

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Garantias financeiras e outras garantias colaterais	3.411	4.253
Garantias recebidas	763	401
Total de garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade	**4.174**	**4.654**

O total das nossas garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade em 31 de dezembro de 2013 diminuiu 480 milhões de euros face ao ano anterior. A redução é predominantemente causada por garantias colaterais afetadas ao Postbank. O rácio de cobertura incluindo garantias colaterais (definido como provisões no balanço totais para todos os empréstimos em imparidade individualmente ou avaliados coletivamente acrescidos de garantias colaterais detidas por conta de empréstimos em imparidade, com justos valores limitados aos saldos transacionais, divididas por empréstimos em imparidade ao abrigo das normas IFRS) aumentou para 96% em 31 de dezembro de 2013 face a 90% em 31 de dezembro de 2012 e foi motivado pelo mesmo fator que o rácio de cobertura de empréstimos em imparidade atribuível ao Postbank.

Garantias colaterais obtidas

Obtivemos garantias colaterais no balanço, tomando posse das garantias colaterais detidas a título de caução ou solicitando outros aumentos de crédito. As garantias colaterais obtidas são disponibilizadas para venda ordinária ou por meio de leilões públicos, sendo as receitas utilizadas para pagar ou reduzir o endividamento. Geralmente não ocupamos propriedades obtidas, para nossa utilização comercial.

Garantias colaterais obtidas durante os períodos de relato

em milhões de euros	2013	2012
Imóveis comerciais	10	30
Imóveis residenciais	48	62
Outros	0	0
Total de garantias colaterais obtidas durante o período de relato	**58**	92

As garantias colaterais de imóveis comerciais obtidas em 2013 referem-se predominantemente às nossas exposições aos EUA e a Espanha.

As garantias colaterais de imóveis comerciais obtidas, conforme apresentado na tabela supra, excluem as garantias colaterais registadas devido a consolidação de SPE que detêm ativos de imóveis comerciais pelo facto de o Grupo ter obtido controlo sobre o devedor da entidade estruturada durante o segundo e terceiro trimestres de 2013. O valor do exercício em relação às garantias colaterais obtidas para as mesmas era de 1,4 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 face a 0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

As garantias colaterais de imóveis comerciais obtidas, apresentadas na tabela acima, excluem as garantias colaterais inscritas em resultado da consolidação de fundos fiduciários de titularização ao abrigo da IFRS 10. Os valores do exercício em relação às garantias colaterais obtidas para esses fundos fiduciários eram de 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e de 10 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Provisão para Perdas de Crédito

Evolução das provisões para perdas de crédito

	2013						
	Provisão para perdas com empréstimos			Provisão para posições extrapatrimoniais			
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Subtotal	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Subtotal	Total
Saldo, início do exercício	2.266	2.426	4.692	118	97	215	4.907
Provisões para perdas de crédito	1.377	683	2.060	(15)	21	5	2.065
das quais: (Ganhos)/Perdas resultantes da alienação de empréstimos em imparidade	(19)	(2)	(20)	0	0	0	(20)
Reconhecimento de perdas líquidas:	(701)	(352)	(1.053)	0	0	0	(1.053)
Reconhecimento de perdas	(730)	(485)	(1.215)	0	0	0	(1.215)
Recuperações	30	132	162	0	0	0	162
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0
Alterações nas taxas de câmbio/outras	(85)	(25)	(110)	0	(3)	(4)	(114)
Balanço, fim do exercício	2.857	2.732	5.589	102	114	216	5.805
Alterações comparadas com o ano anterior							
Provisões para perdas de crédito							
absolutas	262	70	332	(8)	20	12	344
relativas	24%	11%	19%	119%	N/S	(177%)	20%
Reconhecimento de perdas líquidas							
absolutas	61	(28)	33	0	0	0	33
relativas	(8%)	9%	(3%)	0%	0%	0%	(3%)
Saldo, fim do exercício							
absolutas	591	306	897	(16)	17	1	898
relativas	26%	13%	19%	(13%)	18%	1%	18%

N/S – Não significativo

A nossa provisão para perdas de crédito foi de 5,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, dos quais 96% ou 5,6 mil milhões de euros relacionados com a nossa carteira de empréstimos e 4% ou 216 milhões de euros com posições fora do balanço (predominantemente compromissos com empréstimos e garantias). Relativamente à provisão para perdas com empréstimos, 51% é atribuível a perdas de crédito avaliadas individualmente e 49% é atribuível a perdas de crédito avaliadas coletivamente. O aumento líquido na nossa provisão para perdas com empréstimos de 897 milhões de euros face aos resultados do exercício anterior de adições de 2,1 mil milhões de euros parcialmente compensadas por 1,1 mil milhões de euros em reconhecimento de perdas líquidas e 110 milhões de euros de outras alterações, como acréscimo de juros em empréstimos em imparidade e efeitos cambiais. A nossa provisão para posições fora do balanço registou um ligeiro aumento líquido de 1 milhão de euros face ao exercício anterior devido a provisões adicionais de 5 milhões de euros decorrentes da nossa carteira avaliada coletivamente parcialmente compensada por 4 milhões de euros de outras alterações.

A provisão para perdas de crédito registada em 2013 aumentou 344 milhões de euros (20%) para 2,1 mil milhões de euros em comparação com 2012. As nossas provisões globais para perdas de crédito aumentaram 332 milhões de euros (19%) em 2013 face a 2012. Este aumento foi causado pela nossa carteira de empréstimos avaliada individualmente, na qual as provisões aumentaram 262 milhões de euros, juntamente com um aumento de 70 milhões de euros na nossa carteira avaliada coletivamente. O aumento de provisões na nossa carteira de empréstimos avaliada individualmente resulta de um evento de crédito de cliente individual registado em GTB, aumentando as provisões para exposição de crédito naval registadas na CB&S e encargos superiores na NCOU motivados por rubricas de cliente individual entre outras relacionadas com o setor imobiliário comercial europeu. O aumento na nossa carteira de empréstimos avaliada coletivamente foi motivado pela NCOU. Este aumento foi parcialmente compensado por reduções nos nossos negócios essenciais, refletindo uma melhoria no contexto de crédito no mercado retalhista alemão comparativamente com o ano anterior. As nossas provisões para posições extrapatrimoniais globais aumentaram 12 milhões de euros face ao ano anterior, este aumento foi motivado pela GTB devido ao aumento das provisões avaliadas coletivamente entre outros motivados pelo aumento de volume.

O reconhecimento de perdas líquidas registou uma ligeira diminuição de 33 milhões de euros (3%) em 2013 devido à redução de 61 milhões de euros na nossa carteira de empréstimos avaliada individualmente, parcialmente compensada por um aumento de 28 milhões de euros na nossa carteira de empréstimos avaliada coletivamente.

A nossa provisão para perdas com empréstimos para ativos reclassificados em conformidade com a norma IAS 39 ascenderam a 479 milhões de euros no exercício de 2013, representando 9% da nossa provisão total para perdas com empréstimos, uma ligeira descida relativamente aos 489 milhões de euros (10% da provisão total para perdas com empréstimos) no exercício anterior. A ligeira redução em 2013 resultou de reduções decorrentes de 349 milhões de euros em reconhecimento de perdas e 35 milhões de euros de outras alterações que sobrecompensaram os aumentos decorrentes de uma provisão para perdas de crédito adicional de 373 milhões de euros. Comparativamente com o ano anterior, a provisão para perdas com empréstimos para ativos reclassificados de acordo com a IAS 39 diminuiu 43 milhões de euros em 2013 (para 373 milhões de euros de 415 milhões de euros) decorrentes de reduções em carteiras para além de imobiliário comercial. O reconhecimento de perdas líquidas relacionado com ativos reclassificados de acordo com a IAS 39 apresentou um ligeiro aumento de 18 milhões de euros, para 349 milhões de euros em 2013, relativamente aos 331 milhões de euros em 2012, causado por um pequeno número de débitos líquidos no setor imobiliário comercial (subsequente ao reconhecimento de perdas parcial, os empréstimos respetivos foram consolidados pelo facto de o Grupo ter obtido controlo sobre o devedor da entidade estruturada durante o segundo e o terceiro trimestres de 2013).

							2012
	Provisão para perdas com empréstimos			Provisão para posições extrapatrimoniais			
em milhões de euros	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Subtotal	Avaliado individualmente	Avaliado coletivamente	Subtotal	Total
Saldo, início do exercício	**2.011**	**2.147**	**4.158**	**127**	**98**	**225**	**4.383**
Provisões para perdas de crédito	1.115	613	1.728	(7)	0	(7)	1.721
das quais: (Ganhos)/Perdas resultantes da alienação de empréstimos em imparidade	79	(55)	24	0	0	0	24
Reconhecimento de perdas líquidas:	(762)	(324)	(1.086)	0	0	0	(1.086)
Reconhecimento de perdas	(798)	(483)	(1.281)	0	0	0	(1.281)
Recuperações	36	158	195	0	0	0	195
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0
Alterações nas taxas de câmbio/outras	(98)	(9)	(107)	(2)	(1)	(3)	(111)
Saldo, fim do exercício	**2.266**	**2.426**	**4.692**	**118**	**97**	**215**	**4.907**
Alterações comparadas com o ano anterior							
Provisões para perdas de crédito							
absolutas	208	(312)	(104)	(26)	12	(14)	(118)
relativas	23%	(34%)	(6%)	(137%)	(103%)	(191%)	(6%)
Reconhecimento de perdas líquidas							
absolutas	(249)	61	(189)	0	0	0	(189)
relativas	49%	(16%)	21%	0%	0%	0%	21%
Saldo, fim do exercício							
absolutas	255	275	531	(9)	(1)	(10)	520
relativas	13%	13%	13%	(7%)	(1%)	(4%)	12%

A nossa provisão para perdas de crédito foi de 4,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, dos quais 96% ou 4,7 mil milhões de euros relacionados com a nossa carteira de empréstimos e 4% ou 215 milhões de euros com posições extrapatrimoniais (predominantemente compromissos com empréstimos e garantias). A nossa provisão para perdas com empréstimos em 31 de dezembro de 2012 era de 4,7 mil milhões de euros, sendo as perdas com empréstimos avaliados coletivamente e individualmente de 52% e 48%, respetivamente. O aumento da nossa provisão para perdas com empréstimos, de 531 milhões de euros, prendeu-se sobretudo com 1,7 mil milhões de euros de provisões adicionais para perdas com empréstimos, que foram parcialmente anulados com 1,1 mil milhões de euros de reconhecimento de perdas. A nossa provisão para posições fora do balanço diminuiu 10 milhões de euros (4%) face ao ano anterior, devido a liberta-

ções de provisões previamente criadas que sobrecompensaram as novas provisões na nossa carteira de posições fora do balanço avaliadas individualmente.

As provisões para perdas de crédito registadas em 2012 diminuíram 118 milhões de euros para 1,7 mil milhões de euros em comparação com 2011. As provisões globais para perdas com empréstimos diminuíram 104 milhões de euros (6%) em 2012 face a 2011. Este decréscimo deveu-se à nossa carteira de empréstimos avaliada coletivamente, em que se assistiu a uma redução de 312 milhões (34%) resultante da reserva de menores níveis de provisões para empréstimos não em imparidade no seio da nossa unidade NCOU, juntamente com a reserva de menores provisões na nossa carteira homogénea do Postbank decorrente principalmente de melhorias na qualidade da carteira. Foi registado mais crédito em juros e rendimentos similares, o que representa um aumento na qualidade creditícia dos empréstimos do Postbank registados ao justo valor aquando da consolidação inicial nas contas do Grupo.

O aumento das provisões para os nossos empréstimos avaliados individualmente, de 208 milhões de euros (23%) diz respeito a ativos reclassificados em conformidade com a NIC 39 na América do Norte e no Reino Unido, que agora integram a NCOU. As provisões para posições extrapatrimoniais diminuíram 14 milhões de euros (191%) em resultado da nossa carteira de posições extrapatrimoniais avaliadas individualmente, em que libertações de provisões criadas previamente sobrecompensaram as novas provisões em 2012.

O reconhecimento de perdas líquidas aumentou 189 milhões de euros (21%) em 2012. O reconhecimento de perdas líquidas nos nossos empréstimos avaliados individualmente subiu 249 milhões de euros, sobretudo por causa de ativos reclassificados em conformidade com a NIC 39.

A nossa provisão para perdas com empréstimos para ativos reclassificados em conformidade com a norma IAS 39 ascenderam a 489 milhões de euros no exercício de 2012, representando 10% da nossa provisão total para perdas com empréstimos, uma subida relativamente aos 444 milhões de euros (11% da provisão total para perdas com empréstimos) no exercício anterior. O aumento em 2012 foi um resultado de 415 milhões de euros de provisão para perdas de crédito parcialmente compensada por 331 milhões de euros em reconhecimento de perdas e 38 milhões de euros de outras alterações. A provisão para perdas de crédito para ativos reclassificados em conformidade com a norma IAS 39 registada em 2012 apresentou um aumento significativo de 227 milhões de euros face ao ano anterior (para 415 milhões de euros de 188 milhões de euros) decorrente de, entre outros, encargos superiores no setor imobiliário e provisões adicionais relacionadas com as nossas atividades de redução do risco. O reconhecimento de perdas líquidas relacionado com ativos reclassificados em conformidade com a norma IAS 39 apresentou um aumento de 107 milhões de euros, para 331 milhões de euros em 2013, relativamente aos 224 milhões de euros em 2012, devido ao reconhecimento de perdas relacionado com alienações.

Derivados – Ajustamento de avaliação de crédito

Definimos um ajustamento de avaliação de crédito (AAC) de contraparte para transações de derivados do mercado de balcão com o objetivo de cobrir perdas de crédito esperadas. O valor do ajustamento é determinado por avaliação da exposição de crédito potencial a todas as contrapartes tendo em consideração qualquer garantia colateral detida, o efeito de qualquer acordo de compensação, a perda esperada em caso de incumprimento e o risco de crédito com base nas informações de mercado disponíveis, incluindo diferenciais de CDS.

Registámos 209 milhões de euros em ajustamentos de avaliação de crédito por conta das nossas exposições monorramo agregadas em 31 de dezembro de 2013, uma descida em comparação com os 737 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Para informações mais detalhadas sobre ajustamentos de avaliação de crédito para contrapartes monorramo, consulte a secção "Posição financeira – Exposição a seguradoras monorramo".

Tratamento de situações de incumprimento no âmbito de derivados

Ao contrário dos ativos de empréstimos convencionais, dispomos geralmente de mais opções para gerir o risco de crédito dos nossos derivados de balcão nos casos em que a variação nos custos correntes de reposição das transações e o comportamento da nossa contraparte indicam que existe o risco das obrigações de pagamentos futuros relacionadas com as transações poderem não ser cumpridas. Nestas situações, somos frequentemente capazes, ao abrigo de contratos vigentes e rapidamente, de obter garantia colateral adicional ou encerrar as transações ou o contrato-tipo conexo com pouca antecedência.

Os acordos-tipo celebrados com os nossos clientes fornecem habitualmente um amplo conjunto de direitos de rescisão padronizados ou específicos, o que nos permite responder rapidamente ao incumprimento de uma contraparte ou a outras circunstâncias que indicam uma elevada probabilidade de incumprimento. Nos casos em que a nossa decisão de encerrar as transações de derivados ou os acordos-tipo conexos resulta numa obrigação líquida residual que é responsabilidade da contraparte, reestruturamos a obrigação, transformando-a num crédito não derivado e gerimo-lo através do nosso processo de cálculo regular. Assim sendo, normalmente não apresentamos para fins contabilísticos quaisquer derivados em incumprimento.

O risco de correlação desfavorável ocorre quando a exposição a uma contraparte está desfavoravelmente correlacionada com a qualidade creditícia dessa contraparte. Nos termos do artigo 224.º, n.ºs 8 e 9, do decreto SolvV, nós, excluindo o Postbank, criámos um processo de monitorização mensal do risco de correlação desfavorável, em que as transações sujeitas a este risco são automaticamente selecionadas e sujeitas a comentário do colaborador de crédito responsável. Nós, excluindo o Postbank, utilizámos ainda o nosso processo estabelecido para calibrar o nosso próprio fator alfa (nos termos definidos no artigo 223.º, n.º 7 do decreto SolvV) de modo a calcular o risco de correlação desfavorável global dos nossos derivados e títulos que financiam a carteira de transação. O risco de contraparte dos derivados do Postbank é irrelevante para o Grupo e as garantias colaterais detidas são normalmente em numerário.

Risco de crédito da contraparte: Avaliação regulamentar

A secção seguinte sobre Risco de crédito da contraparte: A avaliação regulamentar, que termina na página 136, apresenta divulgações específicas relacionados com o pilar 3. O regulamento não obriga a uma auditoria das divulgações ao abrigo do pilar 3. Assim sendo, esta secção é assinalada como não auditada. As informações quantitativas apresentadas obedecem ao âmbito de consolidação regulamentar.

Considerandos gerais para a avaliação regulamentar do risco de contraparte

Geralmente aplicámos o método IRB avançado à maioria das nossas carteiras de crédito elegíveis para este método IRB avançado, para calcular os requisitos de capital regulamentar em conformidade com o decreto SolvV, com base nas respetivas aprovações concedidas pela autoridade de supervisão financeira BaFin.

As aprovações da BaFin obtidas em resultado dos processos de auditoria realizados pelo método IRB avançado às exposições de crédito das nossas contrapartes, excluindo o Postbank, permitem a utilização de 68 sistemas de notação de crédito desenvolvidos internamente para efeitos de cálculo do capital regulamentar, dos quais 37 sistemas de notação de crédito foram autorizados em dezembro de 2007 e outros 31 durante o fim de 2013. As aprovações da BaFin obtidas durante o ano de 2013 constituem cinco sistemas de notação de crédito adicionais dentro da classe de exposição "retalho". Globalmente, cobrem todas as nossas exposições significativas, excluindo o Postbank, nas classes de exposição elegíveis para o método IRB avançado "Governos centrais", "Instituições", "Empresas" e "Retalho".

No Postbank, a carteira de retalho também está sujeita ao método IRB avançado, com base nas respetivas aprovações concedidas ao Postbank pela BaFin, e no facto de que possuímos um estatuto IRB avançado. Além disso, durante o ano de 2013 o Postbank obteve aprovações da BaFin para três sistemas de notação de crédito para começar a aplicar o método IRB avançado com as classes de exposição " instituições" e "empre-

sas" subsequente aos respetivos processos de auditoria. A este respeito, a BaFin concedeu também aprovações a dois sistemas de notação de crédito calculados pelo método IRB avançado e a um sistema de notação de crédito calculado pelo método IRB básico à PB Capital Corporation, que é atualmente uma subsidiária direta do Deutsche Bank AG, para começar também a aplicar o IRB avançado na sua classe de exposição "empresas" e a utilizar o IRB básico na sua classe de exposição "governos centrais". Para uma parte significativa das carteiras de crédito elegíveis para o método IRB remanescentes do Postbank aplicamos o método IRB básico com base nas respetivas aprovações da BaFin que o Postbank recebeu nos últimos anos.

Em suma, as aprovações concedidas ao Postbank, excluindo a PB Capital Corporation, pela BaFin em resultado dos seus processos de auditoria realizados pelo método IRB às exposições de crédito da contraparte permitem a utilização de 13 sistemas de notação de crédito desenvolvidos internamente para efeitos de cálculo do capital regulamentar pelo método IRB, dos quais oito sistemas de notação de crédito foram autorizados em dezembro de 2006 e outros 5 no exercício de 2013. Globalmente, cobrem as exposições significativas do Postbank na classe de exposição calculada pelo método IRB avançado elegível "Retalho", bem como as exposições significativas nas classes de exposição calculada pelos métodos básico e avançado IRB elegíveis "Governos centrais", "Instituições" e "Empresas". Adicionalmente, as exposições significativas da PB Capital Corporation são cobertas por três sistemas de notação de crédito desenvolvidos internamente para efeitos de cálculo do capital regulamentar pelo método IRB, que foram autorizados em 2013.

As secções "Método IRB avançado" e "Exposições calculadas pelo método IRB avançado" fornecem informações pormenorizadas sobre o método IRB avançado e as exposições calculadas com base nesse método. O método IRB básico e as exposições calculadas pelo método IRB básico são analisados nas secções "Método IRB básico" e "Exposições calculadas pelo método IRB básico".

Ao nível do Grupo, excluindo o Postbank, afetámos temporariamente ao método padrão algumas carteiras residuais de pequena dimensão elegíveis para o método IRB avançado. Um plano de implementação e um calendário de aprovação para estas carteiras foram definidos e acordados com as autoridades competentes, BaFin e Bundesbank. Uma parte das carteiras elegíveis para o método IRB do Postbank ainda está temporariamente atribuída ao método padrão. Durante o ano de 2013, os planos de implementação para o Grupo, excluindo o Postbank, e para o Postbank foram conjugados num plano de implementação global a nível do Grupo com um calendário de aprovação conjugado definido e acordado com a BaFin e com o Bundesbank.

As exposições que não tratamos ao abrigo do método IRB avançado ou básico são debatidas nas secções «Outras exposições calculadas pelo método IRB» e «Método Padrão», respetivamente.

O nosso rácio de cobertura do método IRB avançado, excluindo o Postbank, excedeu, com 97% em termos do valor de exposição em caso de incumprimento (*exposure at default* – EAD), bem como com 93% em termos de RWA (ativos ponderados pelo risco) em 31 de dezembro de 2013, o requisito regulamentar alemão, permanecendo inalterado relativamente aos níveis registados em 31 de dezembro de 2012, adotando medidas aplicáveis de acordo com o artigo 67.º do decreto SolvV. Estes rácios excluíram as exposições permanentemente atribuídas ao método padrão (de acordo com o artigo 70.º do decreto SolvV), a outras exposições calculadas pelo método IRB, bem como posições de titularização. Os requisitos mínimos regulamentares relacionados com os respetivos limiares de rácio de cobertura foram sempre cumpridos. Subsequentemente à combinação dos planos de implementação para o Grupo, excluindo o Postbank e o Postbank durante o ano de 2013, foram também estabelecidos os rácios de cobertura do método IRB avançado globais a nível do Grupo. Foram medidos de acordo com o artigo 67.º do decreto SolvV e estavam bastante acima dos limiares regulamentares iniciais definidos durante o ano de 2013.

EAD e RWA segundo as abordagens dos modelos aplicadas às nossas carteiras de risco de crédito

31.12.2013

	Método IRB avançado		Método IRB básico		Outras IRB		Método padrão		Total		
em milhões de euros	EAD	RWA	EAD	RWA	EAD	RWA	EAD	RWA	EAD	RWA	Requisitos de capital
Governos centrais	92.354	4.353	8	2	0	0	75.706	213	168.068	4.569	366
Instituições	60.912	9.175	5.592	1.320	0	0	4.976	198	71.481	10.693	855
Empresas	264.751	81.397	7.396	4.880	10.169	6.067	23.248	15.235	305.564	107.578	8.606
Exposições de retalho garantidas por imóveis	153.271	22.523	0	0	0	0	5.173	2.275	158.443	24.799	1.984
Exposições de retalho renováveis elegíveis	4.537	621	0	0	0	0	0	0	4.537	621	50
Outras exposições de retalho	33.082	13.990	0	0	0	0	8.593	5.982	41.675	19.972	1.598
Outras exposições	0	0	0	0	7.958	10.424	25.287	14.507	33.245	24.931	1.994
Titularizações	49.368	7.834	0	0	0	0	2.175	1.222	51.543	9.057	725
Total	658.273	139.894	12.997	6.202	18.127	16.490	145.159	39.633	834.557	202.219	16.178
Das quais risco de crédito de contraparte de	122.455	28.265	317	193	414	394	9.571	1.833	132.757	30.684	2.455
Derivados	75.738	25.900	317	193	414	394	8.630	1.806	85.099	28.292	2.263
Transações de financiamento de títulos	46.716	2.365	0	0	0	0	941	27	47.657	2.392	191

A tabela seguinte fornece uma visão geral das abordagens modelo aplicadas à nossa carteira de risco de crédito, incluindo posições de titularização. Note-se que as secções seguintes sobre as nossas exposições calculadas pelo método IRB e pelo método Padrão excluem as exposições de titularização, porque estas são apresentadas separadamente com mais pormenor na secção "Titularização". A rubrica "Outras exposições" contém predominantemente organismos de investimento coletivo, exposições de ações e obrigações não creditícias tratados ao abrigo de outras IRB, bem como as classes de exposição remanescentes do método Padrão que não se inserem nas classes de exposição "Governos centrais", "Instituições" ou "Retalho".

Exposições calculadas pelo método IRB avançado

O método IRB avançado é a abordagem mais sofisticada disponível no quadro regulamentar do risco de crédito, que nos permite utilizar as nossas metodologias de notações internas e as estimativas internas de outros parâmetros de risco específicos. Estes métodos e parâmetros representam componentes fundamentais há muito utilizados do processo interno de medição e gestão do risco que apoia o processo de aprovação de crédito, o cálculo do capital económico e das perdas esperadas, bem como a monitorização e relato internos do risco de crédito. Os parâmetros relevantes incluem a probabilidade de incumprimento (*probability of default* – PD), a perda em caso de incumprimento (*loss given default* – LGD) que integra a ponderação de risco regulamentar e o fator de conversão do crédito (CCF) no âmbito da estimativa da exposição regulamentar em caso de incumprimento (*exposure at default* – EAD). Dispomos de mais de sete anos de informação histórica relativos à maioria dos nossos sistemas internos de notação de crédito para a avaliação destes parâmetros. As nossas metodologias de notação interna refletem as notações referidas a pontos temporais, não a ciclos.

A probabilidade de incumprimento dos clientes é derivada dos nossos sistemas internos de notação de crédito. Atribuímos uma probabilidade de incumprimento a cada exposição a crédito de contraparte relevante, enquanto função de uma escala matriz de notações de crédito transparente e consistente com 26 níveis, aplicável à totalidade da nossa exposição, excluindo o Postbank. As notações de crédito atribuídas aos mutuários são calculadas com base em modelos de notação de crédito desenvolvidos internamente, que especificam critérios consistentes, distintos e relevantes para os clientes, sendo o nível da notação de crédito atribuído com base num conjunto específico de critérios aplicáveis a cada cliente. O conjunto de critérios é calculado com base em conjuntos de informações relevantes para os respetivos segmentos de clientes como comportamento geral, dados financeiros e externos. Os métodos utilizados vão de modelos de pontuação estatísticos a modelos de peritos tomando em consideração as informações quantitativas e qualitativas relevantes disponíveis. Os modelos de peritos são habitualmente aplicados a contrapartes das classes de exposição "Gover-

nos centrais", "Instituições" e "Empresas", com a exceção das pequenas e médias empresas. Para estas e para o segmento de retalho são usados normalmente modelos de pontuação estatísticos ou híbridos combinando as duas abordagens. As metodologias de notação de crédito quantitativa são desenvolvidas com base em técnicas de modelação estatística aplicáveis, como a regressão logística. Nos termos do artigo 118.º do decreto SolvV, estes modelos são complementados por avaliação e supervisão humanas para rever as atribuições baseadas nos modelos e garantir uma utilização correta dos modelos. Quando atribuímos as nossas notações de crédito internas, podemos sempre que possível compará-las com as notações de risco externas atribuídas às nossas contrapartes pelas principais agências de notação internacionais, porque a nossa escala interna de notações de créditos foi concebida para corresponder sobretudo às escalas de notação de crédito externas das agências de notação. Para informações quantitativas quanto à nossa exposição calculada pelos métodos IRB básico e avançado com base num grau de pormenorização da notação que corresponde a notações equivalentes externas da Standard & Poor's, consultar as secções "Exposições calculadas pelo método IRB avançado" e "Exposições calculadas pelo método IRB básico".

Embora sejam aplicadas metodologias de notação de crédito diferentes a distintos segmentos de clientes, para refletir adequadamente as características específicas dos clientes, todas se regem pelos mesmos princípios de gestão do risco. As políticas do processo de crédito fornecem orientações sobre a classificação dos clientes nos diferentes sistemas de notação de crédito. Para mais informações sobre o processo de crédito e os respetivos métodos de notação de crédito utilizados no âmbito deste processo, consultar as secções «Notações de risco de crédito" e "Governação das notações».

O Postbank atribui também uma probabilidade de incumprimento a cada exposição de crédito de contraparte relevante como função de uma escala matriz de notação de crédito interna para as respetivas carteiras. As notações de crédito atribuídas são calculadas com base em modelos de notação de crédito desenvolvidos internamente, que especificam critérios consistentes, distintos e relevantes para os clientes. Estes modelos de notação de crédito são modelos de pontuação estatísticos ou de notação de crédito desenvolvidos internamente baseados em informações internas e externas relacionadas com o mutuário e utilizam procedimentos estatísticos para avaliar uma probabilidade de incumprimento. A pontuação ou probabilidade de incumprimento resultante é mapeada na escala matriz de notação de crédito interna do Postbank.

Aplicamos fatores LGD calculados internamente no âmbito do cálculo dos requisitos de capital pelo método IRB avançado, como aprovado pela BaFin. O LGD é definido como a intensidade de perda provável em caso de incumprimento de uma contraparte. Fornece uma estimativa da exposição que não pode ser recuperada num evento de incumprimento e capta, por conseguinte, a gravidade de uma perda. Em termos conceptuais, as estimativas de LGD são independentes da probabilidade de incumprimento dos clientes. Os modelos LGD garantem que os principais elementos responsáveis por perdas (isto é, os diferentes níveis e qualidades de garantias colaterais e de tipos de clientes ou produtos, ou a antiguidade do instrumento) são traduzidos em fatores LGD específicos. Nos nossos modelos LGD, exceto o Postbank, atribuímos parâmetros LGD específicos por tipo de garantia colateral à exposição garantida colateralmente (valor da garantia colateral após a aplicação de margens de avaliação (*haircuts*). Por outro lado, o LGD para a exposição sem garantias colaterais não pode ser inferior ao LGD atribuído à exposição garantida colateralmente e são aplicados patamares regulamentares (10% para créditos hipotecários residenciais).

No âmbito da aplicação do método IRB avançado, aplicamos CCF específicos para calcular um valor EAD. Em termos conceptuais, o EAD é definido como o montante de exposição ao crédito de uma contraparte, esperado no momento do seu incumprimento. Para efeitos de cálculo pelo método IRB avançado, aplicamos os princípios gerais definidos no artigo 100.º do decreto SolvV para determinar o EAD duma transação. Quando uma transação exterior ao Postbank envolve um limite não utilizado, adiciona-se uma percentagem deste limite não utilizado ao montante em dívida, para refletir adequadamente o montante em dívida esperado em caso de incumprimento de uma contraparte. Este procedimento parte do pressuposto que a utilização relativa a compromissos no momento de incumprimento poderá ser superior à utilização atual. Quando uma operação envolve uma componente contingente adicional (ou seja, garantias), é aplicada uma percentagem adicional (fator de utilização) no âmbito do modelo CCF para calcular o montante de garantias utilizadas em caso de

incumprimento. Sempre que permitido pelo método IRB avançado, os CCF são calculados internamente. As calibrações desses parâmetros baseiam-se na experiência estatística, bem como em dados históricos internos e tomam em consideração as características específicas dos tipos de clientes e produtos. A BaFin avaliou os nossos modelos CCF no âmbito do processo de aprovação e confirmou a sua adequação para utilização no processo de cálculo dos requisitos de capital regulamentares.

Globalmente, o Postbank implementa normas semelhantes na aplicação do método IRB avançado às suas carteiras de retalho, bem como às carteiras de empresas e instituições abrangidas pelo método IRB avançado, utilizando probabilidades de incumprimento, taxas de perdas e fatores de conversão calculados internamente como base para determinar os requisitos de capital regulamentar mínimos.

Nas exposições a risco de contraparte de derivados, bem como nas operações de financiamento de títulos, nós, excluindo o Postbank, usamos o método de modelo interno (MMI), em conformidade com o artigo 222.º e seguintes do decreto SolvV. As operações de financiamento de títulos abrangem operações de recompra, empréstimo de títulos ou matérias-primas e títulos ou matérias-primas contraídos por empréstimo, bem como operações de empréstimo com imposição de margens (incluindo corretagem *prime*). O MMI é uma abordagem mais sofisticada para o cálculo do EAD de derivados e de operações de financiamento de títulos, que também carece de aprovação prévia da BaFin, antes da primeira aplicação. Quando aplicamos esta abordagem, baseamos os nossos cálculos do EAD numa simulação de Monte Carlo dos futuros valores de mercado das operações. Neste processo de simulação, as taxas de juro e de câmbio, os diferenciais de crédito, os preços das ações e das matérias-primas são modelados por processos estocásticos e cada transação de financiamento de títulos e derivados é reavaliada em cada ponto da grelha temporal predefinida pelas nossas rotinas de avaliação aprovadas internamente. Em resultado deste processo, gera-se uma distribuição de futuros valores de mercado para cada operação em cada ponto da grelha temporal. Destas distribuições, tomando em consideração os acordos de compensação de garantias colaterais apropriados, derivamos os indicadores exposição potencial futura (*potential future exposure* – PFE), exposição esperada média (*average expected exposure* – AEE) e exposição positiva esperada (*expected positive exposure* – EPE) mencionados na secção "Risco de crédito de contraparte de derivados". O indicador EPE avaliado em conjuntos de compensação regulamentares elegíveis define o EAD para exposições a risco de contraparte de derivados, bem como para transações de financiamento de títulos no âmbito dos nossos cálculos do capital regulamentar para a grande maioria da nossa carteira de derivados e de transações de financiamento de títulos, aplicando o nosso próprio fator alfa calibrado no seu cálculo, limitado pelo valor inferior de 1,2. Em 31 de dezembro de 2013, o fator alfa foi calibrado para 1,22 ligeiramente acima do limite. O EAD utilizado para o pequeno conjunto de operações em que não é possível calcular uma simulação em computador, é derivado do atual método de exposição.

Para o nosso risco de crédito da contraparte resultante do Postbank, aplicamos o atual método de exposição, ou seja, calculamos o EAD como a soma do justo valor positivo líquido das operações de derivados e das medidas adicionais regulamentares. Como a posição EAD dos derivados resultante do Postbank é menos de 1% da posição global de risco de crédito da contraparte dos derivados, consideramos irrelevante a posição dos derivados do Postbank.

Definição de incumprimento e validação do modelo

A definição, a identificação e o registo adequados do evento de incumprimento dum cliente são pré-requisitos para o desenvolvimento de metodologias de notação de crédito e a determinação de parâmetros de risco. Aplicamos uma definição de incumprimento nos termos exigidos pelo artigo 125.º do decreto SolvV, confirmada pela BaFin no âmbito do processo de aprovação IRB.

Validamos regularmente as nossas metodologias de notação de crédito e parâmetros de risco de crédito, enquanto elementos importantes da nossa estrutura de gestão do risco. Enquanto a validação da metodologia de notação de crédito se centra no poder discriminatório dos modelos, a validação dos parâmetros de risco para PD, LGD e EAD analisa o poder preditivo desses parâmetros quando comparados com o historial das experiências de incumprimento e perdas.

Os parâmetros PD, LGD e EAD são revistos anualmente de acordo com as nossas normas e em cumprimento dos requisitos mínimos definidos no decreto SolvV. O processo de validação para os parâmetros utilizados por nós, excluindo o Postbank, é coordenado e supervisionado por um grupo de trabalho de validação constituído por membros dos departamentos financeiro, de análise do risco e planos de liquidação e de gestão do risco de crédito. As validações dos parâmetros de risco consistem em análises quantitativas de dados históricos internos, enriquecidas por avaliações qualitativas quando os dados de validação não são estatisticamente suficientes para derivar resultados de validação fiáveis. Uma recalibração das definições de parâmetros específicos é acionada com base nos resultados da validação, se necessário. Além das validações anuais, são efetuadas revisões *ad hoc* quando necessário, em reação à deterioração da qualidade numa fase precoce em resultado de alterações sistemáticas dos fatores de *input* (ou seja, alterações do comportamento de pagamento) ou de alterações da estrutura da carteira. As revisões efetuadas em 2013 para sistemas de notação calculados pelo método IRB avançado ativaram as recalibrações apresentadas na tabela abaixo. 66 novos parâmetros de risco são aplicados devido a recém-aprovados sistemas de notação de crédito ou à introdução de um maior grau de pormenorização nas definições dos parâmetros de risco existentes (incluindo o Postbank). Nenhuma das recalibrações individualmente nem o impacto de todas as recalibrações no conjunto afetaram significativamente os nossos requisitos de capital regulamentar.

De forma análoga, também no Postbank os resultados das estimativas dos parâmetros PD, CCF e LGD são revistos anualmente. O comité de validação de modelos do Postbank é responsável pela supervisão do processo de validação anual de todos os modelos. A governação conjunta é assegurada pelo assento de diretores sénior do Deutsche Bank nos comités relevantes do Postbank e vice-versa.

Resultados de validação para os parâmetros de risco utilizados no nosso método IRB avançado

	2013					
	PD		LGD		EAD	
	Número	EAD em %	Número	EAD em %	Número	EAD em %
Apropriados	136	80,8	150	87,3	50	52,2
Excessivamente conservadores	8	7,9	6	7,5	21	43,6
Progressistas	10	11,3	6	5,1	8	4,2
Total	154	100,0	162	100,0	79	100,0
Dos quais, já recalibrados e introduzidos em 2013						
Excessivamente conservadores	3	5,2	2	1,0	7	38,6
Progressistas	6	6,9	4	5,1	4	3,5
Total	9	12,1	6	6,0	11	42,1

	2012					
	PD		LGD		EAD	
	Número	EAD em %	Número	EAD em %	Número	EAD em %
Apropriados	104	91,4	100	89,8	40	79,5
Excessivamente conservadores	6	1,8	18	4,1	29	15,9
Progressistas	16	6,8	11	6,1	5	4,6
Total	126	100,0	129	100,0	74	100,0
Dos quais, já recalibrados e introduzidos em 2012						
Excessivamente conservadores	1	0,1	17	3,5	24	15,3
Progressistas	1	0,1	7	2,0	5	4,6
Total	2	0,2	24	5,5	29	19,9

A tabela acima resume os resultados das validações dos modelos para os parâmetros de risco PD, LGD e EAD utilizados no nosso método IRB avançado, incluindo o Postbank. As definições individuais dos parâmetros de risco são classificadas como apropriadas se não tiver sido ativada uma recalibração pela validação, pelo que se prossegue com a aplicação das atuais definições dos parâmetros, porque ainda são suficientemente conservadoras. Um parâmetro é classificado como excessivamente conservador ou como progressista, se a validação ativar uma análise de recalibração que provoque uma possível redução ou aumento da definição atual, respetivamente. A discriminação por PD, LGD e EAD é apresentada pelo número de parâmetros,

bem como pela percentagem relativa de EAD associada ao respetivo parâmetro em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

As validações durante 2013 confirmam em grande parte as nossas definições de parâmetros. Os parâmetros PD e LGD com importância elevada são causados por três sistemas de notação de crédito. Para um sistema de notação de crédito do Postbank que contribui com cerca de 6% da EAD (para o PD e o LGD), o parâmetro revelou ser demasiado progressista e o parâmetro LGD é excessivamente conservador. Sempre que os PD já apresentavam um aumento, foi decidido manter a definição LGD até à validação seguinte. Para outro sistema de notação de crédito do Postbank que contribui com cerca de 5% da EAD (para o PD e o LGD), os eram PD excessivamente conservadores e o LGD era progressista, ambos os parâmetros já tinham sido alterados. Para um terceiro sistema de notação de crédito do DB que contribui com cerca de 3,5% da EAD, os parâmetros PD progressistas serão mitigados pela realização de uma nova notação de crédito das exposições efetuadas que já teve início em 2013. Um parâmetro EAD utilizado no DB que contribui com cerca de 35% do limite livre era excessivamente conservador e foi reduzido 3 p.p., mantendo ainda um elevado nível de conservadorismo. Todos os restantes parâmetros validados negativamente são aplicados a carteiras de menor dimensão.

Dos 59 parâmetros de risco alvo duma proposta de alteração efetuada em 2013 na sequência da validação efetuada, 26 já foram introduzidos em 2013. Das 33 alterações de parâmetros remanescentes, 18 estão agendadas para implementação no primeiro trimestre de 2014. Outras investigações revelaram que uma definição de parâmetro poderia ser retida devido à composição da carteira alterada. A implementação das definições dos restantes 14 parâmetros está prevista para 2014. Algumas destas alterações de parâmetros encontram-se pendentes da aprovação obrigatória da BaFin antes da sua introdução. Dos 85 parâmetros de risco alvo duma proposta de alteração efetuada em 2012 na sequência da validação efetuada, 55 já foram introduzidos em 2012. A implementação das alterações dos restantes 30 parâmetros foi efetuada em 2013.

Em complemento das medidas referidas, a comparação das estimativas de perda esperada (*expected loss* – EL) regulamentar com a perda efetivas inscrita também fornece informações sobre o poder preditivo dos nossos cálculos dos parâmetros e, por conseguinte, sobre os cálculos do parâmetro EL.

O EL utilizado nesta comparação é a perda de crédito prevista em resultado de incumprimentos de contraparte das nossas exposições ao longo do período dum ano, sendo calculada como o produto de PD, LGD e EAD para exposições em cumprimento em 31 de dezembro do ano transato. O indicador de perda efetiva é definido por nós como novas provisões por conta de exposições recentemente consideradas em imparidade, inscritas nas nossas demonstrações financeiras por via dos resultados nos respetivos exercícios relatados.

Embora consideremos que esta abordagem fornece determinadas informações, a comparação tem limitações porque os dois indicadores não são diretamente comparáveis. Em particular o parâmetro LGD subjacente ao cálculo de EL representa a expectativa de perda até à conclusão do período de reestruturação, ao passo que a perda efetiva, tal como definida, representa a informação contabilística inscrita num determinado exercício. Acresce que EL é um indicador de perdas de crédito esperadas para um momento da nossa exposição ao crédito numa determinada data do balanço, enquanto a perda efetiva é inscrita para uma carteira de crédito flutuante ao longo dum exercício, ou seja, inclui perdas relacionadas com novos empréstimos concedidos durante o ano.

Em conformidade com a metodologia acima descrita, a tabela seguinte apresenta uma comparação dos cálculos de EL para empréstimos, compromissos e passivos contingentes entre 2012 e 2008, sendo as perdas efetivas inscritas para os exercícios entre 2013 e 2009, por classe de exposição regulamentar para exposições calculadas pelo método IRB avançado. O Postbank é refletido pela primeira vez na comparação dos cálculos de EL no exercício de 2010, sendo as perdas efetivas inscritas referentes ao exercício de 2011.

Comparação dos cálculos de perda esperada para empréstimos, compromissos e passivos contingentes, com as perdas efetivas inscritas por classe de exposição regulamentar para exposições calculadas pelo método IRB avançado

	31.12.2012	2013	31.12.2011	2012	31.12.2010	2011	31.12.2009	2010	31.12.2008	2009
em milhões de euros	Perdas esperadas	Perda efetiva	Perdas esperadas	Perda efetiva[1]	Perdas esperadas[2]	Perda efetiva[2]	Perdas esperadas	Perda efetiva	Perdas esperadas	Perda efetiva
Governos centrais	3	18	1	0	2	0	2	0	2	0
Instituições	10	1	7	14	22	2	16	1	21	16
Empresas	351	717	445	393	449	363	471	358	591	1.665
Exposições de retalho garantidas por imóveis	284	223	294	224	222	359	118	101	120	140
Exposições de retalho renováveis elegíveis	23	7	23	12	2	30	2	5	2	7
Outras exposições de retalho	404	370	418	385	390	301	301	282	311	315
Total de perda esperada e de perda efetiva segundo o método IRB avançado	**1.075**	**1.336**	1.188	1.028	1.088	1.055	910	747	1.047	2.143

[1] Os montantes de perda efetiva em 31 de dezembro de 2012 foram reajustados devido ao alinhamento do modelo de cálculo do Postbank à abordagem do Grupo.
[2] Os números relativos à Perda esperada para 2010 e à Perda efetiva em 2011 foram reformulados para limitar a divulgação exclusivamente à exposição do Postbank calculada pelo método IRB avançado.

A perda efetiva em 2013 excedeu a perda esperada em 261 milhões de euros (24%). Isto deveu-se principalmente a um nível de provisões superior ao esperado na nossa carteira empresarial resultante de um evento de crédito de cliente individual de grande dimensão numa carteira habitualmente de baixo risco da GTB, bem como a um encargo de grande dimensão na NCOU. Adicionalmente, a perda efetiva para os governos centrais foi superior ao esperado, motivada por um cliente individual. Um desempenho melhor do que o esperado em todas as classes de exposição de retalho e em instituições compensou parcialmente o excesso global da perda efetiva comparativamente com a perda esperada.

A perda efetiva em 2012 foi 13% inferior à perda esperada em todas as classes de exposição, excetuando as instituições, nas quais a perda efetiva foi motivada por um cliente individual.

A diminuição na perda esperada em 31 de dezembro de 2012 face a 31 de dezembro de 2011 deve-se principalmente a reduções de exposição e a menor amplitude por parâmetros LGD parcialmente inferiores.

A consolidação do Postbank conduziu a um aumento na perda esperada com início em 31 de dezembro de 2010 e nas perdas efetivas com início em 2011.

Em 2010, a perda efetiva foi 18% menor que a perda esperada como perda efetiva, e foi positivamente influenciada pelas provisões mais baixas reservadas para ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39.

A redução da perda esperada para 2010, comparada com a perda esperada para 2009, refletiu a ligeira retoma do contexto económico pós-crise financeira.

Em 2009, as perdas efetivas excederam a perda esperada em 104%, sobretudo devido aos encargos significativos com um pequeno número de exposições, principalmente concentradas em Financiamento alavancado, bem como à continuada deterioração das condições de crédito, não refletidas nas perdas esperadas para as nossas exposições a empresas no início do ano.

A tabela seguinte fornece uma comparação das variações homólogas registadas na perda efetiva, por classe de exposição regulamentar. O Postbank é incluído pela primeira vez no período de relato de 2011.

Comparação da variação homóloga da perda efetiva por classe de exposição calculada pelo método IRB

em milhões de euros	2013	2012[1]	2011	2010	2009
Governos centrais	18	0	0	0	0
Instituições	1	14	2	1	16
Empresas	717	393	363	358	1.665
Exposições de retalho garantidas por imóveis	223	224	359	101	140
Exposições de retalho renováveis elegíveis	7	12	30	5	7
Outras exposições de retalho	370	385	301	282	315
Total de perda efetiva calculada pelo método IRB avançado	**1.336**	1.028	1.055	747	2.143

[1] Os montantes de perda efetiva em 31 de dezembro de 2012 foram reajustados devido ao alinhamento do modelo de cálculo do Postbank à abordagem do Grupo.

No ano corrente, a perda efetiva aumentou 308 milhões de euros (30%) face aos valores do ano anterior, principalmente devido à nossa carteira de empresas e a exposições de amplitude menor aos governos centrais. O aumento na nossa carteira de empresas foi causado por um evento de crédito de cliente individual na GTB juntamente com perdas efetivas superiores para companhias marítimas registadas na CB&S, bem como a um encargo de grande dimensão na NCOU relacionado com o setor imobiliário comercial, ao passo que as perdas efetivas nos governos centrais resultam de um encargo a um cliente individual. Estes aumentos foram parcialmente compensados por ligeiras reduções nas nossas carteiras de retalho, bem como em instituições.

A ligeira redução em perda efetiva de 27 milhões de euros (3%) em 2012 face a 2011 é motivada pelas exposições de retalho garantidas por imóveis resultantes do alinhamento do modelo de cálculo do Postbank à abordagem do Grupo.

Em 2011, as novas provisões criadas foram 308 milhões de euros mais elevadas que em 2010, devido sobretudo à inclusão, pela primeira vez, do Postbank no relato do exercício.

As novas provisões inscritas em 2010 representaram menos 1,4 mil milhões que em 2009, refletindo predominantemente o decréscimo significativo das provisões exigidas para os ativos reclassificados em conformidade com a IAS 39. As medidas adotadas a nível das carteiras e dos países saldaram-se por uma redução da perda efetiva nas nossas exposições de retalho em Espanha e na Índia, parcialmente anulada por aumentos no negócio do financiamento ao consumo na Polónia. A redução observada na perda efetiva foi parcialmente anulada pelas provisões reservadas para as atividades de banca comercial adquiridas ao ABN AMRO e ao Postbank.

Exposições calculadas pelo método IRB avançado

O método IRB avançado exige a diferenciação da carteira de crédito de um banco por diferentes classes de exposição regulamentares, designadamente Governos centrais, Instituições, Empresas e Clientes de retalho. Nós identificamos a classe de exposição regulamentar relevante para cada exposição através da ponderação de fatores como as características específicas dos clientes, o sistema de notação de crédito utilizado, bem como certos limiares significativos que estão regulamentarmente definidos.

As tabelas infra apresentam as nossas exposições calculadas pelo método IRB avançado distribuídas segundo uma escala de notação de crédito e separadamente para cada classe de exposição regulamentar IRB. A apresentação inclui também as carteiras de retalho do Postbank, desde que tenham sido atribuídas ao método IRB avançado e às exposições recentemente atribuídas ao método IRB avançado no âmbito das classes de exposição "instituições" e "empresas". O parâmetro EAD é apresentado em conjugação com os valores médios ponderados pelas exposições dos parâmetros PD e LGD, com os ativos ponderados pelo risco (RWA) e com o coeficiente de risco (RW) médio, calculado como ativos ponderados pelo risco (RWA) divididos pela exposição em caso de incumprimento (EAD) líquida. A informação é apresentada após a redução do risco de crédito obtida sob a forma de garantias colaterais financeiras, físicas e outras garantias colaterais, bem como de garantias e de derivados de crédito. O efeito de incumprimento duplo, quando aplicável fora das exposições de retalho do Postbank, é considerado no coeficiente médio de risco. Esse efeito implica que uma exposição garantida só é considerada uma perda se o devedor primário e o garante não cumprirem as suas obrigações em simultâneo.

Note-se que a informação bruta sobre a exposição em caso de incumprimento para exposições cobertas por garantias ou por derivados de crédito é atribuída à classe de exposição da contraparte inicial, respetivamente, ao passo que a informação de EAD líquida atribui as exposições ao vendedor da proteção. Em consequência, a EAD líquida pode ser mais elevada do que a EAD bruta.

A tabela infra também inclui a nossa posição de risco de crédito de contraparte decorrente de derivados e de operações de financiamento de títulos (SFT), desde que tenha sido atribuída ao método IRB avançado. Na maioria destas exposições utilizamos o MMI para derivar a EAD em que os acordos de compensação e de garantias colaterais apropriados já sejam considerados, resultando numa EAD líquida de garantias colaterais. Fornecem também um rácio de perda esperada por EAD para as exposições não em incumprimento. Para exposições em incumprimento, aplicamos uma conceção LGD que já incorpora potenciais perdas inesperadas na estimativa da taxa de perda, conforme exigido no número 9 do artigo 132.º do decreto SolvV.

EAD das exposições de crédito calculadas pelo método IRB avançado, por grau de probabilidade de incumprimento (PD) (incluindo o Postbank)

	iAAA–iAA 0.00–0.04%	iA 0.04–0.11%	iBBB 0.11–0.5%	iBB 0.5–2.27%	iB 2.27–10.22%	iCCC 10.22–99.99%	Incumprimento [1]	Total	31.12.2013 Delta total comparativamente ao ano anterior
Governos centrais									
EAD bruta em milhões de euros	74.299	5.162	3.676	1.893	606	126	55	85.815	(9.847)
EAD líquida em milhões de euros	81.527	6.462	3.504	603	113	90	55	92.354	(10.845)
PD média em %	0,00	0,08	0,30	1,40	5,31	13,04	100,00	0,11	0,07 p.p.
LGD média em %	48,67	40,71	43,23	13,80	43,35	38,31	34,93	47,65	(0,61) p.p.
RW médio em %	0,83	22,37	48,90	32,84	136,69	170,16	25,65	4,71	1,07 p.p.
EL/EAD líquida em %	0,00	0,03	0,13	0,13	2,19	4,98	N/S	0,02	0,00 p.p.
Instituições									
EAD bruta em milhões de euros	16.869	27.549	12.297	2.098	1.070	196	294	60.373	(5.995)
EAD líquida em milhões de euros	17.872	28.258	11.499	1.776	1.019	195	294	60.913	(4.944)
PD média em %	0,03	0,07	0,32	1,10	4,64	21,66	100,00	0,77	0,13 p.p.
LGD média em %	38,53	26,98	23,23	21,71	12,42	6,27	4,40	29,09	3,39 p.p.
RW médio em %	8,46	11,72	25,15	42,61	47,81	34,73	50,16	15,06	1,48 p.p.
EL/EAD líquida em %	0,01	0,02	0,07	0,23	0,56	1,66	N/S	0,05	0,00 p.p.
Empresas									
EAD bruta em milhões de euros	63.599	57.266	65.756	50.198	22.020	4.520	10.596	273.955	(20.508)
EAD líquida em milhões de euros	66.663	57.687	62.670	44.726	18.912	3.859	10.235	264.751	(16.439)
PD média em %	0,03	0,07	0,25	1,11	4,70	21,56	100,00	4,79	1,18 p.p.
LGD média em %	27,06	34,75	32,13	26,18	20,41	19,12	25,27	29,13	(1,31) p.p.
RW médio em %	8,64	18,26	33,75	53,42	70,92	107,07	24,59	30,74	1,71 p.p.
EL/EAD líquida em %	0,01	0,02	0,08	0,30	1,02	4,26	N/S	0,22	0,01 p.p.
Exposições de retalho garantidas por imóveis									
EAD bruta em milhões de euros	1.357	10.556	47.510	65.038	20.654	5.892	2.550	153.558	59.756
EAD líquida em milhões de euros	1.357	10.556	47.485	64.936	20.576	5.844	2.518	153.271	59.201
PD média em %	0,04	0,08	0,28	1,12	4,10	20,19	100,00	3,53	(1,84) p.p.
LGD média em %	12,93	13,13	11,07	10,67	9,47	9,97	17,27	10,90	(9,72) p.p.
RW médio em %	1,63	3,08	6,04	14,97	29,33	56,69	9,44	14,69	(7,92) p.p.
EL/EAD líquida em %	0,00	0,01	0,03	0,12	0,39	1,98	N/S	0,19	(0,26) p.p.
Exposições de retalho renováveis elegíveis									
EAD bruta em milhões de euros	175	998	1.890	1.075	288	83	28	4.537	(72.898)
EAD líquida em milhões de euros	175	998	1.890	1.075	288	83	28	4.537	(72.784)
PD média em %	0,04	0,08	0,24	1,04	4,54	19,65	100,00	1,64	(2,21) p.p.
LGD média em %	47,43	46,95	46,81	45,40	48,01	49,99	51,09	46,69	37,22 p.p.
RW médio em %	1,34	2,54	6,19	18,73	57,26	130,55	8,55	13,69	0,65 p.p.
EL/EAD líquida em %	0,02	0,04	0,11	0,48	2,22	9,51	N/S	0,49	0,29 p.p.
Outras exposições de retalho									
EAD bruta em milhões de euros	197	1.336	6.877	12.920	6.687	1.934	2.542	32.493	20.790
EAD líquida em milhões de euros	411	1.537	7.101	13.041	6.666	1.917	2.409	33.081	21.378
PD média em %	0,03	0,08	0,29	1,16	4,65	19,68	100,00	9,88	1,93 p.p.
LGD média em %	40,35	43,53	41,09	42,25	42,29	40,13	52,36	42,66	(8,76) p.p.

RW médio em %	4,54	9,42	22,11	46,39	65,31	90,86	4,68	42,29	2,17 p.p.
EL/EAD líquida em %	0,01	0,03	0,12	0,49	1,95	7,84	N/S	1,15	(0,17) p.p.
Total de exposições calculadas pelo método IRB									
EAD bruta em milhões de euros	156.496	102.867	138.005	133.222	51.325	12.751	16.065	610.731	(28.702)
EAD líquida em milhões de euros	168.004	105.497	134.148	126.157	47.573	11.987	15.540	608.906	(24.432)
PD média em %	0,02	0,07	0,27	1,12	4,43	20,52	100,00	3,61	0,52 p.p.
LGD média em %	38,71	31,11	24,88	19,90	18,79	18,17	27,86	28,21	(1,01) p.p.
RW médio em %	4,76	14,97	22,60	32,36	51,72	79,38	19,50	21,69	1,10 p.p.
EL/EAD líquida em %	0,01	0,02	0,06	0,22	0,88	3,72	N/S	0,21	0,00 p.p.

N/S – Não significativo

[1] Os coeficientes de risco relativamente baixos na coluna "Incumprimento" refletem o facto de que os requisitos de capital para exposições em incumprimento são considerados principalmente uma dedução do capital regulamentar igual à diferença entre perda esperada e provisões.

	iAAA–iAA 0.00–0.04%	iA 0.04–0.11%	iBBB 0.11–0.5%	iBB 0.5–2.27%	iB 2.27–10.22%	iCCC 10.22–99.99%	Incumprimento [1]	Total	31.12.2012 Delta total comparativamente ao ano anterior
Governos centrais									
EAD bruta em milhões de euros	85.351	4.948	2.804	1.404	732	423	0	95.662	(14.939)
EAD líquida em milhões de euros	93.599	6.227	2.533	583	207	50	0	103.199	(15.925)
PD média em %	0,00	0,08	0,30	1,40	5,67	13,05	100,00	0,04	(0,13) p.p.
LGD média em %	49,24	39,44	42,77	11,04	42,70	48,91	5,00	48,26	0,75 p.p.
RW médio em %	0,49	23,16	49,88	25,96	165,01	215,08	62,50	3,65	1,47 p.p.
EL/EAD líquida em %	0,00	0,03	0,13	0,10	2,46	6,37	N/S	0,01	0,01 p.p.
Instituições									
EAD bruta em milhões de euros	15.719	31.913	13.132	2.706	2.251	481	166	66.368	(17.969)
EAD líquida em milhões de euros	16.636	32.136	11.890	2.356	2.191	481	166	65.856	(24.116)
PD média em %	0,04	0,07	0,25	1,08	3,00	21,77	100,00	0,64	0,31 p.p.
LGD média em %	31,64	27,03	19,44	21,83	4,59	5,51	13,43	25,70	(0,32) p.p.
RW médio em %	5,54	11,10	22,18	53,91	16,29	30,79	25,55	13,58	(0,56) p.p.
EL/EAD líquida em %	0,01	0,02	0,06	0,26	0,14	1,23	N/S	0,05	3,48 p.p.
Empresas									
EAD bruta em milhões de euros	76.225	65.701	66.759	50.632	21.795	5.753	7.598	294.463	(41.477)
EAD líquida em milhões de euros	78.535	64.830	62.096	45.023	18.351	4.993	7.361	281.190	(40.521)
PD média em %	0,03	0,07	0,24	1,17	4,70	23,56	100,00	3,61	0,12 p.p.
LGD média em %	32,63	34,72	30,90	24,84	22,79	16,78	28,19	30,44	1,09 p.p.
RW médio em %	9,50	17,86	31,06	49,72	79,28	92,15	24,14	29,04	(2,24) p.p.
EL/EAD líquida em %	0,01	0,02	0,07	0,28	1,08	3,74	N/S	0,21	(0,05) p.p.
Exposições de retalho garantidas por imóveis									
EAD bruta em milhões de euros	2.766	9.976	45.086	67.241	12.762	5.432	2.680	145.943	10.613
EAD líquida em milhões de euros	2.766	9.976	45.078	67.203	12.730	5.410	2.665	145.828	10.615
PD média em %	0,03	0,08	0,29	1,05	4,70	21,24	100,00	3,58	(0,11) p.p.
LGD média em %	12,13	15,18	10,40	12,21	9,69	8,85	17,99	11,04	0,14 p.p.
RW médio em %	1,36	4,88	5,72	16,50	31,73	53,92	14,53	13,89	0,00 p.p.
EL/EAD líquida em %	0,00	0,01	0,05	0,22	1,60	5,38	N/S	0,45	(1,11) p.p.
Exposições de retalho renováveis elegíveis									
EAD bruta em milhões de euros	176	1.012	1.863	1.080	292	91	35	4.550	(580)
EAD líquida em milhões de euros	176	1.012	1.863	1.080	292	91	35	4.550	(580)
PD média em %	0,04	0,08	0,24	1,04	4,77	19,86	100,00	1,98	0,10 p.p.
LGD média em %	44,30	45,49	45,67	44,63	47,92	48,20	48,33	47,12	(13,81) p.p.
RW médio em %	1,26	2,46	6,03	18,44	59,70	140,05	7,33	16,22	(12,45) p.p.
EL/EAD líquida em %	0,00	0,01	0,03	0,10	0,35	1,94	N/S	0,20	0,18 p.p.
Outras exposições de retalho									
EAD bruta em milhões de euros	257	1.436	6.920	12.256	6.477	2.310	2.792	32.448	1.546
EAD líquida em milhões de euros	294	1.625	7.053	12.272	6.497	2.278	2.697	32.716	1.612
PD média em %	0,03	0,08	0,30	1,15	4,83	19,96	100,00	11,13	3,91 p.p.
LGD média em %	41,61	46,82	43,50	44,91	49,81	46,43	48,51	45,81	0,05 p.p.
RW médio em %	4,77	9,99	23,91	49,52	77,41	114,21	6,60	47,22	2,38 p.p.
EL/EAD líquida em %	0,02	0,04	0,11	0,62	3,32	9,99	N/S	1,32	0,68 p.p.

Total de exposições calculadas pelo método IRB									
EAD bruta em milhões de euros	180.494	114.986	136.564	135.320	44.308	14.490	13.271	639.433	(62.805)
EAD líquida em milhões de euros	192.006	115.806	130.514	128.517	40.267	13.304	12.924	633.338	(68.915)
PD média em %	0,02	0,07	0,26	1,14	4,58	21,96	100,00	3,08	0,41 p.p.
LGD média em %	40,46	31,75	25,83	19,89	22,03	18,25	30,12	29,36	(0,51) p.p.
RW médio em %	4,64	15,22	23,61	32,41	59,49	78,67	17,38	20,61	(0,85) p.p.
EL/EAD líquida em %	0,01	0,02	0,06	0,22	1,01	3,91	N/S	0,21	0,40 p.p.

N/S – Não significativo
[1] Os coeficientes de risco relativamente baixos na coluna "Incumprimento" refletem o facto de que os requisitos de capital para exposições em incumprimento são considerados principalmente uma dedução do capital regulamentar igual à diferença entre perda esperada e provisões.

A diminuição no valor de exposição é motivada principalmente no âmbito da classe de exposição de empresas, resultando das iniciativas de redução em curso na NCOU durante o ano de 2013, da classe de exposição de governos centrais, primeiro devido a níveis inferiores de depósitos remunerados em bancos centrais e à classe de exposição de instituições, devido a níveis inferiores em derivados e transações de financiamento de títulos na CB&S. Isto foi parcialmente compensado pelo segmento de exposições de retalho garantidas por imóveis, principalmente devido a um aumento na nossa carteira de hipotecas na PBC.

As tabelas infra apresentam as nossas exposições calculadas pelo método IRB avançado, excluindo as exposições ao risco de crédito da contraparte de derivados e de SFT relativamente a Governos centrais, Instituições e Empresas, distribuídas pelas nossa escala de notações internas, bem como a classificação de probabilidade de incumprimento para cada grau de notação. Os nossos graus de notação interna tomam em consideração os respetivos graus de notação externa da Standard & Poor's. A EAD líquida é apresentada em conjugação com os valores médios ponderados pelas exposições dos parâmetros PD e LGD, com os RWA e com o coeficiente médio de risco. A informação é apresentada após a redução do risco de crédito obtida sob a forma de garantias colaterais financeiras, físicas e outras garantias colaterais, bem como de garantias e de derivados de crédito. O efeito de incumprimento duplo, quando aplicável a exposições fora do Postbank, é considerado no coeficiente médio de risco. Esse efeito implica que uma exposição garantida só é considerada uma perda se o devedor primário e o garante não cumprirem as suas obrigações em simultâneo.

EAD líquida relativa a exposições a crédito calculadas pelo método IRB avançado, por grau de PD, em governos centrais (excluindo derivados e SFT)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)

31.12.2013

Notação interna	Classificação PD em %	EAD líquida	PD média em %	LGD média em %	RWA	RW médio em %	EL/EAD em %
iAAA	> 0,00 ≤ 0,01	75.749	0,00	49,69	264	0,35	0,00
iAA+	> 0,01 ≤ 0,02	589	0,02	29,73	28	4,81	0,01
iAA	> 0,02 ≤ 0,03	189	0,03	29,68	18	9,49	0,01
iAA–	> 0,03 ≤ 0,04	148	0,04	27,84	26	17,24	0,01
iA+	> 0,04 ≤ 0,05	965	0,05	49,95	134	13,94	0,02
iA	> 0,05 ≤ 0,07	1.304	0,07	49,45	469	35,93	0,03
iA–	> 0,07 ≤ 0,11	1.659	0,09	48,59	563	33,93	0,04
iBBB+	> 0,11 ≤ 0,18	339	0,14	42,56	71	20,97	0,06
iBBB	> 0,18 ≤ 0,30	848	0,23	41,15	313	36,83	0,09
iBBB–	> 0,30 ≤ 0,50	1.509	0,39	49,05	820	54,33	0,19
iBB+	> 0,50 ≤ 0,83	87	0,64	26,15	50	57,98	0,17
iBB	> 0,83 ≤ 1,37	22	1,07	47,69	23	103,98	0,51
iBB–	> 1,37 ≤ 2,27	377	1,76	2,79	32	8,55	0,05
iB+	> 2,27 ≤ 3,75	44	2,92	47,63	60	136,12	1,39
iB	> 3,75 ≤ 6,19	22	4,82	49,88	31	138,78	2,40
iB–	> 6,19 ≤ 10,22	45	7,95	36,40	62	138,37	2,89
iCCC+	> 10,22 ≤ 16,87	88	13,00	38,22	150	169,45	4,97
iCCC	> 16,87 ≤ 27,84	0	22,00	0,10	0	0,58	0,02
iCCC–	> 27,84 ≤ 99,99	0	31,00	8,06	0	50,39	2,50
Incumprimento	100	55	100,00	34,93	14	25,65	N/S
Total		84.040	0,11	49,05	3.127	3,72	0,02

N/S – Não significativo

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)

31.12.2012

Notação interna	Classificação PD em %	EAD líquida	PD média em %	LGD média em %	RWA	RW médio em %	EL/EAD em%
iAAA	> 0,00 ≤ 0,01	88.889	0,00	49,65	181	0,20	0,00
iAA+	> 0,01 ≤ 0,02	627	0,02	30,00	28	4,53	0,01
iAA	> 0,02 ≤ 0,03	221	0,03	30,47	14	6,49	0,01
iAA–	> 0,03 ≤ 0,04	81	0,04	30,20	11	13,36	0,01
iA+	> 0,04 ≤ 0,05	345	0,05	49,51	49	14,32	0,02
iA	> 0,05 ≤ 0,07	1.413	0,07	49,53	448	31,71	0,03
iA–	> 0,07 ≤ 0,11	1.783	0,09	48,79	582	32,65	0,04
iBBB+	> 0,11 ≤ 0,18	308	0,14	47,94	61	19,66	0,07
iBBB	> 0,18 ≤ 0,30	616	0,23	37,91	241	39,16	0,09
iBBB–	> 0,30 ≤ 0,50	1.048	0,39	48,72	589	56,23	0,19
iBB+	> 0,50 ≤ 0,83	24	0,64	44,10	24	100,70	0,28
iBB	> 0,83 ≤ 1,37	100	1,07	11,89	26	25,93	0,13
iBB–	> 1,37 ≤ 2,27	343	1,76	1,48	15	4,40	0,03
iB+	> 2,27 ≤ 3,75	42	2,92	45,08	57	133,24	1,32
iB	> 3,75 ≤ 6,19	78	4,82	39,01	127	163,31	1,88
iB–	> 6,19 ≤ 10,22	42	7,95	41,84	67	159,36	3,33
iCCC+	> 10,22 ≤ 16,87	48	13,00	49,08	103	214,37	6,38
iCCC	> 16,87 ≤ 27,84	0	22,00	11,38	0	70,77	2,50
iCCC–	> 27,84 ≤ 99,99	0	31,00	3,30	0	503,75	18,96
Incumprimento	100	0	100,00	5,00	0	62,50	N/S
Total		96.008	0,03	49,13	2.624	2,73	0,01

N/S – Não significativo

EAD relativa a exposições a crédito calculadas pelo método IRB avançado, por grau de PD, em instituições (excluindo derivados e SFT)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)

31.12.2013

Notação interna	Classificação PD em %	EAD líquida	PD média em %[1]	LGD média em %	RWA	RW médio em %	EL/EAD em %
iAAA	> 0,00 ≤ 0,01	2.036	0,02	41,53	311	15,27	0,01
iAA+	> 0,01 ≤ 0,02	108	0,03	41,53	15	13,59	0,01
iAA	> 0,02 ≤ 0,03	3.483	0,03	43,72	195	5,59	0,01
iAA–	> 0,03 ≤ 0,04	4.313	0,04	40,19	317	7,34	0,02
iA+	> 0,04 ≤ 0,05	2.774	0,05	34,39	284	10,24	0,02
iA	> 0,05 ≤ 0,07	7.220	0,07	25,66	585	8,10	0,02
iA–	> 0,07 ≤ 0,11	4.713	0,09	28,23	655	13,89	0,03
iBBB+	> 0,11 ≤ 0,18	865	0,14	34,93	259	29,91	0,05
iBBB	> 0,18 ≤ 0,30	1.097	0,23	25,26	310	28,25	0,06
iBBB–	> 0,30 ≤ 0,50	3.319	0,39	31,43	1.222	36,81	0,12
iBB+	> 0,50 ≤ 0,83	307	0,64	30,66	131	42,65	0,20
iBB	> 0,83 ≤ 1,37	299	1,07	37,81	220	73,64	0,40
iBB–	> 1,37 ≤ 2,27	222	1,76	18,63	104	46,80	0,33
iB+	> 2,27 ≤ 3,75	114	2,92	23,75	83	72,51	0,69
iB	> 3,75 ≤ 6,19	784	4,82	10,69	349	44,57	0,52
iB–	> 6,19 ≤ 10,22	17	7,95	22,98	16	91,92	1,83
iCCC+	> 10,22 ≤ 16,87	7	13,00	38,50	13	186,27	5,01
iCCC	> 16,87 ≤ 27,84	141	22,00	3,36	25	18,12	0,74
iCCC–	> 27,84 ≤ 99,99	0	31,00	20,03	0	111,29	6,21
Incumprimento	100	272	100,00	4,56	143	52,33	N/S
Total		32.092	1,20	32,06	5.235	16,31	0,06

N/S – Não significativo
[1] A média de PD em % mais elevada que a definida para as notações de crédito internas iAAA e iAA+ tem por resultado a sujeição da exposição de Instituições e Empresas a um limite inferior de PD de três pontos base.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)

31.12.2012

Notação interna	Classificação PD em %	EAD líquida	PD média em %[1]	LGD média em %	RWA	RW médio em %	EL/EAD em %
iAAA	> 0,00 ≤ 0,01	806	0,02	45,55	62	7,74	0,01
iAA+	> 0,01 ≤ 0,02	187	0,03	36,23	21	10,99	0,01
iAA	> 0,02 ≤ 0,03	2.836	0,03	41,91	131	4,62	0,01
iAA–	> 0,03 ≤ 0,04	3.961	0,04	38,79	278	7,03	0,02
iA+	> 0,04 ≤ 0,05	3.277	0,05	41,19	420	12,81	0,02
iA	> 0,05 ≤ 0,07	5.013	0,07	36,60	635	12,67	0,03
iA–	> 0,07 ≤ 0,11	3.486	0,09	33,68	534	15,32	0,03
iBBB+	> 0,11 ≤ 0,18	750	0,14	29,67	178	23,76	0,04
iBBB	> 0,18 ≤ 0,30	645	0,23	25,74	195	30,24	0,06
iBBB–	> 0,30 ≤ 0,50	3.052	0,39	27,33	1.060	34,72	0,11
iBB+	> 0,50 ≤ 0,83	505	0,64	17,29	138	27,22	0,11
iBB	> 0,83 ≤ 1,37	1.115	1,07	13,89	382	34,26	0,15
iBB–	> 1,37 ≤ 2,27	113	1,76	19,78	46	40,89	0,35
iB+	> 2,27 ≤ 3,75	2.071	2,92	4,31	319	15,40	0,13
iB	> 3,75 ≤ 6,19	29	4,80	7,02	7	22,54	0,34
iB–	> 6,19 ≤ 10,22	17	7,95	5,61	4	24,13	0,45
iCCC+	> 10,22 ≤ 16,87	11	13,00	14,84	8	67,92	1,93
iCCC	> 16,87 ≤ 27,84	217	22,00	5,72	65	30,02	1,26
iCCC–	> 27,84 ≤ 99,99	0	31,00	20,44	0	121,97	6,28
Incumprimento	100	148	100,00	14,98	42	28,45	N/S
Total		28.241	1,07	32,34	4.525	16,02	0,06

N/S – Não significativo
[1] A média de PD em % mais elevada que a definida para as notações de crédito internas iAAA e iAA+ tem por resultado a sujeição da exposição de Instituições e Empresas a um limite inferior de PD de três pontos base.

EAD líquida relativa a exposições a crédito calculadas pelo método IRB avançado, por grau de PD, em Empresas (excluindo derivados e SFT)

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)

31.12.2013

Notação interna	Classificação PD em %	EAD líquida	PD média em %[1]	LGD média em %	RWA	RW médio em %	EL/EAD em %
iAAA	> 0,00 ≤ 0,01	3.084	0,03	24,81	196	6,35	0,01
iAA+	> 0,01 ≤ 0,02	5.448	0,03	19,67	286	5,25	0,01
iAA	> 0,02 ≤ 0,03	7.555	0,03	18,29	420	5,56	0,01
iAA–	> 0,03 ≤ 0,04	11.213	0,04	31,29	922	8,22	0,01
iA+	> 0,04 ≤ 0,05	11.167	0,05	28,56	1.293	11,58	0,01
iA	> 0,05 ≤ 0,07	14.927	0,07	31,28	2.349	15,73	0,02
iA–	> 0,07 ≤ 0,11	17.690	0,09	35,62	3.705	20,95	0,03
iBBB+	> 0,11 ≤ 0,18	18.121	0,14	31,90	4.512	24,90	0,04
iBBB	> 0,18 ≤ 0,30	18.145	0,23	32,54	5.984	32,98	0,07
iBBB–	> 0,30 ≤ 0,50	16.884	0,39	31,05	6.885	40,78	0,11
iBB+	> 0,50 ≤ 0,83	9.958	0,64	32,21	5.436	54,60	0,20
iBB	> 0,83 ≤ 1,37	11.819	1,07	28,10	6.835	57,83	0,30
iBB–	> 1,37 ≤ 2,27	9.062	1,76	24,59	5.625	62,07	0,43
iB+	> 2,27 ≤ 3,75	6.452	2,92	19,94	3.969	61,51	0,84
iB	> 3,75 ≤ 6,19	5.167	4,79	21,45	3.948	76,42	1,02
iB–	> 6,19 ≤ 10,22	3.935	7,94	15,90	2.664	67,71	1,26
iCCC+	> 10,22 ≤ 16,87	1.140	13,00	14,58	809	70,94	1,89
iCCC	> 16,87 ≤ 27,84	738	21,95	23,77	1.035	140,38	5,19
iCCC–	> 27,84 ≤ 99,99	802	31,00	12,15	569	70,92	3,77
Incumprimento	100	9.975	100,00	25,77	2.405	24,11	N/S
Total		183.284	6,44	28,70	59.847	32,65	0,23

N/S – Não significativo
[1] A média de PD em % mais elevada que a definida para as notações de crédito internas iAAA e iAA+ tem por resultado a sujeição da exposição de Instituições e Empresas a um limite inferior de PD de três pontos base.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)

31.12.2012

Notação interna	Classificação PD em %	EAD líquida	PD média em %[1]	LGD média em %	RWA	RW médio em %	EL/EAD em %
iAAA	> 0,00 ≤ 0,01	6.209	0,03	21,99	332	5,35	0,01
iAA+	> 0,01 ≤ 0,02	4.018	0,03	31,40	290	7,23	0,01
iAA	> 0,02 ≤ 0,03	6.406	0,03	19,20	333	5,19	0,01
iAA–	> 0,03 ≤ 0,04	12.073	0,04	27,36	939	7,78	0,01
iA+	> 0,04 ≤ 0,05	12.553	0,05	30,89	1.543	12,29	0,01
iA	> 0,05 ≤ 0,07	14.201	0,07	30,99	2.152	15,16	0,02
iA–	> 0,07 ≤ 0,11	20.571	0,09	37,20	4.503	21,89	0,03
iBBB+	> 0,11 ≤ 0,18	18.108	0,14	32,92	4.676	25,82	0,04
iBBB	> 0,18 ≤ 0,30	19.811	0,23	27,15	5.121	25,85	0,06
iBBB–	> 0,30 ≤ 0,50	13.699	0,39	29,28	4.939	36,06	0,10
iBB+	> 0,50 ≤ 0,83	10.284	0,64	28,43	4.966	48,29	0,18
iBB	> 0,83 ≤ 1,37	10.388	1,07	24,13	5.331	51,32	0,26
iBB–	> 1,37 ≤ 2,27	13.386	1,76	23,01	6.191	46,25	0,36
iB+	> 2,27 ≤ 3,75	6.154	2,92	20,14	3.743	60,83	0,58
iB	> 3,75 ≤ 6,19	5.305	4,82	19,46	3.673	69,23	0,94
iB–	> 6,19 ≤ 10,22	3.362	7,95	19,71	2.731	81,26	1,56
iCCC+	> 10,22 ≤ 16,87	1.485	13,00	16,16	1.210	81,47	2,10
iCCC	> 16,87 ≤ 27,84	682	22,00	24,09	972	142,56	5,29
iCCC–	> 27,84 ≤ 99,99	1.612	31,00	6,88	637	39,53	2,13
Incumprimento	100	7.141	100,00	28,73	1.664	23,30	N/S
Total		187.450	4,94	27,98	55.958	29,85	0,21

N/S – Não significativo
[1] A média de PD em % mais elevada que a definida para as notações de crédito internas iAAA e iAA+ tem por resultado a sujeição da exposição de Instituições e Empresas a um limite inferior de PD de três pontos base.

A maioria destas exposições em todas as classes de exposição está atribuída a clientes com grau de investimento. As exposições nas classes de notação de crédito inferiores estão em larga medida protegidas por garantias colaterais.

A tabela infra apresenta a nossa exposição a compromissos não utilizados tratada no âmbito do método IRB avançado, incluindo as respetivas carteiras do Postbank. Está repartida por classe de exposição regulamentar e fornece os correspondentes fatores de conversão de crédito ponderados pela exposição, bem como as EAD resultantes.

Exposição a compromissos não utilizados no âmbito do método IRB avançado, por classe de exposição regulamentar (incluindo o Postbank)

	31.12.2013			31.12.2012		
	Compromissos não utilizados em milhões de euros	Fator de conversão de crédito (CCF) ponderado em %	Valor da exposição para compromissos não utilizados (EAD) em milhões de euros	Compromissos não utilizados em milhões de euros	Fator de conversão de crédito (CCF) ponderado em %	Valor da exposição para compromissos não utilizados (EAD) em milhões de euros
Governos centrais	782	79	614	847	84	712
Instituições	1.673	37	621	1.885	51	955
Empresas	138.047	33	46.058	135.850	40	53.868
Exposições de retalho garantidas por imóveis	6.827	74	5.085	6.755	77	5.210
Exposições de retalho renováveis elegíveis	5.779	65	3.780	5.726	66	3.799
Outras exposições de retalho	7.799	51	3.980	7.357	52	3.830
EAD total de compromissos não utilizados calculada pelo método IRB avançado	**160.906**	**37**	**60.137**	158.420	43	68.375

Uma comparação da variação homóloga apresenta um aumento em compromissos não utilizados principalmente decorrentes da transferência de determinadas exposições a empresas no Postbank do método IRB básico para o método IRB avançado. A diminuição simultânea na EAD de compromissos não utilizados é causada por recalibrações de CCF em todos os segmentos durante o ano de 2013.

Exposições calculadas pelo método IRB básico

Aplicamos o método IRB básico na maioria das nossas carteiras de crédito elegíveis para o método IRB avançado no Postbank desde que estas não tenham sido recentemente atribuídas ao método IRB avançado durante o ano de 2013. O método IRB básico é uma abordagem disponível no quadro regulamentar do risco de crédito, que permite às instituições utilizar as suas metodologias de notações internas e usar valores regulamentares predefinidos para todos os outros parâmetros de risco. Os parâmetros sujeitos a cálculos internos incluem a probabilidade de incumprimento (PD), enquanto a perda em caso de incumprimento (LGD) e o fator de conversão de crédito (CCF) são definidos no âmbito do quadro regulamentar.

Foram desenvolvidos sistemas de notação de crédito calculados pelo método IRB básico para estas exposições nas classes de exposição governos centrais, instituições e empresas. É atribuída a cada exposição de crédito de contraparte uma probabilidade de incumprimento, enquanto função de uma escala matriz de notações de crédito transparente e consistente. As notações de crédito atribuídas aos mutuários são calculadas com base em modelos de notação de crédito desenvolvidos internamente, que especificam critérios consistentes, distintos e relevantes para os clientes, sendo o nível da notação de crédito atribuído com base num conjunto específico de critérios aplicáveis a cada cliente. O conjunto de critérios é calculado com base em conjuntos de informações relevantes para os respetivos segmentos de clientes como comportamento geral, dados financeiros e externos. Os métodos utilizados são baseados em análises estatísticas e, para determinados segmentos específicos das carteiras, corrigidos por avaliações baseadas em peritos, tomando em consideração as informações quantitativas e qualitativas relevantes disponíveis. Os sistemas de notação de crédito tomam em consideração notações externas de longo prazo das principais agências de notação (Standard & Poor's, Moody's e Fitch).

Aplicamos no método IRB básico uma definição de incumprimento nos termos exigidos pelo artigo 125.º do decreto SolvV, confirmada pela BaFin no âmbito do seu processo de aprovação IRB.

Validação do modelo

Validamos regularmente as nossas metodologias de notação de crédito e os nossos parâmetros de risco de crédito no Postbank. Enquanto a validação da metodologia de notação de crédito se centra na capacidade discriminatória dos modelos, a validação do parâmetro de risco para a probabilidade de incumprimento analisa a sua capacidade preditiva quando comparada com o historial das experiências de incumprimento.

Resultados de validação dos parâmetros de risco utilizados no nosso método IRB básico no Postbank

	2013	
	PD	
	Número	EAD em %
Apropriados	2	99,6
Excessivamente conservadores	1	0,4
Progressistas	0	0,0
Total	3	100,0
Dos quais, já recalibrados e introduzidos em 2013		
Excessivamente conservadores	0	0,0
Progressistas	0	0,0
Total	0	0,0

A tabela supra resume os resultados das validações dos modelos para o parâmetro de risco PD utilizado no nosso método IRB básico para o Postbank. As definições individuais dos parâmetros de risco são classificadas como apropriadas se não tiver sido ativada uma recalibração pela validação, pelo que se prossegue com a aplicação das atuais definições dos parâmetros, porque ainda são suficientemente conservadoras. Um parâmetro é classificado como excessivamente conservador ou como progressista, se a validação ativar uma análise de recalibração que provoque uma possível redução ou aumento da definição atual, respetivamente. A discriminação é apresentada pelo número de parâmetros, bem como pela percentagem relativa de EAD associada ao respetivo parâmetro em 31 de dezembro de 2013.

As validações confirmam amplamente as nossas definições do parâmetro PD para o Postbank. Dos três sistemas de notação de crédito relevantes ao abrigo do método IRB básico, dois foram validados como apropriados e um como excessivamente conservador. A exposição relativa dos sistemas de notação excessivamente conservadores é inexpressiva. Em 2013, quatro sistemas de notação anteriormente calculados pelo método IRB básico receberam aprovação de IRB avançado pela BaFin.

Exposição calculada pelo método IRB básico

No âmbito das carteiras do Postbank, atribuímos as nossas exposições à classe de exposição regulamentar relevantes através da ponderação de fatores como as características específicas dos clientes e o sistema de notação de crédito utilizado. As tabelas seguintes também consideram a posição de risco de crédito da contraparte do Postbank resultante de derivados e de operações de financiamento de títulos, quando atribuídos ao método IRB básico.

A tabela apresenta o parâmetro EAD em conjugação com os coeficientes médios de risco (RW) ponderados pelas exposições. A informação é apresentada após a redução do risco de crédito obtida sob a forma de garantias colaterais financeiras, físicas e outras garantias colaterais, bem como de garantias e de derivados de crédito. A informação sobre a EAD bruta para exposições cobertas por garantias ou por derivados de crédito é atribuída à classe de exposição da contraparte inicial, ao passo que a informação sobre a EAD líquida atribui a exposição ao vendedor da proteção.

Exposições calculadas pelo método IRB básico para cada classe de exposição regulamentar IRB, por escala de notação de crédito

						31.12.2013
	iAAA a iAA 0.000–0.045%	iA 0.045–0.125%	iBBB 0.125–0.475%	iBB a iCCC > 0,475%	Incumprimento	Total
Governos centrais						
EAD bruta em milhões de euros	0	8	0	0	0	8
EAD líquida em milhões de euros	0	8	0	0	0	8
sendo: compromissos não utilizados	0	0	0	0	0	0
RW médio em %	0,00	27,57	0,00	0,00	0,00	27,57
Instituições						
EAD bruta em milhões de euros	259	3.413	1.790	130	0	5.592
EAD líquida em milhões de euros	259	3.413	1.790	130	0	5.592
sendo: compromissos não utilizados	0	0	6	0	0	6
RW médio em %	17,11	16,09	30,22	141,57	0,00	23,58
Empresas						
EAD bruta em milhões de euros	35	557	4.449	2.399	81	7.521
EAD líquida em milhões de euros	35	928	4.224	2.128	81	7.396
sendo: compromissos não utilizados	0	2	606	154	5	767
RW médio em %	15,31	26,16	53,72	110,99	0,00	65,97
Total						
EAD bruta em milhões de euros	294	3.978	6.239	2.529	81	13.121
EAD líquida em milhões de euros	294	4.349	6.014	2.258	81	12.996
sendo: compromissos não utilizados	0	2	612	154	5	773
RW médio em %	16,90	18,25	46,72	112,75	0,00	47,70

						31.12.2012
	iAAA a iAA 0.000–0.045%	iA 0.045–0.125%	iBBB 0.125–0.475%	iBB a iCCC > 0,475%	Incumprimento	Total
Governos centrais						
EAD bruta em milhões de euros	0	78	23	0	0	101
EAD líquida em milhões de euros	0	89	23	0	0	112
sendo: compromissos não utilizados	0	0	0	0	0	0
RW médio em %	0,00	22,06	64,85	0,00	0,00	30,80
Instituições						
EAD bruta em milhões de euros	1.611	14.701	6.000	226	56	22.594
EAD líquida em milhões de euros	1.611	14.777	6.000	214	56	22.658
sendo: compromissos não utilizados	0	0	5	0	0	5
RW médio em %	14,37	10,94	20,50	35,43	0,00	13,92
Empresas						
EAD bruta em milhões de euros	50	1.589	6.817	3.234	552	12.242
EAD líquida em milhões de euros	50	1.646	6.614	3.074	552	11.936
sendo: compromissos não utilizados	0	233	1.336	375	10	1.954
RW médio em %	16,10	30,58	53,43	107,43	0,00	61,56
Total						
EAD bruta em milhões de euros	1.661	16.368	12.840	3.460	608	34.937
EAD líquida em milhões de euros	1.661	16.512	12.637	3.288	608	34.706
sendo: compromissos não utilizados	0	233	1.341	375	10	1.959
RW médio em %	14,42	12,96	37,81	102,75	0,00	30,36

As tabelas infra apresentam as nossas exposições calculadas pelo método IRB básico, excluindo as exposições ao risco de crédito da contraparte de derivados e de SFT relativamente a Governos centrais, Instituições e Empresas, distribuídas pela nossa escala de notações internas de crédito, bem como a classificação de probabilidade de incumprimento para cada grau de notação. As notações internas têm em conta os respetivos equivalentes das notações externas da Standard & Poor's. A EAD líquida é apresentada em conjugação com cálculo dos ativos ponderados pelo risco e com o coeficiente médio de risco. A informação é apresentada após a redução do risco de crédito obtida sob a forma de garantias colaterais financeiras, físicas e outras garantias colaterais, bem como de garantias e de derivados de crédito.

O decréscimo nas exposições calculadas pelo método IRB básico por cada classe de exposição IRB regulamentar por escala de notação de crédito para empresas resulta sobretudo das aprovações BaFin para os respetivos sistemas de notação, nos quais a exposição é agora apresentada pelo método de cálculo IRB avançado. O movimento para as instituições apresenta essencialmente um decréscimo das reduções de exposição devido a redução do risco das SFT e exposição de obrigações e, numa menor escala, dos sistemas de notação relacionados com as referidas aprovações adicionais da BaFin para instituições.

EAD líquida para exposições a crédito calculadas pelo método IRB básico, por grau de probabilidade de incumprimento (PD) em Governos centrais (excluindo posições de derivados e SFT)

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

31.12.2013

Notação interna	Classificação PD (em %)	EAD líquida	PD média em %	RWA	RW médio em %
iAAA	> 0,00 ≤ 0,01	0	0,00	0	0,00
iAA+	> 0,01 ≤ 0,02	0	0,00	0	0,00
iAA	> 0,02 ≤ 0,03	0	0,00	0	0,00
iAA–	> 0,03 ≤ 0,04	0	0,00	0	0,00
iA+	> 0,04 ≤ 0,05	0	0,00	0	0,00
iA	> 0,05 ≤ 0,07	0	0,00	0	0,00
iA–	> 0,07 ≤ 0,11	8	0,08	2	27,57
iBBB+	> 0,11 ≤ 0,18	0	0,00	0	0,00
iBBB	> 0,18 ≤ 0,30	0	0,00	0	0,00
iBBB–	> 0,30 ≤ 0,50	0	0,00	0	0,00
iBB+	> 0,50 ≤ 0,83	0	0,00	0	0,00
iBB	> 0,83 ≤ 1,37	0	0,00	0	0,00
iBB–	> 1,37 ≤ 2,27	0	0,00	0	0,00
iB+	> 2,27 ≤ 3,75	0	0,00	0	0,00
iB	> 3,75 ≤ 6,19	0	0,00	0	0,00
iB–	> 6,19 ≤ 10,22	0	0,00	0	0,00
iCCC+	> 10,22 ≤ 16,87	0	0,00	0	0,00
iCCC	> 16,87 ≤ 27,84	0	0,00	0	0,00
iCCC–	> 27,84 ≤ 99,99	0	0,00	0	0,00
Incumprimento	100	0	0,00	0	0,00
Total		8	0,08	2	27,57

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

31.12.2012

Notação interna	Classificação PD (em %)	EAD líquida	PD média em %	RWA	RW médio em %
iAAA	> 0,00 ≤ 0,01	0	0,00	0	0,00
iAA+	> 0,01 ≤ 0,02	0	0,00	0	0,00
iAA	> 0,02 ≤ 0,03	0	0,00	0	0,00
iAA–	> 0,03 ≤ 0,04	0	0,00	0	0,00
iA+	> 0,04 ≤ 0,05	0	0,00	0	0,00
iA	> 0,05 ≤ 0,07	89	0,06	20	22,06
iA–	> 0,07 ≤ 0,11	0	0,00	0	0,00
iBBB+	> 0,11 ≤ 0,18	0	0,00	0	0,00
iBBB	> 0,18 ≤ 0,30	0	0,00	0	0,00
iBBB–	> 0,30 ≤ 0,50	23	0,38	15	64,85
iBB+	> 0,50 ≤ 0,83	0	0,00	0	0,00
iBB	> 0,83 ≤ 1,37	0	0,00	0	0,00
iBB–	> 1,37 ≤ 2,27	0	0,00	0	0,00
iB+	> 2,27 ≤ 3,75	0	0,00	0	0,00
iB	> 3,75 ≤ 6,19	0	0,00	0	0,00
iB–	> 6,19 ≤ 10,22	0	0,00	0	0,00
iCCC+	> 10,22 ≤ 16,87	0	0,00	0	0,00
iCCC	> 16,87 ≤ 27,84	0	0,00	0	0,00
iCCC–	> 27,84 ≤ 99,99	0	0,00	0	0,00
Incumprimento	100	0	0,00	0	0,00
Total		112	0,13	35	30,80

EAD líquida para exposições a crédito calculadas pelo método IRB básico, por grau de probabilidade de incumprimento (PD) em Instituições (excluindo posições de derivados e SFT)

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

31.12.2013

Notação interna	Classificação PD (em %)	EAD líquida	PD média em %	RWA	RW médio em %
iAAA	>0,00 ≤ 0,01	0	0,00	0	0,00
iAA+	> 0,01 ≤ 0,02	0	0,00	0	0,00
iAA	> 0,02 ≤ 0,03	98	0,03	15	15,31
iAA–	> 0,03 ≤ 0,04	155	0,04	28	18,21
iA+	> 0,04 ≤ 0,05	0	0,00	0	0,00
iA	> 0,05 ≤ 0,07	405	0,06	27	6,77
iA–	> 0,07 ≤ 0,11	2.934	0,09	499	17,00
iBBB+	> 0,11 ≤ 0,18	411	0,15	141	34,24
iBBB	> 0,18 ≤ 0,30	994	0,23	260	26,18
iBBB–	> 0,30 ≤ 0,50	369	0,38	133	36,14
iBB+	> 0,50 ≤ 0,83	64	0,69	54	84,83
iBB	> 0,83 ≤ 1,37	15	1,23	16	105,09
iBB–	> 1,37 ≤ 2,27	9	2,06	11	122,67
iB+	> 2,27 ≤ 3,75	0	0,00	0	0,00
iB	> 3,75 ≤ 6,19	0	0,00	0	0,00
iB–	> 6,19 ≤ 10,22	0	0,00	0	0,00
iCCC+	> 10,22 ≤ 16,87	0	0,00	0	0,00
iCCC	> 16,87 ≤ 27,84	41	18,00	102	246,68
iCCC–	> 27,84 ≤ 99,99	0	0,00	0	0,00
Incumprimento	100	0	0,00	0	0,00
Total		5.495	0,29	1.286	23,43

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

31.12.2012

Notação interna	Classificação PD (em %)	EAD líquida	PD média em %	RWA	RW médio em %
iAAA	>0,00 ≤ 0,01	0	0,00	0	0,00
iAA+	> 0,01 ≤ 0,02	0	0,00	0	0,00
iAA	> 0,02 ≤ 0,03	917	0,03	140	15,31
iAA–	> 0,03 ≤ 0,04	447	0,04	81	18,21
iA+	> 0,04 ≤ 0,05	0	0,00	0	0,00
iA	> 0,05 ≤ 0,07	895	0,06	169	18,95
iA–	> 0,07 ≤ 0,11	6.489	0,09	1.044	16,09
iBBB+	> 0,11 ≤ 0,18	2.452	0,15	529	21,57
iBBB	> 0,18 ≤ 0,30	3.029	0,23	609	20,09
iBBB–	> 0,30 ≤ 0,50	186	0,38	52	27,98
iBB+	> 0,50 ≤ 0,83	200	0,69	60	30,10
iBB	> 0,83 ≤ 1,37	0	0,00	0	0,00
iBB–	> 1,37 ≤ 2,27	9	2,06	11	122,67
iB+	> 2,27 ≤ 3,75	0	0,00	0	0,00
iB	> 3,75 ≤ 6,19	0	0,00	0	0,00
iB–	> 6,19 ≤ 10,22	0	0,00	0	0,00
iCCC+	> 10,22 ≤ 16,87	0	0,00	0	0,00
iCCC	> 16,87 ≤ 27,84	6	18,00	5	82,11
iCCC–	> 27,84 ≤ 99,99	0	0,00	0	0,00
Incumprimento	100	56	100,00	0	0,00
Total		14.686	0,52	2.700	18,38

EAD líquida para exposições a crédito calculadas pelo método IRB básico, por grau de probabilidade de incumprimento (PD) em Empresas (excluindo posições de derivados e SFT)

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

31.12.2013

Notação interna	Classificação PD (em %)	EAD líquida	PD média em %	RWA	RW médio em %
iAAA	> 0,00 ≤ 0,01	0	0,00	0	0,00
iAA+	> 0,01 ≤ 0,02	0	0,00	0	0,00
iAA	> 0,02 ≤ 0,03	35	0,03	5	15,31
iAA–	> 0,03 ≤ 0,04	0	0,00	0	0,00
iA+	> 0,04 ≤ 0,05	0	0,00	0	0,00
iA	> 0,05 ≤ 0,07	518	0,06	115	22,13
iA–	> 0,07 ≤ 0,11	405	0,10	127	31,30
iBBB+	> 0,11 ≤ 0,18	912	0,15	362	39,65
iBBB	> 0,18 ≤ 0,30	1.510	0,23	754	49,93
iBBB–	> 0,30 ≤ 0,50	1.666	0,38	1.076	64,60
iBB+	> 0,50 ≤ 0,83	1.121	0,69	951	84,81
iBB	> 0,83 ≤ 1,37	272	1,23	284	104,62
iBB–	> 1,37 ≤ 2,27	287	2,06	347	120,99
iB+	> 2,27 ≤ 3,75	0	0,00	0	0,00
iB	> 3,75 ≤ 6,19	170	3,78	246	144,76
iB–	> 6,19 ≤ 10,22	37	7,26	66	177,02
iCCC+	> 10,22 ≤ 16,87	1	12,76	3	223,09
iCCC	> 16,87 ≤ 27,84	163	18,00	382	234,34
iCCC–	> 27,84 ≤ 99,99	0	0,00	0	0,00
Incumprimento	100	80	100,00	0	0,00
Total		7.177	2,05	4.718	65,73

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

31.12.2012

Notação interna	Classificação PD (em %)	EAD líquida	PD média em %	RWA	RW médio em %
iAAA	> 0,00 ≤ 0,01	0	0,00	0	0,00
iAA+	> 0,01 ≤ 0,02	0	0,00	0	0,00
iAA	> 0,02 ≤ 0,03	37	0,03	6	15,31
iAA–	> 0,03 ≤ 0,04	13	0,04	2	18,44
iA+	> 0,04 ≤ 0,05	0	0,00	0	0,00
iA	> 0,05 ≤ 0,07	225	0,06	50	22,12
iA–	> 0,07 ≤ 0,11	1.341	0,10	427	31,86
iBBB+	> 0,11 ≤ 0,18	1.194	0,15	469	39,30
iBBB	> 0,18 ≤ 0,30	2.938	0,23	1.481	50,41
iBBB–	> 0,30 ≤ 0,50	2.226	0,38	1.447	64,99
iBB+	> 0,50 ≤ 0,83	1.796	0,69	1.536	85,53
iBB	> 0,83 ≤ 1,37	634	1,23	663	104,64
iBB–	> 1,37 ≤ 2,27	291	2,06	357	122,63
iB+	> 2,27 ≤ 3,75	0	0,00	0	0,00
iB	> 3,75 ≤ 6,19	77	3,78	115	149,52
iB–	> 6,19 ≤ 10,22	45	7,26	78	174,28
iCCC+	> 10,22 ≤ 16,87	10	12,76	19	198,09
iCCC	> 16,87 ≤ 27,84	160	18,00	452	282,66
iCCC–	> 27,84 ≤ 99,99	0	0,00	0	0,00
Incumprimento	100	551	100,00	0	0,00
Total		11.538	5,48	7.102	61,55

Outras exposições calculadas pelo método IRB

Enquanto instituição IRB, somos obrigados a tratar os investimentos em ações, os organismos de investimento coletivo (OIC) e outros ativos que não sejam obrigações de crédito genericamente no âmbito do método IRB. A estes tipos de exposições são normalmente aplicados os coeficientes de risco regulamentares definidos para o método IRB.

Utilizamos a abordagem de coeficiente de risco simples nos termos do artigo 98.º do decreto SolvV para todos os nossos investimentos em posições de capital tomadas desde 1 de janeiro de 2008. Faz a distinção entre

exposição em ações não negociadas em bolsa, mas suficientemente diversificadas, produtos negociados em bolsa e outros produtos não negociados em bolsa, usando os coeficientes de risco regulamentares de 190%, 290% ou 370%, respetivamente.

A certas exposições a OIC aplicamos o tratamento "transparente", que constitui numa decomposição dos OIC pelos seus investimentos subjacentes. Quando se procede a essa decomposição, os componentes de investimento subjacentes são atribuídos à sua respetiva classe de exposição, pelos métodos IRB ou padrão, como se fossem detidos diretamente. Uma subparcela das nossas exposições a OIC resultantes do Postbank está coberta no âmbito do método padrão por aplicação dos coeficientes de risco fornecidos por terceiros, em conformidade com o artigo 83.º, n.º 5 do decreto SolvV. Para mais informações sobre as exposições a OIC do Postbank cobertas pelo método padrão, consultar a secção “Método padrão”. Aos restantes organismos de investimento coletivo é aplicado o coeficiente de risco simples de 370% e atribuída a classe de exposição "Investimentos em ações".

Às exposições que são atribuídas à classe de exposição "Outros ativos que não são obrigações de crédito" é aplicado o coeficiente de risco de 0%, no caso de posições em numerário, ou de 100%.

A tabela seguinte resume, numa base EAD, a nossa exposição a ações, OIC e outros ativos que não são obrigações, calculada pelo método IRB com a aplicação de coeficientes de risco regulamentares. Não foram aplicadas técnicas de redução do risco de crédito. As reduções resultam sobretudo de uma posição em numerário mais baixa e de alienação de ativos.

EAD de investimentos em ações, OIC e outros ativos que não são obrigações de crédito, por coeficiente de risco

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
0%	883	2.182
100%	5.739	6.180
190%	62	109
290%	184	218
370%	1.089	1.248
EAD total de investimentos em ações, OIC e outros ativos que não são obrigações de crédito	**7.957**	**9.936**

A tabela inferior resume, com base na EAD, a nossa exposição a financiamento especializado calculada pelo método IRB. As exposições incluem créditos comerciais para a construção de habitação, empréstimos a promotores imobiliários, empréstimos para contratos de exploração, *leasing* imobiliário e de equipamento, imóveis situados fora da Alemanha, empréstimos hipotecários a particulares para o financiamento da construção de imóveis com mais de dez unidades residenciais, bem como exposições a financiamento de projetos. Para o cálculo dos requisitos mínimos de capital são aplicados coeficientes de risco regulamentares, em que potenciais fatores de redução do risco já são considerados na atribuição de um determinado coeficiente de risco a uma estrutura específica. Não foram aplicadas técnicas de redução do risco de crédito adicionais.

A redução decorre principalmente das exposições do Postbank resultante da continuação das atividades de redução do risco.

Outras exposições calculadas pelo método IRB a financiamento especializado, por coeficiente de risco

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Categoria de coeficiente de risco 1 (sólido)	8.223	14.008
Categoria de coeficiente de risco 2 (bom)	680	1.443
Categoria de coeficiente de risco 3 (satisfatório)	139	477
Categoria de coeficiente de risco 4 (fraco)	65	177
Categoria de coeficiente de risco 5 (em incumprimento)	1.061	1.568
EAD total do financiamento especializado	**10.169**	**17.673**

Método padrão

Tratamos um conjunto das nossas exposições ao risco de crédito no âmbito do método padrão. O método padrão mede o risco de crédito segundo coeficientes de risco fixos, predefinidos pelo regulador, ou por aplicação de notações de crédito externas.

Atribuímos determinadas exposições de crédito permanentemente ao método padrão, em conformidade com o artigo 70.º do decreto SolvV. Trata-se predominantemente de exposições à República Federal da Alemanha e a outras entidades do setor público alemãs, bem como de exposições a governos centrais de outros Estados-Membros da União Europeia que cumprem as condições exigidas. Estas exposições constituem mais de 50% das exposições calculadas pelo método padrão, sendo-lhes aplicado predominantemente um coeficiente de risco de 0%. Para fins internos, contudo, estas exposições são analisadas com base numa avaliação de crédito interna e plenamente integradas nos processos de gestão do risco e de capital económico.

Em conformidade com o artigo 66.º do decreto SolvV, atribuímos ainda outras exposições, geralmente elegíveis para o método IRB, ao método padrão com caráter permanente. Este conjunto de exposições inclui várias carteiras de pequena dimensão, que são consideradas irrelevantes em termos individuais para inclusão no IRB.

Outras exposições de crédito de pequena dimensão são atribuídas temporariamente ao método padrão, estando prevista a sua transferência para o IRB ao longo do tempo. A priorização e o correspondente plano de transição são debatidos e acordados com as autoridades competentes, a BaFin e o Bundesbank.

As posições de capital tomadas antes de 1 de janeiro de 2008 estão sujeitas ao regime transitório, para as isentar do IRB, sendo aplicado um coeficiente de risco de 100% de acordo com o tratamento pelo método padrão.

Para calcular os requisitos de capital regulamentar pelo método padrão, utilizamos notações de crédito externas elegíveis da Standard & Poor's, Moody's, Fitch e, em alguns casos, da DBRS. As notações de crédito da DBRS são aplicadas no método padrão a um pequeno número de exposições desde 2009. As notações de crédito são aplicadas a todas as classes de exposição relevantes no método padrão. Se estiver disponível mais do que uma notação de crédito para uma contraparte específica, os critérios de seleção definidos no artigo 44.º do decreto SolvV são aplicados para determinar o coeficiente de risco aplicável ao cálculo do capital. Considerando o baixo volume de exposições cobertas pelo método padrão e a elevada percentagem de exposições a governos centrais (com notação externa) que encerram, não inferimos as notações de crédito dos mutuários a partir das notações de crédito dos emitentes.

Os nossos valores de exposição no método padrão, por coeficiente de risco, são apresentados antes e após a redução do risco de crédito obtida sob a forma de garantias financeiras, garantias e derivados de crédito, excluindo as exposições a OIC do Postbank atribuídas ao método padrão, que são apresentadas na tabela "EAD dos OIC do Postbank pelo método padrão, por coeficiente de risco", e excluindo as exposições sujeitas a risco de liquidação.

O decréscimo da EAD deve-se sobretudo à redução da exposição a empréstimos do mercado monetário e contas de compensação para bancos centrais, devendo-se também a iniciativas de redução do risco nos nossos ativos de pensões.

Valores de exposição no método padrão, por coeficiente de risco

	31.12.2013		31.12.2012	
em milhões de euros	Antes da redução do risco de crédito	Depois da redução do risco de crédito	Antes da redução do risco de crédito	Depois da redução do risco de crédito
0%	78.483	80.150	100.714	103.605
5%	0	0	0	0
10%	34	34	46	46
20%	1.661	1.656	2.002	2.278
22%	0	0	0	0
35%	11.606	11.601	2.616	2.608
50%	5.914	5.960	4.219	4.308
55%	0	0	1.018	1.018
75%	15.043	12.300	30.450	25.125
100%	27.050	17.861	31.187	21.419
110%	0	0	0	0
150%	889	880	1.055	999
EAD total pelo método padrão	140.680	130.441	173.307	161.406

EAD dos OIC do Postbank pelo método padrão, por coeficiente de risco

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Obrigações em OIC		
0%	1.058	0
11%	0	0
22%	26	312
55%	274	432
110%	327	596
200%	45	65
300%	0	393
EAD de obrigações em OIC	1.730	1.798
OIC com coeficiente de risco calculado por terceiros		
< 22%	0	594
> 22% < 110%	182	189
> 110%	8	18
EAD de OIC com coeficiente de risco calculado por terceiros	190	801
EAD total dos OIC pelo método padrão	1.920	2.599

A tabela supra inclui obrigações sob a forma de organismos de investimento coletivo atribuídas ao método padrão com base num tratamento transparente, bem como os valores das exposições de organismos de investimento coletivo com coeficientes de risco calculados por terceiros pelo método padrão, por coeficiente de risco. Não foram aplicadas técnicas de redução do risco de crédito.

Aplicação regulamentar de técnicas de redução do risco de crédito

Os ativos ponderados pelo risco e os requisitos de capital regulamentar podem ser ativamente geridos por técnicas de redução do risco de crédito. Certos requisitos mínimos, estipulados no decreto SolvV para a gestão de garantias colaterais, processos de monitorização e condições de força jurídica têm de ser cumpridos obrigatoriamente como condição prévia para o reconhecimento em cálculos regulamentares.

O conjunto de garantias elegíveis para reconhecimento regulamentar depende predominantemente do método de cálculo do capital regulamentar utilizado para uma posição de risco específica. Obedece ao princípio de que um grau de sofisticação mais elevado da metodologia subjacente regra geral produz um conjunto mais vasto de garantias colaterais e opções admissíveis para o reconhecimento da proteção através de garantias e de derivados de crédito. Contudo, também os requisitos mínimos obrigatórios e os mecanismos disponíveis para refletir os benefícios de redução do risco são predominantemente uma função do método de cálculo regulamentar aplicado.

O método IRB avançado aceita em geral todos os tipos de garantias colaterais financeiras, bem como imobiliárias, atribuições de garantias colaterais e outras garantias colaterais físicas. Na nossa aplicação do método IRB avançado, não existem basicamente limitações para o conjunto de garantias colaterais aceites, desde que

consigamos demonstrar às autoridades competentes que é possível geral cálculos fiáveis dos valores das garantias colaterais e que os requisitos básicos são cumpridos.

O mesmo princípio é válido para calcular os benefícios de regimes de garantias e de derivados de crédito. Regra geral, o método IRB avançado também não prevê limitações para o conjunto de fornecedores de garantias colaterais elegíveis, desde que sejam cumpridos alguns requisitos mínimos básicos. Contudo, a qualidade creditícia dos fornecedores de garantias colaterais e outros fatores relevantes são incorporados através dos nossos modelos internos.

Nos nossos cálculos pelo método IRB avançado, as garantias financeiras e outras garantias colaterais são geralmente consideradas através de um ajustamento à LGD aplicável, enquanto parâmetro de *input* para determinar o coeficiente de risco. Para reconhecer a proteção de garantias e de derivados de crédito, em geral é aplicada uma abordagem de substituição da PD, ou seja, no âmbito do cálculo do coeficiente de risco pelo método IRB avançado, a probabilidade de incumprimento do mutuário é substituída pela probabilidade de incumprimento do vendedor da proteção ou do garante. No entanto, a certas exposições e a certos fornecedores de proteção é aplicado o designado tratamento de incumprimento duplo. O efeito de incumprimento duplo implica que uma exposição garantida só é considerada uma perda se o originador e o garante não cumprirem as suas obrigações em simultâneo.

Os decréscimos da EAD devem-se principalmente a uma redução nos derivados e transações de financiamento de títulos, nos segmentos empresarial e institucional, bem como a exposições relacionadas com bancos centrais. Isto é parcialmente compensado pela passagem de determinadas exposições de empresas e instituições no Postbank do método IRB básico para o IRB avançado, bem como por um crescimento nos segmentos empresarial e de retalho.

Valores de exposição calculados pelo método IRB avançado antes e depois da redução do risco de crédito

	31.12.2013				31.12.2012			
em milhões de euros	EAD total	Colaterais elegíveis para o método IRB avançado	Garantias e derivados de crédito	EAD total com garantias colaterais [1]	EAD total	Colaterais elegíveis para o método IRB avançado	Garantias e derivados de crédito	EAD total com garantias colaterais [1]
Governos centrais	85.815	2.716	2.042	4.758	95.662	1.742	2.037	3.779
Instituições	60.373	13.751	2.255	16.005	66.368	21.677	3.639	25.316
Empresas	273.955[2]	66.369	21.540	87.908	294.463[2]	79.870	31.045	110.915
Retalho	190.588	133.104	1.009	134.113	182.940	128.839	709	129.548
Total	**610.731**	**215.940**	**26.845**	**242.785**	639.433	232.128	37.431	269.558

[1] Exclui a proteção com garantias colaterais refletida na medição da EPE.
[2] Inclui exposições sujeitas a risco de diluição no montante de 1,16 mil milhões de euros referentes a 2013 e de 793 milhões de euros referentes a 2012.

O método IRB básico define limitações mais rigorosas para a elegibilidade da redução do risco de crédito que o método IRB avançado, mas permite a tomada em consideração de garantias colaterais financeiras, de garantias e de derivados de crédito, bem como de outras garantias colaterais elegíveis para o método IRB básico, como hipotecas e atribuições de títulos.

As garantias colaterais financeiras reconhecidas no método IRB básico incluem basicamente numerário, obrigações e outros títulos relacionados com o financiamento de acordos de recompra.

Exposição ao risco de crédito da contraparte, protegido por garantias colaterais, calculada pelo método IRB básico, por classe de exposição

	31.12.2013				
em milhões de euros	EAD total	Garantias colaterais financeiras	Outras garantias	Garantias e derivados de crédito	EAD total com garantias colaterais
Governos centrais	8	0	0	0	0
Instituições	5.592	0	0	0	0
Empresas	7.521	0	0	643	643
Total	13.121	0	0	643	643

em milhões de euros	EAD total	Garantias colaterais financeiras	Outras garantias	Garantias e derivados de crédito	EAD total com garantias colaterais
					31.12.2012
Governos centrais	101	0	0	0	0
Instituições	22.594	6.919	0	62	6.981
Empresas	12.242	0	0	511	511
Total	34.937	6.919	0	573	7.492

No método padrão, o reconhecimento das garantias colaterais é limitado a garantias colaterais financeiras elegíveis, como numerário, ouro em barra, certos títulos de dívida, ações e OIC, frequentemente apenas pelo valor ajustado em função da volatilidade dessas garantias colaterais. Na sua estrutura geral, o método padrão fornece um coeficiente de risco (mais baixo) preferido para "créditos garantidos por imóveis". Estes imóveis com coeficiente de risco preferido não são considerados garantias colaterais no método padrão. É necessário prever ainda outras limitações respeitantes aos fornecedores de garantias e de derivados de crédito elegíveis.

Para refletir as técnicas de redução do risco no cálculo dos requisitos de capital, aplicamos o método abrangente de garantias colaterais financeiras, porque a maior sofisticação deste método permite gerar um conjunto mais vasto de garantias colaterais elegíveis. Nesta abordagem, as garantias colaterais financeiras são refletidas através de uma redução do valor de exposição da respetiva posição de risco, ao passo que a proteção tomada sob a forma de garantias e de derivados de crédito é considerada por meio de uma substituição, ou seja, o coeficiente de risco do mutuário é substituído pelo coeficiente de risco do fornecedor da proteção.

Valores de exposição no método padrão, por classe de exposição

em milhões de euros	EAD total	Garantias colaterais financeiras	Garantias e derivados de crédito	EAD total com garantias colaterais	EAD total	Garantias colaterais financeiras	Garantias e derivados de crédito	EAD total com garantias colaterais
	31.12.2013				31.12.2012			
Governos centrais	49.961	2	891	893	75.051	55	1.811	1.866
Governos regionais e autoridades locais	19.744	3	1	3	19.253	0	122	122
Outras entidades do setor público	4.180	1	587	588	3.219	4	565	569
Bancos multilaterais de desenvolvimento	921	0	2	2	578	0	0	0
Organizações internacionais	550	0	0	0	411	0	0	0
Instituições	4.796	339	97	435	4.480	123	104	227
Obrigações cobertas emitidas por instituições de crédito	34	0	0	0	52	0	0	0
Empresas	23.763	7.985	115	8.100	27.454	7.770	134	7.904
Retalho	9.656	618	0	618	12.341	1.852	0	1.852
Créditos garantidos por imóveis	5.173	11	0	11	6.253	15	0	15
Organismos de investimento coletivo[1]	1.920	0	0	0	2.599	0	0	0
Investimentos em ações	3.023	0	0	0	3.517	0	0	0
Outras rubricas	17.575	0	0	0	19.390	0	0	0
Rubricas vencidas	1.304	16	0	16	1.325	15	0	15
Total	142.600	8.975	1.693	10.667	175.923	9.834	2.736	12.570

[1] Inclui exposições a OIC do Postbank atribuídas ao método padrão.

Os decréscimos da EAD devem-se principalmente a reduções nos empréstimos do mercado monetário no segmento de governos centrais, bem como a reduções em empréstimos e transações de financiamento de títulos nos segmentos empresarial e de retalho.

Titularização

A secção seguinte sobre titularização, que termina na página 154, apresenta divulgações específicas relacionadas com o pilar 3. O regulamento não obriga a uma auditoria das divulgações ao abrigo do pilar 3. Assim sendo, esta secção é assinalada como não auditada. As informações quantitativas apresentadas obedecem ao âmbito de consolidação regulamentar.

Visão geral das atividades de titularização

Várias atividades das nossas áreas de negócio usam estruturas de titularização. Os principais objetivos são facilitar o acesso dos clientes investidores aos riscos e retornos relacionados com carteiras de ativos específicas, facilitar o acesso dos clientes de empréstimos a financiamento, bem como gerir a nossa exposição ao risco de crédito.

Geralmente, um participante no mercado de titularização pode assumir o papel de originador, patrocinador ou investidor, conforme definido na Lei bancária alemã (Secção 1b KWG). Um originador é uma instituição envolvida ela própria ou através das suas entidades associadas, direta ou indiretamente, na criação ou aquisição de exposições titularizadas. Enquanto patrocinador, uma instituição cria e gere um programa de papel comercial garantido por ativos (ABCP) ou uma outra operação de titularização, contudo não foi o originador nem inscreveu os ativos adquiridos no seu balanço. Todas as Outras posições de titularização por nós tomadas são assumidas na qualidade de investidor. Para alcançar os nossos objetivos de negócio, agimos nos mercados de titularização nas três qualidades de originador, patrocinador e investidor.

Titularizações da carteira bancária

Enquanto originador, utilizamos as titularizações sobretudo como estratégia de redução do risco de crédito, sobretudo através do Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group – CPSG). O CPSG utiliza, entre outros meios, titularizações sintéticas para gerir o risco de crédito de empréstimos e de compromissos relacionados com empréstimos no âmbito da carteira internacional com grau de investimento, da carteira alavancada e da carteira de empresas alemãs de médio porte no âmbito das Divisões Corporativas CB&S e GTB. O risco de crédito é predominantemente transferido para contrapartes através de obrigações de empréstimo sintéticas garantidas sobretudo sob a forma de garantias financeiras e, em menor grau, de derivados de crédito que proporcionam proteção contra primeira perda.

O volume global de transferência de risco de crédito enquanto originador revelou uma redução líquida moderada nas áreas de CB&S e GTB. Isto resultou sobretudo da cessação ou o desreconhecimento regulamentar de ativos europeus compensados por novas gerações durante o ano de 2013. Estas transações estão relacionadas com pequenas e médias empresas (PME) europeias e ativos europeus e americanos relacionados com grandes empresas e com instituições. O volume de transferência de risco de crédito na área de PBC diminuiu mais significativamente devido à maturidade programada de uma transação maior e reembolsos do grupo subjacente para transações do Postbank.

Numa base limitada, celebrámos operações de titularização como parte de uma estratégia de gestão ativa do risco de liquidez em 2008 e 2009. Estas transações não transferem o risco de crédito e, por conseguinte, não são incluídas na parte quantitativa desta secção.

Criamos, patrocinamos e administramos alguns programas ABCP, através dos quais titularizamos ativos originados por terceiros. Estes programas oferecem aos clientes acesso a financiamento no mercado de papel comercial e criam produtos de investimento para os nossos clientes. Cada programa consiste de uma entidade com finalidade especial (SPE) (o chamado veículo) emitente de papel comercial e de uma ou mais SPE de apoio, através das quais os ativos são adquiridos. Os veículos e as SPE são organizados como empresas de responsabilidade limitada ou com um estatuto jurídico equivalente. Os ativos titularizados através dos programas ABCP incluem crédito automóvel, *leasing* automóvel, valores a receber sobre existências de concessionários automóveis, crédito estudante, valores a receber sobre cartões de crédito, valores a receber de atividades comerciais, valores a receber de chamadas de capital, empréstimos hipotecários residenciais e comerciais, fluxos de futuros e outros ativos. Na qualidade de agente administrativo dos programas de papel comercial, facilitamos a aquisição de empréstimos, valores mobiliários e outros valores a receber alheios ao Grupo Deutsche Bank através do veículo de papel comercial, que posteriormente emite no mercado de papel comercial de curto prazo de qualidade elevada, garantido colateralmente pelos ativos subjacentes, para financiar a aquisição. Os veículos exigem um apoio suficiente sob a forma de garantias colaterais, aumentos de crédito e liquidez para assegurar a notação de grau de investimento do papel comercial. Nós agimos como fornecedor de liquidez e de aumento de crédito a estes veículos com instrumentos inscritos na nossa carteira

bancária regulamentar. Em determinadas circunstâncias convertemos o valor facial do veículo em *swaps* cambiais e *swaps* de taxa de juro que são inscritos na carteira de negociação. Para mais informações sobre a nossa exposição a veículos como parte dos programas ABCP consultar a Secção "Tipos de entidades de finalidade especial utilizadas pelo Deutsche Bank como patrocinador de titularizações".

Agimos ainda como investidor em titularizações de terceiros, através da aquisição de tranches de titularizações emitidas por terceiros, ou fornecemos apoio sob a forma de liquidez, crédito ou outra forma de financiamento. Também damos apoio a titularizações de terceiros mediante o fornecimento de derivados relacionados com estruturas de titularização, que incluem derivados cambiais, derivados de taxa de juro, derivados de ações e derivados de crédito.

Quase 45% da nossa carteira de titularização em 2013 diz respeito a atividade como originador, predominantemente através de operações para o Grupo de estratégias da carteira de crédito (CPSG), ou seja, a atividades de redução de risco da nossa carteira de empréstimos. O papel de investidor é considerado em cerca de um terço da nossa exposição de titularização e, no restante, agimos como patrocinador.

Em 2013, a carteira de titularização global diminuiu 13,7 mil milhões de euros para 51,5 mil milhões de euros. A cessação/desreconhecimento regulamentar da cobertura de risco de crédito já mencionada, bem como o prosseguimento consistente da estratégia de redução do risco ao longo do ano foram os principais responsáveis por esta diminuição. Aproximadamente 55% deste decréscimo diz respeito a empréstimos a grandes empresas e PME.

Globalmente, as posições de titularização são expostas ao desempenho de diversas classes de ativos, incluindo sobretudos empréstimos sénior a empresas ou dívida não garantida, crédito ao consumo, como crédito automóvel ou crédito estudante, bem como hipotecas residenciais ou comerciais *first lien* e *second lien.* Atuamos em toda a estrutura de capital, com ênfase nas tranches com maior antiguidade. O subconjunto de retitularização é predominantemente protegido por títulos *mezzanine* garantidos por hipotecas residenciais norte-americanas.

O recurso a exposições de titularização depende principalmente dos ativos subjacentes. O risco associado é reduzido por aumentos de crédito, normalmente sob a forma de garantias colaterais em excesso, subordinação, contas de reserva, juros em excesso ou outros mecanismos de apoio. As funcionalidades de proteção adicionais incluem ativadores de desempenho, acordos financeiros e eventos de incumprimento estipulados na documentação legal que, quando violadas, acionam o aceleramento do reembolso, direitos de execução hipotecária e/ou outras medidas de reparação.

A investigação (*due diligence*) inicial das novas exposições da carteira bancária inclui normalmente algum dos elementos seguintes ou todos eles, dependendo das características específicas da transação: (a) a análise dos documentos relevantes incluindo fichas técnicas, relatórios do executor ou outros dados do histórico de desempenho, relatórios de avaliações de terceiros tais como análises de agências de notação de crédito (no caso de notação externa), etc.; (b) modelação de cenários base e pessimistas através de modelos de fluxo de caixa específicos das classes de ativos; (c) análises de executores para avaliar a robustez dos processos e a solidez financeira do executor. O resultado desta investigação é resumido numa análise de crédito ou notação que exige a aprovação pela autoridade de crédito do nível competente, dependendo da dimensão da exposição e da notação interna atribuída.

O nosso processo de análise de crédito inclui a conformidade com os requisitos regulamentares para a retenção de risco, investigação (*due diligence*) e monitorização de acordo com os requisitos regulamentares aplicáveis, sendo reunidos os dados relevantes para efeitos de relatório com o apoio dos sistemas informáticos utilizados para o processo de análise de crédito e o processo de relato financeiro.

Análises de desempenho regulares incluem controlos dos relatórios periódicos dos executores em termos de ativadores de desempenho/acordos constantes da documentação do empréstimo, bem como da tendência

global de desempenho no contexto da evolução económica, geográfica, setorial e dos executantes. A monitorização do subconjunto de retitularização toma em consideração o desempenho dos ativos subjacentes às tranches titularizadas na medida disponível.

Os compromissos de financiamento de prazo mais alargado são sujeitos a uma análise, no mínimo anual, da notação interna. Alterações negativas (ou positivas) significativas no desempenho dos ativos podem ativar a antecipação da data de análise. Também são obrigatórias análises de crédito total anuais, ou bianuais em caso de exposições com notação mais elevada. Existe ainda um processo de lista de vigilância separado, normalmente trimestral, para as exposições identificadas como estando em maior risco de perda, o que exige uma avaliação separada do desempenho dos ativos e do executor. Inclui uma revisão da estratégia de exposição e identifica os próximos passos a dar para reduzir o potencial de perda. Não há diferença na abordagem das operações de retitularização.

A avaliação da integridade estrutural é outro componente importante da gestão do risco de titularização, centrando-se na proteção estrutural de uma titularização nos termos definidos na documentação legal (ou seja, perfeição do juro dos títulos, segregação dos fluxos de pagamento e direitos de auditoria). A avaliação de cada titularização é realizada por uma equipa própria que contrata auditores externos, determina os âmbitos das auditorias e analisa os resultados dessas auditorias. Os resultados destas análises e avaliações do risco complementam o processo de análise de crédito e de notação implementado por Gestão de risco de crédito.

As atividades de titularização têm impacto na nossa atividade de liquidez. Por um lado, celebrámos operações de titularização como parte de uma estratégia de gestão ativa do risco de liquidez em 2008 e 2009, como já foi referido. Por outro lado, estamos expostos a um potencial levantamento no âmbito de mecanismos de proteção da liquidez que apoiam o papel comercial garantido por ativos, patrocinado pelo Deutsche Bank, ou outros compromissos renováveis. O risco de liquidez é monitorizado pelo nosso departamento de tesouraria e incluído no nosso planeamento de liquidez e nos testes de esforço regulares.

Identificámos parte da carteira de operações de titularização como "carteira antiga" e definimos que será alvo de atividades de redução do risco, estando integrada na nossa unidade de operações não essenciais NCOU. Por atividades de redução do risco entende-se geralmente a venda parcial ou total no mercado das posições existentes nas nossas carteiras, sempre que for possível obter preços adequados. Estas posições também beneficiam de reduções por amortização, quando aplicável. Em 2013, esta carteira antiga registou uma redução líquida de 11,0 mil milhões de euros para 7,6 mil milhões de euros.

Os requisitos de cobertura das exposições de titularização são ditados pelo contexto de cada aprovação de crédito individual, sendo reapreciados em cada análise de crédito ou notação interna. Contudo, a gestão do risco de crédito passa sobretudo por evitar uma concentração indevida de risco ao nível dos mutuários, executores e classes de ativos. Quaisquer subscrições iniciais mais elevadas são objeto de redução do risco até ao nível final definido na aprovação de crédito, sobretudo através de constituição de consórcios ou de venda no mercado secundário. O sucesso das atividades de redução do risco é monitorizado e reportado regularmente à direção. A atividade de cobertura de crédito na carteira bancária é muito limitada.

Acresce que, no contexto da estruturação das operações de titularização, a cobertura serve normalmente para isolar a SPE do risco de taxa de juro e do risco cambial cruzado, quando os ativos incluídos o justificam. Quando somos nós a fornecer esta cobertura, o risco de contraparte associado à estrutura de titularização é incluído no processo de análise de Gestão de risco de crédito e reportado em baixo como parte da exposição da carteira bancária, apesar de pertencer efetivamente à nossa carteira de negociação. Quando não somos nós a fornecer esta cobertura, o processo é conduzido com grandes instituições financeiras economicamente sólidas. Esse risco de contraparte indireto é reportado ao colaborador de crédito da contraparte objeto de cobertura para que o integre na sua avaliação de crédito.

Titularizações da carteira de negociação

Na carteira de negociação atuamos como originador, patrocinador ou investidor. Quando agimos no papel de investidor, o nosso principal objetivo é servir de criador de mercado no mercado secundário. A função de criação de mercado consiste em fornecer liquidez para os nossos clientes e fornecer mercados com dois sentidos (compra e venda) para gerar receitas com a negociação de fluxos. Na qualidade de originador negociamos predominantemente obrigações garantidas por dívida sintéticas de tranche única curtas (SST-CDO), garantidas por empréstimos a empresas ou PME. Igualmente no papel de originador, financiamos empréstimos para serem titularizados, predominantemente no mercado imobiliário comercial. As atividades da carteira de negociação em que atuamos como patrocinador (ou seja, excluindo atividades derivadas de operações de múltiplos vendedores no papel de originador) são mínimas.

Detemos uma carteira de transações de correlação com títulos garantidos por ativos (ABS) na carteira da NCOU, que se encontra em processo de encerramento. Não existem novas atividades para além da facilitação da redução do risco.
As posições que integram o Quadro de governação da gestão do risco de mercado estão a ser geridas (descrito abaixo).

Os nossos balcões de titularização negoceiam ativos em todas as estruturas de capital, desde obrigações sénior com grande subordinação a tranches subordinadas de primeira perda, quer a nível de titularizações quer a nível de retitularizações. A nossa exposição a retitularizações na carteira de negociação ascendia a 1.025 milhões de euros a 31 de dezembro de 2013, em comparação com 858 milhões de euros no final do ano anterior, e é composta na sua maior parte por obrigações mais antigas (*vintage)* garantidas por empréstimos (CLO) (incluindo um grupo de titularização) e uma notação mediana de A-. Os vários graus de risco da estrutura de capital são refletidos pelo preço a que o ativo é negociado, isto porque o mercado exige retornos ajustados pela perda mínima sobre os seus investimentos. As posições de titularização consistem na sua maior parte de títulos garantidos por hipotecas residenciais (RMBS) e de títulos garantidos por hipotecas comerciais (CMBS), garantidos por empréstimos de *first lien* e de *second lien*, obrigações garantidas por empréstimos (CLO), garantidas por empréstimos sénior a empresas, de dívida não garantida, bem como de títulos garantidos por ativos de consumo (ABS), garantidos por crédito garantido e não garantido.

De forma similar a outros ativos de rendimento fixo e de crédito, o volume de transações titularizadas está indexado ao crescimento global e a eventos geopolíticos que afetam a liquidez e podem conduzir a volumes de negociação mais reduzidos, tal como foi registado durante a crise. A procura de produtos titularizados pelos investidores intensificou-se em 2012, à medida que as economias mundiais estabilizaram e a liquidez regressou ao mercado. Em 2013, registou-se um aumento da incerteza no período da decisão da Reserva Federal norte-americana de restringir o seu programa quantitativo de estímulo à economia e do debate legislativo em torno do teto da dívida norte-americana; isto conduziu a um aumento da volatilidade e a uma redução da liquidez/volumes de negociação em todos os produtos de rendimento fixo. Outros potenciais riscos dos ativos titularizados são o risco de pré-pagamento, o risco de incumprimento, o risco de gravidade da perda e o risco de desempenho do executor. De registar que os ativos da carteira de negociação são avaliados a preços correntes de mercado e que os riscos mencionados são refletidos na cotação da posição.

O nosso Quadro de governação de gestão do risco de mercado aplica-se a todas as posições de titularização detidas na carteira de negociação. O Quadro de governação do risco aplicado à titularização inclui políticas e procedimentos relativos à aprovação de novos produtos, à aprovação de novas transações, modelos e medições de risco, bem como sistemas de gestão de inventários e o registo de operações. Todas as posições de titularização são captadas e medidas no âmbito do valor-em-risco (VAR), valor em risco em situação de esforço (sVAR) e capital económico. As medições dependem dos modelos e processos internos e externos, que incluem a utilização de avaliações dos riscos associados às garantias colaterais subjacentes, realizadas por terceiros. Todas as posições de titularização detidas na carteira de negociação são captadas, relatadas e limitadas dentro do Quadro de governação do risco, a nível global, regional e de produto. Serão reportadas quaisquer alterações que se verifiquem nos riscos de crédito e de mercado.

A estrutura de limites inclui os limites do valor em risco e específicos por produto. Os limites do valor de mercado por classe de ativos baseiam-se na antiguidade/notação e liquidez, em que as posições com notação inferior ou posições numa classe de ativos com menos liquidez recebem um limite de negociação mais baixo. O sistema de monitorização de limites capta as exposições e alerta para qualquer violação de limiar. Todas as operações acima do limite carecem de aprovação de Gestão de risco de mercado. Os processos de titularizações e retitularizações são semelhantes.

O nosso processo de Posições de crédito negociadas (TCP) capta o risco (de crédito) do emitente das posições de titularização da carteira de negociação. Se o Quadro de governação de gestão do risco gere o risco ao nível da carteira e da classe de ativos, o processo de Posições de crédito negociadas para titularização gere os riscos de concentração e define os limites no nível das posições A estrutura de limites baseia-se na classe de ativos e na notação, sendo atribuídos às posições com menos liquidez e às posições com notação inferior limites de negociação mais baixos. São elaborados relatórios de gestão dos limites para promover o cumprimento dos limites definidos para os níveis das posições e detetar potenciais violações de limites. Quando as posições excedem os respetivos limites do valor de mercado em termos globais, é necessária a aprovação de TCP. É feita uma investigação (*due diligence*) adicional em posições que exijam aprovação de TCP. Esta inclui a análise do desempenho do crédito do título e a avaliação dos riscos da negociação. Adicionalmente, os testes de esforço do nível de garantias colaterais e a monitorização do desempenho são incorporados no processo de gestão do risco. O processo TCP cobre as titularizações e as retitularizações.

Os balcões de titularização incorporam uma combinação de coberturas macro e de nível de posição para reduzir o risco de crédito, o risco de taxa de juro e certos riscos de cauda (*tail risks*) de toda a carteira de titularização. A duração e as sensibilidades de crédito (DV01 e CS01) são os principais indicadores de sensibilidade do crédito utilizados para calcular coberturas apropriadas. Alguns dos produtos de cobertura utilizados incluem *swaps* de taxa de juro "baunilha", obrigações do tesouro norte-americano e índices líquidos específicos por produtos. Os riscos de mercado das coberturas (financiadas e não financiadas) são incorporados e geridos no âmbito do nosso Quadro de governação da gestão do risco de mercado já descrito; e os riscos de contraparte das coberturas (financiadas e não financiadas), que são compostas principalmente por grandes instituições financeiras mundiais, são geridos e aprovados através dum processo formalizado de gestão do risco, executado por Gestão de risco de crédito.

O cumprimento do acordo de Basileia 2.5 e dos requisitos de fundos próprios CRR/CRD IV, conforme aplicável, exige que seja realizada uma investigação (*due diligence*) antes da negociação em todas as posições relevantes. Cabe ao balcão de negociação correspondente realizar a investigação antes da negociação e, posteriormente, registar os dados apropriados na execução da negociação para indicar se foram realizados os itens de investigação relevantes. Os itens de investigação antes da negociação incluem confirmações das características estruturais do negócio, monitorização do desempenho da carteira subjacente e quaisquer divulgações de retenção relacionadas. É realizada investigação adicional pela equipa de titularização TCP no âmbito da Gestão de risco de crédito para Basileia 2.5 individual ou o quadro CRR/CRD IV, como posições relevantes aplicáveis que acima dos limites predefinidos (processo descrito acima).

Políticas contabilísticas e de avaliação para titularizações

As nossas políticas contabilísticas são incluídas na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas". As políticas contabilísticas mais relevantes para os programas de titularização originados por nós, e em que detemos ativos adquiridos com a intenção de titularizar, são "Princípios de consolidação", "Ativos financeiros e passivos financeiros" e "Desreconhecimento de ativos financeiros e de passivos financeiros", consultar, também, a Nota 14 "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor".

Tipos de entidades de finalidade especial utilizadas pelo Deutsche Bank como patrocinador de titularizações

Nós criamos e administramos como patrocinador programas de papel comercial garantidos por ativos (ABCP), através dos quais titularizamos ativos adquiridos a terceiros. Cada programa consiste de um veículo com

finalidade especial (o chamado "Veículo") emitente de papel comercial e de uma ou mais entidades com finalidade especial (SPE) de apoio, através das quais os ativos são adquiridos. Os ativos titularizados através dos programas ABCP incluem crédito automóvel, *leasing* automóvel, valores a receber sobre existências de concessionários automóveis, crédito estudante, valores a receber sobre cartões de crédito, valores a receber de atividades comerciais, valores a receber de chamadas de capital, empréstimos hipotecários residenciais e comerciais, fluxos de futuros e outros ativos.

Os veículos utilizados para emissão de papel comercial são: Gemini Securitization Corp., Aspen Funding Corp., Newport Funding Corp., Rhein-Main Securitization Ltd., Sword Securitization Ltd., Scimitar Securitization Ltd. As SPE que adquirem os ativos são financiadas por notas emitidas pelos veículos (incluindo notas de financiamento variáveis) ou contratam instrumentos de liquidez. As exceções são as SPE que suportam o veículo Gemini (Montage Funding LLC, Saratoga Funding Corp., LLC, Sedona Capital Funding Corp., LLC) as quais emitem papel comercial à Gemini. A tabela abaixo apresenta as exposições relacionadas com o ABCP, conforme aplicado para efeitos de cálculo regulamentar no âmbito do quadro de titularização por veículos principais.

Exposições do programa ABCP por veículos principais

	31/12/2013
em milhões de euros	Exposição
Aspen Funding Corp.	959
Newport Funding Corp.	582
Gemini Securitization Corp. LLC[1]	6.176
Sedona Capital Funding Corp. LLC	1.659
Montage Funding LLC	894
Saratoga Funding Corp. LLC	1.047
Rhein Main Securitization Ltd.	3.195
RM Multi-Asset Ltd.	215
RM Fife Ltd.	922
RM AYR Ltd.	551
RM Sussex Ltd.	963
RM Chestnut Ltd.	543
Sword Securitization Ltd.; Scimitar Securitization Ltd.	338
SPAN NO 9 PT LIMITED	338
Total	11.250

[1] A Gemini Securitization Corp. LLC engloba exposição direta de 2,6 mil milhões de euros e de suporte de 3,6 mil milhões de euros da Sedona Capital Funding Corp. LLC, Montage Funding LLC e Saratoga Funding Corp. LLC.

Assumimos quer a exposição no balanço quer a exposição fora do balanço que decorre dos instrumentos de liquidez concedidos às SPE ou aos respetivos veículos, cartas de crédito, *swaps* de retorno total ou o aumento de crédito semelhante, derivados de taxa de juro e cambiais e papéis comerciais.

Ocasionalmente, em operações pontuais, ajudamos as entidades com finalidade especial a adquirir ativos de terceiros quando nós, tomando em consideração o contributo total, por exemplo, a nossa influência na seleção dos ativos titularizados e na estruturação das tranches, somos elegíveis como patrocinador. Este tipo de operações pode incluir titularizações de multivendedores quando uma pequena parcela dos ativos titularizados teve origem em nós, por exemplo, empréstimos hipotecários residenciais e comerciais em cumprimento e em incumprimento. Assumimos a exposição no balanço e a exposição fora do balanço, incluindo tranches de primeira perda ou os respetivos derivados de taxa de juro e cambiais.

Nós, enquanto originador ou patrocinador de uma operação de titularização, vendemos ABCP e outras tranches de titularização (ou promovemos essa venda através de instituições criadoras de mercado por nós mandatadas) exclusivamente na base de "execução apenas" e só a clientes empresariais operacionais sofisticados que confiam na sua própria avaliação do risco. No decurso normal da atividade, não oferecemos essas tranches aos clientes empresariais operacionais a quem prestamos em simultâneo serviços de consultoria de investimento.

A nossa divisão Deutsche Asset & Wealth Management (DeAWM) fornece serviços de gestão de ativos a organismos para investimentos coletivos, incluindo fundos de investimento e fundos alternativos, e a particulares oferecendo acesso a investimentos tradicionais e alternativos em todas as principais classes de ativos, incluindo posições de titularização. Uma pequena parte destas posições, inferior a 1,6%, era composta por tranches em transações de titularização, nas quais o Deutsche Bank atua como originador ou patrocinador.

Quadro de titularização regulamentar

O artigo 1b da lei KWG define que tipos de operações e de posições devem ser classificados como operações de titularização e posições de titularização para efeitos de relato regulamentar.

As operações de titularização são definidas basicamente como operações em que o risco de crédito de uma carteira titularizada é dividido em, pelo menos, duas tranches de titularização, e em que os pagamentos aos titulares das tranches dependem do desempenho da carteira titularizada. As diferentes tranches estão numa relação subordinada que determina a ordem e o montante dos pagamentos ou perdas atribuídos aos titulares das tranches (cascata). As afetações de perdas a uma tranche júnior não implicam a imediata cessação da totalidade da operação de titularização, isto é, as tranches sénior sobrevivem a afetações de perdas a tranches subordinadas.

As posições de titularização podem ser adquiridas sob várias formas, incluindo investimentos em tranches de titularização, operações de derivados para cobertura de riscos cambiais e de taxa de juro incluídos na cascata, instrumentos de liquidez, aumentos de crédito, proteção de crédito não financiada ou garantia colateral para tranches de titularização.

Os ativos originados ou adquiridos com a intenção de titularizar seguem a abordagem geral para a atribuição à carteira bancária ou de negociação regulamentar. Consultar mais informações no capítulo "Afetação de posições à carteira de negociação regulamentar".

A abordagem para o cálculo dos requisitos de capital regulamentar das posições de titularização da carteira bancária e da carteira de negociação foi definida pelo decreto de solvabilidade alemão (*Solvabilitätsverordnung* – SolvV).

Cálculo dos requisitos de capital regulamentar para titularizações da carteira bancária

Os requisitos de capital regulamentar para o risco de crédito das titularizações da carteira bancária foram determinados com base no quadro de titularização nos termos dos artigos 225.º a 268.º do decreto SolvV, que faz a distinção entre as posições de titularização pelo método padrão do risco de crédito (CRSA) e as posições de titularização pela abordagem baseada nas notações de crédito internas (método IRB). A classificação das posições de titularização pela CRSA ou pelo método IRB depende da natureza da carteira titularizada. Basicamente, as posições de titularização CRSA são aquelas em que a carteira titularizada inclui predominantemente exposições a risco de crédito que seriam classificadas como exposições CRSA ao abrigo do quadro de risco de crédito se fossem detidas diretamente por nós. Em contrapartida, se a maioria da carteira titularizada fosse classificada como exposições IRB, as posições de titularização são incluídas como posições de titularização IRB.

Os coeficientes de risco das posições de titularização CRSA são calculados a partir das suas notações de crédito externas relevantes, quando aplicável. As notações de crédito externas devem cumprir determinados critérios de elegibilidade para poderem ser utilizadas no cálculo do coeficiente de risco. As notações de crédito externas elegíveis são retiradas de Standard & Poor's, Moody's, Fitch e DBRS. Nos casos em que estava disponível mais que uma notação de crédito elegível para uma posição de titularização específica, a notação de crédito externa relevante foi determinada com a segunda melhor notação de crédito elegível nos termos do disposto nos artigos 236.º e 237.º do decreto SolvV. As posições de titularização CRSA sem notação de crédito externa elegível foram deduzidas do capital de garantia a não ser que fossem elegíveis para a aplicação da abordagem de concentração de risco nos termos do artigo 243.º, n.º 2 do decreto SolvV, suscetível de produzir um coeficiente de risco inferior a 1.250%.

O coeficiente de risco das posições de titularização IRB é determinado em função da seguinte hierarquia:

— Se existirem uma ou mais notações de crédito externas elegíveis para a posição de titularização IRB, ou se uma notação externa puder ser inferida de uma notação de crédito externa elegível de uma posição de titularização de referência, o coeficiente de risco é calculado a partir da notação de crédito externa relevante (abordagem com base nas notações de crédito).
— Em contrapartida, se não existir ou não puder ser inferida uma notação de crédito externa elegível, o coeficiente de risco da posição de titularização IRB será regra geral determinada pela abordagem baseada na fórmula de supervisão nos termos do artigo 258.º do decreto SolvV ou pela abordagem baseada na avaliação interna nos termos do artigo 259.º do decreto SolvV.
— Nos casos em que nenhuma das referidas abordagens pudesse ser aplicada, a posição foi deduzida do capital de garantia.

A abordagem baseada nas notações de crédito internas aplica a maioria das nossas posições de titularização IRB e CRSA nas bandas de coeficiente de risco mais baixas (melhores). Usamos principalmente as notações de crédito externas de Standard & Poor's, Moody's e Fitch e, em menor grau, de DBRS. A maior parte das posições de titularização com uma avaliação de crédito externa elegível ou inferida são posições retidas das nossas titularizações sintéticas ou posições de titularização detidas na nossa qualidade de investidor. A abordagem baseada na concentração de risco é aplicada a exposições de titularização CRSA diminutas face ao montante total das exposições de titularização da nossa carteira bancária. O âmbito de aplicação da abordagem baseada na fórmula de supervisão e da abordagem baseada na avaliação interna é descrito a seguir.

Em nenhuma posição de titularização foram aplicadas as disposições especiais definidas para originadores de operações de titularização que impõem o reconhecimento pelo originador dos juros do investidor nos termos do artigo 245.º e ss. e do artigo 262.º e ss., respetivamente, do decreto SolvV.

Abordagem baseada na fórmula de supervisão e abordagem baseada na avaliação interna

O coeficiente de risco das posições de titularização sujeitas à abordagem baseada na fórmula de supervisão (Supervisory Formula Approach – SFA) foi determinado com base numa fórmula que toma como *input* os requisitos de capital da carteira titularizada e a antiguidade da posição de titularização na cascata, entre outros fatores. Quando aplicamos a SFA, calculamos os parâmetros de risco PD e LGD para os ativos incluídos na carteira titularizada mediante a utilização de sistemas de notação de crédito desenvolvidos internamente e aprovados para esses ativos. Continuamos a desenvolver novos sistemas de notação de crédito para agregados homogéneos de ativos, para aplicação em ativos que não tiveram em nós a sua origem. Os sistemas de notação de crédito são baseados nas informações históricas sobre incumprimento e perda de ativos comparáveis. Os parâmetros de risco PD e LGD são calculados a nível do agregado de risco.

Aproximadamente 50% do total das posições de titularização da carteira bancária são sujeitos à SFA. Esta abordagem é utilizada predominantemente para classificar a notação de crédito de posições garantidas por empréstimos a empresas, valores a receber relacionados com crédito automóvel e imóveis comerciais.

O coeficiente de risco das posições de titularização IRB sem notação de crédito, relativas a programas ABCP, que não são papel comercial garantidos por ativos, é calculado pela abordagem baseada na avaliação interna (IAA). Além de utilizar este conceito para efeitos regulamentares, a notação interna é utilizada para o cálculo da perda esperada e do capital económico e desempenha um papel significativo no processo de decisão e monitorização de crédito.

Recebemos a aprovação da BaFin para aplicar a IAA a aproximadamente 85% da nossa exposição de titularização a veículos ABCP.

As classes de ativos sujeitas à IAA regem-se por um conjunto de regras específicas e pormenorizadas, definidas por classe de ativos. Estas avaliações por classe de ativos (ACW) foram definidas com a cooperação de todos os departamentos relevantes do banco, incluindo Gestão de risco de crédito, Análise de risco e planos

de liquidação, e Front Office. São revistas e aprovadas no âmbito de um processo interno formal com uma periodicidade mínima anual. A ACW das classes de ativos aprovadas pela BaFin requer uma reaprovação em caso de alterações significativas durante o processo de revisão.

A BaFin aprovou a IAA de 14 diferentes classes de ativos diferentes, de consumo e comerciais. Os fatores de *stress* variam consoante a classe de ativos e o nível de notação de crédito; são estabelecidos com base em critérios definidos pela agência de notação de crédito externa "dominante" que forma a base da análise de notação de crédito qualitativa e quantitativa interna. Os múltiplos dos fatores de stresse indicam o montante de aumento de crédito necessário para obter uma notação de crédito específica, em contraponto com o nível de perda esperada do conjunto.

As tabelas seguintes resumem (a) os múltiplos dos fatores de *stress* por nível de notação de crédito, ou (b) a metodologia de condução de testes de esforço essencial para os ativos sem múltiplos de fatores de stress, com base na metodologia publicada pelas respetivas agências de notação de crédito dominantes:

Múltiplos de fatores de stresse por nível de notação de crédito, por agências de notação de crédito dominantes

Classe de ativos	Crédito automóvel	CDO	Financiamento Lease & Loan	Crédito ao consumo	Cartões de crédito	Valores a receber de atividades comerciais
Agência de notação de crédito dominante	S&P	Moody's	S&P	S&P	S&P	S&P
AAA	3.75–5	1,95	5	4–5	3–6.6	2,5
AA	3–4	1.8–1.76	4	3–4	2.5–5	2,25
A	2–3	1.73–1.69	3	2–3	2–3.75	2
BBB	1.75–2	1.67–1.63	2	1.5–2	1.5–2.5	1,5
BB	1.5–1.75	1.5–1.2		1–1.5	1.25–1.5	

Resumo das metodologias de cálculo dos fatores de stresse por agência de notação de crédito, sem múltiplos de fatores de stresse definidos

Classe de ativos	Chamadas de capital	Executor de MBS Adiantamentos	MV CDO	RMBS Austrália	RMBS Europa	RMBS USA	Liquidações estruturadas	Crédito estudante FFELP
Agência de notação de crédito dominante	Moody's	Moody's	S&P	S&P	S&P	S&P	S&P	Moody's
Comentário	A metodologia baseia-se em pressupostos conservadores sobre as notações de crédito dos devedores e taxas de recuperação; apoiada por critérios de correlação conservadores	A metodologia aplica curvas de recuperação em situação de esforço específicas de notação para cada tipo de adiantamentos do executor. Os fluxos de caixa são geridos em múltiplos cenários de esforço da taxa de juro	A metodologia quer da S&P quer da Moody's usa taxas avançadas em vez de múltiplos de fatores de stresse, que estão disponíveis nos seus respetivos sítios Web	A metodologia utiliza pressupostos sobre incumprimento e perda por nível de notação de crédito, com base em agregados de referência com ajustamentos apropriados para a comparação do respetivo agregado	A metodologia utiliza pressupostos sobre incumprimento e perda por nível de notação de crédito, com base em agregados de referência com ajustamentos apropriados para a comparação do respetivo agregado	Condução de testes de esforço aplicando pressupostos da S&P sobre incumprimento e perda por nível de notação de crédito a cada empréstimo individual do agregado	Geração de uma distribuição de probabilidade de potenciais taxas de incumprimento em cada nível de notação de crédito da carteira, utilizando taxas de recuperação específicas por setor Testes de esforço adicionais aos maiores devedores e aos maiores incumprimentos do setor	Aplicação de stresses específicos por nível de notação de crédito, incluindo taxas de incumprimento cumulativas definidas, taxas de pré-pagamento voluntário, taxas de rejeição de executores e taxas de benefício de mutuários

Informação baseada na metodologia publicada pelas respetivas Agências de notação de crédito dominantes, sujeita a atualização periódica.

Os modelos de fluxo de caixa subjacentes por classe de ativos também são sujeitos ao processo de revisão regular. Para as titularizações destas classes de ativos utilizamos instituições de avaliação de crédito externas, designadamente a Standard & Poor's e a Moody's, nos termos definidos nas tabelas anteriores.

Cálculo dos requisitos de capital regulamentar para titularizações da carteira de negociação

Os requisitos de capital regulamentar para o risco de mercado das titularizações da carteira de negociação foram determinados com base numa combinação de modelos internos e de abordagens normalizadas regulamentares nos termos do artigo 314.º e ss. do decreto SolvV.

Os requisitos de capital para o risco de mercado geral das posições de titularização da carteira de negociação são determinados como a soma de: (i) os requisitos de capital do risco de mercado geral calculados com base no valor em risco e (ii) os requisitos de capital do risco de mercado geral calculados com base no valor em risco em situação de esforço.

Os riscos de capital para o risco de mercado específico das posições de titularização da carteira de negociação dependem da afetação ou não das posições à carteira de negociação de correlação (CTP) regulamentar.

Os requisitos de capital do risco de mercado específico das posições de titularização não afetadas à carteira CTP são calculados com base no método padrão do risco de mercado (MRSA), o método padrão. O coeficiente de risco determinado pelo método padrão para as posições de titularização da carteira de negociação é geralmente calculado pelas mesmas metodologias aplicáveis às posições de titularização da carteira bancária. A única diferença prende-se com a utilização da abordagem baseada na fórmula de supervisão (SFA) para as posições de titularização da carteira de negociação em que os requisitos de capital da carteira titularizada são determinados com recurso a parâmetros de risco (probabilidade de incumprimento e perda em caso de incumprimento) que se baseiam no modelo de cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais. Os requisitos de capital do risco específico calculados pelo método padrão são determinados como o valor mais elevados dos requisitos de capital para todas as posições de titularização líquidas longas e curtas fora da carteira CTP. As posições de titularização incluídas nos cálculos do risco específico pelo método padrão são incluídas adicionalmente nos cálculos do valor em risco e do valor em risco em situação de esforço para o risco específico.

As titularizações da carteira de negociação sujeitas a tratamento pelo método padrão incluem várias classes de ativos diferenciadas pelos respetivos tipos de garantias colaterais subjacentes:

— Títulos garantidos por hipotecas residenciais (RMBS);
— Títulos garantidos por hipotecas comerciais (CMBS);
— Obrigações garantidas por empréstimos (CLO);
— Obrigações com garantia real (CDO); e
— Títulos garantidos por ativos (incluindo cartões de crédito, crédito e *leasing* automóvel, crédito estudante, crédito e *leasing* de equipamento, crédito para existências de concessionários, etc.).

Também incluem derivados de crédito sintéticos e índices frequentemente negociados com base nos instrumentos acima enunciados.

Ao invés, os requisitos de capital do risco de mercado específico de posições de titularização que são afetadas à carteira CTP são determinados como a soma de (i) os requisitos de capital do risco específico, calculados com base no valor em risco, (ii) os requisitos de capital do risco específico calculados com base no valor em risco em situação de esforço, (iii) os requisitos de capital do risco específico calculados a partir do modelo de medida de risco global (CRM). Os requisitos de capital calculados pelo modelo CRM são sujeitos a um valor mínimo igual ou superior a 8% dos requisitos de capital do risco específicos para todas as posições de titularização líquidas longas e curtas calculadas pelo método padrão.

A carteira CTP inclui as posições de titularização e os derivados de crédito com risco de incumprimento "n-ésimo" principalmente detidos para efeitos da correlação de negociação que satisfazem os seguintes requisitos:

— todos os instrumentos de referência são instrumentos de título único, incluindo derivados de crédito de título único para os quais existe um mercado líquido com dois sentidos, ou índices frequentemente negociados com base nessas entidades de referência;
— as posição não são posições de retitularização, nem opções sobre uma tranche de titularização, nem quaisquer outros derivados de exposições de titularização que não proporcionem uma percentagem rateada das receitas de uma tranche de titularização; e
— as posições não se referem a um crédito sobre uma entidade de finalidade especial, a créditos ou créditos contingentes sobre imóveis ou sobre a carteira de retalho.

A carteira CTP também inclui coberturas das posições de titularização e das posições com risco de incumprimento "n-ésimo" da carteira, desde que exista um mercado líquido com dois sentidos para o instrumento ou o seu subjacente. Produtos típicos afetados à carteira CTP são as CDO sintéticas, os *swaps* de risco de incumprimento "n-ésimo" (CDS) e os CDS de índice e de título único. Consultar mais informações sobre o modelo CRM utilizado na carteira CTP regulamentar na secção "Risco de mercado relacionado com a negociação".

Diretrizes de boas práticas regulamentares

A Federação Europeia de Bancos (European Banking Federation), a Associação de Mercados Financeiros da Europa (Association for Financial Markets in Europe) (antiga Associação de Bancos de Investimento de Londres – London Investment Banking Association), o Grupo de Bancos de Poupança Europeus (European Savings Banks Group) e a Associação Europeia de Bancos Públicos e Agências de Financiamento (European Association of Public Banks and Funding Agencies) publicaram as "Diretrizes de boas práticas do setor para os requisitos de divulgação de titularização com base no pilar 3" (*Industry good practice guidelines on Pillar 3 disclosure requirements for securitization*) em dezembro de 2008, que foram objeto de uma ligeira revisão em 2009/2010. As nossas divulgações com base no pilar 3 cumprem o espírito dessas diretrizes, exceto se revogadas por regulamentações revistas ao abrigo de Basileia 2.5.

Informações sobre titularização

Os montantes apresentados nas tabelas seguintes fornecem informações sobre as nossas exposições de titularização, separadamente para a carteira bancária e para a carteira de negociação regulamentares. A apresentação das exposições da carteira bancária e da carteira de negociação está em consonância com a divulgação do exercício anterior. As informações sobre as posições de titularização da nossa carteira de negociação calculadas pelo método padrão são incluídas nesta secção, sendo as informações sobre as posições de titularização da carteira de negociação tratadas pelo modelo de medida de risco global (CRM) descritas na secção "Risco de mercado relacionado com negociação".

Exposições em risco titularizadas

Nós apenas estamos expostos aos riscos de crédito ou de mercado relacionados com as exposições titularizadas, como se apresenta em baixo, na medida em que tivermos retido ou adquirido qualquer das respetivas posições de titularização. O risco das posições retidas ou adquiridas depende da posição relativa da estrutura de pagamentos em cascata da operação de titularização. Para efeitos de divulgação, somos considerados o originador e, adicionalmente, o patrocinador no caso de titularizações com múltiplos vendedores, o que é refletido na divulgação do total de exposições em risco titularizadas na coluna "Patrocinador" e da nossa parcela dessas exposições na coluna "Originador".

A tabela seguinte presta informações sobre o total da exposição em risco da carteira bancária, isto é, a dimensão global do agregado, que titularizámos na nossa qualidade de originador ou de patrocinador através de operações de titularização sintéticas tradicionais, divididas por tipo de exposição. Nas colunas "Originador", a tabela fornece informações sobre o agregado de ativos titularizados subjacentes, que tiveram origem no nosso balanço ou foram adquiridos a terceiros. Os montantes relatados são os valores escriturados inscritos nas nossas demonstrações financeiras consolidadas para exposições no balanço em titularizações sintéticas, ou o montante nocional do capital para titularizações tradicionais e exposições fora do balanço em transações sintéticas. Dos 42,3 mil milhões de euros de exposição em risco titularizada, relatados em 31 de dezembro de

2013 na tabela infra, como "Originador", o montante retido foi de 22,7 mil milhões de euros, refletindo uma redução tanto na exposição titularizada em risco como na exposição retida que, em 31 de dezembro de 2012, era de 53,2 mil milhões e de 30,9 mil milhões de euros, respetivamente.

Nas relações como patrocinador, o total de exposições em risco titularizadas indicado na tabela infra representa o montante nocional de capital de exposições em risco das entidades que emitiram os títulos e outros valores a receber. Em 31 de dezembro de 2013, a parte da nossa exposição retida ou recomprada dos 77,2 mil milhões que constituíam o total de exposições em risco titularizadas, apresentado nas colunas "Patrocinador", incluindo transações com múltiplos vendedores, era de 13,0 mil milhões de euros. A exposição remanescente é detida por terceiros. Em 31 de dezembro de 2012, a nossa exposição por referência aos 116,6 mil milhões que constituíam o total de exposições em risco titularizadas resultava de atividades na qualidade de patrocinador, incluindo transações com múltiplos vendedores, era de 17,0 mil milhões de euros. O decréscimo na nossa exposição resultou principalmente duma decisão de gestão de reduzir a carteira de titularização. O total de exposição em risco titularizada, objeto de relato, foi calculado com base nas informações recebidas por relatórios de executores de terceiros com os quais os veículos têm relações.

Exposições em risco titularizadas, por tipo de exposição (dimensão global do agregado), da carteira bancária

	31.12.2013				31.12.2012			
	Originador		Patrocinador [1]		Originador		Patrocinador [1]	
em milhões de euros	Tradicionais	Sintéticas	Tradicionais	Sintéticas	Tradicionais	Sintéticas	Tradicionais	Sintéticas
Hipotecas residenciais	8.277	2.945	2.312	0	10.954	3.516	4.276	0
Hipotecas comerciais	9.265	0	7.980	0	13.682	0	7.991	0
Valores a receber de cartões de crédito	0	0	4.118	0	0	0	1.742	0
Leasing	0	0	8.324	0	0	0	5.967	0
Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas)[2]	2.215	18.522	12.950	0	2.772	20.014	21.256	781
Crédito ao consumo	0	0	15.185	0	0	0	17.932	0
Valores a receber de atividades comerciais	0	0	193	0	0	0	0	0
Titularizações (retitularizações)	1.101	0	2.531	0	1.642	590	3.467	0
Outros ativos[3]	0	0	23.638	0	0	0	53.166	0
Total de exposições em risco titularizadas[4]	20.858	21.467	77.232	0	29.050	24.120	115.797	781

[1] Em 31 de dezembro de 2013 foi incluído na coluna "Patrocinador" o montante de 11,0 mil milhões de euros referente a exposições titularizadas de múltiplos vendedores, dos quais 5,8 mil milhões de euros tiveram origem em nós, pelo que também incluímos este montante na coluna "Originador". Em 31 de dezembro de 2012, os montantes eram de 17,2 mil milhões de euros e de 8,1 mil milhões de euros, respetivamente.
[2] PME são pequenas e médias empresas.
[3] Consiste sobretudo em titularizações que apoiam atividades de aluguer de automóveis e existências de concessionários em 2013.
[4] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito da atividade de titularização da carteira bancária na tabela "Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco".

A tabela infra indica o total de exposições em risco titularizadas relativamente a posições de titularização detidas na nossa carteira de negociação regulamentar, separadamente por atividades como originador e como patrocinador, e discriminado também por transações tradicionais e sintéticas. As obrigações garantidas por dívida sintéticas de tranche única curtas (SST-CDO) foram refletidas como posições de originador, tendo a dimensão do agregado sintético sido determinada como a dimensão máxima do agregado dos conjuntos de posições referentes a um determinado agregado sintético. O total de exposições em risco titularizadas, apresentado na tabela infra, não reflete o nosso risco, porque inclui exposições não retidas por nós, não considera as diferenças de posicionamento na cascata de posições relacionadas e, acima de tudo, só reflete a cobertura de tranches idênticas. Em comparação com o ano anterior, o agregado de exposições em risco titularizado, sofreu uma redução significativa de titularizações sintéticas.

Exposições em risco titularizadas, por tipo de exposição (dimensão global do agregado), da carteira de negociação

	31.12.2013				31.12.2012			
	Originador		Patrocinador [1]		Originador		Patrocinador [1]	
em milhões de euros	Tradicionais	Sintéticas	Tradicionais	Sintéticas	Tradicionais	Sintéticas	Tradicionais	Sintéticas
Hipotecas residenciais	10.347	0	5.088	0	7.545	0	7.105	0
Hipotecas comerciais	28.295	0	52.633	0	29.185	0	50.308	0
Valores a receber de cartões de crédito	0	0	0	0	0	0	0	0
Leasing	494	0	0	0	0	0	0	0
Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas)[2]	1.978	91.965	3.720	0	1.902	234.619	3.805	0
Crédito ao consumo	0	0	0	0	0	0	0	0
Valores a receber de atividades comerciais	0	0	0	0	0	0	0	0
Titularizações (retitularizações)	2.118	0	112	0	3.543	0	117	0
Outros ativos	0	0	0	0	1.189	0	0	0
Total de exposições em risco titularizadas[3]	**43.232**	**91.965**	**61.553**	**0**	43.364	234.619	61.335	0

[1] Em 31 de dezembro de 2013 foi incluído na coluna "Patrocinador" o montante de 56,5 mil milhões de euros referente a exposições titularizadas de múltiplos vendedores, dos quais 22,5 mil milhões de euros tiveram origem em nós, pelo que também incluímos este montante na coluna "Originador". Em 31 de dezembro de 2012, os montantes eram de 56,9 mil milhões de euros e de 23,0 mil milhões de euros, respetivamente.
[2] PME são pequenas e médias empresas.
[3] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito da atividade de titularização da carteira de negociação na tabela "Posições de titularização da carteira de negociação retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco calculadas pelo método Padrão". A tabela inclui exposição titularizada como originador no montante de 15,7 mil milhões de euros e como patrocinador no montante de 11,2 mil milhões de euros já refletidos na tabela "Exposições em risco titularizadas, por tipo de exposição (dimensão global do agregado), da carteira bancária".

A tabela seguinte apresenta mais informações sobre a qualidade do agregado de ativos subjacentes de exposições em risco titularizadas, nas quais atuamos como originador e detemos posições na carteira bancária regulamentar. Uma exposição é relatada como vencida quando tem o estado de vencida há 30 dias ou mais e não foi ainda incluída como em imparidade. Para as nossas titularizações sintéticas originadas, os montantes da exposição em imparidade ou vencidos são determinados através da nossa administração interna; por seu lado, para as nossas titularizações tradicionais originadas os montantes da exposição em imparidade ou vencidos derivam sobretudo de relatórios de investidor das exposições subjacentes.

Separadamente, a tabela apresenta as perdas que reconhecemos em 2013 e em 2012 para posições de titularização retidas ou adquiridas como originador por tipo de exposição. As perdas são as relatadas na Demonstração Consolidada dos Resultados Os montantes são as perdas efetivas do agregado de ativos subjacente na medida em que essas perdas estejam afetadas às posições de titularização retidas ou adquiridas que detemos depois de considerar qualquer proteção de crédito elegível. Isto aplica-se tanto às transações tradicionais como sintéticas.

Exposições em imparidade ou vencidas titularizadas e perdas reconhecidas por tipo de exposição (dimensão global do agregado) como originador

	31.12.2013	2013	31.12.2012	2012
em milhões de euros	Em imparidade/ vencido[1]	Perdas	Em imparidade/ vencido[1]	Perdas
Hipotecas residenciais	2.853	21	3.639	14
Hipotecas comerciais	0	17	79	0
Valores a receber de cartões de crédito	0	0	0	0
Leasing	0	0	0	0
Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas) [2]	32	17	256	11
Crédito ao consumo	0	0	0	0
Valores a receber de atividades comerciais	0	0	0	0
Titularizações (retitularizações)	265	19	368	5
Outros ativos	0	0	0	0
Total de exposições em imparidade ou vencidas titularizadas e perdas reconhecidas[3]	**3.150**	**74**	4.342	30

[1] Inclui as exposições em imparidade e vencidas relativas ao agregado global de titularizações de múltiplos vendedores que poderá refletir mais que a parcela originada por nós.
[2] PME são pequenas e médias empresas.
[3] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito da atividade de titularização da carteira bancária na tabela "Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco".

O total da exposição em imparidade ou vencida titularizada diminuiu 1,2 mil milhões em 2013. A redução deveu-se sobretudo aos tipos de exposição "Hipotecas residenciais" e "Empréstimos a grandes empresas e a PME". As perdas inscritas por nós em 2013 registaram um aumento, no total de 74 milhões de euros face a 30 milhões de euros em 2012.

A tabela seguinte fornece informações sobre as exposições em risco existentes na carteira bancária e na carteira de negociação, separadas por tipo de exposição, que a administração tenciona titularizar num futuro próximo no âmbito de novas ou existentes operações de titularização. As exposições em risco que aguardam titularização não incluem ativos destinados a titularização sem transferência do risco, isto é, as titularizações em que nós mantemos todas as tranches.

Exposições em risco que aguardam titularização

	31.12.2013		31.12.2012	
em milhões de euros	Carteira bancária	Carteira de negociação	Carteira bancária	Carteira de negociação
Hipotecas residenciais	0	0	0	0
Hipotecas comerciais	0	2.295	0	1.783
Valores a receber de cartões de crédito	0	0	0	0
Leasing	0	0	0	0
Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas) [2]	0	0	6.358	0
Crédito ao consumo	0	0	0	0
Valores a receber de atividades comerciais	0	0	0	0
Titularizações (retitularizações)	0	741	0	372
Outros ativos	0	0	0	0
Exposições em risco que aguardam titularização	**0**	**3.036**	6.358	2.155

[1] PME são pequenas e médias empresas.

A maioria das exposições em risco que aguardam titularização foram "hipotecas comerciais", que estão sujeitas a titularização pela nossa unidade de negócio CB&S dos EUA.

Posições de titularização retidas ou adquiridas

A tabela abaixo apresenta o montante das posições de titularização retidas ou adquiridas na carteira bancária. Os montantes indicados baseiam-se nos valores de exposição regulamentares antes da aplicação da redução de risco de crédito. As posições de titularização da carteira de negociação regulamentar foram reportadas com base na definição de exposição do artigo 299.º do decreto SolvV, onde se afirma que os títulos e derivados idênticos ou muito semelhantes são compensados numa posição líquida. A partir de 1 de janeiro de 2014 essas posições de titularização serão relatadas com base na definição de exposição nos Artigos 327-331 CRR. Os requisitos de capital para as posições de titularização – tanto da carteira bancária regulamentar como da carteira de negociação regulamentar – são relatados adicionalmente por tipo de exposição subjacente.

Posições de titularização retidas ou adquiridas, por tipo de exposição

	31.12.2013							
	Carteira bancária				Carteira de negociação			
em milhões de euros	Posições de titularização no balanço	Posições de titularização de derivados e SFT fora do balanço	Valor de exposição regulamentar	Requisitos de capital	Posições de titularização no balanço	Posições de titularização de derivados e SFT fora do balanço	Valor de exposição regulamentar	Requisitos de capital
Hipotecas residenciais	4.705	3.160	7.865	227	2.358	44	2.402	544
Hipotecas comerciais	806	558	1.363	187	1.957	3.090	5.047	544
Valores a receber de cartões de crédito	0	1.520	1.520	12	91	0	91	5
Leasing	1.749	690	2.439	27	17	0	17	1
Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas) [1]	19.275	3.409	22.683	270	796	4.078	4.874	254
Crédito ao consumo	2.142	2.713	4.854	107	370	0	370	55
Valores a receber de atividades comerciais	0	158	158	1	1	0	1	0
Titularizações (retitularizações)	562	1.655	2.216	130	950	26	976	324
Outros ativos	4.880	3.773	8.652	168	917	118	1.035	231
Total de exposições em imparidade ou vencidas titularizadas e perdas reconhecidas[3]	**34.117**	**17.634**	**51.751**	**1.130**	**7.458**	**7.356**	**14.814**	**1.958**

[1] PME são pequenas e médias empresas.
[2] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito das atividades de titularização na tabela "Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco" e a tabela "Posições de titularização da carteira de negociação retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco, calculadas pelo método padrão".

	31.12.2012							
	Carteira bancária				Carteira de negociação			
em milhões de euros	Posições de titularização no balanço	Posições de titularização de derivados e SFT fora do balanço	Valor de exposição regulamentar	Requisitos de capital	Posições de titularização no balanço	Posições de titularização de derivados e SFT fora do balanço	Valor de exposição regulamentar	Requisitos de capital
Hipotecas residenciais	5.484	3.331	8.815	385	1.553	92	1.645	220
Hipotecas comerciais	2.712	934	3.646	391	2.263	3.319	5.582	291
Valores a receber de cartões de crédito	0	920	920	7	46	0	46	1
Leasing	2.227	1.291	3.518	98	0	0	0	0
Loans to corporates or SMEs (treated as corporates)[1]	25.568	4.791	30.359	494	272	4.526	4.798	133
Crédito ao consumo	2.818	2.470	5.288	398	109	0	109	6
Valores a receber de atividades comerciais	0	0	0	0	0	0	0	0
Titularizações (retitularizações)	1.593	2.398	3.991	466	729	56	785	260
Outros ativos	5.044	3.887	8.931	212	1.099	33	1.132	155
Total de exposições em imparidade ou vencidas titularizadas e perdas reconhecidas[2]	**45.446**	**20.022**	**65.468**	**2.451**	**6.071**	**8.026**	**14.097**	**1.066**

[1] PME são pequenas e médias empresas.
[2] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito das atividades de titularização na tabela "Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco" e a tabela "Posições de titularização da carteira de negociação retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco, calculadas pelo método padrão".

As posições de titularização retidas ou adquiridas são reduzidas na maioria dos tipos de exposição durante o ano de 2013, devido à continuidade da estratégia de redução do risco, tal como nos anos anteriores. Mais especificamente, a redução significativa do tipo de exposição "Empréstimos a grandes empresas ou a PME" resulta do desreconhecimento de transações sintéticas e outras atividades de redução do risco. No âmbito da carteira de negociação, a exposição a titularização aumentou em 718 milhões de euros ou 5%, sobretudo nos

tipos de exposição "Hipotecas residenciais" e "Crédito ao consumo", o que foi parcialmente compensado por um decréscimo do tipo de exposição "hipotecas comerciais".

Posições de titularização retidas ou adquiridas, por região

	31.12.2013		31.12.2012	
em milhões de euros	Carteira bancária	Carteira de negociação	Carteira bancária	Carteira de negociação
Europa	22.017	3.371	28.601	3.699
Américas	26.837	9.680	33.158	9.198
Ásia e Pacífico	2.849	1.355	3.616	979
Outros	49	408	93	221
Total das posições de titularização retidas ou adquiridas[1]	**51.751**	**14.814**	65.468	14.097

[1] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito das atividades de titularização na tabela "Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco" e a tabela "Posições de titularização da carteira de negociação retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco, calculadas pelo método padrão".

Os montantes indicados na tabela supra são baseados no país de domicílio dos devedores das exposições titularizadas. Os decréscimos das exposições no montante de 13,7 mil milhões de euros na carteira bancária resultaram da decisão da administração de reduzir a dimensão global das posições de titularização. Esta redução foi uniforme em cerca de 20% em todas as principais regiões.

Exposição a titularização da carteira bancária

Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas por banda de coeficientes de risco

	31.12.2013			31.12.2012		
em milhões de euros	Montante da exposição	Requisitos de capital pelo método IRB[1]	Requisitos de capital pela abordagem padronizada	Montante da exposição	Requisitos de capital pelo método IRB[1]	Requisitos de capital pela abordagem padronizada
≤ 10%	36.301	192	0	40.929	201	0
> 10 ≤ 20%	5.759	50	12	5.900	43	14
> 20 ≤ 50%	4.895	171	9	9.816	420	20
> 50 ≤ 100%	2.385	77	74	3.666	108	75
> 100 ≤ 350%	283	29	1	1.167	90	8
> 350 ≤ 650%	247	75	0	364	118	0
> 650 < 1.250%	91	33	0	337	86	0
1.250%/Dedução	1.789	349	58	3.289	1.174	94
Total das posições de titularização retidas ou adquiridas	**51.751**	**976**	**154**	65.468	2.240	211

[1] Após tomar em consideração ajustamentos de valor nos termos dos artigos 253.º, n.º 3 e 268.º, n.º 2 do decreto SolvV. Incluindo requisitos de capital para o desfasamento de maturidades de titularizações sintéticas por banda de coeficientes de risco, definido como coeficiente de risco médio ponderado nocional do agregado subjacente. Os valores para 31 de dezembro de 2012 foram ajustados em conformidade.

Os montantes indicados na tabela anterior refletem os valores antes da aplicação da redução de risco de crédito. Observam-se reduções de exposição na maioria das bandas de coeficientes de risco em consequência da estratégia de redução do risco do banco. As exposições sujeitas a dedução de capital registaram um decréscimo de 46% em resultado da cessação, venda, reestruturação ou de uma notação de crédito externa igual ou superior a BB-. Globalmente, os requisitos de capital das titularizações da carteira bancária sofreram uma redução de 54%.

A maior parcela das exposições de titularização da carteira bancárias elegíveis para o método IRB são tratadas de acordo com a abordagem baseada na fórmula de supervisão (SFA). Nas restantes exposições da carteira bancária elegíveis para o método IRB usamos o método baseado na avaliação interna (IAA), predominantemente para a nossa atividade como patrocinador de veículos ABCP ou a abordagem baseada nas notações de crédito (RBA).

Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por bandas de coeficientes de risco, sujeitas ao método do IRB baseado nas notações de crédito (RBA)

	31.12.2013				31.12.2012			
	Montante da exposição		Requisitos de capital, IRB-RBA[1]		Montante da exposição		Requisitos de capital, IRB-RBA[1]	
em milhões de euros	Titularização	Retitularização	Titularização[2]	Retitularização	Titularização	Retitularização	Titularização[2]	Retitularização
≤ 10%	6.449	0	35	0	10.558	0	47	0
> 10 ≤ 20%	1.463	0	14	0	2.939	0	21	0
> 20 ≤ 50%	1.378	1.564	85	44	2.163	3.545	237	96
> 50 ≤ 100%	1.020	0	63	0	1.481	610	58	26
> 100 ≤ 350%	59	108	2	11	694	159	43	20
> 350 ≤ 650%	235	0	71	0	266	79	84	27
> 650 < 1.250%	13	64	7	12	278	58	53	33
1.250%/Dedução	662	152	253	22	2.748	294	925	127
Total das posições de titularização retidas ou adquiridas	**11.279**	**1.889**	**531**	**89**	21.127	4.745	1.468	329

[1] Após tomar em consideração ajustamentos de valor nos termos dos artigos 253.º, n.º 3 e 268.º, n.º 2 do decreto SolvV.
[2] Incluindo requisitos de capital para o desfasamento de maturidades de titularizações sintéticas por banda de coeficientes de risco, definido como coeficiente de risco médio ponderado nocional do agregado subjacente. Os valores para 31 de dezembro de 2012 foram ajustados em conformidade.

Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por bandas de coeficientes de risco, sujeitas ao método do IRB baseado na avaliação interna (IAA)

	31.12.2013				31.12.2012			
	Montante da exposição		Requisitos de capital, IRB-IAA[1]		Montante da exposição		Requisitos de capital, IRB-IAA[1]	
em milhões de euros	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização
≤ 10%	4.670	0	29	0	4.948	0	31	0
> 10 ≤ 20%	3.319	0	33	0	1.783	0	18	0
> 20 ≤ 50%	1.283	351	28	11	2.291	1.093	52	32
> 50 ≤ 100%	210	5	12	0	191	119	12	5
> 100 ≤ 350%	0	33	0	4	17	80	1	10
> 350 ≤ 650%	0	0	0	0	0	4	0	2
> 650 < 1.250%	0	0	0	0	0	0	0	0
1.250%/Dedução	0	0	0	0	20	0	20	0
Total das posições de titularização retidas ou adquiridas	**9.482**	**389**	**102**	**16**	9.250	1.296	134	49

[1] Após tomar em consideração ajustamentos de valor nos termos dos artigos 253.º, n.º 3 e 268.º, n.º 2 do decreto SolvV.

Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por bandas de coeficientes de risco, sujeitas ao método do IRB baseado na fórmula de supervisão (SFA)

	31.12.2013				31.12.2012			
	Montante da exposição		Requisitos de capital, IRB-SFA[1]		Montante da exposição		Requisitos de capital, IRB-SFA[1]	
em milhões de euros	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização
≤ 10%	25.182	0	128	0	25.423	0	123	0
> 10 ≤ 20%	172	0	2	0	340	0	4	0
> 20 ≤ 50%	81	0	2	0	165	0	4	0
> 50 ≤ 100%	32	0	2	0	130	0	7	0
> 100 ≤ 350%	74	0	12	0	127	0	15	0
> 350 ≤ 650%	13	0	4	0	13	0	5	0
> 650 < 1.250%	14	0	14	0	1	0	1	0
1.250%/Dedução	917	0	74	0	70	62	40	62
Total das posições de titularização retidas ou adquiridas	**26.485**	**0**	**239**	**0**	26.269	62	199	62

[1] Após tomar em consideração ajustamentos de valor nos termos dos artigos 253.º, n.º 3 e 268.º, n.º 2 do decreto SolvV.

O método padrão do risco de crédito (CRSA) é utilizada para posições de titularização em que a carteira subjacente apresenta predominantemente exposições a risco de crédito, que seriam elegíveis para utilização da CRSA se estas exposições fossem detidas diretamente por nós.

Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por bandas de coeficientes de risco, sujeitas ao método padrão do risco de crédito (CRSA)

	31.12.2013				31.12.2012			
	Montante da exposição		Requisitos de capital, SA		Montante da exposição		Requisitos de capital, SA	
em milhões de euros	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização
≤ 10%	0	0	0	0	0	0	0	0
> 10 ≤ 20%	802	3	12	0	839	0	13	0
> 20 ≤ 50%	238	0	9	0	295	263	12	8
> 50 ≤ 100%	1.119	0	74	0	1.137	0	75	0
> 100 ≤ 350%	9	0	1	0	91	0	8	0
> 350 ≤ 650%	0	0	0	0	1	0	0	0
> 650 < 1.250%	0	0	0	0	0	0	0	0
1.250%/Dedução	16	41	16	41	25	69	25	69
Total das posições de titularização retidas ou adquiridas	**2.184**	**44**	**113**	**41**	2.388	332	133	77

Exposição a titularização da carteira de negociação

Os requisitos de capital do risco de mercado específico das posições de titularização da carteira de negociação não tratadas pelo modelo CRM, são calculados com base na abordagem padronizada do risco de mercado (MRSA) (método Padrão). O cálculo do coeficiente de risco determinado pelo método Padrão para as posições de titularização da carteira de negociação é geralmente baseado nas mesmas metodologias aplicáveis às posições de titularização da carteira bancária. Consultar mais informações sobre estes métodos na secção "Quadro de titularização regulamentar", bem como na secção "Risco de mercado relacionado com a negociação".

Posições de titularização da carteira de negociação retidas ou adquiridas, por bandas de coeficientes de risco, sujeitas ao método padrão do risco de mercado (MRSA)

	31.12.2013				31.12.2012			
	Montante da exposição		Requisitos de capital, método Padrão		Montante da exposição		Requisitos de capital, método Padrão	
em milhões de euros	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização	Titularização	Retitularização
≤ 10%	5.254	0	30	0	5.298	0	30	0
> 10 ≤ 20%	4.677	0	52	0	4.637	0	53	0
> 20 ≤ 50%	1.095	338	32	10	1.175	309	28	10
> 50 ≤ 100%	674	141	42	10	958	170	61	12
> 100 ≤ 350%	558	132	88	20	494	80	72	12
> 350 ≤ 650%	237	100	77	44	182	33	68	14
> 650 < 1.250%	118	6	65	3	102	21	56	12
1.250%/Dedução	1.177	308	1.177	308	392	245	392	245
Total das posições de titularização retidas ou adquiridas	**13.790**	**1.025**	**1.563**	**395**	13.239	858	761	305

Em termos de variação anual, as posições de titularização na carteira de negociação aumentaram sobretudo na dedução de capital de 1250% na categoria de coeficiente de risco.

Posições de retitularização

A exposição de retitularização da carteira de negociação foi reduzida em 68% em resultado do reconhecimento de coberturas nos termos do artigo 299.º do decreto SolvV. A partir de 1 de janeiro de 2014, a exposição coberta será relatada com base na definição nos Artigos 327-331 CRR.

Posições de retitularização retidas ou adquiridas

	31.12.2013				31.12.2012			
	Carteira bancária		Carteira de negociação		Carteira bancária		Carteira de negociação	
	Montante da exposição		Montante da exposição		Montante da exposição		Montante da exposição	
em milhões de euros	Antes de coberturas/ seguros	Depois de coberturas/ seguros	Antes de coberturas/ seguros	Depois de coberturas/ seguros	Antes de coberturas/ seguros	Depois de coberturas/ seguros	Antes de coberturas/ seguros	Depois de coberturas/ seguros
Posições de retitularização	2.322	2.320	3.190	1.025	6.435	6.434	2.910	858

Não foi aplicada redução de risco sob a forma de garantias financeiras às nossas posições de retitularização, quer da carteira bancária quer da carteira de negociação.

Atividades de titularização

Os montantes referentes a 2013 indicados nas tabelas seguintes apresentam um aumento da nossa atividade de titularização como patrocinador face a 2012. O aumento em 2013 da nossa atividade de originador de titularização deveu-se sobretudo ao tipo de exposição "Empréstimos a grandes empresas ou a PME", dominado por transações sintéticas executadas pelo Grupo de estratégias da carteira de crédito (Credit Portfolio Strategies Group – CPSG). O aumento em "hipotecas comerciais" resulta de novas transações tradicionais baseadas sobretudo em ativos das Américas e realizadas como transações com múltiplos vendedores.

Atividade de titularização – Total de exposições em risco titularizadas (isto é, os agregados subjacentes), por tipo de exposição, da carteira bancária

			Originador		Patrocinador
		31.12.2013	2013		31.12.2013
em milhões de euros	Tradicionais	Sintéticas	Resultados de vendas/ liquidações	Tradicionais	Sintéticas
Hipotecas residenciais	0	0	0	1.551	0
Hipotecas comerciais	2.328	0	52	2.880	0
Valores a receber de cartões de crédito	0	0	0	2.455	0
Leasing	0	0	0	4.036	0
Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas)[2]	0	10.069	0	2.291	0
Crédito ao consumo	0	0	0	3.532	0
Valores a receber de atividades comerciais	0	0	0	193	0
Titularizações (retitularizações)	0	0	0	114	0
Outros ativos	0	0	0	5.211	0
Total de exposições em risco titularizadas[3]	2.328	10.069	52	22.263	0

[1] Na coluna "patrocinador" está incluído o montante de 2,8 mil milhões de exposições titularizadas, das quais 1,5 mil milhões, originados por nós, também estão incluídos na coluna "originador".
[2] PME são pequenas e médias empresas.
[3] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito da atividade de titularização da carteira bancária na tabela "Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco".

			Originador		Patrocinador
		31.12.2012	2012		31.12.2012
em milhões de euros	Tradicionais	Sintéticas	Resultados de vendas/ liquidações	Tradicionais	Sintéticas
Hipotecas residenciais	0	0	0	0	0
Hipotecas comerciais	260	0	1	1.416	0
Valores a receber de cartões de crédito	0	0	0	0	0
Leasing	0	0	0	234	0
Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas)[1]	108	3.566	0	1.460	0
Crédito ao consumo	0	0	0	251	0
Valores a receber de atividades comerciais	0	0	0	0	0
Titularizações (retitularizações)	0	590	0	2.107	0
Outros ativos[2]	0	0	0	702	0
Total de exposições em risco titularizadas[3]	368	4.156	1	6.170	0

[1] PME são pequenas e médias empresas.
[2] Exclui uma atividade de reestruturação como patrocinador, em que um título foi transferido entre dois dos nossos veículos. A respetiva exposição em risco titularizada deste título é reportada na tabela "Exposições em risco titularizadas, por tipo de exposição (dimensão global do agregado), da carteira bancária".
[3] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito da atividade de titularização da carteira bancária na tabela "Posições de titularização da carteira bancária retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco".

A maior exposição originada através de titularizações tradicionais em 2013, em comparação com 2012, decorreu sobretudo do aumento da atividade de mercado nas titularizações CMBS, resultando de uma recuperação

geral do mercado neste segmento. O decréscimo de novas titularizações sintéticas decorre da nossa estratégia de redução do risco neste segmento de negócio.

Atividade de titularização – Total de exposições em risco titularizadas, por tipo de exposição, da carteira de negociação

			Originador		Patrocinador[1]
		31.12.2013	2013		31.12.2013
em milhões de euros	Tradicionais	Sintéticas	Resultados de vendas/ liquidações	Tradicionais	Sintéticas
Hipotecas residenciais	0	0	0	2.989	0
Hipotecas comerciais	7.162	0	173	12.475	0
Valores a receber de cartões de crédito	0	0	0	0	0
Leasing	0	0	0	0	0
Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas)[2]	0	584	0	0	0
Crédito ao consumo	0	0	0	0	0
Valores a receber de atividades comerciais	0	0	0	0	0
Titularizações (retitularizações)	528	0	0	0	0
Outros ativos	0	0	0	0	0
Total de exposições em risco titularizadas[3]	7.690	584	173	15.464	0

[1] Na coluna "patrocinador" está incluído o montante de 12,5 mil milhões de euros de exposições titularizadas, das quais 5,3 mil milhões de euros, originados por nós, também estão incluídos na coluna "originador".
[2] PME são pequenas e médias empresas.
[3] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito da atividade de titularização da carteira de negociação na tabela "Posições de titularização da carteira de negociação retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco calculadas pelo método Padrão".

			Originador		Patrocinador[1]
		31.12.2012	2012		31.12.2012
em milhões de euros	Tradicionais	Sintéticas	Resultados de vendas/ liquidações	Tradicionais	Sintéticas
Hipotecas residenciais	0	0	0	2.115	0
Hipotecas comerciais	3.908	0	170	6.823	0
Valores a receber de cartões de crédito	0	0	0	0	0
Leasing	0	0	0	0	0
Empréstimos a grandes empresas ou a PME (tratadas como grandes empresas)[2]	0	16.284	0	0	0
Crédito ao consumo	0	0	0	0	0
Valores a receber de atividades comerciais	0	0	0	0	0
Titularizações (retitularizações)	1.033	0	85	0	0
Outros ativos	0	0	0	0	0
Total de exposições em risco titularizadas[3]	4.941	16.284	255	8.938	0

[1] Na coluna "patrocinador" está incluído o montante de 6,8 mil milhões de euros de exposições titularizadas, das quais 2,5 mil milhões de euros, originados por nós, também estão incluídos na coluna "originador".
[2] PME são pequenas e médias empresas.
[3] Consultar uma avaliação regulamentar da nossa exposição ao risco de crédito no âmbito da atividade de titularização da carteira de negociação na tabela "Posições de titularização da carteira de negociação retidas ou adquiridas, por banda de coeficientes de risco calculadas pelo método Padrão".

Risco de mercado relacionado com a negociação

A grande maioria dos nossos negócios está sujeita a risco de mercado, definido como o potencial de alteração no valor de mercado das nossas posições de negociação e investimento. O risco pode decorrer de alterações adversas nas taxas de juro, nos *spreads* de crédito, nas taxas de câmbio, nos preços de ações, nos preços de matérias-primas e em outros parâmetros relevantes, tais como a volatilidade do mercado e as probabilidades de incumprimento implícitas no mercado.

O principal objetivo da Gestão do risco de mercado, que integra a nossa função de risco independente, é garantir que as nossas unidades de negócio otimizam a relação risco-retorno e não nos expõem a perdas inaceitáveis que ultrapassem a nossa apetência pelo risco. Para atingir este objetivo, a Gestão do risco de mercado trabalha em conjunto com os tomadores de risco (as "unidades de negócio") e outros grupos de apoio e controlo.

Diferenciamos três tipos substancialmente diferentes de risco de mercado:

— O risco de mercado relacionado com a negociação decorre principalmente de atividades de formação de mercado da divisão Corporate Banking & Securities (CB&S). Está associado a tomada de posições em dívida, ações, mercados cambiais, outros títulos e matérias-primas, bem como em derivados equivalentes.
— O risco de incumprimento de posições negociadas e de variações na notação de crédito relacionado com instrumentos de negociação.
— O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre de variações no mercado, sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária e de rubricas fora do balanço. Inclui risco de taxa de juro, risco de *spread* de crédito, risco de investimento e risco cambial, bem como risco de mercado decorrente dos nossos planos de pensões, de fundos garantidos e de remuneração com base em ações. O risco de mercado não relacionado com a negociação também inclui o risco de modelação dos depósitos dos clientes, bem como produtos de poupança e crédito.

Quadro de gestão do risco de mercado relacionado com a negociação

A governação da Gestão do risco de mercado está concebida e definida para garantir a supervisão de todos os riscos de mercado, incluindo o risco de mercado relacionado com a negociação, o risco de incumprimento de posições negociadas e o risco de mercado não relacionado com negociação, tomada de decisões eficazes e reencaminhamento atempado para apreciação da direção sénior.

A gestão do risco de mercado define e implementa um quadro para identificar, avaliar, monitorizar e reportar sistematicamente o nosso risco de mercado, e dá apoio à sua gestão e redução. Os gestores do risco de mercado identificam riscos de mercado existentes e futuros potenciais através de uma análise ativa da carteira e da interação com as áreas de negócio.

Medição e avaliação do risco de mercado

A Gestão do risco de mercado tem por objetivo medir com rigor todos os tipos de riscos de mercado mediante a aplicação de um conjunto exaustivo de indicadores de risco que refletem os requisitos económicos e regulamentares.

Em conformidade com os requisitos económicos e regulamentares, medimos o risco de mercado e os riscos que lhe estão associados através de diversos indicadores de risco fundamentais:

— Valor em risco e valor em risco em situação de esforço
— Três indicadores para riscos específicos: Requisitos de capital para riscos adicionais, medida de risco global e risco de mercado calculado pelo método padrão
— Três tipos de testes de esforço: Testes de esforço das carteiras, testes de esforço do nível de negócio e cenários de risco de eventos
— Capital económico para o risco de mercado, incluindo risco de incumprimento de posições negociadas
— Sensibilidades
— Valor de mercado/valor nocional (risco de concentração)
— Perda em caso de incumprimento

Estes indicadores são considerados complementares entre si e, em conjunto, definem o quadro de risco de mercado, que permite medir e monitorizar todas as áreas de negócio.

Para mais informações sobre os requisitos de capital regulamentares e os RWA para o risco de mercado relacionado com a negociação, incluindo uma apresentação por abordagem e tipo de risco, consultar a Secção "Requisitos de capital regulamentares".

Monitorização do risco de mercado

O nosso principal instrumento para gerir o risco de mercado relacionado com a negociação é a aplicação do nosso quadro de limites. Assistido pela Gestão do risco de mercado, o nosso Conselho de Administração define, para todo o grupo, limites (extremos) de valor em risco, de capital económico e de testes de esforço da carteira para o risco de mercado da carteira de negociação. Gestão do risco de mercado subafeta este limite global às nossas divisões corporativas e a cada unidade de negócio no âmbito da CB&S (ou seja, Taxas globais e crédito, Ações, etc.) com base nos planos de negócios esperados e na apetência pelo risco. No âmbito de cada uma das unidades de negócio, os diretores estabelecem limites de negócio afetando o limite global em cada carteira ou região.

Na prática, a Gestão do risco de mercado estabelece limites básicos, que tendem a ser de natureza global, necessários para captar uma exposição a um fator de risco particular. Os limites dos negócios são específicos em função de vários fatores, incluindo uma região particular ou uma carteira específica.

Os limites do valor em risco, do valor em risco em situação de esforço e do capital económicos são utilizados para gerir todos os tipos de risco de mercado ao nível global da carteira. Enquanto instrumento adicional e complementar da gestão de algumas carteiras ou tipos de risco, a Gestão do risco de mercado realiza análises de risco e testes de esforço. Também são definidos limites de sensibilidade e concentração/liquidez, testes de esforço das carteiras, testes de esforço do nível de negócio e cenários de risco de eventos.

As unidades de negócio são responsáveis por respeitar os limites que servem de referência para a monitorização e relato das exposições. Os limites de risco de mercado estabelecidos pela Gestão do risco de mercado são monitorizados diária, semanal e mensalmente. Se os limites forem ultrapassados, a Gestão do risco de mercado é responsável por identificar e reencaminhar a questão para apreciação superior, em tempo útil.

Para gerir as exposições respeitando os limites, as unidades de negócio aplicam várias medidas de redução de risco, principalmente utilizando:

— Gestão da carteira: A diversificação do risco ocorre em carteiras compostas por várias posições. Uma vez que alguns investimentos tendem a aumentar em valor quando outros diminuem em valor, a diversificação pode ajudar a diminuir o nível global do perfil de risco de uma carteira.
— Cobertura (*hedging*): A cobertura consiste em assumir posições em ativos financeiros relacionados, tais como futuros e *swaps*, e inclui produtos derivados. As atividades de cobertura podem não garantir uma redução eficaz contra perdas decorrentes de diferenças entre as condições, as características específicas ou outros riscos de base que possam existir entre o instrumento de cobertura e a exposição a ser protegida.

Relatórios sobre o risco de mercado

Os relatórios de Gestão do risco de mercado criam transparência sobre o perfil de risco e facilitam a compreensão dos fatores de riscos de mercado essenciais em todos os níveis da organização. O Conselho de Administração e os comités de governação sénior recebem relatórios com regularidade, bem como relatórios ad hoc quando necessário, sobre o risco de mercado, capital regulamentar e testes de esforço. Os comités de risco sénior recebem informações sobre risco com várias periodicidades, inclusive semanal ou mensal.

Adicionalmente, a Gestão do risco de mercado elabora relatórios específicos diários e semanais sobre risco de mercado e relatórios diários sobre a ultrapassagem de limites para cada classe de ativos.

Medição do risco de mercado

Valor em risco no Grupo Deutsche Bank (excluindo o Postbank)

O valor em risco é uma medida quantitativa da perda potencial (em valor) nas posições de negociação devido a variações no mercado que não será excedida num determinado período com um nível de confiança definido.

O nosso valor em risco decorrente das nossas atividades de negociação baseia-se no nosso próprio modelo interno. Em outubro de 1998, a autoridade de supervisão bancária alemã (atualmente denominada BaFin) aprovou o nosso modelo interno de valor em risco para o cálculo do capital regulamentar em termos de risco de mercado relativamente aos nossos riscos de mercado gerais e específicos. Desde então, o modelo tem sido aperfeiçoado continuamente, tendo-se mantido a aprovação.

Nós calculamos o valor em risco utilizando um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia. Tal significa que estimamos existir uma possibilidade de 1 em 100 de que uma perda avaliada ao preço de mercado nas nossas posições de negociação seja de magnitude pelo menos igual ao valor em risco reportado. Para fins de relatos regulamentares, que incluem o cálculo dos nossos requisitos de capital e ativos ponderados pelo risco, o período de carência é de dez dias.

Utilizamos um ano de dados históricos de mercado para calcular o valor em risco. O cálculo utiliza uma técnica de simulação de Monte Carlo e assumimos que as alterações nos fatores de risco seguem uma distribuição bem definida, por exemplo, normal, lognormal ou não normal (*T, skew-T, Skew-Normal*). Para determinar o valor agregado em risco, utilizamos correlações observadas entre os fatores de risco durante o período de um ano.

O nosso modelo de valor em risco foi concebido para ter em conta um conjunto abrangente de fatores de risco em todas as classes de ativos. Os principais fatores de risco são curvas de *swap*/governo, curvas de crédito específicas por índices e emitentes, diferenciais de financiamento, preços de ações e de índices, taxas de câmbio, preços de matérias-primas, e respetivas volatilidades implícitas. Para ajudar a garantir uma cobertura de risco integral, fatores de riscos de segunda ordem, por exemplo, o índice de CDS versus base constituinte, a base do mercado monetário, dividendos implícitos, diferenciais ajustados em função de opções (OAS) e taxas de *leasing* de metais preciosos são considerados no cálculo do valor em risco.

É calculado um valor em risco separado para cada tipo de risco, por exemplo, risco de taxa de juro, risco de *spread* de crédito, risco de ações, risco cambial e risco de matérias-primas, de cada unidade de negócio. Para esse efeito, atribuem-se as sensibilidades a cada tipo de risco relevante e simulam-se as alterações nos fatores de risco associados. O efeito de diversificação reflete o facto de que o total do valor em risco num determinado dia será inferior à soma dos valores em risco das classes de risco individuais. Simplesmente adicionar os montantes do valor em risco das classes de risco individuais para chegar a um valor em risco agregado implicaria o pressuposto de que as perdas ocorrem simultaneamente em todas as categorias de risco.

O modelo incorpora os efeitos lineares dos fatores de risco e, especialmente no caso dos derivados, os efeitos não lineares desses fatores, mediante uma combinação entre o método baseado nas sensibilidades e o método de reavaliação total numa grelha de volatilidade de preço fixo implícito.

O cálculo do valor em risco permite-nos aplicar uma medida constante e uniforme a todos os nossos produtos e atividades de negociação. Possibilita a comparação do risco em diferentes negócios e constitui também um meio de agregar e compensar posições no âmbito de uma carteira de modo a refletir correlações e compensações entre diferentes classes de ativos. Além disso, facilita as comparações do nosso risco de mercado ao longo do tempo e tendo por referência os nossos resultados de negociação diários.

Ao utilizar estimativas de valor em risco, calculamos que há que ter em conta várias considerações. Entre estas incluem-se:

— A utilização de dados históricos de mercado pode não ser um bom indicador de eventos futuros potenciais, particularmente aqueles que são intrinsecamente extremos. Esta limitação "retrospetiva" pode fazer com que o valor em risco subestime o risco (como aconteceu em 2008), mas também o pode sobrestimar.
— As suposições sobre a distribuição das alterações nos fatores de risco e a correlação entre os diversos fatores de risco podem não se verificar, especialmente durante eventos de mercado intrinsecamente extremos. O período de carência de um dia não capta totalmente o risco de mercado que surge em perío-

dos de iliquidez, em situações em que as posições não pode ser encerradas ou cobertas num período de um dia.
— O valor em risco não indica a perda potencial além do percentil 99.
— O risco intradiário não é captado.
— Podem existir riscos na carteira de negociação que são apenas parcialmente ou não são de todo captados pelo modelo do valor em risco.

Estamos empenhados no desenvolvimento contínuo dos nossos modelos de risco proprietários, e afetamos recursos substanciais à sua revisão e melhoramento. Desenvolvemos e melhorámos também o nosso processo de captação e avaliação sistemática dos riscos atualmente não captados pelo nosso modelo de valor em risco. É efetuada uma avaliação para determinar o nível de importância destes riscos e os riscos importantes são priorizados para inclusão no nosso modelo interno. Todos os riscos não incluídos no valor em risco são monitorizados e avaliados regularmente.

Em 2013 o cálculo do valor em risco foi aperfeiçoado com a inclusão dos seguintes riscos no nosso modelo interno:

— Risco de ordem superior nas matérias-primas para captar variações nos resultados devido a movimentos conjuntos no preço das matérias-primas adjacentes e volatilidades;
— Risco associado com o efeito de enviesamento e "sorriso" da volatilidade com opções em metais preciosos;
— Variações na taxa de recompra para acordos de recompra de ações;
— Movimentos dos *spreads* de crédito entre dívida sénior e subordinada no crédito;
—Movimentos conjuntos de taxas de *swaps* e *spreads* de base interdivisas para *swaps* interdivisas.

A metodologia existente foi alargada a outras carteiras para captar:

— Risco de dividendos
— Opções quanto de CDS para toda as entidades públicas e empresas
— Riscos de base do mercado monetário.

A capacidade de usar distribuições não normais (NND) na modelação da série temporal de retorno do fator de risco foi também alargada para além do câmbio e das matérias-primas para incluir todos os fatores de risco.

Adicionalmente, a pormenorização dos dados de mercado foi ainda aumentada pela distinção entre ativos garantidos por hipotecas comerciais de primeira geração (CMBS 1.0) e de próxima geração (CMBS 2.0). Os produtos CMBS 2.0 têm padrões de subscrição e titularização mais conservadores em comparação com os CMBS 1.0, justificando, por isso, uma série temporal de dados de mercado distinta.

Testes *a posteriori* regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação

Analisamos continuamente potenciais fragilidades no nosso modelo de valor em risco utilizando técnicas estatísticas, tais como testes *a posteriori* e também contamos com a nossa experiência de gestão do risco.

Os testes *a posteriori* são um procedimento utilizado em conformidade com os requisitos regulamentares alemães para verificar a capacidade preditiva dos nossos cálculos do valor em risco, envolvendo a comparação de perdas e ganhos diários hipotéticos com base no pressuposto "comprar e manter". Partindo deste pressuposto, estimamos o impacto das perdas e ganhos que teria sido causado numa carteira num dia de negociação, avaliado pelos preços e parâmetros atuais do mercado, assumindo que teria sido deixado inalterado nesse dia, e comparamo-lo com as estimativas do nosso modelo de valor em risco do dia anterior. Um valor discrepante (*outlier*) é uma perda hipotética de negociação do tipo "comprar e manter" que excede o nosso valor em risco do dia anterior. Em média, é de esperar que um nível de confiança de 99% gere dois ou três valores discrepantes num ano, representando 1% de aproximadamente 260 dias de negociação. Analisamos e documentamos as razões subjacentes aos valores discrepantes e classificamo-los como resultando de variações de mercado, riscos não incluídos no nosso modelo de valor em risco, falhas de modelo ou pro-

cesso. Usamos os resultados para melhorar ainda mais a nossa metodologia de valor em risco. As comunicações formais explicando as razões subjacentes a qualquer valor discrepante a nível do Grupo são fornecidas ao BaFin.

Para além da nossa análise padronizada *a posteriori* dos percentis do valor em risco, é efetuada uma verificação adicional do desempenho do modelo do valor em risco que consiste na análise do ajuste distributivo na totalidade da distribuição (análise a posteriori da distribuição total). São também realizados regularmente testes *a posteriori* em carteiras hipotéticas para testar o desempenho do valor em risco de produtos particulares e suas coberturas.

O Comité de testes globais *a posteriori*, com a participação das áreas de Gestão do risco de mercado, Operações de risco de mercado, Análise de risco e planos de liquidação e da área financeira, reúne-se regularmente para rever os resultados dos testes a posteriori em termos globais e por áreas de negócio individuais. O Comité analisa variações no desempenho e avalia a capacidade preditiva do nosso modelo de valor em risco, o que nos permite melhorar e ajustar consequentemente o processo de cálculo do risco.

Uma equipa independente de validação do modelo analisa regularmente todos os aspetos quantitativos do nosso modelo do valor em risco. A análise cobre, entre outros aspetos, a adequação dos pressupostos de distribuição dos fatores de risco, as abordagem de recalibração dos parâmetros de risco e os pressupostos do modelo. Os resultados da validação e as medidas corretivas são apresentados à direção sénior e acompanhados para garantir o cumprimento dos prazos.

Processo holístico de validação do VaR

O processo de validação holístico do VaR (HVV) oferece uma avaliação abrangente do modelo e do quadro do valor em risco em cinco áreas de controlo: Limites, testes *a posteriori*, processo, validação de modelo e Riscos não incluídos no VaR. O referido processo de validação holístico é aplicado trimestralmente e fornece um relatório detalhado das áreas de controlo (Pacotes de controlo HVV) bem como um Painel HVV que indica a saúde de cada área de controlo. Adicionalmente, a Análise trimestral de rubricas de negócio (QBLR) fornece uma visão geral da estratégia de negociação das rubricas de negócio e do correspondente perfil de retornos. O quadro de governação HVV trimestral que lhe está associado é composto pelos seguintes níveis:

— Nível 1: Um conjunto de reuniões de análise dos pacotes de controlo HVV a nível das classes de ativos (reuniões presididas pelo respetivo responsável pelas classes de ativos de Gestão do risco de mercado), em que o Pacote de controlo HVV é analisado e se aprova a situação do Painel HVV
— Nível 2: O Comité de governação HVV (presidido pelo responsável global de Gestão do risco de mercado), em que são apresentadas as análises trimestrais de rubricas de negócio e se aprova o Painel HVV global
— Nível 3: A governação HVV de topo é concretizada por meio de um conjunto de briefings da administração sénior, incluindo ao Comité executivo de CB&S, Comité de capital e risco, Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização. Os briefings fornecem um resumo executivo da qualidade e do controlo do valor em risco nas áreas de negócio, uma visão geral da estratégia de negociação da atividade da divisão corporativa CB&S, bem como da correspondente estratégia de gestão do risco.

Em 2013 os nossos multiplicadores do valor em risco e valor em risco em situação de esforço mantiveram-se em 4 vs. o limite regulamentar de 3.

Testes de esforço do risco de mercado

Os testes de esforço são uma técnica fundamental da gestão do risco, que avaliam os efeitos potenciais de eventos de mercado extremos e de flutuações extremas nos fatores de risco individuais. São uma das ferramentas quantitativas essenciais utilizadas para avaliar o risco de mercado das posições do Deutsche Bank e complementam o VaR e capital económico. A gestão do risco de mercado efetua vários tipos de teste de esforço para captar a diversidade de riscos: teste de esforço da carteira; teste de esforço ao nível do negócio

individual, cenários de risco de eventos, contribuindo também para os testes de esforço do âmbito geral do Grupo.

Os testes de esforço das carteiras medem o impacto nos resultados de potenciais eventos de mercado baseados em cenários predefinidos de diferentes gravidades, que são históricos ou hipotéticos, e definidos a nível macro. Com os testes de esforço das carteiras, Gestão do risco de mercado completa a sua perspetiva sobre risco fornecida por outros indicadores, dado que a gama de testes de esforço das carteiras preenche a lacuna entre os cenários mais extremos (capital económico) e as potenciais perdas diárias (valor em risco). Além de cenários dinâmicos, temos três cenários estáticos, que são calculados e monitorizados semanalmente, em comparação com os limites.

Para efeitos dos testes de esforço a nível das áreas de negócio individuais, os gestores de risco de mercado identificam os fatores de risco relevantes e desenvolvem cenários de stresse relacionados com a evolução macroeconómica ou específica das áreas de negócio. Os testes de esforço a nível das áreas de negócio captam os riscos idiossincráticos e os riscos de base.

O cenário de risco de eventos mede o impacto nos resultados de eventos historicamente observáveis ou situações hipotéticas de posições de negociação para países e regiões de mercados emergentes específicos. A exposição da carteira de negociação do banco a um país individual é testada em esforço num cenário único que replica variações no mercado nesse país em períodos de crise significativa do mercado e de liquidez reduzida.

Além destes testes de esforço específicos do risco de mercado, a gestão do risco de mercado participa no processo de teste de esforço do âmbito geral do Grupo, no qual são definidos cenários macroeconómicos pela DB Research (pesquisa Deutsche Bank) e cada departamento transpõe esse cenário para os choques relevantes que é necessário aplicar à sua carteira. Inclui os riscos de crédito, de mercado e operacional. Os resultados são analisados pelo Comité de supervisão dos testes de esforço.

O risco de cauda ou o potencial de eventos de perda extremos para além do valor em risco reportado são captados através dos parâmetros valor em risco, capital económico, requisitos de capital para riscos adicionais e medida de risco global. Também são captados através de testes de esforço.

Requisitos de risco de mercado relacionado com a negociação

Em dezembro de 2011, recebemos da BaFin a aprovação dos modelos para o valor em risco em situação de esforço, requisitos de capital para riscos adicionais e medida de risco global. Trata-se de métodos suplementares que utilizamos para medir as exposições ao risco de mercado.

— Valor em risco em situação de esforço: calcula um valor em risco em situação de esforço com base num período contínuo de um ano de tensão de mercado significativa.
— Requisitos de capital para riscos adicionais: capta riscos de incumprimento e de migração de crédito além dos riscos já captados no valor em risco em posições sensíveis ao crédito na carteira de negociação.
— Medida de risco global: capta os riscos adicionais no que se refere à carteira de negociação de correlação, calculados utilizando um modelo interno sujeito a requisitos qualitativos mínimos, bem como a requisitos em termos de testes de esforço.
— Método padrão do risco de mercado: calcula o capital regulamentar para efeitos de titularização e derivados de crédito de incumprimento de "n-ésimo".

O valor em risco em situação de esforço, os requisitos de capital para riscos adicionais e a medida de risco global são calculados para todas as carteiras relevantes. Os resultados dos modelos são utilizados na gestão corrente do risco do banco, bem como na definição de capital regulamentar.

Valor em risco em situação de esforço

Nós calculamos o valor em risco em situação de esforço utilizando um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia. Para fins de relatos regulamentares, o período de carência é de dez dias.

O nosso cálculo do valor em risco em situação de esforço utiliza os sistemas, as informações de negociação e os processos usados no cálculo do valor em risco. A única diferença é que os dados de mercado históricos de um período de tensão financeira significativa (ou seja, caracterizado por elevadas volatilidades) são utilizados como ponto de partida da Simulação de Monte Carlo. O processo de seleção da moldura temporal para o cálculo do valor em risco em situação de esforço é baseado na identificação de uma moldura temporal caracterizada por elevados níveis de volatilidade e variações extremas nos contribuintes de topo para o valor em risco. Os resultados destes dois indicadores (volatilidade e número de valores discrepantes) são combinados utilizando coeficientes selecionados que visam garantir que também são tomados em consideração aspetos qualitativos (ou seja, a inclusão de períodos de crise decisivos).

Requisitos de capital para riscos adicionais

O indicador de requisitos de capital para riscos adicionais baseia-se no nosso próprio modelo interno e destina-se a complementar o quadro de modelação do valor em risco. Representa uma estimativa dos riscos de incumprimento e de migração de produtos de crédito não titularizados num horizonte temporal de capital de um ano com um nível de confiança de 99,9%, tendo em conta os horizontes de liquidez de posições individuais ou de conjuntos de posições. Utilizamos uma Simulação Monte Carlo no cálculo do indicador de requisitos de capital para riscos adicionais como o percentil 99,9% da distribuição de perdas da carteira e para afetar o montante contributivo desses requisitos a posições individuais. O modelo capta o risco de incumprimento e de migração seguindo uma abordagem quantitativa precisa e consistente para todas as carteiras.

Calculamos o indicador de requisitos de capital para riscos adicionais com frequência semanal. O valor é determinado como sendo o maior valor entre a mais recente média de 12 semanas dos requisitos de capital para riscos adicionais e o valor mais recente desses requisitos. Os dados relativos aos mercados e às posições são recolhidos a partir de sistemas de *front office* e estão sujeitos a um rigoroso controlo de qualidade. Os valores do indicador de requisitos de capital para riscos adicionais são monitorizados de perto e desempenham um papel significativo na gestão das carteiras abrangidas. Além disso, o indicador de requisitos de capital para riscos adicionais fornece informações sobre a eficácia das posições de cobertura, que é analisada pelos gestores de risco.

Os requisitos de capital para riscos adicionais contributivos das posições individuais, que são calculados por afetação das insuficiências esperadas, constituem a base de identificação de concentrações de risco na carteira e de elaboração de estratégias para reduzir o risco global da carteira.

Utilizamos o nosso modelo de carteira de crédito, instrumento central da nossa metodologia de capital económico, para calcular os requisitos de capital para riscos adicionais. Os parâmetros importantes para o cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais são as exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento, as migrações nas notações, a maturidade e os horizontes de liquidez de posições individuais.

Os parâmetros de horizonte de liquidez são definidos em conformidade com o tempo necessário para vender uma posição ou cobrir todos os riscos de preços relevantes num mercado sob tensão. Os horizontes de liquidez são especificados ao nível dos produtos e refletem a nossa prática e experiência reais em períodos de tensão sistemática e idiossincrática. Definimos os conjuntos de posições utilizadas na aplicação dos horizontes de liquidez de forma a refletir adequadamente as diferenças de liquidez para cada conjunto. Os gestores de risco de mercado especializados em cada tipo de produto determinam horizontes de liquidez com um limite mínimo de três meses. Os horizontes de liquidez são analisados regularmente para que o ato de venda ou cobertura, em si mesmo, não afete significativamente o preço. As probabilidades de incumprimento e de migração da notação de crédito são definidas por matrizes de migração de notação de crédito, calibradas por dados de notação de crédito externos históricos. Tomando em consideração a correlação entre o grau de

pormenorização das matrizes e a sua estabilidade, aplicamos uma matriz empresarial global e uma matriz soberana composta por sete principais bandas de notações. Em conformidade, as notações de crédito atribuídas pelas agências de notação de crédito Moody's, S&P e Fitch a emissões ou emissores são atribuídas a cada posição.

Para quantificar a perda devida à migração da notação de crédito, é realizada uma reavaliação da posição considerando a nova notação de crédito. A probabilidade de redução conjunta de notações de crédito e de incumprimentos é determinada pelas correlações de migração e de notação de crédito do modelo de cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais. Essas correlações são especificadas por meio de fatores sistemáticos que representam regiões e setores, sendo calibradas com base em séries históricas de migração de notações de crédito e séries temporais de ações. O processo de simulação inclui uma estratégia de continuidade, que se baseia na suposição de um nível de risco constante. Esta hipótese implica que as posições que têm registado incumprimento ou migração de notação de crédito no respetivo horizonte de liquidez são reequilibradas no final do seu horizonte de liquidez de modo a alcançarem o nível inicial de risco. As correlações entre posições com diferentes horizontes de liquidez são implicitamente especificadas pela estrutura de dependência dos fatores de risco sistemático e idiossincrático subjacentes, ajudando a assegurar que as concentrações de carteira são identificadas nos horizontes de liquidez. Em particular, são reconhecidas as diferenças entre horizontes de liquidez e maturidades de coberturas e posições cobertas.

À parte as recalibrações regulares, em 2013 não se verificaram alterações significativas nos modelos.

A validação direta dos requisitos de capital para riscos adicionais através de métodos de testes *a posteriori* não é possível. O indicador dos requisitos de capital para riscos adicionais é sujeito a princípios de validação, tais como a avaliação da solidez conceptual, monitorização contínua, verificação de processos e análise comparativa e de resultados. A validação da metodologia de cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais é incorporada no processo de validação do nosso modelo de carteira de crédito, com particular incidência nos aspetos específicos deste indicador. A validação do modelo de cálculo dos requisitos de capital para riscos adicionais baseia-se mais em métodos indiretos, incluindo testes de esforço e análises de sensibilidade. Os parâmetros relevantes do indicador dos requisitos de capital para riscos adicionais estão incluídos no ciclo de validação anual estabelecido no quadro regulamentar atual. O indicador dos requisitos de capital para riscos adicionais faz parte dos testes de esforço trimestrais transversais ao Grupo, utilizando a funcionalidade de testes de esforço no âmbito do nosso mecanismo de crédito. Os montantes dos requisitos de capital para riscos adicionais em situação de esforço são relatados ao nível do Grupo e apresentados ao Comité de supervisão de testes de esforço e ao Comité de análise de risco cruzado.

Medida de risco global

A medida de risco global da carteira de negociação de correlação baseia-se no nosso próprio modelo interno. Calculamos a medida de risco global com base numa técnica de Simulação de Monte Carlo para um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano. O nosso modelo é aplicado às posições de negociação de correlação elegíveis, sendo produtos típicos, entre outros, as obrigações com garantida real, os *swaps* de risco de incumprimento de "enésimo" e os *swaps* de risco de incumprimento de índice e de título único. As retitularizações ou os produtos referentes a créditos sobre a carteira de retalho ou exposições imobiliárias não são elegíveis. As operações sujeitas à medida de risco global devem cumprir as normas de liquidez mínimas para serem elegíveis. O modelo incorpora concentrações da carteira e efeitos não-lineares através de uma abordagem de reavaliação integral.

A medida de risco global foi concebida para captar incumprimentos, bem como os seguintes fatores de risco: taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de recuperação, taxas de câmbio e correlações de base, índice-constituinte e riscos de base de correlações de base.

A medida de risco global é calculada semanalmente. Em primeiro lugar, é identificada a população de negociação elegível dentro da carteira de negociação de correlação. Em segundo lugar, os fatores de risco com impacto nos resultados são simulados num horizonte temporal de um ano. A população de negociação é

então reavaliada segundo os vários cenários de simulação de Monte Carlo, sendo extraído o percentil de 99,9% da distribuição de perdas.

Os dados relativos aos mercados e às posições são recolhidos a partir de sistemas de *front office* e estão sujeitos a um rigoroso controlo de qualidade. Os valores dos requisitos de capital para riscos adicionais são monitorizados de perto e desempenham um papel significativo na gestão da carteira de negociação de correlação. Usamos dados de mercado históricos para calcular os fatores de risco da medida de risco global com um historial que pode atingir três anos.

No nosso modelo de medida de risco global, o horizonte de liquidez está definido para 12 meses, o mesmo que o horizonte de capital.

Para manter a qualidade do nosso modelo de medida de risco global, monitorizamos continuamente as suas fragilidades potenciais. Mensalmente, é realizado um teste *a posteriori* das avaliações de negociação e propagação dos fatores de risco únicos e, trimestralmente, é efetuada uma recalibração dos parâmetros. Foi ainda definido um conjunto de testes de esforço para a carteira de negociação de correlação em que as dimensões dos choques estão indexadas às situações históricas de crise do mercado.

A validação do modelo é realizada por uma equipa independente, que analisa, entre outros, os referidos testes *a posteriori*, os modelos que geram fatores de risco, a adequação e integralidade dos fatores de risco, bem como a estabilidade da simulação de Monte Carlo, e ainda realiza análises de sensibilidade.

Em 2013 introduzimos os seguintes melhoramentos no nosso modelo de medida de risco global

— Simulação de incumprimentos de devedores com base em *spreads* de crédito de um ano;
— Extensão do risco cambial para incluir mais itens do balanço;
— Recalibração de *spreads* de crédito e correlações cambiais.

Método padrão do risco de mercado

A Gestão de risco de mercado monitoriza as exposições e trata de questões de risco e concentrações para determinadas exposições segundo o método padrão do risco de mercado específico (MRSA). Recorremos ao MRSA para determinar o montante de capital regulamentar para o risco de taxa de juro de *swaps* de risco de incumprimento "n-ésimo" e para as posições de titularização da carteira de negociação de correlação, os quais não são elegíveis para a medida de risco global. Para estas posições, afetamos a todas as Posições de titularização retidas sem notação de crédito ou com notação abaixo de BB um coeficiente de risco de 1.250% referente à exposição ou deduzimo-las diretamente do capital. Esses elementos de dedução de capital (CDI) são deduzidos em partes iguais do capital *Tier* 1 e do capital *Tier* 2.

Também recorremos ao MRSA para determinar o montante de capital regulamentar para risco de longevidade conforme estabelecido no decreto SolvV. O risco de longevidade é o risco de alterações adversas na expectativa de vida resultarem numa perda de valor em políticas e transações associadas a longevidade. Para fins de gestão do risco, são também utilizados testes de esforço e afetações de capital económico para monitorizar e gerir o risco de longevidade.

Além disso, alguns tipos de fundos de investimento exigem um montante de capital calculado pelo método padrão (MRSA). Para efeitos de gestão do risco, estas posições estão também incluídas no nosso quadro de relato interno.

Validação de modelos de *front office*

A Gestão do risco de mercado valida modelos de *front office* que são utilizados para a formação das cotações oficiais e a gestão do risco das posições de negociação. As principais atividades da equipa são a aprovação do novo modelo, a aprovação do modelo em curso e avaliação de risco do modelo. As suas tarefas relacionadas incluem:

— Verificação da integridade matemática dos modelos e sua implementação;
— Análise periódica dos modelos para garantir que os modelos se mantêm válidos em diferentes condições de mercado;
— Avaliação da adequação do modelo para os objetivos de negócio pretendidos;
— Identificação de limitações do modelo que permitam moldar reservas ao modelo; e
— Estabelecimento de controlos que assegurem a utilização adequada dos modelos em todos os negócios.

Quadro de gestão do risco de mercado relacionado com a negociação no Postbank

O risco de mercado decorrente do Postbank tem sido incluído no nosso relato desde 2010. Desde que o acordo de domínio entre o Deutsche Bank e o Postbank se tornou efetivo em setembro de 2012, os limites do risco de mercado agregados para o Postbank são definidos pelo Deutsche Bank, de acordo com o nosso quadro de limite de risco de mercado. O diretor de gestão do risco de mercado dispõe de uma hierarquia de relato para a nossa organização de Gestão do risco de mercado e atua com base na autoridade delegada no que se refere a monitorização, relato e gestão a exposição de risco de mercado, em conformidade com os limites de risco de mercado atribuídos ao Postbank.

Os sublimites são atribuídos pelo Comité de risco de mercado do Postbank às unidades de negócio operacionais individuais. O Deutsche Bank é representado por um membro sénior da Gestão do risco de mercado no Comité de risco de mercado do Postbank. Os limites do risco de capital económico atribuídos a atividades de negócio específicas definem o nível de risco de mercado que é razoável e desejável para o Postbank de uma perspetiva de lucros.

O risco de mercado no Postbank é monitorizado diariamente utilizando um sistema de limites baseado no valor em risco. Adicionalmente, o Comité de risco de mercado do Postbank definiu limites de sensibilidade para as carteiras de negociação e bancária, bem como para as principais subcarteiras. Para além dos cálculos do valor em risco, o Postbank efetua também análises de cenários e testes de esforço. Os pressupostos subjacentes aos testes de esforço são analisados e validados de forma continuada.

Valor em risco no Postbank

O Postbank usa também o conceito de valor em risco para quantificar e monitorizar o risco de mercado que assume. O valor em risco é calculado utilizando uma Simulação de Monte Carlo. Entre os fatores de risco tidos em conta no cálculo do valor em risco incluem-se taxas de juro, preços de ações, taxas de câmbio e volatilidades, bem como os riscos decorrentes de alterações nos *spreads* de crédito. Os efeitos de correlação entre os fatores de risco são derivados a partir de dados históricos com ponderação equitativa.

O valor em risco da carteira de negociação do Postbank não está atualmente consolidado no valor em risco do restante Grupo. Contudo, é apresentado separadamente no relatório interno de valor em risco.

Aplicamos também o MRSA para a determinação do montante de capital regulamentar para o risco de mercado relacionado com a negociação do Postbank.

Capital económico para risco de mercado

O capital económico para o risco de mercado mede o montante de capital necessário para absorver perdas inesperadas muito graves e inesperadas decorrentes das nossas exposições ao longo do período de um ano. "Muito graves", neste contexto, significa que o capital económico é definido como o montante necessário para cobrir com uma probabilidade de 99,98% todas perdas inesperadas num período de um ano.

O nosso modelo de capital económico é constituído por duas componentes essenciais, a componente de "Risco comum" que cobre os fatores de risco de todas as áreas de negócio e a sequência de Testes de esforços específicos dos negócios (BSST), que enriquece a componente de risco comum. As duas componentes são calibradas com base em choques de mercado graves historicamente observados.

A componente de risco comum do modelo de capital económico para risco de mercado negociado baseia-se numa versão modificada da nossa abordagem regulamentar do valor em risco em situação de esforço. Por conseguinte, os modelos de capital económico beneficiam do modelo de valor em risco.

Em 2013, modificámos o nosso modelo CE de risco de mercado aperfeiçoando o quadro de horizontes de liquidez subjacente. O horizonte de liquidez é um parâmetro de avaliação da rapidez com que uma intervenção da administração conduziria à anulação dos efeitos ou à cobertura significativa das nossas posições de risco em situações de grave tensão do mercado. As modificações referem-se sobretudo a:

— Atribuição mais pormenorizada dos horizontes de liquidez, e
— Aos horizontes de liquidez que agora também integram risco residual potencial de atividades de criação de mercado na sequência de choques de mercado graves.

O capital económico para o risco de mercado das unidades de negociação é calculado semanalmente. O modelo integra os seguintes fatores de risco: taxas de juro, *spreads* de crédito, preços das ações, taxas de câmbio, preços das matérias-primas e correlações.

Também avaliamos continuamente os nossos testes BSST na tentativa de promover a captação de riscos significativos e refletir possíveis variações extremas do mercado. Adicionalmente, os gestores de risco usam a sua experiência para definir os piores cenários com base no conhecimento de variações extremas do mercado anteriores. É possível, contudo, que as nossas posições de risco de mercado percam mais valor que as nossas estimativas de capital económico, uma vez que não se podem prever e simular todos os cenários negativos.

O capital económico para o risco de incumprimento negociado representa uma estimativa dos riscos de incumprimento e de migração dos produtos de crédito com um nível de confiança de 99,98%, tomando em consideração os horizontes de liquidez das respetivas subcarteiras. Abrange as seguintes posições:

— Ativos da carteira bancária ao justo valor;
— Produtos de crédito não titularizados da carteira de negociação, excluindo a carteira de negociação de correlação;
— Produtos de crédito titularizados da carteira de negociação, excluindo a carteira de negociação de correlação e
— Carteira de negociação de correlação.

O capital económico para o risco de incumprimento negociado da carteira de negociação de correlação é calculado utilizando a medida de risco global. O cálculo do capital económico para risco de incumprimento negociado de todas as outras posições negociadas é baseado no nosso modelo de carteira de crédito. O risco de incumprimento negociado capta as exposições de crédito das nossas carteiras de negociação, sendo monitorizado por limites de concentração de título único e de carteira, que são definidos com base na notação de crédito, na dimensão e na liquidez. O limite para o capital económico do risco de incumprimento negociado é definido adicionalmente no âmbito da estrutura de capital económico de Risco de mercado, e o indicador dos requisitos de capital para riscos adicionais monitoriza os requisitos de capital regulamentar associados a estas posições. Com o objetivo de captar efeitos de diversificação e concentração, realizamos um cálculo conjunto do capital económico para o risco de incumprimento negociado e do capital económico para o risco de crédito. Os parâmetros importantes para o cálculo do risco de incumprimento negociado são as exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento, bem como as maturidades. As exposições, as taxas de recuperação e as probabilidades de incumprimento derivam de informações de mercado e de notações de crédito externas relativamente à carteira de negociação e de avaliações internas relativamente à carteira bancária no que se refere ao capital económico para o risco de crédito. As migrações de notação de crédito são regidas por matrizes de migração, as quais são obtidas a partir de séries temporais históricas de classificações de agências de notação e de observações internas. A probabilidade de redução conjunta de notações de crédito e de incumprimentos é determinada pelas correlações de notações de crédito e de

incumprimento do modelo da carteira. Essas correlações são especificadas por meio de fatores sistemáticos que representam países, regiões e setores.

A validação do modelo de capital económico para o risco de mercado é efetuada por uma equipa independente. A análise regular cobre, entre outros aspetos, a adequação dos fatores de risco, as técnicas de calibração, as definições dos parâmetros e os pressupostos do modelo.

Afetação de posições à carteira de negociação regulamentar

Para efeitos regulamentares alemães, todas as nossas posições devem ser atribuídas à carteira de negociação ou à carteira bancária. Esta classificação de uma posição tem impacto no seu tratamento regulamentar, em particular no cálculo dos montantes de capital regulamentar para a posição. Definimos os critérios para a afetação de posições à carteira de negociação ou à carteira bancária em documentos de política interna, os quais se basearam nos requisitos aplicáveis ao Grupo tal como descrito na Secção 1a da Lei bancária alemã (KWG).

Uma função central do departamento financeiro é responsável pela orientação da política e é o centro de competências quanto a questões sobre a sua aplicação. As funções do departamento financeiro para as áreas de negócio individuais são responsáveis pela classificação das posições com base nos requisitos da política.

Incluímos na carteira de negociação as posições que são instrumentos financeiros ou matérias-primas que são detidas para negociação ou com o objetivo de cobrir o risco de mercado de outras posições da carteira de negociação.

As posições incluídas na carteira de negociação devem estar isentas de quaisquer condições restritivas relativamente à sua transferibilidade ou poderem ser cobertas.

Além disso, as posições afetadas à carteira de negociação devem ser avaliadas diariamente. Consultar mais informações sobre a metodologia de avaliação que usámos na Nota 14 "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor".

Como parte dos processos contínuos para confirmar que a inclusão de posições na carteira de negociação se mantém alinhada com as orientações de política interna referidas acima, as funções do departamento financeiro para as nossas atividades de negociação realizam, numa base trimestral, uma análise global da classificação das posições. Os resultados da análise são documentados e apresentados ao Comité de análise da carteira de negociação com representantes dos departamentos financeiro e legal.

As reafetações de posições entre a carteira de negociação e a carteira bancária apenas podem ser efetuadas de acordo com as orientações da política interna. Devem ser documentadas e estão sujeitas a aprovação pela função central no departamento financeiro descrita acima.

Ativos da carteira de negociação inscritos no balanço e passivos

As tabelas abaixo apresentam as distribuições da carteira de negociação ou bancária de ativos e passivos do nosso balanço, do ponto de vista regulamentar.

Ativos da carteira de negociação regulamentar e passivos inscritos no balanço

em milhões de euros	31.12.2013 Balanço	Carteira de negociação	Carteira bancária[1]	31.12.2012 Balanço	Carteira de negociação	Carteira bancária
Ativo						
Caixa e disponibilidades em bancos	17.155	91	17.063	27.877	251	27.626
Depósitos remunerados em bancos	77.984	4.391	73.593	120.637	3.706	116.931
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda[2]	27.363	5.784	21.578	36.570	18.872	17.698
Títulos obtidos por empréstimo	20.870	20.712	157	24.013	23.911	102
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	899.257	843.374	55.883	1.209.839	1.155.080	54.759
Ativos detidos para negociação3	210.070	187.939	22.131	254.459	231.319	23.139
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	504.590	499.279	5.311	768.353	754.830	13.524
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados Créditos	184.597	156.155	28.441	187.027	168.931	18.096
Ativos financeiros disponíveis para venda	48.326	600	47.725	49.400	527	48.873
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	3.581	8	3.573	3.577	0	3.577
Empréstimos	376.582	1.617	374.964	397.377	4.368	393.009
Ativos fixos tangíveis	4.420	0	4.420	4.963	0	4.963
Goodwill e outros ativos intangíveis	13.932	0	13.932	14.219	0	14.219
Outros ativos[4]	112.539	34.995	77.545	123.702	47.708	75.993
Ativos por impostos correntes	2.322	0	2.322	2.389	0	2.389
Ativos por impostos diferidos	7.071	0	7.071	7.712	0	7.712
Total do ativo	**1.611.400**	**911.574**	**699.826**	**2.022.275**	**1.254.423**	**767.851**

[1] Inclui exposição relacionada com entidades consolidadas não regulamentares.
[2] Inclui, às datas de 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, apenas títulos comprados com acordos de revenda.
[3] A carteira bancária regulamentar inclui principalmente títulos de dívida integrados na nossa carteira de liquidez, bem como empréstimos negociados que não cumprem os critérios de atribuição à carteira de negociação regulamentar.
[4] As posições da carteira de negociação regulamentar incluem, principalmente, valores a receber relacionados com corretagem e derivados que verificam os requisitos de contabilidade de cobertura.

em milhões de euros	31.12.2013 Balanço	Carteira de negociação	Carteira bancária	31.12.2012 Balanço	Carteira de negociação	Carteira bancária
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	637.404	631.182	6.222	925.193	910.970	14.223
Passivos detidos para negociação	55.804	55.604	200	54.400	54.195	205
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados	483.428	478.005	5.423	752.652	738.634	14.018
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	90.104	89.505	599	110.409	110.409	0
Passivos por contratos de investimento	8.067	8.067	0	7.732	7.732	0
Restantes passivos	919.030	65.733	853.298	1.042.842	84.122	958.720
Total do passivo	**1.556.434**	**696.914**	**859.520**	**1.968.035**	**995.092**	**972.944**

A grande maioria dos nossos ativos da carteira de negociação no balanço são ativos financeiros ao justo valor através de resultados. O decréscimo de 27% a 31 de dezembro de 2013, em comparação com o final do ano anterior, particularmente em instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos, deveu-se sobretudo a derivados de taxa de juro e a alterações nas curvas de rendimentos, bem como ao resultado da nossa iniciativa de desalavancagem.

No que diz respeito ao passivo, a grande maioria da nossa carteira de negociação é composta por passivos financeiros ao justo valor através de resultados. O decréscimo de 31% a 31 de dezembro de 2013, em comparação com o final do ano anterior, particularmente em instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos, deveu-se sobretudo a alterações nas curvas de rendimentos com impacto nos derivados de taxa de juro, bem como ao resultado da nossa iniciativa de desalavancagem.

Para uma repartição adicional do nosso rendimento de juros líquido e resultados líquidos nos ativos e passivos na nossa carteira de negociação, consultar a Nota 5 "Rendimento de juros líquido e resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados".

Métricas do valor em risco de unidades de negociação no Grupo Deutsche Bank (excluindo o Postbank)

As tabelas e gráfico abaixo apresentam as métricas do valor em risco calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação. Excluem as contribuições da carteira de negociação do Postbank que são calculadas separadamente.

Valor em risco das nossas unidades de negociação, por tipo de risco

em milhões de euros	31.12.2013	Dec 31, 2012[1]
Risco de taxa de juro	27,2	27,6
Risco de *spread* de crédito	37,9	47,2
Risco de preço das ações	20,2	11,6
Risco cambial[2]	12,4	9,1
Risco de preço das matérias-primas	7,8	7,4
Efeito de diversificação	(57,7)	(44,8)
Total do valor em risco	47,9	58,1

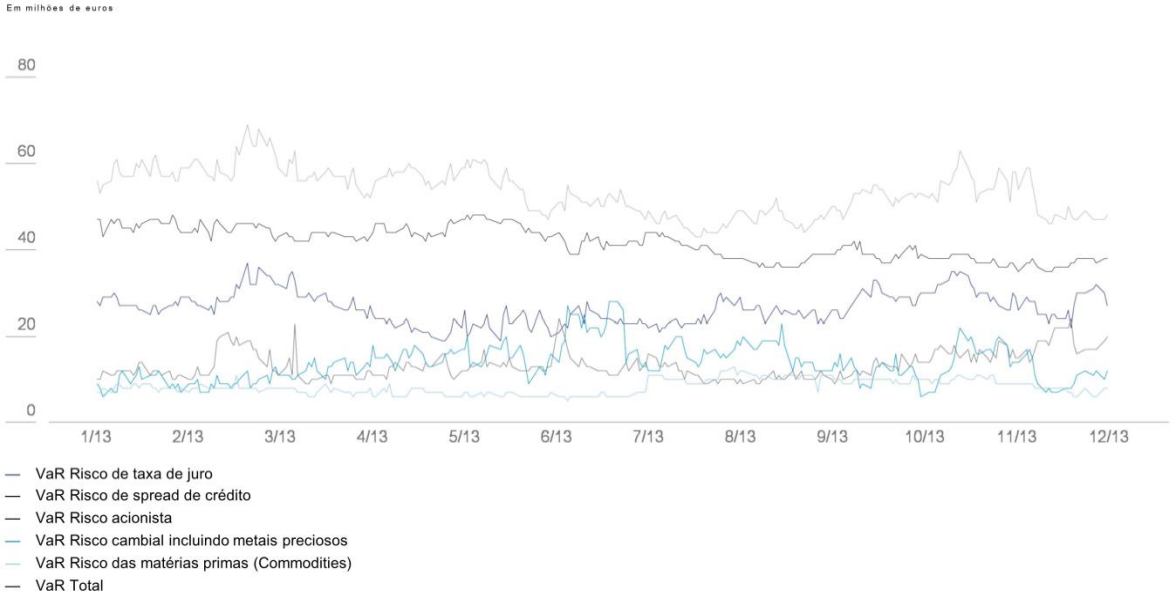
[1] As divisões de tipos de risco foram ajustadas em 31 de dezembro de 2012 para estarem em linha com as classificações da gestão do risco, com separação do risco de *spread* de crédito e inclusão do ouro e outros metais preciosos no risco cambial.
[2] Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.

Valor em risco das nossas unidades de negociação no período de relato

	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de *spread* de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial [1]		Risco de preço das matérias-primas	
em milhões de euros	2013	2012	2013	2012[2]	2013	2012[2]	2013	2012[2]	2013	2012	2013	2012[2]	2013	2012[2]
Médio	53,6	57,1	(50,0)	(66,3)	26,5	33,1	41,6	50,2	13,4	14,6	13,8	15,4	8,3	10,1
Máximo	69,0	80,1	(62,1)	(89,4)	36,6	49,0	48,0	64,3	23,9	27,4	27,8	43,2	12,8	18,0
Mínimo	43,0	43,3	(38,5)	(44,2)	18,7	24,9	34,9	39,3	8,8	7,5	5,8	4,1	5,5	7,4

[1] Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.
[2] As divisões de tipos de risco foram ajustadas em 31 de dezembro de 2012 para estarem em linha com as classificações da gestão do risco, com separação do risco de *spread* de crédito e inclusão do ouro e outros metais preciosos no risco cambial.

Desenvolvimento do valor em risco por tipos de risco em 2013



O valor em risco médio em 2013 foi de 53,6 milhões de euros, o que representa um decréscimo de 3,5 milhões de euros em comparação com o ano completo de 2012. Houve uma redução no valor em risco médio

em todos os tipos de risco, com reduções particulares no nível de *spread* de crédito e risco de taxa de juro que reduziram em 8,6 milhões de euros e 6,6 milhões de euros respetivamente. Os níveis de volatilidade no ano dos dados históricos usados no cálculo durante 2013 caíram, no geral, contribuindo para a redução, mas compensados pelo efeito de uma menor vantagem de diversificação em toda a carteira. O valor em risco geral oscilou num intervalo mais estreito durante 2013, com um mínimo de 43,0 milhões de euros e um máximo de 69,0 milhões de euros em comparação com 43,3 milhões de euros e 80,1 milhões de euros em 2012.

Medidas regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação (Excluindo o Postbank)

As tabelas abaixo apresentam as métricas do valor em risco em situação de esforço calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação. Excluem as contribuições da carteira de negociação do Postbank que são calculadas separadamente

Valor em risco em situação de esforço por tipo de risco

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012[1]
Risco de taxa de juro	53,0	79,1
Risco de *spread* de crédito	114,4	124,5
Risco de preço das ações	27,5	16,0
Risco cambial[2]	27,0	27,4
Risco de preço das matérias-primas	8,9	13,6
Efeito de diversificação	(125,3)	(114,3)
Total do valor em risco em situação de esforço das unidades de negociação	**105,5**	146,3

[1] As divisões de tipos de risco foram ajustadas em 31 de dezembro de 2012 para estarem em linha com as classificações da gestão do risco, com separação do risco de *spread* de crédito e inclusão do ouro e outros metais preciosos no risco cambial.
[2] Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos.

Valor em risco em situação de esforço médio, máximo e mínimo por tipo de risco

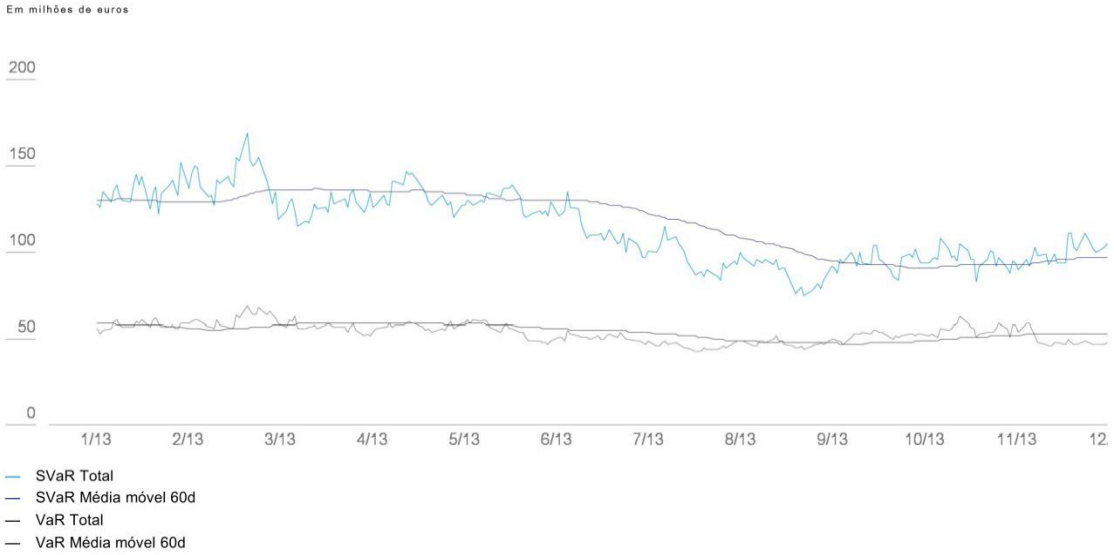
	Total		Efeito de diversificação		Risco de taxa de juro		Risco de *spread* de crédito		Risco de preço das ações		Risco cambial[1]		Risco de preço das matérias-primas	
em milhões de euros	2013	2012[2]	2013	2012[2]	2013	2012[2]	2013	2012[2]	2013	2012[2]	2013	2012[2]	2013	2012[2]
Médio	114,0	120,6	(127,5)	(129,5)	59,3	73,3	118,1	119,4	19,2	19,8	29,6	21,1	15,2	16,4
Máximo	169,2	152,2	(166,8)	(166,1)	93,1	112,6	149,5	153,0	53,6	47,8	59,2	50,8	37,1	33,3
Mínimo	75,1	91,0	(105,5)	(101,8)	44,4	49,2	90,0	93,5	4,3	7,7	12,1	7,1	7,1	10,2

[1] Inclui o valor em risco de posições em títulos de ouro e outros metais preciosos
[2] As divisões de tipos de risco foram ajustadas em 31 de dezembro de 2012 para estarem em linha com as classificações da gestão do risco, com separação do risco de *spread* de crédito e inclusão do ouro e outros metais preciosos no risco cambial.

O valor em risco médio foi de 114,0 milhões de euros em 2013, um decréscimo de 6,6 milhões de euros em comparação com o ano completo de 2012. Isto resultou sobretudo de uma redução no valor em risco em situação de esforço da taxa de juro ao longo de 2013, o que reflete uma redução geral no risco de taxa de juro geral em dólares dos Estados Unidos. Registaram-se também pequenas reduções no crédito, ações e matérias-primas em média, comparado com 2012. Isto foi parcialmente compensado por um aumento do valor em risco em situação de esforço do câmbio, decorrente de um aumento nas exposições cambiais direcionais ao longo do ano.

O gráfico seguinte compara a evolução do valor em risco diário com o valor em risco diário em situação de esforço e as respetivas médias de 60 dias, calculadas com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia para as nossas unidades de negociação. Os montantes são apresentados em milhões de euros e excluem as contribuições da carteira de negociação do Postbank, que são calculadas separadamente.

Desenvolvimento do valor em risco e do valor em risco em situação de esforço em 2013



Para efeitos regulamentares, o valor dos requisitos de capital para riscos adicionais para as respetivas datas de relato representa o valor à vista (*spot value*) mais elevado nas datas de relato e o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores. Em contrapartida, os valores dos requisitos de capital para riscos adicionais apresentados para as datas e períodos de relato inferiores é composto pelos valores à vista e pelos valores médios, máximos e mínimos do período de 12 semanas que antecede estas datas de relato.

Requisitos de capital para riscos adicionais das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital dum ano)

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Financiamento global e câmbios	82,4	70,8
Taxas e negociação de crédito[1]	563,4	315,5
NCOU	(3,9)	(20.9)
Mercados Emergentes – dívida	168,3	224,6
Outros[1]	185,5	122,8
Total dos requisitos de capital para riscos adicionais	**995,6**	712,8

[1] Os requisitos de capital para riscos adicionais (IRC) para negócios de financiamento estruturado foi reafetado de Taxas e negociação de crédito para Outros. Os valores para 31 de dezembro de 2012 foram ajustados em conformidade.

Valor dos requisitos de capital para riscos adicionais médio, máximo e mínimo das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano)

	2013				2012			
em milhões de euros	Horizonte de liquidez ponderado em meses	Médio1	Máximo1	Mínimo1	Horizonte de liquidez ponderado em meses	Médio1	Máximo1	Mínimo1
Financiamento global e câmbios	6,0	66,9	82,4	43,5	6,0	107,4	139,3	70,1
Taxas e negociação de crédito[2]	6,0	505,8	603,4	414,2	6,0	338,4	426,9	288,1
NCOU	6,0	(20,6)	(3,7)	(36,6)	6,0	(23,0)	29,1	(120,9)
Mercados Emergentes – dívida	6,0	179,5	205,0	156,1	6,0	197,2	273,5	150,0
Outros[2]	6,0	236,5	323,9	185,1	6,0	140,7	185,5	106,1
Total dos requisitos de capital para riscos adicionais das unidades de negociação	**6,0**	**968,2**	**1.044,8**	**928,5**	6,0	760,7	821,5	705,9

[1] Os montantes apresentam as bandas nas quais os valores oscilaram no período de 12 semanas anterior a 31 de dezembro de 2013 e a 31 de dezembro de 2012.
[2] Os requisitos de capital para riscos adicionais (IRC) para negócios de financiamento estruturado foi reafetado de Taxas e negociação de crédito para Outros. Os valores para 31 de dezembro de 2012 foram ajustados em conformidade.

Com base em 52 semanas, a média anual do nosso total dos requisitos de capital para riscos adicionais foi de 877 milhões de euros no ano de 2013, em comparação com 760 milhões em 2012. O valor máximo e mínimo

dos requisitos de capital para riscos adicionais em 2013 foi de 1.164 milhões de euros e de 667 milhões de euros em comparação com 878 milhões de euros e 673 milhões de euros no ano 2012, respetivamente. O aumento decorreu de uma seleção de parâmetros no cálculo mais conservadora, bem como de um aumento de exposições de título único.

Para efeitos regulamentares, a medida de risco global para as respetivas datas de relato representa o valor à vista (*spot value*) mais elevado nas datas de relato, o seu cálculo médio das 12 semanas anteriores e o limite mínimo, sendo que o limite mínimo é igual a 8% do montante de capital equivalente definido no quadro de titularização. Em contrapartida, a medida de risco global apresentada para as datas de relato inferiores é composta pelos valores à vista, tendo os valores médios, máximos e mínimos sido calculados para o período de 12 semanas que antecede estas datas de relato.

Medida de risco global das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital dum ano)

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Negociação de correlação	223,8	543,8

Medida de risco global média, máxima e mínima das unidades de negociação (com um nível de confiança de 99,9% e um horizonte de capital de um ano)

	2013				2012			
em milhões de euros	Horizonte de liquidez ponderado em meses	Médio1	Máximo1	Mínimo1	Horizonte de liquidez ponderado em meses	Médio1	Máximo1	Mínimo1
Negociação de correlação	12,0	316,0	359,6	285,9	12,0	613,4	650,9	562,8

[1] Os valores médios, máximos e mínimos foram calculados para o período de 12 semanas findo em 31 de dezembro.

Com base em 52 semanas, a média anual da nossa medida de risco global total foi de 435 milhões de euros no ano de 2013, em comparação com 693 milhões em 2012. O valor máximo e mínimo da medida de risco global em 2013 foi de 673 milhões de euros e de 199 milhões de euros em comparação com 884 milhões de euros e 418 milhões de euros no ano 2012, respetivamente. A redução deve-se sobretudo à redução de risco na NCOU, que inclui dissoluções, resoluções e melhorias do saldo de risco na carteira.

Método padrão do risco de mercado

A 31 de dezembro de 2013, as posições de titularização, para as quais o risco de taxa de juro específico é calculado usando o método padrão de risco de mercado, geraram requisitos de capital de 473 milhões de euros correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 5,9 mil milhões de euros e outras rubricas de dedução de capital no valor de 1,5 mil milhões de euros correspondendo a equivalente de RWA de 14,9 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2012, estas posições importaram em 429 milhões de euros, 5,4 mil milhões de euros, 637 milhões de euros e 6,4 mil milhões de euros. O aumento em RWA e CDI esteve sobretudo relacionada com uma alteração por motivos regulamentares no tratamento de transações existentes para titularizações da carteira de negociação. Adicionalmente, um aumento das posições de titularização retidas a receber um coeficiente de risco de 1.250%, que também substituíram parcialmente posições em "*run-off*", resultou num decréscimo de RWA compensador mas conduziu a um maior aumento dos CDI. Estes aumentos em RWA e CDI foram parcialmente compensados em resultado das variações cambiais.

Adicionalmente, os requisitos de capital para OIC pelo método padrão de risco de mercado foi de 78 milhões de euros correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 977 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, que derivaram de posições recentemente afetadas ao método padrão de risco de mercado.

Para *swaps* de risco de incumprimento "n-ésimo" os requisitos de capital reduziram para 5 milhões de euros, correspondendo a ativos ponderados pelo risco de 63 milhões de euros, em comparação com 14 milhões de euros e 172 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Este desenvolvimento resultou do facto de deter-

minadas posições se tornarem elegíveis para o nosso modelo de mediação de risco abrangente, com base em liquidez do mercado melhorada.

Os requisitos de capital para o risco de longevidade pelo método padrão de risco de mercado, com 29 milhões de euros correspondentes a ativos ponderados pelo risco de 363 milhões de euros, registaram uma redução marginal em comparação com os 32 milhões de euros e 404 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Valor em risco no Postbank

As tabelas abaixo apresentam as métricas do valor em risco da carteira de negociação do Postbank calculado com um nível de confiança de 99% e um período de carência de um dia.

Valor em risco da carteira de negociação do Postbank

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Risco de taxa de juro[1]	0,0	0,4
Risco de spread de crédito[1]	0,0	1,2
Risco de preço das ações	0,0	0,1
Risco cambial	0,1	0,2
Risco de preço das matérias-primas	0,0	0,0
Efeito de diversificação[1]	0,0	(0,6)
Total do valor em risco da carteira de negociação do Postbank	**0,1**	**1,2**

[1] Devido à separação do risco de *spread* de crédito, os montantes foram ajustados para 31 de dezembro de 2012.

O decréscimo do valor em risco do Postbank para 0,1 milhões de euros no final de 2013, de 1,2 milhões de euros no final de 2012 deve-se em larga medida a uma nova redução da tomada global de posições e da transferência de posições para a carteira bancária regulamentar, em linha com a estratégia de carteira de negociação do Postbank. O efeito de diversificação reflete o facto de que o total do valor em risco num determinado dia será inferior à soma dos valores em risco das classes de risco individuais. Simplesmente adicionar os montantes do valor em risco das classes de risco individuais para chegar a um valor em risco agregado implicaria o pressuposto de que as perdas ocorrem simultaneamente em todas as categorias de risco.

Valor em risco médio, máximo e mínimo da carteira de negociação do Postbank

	Total		Efeito de diversificação 1		Risco de taxa de juro 1		Risco de spread de crédito1		Risco de preço das ações		Risco cambial		Risco de preço das matérias-primas	
em milhões de euros	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Médio	0,3	3,4	(0,2)	(1,9)	0,2	1,9	0,1	3,2	0,0	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0
Máximo	1,1	5,9	(0,9)	(3,8)	0,5	3,5	1,1	5,0	0,1	0,2	0,5	0,7	0,0	0,0
Mínimo	0,1	0,9	(0,0)	(0,6)	0,0	0,4	0,0	0,9	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0

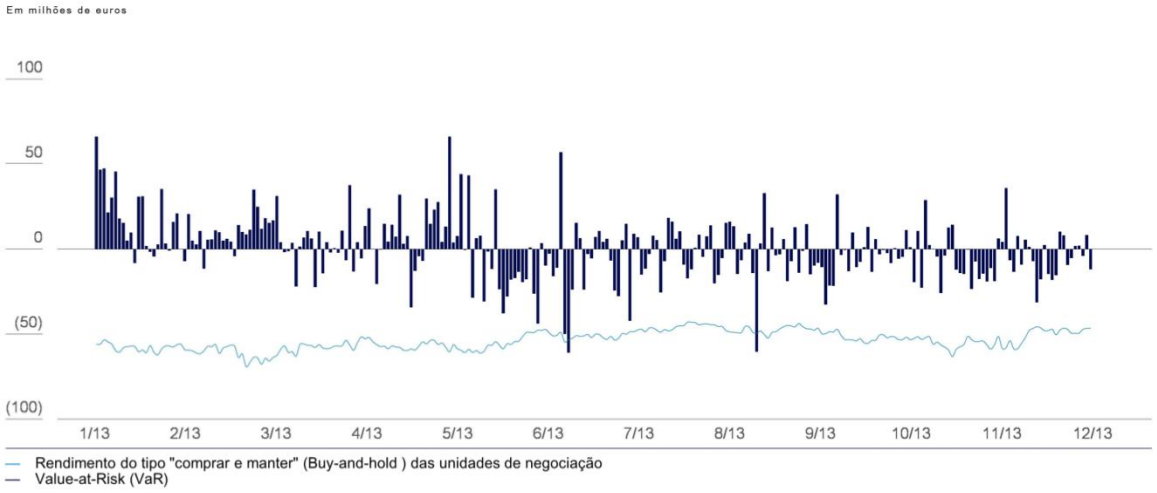
[1] Devido à separação do risco de *spread* de crédito, os montantes foram ajustados para 31 de dezembro de 2012.

Resultados dos testes *a posteriori* regulamentares do risco de mercado relacionado com a negociação

Em 2013, registámos dois valores discrepantes globais comparados com dois valores discrepantes em 2012, que estiveram de acordo com o esperado com base no nível de confiança de 99% aplicado. Os valores discrepantes, um ocorrido em junho de 2013 e outro em agosto de 2013, resultaram sobretudo de variações de mercado fora do nível histórico percentual de 99 de um ano. Com base nos resultados dos testes a posteriori, na nossa análise das razões subjacentes aos valores discrepantes e nas melhorias incluídas na nossa metodologia de valor em risco continuamos a considerar o nosso modelo de valor em risco como uma medida adequada para o nosso risco de mercado relacionado com a negociação, em condições normais de mercado.

O gráfico seguinte apresenta os resultados da negociação "comprar e manter" em comparação com o valor em risco no fecho do dia útil anterior relativamente aos dias de negociação do período de relato. O valor em risco é apresentado em valores negativos para comparar visualmente a perda potencial estimada das nossas posições de negociação com as receitas "comprar e manter". Os valores são apresentados em milhões de euros e excluem as contribuições da carteira de negociação do Postbank, que é calculada separadamente.

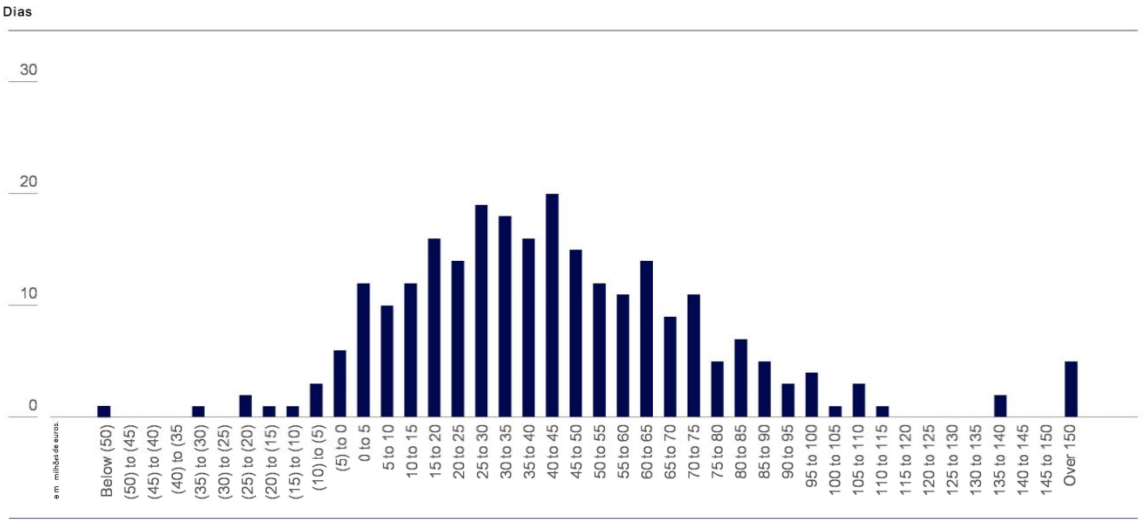
Comparação das receitas diárias do tipo "comprar e manter" de resultados de negociação de unidades de negociação e do valor em risco em 2013



Receitas diárias das nossas unidades de negociação

O histograma seguinte apresenta a distribuição das receitas diárias das nossas unidades de negociação (excluindo o Postbank). Apresenta o número de dias de negociação em que alcançámos cada um dos níveis de rendimentos de negociação apresentados no eixo horizontal em milhões de euros.

Distribuição de receitas diárias das nossas unidades de negociação em 2013



As nossas unidades de negociação obtiveram uma receita efetiva positiva para 94% dos dias de negociação em 2013 (versus 96% em 2012).

Utilização de capital económico para o nosso risco de mercado relacionado com a negociação

A utilização de capital económico para o risco de mercado relacionado com a negociação foi de 4,2 mil milhões de euros no final de 2013, em comparação com os 4,7 mil milhões de euros no final do ano de 2012. A nossa utilização de capital económico para risco de mercado relacionado com a negociação decresceu aproximadamente 493 milhões de euros (11%). Esta redução deveu-se principalmente a reduções da NCOU.

A contribuição do Postbank para a utilização de capital económico do nosso risco de mercado relacionado com a negociação foi mínima.

Avaliação das posições de risco de mercado

Consultar informações sobre os nossos métodos para determinar o justo valor na respetiva secção da Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" das nossas demonstrações financeiras.

Risco de mercado não relacionado com a negociação

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorre de variações no mercado, sobretudo à margem das atividades das nossas unidades de negociação, na nossa carteira bancária e de rubricas fora do balanço. Os fatores de risco de mercado significativos a que o banco está exposto e que são supervisionados por grupos de gestão do risco nessa área são:

— O risco de taxa de juro (incluindo o risco de modelo da opcionalidade integrada e dos pressupostos comportamentais de modelação para certos tipos de produtos), o risco de *spread* de crédito, o risco cambial e o risco de capital (incluindo investimentos em capitais públicos e privados, bem como em ativos imobiliários, de infraestruturas e fundos).
— Os riscos de mercados de rubricas fora do balanço, como planos de pensões e garantias, bem como o risco cambial estrutural e o risco de remuneração em capital.

A componente de risco de mercado das nossas atividades não relacionadas com negociação é supervisionada por grupos específicos no seio da nossa organização de gestão do risco. Dada a diversidade de negócios e iniciativas sujeitos a exposição de risco de mercado não relacionado com a negociação, a cobertura é dividida em três áreas principais:

— Gestão do risco de mercado – abrange os riscos de mercado das unidades de negócio PBC, GTB, DeAWM e Tesouraria, e das atividades da NCOU, como os riscos cambais estruturais e os riscos de compensação de capital, bem como os riscos de pensões.
— CRM, Investimentos em capital – especializada nos aspetos de risco das nossas atividades relativas a ativos alternativos não relacionados com negociação, que realiza análises regulares do perfil de risco das carteiras de ativos alternativos do banco.
— Risco de gestão de ativos – especializada nos aspetos relacionados com o risco fiduciário do nosso negócio de gestão de ativos e de fundos na divisão corporativa DeAWM. Os principais riscos nesta área decorrem de garantias operacionais e/ou de capital, bem como de risco reputacional relacionado com a gestão de fundos de clientes.

O Comité executivo de risco e o Comité de capital e risco supervisionam a exposição a risco de mercado não relacionado com a negociação. As propostas de investimento em investimentos estratégicos são analisadas pelo Comité de investimentos do Grupo. Consoante a sua dimensão, os investimentos estratégicos podem exigir a aprovação do Comité de investimentos do Grupo, do Conselho de Administração ou do Conselho de Fiscalização. O desenvolvimento de investimentos estratégicos é monitorizado regularmente pelo Comité de investimento do Grupo. Múltiplos membros do Comité de capital e risco e Comité executivo de risco são também membros do Comité de investimento do Grupo, estabelecendo uma ligação próxima entre estes comités.

Uma equipa independente no departamento de risco valida os modelos para risco de mercado não relacionado com a negociação. Geralmente, a validação inclui uma análise da adequação dos fatores de risco, os parâmetros, a calibração dos parâmetros e os pressupostos do modelo. Os resultados da validação são apresentados à direção e são tomadas as medidas de remediação adequadas pela metodologia de gestão do risco de mercado para melhorar o modelo específico usado para os diferentes tipos de risco.

Avaliação do risco de mercado em carteiras não relacionadas com negociação

A maior parte do risco de mercado nas nossas carteiras não relacionadas com negociação é quantificado através da utilização de procedimentos de testes de esforço. Usamos testes de esforço específicos para cada classe de risco e que têm em conta, entre outros fatores, variações de mercado significativas historicamente observadas, a liquidez de cada classe de ativos e alterações no comportamento dos consumidores relativamente a produtos de depósito. Esta avaliação constitui a base dos cálculos de capital económico que nos permitem monitorizar, agregar e gerir a nossa exposição ao risco de mercado não relacionado com a negociação.

Risco de taxa de juro na carteira bancária

A maior parte do nosso risco de taxa de juro decorrente de posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação, com exceção de algumas entidades e carteiras, foi transferido através de transações internas para a divisão CB&S. Este risco de taxa de juro transferido internamente é gerido com base no valor em risco, como refletido nos valores da carteira de negociação. O tratamento do risco de taxa de juro nas nossas carteiras de negociação e a aplicação do modelo de valor em risco são abordados na secção "Risco de mercado relacionado com a negociação" deste documento.

As exceções mais notáveis ao parágrafo anterior estão na divisão corporativa PBC na Alemanha, incluindo o Postbank e no negócio hipotecário DeAWM na unidade dos EUA. Estas entidades gerem o risco de taxa de juro separadamente através de departamentos de gestão de ativos e passivos especializados, sujeitos a limites de valor em risco da carteira bancária definidos e monitorizados pela Gestão do risco de mercado. A medição e relato do risco de taxa de juro gerido por estas funções especializadas de ativos e passivos são feitos diariamente na divisão PBC e semanalmente na DeAWM. A taxa de juro global na carteira bancária é relatada mensalmente.

As alterações de valores atuais de posições da carteira bancária, pela aplicação dos desvios paralelos da curva de rendimentos por exigência regulamentar de (200) e +200 pontos base, foram inferiores a 1% do nosso capital regulamentar total em 31 de dezembro de 2013. Consequentemente, o risco de taxa de juro imediato na carteira bancária é considerado irrelevante para nós.

As nossas divisões PBC, GTB e DeAWM estão sujeitas a risco do modelo no que diz respeito a depósitos de clientes, bem como a produtos de crédito e poupança. A medição dos riscos de taxa de juro para estes tipos de produtos na carteira bancária baseia-se em pressupostos relativos ao comportamento dos clientes, disponibilidade futura de saldos de depósito e sensibilidades de taxas de depósito vs. taxas de juro de mercado, resultando numa duração efetiva mais longa do que a contratual. Esses parâmetros estão sujeitos a testes de esforço no âmbito do nosso quadro de capital económico. Adicionalmente, leva-se em consideração o comportamento de pré-pagamento antecipado de produtos de crédito. Os parâmetros são baseados em observações históricas, análises estatísticas e avaliações de especialistas. Se a evolução futura dos saldos, taxas ou comportamentos dos clientes diferir destes pressupostos, isto poderá ter impacto nos nossos riscos de taxa de juro na carteira bancária.

Risco cambial

O risco cambial decorre das nossas posições de ativos e passivos não relacionados com a negociação expressos em divisas diferentes da divisa funcional da respetiva entidade. A maior parte deste risco cambial é transferida por coberturas internas para carteiras de negociação da CB&S, sendo consequentemente refletida e gerida através dos valores em risco inscritos nas carteiras de negociação. Os restantes riscos cambiais que não foram transferidos são reduzidos por um financiamento equivalente do investimento na mesma moeda, pelo que apenas subsiste um risco residual nas carteiras. Pequenas exceções a esta abordagem seguem o processo de monitorização e relato geral da Gestão do risco de mercado descrito para a carteira de negociação.

A maior parte do risco cambial não relacionado com a negociação está relacionada com a exposição cambial estrutural não coberta, sobretudo nas nossas entidades nos EUA, Reino Unido e China. A exposição cambial estrutural decorre de capital local (incluindo lucros não distribuídos) detidos nas subsidiárias e agências consolidadas do Banco e de investimentos contabilizados como capital. Alterações nas taxas de câmbio das divisas funcionais subjacentes resultam numa reavaliação do capital e dos lucros não distribuídos e são reconhecidas em Outro rendimento integral, inscritas como Ajustamentos de conversão cambial (CTA).

A gestão da nossa exposição cambial estrutural tem por principal objetivo estabilizar rácios de capitais consolidados face aos efeitos das flutuações das taxas de câmbio. Por conseguinte, a exposição mantém-se sem cobertura relativamente a uma série de divisas essenciais com montantes consideráveis de ativos ponderados pelo risco denominados nessa divisa, de modo a evitar a volatilidade do rácio de capital da entidade específica e do Grupo em geral.

Risco de investimento

O risco de mercado não relacionado com a negociação decorrente da exposição a investimentos é predominantemente o risco de capital decorrente das nossas participações de investimento não consolidadas na carteira bancária, classificadas em ativos de investimentos estratégicos e ativos de investimentos alternativos.

Os investimentos estratégicos dizem normalmente respeito a aquisições efetuadas para apoiar a nossa franquia de negócio e são realizados com um horizonte temporal de médio a longo prazo. Os ativos alternativos são compostos por investimentos em capital e outros ativos de investimentos não estratégicos. Os investimentos em capital são investimentos diretos em capitais privados (incluindo compromissos de financiamento de aquisição de empresas alavancados por contração de empréstimos (*buy-out*) e compromissos de capital de continuidade), ativos imobiliários (incluindo dívida *mezzanine*) e capital de risco, realizados para valorização do capital. São ainda realizados investimentos em capital em fundos de cobertura e em fundos de investimento, para venda a clientes externos. Outros ativos de investimentos não estratégicos incluem ativos recuperados com a reestruturação de posições de alto risco ou outros ativos de investimentos antigos em capitais privados e ativos imobiliários de natureza não estratégica. A maior parte da carteira de investimentos não estratégicos foi transferida para a NCOU no âmbito do seu mandato para acelerar a redução do risco e do capital.

Risco de pensões

O Deutsche Bank está exposto a risco de mercado de um conjunto de planos de pensões de prestação definida para colaboradores atuais e antigos. A capacidade dos planos de pensões para cumprir os pagamentos de pensões previstos é mantida através de investimentos e de contribuições permanentes para os planos. O risco de mercado resulta de um potencial decréscimo do valor de mercado dos ativos ou de um aumento do passivo de cada um dos planos de pensões. Gestão do risco de mercado monitoriza e relata todos os riscos de mercado em termos de ativos e passivos dos nossos planos de pensões de prestação definida, incluindo o risco de taxa de juro, risco de inflação, risco de *spread* de crédito, risco de capital e risco de longevidade. Consultar informações sobre as nossas obrigações ao abrigo de pensões de prestação definida na Nota adicional 35 "Benefícios de colaboradores".

Outros Riscos

Além dos riscos anteriormente referidos, Gestão do risco de mercado está incumbida de monitorizar e gerir riscos de mercado decorrentes das atividades de gestão do risco de capital e liquidez do nosso departamento de tesouraria. Além do processo de cobertura de capital cambial estrutural, inclui os riscos de mercado provenientes dos nossos planos de remuneração em capital.

Os riscos de mercado das nossas atividades de gestão de ativos em DeAWM resultam sobretudo de fundos de capital garantidos e ainda de coinvestimentos nos nossos fundos.

Utilização de capital económico nas nossas carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação, por área de negócio

Utilização de capital económico nas nossas carteiras não relacionadas com negociação, por divisão de negócio

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em milhões de euros	em %
Corporate Banking & Securities	333	818	(485)	(59)
Global Transaction Banking	143	136	7	5
Deutsche Asset & Wealth Management	1.295	1.235	60	5
Private & Business Clients	2.964	3.162	(198)	(6)
Non-Core Operations Unit	1.362	2.336	(974)	(42)
Consolidation & Adjustments	2.444	808	1.636	202
Total	8.541	8.495	46	1

A utilização de capital económico para efeitos de risco de mercado não relacionado com a negociação totalizou 8,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, ou seja, um valor de 1,2 mil milhões (0,5%) superior à nossa utilização de capital económico em 2012.

Os aumentos de utilização de capital económico deveram-se em larga medida à implementação duma metodologia mais conservadora relativa ao risco cambial estrutural e ao risco de pensões no que diz respeito ao horizonte de liquidez aplicado e ao tratamento do risco de longevidade, anulada por um decréscimo substancial das exposições de carteiras bancárias com um risco significativo de *spread* de crédito.

O decréscimo da utilização de capital económico na CB&S deveu-se sobretudo ao risco de fundos garantidos causado por uma transferência de ativos para a DeAWM e a uma menor exposição ao risco de taxa de juro. Na DeAWM, a utilização de capital económico registou uma nova descida, na sequência dum risco de taxa de juro reduzido devido a posições de redução do risco. A redução dos riscos de *spread* de crédito foi a principal causa do movimento de capital na PBC e na NCOU. O grande aumento do risco cambial estrutural e o aumento do risco de pensões são refletidos em Consolidation & Adjustments.

Valor contabilístico e utilização de capital económico para carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação

Valor contabilístico e utilização de capital económico para carteiras não relacionadas com negociação

	Valor contabilístico		Utilização de capital económico	
em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2013	31.12.2012
Investimentos estratégicos	3.257	3.015	1.277	1.230
Ativos alternativos	4.761	5.666	1.722	1.966
Investimentos em capital	1.526	2.061	718	898
Outros ativos de investimento não estratégicos	3.234	3.605	1.004	1.068
Outros riscos de mercado não relacionados com negociação[1]	N/A	N/A	5.542	5.299
dos quais:				
Risco de taxa de juro	N/A	N/A	1.557	1.390
Risco de *spread* de crédito	N/A	N/A	444	1.636
Risco de remuneração em capital	N/A	N/A	(262)	(303)
Risco de pensões	N/A	N/A	734	340
Risco cambial estrutural	N/A	N/A	2.037	828
Risco de fundos garantidos	N/A	N/A	988	1.364
Total de carteiras de risco de mercado não relacionado com a negociação	8.018	8.681	8.541	8.495

[1] N/A – Indica que o risco diz sobretudo respeito a rubricas fora do balanço e passivos.

Os valores totais de capital económico para o risco de mercado não relacionado com negociação não tomam atualmente em consideração os benefícios de diversificação entre as diferentes categorias de ativos, exceto no que diz respeito aos riscos de taxa de juro e de *spread* de crédito da carteira bancária, ao risco de remuneração em capital, ao risco de pensões e ao risco cambial estrutural.

— Investimentos estratégicos. A utilização de capital económico deveu-se sobretudo à nossa participação no Hua Xia Bank Company Limited.
— Ativos alternativos. O capital económico para o risco de mercado não relacionado com a negociação diminuiu em 2013, sobretudo devido a novas iniciativas de redução do risco no âmbito da carteira de ativos alternativos, a avaliações e a efeitos cambiais.
— Outros riscos de mercado não relacionados com negociação:
  — Risco de taxa de juro. Além da afetação de capital económico ao risco de taxa de juro residual de transações firmes (*outright*) da carteira de risco de mercado não relacionado com a negociação, a transformação da maturidade de depósitos contratualizados de curto prazo é uma importante componente desta categoria. A duração efetiva de depósitos contratualizados de curto prazo é baseada no comportamento observável do cliente, elasticidade das taxas de depósito (DRE) face a taxas de juro do mercado, volatilidade dos saldos dos depósitos e *spread* de crédito interno do Deutsche Bank. O capital económico é derivado por sujeição de pressupostos de modelação a esforço, em particular da DRE, para cálculo da duração efetiva de depósitos *overnight*. As características comportamentais e económicas são tomadas em consideração no cálculo da duração efetiva e das exposições iniciais dos nossos negócios hipotecários. No total, a utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2013 era de 1.557 milhões de euros face a 1.390 milhões em 31 de dezembro de 2012, devido principalmente à divisão PBC, incluindo o Postbank, o BHW e o Deutsche Bank Bauspar.
  — Risco de *spread* de crédito. É o montante de capital económico para carteiras da carteira bancária sujeita a risco significativo de *spread* de crédito. A utilização de capital económico era de 444 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e de 1.636 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. O decréscimo de utilização de capital económico resultou duma redução substancial da exposição devido a atividades de redução do risco e ao alinhamento da metodologia de cálculo com a metodologia de risco de mercado negociado, conduzindo a um aumento dos benefícios de diversificação.
  — Risco de remuneração em capital. É o risco decorrente de uma posição curta estrutural no preço das nossas ações provocado por unidades de capital restritas. A utilização de capital económico foi de (262) milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, numa base diversificada, em comparação com (303) milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. A contribuição negativa para o nosso capital económico diversificado deveu-se ao facto de que uma redução do preço das nossas ações num cenário pessimista, tal como expresso pela metodologia de cálculo do capital económico, reduziria o impacto negativo na nossa posição de capital resultante dos passivos de remuneração em capital.
  — Risco de pensões. É o risco decorrente das nossas obrigações com benefícios definidos, incluindo o risco de taxa de juro e o risco de inflação, o risco de *spread* de crédito, o risco de capital e o risco de longevidade. A utilização de capital económico foi de 734 milhões de euros e de 340 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, respetivamente. O aumento deveu-se predominantemente a um tratamento mais conservador do risco de longevidade no modelo e a um decréscimo da vantagem de diversificação após o alinhamento da metodologia de cálculo com o cálculo de capital económico para o risco de mercado negociado.
  — Risco cambial estrutural. É a nossa exposição cambial decorrente de capital não coberto e de lucros não distribuídos não denominados em euros, em determinadas subsidiárias. A nossa utilização de capital económico foi de 2.037 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, numa base diversificada, contra 828 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. O aumento deve-se em larga medida à implementação dum horizonte de liquidez mais conservador para determinar o choque cambial nas posições de capital económico, refletindo a natureza estratégica de longo prazo desta posição.
  — Risco de fundos garantidos. O decréscimo da utilização de capital económico para 988 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 foi causado predominantemente por um menor risco de taxa de juro devido a posições de redução do risco. Em 31 de dezembro de 2012, o capital económico ascendia a 1,364 milhões de euros.

Contabilidade e avaliação de investimentos de capital

Os investimentos de capital não relacionados com negociação que não são consolidados para fins regulamentares nem deduzidos do nosso capital regulamentar são detidos como posições de capital na carteira bancária regulamentar. No nosso balanço consolidado, estes investimentos de capital são classificados como "Ativos

financeiros disponíveis para venda" ou como "Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial".

Consultar informações sobre as nossas políticas contabilísticas e de avaliação relacionadas com instrumentos de capital "ativos financeiros disponíveis para venda" e investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos nas Notas 1 “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”, 14 “Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor” e 17 “Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial”.

Investimentos de capital detidos

A secção seguinte sobre Investimentos de capital detidos, que termina na página 177, apresenta divulgações específicas relacionadas com o pilar 3. O regulamento não obriga a uma auditoria das divulgações ao abrigo do pilar 3. Assim sendo, esta secção é assinalada como não auditada.

As tabelas seguintes apresentam as classificações IFRS e os resultados dos investimentos de capital detidos. Estes investimentos de capital são constituídos principalmente por posições de capital na carteira bancária regulamentar ou por deduções de capital nos termos do artigo 10.º, n.º 6 da lei bancária alemã KWG. No entanto, é necessário tomar em consideração os seguintes aspetos quando se compara os investimentos de capital detidos, indicados em baixo, com a posição de capital da carteira bancária regulamentar:

— Os investimentos de capital detidos por entidades consolidadas para efeitos das IFRS mas não consolidadas para efeitos regulamentares são incluídos nas tabelas.
— Os organismos de investimento coletivo, divulgados para efeitos das IFRS, são tratados de forma diferente para efeitos regulamentares e não são incluídos nas tabelas.
— As entidades detendo investimentos de capital consideradas para efeitos regulamentares mas não consolidadas em conformidade com as IFRS não fornecem informações sobre o balanço e os resultados em conformidade com as IFRS, pelo que são excluídas destas tabelas. O valor de exposição regulamentar em caso de incumprimento (EAD) destes investimentos de capital excluídos era de 176 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e de 246 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.
— Outras posições como subjacentes de capital resultantes de operações de derivados ou certas obrigações subordinadas que, do ponto de vista regulamentar, também são afetadas à classe de exposição "Capital da carteira bancária" também são excluídas das tabelas. O seu valor EAD era de 167 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e de 217 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.
— A posição de capital regulamentar inclui 3,3 mil milhões de EAD em 31 de dezembro de 2013 e 3,2 mil milhões de EAD em 31 de dezembro de 2012 relativamente a investimentos de capital internos do Grupo na perspetiva das IFRS.
— "Posições negociadas fora de bolsa" combinam as duas classes de capital regulamentar "Posições negociadas fora de bolsa mas pertencentes a uma carteira de capital adequadamente diversificada" e "Outras posições de capital" em conformidade com a secção 78.º do decreto SolvV.

Investimentos de capital em conformidade com a classificação IFRS

	Valor contabilístico	
em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Ativos financeiros disponíveis para venda – instrumentos de capital	**1.226**	**1.179**
Posições negociadas em bolsa	327	616
Posições negociadas fora de bolsa	899	563
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	**3.574**	**3.575**
Posições negociadas em bolsa	52	2.395
Posições negociadas fora de bolsa	3.522	1.180
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados – instrumentos de capital	**119**	**104**
Posições negociadas em bolsa	0	0
Posições negociadas fora de bolsa	119	104
Total de investimentos de capital	**4.919**	**4.858**

Observou-se uma diferença entre o valor contabilístico das posições de investimento e o seu justo valor apenas nos investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial negociados em bolsa, que apresentaram um valor contabilístico de 2,6 mil milhões de euros e um justo valor de 1,9 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, em comparação com um valor contabilístico de 2,4 mil milhões de euros e um justo valor de 1,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Resultados realizados no período de relato e resultados não realizados no final do exercício com investimentos em capital

em milhões de euros	2013	2012
Resultados de alienações	97	325
Imparidades	(110)	(402)
Percentagem rateada do rendimento líquido (perda)	433	397
Total de resultados realizados com investimentos de capital	420	320

	31.12.2013	31.12.2012
Resultados de reavaliações não realizados	424	345
Diferença entre o valor contabilístico e o justo valor	(682)	(568)
Total de resultados não realizados com investimentos de capital	(258)	(223)

Os componentes considerados nos investimentos de capital em ativos financeiros disponíveis para venda são resultados realizados de vendas e liquidações, bem como resultados de reavaliações não realizados e imparidades. Nos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, os elementos dos resultados são os resultados de vendas e liquidações, a percentagem rateada do rendimento líquido (perdas), as imparidades e os resultados de reavaliação não realizados sob a forma de diferenças entre os montantes contabilísticos e os justos valores. Neste sentido, os resultados realizados com alienações, as imparidades e a percentagem rateada do rendimento líquido (perda) referem-se aos exercícios de 2013 e 2012, ao passo que os resultados de reavaliação não realizados, bem como a diferença entre os valores contabilísticos e os justos valores dos investimentos de capital representam os valores em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

Os resultados de avaliação apresentados referem-se a investimentos de capital. Globalmente, os resultados não realizados com títulos cotados, determináveis para efeitos regulamentares, foram de 294 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, 45% dos quais incluídos em fundos próprios complementares (capital*Tier 2*), e de 122 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, 45% dos quais incluídos em capital *Tier 2*.

Risco operacional

Definição de risco operacional

Por risco operacional entende-se o risco de perda resultante de processos, pessoas e sistemas internos inadequados ou fracassados ou de eventos externos e inclui o risco jurídico. O risco operacional exclui o risco de negócio e o risco reputacional.

São exemplos particularmente proeminentes de riscos operacionais:

— O risco de fraude é o risco de incorrer em perdas devido a um ato doloso ou por omissão dum colaborador ou de terceiros envolvendo desonestidade, para ganho pessoal e/ou profissional ou para evitar perda pessoal e/ou profissional, como falsificação e/ou alteração de registos e/ou relatórios, favorecimento, quebra de confiança, omissão intencional, falsas declarações, ocultação, indução em erro e abuso de posição com o objetivo de obter ganho pessoal, vantagem comercial e/ou ocultação de atividade imprópria/não autorizada.
— O risco de continuidade do negócio é o risco de incorrer em perdas decorrentes da interrupção de atividades de negócio normais. As interrupções da nossa infraestrutura, bem como da infraestrutura que apoia as nossas atividades (incluindo fornecedores terceiros) e das comunidades em que estamos situados (incluindo a infraestrutura pública, como a rede elétrica, comunicações e transportes) podem ser causadas por: (i.) atos deliberados como sabotagem, atividades terroristas, ameaças de bomba, greves, motins

e ataques aos colaboradores do banco; (ii.) desastres naturais, como furacões, tempestades de neve, inundações, pandemias e terremotos; ou (iii.) outros incidentes imprevistos, como acidentes, incêndios, explosões, perturbações dos serviços públicos e instabilidade política.
— O risco de conformidade regulamentar é a possibilidade de sofrer sanções regulamentares (como restrições das atividades, penalizações ou aumento dos requisitos de relato), danos financeiros e/ou reputacionais decorrentes da sua incapacidade de cumprir as leis, regras e regulamentos aplicáveis.
— O risco de tecnologia da informação é o risco de que a nossa tecnologia da informação provoque perdas quantificáveis, resultantes da sua inadequação e do seu incorreto processamento em termos de exequibilidade, exclusividade, integridade, controlabilidade e continuidade.
— O risco de fornecedor decorre de eventos adversos e de concentrações de risco decorrentes de falhas na seleção de fornecedores, controlos e supervisão insuficientes de fornecedores e/ou serviços de fornecedores e outros impactos no fornecedor de natureza, gravidade ou frequência não previsíveis.

O risco jurídico pode ser suscitado em qualquer das categorias de risco anteriormente referidas. Isto pode explicar-se pelo facto de podermos estar sujeitos em cada uma dessas categorias a pedidos de indemnização ou a ações alegando a não conformidade com responsabilidades contratuais ou com outras responsabilidades jurídicas ou estatutárias, ou de podermos, por outro lado, estar sujeitos a perdas alegadamente resultantes doutra legislação ou circunstâncias jurídicas aplicáveis a qualquer uma das categorias anteriormente referidas.

Estrutura organizacional

O Diretor de risco operacional (ORM) preside ao Comité de gestão do risco operacional (ORMC), um subcomité permanente do Comité executivo de risco, composto por colaboradores operacionais da área de risco das nossas divisões de negócio e das funções de infraestrutura. É o principal comité de decisão relativamente a todas as questões de gestão do risco operacional.

Embora a gestão corrente do risco operacional resida nas nossas divisões e funções de infraestrutura, a função de Risco operacional gere o risco cruzado entre divisões e o risco cruzado operacional regional, bem como as concentrações de risco, garantindo uma aplicação coerente da nossa estratégia de gestão do risco operacional de todo o Banco. Com base neste Modelo de parceria de negócios asseguramos um controlo estrito e uma elevada vigilância do risco operacional.

Gestão do nosso risco operacional

Gerimos o risco operacional com base numa estrutura consistente que abrange todo o Grupo, e que nos permite determinar o nosso perfil de risco operacional em comparação com a nossa apetência pelo risco, bem como identificar sistematicamente questões e concentrações de risco operacional de modo a definir medidas e prioridades de atenuação do risco. O quadro de risco operacional global é aplicável a todos os tipos de risco incluídos na definição de risco operacional e, por conseguinte, a cada um dos tipos de risco individuais anteriormente definidos.

Com o objetivo de abranger a vasta gama de riscos operacionais enunciados na definição de risco operacional, o nosso quadro aplica um conjunto de técnicas. Estas técnicas destinam-se a gerir com eficácia o risco operacional da nossa atividade, sendo utilizadas para identificar, avaliar e atenuar o risco operacional.

As técnicas aplicadas são:

— O levantamento contínuo de eventos de perda de risco operacional é um pré-requisito para a gestão do risco operacional, incluindo análises pormenorizadas, definição de ações de redução do risco e informação oportuna da direção. Introduzimos todas as perdas superiores a 10 mil euros no nosso Sistema de relato de incidentes DB (dbIRS).
— O nosso processo de Ensinamentos retirados é obrigatório para eventos, incluindo quase-eventos, superiores a 1 milhão de euros. Este processo inclui, entre outros:

  - análises de riscos sistemáticas, incluindo uma descrição do contexto de negócio em que a perda ocorreu, eventos prévios, quase eventos e indicadores de risco fundamentais (KRI) específicos do evento
  - ponderação de decisões de gestão do risco relativamente ao risco específico sofrido,
  - análises de causas,
  - identificação de melhorias de controlo e doutras ações para prevenir e/ou reduzir a recorrência, e
  - validação da exposição a risco operacional residual.
- O processo “ensinamentos retirados” é um meio importante para identificar áreas de risco inerentes e definir ações de redução do risco adequadas. Todas as ações corretivas são captadas e monitorizadas no nosso sistema de rastreio "dbTrack" para sua aplicação em planos de ação. O desempenho de todas as ações corretivas é reportado mensalmente à direção pelo Comité ORMC.
- Utilizamos sistematicamente informações sobre eventos externos que ocorrem no setor bancário para garantir que incidentes semelhantes não ocorrerão connosco, por exemplo, através de análises exaustivas específicas ou de análises do perfil de risco.
- Para além da informação relativa a perdas internas e externas, são utilizados cenários a partir dos quais elaboramos medidas a serem implementadas. O conjunto de cenários consiste em cenários externos relevantes fornecidos por uma base de dados pública e em cenários internos. Os últimos são gerados para completar o nosso perfil de risco.
- Os relatórios regulares sobre o perfil de risco operacional do Grupo destinados às nossas divisões, aos países em que operamos e às nossas funções de infraestrutura são analisados e debatidos com a direção dos departamentos. O desempenho regular das análises do perfil de risco permite-nos detetar precocemente alterações no perfil de risco das unidades de negócio, bem como concentrações de risco ao nível de todo o Grupo, e tomar medidas corretivas.
- Avaliamos e aprovamos o impacto de alterações no nosso perfil de risco em resultado de novos produtos, subcontratações (outsourcing), iniciativas estratégicas e aquisições e desinvestimentos.
- Uma vez que os riscos operacionais são identificados, torna-se necessária uma redução em conformidade com o princípio "tão reduzido quanto razoavelmente praticável"(princípio ALARP), equilibrando o custo de redução do risco com os benefícios da mesma e aceitando formalmente o risco operacional residual. Os riscos que infrinjam regulamentos e legislação nacionais ou internacionais aplicáveis não podem ser aceites; uma vez identificados, esses riscos devem ser sempre reduzidos.
- No âmbito do nosso instrumento "dbTrack", monitorizamos as medidas de redução de risco identificadas através de técnicas de gestão do risco operacional até à sua implementação. Os riscos operacionais residuais classificados como superiores a importantes têm de ser aceites pelas divisões expostas ao risco e pelo Comité ORMC.
- Realizamos análises de risco de hierarquia superior nas quais são considerados os resultados das atividades supramencionadas. As análises de risco de hierarquia superior contribuem sobretudo para a estratégia de gestão do risco operacional e o processo de planeamento anuais. Além do planeamento estratégico e tático da gestão do risco operacional, definimos o capital e os objetivos de perdas esperadas, que são monitorizados regularmente no âmbito do processo de previsão trimestral.
- Os indicadores KRI são utilizados para monitorizar o perfil de risco operacional e alertar a organização para problemas iminentes em tempo útil. Esses indicadores permitem, através do nosso instrumento "dbScore", a monitorização da cultura de controlo do banco e do contexto de negócios e ativar ações de redução do risco. Os indicadores KRI facilitam a gestão prospetiva do risco operacional com base em sinais de alerta precoce proporcionados pelo seu *feedback*.
- No âmbito do nosso processo ascendente de autoavaliação, realizado pelo menos anualmente, são destacadas áreas com elevado risco potencial e identificadas medidas de redução de risco para resolver os problemas surgidos. Em general, é realizado na nossa ferramenta “dbSAT”. Realizamos regularmente seminários sobre risco com o objetivo de avaliar os riscos específicos de países em que operamos e entidades locais através das quais operamos e de tomar medidas adequadas de redução do risco.

São utilizados metodologias e instrumentos adicionais implementados pelas divisões responsáveis para complementar o quadro de risco operacional global e abordar especificamente os tipos de risco individuais. Estes são alguns desses instrumentos e metodologias:

— Criámos uma nova função de "gestão do risco jurídico" ("Legal Risk Management", "LRM") no Departamento jurídico. Esta função destina-se exclusivamente à identificação e gestão de risco jurídico. Além de serem utilizadas para efeitos de reporte, as análises de LRM aplicam-se: no contexto da avaliação independente da gestão de carteiras/apetência pelo risco; através da remediação de problemas em destaque (com recurso a novas iniciativas ou iniciativas já existentes); e ainda como um meio adicional para que o contributo do Departamento jurídico seja um critério significativo de tomada de decisões para as nossas atividades. A função de LRM tem o mandato de realizar uma ampla variedade de tarefas destinadas a gerir o risco jurídico de forma proativa, incluindo: conceber, implementar e supervisionar o Programa anual de avaliação do risco jurídico; acordar e participar nas análises de carteiras e planos de redução resultantes; administrar o processo de Ensinamentos jurídicos retirados (ver abaixo); e participar na nossa avaliação da apetência pelo risco jurídico.
— Processo de Ensinamentos jurídicos retirados: A função de LRM é responsável pelo processo de Ensinamentos jurídicos retirados. Trimestralmente, a LRM recebe do Departamento jurídico (advogados de contencioso e advogados dedicados aos negócios) e dos responsáveis de risco operacional das divisões informações sobre problemas de potenciais riscos jurídicos decorrentes das atividades do Banco. Através do debate entre o Departamento jurídico, ORM e responsáveis de risco operacional das divisões, devem ser identificadas quaisquer medidas necessárias para remediar esses problemas. Estas medidas são depois acompanhadas pela ORM até à sua conclusão.
— O risco operacional resultante de *outsourcing* (subcontratação) é gerido pelo processo de Gestão do risco de fornecedor (processo VRM) e documentado na base de dados VRM. O risco de *outsourcing* é avaliado e gerido para cada contrato de *outsourcing* em conformidade com a Política de gestão do risco de fornecedor e com o quadro ORM global. Está implementada uma ampla estrutura de governação para promover níveis de risco apropriados.
— O risco de fraude é gerido nos termos do artigo 25.º-A da lei bancária alemã e doutros requisitos jurídicos e regulamentares por uma abordagem baseada no risco que se rege pela Política antifraude global e pelo correspondente quadro de Compliance e de combate ao branqueamento de capitais (quadro AML). São realizadas análises regulares do risco global em cumprimento dos requisitos regulamentares. Aspetos relevantes específicos do risco de fraude são tratados pelas autoavaliações no âmbito da gestão geral dos riscos operacionais.
— O Deutsche Bank gere o risco de continuidade do negócio (risco BC) através do seu Programa de gestão de continuidade do negócio (programa BCM), que define procedimentos essenciais para a relocalização e recuperação de operações em resposta a níveis diferenciados de perturbações. No âmbito deste programa, cada uma das funções das nossas áreas de negócio essenciais e cada grupo da infraestrutura institui, mantém e testa com regularidade planos de continuidade do negócio (planos BC) para promover um serviço contínuo e fiável. O programa BCM tem funções e responsabilidades definidas, que estão documentadas em normas do Grupo. A conformidade com estas normas é monitorizada regionalmente por equipas de continuidade do negócio específicas. Está implementado um reporte ao Comité de Resiliência do Grupo, um subcomité do Comité Operacional do Grupo, com periodicidade trimestral. São ainda utilizadas informações cruciais sobre o contexto de controlo estabelecido pelo programa BCM no âmbito dos riscos operacionais gerais a nível de indicadores KRI.
— O risco operacional relacionado com o risco de tecnologia da informação é gerido no quadro da área tecnológica no cumprimento das normas internacionais de gestão de tecnologias da informação. As aplicações e a infraestrutura de TI são catalogadas e avaliadas regularmente e estão implementadas medidas de monitorização da sua estabilidade. Os resultados fundamentais do contexto de avaliação e controlo estabelecido são utilizados no âmbito da gestão geral dos riscos operacionais a nível de indicadores KRI e normas.
— Estamos em processo de implementação duma abordagem aperfeiçoada para avaliar riscos operacionais significativos decorrentes de alterações de processos/sistemas, através dum quadro ORM integrado para avaliações de riscos operacionais de transformação do banco. Os riscos identificados e as ações para a sua redução serão acompanhados nos sistemas do Deutsche Bank como mencionado acima.

Medição dos nossos riscos operacionais

Calculamos e medimos o capital regulamentar e económico para o risco operacional utilizando a metodologia interna Abordagem de medição avançada (AMA). O nosso cálculo do capital AMA baseia-se na abordagem de distribuição de perdas (LDA). As perdas brutas, ajustadas para ter em conta recuperações diretas, derivadas de dados históricos de perda internos e externos (dados relativos a consórcios, da Operational Riskdata eXchange Association (ORX), e dados de cenários externos de uma base de dados pública, complementados por dados de cenários internos, são utilizados para estimar o perfil de risco (isto é, uma frequência de perda e uma distribuição de gravidade das perdas). Posteriormente, as distribuições de frequência e gravidade são combinadas numa Simulação de Monte Carlo com o objetivo de gerar perdas potenciais ao longo dum horizonte temporal de um ano. Finalmente, os benefícios de redução de riscos de seguro são aplicados a cada perda gerada na simulação de Monte Carlo. As vantagens de correlação e diversificação são aplicadas às perdas líquidas de forma compatível com os requisitos regulamentares para cálculo de uma distribuição de perda líquida ao nível do Grupo cobrindo as perdas esperadas e inesperadas. O capital é, então, afetado a cada uma das divisões de negócio, sendo efetuado um ajustamento qualitativo e uma dedução de perdas esperadas.

O ajustamento qualitativo reflete a eficácia e o desempenho das atividades de gestão do risco operacional correntes através dos indicadores KRI e de classificações de autoavaliação, com enfoque no contexto de negócios e em fatores internos de controlo. O ajustamento qualitativo é aplicado como percentagem de ajustamento ao valor final de capital. Esta abordagem torna o ajustamento qualitativo transparente do ponto de vista da gestão dos negócios e dá indicações sobre o perfil de risco e o grau de sucesso da gestão do risco operacional desses negócios, incentivando, desse modo, uma melhoria contínua da gestão dos riscos operacionais nas suas áreas.

A perda esperada por risco operacional baseia-se na experiência histórica de perdas e nos pareceres de especialistas relativamente a alterações nos negócios que revelam o custo esperado de perdas operacionais provocadas pelas respetivas atividades. O valor considerado nos planos de negócio das divisões é deduzido ao valor de capital AMA, com determinadas restrições. As perdas inesperadas por divisão de negócio (após o ajustamento qualitativo e a perda esperada) são agregadas para calcular o valor de capital AMA do Grupo.

O capital regulamentar e económico para o risco operacional é calculado trimestralmente. Os dados internos utilizados são captados num momento do início do ciclo de produção trimestral e submetidos a um controlo de qualidade e aprovação. Por conseguinte, é tomado em consideração no cálculo dos valores de capital o historial completo das perdas internas do trimestre anterior. Os dados externos da ORX são apresentados pelos membros da ORX e igualmente submetidos a um controlo de qualidade e aprovação. Estes dados são reconhecidos no cálculo de capital no mínimo após seis meses. Relativamente aos dados adicionais de perdas externas provenientes da IBM OpData (anteriormente designada OpVantage), utilizamos os dados disponíveis duas vezes por ano (no primeiro e terceiro trimestres).

O capital económico, é derivado do percentil 99,8% e afetado às divisões, sendo utilizado para medir o desempenho e afetar os recursos, o que incentiva a gestão do risco operacional e uma utilização otimizada do capital económico. O risco operacional do capital regulamentar aplica o percentil 99,9%.

Desde dezembro de 2007 que a BaFin nos autoriza a utilizar a abordagem AMA. Em 2012 ficou concluída a integração do Postbank na estrutura do Grupo. Em 15 de maio de 2013, a BaFin aprovou a integração do Postbank no nosso cálculo do capital regulamentar, o que se refletiu desde o segundo trimestre de 2013.

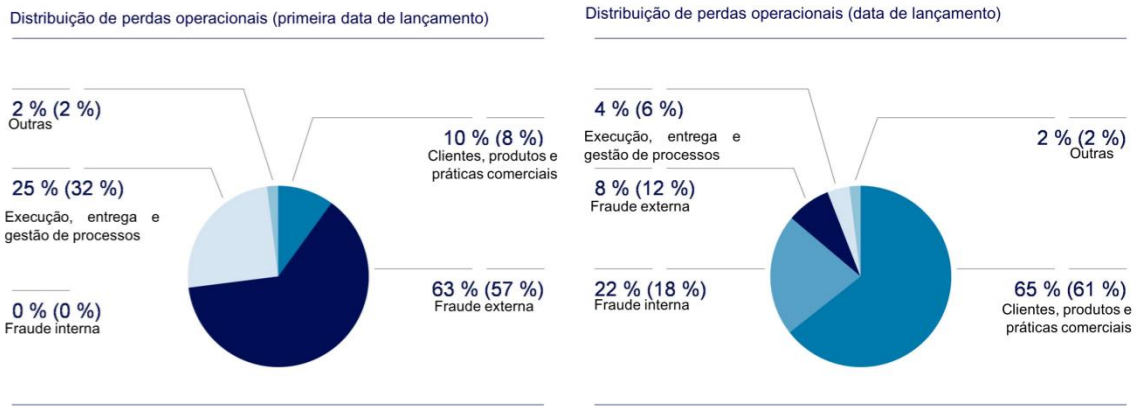
Risco operacional – Perfil de risco

Perdas em termos de risco operacional por tipo de evento (perspetiva de resultados)

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Clientes, produtos e práticas comerciais	2.384	1.989
Fraude interna	970	861
Fraude externa	(69)	28
Execução, entrega e gestão de processos	53	54
Outras	32	19
Grupo	**3.370**	2.951

As perdas operacionais com base nos resultados aumentaram 420 milhões de euros, ou 14%, face a 2012. O aumento foi dominado pelos tipos de evento "clientes, produtos e práticas comerciais" e "fraude interna" devido a acordos alcançados e a reservas de contencioso acrescidas para casos ainda a decorrer. A diminuição em "fraude externa" tem como principal causa ganhos de uma recuperação direta. O tipo de evento "execução, entrega e gestão de processos" manteve-se estável e os outros tipos de evento aumentaram ligeiramente.

Perdas operacionais por tipo de evento ocorridas no período 2009-2013 (2008-2012)[1]



[1] As percentagens entre parênteses correspondem à frequência de perdas e ao valor de perdas, respetivamente, para as perdas ocorridas no período 2008-2012.

O gráfico circular acima à esquerda "Frequência de perdas operacionais" resume os eventos de risco operacional ocorridos no período de 5 anos de 2009 a 2013, com base no período em que foi reconhecida pela primeira vez uma perda para esse evento. Por exemplo, para um evento de perda reconhecido pela primeira vez em 2002 com um evento de resultado adicional reconhecido em 2013, o gráfico de frequência não incluiria o evento de perda, ao passo que o gráfico de distribuição de perdas incluiria o resultado reconhecido no respetivo período. As frequências são dominadas pelo tipo de evento "fraude externa" com uma frequência de 63% de todos os eventos de perda observados. Os tipos de evento "execução, entrega e gestão de processos" contribuíram com 25% e "clientes, produtos e práticas comerciais" com 10%. Os outros mantiveram-se estáveis em 2%. O tipo de evento "fraude interna" apresenta uma frequência baixa, tendo estado na origem de 0,3% dos eventos de perda no período 2009-2013, mantendo-se inalterado face ao período 2008-2012.

O gráfico circular acima à direita "Distribuição de perdas operacionais" resume os lançamentos de perdas em termos de risco operacional reconhecidos nos resultados no período de cinco anos de 2009 a 2013. O tipo de evento "clientes, produtos e práticas comerciais" domina a distribuição de perdas operacionais com uma quota de 65%, sendo determinado por saídas relacionadas com contencioso, investigações e ações de execução. A "fraude interna" tem a segunda quota mais elevada com 22%, relacionada com questões regulamentares com que nos deparámos em anos recentes. Por último, os tipos de evento "fraude externa" com 8% e "execução, entrega e gestão de processos" com 4% são diminutos em comparação com os outros tipos de evento.

Utilização de capital económico para riscos operacionais

A utilização de capital económico para risco operacional aumentou 235 milhões de euros (4,7%) para 5,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

Utilização de capital económico para o risco operacional, por divisão de negócio

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012	Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012 em milhões de euros	em %
Corporate Banking & Securities	2.475	2.049	426	21
Global Transaction Banking	96	38	59	156
Deutsche Asset & Wealth Management	580	559	22	4
Private & Business Clients	803	227	576	253
Non-Core Operations Unit	1.298	2.145	(847)	(40)
Total de utilização de capital económico para o risco operacional	5.253	5.018	235	5

A utilização de capital económico para risco operacional aumentou para 5,3 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2013 face a 5,0 mil milhões de euros no exercício de 2012. Este aumento deve-se sobretudo à implementação de uma alteração no nosso modelo AMA para permitir uma melhor estimativa da frequência de perdas em termos de risco operacional específico do Deutsche Bank que nele dão entrada. A alteração conduziu a um aumento de 191 milhões de euros na utilização de capital económico. Um fator adicional foi o aumento do perfil de perda de risco operacional do Deutsche Bank, bem como de todo o setor bancário. As perdas de risco operacional relacionadas que se materializaram e que dão origem ao aumento da utilização de capital económico devem-se em grande parte às saídas relacionadas com litígios, investigações e ações de execução. O capital continua a incluir a margem de segurança aplicada no nosso modelo AMA, que foi implementada em 2011 para prever riscos legais imprevistos em face da atual crise financeira.

A execução da nossa estratégia de desinvestimento na NCOU resultou numa redução de balanço, a qual levou a uma avaliação da nossa estrutura de afetação do risco operacional. Em linha com a eliminação de negócio da NCOU, reafetámos capital económico para risco operacional no valor de 892 milhões de euros às nossas principais áreas de negócio do Deutsche Bank no terceiro trimestre de 2013.

O nosso conceito de testes de esforço em matéria de gestão do risco operacional

Realizamos testes de esforço de forma regular e separados da nossa metodologia AMA para analisar o impacto de situações extremas no nosso capital e na conta de resultados. Em 2013, Gestão de risco operacional participou em todos os cenários de testes de esforço da instituição e avaliou e contribuiu para definir o impacto do risco operacional nos diferentes níveis de esforço dos cenários. O impacto do risco operacional nos cenários de testes de esforço foi moderado e manteve-se nos parâmetros de capital esperados, sendo no entanto intenso para eventos simulados de baixa frequência e de impacto elevado que seriam registados na demonstração consolidada dos resultados.

O nosso modelo de validação AMA e Conceito de garantia de qualidade

Validamos de forma independente todos os componentes do nosso modelo AMA, tais como, entre outros, análise de cenários, indicadores KRI e autoavaliações, perda esperada e perda de dados internos, individualmente. Os resultados do exercício de validação são resumidos em relatórios de validação e os problemas identificados são acompanhados até à resolução. Este procedimento promove um aperfeiçoamento das metodologias. As atividades de validação realizadas em 2013 detetaram uma área a melhorar no nosso modelo AMA no que diz respeito à estimativa da frequência de perdas, que foi já abordada, tendo conduzido a um aumento de capital económico de 191 milhões de euros.

São realizadas análises de garantia de qualidade dos componentes do modelo AMA que necessitam de introdução de dados fornecidos pelas divisões de negócio e resultam em impacto no capital. Os dados do modelo AMA e a documentação são confirmados e comparados entre divisões para ajudar a garantir a consistência e a adequação dos cálculos de capital.

Papel dos seguros empresariais/Deukona

A definição da nossa estratégia de seguros e da política e diretrizes que a orientam é responsabilidade da nossa unidade especializada Corporate Insurance/Deukona (CI/D). A área de CI/D é responsável pela nossa política global de seguros empresariais, a qual é aprovada pelo nosso Conselho de Administração.

A CI/D é responsável pela aquisição de coberturas de seguro e por negociar as condições contratuais e prémios. A CI/D também tem um papel importante na afetação dos prémios de seguro aos negócios. Os especialistas da CI/D contribuem para a elaboração de um método que reflita os seguros nos cálculos de capital e são responsáveis por calcular parâmetros que reflitam requisitos regulamentares. Esses cálculos validam as definições dos parâmetros em matéria de seguros utilizados no modelo AMA e fornecem as respetivas atualizações. A CI/D está ativamente envolvida nos esforços do setor no sentido de refletir o efeito dos seguros nos resultados dos cálculos de capital.

Adquirimos seguros com o objetivo de nos protegermos contra substanciais perdas inesperadas e imprevisíveis. Os procedimentos de identificação, definição de magnitude e estimação utilizados baseiam-se nos conceitos, reconhecidos em matéria de seguros, de "senso comum", "produtos mais recentes" (*state-of-the-art*) e/ou "análise comparativa". O limite máximo por risco segurado tem em conta a fiabilidade da seguradora e uma relação custo/benefício, especialmente nos casos em que o mercado de seguros tenta reduzir a cobertura por meio de apólices de acesso restrito/limitadas e exclusões específicas.

Trabalhamos com várias companhias de seguros cativas, quer primárias quer resseguradoras. No entanto, os contratos de seguros fornecidos apenas são considerados em termos de modelação/cálculo das reduções relacionadas com seguros de requisitos de capital para risco operacional nos casos em que o risco é ressegurado no mercado de seguros externo.

O valor de capital regulamentar inclui uma dedução para cobertura de seguros que ascendia a 522 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, em comparação com 474 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Atualmente não são reconhecidas no modelo AMA técnicas de transferência de risco além de seguros.

A CI/D seleciona parceiros em matéria de seguros em estrita conformidade com os requisitos regulamentares especificados nos Regulamentos de solvência e na recomendação do Grupo de especialistas em riscos operacionais sobre o reconhecimento de seguros em abordagens de medição avançada. A carteira de seguros, bem como as atividades de CI/D, são auditadas pela Auditoria do Grupo, tendo o risco como base.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco decorrente da nossa potencial incapacidade de satisfazer todas as obrigações de pagamento nas datas em que vencem ou de apenas sermos capazes de cumprir essas obrigações incorrendo em custos excessivos.

O nosso quadro de gestão do risco de liquidez tem sido um fator importante na manutenção de liquidez adequada e na gestão do nosso perfil de financiamento em 2013.

Quadro de gestão do risco de liquidez

O Conselho de Administração define a nossa estratégia de risco de liquidez, e em particular a nossa tolerância ao risco de liquidez com base em recomendações realizadas pelo Comité de Risco e de Capital. Pelo menos uma vez por ano, o Conselho de Administração analisa e aprova os limites que são aplicadas ao Grupo para medir e controlar o risco de liquidez, bem como o financiamento de longo prazo e programa de emissões do Banco.

A nossa função de Tesouraria é responsável pela gestão de liquidez e do risco de financiamento do Deutsche Bank a nível mundial, conforme definido na estratégia de risco de liquidez. A nossa estrutura de gestão do risco de liquidez foi concebida para identificar, medir e gerir a nossa posição de risco de liquidez. O Controlo de risco de liquidez é responsável pelos relatórios internos sobre liquidez e financiamento apresentados ao Conselho de Administração pelo menos semanalmente através dum quadro de pontuações de liquidez. O Controlo de risco de liquidez é também responsável pela supervisão e validação do quadro de risco de liquidez do banco. A nossa abordagem de gestão do risco de liquidez começa no nível intradiário (liquidez operacional), com a gestão da sequência de pagamentos diários, a previsão dos fluxos de caixa e a consideração do nosso acesso aos bancos centrais. Em segundo lugar, cobre a gestão tática do risco de liquidez, tratando do acesso a fontes de financiamento garantidas e não garantidas. Finalmente, a perspetiva estratégica compreende o perfil de maturidade de todos os ativos e passivos (Matriz de financiamento) e a nossa estratégia de emissão.

O nosso sistema de relato de fluxos de caixas fornece informações diárias sobre o risco de liquidez aos gestores globais e regionais.

Os testes de esforço e análise de cenários desempenham um papel central na nossa estrutura de gestão do risco de liquidez. O processo também passa por uma avaliação da liquidez dos ativos, ou seja, as características do nosso inventário de ativos, em diferentes cenários de esforço, bem das necessidades de financiamento contingentes de compromissos fora do balanço. Os resultados dos testes de esforço mensais são utilizados na definição dos nossos limites de financiamento por grosso a curto prazo (garantido e não garantido), que são uma ferramenta fundamental para apoiar o cumprimento da tolerância de risco de liquidez global do Conselho de Administração.

Liquidez de curto prazo e financiamento por grosso

O nosso sistema de comunicação no âmbito do Grupo controla de forma diária todos os fluxos de caixa contratuais originados por fontes de financiamento por grosso ao longo de um horizonte de 12 meses. Consideramos financiamento por grosso, para este efeito, os passivos não garantidos gerados principalmente pela área de negócio de Global Liquidity Management, bem como os passivos garantidos gerados sobretudo pelas áreas de negócio de Global Liquidity Management e de ações (Equities). Esses passivos têm a sua origem predominantemente em grandes empresas, bancos e outras instituições financeiras, governos e entidades públicas. Os limites de financiamento por grosso, que são calibrados tendo em conta os nossos resultados dos testes de esforço e aprovados pelo Conselho de Administração de acordo com os princípios de governação interna, expressam a nossa tolerância máxima em termos de risco de liquidez. Estes limites aplicam-se aos respetivos fluxos de caixa globais acumulados, bem como ao volume total de financiamento por grosso não garantido, sendo monitorizados diariamente. As nossas reservas de liquidez são os principais elementos de atenuantes de tensões nos mercados de financiamento por grosso a curto prazo. Ao nível de cada entidade, poderemos definir os limites de saída de liquidez relativamente a um leque mais alargado de fluxos de caixa, quando tal for considerado significativo ou apropriado.

Mercados de financiamento e emissão nos mercados de capitais

Os mercados de crédito foram em 2013 afetados pela continuação das incertezas políticas na área do euro e nos EUA, pelo contexto persistente de baixas taxas de juro, bem como pelo plano da Reserva Federal norte-americana de restringir o seu programa quantitativo de estímulo à economia. Os nossos CDS a 5 anos foram negociados no intervalo de 81 – 136 pontos base, tendo atingido o seu máximo em julho. Desde então, o diferencial reduziu-se, com a negociação no fim do exercício a aproximar-se dos níveis mais baixos do ano. Os diferenciais relativos às nossas obrigações apresentaram uma volatilidade semelhante. O nosso *benchmark* em euros a quatro anos (taxa de cupão de 5,125%, com vencimento em agosto de 2017), por exemplo, foi negociado num intervalo de 20 – 57 pontos base, fechando igualmente o exercício perto dos valores mínimos do ano.

O nosso plano de financiamento para 2013, num montante até 18 mil milhões de euros, incluindo emissão de dívida com vencimento inicial superior a um ano, foi integralmente concluído e fechámos 2013 com 18,6 mil

milhões de euros de financiamento a prazo. Este financiamento disseminou-se grosso modo pelas seguintes fontes de financiamento: emissão de referência não garantida (4,5 mil milhões de euros), emissão de referência subordinada (1,1 mil milhões de euros), emissão não garantida, direcionada para o retalho (5,6 mil milhões de euros) e colocações privadas não garantidas e garantidas (7,5 mil milhões de euros). Do total de 18,6 mil milhões de euros, a maior parte, 10,2 mil milhões de euros, foi emitida em euros. Também emitimos 5,6 mil milhões de euros em dólares dos Estados Unidos e montantes menores em JPY e GBP. Além das emissões diretas, utilizamos *swaps* cambiais cruzados de longo prazo para gerir as nossas necessidades de financiamento não em euros. A nossa base de investidores foi composta por clientes de retalho (30%), bancos (23%), gestores de ativos e fundos de pensões (20%), companhias de seguros (4%) e Outros, incluindo investidores institucionais (23%). A distribuição geográfica foi a seguinte: Alemanha (25%), Resto da Europa (45%), EUA (19%), Ásia e Pacífico (9%) e Outros (2%). Do total de emissão nos mercados de capitais em circulação em 31 de dezembro de 2013, cerca de 80% foram emitidos sem garantia.

O diferencial médio da nossa emissão no índice de flutuação relevante (ou seja, Libor), foi de 36 pontos base para o ano completo, com um vencimento médio de 4,4 anos. As nossas atividades de emissão foram superiores no primeiro semestre do ano, tendo-se verificado um decréscimo dos volumes no segundo semestre de 2013. Emitimos os seguintes volumes em cada trimestre: 6,0 mil milhões de euros, 6,5 mil milhões de euros, 2,7 mil milhões de euros e 3,4 mil milhões de euros, respetivamente.

Em 2014, o nosso plano de financiamento de base é de 20 mil milhões de euros, que projetamos conseguir através das quatro fontes referidas, sem ficarmos excessivamente dependentes de qualquer delas. Também planeamento angariar parte deste financiamento em dólares dos Estados Unidos e poderemos celebrar *swaps* cambiais cruzados para gerir eventuais requisitos residuais. Temos maturidades totais nos mercados de capitais, excluindo direitos de compra legalmente exercíveis, no valor aproximado de 20 mil milhões de euros em 2014.

Consultar a tabela nas páginas 187 a 188 para informações relativas ao perfil de maturidade do nosso financiamento por grosso e da nossa emissão nos mercados de capitais.

Diversificação de financiamento

A diversificação do nosso perfil de financiamento em termos de tipos de investidores, regiões, produtos e instrumentos é um elemento importante da nossa estrutura de gestão do risco de liquidez. As nossas fontes de financiamento mais estáveis são os mercados de capital e os clientes de capital, retalho e transações bancárias. Constituem fontes adicionais de financiamento outros depósitos de clientes e empréstimos obtidos de clientes grossistas. O financiamento por grosso é constituído por passivos por grosso não garantidos, com origem principalmente na área de negócios de Global Liquidity Management. Dada a sua natureza de relativo curto prazo, estes passivos são utilizados sobretudo para financiar ativos detidos para negociação em numerário e líquidos.

Para promover a diversificação adicional das respetivas atividades de refinanciamento, dispomos duma licença que nos permite emitir obrigações hipotecárias (*Pfandbriefe*).

Em 2013, reduzimos o nosso volume global de financiamento em consonância com a desalavancagem mais alargada do balanço. O total de financiamento externo registou um decréscimo de 117 mil milhões de euros (11%) durante o ano, ocorrido sobretudo na área de negócio CB&S. Em particular, reduzimos o financiamento por grosso não garantido em 20 mil milhões de euros (21%) e o financiamento garantido e posições curtas em 43 mil milhões de euros (22%). Observaram-se ainda reduções menores em mercados de capitais e ações (17 mil milhões de euros, 8%), transações bancárias (16 mil milhões de euros, 8%) e clientes de retalho (9 mil milhões de euros, 3%). A proporção global das nossas fontes de financiamento mais estáveis (incluindo mercados de capitais e ações, retalho e transações bancárias) subiu de 62% para 66%.

O financiamento por grosso não garantido compreende vários produtos não garantidos como, por exemplo certificados de depósito (CD), papel comercial (PC), bem como depósitos a prazo, à ordem e *overnight*, com

prazos sobretudo até um ano. Existem ainda 11 mil milhões de euros de papel comercial garantido por ativos (ABCP), emitidos através de veículos, incluídos em "Financiamento de veículos".

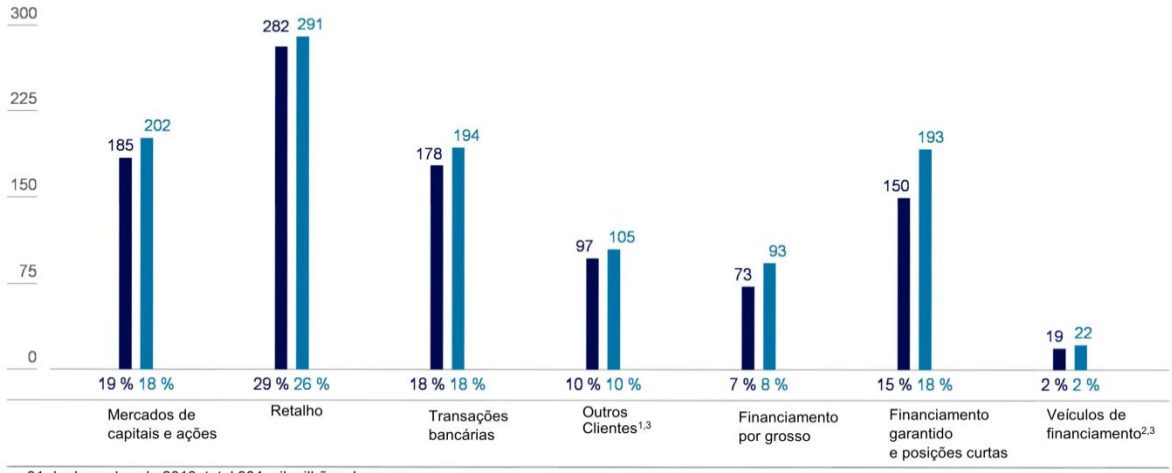
O volume global de financiamento por grosso não garantido e de financiamento garantido oscilou entre as datas de relato, em função das nossas atividades comerciais subjacentes. Os volumes mais elevados, principalmente em operações de financiamento garantido, devem-se em grande parte ao aumento das atividades relacionadas com o financiamento de valores mobiliários dos clientes, bem como a crescimento intratrimestral nas existências líquidas para transação.

Para evitar qualquer dependência indesejada relativamente a essas fontes de financiamento de curto prazo, e para promover um sólido perfil de captação no extremo curto, o que está em conformidade com a tolerância ao risco definida, implementámos estruturas de limites (abrangendo diferentes maturidades) relativamente a estas fontes de financiamento, limites esses que derivam da nossa análise de testes de esforço. Além disso, estamos a definir um limite para o volume total de financiamento por grosso não garantido com vista a gerir a dependência relativamente a esta fonte de financiamento no âmbito da diversificação global de financiamento.

O gráfico seguinte apresenta a composição das nossas fontes de financiamento externas que contribuem para a posição de risco de liquidez, em milhares de milhões de euros e em percentagem do total das nossas fontes de financiamento externas.

Composição das fontes de financiamento externas

em mil milhões de euros.



31 de dezembro de 2013: total 984 mil milhões de euros

31 de dezembro de 2012: total 1.101 mil milhões de euros

1 Outros incluem atividades fiduciárias, estruturas com auto financiamento (por ex. X-markets), margem/Saldos de corretagem prime (apresentados numa base líquida)

2 Inclui ABCP-Conduits

3 Para 2012, reclassificámos um montante de 3,7 mil milhões de euros relacionado com uma única entidade de Outros clientes para Veículos de financiamento; os montantes foram ajustados em conformidade.

Referência: Reconciliação para o balanço total: Derivados e saldos de liquidação 524 mil milhões de euros (786 mil milhões de euros), inclusão para efeitos de compensação para margem/Saldos de corretagem prime (apresentados numa base líquida) 50 mil milhões de euros (71 mil milhões de euros), outros passivos não relacionados com financiamento 55 mil milhões de euros(65 mil milhões de euros) para 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 respetivamente; valores podem não totalizar devido a arredondamentos.

A tabela seguinte apresenta a maturidade contratual do nosso financiamento por grosso a curto prazo (inclui o financiamento por grosso não garantido e o papel comercial garantido por ativos), bem como a nossa emissão nos mercados de capitais.

Maturidade do financiamento por grosso e da emissão nos mercados de capitais

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 mês mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
					31.12.2013			
Depósitos de bancos	14.446	5.704	5.536	1.350	27.035	9	148	27.192
Depósitos de outros clientes grossistas	5.589	4.419	861	259	11.127	129	128	11.384
CD e PC	4.819	19.135	7.188	3.646	34.789	31	14	34.834
ABCP	5.221	4.833	541	0	10.596	0	0	10.596
Instrumentos "*plain vanilla*" não garantidos sénior	2.364	1.632	3.203	3.561	10.760	10.014	32.851	53.625
Notas estruturadas não garantidas sénior	470	1.566	1.257	3.585	6.877	4.312	19.746	30.935
Obrigações/ABS cobertos	149	1.208	113	1.660	3.130	1.677	20.457	25.263
Passivos subordinados	255	4.527	1.137	670	6.588	2.511	10.948	20.048
Outros	70	21	6	0	97	0	76	173
Total[1]	**33.382**	**43.046**	**19.841**	**14.730**	**110.999**	**18.683**	**84.368**	**214.050**
Dos quais garantidos	5.370	6.042	654	1.660	13.726	1.677	20.457	35.859
Dos quais não garantidos	28.012	37.004	19.187	13.070	97.274	17.006	63.911	178.190

[1] Os passivos com opções de compra são apresentados na primeira data em que o direito de compra pode ser exercido. Não se infere que essas opções de compra sejam exercidas.

O volume total de passivos por grosso e de emissão nos mercados de capitais com vencimento no prazo dum ano, que totalizava 111 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, deve ser considerado no contexto do total das nossas reservas de liquidez de 196 mil milhões de euros. A redução do volume com vencimento no prazo dum ano deve-se principalmente às nossas iniciativas de desalavancagem do balanço.

em milhões de euros	Não superior a 1 mês	Mais de 1 mês mas não superior a 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 1 ano	Subtotal inferior a 1 ano	Mais de 1 mês mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos	Total
					31.12.2012			
Depósitos de bancos	24.627	5.820	2.542	870	33.859	25	214	34.098
Depósitos de outros clientes grossistas	20.776	1.996	779	465	24.015	185	294	24.495
CD e PC	9.978	14.880	5.329	3.625	33.812	283	183	34.277
ABCP[2]	6.127	5.614	575	0	12.316	0	0	12.316
Instrumentos "*plain vanilla*" não garantidos sénior	1.972	4.921	5.101	4.489	16.483	6.929	37.419	60.832
Notas estruturadas não garantidas sénior	969	1.271	1.331	2.640	6.210	4.611	21.184	32.005
Obrigações/ABS cobertos	1.501	1.120	0	11	2.631	3.555	25.316	31.502
Passivos subordinados	2.180	4.704	1.750	1.262	9.898	1.069	11.940	22.906
Outros	7	33	12	6	58	18	227	303
Total[1,2]	**68.137**	**40.358**	**17.419**	**13.368**	**139.283**	**16.675**	**96.777**	**252.735**
Dos quais garantidos	7.628	6.734	575	11	14.947	3.555	25.316	43.818
Dos quais não garantidos	60.509	33.625	16.844	13.357	124.335	13.120	71.461	208.917

[1] Os passivos com opções de compra são apresentados na primeira data em que o direito de compra pode ser exercido. Não se infere que essas opções de compra sejam exercidas.
[2] Para 2012, considerámos adicionalmente um montante de 3,7 mil milhões de euros relacionado com uma única entidade em ABCP; os montantes foram ajustados em conformidade.

A tabela seguinte apresenta a discriminação por divisa do nosso financiamento por grosso a curto prazo, bem como da nossa emissão nos mercados de capitais.

Financiamento por grosso e emissão nos mercados de capitais (discriminação por divisa)

	31/12/2013					31.12.2012				
em milhões de euros	em EUR	em USD	em GBP	noutras moedas	Total	em EUR	em USD	em GBP	noutras moedas	Total
Depósitos de bancos	2.630	19.453	1.516	3.592	27.192	3.924	18.121	6.336	5.717	34.098
Depósitos de outros clientes grossistas	2.177	6.413	667	2.127	11.384	3.139	15.709	778	4.868	24.495
CD e PC	6.291	22.467	4.394	1.682	34.834	5.715	20.341	4.524	3.698	34.277
ABCP	1.245	8.132	1.219	0	10.596	848	9.975	1.493	0	12.316
Instrumentos "*plain vanilla*" não garantidos sénior	39.500	8.676	1.794	3.656	53.625	43.220	12.918	24	4.670	60.832
Notas estruturadas não garantidas sénior	13.381	12.072	164	5.319	30.935	12.594	12.245	223	6.943	32.005
Obrigações/ ABS cobertos	25.263	0	0	0	25.263	31.484	11	7	0	31.502
Passivos subordinados	11.264	8.028	176	579	20.048	14.673	7.289	221	724	22.906
Outros	72	2	2	97	173	72	173	0	59	303
Total	101.823	85.243	9.932	17.052	214.050	115.670	96.780	13.606	26.679	252.735
Dos quais garantidos	26.508	8.132	1.219	0	35.859	32.333	9.985	1.500	0	43.818
Dos quais não garantidos	75.314	77.111	8.713	17.052	178.190	83.337	86.795	12.105	26.679	208.917

Matriz de financiamento

Identificamos todos os ativos relevantes em termos de financiamento e todos os passivos em agregados correspondentes às respetivas maturidades económicas de forma a compilar um perfil de maturidades (matriz de financiamento). A matriz de financiamento é compilada para moedas agregadas, bem como para divisas individuais e entidades jurídicas selecionadas. Dado que os ativos detidos para negociação são habitualmente mais líquidos do que o que as suas maturidades contratuais indicam, determinamos perfis individuais de liquidez que refletem os respetivos valores de liquidez relativa. Tomamos ativos e passivos do negócio bancário de pequenos clientes (empréstimos hipotecários e depósitos de pequenos clientes) que apresentam um comportamento que indica estarem a ser renovados ou prorrogados, independentemente das condições dos mercados de capitais, e afetamo-los a agregados temporais refletindo o prolongamento esperado. Os produtos bancários por grosso são incluídos com as respetivas maturidades contratuais.

A matriz de financiamento identifica o excesso ou a insuficiência de ativos relativamente aos passivos em cada agregado temporal, facilitando a gestão das exposições de liquidez abertas. A análise da matriz de financiamento, juntamente com o processo de planeamento estratégico de liquidez, que prevê a oferta e procura de financiamento das unidades de negócio, constitui a informação fundamental do nosso plano anual de emissão nos mercados de capitais. Após aprovação pelo Conselho de Administração, o plano de emissão nos mercados de capitais estabelece objetivos relativamente à emissão de títulos por maturidade, volume e instrumento. Durante o ano, o Conselho de Administração introduziu uma tolerância de risco específica para a nossa matriz de financiamento em USD, que limita a posição curta máxima em qualquer agregado temporal (>1 ano a >10 anos) a 10 mil milhões de euros. Esta medida complementa a tolerância de risco para a nossa matriz de financiamento de moedas agregadas, que exige que mantenhamos um posição de financiamento positiva em qualquer agregado temporal (>1 ano a >10 anos). Ambas as matrizes de financiamento estiveram em conformidade com a respetiva tolerância de risco em 2013 e 2012.

Preços de transferência

Operamos um quadro de preços de transferência que se aplica a todos os negócios e promove a definição de preços de (i) ativos, de acordo com o seu risco de liquidez subjacente, (ii) passivos, de acordo com a sua

maturidade de financiamento e (iii) exposições de liquidez contingentes, de acordo com o custo do fornecimento de reservas de liquidez proporcionais para financiar necessidades de caixa inesperadas.

No âmbito deste quadro de preços de transferência afetamos custos e benefícios de financiamento e de risco de liquidez às unidades de negócio da sociedade e criamos incentivos financeiros em conformidade com as diretrizes de risco de liquidez da sociedade. Os preços de transferência estão sujeitos a prémios de liquidez (em termos de prazo), dependendo das condições de mercado. Os prémios de liquidez são definidos pela Tesouraria e assumidos por uma conta de liquidez segregada. A conta de liquidez da Tesouraria é o agregador de custos de liquidez de longo prazo. A gestão e a afetação de custos da conta de liquidez é a variável fundamental em termos dos preços de transferência dos custos de financiamento no Deutsche Bank.

Reservas de liquidez

As reservas de liquidez compreendem caixa e equivalentes em caixa disponíveis e títulos altamente líquidos (inclui títulos soberanos, emitidos por agências públicas e garantidos pelo Estado), bem como outros ativos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais.

O volume das nossas reservas de liquidez é uma função do resultado que esperamos dos testes de esforço, quer a nível agregado quer a nível das moedas individuais. Enquanto recebermos passivos por grosso adicionais, que atraem uma resolução de grande esforço, manteremos genericamente as receitas desses passivos em títulos em numerário ou com elevada liquidez como fator redutor do esforço. Como tal, o volume total de reservas de liquidez flutuará consoante o nível de passivos por grosso de curto prazo detidos, embora não tenha impacto significativo na nossa posição global de liquidez sob esforço. As nossas reservas de liquidez apenas incluem ativos que podem ser transferidos livremente dentro do Grupo ou aplicados para compensar saídas em esforço de entidades locais. A grande maioria das nossas reservas de liquidez é detida centralmente na nossa empresa-mãe ou nas nossas agências no estrangeiro, com reservas adicionais detidas em locais-chave em que operamos. Detemos as nossas reservas nas principais divisas, sendo que a sua dimensão e composição são alvo de revisão regular pela direção. Além das reservas de liquidez apresentadas abaixo, registou-se um montante de 19 mil milhões de euros, além das saídas em esforço locais, que permanece em entidades sujeitas a restrições à transferência devido a requisitos locais associados em matéria de empréstimos ou a restrições regulamentares semelhantes. Por conseguinte, não incluímos esses montantes nas nossas reservas de liquidez livremente transferíveis.

Composição das nossas reservas de liquidez livremente transferíveis por empresa-mãe (incluindo agências) e subsidiárias

	31.12.2013		31.12.2012	
em mil milhões de euros	Valor contabilístico	Valor de liquidez	Valor contabilístico	Valor de liquidez
Caixa e equivalentes de caixa disponíveis (detidos principalmente em bancos centrais)	78	77	128	128
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	68	67	112	112
Subsidiárias	10	10	16	16
Títulos com elevada liquidez (inclui títulos soberanos, garantidos pelo Estado				
e emitidos por agências públicas)	95	89	91	82
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	71	67	56	52
Subsidiárias	24	22	35	30
Outros títulos desonerados elegíveis relativamente a bancos centrais Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	23	17	13	10
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	17	13	12	9
Subsidiárias	6	4	1	1
Total de reservas de liquidez	196	183	232	220
Sociedade-mãe (incluindo agências estrangeiras)	156	147	180	173
Subsidiárias	41	36	52	47

Em 31 de dezembro de 2013, as nossas reservas de liquidez livremente transferíveis totalizavam 196 ml milhões de euros, por oposição a 232 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. O principal responsável pelo decréscimo de 36 mil milhões de euros em 2013 foi uma redução de 20 mil milhões de euros no nosso financiamento por grosso não garantido durante o ano, juntamente com reduções noutras fontes de

passivos. As nossas reservas de liquidez médias durante o ano foram de 216 mil milhões de euros, por oposição a 211 mil milhões de euros durante 2012 (os valores de 2012 não incluem o Postbank). Na tabela acima, o valor contabilístico representa o valor de mercado das nossas reservas de liquidez enquanto o valor de liquidez reflete o nosso pressuposto do valor que pode ser obtido sobretudo através de financiamentos garantidos, tomando em consideração a experiência observada em mercados de financiamento garantidos em períodos de tensão.

Testes de esforço e análise de cenários

Utilizamos testes de esforço e análises de cenários para avaliar o impacto de eventos súbitos de tensão na nossa posição de liquidez. Os cenários que aplicamos baseiam-se em eventos históricos, como o *crash* da bolsa em 1987, a crise de liquidez nos EUA, em 1990, e os ataques terroristas de setembro de 2001, bem como em estudos de caso de crises de liquidez e eventos hipotéticos, e nos ensinamentos retirados da mais recente crise dos mercados financeiros.

Incluem-se aqui um congelamento prolongado no mercado monetário e no financiamento garantido, repúdio de colateral, reduzida fungibilidade de divisas, consórcios imobilizados (*stranded syndications*), bem como outros efeitos sistémicos de contágio. Os vários tipos de cenário cobrem eventos específicos de instituições (ou seja, redução da notação de crédito), eventos relacionados com o mercado (ou seja, o risco de mercado sistémico), bem como uma combinação de ambos, associando um choque sistémico de mercado a uma redução da notação de crédito de vários níveis. Aplicamos cenários de esforço a divisas e entidades selecionadas relevantes.

No âmbito de cada um destes cenários assumimos um elevado grau de prolongamentos de crédito em vencimento a clientes não grossistas (para poder sustentar o valor da franquia), enquanto que o prolongamento do passivo estará total ou parcialmente em imparidade, resultando num défice de financiamento. Neste contexto, assume-se que o financiamento por grosso da maioria das fontes sensíveis ao risco (incluindo financiamento não garantido de bancos comerciais, fundos de investimento do mercado monetários, bem como papel comercial garantido por ativos) é concluído na fase de esforço aguda. Além disso, analisamos os requisitos potenciais de financiamento de riscos contingentes que poderão materializar-se em situação de tensão. Incluem o levantamento de facilidades de crédito, o aumento de requisitos de garantias colaterais de contratos de derivados e saídas de depósitos com ativação de notação de crédito contratual. Posteriormente, modelamos as etapas do processo que seguiremos para contrabalançar o consequente défice líquido de financiamento. As contramedidas incluem as nossas reservas de liquidez, bem como a liquidez potencial dos ativos de outros títulos não onerados. Os testes de esforço são realizados globalmente e por país e em divisas relevantes não pertencentes à área do euro, em particular em USD como principal moeda de financiamento não em euros. Revemos os pressupostos essenciais dos testes de esforço regularmente e em 2013 aumentámos o rigor dum conjunto destes pressupostos.

Os testes de esforço estão totalmente integrados no nosso quadro de gestão do risco de liquidez. Para tal, usamos os fluxos de caixa grossistas contratuais por moeda e por produto ao longo de um horizonte de 8 semanas (que consideramos ser o período mais crítico numa crise de liquidez) e aplicamos o caso de esforço relevante a todos os potenciais fatores de risco relativos a produtos dentro e fora do balanço. Além do horizonte temporal das oito semanas analisamos trimestralmente o impacto de um período de esforço mais prolongado, que se estende por doze meses. Os testes de esforço de liquidez servem de base aos planos de financiamento de contingência do banco que são aprovados pelo Conselho de Administração.

A análise de testes de esforço avalia a nossa capacidade de gerar liquidez suficiente em condições extremas e é um elemento fundamental na definição do nosso objetivo em termos de posição de risco de liquidez, sendo realizada mensalmente. A tabela seguinte mostra que, em cada um dos cenários por nós definidos e revistos regularmente, manteríamos uma posição de liquidez líquida positiva, uma vez que a liquidez de contrapeso que conseguiríamos gerar através de diferentes fontes compensa amplamente o nosso défice de financiamento acumulado num horizonte de oito semanas após a ocorrência do facto gerador.

Resultados dos testes de esforço globais, todas as moedas

	31.12.2013			3112.2012[1]		
em mil milhões de euros	Défice de financiamento [2]	Compensação do défice[3]	Posição líquida de liquidez	Défice de financiamento [2]	Compensação do défice[3]	Posição líquida de liquidez
Risco de mercado sistémico	31	179	148	39	217	178
Mercados emergentes	10	195	185	15	216	201
Redução da notação de crédito em 1 nível (específico do DB)	37	178	141	45	222	177
Redução da notação de crédito para A-2/P-2 (específico do DB)	170	208	37	215	262	47
Conjugação[4]	181	204	23	227	255	28

[1] Os valores de 2012 baseiam-se na metodologia vigente à data e não são reexpressos para refletir alterações dos pressupostos dos testes de reforço implementadas durante o ano.
[2] Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.
[3] Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez (após *haircuts*) e outras contramedidas.
[4] Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e do corte da notação de crédito para A-2/P-2.

Resultados dos testes de esforço globais, USD

	31.12.2013		
em mil milhões de euros	Défice de financiamento [2]	Compensação do défice[3]	Posição líquida de liquidez
Conjugação[43]	89	132	43

[1] Défice de financiamento causado por prolongamento em imparidade de passivos e de outras saídas projetadas.
[2] Com base na geração de liquidez por reservas de liquidez (após *haircuts*) e outras contramedidas.
[3] Impacto conjugado do risco de mercado sistémico e do corte da notação de crédito para A-2/P-2.

A tabela seguinte apresenta o montante de garantias colaterais adicionais necessário em caso de redução de notação de crédito em um ou dois níveis pelas agências de notação para todas as divisas.

Obrigações contratuais adicionais

	31.12.2013		31.12.2012	
em milhões de euros	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis	Redução de notação de crédito em 1 nível	Redução de notação de crédito em 2 níveis
Requisitos de financiamento ou de margem de derivados contratuais	5.459	9.071	3.593	6.912
Outros requisitos de financiamento ou de margem	0	502	544	1.080

Atendendo à crescente importância da gestão de liquidez no setor financeiro, mantemos um diálogo ativo com os bancos centrais, os supervisores, as agências de notação de crédito e os participantes no mercado relativamente a questões relacionadas com risco de liquidez. Participamos em vários grupos de trabalho sobre liquidez e apoiamos esforços no sentido da criação normas setoriais para avaliar e gerir o risco de liquidez nas instituições financeiras. Além dos nossos sistemas internos de gestão de liquidez, a exposição de liquidez dos bancos alemães é regulada pela Lei Bancária e pelos regulamentos emitidos pela BaFin.

Requisitos de liquidez ao abrigo do CRR

No âmbito das regras de Basileia III, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia (BCBS) especificou uma norma de liquidez mínima para os bancos, o rácio de cobertura de liquidez (LCR). O LCR destina-se a promover a resiliência de curto prazo, num horizonte de 30 dias, do perfil de risco de liquidez dum banco num cenário de esforço. O LCR é o rácio do volume de ativos líquidos de elevada qualidade (HQLA) que podem ser utilizados para aumentar a liquidez e do volume total de saídas em esforço líquidas, resultantes de exposições reais e contingentes.

Este requisito foi implementado na legislação europeia através do Regulamento de requisitos de capital (CRR). O CRR especifica que os componentes do LCR devem ser comunicados aos supervisores a partir de 2014. Contudo, a conformidade com a norma, que está sujeita à especificação da sua forma definitiva pela Comissão Europeia, não é exigida até 2015. O rácio mínimo inicial de conformidade em 2015 é de 60%. Uma vez que o conjunto de regras relativas ao LCR previstas no CRR ainda será sujeito a novas revisões em 2014, e com o intuito de permitir uma melhor comparabilidade, o nosso LCR pró-forma de 107% em 31 de dezembro de 2013 foi calculado em conformidade com a especificação de Basileia III.

Propostas duma segunda norma, o rácio de financiamento estável líquido (NSFR), foram inicialmente emitidas pelo BCBS em dezembro de 2010, com uma atualização publicada em janeiro de 2014. Apesar de se encontrar atualmente em fase de consulta, espera-se que o NSFR exija aos bancos que façam corresponder de forma exata as maturidades dos passivos aos ativos. O NSFR também faz parte dos requisitos de relato para os bancos europeus, de acordo com o CRR. A determinação do NSFR não foi ainda especificada pelo CRR/CRD IV. A sua especificação definitiva será elaborada com base numa avaliação dos resultados dos relatórios de supervisão. Com base numa proposta legislativa da Comissão Europeia, o NSFR pode ser introduzido com norma mínima em 2018, na sequência do processo legislativo europeu.

Oneração de ativos

Os ativos onerados compreendem principalmente os ativos no balanço e fora do balanço que são dados de penhor como garantia colateral de financiamento segurado ou outras obrigações colateralizadas. Adicionalmente, consideramos ativos onerados os ativos no balanço detidos em seguradoras subsidiárias que estão substancialmente disponíveis para suportar os passivos de seguro, bem como ativos de entidades estruturadas que são detidos como garantia colateral para os beneficiários, que são normalmente as partes que compraram as notas emitidas por essas entidades. Os ativos prontamente disponíveis são os ativos no balanço e fora do balanço não onerados doutra forma e que podem ser transferidos livremente. Assumem-se como prontamente disponíveis todos os ativos financeiros ao justo valor e investimentos disponíveis para venda desonerados.

Um valor prontamente disponível representa o valor contabilístico do balanço atual e não qualquer forma de valor de liquidez em esforço (ver a divulgação das reservas de liquidez nesta secção para uma análise dos ativos líquidos desonerados disponíveis num cenário de esforço de liquidez). Outros ativos desonerados no balanço e fora do balanço são os ativos que não foram dados de penhor como garantia colateral de financiamento segurado ou outras obrigações colateralizadas, ou que não são doutra forma considerados como prontamente disponíveis. Por exemplo, em caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos, outros inclui saldos necessários para apoiar os requisitos de reservas mínimas de bancos centrais, bem como saldos de caixa segregados detidos por terceiros que não estão disponíveis para financiamento bancário em geral. Do mesmo modo, no que diz respeito a empréstimos e outros adiantamentos a clientes, estes apenas serão considerados prontamente disponíveis na medida em que estejam já num formato transferível pré-agrupado e não tenham sido já utilizados para gerar financiamento. Isto representa a visão mais conservadora dado que um elemento desses empréstimos atualmente apresentado em outros pode ser agrupado num formato adequado para ser utilizado para gerar financiamento.

Ativos onerados e desonerados

			31.12.2013	
				Ativos desonerados
em mil milhões de euros No balanço	Ativo	Ativos onerados[1]	Prontamente disponíveis	Outros
Caixa e disponibilidades em bancos e depósitos remunerados em bancos	95,1	1,1	86,8	7,2
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	245,4	94,4	151,0	0,0
Ativos financeiros disponíveis para venda	48,3	7,8	40,5	0,0
Empréstimos	376,6	56,6	10,1	309,9
Outros	143,9	7,7	0	136,2
Total no balanço (excluindo derivados, títulos tomados a título de empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda)	909,3	167,6	288,5	453,3

[1] Os ativos onerados estão em consonância com a definição de ativos restritos pela IFRS 12.

em mil milhões de euros Fora do balanço	Ativo	Ativos onerados[1]	31.12.2013 Ativos desonerados Prontamente disponíveis	 Outros
Justo valor de títulos aceites como garantias colaterais	282,0	241,7	40,3	0,0

A tabela acima estabelece uma repartição entre rubricas no balanço e fora do balanço, divididas em ativos onerados, prontamente disponíveis e outros. Os derivados, os títulos obtidos por empréstimo e os títulos comprados com acordos de revenda foram excluídos do total no balanço apresentado na tabela. Quaisquer títulos recebidos em acordos de recompra inversos e acordos de empréstimo de ações constam do justo valor de títulos recebidas como garantias colaterais.

A tabela de ativos onerados acima inclui ativos que não estão onerados ao nível de entidades individuais, mas que podem ser alvo de restrições em termos da sua transferibilidade dentro do Grupo. Essas restrições podem dever-se a requisitos locais associados em matéria de empréstimos ou a restrições regulamentares semelhantes. Nesta situação, excetuando os ativos detidos em entidades seguradoras específicas ou entidades estruturadas, não é viável identificar cada uma das rubricas do balanço que não podem ser transferidas.

Em 31 de dezembro de 2013, apenas 168 mil milhões de euros dos ativos no balanço do Grupo estavam onerados (excluindo derivados, títulos tomados a título de empréstimo e títulos comprados com acordos de revenda). Os ativos onerados no balanço estão sobretudo relacionados com o financiamento a empresas de existências para negociação e outros títulos e com financiamento (isto é, obrigações hipotecárias [Pfandbriefe] e obrigações cobertas) com garantias colaterais de empréstimo.

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo tinha recebido títulos como garantias colaterais com um justo valor de 282 mil milhões de euros, dos quais 242 mil milhões foram vendidos ou penhorados. Estas penhoras *overnight* estão normalmente relacionadas com operações para facilitar a atividade dos clientes, incluindo corretagem prime, com garantias colaterais prestadas relativamente a fundos transacionados em bolsa (ETF – Exchange Traded Funds), bem como com requisitos de margens de derivados.

Análise de maturidade de ativos e passivos financeiros

O departamento de Tesouraria gere a análise da maturidade de ativos e passivos. A modelação de ativos e passivos é necessária nos casos em que a maturidade contratual não reflete adequadamente a posição de risco de liquidez. O exemplo mais relevante neste contexto são os depósitos imediatamente reembolsáveis de clientes de retalho e transações bancárias que exibiram consistentemente uma estabilidade elevada durante as crises financeiras mais graves.

Os perfis de modelação integram o quadro de gestão do risco de liquidez global (consultar a secção «Teste de esforço "para posições de liquidez de curto prazo ≤ 1 ano e a secção «Matriz de financiamento» para posições de liquidez de longo prazo > 1 ano), que é definido pelo Conselho de Administração.

A tabela seguinte apresenta a análise de maturidade do total dos nossos ativos com base no valor contabilístico e no primeiro prazo de vencimento legalmente exercível, em 31 de dezembro de 2013.

Análise da primeira maturidade contratual dos ativos

31.12.2013

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até 1 mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses- mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 mês mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Numerário e depósitos em bancos	86.474	6.911	50	131	1.383	26	55	38	70	95.139
Recursos de bancos centrais vendidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Títulos comprados com acordos de revenda	529	10.359	6.437	4.917	3.449	665	999	8	0	27.363
a bancos	304	3.564	786	1.028	0	0	77	8	0	5.766
a clientes	225	6.795	5.651	3.890	3.449	665	923	0	0	21.596
Títulos obtidos por empréstimo	20.648	171	0	0	0	0	0	22	30	20.870
a bancos	1.664	0	0	0	0	0	0	0	0	1.664
a clientes	18.983	171	0	0	0	0	0	22	30	19.205
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados – negociação	738.021	101.913	17.680	6.432	2.658	1.027	4.086	6.393	21.046	899.257
Ativos detidos para negociação	210.070	0	0	0	0	0	0	0	0	210.070
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	143.947	0	0	0	0	0	0	0	0	143.947
Ações e outros títulos de rendimento variável	61.393	0	0	0	0	0	0	0	0	61.393
Outros ativos detidos para negociação	4.730	0	0	0	0	0	0	0	0	4.730
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	504.590	0	0	0	0	0	0	0	0	504.590
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	23.360	101.913	17.680	6.432	2.658	1.027	4.086	6.393	21.046	184.597
Títulos comprados com acordos de revenda	8.485	84.607	13.783	3.789	2.054	749	1.914	1.081	301	116.764
Títulos obtidos por empréstimo	14.875	14.187	3.424	0	0	0	0	0	0	32.485
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	0	3.109	474	2.531	598	273	2.106	5.128	10.806	25.025
Ações e outros títulos de rendimento variável	0	10	0	0	1	0	16	0	9.872	9.898
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	0	0	0	111	6	5	50	185	67	424
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos elegíveis para contabilidade de cobertura	0	15	82	163	31	37	227	1.562	1.895	4.011
Ativos financeiros disponíveis para	0	1.533	1.641	1.900	749	737	4.756	20.317	16.692	48.326

31.12.2013

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até 1 mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 mês mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
venda										
Títulos e empréstimos de rendimento fixo	0	1.533	1.641	1.900	749	737	4.572	20.317	14.962	46.413
Ações e outros títulos de rendimento variável	0	0	0	0	0	0	183	0	1.730	1.913

31.12.2013

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até 1 mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses- mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 mês mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos	18.458	41.810	21.623	20.283	9.662	9.730	26.867	64.249	163.899	376.582
a bancos	322	4.043	5.152	4.236	1.752	882	2.610	4.053	389	23.440
a clientes	18.136	37.767	16.470	16.047	7.909	8.848	24.258	60.196	163.510	353.142
Retalho	3.911	13.715	2.973	5.204	3.257	3.177	9.294	24.055	124.745	190.331
Grandes empresas e outros clientes	14.226	24.052	13.497	10.844	4.652	5.671	14.961	36.139	38.770	162.810
Outros ativos financeiros	87.181	780	353	216	93	103	40	0	3.541	92.307
Total de ativos financeiros	**951.311**	**163.492**	**47.865**	**34.042**	**18.025**	**12.326**	**37.031**	**92.588**	**207.173**	**1.563.854**
Outros ativos	**19.633**	**3.374**	**988**	**703**	**372**	**254**	**426**	**1.064**	**20.733**	**47.546**
Total do ativo	**970.944**	**166.866**	**48.852**	**34.745**	**18.397**	**12.581**	**37.457**	**93.652**	**227.906**	**1.611.400**

A tabela seguinte apresenta uma análise de maturidade do total do passivo com base no valor escriturado e após a primeira maturidade legalmente exercível em 31 de dezembro de 2013.

Análise da primeira maturidade contratual de passivo

31.12.2013

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até 1 mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 mês mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Depósitos	290.284	66.181	117.026	16.936	7.290	6.258	4.849	8.203	10.721	527.750
A pagar a bancos	61.302	15.357	9.993	6.987	1.503	1.154	2.801	5.982	9.099	114.176
A pagar a clientes	228.982	50.824	107.034	9.949	5.788	5.104	2.048	2.222	1.623	413.574
Retalho	89.689	5.874	90.186	3.695	2.825	2.478	1.144	1.065	194	197.149
Grandes empresas e outros clientes	139.294	44.950	16.848	6.254	2.963	2.626	904	1.157	1.429	216.425
Passivos detidos para negociação	539.232	0	0	0	0	0	0	0	0	539.232
Títulos para negociação	54.951	0	0	0	0	0	0	0	0	54.951
Outros passivos detidos para negociação	853	0	0	0	0	0	0	0	0	853
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados	483.428	0	0	0	0	0	0	0	0	483.428
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (sem compromissos de empréstimo e garantias financeiras)	25.428	12.660	39.535	1.639	654	770	1.835	4.673	2.717	89.911
Títulos vendidos com acordos de recompra	22.870	11.887	38.221	639	26	0	0	0	0	73.642
Dívida a longo prazo	531	16	774	479	425	637	1.387	2.649	2.443	9.342
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2.028	757	540	521	202	133	449	2.023	274	6.927
Passivos por contratos de investimento	0	25	50	50	50	692	72	1.255	5.871	8.067
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura	0	1	19	17	13	5	57	181	323	616
Recursos de bancos centrais adquiridos	2.056	0	0	0	0	400	0	0	0	2.455
Títulos vendidos com acordos de recompra	6.477	3.227	703	519	0	0	0	0	0	10.926
A pagar a bancos	6.405	2.077	469	447	0	0	0	0	0	9.399
A pagar a clientes	72	1.150	234	71	0	0	0	0	0	1.528
Títulos cedidos por empréstimo	2.079	27	0	0	0	0	0	0	198	2.304
A pagar a bancos	215	15	0	0	0	0	0	0	0	230
A pagar a clientes	1.865	12	0	0	0	0	0	0	198	2.075
Outros empréstimos a curto prazo	36.693	6.950	9.252	5.076	408	1.388	0	0	0	59.767
Dívida a longo prazo	0	8.903	6.692	5.685	4.690	5.395	17.636	42.665	41.417	133.082
Títulos de dívida – sénior	0	2.704	4.026	4.251	3.804	5.009	15.751	37.412	30.500	103.457
Títulos de dívida – subordinados	0	62	2.318	871	152	241	763	620	2.550	7.578
Outras dívidas a	0	6.133	337	336	705	126	920	3.919	8.033	20.508

31.12.2013

em milhões de euros	À vista (incl. notificação de um dia e overnight)	Até 1 mês	Mais de 1 mês até um máximo de 3 meses	Mais de 3 meses mas não superior a 6 meses	Mais de 6 meses mas não superior a 9 meses	Mais de 9 meses mas não superior a 1 ano	Mais de 1 mês mas não superior a 2 anos	Mais de 2 anos mas não superior a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
longo prazo – sénior										
Outras dívidas a longo prazo – subordinadas	0	5	10	227	28	19	201	714	334	1.539
Títulos fiduciários preferenciais	0	1.101	3.219	483	107	280	1.544	5.018	174	11.926
Outros passivos financeiros	131.965	525	3.374	91	350	226	468	254	107	137.362
Total de passivos financeiros	**1.034.216**	**99.602**	**179.871**	**30.496**	**13.562**	**15.413**	**26.461**	**62.249**	**61.528**	**1.523.400**
Outros passivos	**32.841**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**32.841**
Total do capital próprio	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**0**	**54.966**	**54.966**
Total do passivo e do capital próprio	**1.067.057**	**99.602**	**179.871**	**30.496**	**13.562**	**15.413**	**26.461**	**62.249**	**116.494**	**1.611.207**
Compromissos assumidos fora do balanço	5.249	11.088	11.871	15.458	9.783	14.173	26.565	74.145	23.957	192.290
Bancos	9	1.327	1.580	2.280	1.074	1.025	1.980	1.250	314	10.841
Retalho	567	372	218	481	743	629	2.321	759	7.393	13.484
Grandes empresas e outros clientes	4.673	9.390	10.073	12.696	7.966	12.519	22.264	72.136	16.250	167.966

Gestão de capital

O departamento de tesouraria gere o nosso capital tanto ao nível do Grupo como localmente em cada região. A Tesouraria implementa a nossa estratégia de capital, que é desenvolvida pelo Comité de Risco e de Capital e aprovada pelo Conselho de Administração, incluindo a emissão e a recompra de ações. Estamos plenamente empenhados em manter a nossa sólida capitalização tanto numa perspetiva económica, como numa perspetiva regulamentar. Acompanhamos e ajustamos continuamente os requisitos globais de procura e oferta de capital, numa tentativa de alcançar o saldo ideal das considerações económicas e regulamentares em todos os momentos e sob todas as perspetivas. Estas perspetivas incluem o património líquido contabilístico (*book equity*), calculado com base nas normas contabilísticas IFRS, no capital regulamentar e no capital económico, bem como nos requisitos de capital específicos de agências de notação de crédito.

Os planos regionais de capital abrangem as necessidades de capital das nossas agências e subsidiárias em todo o mundo, sendo preparados semestralmente e apresentados ao Comité de Investimentos do Grupo. A maioria das nossas subsidiárias estão sujeitas a requisitos de capital legais e regulamentares. Os Comités de Ativos e Passivos Locais satisfazem essas necessidades, sob coordenação das equipas regionais da tesouraria. Além disso, garantem o cumprimento de requisitos tais como restrições relativamente a dividendos suscetíveis de transferências para o Deutsche Bank AG ou relativamente à capacidade das nossas subsidiárias concederem empréstimos ou adiantamentos ao banco que é a empresa-mãe. Na elaboração, implementação e testes do nosso capital e da nossa liquidez temos em conta esses requisitos legais e regulamentares.

As nossas principais divisas são o euro, o dólar dos Estados Unidos e a libra esterlina. A Tesouraria administra a sensibilidade dos nossos rácios de capital relativamente a variações nas principais divisas. O capital investido nas nossas agências e subsidiárias estrangeiras em divisas secundárias está largamente coberto contra variações de taxas de câmbio. A Tesouraria determina as divisas contra as quais deve existir cobertura, desenvolve estratégias de cobertura adequadas em estreita cooperação com a Gestão do risco e, por fim, executa essas coberturas.

A Tesouraria está representada no comité de investimentos do maior fundo de pensões do Deutsche Bank, que define as diretrizes de investimento. Esta presença visa garantir que os ativos relacionados com pensões estão harmonizados com os passivos relacionados com pensões, protegendo, assim, a base de capital do banco.

O departamento de tesouraria acompanha constantemente o mercado no que se refere a negócios de gestão de responsabilidade. Tais operações representam uma oportunidade anticíclica para criar fundos próprios principais de nível 1 (*Common Equity Tier 1*), recomprando as nossas emissões abaixo do par.

No segundo trimestre de 2013, aumentámos o capital através da emissão de 90 milhões de ações novas de capital autorizado excluindo direitos de preferência. Em consequência, o total do número de ações emitidas aumentou para 1.019.499. As novas ações foram colocadas em investidores institucionais através de um processo de *accelerated bookbuilding* a 30 de abril de 2013. As receitas brutas agregadas da emissão de ações ascenderam a 3,0 mil milhões de euros. O objetivo do aumento de capital foi continuar a fortalecer a capitalização regulamentar do banco.

A partir de 2013, refinámos a nossa atribuição de participações de capital ativas médias aos segmentos de negócios para refletir os requisitos regulamentares mais alargados sob CRR/CRD IV e para alinhar a atribuição de capital com o capital comunicado e as metas de rendibilidade do capital próprio. Atualmente, a procura de capital regulamentar excede a procura numa perspetiva económica. Nos termos da nova metodologia, a procura interna de capital regulamentar é derivada com base num rácio de fundos próprios de base (*Tier 1*) de 10,0% a um nível de Grupo, assumindo a total implementação das normas CRR/CRD 4. Consequentemente, a nossa estrutura de afetação de património líquido contabilístico (*book equity*) é atualmente motivada por ativos ponderados pelo risco e alguns itens de dedução de capital regulamentar nos termos do CRR/CRD IV (*fully-loaded*). Em resultado desta alteração, o capital afetado aos segmentos aumentou, principalmente na CB&S e na NCOU. Os números para 2012 foram ajustados para refletir este efeito. Em 2012, calculámos a nossa procura de capital regulamentar assumindo um rácio *Core Tier 1* de 9,0% (ao abrigo das regras do quadro de Basileia 2.5). Se o nosso capital próprio ativo médio excede o mais alto da exposição de risco económico global ou a procura de capital regulamentar, este excedente é atribuído a Consolidation & Adjustments. Em vigor desde 1 de julho de 2013, a definição de capital próprio ativo foi alinhada com o quadro CRR/CRD IV, para que outro rendimento integral acumulado (perda), excluindo a conversão cambial, líquida de impostos, faça agora parte do capital próprio ativo.

A Assembleia-Geral Anual de 2012 autorizou o nosso Conselho de Administração a recomprar até 92,9 milhões de ações até ao final de novembro de 2016. Deste total, 46,5 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados. Na data da nossa Assembleia Geral Anual de 2012, o número de ações detidas no departamento de tesouraria por via de recompras totalizava 10,9 milhões. Entre a data da Assembleia-Geral Anual de 2012 (31 de maio de 2012) e a data da Assembleia Geral Anual de 2013 (23 de maio de 2013), foram comprados 16,8 milhões de ações, das quais 6,8 milhões através de derivados de ações. No mesmo período foram utilizados 27,7 milhões de ações para efeitos de remuneração em ações. O número de ações detidas em tesouraria de recompras ficou, assim, próximo do zero na data da Assembleia-Geral Anual de 2013.

A Assembleia-Geral Anual de 2013 autorizou o nosso Conselho de Administração a recomprar até 101,9 milhões de ações até ao final de abril de 2018. Deste total, 51,0 milhões de ações podem ser adquiridos com recurso a derivados. Estas autorizações substituíram as autorizações concedidas pela Assembleia Geral Anual de 2012. Entre a data da Assembleia-Geral Anual de 2013 e 31 de dezembro de 2013, foram comprados 20,0 milhões de ações, das quais 5,4 milhões através de derivados de ações. As ações compradas foram utilizadas para efeitos de compensação do capital no mesmo período, para que o número de ações detidas em tesouraria de recompras permanecesse próximo de zero a 31 de dezembro de 2013.

A Assembleia-Geral Anual de 2013 substituiu ainda um capital autorizado existente com um valor facial de 230,4 milhões de euros (90 milhões de ações) por uma nova autorização no mesmo montante, mas com um âmbito mais alargado, permitindo também a emissão de ações excluindo direitos de preferência. O valor facial total do capital autorizado disponível totaliza 922 milhões de euros (360 milhões de ações). O capital condicional ao dispor do Conselho de Administração tem um valor facial total de 691 milhões de euros (270 milhões de ações).

O capital Tier 1 adicional total em circulação em conformidade com as regras do quadro de Basileia 2.5 (basicamente todos os títulos fiduciários preferenciais não cumulativos) em 31 de dezembro de 2013 era de 12,2 mil milhões de euros em comparação com 12,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Este decréscimo deveu-se sobretudo aos efeitos cambiais no capital *Tier 1* adicional denominado em dólares dos Estados Unidos. Em 2013, não angariámos nem resgatámos capital *Tier 1* adicional.

Os direitos de participação nos lucros em conformidade com as regras do quadro de Basileia 2.5 totalizavam 0,8 mil milhões de euros, por oposição a 1,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. O capital *lower Tier 2* total em conformidade com as regras do quadro de Basileia 2.5 em 31 de dezembro de 2013 era de 7,3 mil milhões de euros em comparação com 9,1 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Os resgates e as deduções de maturidade regulamentar foram parcialmente compensados pela emissão de 1,5 mil milhões de dólares dos Estados Unidos de notas *Tier 2* subordinadas no segundo trimestre de 2013. Os títulos preferidos cumulativos em conformidade com as regras do quadro de Basileia 2.5 totalizavam 287 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, por oposição a 292 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Capital regulamentar

Adequação de capital

Desde 2008, calculamos e publicamos os rácios de capital consolidados para o grupo de instituições do Deutsche Bank nos termos da Lei bancária alemã e do Regulamento de solvabilidade alemão, que transpuseram os requisitos de fundos próprios revistos do Comité de Basileia de 2004 (Basileia II) para o direito alemão. A partir de 31 de dezembro de 2011, o cálculo dos rácios de capital do Grupo integraram os requisitos de capital para a carteira de negociação e posições de titularização alterados na sequência do quadro de "Basileia 2.5", conforme transposto para o direito alemão pela Lei bancária alemã e pelo decreto de solvabilidade, que também constituem a base jurídica para os nossos cálculos de adequação de capital em 31 de dezembro de 2013.

Conforme indicado anteriormente neste relatório, na União Europeia, os novos requisitos de fundos próprios do acordo de Basileia III foram implementados pelo Regulamento relativo aos requisitos de capital (CRR) e pela Diretiva relativa aos requisitos de capital 4 (CRD IV) publicada a 27 de junho de 2013. Representam, entre outros, o novo quadro regulamentar relativo ao capital regulamentar. Os novos requisitos de fundos próprios regulamentares são aplicados a 1 de janeiro de 2014, ao passo que os amortecedores de capital serão introduzidos progressivamente a partir de 2016. Para efeitos de clareza nas nossas divulgações, utilizamos a nomenclatura do quadro CRR/CRD IV nas secções e tabelas seguintes sobre adequação de capital e capital regulamentar. Não obstante, os montantes divulgados para os períodos em análise no presente relatório baseiam-se no quadro de Basileia 2.5, conforme implementado na legislação alemã e ainda em vigor durante estes períodos, exceto se indicado em contrário.

Esta secção refere-se à adequação de capital do grupo de instituições consolidadas para efeitos de regulamentação bancária em conformidade com a Lei bancária alemã. Não incluídas aqui estão as companhias de seguros ou as empresas que não pertencem ao setor financeiro. As nossas companhias de seguros estão incluídas num cálculo de adequação de capital adicional (também designado "margem de solvência") ao abri-

go do decreto alemão relativo à solvência de conglomerados financeiros. A nossa margem de solvência enquanto conglomerado financeiro mantém-se dominada pelas nossas atividades bancárias.

Nos termos da regulamentação citada, as informações seguintes baseiam-se nos princípios de consolidação regulamentares.

O total do capital regulamentar ao abrigo da regulamentação em vigor, em 2013, é constituído por capital *Tier 1*, *Tier 2* e *Tier 3*. O capital *Tier 1* consistia em capital Common Equity Tier 1 (anteriormente designado por capital *Core Tier 1*) e em capital T*ier 1* adicional.

O capital *Common Equity Tier 1* consistia principalmente de capital de ações ordinárias, incluindo contas de prémios de emissão relacionadas, de lucros não distribuídos e de outro rendimento integral, sujeitos a ajustamentos regulamentares. Ajustamentos regulamentares implicaram a exclusão de capital de entidades que não pertencem ao grupo de instituições e a reversão dos efeitos de capital ao abrigo da opção de justo valor de passivos financeiros devido a risco de crédito próprio. Incluíam também a dedução de goodwill e outros ativos intangíveis, bem como as rubricas seguintes que devem ser deduzidas, metade do capital *Tier 1* e metade do capital *Tier 2*: i) investimentos em entidades bancárias, financeiras e seguradoras não consolidadas, em que o banco detém mais de 10% do capital (no caso de entidades seguradoras, pelo menos 20% do capital ou dos direitos de voto, exceto se incluídos no cálculo da margem de solvência do conglomerado financeiro), ii) o montante pelo qual a perda esperada para exposições a governos centrais, instituições e grandes empresas e clientes de retalho, medidas pelo modelo de abordagem baseada nas notações de crédito internas (método IRB) excede os ajustamentos de valor e as provisões para essas exposições, iii) as perdas esperadas para certas exposições de capital, posições de titularização não incluídas nos ativos ponderados pelo risco e iv) o valor de títulos entregues a contrapartes mais eventuais custos de substituição relacionados com pagamentos devidos pelas contrapartes e ainda não efetuados no prazo de cinco dias úteis após a entrega, desde que as operações tenham sido afetadas à carteira de negociação do Banco.

O capital *Tier 1* adicional consistiu de componentes híbridos de capital, como títulos fiduciários preferenciais não cumulativos. Dependendo da qualidade, o montante de instrumentos híbridos de capital estava sujeito a certos limites. Normalmente, os instrumentos híbridos de capital Tier 1 que têm de ser convertidos durante situações de emergência e podem ser convertidos por iniciativa da autoridade competente, em qualquer momento, foram limitados a 50% do *Common Equity Tier 1*. Dentro deste limite, todos os outros instrumentos híbridos de capital Tier 1 foram limitados a 35% do *Common Equity Tier 1*. Por último, dentro dos dois limites supramencionados, os instrumentos híbridos de capital Tier 1 datados e os instrumentos com provisões que fornecem um incentivo para resgate não podem exceder um máximo de 15% do *Common Equity Tier 1*.

O capital *Tier 2* incluiu sobretudo títulos fiduciários preferenciais cumulativos, certos direitos de participação nos lucros e dívida subordinada de longo prazo, bem como 45% dos lucros não realizados de certos títulos cotados. O montante de dívida subordinada de longo prazo pode ser incluído como capital *Tier 2* limitado a 50% do capital *Tier 1*. O total do capital *Tier 2* é limitado a 100% do capital *Tier 1*.

Medidas de solvência CRR/CRD IV pró-forma

Embora os nossos rácios, capital e ativos ponderados pelo risco regulamentares daqui sejam definidos ao longo deste documento ao abrigo das regras de Basileia 2.5, definimos também em vários locais medidas dos nossos rácios, capital e ativos ponderados pelo risco adicionalmente calculados ao abrigo de uma aplicação pró-forma das regras CRR/CRD IV. A nossa interpretação é formalmente incorporada em políticas regidas pelas mesmas estruturas e comités que as políticas que utilizamos para calcular ativos ponderados pelo risco e capital *Common Equity Tier 1* ao abrigo das regras de Basileia 2.5. Uma vez que as regras CRR/CRD IV ainda não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, as suas medidas para esta data de relato são medidas financeiras não-GAAP e não auditadas. Acreditamos que estes cálculos CRR/CRD IV pró-forma fornecem informação útil aos investidores, pois refletem o nosso progresso face a futuras normas de capital regulamentar.

As métricas CRR/CRD IV *fully loaded*, que implementámos numa base pró-forma, não têm em conta a integração e descontinuação progressiva de provisões (ou seja, a descontinuação progressiva de instrumentos que já não se qualificam ao abrigo das novas regras e a introdução progressiva das novas regras relativas a ajustamentos regulamentares) que são permitidas para facilitar a transição dos bancos para as regras de capital *fully loaded*. O capital *Common Equity Tier 1* antes de ajustamentos regulamentares e o total de ajustamentos regulamentares ao capital *Common Equity Tier 1* (CET 1) para 31 de dezembro de 2012 são ajustados à medida que o ajustamento de desconsolidação para lucros não distribuídos no valor de 727 milhões de euros foi deduzido diretamente do capital CET 1 antes dos ajustamentos regulamentares.

Visão geral do capital regulamentar, RWA e rácios de capital em conformidade com o quadro de Basileia 2.5

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Capital *Common Equity Tier 1* antes de ajustamentos regulamentares	53.558	52.702
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	(15.024)	(14.746)
Capital *Common Equity Tier 1* (CET 1)	**38.534**	**37.957**
Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	12.701	13.025
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)	(519)	(499)
Capital Tier 1 adicional (AT1)	**12.182**	**12.526**
Tier 1 capital (T1 = CET 1 + AT1)[1]	**50.717**	**50.483**
Capital Tier 2 (T2) antes de ajustamentos regulamentares	7.787	9.569
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 2 (T2)	(3.040)	(3.037)
Capital Tier 2 (T2)	**4.747**	**6.532**
Total do capital regulamentar (TC = T1 + T2)	**55.464**	**57.015**
Total dos ativos ponderados pelo risco	**300.369**	**333.605**
Rácios de capital		
Rácio de capital *Common Equity Tier 1* (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	12,8	11,4
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	16,9	15,1
Rácio do total do capital regulamentar (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	18,5	17,1

[1] Incluídos 20 milhões de euros de uma participação passiva em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

Visão geral do capital regulamentar, RWA e rácios de capital em conformidade com o quadro CRR/CRD IV pró-forma (não auditados)

em milhões de euros	31.12.2013
Capital *Common Equity Tier 1* antes de ajustamentos regulamentares	53.846
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	(19.850)
Capital *Common Equity Tier 1* (CET 1)	**33.995**
Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	0
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)	0
Capital Tier 1 adicional (AT1)	**0**
Capital *Common Equity Tier 1* (CET 1)	**33.995**
Capital Tier 2 (T2) antes de ajustamentos regulamentares	14.291
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 2 (T2)	(107)
Capital Tier 2 (T2)	**14.184**
Total do capital regulamentar (TC = T1 + T2)	**48.179**
Total dos ativos ponderados pelo risco	**350.143**
Rácios de capital	
Rácio de capital *Common Equity Tier 1* (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	9,7
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	9,7
Rácio do total do capital regulamentar (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,8

Modelo transitório para o capital regulamentar, RWA e rácios de capital em conformidade com o quadro CRR/CRD IV pró-forma (não auditados) e com o quadro de Basileia 2.5 (auditados)

em milhões de euros	CRR/CRD IV pró-forma fully-loaded (não auditado)	31.12.2013 Basileia 2.5 (auditado)	31.12.2012 Basileia 2.5 (auditado)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1): instrumentos e reservas			
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	28.789	28.789	26.096
dos quais: Tipo de instrumento 1[1]	N/S	N/S	N/S
Lucros não distribuídos	27.194	27.195	28.209
Outro rendimento integral acumulado	(2.039)	(2.457)	(1.294)
Fundos para risco bancário geral	0	0	0
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 3 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do CET 1	N/S	N/S	N/S
Injeções de capital no setor público que beneficiam da cláusula de anterioridade até 1 de janeiro de 2018	N/S	N/S	N/S
Participações minoritárias (montante permitido no CET 1 consolidado)	0	130	124
Perfis intercalares revistos independentemente líquidos de encargos ou dividendos previsíveis	(98)	(98)	(432)
Capital Common Equity Tier 1 antes de ajustamentos regulamentares	**53.846**	**53.558**	52.702
Capital Common Equity Tier 1: ajustamentos regulamentares			
Ajustamentos de valor adicionais (montante negativo)[2]	N/S	N/S	N/S
Ativos intangíveis (líquidos de passivos fiscais relacionados) (montante negativo)	(11.466)	(11.466)	(11.579)
Ativos por impostos diferidos que assentam em rentabilidade futura, excluindo os resultantes de diferenças temporárias (líquidos de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(2.203)	N/S	N/S
Reservas de justo valor relacionadas com ganhos ou perdas em coberturas de fluxos de caixa	(93)	N/S	N/S
Montantes negativos resultantes do cálculo de montantes de perdas esperadas	(987)	(430)	(440)
Qualquer aumento em capital que resulte de ativos titularizados (montante negativo)	0	0	0
Resultados de passivos designados ao justo valor, resultantes de alterações da própria situação de crédito[3]	(533)	(1)	(2)
Ativos de fundo de pensões de prestação definida (montante negativo)	(663)	N/S	N/S
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de CET 1 próprios (montante negativo)[4]	(36)	(3)	(5)
Participações dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que essas entidades têm participações cruzadas recíprocas com a instituição designada para inflacionar artificialmente os fundos próprios da instituição (montante negativo)	0	0	0
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição não tem um investimento significativo nessas entidades (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)[5]	0	0	0
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)[6]	0	(1.589)	(1.493)
Montante da exposição das seguintes rubricas, elegíveis para um coeficiente de risco de 1.250%, em que a instituição opta pela alternativa de dedução	0	(945)	(953)
sendo: participações qualificadas exteriores ao setor financeiro (montante negativo)	0	0	0
sendo: posições de titularização (montante negativo)	0	(945)	(953)
sendo: operações incompletas (montante negativo)	0	0	0
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (montante acima do limite de 10%, líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do artigo 38.º, n.º 3 do CRR são cumpridas) (montante negativo)	(1.667)	N/S	N/S
Montante que excede o limiar de 15% (montante negativo)	(1.828)	N/S	N/S
sendo: participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades	(839)	N/S	N/S
sendo: ativos por impostos diferidos advenientes de diferenças temporárias	(989)	N/S	N/S
Perdas do exercício atual (montante negativo)	0	0	0
Ajustamentos regulamentares aplicados ao capital CET 1 relativamente a montantes sujeitos a tratamento CRR:	N/S	N/S	N/S
Ajustamentos regulamentares relacionados com resultados não realizados nos termos dos artigos 467.º e 468.º do CRR[7]	N/S	(215)	(261)
Montante a deduzir de ou a ser adicionado ao capital CET 1 relativamente a deduções e filtros adicionais exigidos antes do CRR[8]	(374)	(374)	(13)
Deduções AT1 qualificáveis que excedem o capital AT1 da instituição (montante negativo)	0	0	0
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	**(19.850)**	**(15.024)**	(14.746)
Capital Common Equity Tier 1 (CET 1)	**33.995**	**38.534**	37.957

em milhões de euros	CRR/CRD IV pró-forma fully-loaded (não auditado)	31.12.2013 Basileia 2.5 (auditado)	31.12.2012 Basileia 2.5 (auditado)
Capital Tier 1 adicional (AT1): instrumentos			
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas	0	12.701	13.025
sendo: classificados como ação ao abrigo das normas de contabilidade aplicáveis	0	0	0
sendo: classificados como passivo ao abrigo das normas de contabilidade aplicáveis	0	12.701	13.025
O montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 4 do artigo 484.º do CRR e as contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do AT1	N/S	N/S	N/S
Injeções de capital no setor público que beneficiam da cláusula de anterioridade até 1 de janeiro de 2018	N/S	N/S	N/S
Capital Tier 1 incluído no capital AT1 consolidado emitido por subsidiárias e detido por terceiros	0	0	0
sendo: instrumentos emitidos por subsidiárias sujeitos a descontinuação progressiva	N/S	N/S	N/S
Capital Tier 1 adicional (AT1) antes de ajustamentos regulamentares	**0**	**12.701**	13.025
Capital Tier 1 adicional (AT1): ajustamentos regulamentares			
Participações diretas e indiretas por uma instituição dos nossos instrumentos de AT1 próprios (montante negativo)[9]	0	(519)	(499)
Participações dos instrumentos de AT1 de entidades do setor financeiro em que essas entidades têm participações cruzadas recíprocas com a instituição designada para inflacionar artificialmente os fundos próprios da instituição (montante negativo)	0	0	0
Participações diretas, indiretas e sintéticas dos instrumentos de AT1 de entidades do setor financeiro em que a instituição não tem um investimento significativo nessas entidades (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)[5]	0	0	0
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de AT1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante acima do limite de 10% líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)[6]	0	0	0
Ajustamentos regulamentares aplicados ao capital AT1 relativamente a montantes sujeitos ao tratamento pré-CRR e tratamentos transitórios sujeitos a descontinuação progressiva, conforme definido no CRR (ou seja, montantes residuais)	N/S	N/S	N/S
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital CET 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	N/S	N/S	N/S
sendo: ativos intangíveis	N/S	N/S	N/S
sendo: défice de provisões para perda esperada	N/S	N/S	N/S
sendo: investimentos significativos no capital de outras entidades do setor financeiro	N/S	N/S	N/S
Montantes residuais deduzidos do capital AT1 em relação à dedução do capital Tier 2 (T2) durante o período de transição nos termos do artigo 475.º do CRR	N/S	N/S	N/S
Montante a deduzir de, ou a ser adicionado ao capital AT1 relativamente a deduções e filtros adicionais exigidos antes do CRR	N/S	N/S	N/S
Deduções AT2 que excedem o capital T2 da instituição (montante negativo)	0	0	0
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 1 adicional (AT1)	**0**	**(519)**	(499)
Capital Tier 1 adicional (AT1)	**0**	**12.182**	12.526
Tier 1 capital (T1 = CET 1 + AT1) [10]	**33.995**	**50.717**	50.483
Capital Tier 2 (T2): instrumentos e provisões			
Instrumentos de capital e contas de prémios de emissão relacionadas[11]	14.291	7.787	9.569
Montante de rubricas qualificadas referidas no n.º 5 do artigo 484.º do CRR e contas de prémios de emissão relacionadas sujeitas à descontinuação progressiva do T2	N/S	N/S	N/S
Injeções de capital no setor público que beneficiam da cláusula de anterioridade até 1 de janeiro de 2018	N/S	N/S	N/S
Instrumentos de fundos próprios qualificáveis incluídos no capital T2 consolidado emitido por subsidiárias e detido por terceiros	0	0	0
sendo: instrumentos emitidos por subsidiárias sujeitos a descontinuação progressiva	N/S	N/S	N/S
Ajustamentos de risco de crédito	0	0	0
Capital Tier 2 (T2) antes de ajustamentos regulamentares	**14.291**	**7.787**	9.569
Capital Tier 2 (T2): ajustamentos regulamentares			
Participações diretas, indiretas e sintéticas por uma instituição dos nossos instrumentos de T2 próprios e empréstimos subordinados (montante negativo)[9]	(107)	(75)	(152)
Participações dos instrumentos de T2 e empréstimos subordinados de entidades do setor financeiro em que essas entidades têm participações cruzadas recíprocas com a instituição designada para inflacionar artificialmente os fundos próprios da instituição (montante negativo)	0	0	0
Participações diretas, indiretas e sintéticas dos instrumentos de T2 e empréstimos subordinados de entidades do setor financeiro em que a instituição não tem um investimento significativo nessas entidades (montante acima do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)[5]	0	0	0
sendo: novas participações não sujeitas a regimes transitórios	N/S	N/S	N/S
sendo: participações anteriores a 1 de janeiro de 2013 e sujeitas a regimes transitórios	N/S	N/S	N/S

em milhões de euros	31.12.2013 CRR/CRD IV pró-forma fully-loaded (não auditado)	31.12.2013 Basileia 2.5 (auditado)	31.12.2012 Basileia 2.5 (auditado)
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de T2 e empréstimos subordinados de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (líquido de posições curtas elegíveis) (montante negativo)[6]	0	0	0
Ajustamentos regulamentares aplicados ao Tier 2 relativamente a montantes sujeitos ao tratamento pré-CRR e tratamentos transitórios sujeitos a descontinuação progressiva, conforme definido no CRR (ou seja, montantes residuais)	N/S	N/S	N/S
Montantes residuais deduzidos do capital Tier 2 em relação à dedução do capital Common Equity Tier 1 durante o período de transição nos termos do artigo 472.º do CRR	N/S	N/S	N/S
sendo: défice de provisões para perda esperada	N/S	N/S	N/S
sendo: investimentos significativos no capital de outras entidades do setor financeiro	N/S	N/S	N/S
Montantes residuais deduzidos do capital Tier 2 em relação às deduções de capital Tier 1 adicional durante o período de transição nos termos do artigo 475.º do CRR	N/S	N/S	N/S
sendo: participações cruzadas recíprocas em instrumentos AT1	N/S	N/S	N/S
sendo: participações diretas de investimentos não significativos no capital de outras entidades do setor financeiro	N/S	N/S	N/S
Montante a deduzir de, ou a ser adicionado ao capital Tier 2 adicional relativamente a deduções e filtros adicionais exigidos antes do CRR	0	(2.965)	(2.885)
Total de ajustamentos regulamentares ao capital Tier 2 (T2)	**(107)**	**(3.040)**	(3.037)
Capital Tier 2 (T2)	**14.184**	**4.747**	6.532
Total do capital regulamentar (TC = T1 + T2)	**48.179**	**55.464**	57.015
Ativos ponderados pelo risco relativamente a montantes sujeitos ao tratamento pré-CRR e tratamentos transitórios sujeitos a descontinuação progressiva, conforme definido no CRR (ou seja, montantes residuais)	N/S	N/S	N/S
sendo: rubricas não deduzidas do CET 1 (montantes residuais CRR)	N/S	N/S	N/S
sendo: rubricas não deduzidas de rubricas AT1 (montantes residuais CRR)	N/S	N/S	N/S
Rubricas não deduzidas de rubricas T2 (montantes residuais CRR)	N/S	N/S	N/S
sendo: participações indiretas e sintéticas de instrumentos T2 próprios	N/S	N/S	N/S
sendo: participações indiretas e sintéticas de investimentos não significativos no capital de outras entidades do setor financeiro	N/S	N/S	N/S
sendo: participações indiretas e sintéticas de investimentos significativos no capital de outras entidades do setor financeiro	N/S	N/S	N/S
Total dos ativos ponderados pelo risco	**350.143**	**300.369**	333.605
dos quais: Risco de crédito	232.356	202.219	228.952
dos quais: Risco de mercado	66.896	47.259	53.058
dos quais: Risco operacional	50.891	50.891	51.595
Rácios de capital e amortecedores			
Rácio de capital Common Equity Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	9,7	12,8	11,4
Rácio de capital Tier 1 (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	9,7	16,9	15,1
Rácio do total do capital regulamentar (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)	13,8	18,5	17,1
Requisitos de amortecedor específicos da instituição (requisito de CET 1 em conformidade com o artigo 92.º, n.º 1, alínea a) do CRR mais requisitos de amortecedor contracíclico e conservação de capital, mais amortecedor de risco sistémico, mais o amortecedor da instituição importante sistemicamente [amortecedor G-SII ou O-SII], expresso como uma percentagem dos ativos ponderados pelo risco)[12]	9,0	N/S	N/S
sendo: requisito de amortecedor de conservação de capital	2,5	N/S	N/S
sendo: requisito de amortecedor contracíclico[13]	N/S	N/S	N/S
sendo: requisito de amortecedor de risco sistémico	0,0	N/S	N/S
dos quais: Amortecedor de Instituição com importância sistémica global (G-SII) ou Outra instituição com importância sistémica (O-SII)[14]	2,0	N/S	N/S
Capital Common Equity Tier 1 disponível para cumprir os amortecedores (em percentagem dos ativos ponderados pelo risco)[15]	3,7	N/S	N/S
Montantes abaixo dos limiares para dedução (antes da ponderação de risco)			
Participações diretas, indiretas e sintéticas do capital de entidades do setor financeiro em que a instituição não tem um investimento significativo nessas entidades (montante abaixo do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis)[5]	3.097	N/S	N/S
Participações diretas, indiretas e sintéticas pela instituição dos instrumentos de CET 1 de entidades do setor financeiro em que a instituição tem um investimento significativo nessas entidades (montante abaixo do limite de 10% e líquido de posições curtas elegíveis)[6]	2.340	N/S	N/S
Ativos por impostos diferidos resultantes de diferenças temporárias (montante abaixo do limite de 10%, líquido de passivos fiscais relacionados em que as condições do n.º 3 do artigo 38.º do CRR são cumpridas)	2.760	N/S	N/S
Limites máximos aplicáveis à inclusão de provisões em capital Tier 2			
Ajustamentos de risco de crédito incluídos no T2 relativamente a exposições sujeitas ao método padrão	0	N/S	N/S

em milhões de euros	31.12.2013 CRR/CRD IV pró-forma fully-loaded (não auditado)	31.12.2013 Basileia 2.5 (auditado)	31.12.2012 Basileia 2.5 (auditado)
(anteriores à aplicação do limite máximo)			
Limite máximo à inclusão de ajustamentos de risco de crédito em T2 ao abrigo do método padrão	488	N/S	N/S
Ajustamentos de risco de crédito incluídos no T2 relativamente a exposições sujeitas à abordagem baseada nas notações de crédito internas (anteriores à aplicação do limite máximo)	0	0	0
Limite máximo para inclusão de ajustamentos de risco de crédito em T2 ao abrigo da abordagem baseada nas notações de crédito internas	984	894	1.006
Instrumentos de capital sujeitos a regimes de descontinuação progressiva			
Limite máximo atual para instrumentos CET 1 sujeitos a regimes de descontinuação progressiva	N/S	N/S	N/S
Montante excluído do CET 1 devido ao limite máximo (excesso relativamente ao limite máximo após resgates e maturidades)	N/S	N/S	N/S
Limite máximo atual para instrumentos AT1 sujeitos a regimes de descontinuação progressiva	N/S	N/S	N/S
Montante excluído do AT1 devido ao limite máximo (excesso relativamente ao limite máximo após resgates e maturidades)	N/S	N/S	N/S
Limite máximo atual para instrumentos T2 sujeitos a regimes de descontinuação progressiva	N/S	N/S	N/S
Montante excluído do T2 devido ao limite máximo (excesso relativamente ao limite máximo após resgates e maturidades)	N/S	N/S	N/S

N/S – Não significativo

[1] A lista da EBA conforme mencionada no artigo 26.º, n.º 3 do CRR ainda não foi publicada.

[2] A aguardar a norma final da EBA. Por conseguinte, não incluída no cálculo pelo método CRR/CRD IV pró-forma.

[3] Ganhos e perdas em passivo da instituição avaliados a justo valor, que resultam de alterações na situação de crédito própria da instituição de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea b) do CRR, bem como todos os ganhos e perdas a justo valor decorrentes do risco de crédito da própria empresa relacionado com passivos derivados de acordo com o artigo 33.º, n.º 1, alínea c) do CRR.

[4] Exclui participações já incluídas na base de contabilização das ações ordinárias. Basileia 2.5: montante em conformidade com os regulamentos do quadro de Basileia 2.5 (entre outros, apenas participações diretas).

[5] Com base na nossa interpretação atual não é previsível qualquer montante de dedução. Basileia 2.5: montante em conformidade com os regulamentos do quadro de Basileia 2.5 (entre outros, apenas participações diretas e limite do quadro de Basileia 2.5).

[6] Basileia 2.5: montante em conformidade com os regulamentos do quadro de Basileia 2.5 (entre outros, apenas participações diretas e limite do quadro de Basileia 2.5).

[7] Basileia 2.5: montante em conformidade com os regulamentos do quadro de Basileia 2.5 (entre outros, filtro prudencial baseado no Regulamento para a reconciliação das demonstrações financeiras consolidadas [Konzernabschlussüberleitungsverordnung]).

[8] Filtro prudencial para proteção de poupanças e financiamento para créditos à habitação (Fonds zur bauspartechnischen Absicherung) e para efeitos de capital resultantes de investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial não financeiro.

[9] Basileia 2.5: montante em conformidade com os regulamentos do quadro de Basileia 2.5 (entre outros, apenas participações diretas).

[10] Basileia 2.5: incluídos 20 milhões de euros de uma participação passiva em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012.

[11] A amortização é tomada em consideração.

[12] O artigo 92.º, n.º 1, alínea a) do CRR requer um rácio de capital Common Equity Tier 1 mínimo de 4,5%, excluindo o amortecedor de capital adicional.

[13] Taxas de amortecedor contracíclico ainda indisponíveis.

[14] Amortecedor G-SII conforme publicado em novembro de 2013 pelo Conselho de Estabilidade Financeira.

[15] Calculado com o capital CET 1 menos quaisquer rubricas CET 1 utilizadas para dar cumprimento aos requisitos de capital total e Tier 1.

A tabela seguinte apresenta as principais alterações no nosso capital Common Equity Tier 1, capital adicional Tier 1 e Tier 2, em 2013 e 2012:

Evolução do capital regulamentar

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Capital Common Equity Tier 1 – montante de abertura	**37.957**	**36.313**
Ações ordinárias, efeito líquido/(+) emitidas (-) reforma	230	0
Capital realizado adicional	2.428	83
Lucros não distribuídos	(57)	(234)
Dos quais: Resultados atuariais relacionados com planos de prestação definida, líquidos de impostos/CTA	(659)	(480)
Dos quais: Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank	666	263
Ações ordinárias em Tesouraria, efeito líquido/(+) venda (-) compra	47	763
Flutuações em outro rendimento integral acumulado	(1.121)	(424)
Conversão cambial, líquida de impostos	(1.121)	(424)
Acumulação de dividendos	(765)	(697)
Eliminação de resultados decorrentes de alterações na situação de crédito própria nos passivos designados ao justo valor (líquidos de impostos)	1	126
Goodwill e outros ativos intangíveis (dedução líquida de passivos fiscais relacionados)	113	1.330
Participação minoritária	6	(875)
Investimentos dedutíveis em entidades bancárias, financeiras e seguradoras	(96)	(161)
Posições de titularização não incluídas em ativos ponderados pelo risco	7	1.911
Excedente de perdas esperadas face às provisões de risco	9	69
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	(225)	(247)
Capital Common Equity Tier 1 – montante de fecho	**38.534**	**37.957**
Capital Tier 1 adicional – montante de abertura	**12.526**	**12.734**
Novas emissões de capital Tier 1 adicional elegíveis	0	0
Recompras	0	0
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	(344)	(208)
Capital Tier 1 adicional – montante de fecho	**12.182**	**12.526**
Capital *Tier 1*	**50.717**	**50.483**
Capital Tier 2 – montante de abertura	**6.532**	**6.179**
Novas emissões de capital Tier 2 elegíveis	1.090	0
Recompras	(193)	(179)
Amortização	(2.766)	(1.071)
Outros, incluindo ajustamentos regulamentares	85	1.603
Capital Tier 2 – montante de fecho	**4.747**	6.532
Total do capital regulamentar	**55.464**	**57.015**

O aumento de 577 milhões de euros no capital CET 1 em 2013 deveu-se principalmente às receitas brutas agregadas da nossa emissão de ações no segundo trimestre no valor de 3,0 mil milhões de euros, parcialmente compensado por um impacto negativo de 1,1 mil milhões de euros de conversão cambial e de efeitos de remedição relacionados com planos de prestação definida, líquidos de impostos de 659 milhões de euros.

As ações ordinárias são as ações ordinárias da Deutsche Bank AG emitidas como ações nominativas sem valor par. No direito alemão, cada ação representa uma participação igual no capital subscrito. Por conseguinte, em 31 de dezembro de 2013, cada ação tinha um valor nominal de 2,56 euros, inalterado comparativamente com 31 de dezembro de 2012, calculado pela divisão do montante total de capital social pelo número de ações. A 31 de dezembro de 2013, um total de 1.019.499.640 foram emitidas e integralmente pagas, das quais detivemos 171.904 ações, deixando 1.019.327.736 ações em circulação. A 31 de dezembro de 2012, um total de 929.499.640 foram emitidas e integralmente pagas, das quais detivemos 315.742 ações, deixando 929.183.898 ações em circulação. Não existem ações ordinárias emitidas que não tenham sido integralmente realizadas. Os correspondentes prémios de emissão estão incluídos no capital realizado adicional.

Reconciliação do balanço consolidado em conformidade com as IFRS para o balanço regulamentar (não auditado)

em milhões de euros	31/12/2013 Financial Balance Sheet	Deconsolidation / Consolidation of entities	Regulatory Balance Sheet
Ativo:			
Caixa e disponibilidades em bancos	17.155	(318)	16.836
Depósitos remunerados em bancos	77.984	(838)	77.146
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	27.363	0	27.363
Títulos obtidos por empréstimo	20.870	(15)	20.855
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos detidos para negociação	210.070	(9.921)	200.149
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	504.590	779	505.369
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	184.597	(11.985)	172.611
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	899.257	(21.128)	878.129
Ativos financeiros disponíveis para venda	48.326	(2.738)	45.588
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	3.581	(195)	3.386
Empréstimos	376.582	(7.413)	369.168
Ativos fixos tangíveis	4.420	(166)	4.254
Goodwill e outros ativos intangíveis	13.932	(1.943)	11.990
Outros ativos	112.539	4.200	116.739
Ativos por impostos correntes	2.322	(6)	2.317
Ativos por impostos diferidos	7.071	(83)	6.987
Total do ativo	1.611.400	(30.643)	1.580.758
Passivo e capital próprio:			
Depósitos	527.750	5.167	532.917
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	13.381	0	13.381
Títulos cedidos por empréstimo	2.304	(12)	2.292
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados			
Passivos detidos para negociação	55.804	(219)	55.585
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados	483.428	1.512	484.941
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	90.104	(2.307)	87.797
Passivos por contratos de investimento	8.067	(8.067)	0
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	637.404	(9.081)	628.323
Outros empréstimos a curto prazo	59.767	(11.784)	47.983
Outros passivos	163.595	13.639	149.956
Provisões	4.524	(88)	4.435
Passivos por impostos correntes	1.600	(45)	1.556
Passivos por impostos diferidos	1.101	(331)	769
Dívida a longo prazo	133.082	(1.057)	132.025
Títulos fiduciários preferenciais	11.926	455	12.380
Total do passivo	1.556.434	30.416	1.526.019
Ações ordinárias, sem valor nominal, valor nominal de € 2,56	2.610	0	2.610
Capital realizado adicional	26.204	(12)	26.192
Lucros não distribuídos	28.376	(516)	27.860
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	(13)	0	(13)
Outro rendimento integral acumulado, após impostos	(2.457)	418	(2.039)
Total do capital acionista	54.719	(110)	54.609
Participação minoritária	247	(117)	130
Total do capital próprio	54.966	(227)	54.739
Total do passivo e do capital próprio	1.611.400	(30.643)	1.580.758

As duas tabelas seguintes apresentam divulgações específicas relacionadas com o pilar 3. O regulamento não obriga a uma auditoria das divulgações ao abrigo do pilar 3.

Termos e condições de instrumentos de capital Tier 1 adicional em circulação (não auditado)

Emitente	Montante em milhões	Moeda		Obrigações de pagamento de juros	Direito de cessação do emitente	Cláusulas de progressividade (*step-up*) ou outros incentivos de resgate antecipado
DB Capital Trust I	318	USD	•	Até 30 de março de 2009: LIBOR a 3 meses mais 1,7% A partir de 30 de março de 2009: Taxa *swap* em USD a cinco anos mais 2,7%	A partir de 30 de março de 2009 e em 30 de março de cada quinto ano posterior, com um prazo de 90 dias.	Sim, ver obrigações de pagamento de juros
DB Capital Trust II	20.000	JPY	•	Até 27 de abril de 2029: 5,2% ao ano A partir de 27 de abril de 2029: Taxa de *swap* em JPY a cinco anos mais 1,62%	O mais cedo em 27 de abril de 2029, com um prazo de 90 dias.	Sim, ver obrigações de pagamento de juros
DB Capital Trust III	113	USD	•	Até 30 de junho de 2014: LIBOR a 3 meses mais 1,9% A partir de 30 de junho de 2014: Taxa *swap* em USD a cinco anos mais 2,9%	O mais cedo em 30 de junho de 2014, com um prazo de 90 dias.	Sim, ver obrigações de pagamento de juros
DB Capital Trust IV	153	USD	•	Até 30 de junho de 2011: LIBOR a 3 meses mais 1,8% A partir de 30 de junho de 2011: Taxa *swap* em USD a cinco anos mais 2,8%	A partir de 30 de junho de 2011: a 30 de junho de cada quinto ano posterior, com um prazo de 90 dias.	Sim, ver obrigações de pagamento de juros
DB Capital Trust V	147	USD	•	Até 30 de junho de 2010: LIBOR a 3 meses mais 1,8% A partir de 30 de junho de 2010: Taxa *swap* em USD a cinco anos mais 2,8%	Desde 30 de junho de 2010: em 30 de junho de cada quinto ano posterior com um prazo de 90 dias.	Sim, ver obrigações de pagamento de juros
DB Capital Funding Trust I	625	USD	•	Até 30 de junho de 2009: 7,872% ao ano A partir de 30 de junho de 2009: LIBOR a 3 meses mais 2,97%	Desde 30 de junho de 2009: todos os 3 meses posteriores com um prazo de 30 dias.	Sim, ver obrigações de pagamento de juros
DB Capital Funding Trust IV	1.000	EUR	•	Até 19 de setembro de 2013: 5,33% ao ano A partir de 19 de setembro de 2013: EURIBOR a 3 meses mais 1,99%	Desde 19 de setembro de 2013: todos os 3 meses com um prazo de 30 dias.	Sim, ver obrigações de pagamento de juros
DB Capital Funding Trust V	300	EUR	•	6,15% ao ano	Desde 2 de dezembro de 2009: cada três meses posteriores com um período de 30 dias.	Nenhuma
DB Capital Funding Trust VI	900	EUR	•	Até 28 de Janeiro de 2010: 6% ao ano A partir de 28 de janeiro de 2010: Quatro vezes a diferença entre a taxa CMS a 10 e a 2 anos, com limite máximo de 10% e limite inferior de 3,5%	Desde 28 de janeiro de 2010: em 28 de janeiro de cada ano posterior com um prazo de 30 dias.	Nenhuma
DB Capital Funding Trust VII	800	USD	•	Até 19 de janeiro de 2016: 5,628% ao ano A partir de 19 de janeiro de 2016: 5,628% ao ano mais 1,00%	O mais cedo em 19 de janeiro de 2016, com um prazo de 30 dias.	Sim, ver obrigações de pagamento de juros
DB Capital Funding Trust VIII	600	USD	•	6,375% ao ano	Desde 18 de outubro de 2011: todos os 3 meses posteriores com um prazo de 30 dias.	Nenhuma
DB Capital Funding Trust IX	1.150	USD	•	6,625% ao ano	Desde 20 de agosto de 2012 com um prazo de 30 dias.	Nenhuma
DB Capital Funding Trust X	805	USD	•	7,350% ao ano	Desde 15 de dezembro de 2012 com um prazo de 30 dias.	Nenhuma
DB Capital Funding Trust XI	1.300	EUR	•	9,5% ao ano	O mais cedo em 31 de março de 2015 com um prazo de 30 dias.	Nenhuma
DB Contingent Capital Trust II	800	USD	•	6,55% ao ano	O mais cedo em 23 de maio de 2017 com um prazo de 30 dias.	Nenhuma
DB Contingent Capital Trust III	1.975	USD	•	7,6% ao ano	O mais cedo em 20 de fevereiro de 2018 com um prazo de 30 dias.	Nenhuma
DB Contingent Capital Trust IV	1.000	EUR	•	8,0% ao ano	O mais cedo em 15 de maio de 2018 com um prazo de 30 dias.	Nenhuma
DB Contingent Capital Trust V	1.385	USD	•	8,05% ao ano	O mais cedo em 30 de junho de 2018 com um prazo de 30 dias.	Nenhuma
Deutsche Postbank Funding Trust I	300	EUR	•	Até 2 de dezembro de 2005: 6% ao ano A partir de 2 de dezembro de 2005: Taxa de *swap* em EUR a 10 anos mais 0,025%, máx. 8%	Desde 2 de dezembro de 2010: em todas as datas de cupões subsequentes.	Nenhuma

Emitente	Montante em milhões	Moeda		Obrigações de pagamento de juros	Direito de cessação do emitente	Cláusulas de progressividade (*step-up*) ou outros incentivos de resgate antecipado
Deutsche Postbank Funding Trust II	500	EUR	•	Até 23 de dezembro de 2009: 6% ao ano A partir de 23 de dezembro de 2009: Quatro vezes a diferença entre a taxa CMS a 10 anos e a 2 anos com uma taxa CMS mínima de 3,75% e taxa CMS máxima de 10%	Desde 23 de dezembro de 2009: em todas as datas de cupões subsequentes.	Nenhuma
Deutsche Postbank Funding Trust III	300	EUR	•	Até 7 de junho de 2008: 7% ao ano A partir de 7 de junho de 2008: Taxa de *swap* em EUR a 10 anos mais 0,125%, máx. 8%	Desde 7 de junho de 2011: em todas as datas de cupões subsequentes.	Nenhuma
Deutsche Postbank Funding Trust IV	500	EUR	•	Até 29 de junho de 2017: 5,983% ao ano A partir de 29 de junho de 2017: EURIBOR a 3 meses mais 2,07%	O mais cedo em 29 de junho de 2017 em todas as datas de cupões subsequentes.	Sim, ver obrigações de pagamento de juros
Deutsche Postbank AG participação passiva	10	EUR	•	8,15% ao ano	Maturidade fixa 31 de dezembro de 2018	Nenhuma
Deutsche Postbank AG participação passiva	10	EUR	•	8,15% ao ano	Maturidade fixa 31 de dezembro de 2018	Nenhuma

dos 12,2 mil milhões de euros de capital Tier 1 adicional, 9,5 mil milhões de euros não têm cláusulas de progressividade (*step-up*) ou outros incentivos de resgate antecipado. Nenhum instrumento tem a opção de ser convertido em ações ordinárias. Todos os instrumentos de capital *Tier 1* adicional são considerados capital *Tier 1* nos termos do artigo 64.º-M, n.º 1 da lei bancária alemã KWG. Caso seja aberto um processo de insolvência ou de liquidação, não tornarão a ser pagos até que todos os credores tenham sido satisfeitos.

Os nossos instrumentos de capital Tier 2 são considerados capital regulamentar nos termos do artigo 10.º, n.ºs 5 e 5a da Lei KWG. Em conformidade, todos os instrumentos de capital *Tier 2* têm uma maturidade inicial mínima de 5 anos. A maior parte do volume dos nossos instrumentos *Tier 2*, contudo, tem uma maturidade inicial igual ou superior a 10 anos e direitos de opção de compra para o emitente de 5 ou mais anos. Nos últimos dois anos antes da maturidade dum instrumento, só 40% do capital realizado é considerado capital regulamentar.

As várias centenas de instrumentos de capital *Tier 2* individuais podem ser agregadas da seguinte forma:

Termos e condições dos instrumentos de capital Tier 2 em circulação (não auditado)

Emitente	Maturidade (ano)	Nocional em milhões de euros	Moeda	Tipo de instrumentos de capital Tier 2	Opção de resgate antecipado	Obrigações de pagamento de juros
Deutsche Bank Capital Finance Trust I	perpétua	300	EUR	Títulos fiduciários preferenciais	O mais cedo em 27 de junho de 2015 e posteriormente em cada data de pagamento anual do cupão (27 de junho) com um prazo de 30 dias.	Taxa de juro fixa durante cinco períodos de pagamento de juros a 7% ao ano, posteriormente, dez vezes a diferença entre a taxa CMS a 10 anos e a dois anos, tendo como limite máximo a taxa CMS a 10 anos e como limite mínimo 1,75%
Deutsche Postbank AG	2014	100	EUR	Direitos de participação nos lucros	não	6,00% (taxa fixa) – 6,26% (taxa fixa)
Deutsche Postbank AG	2015	197	EUR	Direitos de participação nos lucros	não	5,13% (taxa fixa) – 5,65% (taxa fixa)
Deutsche Postbank AG	2016	670	EUR	Direitos de participação nos lucros	não	4,40% (taxa fixa) – 4,72% (taxa fixa)
Deutsche Postbank AG	2017	21	EUR	Direitos de participação nos lucros	não	5,12% (taxa fixa)
Deutsche Postbank AG	2018	91	EUR	Direitos de participação nos lucros	não	5,14% (taxa fixa) – 5,53% (taxa fixa)
Deutsche Postbank AG	2020	14	EUR	Direitos de participação nos lucros	não	5,10% (taxa fixa)
Deutsche Postbank AG	2021	24	EUR	Direitos de participação nos lucros	não	4,53% (taxa fixa) – 4,73% (taxa fixa)
Deutsche Postbank AG	2023	10	EUR	Direitos de participação nos lucros	não	5,50% (taxa fixa)
Deutsche Postbank AG	2027	20	EUR	Direitos de participação nos lucros	não	5,25% (taxa fixa)
Deutsche Postbank AG	2014	83	EUR	Passivos subordinados	não	4,50% (taxa fixa) – 6,00% (taxa fixa)

Emitente	Maturidade (ano)	Nocional em milhões de euros	Moeda	Tipo de instrumentos de capital Tier 2	Opção de resgate antecipado	Obrigações de pagamento de juros
Deutsche Postbank AG	2015	508	EUR	Passivos subordinados	500 milhões: Resgate antecipado por opção do emitente desde	1,03% (taxa variável) – 5,50% (taxa fixa)
Deutsche Postbank AG	2016	30	EUR	Passivos subordinados	não	4,92% (taxa fixa) – 5,01% (taxa fixa)
Deutsche Postbank AG	2017	60	EUR	Passivos subordinados	não	5,21% (taxa fixa) – 5,83% (taxa fixa)
Deutsche Postbank AG	2018	303	EUR	Passivos subordinados	não	5,19% (taxa fixa) – 6,63% (taxa fixa)
Deutsche Postbank AG	2019	64	EUR	Passivos subordinados	não	5,14% (taxa fixa) – 5,46% (taxa fixa)
Deutsche Postbank AG	2022	15	EUR	Passivos subordinados	não	4,63% (taxa fixa)
Deutsche Postbank AG	2023	83	EUR	Passivos subordinados	não	5,60% (taxa fixa) – 5,90% (taxa fixa)
Deutsche Postbank AG	2024	43	EUR	Passivos subordinados	não	5,15% (taxa fixa) – 5,45% (taxa fixa)
Deutsche Postbank AG	2027	13	EUR	Passivos subordinados	não	6,50% (taxa fixa)
Deutsche Postbank AG	2036	166	JPY	Passivos subordinados	não	2,76% (taxa fixa) – 2,84% (taxa fixa)
Bankers Trust Corporation – New York	2015	102	USD	Passivos subordinados	não	7,50% (taxa fixa)
BHF-BANK AG	2015	50	EUR	Passivos subordinados	não	4,46% (taxa fixa)
BHF-BANK AG	2019	50	EUR	Passivos subordinados	não	4,80% (taxa fixa)
BHF-BANK AG	2020	57	EUR	Passivos subordinados	não	4,59% (taxa fixa) – 4,63% (taxa fixa)
BHF-BANK AG	2025	47	EUR	Passivos subordinados	não	4,75% (taxa fixa)
Deutsche Bank AG	2014	159	AUD	Passivos subordinados	Resgate antecipado por opção do emitente desde 2009 em todas as datas do cupão	3,59% (taxa variável)
Deutsche Bank AG	2016	150	CAD	Passivos subordinados	Resgate antecipado por opção do emitente desde 2011 em todas as datas do cupão	1,98% (taxa variável)
Deutsche Bank AG	2014	236	EUR	Passivos subordinados	76 milhões: Resgate antecipado por opção do emitente desde 2009	4,16% (taxa fixa) – 4,68% (taxa variável)
Deutsche Bank AG	2015	684	EUR	Passivos subordinados	Resgate antecipado por opção do emitente desde 2010 em todas as datas do cupão	0,99% (taxa variável) – 1,13% (taxa variável)
Deutsche Bank AG	2016	430	EUR	Passivos subordinados	Resgate antecipado por opção do emitente desde 2011 em todas as datas do cupão	1,10% (taxa variável)
Deutsche Bank AG	2017	505	EUR	Passivos subordinados	465 milhões: Resgate antecipado por opção do emitente desde 2012	1,00% (taxa variável) – 5,82% (taxa fixa)
Deutsche Bank AG	2018	100	EUR	Passivos subordinados	10 milhões: Res-	5,50% (taxa fixa) – 6,50% (taxa

Emitente	Maturidade (ano)	Nocional em milhões de euros	Moeda	Tipo de instrumentos de capital Tier 2	Opção de resgate antecipado	Obrigações de pagamento de juros
					gate antecipado por opção do emitente desde 2013	variável)
Deutsche Bank AG	2019	249	EUR	Passivos subordinados	238 milhões: Resgate antecipado por opção do emitente em 2014	5,00% (taxa fixa) – 6,00% (taxa fixa)
Deutsche Bank AG	2020	1.235	EUR	Passivos subordinados	85 milhões: Resgate antecipado por opção do emitente em 2015	4,00% (taxa variável) – 5,00% (taxa fixa)
Deutsche Bank AG	2024	20	EUR	Passivos subordinados	Não	5,10% (taxa fixa)
Deutsche Bank AG	2035	23	EUR	Passivos subordinados	Resgate antecipado por opção do emitente desde 2010 em todas as datas do cupão	3,00% (taxa fixa)
Deutsche Bank AG	2015	185	GBP	Passivos subordinados	Resgate antecipado por opção do emitente desde 2010 em todas as datas do cupão	1,42% (taxa variável)
Deutsche Bank AG	2014	21	JPY	Passivos subordinados	Resgate antecipado por opção do emitente desde 2009 em todas as datas do cupão	0,90% (taxa variável)
Deutsche Bank AG	2014	127	NZD	Passivos subordinados	Resgate antecipado por opção do emitente desde 2009 em todas as datas do cupão	3,54% (taxa variável)
Deutsche Bank AG	2015	244	USD	Passivos subordinados	Resgate antecipado por opção do emitente desde 2010 em todas as datas do cupão	1,04% (taxa variável)
Deutsche Bank AG	2028	1.090	USD	Passivos subordinados	não	4,30% (taxa variável)
Deutsche Bank Financial Inc.	2015	565	USD	Passivos subordinados	não	5,38% (taxa fixa)
Deutsche Bank S.A.E., Barcelona	2014	40	EUR	Passivos subordinados	não	5,72% (taxa variável)
Deutsche Bank S.p.A. , Mailand	2018	430	EUR	Passivos subordinados	Resgate antecipado por opção do emitente desde 2013 em todas as datas do cupão	0,23% (taxa variável)
Deutsche Bank Morgan Grenfell Group PLC	perpétua	4	USD	Passivos subordinados	Resgate antecipado por opção do emitente desde 1991 em todas as datas do cupão com um prazo mínimo de 30 dias	0,64% (taxa variável)
BHW Bausparkasse	2014	55	EUR	Passivos subordinados	não	1,69% (taxa variável) – 5,60% (taxa fixa)
BHW Bausparkasse	2017	5	EUR	Passivos subordinados	não	5,69% (taxa fixa)
BHW Bausparkasse	2018	6	EUR	Passivos subordinados	não	6,08% (taxa fixa)
BHW Bausparkasse	2019	48	EUR	Passivos subordinados	não	4,27% (taxa fixa) – 5,83% (taxa fixa)
BHW Bausparkasse	2023	38	EUR	Passivos subordinados	não	5,45% (taxa fixa) – 6,13% (taxa fixa)

Emitente	Maturidade (ano)	Nocional em milhões de euros	Moeda	Tipo de instrumentos de capital Tier 2	Opção de resgate antecipado	Obrigações de pagamento de juros
BHW Bausparkasse	2024	10	EUR	Passivos subordinados	não	5,64% (taxa fixa)

Reconciliação do capital acionista com o capital regulamentar

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Total do capital acionista por balanço contabilístico	**54.719**	54.001
Ações ordinárias	2.610	2.380
Capital realizado adicional	26.204	23.776
Lucros não distribuídos	28.376	29.199
Dos quais: Efeitos de remedição relacionados com planos de prestação definida, líquidos de impostos/CTA	(634)	26
Dos quais: Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank	666	263
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	(13)	(60)
Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0
Outro rendimento integral acumulado, após impostos	(2.457)	(1.294)
Filtros prudenciais	**(216)**	(263)
Spread de crédito próprio de passivos designado ao justo valor	(1)	(2)
Resultados não realizados	(215)	(261)
Ajustamentos regulamentares da base contabilística	**(15.968)**	15.781
Acumulação de dividendos	(765)	(697)
Goodwill	(8.380)	(8.583)
Por balanço	(9.074)	(9.297)
Goodwill de investimentos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	(25)	(30)
Goodwill relacionado com o círculo de consolidação não regulamentar	719	745
Intangíveis	(3.086)	(2.996)
Por balanço	(4.858)	(4.922)
Passivo por impostos diferidos	548	583
Intangíveis relacionados com o círculo de consolidação não regulamentar	1.223	1.343
Participação minoritária	130	124
Por balanço	247	239
Participações minoritárias relacionadas com o círculo de consolidação não regulamentar	(118)	(115)
Posições de titularização	(945)	(953)
Défice de provisões para perda esperada	(430)	(440)
Transações incompletas em circulação	0	0
Investimentos significativos no capital de entidades do setor financeiro	(1.589)	(1.493)
Outros, incluindo ajustamentos de consolidação e regulamentares	(903)	(743)
Fundos próprios principais de nível 1 (*Common Equity Tier 1*)	**38.534**	37.957
Capital *Tier 1* adicional	**12.182**	12.526
Títulos híbridos de capital	12.182	12.526
Por balanço	11.926	12.091
Ajustamentos regulamentares	257	435
Deduções de capital *Tier 1* adicional	0	0
Capital *Tier 1*	**50.717**	50.483
Capital *Tier 2*	**4.747**	6.532
Dívida subordinada	7.580	9.362
Por balanço	9.274	11.282
Amortização	(2.109)	(2.283)
Ajustamentos regulamentares	415	364
Deduções de capital Tier 2	(2.965)	(2.885)
Outros	132	55
Total do capital regulamentar	**55.464**	57.015

Requisitos de capital regulamentares

Ao abrigo do quadro de Basileia, os requisitos de capital globais têm de ser calculados e comparados com o capital regulamentar acima descrito. Os requisitos de capital globais são frequentemente expressos em ter-

mos de ativos ponderados pelo risco, em que os requisitos de capital total são 8% dos ativos ponderados pelo risco. As informações seguintes baseiam-se nos princípios regulamentares de consolidação.

Desde 31 de dezembro de 2012, o cálculo dos nossos ativos ponderados pelo risco e dos nossos rácios de capital integra os requisitos de capital para a carteira de negociação e posições de titularização alterados na sequência de "Basileia 2.5" e da Diretiva Requisitos de Fundos Próprios III, a qual foi transposta para o direito alemão através da lei bancária alemã e do decreto de solvabilidade.

O quadro de Basileia 2.5 introduziu os indicadores de risco baseados em modelos, o "valor em risco" em situação de esforço (*stressed value-at-risk*), os requisitos de capital para riscos adicionais (*incremental risk charge*) e o risco total (*comprehensive risk*) no âmbito do risco de mercado, para os bancos que aplicam uma abordagem de modelos internos

- Valor em risco em situação de esforço: calcula um indicador de valor em risco em situação de esforço com base num período contínuo de um ano de tensão de mercado significativa.
- Requisitos de capital para riscos adicionais (IRC): capta riscos de incumprimento e de migração além dos riscos já captados no valor em risco em posições sensíveis ao crédito na carteira de negociação.
- Medida de risco global (CRM): Capta os riscos adicionais no que se refere à correlação de crédito da carteira de negociação, calculados utilizando um modelo interno sujeito a requisitos qualitativos mínimos, bem como a requisitos em termos de testes de esforço. A CRM tem de ser calculada semanalmente e é determinada como o valor mais alto entre a CRM semanal mais recente produzida pelo modelo, a CRM média de 12 semanas e o valor produzido pelo método padrão de risco de mercado para a carteira de correlação de crédito, a denominada CRM Floor (valor mínimo).

Além disso, as normas Basileia 2.5 requerem, como parte dos requisitos de capital para cobertura dos riscos de mercado, o cálculo do risco de mercado específico de posições de titularização na carteira de negociação e derivados de crédito com incumprimento enésimo, que não são elegíveis para a medida de risco global, com base no método padrão de cálculo do risco de mercado.

Tendo em consideração este contexto, calculamos os nossos RWA com base nos seguintes métodos:

Em dezembro de 2007, a BaFin aprovou a utilização do método IRB avançado para a maior parte das nossas posições de risco de crédito da contraparte, que exclui as exposições consolidadas do Postbank. Entre 2008 e 2013 a BaFin concedeu aprovações adicionais relacionadas com o método IRB avançado. O método IRB avançado constitui a abordagem mais sofisticada oferecida pelo Acordo de Basileia. O Postbank recebeu a aprovação da BaFin para a aplicação do método IRB avançado à área de negócio de retalho e a certas exposições na classe de exposições "instituições" e "empresas" e ao método IRB básico para uma parcela das outras exposições a risco de crédito da contraparte.

As restantes exposições elegíveis para o método IRB são abrangidas pelo método padrão, quer com caráter temporário (em que requeremos aprovação regulamentar para algumas pequenas carteiras remanescentes) quer com caráter permanente (em que as exposições são tratadas pelo método Padrão em conformidade com o artigo 70.º do decreto SolvV). Para obter mais informações sobre este tema, consulte a secção "Risco de crédito da contraparte: Avaliação regulamentar.

O requisito de capital para posições de titularização é substancialmente calculado utilizando o método IRB. Apenas as exposições menores são captadas ao abrigo do método padrão. A introdução do quadro Basileia 2.5 implica a identificação de posições de retitularização na carteira bancária e na carteira de negociação, que recebem uma ponderação de risco acrescida e se traduzem em montantes de capital mais elevados para o risco de crédito e o risco de mercado, respetivamente. A secção "Titularização" fornece mais informações sobre o tratamento de posições de titularização.

Nos investimentos de capital tomados antes de 1 de janeiro de 2008, usamos o regime transitório para isentar estas posições dum tratamento pelo método IRB e aplicamos a regra de anterioridade usando uma ponderação de risco de 100%. Aos investimentos em posições de capital tomados desde 1 de janeiro de 2008 aplicamos a abordagem de coeficiente de risco simples pelo método IRB para calcular as nossas exposições. Para obter mais informações sobre os investimentos em ações, consulte as secções "Risco de mercado não relacionado com a negociação – Risco de investimento" e "Risco de mercado não relacionado com a negociação – Investimentos de capital detidos".

O cálculo dos requisitos de capital regulamentar para o risco de mercado baseia-se geralmente num modelo de valor em risco interno, que foi aprovado pela BaFin em outubro de 1998 para as nossas exposições ao risco de mercado. Em dezembro de 2011, recebemos da BaFin a aprovação dos modelos para o valor em risco em situação de esforço, requisitos de capital para riscos adicionais e medida de risco global. O nosso cálculo do capital regulamentar para o risco de taxa de juro específico das titularizações e derivados de crédito com risco de incumprimento n-ésimo da carteira de negociação baseia-se no cálculo do risco de mercado pelo método padrão. Outras posições de risco de mercado cobertas pelo método padrão incluem, por exemplo, exposições relacionadas com o Postbank, risco de longevidade e certos tipos de fundos de investimento. A secção "Risco de mercado relacionado com a negociação" presta informações adicionais sobre os modelos internos anteriormente mencionados.

Em dezembro de 2007, fomos autorizados a aplicar a abordagem de medição avançada (AMA) para determinar os nossos requisitos de capital regulamentar para o risco operacional A 15 de maio de 2013, a BaFin aprovou a integração do Postbank no cálculo do nosso capital regulamentar, o que se refletiu a partir do segundo trimestre de 2013.

Evolução de ativos ponderados pelo risco

As tabelas seguintes fornecem uma visão geral dos ativos ponderados pelo risco com base no quadro de Basileia 2.5 repartidos pela abordagem de modelo e por divisão de negócio. Incluem os efeitos agregados da reafetação por segmentos de posições relacionadas com infraestruturas, se aplicável, bem como de reafetações entre os segmentos, mas excluem o ajustamento transitório de acordo com o artigo 64h, n.º 3 da Lei bancária alemã. O período comparativo foi ajustado em conformidade. Com base numa aprovação da BaFin no segundo trimestre de 2013, o Postbank foi integrado no modelo de medição avançado do Grupo para determinar RWA para o risco operacional.

Ativos ponderados pelo risco, por método de modelo e por divisão de negócio

31.12.2013

em milhões de euros	Corporate Banking & Securities[1]	Global Transaction Banking[1]	Deutsche Asset & Wealth Management	Private & Business Clients	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments and Other	Total
Risco de crédito	**61.619**	**35.418**	**5.809**	**65.909**	**22.632**	**10.832**	**202.219**
Reafetação por segmentos	(658)	1.912	259	553	86	(2.152)	0
Método IRB avançado	55.745	26.140	2.589	42.651	11.957	813	139.894
Governos centrais	2.927	896	5	90	253	181	4.353
Instituições	5.438	1.921	80	803	922	12	9.175
Empresas	43.075	22.378	2.398	5.638	7.288	620	81.397
Retalho	124	33	106	35.844	1.027	0	37.134
Outros	4.181	911	0	276	2.466	0	7.834
Método IRB básico	0	0	0	5.937	264	0	6.202
Governos centrais	0	0	0	0	2	0	2
Instituições	0	0	0	1.059	261	0	1.320
Empresas	0	0	0	4.879	1	0	4.880
Retalho	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0
Outras IRB	2.596	87	440	8.046	2.897	2.424	16.490
Governos centrais	0	0	0	0	0	0	0
Instituições	0	0	0	0	0	0	0
Empresas	1.367	67	0	4.630	2	0	6.067
Retalho	0	0	0	0	0	0	0
Outros	1.229	20	440	3.415	2.896	2.424	10.424
Método padrão	3.935	7.279	2.521	8.722	7.428	9.748	39.633
Governos centrais	61	39	0	73	40	0	213
Instituições	28	12	8	116	32	1	198
Empresas	2.929	6.106	937	2.004	2.788	470	15.235
Retalho	10	916	49	4.654	2.627	0	8.257
Outros	906	206	1.526	1.876	1.940	9.275	15.729
Risco de mercado	**34.473**	**562**	**2.085**	**128**	**10.011**	**0**	**47.259**
Abordagem de modelo interno	29.156	562	1.102	0	8.892	0	39.712
Método padrão	5.317	0	983	128	1.120	0	7.547
Risco operacional	**22.598**	**832**	**4.659**	**6.964**	**15.839**	0	**50.891**
Abordagem de medição avançada	22.598	832	4.659	6.964	15.839	0	50.891
Total	**118.689**	**36.811**	**12.553**	**73.001**	**48.483**	**10.832**	**300.369**

[1] O aumento em ativos ponderados pelo risco na Global Transaction Banking deve-se principalmente a alterações na estrutura organizacional no terceiro trimestre de 2013, resultando numa diminuição correspondente em Corporate Banking & Securities.

em milhões de euros	Corporate Banking & Securities	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Private & Business Clients	Non-Core Operations Unit	Consolidation & Adjustments and Other	31.12.2012 Total
Risco de crédito	**69.763**	**26.696**	**6.359**	**67.804**	**42.197**	**16.133**	**228.952**
Reafetação por segmentos	(827)	299	224	294	1.868	(1.858)	0
Método IRB avançado	63.727	18.464	2.823	38.637	19.501	573	143.725
Governos centrais	2.440	818	11	76	266	151	3.762
Instituições	5.686	1.607	93	200	1.333	27	8.946
Empresas	49.258	15.610	2.589	2.796	10.999	395	81.646
Retalho	217	20	130	34.529	1.150	0	36.046
Outros	6.125	409	1	1.037	5.753	0	13.325
Método IRB básico	0	0	0	8.726	1.813	0	10.539
Governos centrais	0	0	0	32	2	0	35
Instituições	0	0	0	2.217	939	0	3.156
Empresas	0	0	0	6.477	872	0	7.349
Retalho	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0
Outras IRB	2.487	261	455	9.042	8.027	2.321	22.592
Governos centrais	0	0	0	0	0	0	0
Instituições	0	0	0	0	0	0	0
Empresas	1.341	240	0	5.574	3.802	0	10.957
Retalho	0	0	0	0	0	0	0
Outros	1.146	20	455	3.467	4.225	2.321	11.635
Método padrão	4.376	7.673	2.856	11.105	10.988	15.096	52.096
Governos centrais	2	68	0	87	222	1	379
Instituições	13	16	9	112	77	3	230
Empresas	3.070	7.125	1.038	2.733	4.273	401	18.640
Retalho	16	392	134	5.991	2.758	1	9.292
Outros	1.275	73	1.675	2.183	3.658	14.691	23.555
Risco de mercado	**35.656**	**365**	**1.166**	**360**	**15.512**	**0**	**53.058**
Abordagem de modelo interno	31.280	365	1.166	0	13.761	0	46.571
Método padrão	4.376	0	0	360	1.751	0	6.487
Risco operacional	**19.221**	**331**	**4.904**	**4.530**	**22.609**	**0**	**51.595**
Abordagem de medição avançada	19.221	331	4.904	4.530	22.609	0	51.595
Total	124.640	27.392	12.429	72.695	80.317	16.133	333.605

No âmbito do risco de crédito, a rubrica "Outros" em IRB avançado reflete predominantemente RWA de posições de titularização na carteira bancária. Outras IRB contêm principalmente posições de capital e ativos que não são obrigações de crédito na categoria "Outros". No âmbito do Método padrão, a maioria da rubrica "Outros" inclui RWA dos nossos ativos de fundos de pensões, sendo o remanescente de RWA de titularizações da carteira bancária, bem como de exposições atribuídas às demais classes de exposições no Método padrão, à exceção de governos centrais, instituições, empresas e retalho.

A execução da nossa estratégia de desinvestimento na NCOU resultou numa redução de balanço, a qual levou a uma avaliação da nossa estrutura de afetação do risco operacional. Em conformidade com o abrandamento do negócio da NCOU, reafectámos RWA para risco operacional no valor de 7 mil milhões de euros para as nossas principais áreas de negócio do Deutsche Bank no terceiro trimestre de 2013.

Requisitos de capital regulamentares e Ativos ponderados pelo risco

	31.12.2013		31.12.2012	
em milhões de euros	Requisitos de capital	RWA	Requisitos de capital	RWA
Risco de crédito da contraparte				
Método IRB avançado				
Governos centrais	348	4.353	301	3.762
Instituições	734	9.175	716	8.946
Empresas	6.512	81.397	6.532	81.646
Retalho (excluindo o Postbank)	1.787	22.342	1.727	21.583
Retalho (Postbank)	1.183	14.792	1.157	14.462
Outros ativos que não são obrigações de crédito	459	5.739	494	6.180
Total calculado pelo método IRB avançado	**11.024**	**137.798**	10.926	136.580
Método básico				
Governos centrais	0	2	3	35
Instituições	106	1.320	252	3.156
Empresas	876	10.946	1.465	18.306
Total calculado pelo método básico	**981**	**12.268**	1.720	21.496
Método padrão				
Governos centrais	2	28	0	1
Governos regionais e autoridades locais	5	68	4	55
Outras entidades do setor público	9	118	26	323
Bancos multilaterais de desenvolvimento	0	0	0	0
Organizações internacionais	0	0	0	0
Instituições	16	198	18	230
Obrigações cobertas emitidas por instituições de crédito	0	3	1	8
Empresas	1.219	15.235	1.491	18.640
Retalho	479	5.982	525	6.564
Créditos garantidos por imóveis	182	2.275	218	2.728
Organismos de investimento coletivo	54	670	196	2.444
Outras rubricas	738	9.223	1.176	14.702
Rubricas vencidas	124	1.553	130	1.625
Total calculado pelo método padrão	**2.828**	**35.354**	3.786	47.320
Risco de posições de titularização				
Titularizações (IRB)	627	7.834	1.066	13.325
Titularizações (método padrão)	98	1.222	117	1.457
Total do risco de posições de titularização	**725**	**9.057**	1.183	14.782
Risco de posições de capital				
Equity positions (grandfathered)[1]	242	3.023	262	3.273
Posições de capital (método IRB simples de cálculo do coeficiente de risco)	375	4.685	436	5.455
Produtos negociados em bolsa	43	534	51	632
Produtos não negociados em bolsa	323	4.033	369	4.616
Produtos não negociados em bolsa, mas suficientemente diversificados	9	118	17	207
Total do risco de posições de capital	**617**	**7.709**	698	8.727
Risco de liquidação	**3**	**34**	4	46
Total do risco de crédito da contraparte[2]	**16.178**	**202.219**	18.316	228.952
Risco de mercado da carteira de negociação				
Método do modelo interno	3.179	39.738	3.726	46.571
Value-at-risk	674	8.427	761	9.510
Valor em risco em situação de esforço	1.254	15.673	1.641	20.518
Requisitos de capital para riscos adicionais	996	12.446	761	9.509
Medida de risco global (Negociação de correlação)	255	3.193	563	7.035
Método padrão	602	7.521	519	6.487
Risco de taxa de juro – Titularização	473	5.908	429	5.361
Risco de taxa de juro – Derivados com risco de incumprimento "n-ésimo"	5	63	14	172
Risco de taxa de juro – Outros	1	13	2	26
Risco de capital	0	0	0	0
Risco cambial	16	200	42	524
Risco de preço das matérias-primas	0	0	0	0
Outros riscos de mercado	107	1.338	32	404
Total do risco de mercado da carteira de negociação	**3.781**	**47.259**	4.245	53.058
Risco operacional				
Abordagem de medição avançada	4.071	50.891	4.128	51.595
Total dos requisitos de capital regulamentares e RWA	**24.030**	**300.369**	26.688	333.605

[1] Outros ativos que não são obrigações de crédito do Postbank foram integrados na categoria IRB avançado.
[2] Exclui o ajustamento transitório de acordo com o artigo 64h, n.º 3 da Lei bancária alemã no valor de 154 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e de 236 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

A tabela seguinte apresenta uma análise dos principais fatores responsáveis pelas variações dos RWA com base em Basileia 2.5, observadas em termos de exposição a risco operacional, de crédito e de mercado no período de relato.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco com exposição a risco de crédito e a risco de mercado

	31.12.2013		31.12.2012	
em milhões de euros	Risco de crédito da contraparte	dos quais: derivados e operações tipo acordos de recompra	Risco de crédito da contraparte	dos quais: derivados e operações tipo acordos de recompra
Saldo do risco de crédito de RWA, início do ano	**228.952**	**35.274**	262.460	50.973
Dimensão da carteira	(4.516)	(2.167)	(11.898)	(9.516)
Qualidade da carteira	(9.701)	(2.247)	N/S	N/S
Atualizações do modelo	(2.061)	0	(7.302)	(4.180)
Metodologia e política	0	0	0	0
Aquisições e alienações	(5.467)	(3)	(12.670)	(1.567)
Variações cambiais	(4.988)	(1.403)	(1.639)	(436)
Saldo do risco de crédito de RWA, fim do ano	**202.219**	**29.454**	228.952	35.274

N/S – Não significativo

Reestruturámos ligeiramente as classificações dos principais fatores para a tabela de evolução de risco de crédito de RWA para estarmos em sintonia com as recomendações do grupo de trabalho "Melhor Divulgação" (Enhanced Disclosure Task Force [EDTF]). Os números para 31 de dezembro de 2012 foram ajustados em conformidade. Apenas para 31 de dezembro de 2012, os movimentos de RWA em relação à dimensão e à qualidade da carteira foram fornecidos cumulativamente na categoria "dimensão da carteira". As principais alterações incluem: Separámos a "qualidade da carteira" da "dimensão da carteira", em que a "qualidade da carteira" representa principalmente os efeitos de migrações de notações de crédito da carteira, perda em caso de incumprimento, recalibrações de parâmetros de modelo, bem como atividades de cobertura de garantias colaterais. As alterações orgânicas na dimensão e composição da nossa carteira são tidas em conta na categoria "dimensão da carteira". As "atualizações do modelo" incluem ajustamentos do modelo e implementação do modelo avançado. Os movimentos de RWA resultantes de alterações por imposição regulamentar externa, por exemplo a aplicação de regulamentos novos, são agora considerados na secção "metodologia e política". "Aquisições e alienações" está reservada para apresentar movimentos de exposição significativa, que podem ser claramente atribuídos a novos negócios e atividades relacionadas com alienações.

O decréscimo do risco de crédito da contraparte nos ativos ponderados pelo risco em 11,7% desde 31 de dezembro de 2012 reflete sobretudo os esforços de redução resultantes de atividades de redução do risco. O impacto respetivo reflete-se na categoria "aquisições e alienações", mas também na "qualidade da carteira" e na "dimensão da carteira", principalmente em relação a recalibrações, aumento de garantias colaterais e cobertura de compensação ou melhoramentos nos processos. A diminuição na categoria "atualizações do modelo" revela principalmente o impacto de aprovações da BaFin adicionais recebidas principalmente para o Postbank, onde certas exposições nas classes de exposição "instituições" e "empresas" foram recentemente atribuídas ao método IRB avançado.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco de mercado

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Saldo do risco de mercado de RWA, início do ano	**53.058**	68.095
Variações dos níveis de risco	(8.598)	(322)
Alterações e recalibrações dos dados de mercado	1.136	(2.577)
Atualizações do modelo	542	(707)
Metodologia e política	1.200	(11.215)
Aquisições e alienações	0	0
Variações cambiais	(79)	(216)
Saldo do risco de mercado de RWA, fim do ano	**47.259**	53.058

A análise do risco de mercado abrange as variações registadas nos nossos modelos internos para o valor em risco, valor em risco em situação de esforço, requisitos de capital para riscos adicionais e medida de risco global, bem como resultados do cálculo do risco de mercado pelo método Padrão, por exemplo, de titularizações e derivados de crédito com incumprimento enésimo relacionados com a negociação ou exposições do Postbank relacionadas com a negociação.

A diminuição de RWA de 5,8 mil milhões de euros (11%) para o risco de mercado desde 31 de dezembro de 2012 foi motivada principalmente por diminuições na categoria de "variações dos níveis de risco", com alguma compensação por parte das "alterações dos dados de mercado" e "metodologia e política". Os níveis de risco foram significativamente mais baixos nos modelos internos de valor em risco e valor em risco em situação de esforço decorrentes de reduções na maioria das classes de ativos, mas particularmente nas exposições de *spread* de crédito. Verificaram-se reduções também na medida de risco global devido à redução do risco na NCOU, mas houve alguns aumentos no risco adicional. As variações do risco de mercado dos RWA devido a alterações dos níveis dos dados de mercado, das volatilidades, das correlações, da liquidez e das notações de crédito são incluídas na categoria "Alterações e recalibrações dos dados de mercado". O aumento nos primeiros nove meses de 2013 deveu-se a um aumento dos requisitos de capital para riscos adicionais, com base numa seleção de parâmetros mais conservadora no cálculo. Na categoria "metodologia e política" refletimos alterações aos nossos cálculos e modelos RWA para o risco de mercado, por imposição regulamentar. As alterações dos nossos modelos internos para cálculo do risco de mercado dos RWA, como melhoramentos na metodologia ou alargamentos do âmbito do risco, são incluídas na categoria "Atualizações do modelo". As alienações e negócios novos significativos seriam atribuídos à rubrica "aquisições e alienações", que não foi aplicável neste período de relato.

Evolução dos ativos ponderados pelo risco para o risco operacional

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Saldo do risco operacional de RWA, início do exercício	**51.595**	50.695
Alterações do perfil de perda (internas e externas)	2.623	3.496
Evolução da perda esperada	(959)	(1.115)
Componente prospetiva de risco	(515)	(2.671)
Atualizações do modelo	1.885	1.551
Metodologia e política	0	0
Aquisições e alienações	(3.738)	(361)
Saldo do risco operacional de RWA, fim do exercício	**50.891**	51.595

No segundo trimestre de 2013 a BaFin aprovou a integração do Postbank no cálculo de capital regulamentar do Grupo. Posto isto, o complemento de aquisição aplicado para o Postbank foi removido e o perfil de risco do Postbank foi incorporado no nosso modelo de abordagem de medição avançada. Isto resultou num benefício de RWA de 3,8 mil milhões de euros (incluindo efeitos de diversificação) comparativamente com o exercício de 2012. O complemento de aquisição de 109 milhões de euros para o DB Investment Services (antigo Xchanging Transaction Bank) foi calculado com base no respetivo modelo de abordagem de medição avançada e a integração do DB Investment Services no nosso modelo de abordagem de medição avançada está prevista para 2014.

Atualizações do modelo de 1,9 mil milhões de euros contendo a implementação de um melhoramento do modelo relativamente à frequência de perda que conduziu a um aumento de RWA de 2,4 mil milhões de euros compensado em parte por uma diminuição de RWA no valor de 500 milhões de euros decorrente da recalibração final do modelo. Devido a um aumento da perda esperada conforme calculada pelo nosso modelo de abordagem de medição avançada, foi-nos permitido deduzir uma perda esperada superior, que conduziu a um benefício de RWA no valor de 959 milhões de euros. As alterações remanescentes tiveram origem em alterações na componente prospetiva de risco (ajustamento qualitativo) e em movimentos no perfil de perda dos dados internos e externos utilizados.

Rácios de capital regulamentares

A lei bancária alemã KWG e o decreto SolvV transpõem as regras de adequação de capital de Basileia 2.5 e obrigam os bancos alemães a manter um nível de capital adequado face aos seus requisitos de capital regulamentar, incluindo risco de crédito da contraparte, risco operacional e risco de mercado. O risco de crédito da contraparte e o risco operacional têm de ser cobertos com capital *Tier 1* e capital *Tier 2* (designados em conjunto por "capital bancário regulamentar"). O risco de mercado tem de ser coberto com capital bancário regulamentar (a parte do risco de mercado não coberta por risco de crédito e por risco operacional) ou com capital *Tier 3* (que forma em conjunto com o capital bancário regulamentar os "fundos próprios").

A tabela seguinte apresenta o nosso capital regulamentar elegível, incluindo rubricas transitórias nos termos do artigo 64.º-H, n.º 3 da lei bancária alemã KWG, disponível para cobertura dos requisitos de capital mínimos, por tipo de risco:

Cobertura de requisitos de capital mínimos

	31.12.2013		31.12.2012	
em milhões de euros	Requisitos de capital regulamentares	Capital regulamentar disponível	Requisitos de capital regulamentares	Capital regulamentar disponível
Risco de crédito da contraparte e risco operacional	20.261	55.618	22.464	57.251
Risco de mercado	3.781	35.357	4.245	34.787

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012 o nosso capital regulamentar excedia largamente os valores mínimos exigidos. A diminuição de capital regulamentar em 2013 de 1,6 mil milhões de euros deveu-se a uma diminuição do capital Tier 2 (1,8 mil milhões de euros), refletindo principalmente a maturidade e amortização de instrumentos de capital Tier 2.

Por força do disposto na lei bancária alemã e no decreto de solvência, em 31 de dezembro de 2013, o nosso risco de mercado estava coberto por um total de capital regulamentar (*Tier 1*, *2*, e *3*) de 3,8 mil milhões de euros, face a 4,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Cumprimos este requisito exclusivamente com capital *Tier 1* e com capital *Tier 2* que não era exigido para a cobertura mínima do risco de crédito e do risco operacional.

O quadro de Basileia 2.5 requer a dedução de *goodwill* do capital *Tier 1*. No entanto, durante um período transitório, é permitida a inclusão parcial de determinadas componentes do goodwill no capital *Tier 1* nos termos do artigo 64.ºH, n.º 3 da lei bancária alemã.

Em 31 de dezembro de 2013, a rubrica transitória totalizava 154 milhões de euros, por oposição a 236 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Nos relatórios enviados às autoridades reguladoras alemãs, este montante está incluído no capital *Tier 1*, no total do capital regulamentar e no total dos ativos ponderados pelo risco, como se pode ver nas tabelas anteriores. Do mesmo modo, os rácios Tier 1 e de capital total do Grupo reportados às autoridades reguladoras alemãs, incluindo esta rubrica, foram de 16,9% e 18,5% em 31 de dezembro de 2013, em comparação com os valores de 12,9% e 17,1%, respetivamente, em 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG, norisbank GmbH, Deutsche Bank Europe GmbH, Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA, Deutsche Oppenheim Family Office AG, Deutsche Immobilien Leasing GmbH e Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH não calcularam nem relataram rácios de capital regulamentar individualmente, pois estas empresas tinham aplicado as isenções previstas à regra de renúncia no artigo 2.º-A da Lei bancária alemã. Por conseguinte, estão isentas da obrigação de cumprir determinados requisitos da Lei bancária relativamente ao seu capital regulamentar, enquanto empresas individuais, incluindo os cálculos de solvência e o relato dos rácios de capital regulamentar. Estas isenções estão disponíveis apenas para empresas do Grupo na Alemanha e podem ser aplicadas apenas se, entre outros, as estratégias de risco e os processos de gestão do risco do Deutsche Bank AG incluírem também as empresas que aplicam as regras de renúncia, não existir impedimento prático ou legal relevante à transferência imediata dos fundos próprios ou ao pronto reembolso de passivos por parte do Deutsche Bank AG às respetivas subsidiárias ou por parte da totalidade das subsidiárias do Grupo Deutsche Bank AG e o Deutsche Bank AG assumir responsabilidade pelas obrigações das respetivas subsidiárias, exceto caso os riscos apresentados pelas mesmas sejam insignificantes.

O Deutsche Postbank AG, que consolidamos desde 3 de dezembro de 2010, bem como o Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG e o Deutsche Bank Securities Inc. são considerados subsidiárias significativas do Grupo. Entende-se por "relevante" uma entidade cujo contributo individual relativo para os nossos ativos ponderados pelo risco excede 5% do nosso RWA total. Em dezembro de 2012, a Deutsche Postbank

AG emitiu e enviou uma notificação de dispensa em conformidade com o artigo 2.º-A da lei bancária alemã KWG à autoridade de supervisão alemã, estando a sua aplicação a ser objeto de conversações entre as duas instituições. Independentemente desse facto, em 31 de dezembro de 2013 o rácio de capital *Tier 1* e o rácio de capital total do Grupo Deutsche Postbank, incluindo a Deutsche Postbank AG com componentes de goodwill permitidos pelo artigo 64.º-H, n.º 3 da lei bancária alemã KWG, foi de 10,9% e 15,4%, face a, respetivamente, 12,0% e 15,9% em 31 de dezembro de 2012. Para o Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG não foram divulgados quaisquer rácios de capital devido à sua aplicação da renúncia. O Deutsche Bank Securities Inc. estava isento do relato de rácios de capital regulamentar de acordo com o quadro de Basileia com base no seu estatuto de entidade de corretagem ao abrigo do regulamento da Securities and Exchange Commission (SEC). Relata um capital líquido bastante superior ao padrão mínimo exigido para sociedades de corretagem.

O não cumprimento dos requisitos mínimos de capital pode resultar em ordens de suspensão ou redução de pagamentos de dividendos ou da distribuição em outros lucros sobre o capital regulamentar, e intervenções discricionárias da BaFin que, se realizadas, podem ter um efeito significativo direto na nossa atividade. Cumprimos os requisitos de adequação de capital regulamentares em 2013. As nossas subsidiárias não incluídas na consolidação regulamentar não reportaram deficiências de capital em 2013.

Reconciliação de ativos ponderados pelo risco do quadro de Basileia 2.5 para as medidas financeiras não-GAAP do CRR/CRD IV

Embora as regras CRR/CRD IV tenham de ser aplicadas em, e após 1 de janeiro de 2014 (o CRD IV após a implementação no direito nacional), determinamos o capital Common Equity Tier 1 (capital CET 1) pró-forma e os ativos ponderados pelo risco (RWA) pró-forma em conformidade com as regras de solvência ao abrigo do CRR/CRD IV. A nossa interpretação é formalmente incorporada em políticas regidas pelas mesmas estruturas e comités que as políticas que utilizamos para calcular RWA e capital CET 1 ao abrigo das regras do quadro de Basileia 2.5.

As métricas CRR/CRD IV "fully loaded", que estão implementadas numa base pró-forma, refletem a aplicação das regras pelas quais se espera virmos a ser regidos a partir de 2019, de acordo com a legislação correspondente. As medidas CRR/CRD IV transitórias têm em consideração a provável integração progressiva de provisões que se espera virem a ser permitidas no sentido de facilitar a transição dos bancos para as regras de capital "fully-loaded". Uma vez que a implementação final do CRR/CRD IV pode diferir das nossas expectativas prévias e, uma vez que os pressupostos e estimativas da nossa concorrência relativamente a essa implementação poderão variar, as nossas medidas financeiras não-GAAP CRR/CRD IV poderão não ser comparáveis com medidas rotuladas de forma semelhante utilizadas pela nossa concorrência.

Comparação de ativos ponderados pelo risco ao abrigo do relato em conformidade com o quadro de Basileia 2.5, CRR/CRD IV pró-forma "transitório" e CRR/CRD IV pró-forma "fully-loaded"

	31.12.2013			31.12.2012		
em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Basileia 2.5 relatado (auditado)	CRR/CRD IV pró-forma transitório (não auditado)	CRR/CRD IV pró-forma fully-loaded (não auditado)	Basileia 2.5 relatado (auditado)	CRR/CRD IV pró-forma transitório (não auditado)	CRR/CRD IV pró-forma fully-loaded (não auditado)
Ativos ponderados pelo risco	**300**	**0**	**0**	334	0	0
Impacto do CRR/CRD IV nos RWA						
Novo encargo para ajustamentos da avaliação do crédito (AAC)	0	12	12	0	28	28
Reclassificação de posições de titularização de risco elevado de deduções de capital CET 1 para RWA	0	23	23	0	24	24
Novo encargo para negócio com contrapartes centrais e compensação	0	2	2	0	4	4
Outros[1]	0	17	12	0	19	12
Ativos ponderados pelo risco pró-forma	**0**	**355**	**350**	0	408	401

[1] Inclui alterações ao cálculo de RWA de risco de mercado e risco de crédito, bem como RWA relacionados com deduções de capital.

Gestão do balanço

Administramos o nosso balanço ao nível do Grupo, excluindo o Postbank e, nos casos pertinentes, localmente em cada região. Na afetação de recursos financeiros favorecemos as carteiras de negócio com os maiores impactos positivos na rentabilidade do Grupo e no valor para o acionista. Monitorizamos e analisamos a evolução do balanço e acompanhamos no balanço certos rácios observados no mercado. Com base nestas observações, acionamos o debate e a intervenção da administração através do Comité de Capital e Risco. Apesar de acompanharmos as evoluções do balanço em termos das IFRS, a nossa gestão do balanço centra-se principalmente nos valores ajustados utilizados na nossa definição de objetivo de alavancagem, que é calculada utilizando o total do ativo ajustado e valores do total do capital próprio ajustados, bem como na medição de exposição para efeitos de rácio de alavancagem conforme definido no quadro CRR/CRD IV.

Rácio de alavancagem de acordo com a definição interna (não auditado)

Calculamos o nosso rácio de alavancagem como uma medida financeira não-GAAP, dividindo total do ativo pelo total do capital próprio. Divulgamos um rácio de alavancagem ajustado, que é calculado utilizando uma definição objetivo, e que é objeto dos seguintes ajustamentos no que se refere aos ativos e ao capital próprio relatados nos termos das IFRS:

— O total do ativo nos termos das IFRS é ajustado de modo a refletir as provisões de compensação adicionais para cálculo dos ativos totais ajustados. Segundo as IFRS, a compensação de ativos e passivos financeiros é necessária se (1) uma entidade tem presentemente um direito legalmente executável de compensar os montantes reconhecidos; e (2) tem intenção de liquidar de forma líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A IFRS incide especificamente sobre a intenção de liquidar de forma líquida no decurso normal dos negócios, independentemente dos direitos em incumprimento. Como a maioria dos contratos de derivados abrangidos por um acordo-quadro de compensação não liquida de forma líquida no decurso normal dos negócios, têm, segundo as IFRS, de ser apresentados em termos brutos. Os acordos de recompra e os acordos de recompra invertida são normalmente apresentados em termos brutos, pois não liquidam de forma líquida no decurso normal dos negócios, mesmo quando cobertos por um acordo-quadro de compensação. No entanto, em algumas situações em que os critérios de compensação da IAS 32 sejam cumpridos, os acordos de recompra e de recompra inversos serão apresentados líquidos nas demonstrações financeiras. Tem sido prática do setor nos EUA compensar os valores a receber e os valores a pagar de operações *regular way* não liquidadas. Isto não é permitido ao abrigo das IFRS.
— O total do capital próprio nos termos das IFRS é ajustado de modo a refletir, segundo um procedimento pró-forma, ganhos e perdas ao justo valor relativamente à nossa própria dívida (após impostos, cuja estimativa assume que um parte substancial da nossa própria dívida foi designada ao valor justo), obtendo-se o capital próprio total ajustado. A taxa aplicada neste cálculo é a taxa de imposto uniforme combinada de 35%.

Aplicamos estes ajustamentos ao cálculo do rácio de alavancagem de acordo com a definição do objetivo com o objetivo de melhorar a comparabilidade com os concorrentes. Na gestão do negócio, a definição do objetivo do rácio de alavancagem é utilizada de forma consistente em todo o Grupo. Existirão sempre diferenças entre a forma como os concorrentes calculam os seus rácios de alavancagem e a forma como calculamos os nossos porque nos baseamos na nossa definição de rácio de alavancagem ajustado. Assim, o nosso rácio de alavancagem ajustado não deve ser comparado com rácios de alavancagem em outras sociedades sem considerar as diferenças no cálculo. Não é provável que o nosso rácio de alavancagem de acordo com a nossa definição objetivo seja idêntico, ou sequer necessariamente indicativo, relativamente ao que seria o nosso rácio de alavancagem sujeito a requisitos de cálculo regulamentares bancários, atuais ou futuros.

Rácio de alavancagem de acordo com o quadro CRR/CRD IV (não auditado)

O quadro CRR/CRD IV introduziu um rácio de alavancagem não baseado no risco que atuará como medida suplementar futura para os requisitos de capital baseados no risco. Os seus objetivos são restringir o aumento

de alavancagem no setor bancário, ajudando a evitar processos de desalavancagem desestabilizadores que podem danificar a economia e o sistema financeiro mais amplamente e reforçar os requisitos baseados no risco com uma medida simples de "proteção" não baseada no risco. A 1 de janeiro de 2018 será exigido aos bancos que excedam o rácio de alavancagem mínimo proposto de 3%. Antes dessa data não existem requisitos regulamentares para exceder este limite, por outro lado a divulgação do rácio de alavancagem e respetivos componentes deverá ter início a 1 de janeiro de 2015.

A medida de exposição para efeitos do rácio de alavancagem no âmbito do CRR/CRD IV é superior ao nosso total do ativo (ajustado) principalmente devido ao suplemento regulamentar para derivados baseados em montantes nocionais e à consideração de exposições fora do balanço ponderadas.

Os ajustamentos principais ao total do ativo no âmbito das IFRS ao abrigo da nossa definição de medida de exposição de rácio de alavancagem CRR/CRD IV são os seguintes:

— Derivados: refletem a compensação relativa ao passivo correspondente permitido para efeitos regulamentares, parcialmente compensada pelo reconhecimento de potencial exposição futura (fator complementar de supervisão de tempos nocionais, dependendo do produto e da maturidade);
— Transações de financiamento de títulos: baseadas na "Abordagem de ajustamentos da volatilidade de fiscalização", que englobam a compensação regulamentar, o reconhecimento de garantias colaterais e margens de avaliação (*haircuts*) de fiscalização e são aplicadas também a SFT não em numerário que não são relatadas no balanço;
— Restantes ativos: Aplicamos a contabilidade da data da operação a compras ou vendas de ativos financeiros que requerem entrega física do respetivo ativo, resultando num montante bruto temporário do balanço até que se verifique a liquidação. Acreditamos que o aumento da medida de exposição decorrente da utilização da contabilidade da data da operação deve ser ajustado, assumindo que as posições não liquidadas sujeitas à aplicação de contabilidade da data da operação são liquidadas imediatamente, independentemente do tratamento contabilístico;
— Exposição fora do balanço: os compromissos não utilizados são reconhecidos na medida de exposição com 100% do respetivo valor nocional, exceto em compromissos canceláveis incondicionalmente que obtêm uma ponderação preferencial de 10%, mais outras exposições fora do balanço, por exemplo sob a forma de garantias ou cartas de crédito que recebem uma ponderação de 100%, ou em alternativa 50% ou 20% para certos produtos relacionados com o financiamento de transações;
— Ajustamentos regulamentares, que incluem efeitos de transição de uma perspetiva contabilística para uma perspetiva regulamentar, por exemplo para diferenças em círculos de consolidação, bem como rubricas de deduções de capital regulamentar (incluindo *goodwill* e intangíveis, ativos por impostos diferidos ou perdas fiscais não utilizadas) que também podem ser deduzidas da medida de exposição para assegurar a coerência entre o numerador e o denominador do rácio.

Para fornecer uma indicação do impacto potencial sobre nós, deste novo rácio de alavancagem regulamentar, fizemos uma estimativa do nosso rácio de alavancagem CRR/CRD IV pró-forma ajustado, conforme apresentado a seguir. Uma vez que o quadro CRR/CRD IV ainda não estava em vigor a 31 de dezembro de 2013, estas medidas são também medidas financeiras não-GAAP. A tabela inclui também uma reconciliação das medidas de exposição ao abrigo das IFRS relativamente a definições internas e ao CRR/CRD IV.

Reconciliação de medidas de exposição aplicadas ao cálculo ajustado do rácio de alavancagem do CRR/CRD IV pró-forma

	31.12.2013			31.12.2012	
em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Total do ativo IFRS (auditado)	Total do ativo (ajustado/ não auditado)	CRR/CRD IV pró-forma (não auditado)	Total do ativo IFRS (auditado)	Total do ativo (ajustado/ não auditado)
Medida de exposição (valor à vista [*spot value*] na data de relato)	**1.611**	**1.066**	**1.445**	2.022	1.209
Delta total para IFRS		(545)	(167)		(813)
Componentes de exposição principais e discriminação do delta para IFRS de:					
Derivados[1]	509	51	373	777	71
Delta para IFRS de					
Compensação[2]		(410)	(401)		(639)
Aplicação de garantias em numerário recebidas		(47)			(66)
Complemento			266		
Transações de financiamento de títulos[3]	207	190	44	220	194
Delta para IFRS de					
Compensação		(17)			(26)
Abordagem de ajustamentos da volatilidade de fiscalização[4]			(163)		
Restantes ativos	896	826	866	1.026	944
Delta para IFRS de					
Garantias em numerário comprometidas e compensação de liquidações pendentes		(70)	(30)		(82)
Exposição fora do balanço			199		
Com um fator de conversão de crédito de 100%			185		
Com um fator de conversão de crédito de 50%			2		
Com um fator de conversão de crédito de 20%			8		
Com um fator de conversão de crédito de 10%			5		
Ajustamentos[5]			(38)		
Total do capital (IFRS)	55,0			54,2	
Ajustamento para resultados pró-forma ao justo valor relativamente à dívida própria do Grupo (após impostos)[6]		1,7			1,7
Total do capital (ajustado)		**56,7**			55,9
Capital Common Equity Tier 1 fully loaded			34,0		
Instrumentos de capital Tier 1 adicional elegíveis ao abrigo da metodologia de descontinuação progressiva			11,2		
Capital Tier 1 adicional ajustado			**45,2**		
Rácio de alavancagem (em x)	29,3	18,8		37,3	21,6
Rácio de alavancagem CRR/CRD IV pró-forma ajustado (em %)			3,1		

[1] Incluindo derivados que verificam os requisitos para contabilidade de cobertura.
[2] Total do ativo (ajustado): compensação de linha de crédito, CRR/CRD IV pró-forma: compensação regulamentar.
[3] Incluindo valores a receber de corretagem principal (Prime Brokerage).
[4] Inclui compensação regulamentar, reconhecimento de garantias colaterais e margens de avaliação (haircuts) de fiscalização, também para SFT não em numerário.
[5] Incluindo a transição da perspetiva contabilística para regulamentar, bem como ajustamentos regulamentares.
[6] O efeito fiscal cumulativo estimado em resultados ao justo valor pró-forma nessa dívida própria foi de (0,9) mil milhões de euros para 31 de dezembro de 2013 e para 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013, o nosso rácio de alavancagem desceu para 19 dos 22 do exercício anterior.

O nosso rácio de alavancagem, calculado como a relação entre o total do ativo em conformidade com as IFRS e o total do capital próprio em conformidade com as IFRS, era de 29 em 31 de dezembro de 2013, o que representa um decréscimo significativo comparativamente com 37 no final de 2012.

No seguimento da publicação do quadro CRR/CRD IV a 27 de junho de 2013, estabelecemos um novo cálculo de rácio de alavancagem de acordo com o futuro enquadramento legal vinculativo. Em 31 de dezembro de 2013, o nosso rácio de alavancagem CRR/CRD IV pró-forma ajustado foi de 3,1%, tendo em conta um capital Tier 1 pró-forma ajustado de 45,2 mil milhões de euros sobre uma medida de exposição aplicável de 1.445 mil milhões de euros. O capital Tier 1 pró-forma ajustado inclui o nosso capital Common Equity Tier 1 fully loaded pró-forma mais todos os instrumentos Tier 1 adicional que ainda eram elegíveis de acordo com a metodologia

de descontinuação progressiva transitória do CRR/CRD IV. Em 31 de dezembro de 2012, os nossos instrumentos Tier 1 adicionais de emissões conformes com o quadro de Basileia 2.5 ascenderam a 12,5 mil milhões de euros. Durante o período de descontinuação progressiva transitório o montante reconhecível máximo destes instrumentos Tier 1 adicionais será reduzido no início de cada exercício em 10% ou 1,3 mil milhões de euros até 2022. A 31 de dezembro de 2013, isto resultou em instrumentos de Tier 1 adicionais no valor de 11,2 mil milhões elegíveis de acordo com o CRR/CRD IV, que são incluídos no nosso rácio de alavancagem CRR/CRD IV pró-forma ajustado. Ao longo do tempo, pretendemos emitir novos instrumentos Tier 1 adicionais elegíveis de acordo com o CRR/CRD IV para compensar os efeitos daqueles que estão a ser progressivamente descontinuados ao abrigo do CRR/CRD IV.

Posição global do risco

Capital económico

Para determinar a nossa posição de risco global (não regulamentar) consideramos geralmente os benefícios da diversificação entre todos os tipos de risco, exceto no que se refere ao risco do negócio, que agregamos por adição simples.

Posição de risco global, medida pela utilização de capital económico

			Aumento (redução) em 2013 relativamente a 2012	
em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012	em milhões de euros	em %
Risco de crédito	12.013	12.574	(561)	(4)
Risco de mercado	12.738	13.185	(447)	(3)
Risco de mercado relacionado com a negociação	4.197	4.690	(493)	(11)
Risco de mercado não relacionado com a negociação	8.541	8.495	46	1
Risco operacional	5.253	5.018	235	5
Benefício da diversificação entre os riscos de crédito, de mercado e operacional	(4.515)	(4.435)	(80)	2
Subtotal do risco de crédito, de mercado e operacional	25.489	26.342	(853)	(3)
Risco de negócio	1.682	2.399	(718)	(30)
Total de utilização de capital económico	27.171	28.741	(1.570)	(5)

Em 31 de dezembro de 2013, a nossa utilização de capital económico totalizava 27,2 mil milhões de euros, um valor 1,6 mil milhões (5%) inferior aos 28,7 mil milhões de euros de utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2012. A posição de risco global inferior refletiu principalmente atividades de redução do risco, que foram parcialmente compensadas por metodologias atualizadas nos tipos de risco.

Em 31 de dezembro de 2013, a utilização de capital económico incluía 4,3 mil milhões de euros relativos ao Postbank, um valor 1,0 mil milhões (19%) inferior aos 5,3 mil milhões de euros de utilização de capital económico registados em 31 de dezembro de 2012. A diminuição deveu-se em grande parte a atividades de redução do risco de exposição de risco de *spread* de crédito da carteira bancária do Postbank, parcialmente compensada pelo aumento da utilização de capital económico para risco operacional.

A nossa utilização de capital económico para risco de crédito totalizava 12,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013. A diminuição de 561 milhões de euros (4%), refletiu principalmente melhoramentos de processo e exposições reduzidas, principalmente na NCOU, parcialmente compensada por aumentos da recalibração do modelo interno.

A utilização de capital económico para o risco de mercado diminuiu 447 milhões de euros (3%) para 12,7 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, devido à diminuição de 493 milhões de euros (11%) registada no risco de mercado relacionado com a negociação. A descida deveu-se principalmente a reduções na NCOU. A utilização de capital económico para risco de mercado não relacionado com a negociação aumentou 46 milhões de euros (1%), este aumento deveu-se em grande parte à implementação de uma metodologia mais

conservadora para risco de pensões e risco cambial estrutural no que se refere ao horizonte de liquidez aplicado e ao tratamento do risco de longevidade compensado por uma diminuição substancial em exposições para carteiras bancárias com risco significativo de spread de crédito.

A utilização de capital económico para risco operacional aumentou para 5,3 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2013 face a 5,0 mil milhões de euros no exercício de 2012. Isto deveu-se principalmente à implementação de uma alteração no nosso modelo AMA para uma melhor estimativa da frequência das perdas de risco operacional específicas do Deutsche Bank. A alteração conduziu a um aumento de 191 milhões de euros na utilização de capital económico. Um fator adicional foi o aumento do perfil de perda de risco operacional do Deutsche Bank, bem como de todo o setor bancário. As perdas de risco operacional relacionadas que se materializaram e que dão origem ao aumento da utilização de capital económico devem-se em grande parte às saídas relacionadas com litígios, investigações e ações de execução. O capital continua a incluir a margem de segurança aplicada no nosso modelo AMA, que foi implementada em 2011 para prever riscos legais imprevistos em face da atual crise financeira.

A nossa metodologia de capital económico de risco de negócio captura risco estratégico, o que implicitamente também inclui elementos de risco reputacional refinanciamento e uma componente de risco fiscal. A utilização de capital económico para o risco de negócio, totalizou 1,7 mil milhões em 31 de dezembro de 2013, sendo inferior em 718 milhões de euros (30%) à utilização de capital económico em 31 de dezembro de 2012 no total de 2,4 mil milhões de euros. A diminuição deveu-se a uma diminuição da utilização de capital económico para a componente de risco estratégico decorrente de um plano de negócio mais otimista para 2014 face ao plano de negócio para 2013.

O efeito de diversificação da utilização de capital económico pelo risco de crédito, risco de mercado e risco operacional aumentou 80 milhões de euros (2%) em 31 de dezembro de 2013, refletindo principalmente efeitos de recalibração do modelo regular.

Processo de avaliação da adequação de capital interno

O Processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP) obriga os bancos a identificarem e avaliarem riscos, a disporem de capital suficiente para lidar com esses riscos e a aplicarem técnicas de gestão de risco adequadas para manter a capitalização adequada de forma contínua, ou seja, para garantir que a oferta interna de capital é superior à procura interna de capital (os respetivos valores são descritos com mais detalhe na secção "Adequação de capital interno").

Mantemos, ao nível do Grupo, conformidade com o Processo de Avaliação da Adequação do Capital Interno conforme exigido nos termos do Pilar 2 de Basileia 2 e da respetiva implementação na Alemanha e com os Requisitos Mínimos para Gestão do Risco (MaRisk), através da respetiva estrutura de gestão e governação do risco, metodologias, processos e infraestruturas.

Em conformidade com os requisitos MaRisk e de Basileia, os principais instrumentos para nos ajudar a manter a capitalização adequada contínua e prospetiva do Grupo são:

— Um processo de planeamento estratégico que alinha a estratégia e apetência de risco com objetivos comerciais;
— Um processo de monitorização contínuo das metas de risco e capital definidas e aprovadas;
— Relatórios frequentes de risco e capital destinados à gestão e
— Um quadro de testes de esforço e de capital económico que também inclui testes de esforço específicos para sustentar os nossos processos de monitorização de recuperação.

Podem ser encontradas mais informações sobre a gestão de risco, organizadas segundo as principais categorias de risco, na secção "Princípios de gestão do risco – Governação do risco".

Adequação de capital interno

A principal medida do nosso Processo de avaliação da adequação do capital interno (ICAAP) é a avaliação da nossa adequação de capital interno com base na nossa abordagem de "negócio liquidado" (*gone concern*), calculada como o rácio entre a nossa oferta total de capital e os nossos requisitos de capital total, conforme a tabela abaixo. Em 2013, a nossa definição de oferta de capital estava alinhada com os requisitos de fundos próprios do CRR/CRD IV ao descontinuar o ajustamento para resultados líquidos não realizados em coberturas de fluxos de caixa e a inclusão de ajustamentos da avaliação de dívida. A informação relativa ao exercício anterior foi alterada em conformidade.

Adequação de capital interno

em milhões de euros
(exceto se indicado em contrário)

	31.12.2013	31.12.2012
Oferta de capital		
Capital próprio acionista	54.719	54.001
Resultados ao justo valor relativamente à dívida própria e ajustamentos da avaliação de dívida, sujeitos a risco de crédito próprio[1]	(537)	(569)
Ativos por impostos diferidos	(7.071)	(7.712)
Ajustamentos de justo valor para ativos financeiros reclassificados em empréstimos[2]	(363)	(1.991)
Participações minoritárias[3]	0	0
Instrumentos híbridos de capital *Tier 1*	12.182	12.526
Instrumentos de capital Tier 2[4]	9.689	11.646
Oferta de capital	**68.619**	**67.901**
Procura de capital		
Requisitos de capital económico	27.171	28.741
Ativos intangíveis	13.932	14.219
Procura de capital	**41.103**	**42.960**
Rácio de adequação de capital interno	**167%**	**158%**

[1] Inclui a dedução de ganhos ao justo valor relativos a efeitos de crédito relacionados com passivos próprios designados ao abrigo da opção de justo valor, bem como os ajustamentos da avaliação de dívida.
[2] Inclui ajustamentos de justo valor relativamente a ativos reclassificados de acordo com a NIC 39 e no que se refere à carteira bancária de ativos nos casos em que não está disponível financiamento equivalente.
[3] Inclui participações minoritárias até ao máximo dos requisitos de capital económico de cada subsidiária.
[4] Instrumentos de capital *Tier 2*, excluindo rubricas a serem parcialmente deduzidas do capital *Tier 2* em conformidade com o artigo 10.º, n.ºs 6 e 6a da lei bancária alemã KWG, ganhos não realizados em valores mobiliários cotados (45% elegíveis) e determinados montantes de determinadas margens de avaliação (*haircuts*) que se aplicam apenas na avaliação de capital regulamentar.

Uma relação de mais de 100% significa que a oferta total de capital é suficiente para cobrir a procura de capital determinada pelas posições de risco. Este rácio era de 167% em 31 de dezembro de 2013 face a 158% em 31 de dezembro de 2012. O aumento da oferta de capital, em virtude do reforço do capital próprio dos acionistas e de reduções nas rubricas de dedução, bem como a diminuição na procura de capital observada determinou a evolução favorável do rácio. O aumento de 718 milhões de euros no capital próprio dos acionistas refletiu principalmente o aumento de capital no segundo trimestre parcialmente compensado por efeitos de conversão cambial. Os ajustamentos de justo valor para ativos financeiros reclassificados em empréstimos diminuíram 1,6 mil milhões de euros, refletindo principalmente atividades de redução do risco e consolidação de veículos de finalidade especial ao abrigo das IFRS 10. A diminuição registada na procura de capital foi provocada por requisitos de capital económico mais baixos, explicados na secção "Posição de risco global", que foi suportada pelas imparidades do goodwill e de outros ativos intangíveis no quarto trimestre de 2013.

As medidas de adequação de capital descritas são aplicáveis ao Grupo globalmente (incluindo o Postbank) e formam parte integrante da nossa estrutura de Gestão de risco e capital descrita com maior detalhe noutras secções deste Relatório.

Relatório de Remunerações

Introdução

O Relatório de remuneração de 2013 fornece informação quantitativa e qualitativa detalhada sobre as remunerações relacionadas com o Grupo Deutsche Bank global. Além disso, contém divulgações específicas de colaboradores e membros do Conselho de Administração identificados em conformidade com o regulamento alemão relativo aos requisitos de supervisão para os sistemas de remuneração de bancos (Institutsvergütungsverordnung – InstitutsVergV).

O relatório inclui as seguintes secções:

— Sumário Executivo
— Relatório de remuneração Resumo e divulgação do sistema de remuneração do Grupo
— Relatório e divulgação do sistema de remuneração do Conselho de Administração
— Colaboradores regulados em conformidade com o InstitutsVergV
— Relatório e divulgação do Conselho de Fiscalização

O Relatório cumpre os requisitos do artigo 314.º, n.º 1, ponto 6 do Código Comercial alemão (Handelsgesetzbuch – HGB), da norma de contabilidade alemã n.º 17 " Relato da remuneração dos órgãos executivos, do decreto InstitutsVergV e das recomendações do código de governo das sociedades alemão.

Sumário Executivo

Remuneração do Grupo

Os requisitos regulamentares externos e os responsáveis internos pela mudança cultural continuaram a moldar os sistemas e a política de remuneração do Grupo. Consequentemente, em 2013 verificou-se uma continuidade significativa do progresso referente ao nosso enquadramento, estruturas e estratégia de remunerações global tanto ao nível do Conselho de Administração como ao nível do Grupo.

Continuamos a apoiar e a valorizar os méritos da Remuneração variável. Operada e regida num enquadramento sólido de gestão do risco, é uma ferramenta essencial para atrair, manter e incentivar adequadamente talentos com desempenho elevado. A este respeito, os montantes de remuneração variável do Grupo em relação ao exercício de 2013 foram de 3,16 mil milhões de euros. Mantendo a nossa abordagem histórica, 44% do montante foi diferido de três a cinco anos e submetido a uma combinação de disposições de perda de direitos baseadas em desempenho e comportamento. O âmbito das disposições de perda de direitos tem sido significativamente alargado ao longo deste ano.

Conselho de Administração

O Conselho de Fiscalização reestruturou o sistema de remunerações para membros do Conselho de Administração. Esta alteração foi aprovada pela Assembleia Geral realizada em maio e entrou em vigor a 1 de janeiro de 2013. A reestruturação baseia-se em grande parte nas recomendações do "Painel independente" implementado em 2012 e constitui uma componente adicional da implementação da Estratégia 2015+. Atualmente, a remuneração está mais claramente alinhada com os valores e objetivos estratégicos do Deutsche Bank. Em particular, o alargamento dos critérios de desempenho em ambos os componentes de remuneração variável demonstra ainda mais equilíbrio e sustentabilidade na remuneração.

Em conformidade com os requisitos do InstitutsVergV, foi implementado um novo Comité de Controlo de Remuneração com membros do Conselho de Fiscalização, obrigatório a partir de 1 de janeiro de 2014. O Comité assumirá as funções do Comité do Presidente, principalmente no que se refere à preparação da estrutura do sistema de remunerações e à determinação da remuneração dos membros do Conselho de Administração. O Comité de Controlo de Remunerações iniciou o seu trabalho no final de 2013.

Colaboradores regulamentados

Em conformidade com o InstitutsVergV identificámos 1.295 indivíduos que assumem riscos significativos (designados por "colaboradores regulamentados") relativamente a 2013. Isto representa um aumento de 7% desde 2012, que se deve em parte a um aumento nos colaboradores identificados em funções relacionadas com risco e a uma redução no limite de remuneração, acima do qual um colaborador é imediatamente considerado um indivíduo que assume riscos significativos. Esta ação foi assumida voluntariamente e é anterior às Normas Técnicas da Autoridade Bancária Europeia (EBA), submetidas pela EBA à Comissão em dezembro de 2013, cuja publicação está prevista para 2014.

Aproximadamente 560 membros do grupo de colaboradores regulamentados estão sediados na União Europeia (UE). Na população de colaboradores regulamentados, identificámos novamente uma administração sénior do Grupo constituída por 133 colaboradores. Na qualidade de líderes e administradores do Banco, é prudente que a maioria da sua remuneração esteja associada ao sucesso a longo prazo do Grupo. Assim, os seus prémios em ações diferidos estão sujeitos a um período conjugado de diferimento e retenção de cinco anos e a taxa de diferimento médio de remuneração variável neste grupo foi superior a 85%.

Resumo e divulgação do sistema de remuneração do Grupo

Influências culturais e regulamentares

O ano de 2013 foi decisivo no que se refere a regulamentação em matéria de remuneração aplicável a bancos na UE na sequência da finalização da quarta diretiva de requisitos de capital (CRD) 4. Os novos requisitos de remuneração (incluindo a medida nominal de limitação dos rácios da componente de remuneração fixa a variável) entraram em vigor a 1 de janeiro de 2014, não sendo, contudo, aplicáveis à remuneração relativa ao desempenho do ano de 2013. Embora ainda subsistam algumas incertezas de interpretação neste momento, o banco conseguiu estar na vanguarda das alterações regulamentares em matéria de remuneração e garantirá conformidade total com todos os novos requisitos. Em particular, o banco continuará a cumprir o InstitutsVergV e a Lei bancária alemã com as alterações implementadas e em vigor a 1 de janeiro de 2014 para refletir os requisitos do CRD 4.

Juntamente com os desenvolvimentos externos, a cultura e a mudança cultural no interior do Banco manter-se-ão como uma parte essencial da nossa Estratégia 2015+. Em meadas de 2013 atingimos um marco importante neste contexto com o lançamento dos novos valores e convicções para o Deutsche Bank, que estão na base da nossa atividade. A componente remuneratória é uma parte fundamental de uma organização de sucesso e sustentável e, por esse motivo, procuramos garantir que os objetivos e propósitos da nossa nova estratégia de remuneração estejam de acordo com os nossos valores e convicções.

Prevê-se que a nossa estratégia remuneratória apoie um modelo bancário universal diversificado, com práticas de remuneração seguras e alinhadas com os valores do Banco. Especificamente, a estratégia de remuneração tem cinco objetivos:

— Apoiar a implementação da estratégia bancária centrada no cliente e universal do Deutsche Bank, através da captação e retenção de talentos em todos os diferentes modelos de negócio e em locais de 65 países;
— Apoiar o desempenho do banco a longo prazo, o desenvolvimento sustentável da instituição e as estratégias de risco que daí derivam;

— Apoiar um desempenho a longo prazo que se baseie em eficiência e disciplina de custos;
— Garantir que as práticas de remuneração do banco são seguras em termos de resultados de desempenho de ajuste de risco, evitando que sejam assumidos riscos inapropriados, garantindo compatibilidade com o planeamento de capital e liquidez e cumprindo a regulamentação;
— Fundamentar os valores declarados do banco de integridade, desempenho sustentável, centralidade do cliente; inovação, disciplina e parceria.

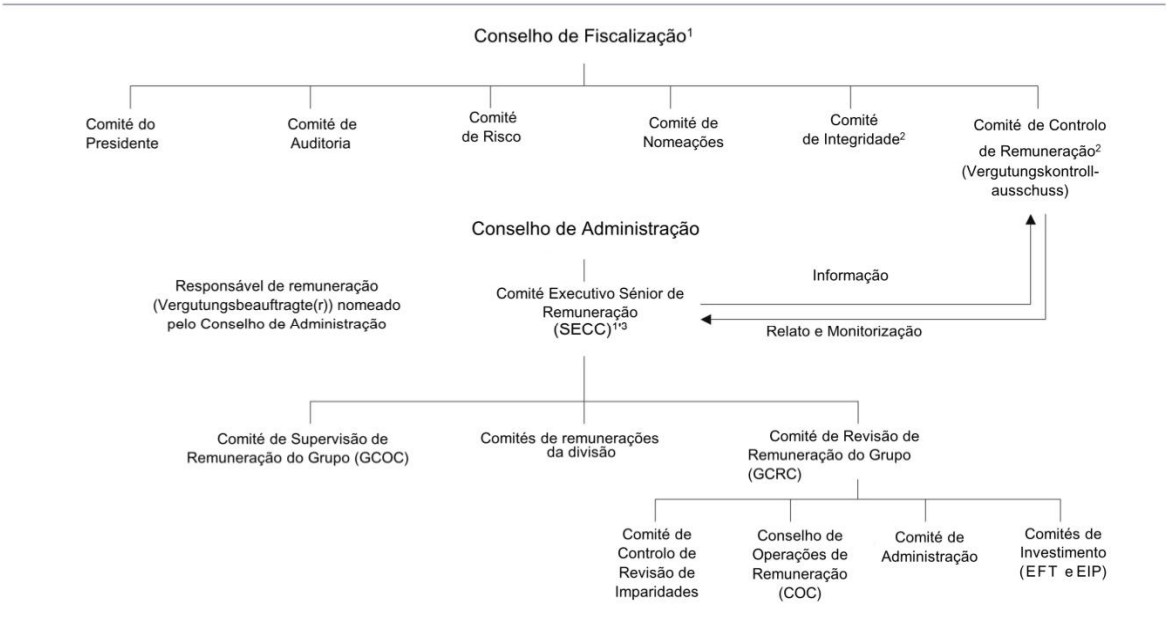
Adicionalmente, a estratégia de remuneração é essencial para a concretização das cinco alavancas da Estratégia 2015+ do Deutsche Bank:

— Clientes: Colocar uma ênfase estratégica nas franquias de cliente do banco garantindo a competitividade das franquias e a centralidade do cliente;
— Competências: Garantir que o banco consegue atrair e reter os melhores talentos em todos os produtos e controlar áreas de função/infraestrutura;
— Capital: Promover o crescimento orgânico do capital, a redução dos ativos ponderados pelo risco e um sistema de remuneração que apoie o plano de capital do Grupo;
— Custos: Incentivar ações que cumpram os objetivos de custos a longo prazo e uma disciplina de custos continuada;
— Cultura: Associar incentivos a comportamentos que suportem um desempenho sustentável, uma disciplina financeira e uma cultura de risco apropriada. Em particular, os resultados de remuneração ligaram-se mais intimamente a ações disciplinares através da melhoria das disposições relativas a perda de direitos.

Governo das remunerações

Um quadro de governo robusto e eficaz garante que operamos dentro dos parâmetros claros da nossa estratégia e política de remuneração. Todas as questões remuneratórias e a conformidade geral com os requisitos regulamentares são supervisionados pelos principais comités que compõem a Estrutura global de governo dos prémios.

Estrutura de governo das remunerações revista
(baseada em 25d (12) KWG e no InstitutsVergV Regulations)



[1] opcional: Consultores externos independentes

De acordo com a Estrutura bipartida alemã do Conselho de Administração, o Conselho de Fiscalização governa a remuneração dos membros do Conselho de Administração, enquanto o Conselho de Administração, apoiado pelo comité executivo sénior de remuneração (Senior Executive Compensation Committee – SECC), supervisiona as questões de remuneração de todos os outros colaboradores do Grupo. Em conformidade com o InstitutsVergV atualizado, o SECC trabalha agora em cooperação com o recém-criado Comité de Controlo de Remunerações (Compensation Control Committee – CCC) relativamente a questões do Grupo. O CCC é composto por membros do Conselho de Fiscalização e assegura uma ligação mais estreita e uma maior atenção a questões relativas a remuneração do Grupo por parte do Conselho de Fiscalização.

O SECC é copresidido por Stefan Krause (CFO) e por Stephan Leithner (CEO para a Europa exceto Alemanha e Reino Unido, recursos humanos, departamento jurídico e de conformidade, assuntos regulamentares e de governo), ambos membros do Conselho de Administração. Os restantes membros são Stuart Lewis (CRO e membro do Conselho de Administração) e colaboradores sénior dos departamentos financeiro e de recursos humanos. Para manter a sua independência, nenhum colaborador relacionado com qualquer uma das nossas divisões de negócio é membro do SECC. O SECC prepara e recomenda ao Conselho de Administração as principais decisões do âmbito do Grupo relativas a estratégia e estruturas de remuneração, supervisionando também o processo de remuneração geral através da sua estrutura de subcomité.

Melhoramentos do governo das remunerações

Para além da criação do CCC, forma introduzidos várias melhorias adicionais de governo, durante 2013, com particular destaque para as competências e trabalho do comité de supervisão de remuneração do Grupo (Group Compensation Oversight Committee – GCOC).

Enquanto órgão delegado do SECC, o GCOC é responsável pela supervisão dos processos de remuneração de final de ano das divisões. Como tal, o GCOC fornece um quadro de remuneração e orientações para os comités de remunerações das divisões (Divisional Compensation Committees – DCC) para que estes possam estabelecer os seus quadros de remuneração de divisão. O GCOC analisa estes quadros certificando-se de que tanto os quadros como as práticas gerais dos DCC cumprem os princípios e políticas de remuneração do Banco, bem como os requisitos regulamentares externos.

O objetivo do GCOC é múltiplo:

Garantir que as divisões tiveram em conta parâmetros e indicadores de remunerações sólidos (financeiros e não financeiros) na afetação dos montantes de remuneração variável na divisão, com referência particular para:

— O desempenho financeiro das respetivas áreas de negócio da divisão e das subdivisões, no contexto de uma estratégia de negócio mais alargada;
— A consideração de perfis de risco inerentes baseada em diferentes tipos de risco (ou seja, risco operacional, de mercado, de liquidez, reputacional, regulamentar e de crédito);
— Outros fatores qualitativos estratégicos.

A revisão da estrutura do governo das divisões (e a comunicação da mesma) e dos processos que apoiam as decisões relativas a remuneração variável num nível de colaborador individual, para:

— Avaliar, no geral, o cumprimento dos requisitos estabelecidos de governo das remunerações;
— Determinar se são necessários mais melhoramentos aos processos de governo das remunerações da divisão.

O GCOC monitoriza o progresso dos DCC relativamente aos requisitos estabelecidos de governo das compensações, através do processo de remuneração anual de final de ano do Grupo, e fornece um resumo dos seus resultados e das suas recomendações ao SECC antes da conclusão do processo.

O GCOC fez vários melhoramentos ao processo de governo das remunerações para 2013. Estes melhoramentos incluíram, entre outros:

— uma análise de todos os requisitos do governo das remunerações existentes;
— maior envolvimento com os DCC quanto à adequabilidade dos parâmetros de remuneração aplicados pelos DCC;
— introdução de melhorias significativas nos requisitos para a documentação das decisões sobre remuneração variável.

Como resultado destes melhoramentos, o governo foi claramente melhorado através do GCOC em 2013.

Adicionalmente, o GCOC determinou que os melhoramentos efetuados à documentação das decisões sobre remuneração variável fossem aplicados a todos os colaboradores regulamentados, assegurando, desta forma, que os gestores que tomam decisões de atribuição de remuneração variável para colaboradores regulamentados documentam devidamente as métricas consideradas nas suas tomada de decisão.

Estrutura de remuneração

A remuneração no Banco é dividida entre remuneração fixa e variável. A remuneração fixa é utilizada para compensar os colaboradores pelas suas capacidades, experiência e competências, em função dos requisitos, dimensão e âmbito da sua função. O nível adequado de remuneração fixa para cada função é determinado por referência ao valor vigente de mercado para a função e de acordo com os requisitos regulamentares das estruturas de remuneração total.

A remuneração fixa pode incluir salário-base, suplemento salarial ou subsídios e, conforme aplicável, subsídios locais específicos (por exemplo, subsídios para automóveis). Os pagamentos fixos são contratuais e, em muitas jurisdições legais, irrevogáveis.

Para a maioria dos colaboradores do Deutsche Bank, os pagamentos fixos são o primeiro componente de remuneração e a parte de remuneração fixa dentro da remuneração total é muito superior a 50%. Isto é apropriado para muitos negócios e continuará a ser uma característica significativa da remuneração total a manter.

Para apoiar a captação e retenção das pessoas certas nos locais e modelos de negócio dos diversos países, os níveis competitivos de remuneração fixa desempenham um papel importante para assegurar que o Banco dispõe das competências essenciais necessárias para cumprir os seus objetivos estratégicos.

A remuneração variável baseia-se no objetivo do setor de conservar a flexibilidade de custos e, simultaneamente, atrair e reter os melhores talentos. A remuneração variável também tem a vantagem de permitir diferenciar resultados de desempenho e incentivar comportamentos, mediante sistemas de incentivo apropriados que podem também influenciar a cultura. Consequentemente, a remuneração variável é uma característica central da prática de mercado das remunerações em várias linhas de negócio globalmente no ambiente bancário. Combinada com a remuneração fixa, conduz a resultados de remuneração total que são eficazes em termos de custos e, simultaneamente, flexíveis.

Determinar a remuneração variável no âmbito do Grupo

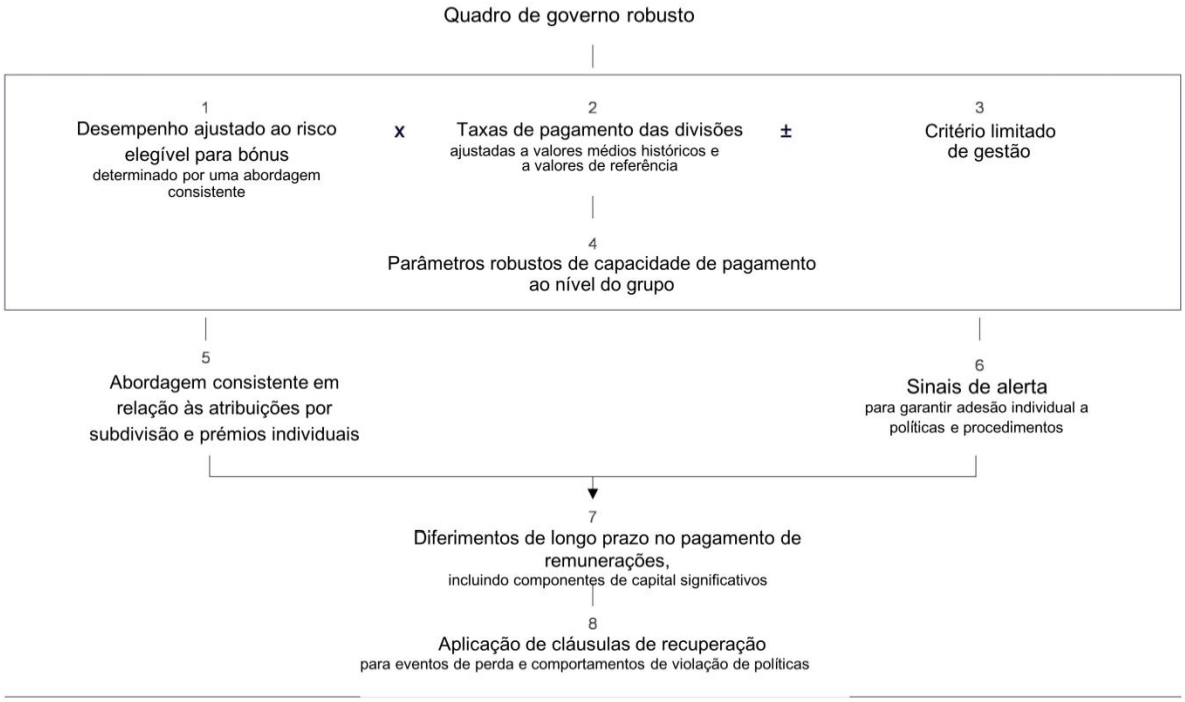
O Banco usa um processo formalizado e transparente para calcular os montantes de remuneração variável recomendados para o Grupo. Para as divisões de negócio, as recomendações dos montantes de remuneração variável são calculadas pela aplicação de taxas de pagamento das divisões ao desempenho ajustado ao risco da divisão elegível para gratificação. As taxas de pagamento das divisões são ajustadas tanto a valores médios históricos como a valores de referência competitivos, para garantir a transparência das recomendações de montantes iniciais.

As recomendações de montantes resultantes são depois consideradas e revistas tendo em conta outros fatores qualitativos estratégicos e referenciais externos. Em conformidade com o InstitutsVergV, a ênfase de

remuneração para a maioria dos colaboradores de infraestrutura, em particular em funções essenciais de controlo, assenta na remuneração fixa.

Na tomada de decisões sobre os montantes da remuneração variável, a consideração principal a ter é equilibrar a capacidade de pagamento do Grupo com a competitividade. De acordo com a regulamentação do InstitutsVergV, o desempenho financeiro de todo o Grupo é tido em conta ao considerar a capacidade de pagamento, de modo a garantir que os montantes de remuneração variável se situam dentro dos níveis que o Grupo como um todo pode suportar. Ainda de acordo com o InstitutsVergV, o montante agregado de remuneração variável deve ter em consideração a capacidade de assunção de risco, o planeamento de capital e liquidez de vários anos e a rentabilidade, apoiando níveis de capital e liquidez adequados.

Resumo do processo de determinação dos montantes de remuneração variável e quadro de governo geral:



Estruturas e veículos de remuneração variável

A remuneração variável é usada pelo banco há muitos anos para incentivar, premiar e reter colaboradores com níveis elevados de desempenho e, dessa forma, diferenciar os resultados da remuneração total. A um nível superior, estamos empenhados em garantir que uma grande parcela de qualquer prémio de remuneração variável está associada ao desenvolvimento a longo prazo e desempenho do banco através do diferimento estruturado de prémios num período mínimo de três anos, com condições de desempenho e disposições relativas a perda de direitos apropriadas.

Os benefícios gerais dos prémios diferidos e os aspetos positivos do ponto de vista de gestão do risco e retenção devem também ser cuidadosamente equilibrados com a gestão de custos de remuneração para anos futuros e as implicações de alargar os níveis de diferimento. Para obter o equilíbrio certo, determinou-se que 44% (não incluindo prémios iniciais em ações) do montante geral de bónus do grupo para 2013 seria na forma de remuneração diferida.

Individualmente foi definido um limiar de 100.000 euros, acima do qual pelo menos 50% de qualquer remuneração variável foi diferida. Tal como em anos anteriores, os colaboradores em posições mais elevadas no Banco tiveram a grande parte da sua remuneração variável vinculada ao desempenho futuro tanto do Banco como da divisão na qual trabalham. Consequentemente, 100% de qualquer remuneração variável acima de 1 milhão de euros foi diferida. Este passo garantiu que o pagamento em numerário máximo inicial que qualquer colaborador podia receber era de 300.000 euros (ou 150.000 euros para um colaborador regulamentado em resultado do período de carência dos EUA - consultar EUA abaixo).

Grupos de colaboradores seniores e taxas de diferimento médias da remuneração variável



△ Total de colaboradores regulamentados pelos termos do InstitutsVergV ("Colaboradores regulamentados").

* Se aplicável, cada valor percentual inclui diferimentos para populações seniores. Ex. >85 % para Administração sénior do Grupo inclui o Conselho de Administração.

Os colaboradores com um prémio de remuneração variável diferido em 2013 receberam 50% do prémio sob a forma em ações diferidas e 50% em numerário diferido (nb: um número limitado de colaboradores seniores na nossa divisão DeAWM recebeu uma parcela do seu prémio diferido sob a forma de um plano de incentivo a colaboradores (Employee Incentive Plan – EIP). São prémios liquidados em numerário com base no valor dos fundos geridos pelo negócio. As disposições relativas a diferimentos e a perdas de direitos no âmbito do EIP mantêm-se iguais, bem como todos os outros prémios. Foram utilizados os seguintes instrumentos para atingir este objetivo:

Prémios restritos em ações

A parcela de ações diferidas é entregue sob a forma de um prémio restrito em ações (Restricted Equity Award – REA) que é obtido numa base proporcional num período mínimo de três anos (ou 4,5 anos para a administração sénior do Grupo). O valor dos REA está associado à cotação das ações do Banco ao longo do período da aquisição de direitos (e, quando aplicável, do período de carência), estando, por isso, vinculado ao desempenho sustentado de longo prazo do Banco. Durante o período de diferimento são aplicadas disposições de perda de direitos específicas e, quando aplicável, períodos de carência.

Prémios restritos de incentivo

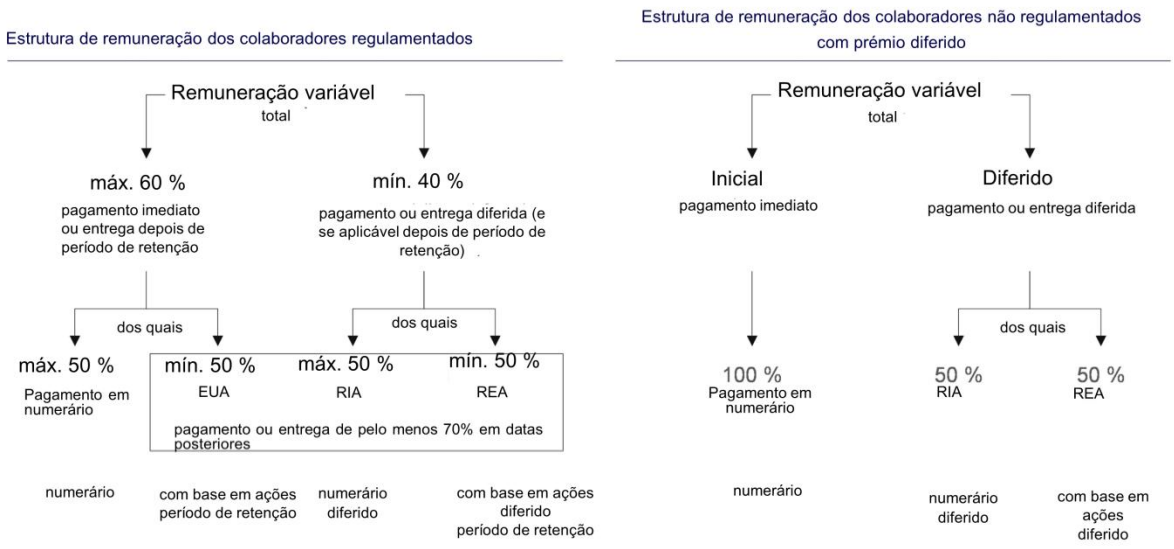
A parcela não baseada em ações é atribuída sob a forma duma remuneração em numerário diferida (Prémio restrito de ações) (Restricted Incentive Award – RIA) que é obtido numa base proporcional num período mínimo de três anos (para os membros do Conselho de Administração é aplicado um período de diferimento mais longo). Durante o período de diferimento são aplicadas disposições de perda de direitos específicas.

Prémios iniciais em ações

Além dos prémios diferidos referidos acima, todos os colaboradores regulamentados recebem 50% do seu prémio inicial (não diferido) sob a forma de um prémio inicial em ações (EUA).

O EUA implica a aquisição dos direitos na atribuição mas está sujeito a um período de carência. O valor do EUA está associado à cotação das ações do Banco ao longo do período de carência, estando, por isso, vinculado ao desempenho sustentado do Banco. Durante o período de carência são aplicadas disposições de perda de direitos específicas além de um requisito de serviço.

O esquema abaixo resume os referidos veículos de remuneração utilizados para colaboradores regulamentados e todos os outros colaboradores com um prémio diferido.



EUA = Prémios iniciais em ações (Equity Upfront Awards)
RIA = Prémios restritos de incentivo (Restricted Incentive Awards)
REA = Prémios restritos em ações (Restricted Equity Awards)

Calendário de diferimento

Os requisitos regulamentares determinam que os períodos de diferimento para indivíduos que assumem riscos significativos (colaboradores regulamentados) deverão ser, no mínimo, de três anos. Tal como em anos anteriores, decidimos aplicar estes requisitos mínimos a todos os colaboradores com prémios diferidos. Identificámos também novamente um subconjunto dos nossos colaboradores regulamentados com maior senioridade. Esta administração sénior do Grupo (composta por 133 colaboradores) está sujeita a um período de diferimento de 4,5 anos, que habilita à titularidade plena numa data especificada (cliff vest), relativamente ao seu REA. Isto tem como objetivo assegurar que, mais do que quaisquer outros colaboradores, os membros desse grupo têm um interesse adquirido que beneficia de um desempenho sustentado, de longo prazo, do Banco.

Também é aplicado um período de carência de seis meses após terem sido adquiridos os direitos de cada tranche REA para colaboradores regulamentados. Para a administração sénior do Grupo, o período de carência de seis meses segue-se ao período de aquisição de direitos de 4,5 anos. Sendo assim, não usufruirão de qualquer parcela do valor do seu REA de 2014 até, no mínimo, fevereiro de 2019 (cinco anos após a atribuição).

Todos os colaboradores regulamentados recebem também 50% do seu prémio inicial sob a forma de um EUA. O EUA implica a aquisição dos direitos na atribuição mas está sujeito a um período de carência de seis meses, durante o qual são aplicáveis as disposições relativas a perda de direitos (que vão além dos requisitos regulamentares).

Abaixo encontra-se um resumo da estrutura de perda de direitos para cada grupo de colaboradores com prémios diferidos (excluindo o Conselho de Administração).

Estrutura de compensação diferida de 2013

		Inicial	Diferido		
Grupo de colaboradores		Bónus em dinheiro (50 % de prémio inicial)	Prémio iniciais em ações (EUA) (50 % de prémio inicial)	Prémio restritos de incentivo (RIA) (prémios em numerário diferidos) (50 % de prémio diferido)	Prémio restritos em ações (REA) (prémios em ações diferidos) (50 % de prémio diferido)
Administração Sénior do Grupo[1]	Calendário de aquisição de direitos (data de atribuição Fevereiro de 2014)		Aquisição total imediata na concessão (Fev de 2014)	Aquisição gradual de direitos em 3 tranches anuais iguais (fevereiro de2015, 2016, 2017)	Aquisição imediata de direitos (cliff vesting) em 4,5 anos(Agosto de 2018)
	Período de retenção (a seguir ao período de aquisição)		Período de retenção termina em Agosto de 2014		Período de retenção termina em Fevereiro de 2019
Restantes Colaboradores regulamentados do InstitutsVergV	Calendário de aquisição de direitos (data de atribuição Fevereiro de 2014)		Aquisição total imediata na concessão (Fev de 2014)	Aquisição gradual de direitos em 3 tranches anuais iguais (fevereiro de2015, 2016, 2017)	Aquisição gradual de direitos em 3 tranches anuais iguais (fevereiro de2015, 2016, 2017)
	Período de retenção (a seguir ao período de aquisição)		Período de retenção termina em Agosto de 2014		Períodos de retenção terminam em Agosto de 2015, 2016, 2017
Todos os outros colaboradores comprémios diferidos	Calendário de aquisição de direitos (data de atribuição Fevereiro de 2014)			Aquisição gradual de direitos em 3 tranches anuais iguais (fevereiro de 2015, 2016, 2017)	Aquisição gradual de direitos em 3 tranches anuais iguais (fevereiro de 2015, 2016, 2017)
	Período de retenção (a seguir ao período de aquisição)				

[1] Excluindo Conselho de Administração.

Ajustamento de risco da remuneração variável

Através de uma série de medidas, garantimos os que processos de gestão do risco efetivos estejam integrados em sistemas de remuneração, abordando tanto os ajustamentos ex-ante como ex-post.

Ajustamento de risco ex-ante

Para garantir ajustamentos de risco ex-ante adequados, recorremos a uma metodologia padrão, consistente e no âmbito total do Banco, para medir o desempenho ajustado ao risco elegível para bónus (RA BE resultado líquido antes de bónus e impostos (NIBBT)) por divisão de negócio. Esta medida baseia-se no NIBBT revisto nas reuniões mensais de análise do negócio, ajustado em função de itens relevantes do desempenho e uma afetação de itens NCOU específicos e subsequentemente ajustado ao risco com base num montante de capital económico.

O capital económico mede o capital associado a perdas inesperadas. É uma medida prospetiva que quantifica o risco assumido pelo Banco, i.e., mede o perfil de risco num determinado ponto no tempo. O capital económico foi verificado pela função de risco como sendo a melhor estimativa do Banco para perdas futuras mas

não materializadas da sua atual carteira e, por isso, a melhor métrica para ajustar os montantes de remuneração variável. O SECC analisou a adequação da metodologia de ajuste ao risco, fazendo-o anualmente.

Regra geral, captamos todos os riscos significativos nos nossos quatro principais tipos de risco da nossa estrutura de capital económico (risco de crédito, de mercado, operacional e de negócio). Outros riscos são mapeados no correspondente tipo de risco principal. Exemplos específicos de sub-riscos captados nos vários tipos de risco principais são os seguintes:

Risco de crédito
— risco de migração de notação, risco de transferência de país, risco de liquidação.

Risco de mercado
— risco da taxa de juro da carteira bancária, risco de modelação de depósitos, risco de fundos garantidos (inclui parcialmente o risco de reputação), risco coletivo e de negócio de sociedade de construção.

Risco operacional
— risco legal e regulamentar, risco de TI, risco de pessoal, risco de continuidade de negócio, risco de fornecedor, risco de processamento de transações, risco de geração e execução, risco de apoio ao negócio, risco de relato/registo financeiro, risco de serviço fiduciário, risco imobiliário, risco de segurança.

Risco de negócio
— risco estratégico (inclui risco de reputacional geral), risco fiscal.

O NIBBT já tem em conta os riscos de liquidez através dos preços de transferência dos custos de financiamento, riscos de crédito através do reconhecimento de encargos de crédito considerado como provisões para perdas de crédito ou ajustamentos gerais de valor na carteira de crédito (perspetiva de um ano para perdas inesperadas), riscos de mercado por contabilização ao preço de mercado, incluindo a aplicação de valor de ajustamento da avaliação de crédito na carteira de derivados e riscos de longa duração através de uma metodologia adequada de reconhecimento de receitas.

Ajustamento de risco ex-post
As disposições relativas a condições de desempenho e de perda de direitos (condições de recuperação) são um elemento central das nossas estruturas de remuneração diferida e garantem que os prémios estão alinhados com o comportamento e desempenho futuros. Tal como ilustrado pelas estatísticas neste relatório, a percentagem de prémios de remuneração variável sujeitos a diferimento e, como tal as condições de perda de direitos e desempenho, aumenta em função da senioridade. Em conjunção com o âmbito de medidas de ajustamento do risco, a duração do período no qual são aplicáveis é igualmente importante. Melhorámos as disposições relativas a perda de direitos relativamente aos prémios diferidos de 2013 no que diz respeito a estes dois elementos.

As seguintes disposições relativas a perda de direitos e de desempenho foram aplicadas aos prémios de remuneração variável diferidos de 2013 (atribuídos em fevereiro de 2014).

Cláusula de recuperação vinculada ao Grupo
Esta condição de desempenho só é cumprida se o resultado líquido do Grupo antes de impostos sobre o rendimento (Net Income Before income Taxes – NIBT) for igual ou superior a zero. Se o Conselho de Administração determinar, a seu critério, que o resultado líquido antes de impostos sobre o rendimento do Grupo é negativo num ano durante o período definido para a aquisição de direitos, a condição de desempenho não será cumprida e será perdido 100% da tranche de REA atribuível aos colaboradores com aquisição de direitos prevista para esse ano. Adicionalmente, se o rácio de capital Common Equity Tier 1 do Grupo, em qualquer final de trimestre antes da data de aquisição de direitos, estiver abaixo do nível de capital mínimo regulamentar aplicável, incluindo um amortecedor de risco adicional de 200 pontos base, a critério do Conselho de

Administração, o total do REA cujos direitos ainda não foram adquiridos será perdido (provisão CET 1). A partir de 2014, esta condição de desempenho aplica-se a todos os colaboradores com prémios em ações diferidos. Esta foi a primeira vez que colaboradores não regulamentados com prémios diferidos (cerca de 3400 indivíduos) estiveram sujeitos a uma disposição específica do desempenho do Grupo relativa a perda de direitos. Isto é uma importante melhoria de governo e permite, de uma forma sem precedentes, alinhar a remuneração de um grupo muito mais vasto de colaboradores com o desempenho futuro do Banco.

No caso da administração sénior do Grupo, sujeita a REA com aquisição da titularidade dos direitos ao fim de cinco anos e período de carência, se o NIBT do Grupo em qualquer ano durante este período for negativo (mas não for acionada a provisão CET 1) serão perdidos 20% do prémio relativamente a esse ano.

Para colaboradores regulamentados, a parte da tranche da provisão NIBT do Grupo também se aplica ao seu RIA. Sendo assim, se o Conselho de Administração determinar que o resultado líquido antes de impostos sobre o rendimento (NIBT) do Grupo é negativo durante qualquer ano durante o período definido para a aquisição de direitos, a condição de desempenho não será cumprida e será perdido 100% da tranche de RIA com aquisição de direitos prevista para esse ano.

Cláusula de recuperação vinculada às divisões

Esta condição de desempenho é aplicável apenas a colaboradores regulamentados e verifica-se se o NIBT da divisão respetiva do colaborador for igual ou superior a zero. Se o resultado líquido antes de impostos sobre o rendimento duma divisão for negativo em qualquer ano durante o período definido para a aquisição de direitos, a condição de desempenho não será cumprida e serão perdidos 100% das tranches de REA e RIA com aquisição de direitos prevista para esse ano (ao critério do Conselho de Administração) por todos os colaboradores regulamentados na divisão aplicável, mesmo que o desempenho do Grupo se mantenha positivo. No caso da administração sénior do Grupo, sujeita a REA com aquisição da titularidade dos direitos ao fim de cinco anos e período de carência, se o NIBT da divisão em qualquer ano durante este período for negativo, serão perdidos 20% do prémio relativamente a esse ano. A cláusula de recuperação vinculada às divisões não é aplicável ao Conselho de Administração ou aos colaboradores das divisões de administração regional e infraestruturas. Apenas é aplicável a cláusula de recuperação vinculada ao Grupo.

Provisão de imparidade de proveitos

Esta cláusula de recuperação aplica-se aos RIA e REA e permite-nos determinar a eventual necessidade de ajustamentos com base nos resultados efetivos após o prémio. Até 100% dos prémios atribuídos a um colaborador podem ser perdidos se descobrirmos que o valor inicial do prémio era inadequado por se considerar em data posterior que um indicador de desempenho apresenta um elevado grau de imprecisão, ou se uma operação, negociação ou transação atribuível a um colaborador tiver um efeito adverso significativo em qualquer entidade ou divisão do Grupo ou no Grupo em geral.

Esta provisão foi alargada para incluir os EUA para colaboradores regulamentados, pela primeira vez em 2013, garantindo que uma maior percentagem de prémios para colaboradores regulamentados está sujeita a uma potencial perda de direitos com base no desempenho. Além disso, é agora também aplicável durante o período de carência após a aquisição de direitos do REA, garantindo, dessa forma, que as medidas de perda de direitos em função do desempenho se alargam a um período mínimo de 3,5 anos para prémios em ações atribuídos a colaboradores regulamentados (cinco anos para a administração sénior do Grupo).

Provisão de recuperação por violação de política/violação regulamentar

Esta cláusula de recuperação comportamental, aplicável tanto aos REA como aos RIA, inclui provisões que permitem a perda de 100% das remunerações pendentes diferidas em consequência de conduta imprópria, incluindo desonestidade, fraude, falsas declarações ou quebra de confiança, entre outras. Um prémio pode ser recuperado em virtude da violação de uma política ou procedimento interno, bem como de violação de leis ou disposições regulamentares impostas por terceiros.

Esta provisão foi alargada para incluir o período de carência de seis meses após a aquisição de direitos do REA, garantindo, dessa forma, que as medidas de perda de direitos em função do desempenho continuam a ser aplicáveis por um período mínimo de 3,5 anos para prémios em ações atribuídos a colaboradores regulamentados (cinco anos para a administração sénior do Grupo).

Segue-se um resumo das provisões acima e dos melhoramentos de 2013.

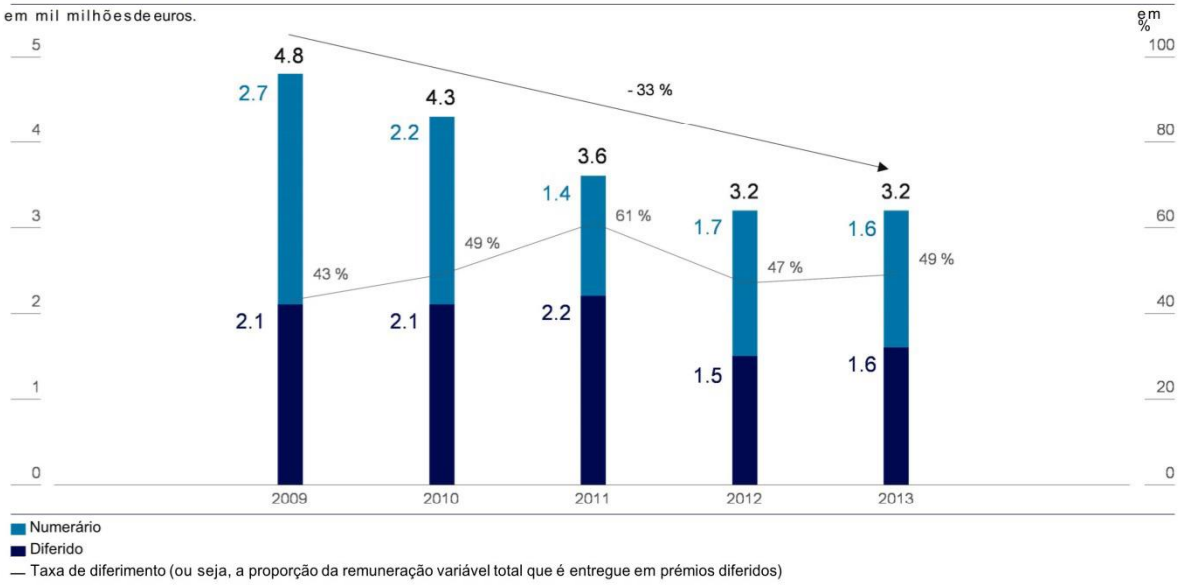
Prémios de compensação diferida de 2013: disposições de perda de direitos expandidas

Condições de desempenho existentes e perda de direitos		Direção do Grupo e outros colaboradores regulamentados	Todos os outros colaboradores comprémios diferidos
Desempenho do Grupo (NIBT negativo) - aplicável a tranches de REA e RIA durante períodos de aquisição		sim	
Desempenho das divisões (NIBT negativo) - aplicável a tranches de REA e RIA durante períodos de aquisição		sim	
Perda de imparidade de proveitos - aplicável a RIA e REA durante períodos de aquisição		sim	sim
Violação de política - aplicável a RIA e REA durante períodos de aquisição		sim	sim
Violação de política - aplicável ao prémio inicial em ações (EUA) para colaboradores regulamentados		sim	
Expansão acordada de perda de direitos para prémios concedidos em 2014 relativos ao desempenho do ano de 2013			
Expandir a definição e o âmbito do Grupodisposição do desempenho (NIBT negativo)aplicável a REA durante os períodos de aquisição paratodos os colaboradores com prémios diferidos	Perda de direitos em função das tranches no caso de o NIBT do Grupo ser negativo. Perdatotal de prémios não adquiridos se o rácio de capital CET 1 for inferior aonível de capital mínimo regulamentar (incluindo um amortecedor de risco adicional de 200pontos base)	sim	sim
Adicionar a provisão de imparidade de proveitos aos EUA e aos períodos de retenção depois de serem adquiridos os direitos de cada tranche REApara colaboradores regulamentados (período de 6 meses)		sim	
Provisão de imparidade de proveitos também reforçada para permitir que se olhe "para trás" para a materializaçãode perdas antigas		sim	sim
Adicionar as disposições da violação de política ao período de retenção após a aquisição de REA para colaboradores regulamentados(período de 6 meses)		sim	
Disposições da violação de política também reforçadas para se aplicarem a níveis inferiores de sanções disciplinares		sim	sim

Divulgação da remuneração nos termos do artigo 7.º do decreto InstitutsVergV

Em 2013, os prémios de remuneração variável (que excluem os montantes relativos a diferimentos aplicáveis ao ano anterior mas incluem os prémios atribuídos em 2012 cujos direitos serão amortizados no futuro) totalizaram 3,2 mil milhões de euros. A taxa de diferimento do grupo (incluindo os EUA) foi de 49%.

Taxas de remuneração variável e de diferimento



em milhões de euros, (exceto se indicado em contrário)[1]	CB&S	GTB	DeAWM	PBC	NCOU	2013 Total - Grupo	2012 Total - Grupo
Remuneração total	**4.505**	**956**	**1.366**	**2.782**	**263**	**9.871**	10.191
dos quais:							
Remuneração fixa	2.373	721	937	2.472	205	6.707	7.025
Remuneração variável	2.132	235	429	310	58	3.164	3.166
n.º de colaboradores (equivalente a tempo inteiro) no fim do período	**25.608**	**11.502**	**11.465**	**46.800**	**2.879**	**98.254**	98.219

[1] Inclui o número de colaboradores e a parte discricionária da remuneração variável do Postbank.

Todos os valores da tabela anterior incluem a afetação de remuneração vinculada à infraestrutura e ao número de colaboradores definidos pelo nosso código de afetação de custos.

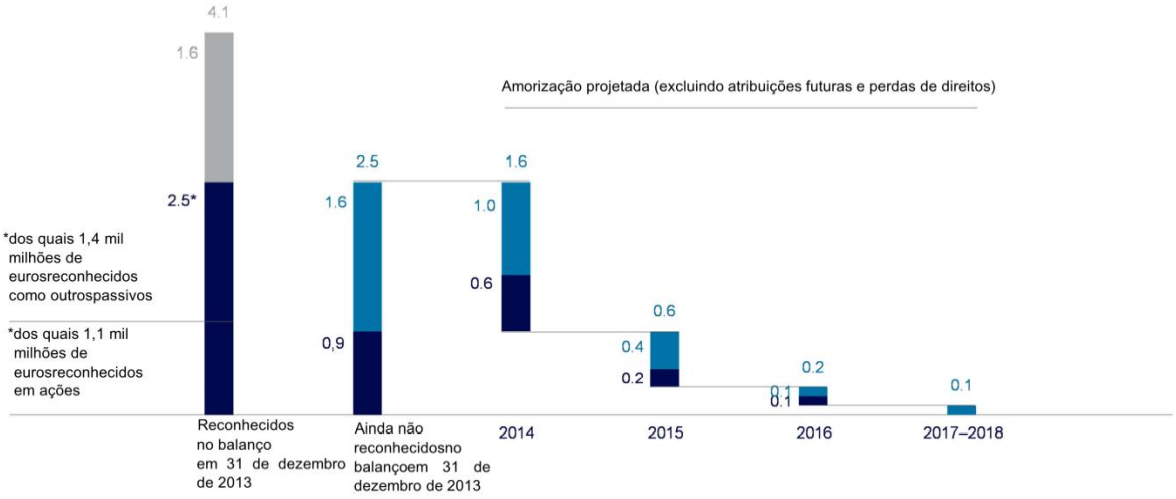
Reconhecimento e amortização da remuneração variável concedida

Em 31 de dezembro de 2013, incluindo prémios atribuídos no início de fevereiro de 2014, os custos com remuneração variável diferida, não amortizada, eram de aproximadamente 2,5 mil milhões de euros.

Remuneração variável

Reconhecimento em 31 de dezembro de 2013 e amortização projetada de compensação diferida atribuída.

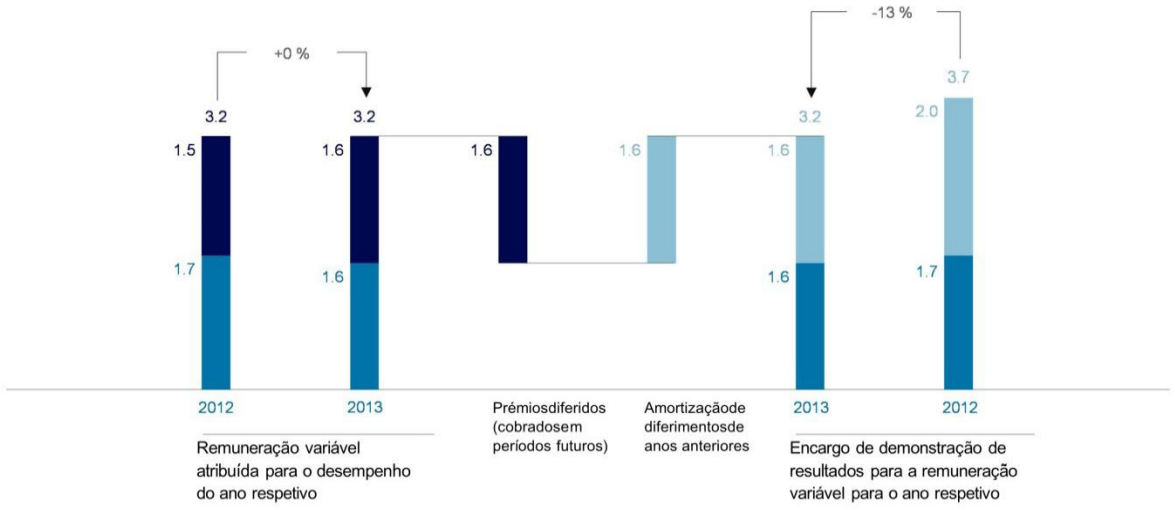
em mil milhões de euros.



Parcela em numerário de remuneração variável atribuída relativamente ao desempenho do ano de 2013 reconhecida como parte dos outros passivos.
Remuneração variável diferida, atribuída relativamente ao desempenho dos anos anteriores a 2013.
Remuneração variável diferida, atribuída relativamente ao desempenho do ano de 2013.

Reconciliação entre a amortização da remuneração variável concedida e o montante imputado aos resultados

em mil milhõesde euros.



Prémios diferidos (cobrados em períodos futuros).
Bónus em dinheiro (cobrados no período respetivo).
Amortização de diferimentos de anos anteriores[5].

Relatório e divulgação do sistema de remuneração do Conselho de Administração



Objetivos e princípios do sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração

Ao estruturar o sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração, o objetivo do Conselho de Fiscalização foi conceber um sistema que remunerasse adequadamente os membros do Conselho de Administração, em linha com o mercado e com os concorrentes e em conformidade com todos os requisitos estatutários e regulamentares, tendo em consideração o âmbito de atividade e responsabilidade dos membros do Conselho de Administração, bem como o seu desempenho individual e coletivo, juntamente com o desempenho geral de longo prazo do Banco.

Nesse sentido, o Conselho de Fiscalização analisa regularmente o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração. A análise centra-se em particular na adequabilidade da estrutura do sistema de remuneração e em ajustamentos necessários para corresponder a novos requisitos regulamentares. Em caso de mudança ou reestruturação do quadro remuneratório, o Conselho de Fiscalização recorrerá à possibilidade prevista pela Lei bancária alemã sobre a adequação da remuneração do Conselho de Administração (*Gesetz zur Angemessenheit der Vorstandsvergütung* – VorstAG) de levar à aprovação da Assembleia Geral o sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração. O objetivo do Banco é conceder aos acionistas o mais elevado nível de transparência relativamente à estrutura do sistema de remuneração para membros do Conselho de Administração. Desde a entrada em vigor da VorstAG em 2009, o sistema de remuneração foi apresentado à Assembleia Geral três vezes, relacionando-se, em particular, com a implementação de novas disposições regulamentares e tendo sido aprovado por uma larga maioria em todas elas. Mais recentemente, em maio de 2013, a Assembleia Geral, num momento de reestruturação fundamental, aprovou o sistema de remuneração que o Conselho de Fiscalização tinha adotado antes por uma maioria de 88,71% a 11 abril de 2013, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2013.

A reestruturação assenta sobretudo nas recomendações do painel de análise remuneratória independente dirigido pelo seu presidente, Dr. Jürgen Hambrecht. Em 2012, foi solicitado ao painel, entre outras coisas, que realizasse uma análise detalhada do sistema existente de remuneração do Conselho de Administração. O painel era composto por cinco profissionais externos de topo. As recomendações foram concluídas durante o ano de 2013 e tidas em consideração pelo Conselho de Fiscalização na reestruturação do sistema de remu-

neração. As principais características da nova estrutura remuneratória, em vigor a partir de 1 de janeiro de 2013, são descritas em pormenor neste relatório de remuneração.

Responsabilidade

O Conselho de Fiscalização enquanto órgão plenário é responsável pela estruturação do sistema de remuneração e por determinar a remuneração individual de cada membro do Conselho de Administração.

Até 2013 inclusive, o Comité do Presidente auxiliou o Conselho de Fiscalização neste processo. As suas funções incluíram, em particular, aconselhar o Conselho de Fiscalização em todas as matérias relacionadas com a remuneração dos membros do Conselho de Administração. Além disso, preparou todas as resoluções relativas ao sistema de remuneração e à determinação da remuneração individual dos membros do Conselho de Administração. O Comité do Presidente no âmbito do Conselho de Fiscalização dispõe de um total de quatro membros, sendo que dois deles são representantes dos trabalhadores do Grupo. O Comité do Presidente reuniu regularmente em 2013 e, em particular, preparou a reestruturação do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração.

No exercício de 2014, o Conselho de Fiscalização será apoiado pelo novo Comité de Controlo de Remuneração que assumirá as funções essenciais relativas ao sistema de remuneração dos membros do Conselho de Administração e à determinação de remunerações individuais, anteriormente da responsabilidade do Comité do Presidente. A exigência de estabelecer este comité adicional de membros do Conselho de Fiscalização resulta de novas abordagens regulamentares ao abrigo do CRD 4. Esta diretiva foi aperfeiçoada e transposta para o direito alemão pela lei de implementação CRD 4, através de alterações à lei bancária alemã (*Kreditwesengesetz* – KWG) e versões revistas da InstitutsVergV ao nível nacional. Em relação ao Conselho de Administração, as tarefas do Comité de Controlo de Remuneração incluem, em particular, apoiar e monitorizar o Conselho de Fiscalização na estruturação adequada do sistema de remuneração, bem como preparar as resoluções do Conselho de Fiscalização relativas à remunerações individuais.

O estabelecimento do comité é obrigatório desde 1 de janeiro de 2014. Contudo, o Conselho de Fiscalização abordou a composição e funções do comité logo no quarto trimestre de 2013, estabelecendo um Comité de Controlo de Remuneração e discutindo, de forma alargada, as funções e requisitos atribuídos ao mesmo. Conforme exigido por lei, o Comité de Controlo de Remuneração é composto por quatro membros, dos quais pelo menos um deverá ter a formação e experiência profissional necessárias na área da gestão do risco e controlo do risco e outro deverá ser um representante dos colaboradores.

As resoluções do Conselho de Fiscalização na determinação da remuneração variável para os membros do Conselho de Administração foram discutidas detalhadamente pelo Comité de Controlo de Remuneração, no final de janeiro de 2014, e foram preparadas por este para o Conselho de Fiscalização enquanto órgão plenário. Nestas considerações, a atenção centrou-se sobretudo na verificação da adequação da remuneração, numa análise horizontal face aos concorrentes do Banco, bem como numa análise vertical em conformidade com os requisitos do código de governo das sociedades alemão. No contexto desta análise comparada, a adequação da remuneração foi abordada relativamente ao:

— rácio entre remuneração fixa e variável;
— rácio entre prémios de curto prazo e longo prazo;
— rácio entre componentes de remuneração imediata e diferida; e
— rácio entre os elementos de remuneração com aquisição imediata de direitos e os elementos de remuneração sujeitos a condições de perda de direitos.

Adicionalmente, foi também considerada a adequação do montante total de remunerações em relação ao rendimento médio dos colaboradores.

Princípios

A estruturação do sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração é feita tendo em consideração os requisitos estatutários e regulamentares e no enquadramento dos mesmos. Naturalmente, a variedade de requisitos aplicáveis em todo o mundo que são impostos a empresas globais como o Deutsche Bank colocam o Conselho de Fiscalização perante o desafio de integrar requisitos e aspetos mais abrangentes num sistema de remuneração uniforme e, dessa forma, chegar a um equilíbrio entre a complexidade inerente e a necessidade de transparência.

Ao conceber a estrutura específica do sistema de remuneração, determinando os valores de remuneração individuais e estruturando a sua aplicação e distribuição, a atenção centra-se em garantir uma ligação estreita entre os interesses dos membros do Conselho de Administração e os interesses dos acionistas. Isto é conseguido através da utilização de indicadores financeiros importantes claramente definidos, que estão diretamente ligados ao desempenho do Deutsche Bank e atribuindo componentes de remuneração com base em ações que correspondam, no mínimo, a 50% do total da remuneração variável. Os componentes da remuneração baseados em ações estão diretamente vinculados ao desempenho da cotação da ação do Deutsche Bank e o respetivo pagamento só pode ser efetuado ao longo de um período de vários anos. O desempenho do Deutsche Bank em comparação com outras sociedades no mercado é um outro critério importante na estruturação e determinação da remuneração.

O sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração é ainda alinhado com objetivos de desempenho e sucesso. Atribui-se especial importância à abordagem de longo prazo do banco, bem como a critérios de adequação e sustentabilidade. Através da estrutura do sistema de remuneração, os membros do Conselho de Administração estão motivados para evitar incorrer em riscos excessivamente elevados, bem como para atingir os objetivos estabelecidos nas estratégias do Banco e promover continuamente o desenvolvimento positivo do Grupo.

No contexto da sua reapreciação do sistema de remuneração e na determinação da remuneração variável, o Conselho de Fiscalização recorre a consultores externos independentes especializados em matéria de remuneração e, se necessário, a consultores jurídicos. Caso o Conselho de Fiscalização considere que é necessária uma alteração, ajustará o quadro em função disso, após uma análise rigorosa da proposta por parte do Comité de Controlo de Remuneração.

Estrutura de remuneração desde janeiro de 2013

A alteração fundamental do Conselho de Fiscalização ao sistema de remuneração para os membros do Conselho de Administração entrou em vigor a 1 de janeiro de 2013. O sistema de remuneração aprovado pelo Conselho de Fiscalização e as estruturas de remuneração que este abrange encontram-se refletidos nos contratos individuais dos membros do Conselho de Administração. As características das estruturas estão descritas detalhadamente abaixo.

No início do ano, o Conselho de Fiscalização analisa a remuneração fixa e os valores alvo para os componentes da remuneração variável. Adicionalmente, define os objetivos gerais para o Grupo e individuais para os membros do Conselho de Administração e verifica se os objetivos alvo padrão definidos para o prémio de desempenho de longo prazo ainda se mantêm alinhados com a estratégia de longo prazo do Banco. O desempenho de membros do Conselho de Administração considerados individualmente será avaliado pelo Conselho de Fiscalização e discutido com os membros do Conselho de Administração ao longo e no final do ano.

A remuneração total resultante do novo sistema de remuneração divide-se por componentes não relacionados com o desempenho e componentes relacionados com o desempenho.

Componentes não relacionados com o desempenho

Os componentes não relacionados com o desempenho consistem principalmente na remuneração fixa. A remuneração fixa é paga como um salário-base em doze prestações mensais do mesmo valor.

No contexto da redefinição, os montantes existentes dos salários-base dos membros do Conselho de Administração não foram ajustados e mantêm-se, por isso, inalterados em relação ao ano anterior, como se indica:

em euros	2013	2012
Salário-base		
Copresidentes	2.300.000	2.300.000
Membro ordinário do Conselho de Administração	1.150.000	1.150.000

O Conselho de Fiscalização analisará a remuneração fixa dos membros do Conselho de Administração com base nos novos requisitos regulamentares durante o ano de 2014 e adotará quaisquer alterações que sejam necessárias.

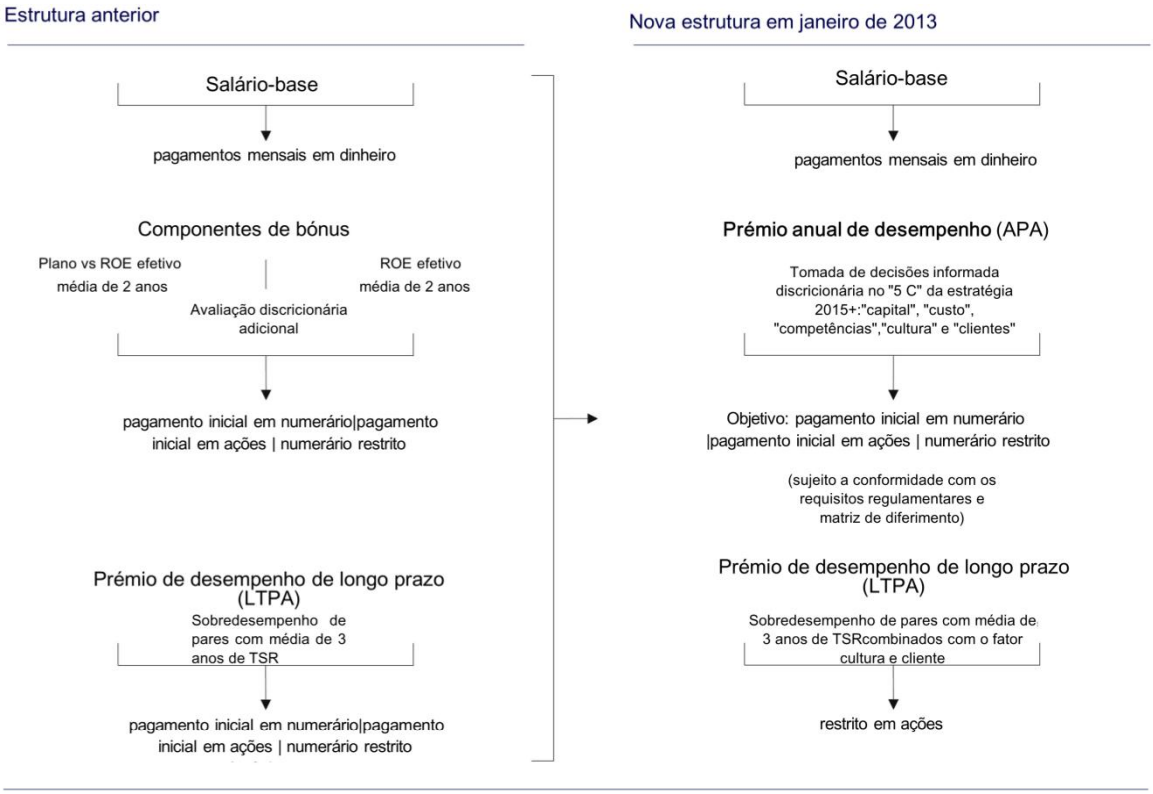
Os componentes adicionais não relacionados com o desempenho incluem "Outros benefícios". Também estes se mantêm inalterados no decorrer da reestruturação do sistema de remuneração. Os "Outros benefícios" compreendem o valor monetário dos benefícios não pecuniários, como sejam automóveis e serviços de motorista, prémios de seguros, despesas com funções sociais relacionadas com a sociedade e medidas de segurança, incluindo pagamentos, se for o caso, de impostos sobre esses benefícios, bem como reembolsos de despesas tributáveis.

Componentes relacionados com o desempenho (remuneração variável)

A remuneração variável está relacionada com o desempenho e, tal como antes, inclui sobretudo dois componentes:

— o prémio anual de desempenho (anteriormente, bónus) e
— o prémio de desempenho de longo prazo.

A tabela seguinte compara a estrutura de remuneração até 31 de dezembro de 2012 com a estrutura aplicável a partir de 1 de janeiro de 2013:



Em comparação com o anterior sistema de remuneração, a remuneração relacionada com o desempenho a determinar a partir do exercício de 2013 é cada vez mais alinhada com o cumprimento dos objetivos (estratégicos) definidos do Banco.

Prémio anual de desempenho (APA)

Como parte da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração, o APA recompensa o cumprimento dos objetivos corporativos e de política de negócio, de curto e médio prazo, que foram estabelecidos como parte do acordo de definição de objetivos para a avaliação de desempenho do exercício correspondente. No processo é tido em conta não só o êxito financeiro, mas também o comportamento na relação com colaboradores e clientes no decorrer das atividades de negócio.

O montante total do APA é determinado com base em vários componentes:

- 60% do valor do prémio depende dos objetivos gerais do âmbito do Grupo que são idênticos para todos os membros do Conselho de Administração;
- Os restantes 40% do valor do prémio baseiam-se no desempenho individual e objetivos individuais que são estabelecidos pelo Conselho de Fiscalização para cada membro do Conselho de Administração, separadamente, com base na função do membro.

Relativamente à estratégia 2015+, os objetivos são normalmente alinhados com as categorias "capital", "custos", "competências", "clientes" e "cultura". Dessa forma, refletem não só objetivos quantitativos como também abordam aspetos qualitativos do desempenho conseguido. Os objetivos selecionados destas categorias serão analisados regularmente para refletir as alterações tanto nas condições gerais como nas mudanças na estratégia.

Objetivos referentes ao exercício de 2013

Os seguintes valores financeiros fundamentais do Grupo foram acordados como métricas para o exercício de 2013 e aplicam-se de igual forma a todos os membros do Conselho de Administração. Os objetivos a atingir podem também, no geral, incluir outros aspetos, tal como objetivos de retorno de investimento, derivados das cinco categorias identificadas:

— Categoria Capital: rácio Core Tier 1 (rácio Common Equity Tier 1 CET – 1) e rácio de alavancagem;
— Categoria Custos: Rácio custos/benefícios (CIR);
— Categoria Competências: Valor acrescentado reportado; e
— Categorias Cultura / Clientes: Índice de compromisso do colaborador e índice de reputação.

Cada categoria destes objetivos é ponderada a 15% na determinação do montante do prémio. Assim, a proporção destas categorias como parte do APA geral é de 60%.

Ao avaliar a componente do desempenho individual, o Conselho de Fiscalização chega a acordo, separadamente, com cada um dos membros do Concelho de Administração sobre

— um objetivo quantitativo das categorias Capital / Custos / Competências e
— um objetivo qualitativo das categorias Cultura / Clientes.

Cada um destes dois objetivos é também ponderado a 15% na determinação do montante do prémio. Assim, a proporção destes objetivos como parte do APA geral é de 30%.

No seu conjunto, a soma dos objetivos do Grupo e dos acordados individualmente perfaz 90% do prémio APA. Um máximo adicional de 10% é mantido para permitir ao Conselho de Fiscalização premiar contributos extraordinários, incluindo contributos específicos de projetos, ao longo do exercício, como parte da sua ampla autoridade discricionária.

Como parte do processo anual de definição de objetivos, são determinados fatores correspondentes para todos os objetivos que o Conselho de Fiscalização irá usar como base para avaliar o desempenho no final do ano. O nível de desempenho alvo correspondente e o montante final do APA já não se definem com base numa fórmula, mas são determinados numa base discricionária pelo Conselho de Fiscalização como parte de um parecer informado assente em fatores predefinidos. Os seguintes fatores são tidos em conta: o valor efetivo obtido, valores do plano e valores alvo anunciados externamente, valores comparáveis de outras instituições bancárias, os valores do ano anterior em termos de uma análise plurianual do desenvolvimento, bem como uma análise qualitativa do nível de cumprimento dos objetivos e a orientação de risco geral do Banco.

Se os objetivos não forem atingidos durante o período objeto da avaliação, o Conselho de Fiscalização poderá determinar a não atribuição de um APA.

Os valores alvo e máximo aplicáveis ao APA para o ano 2013 para um membro ordinário do Conselho de Administração e para os copresidentes do Conselho de Administração são os seguintes:

			31.12.2013
em euros	Mínimo	Alvo	Máximo
Copresidentes			
Montante por 15% do objetivo	0	345.000	690.000
Total do APA	0	2.300.000	4.600.000
Membro ordinário do Conselho de Administração			
Montante por 15% do objetivo	0	225.000	450.000
Total do APA	0	1.500.000	3.000.000

Prémio de desempenho de longo prazo (LTPA)

O nível do prémio de desempenho de longo prazo já não é determinado apenas com base no desempenho relativo das ações do Deutsche Bank em comparação com instituições pares selecionadas. Agora, através da inclusão adicional de parâmetros não financeiros, é também orientado para a forma como os objetivos são atingidos. Isto permitirá continuar a garantir um desenvolvimento de desempenho sustentável.

Da mesma forma, o nível do LTPA continua a estar ligado ao retorno total relativo dos acionistas e, adicionalmente, será baseado num fator de cultura e cliente. O nível do LTPA continuará, no geral, a ser baseado numa fórmula e calculado com base em valores alvo predefinidos. A natureza de longo prazo desta componente da remuneração será também mantida pela determinação continuada do retorno total relativo dos acionistas com base numa avaliação de três anos.

Retorno total relativo dos acionistas do Deutsche Bank

O retorno total relativo dos acionistas (Relative Total Shareholder Return – RTSR) do Deutsche Bank deriva do retorno total dos acionistas do Deutsche Bank relativamente à média total dos retornos dos acionistas de um grupo selecionado de pares (cálculo em euros). O nível da parcela do prémio continuará a ser calculado a partir da média do RTSR anual dos últimos três exercícios (o exercício da remuneração e os dois exercícios anteriores).

Se a média dos três anos do retorno total relativo dos acionistas do Deutsche Bank for superior a 100%, o valor da parcela do RTSR aumenta proporcionalmente até um limite superior de 125% do valor-alvo, i.e., o valor aumenta 1% por cada ponto percentual acima dos 100%. Tal como anteriormente, se a média dos três anos do retorno total relativo dos acionistas for inferior a 100%, o valor geralmente diminui de forma não proporcional; contudo, a provisão de desconto foi modificada. Se o retorno total relativo dos acionistas for calculado como estando entre 100% e 80%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 2 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Se estiver entre 80% e 60%, o valor da parcela do prémio é reduzido em 3 pontos percentuais por cada ponto percentual a menos. Tal como antes, se a média dos três anos do RTSR não ultrapassar 60%, o valor da parcela do prémio é definido como zero.

Como parte da revisão do sistema de remuneração e do maior alinhamento pretendido com a estratégia do Deutsche Bank, foi ajustado o grupo de pares usado para o cálculo do retorno total relativo dos acionistas. O grupo de pares passou a incluir os seguintes bancos:

— BNP Paribas e Société Générale (ambos da área do euro),
— Barclays, Credit Suisse e UBS (da Europa, fora da área do euro), bem como
— Bank of America, Citigroup, Goldman Sachs, JP Morgan Chase e Morgan Stanley (todos dos EUA).

Os critérios utilizados para selecionar o grupo de pares são: a realização de atividades comerciais genericamente comparáveis, uma dimensão comparável e presença internacional. A seleção deverá continuar a ser revista regularmente ao longo dos próximos anos.

Fator de cultura e cliente

Através do recém-introduzido fator de cultura e cliente, a satisfação dos clientes será medida, juntamente com o cumprimento dos padrões éticos na relação com os clientes, para incentivar um desempenho sustentável. Futuramente, este fator será determinado com base numa abordagem assente em fórmulas.

Para uma fase de transição, e até ao desenvolvimento final e calibração de um sistema correspondente, o Conselho de Fiscalização avaliará o estado do desenvolvimento do Banco nestes aspetos, a seu critério e com base em resultados de inquéritos específicos das divisões, bem como outras análise de mercado centradas nas quatro categorias "abaixo da média", "média", "bom" e "excelente". Para uma classificação na categoria "excelente", é atribuído 125% do valor alvo do fator cultura e cliente, 100% para "bom" e 50% para "média". No caso "abaixo da média", o valor da parcela do prémio definido como zero.

O LTPA será calculado com base em valores alvo ligeiramente modificados - comparando com 2012 - em combinação com o RTSR obtido, bem como o fator cultura e cliente. O LTPA pode ser um máximo de 125% dos valores alvo correspondentes.

A ponderação destas duas métricas de desempenho é dois terços para o valor RTSR e um terço para o valor de cultura e cliente.

			31.12.2013
em euros	Mínimo	Alvo	Máximo
Copresidentes			
Componente RTSR	0	3.066.667	3.833.333
Componente de cultura e cliente	0	1.533.333	1.916.667
Total do LTPA	0	4.600.000	5.750.000
Membro ordinário do Conselho de Administração			
Componente RTSR	0	2.000.000	2.500.000
Componente de cultura e cliente	0	1.000.000	1.250.000
Total do LTPA	0	3.000.000	3.750.000

Remuneração máxima

Os montantes máximos listados abaixo resultam das alterações à estrutura de remuneração.

				31.12.2013
em euros	Salário base	APA	LTPA	Remuner. total
Copresidentes				
Nova estrutura				
Alvo	2.300.000	2.300.000	4.600.000	9.200.000
Máximo	2.300.000	4.600.000	5.750.000	12.650.000
Membro ordinário do Conselho de Administração				
Nova estrutura				
Alvo	1.150.000	1.500.000	3.000.000	5.650.000
Máximo	1.150.000	3.000.000	3.750.000	7.900.000

A remuneração total de um membro do Conselho de Administração está sujeita a um limite separado de 9,85 milhões de euros, que foi voluntariamente definido pelo Conselho de Fiscalização para a remuneração total geral para o ano de remuneração de 2013. Do mesmo modo, o máximo calculado da remuneração total de 12,65 milhões de euros para os copresidentes não poderá entrar em vigor e, por isso, a remuneração variável máxima potencial para cada copresidente está limitada a 7,55 milhões de euros.

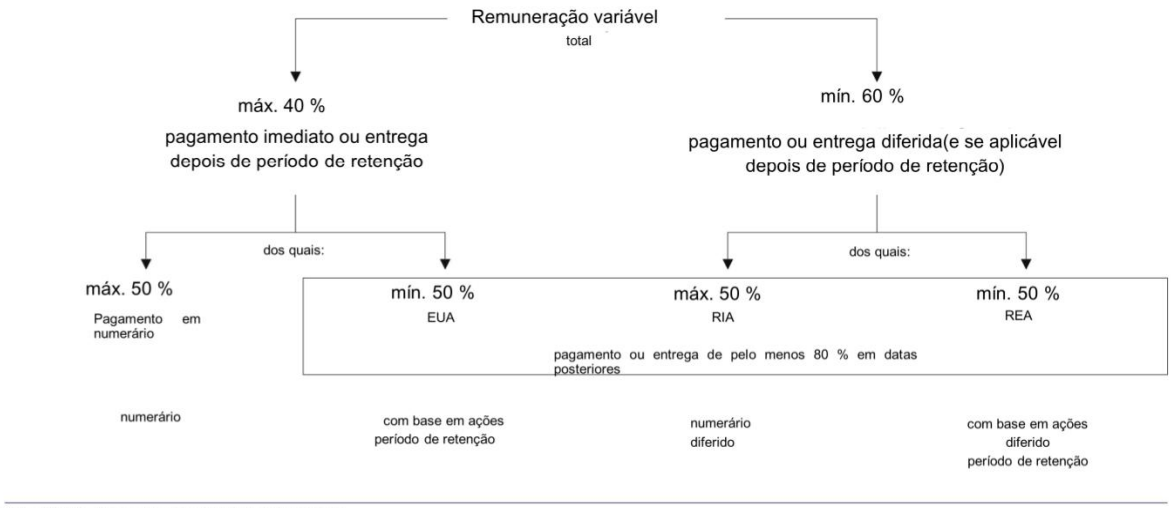
Incentivo de longo prazo/sustentabilidade

Em conformidade com os correspondentes requisitos regulamentares e específicos do banco, o montante total do APA e do LTPA continua a ser atribuído inicialmente numa base diferida e distribuído ao longo de vários anos. Isto garante um efeito de incentivo de longo prazo durante um período de vários anos.

O decreto InstitutsVergV obriga a que pelo menos 60% da remuneração variável total sejam concedidos de forma diferida. Pelo menos metade dessa parcela diferida poderá incluir componentes de remuneração baseados em ações, enquanto que a parcela restante deverá ser atribuída na forma de remuneração em numerário diferida. Ambos os componentes da remuneração deverão ser diferidos por um período plurianual, o qual, para os componentes de remuneração baseados em ações, deverá ser seguido de um período de carência. Durante esse período até ao pagamento ou entrega, as parcelas de remuneração atribuídas numa base diferida poderão ser perdidas. Um máximo de 40% da remuneração variável total poderão ser atribuídos numa base não diferida. No entanto, pelo menos metade desta percentagem deverá consistir em componentes de remuneração baseados em ações e apenas o restante poderá ser pago diretamente em numerário. Um máximo de 20% do total da remuneração variável poderá ser pago imediatamente em numerário, enquanto que pelo menos 80% tem de ser pago ou entregue numa data posterior.

O gráfico seguinte apresenta a estrutura necessária dos componentes da remuneração variável de acordo com a InstitutsVergV.

Divisão/estrutura de remuneração variável para o Conselho de Administração



EUA = Prémios iniciais em ações (Equity Upfront Awards)
RIA = Prémios restritos de incentivo (Restricted Incentive Awards)
REA = Prémios restritos em ações (Restricted Equity Awards)

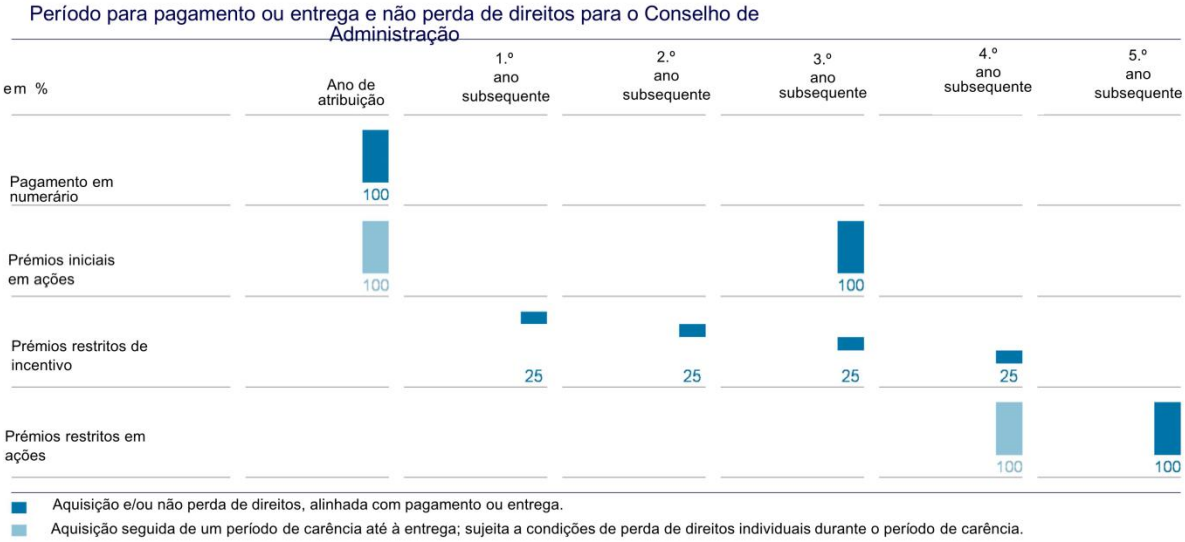
O APA é, em princípio, atribuído como um componente não diferido (“prémio inicial”). Os prémios iniciais, como descrito acima, correspondem a um máximo de 40% da remuneração variável total. De acordo com os requisitos regulamentares, pelo menos metade do montante do prémio inicial é atribuído em componentes de remuneração com base em ações ("prémio inicial em ações"). Os prémios iniciais em ações estão sujeitos a uma período de carência de três anos. Os prémios só podem ser alienados após expirar este período de carência. A parcela restante é paga de imediato em numerário ("pagamento inicial em numerário"). Se for necessário por requisitos regulamentares ou regras específicas do Banco, partes do APA serão atribuídas numa base diferida, sendo isso normalmente feito sob a forma de componentes de remuneração em numerário diferida ("prémios restritos de ações"). Os prémios restritos de ações atribuem a aquisição de direitos em quatro tranches iguais. A aquisição dos direitos da primeira tranches é obtida cerca dum ano e meio após a sua atribuição. A aquisição de direitos das restantes tranches é obtida subsequentemente, em intervalos dum ano. O pagamento é efetuado com a aquisição dos direitos. Deste modo, a remuneração em numerário diferida é desembolsada por um período aproximado de quatro anos e meio.

O LTPA é atribuído 100% numa base diferida e apenas na forma de componentes de remuneração com base em ações ("prémio restrito em ações"). Os prémios restritos de ações atribuem a aquisição de direitos após quatro anos e meio, numa tranche única ("cliff vesting"), e têm um período adicional de carência de seis meses. Assim, os membros do Conselho de Administração só podem alienar as ações cerca de cinco anos após a sua atribuição, se esta não caducar devido a incumprimento relativo às condições de perda de direitos, durante este período.



Isto cria um efeito de incentivo de longo prazo e garante uma ligação ao desempenho da ação do Deutsche Bank, também para além do período de três anos subjacente à avaliação de desempenho para o LTPA.

O gráfico seguinte apresenta a data de pagamento da remuneração imediata em numerário e especificamente o faseamento ao longo do tempo do pagamento ou da entrega dos outros componentes de remuneração variável nos cinco anos consecutivos seguintes ao ano da atribuição.



Como os RIA não auferem juros antes do pagamento, é adicionado um bónus único de 2% no momento da atribuição.

Os prémios com base em ações (prémios iniciais em ações e prémios restritos em ações) atribuídos têm direito a um equivalente de dividendo adicional para promover o alinhamento dos interesses do Conselho de Administração com os dos acionistas. O equivalente de dividendo é calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\frac{\text{Dividendo real} \times \text{Número de prémios em ações}}{\text{Preço das ações do Deutsche Bank na data de pagamento do dividendo}}$$

Condições de perda de direitos

O diferimento ou faseamento dalguns dos componentes da remuneração ao longo de vários anos (prémios restritos em ações, prémios restritos de incentivo e prémios iniciais em ações), assegura um efeito de incentivo de longo prazo, porque esses componentes estão sujeitos a determinadas condições de perda de direitos até à aquisição dos direitos ou ao final dos períodos de carência, para criar um incentivo de longo prazo. Os prémios podem ser total ou parcialmente perdidos, por exemplo, por conduta imprópria individual (incluindo violação regulamentar) ou por rescisão por justa causa e, no que diz respeito aos prémios restritos em ações e aos prémios restritos de incentivo, também devido a um resultado negativo do Grupo ou a contribuições negativas individuais para os resultados. Adicionalmente, o LTPA será totalmente perdido se os requisitos mínimos estatutários ou regulamentares para o rácio de capital core não forem cumpridos durante este período.

As condições de perda de direitos constituem um aspeto essencial dos prémio e asseguram uma correspondência com o desempenho de longo prazo do Grupo e dos colaboradores.

Limitações no caso de acontecimentos excecionais

No caso de acontecimentos excecionais (por exemplo, alienação de grandes investimentos), a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração é limitada a um montante máximo. Não ocorrerá um pagamento de componentes de remuneração variável se o pagamento dos componentes de remuneração variável for proibido ou restringido pela autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha, de acordo com requisitos legais existentes.

Diretrizes de participações

Para promover a identificação com o Deutsche Bank e os seus acionistas, será exigido aos membros do Conselho de Administração que invistam uma parcela dos seus fundos privados em ações do Deutsche Bank. Para este efeito, os membros do Conselho de Administração manterão continuadamente um conjunto de ações do Deutsche Bank nas suas contas de títulos, equivalentes a três vezes o salário-base anual dos copresidentes e duas vezes o salário-base anual dos membros ordinários do Conselho de Administração. A remuneração diferida com base em ações poderá ser considerada a 75% do seu valor no sentido do cumprimento da obrigação.

Há um período de espera de 36 meses para os copresidentes e 24 meses para membros ordinários do Conselho de Administração até que este requisito deva obrigatoriamente ser cumprido. As obrigações de carência para ações só entrarão em vigor a partir de 2016 para os copresidentes e de 2015 para os membros ordinários do Conselho de Administração; contudo, todos os membros do Conselho de Administração já cumpriram os requisitos em 2013, antes do final do período de carência contratual. O cumprimento do requisito é analisado semestralmente, em 30 de junho e em 31 de dezembro. Se o número de ações exigido não for cumprido, os membros do Conselho de Administração devem retificar quaisquer deficiências até à análise seguinte.

Uma vez que os componentes da remuneração são diferidos ou alargados por vários anos, é estabelecida outra ligação ao desempenho da ação do Deutsche Bank que deverá, no geral, continuar a existir, mesmo no período depois de saírem do Conselho de Administração.

Estrutura de remuneração até dezembro de 2012

A estrutura de remuneração válida até 31 de dezembro de 2012 incluía componentes não relacionados com o desempenho e componentes relacionados com o desempenho. Os componentes não relacionados com o desempenho incluíam o salário-base e outros benefícios. Os componentes relacionados com o desempenho incluíam dois componentes, um bónus e um LTPA.

O bónus total foi determinado com base em dois componentes. Os seus níveis foram definidos com base num valor alvo predefinido, o qual foi multiplicado por um fator calculado anualmente e dependente do desenvolvimento da rendibilidade do capital próprio. O primeiro componente do bónus foi determinado com base na efetiva rendibilidade do capital próprio dum determinado ano como rácio do valor nominal definido para esse ano. O segundo componente do bónus foi determinado com base na efetiva rendibilidade do capital próprio. Cada um dos componentes foi avaliado ao longo dum período de dois anos: o ano em que o bónus foi determinado e o exercício anterior. O bónus total calculado foi determinado como se segue:

$$\text{Bónus total} = \underset{\text{Valor-alvo 1 x fator 1}}{\text{Componente de bónus 1}} + \underset{\text{Valor-alvo 2 x fator 2}}{\text{Componente de bónus 2}}$$

O bónus total calculado foi limitado a 1,5 vezes o valor-alvo total. Quando não foram atingidos os níveis mínimos definidos para cada componente do bónus, o respetivo componente de bónus ou o bónus total não foi pago. O Conselho de Fiscalização procedeu a uma avaliação adicional que pode resultar num aumento ou

numa redução do valor do bónus total calculado. O poder discricionário permitiu ao Conselho de Fiscalização decretar um aumento ou redução até 50% do montante total do bónus calculado para um membro ordinário do Conselho de Administração e um aumento até 150% ou uma redução até 100% para os copresidentes do Conselho de Administração. Do mesmo modo, o bónus total podia ascender a um máximo de 2,25 vezes o valor-alvo total para um membro ordinário do Conselho de Administração e de 3,75 vezes para os copresidentes do Conselho de Administração.

O nível do LTPA esteve vinculado ao retorno total dos acionistas do Deutsche Bank relativamente à média total dos retornos dos acionistas dum grupo selecionado de seis bancos importantes comparáveis (cálculo em euros). O resultado foi o Retorno total relativo dos acionistas (RTSR). O LTPA foi calculado a partir da média do RTSR anual dos últimos três exercícios (o exercício do relato e os dois exercícios anteriores). Os principais bancos comparáveis foram:

— Banco Santander e BNP Paribas (ambos da área do euro);
— Barclays e Credit Suisse (ambos da Europa, fora da área do Euro); e
— JPMorgan Chase e Goldman Sachs (ambos dos EUA).

O LTPA teve um limite máximo (cap) de 125% do valor alvo. Nos casos em que um valor definido não foi atingido, não foi atribuído qualquer LTPA.

Remuneração do Conselho de Administração

Salário-base

No exercício de 2013, o salário-base anual dos copresidentes do Conselho de Administração foi de 2.300.000 euros cada e o de um membro ordinário do Conselho de Administração foi de 1.150.000 euros.

Remuneração variável

O Conselho de Fiscalização, com base numa proposta do Comité de Controlo de Remuneração, determinou a remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício de 2013. Ao calcular e determinar o valor do APA e do LTPA, o Conselho de Fiscalização, acima de tudo, considerou adequadamente os contributos individuais dos membros do Conselho de Administração para as receitas do Banco, para além dos resultados gerais do Grupo. Para este efeito, o contributo individual para as receitas do Banco foi determinado com base no cumprimento dos objetivos acordados e foi avaliado separadamente para cada membro do Conselho de Administração.

Remuneração (coletiva e individual)

Em conformidade com as disposições da Norma contabilística alemã n.º 17, os membros do Conselho de Administração receberam coletivamente, no exercício de 2013, uma remuneração no total de 36.890.500 euros (2012: 23.681.498 euros) pelo seu serviço no Conselho de Administração. Dos quais 10.350.000 euros (2012: 9.599.999 euros) destinou-se a salários-base, 1.593.250 euros (2012: 1.402.936 euros) para outros benefícios, 23.897.250 euros (2012: 11.396.439 euros) para componentes relacionados com o desempenho com incentivos de longo prazo e 1.050.000 euros (2012: 1.282.124 euros) para componentes relacionados com o desempenho sem incentivos de longo prazo.

Para conferir transparência completa ao total de prémios atribuídos aos membros do Conselho de Administração relativos ao exercício de 2013, a tabela abaixo apresenta - numa variação da divulgação de acordo com a Norma contabilística alemã n.º 17 - os componentes de remuneração determinados pelo Concelho de Fiscalização para o serviço dos membros do Conselho de Administração, os quais estivessem no Concelho de Administração nos anos de 2012 e 2013, incluindo os outros benefícios não relacionados com o desempenho e os custos do serviço de pagamento de prestações de pensões.

Membros do Conselho de Administração		Remuneração						Benefícios			
		Componentes relacionados com o desempenho				Componentes não relacionados com o desempenho					
		sem incentivos de longo prazo	com incentivos de longo prazo								
			baseados em numerário	baseados em ações							
em euros		pagos imediatamente	Prémio(s) restritos de incentivo atribuídos	Prémio(s) inicial(ais) em ações (com período de carência)	Prémio(s) restrito(s) em ações (diferido[s] com período adicional de carência)	Salário-base	Remuneração total	Benefícios marginais	Custos do serviço de pensões	Total (exc. custos do serviço)	Total (inc. custos do serviço)
Dr. Josef	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ackermann[1]	2012	150.000	744.600	150.000	730.000	687.500	2.462.100	88.372	405.581	2.550.472	2.956.053
Dr. Hugo	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Bänziger[1]	2012	134.812	269.217	134.812	263.938	479.167	1.281.946	36.959	303.183	1.318.905	1.622.088
Jürgen	2013	150.000	1.347.930	150.000	3.526.667	2.300.000	7.474.597	236.590	290.457	7.711.187	8.001.644
Fitschen	2012	150.000	1.392.555	150.000	1.365.250	1.820.833	4.878.638	240.044	327.364	5.118.682	5.446.046
Anshuman	2013	150.000	1.347.930	150.000	3.526.667	2.300.000	7.474.597	804.032	692.433	8.278.629	8.971.062
Jain	2012	150.000	1.392.555	150.000	1.365.250	1.820.833	4.878.638	614.588	412.524	5.493.226	5.905.750
Stefan	2013	150.000	926.415	150.000	2.300.000	1.150.000	4.676.415	105.609	340.985	4.782.024	5.123.009
Krause	2012	150.000	823.140	150.000	807.000	1.150.000	3.080.140	102.301	550.439	3.182.441	3.732.880
Hermann-Josef	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lamberti[1]	2012	134.812	269.217	134.812	263.938	479.167	1.281.946	42.664	180.193	1.324.610	1.504.803
Dr. Stephan	2013	150.000	956.250	150.000	2.300.000	1.150.000	4.706.250	119.905	360.800	4.826.155	5.186.955
Leithner[2]	2012	87.500	480.165	87.500	470.750	670.833	1.796.748	72.601	210.469	1.869.349	2.079.818
Stuart[2]	2013	150.000	921.825	150.000	2.300.000	1.150.000	4.671.825	89.844	351.335	4.761.669	5.113.004
Lewis	2012	87.500	480.165	87.500	470.750	670.833	1.796.748	71.187	209.385	1.867.935	2.077.320
Rainer	2013	150.000	1.071.000	150.000	2.300.000	1.150.000	4.821.000	104.900	348.352	4.925.900	5.274.252
Neske	2012	150.000	823.140	150.000	807.000	1.150.000	3.080.140	127.543	560.153	3.207.683	3.767.836
Henry[2]	2013	150.000	921.825	150.000	2.300.000	1.150.000	4.671.825	132.370	344.689	4.804.195	5.148.884
Ritchotte	2012	87.500	480.165	87.500	470.750	670.833	1.796.748	6.677	206.692	1.803.425	2.010.117
Total	2013	1.050.000	7.493.175	1.050.000	18.553.334	10.350.000	38.496.509	1.593.250	2.729.051	40.089.759	42.818.810
	2012	1.282.124	7.154.919	1.282.124	7.014.626	9.599.999	26.333.792	1.402.936	3.365.983	27.736.728	31.102.711

[1] Membro do Conselho de Administração até 31 de maio de 2012.
[2] Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de junho de 2012.

De acordo com a norma contabilística alemã n.º 17, os prémios restritos de incentivo, na qualidade de remuneração diferida e não baseada em ações sujeita a determinadas condições (de perda de direitos), devem ser reconhecidos na remuneração total do ano do respetivo pagamento (ou seja, no exercício em que o pagamento incondicional ocorre) e não no ano em que são inicialmente atribuídos. Com base nisto, os membros do Conselho de Administração receberam individualmente os seguintes componentes de remuneração, pelo seu serviço no Conselho de Administração nos anos 2012 e 2013, incluindo outros benefícios não relacionados com o desempenho e os custos de serviço de pagamento de prestações de pensões.

Membros do Conselho de Administração		Remuneração						Benefícios		
		Componentes relacionados com o desempenho				Componentes não relacionados com o desempenho				
		sem incentivos de longo prazo	com incentivos de longo prazo							
			baseados em numerário	baseados em ações						
em euros		pagos imediatamente	Prémio(s) restritos de incentivo atribuídos	Prémio(s) inicial(ais) em ações (com período de carência)	Prémio(s) restrito(s) em ações (diferido[s] com período adicional de carência)	Salário-base	Remuneração total	Benefícios marginais	Custos do serviço de pensões	Total (exc. custos do serviço)
Dr. Josef Ackermann[1]	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	150.000	699.347	150.000	730.000	687.500	88.372	405.581	2.505.219	2.910.800
Dr. Hugo Bänziger[1]	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	134.812	97.572	134.812	263.938	479.167	36.959	303.183	1.147.260	1.450.443
Jürgen Fitschen	2013	150.000	624.644	150.000	3.526.667	2.300.000	236.590	290.457	6.987.901	7.278.358
	2012	150.000	273.122	150.000	1.365.250	1.820.833	240.044	327.364	3.999.249	4.326.613
Anshuman Jain	2013	150.000	2.378.687	150.000	3.526.667	2.300.000	804.032	692.433	9.309.386	10.001.819
	2012	150.000	1.342.968	150.000	1.365.250	1.820.833	614.588	412.524	5.443.639	5.856.163
Stefan Krause	2013	150.000	659.784	150.000	2.300.000	1.150.000	105.609	340.985	4.515.393	4.856.378
	2012	150.000	309.829	150.000	807.000	1.150.000	102.301	550.439	2.669.130	3.219.569
Hermann-Josef Lamberti[1]	2013	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2012	134.812	97.572	134.812	263.938	479.167	42.664	180.193	1.152.965	1.333.158
Dr. Stephan Leithner[2]	2013	150.000	0	150.000	2.300.000	1.150.000	119.905	360.800	3.869.905	4.230.705
	2012	87.500	0	87.500	470.750	670.833	72.601	210.469	1.389.184	1.599.653
Stuart Lewis[2]	2013	150.000	0	150.000	2.300.000	1.150.000	89.844	351.335	3.839.844	4.191.179
	2012	87.500	0	87.500	470.750	670.833	71.187	209.385	1.387.770	1.597.155
Rainer Neske	2013	150.000	630.801	150.000	2.300.000	1.150.000	104.900	348.352	4.485.701	4.834.053
	2012	150.000	279.279	150.000	807.000	1.150.000	127.543	560.153	2.663.822	3.223.975
Henry Ritchotte[2]	2013	150.000	0	150.000	2.300.000	1.150.000	132.370	344.689	3.882.370	4.227.059
	2012	87.500	0	87.500	470.750	670.833	6.677	206.692	1.323.260	1.529.952
Total	2013	1.050.000	4.293.916	1.050.000	18.553.334	10.350.000	1.593.250	2.729.051	36.890.500	39.619.551
	2012	1.282.124	3.099.689	1.282.124	7.014.626	9.599.999	1.402.936	3.365.983	23.681.498	27.047.481

[1] Membro do Conselho de Administração até 31 de maio de 2012.
[2] Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de junho de 2012.

Relativamente a 2013, o total dos montantes de remuneração apresentados inclui a terceira tranche dos prémios restritos de incentivo atribuídos em 2010 relativos ao exercício de 2009, no total de 463.254 euros, a segunda tranche dos prémios restritos de incentivo atribuídos em 2011 relativos ao ano fiscal de 2010 no total de 1.710.153 euros e a primeira tranche dos prémios restritos de incentivo atribuídos em 2012 para o exercício de 2011, no total de 2.120.509 euros.

Relativamente a 2012, o total dos montantes de remuneração apresentados inclui a segunda tranche dos prémios restritos de incentivo atribuídos em 2010 para o exercício de 2009, no total de 1.389.536 euros, e a primeira tranche dos prémios restritos de incentivo atribuídos em 2011 para o exercício de 2010, no total de 1.710.153 euros.

A tabela seguinte fornece informações mais detalhadas sobre os prémios restritos de incentivo que foram pagos aos membros do Conselho de Administração individuais enquanto no ativo. As informações apresentam os valores pagos num exercício, bem como os valores inicialmente atribuídos, em cada caso relativamente ao exercício da atribuição.

Membros do Conselho de Administração

Montantes em euros	Exercício[1]	Afetação por períodos/tranches	Montante atribuído	Montante pago em 2013[3]	Montante pago em 2012[3]	Montante pago em 2011[3]
Dr. Josef Ackermann[4]	2012	2014 a 2017 / 4	744.600	0	0	0
	2011	2013 a 2016 / 4	3.750.075	0	0	0
	2010	2012 a 2015 / 4	2.534.089	0	0	0
	2009	2011 a 2013 / 3	1.925.000	0	699.347	693.139
Dr. Hugo Bänziger[4]	2012	2014 a 2017 / 4	269.217	0	0	0
	2011	2013 a 2016 / 4	1.424.883	0	0	0
	2010	2012 a 2015 / 4	824.399	0	0	0
	2009	2011 a 2013 / 3	268.575	0	97.572	96.706
Jürgen Fitschen	2013	2015 a 2018 / 4	1.347.930	0	0	0
	2012	2014 a 2017 / 4	1.392.555	0	0	0
	2011	2013 a 2016 / 4	1.424.883	356.221	0	0
	2010	2012 a 2015 / 4	799.770	199.943	199.943	0
	2009	2011 a 2013 / 3	201.431	68.480	73.179	72.530
Anshuman Jain	2013	2015 a 2018 / 4	1.347.930	0	0	0
	2012	2014 a 2017 / 4	1.392.555	0	0	0
	2011	2013 a 2016 / 4	4.207.383	1.051.846	0	0
	2010	2012 a 2015 / 4	4.367.413	1.091.853	1.091.853	0
	2009	2011 a 2013 / 3	691.210	234.988	251.115	248.885
Stefan Krause	2013	2015 a 2018 / 4	926.415	0	0	0
	2012	2014 a 2017 / 4	823.140	0	0	0
	2011	2013 a 2016 / 4	1.424.883	356.221	0	0
	2010	2012 a 2015 / 4	849.029	212.257	212.257	0
	2009	2011 a 2013 / 3	268.575	91.306	97.572	96.706
Hermann-Josef Lamberti[4]	2012	2014 a 2017 / 4	269.217	0	0	0
	2011	2013 a 2016 / 4	1.424.883	0	0	0
	2010	2012 a 2015 / 4	799.770	0	0	0
	2009	2011 a 2013 / 3	268.575	0	97.572	96.706
Dr. Stephan Leithner[5]	2013	2015 a 2018 / 4	956.250	0	0	0
	2012	2014 a 2017 / 4	480.165	0	0	0
Stuart Lewis[5]	2013	2015 a 2018 / 4	921.825	0	0	0
	2012	2014 a 2017 / 4	480.165	0	0	0
Rainer Neske	2013	2015 a 2018 / 4	1.071.000	0	0	0
	2012	2014 a 2017 / 4	823.140	0	0	0
	2011	2013 a 2016 / 4	1.424.883	356.221	0	0
	2010	2012 a 2015 / 4	824.399	206.100	206.100	0
	2009	2011 a 2013 / 3	201.431	68.480	73.179	72.530
Henry Ritchotte[5]	2013	2015 a 2018 / 4	921.825	0	0	0
	2012	2014 a 2017 / 4	480.165	0	0	0
Total	2013	2015 a 2018 / 4	7.493.175	0	0	0
	2012	2014 a 2017 / 4	7.154.919	0	0	0
	2011	2013 a 2016 / 4	15.081.873	2.120.509	0	0
	2010	2012 a 2015 / 4	10.998.869	1.710.153	1.710.153	0
	2009	2011 a 2013 / 3	3.824.797	463.254	1.389.536	1.377.202

[1] Exercício relativamente ao qual o prémio foi originalmente emitido (relativo ao serviço prestado no Conselho de Administração).
[2] Número de tranches iguais.
[3] Os prémios restritos de incentivo atribuídos relativamente ao exercício de 2009 contêm uma componente variável (ajustamento vinculado ao RoE) pelo que o desembolso, isto é, o montante pago nas tranches difere do montante originalmente atribuído.
[4] Membro do Conselho de Administração até 31 de maio de 2012.
[5] Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de junho de 2012.

O número de prémios em ações sob a forma de prémios iniciais em ações (EUA) e de prémios restritos em ações (REA) atribuídos em 2014 para o exercício de 2013 a cada membro do Conselho de Administração foi determinado dividindo os respetivos montantes em euros por 35,4385 euros, o preço médio dos preços de fecho XETRA de uma ação do Deutsche Bank AG nos primeiros dez dias de negociação em fevereiro de 2014 (ano anterior: 38,525 euros = preço de fecho XETRA de uma ação do Deutsche Bank AG em 1 de fevereiro de 2013).

Em resultado desse cálculo foi atribuído o seguinte número de prémios em ações (arredondado):

Membros do Conselho de Administração

Unidades	Ano	Prémio(s) inicial(ais) em ações (com período de carência)	Prémio(s) restrito(s) em ações (diferido(s) com período de carência adicional)
Dr. Josef Ackermann[1]	2012	3.893	18.948
Dr. Hugo Bänziger[1]	2012	3.499	6.851
Jürgen Fitschen	2013	4.233	99.515
	2012	3.893	35.438
Anshuman Jain	2013	4.233	99.515
	2012	3.893	35.438
Stefan Krause	2013	4.233	64.901
	2012	3.893	20.947
Hermann-Josef Lamberti[1]	2012	3.499	6.851
Dr. Stephan Leithner[2]	2013	4.233	64.901
	2012	2.271	12.219
Stuart Lewis[2]	2013	4.233	64.901
	2012	2.271	12.219
Rainer Neske	2013	4.233	64.901
	2012	3.893	20.947
Henry Ritchotte[2]	2013	4.233	64.901
	2012	2.271	12.219

[1] Membro do Conselho de Administração até 31 de maio de 2012.
[2] Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de junho de 2012.

Os membros do Conselho de Administração não recebem qualquer remuneração relativamente a mandatos em Conselhos de Administração das nossas subsidiárias do Deutsche Bank AG.

Pensões e benefícios de transição

O Conselho de Fiscalização atribui aos membros do Conselho de Administração direito a benefícios de plano de pensões. Estes direitos envolvem um plano de pensões de contribuição definida. No âmbito deste plano de pensões, foi criada uma conta de pensão pessoal para cada membro do Conselho de Administração, após nomeação para o Conselho de Administração. Uma contribuição é realizada anualmente para esta conta de pensão. Esta contribuição anual é calculada utilizando uma taxa de contribuição individual, com base no salário-base de cada membro e no bónus total, tendo um limite máximo definido e acumulando juros creditados antecipadamente, determinada por meio de um fator relacionado com a idade, a uma taxa média de 6% ao ano até aos 60 anos. A partir dos 61 anos, a conta de pensão é creditada com um pagamento de juros anual de 6% até à data da reforma. Conjuntamente, os pagamentos anuais constituem o montante de pensão disponível para pagamento do futuro benefício de pensão. Em determinadas condições, o pagamento da pensão também pode vencer antes de ocorrer um evento típico de acionamento da pensão (limite de idade, invalidez ou morte). O direito de pensão é adquirido desde o início.

No âmbito da sua saída do banco, Dr. Ackermann, Dr. Bänziger e Sr. Lamberti têm direito a pagamentos de transição em 2013. Os pagamentos de transição acordados contratualmente para o Dr. Ackermann perfizeram 3.384.375 euros em 2013 e eram compostos por onze pagamentos mensais, feitos de janeiro a novembro (inclusive), no montante de 103.125 euros cada, e um pagamento único em fevereiro de 2013 no montante de 2.250.000 euros. É ainda devido ao Dr. Ackermann outro pagamento único em 2014. O Dr. Bänziger e o Sr. Lamberti receberam cada um pagamento único no montante de 575.000 euros em fevereiro de 2013. Com base nos compromissos contratuais existentes, o Dr. Ackermann e o Sr. Lamberti têm também direito a pagamentos de pensões mensais de 29.400 euros cada um, depois de terminados os seus respetivos pagamentos de transição mensais, i.e. para o Dr. Ackermann a partir de dezembro de 2013 e para o Sr. Lamberti durante todo o ano de 2013.

A tabela seguinte mostra os contributos anuais, os créditos de juros, os saldos das contas e os custos de serviço anuais para os anos 2013 e 2012, bem como as correspondentes obrigações de prestação definida para cada atual membro do Conselho de Administração a partir de 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012. Os diferentes saldos são atribuíveis às diferentes durações de serviço no Conselho de Administração, aos respetivos fatores vinculados à idade, a taxas de contribuição diferentes, aos montantes de remuneração individuais para efeitos de pensões e aos direitos adicionais individuais anteriormente mencionados.

Membros do Conselho de Administração	Contribuição anual, no exercício		Crédito com juros, no exercício		Saldo da conta, fim do exercício		Custo do serviço, no exercício		Valor atual da obrigação com benefícios definidos, fim do exercício	
em euros	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Jürgen Fitschen	230.000	253.815	48.633	31.513	1.089.173	810.540	290.457	327.364	1.442.337	1.093.915
Anshuman Jain	690.000	422.625	0	0	1.112.625	422.625	692.433	412.524	1.129.633	412.524
Stefan Krause	327.750	560.194	0	0	2.986.137	2.658.387	340.985	550.439	3.036.880	2.564.927
Dr. Stephan Leithner[1]	396.750	241.500	0	0	638.250	241.500	360.800	210.469	586.293	210.469
Stuart Lewis[1]	379.500	231.438	0	0	610.938	231.438	351.335	209.385	571.042	209.385
Rainer Neske	362.250	616.214	0	0	2.796.865	2.434.615	348.352	560.153	2.628.520	2.179.771
Henry Ritchotte[1]	345.000	211.313	0	0	556.313	211.313	344.689	206.692	561.276	206.692

[1] Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de junho de 2012.

Outros benefícios aquando de cessação prematura

Os membros do Conselho de Administração têm, em princípio, direito a receber uma indemnização por cessação de funções, em caso de cessação antes do previsto da sua nomeação por iniciativa do Banco, se o Banco não tiver direito a revogar a nomeação ou a demitir o membro por justa causa nos termos do acordo contratual. A indemnização por cessação de funções, em regra, não poderá exceder o menor valor entre a remuneração anual e os pedidos de indemnização relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da remuneração é realizado com base na remuneração anual relativa ao exercício anterior.

Se deixar o cargo por motivos relacionados com uma alteração de controlo, um membro do Conselho de Administração também pode, em princípio e sob determinadas condições, ter direito a uma indemnização por cessação de funções. A indemnização por cessação de funções não poderá, em regra, exceder o menor valor entre três montantes de remuneração anual e os pedidos de indemnização de remuneração relativamente ao prazo remanescente do contrato. O cálculo da remuneração é realizado novamente com base na remuneração anual relativa ao exercício anterior.

A indemnização por cessação de funções supramencionada é determinada pelo Conselho de Fiscalização e a seu exclusivo critério. Em princípio, o pagamento da indemnização por cessação de funções ocorre em duas parcelas; a segunda parcela está sujeita a determinadas condições de perda de direitos até à data de aquisição dos direitos.

No âmbito da sua saída do Banco em 2012, o Dr. Bänziger e o Sr Lamberti receberam uma indemnização por cessação de funções com base num contrato de indemnização que foi celebrado. A segunda prestação da indemnização por cessação de funções passou a estar a pagamento a 31 de maio de 2013 e foi de 3.691.000 euros para o Dr. Bänziger e 3.664.000 euros para o Sr. Lamberti.

Despesa com componentes de incentivo de longo prazo

A tabela a seguir apresenta a despesa com remuneração reconhecida nos respetivos anos relativamente aos componentes de remuneração de incentivo de longo prazo, atribuídos por serviço no Conselho de Administração.

Membros do Conselho de Administração	Valor despendido com componentes de remuneração baseados em ações		Valor despendido com componentes de remuneração baseados em ações	
em euros	2013	2012	2013	2012
Dr. Josef Ackermann[1]	728.432	5.093.773	744.600	4.688.524
Dr. Hugo Bänziger[1]	341.305	2.314.873	269.217	1.989.185
Jürgen Fitschen	1.196.942	967.516	1.117.213	819.851
Anshuman Jain	3.152.852	2.738.231	2.693.501	3.092.210
Stefan Krause	1.107.799	981.775	919.828	824.961
Hermann-Josef Lamberti[1]	341.305	2.485.906	269.217	1.974.270
Dr. Stephan Leithner[2]	103.399	0	172.939	0
Stuart Lewis[2]	103.399	0	172.939	0
Rainer Neske	1.103.157	969.746	916.694	827.875
Henry Ritchotte[2]	103.399	0	172.939	0

[1] Membro do Conselho de Administração até 31 de maio de 2012.
[2] Membro do Conselho de Administração a partir de 1 de junho de 2012.

Participação acionista do Conselho de Administração

Em 21 de fevereiro de 2014 e em 28 de março de 2013, respetivamente, os atuais membros do Conselho de Administração detinham ações do Deutsche Bank, conforme apresentado abaixo:

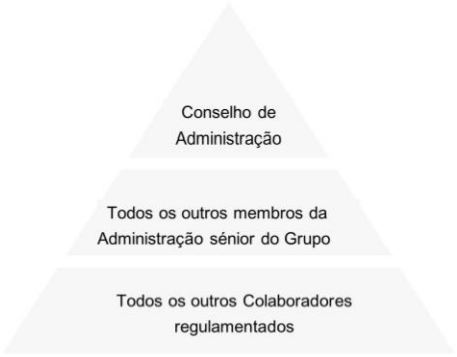
Membros do Conselho de Administração		Número de ações
Jürgen Fitschen	2014	205,173
	2013	183,759
Anshuman Jain	2014	615,276
	2013	572,701
Stefan Krause	2014	27,442
	2013	0
Dr. Stephan Leithner	2014	57,488
	2013	24,632
Stuart Lewis	2014	32.530
	2013	20,480
Rainer Neske	2014	95,533
	2013	73,940
Henry Ritchotte	2014	166.526
	2013	134,082
Total	2014	1.199.968
	2013	1.009.594

Os atuais membros do Conselho de Administração detinham um total de 1.199.968 ações do Deutsche Bank em 21 de fevereiro de 2014, correspondente a aproximadamente 0,12% das ações emitidas pelo Deutsche Bank nessa data.

A tabela seguinte apresenta o número de prémios em ações detidas pelos membros do Conselho de Administração à data de 28 de março de 2013 e 21 de fevereiro de 2014, bem como o número de prémios em ações novas atribuídas, entregues ou anuladas neste período.

Membros do Conselho de Administração	Saldo em 28.3.2013	Concedidas	Entregues	Caducadas	Saldo em 21.2.2014
Jürgen Fitschen	146.472	44.192	104.592	0	206.872
Anshuman Jain	344.875	80.537	104.592	0	368.930
Stefan Krause	141.148	52.250	69.667	0	158.565
Dr. Stephan Leithner	180.348	64.235	71.068	0	187.181
Stuart Lewis	77.706	22.659	70.081	0	125.128
Rainer Neske	132.905	44.562	69.667	0	158.010
Henry Ritchotte	144.944	56.788	70.804	0	158.960

Colaboradores regulamentados ao abrigo do InstitutsVergV



O decreto InstitutsVergV obriga-nos a identificar todos os colaboradores cujo trabalho se considera que tem uma grande influência no perfil de risco global do Grupo. Identificar adequadamente dos colaboradores regulamentados pela InstitutsVergV e, subsequentemente, conceber estruturas de remuneração adequadas para os mesmos é essencial para garantir que não incentivamos que sejam assumidos riscos inapropriados. O SECC tem supervisionado o desenvolvimento e implementação de um processo sólido e centrado no risco para identificação de colaboradores regulamentados relativamente ao exercício de 2013, o qual incluiu uma avaliação de critérios qualitativos e quantitativos adequados. O processo identificou as seguintes populações de colaboradores:

— Membros executivos do Grupo (Conselho de Administração, Comissão Executiva do Grupo e Geschäftsleiter de Subsidiárias importantes do Grupo);
— Direção sénior, responsável pela gestão corrente das divisões de front office e gestão regional;
— Colaboradores sénior responsáveis pelas funções de controlo independentes do Grupo, incluindo responsáveis globais de funções de controlo, membros dos comités de infraestrutura globais e membros de comités de risco principais;
— Colaboradores com a capacidade de expor o Grupo a um risco significativo, incluindo todos os diretores executivos na CB&S (excluindo departamentos de research e grandes empresas alemão);
— Quando ainda não identificados, os colaboradores com remuneração semelhante aos classificados pelos critérios anteriores.

Globalmente, 1.295 colaboradores foram identificados como colaboradores regulamentados no âmbito da InstitutsVergV, para o ano de desempenho de 2013, em 38 países. Isto representa um aumento de 7% em comparação com 2012, no qual identificámos 1.215 colaboradores regulamentados. Este aumento ficou a deve-se, principalmente, a (i) a identificação de membros principais do Comité de Risco com níveis de autoridade significativos, (ii) identificação de colaboradores adicionais, fora da CB&S, com a capacidade de expor a instituição a risco significativo e (iii) uma decisão estratégica do SECC de baixar o limite de remuneração. Tal como em anos anteriores, esperamos que o número de colaboradores regulamentados seja consideravelmente mais elevado que muitos dos nossos concorrentes principais, quer em termos de nível absoluto quer em termos de percentagem da população total de colaboradores.

Tendo em conta os novos requisitos regulamentares e as próximas normas técnicas regulamentares EBA, prevemos que a nossa metodologia de identificação de colaboradores regulamentados evolua ainda no ano de desempenho de 2014.

Estruturas de remuneração dos colaboradores regulamentados

Os colaboradores regulamentados estão sujeitos à mesma matriz de diferimento que a generalidade dos colaboradores, exceto ao requisito de diferimento de no mínimo 40% – 60% da remuneração variável. Se a matriz de diferimento global do Grupo não ativar um diferimento de pelo menos 40% para a remuneração variável dum colaborador regulamentado (desde que a sua remuneração variável ultrapasse 50.000 euros), a matriz é ignorada para garantir que são cumpridas as obrigações regulamentares. Em média, no entanto, os colaboradores regulamentados são sujeitos a taxas de diferimento superiores aos requisitos regulamentares mínimos de 40% - 60%.

Todos os colaboradores regulamentados recebem 50% da sua remuneração variável diferida sob a forma de um prémio restrito em ações (REA) e, normalmente, os restantes 50% como um prémio restrito de ações (RIA). [Um número limitado de colaboradores regulamentados na nossa divisão DeAWM receberam uma parcela do seu RIA sob a forma de um prémio do plano de incentivo a colaboradores (EIP)]. São prémios liquidados em numerário com base no valor dos fundos geridos pelo negócio. As disposições relativas a diferimentos e a perdas de direitos no âmbito do EIP mantêm-se iguais aos dos RIA. Estes colaboradores recebem ainda 50% do seu prémio diferido em ações (como no REA) conforme exigido pela regulamentação). Quando são adquiridos os direitos de cada tranche REA (ou no final dos 4,5 anos do período de aquisição de direitos para a administração sénior do Grupo), é aplicado um período mínimo de carência adicional de seis meses em que os colaboradores não podem vender as ações. Os colaboradores podem ainda perder os direitos ao seu REA ao abrigo das provisões de perda de direitos pela violação de política/violação regulamentar e da imparidade de proveitos ou se forem exonerados com justa causa durante o período de carência.

Além do prémio diferido, 50% do prémio inicial (parcela remanescente após o cálculo da percentagem diferida) são também atribuídos em ações sob a forma de um prémio inicial em ações (EUA). Na data de atribuição do prémio, as ações são sujeitas a um período de carência mínimo de seis meses em que as ações não podem ser vendidas. A adição do EUA à parcela diferida do prémio significa que, em média, os colaboradores regulamentadas recebem menos de 15% da sua remuneração variável em 2013 como pagamento imediato em numerário (ou seja, foram aplicadas taxas médias de diferimento superiores a 85%). Os EUA estão sujeitos às provisões de perda de direitos por violação de política/violação regulamentar e imparidade de proveitos, durante o período de carência e também serão perdidos se o colaborador sair do Grupo voluntariamente ou por justa causa.

Consultar "ajustamento ex-post ao risco" na visão geral de remunerações do Grupo e secção de divulgação para um resumo completo das provisões de desempenho e perda de direitos.

Divulgação da remuneração nos termos do artigo 8.º do decreto InstitutsVergV

Como descrito anteriormente, desenvolvemos, aperfeiçoámos e implementámos uma abordagem estruturada e abrangente para identificar os colaboradores regulamentados em conformidade com os requisitos do decreto InstitutsVergV. Os elementos de remuneração conjuntos para este grupo de colaboradores são detalhados na tabela seguinte. Todos os membros do Conselho de Administração e Geschäftsleiter de outras Subsidiárias importantes do Grupo, nos termos do artigo 1.º do decreto InstitutsVergV, são incluídos na coluna Geschäftsleiter.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)[1]	2013						
	CB&S	GTB	DeAWM	PBC	Geschäftsleiter (Instituições relevantes)	NCOU	Total - Grupo
Remuneração total	1.388	41	120	48	97	39	1.733
Número de colaboradores	1.093	27	76	35	38	26	1.295
dos quais:							
Remuneração fixa	324	9	24	11	20	8	397
Remuneração variável	1.065	31	96	36	76	32	1.336
Remuneração variável							
dos quais: Prémios diferidos	809	24	74	28	67	25	1.028
dos quais: Ações diferidas	406	12	37	14	39	13	521
dos quais: Prémios iniciais	255	7	22	8	9	6	308
dos quais: Pagamentos iniciais em ações[2]	127	4	11	4	5	3	154
dos quais:							
Prémios sujeitos a recuperação (*clawback*)	937	28	85	32	72	28	1.182
Prémios sujeitos a indicadores de desempenho sustentável	809	24	74	28	67	25	1.028
Pagamentos acordados[3, 4]	27						37[5]
Número de beneficiários	28						38[5]
Pagamentos de rescisão[4]	18						31[5]
Número de beneficiários	55						62[5]

[1] Excluindo o Postbank.
[2] A parcela inicial dos pagamentos iniciais em ações pode ser inferior a 50% devido ao impacto de requisitos legais e legislação fiscal locais.
[3] Incluindo garantias.
[4] Os pagamentos acordados (*sign-on payments*) e os pagamentos de rescisão foram divulgados coletivamente para o Grupo com a exceção de CB&S com o intuito de salvaguardar a confidencialidade dos colaboradores, tendo em conta o número reduzido de beneficiários.
[5] O total inclui o número referido para a CB&S para além da soma agregada para todas as outras divisões.

Todos os valores da tabela incluem a afetação de remuneração vinculada à infraestrutura ou ao número de colaboradores definidos pelo nosso código de afetação de custos.

Estamos cientes de que quaisquer pagamentos de rescisão discricionários deverão ser determinados com base no compromisso sustentado do indivíduo e o seu contributo pessoal para o êxito do Banco durante o seu período de colaboração. O prémio individual mais elevado em 2013 foi de 3,7 milhões de euros.

Todos os prémios diferidos e os EUA estão sujeitos a recuperação na sequência duma violação de política/violação regulamentar ou evento de imparidade de proveitos. Adicionalmente, todos os prémios diferidos estão sujeitos a disposições de recuperação (*clawback provisions*)vinculadas ao desempenho da respetiva divisão e/ou do Grupo em geral. Durante 2013, quatro colaboradores regulamentados perderam os direitos relativamente aos seus prémios em consequência de terem sido alvo de rescisão por justa causa ou de uma deteção de uma violação de política/violação regulamentar. O total do montante caducado (com base no valor dos prémios na atribuição) foi de 9,24 milhões de euros. No final de 2013,17 indivíduos estavam também a ser avaliados pelos comités do Banco e sujeitos a uma suspensão da atribuição de direitos ou entrega de prémios diferidos, devido às investigações em curso.

Sistema de remuneração dos membros do Conselho de Fiscalização

Os princípios da remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos, os quais os nossos acionistas podem alterar em cada Assembleia-Geral Anual. As disposições de remuneração foram alteradas pela última vez na nossa Assembleia-Geral Anual de 23 de maio de 2013. Da mesma forma, aplicam-se as seguintes disposições, com efeitos a 1 de janeiro de 2013:

Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa ("Remuneração do Conselho de Fiscalização"). A remuneração base anual é de 100.000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe o dobro desse valor e o vice-presidente recebe 1,5 vezes esse valor.

Os membros e diretores dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional, conforme se indica:

	31.12.2013	
em euros Comité[1]	Presidente	Membro
Comité de Auditoria	200.000	100.000
Comité de Risco	200.000	100.000
Comité de Nomeações	0	0
Comité de Mediação	0	0
Comité de Integridade[2]	100.000	50.000
Comité do Presidente	100.000	50.000
Comité de controlo de remuneração[3]	100.000	50.000

[1] Os membros dos comités encontram-se listados com o título Informação suplementar na página 478 do relatório financeiro.
[2] Estabelecido em 22 de maio de 2013.
[3] Estabelecido em 29 de outubro de 2013.

75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após submissão das faturas em fevereiro do ano seguinte. Os restantes 25% são convertidos pela empresa simultaneamente em ações da empresa, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, arredondado às milésimas. O valor deste número de ações é pago ao membro do Conselho de Fiscalização correspondente em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou término do seu mandato, com base no preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra ou sistema sucessor) durante os últimos dez dias de negociação do mês de janeiro anterior, desde que o membro não saia do Conselho de Fiscalização por um motivo significativo que pudesse ter justificado a demissão.

No caso de uma alteração dos membros do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração relativa ao exercício será paga proporcionalmente, arredondada por excesso/defeito para meses completos. Para o ano de saída, a remuneração é paga na totalidade em numerário; um regulamento de confisco aplica-se a 25% da remuneração relativa a esse exercício.

A empresa reembolsa os membros do Conselho de Fiscalização pelas despesas em numerário por si incorridas no desempenho das suas funções, incluindo qualquer imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre a sua remuneração e sobre os reembolsos de despesas. Além disso, as contribuições do empregador para regimes de segurança social que possam aplicar-se ao abrigo de legislação estrangeira para o desempenho do seu trabalho no Conselho de Fiscalização serão pagas a cada membro do Conselho de Fiscalização afetado. Finalmente, o presidente do Conselho de Fiscalização será devidamente reembolsado por despesas de deslocação incorridas no desempenho de tarefas de representação exigidas pelo seu cargo e por custos com medidas de segurança necessárias devido ao seu cargo.

No interesse da empresa, os membros do Conselho de Fiscalização serão incluídos, num montante apropriado, com franquia, em qualquer apólice de seguro de responsabilidade financeira que contratemos. Os prémios serão pagos pela empresa.

Aplicaram-se as seguintes disposições à remuneração do Conselho de Fiscalização no exercício de 2012:

A remuneração consistiu numa retribuição fixa de 60.000 euros por ano e num bónus baseado nos dividendos de 100 euros por ano por cada 0,01 euros, totais ou fracionados, em que o dividendo que distribuímos aos nossos acionistas excedeu 1,00 euro por ação. Os membros do Conselho de Fiscalização também receberam uma remuneração anual, vinculada aos nossos lucros de longo prazo, de 100 euros por cada 0,01 euros em que os resultados médios por ação (diluídos), registados no relatório financeiro do Banco de acordo com os princípios contabilísticos aplicáveis a cada caso, com base nos valores dos resultados líquidos dos três exercícios anteriores, excederam o montante de 4,00 euros.

Estes montantes estiveram sujeitos a um aumento de 100% para cada membro de um comité do Conselho de Fiscalização e de 200% para cada presidência. Estas disposições não se aplicaram ao Comité de Mediação, constituído em conformidade com o artigo 27.º, n.º 3 da lei de codeterminação. O presidente do Conselho de Fiscalização recebeu quatro vezes a remuneração base de um membro regular, o que corresponde ao limite superior para o cargo. O vice-presidente do Conselho de Fiscalização recebeu uma vez e meia a remuneração base de um membro regular. Além disso, os membros do Conselho de Fiscalização receberam uma senha de presença de 1.000 euros por cada reunião do Conselho de Fiscalização e por cada reunião de comité em que estiveram presentes. Igualmente, e no nosso interesse, os membros do Conselho de Fiscalização foram incluídos em qualquer apólice de seguro de responsabilidade financeira que contratámos com um montante que considerámos adequado, sendo os prémios correspondentes pagos por nós.

Também reembolsámos os membros do Conselho de Fiscalização relativamente a todas as despesas e montantes de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) em que incorreram no desempenho das suas funções como membros do Conselho de Fiscalização. Os representantes dos trabalhadores no Concelho de Fiscalização também continuaram a receber os seus benefícios de trabalhador. Aos membros do Conselho de Fiscalização que prestaram serviço apenas durante uma parte do ano pagámos uma parcela da sua remuneração total em função do número de meses em que prestaram serviço, com arredondamento para meses inteiros.

Os membros do Comité de Nomeações, constituído pela primeira vez após a Assembleia-Geral Anual de 2008, abdicaram de todas as remunerações, incluindo a senha de presença, pelos seus serviços no Comité de Nomeações em 2012.

Remuneração do Conselho de Fiscalização relativamente ao exercício de 2013

Cada membro do Conselho de Fiscalização recebeu a seguinte remuneração relativamente ao exercício de 2013 (excluindo o imposto sobre o valor acrescentado).

Membros do Conselho de Fiscalização	Remuneração no exercício		Remuneração no exercício de 2012			
€	Fixa	Paga em 2014	Fixa	Variável	Senha de presença	Total
Dr. Paul Achleitner[1]	645.833	484.374	160.000	0	13.000	173.000
Dr. Clemens Börsig[2]	0	0	100.000	0	12.000	112.000
Karin Ruck[4]	125.000	125.000	210.000	0	19.000	229.000
Alfred Herling	187.500	140.625	120.000	0	12.000	132.000
Wolfgang Böhr[4]	41.667	41.667	60.000	0	6.000	66.000
Frank Bsirske[3]	95.833	71.874	0	0	0	0
John Cryan[3]	233.333	174.999	0	0	0	0
Dina Dublon[6]	33.333	24.999	0	0	0	0
Dr. Karl-Gerhard Eick[4]	125.000	125.000	180.000	0	13.000	193.000
Katherine Garrett-Cox	100.000	75.000	60.000	0	6.000	66.000
Timo Heider[3]	87.500	65.625	0	0	0	0
Gerd Herzberg[2]	0	0	25.000	0	4.000	29.000
Sabine Irrgang[3]	87.500	65.625	0	0	0	0
Prof. Dr. Henning Kagermann	200.000	150.000	120.000	0	12.000	132.000
Martina Klee	129.167	96.875	60.000	0	6.000	66.000
Suzanne Labarge	200.000	150.000	120.000	0	12.000	132.000
Maurice Lévy[2]	0	0	25.000	0	3.000	28.000
Peter Löscher	129.167	96.875	40.000	0	2.000	42.000
Henriette Mark	200.000	150.000	120.000	0	13.000	133.000
Gabriele Platscher	158.333	118.749	60.000	0	6.000	66.000
Bernd Rose[3]	116.667	87.500	0	0	0	0
Dr. Theo Siegert[2]	0	0	75.000	0	8.000	83.000
Rudolf Stockem	158.333	118.749	35.000	0	2.000	37.000
Stephan Szukalski[3]	58.333	43.749	0	0	0	0
Dr. Johannes Teyssen	100.000	75.000	60.000	0	6.000	66.000
Marlehn Thieme[4]	83.333	83.333	120.000	0	13.000	133.000
Georg Thoma[3]	116.667	87.500	0	0	0	0
Tilman Todenhöfer[5]	125.000	125.000	120.000	0	12.000	132.000
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler	200.000	150.000	80.000	0	7.000	87.000
Stefan Viertel[1]	41.667	41.667	60.000	0	6.000	66.000
Renate Voigt[4]	41.667	41.667	60.000	0	6.000	66.000
Werner Wenning[2]	41.667	41.667	60.000	0	6.000	66.000
Total	3.862.500	3.053.119	2.130.000	0	205.000	2.335.000

[1] Membro desde 31 de maio de 2012
[2] Membro até 31 de maio de 2012
[3] Membro desde 23 de maio de 2013
[4] Membro até 23 de maio de 2013
[5] Membro até 31 de Outubro de 2013
[6] Membro desde novembro de 2013

Após o envio das faturas em fevereiro de 2014, 25% da remuneração determinada para cada membro do Conselho de Fiscalização para o exercício de 2013 foi convertida em ações nocionais da empresa com base num preço das ações de 36,939 euros (preço de fecho médio na Bolsa de Valores de Frankfurt (Xetra) durante os últimos dez dias de negociação de janeiro de 2014, calculado com três dígitos após o símbolo decimal). Os membros que deixaram o Conselho de Fiscalização em 2013 receberam a totalidade da remuneração em numerário.

A tabela seguinte apresenta o número de ações nocionais, com três casas decimais, que foram convertidas em fevereiro de 2014 para membros do Conselho de Fiscalização como parte da sua remuneração de 2013:

Membros do Conselho de Fiscalização	Número de ações nocionais
Dr. Paul Achleitner	4.370,945
Alfred Herling	1.268,984
Frank Bsirske	648,592
John Cryan	1.579,180
Dina Dublon	225,597
Katherine Garrett-Cox	676,791
Timo Heider	592,193
Sabine Irrgang	592,193
Prof. Dr. Henning Kagermann	1.353,583
Martina Klee	874,189
Suzanne Labarge	1.353,583
Peter Löscher	874,189
Henriette Mark	1.353,583
Gabriele Platscher	1.071,586
Bernd Rose	789,590
Rudolf Stockem	1.071,586
Stephan Szukalski	394,795
Dr. Johannes Teyssen	676,791
Georg Thoma	789,590
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler	1.353,583
Total	**21.911,123**

Todos os representantes dos trabalhadores no Concelho de Fiscalização, à exceção de Bsirske e Stockem, são nossos colaboradores. No exercício de 2013, pagámos a esses membros um montante total de 1,10 milhões de euros sob a forma de salários, remunerações de reforma e pensão, além da sua remuneração do Conselho de Fiscalização.

Não concedemos benefícios aos membros do Conselho de Fiscalização após terminarem o seu mandato, embora os membros que sejam ou tenham sido nossos colaboradores tenham direito aos benefícios associados à cessação da respetiva relação laboral. Em 2013, reservámos 0,08 milhões para pensões, reformas e benefícios afins dos membros do Conselho de Fiscalização que são ou foram nossos colaboradores.

Com o consentimento do Conselho de Administração do Banco, o Dr. Achleitner desempenha funções de representação de diversas formas, a título não remunerado, para o Banco e participa em oportunidades de referências de negócio para o Banco. Estas tarefas estão relacionadas com as responsabilidades funcionais do presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG. A este respeito, o reembolso de custos encontra-se regulamentado nos Estatutos. Com base num acordo contratual separado, o Banco fornece ao Dr. Achleitner infraestruturas e serviços de apoio, gratuitamente, pelos serviços por si prestados no interesse do Banco, pelo que tem o direito de utilizar recursos internos para a preparação e exercício das suas atividades. A segurança e os serviços de viaturas do Banco estão à disposição do Dr. Achleitner para utilização gratuita no desempenho destas tarefas. O Banco reembolsa ainda despesas de deslocação e de participação e cobre os impostos sobre quaisquer benefícios não pecuniários concedidos. Em 24 de setembro de 2012, o Comité do Presidente aprovou a celebração deste acordo. As disposições aplicam-se durante o mandato do Dr. Achleitner enquanto Presidente do Conselho de Fiscalização e são examinadas anualmente quanto à sua adequação. Ao abrigo deste acordo entre o Deutsche Bank e o Dr. Achleitner, foram prestados serviços de apoio equivalentes a 185.000 euros e pagos reembolsos de despesas no montante de 137.502 euros durante o exercício de 2013.

O Comité do Presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank aprovou todos os mandatos existentes entre a Shearman & Sterling LLP e o Deutsche Bank AG (e as suas empresas afiliadas) no momento em que Thoma foi nomeado para o Conselho de Fiscalização, bem como todos os novos mandatos em que o Deutsche Bank AG (ou as suas empresas afiliadas) foram beneficiários de serviços. Ao abrigo destes mandatos, foram efetuados pagamentos de aproximadamente 2,3 milhões de euros por empresas do Grupo Deutsche Bank à Shearman & Sterling LLP no período entre a nomeação de Thoma e 31 de dezembro de 2013. Aqui não se incluem montantes significativos faturados por bookrunners líderes e, consequentemente, não

contabilizados quer pela Shearman & Sterling LLP quer pelo Banco, como pagamentos do Banco à Shearman & Sterling LLP. Thoma não esteve envolvido em nenhum destes mandatos. Participa no sucesso económico da Shearman & Sterling LLP apenas enquanto um dos seus 159 sócios de capital (em 31 de dezembro de 2013).

Responsabilidade corporativa

A responsabilidade perante clientes, acionistas, colaboradores e sociedade é o conceito central do nosso programa de mudança cultural que sustenta a Estratégia 2015+. Baseia-se na compreensão do impacto das nossas decisões de negócio, reforçando a nossa abordagem a questões sociais, ambientais e de governação (SAG) e melhorando o impacto direto e indireto das nossas atividades no ambiente e na sociedade.

Fornecer valor partilhado a todas as nossas partes interessadas mediante a integração dos temas SAG nos nossos negócios é o nosso objetivo. Em 2013 continuámos a sensibilização para os riscos de negócio e oportunidades decorrentes de fatores SAG.

Risco ambiental e social

Uma gestão do risco eficaz advém, fundamentalmente, de uma interiorização por parte dos colaboradores da sua responsabilidade pelo nosso sucesso e reputação. Fornecemos orientações e procedimentos para ajudar os colaboradores a cumprirem esta responsabilidade.

Em 2012, introduzimos o quadro de risco reputacional ambiental e social (quadro de risco AS) no âmbito da política do programa de gestão do risco reputacional (Reputational Risk Management Program Policy – RRMPP) para nos centrarmos mais de perto em riscos reputacionais para o banco que possam decorrer de relações com determinados clientes e negócios associados. Em 2013, desenvolvemos um conceito de formação mais abrangente para reforçar a sensibilização para esses riscos AS que implementaremos a nível mundial em 2014.

O quadro ajuda as divisões de negócios a avaliarem riscos ambientais e sociais em determinados setores, tais como as indústrias extrativas, serviços públicos, agricultura e defesa. Antes da aprovação de uma transação proposta é necessário avaliar os potenciais riscos ambientais e sociais e, quando necessário, devem ser discutidas potenciais medidas de mitigação com o cliente. Em circunstâncias específicas podem surgir riscos significativos para nós. Para esses casos, foram desenvolvidas orientações especiais, incluindo questões de *due diligence*. As nossas diretrizes referem normas internacionais sempre que possível, por exemplo, as Normas de Desempenho da Sociedade Financeira Internacional. Em circunstâncias em que essas normas não existam ou estejam ainda a ser desenvolvidas, recorremos a peritos internos e externos para o nosso processo de *due diligence*.

Em 2013, o número de transações revistas ao abrigo do Quadro de risco AS aumentou de forma significativa, demonstrando a maior sensibilização para estes riscos. Adicionalmente, durante o ano, 106 transações foram enviadas para comités regionais ou de risco reputacional do Grupo (2012: 102), 7 das quais envolviam riscos ambientais e sociais (2012: 16).

Investimento responsável na divisão Deutsche Asset & Wealth Management

Com o estabelecimento da Deutsche Asset & Wealth Management (DeAWM) em 2013, melhorámos a nossa estratégia para integrar e disseminar os temas SAG por toda a plataforma DeAWM. A Administração Central de SAG recém-criada é responsável não só pela implementação da estratégia, mas também pela coordenação, desenvolvimento e reforço das nossas capacidades de investimento SAG. A nova estratégia SAG é definida por três pilares:

— Gestão do risco: produção de investigação SAG aprofundada para apoiar decisões de investimento e reduzir os riscos de negócio.

— Governação: implementação de políticas e procedimentos SAG consistentes para todos os ativos DeAWM com o intuito de assegurar que todos os colaboradores têm conhecimento das informações disponíveis e cumprem os procedimentos.
— Criação de valor: identificação de lacunas existentes em produtos e desenvolvimento de novos produtos e serviços SAG.

No final de 2013, a DeAWM geria aproximadamente 5,1 mil milhões de euros em ativos investidos de acordo com os critérios SAG (2012: 3,7 mil milhões de euros).

Financiamento de projetos de energias renováveis nas divisões Corporate Banking & Securities e Global Transaction Banking

Apesar de um crescimento económico apenas moderado, a importância das energias renováveis continuou a crescer em 2013. Na divisão Corporate Banking & Securities, a nossa equipa Infrastructure and Energy Banking estrutura soluções de financiamento para o desenvolvimento, construção e operação desses projetos. Em 2013, prestámos assessoria e/ou financiamento para facilitar a construção de projetos de centrais solares, eólicas, de fio de água e de valorização energética de resíduos com uma capacidade total de mais de 1.185 megawatts, com um valor superior a 3,6 mil milhões USD. O Deutsche Bank afetou mais de 1,36 mil milhões de dólares dos Estados unidos aos seus projetos de energias renováveis, o que faz do Deutsche Bank um dos três principais financiadores de projetos do setor privado em matéria de energia limpa na Europa, América do Norte e Médio Oriente.

Na nossa área de negócio Global Transaction Banking, em 2013, 40% das transações de grupos de financiamento de projetos de Trust & Agency Services estiveram relacionadas com energias renováveis. No total, apoiámos 15 projetos de energias renováveis de 1.250 megawatts, com um valor de 2,3 mil milhões de euros.

Obrigações verdes

Juntámo-nos a uma coligação de 13 grandes instituições financeiras com o intuito de apoiar um conjunto de diretrizes voluntárias relativas a "obrigações verdes" para financiar atividades amigas do ambiente. As diretrizes ajudarão a assegurar a integridade e transparência aos investidores neste mercado em rápido crescimento. Os princípios sugerem um processo para a designação, divulgação, gestão e relato da forma como será utilizado o capital obtido de uma obrigação verde.

Manutenção de operações neutras em termos de emissões de carbono

Continuamos a tornar as nossas operações neutras em termos de emissões de carbono, investindo em projetos de eficiência energética, adquirindo e gerando eletricidade produzida por energias renováveis *in situ* e compensando as restantes emissões através da compra e retirada de certificados de compensação de qualidade elevada. A vasta gama e eficácia das nossas atividades relacionadas com as alterações climáticas asseguraram-nos, pelo segundo ano consecutivo, um lugar no Disclosure Leadership Index.

Cidadania empresarial

Os nossos programas de cidadania empresarial fazem face a desafios sociais cruciais, trabalhando com organizações sem fins lucrativos e com instituições de referência sempre que possível. Com um investimento total de 78,2 milhões de euros em 2013 (em comparação com 82,7 milhões em 2012), continuámos a ser um dos

expoentes mais ativos da cidadania empresarial a nível mundial e mais de 19.500 colaboradores ofereceram voluntariamente 25.000 dias, disponibilizando o seu tempo, os seus conhecimentos especializados e a sua competência para reforçar programas comunitários. Para reconhecer este compromisso, implementámos o Prémio Global para Voluntários para todas as regiões.

Colaboradores

Número de colaboradores do Grupo

Em 31 de dezembro de 2013 tínhamos um total de 98.254 colaboradores, em comparação com 98.219 em 31 de dezembro de 2012. Calculamos o nosso número de colaboradores em equivalentes a tempo inteiro, o que significa que incluímos valores proporcionais relativos a trabalhadores a tempo parcial.

A tabela a seguir apresenta o número de colaboradores equivalentes a tempo inteiro em 31 de dezembro de 2013, de 2012 e de 2011.

Colaboradores[1]	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011
Alemanha	46.377	46.308	47.323
Europa (fora da Alemanha), Médio Oriente e África	23.372	23.952	24.265
Ásia e Pacífico	18.175	17.630	18.273
North America[2, 3]	9.752	9.787	10.610
América Latina	578	542	525
Total de colaboradores[3]	98.254	98.219	100.996

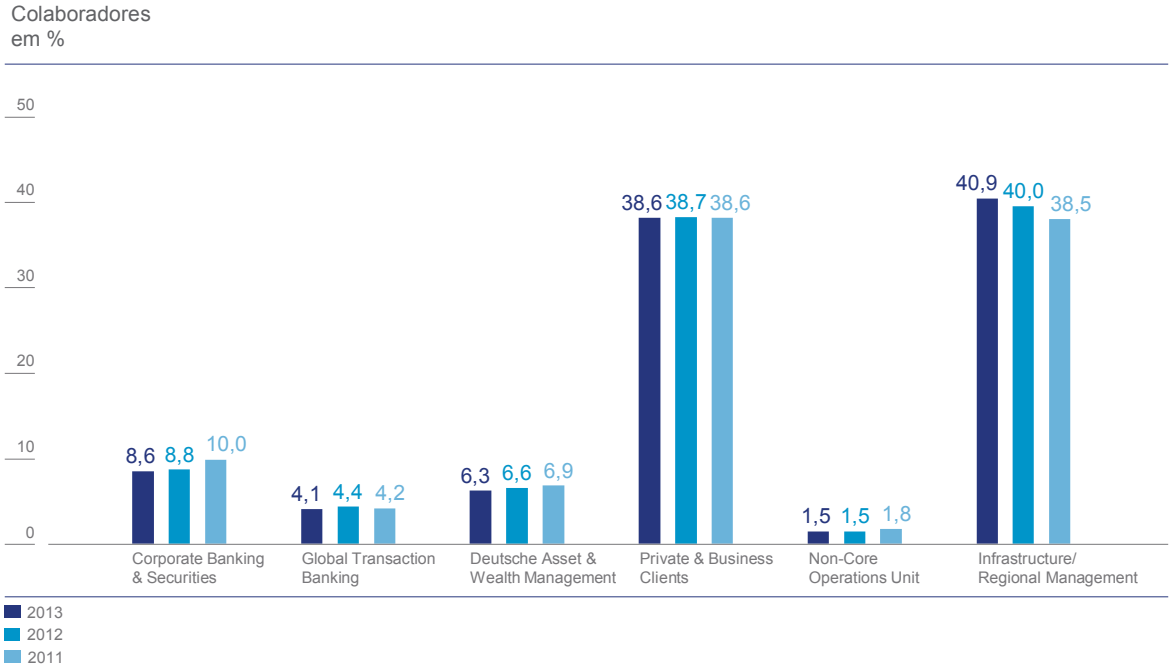
[1] Colaboradores equivalentes a tempo inteiro; em 2013, os colaboradores do Paquistão, anteriormente incluídos em Ásia e Pacífico, foram afetados ao Médio Oriente; os números relativos a 2012 (79 colaboradores) e 2011 (78 colaboradores) foram reclassificados em conformidade. Em 2012, os colaboradores do México, anteriormente incluídos em América do Norte, foram afetados à América Latina; os números relativos a 2011 (90 colaboradores) foram reclassificados em conformidade. Em 2012, a alteração na definição de equivalente a tempo inteiro (FTE) para "forças de venda móveis" na Índia resultou numa diminuição de 300 colaboradores (situação em 31 de dezembro de 2011).

[2] Principalmente Estados Unidos.

[3] O número nominal de colaboradores de The Cosmopolitan of Las Vegas é 4.393 em 31 de dezembro de 2013, em comparação com 4.371 em 31 de dezembro de 2012 e com 4.256 em 31 de dezembro de 2011. O número de colaboradores é composto de colaboradores a tempo inteiro e de colaboradores a tempo parcial, não integrando os valores totais de colaboradores equivalentes a tempo inteiro.

Em 2013, o número de colaboradores aumentou em 35 pessoas, ou 0,0% , devido aos seguintes fatores:

— A divisão Corporate Banking & Securities registou um decréscimo de 210 colaboradores, sobretudo devido a ajustamentos relacionados com a evolução do mercado;
— A divisão Global Transaction Banking passou a ter menos 247 colaboradores, particularmente em resultado de ajustamentos relacionados com as atividades bancárias comerciais adquiridas nos Países Baixos e com o desinvestimento da Deutsche Card Services na Alemanha;
— A divisão Deutsche Asset & Wealth Management registou um decréscimo de 332 colaboradores, o que se deveu sobretudo à evolução do mercado e à integração de Asset Management e Wealth Management numa só divisão;
— A divisão Private & Business Clients registou um decréscimo de 53 colaboradores, apesar da integração da KEBA na Alemanha;
— O número de colaboradores na Non-Core Operations Unit permaneceu praticamente inalterado;
— As nossas operações de Infraestrutura passaram a contar com mais 886 colaboradores, sobretudo devido à integração da DB Investment Services na Alemanha.



Nota: Em 2013, os colaboradores das áreas de Infraestrutura do Postbank anteriormente incluídos em Private & Business Clients foram afetados a Infraestrutura. Os números relativos a 2012 (3.099 colaboradores) e a 2011 (3.163 colaboradores) foram reclassificados em conformidade.

Relações laborais

Na Alemanha, os sindicatos de trabalhadores e as associações patronais negoceiam geralmente acordos coletivos de trabalho para os salários e benefícios dos colaboradores abaixo do nível de gestão. Muitas empresas na Alemanha, incluindo nós e as nossas subsidiárias alemãs relevantes, são membros de associações patronais e estão vinculadas por acordos coletivos de trabalho.

Todos os anos, a nossa associação patronal, a Arbeitgeberverband des privaten Bankgewerbes e. V., renegoceia em regra os acordos coletivos de trabalho que fornecem cobertura a um número elevado dos nossos colaboradores. O acordo em vigor, alcançado em junho de 2012, inclui um pagamento único de 350 euros em junho de 2012 (100 euros para aprendizes) e um aumento salarial de 2,9% a partir de julho de 2012, bem como um segundo aumento salarial de 2,5% a partir de junho de 2013. Este acordo, que expira em 30 de abril de 2014, também inclui uma declaração sobre a importância das medidas de proteção da saúde nas empresas, um compromisso de início de negociações sobre o prolongamento do acordo de reformas antecipadas e um compromisso de início de negociações sobre novas regras de trabalho aos sábados em 2012/2013, que deverão estar concluídas antes do reinício das negociações do presente acordo em 2014.

A nossa associação patronal negoceia com os seguintes sindicatos:

— ver.di (Vereinigte Dienstleistungsgewerkschaft), um sindicato constituído em julho de 2001 na sequência da fusão de cinco sindicatos, incluindo os antigos sindicatos bancários Deutsche Angestellten Gewerkschaft e Gewerkschaft Handel, Banken und Versicherungen;
— Deutscher Bankangestellten Verband (DBV – Gewerkschaft der Finanzdienstleister);
— Deutscher Handels- und Industrieangestellten Verband (DHV – Die Berufsgewerkschaft);
— Komba Gewerkschaft (sindicato da função pública, só relevante para o Postbank);
— DPVKom – Die Kommunikationsgewerkschaft (só relevante para o Postbank).

A legislação alemã proíbe-nos de perguntar aos nossos colaboradores se são membros de sindicatos. Por conseguinte, não sabemos quantos colaboradores estão filiados em sindicatos. Aproximadamente 15% dos trabalhadores do setor bancário na Alemanha estão sindicalizados. Estimamos que menos de 15% dos nossos colaboradores na Alemanha estejam sindicalizados (excluindo o Postbank que tradicionalmente tinha uma taxa de sindicalização significativamente mais elevada, da ordem dos 60%). A nível mundial, estimamos que aproximadamente 15% dos nossos colaboradores sejam membros de sindicatos de trabalhadores (incluindo o Postbank, menos de 25%).

Em 31 de dezembro de 2013, 38% dos colaboradores do Postbank na Alemanha eram funcionários públicos (equivalentes a tempo inteiro), em comparação com 40% em 31 de dezembro de 2012.

Planos de benefícios pós-emprego

Patrocinamos vários planos de benefícios pós-emprego, em nome dos nossos colaboradores, quer na forma de planos de contribuição definida, quer na forma de planos de benefício definido.

No nosso processo de contabilidade globalmente coordenada que abrange planos com uma obrigação com benefícios definidos superior a 2 milhões de euros, as nossas análises globais atuariais revêm as avaliações realizadas por atuários nomeados localmente em cada país.

Através da aplicação dos nossos princípios globais de determinação dos pressupostos financeiros e demográficos, conseguimos garantir que os pressupostos constituem a melhor estimativa e são imparciais e mutuamente compatíveis, bem como globalmente consistentes.

Para uma discussão mais aprofundada sobre os nossos planos de benefícios dos colaboradores, veja-se a Nota 35, "Benefícios dos colaboradores" nas nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Uma nova cultura de desempenho no Deutsche Bank

Contribuir para um ambiente de trabalho sustentável e motivador

Em 2013, contribuímos de forma significativa para o reforço das nossas capacidades e para a satisfação das normas regulamentares e das expectativas da sociedade.

Convertemos a estratégia de negócio do Deutsche Bank numa abordagem de desenvolvimento que incorpora os nossos valores e convicções nas nossas práticas em matéria de recursos humanos, da seguinte forma:

— reforçando as capacidades na organização e disponibilidade de futuros líderes;
— criando um ambiente que encoraja um desempenho sustentável em sintonia com a estratégia do banco;
— investindo no desenvolvimento profissional e pessoal dos nossos colaboradores e gestores com o intuito de os motivar e de maximizar as suas capacidades.

Reforçar as capacidades na organização e disponibilidade de futuros líderes

Uma abordagem do talento sénior do banco extensiva a todo o Grupo é crucial para a criação de uma forte reserva de futuros líderes que possam promover o desempenho e crescimento sustentáveis e a cultura adequada no banco a longo prazo. Para este efeito, foi criado em 2013 um Comité de Líderes Seniores – um órgão formal para dirigir e reger as estratégias de talento em todo o banco – presidido pelos co-CEO Jürgen Fitschen e Anshu Jain.

Criar um ambiente que promova um desempenho sustentável em sintonia com a estratégia do banco

A gestão de talentos e a gestão do desempenho são duas das práticas de gestão de recursos humanos essenciais, permitindo a execução da nossa estratégia de negócio e o desenvolvimento de capacidades que vão ao encontro de aspirações individuais e das necessidades de negócio.

O objetivo da gestão de talentos é atrair, desenvolver e reter os melhores profissionais para um desempenho elevado e sustentado. Desde 2007 que seguimos um processo globalmente consistente, que inclui as seguintes componentes:

— Grelha de talento, uma ferramenta para avaliar o desempenho, o potencial e a prontidão.
— Reunião de análise de talento, que funciona como plataforma fundamental para discutir o desempenho e potencial dos nossos recursos humanos dentro de equipas de liderança e para identificar opções de carreira e de desenvolvimento.
— Discussão de *feedback* entre gestores e colaboradores na sequência da reunião de análise de talento, traduzindo-se num plano de carreia pessoal ou de desenvolvimento.

Para assegurar a sua eficácia, a gestão de talentos tem de estar associada à estratégia de negócio e à necessidade futura de talentos do banco. Os novos valores e convicções orientam-nos na gestão de talentos e são uma medida de crescimento na nossa abordagem global de desenvolvimento.

Diferenciar o desempenho e informar as pessoas da posição em que se encontram

Diferenciar o desempenho e informar as pessoas da posição em que se encontram são elementos essenciais para a motivação dos nossos colaboradores. A abordagem implica uma análise do desempenho de cada colaborador relativamente a dois componentes:

— Que objetivos de negócio foram alcançados pelo colaborador?
— Como foram alcançados os objetivos?

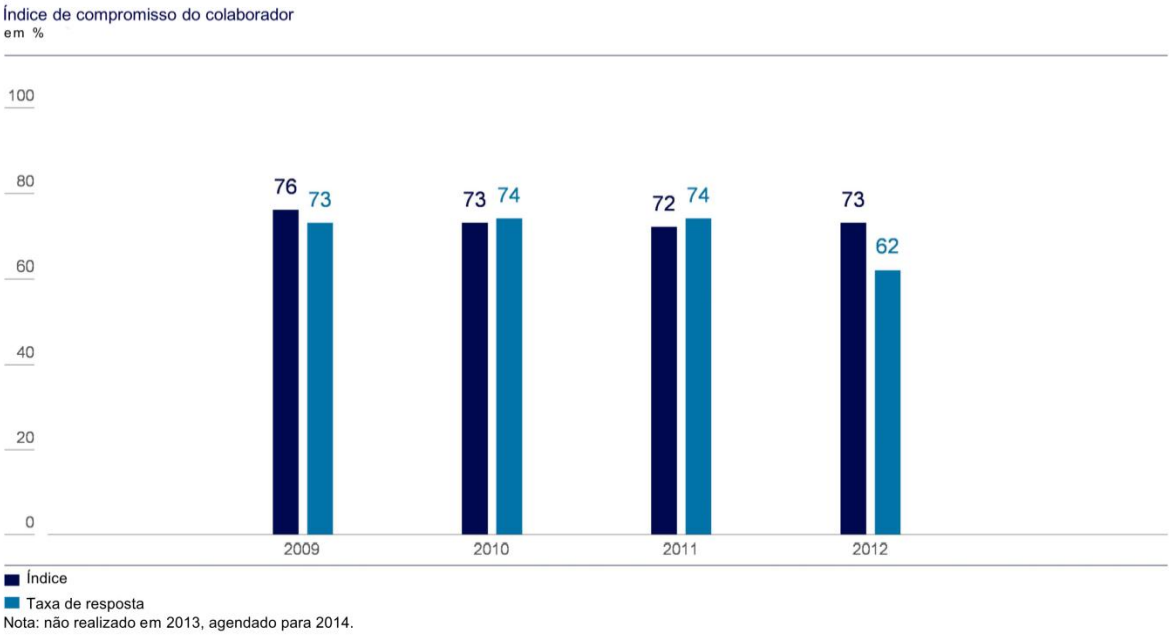
O processo de gestão do desempenho é parte integrante da nossa cultura corporativa e constitui um pré-requisito para um desempenho sustentável. Com vista ao futuro, temos de desenvolver a nossa abordagem atual de gestão de talentos e do desempenho, integrando os nossos esforços para construir a cultura desejada em sintonia com a Estratégia 2015+.

Inquérito aos recursos humanos do Deutsche Bank e a avaliação cultural como padrão da mudança cultural

Compreender o modo de sentir, pensar e agir dos nossos colaboradores

Nos últimos 13 anos, o Deutsche Bank tem realizado inquéritos regulares para avaliar o empenho dos colaboradores relativamente ao banco e as suas opiniões sobre outros aspetos do trabalho no banco, tais como cultura corporativa, liderança e estratégia.

Em outubro de 2012, na sequência do anúncio da Estratégia 2015+, os colaboradores foram convidados a participar num inquérito alargado aos recursos humanos, que integrava o exercício de cultura mais intensivo concluído pelo banco em anos recentes, com mais de 3,8 milhões de pontos de dados. Mais de 52.000 colaboradores expressaram o seu ponto de vista sobre os pontos fortes da organização e sobre áreas em que esta se deveria concentrar. Os resultados destacaram muitas áreas de excelência na nossa atual cultura. Apesar de termos observado um decréscimo na taxa de resposta em resultado das alterações anunciadas, o Índice de empenho, que mede a fidelidade global à empresa, manteve-se em níveis elevados, aumentando 1% face a 2011 para 73% em 2012.



Nota: não realizado em 2013, agendado para 2014.

Com o lançamento dos novos valores e convicções em julho de 2013, aproveitámos a oportunidade para alinhar o nosso inquérito aos recursos humanos com estes princípios operacionais essenciais. Todos os colaboradores serão convidados a completar o inquérito aperfeiçoado aos recursos humanos em março de 2014. Além disso, em consonância com os valores e convicções, temos por objetivo criar um ambiente aberto para uma maior participação em todo o banco, com o intuito de ouvir como sentem, pensam e agem os nossos colaboradores. Começámos pela população sénior. Na conferência da direção sénior, os participantes integraram um fórum de discussão aberta sobre cultura, bem como sessões de feedback interativas sobre os valores e convicções. Os membros da Comissão Executiva do Grupo (CEG) conduziram subsequentemente uma série de discussões para as suas respetivas equipas de gestão identificarem os aspetos comportamentais dos valores e convicções mais relevantes para a sua região, divisão ou função.

Todos estes líderes sénior reconhecem e compreendem que têm responsabilidades como vetores de cultura e que desempenham um papel na construção de um ambiente de trabalho sólido onde todos os nossos colaboradores sentem que têm voz. Como passo inicial, assumiram um compromisso pessoal de comunicar os valores e convicções às suas equipas e colegas.

Diversidade

A diversidade permite-nos maximizar o desempenho das equipas, promover a inovação e reforçar a parceria e colaboração dentro do banco e com os nossos clientes.

O Deutsche Bank, em conjunto com as outras sociedades que integram o índice DAX (índice de ações alemão), assinou um compromisso voluntário em 2011 no sentido de aumentar a proporção de gestoras sénior para 25% (nas categorias de diretor executivo e de diretor) e a proporção de mulheres com um título corporativo para 35% até ao final de 2018, de acordo com as leis locais aplicáveis. Em 2013 realizámos novos progressos em direção a estas metas e aumentámos a proporção de gestoras sénior para 18,7% e a proporção de mulheres com um título corporativo para 31,1%.

Atualmente o Conselho de Administração e a Comissão Executiva do Grupo (CEG) não possuem membros do sexo feminino. Contudo, assumimos o compromisso de aumentar a diversidade nesses dois órgãos de gestão. Estamos a construir uma reserva de talento sénior para garantir uma maior representação feminina no nosso planeamento de sucessão. Damos forma ao aumento dessa reserva de duas formas: através do nosso premiado programa ATLAS (Accomplished Top Leaders Advancement Strategy) para diretoras executivas e do nosso programa WGL (Women Global Leaders) para diretoras na INSEAD Business School. Em 2013, um terceiro grupo de mulheres participou no programa ATLAS e um quarto grupo participou no WGL. Ambos os programas demonstraram ser eficazes para aumentar o número de mulheres em posições de gestão, com mais de 50% das participantes agora em posições com novas ou maiores responsabilidades. Além disso, a taxa de desgaste relativamente ao programa WGL é muito inferior à dos diretores a nível global, o que tem conduzido a um desempenho mais sustentável.

Através da nossa iniciativa “Mulheres nos Conselhos” pretendemos aumentar o rácio de mulheres nos conselhos de fiscalização das nossas subsidiárias de nível 1 a 3 e nos conselhos consultivos regionais. Desde o lançamento da iniciativa em julho de 2011, aumentámos a proporção de membros do sexo feminino nestes conselhos de fiscalização em 76% e nos conselhos consultivos regionais em 1,6%.

Controlo interno sobre o relato financeiro

Disposições gerais

A gestão do Deutsche Bank e das suas subsidiárias consolidadas é responsável por estabelecer e manter em vigor controlos internos adequados relativamente aos relatórios financeiros (ICOFR). O nosso controlo interno sobre os relatórios financeiros é um processo desenvolvido sob a supervisão dos codiretores-gerais e do diretor financeiro no sentido de proporcionar uma garantia razoável quanto à fiabilidade dos relatórios financeiros e da preparação das demonstrações financeiras consolidadas da sociedade para fins de relato externo, de acordo com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS). O ICOFR inclui os nossos controlos e procedimentos destinados a evitar distorções na divulgação de informação.

Riscos associados ao relato financeiro

Os principais riscos inerentes aos relatórios financeiros decorrem da possibilidade das demonstrações financeiras não apresentarem uma visão verdadeira e justa devido a erros involuntários ou intencionais (fraude) ou da possibilidade da publicação das demonstrações financeiras não ser realizada em tempo útil. Estes riscos podem reduzir a confiança dos investidores ou causar danos de reputação, assim como implicarem consequências legais, incluindo intervenções regulamentares bancárias. A inexistência de uma apresentação adequada ocorre quando um ou mais valores das demonstrações financeiras ou divulgações contém distorções (ou omissões) significativas. As distorções poderão ser consideradas significativas se puderem, individual ou coletivamente, influenciar as decisões económicas que os utilizadores tomam com base nas demonstrações financeiras.

Para conter esses riscos associados ao relato financeiro, a administração do Grupo estabeleceu o ICOFR com o objetivo de proporcionar uma garantia razoável, mas não absoluta, contra erros significativos. A conceção do ICOFR baseia-se na estrutura de controlo interno estabelecida pelo controlo interno – estrutura integrada (Internal Control – Integrated Framework) emitido pelo comité de organizações patrocinadoras da comissão Treadway (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO) em 1992. O COSO recomenda a definição de objetivos específicos para facilitar a conceção e avaliar a adequação de um sistema de controlo. Consequentemente, ao estabelecer o ICOFR, a direção adotou os seguintes objetivos relativamente às demonstrações financeiras:

— Existência – os ativos e os passivos existem e as transações ocorreram.
— Integridade – todas as transações são registadas nas demonstrações financeiras e os saldos das contas são incluídos nas demonstrações financeiras.
— Avaliação – os ativos, os passivos e as transações são registados nos relatórios financeiros pelos montantes adequados.
— Direitos, obrigações e propriedade – os direitos e as obrigações são devidamente registados como ativos e passivos.
— Apresentação e divulgações – a classificação, a divulgação e a apresentação do relato financeiro são adequadas.
— Salvaguarda dos ativos – as aquisições não autorizadas e a utilização ou alienação de ativos são evitadas ou detetadas em tempo útil.

No entanto, um sistema de controlo interno, incluindo o ICOFR, por mais bem concebido e operado que seja, apenas pode dar uma garantia razoável, não absoluta, de que os objetivos de que os respetivos objetivos são alcançados. Assim, os controlos e os procedimentos de conclusão e os sistemas no âmbito do ICOFR não são capazes de impedir todos os erros e todas as fraudes. Além disso, a conceção de um sistema de controlo

deve refletir o facto de que existem restrições de recursos e que os benefícios dos controlos devem ser considerados em relação aos respetivos custos.

Organização do sistema de controlo interno

Funções envolvidas no sistema de controlo interno do relato financeiro

Os controlos no âmbito do sistema de ICOFR são realizados por todas as funções de negócio e por todas as funções de infraestrutura que estão envolvidas na análise da fiabilidade dos documentos e registos que servem de base às demonstrações financeiras. Consequentemente, o funcionamento do ICOFR envolve um grande número de colaboradores, principalmente no âmbito das seguintes funções: finanças, tecnologia e operações ao nível do Grupo, bem como risco e fiscalidade ao nível do Grupo.

A função de Finanças é responsável pela elaboração periódica das demonstrações financeiras e opera de forma independente face aos negócios do Grupo. No âmbito das finanças, diferentes departamentos têm responsabilidades de controlo relativamente ao processo de preparação geral:

— Especialistas em finanças no âmbito de negócios ou entidades – são responsáveis por rever a qualidade dos dados financeiros através de validação e controlo. Estão em contacto estreito com os gestores de negócios, de infraestrutura e das entidades jurídicas, utilizando os respetivos conhecimentos específicos para lidar com questões, associadas ao relato financeiro, decorrentes de produtos e transações, validando reservas e outros ajustamentos baseados em juízos de valor. Os especialistas no âmbito das entidades e dos negócios acrescentam a perspetiva das entidades legais à visão comercial e subscrevem o relato financeiro das respetivas entidades.
— Área de finanças – Relato – é responsável pelas atividades de todo o Grupo, o que inclui, ao nível do Grupo, a preparação de informações financeiras e de gestão, previsão e planeamento, e relatórios de risco. A área de relato das finanças (Finance-Group Reporting) define a calendarização dos relatórios, executa os processos de consolidação e agregação, elimina registos de atividades inter e intra Grupo, controla os processos de final de exercício e de ajustamento, compila as demonstrações financeiras do Grupo, e considera e incorpora observações quanto ao conteúdo e à apresentação realizada pelos administradores sénior e por consultores externos.
— Grupo de Política de Contabilidade e Assessoria (APAG) – é responsável pelo desenvolvimento da nossa interpretação enquanto Grupo das normas internacionais de relato financeiro e pela sua aplicação consistente dentro do Grupo. O APAG presta assessoria contabilística e serviços de consultoria à função de Finanças e aos negócios em geral, sendo responsável pela resolução atempada de questões de natureza contabilística a nível corporativo e a nível de transações específicas.
— Avaliações ao nível do Grupo e especialistas de avaliação com orientação para os negócios – são responsáveis pela elaboração de políticas e padrões mínimos de avaliação, proporcionando diretrizes em termos de implementação relativamente ao trabalho de controlo de avaliação e verificando e validando os resultados do controlo de avaliação. Atuam como ponto de contacto único em matéria de avaliação para as partes externas (como sejam os reguladores e os auditores externos).

A execução do processo ICOFR também recebe o importante apoio das áreas de tecnologia e operações ao nível do Grupo e de risco e de fiscalidade ao nível do Grupo. Embora não estejam diretamente envolvidas no processo de preparação financeira, as funções seguintes contribuem significativamente para a produção de informação financeira:

— Tecnologia e operações ao nível do Grupo (Group Technology & Operations – GTO) – é responsável por confirmar as transações com contrapartes e pela realização, interna e externamente, de reconciliações de informações financeiras entre os sistemas, registos e bolsas. A área de GTO também realiza todas as atividades de liquidação de transações em nome do Grupo e reconciliações dos saldos das contas nostro.

— Risco (Risk) – é responsável pelo desenvolvimento de políticas e normas para a gestão de crédito, de mercado, legal, de liquidez e riscos operacionais. Identifica e avalia a adequação das provisões para crédito e operacionais.
— Fiscalidade ao nível do Grupo (Group Tax) – é responsável pela produção de dados financeiros relacionados com imposto sobre o rendimento, conjuntamente com a área de Finanças, abrangendo a avaliação e planeamento de impostos sobre o rendimento correntes e diferidos e a recolha de informações em matéria fiscal. A fiscalidade ao nível do Grupo (Group Tax) acompanha a posição em termos de imposto sobre o rendimento e controla as provisões para riscos fiscais.

Controlos para minimização do risco de distorções na informação financeira

O sistema ICOFR é composto por um elevado número de controlos e procedimentos internos destinados a minimizar o risco de distorções nas demonstrações financeiras. Esses controlos estão integrados no processo operacional e incluem processos:

— em curso ou de natureza permanente, tais como a supervisão no âmbito das políticas e procedimentos escritos ou da segregação de funções,
— operam de forma periódica, como os que são realizados como parte do processo de preparação das demonstrações financeiras anuais.
— são preventivos ou têm propósitos de deteção.
— têm um impacto direto ou indireto nas próprias demonstrações financeiras. Entre os controlos com efeito indireto sobre as demonstrações financeiras incluem-se controlos gerais de TI, tais como o acesso ao sistema e controlos de implementação, ao passo que um controlo com um impacto direto consiste, por exemplo, numa reconciliação que justifica diretamente uma rubrica do balanço.
— componentes automatizados e/ou manuais. Os controlos automatizados são funções de controlo incluídas em processos de sistema, tais como a segregação (forçada por aplicação) de controlos e verificações de interface quanto à integridade e exatidão das entradas de dados. Os controlos internos manuais são operados por um indivíduo ou um grupo de indivíduos, como é o caso da autorização de transações.

A combinação de controlos individuais engloba cada um dos seguintes aspetos do sistema de ICOFR:

— Política contabilística – conceção e implementação. Controlos para promover o registo e o relato consistentes das atividades dos negócios do Grupo de forma global, de acordo com políticas contabilísticas autorizadas.
— Dados de referência. Controlos sobre os dados de referência relativamente à contabilidade geral e a transações extrapatrimoniais, incluindo dados de referência do produto.
— Aprovação, captação e confirmação de novos produtos e transações (NPA/NTA). Os controlos destinam-se a garantir a integridade e a exatidão das transações registadas, bem como a devida autorização. Estes controlos incluem confirmações enviadas e recebidas relativamente a transações com contrapartes com o objetivo de ajudar a garantir que os detalhes da transação são corroborados.
— Controlos de reconciliação, tanto externa como internamente. São realizadas reconciliações entre os sistemas relevantes relativamente a todas as transações, posições ou parâmetros relevantes. As reconciliações externas incluem reconciliações de conta nostro, de registo e cambiais.
— Avaliação, incluindo o processo de verificação independente de preços (IPV). A área de Finanças realiza controlos IPV pelo menos mensalmente, com o objetivo de avaliar a razoabilidade da avaliação do front office. Os resultados dos processos IPV são avaliados mensalmente pelo comité de supervisão do controlo da avaliação (Valuation Control Oversight Committee). Os especialistas de avaliação com orientação para os negócios concentram-se em abordagens de avaliação e metodologias relativamente a várias classes de ativos e realizam verificações independentes de preços no que se refere a derivados complexos e produtos estruturados.
— Fiscalidade. Os controlos são concebidos para assegurar que os cálculos dos impostos são realizados corretamente e que os saldos fiscais são registados de forma adequada nas demonstrações financeiras.

— Reservas e ajustamentos baseados em juízos de valor. São concebidos controlos para garantir que as reservas e outros ajustamentos baseados em juízos de valor são autorizados e relatados de acordo com as políticas contabilísticas aprovadas.
— Fundamentação do balanço. Controlos relativos à fundamentação das contas do balanço para promover a integridade dos saldos da conta do Razão com base em evidência justificativa.
— Consolidação e outros controlos de relato de final de exercício. No final do período, todos os negócios e todas as regiões enviam os seus dados financeiros ao Grupo para consolidação. Os controlos sobre a consolidação incluem a validação dos registos contabilísticos necessários para eliminar o efeito de atividades inter e intra sociedades. O relatório de final do exercício inclui controlos de fim de mês relativamente aos processos de encerramento do livro de razão e a revisão dos ajustamentos tardios.
— Divulgação e apresentação das demonstrações financeiras. Controlos sobre a compilação das próprias demonstrações financeiras, incluindo a preparação de listas de verificação de divulgação e de conformidade com os requisitos dos mesmos, assim como revisão e subscrição das demonstrações financeiras por parte da direção da área de finanças. As demonstrações financeiras também estão sujeitas à aprovação do Conselho de Administração, assim como do Conselho de Fiscalização e respetivo Comité de Auditoria.

Medição da eficácia do controlo interno

Todos os anos a gestão do Grupo realiza uma avaliação formal da adequação e eficácia do sistema de ICOFR. Esta avaliação incorporou uma avaliação da eficácia do contexto de controlo, bem como dos controlos pormenorizados que compõem o sistema de ICOFR, tendo em conta:

— O risco de distorção financeira das rubricas das demonstrações financeiras, considerando fatores como a materialidade e a suscetibilidade a distorção do elemento em concreto da demonstração financeira.
— A suscetibilidade à falha dos controlos identificados, considerando fatores como o grau de automação, a complexidade, o risco de desvio da gestão, a competência dos colaboradores e o nível de juízos de valor necessário.

Estes fatores, no seu conjunto, determinam a natureza e a extensão da evidência de que a gestão necessita para ser capaz de avaliar se o funcionamento do sistema ICOFR é ou não eficaz. A própria evidência é gerada a partir de procedimentos integrados nas responsabilidades diárias dos colaboradores ou de procedimentos implementados especificamente para efeitos da avaliação ICOFR. As informações de outras fontes também são uma componente importante da avaliação, uma vez que essa evidência pode chamar a atenção da Gestão para outras questões de controlo ou corroborar conclusões. Tais fontes de informação incluem:

— Relatórios de auditoria realizados pelas autoridades reguladoras ou em nome das mesmas;
— Relatórios externos de auditoria;
— Relatórios encomendados para avaliar a eficácia dos processos subcontratados a terceiros.

Além disso, o Grupo de Auditoria avalia a conceção e a eficácia operacional do ICOFR realizando auditorias centradas em riscos de forma periódica e *ad-hoc*. Os relatórios são produzidos resumindo os resultados de cada auditoria realizada, sendo distribuídos aos gestores responsáveis pelas atividades em causa. Estes relatórios, em conjunto com a evidência gerada por outros procedimentos específicos que o Grupo de Auditoria realiza para esse fim, também fornecem evidência para justificar a avaliação anual por parte da direção quanto à eficácia operacional global do ICOFR.

Em resultado da avaliação, a direção concluiu em 31 de dezembro de 2013 que o ICOFR está adequadamente concebido e tem operado com eficácia.

Informações de acordo com o artigo 315.º, n.º 4 do Código Comercial alemão e Relatório Explicativo

Estrutura do capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social emitido pelo Deutsche Bank era de 2.379.519.078,40 euros, sendo composto de 1.019.499.640 ações ordinárias, sem valor nominal. As ações estão integralmente realizadas e são nominativas. Cada ação confere direito a um voto.

Restrições ao direito de voto ou à transferência de ações

Nos termos do artigo 136.º da lei alemã relativa às sociedades por ações, o direito de voto de ações afetadas é excluído por lei. Na medida em que o banco detinha ações próprias em 31 de dezembro de 2013 na sua carteira de acordo com o artigo 71.º-B da lei alemã relativa às sociedades por ações, nenhum direito podia ser exercido. Não temos conhecimento de quaisquer outras restrições ao direito de voto ou à transferência de ações.

Participações que excedam 10% dos direitos de voto

A lei alemã relativa à transação de títulos (Wertpapierhandelsgesetz) exige que qualquer investidor cuja percentagem dos direitos de voto atinge, excede ou se reduz abaixo de determinados limites, em resultado de aquisições, alienações ou de outra forma, notifique do facto o Grupo e a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin). O limiar mínimo é de 3%. Não temos conhecimento de qualquer acionista que seja detentor, direta ou indiretamente, de 10% ou mais dos direitos de voto.

Ações com direitos de controlo especiais

Não foram emitidas ações que confiram direitos de controlo especiais.

Sistema de controlo de um sistema de participação dos colaboradores no capital em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente pelos colaboradores

Os colaboradores que detêm ações do Deutsche Bank exercem os seus direitos de controlo como os demais acionistas, em conformidade com a legislação aplicável e os Estatutos (Satzung).

Regras aplicáveis à designação e substituição dos membros do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 84.º da lei alemã relativa às sociedades por ações e do artigo 6.º dos Estatutos do Deutsche Bank, os membros do Conselho de Administração são nomeados pelo Conselho de Fiscalização. O número de membros do Conselho de Administração é determinado pelo Conselho de Fiscalização. De acordo com os Estatutos, o Conselho de Administração tem, no mínimo, três membros. O Conselho de Fiscalização poderá nomear um ou dois membros do Conselho de Administração como presidente do Conselho de Admi-

nistração. Os membros do Conselho de Administração podem ser nomeados por um prazo máximo de até cinco anos. Podem ser reeleitos ou o seu mandato pode ser prorrogado por um ou mais mandatos até um máximo de cinco anos cada. Lei alemã de codeterminação
O artigo 31.º da lei alemã de codeterminação (Mitbestimmungsgesetz) requer uma maioria de pelo menos dois terços dos membros do Conselho de Fiscalização para nomear os membros do Conselho de Administração. Se tal maioria não for atingida, o Comité de Mediação fará, no período de um mês, uma recomendação relativamente à nomeação do Conselho de Administração. O Conselho de Fiscalização nomeará então os membros do Conselho de Administração com a maioria dos votos dos seus membros. Se tal nomeação não for alcançada, o presidente do Conselho de Fiscalização disporá de dois votos numa nova votação. Se um membro requerido do Conselho de Administração não tiver sido nomeado, o tribunal de comarca (Amtsgericht) de Frankfurt am Main fará, em casos urgentes, as nomeações necessárias após solicitação por qualquer interessado (artigo 85.º da lei alemã relativa às sociedades por ações).

De acordo com a lei bancária alemã (Kreditwesengesetz), deverão ser apresentados à autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin) e ao Deutsche Bundesbank elementos de prova de que o membro do Conselho de Administração tem experiência teórica e prática adequadas às suas novas funções, bem como experiência de gestão, antes de ser nomeado (artigo 24.º, n.º 1, ponto 1 e artigo 33.º, n.º 2 da lei bancária).

O Conselho de Fiscalização poderá revogar a nomeação de uma pessoa para membro do Conselho de Administração ou para presidente do Conselho de Administração por justa causa. Tal causa inclui, em particular, uma violação grosseira de deveres, a incapacidade de gerir o Banco corretamente ou um voto de censura por parte de uma assembleia de acionistas (*Hauptversammlung*, designada como Assembleia-Geral), a menos que tal voto de censura seja realizado por razões evidentemente arbitrárias.

A BaFin pode nomear um representante especial e transferir para esse representante especial a responsabilidade e a competências de cada um dos membros do Conselho de Administração se esses membros não forem de confiança, se não tiverem as competências necessárias ou se a instituição de crédito não dispuser do número necessário de membros do Conselho de Administração. Se os membros do Conselho de Administração não forem de confiança, não possuírem os conhecimentos necessários, se ignorarem uma violação material dos princípios da boa gestão ou se não atuarem perante as violações identificadas, a BaFin pode transferir para o representante especial a responsabilidade e os poderes do Conselho de Administração na sua totalidade. Em todo o caso, a responsabilidade e os poderes dos membros do Conselho de Administração em questão serão suspensos (artigo 45.º-C, n.ºs 1 a 3 da lei bancária alemã).

Se o cumprimento das obrigações de um banco para com os seus credores está em risco ou se houver preocupações válidas que apontem para que não é possível uma fiscalização efetiva do banco, a BaFin pode tomar medidas provisórias para evitar esse risco. A BaFin também pode proibir os membros do Conselho de Administração de exercerem as suas funções ou impor limitações relativamente a tais atividades (artigo 46.º, n.º 1 da lei bancária). Nesse caso, o tribunal de comarca de Frankfurt am Main nomeará, a pedido da BaFin, os membros do Conselho de Administração necessários se, em resultado de tal proibição, o Conselho de Administração deixar de contar com o número necessário de membros para efeitos da condução dos negócios (artigo 46.º, n.º 2 da lei bancária).

Regras aplicáveis à alteração dos Estatutos

Qualquer alteração aos Estatutos requer uma resolução da Assembleia-Geral (artigo 179.º da lei alemã relativa às sociedades por ações). A autoridade para alterar os Estatutos, na medida em que tais alterações apenas se relacionam com a redação, tais como alterações ao capital social em resultado da emissão de capital autorizado, está atribuída ao Conselho de Fiscalização pelos Estatutos do Deutsche Bank (artigo 20.º, n.º 3). De acordo com os Estatutos, as deliberações da Assembleia-Geral serão tomadas por maioria simples de votos e, na medida em que a maioria do capital social seja necessária, por maioria simples do capital social, salvo nos casos em que a lei ou o Estatutos determinem em contrário (artigo 20.º, n.º 1). As alterações aos Estatutos entram em vigor após a respetiva inscrição no registo comercial (artigo 181.º, n.º 3) da lei alemã relativa às sociedades por ações).Poderes do Conselho de Administração para emitir ou recomprar ações.

O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social através da emissão de novas ações por contrapartidas em numerário e, em algumas circunstâncias, por contrapartidas que não em numerário. Em 31 de dezembro de 2013, o Deutsche Bank AG tinha autorizado mas não emitido capital no valor de 230.400.000 euros que pode ser emitido, no todo ou em parte, até 30 de abril de 2018 e de 691.200.000 euros que pode ser emitido, no todo ou em parte, até 30 de abril de 2016. Os restantes detalhes regem-se pela Secção 4 dos Estatutos.

Capital autorizado	Contrapartida	Direitos de preferência	Data de expiração
€ 230.400.000	Numerário ou não	Podem ser excluídos se o aumento de capital tiver contrapartida não monetária com intenção de adquirir uma sociedade, participações numa sociedade ou outros ativos, bem como de acordo com o artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã relativa às sociedades por ações	30 de abril de 2018
€ 691.200.000	Numerário	Podem não ser excluídos	30 de abril de 2016

O Conselho de Administração está autorizado a emitir, uma vez ou mais do que uma vez, obrigações participativas que estão ligadas a direitos de conversão ou direitos de opção e/ou obrigações convertíveis e/ou obrigações com warrants. As obrigações participativas, obrigações convertíveis e obrigações com warrants podem igualmente ser emitidas por empresas associadas ao Deutsche Bank AG. Para este efeito, o capital social foi aumentado condicionalmente mediante o exercício destes direitos de conversão e/ou troca ou mediante a conversão obrigatória.

Capital contingente	Data de expiração da emissão de direitos de opção e/ou conversão
€ 230.400.000	30 de abril de 2015
€ 230.400.000	30 de abril de 2016
€ 230.400.000	30 de abril de 2017

A Assembleia-Geral Anual de 23 de maio de 2013 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 7 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar e a vender, para efeitos de negociação de valores mobiliários, ações próprias do Deutsche Bank AG até 30 de abril de 2018, inclusive, a preços que não fiquem aquém ou não excedam 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores. Neste contexto, as ações adquiridas para este fim não podem, no final de qualquer dia, exceder 5% do capital social do Deutsche Bank AG.

A Assembleia-Geral Anual de 23 de maio de 2013 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, a comprar, até 30 de abril de 2018,

inclusive, ações próprias do Deutsche Bank AG num volume total máximo de 10% do capital social atual. Juntamente com ações próprias adquiridas para fins de negociação e/ou por outros motivos e que estão pontualmente de posse da sociedade ou são atribuíveis à sociedade, nos termos dos artigos 71.º-A e ss. da lei alemã relativa às sociedades por ações, as ações próprias adquiridas ao abrigo desta autorização não podem em nenhum momento exceder 10% do capital social da sociedade. As ações próprias podem ser adquiridas através de bolsa de valores ou por meio de uma oferta pública de aquisição a todos os acionistas. O contravalor da aquisição das ações (excluindo custos auxiliares de aquisição) através da bolsa de valores não poderá ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na bolsa de valores de Frankfurt) nos três dias de negociação anteriores à obrigação de adquirir. No caso de uma oferta de aquisição pública, não poderá ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação antes da data de publicação da oferta. Se o volume de ações oferecidas na oferta pública de aquisição exceder o volume de recompra planeado, a aceitação deve ser proporcional às ações oferecidas em cada caso. A aceitação preferencial de pequenas quantidades até 50 ações da sociedade oferecidas para aquisição por acionista pode ser realizada. O Conselho de Administração também foi autorizado a vender as ações adquiridas e quaisquer ações compradas com base em autorizações anteriores, de acordo com o artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações, na bolsa de valores ou por meio de uma oferta a todos os acionistas. O Conselho de Administração foi autorizado a vender as ações adquiridas por contrapartida em espécie e excluindo direitos de preferência dos acionistas com a finalidade de aquisição de sociedades ou participações em sociedades ou outros ativos. Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, em caso de alienação de tais ações próprias através de oferta a todos os acionistas, a conceder aos detentores de direitos de opção, de obrigações convertíveis e de direitos de participação convertíveis emitidos pela sociedade e pelas suas sociedades afiliadas direitos de preferência na medida em que fossem titulares desses direitos se exercessem a sua opção e/ou direitos de conversão. Os direitos de preferência dos acionistas são excluídos destes casos e nessa medida.

O Conselho de Administração também foi autorizado, com exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a utilizar tais ações próprias para emitir de ações para colaboradores e aposentados da sociedade e das suas sociedades afiliadas ou utilizá-las para satisfazer direitos de opção em ações da sociedade e/ou direitos ou deveres de aquisição de ações da sociedade concedidos aos colaboradores ou membros de órgãos de gestão executiva ou não executiva da sociedade e de sociedade afiliadas.

Além disso, o Conselho de Administração foi autorizado, com a exclusão dos direitos de preferência dos acionistas, a vender essas ações próprias a terceiros por contrapartida de numerário se o preço de aquisição não for substancialmente menor do que o preço das ações na bolsa de valores no momento da venda. Esta autorização só pode ser utilizada se tiver sido assegurado que o número de ações vendidas com base nesta autorização não excede 10% do capital social da sociedade no momento em que a autorização entra em vigor ou – se o valor for inferior – no momento do exercício desta autorização. As ações emitidas ou vendidas durante o prazo de validade desta autorização com exclusão do direito de preferência, em aplicação direta ou por analogia do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã relativa às sociedades por ações, serão incluídas no limite máximo de 10% do capital social. Também serão incluídas as ações a emitir para satisfazer direitos de opção e/ou direitos de conversão de obrigações convertíveis, obrigações com cupões de subscrição, direitos de participação convertíveis ou direitos de participação, se esses direitos de participação convertíveis ou direitos de participação forem emitidos durante a vigência desta autorização com exclusão do direito de preferência na aplicação correspondente do artigo 186.º, n.º 3, quarta frase, da lei alemã relativa às sociedades por ações.

O Conselho de Administração também foi autorizado a cancelar as ações adquiridas com base nesta autorização, sem que a execução deste processo de cancelamento requeresse uma nova resolução da Assembleia-Geral.

A Assembleia-Geral Anual de 23 de maio de 2013 autorizou o Conselho de Administração, nos termos do artigo 71.º, n.º 1, ponto 8 da lei alemã relativa às sociedades por ações a executar a aquisição de ações no âmbito da autorização objeto de deliberação utilizando também opções de venda e de compra ou contratos de compra a prazo (*forward*). A sociedade pode, assim, vender a terceiros opções de venda com base na entrega física e comprar opções de compra a terceiros se as condições de opção garantirem que estas opções são realizadas apenas com ações adquiridas em sujeição ao cumprimento do princípio da igualdade de tratamento. Todas as aquisições de ações com base em opções de venda ou de compra estão limitadas a um volume máximo de 5% do capital social existente no momento da deliberação da Assembleia-Geral sobre esta autorização. O termo das opções deve ser selecionado de forma que a aquisição de ações aquando do exercício da opção seja efetuada o mais tardar em 30 de abril de 2018.

O preço de aquisição a ser pago pelas ações aquando do exercício das opções de venda ou aquando do vencimento da aquisição a termo não pode ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três dias de negociação em bolsa imediatamente anteriores à conclusão da respetiva transação de opção, em cada caso excluindo custos de aquisição acessórios, mas tendo em conta o prémio de opção recebido ou pago. A opção de compra só poderá ser exercida se o preço de aquisição a ser pago não ficar aquém ou não exceder 10% dos preços médios das ações (preços de encerramento de leilão das ações do Deutsche Bank no sistema de negociação Xetra e/ou num sistema sucessor comparável na Bolsa de Valores de Frankfurt) nos três últimos dias de negociação em bolsa antes da aquisição das ações.

À venda e ao cancelamento das ações adquiridas com a utilização de derivados aplicam-se as normas gerais estabelecidas pela Assembleia-Geral.

As ações próprias podem continuar a ser adquiridas com recurso a derivados acordados com base em autorizações anteriores e durante o seu exercício.

Acordos significativos que entram em vigor, que são alterados ou que cessam em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição

Não foram celebrados acordos significativos que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de alteração do controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Acordos de remuneração em caso de uma oferta pública de aquisição

Um membro do Conselho de Administração que cessar funções no banco no âmbito de uma alteração de controlo recebe uma remuneração liquidada num pagamento único, descrita com maior detalhe no Relatório de Remuneração.

Para um número limitado de executivos com responsabilidade global ou estrategicamente importante vigoram contratos de trabalho antigos. Em caso de cessação da relação laboral dentro de um período definido no âmbito de uma alteração de controlo sem que exista uma razão pela qual os executivos sejam responsáveis, ou se esses executivos puserem termo à sua relação laboral porque a sociedade tomou determinadas medidas conducentes à redução de responsabilidades, esses contratos concedem o direito a uma indemnização por cessação de funções. O cálculo da indemnização por cessação de funções é, em princípio, baseado em 1,5 vezes a 2,5 vezes a remuneração total anual (salário-base e remuneração variável – baseada em numerário e em ações) concedida antes da alteração de controlo. Aqui é devidamente tomada em consideração a evolução da remuneração total nos três anos civis anteriores à alteração de controlo.

2 -

Demonstrações financeiras consolidadas

316 Demonstração consolidada dos resultados
317 Demonstração consolidada do rendimento integral

318 Balanço consolidado

319 Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

321 Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

322 Notas às demonstrações financeiras consolidadas
1 – Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas – 322
2 – Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas – 350
3 – Aquisições e alienações – 354
4 – Segmentos de negócio e informação associada – 357

Notas às demonstrações financeiras consolidadas
5 – Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 362

6 – **Rendimentos de serviços e** comissões – 364

7 – Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda – 364
8 – Outros resultados – 365
9 – Despesas gerais e administrativas – 365
10 – Reestruturação – 365
11 – Resultados por ação – 366

Notas ao balanço consolidado
12 – Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados – 367
13 – Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, "Reclassificação de ativos financeiros" – 369
14 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor – 373
15 – Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor – 387
16 – Ativos financeiros disponíveis para venda – 389

17 – Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial – 390
18 – Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros – 391
19 – Empréstimos – 394
20 – Provisão para perdas de crédito – 394
21 – Transferências de ativos financeiros – 395
22 – Ativos penhorados e recebidos como garantia – 397
23 – Ativos fixos tangíveis – 398

24 – Locações – 399

25 – Goodwill e outros ativos intangíveis – 400

26 – Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda – 407
27 – Outros ativos e outros passivos – 410
28 – Depósitos – 411

29 – Provisões – 411

30 – Compromissos de crédito e passivos contingentes – 418
31 – Outros empréstimos a curto prazo – 420
32 – Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais – 420

33 – Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros – 421

Notas Adicionais
34 – Ações ordinárias – 423

35 – Benefícios dos empregados – 424
36 – Impostos sobre o rendimento – 437
37 – Derivados – 440
38 – Operações com partes relacionadas – 442
39 – Informações sobre subsidiárias – 444

40 – Entidades estruturadas não consolidadas – 445

41 – Contratos de seguro e de investimento – 449

42 – Ativos e passivos correntes e não correntes – 452
43 – Eventos após o Período de Reporte – 453

44 – Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o artigo 315a do Código comercial alemão – 454
45 – Participações acionistas – 456

Demonstração consolidada dos resultados

em milhões de euros	Notas	2013	2012	2011
Juros e rendimentos similares	5	25.601	31.593	34.366
Juros e encargos similares	5	10.768	15.619	16.921
Rendimento de juros líquido	5	**14.834**	15.975	17.445
Provisão para perdas de crédito	20	2.065	1.721	1.839
Rendimento de juros líquido após provisão para perdas de crédito		**12.769**	14.254	15.606
Rendimentos de serviços e comissões	6	12.308	11.809	11.878
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	5	3.817	5.608	2.724
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda	7	394	301	123
Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial	17	369	163	(264)
Outro resultado	8	193	(120)	1.322
Rendimento total excluindo juros		**17.082**	17.761	15.783
Remunerações e benefícios	35	12.329	13.490	13.135
Despesas gerais e administrativas	9	15.126	15.017	12.657
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros		460	414	207
Imparidade de ativos intangíveis	25	79	1.886	0
Atividades de reestruturação	10	399	394	0
Despesas totais (excluindo juros)		**28.394**	31.201	25.999
Resultados antes de impostos sobre o rendimento		**1.456**	814	5.390
Despesa de imposto sobre o rendimento	36	775	498	1.064
Resultado líquido		**681**	316	4.326
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias		15	53	194
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank		666	263	4.132

Resultados por ação

em euros	Notas	2013	2012	2011
Resultados por ação:	11			
Básicos		€ 0,67	€ 0,28	€ 4,45
Diluídos[1]		€ 0,65	€ 0,27	€ 4,30
Número de ações em milhões:				
Denominador para resultados por ação básicos – número médio ponderado de ações em circulação		997,4	934,0	928,0
Denominador para resultados por ação diluídos – número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas		1.025,2	959,8	957,3

[1] Inclui efeito do numerador das conversões assumidas. Para mais pormenores, agradecemos que consulte a Nota 11 "Resultados por ação".

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada do rendimento integral

em milhões de euros	2013	2012	2011
Resultado líquido reconhecido na demonstração de resultados	**681**	316	4.326
Outro rendimento integral			
Itens que não serão reclassificados em resultados			
Nova medição de resultados relativos a planos de benefícios definidos, antes de impostos	(717)	(891)	707
Total de imposto sobre o rendimento de itens que não serão reclassificados em resultados	58	407	(50)
Itens que são ou possam vir a ser reclassificados em resultados			
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	64	1.874	(697)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(313)	(164)	(11)
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	91	42	(141)
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	35	45	3
Ativos classificados como detidos para venda			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	3	0	25
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	0	0	0
Conversão cambial			
Resultados líquidos não-realizados durante o período, antes de impostos	(948)	(537)	1.291
Resultados líquidos realizados durante o período (reclassificados em resultados), antes de impostos	(1)	5	0
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial			
Resultados líquidos durante o período	63	(38)	(5)
Total de imposto sobre o rendimento relativo a itens que sejam ou possam ser reclassificados em resultados	(160)	(447)	125
Outro rendimento (perda) integral, após impostos	**(1.825)**	296	1.247
Total do rendimento (perda) integral, após impostos	**(1.144)**	612	5.573
Atribuíveis a:			
Participações minoritárias	13	148	155
Acionistas do Deutsche Bank	(1.157)	464	5.418

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Balanço consolidado

em milhões de euros	Notas	31.12.2013	31.12.2012
Ativos:			
Caixa e disponibilidades em bancos		17.155	27.877
Depósitos remunerados em bancos		77.984	120.637
Fundos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	21, 22	27.363	36.570
Títulos obtidos por empréstimo	21, 22	20.870	24.013
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados			
Ativos detidos para negociação		210.070	254.459
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos		504.590	768.353
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados		184.597	187.027
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, dos quais 73 mil milhões de euros e 89 mil milhões de euros foram penhorados a credores e podem ser vendidos ou repenhorados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, respetivamente	12, 15, 21, 22, 37	899.257	1.209.839
Ativos financeiros disponíveis para venda, dos quais 0 mil milhões de euros e 0 mil milhões de euros foram penhorados a credores e podem ser vendidos ou repenhorados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, respetivamente	16, 21, 22	48.326	49.400
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	17	3.581	3.577
Empréstimos, dos quais 0 mil milhões de euros e 2 mil milhões de euros foram penhorados a credores e podem ser vendidos ou repenhorados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, respetivamente	19, 20, 21, 22	376.582	397.377
Ativos fixos tangíveis	23	4.420	4.963
Goodwill e outros ativos intangíveis	25	13.932	14.219
Outros ativos	26, 27	112.539	123.702
Ativos por impostos correntes	36	2.322	2.389
Ativos por impostos diferidos	36	7.071	7.712
Total do ativo		**1.611.400**	2.022.275
Passivo e capital próprio:			
Depósitos	28	527.750	577.210
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	21, 22	13.381	36.144
Títulos cedidos por empréstimo	21, 22	2.304	3.166
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	12, 15, 37		
Passivos detidos para negociação		55.804	54.400
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos		483.428	752.652
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados		90.104	110.409
Passivos por contratos de investimento		8.067	7.732
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados		637.404	925.193
Outros empréstimos a curto prazo	31	59.767	69.661
Outros passivos	26, 27	163.595	179.099
Provisões	20, 29	4.524	5.110
Passivos por impostos correntes	36	1.600	1.589
Passivos por impostos diferidos	36	1.101	1.447
Dívida a longo prazo	32	133.082	157.325
Títulos fiduciários preferenciais	32	11.926	12.091
Total do passivo		**1.556.434**	1.968.035
Ações ordinárias, sem valor nominal, valor nominal de € 2,56	34	2.610	2.380
Capital realizado adicional		26.204	23.776
Lucros não distribuídos		28.376	29.199
Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	34	(13)	(60)
Outro rendimento (perda) integral acumulado, após impostos		(2.457)	(1.294)
Total do capital acionista		**54.719**	54.001
Participações minoritárias		247	239
Total do capital próprio		**54.966**	54.240
Total do passivo e do capital próprio		**1.611.400**	2.022.275

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio

em milhões de euros	Ações ordinárias (sem valor nominal)	Capital realizado adicional	Lucros não distribuídos [1]	Ações ordinárias em tesouraria, ao custo	Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias
Saldo em 31 de dezembro de 2010	2.380	23.515	25.975	(450)	0
Total do rendimento integral, após impostos[2]	0	0	4.132	0	0
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(691)	0	0
Resultados atuariais relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	666	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o exercício	0	153	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	1.108	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	(76)	0	0	0
Acréscimos a capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0
Deduções a capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	0
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(131)	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(13.781)	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	12.300	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	(32)	0	0	0
Outros	0	266	37	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2011	2.380	23.695	30.119	(823)	0
Total do rendimento integral, após impostos[2]	0	0	263	0	0
Ações ordinárias emitidas	0	0	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(689)	0	0
Resultados atuariais relativos a planos de benefícios definidos, após impostos	0	0	(480)	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o exercício	0	(342)	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	1.481	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	2	0	0	0
Acréscimos a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	(4)
Deduções a Capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	4
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(63)	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(12.152)	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	11.434	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	77	0	0	0
Outros[3]	0	407	(14)	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.380	23.776	29.199	(60)	0
Total do rendimento integral, após impostos[2]	0	0	666	0	0
Ações ordinárias emitidas	230	2.731	0	0	0
Dividendos pagos em numerário	0	0	(764)	0	0
Resultados atuariais relativos a planos de benefícios definidos (após impostos)	0	0	(659)	0	0
Variação líquida em atribuição de ações durante o período de referência	0	(385)	0	0	0
Ações próprias (tesouraria) distribuídas ao abrigo de planos de remuneração baseados em ações	0	0	0	1.160	0
Benefícios fiscais relativos a planos de remuneração baseados em ações	0	30	0	0	0
Acréscimos a capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	(1)
Deduções a capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0	0	1
Prémios de opções e outros efeitos de opções sobre ações ordinárias	0	(49)	0	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	(13.648)	0
Venda de ações próprias (tesouraria)	0	0	0	12.535	0
Resultados líquidos em ações próprias (tesouraria) vendidas	0	(49)	0	0	0
Outros	0	150	(65)	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.610	26.204	28.376	(13)	0

[1] A contabilização inicial da aquisição do ABN AMRO, finalizada em 31 de março de 2011, resultou num ajustamento retroativo de resultados não distribuídos de (24) milhões de euros a 31 de dezembro de 2010.
[2] Excluindo resultados atuariais relativos a planos de benefícios definidos, após impostos.
[3] Inclui o efeito cumulativo da adoção de diretrizes contabilísticas. Ver a Nota 2 “Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas” do presente relatório.

Resultados líquidos- não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda, após impostos aplicáveis e outros [4]	Resultados líquidos não realizados em derivados de cobertura da exposição à variabilidade dos fluxos de caixa, após impostos [4]	Resultados líquidos não realizados em ativos classificados como detidos para venda, após impostos	Conversão cambial, líquida de impostos [4]	Resultados líquidos não realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	Outro rendimento integral acumulado, após impostos [2]	Total do capital acionista	Participações minoritárias	Total do capital próprio
(113)	(179)	(11)	(2.333)	35	(2.601)	**48.819**	1.549	**50.368**
(504)	(47)	11	1.167	(7)	620	4.752	162	4.914
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	(691)	(4)	(695)
0	0	0	0	0	0	666	(7)	659
0	0	0	0	0	0	153	0	153
0	0	0	0	0	0	1.108	0	1.108
0	0	0	0	0	0	(76)	0	(76)
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	(131)	0	(131)
0	0	0	0	0	0	(13.781)	0	(13.781)
0	0	0	0	0	0	12.300	0	12.300
0	0	0	0	0	0	(32)	0	(32)
0	0	0	0	0	0	303	(430) [5]	(127)
(617)	(226)	0	(1.166)	28	(1.981)	**53.390**	1.270	**54.660**
1.077	67	0	(424)	(38)	681	944	152	1.096
0	0	0	0	0	0	0	0	0
0	0	0	0	0	0	(689)	(3)	(692)
0	0	0	0	0	0	(480)	(4)	(484)
0	0	0	0	0	0	(342)	0	(342)
0	0	0	0	0	0	1.481	0	1.481
0	0	0	0	0	0	2	0	2
0	0	0	0	0	0	(4)	0	(4)
0	0	0	0	0	0	4	0	4
0	0	0	0	0	0	(63)	0	(63)
0	0	0	0	0	0	(12.152)	0	(12.152)
0	0	0	0	0	0	11.434	0	11.434
0	0	0	0	0	0	77	0	77
8	0	0	(3)	0	5	398	(1.176) [6]	(778)
468	(159)	0	(1.593)	(10)	(1.294)	**54.001**	239	**54.240**
(165)	57	2	(1.121)	63	(1.164)	(498)	13	(485)
0	0	0	0	0	0	2.961	0	2.961
0	0	0	0	0	0	(764)	(13)	(777)
0	0	0	0	0	0	(659)	0	(659)
0	0	0	0	0	0	(385)	0	(385)
0	0	0	0	0	0	1.160	0	1.160
0	0	0	0	0	0	30	0	30
0	0	0	0	0	0	(1)	0	(1)
0	0	0	0	0	0	1	0	1
0	0	0	0	0	0	(49)	0	(49)
0	0	0	0	0	0	(13.648)	0	(13.648)
0	0	0	0	0	0	12.535	0	12.535
0	0	0	0	0	0	(49)	0	(49)
0	0	0	0	0	0	85	8	93
303	(101)	2	(2.713)	53	(2.457)	**54.719**	247	**54.966**

[4] Excluindo resultados líquidos não-realizados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.
[5] Dos quais aproximadamente (340) milhões de euros são relativos a um reembolso de capital de um instrumento de investimento que fez parte de uma operação estruturada.
[6] Dos quais aproximadamente (750) milhões de euros são atribuíveis a participações minoritárias no Deutsche Postbank AG, as quais foram significativamente reduzidas em 2012 em virtude tanto do aumento das participações do Grupo como da conclusão de um acordo de domínio entre o Postbank e a respetiva empresa-mãe DB Finanz-Holding GmbH (uma subsidiária integralmente detida pelo Deutsche Bank AG).

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

em milhões de euros	2013	2012	2011
Resultado líquido	**681**	316	4.326
Fluxos de caixa de atividades operacionais:			
Ajustamentos para reconciliar resultado líquido com caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais:			
Provisão para perdas de crédito	2.065	1.721	1.839
Atividades de reestruturação	399	394	0
Ganhos na venda de ativos financeiros disponíveis para venda, investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial e outros	(493)	(627)	(841)
Impostos sobre o rendimento diferidos, líquidos	(179)	723	(387)
Imparidade, depreciação e outras amortizações, e acréscimos	2.443	3.236	3.697
Quota-parte dos resultados de investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(433)	(397)	(222)
Resultados ajustados a encargos não monetários, créditos e outros itens	**4.483**	5.365	8.412
Ajustamentos à variação líquida em ativos e passivos operacionais:			
Depósitos a prazo remunerados em bancos	55.515	1.320	(53.427)
Recursos de bancos centrais vendidos, títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo	11.267	(3.429)	(8.202)
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(27)	(6.561)	(11.582)
Empréstimos	16.007	11.756	(7.092)
Outros ativos	12.048	32.249	(17.962)
Depósitos	(42.281)	(25.995)	66.168
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados e passivos por contratos de investimento	(18.558)	(9.126)	(8.389)
Recursos de bancos centrais comprados, títulos vendidos com acordos de recompra, títulos cedidos por empréstimo	(23.080)	(4.202)	12.622
Outros empréstimos a curto prazo	(9.529)	3.335	1.689
Outros passivos	(17.625)	(11.483)	21.476
Dívida sénior a longo prazo	(22.056)	(5.079)	(5.991)
Ativos e passivos detidos para negociação, instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos e negativos, líquido	38.013	(9.310)	10.558
Outros, líquido	3.007	(2.794)	(478)
Caixa líquida gerada pelas (utilizadas nas) atividades operacionais	**7.184**	(23.954)	7.802
Fluxos de caixa de atividades de investimento:			
Proveitos de:			
Venda de ativos financeiros disponíveis para venda	18.054	7.476	21.948
Vencimentos de ativos financeiros disponíveis para venda	11.564	12.922	10.635
Venda de investimentos pelo método de equivalência patrimonial	76	163	336
Venda de ativos fixos tangíveis	137	197	101
Compra de:			
Ativos financeiros disponíveis para venda	(31.588)	(22.170)	(19.606)
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	(21)	(14)	(602)
Ativos fixos tangíveis	(513)	(614)	(794)
Caixa líquida recebida em (paga por) concentrações/alienações de atividades empresariais	(128)	96	348
Outros, líquido	(596)	(703)	(451)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de investimento	**(3.015)**	(2.647)	11.915
Fluxos de caixa de atividades de financiamento:			
Emissões de dívida subordinada a longo prazo	1.217	62	76
Reembolso e extinção de dívida subordinada a longo prazo	(2.776)	(708)	(715)
Emissões de títulos fiduciários preferenciais	11	17	37
Reembolso e extinção de títulos de dívida preferenciais emitidos por trusts	(49)	(30)	(45)
Aumento de capital	2.961	0	0
Aquisição de ações próprias (tesouraria)	(13.648)	(12.171)	(13.781)
Venda de ações próprias (tesouraria)	12.494	11.437	12.229
Dividendos pagos a participações minoritárias	(13)	(3)	(4)
Variação líquida em participações minoritárias	23	(67)	(266)
Dividendos pagos em numerário	(764)	(689)	(691)
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades de financiamento	**(544)**	(2.152)	(3.160)
Efeito líquido de alterações de taxas de câmbio em caixa e seus equivalentes	**(907)**	39	(964)
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	2.718	(28.714)	15.593
Caixa e seus equivalentes no início do período	53.321	82.032	66.353
Caixa e seus equivalentes no fim do período	56.041	53.321	81.946
Caixa líquida gerada pelas (utilizada nas) atividades operacionais inclui			
Impostos sobre o rendimento pagos (recebidos), líquidos	742	1.280	1.327
Juros pagos	10.687	15.825	17.231
Juros e dividendos recebidos	25.573	32.003	34.703
Caixa e seus equivalentes engloba			
Caixa e disponibilidades em bancos	17.155	27.877	15.928
Depósitos à ordem remunerados em bancos (não incluídos: depósitos a prazo de 39.097 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, e 95.193 milhões de euros e 95.982 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e 2011)	38.886	25.444	66.018
Total	**56.041**	53.321	81.946

As notas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

1 –
Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas

Bases de apresentação

O Deutsche Bank Aktiengesellschaft ("Deutsche Bank" ou "sociedade-mãe") é uma sociedade anónima constituída ao abrigo da legislação da República Federal da Alemanha. O Deutsche Bank, em conjunto com todas as entidades em que o Deutsche Bank tem uma participação financeira maioritária (o "Grupo"), é um provedor global de uma ampla gama de produtos e serviços de banca empresarial e de investimento, clientes privados e gestão de ativos.

As notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas são expressas em euros, a moeda de apresentação do Grupo. Todas as informações financeiras apresentadas em milhões de euros foram arredondadas ao milhão mais próximo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS) elaboradas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e adotadas pela União Europeia (UE). A aplicação das IFRS pelo Grupo não implica qualquer diferença entre as IFRS tal como elaboradas pelo IASB e as IFRS tal como adotadas pela UE.

Algumas das divulgações de IFRS incorporadas no relatório de gestão fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas. Estas secções auditadas são identificadas por parênteses nas margens do relatório de gestão. As secções entre parênteses incluem as divulgações dos resultados de operações dos segmentos e de toda a entidade sobre componentes de proveitos líquidos nos termos da IFRS 8, "Segmentos operacionais", na análise operacional e financeira. Além disso, a divulgação de "Segmento de negócio" nos termos da IFRS 8 encontra-se disponível na Nota 4, "Segmentos de negócio e informação associada". Também existem divulgações entre parênteses no relatório de risco que destacam divulgações nos termos da IFRS 7, "Instrumentos financeiros: divulgações" sobre a natureza e dimensão dos riscos decorrentes de divulgações de instrumentos financeiros e capitais conforme requerido na IAS 1, "Apresentação de demonstrações financeiras". O relatório de risco também inclui três tabelas que pormenoriza os números IFRS auditados para efeitos de reconciliação. Estas tabelas não estão entre parênteses, mas a informação relevante nas tabelas é identificada como "auditada". Estas tabelas são "Modelo transitório para capital regulamentar, RWA e rácios de capital, de acordo com CRR/CRD 4 pró forma (não auditados) e Basel 2.5 (auditados)" e "Comparação de ativos ponderados pelo risco nos termos do relato Basel 2.5, CRR/CRD 4 pró forma 'transitório' e CRR/CRD 4 'totalmente carregado'" na secção de capital regulamentar, bem como "Reconciliação de medidas de exposição aplicadas ao cálculo ajustado do rácio de alavancagem do CRR/CRD 4 pró forma" na secção "Gestão do balanço".

Alterações significativas nas estimativas e alterações na apresentação

Taxa de desconto para planos de benefícios de reforma definidos

Em 2012, o Grupo decidiu alargar e, por conseguinte, estabilizar a carteira subjacente de obrigações relacionadas com a taxa de desconto aplicada na área do euro a planos de benefícios de reforma definidos através da inclusão de obrigações cobertas de alta qualidade, assim como refinar a extrapolação da curva ajustando a carteira subjacente de obrigações ao mesmo tempo que era conservada a qualidade de crédito geral AA da curva. Este refinamento teve como resultado um aumento na taxa de desconto de 70 pontos base e a consequente redução nas perdas atuariais transitadas de outros rendimentos integrais em cerca de 700 milhões de euros antes de impostos no exercício de 2012.

Ajustamento da avaliação de crédito (CVA) e ajustamento da avaliação de dívida (DVA)

No quarto trimestre de 2012, a metodologia de avaliação do Grupo para incorporar o impacto do risco de crédito próprio no justo valor de contratos de derivados foi refinada (designando-se habitualmente como "ajustamento da avaliação de dívida"). Anteriormente, o Grupo calculava o efeito do risco de crédito próprio nos passivos resultantes de contratos de derivados através do recurso aos níveis históricos de incumprimento. O refinamento da metodologia levou o DVA a adotar uma abordagem baseada no mercado. O impacto do refinamento que ocorreu na metodologia do DVA foi de 517 milhões de euros, tendo sido reconhecido na demonstração consolidada dos resultados. Além disso, durante o quarto trimestre de 2012, o Grupo realizou alguns refinamentos na sua metodologia CVA à medida que se tornava possível uma maior transparência no valor de mercado do crédito da contraparte. O impacto deste refinamento na metodologia do CVA foi de 288 milhões de euros, uma perda reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Ajustamento da avaliação de financiamento (FVA)

No quarto trimestre de 2013, o Grupo concluiu a implementação de uma metodologia de avaliação para incorporar os custos de financiamento do mercado implícitos para posições de derivados sem garantia (comummente referidos como "ajustamento da avaliação de financiamento). A implementação do ajustamento da avaliação do financiamento foi a resposta às crescentes evidências de que o financiamento a prazo é um componente importante de justo valor para derivados sem garantia e resultou numa perda de 366 milhões de euros que foi reconhecida no quarto trimestre na demonstração consolidada dos resultados.

Gastos e rendimentos de juros para títulos cedidos por empréstimo e títulos obtidos por empréstimo e honorários de consultoria

No quarto trimestre de 2013, o Grupo reexpressou a informação comparativa de determinadas rubricas na demonstração consolidada dos resultados para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2012 e 2011, para o efeito de erros conforme se segue. Estas reexpressões não tiveram impacto sobre o rendimento de juros líquido, proveitos líquidos, rendimento líquido ou património líquido.

				2012[1]
em milhões de euros	Saldo conforme reportado	Títulos obtidos por empréstimo/ títulos cedidos por empréstimo	Honorários de consultoria	Saldo ajustado
Juros e rendimentos similares	32.315	(722)	0	31.593
Juros e encargos similares	(16.341)	722	0	(15.619)
Rendimentos de serviços e comissões	11.383	0	426	11.809
Resultado líquido com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	6.034	0	(426)	5.608

[1] Os saldos para o exercício findo a 31 de dezembro de 2012 incluem os impactos da adoção da IFRS 10 na demonstração consolidada dos resultados do Grupo conforme referido na Nota 2, "Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas".

				2011
em milhões de euros	Saldo conforme reportado	Títulos obtidos por empréstimo/títulos cedidos por empréstimo	Honorários de consultoria	Saldo ajustado
Juros e rendimentos similares	34.878	(512)	0	34.366
Juros e encargos similares	(17.433)	512	0	(16.921)
Rendimentos de serviços e comissões	11.544	0	334	11.878
Resultado líquido com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.058	0	(334)	2.724

Gastos e rendimentos de juros para títulos cedidos por empréstimo e títulos obtidos por empréstimo – Foram efetuados ajustamentos retrospetivos para reexpressar os gastos e rendimentos de juros para refletir com mais precisão os honorários pagos/recebidos sobre transações de títulos cedidos em empréstimo/títulos obtidos por empréstimo. O ajustamento resultou em reduções tanto no rendimento como nos gastos de juros, mas não teve qualquer impacto sobre o rendimento de juros líquido, rendimento líquido ou património líquido.

Honorários de consultoria – Foram efetuados ajustamentos retrospetivos para reclassificar os honorários de consultoria dos resultados líquidos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados para as Comissões e o rendimento dos honorários para refletir a sua natureza como atividade baseada no serviço em linha com as políticas contabilísticas do Grupo. A reclassificação não teve impacto sobre os proveitos líquidos, rendimento líquido ou património líquido.

Estimativas contabilísticas críticas

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer a utilização de estimativas e pressupostos para certas categorias de ativos e de passivos. Estas estimativas e pressupostos afetam os montantes reportados de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes à data do balanço, bem como os montantes reportados de proveitos e custos durante o exercício. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As substanciais políticas contabilísticas do Grupo são descritas em "Principais políticas contabilísticas".

Algumas das políticas contabilísticas do Grupo requerem estimativas contabilísticas essenciais que envolvem pareceres subjetivos e complexos e o uso de pressupostos, alguns dos quais podem ser por questões inerentemente incertas e suscetíveis de se alterarem. Essas estimativas contabilísticas críticas podem mudar de período para período e podem ter um impacto significativo na situação financeira do Grupo, alterações da situação financeira ou resultados de operações. As estimativas contabilísticas críticas podem envolver também estimativas com alternativas que a direção poderia razoavelmente escolher no exercício corrente. O Grupo identificou as seguintes políticas contabilísticas principais que envolvem estimativas contabilísticas críticas:

— a imparidade de associadas (ver "Associadas" abaixo)
— a imparidade de ativos financeiros disponíveis para venda (ver abaixo "Ativos e passivos financeiros – ativos financeiros classificados como disponíveis para venda")
— a determinação do justo valor (ver abaixo "Ativos e passivos financeiros - determinação do justo valor")
— o reconhecimento de lucros à data da operação (ver abaixo "Ativos e passivos financeiros - reconhecimento de lucros à data da operação")
— a imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais (ver abaixo "Imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais")
— a imparidade de *goodwill* e outros ativos intangíveis (ver abaixo "*Goodwill* e outros ativos intangíveis")
— o reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos (ver "Impostos sobre o rendimento" abaixo)
— a contabilidade para contingências legais e regulamentares e posições fiscais incertas (ver "Provisões" abaixo)

Principais políticas contabilísticas

Segue-se a descrição das principais políticas contabilísticas do Grupo. Salvo conforme anteriormente descrito, estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos exercícios de 2011, 2012 e 2013.

Princípios de consolidação

A informação financeira nas Demonstrações Financeiras Consolidadas inclui a empresa-mãe, Deutsche Bank AG, juntamente com as suas subsidiárias consolidadas, incluindo determinadas entidades estruturadas apresentadas como uma única unidade económica.

Subsidiárias

As subsidiárias do Grupo são aquelas entidades que este controla direta ou indiretamente. O controlo sobre uma entidade é evidenciado pela capacidade do Grupo para exercer o seu poder de modo a afetar quaisquer retornos variáveis a que o Grupo esteja exposto através do seu envolvimento com a entidade.

O Grupo patrocina a formação de entidades estruturadas e interage com entidades estruturadas patrocinadas por terceiros por diversas razões, nomeadamente para permitir aos clientes deter investimentos em entidades

jurídicas separadas, para permitir aos clientes investir solidariamente em ativos alternativos, para transações de titularização de ativos e para comprar ou vender proteção de crédito.

Ao avaliar se deve ou não consolidar uma entidade, o Grupo avalia um conjunto de fatores de controlo, ou seja:

— a finalidade e organização da entidade
— as atividades relevantes e a forma como estas são determinadas
— se os direitos do Grupo resultam na capacidade de dirigir as atividades relevantes
— se o Grupo tem exposição ou direitos a retornos variáveis
— se o Grupo tem a capacidade de usar o seu poder para afetar o montante dos seus retornos

Onde os direitos de voto são relevantes, o Grupo é considerado ter controlo onde detém, direta ou indiretamente, mais de metade dos direitos de voto sobre uma entidade a menos que haja evidência de que um outro investidor tem a capacidade prática para, unilateralmente, dirigir as atividades relevantes, conforme indicado por um ou mais dos seguintes fatores:

— Outro investidor tem o poder sobre mais de metade dos direitos de voto em virtude de um acordo com o Grupo; ou
— Outro investidor tem o poder de governar as políticas financeiras e operacionais da entidade investida ao abrigo de um estatuto ou acordo; ou
— Outro investidor tem o poder de nomear ou destituir a maioria dos membros do conselho de administração ou órgão de governança equivalente e a entidade investida é controlada por esse conselho ou órgão; ou
— Outro investidor tem o poder de lançar a maioria dos votos nas reuniões do conselho de administração ou órgão de governança equivalente e o controlo dessa entidade é feito por este conselho ou órgão.

Os potenciais direitos de voto que são considerados substantivos também são considerados ao avaliar o controlo.

Da mesma forma, o Grupo também avalia a existência de controlo onde não controla a maioria do poder de voto, mas tem a capacidade prática para dirigir unilateralmente as atividades relevantes. Isto pode surgir em circunstâncias onde o tamanho e a dispersão das participações dos acionistas dá ao Grupo o poder de dirigir as atividades da entidade investida.

As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo e são desconsolidadas a partir da data em que o controlo cessa.

O Grupo reavalia o estatuto de consolidação, pelo menos, à data de cada relatório trimestral. Por conseguinte, quaisquer alterações na estrutura que conduzam a uma mudança em um ou mais dos fatores de controlo, requerem reavaliação quando estas ocorrem. Isto inclui alterações nos direitos de tomada de decisão, alterações nas disposições contratuais, mudanças no financiamento, estrutura de propriedade ou de capital, bem como alterações após um evento acionador que tenha sido previsto na documentação original.

Todas as transações entre empresas, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados na consolidação.

Para efeitos da consolidação, as políticas contabilísticas foram aplicadas de forma consistente em todo o Grupo. As emissões de ações de uma subsidiária para terceiros são tratadas como participações minoritárias. Os resultados atribuíveis a participações minoritárias são reportados separadamente na demonstração consolidada dos resultados e na demonstração consolidada do rendimento integral.

À data da perda do controlo de uma subsidiária, o Grupo a) desreconhece os ativos (incluindo *goodwill* atribuível) e passivos da subsidiária aos correspondentes valores escriturados; b) desreconhece o valor escriturado de quaisquer participações minoritárias na antiga subsidiária (incluindo componentes em outro rendimento

integral acumulado atribuível a essas); c) reconhece o justo valor da contrapartida recebida e qualquer distribuição das ações da subsidiária; d) reconhece qualquer investimento retido na antiga subsidiária ao seu justo valor; e e) reconhece qualquer diferença resultante dos elementos anteriores como ganho ou perda na demonstração dos resultados. Quaisquer montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente a essa subsidiária seriam reclassificados para a demonstração consolidada dos resultados ou transferidos diretamente para os lucros não distribuídos, se requerido por outras IFRS.

Associadas

Uma associada é uma empresa em que o Grupo exerce uma influência significativa sobre decisões de política de gestão financeira e operacional da entidade, mas não detém uma participação maioritária. Uma influência significativa é, de modo geral, presumida quando o Grupo detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Para avaliar se o Grupo detém influência significativa, são tidos em consideração a existência e o efeito dos potenciais direitos de voto que podem ser exercidos ou convertidos. Entre outros fatores considerados para determinar se o Grupo detém influência significativa contam-se a representação no conselho de administração (conselho de supervisão no caso de sociedades anónimas de direito alemão) e transações importantes entre empresas. A existência destes fatores poderá requerer a aplicação do método de equivalência patrimonial na contabilização de um investimento específico ainda que o investimento do Grupo seja inferior a 20% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são contabilizados sob o método de equivalência patrimonial. A quota-parte do Grupo nos resultados de associadas é ajustada de modo a cumprir as políticas contabilísticas do Grupo e é registada na demonstração consolidada dos resultados em "Resultado líquido de investimentos medidos pelo método de equivalência patrimonial". A quota-parte do Grupo nos lucros ou perdas de uma associada, resultantes de vendas entre empresas, é eliminada na consolidação.

Se o Grupo detinha inicialmente uma participação no capital de uma entidade (por exemplo, disponível para venda) e posteriormente adquiriu uma influência significativa, a participação de capital anteriormente detida é reavaliada ao justo valor e qualquer ganho ou perda é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral associados à participação de capital anteriormente detida seriam reclassificados na demonstração consolidada dos resultados à data de aquisição da influência significativa, como se o Grupo tivesse alienado a participação de capital anteriormente detida.

Sob o método de equivalência patrimonial, os investimentos do Grupo em associadas e entidades conjuntamente controladas são inicialmente registadas pelo custo, incluindo quaisquer custos de transação diretamente relacionados com a aquisição da associada e, subsequentemente, aumento (ou diminuição) para refletir tanto a quota proporcional do Grupo sobre os resultados líquidos da associada ou entidade conjuntamente controlada ou associada e outros movimentos incluídos diretamente no capital da associada ou entidade conjuntamente controlada. O *goodwill* resultante da aquisição de uma associada ou de uma entidade conjuntamente controlada é incluído no valor escriturado do investimento (líquido de qualquer perda por imparidade acumulada). Como o *goodwill* não é reportado separadamente, não é sujeito especificamente a um teste de imparidade. Em vez disso, é o investimento pelo método de equivalência patrimonial na sua globalidade que é objeto de teste de imparidade.

À data em que o Grupo deixa de exercer influência significativa sobre a associada ou a entidade conjuntamente controlada, o Grupo reconhece um ganho ou perda na alienação do investimento pelo método de equivalência patrimonial igual à diferença entre a soma do justo valor de qualquer investimento retido e os proveitos da alienação da associada, e a quantia escriturada do investimento nessa data. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral relativamente à associada são contabilizados na mesma base que teria sido requerida caso a entidade investida tivesse diretamente alienado os respetivos ativos ou passivos.

A cada data do balanço, o Grupo avalia se há qualquer evidência objetiva de que o investimento numa associada se encontra em imparidade. Se existirem evidências objetivas de imparidade, é realizado um teste de imparidade que compara o valor recuperável do investimento com o valor escriturado, em que o valor recuperável corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor de mercado deduzido dos custos de venda. Uma perda por imparidade reconhecida em períodos anteriores só é revertida se tiver ocorrido uma alteração das estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do investimento desde o reconhecimento da última perda por imparidade. Se for esse o caso, aumenta-se o valor escriturado do investimento até à reposição do seu montante recuperável mais elevado.

Estimativas contabilísticas críticas: Visto que a avaliação para saber se há provas objetivas de imparidade pode requerer substanciais pareceres de gestão e as estimativas para a imparidade podem mudar de período para período com base em eventos futuros que podem ou não ocorrer, o Grupo considera que esta é uma estimativa contabilística crítica.

Conversão cambial

As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas em euros, que é a moeda de apresentação do Grupo. Várias entidades do Grupo utilizam uma moeda funcional diferente, sendo essa a moeda do ambiente económico principal em que a entidade opera.

A entidade regista proveitos, custos, ganhos e perdas na sua moeda funcional com base nas taxas de câmbio em vigor na data de reconhecimento.

Os ativos e passivos monetários expressos em moedas diferentes da moeda funcional da entidade são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período. Os resultados cambiais decorrentes da conversão e liquidação destes são reconhecidos na demonstração consolidada de resultados como resultados líquidos sobre ativos/passivos financeiros pelo justo valor através de resultados a fim de alinhar os montantes convertidos com aqueles reconhecidos de transações relacionadas com divisas (derivados) que cobrem estes ativos e passivos monetários.

Os itens não monetários que sejam medidos ao custo histórico são convertidos à taxa de câmbio histórica à data da transação. As diferenças cambiais em itens não monetários detidos ao justo valor através de resultados são reconhecidas em resultados. As diferenças cambiais em itens não monetários disponíveis para venda (títulos de capital) são incluídas em outro rendimento integral. Quando o item não monetário disponível para venda é vendido, a diferença cambial cumulativa relacionada é transferida para a demonstração consolidada dos resultados como parte integrante do ganho ou perda global da venda desse item.

Para efeitos de conversão para a moeda de apresentação, os elementos do ativo, passivo e capital de operações estrangeiras são convertidos à taxa de câmbio de fecho no fim do período, e os elementos de proveitos e custos são convertidos em euros às taxas em vigor nas datas das transações, ou às taxas de câmbio médias aproximadas das taxas reais. As diferenças cambiais decorrentes da conversão de uma operação estrangeira são incluídas em outro rendimento integral. No caso de operações estrangeiras que sejam subsidiárias, o valor das diferenças cambiais atribuível a quaisquer participações minoritárias é reconhecido na rubrica relativa às participações minoritárias".

Em caso de alienação de uma subsidiária ou associada estrangeira (que resulte em perda de controlo ou de influência significativa sobre aquela operação), as diferenças cambiais cumulativas totais reconhecidas em outro rendimento integral são reclassificadas em resultados.

Em caso de alienação parcial de uma operação estrangeira que seja uma subsidiária e que não resulte em perda de controlo, a parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para participações minoritárias, porque é considerada uma transação com detentores de capital. Em caso de alienação parcial de uma associada que não resulte em perda de influência significativa, a

parte proporcional das diferenças cambiais cumulativas é reclassificada de outro rendimento integral para resultados.

Juros, comissões e honorários

As receitas são reconhecidas quando o valor de receitas e custos associados possa ser medido com fiabilidade, quando seja provável que os benefícios económicos associados à transação venham a ser realizados e quando a etapa de realização da transação possa ser avaliada de forma fidedigna. Este conceito é aplicado às principais atividades geradoras de receitas do Grupo como se segue.

Rendimento de juros líquido – Os juros de todos os ativos e passivos remunerados são reconhecidos como rendimento de juros ou gasto de juros utilizando o método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva é o método de cálculo do custo amortizado de um ativo financeiro ou de um passivo financeiro e de afetação do rendimento ou gasto dos juros durante o período relevante utilizando os fluxos de caixa futuros estimados. Os fluxos de caixa futuros estimados utilizados neste cálculo incluem os determinados pelos termos contratuais do ativo ou passivo, todas as comissões que são consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação diretos e incrementais e todos os outros prémios ou descontos.

No caso de uma perda por imparidade ser reconhecida num crédito ou ativo financeiro ou instrumentos de dívida, embora a acumulação de juros de acordo com os termos contratuais do instrumento seja interrompida, o rendimento dos juros é reconhecido com base na taxa de juro que foi utilizada no desconto dos fluxos de caixa futuros para efeitos de medição da perda por imparidade. Num crédito, esta seria a taxa de juro efetiva original, mas uma nova taxa de juro efetiva seria estabelecida em cada imparidade de um instrumento de dívida disponível para venda porque a imparidade é avaliada ao justo valor e iria basear-se numa taxa de mercado atual.

Rendimentos de serviços e comissões – O reconhecimento dos rendimentos de serviços e comissões é determinado segundo o propósito das comissões e a base de contabilização de eventuais instrumentos financeiros associados. Se existir um instrumento financeiro associado, as comissões que são parte integrante da taxa de juro efetiva daquele instrumento financeiro são incluídas no cálculo da taxa efetiva (*yield*). No entanto, se o instrumento financeiro for escriturado ao justo valor através de resultados, quaisquer comissões associadas são reconhecidas em resultados quando o instrumento for inicialmente reconhecido, desde que não existam dados não observáveis significativos na determinação do justo valor. As comissões obtidas em serviços que sejam prestados durante um período de serviço específico são reconhecidas ao longo daquele período de serviço. As comissões obtidas na execução de um serviço específico ou de um evento significativo são reconhecidas à data de conclusão do serviço ou de ocorrência do evento.

As comissões de compromissos de crédito relacionadas com compromissos que não são contabilizados ao justo valor através de resultados são reconhecidas em rendimentos de serviços e comissões durante a vida do compromisso, se for improvável o Grupo celebrar um acordo de concessão de crédito específico. Se for provável que o Grupo celebre um acordo de concessão de crédito específico, as comissões de compromissos de crédito são diferidas até a constituição de um crédito e reconhecidas como ajustamento à taxa de juro efetiva do crédito.

As comissões ou componentes de comissões relacionadas com performance são reconhecidas quando os critérios de *performance* são cumpridos.

Os seguintes rendimentos de comissão são predominantemente decorrentes de serviços fornecidos ao longo de um período de tempo: taxas de gestão de fundos de investimento, honorários fiduciários, honorários do agente de custódia, comissões de consultoria e de gestão de carteira e outra gestão, comissões relacionadas com crédito e rendimento de comissões. Os honorários predominantemente obtidos através da prestação de serviços de transação-tipo incluem as comissões de colocação, taxas de finanças corporativas e taxas de corretagem.

Os custos diretamente relacionados e incrementais à geração de rendimentos de comissões são apresentados líquidos em "Rendimentos de serviços e comissões".

Acordos que envolvem múltiplos serviços ou produtos – Se o Grupo for contratado para prestar múltiplos produtos, serviços ou direitos a uma contraparte, avalia-se se deve ser afetada uma comissão global aos diferentes componentes do acordo para efeitos de reconhecimentos de receitas. As operações estruturadas executadas pelo Grupo são o exemplo primordial desses acordos e essas transações são avaliadas caso a caso. A avaliação tem em conta o valor dos elementos entregues ou serviços prestados de modo a assegurar que o envolvimento continuado do Grupo em outros aspetos do acordo não é essencial aos elementos entregues. Também se avalia o valor dos elementos ainda não entregues e, se existir o direito de devolução dos elementos entregues, a probabilidade da futura entrega dos restantes elementos ou serviços. Se for determinado que é conveniente considerar os acordos como componentes separados, os montantes recebidos são afetados com base no valor relativo de cada componente.

Se não existirem evidências objetivas e fidedignas do valor do elemento entregue ou se for necessário reconhecer um elemento individual ao justo valor, é utilizado o método residual. O método residual calcula o montante a ser reconhecido para o componente entregue como sendo o valor remanescente depois da afetação do valor apropriado de receitas a todos os outros componentes.

Ativos e passivos financeiros

O Grupo classifica os seus ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ativos e passivos financeiros pelo justo valor através de resultados, empréstimos, ativos financeiros disponíveis para venda (*financial assets available for sale* – AFS) e outros passivos financeiros. O Grupo não classifica quaisquer instrumentos financeiros sob a categoria “detidos até ao vencimento”. A classificação adequada dos ativos e passivos financeiros é determinada no momento do reconhecimento inicial ou quando reclassificados no "Balanço consolidado".

Os instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de resultados e os ativos financeiros classificados como AFS são reconhecidos à data da transação, que é a data em que o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo ou emissão ou recomprar o passivo financeiro. Todos os restantes instrumentos financeiros são reconhecidos à data de liquidação.

Ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

O Grupo classifica certos ativos financeiros e passivos financeiros como detidos para negociação ou designados ao justo valor através de resultados. São contabilizados ao justo valor e apresentados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, respetivamente. Os ganhos e perdas realizados e não realizados relacionados são incluídos na rubrica de resultados líquidos de ativos/passivos ao justo valor através de resultados. Os juros em ativos remunerados, tais como títulos de dívida e créditos para negociação e dividendos em instrumentos de capital, são apresentados em juros e rendimentos similares no caso de instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados.

Ativos e passivos detidos para negociação – Os instrumentos financeiros são classificados como detidos para negociação se tiverem sido originados, adquiridos ou incorridos com o objetivo principal de serem vendidos ou recomprados no curto prazo, ou se fizerem parte integrante de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que são geridos em conjunto e em relação aos quais existe evidência de um padrão real recente de atividades conducentes à realização de ganhos de curto prazo. Os ativos detidos para negociação incluem títulos de dívida e de capital, derivados detidos para fins de negociação, matérias-primas e créditos para negociação. Os passivos detidos para negociação consistem principalmente em passivos derivados e posições curtas. Também se incluem nesta categoria as matérias-primas físicas detidas pela área do Grupo dedicada à negociação de matérias-primas, ao justo valor deduzido dos custos de venda.

Instrumentos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Certos ativos e passivos financeiros que não correspondem à definição de ativos e passivos detidos para negociação são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor. Para ser designado ao justo valor através de resultados, os ativos e passivos financeiros devem satisfazer um dos seguintes critérios: (1) a designação elimina ou reduz significativamente uma medida ou inconsistência de reconhecimento; (2) um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos é gerido e o seu desempenho é avaliado com base num justo valor de acordo com uma gestão do risco documentado ou estratégia de investimento; ou (3) o instrumento contém um ou mais derivados incorporados, a menos que: (a) o derivado incorporado não modifique significativamente os fluxos de caixa que, de outro modo, seriam requeridos pelo contrato; ou (b), é óbvio com pouca ou nenhuma análise que essa separação é proibida. Adicionalmente, o Grupo permite a designação da opção de justo valor apenas naqueles instrumentos financeiros para os quais pode ser obtida uma estimativa fiável do justo valor. Os ativos e passivos financeiros que são designados ao justo valor através de resultados, pela opção de justo valor, incluem acordos de recompra e acordos de recompra inversos, certos créditos e compromissos de crédito, títulos de dívida e de capital e responsabilidades com obrigações estruturadas.

Compromissos de crédito

Determinados compromissos de crédito são classificados como derivados detidos para negociação ou designados ao justo valor através de resultados sob a opção do justo valor. Todos os restantes compromissos de crédito continuam a ser extrapatrimoniais. Por conseguinte, o Grupo não reconhece nem valoriza alterações no justo valor destes compromissos de crédito extrapatrimoniais que resultem de alterações nas taxas de juro do mercado ou nos *spreads* de crédito. No entanto, como se especifica em " Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais ", estes compromissos de crédito extrapatrimoniais são objeto de uma avaliação de imparidade individualmente e, quando adequado, coletivamente.

Empréstimos

Os créditos incluem ativos financeiros não derivados originados e comprados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não estão admitidos à cotação num mercado ativo e que não são classificados como ativos financeiros ao justo valor através de resultados ou como ativos financeiros disponíveis para venda. Um mercado ativo existe quando as cotações estão pronto e regularmente disponíveis a partir de um câmbio, agente, corretor, grupo da indústria, serviço de preços ou agência reguladora e essas cotações representam transações de mercador reais que ocorrem regularmente ocorrem com base nos valores normais de mercado.

Os créditos não adquiridos numa concentração de atividades empresariais ou numa compra de ativos são reconhecidos inicialmente ao preço da transação que representa o justo valor, que é o valor em numerário adiantado ao devedor. Adicionalmente, os valores líquidos de comissões e custos de transação diretos e incrementais são incluídos no valor escriturado inicial dos créditos. Estes créditos são subsequentemente valorizados ao custo amortizado com base no método da taxa de juro efetiva, deduzida a imparidade.

Os créditos que foram adquiridos como parte de uma concentração de atividades empresariais ou de uma compra de ativos são inicialmente reconhecidos ao justo valor à data da aquisição. Deste grupo fazem parte os créditos relativamente aos quais tenha sido identificada pelo adquirente uma perda por imparidades antes do seu reconhecimento inicial pelo Grupo. O justo valor à data de aquisição integra os fluxos de caixa esperados que têm em conta a qualidade creditícia destes créditos, incluindo perdas incorridas, e torna-se a nova base do custo amortizado. Os juros e rendimentos similares são reconhecidos com recurso ao método da taxa de juro efetiva. Após a data de aquisição, o Grupo avalia se há provas objetivas de imparidade em linha com as políticas descritas na secção intitulada “Imparidade de créditos e provisões para posições extrapatrimoniais”. Se os empréstimos são determinados como estando em imparidade, então uma provisão para perdas com empréstimos é reconhecido com um encargo correspondente à provisão para a rubrica de perdas de crédito na demonstração consolidada dos resultados. Os desembolsos de montantes deste tipo para perdas com créditos identificadas após o seu reconhecimento inicial estão contemplados na rubrica destinada a provisionar perdas com empréstimos. Quaisquer melhorias subsequentes da qualidade creditícia destes créditos em que não se tenha registado qualquer montante para perdas são reconhecidas imediatamente através de

um ajustamento do valor escriturado corrente, sendo o correspondente ganho reconhecido em juros e rendimentos similares.

Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

Os ativos financeiros que não são classificados ao justo valor através de resultados ou como créditos são classificados como disponíveis para venda. Um ativo financeiro classificado como disponível para venda é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. A amortização de prémios e o acréscimo de descontos são registados na rubrica "Rendimento de juros líquido". Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são escriturados ao justo valor, sendo as alterações de justo valor reportadas em outro rendimento integral, a menos que o ativo seja objeto de uma cobertura de justo valor e, nesse caso, as alterações de justo valor resultantes do risco coberto são registadas em outros rendimentos. Para ativos financeiros monetários classificados como disponíveis para venda (instrumentos de dívida), as alterações nos valores escriturados relativas a alterações nas taxas de câmbio são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, enquanto outras alterações nos valores escriturados são reconhecidas em outro rendimento integral, como referido acima. Para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda que são itens não monetários (instrumentos de capital), o ganho ou a perda que é reconhecido em outro rendimento integral inclui eventuais componentes cambiais relacionados.

No caso de investimentos de capital classificados como disponíveis para venda, as evidências objetivas incluem um declínio significativo ou prolongado do justo valor do investimento, abaixo do custo. No caso de títulos de dívida classificados como disponíveis para venda, a imparidade é avaliada com base nos mesmos critérios aplicados aos créditos.

Se existirem evidências de imparidade, os montantes anteriormente reconhecidos em outro rendimento integral são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados do período, reportados em resultados de ativos financeiros disponíveis para venda. Esta perda por imparidade para o período corresponde à diferença entre o custo de aquisição (líquido de reembolsos e amortização de capital) e o justo valor corrente do ativo, deduzido de qualquer perda por imparidade naquele investimento anteriormente reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Em relação a um título de dívida disponível para venda em imparidade, as eventuais diminuições subsequentes do justo valor são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, porque são consideradas como mais imparidades. Quaisquer aumentos subsequentes também são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados até que o ativo não seja mais considerado como estando em imparidade. Quando o justo valor do título de dívida disponível para venda recupera para, pelo menos, o custo amortizado este já não se considera como estando em imparidade e as subsequentes alterações no justo valor são reportadas em outro rendimento integral.

A reversão de perdas por imparidade em investimentos de capital classificados como disponíveis para venda não são revertidas através da demonstração consolidada dos resultados; os aumentos do seu justo valor após imparidade são reconhecidos em outro rendimento integral.

Os ganhos e perdas realizados são reportados em resultados de ativos financeiros disponíveis para venda. De modo geral, é utilizado o método do custo médio ponderado para determinar o custo dos ativos financeiros. Os ganhos e perdas não realizados registados em outro rendimento integral são transferidos para a demonstração consolidada dos resultados na alienação de um ativo disponível para venda e reportados em resultados de ativos financeiros disponíveis para venda.

Estimativas contabilísticas críticas: Visto que a avaliação de provas objetivas de imparidade requerem substanciais pareceres de gestão e a estimativa de imparidade poderia mudar de período para período com base em eventos futuros que podem ou não ocorrer, o Grupo considera a imparidade dos ativos financeiros

classificados como disponíveis para venda enquanto estimativa contabilística crítica. Para informações adicionais, consulte a Nota 7, "Resultado líquido com ativos financeiros disponíveis para venda".

Passivos financeiros

Com exceção dos passivos financeiros ao justo valor através de resultados, os passivos financeiros são valorizados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efetiva.

Os passivos financeiros incluem dívida emitida a longo prazo e a curto prazo, inicialmente medida ao justo valor, que corresponde à contrapartida recebida, líquida de custos de transação incorridos. As recompras de dívida emitida no mercado são tratadas como extinções e qualquer ganho ou perda relacionado é registado na demonstração consolidada dos resultados. A subsequente venda de obrigações próprias no mercado é tratada como reemissão de dívida.

Reclassificação de ativos financeiros

O Grupo pode reclassificar determinados ativos financeiros das categorias de ativos financeiros ao justo valor através de resultados (ativos para negociação) e ativos financeiros disponíveis para venda, para a categoria de créditos. Para os ativos serem reclassificados tem de existir uma alteração clara da intenção da direção para com os ativos desde o reconhecimento inicial, e o ativo financeiro tem de se enquadrar na definição de crédito à data da reclassificação. Além disso, tem que haver uma intenção e a capacidade para deter o ativo num futuro previsível, à data da reclassificação.

Os ativos financeiros são reclassificados ao seu justo valor à data de reclassificação. Qualquer ganho ou perda já reconhecido na demonstração consolidada dos resultados não é revertido. O justo valor do instrumento à data de reclassificação passa a ser o novo custo amortizado do instrumento. Os fluxos de caixa esperados nos instrumentos financeiros são estimados à data de reclassificação e estas estimativas são utilizadas para calcular uma nova taxa de juro efetiva para os instrumentos. Se ocorrer um aumento subsequente dos fluxos de caixa futuros esperados em ativos reclassificados em resultado de um aumento da recuperabilidade, o efeito desse aumento é reconhecido como um ajustamento à taxa de juro efetiva desde a data da alteração da estimativa, e não como um ajustamento ao valor escriturado do ativo à data da alteração da estimativa. Se ocorrer uma diminuição subsequente dos fluxos de caixa futuros esperados, o ativo será objeto de um teste de imparidade como se descreve na secção intitulada "Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais". Qualquer alteração do momento dos fluxos de caixa de ativos reclassificados que não são considerados como imparidade é registada como ajustamento ao valor escriturado do ativo.

Para instrumentos reclassificados de disponíveis para venda em créditos, os eventuais ganhos ou perdas não realizados reconhecidos em outro rendimento integral são subsequentemente amortizados em juros e rendimentos similares utilizando a taxa de juro efetiva do instrumento. Se o instrumento for subsequentemente objeto de imparidade, qualquer perda não realizada detida em outro rendimento integral acumulado para aquele instrumento àquela data é imediatamente reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como provisão para perdas de crédito.

Na medida em que os ativos classificados como créditos sejam reembolsados, reestruturados ou mesmo vendidos e o montante recebido seja inferior ao valor escriturado àquela data, será reconhecida uma perda na demonstração consolidada dos resultados como componente da provisão para perdas de crédito, se o crédito se encontrar em imparidade, ou em outros rendimentos, se o crédito não se encontrar em imparidade.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são compensados, com o valor líquido a ser apresentado no balanço consolidado, apenas se o Grupo tiver o direito legalmente executável para compensar os montantes reconhecidos e existir a intenção de liquidar numa base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal para compensar os montantes reconhecidos tem que ser executável tanto no decurso normal do negócio como no caso de incumprimento da contraparte. Em todas as demais situações, são apresentados

como valores brutos. Quando os ativos e passivos financeiros são compensados no balanço consolidado, os itens de rendimentos e gastos associados serão igualmente compensados na demonstração consolidada dos resultados, salvo proibição específica numa norma contabilística aplicável.

A maioria da compensação aplicada pelo Grupo refere-se a derivados e acordos de recompra e de recompra inversos, os quais são liberados por agências de compensação central tais como a Câmara de Compensação de Londres e para a qual o Grupo tem o direito a compensar e pretende liquidar numa base líquida ou realizar um ativo, bem como liquidar um passivo simultaneamente. Para mais informações, consulte a Nota 18, “Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros”.

Determinação do justo valor

O justo valor é definido como o preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação organizada entre os participantes de mercado à data de medição. O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes. O Grupo mede determinadas carteiras de ativos financeiros e passivos financeiros com base nas suas exposições ao risco líquido quando os seguintes critérios são cumpridos:

— O grupo de ativos e passivos financeiros é gerido com base na sua exposição líquida a um risco (ou riscos) de mercado específico, em conformidade com uma estratégia de gestão do risco documentada,
— os justos valores são fornecidos a pessoal-chave de direção e
— os ativos e passivos financeiros são medidos ao justo valor através de resultados.

Esta abordagem de avaliação da carteira é consistente com a forma como o Grupo gere as suas exposições líquidas aos riscos de mercado e crédito da contraparte.

Estimativas contabilísticas críticas: O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. Como tal, sempre que possível, os parâmetros introduzidos nas técnicas de avaliação baseiam-se em dados observáveis derivados de preços de instrumentos relevantes negociados num mercado ativo. Estas técnicas de avaliação envolvem algum nível de estimativa e juízo de valor da direção, cujo grau irá depender da transparência dos preços para o instrumento ou mercado e da complexidade do instrumento.

Para realizar as estimativas do justo valor, a direção tem de exercer um juízo de valor. As áreas que requerem um juízo de valor significativo da parte da direção são identificadas, documentadas e reportadas aos membros de direção seniores, como parte do quadro de controlo de avaliação e do ciclo de reporte mensal normal. Os grupos especialistas em controlo da avaliação e validação dos modelos centram a sua atenção nas áreas caracterizadas pela subjetividade e juízos de valor.

O nível de juízo de valor exercido pela direção para determinar o justo valor de instrumentos financeiros para os quais existe um preço cotado num mercado ativo é, de um modo geral, mínimo. Do mesmo modo, existe pouca subjetividade ou juízo de valor na avaliação de instrumentos através de modelos de avaliação padronizados do setor e em que todos os parâmetros introduzidos estão cotados em mercados ativos.

O nível de subjetividade e o grau de juízo de valor da direção são mais significativos na avaliação de instrumentos através de modelos especializados e sofisticados e em que todos ou alguns dos parâmetros introduzidos são menos líquidos ou menos observáveis. A direção tem de exercer um juízo de valor na seleção e aplicação dos parâmetros, pressupostos e técnicas de modelação apropriados. Mais precisamente, sempre que os dados são obtidos a partir de transações de mercado pouco frequentes, tem de se aplicar técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem dados de mercado disponíveis para um instrumento particular, então os preços introduzidos são determinados através da avaliação de outras fontes de informação relevantes como dados históricos, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes e fazendo os ajustamentos adequados de modo a refletir o instrumento real a

avaliar e as condições de mercado correntes. Quando diferentes técnicas de avaliação indicam um intervalo de justos valores possíveis para um instrumento, a direção tem de decidir qual o ponto dentro desse intervalo que adequadamente representa o justo valor. Além disso, alguns ajustamentos da avaliação podem exigir o exercício de juízo de valor da parte da direção para alcançar o justo valor.

Nos termos das IFRS, os ativos e passivos financeiros escriturados ao justo valor têm de ser divulgados de acordo com o método de avaliação utilizado para determinar o justo valor. Mais precisamente, é necessário fazer a separação entre os que são avaliados utilizando preços cotados num mercado ativo (nível 1), técnicas de avaliação baseadas em parâmetros observáveis (nível 2) e técnicas de avaliação que utilizam parâmetros inobserváveis significativos (nível 3). A direção tem de exercer um juízo de valor na determinação da categoria a que determinados instrumentos devem ser atribuídos. Isto surge, especificamente, quando a avaliação é determinada por um conjunto de parâmetros, alguns dos quais são observáveis e outros não. Além disso, a classificação de um instrumento pode alterar-se ao longo do tempo de modo a refletir alterações na liquidez do mercado e, por conseguinte, na transparência dos preços.

O Grupo fornece uma análise de sensibilidade do impacto sobre os instrumentos financeiros de nível 3, da eventual utilização de uma alternativa razoavelmente possível para o parâmetro inobservável. A determinação de alternativas razoavelmente possíveis requer o exercício de um juízo de valor significativo pela direção.

Relativamente aos instrumentos financeiros medidos ao custo amortizado (o que inclui créditos, depósitos e dívida emitida a curto e longo prazo), o Grupo divulga o justo valor. De modo geral, a atividade de negociação nestes instrumentos é limitada ou inexistente e, portanto, a determinação do justo valor requer o exercício de juízos de valor significativos pela direção.

Para uma análise mais aprofundada dos métodos de avaliação e controlos e divulgações quantitativas no que diz respeito à determinação do justo valor, consulte a Nota 14, “Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor” e a Nota 15, “Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor”.

Reconhecimento de lucros à data da operação

Se forem utilizados dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro resultante da técnica de avaliação à data da operação (*trade date*) é diferido.

Em caso de utilização de métodos sistemáticos, o montante diferido é reconhecido ao longo do período entre a data de operação e a data em que se espera que o mercado se torne observável ou durante a vida da operação (o que for mais curto). Esta metodologia é utilizada porque reflete a variação do perfil de risco e económico do instrumento à medida que o mercado evolui ou que o próprio instrumento progride até à maturidade. Qualquer lucro à data da operação diferido remanescente é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados quando a transação se tornar observável ou o Grupo realizar transações de compensação que eliminem significativamente o risco do instrumento. Nas raras circunstâncias em que exista perda à data da operação, esta seria reconhecida no início da transação na medida em que seja provável que se tenha incorrido numa perda e possa ser feita uma estimativa fiável do valor da perda.

Estimativas contabilísticas críticas: A direção tem de exercer um juízo de valor para determinar se existem dados inobserváveis significativos na técnica de avaliação. Depois de diferido, a decisão de reconhecer subsequentemente os lucros à data da operação requer uma apreciação cuidadosa dos factos e circunstâncias correntes nessa data, que suportam a observabilidade dos parâmetros e/ou a mitigação do risco.

Derivados e contabilidade de cobertura

Os derivados são utilizados para a gestão de exposições a riscos cambiais, de taxa de juro, de crédito e outros riscos de preço de mercado, incluindo exposições decorrentes de transações previstas. Todos os contratos autónomos que sejam considerados derivados para efeitos contabilísticos são escriturados ao justo

valor no balanço consolidado, independentemente de serem detidos para negociação ou para fins diferentes da negociação.

Os ganhos e perdas em derivados detidos para negociação são incluídos na rubrica "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados".

Derivados embutidos

Alguns contratos híbridos contêm uma componente derivada e uma componente não derivada. Nestes casos, a componente derivada é designada por derivado embutido, enquanto a componente não derivada representa o contrato de acolhimento (*host contract*). Quando as características económicas e os riscos dos derivados embutidos não estão estreitamente relacionados com os do contrato de acolhimento, e o próprio contrato híbrido não está escriturado ao seu justo valor através de resultados, o derivado embutido é separado e reportado ao justo valor, sendo os ganhos e perdas reconhecidos em resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados. O contrato de acolhimento continuará a ser contabilizado de acordo com a norma contabilística que lhe é apropriada. O valor escriturado de um derivado embutido é reportado na mesma rubrica do balanço consolidado do contrato de acolhimento. Alguns contratos híbridos são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor.

Contabilidade de cobertura

Para efeitos contabilísticos, existem três tipos possíveis de coberturas: 1) valor de ativos, passivos ou compromissos firmes não reconhecidos (coberturas ao justo valor); 2) coberturas da variabilidade de fluxos de caixa futuros de transações de previsão altamente provável e ativos e passivos de taxa variável (coberturas de fluxos de caixa); e 3) coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras da moeda funcional de operações estrangeiras para a moeda de apresentação da empresa-mãe (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras).

Quando se aplica a contabilidade de cobertura, o Grupo designa e documenta a relação entre o instrumento de cobertura e o elemento coberto, assim como o objetivo e a estratégia da gestão do risco para levar a efeito as transações de cobertura, e a natureza do risco coberto. Esta documentação inclui a descrição de como o Grupo avaliará a eficácia do instrumento de cobertura na compensação da exposição a variações de justo valor ou fluxos de caixa do elemento coberto atribuíveis ao risco coberto. A eficácia da cobertura é avaliada no seu início e ao longo da vida de cada relação de cobertura. A eficácia da cobertura é sempre avaliada, mesmo quando os termos do derivado e do elemento coberto coincidem.

Os derivados de cobertura são reportados como outros ativos e outros passivos. No caso da subsequente revogação da designação de um derivado numa relação de cobertura, o mesmo é transferido para a rubrica de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Relativamente às coberturas de variação de justo valor, as variações do justo valor do ativo, passivo ou compromisso firme não reconhecido coberto, ou de uma porção dos mesmos, atribuíveis ao risco coberto são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados, juntamente como as variações na totalidade do justo valor do derivado. Na cobertura do risco de taxa de juro, os juros acumulados ou pagos sobre o derivado e o elemento coberto são reportados em juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares, enquanto os resultados não realizados em ajustamentos de justo valor da contabilidade de cobertura são reportados em outros resultados. Na cobertura do risco cambial de títulos disponíveis para venda, os ajustamentos de justo valor relacionados com as exposições cambiais do título são igualmente registados em outros resultados. A parte ineficaz da cobertura é reportada em outros resultados e é avaliada como efeito líquido de variações no justo valor do instrumento de cobertura e variações no justo valor do elemento coberto decorrentes de alterações do preço ou taxa de mercado relativos ao risco coberto.

Se uma cobertura de justo valor de um instrumento de dívida for descontinuada antes da maturidade do instrumento porque o derivado expirou ou a designação da relação foi revogada, os remanescentes ajustamentos de justo valor relativos a taxas de juro feitos no valor escriturado do instrumento de dívida (ajustamentos

de base) são amortizados em gastos e rendimentos de juros durante o período remanescente da relação de cobertura original. Em relação a outros tipos de ajustamentos de justo valor, e no caso de um ativo ou passivo com cobertura de justo valor ser vendido ou de outro modo desreconhecido, os ajustamentos de base são incluídos no cálculo do ganho ou perda do desreconhecimento.

Relativamente às coberturas de variabilidade de fluxos de caixa futuros, não existe qualquer alteração à contabilização do elemento coberto e o derivado é escriturado ao justo valor, sendo as variações de valor reportadas inicialmente em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura. Estes montantes inicialmente registados em outro rendimento integral são subsequentemente reclassificados na demonstração consolidada dos resultados nos mesmos períodos em que a transação prevista afeta a demonstração consolidada dos resultados. Assim, nas coberturas do risco de taxa de juro, os montantes são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao mesmo tempo que os juros são acumulados na transação coberta.

A parte ineficaz da cobertura é registada em outros resultados e é medida como alterações no excesso (se existir) da variação cumulativa absoluta do justo valor do derivado de cobertura real, sobre a variação cumulativa absoluta do justo valor da cobertura hipoteticamente perfeita.

Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível ao risco de taxa de juro são descontinuadas, os montantes remanescentes em outro rendimento integral acumulado são amortizados em gastos e rendimentos de juros ao longo da vida remanescente da relação de cobertura original, a menos que deixe de haver probabilidades de ocorrência da transação coberta e, nesse caso, o montante será reclassificado imediatamente em outros resultados. Quando as coberturas de variabilidade de fluxos de caixa atribuível a outros riscos são descontinuadas, os respetivos montantes em outro rendimento integral acumulado são reclassificados sob o mesmo título e período da demonstração consolidada dos resultados como ganho ou perda da transação prevista ou em outros rendimentos quando já não se espera que a transação prevista ocorra.

No caso de coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de unidades operacionais estrangeiras em moeda funcional (coberturas de investimentos líquidos de unidades operacionais estrangeiras) para a moeda funcional da empresa-mãe, a parte da variação do justo valor do derivado decorrente de alterações das taxas de câmbio *spot* é registada como ajustamento de conversão cambial em outro rendimento integral no que corresponder à parte eficaz da cobertura; a parte remanescente é registada em outros resultados na demonstração consolidada dos resultados.

As variações de justo valor do instrumento de cobertura relacionadas com a parte eficaz da cobertura são subsequentemente reconhecidas em resultados com a alienação das operações estrangeiras.

Imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais

O Grupo começa por avaliar, numa base individual, se existem evidências objetivas de imparidade em cada crédito que seja individualmente significativo. Em seguida, avalia coletivamente os créditos que não são individualmente significativos e os créditos que são significativos, mas para os quais não foram identificadas evidências objetivas de imparidade durante a avaliação individual.

Para que a direção possa determinar se um evento de perda ocorreu numa base individual, todas as relações significativas com contrapartes são revistas periodicamente. Esta avaliação tem em conta informações atuais e eventos relacionados com a contraparte como, por exemplo, dificuldades financeiras significativas ou violação contratual da contraparte, incumprimento ou falta de pagamento de capital ou juros.

Se existirem evidências de imparidade conducentes a uma perda por imparidade numa relação individual de contraparte, o montante da perda corresponde à diferença entre o valor escriturado do(s) crédito(s), incluindo juros acumulados, e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original do crédito ou à taxa de juro efetiva estabelecida na reclassificação dos créditos, incluindo fluxos de caixa que possam resultar de execução hipotecária do colateral deduzidos de custos com a sua recuperação

e venda. A quantia escriturada dos créditos é reduzida através da utilização de uma conta de dedução e o montante da perda é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

A avaliação coletiva de imparidade serve para estabelecer um montante de dedução relativo a créditos que sejam individualmente significativos mas para os quais não existem evidências objetivas de imparidade, ou que não sejam individualmente significativos mas para os quais existe, a nível de toda a carteira, um montante de perda com probabilidades de ter ocorrido e que pode ser razoavelmente estimado. O montante da perda tem três componentes. A primeira componente é o montante dos riscos de transferência e conversão cambial em exposições de crédito em países onde existem grandes dúvidas sobre a capacidade das contrapartes cumprirem os termos de reembolso devido à situação económica ou política vigente no respetivo país de domicílio. Este montante é calculado utilizando as notações de risco de país e de risco de transferência, definidas e regularmente revistas para cada país onde o Grupo exerce atividade. A segunda componente é um montante de dedução representativo das perdas incorridas na carteira de créditos homogéneos de menor valor, que são créditos a pessoas singulares ou pequenas empresas do segmento de clientes particulares e de retalho. Os créditos são agrupados por características de risco de crédito semelhantes e a dedução para cada grupo é determinada através de modelos estatísticos baseados na experiência passada. A terceira componente representa uma estimativa de perdas incorridas inerentes do grupo de créditos que ainda não foram inicialmente identificados ou avaliados, fazendo parte dos créditos homogéneos de menor valor. Os empréstimos que foram considerados não estar em imparidade quando avaliados numa base individual são incluídos no âmbito desta componente da dedução.

Assim que um empréstimo é identificado como estando em imparidade, embora a acumulação de juros de acordo com os termos contratuais do instrumento seja interrompida, o acréscimo do valor presente líquido do montante abatido do empréstimo devido ao efeito da passagem do tempo é reconhecido como rendimento de juros com base na taxa de juro efetiva original do empréstimo.

À data de cada balanço, todos os empréstimos em imparidade são revistos tendo em conta alterações ao valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efetiva original do crédito. Qualquer alteração à perda por imparidade anteriormente reconhecida é reconhecida como uma alteração à conta de dedução e registada na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

Quando se considera que não existem perspetivas realistas de recuperação e a totalidade da garantia já foi realizada ou transferida para o Grupo, o crédito e qualquer provisão associada são abatidos (o crédito e a provisão relacionada são retirados do balanço). Os créditos individualmente significativos para os quais existam provisões de perdas de crédito específicas são avaliados, caso a caso, pelo menos trimestralmente. Nesta categoria de créditos, o número de dias de mora é um facto indicativo, mas não determinante, para o reconhecimento de perdas. O reconhecimento de perdas só terá lugar após consideração de todas as informações relevantes, tais como a ocorrência de uma alteração significativa na posição financeira do devedor que o impeça de cumprir as suas obrigações de pagamento, ou as receitas de uma garantia deixarem de ser suficientes para satisfazer por completo o atual valor escriturado do crédito.

No caso de créditos avaliados coletivamente, que são maioritariamente créditos hipotecários e de consumo, o momento do reconhecimento de perdas depende da existência de uma garantia subjacente e da estimativa do montante recuperável feita pelo Grupo. Nos créditos hipotecários, a parte do crédito que não está garantida por colateral é abatida quando o crédito hipotecário atinge os 840 dias de mora, no máximo. Em créditos de financiamento do consumo, qualquer parte do saldo que o Banco não espere recuperar é abatida aos 180 dias de mora no caso de valores a receber de cartões de crédito e 270 dias de mora no caso de outros empréstimos ao consumo.

As recuperações subsequentes, se existirem, são creditadas na conta de dedução e são registadas na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

O processo para determinar a provisão para posições extrapatrimoniais é semelhante à metodologia utilizada nos créditos. Os eventuais montantes de perda são reconhecidos como uma provisão no balanço consolidado em provisões e imputados na demonstração consolidada dos resultados como uma componente da provisão para perdas de crédito.

Se, num período posterior, o montante de uma perda por imparidade anteriormente reconhecida diminuir e a diminuição decorrer de um evento subsequente ao reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade é revertida reduzindo a conta de dedução em conformidade. Essa reversão é reconhecida em resultados.

Estimativas contabilísticas críticas: Os juízos de valor e estimativas contabilísticas que dizem respeito a imparidade de créditos e provisão para posições extrapatrimoniais constituem uma estimativa contabilística crítica, porque os pressupostos subjacentes utilizados nos testes de imparidade individuais e coletivos podem variar de período para período e podem afetar significativamente os resultados das operações do Grupo.

Os testes de avaliação de imparidade nos ativos requerem juízos de valor da parte da direção, especialmente em circunstâncias de incerteza económica e financeira, como as vividas na recente crise financeira, quando as movimentações e alterações dos fluxos de caixa esperados são mais rápidas e menos previsíveis. O montante real dos fluxos de caixa futuros e a sua calendarização podem diferir das estimativas utilizadas pela direção e, consequentemente, podem fazer com que as perdas reais difiram das deduções reportadas.

Para os créditos que são considerados individualmente significativos a determinação da dedução para imparidade necessária requer geralmente o exercício de um juízo de valor considerável no que respeita a matérias como as condições económicas locais, o desempenho financeiro da contraparte e o valor de qualquer garantia detida, para a qual pode não existir um mercado imediatamente acessível.

A determinação da dedução para carteiras de empréstimos de empréstimos homogéneos de menor saldo e para aqueles empréstimos que são individualmente significativos mas para os quais não existe nenhuma evidência objetiva de imparidade é calculada utilizando modelos estatísticos. Esses modelos estatísticos incorporam numerosas estimativas e juízos de valor. O Grupo efetua uma revisão periódica dos modelos e dos dados e pressupostos subjacentes. A probabilidade de incumprimentos, as taxas de recuperação das perdas e juízos de valor a respeito da capacidade dos devedores de países estrangeiros transferirem as divisas necessárias ao cumprimento dos pagamentos da dívida, entre outros, são incorporados nesta revisão.

As divulgações quantitativas podem ser consultadas na Nota 19, “Créditos” e na Nota 20, “Provisão para perdas de crédito”.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro é desreconhecido quando expiram os direitos contratuais à receção dos fluxos de caixa desse ativo financeiro, ou o Grupo tenha transferido o direito contratual a receber fluxos de caixa desse ativo, ou tenha assumido uma obrigação de pagar aqueles fluxos de caixa a um ou mais beneficiários, sob reserva de alguns critérios.

O Grupo desreconhece um ativo financeiro transferido caso este transfira substancialmente todos os riscos e benefícios da sua detenção.

O Grupo participa em transações nas quais transfere ativos financeiros previamente reconhecidos mas em que retém substancialmente todos os riscos associados e benefícios desses ativos; por exemplo, uma venda a terceiros em que o Grupo realiza um *swap* de retorno total concomitante com a mesma contraparte. As transações deste tipo são contabilizadas como transações de financiamento garantido.

Nas transações em que não são retidos nem transferidos substancialmente todos os riscos e benefícios associados à detenção de um ativo financeiro, o Grupo desreconhece o ativo transferido se não retiver o controlo

sobre o ativo, ou seja, se o beneficiário tiver a capacidade prática de vender o ativo transferido. Os direitos e obrigações retidos na transferência são reconhecidos separadamente como ativos e passivos, consoante o caso. Se retiver o controlo sobre o ativo, o Grupo continua a reconhecer o ativo na medida do seu envolvimento continuado, determinado pela extensão da exposição que mantém a alterações do valor do ativo transferido.

Os critérios de desreconhecimento são igualmente aplicados à transferência de parte de um ativo, em vez da totalidade do ativo, ou a um grupo de ativos financeiros semelhantes na sua totalidade, quando aplicável. Na transferência de parte de um ativo, essa parte tem de ser um fluxo de caixa especificamente identificado, uma quota totalmente proporcional do ativo ou uma quota totalmente proporcional de um fluxo de caixa especificamente identificado.

Se um ativo financeiro existente é substituído por outro ativo da mesma contraparte em termos substancialmente diferentes, ou se os termos do ativo financeiro são substancialmente alterados (devido às medidas de tolerância ou não), o ativo financeiro existente é desreconhecido e um novo ativo é reconhecido. As eventuais diferenças entre os respetivos valores escriturados são reconhecidas na demonstração consolidada dos resultados.

Titularização

O Grupo titulariza vários ativos financeiros dos segmentos de consumo e comercial, o que é feito através da transferência destes ativos para uma entidade estruturada que emite títulos para investidores para financiar a aquisição de ativos. Os ativos financeiros que aguardam a titularização são classificados e avaliados conforme apropriado e nos termos das políticas previstas na rubrica “Ativos e passivos financeiros”. Os ativos transferidos podem ser objeto de desreconhecimento na totalidade ou em parte, nos termos da política de desreconhecimento de ativos financeiros. As estruturas de titularização sintéticas envolvem normalmente instrumentos financeiros derivados aos quais se aplicariam as políticas da secção “Derivados e contabilidade de cobertura”. As transferências que não se qualificam para desreconhecimento podem ser reportadas como financiamento garantido ou resultar no reconhecimento de responsabilidades de envolvimento continuado. Os investidores e os veículos de titularização não têm, geralmente, direito de apropriação de outros ativos do Grupo em caso de incumprimento dos emitentes dos ativos financeiros das obrigações que lhes incumbem ao abrigo dos termos originais daqueles ativos.

Os interesses nos ativos financeiros titularizados podem ser retidos sob a forma de tranches seniores ou subordinadas, *strips* só de juros ou outros interesses residuais (designados coletivamente por “interesses retidos”). Desde que os interesses retidos do Grupo não resultem em consolidação de uma entidade estruturada, nem em reconhecimento continuado dos ativos transferidos, estes interesses são habitualmente registados em ativos financeiros ao justo valor através de resultados e escriturados ao justo valor. Em consonância com a avaliação de instrumentos financeiros semelhantes, o justo valor de tranches retidas ou dos ativos financeiros é inicial e subsequentemente determinado utilizando cotações de mercado sempre que disponíveis ou modelos de preços internos que utilizam variáveis como curvas de rendimento, velocidades dos pré-pagamentos, taxas de incumprimento, severidade da perda, volatilidades de taxas de juro e *spreads*. Os pressupostos utilizados na formação de preços baseiam-se em transações observáveis de títulos semelhantes e são verificados por fontes de preços externas, sempre que disponíveis. Quando as transações observáveis de títulos semelhantes e outras fontes de preços externas não estão disponíveis, a direção tem de utilizar juízos de valor para determinar o justo valor. O Grupo pode também deter periodicamente interesses em ativos financeiros titularizados e registá-los ao custo amortizado.

Em situações em que o Grupo possua uma obrigação presente (legal ou implícita) de prestar apoio financeiro a uma titularização não consolidada de uma entidade, será criada uma provisão se a obrigação puder ser avaliada de forma fiável e for provável uma saída de recursos económicos necessários à sua liquidação.

Quando um ativo é desreconhecido, é registado um lucro ou uma perda igual ao diferencial entre a contrapartida recebida e o valor escriturado do ativo transferido. Quando parte de um ativo é desreconhecida, os lucros

ou perdas da titularização dependem, em parte, do valor escriturado dos ativos financeiros transferidos, repartidos pelos ativos financeiros desreconhecidos e os interesses retidos com base nos seus justos valores relativos na data da transferência.

Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação subjacente ao passivo for satisfeita, cancelada ou expirar. Se um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo credor com termos substancialmente diferentes, ou se os termos do passivo existente forem substancialmente modificados, essa troca ou modificação é tratada como um desreconhecimento do passivo original e reconhecimento do novo passivo, sendo a diferença nos respetivos valores escriturados reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Acordos de recompra e de recompra inversos

Os títulos comprados com acordos de revenda (“acordos de recompra inversos”) e os títulos vendidos com "acordos de recompra" são tratados como financiamentos colateralizados e são reconhecidos inicialmente ao justo valor, o que corresponde à quantia desembolsada e recebida, respetivamente. A parte que desembolsa a quantia toma posse dos títulos que servem como garantia do financiamento e têm um valor de mercado igual ou superior ao montante de capital emprestado. Os títulos recebidos em acordos de recompra inversos e os títulos entregues em acordos de recompra não são reconhecidos nem desreconhecidos no balanço, a menos que os riscos e os benefícios da sua detenção sejam obtidos ou cedidos. Os títulos entregues em acordos de recompra que não são desreconhecidos no balanço e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos como tal na face do balanço consolidado.

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas carteiras de acordos de recompra e acordos de recompra inversos que são geridas com base no justo valor.

Os juros ganhos sobre acordos de recompra inversos e os juros incorridos em acordos de recompra são reportados, respetivamente, nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares".

Títulos cedidos por empréstimo e títulos obtidos por empréstimo

As transações de títulos obtidos por empréstimo requerem geralmente que o Grupo deposite uma quantia em dinheiro junto do credor dos títulos. Numa transação de títulos cedidos por empréstimo, o Grupo geralmente recebe títulos ou uma garantia em dinheiro num montante igual ou superior ao valor de mercado dos títulos cedidos. O Grupo monitoriza o justo valor dos títulos obtidos e cedidos por empréstimo e, se necessário, é desembolsada ou obtida uma garantia adicional.

O montante em dinheiro adiantado ou recebido é registado, respetivamente, nas rubricas "Títulos obtidos por empréstimo" e "Títulos cedidos por empréstimo" do balanço consolidado.

Os títulos obtidos por empréstimo não são, em si mesmos, reconhecidos nas demonstrações financeiras. Se forem vendidos a terceiros, a obrigação de devolver os títulos é registada como passivo financeiro ao justo valor através de resultados e os eventuais ganhos e perdas subsequentes são incluídos na demonstração consolidada de resultados em "Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados". Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes são igualmente retidos no balanço consolidado.

As comissões recebidas ou pagas são reportadas nas rubricas "Juros e rendimentos similares" e "Juros e encargos similares", respetivamente. Os títulos cedidos por empréstimo a contrapartes que não são desreconhecidos no balanço consolidado e em que a contraparte tem o direito contratual ou consuetudinário de vender ou repenhorar a garantia são descritos como tal na face do balanço consolidado.

Goodwill e outros ativos intangíveis

O *goodwill*, resultante da aquisição de subsidiárias e associadas, representa a diferença entre o custo total da aquisição, incluindo quaisquer participações minoritárias na empresa adquirida, e o justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos à data da aquisição.

Para efeitos de cálculo do *goodwill*, os justos valores dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos são determinados por referência aos valores de mercado ou descontando os fluxos de caixa futuros esperados ao valor presente. Este desconto é efetuado utilizando taxas de mercado ou utilizando taxas sem risco e fluxos de caixa futuros esperados ajustados ao risco. Qualquer participação minoritária na empresa adquirida é avaliado ao justo valor ou pela quota proporcional da participação minoritária nos ativos líquidos identificáveis da empresa adquirida (a determinar para cada concentração de atividades empresariais).

O *goodwill* na aquisição de subsidiárias é capitalizado e revisto através de um teste de imparidade anualmente, ou mais frequentemente se existirem indícios de imparidade. Para efeitos do teste de imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradoras de caixa que são os grupos identificáveis mais pequenos de ativos que geram entradas de caixa largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos ou grupo de ativos, e que se espera que beneficiem das sinergias da concentração, considerando o nível de atividade a que o *goodwill* é monitorizado para fins de gestão interna. Para identificar se os fluxos de caixa de um ativo (ou grupo de ativos) são largamente independentes das entradas de caixa de outros ativos (ou grupos de ativos) são tidos em conta vários fatores, incluindo o modo como a direção monitoriza as operações da entidade e toma decisões sobre a continuidade ou alienação dos ativos e operações da entidade.

Se o *goodwill* for afetado a uma unidade geradora de caixa e se for alienada uma operação dentro daquela unidade, o *goodwill* atribuível é incluído no valor escriturado da operação quando se determinar o ganho ou perda na alienação.

Determinados investimentos não integrados não são atribuídos a uma unidade geradora de caixa. O teste de imparidade é realizado separadamente para cada um destes ativos.

Os ativos intangíveis são reconhecidos separadamente do *goodwill* sempre que sejam separáveis ou decorram de direitos contratuais ou outros direitos legais e o seu justo valor possa ser avaliado com fiabilidade. Os ativos intangíveis que têm uma vida útil finita são expressos ao custo deduzido de qualquer amortização acumulada e perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis relacionados com clientes, que têm uma vida útil finita, são amortizados ao longo de períodos que variam entre 1 e 25 anos numa base linear baseada na sua vida útil esperada. Os direitos de serviço de hipotecas são escriturados ao custo e amortizados proporcionalmente às, e durante o período estimado das, receitas líquidas do serviço. Os ativos são objeto de um teste de imparidade e as respetivas vidas úteis reconfirmadas pelo menos anualmente.

Determinados ativos intangíveis têm uma vida útil indefinida e, por isso, não são amortizados, mas são objeto de um teste de imparidade pelo menos anualmente, ou mais frequentemente se acontecimentos ou alterações de circunstâncias indiciarem a existência de imparidade.

Os custos relacionados com *software* desenvolvido ou obtido para uso interno são capitalizados se houver probabilidades de que este venha a gerar benefícios económicos futuros para o Grupo e se o custo puder ser medido com fiabilidade. Os custos capitalizados são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil do ativo, que pode ser de três, cinco ou dez anos. Os encargos elegíveis incluem custos diretos externos para materiais e serviços, bem como salários e encargos relacionados com salários a funcionários diretamente associados a um projeto de *software* de uso interno. As despesas gerais e os custos incorridos durante a fase de investigação ou depois do *software* estar pronto a utilizar são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos de *software* capitalizados são objeto de um teste de imparidade anualmente durante a fase de desenvolvimento, ou quando existirem indícios de imparidade depois do software estar em uso.

Estimativas contabilísticas críticas: A determinação do valor recuperável na avaliação da imparidade de ativos não financeiros requer o uso de estimativas baseadas nos preços de mercado cotados, preços de negócios comparáveis, valor presente ou outras técnicas de avaliação, ou uma combinação destes, implicando pressupostos e juízos de valor subjetivos da parte da direção. Porque estes pressupostos e estimativas poderiam resultar em diferenças significativas nos valores reportados se as circunstâncias subjacentes se alterassem, o Grupo considera esta estimativa crítica.

A Nota 25, "*Goodwill* e outros ativos intangíveis" contém as divulgações quantitativas.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, em resultado de acontecimentos passados, quando seja provável que a liquidação da obrigação obrigue a uma saída de recursos e quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

O montante reconhecido como provisão é a melhor estimativa da contrapartida requerida para liquidar a obrigação presente à data do balanço, tendo em conta os riscos e incertezas associados à obrigação.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas e medidas ao valor presente dos gastos esperados com a liquidação da obrigação, utilizando uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações de mercado correntes do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido ao efeito da passagem do tempo é reconhecido como "Juros e encargos similares".

Quando se espera recuperar de terceiros alguns ou todos os benefícios económicos requeridos para liquidar uma provisão (por exemplo, quando a obrigação está coberta por uma apólice de seguro), é reconhecido um ativo se for praticamente certo que o reembolso será recebido.

Estimativas contabilísticas críticas: A utilização de estimativas é importante na determinação de provisões para perdas potenciais que podem decorrer de litígios, processos regulamentares e posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento. O Grupo estima e provisiona perdas potenciais que podem decorrer de litígios, processos regulamentares e posições incertas em matéria de impostos sobre o rendimento na medida em que essas perdas sejam prováveis e possam ser estimadas, de acordo com a IAS 37, "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes" ou a IAS 12, "Impostos sobre o rendimento", respetivamente. Estas estimativas requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente.

As contingências referentes a matérias legais estão sujeitas a muitas incertezas e não é possível prever com segurança o desfecho de processos individuais. A avaliação de probabilidades e as estimativas relativas a contingências requerem juízos de valor significativos e a responsabilidade final do Grupo pode, em última análise, ser substancialmente diferente. A responsabilidade final do Grupo com litígios, arbitragem e processos regulamentares é determinada caso a caso e representa uma estimativa de perdas prováveis após ponderação, entre outros fatores, do progresso de cada caso, da experiência do Grupo e da experiência de outros em casos semelhantes, bem como dos pareceres e opiniões de advogados. Prever o desfecho de matérias de litígio do Grupo é, por natureza, difícil, especialmente em casos em que os requerentes pretendem obter indemnizações substanciais ou indeterminadas. A Nota 29, "Provisões" contém mais informações sobre os processos judiciais, regulamentares e de arbitragem do Grupo.

Impostos sobre o rendimento

O Grupo reconhece as consequências fiscais correntes e diferidas das transações que foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas, utilizando as disposições da legislação fiscal das respetivas jurisdições. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos em outro rendimento integral ou diretamente no capital próprio, caso o imposto se refira a itens que são reconhecidos em outro rendimento integral ou diretamente no capital próprio.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são reconhecidos tendo em conta as consequências fiscais futuras atribuíveis a diferenças temporárias entre os valores escriturados dos ativos e passivos existentes e as respetivas bases fiscais, perdas fiscais não utilizadas e créditos fiscais não utilizados. Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que estejam disponíveis lucros tributáveis suficientes capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são medidos com base nas taxas fiscais que se espera que sejam de aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado, com base nas taxas fiscais e leis fiscais que estejam aprovadas ou substantivamente aprovadas à data do balanço.

Os ativos e passivos por impostos correntes são compensados quando: 1) surgem da mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis; 2) o direito legalmente executável de compensar existe; e 3) se destinam a ser liquidados ou realizados simultaneamente.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são compensados quando existe o direito legalmente executável de compensar ativos e passivos por impostos correntes e os ativos e passivos por impostos diferidos estão relacionados com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou grupo de entidades tributáveis.

Os passivos por impostos diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias tributáveis decorrentes de investimentos em subsidiárias, sucursais e associadas e interesses em empreendimentos comuns, exceto quando o momento da inversão da diferença temporária é controlado pelo Grupo e seja provável que a diferença não se reverta no futuro previsível. Os ativos por impostos sobre o rendimento diferidos são fornecidos sobre diferenças temporárias dedutíveis decorrentes desses investimentos apenas na medida em que seja provável que as diferenças se inverterão no futuro previsível e que haverá suficiente rendimento tributável disponível contra o qual essas diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos relacionados com a reavaliação do justo valor de investimentos detidos para venda coberturas de fluxos de caixa e outras rubricas, que são debitados ou creditados diretamente em outro rendimento integral, são igualmente debitados ou creditados diretamente em outro rendimento integral e subsequentemente reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados assim que a transação ou evento subjacente relacionada com o imposto diferido for reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

Em transações com pagamento baseado em ações, o Grupo pode receber uma dedução fiscal relacionada com a remuneração paga em ações. O montante dedutível para efeitos fiscais pode diferir do custo de remuneração cumulativo registado. Em qualquer data de reporte, o Grupo tem de estimar a dedução fiscal futura esperada com base na cotação corrente da ação. As consequências fiscais correntes e diferidas associadas são reconhecidas como ganho ou gasto na demonstração consolidada dos resultados para o período. Se o montante dedutível, ou que se espera que seja dedutível, para efeitos fiscais exceder o custo de remuneração cumulativo, o benefício fiscal excedente é reconhecido diretamente em capital próprio.

A atividade de seguros do Grupo no Reino Unido (Abbey Life Assurance Company Limited) está sujeita a impostos sobre o rendimento aplicáveis aos retornos de investimento dos tomadores de seguros (imposto sobre os tomadores de seguros). Este imposto é incluído nos gastos/benefícios de impostos sobre o rendimento do Grupo ainda que economicamente se trate de benefícios/despesa de impostos sobre o rendimento do tomador do seguro, o que reduz/aumenta a responsabilidade do Grupo para com o tomador do seguro.

Estimativas contabilísticas críticas: Para determinar o valor dos ativos por impostos diferidos, o Grupo utiliza dados históricos sobre capacidade fiscal e rendibilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos transitados elegíveis, oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes. Em cada trimestre, o Grupo reavalia a sua estimativa relativa aos ativos por impostos diferidos, incluindo os seus pressupostos sobre a futura rendibilidade.

O Grupo crê que a estimativa contabilística relativa aos ativos por impostos diferidos é uma estimativa contabilística crítica porque os pressupostos subjacentes podem variar de período para período e requerem juízos de valor da direção significativos. Por exemplo, as alterações às leis fiscais ou as variações no futuro desempenho operacional projetado poderiam resultar numa alteração dos ativos por impostos diferidos. Se o Grupo não fosse capaz de realizar parte ou a totalidade dos ativos líquidos por impostos diferidos no futuro, seria debitado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada. Se o Grupo fosse reconhecer, no futuro, ativos por impostos diferidos anteriormente não reconhecidos, seria creditado um ajustamento dos ativos por impostos diferidos a despesa de imposto sobre o rendimento ou diretamente ao capital próprio no período em que essa determinação fosse efetuada.

A Nota 36, “Impostos sobre o rendimento” contém mais informações sobre os impostos diferidos do Grupo (incluindo divulgações quantitativas relativas a ativos por impostos diferidos reconhecidos).

Concentrações de atividades empresariais e participações minoritárias

O Grupo utiliza o método da aquisição para contabilizar as concentrações de atividades empresariais. À data em que o Grupo obtém o controlo da subsidiária, o custo de uma aquisição é medido ao justo valor da contrapartida dada, incluindo contrapartidas monetárias ou não monetárias (instrumentos de capital) transferidas, contrapartida de contingência, participações de capital anteriormente detidas na empresa adquirida e passivos incorridos ou assumidos. A diferença entre o custo agregado de uma aquisição incluindo qualquer participação minoritária na empresa adquirida, e a quota-parte do Grupo no justo valor dos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill.* Se o custo agregado da aquisição incluindo participações minoritárias for inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificáveis (*goodwill* negativo) será reportado um ganho em outros resultados. Os custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como despesas no período em que estas são incorridas.

Em concentrações de atividades empresariais realizadas por etapas (*step acquisitions*), uma participação acionista anteriormente detida na empresa adquirida é reavaliada ao seu justo valor à data de aquisição e os ganhos ou perdas resultantes, se existirem, são reconhecidos em resultados. Os montantes reconhecidos em períodos anteriores em outro rendimento integral associados com o investimento anteriormente realizado seriam reconhecidos na mesma base que seria necessária caso o Grupo tivesse diretamente alienado a participação de capital anteriormente detida.

As participações minoritárias são apresentadas no balanço consolidado como uma componente separada do capital próprio, o que é diferente do capital próprio dos acionistas do Grupo. O resultado líquido atribuível a participações minoritárias é divulgado separadamente na face da demonstração consolidada dos resultados. As alterações às participações detidas em subsidiárias que não resultem numa alteração de controlo são tratadas como transações entre detentores de capital e são registadas em capital realizado adicional (*additional paid-in capital* – APIC).

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda quando estão disponíveis para venda imediata no seu estado atual, apenas sob reserva das habituais condições de venda desses ativos (e grupos para alienação), e a sua venda é considerada altamente provável. Para que uma venda seja considerada altamente provável, a direção tem de estar empenhada num plano de venda e na procura ativa de um comprador. Além disso, os ativos (e grupos para alienação) têm de ser ativamente publicitados a um preço de venda razoável relativamente ao seu justo valor corrente, havendo a expectativa da venda ser concretizada no prazo de um ano. Os ativos não financeiros não correntes (e grupos para alienação) que cumprem os critérios da classificação como detidos para venda são medidos ao menor de entre o valor escriturado e o justo valor deduzido dos custos de venda e são registados nas rubricas "Outros ativos" e "Outros passivos" do balanço. Os valores comparáveis não são reexpressos quando os ativos não correntes (e grupos para alienação) são classificados como detidos para venda. Se o grupo para alienação incluir instrumentos financeiros, não é permitido qualquer ajustamento aos seus valores escriturados.

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis incluem propriedades de uso próprio, beneficiações em propriedades arrendadas, mobiliário e equipamento, bem como *software* (só sistemas operativos). As propriedades de uso próprio são escrituradas ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por imparidade acumuladas. A depreciação é geralmente reconhecida pelo método linear (de quotas constantes) durante as vidas úteis estimadas dos ativos. O intervalo de vida útil estimada é 25 a 50 anos para imóveis e 3 a 10 anos para mobiliário e equipamentos (incluindo beneficiações iniciais em imóveis adquiridos). As beneficiações em propriedades arrendadas são capitalizadas e subsequentemente depreciadas segundo o método linear durante o período da locação ou a vida útil estimada da beneficiação (que geralmente varia entre 3 a 10 anos), o que for mais curto. A depreciação dos ativos fixos tangíveis é registada em despesas gerais e administrativas. As manutenções e reparações são igualmente imputadas às despesas gerais e administrativas. Os resultados de alienações são incluídos em outros resultados.

O teste de imparidade dos ativos fixos tangíveis é realizado em cada data de balanço trimestral e as imparidades são registadas sempre que o valor recuperável, que corresponde ao maior de entre o valor de uso e o justo valor deduzido dos custos de venda, seja inferior ao valor escriturado. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros que se espera derivem do ativo. Após o reconhecimento da imparidade do ativo, a depreciação é ajustada em períodos futuros de modo a refletir o valor escriturado revisto do ativo. Se posteriormente a imparidade for revertida, a depreciação é ajustada prospetivamente.

As propriedades locadas por locação financeira são capitalizadas como ativos em ativos fixos tangíveis e depreciadas ao longo do período da locação.

Garantias financeiras

Os contratos de garantias financeiras são contratos que requerem que o seu emitente efetue determinados pagamentos com vista a reembolsar o detentor por perdas incorridas decorrentes de incumprimentos dos termos contratuais de instrumentos de dívida, nomeadamente os pagamentos devidos pelo devedor.

O Grupo optou por aplicar a opção do justo valor a certas garantias financeiras emitidas, que são geridas com base no justo valor. As garantias financeiras que o Grupo não designou ao justo valor são reconhecidas inicialmente nas demonstrações financeiras ao justo valor à data em que a garantia é dada. Após o reconhecimento inicial, as responsabilidades do Grupo no âmbito dessas garantias são medidas pelo maior de entre o valor inicialmente reconhecido deduzido da amortização acumulada e a melhor estimativa dos gastos necessários para liquidar qualquer obrigação financeira à data do balanço. Estas estimativas são determinadas com base na experiência com transações semelhantes e no histórico de perdas anteriores, bem como no cálculo da melhor estimativa feito pela direção.

Qualquer aumento da responsabilidade associada a garantias é registado na demonstração consolidada dos resultados em "Provisão para perdas de crédito".

Transações de locação

O Grupo celebra contratos de locação, predominantemente de instalações, na qualidade de locatário. Os termos e condições destes contratos são avaliados e as operações de locação são classificadas como locações operacionais ou locações financeiras em função da sua substância económica no início da locação.

Os ativos detidos em locações financeiras são inicialmente reconhecidos no balanço consolidado por um valor igual ao justo valor da propriedade locada ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos da locação. O correspondente passivo para o locador é incluído no balanço consolidado como uma obrigação de locação financeira. A taxa de desconto utilizada no cálculo do valor presente dos pagamentos mínimos de locação é a taxa de juro implícita na locação, se a sua determinação for viável, ou a taxa de empréstimo incremental. As rendas contingentes são reconhecidas como custos nos períodos em que ocorrem.

As rendas a pagar em locações operacionais são reconhecidas como custos numa base linear ao longo do período da locação, que tem início quando o locatário passa a controlar a utilização física da propriedade. Os incentivos à locação são tratados como uma redução do custo das rendas e são igualmente reconhecidos ao longo do período da locação numa base linear. As rendas contingentes decorrentes de locações operacionais são reconhecidas como custos no período em que ocorrem.

Benefícios dos empregados

Benefícios de pensão

No Grupo, existem diversos planos de pensões. Além dos planos de contribuição definida, há os planos de benefícios de reforma designados como planos de benefícios de reforma. Os ativos de todos os planos de contribuição definida do Grupo são detidos em fundos administrados de forma independente. As contribuições são, geralmente, determinadas como uma percentagem do salário e são imputadas com base nos serviços do colaborador prestados, geralmente no ano da contribuição.

Todos os planos de benefícios de reforma contabilizados como planos de benefício definido são valorizados através do método da Unidade de Crédito Projetada para determinar o valor presente da obrigação com benefícios definidos e os custos de serviço relacionados. Através deste método, a determinação é baseada em cálculos atuariais que incluem pressupostos demográficos, de aumentos salariais e de taxas de juro e de inflação. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio no período em que ocorrem. A maioria dos planos de benefícios do Grupo tem fundos constituídos.

Outros benefícios pós-emprego

Adicionalmente, o Grupo mantém planos de saúde pós-emprego de regime contributivo sem fundo constituído para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, localizados sobretudo nos Estados Unidos. Estes planos pagam percentagens fixas de despesas médicas e dentárias elegíveis dos reformados depois de se atingir uma determinada franquia. O Grupo financia estes planos por caixa quando os benefícios vencem. Análogos a planos de benefícios de reforma, estes planos são valorizados através do método de unidade de crédito projetada. Os resultados atuariais são reconhecidos integralmente no período em que estes ocorrem em outro rendimento integral e apresentados no capital próprio.

A Nota 35, “Benefícios dos empregados” contém mais informações sobre a contabilização de pensões e outros benefícios pós-emprego.

Benefícios por cessação do vínculo laboral

Os benefícios por cessação do vínculo laboral decorrem quando o Grupo põe termo ao contrato de trabalho antes da data normal de reforma, ou quando um colaborador aceita o despedimento voluntário em troca destes benefícios. O Grupo reconhece os benefícios por cessação do vínculo laboral como um passivo e um custo se o Grupo estiver comprovadamente comprometido por um plano formal detalhado sem possibilidade realista de revogação. No caso de uma proposta para incentivar o despedimento voluntário, os benefícios por cessação do vínculo laboral são medidos com base no número de colaboradores que se espera que aceitem a proposta. Os benefícios que vençam mais de doze meses após o fim do exercício são descontados ao valor presente. A taxa de desconto é determinada por referência a taxas de rendibilidade (*yields*) do mercado de obrigações de empresas de elevada qualidade.

Remuneração com base em ações

Os custos de remuneração com prémios classificados como instrumentos de capital são avaliados à data da atribuição com base no justo valor do prémio baseado em ações. Para prémios de atribuição de ações, o justo valor é a cotação de mercado da ação deduzida do valor presente dos dividendos esperados que não serão recebidos pelo colaborador e ajustada ao efeito, se existir, de restrições para além da data de aquisição dos direitos. No caso de um prémio ser modificado de tal forma que o seu justo valor imediatamente após a modi-

ficação é superior ao seu justo valor imediatamente antes da modificação, é efetuada uma nova medição e o resultante aumento do justo valor é reconhecido como custo de remuneração complementar.

O Grupo regista o valor de compensação do custo de remuneração reconhecido em capital realizado adicional. Os custos de remuneração são registados numa base linear ao longo do período em que os funcionários executam os serviços a que se referem os prémios ou durante ao longo do período das tranches por esses prémios entregues em tranches. As estimativas de caducidades esperadas são periodicamente ajustadas, seja por ocorrência de caducidades, seja por alterações nas expectativas. O momento do reconhecimento do custo relativamente a atribuições que, devido a disposições de reforma antecipada, incluem um período de serviço nominal mas não substantivo é acelerado abreviando o período de amortização do custo da data de atribuição para a data em que o colaborador preenche os critérios de elegibilidade para o prémio, em vez da data de aquisição dos direitos. Relativamente aos prémios que são entregues por tranches, cada tranche é considerada um prémio separado e amortizada separadamente.

O custo de remuneração dos prémios baseados em ações pagos em dinheiro é reavaliado ao justo valor à data de cada balanço e reconhecido ao longo do período de aquisição de direitos em que os serviços do colaborador são prestados. As obrigações conexas são incluídas em outros passivos até ao seu pagamento.

Obrigações de compra de ações ordinárias

As compras a prazo de ações do Deutsche Bank, e as opções de venda vendidas em que as ações do Deutsche Bank são o subjacente, são reportadas como obrigações de compra de ações ordinárias se for fixado um número de ações e se for requerida a liquidação física por uma quantia fixa em dinheiro. No início, a obrigação é registada pelo valor presente do montante de liquidação do contrato a prazo ou opção. As compras a prazo e opções de venda vendidas de ações Deutsche Bank são imputadas ao capital próprio dos acionistas e reportadas como capital classificado como obrigação de comprar ações ordinárias.

Os passivos são contabilizados segundo o princípio de especialização de exercícios e os custos com juros, que consistem no valor temporal do dinheiro e dividendos, sobre o passivo são reportados como "Juros e encargos similares". Na liquidação dessas compras a prazo e opções de venda vendidas, a responsabilidade extingue-se e a imputação em capital é reclassificada para ações ordinárias em tesouraria.

As ações ordinárias do Deutsche Bank sujeitas a esses contratos a prazo não são consideradas como estando em circulação para efeitos de cálculo dos resultados por ação básicos, mas são-no para efeitos de cálculo dos resultados por ação diluídos na medida em que têm, de facto, um efeito diluidor.

Os contratos de opções e a prazo sobre ações do Deutsche Bank são classificados como capital próprio caso o número de ações seja fixo e a liquidação física seja requerida. Todos os restantes contratos em que as ações Deutsche Bank são o subjacente são registados como ativos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes do Grupo englobam investimentos de elevada liquidez que são imediatamente convertíveis em numerário e que estão sujeitos a um risco insignificante de variação de valor. Esses investimentos incluem numerário e disponibilidades em bancos centrais e depósitos à ordem em bancos.

A atribuição de fluxos de caixa do Grupo às categorias operacional, de investimento ou de financiamento depende do modelo de negócio (“abordagem de gestão”). Para o Grupo, a principal atividade operacional é gerir ativos financeiros e passivos financeiros. Por conseguinte, a emissão e gestão dos pedidos de financiamento a longo prazo é uma atividade operacional nuclear, ao contrário duma sociedade não financeira, em que os empréstimos contraídos não são uma atividade geradora de receitas principal e, por isso, fazem parte da categoria de atividades de financiamento.

O Grupo considera a emissão de dívida sénior a longo prazo uma atividade operacional. A dívida sénior a longo prazo engloba obrigações estruturadas e títulos garantidos por ativos, que são constituídos e executados pelas linhas de negócio CB&S e que constituem atividades geradoras de receitas. A outra componente é dívida emitida pela tesouraria, que é considerada substituível por outras fontes de financiamento; todos os custos de financiamento são afetados às atividades de negócio para efeitos de cálculo da respetiva rendibilidade.

Os fluxos de caixa relacionados com dívida subordinada a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais são considerados de maneira diferente dos que estão relacionados com dívida sénior a longo prazo, porque são geridos como parte integrante do capital do Grupo, sobretudo para cumprir os requisitos de capital regulamentar. Consequentemente, não podem ser substituídos por outros passivos operacionais, mas podem ser substituídos por capital e, assim, ser considerados parte da categoria de financiamento.

Os montantes apresentados na demonstração consolidada dos fluxos de caixa não correspondem exatamente aos movimentos do balanço consolidado de um exercício para o outro, porque estão excluídos itens não monetários como os movimentos de conversão cambial e os movimentos de alterações no grupo de sociedades consolidadas.

Os movimentos em saldos escriturados ao justo valor através de resultados representam todas as alterações que afetam o valor escriturado. Isto inclui os efeitos dos movimentos de mercado e entradas e saídas de caixa. Os movimentos nos saldos escriturados ao justo valor são geralmente apresentados em fluxos de caixa operacionais.

Seguros

A atividade de seguros do Grupo emite dois tipos de contratos:

Contratos de seguro – São contratos de anuidade ou renda vitalícia e de seguro de vida universal ao abrigo dos quais o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte (o tomador do seguro), concordando em compensar o tomador do seguro no caso de um acontecimento futuro incerto o afetar adversamente. Esses contratos mantêm-se como contratos de seguro até todos os direitos e obrigações se extinguirem ou expirarem. Conforme permitido pelas IFRS, o Grupo manteve as políticas contabilísticas de contratos de seguro que aplicava antes da adoção das IFRS (ou GAAP nos Estados Unidos). Estas políticas contabilísticas são descritas mais à frente.

Contratos de investimento não participativos ("contratos de investimento") – Estes contratos não contêm características significativas de risco de seguro ou participação discricionária. São medidos e reportados em consonância com outros passivos financeiros, que são classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os ativos financeiros detidos para garantir contratos de renda vitalícia são classificados como instrumentos financeiros detidos para venda. Os ativos financeiros detidos para outros contratos de seguro e de investimento são designados ao justo valor através de resultados utilizando a opção de justo valor.

Contratos de seguro

Os prémios de produtos de prémio único são reconhecidos como rendimento quando recebidos. Esse momento corresponde à data a partir da qual a apólice entra em vigor. No caso de contratos de prémios periódicos, os valores a receber são reconhecidos à data em que os pagamentos são devidos. Os prémios são apresentados antes da dedução de comissões. Quando as apólices são anuladas por não recebimento dos prémios, todos os rendimentos relacionados com prémios acumulados mas não recebidos a partir da data em que são considerados como anulados, líquidos de custos relacionados, são compensados contra os prémios.

Os sinistros são registados como custo à data em que são incorridos, e refletem o custo de todos os sinistros reclamados durante o ano, incluindo participações nos resultados dos tomadores de seguros afetadas em antecipação de uma declaração de participação.

As reservas de apólices agregadas para contratos de seguro de vida universal são iguais ao saldo da conta, que representa os prémios recebidos e retornos de investimento creditados à apólice, menos deduções por custos de mortalidade e encargos. Relativamente a outros contratos de seguro ligados a fundos de investimento (*unit-linked insurance contracts*), a reserva de apólices representa o justo valor dos ativos subjacentes.

Relativamente aos contratos de renda vitalícia, o passivo é calculado através da estimativa dos fluxos de caixa futuros ao longo da duração dos contratos em vigor e descontando-os à data da avaliação dando conta da probabilidade de ocorrência. Os pressupostos são fixados à data de aquisição com provisões para desvios adversos adequadas. Este valor de passivo calculado é testado face a um valor calculado utilizando as melhores estimativas de pressupostos e taxas de juro com base na taxa de rendibilidade (*yield*) sobre o custo amortizado dos ativos subjacentes. Se este teste gerar um valor mais elevado, o montante do passivo será reajustado.

As reservas de apólices agregadas incluem passivos por certas opções associadas aos produtos de pensões ligados a fundos de investimento *(unit-linked pension products*) do Grupo. Estes passivos são calculados com base em obrigações contratuais utilizando pressupostos atuariais.

Os testes de adequação das responsabilidades são realizados às carteiras de seguros com base em sinistros futuros estimados, custos, prémios obtidos e rendimentos de investimento proporcionais. No caso de contratos de longa duração, se a experiência real relativa a taxas de rendibilidade de investimento, mortalidade, morbidade, cessação ou encargos indicar que as responsabilidades contratuais existentes, juntamente com o valor presente dos prémios brutos futuros, não serão suficientes para cobrir o valor presente de benefícios futuros e para recuperar custos de aquisição de apólices diferidos, então é reconhecida uma deficiência de prémios.

Os custos diretamente atribuíveis à aquisição de seguros incrementais e investimentos são diferidos na medida em que se espera que sejam recuperáveis a partir das futuras margens de lucro nestes contratos. Estes custos serão amortizados sistematicamente ao longo de um período não superior ao período em que se espera que sejam recuperados a partir destas margens futuras.

Contratos de investimento

Todos os contratos de investimento do Grupo são contratos ligados a fundos de investimento. Estas responsabilidades contratuais são determinadas utilizando preços unitários correntes multiplicados pelo número de unidades de participação atribuídas aos titulares dos contratos à data do balanço.

Como este montante representa o justo valor, os passivos foram classificados como passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Os depósitos recebidos no âmbito de contratos de investimento são contabilizados como um ajustamento aos passivos por contratos de investimento. O rendimento do investimento atribuível aos contratos de investimento é incluído na demonstração consolidada dos resultados. As reclamações sobre contratos de investimento refletem o excesso de montantes pagos acima do saldo da conta libertado. Os tomadores de seguros com contratos de investimento são debitados por comissões de administração de apólice, gestão de investimentos, resgates ou outros serviços do contrato.

Os ativos financeiros por contratos de investimento são registados ao justo valor, sendo as alterações do justo valor e compensação de alterações do justo valor dos passivos financeiros correspondentes registadas em resultados.

Resseguro

Os prémios cedidos a resseguros e recuperações de resseguros sobre benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros são reportados em gastos e rendimentos, consoante o caso. Os ativos e passivos relacionados com resseguros são reportados numa base bruta quando significativos. Os montantes cedidos a resseguradoras de reservas para contratos de seguros são estimados de forma consistente com o risco ressegurado. Por conseguinte, os proveitos e custos relacionados com contratos de resseguro são reconhecidos de forma consistente com o risco subjacente ao negócio ressegurado.

Todos os novos acordos de resseguro material estão sujeitos à aprovação do Conselho local. Depois de transacionados, são sujeitos a uma revisão regular de risco de crédito, incluindo uma avaliação da exposição total e eventual provisão de crédito e garantia. A imparidade é determinada em conformidade com a política contabilística do Grupo, “Imparidade de ativos financeiros”.

2 – Diretrizes contabilísticas novas e recentemente adotadas

Diretrizes contabilísticas recentemente adotadas

Segue-se uma descrição das diretrizes contabilísticas que são relevantes para o Grupo e que foram adotadas durante 2013 na preparação das presentes demonstrações financeiras consolidadas.

IAS 1

Em 1 de janeiro de 2013, o Grupo adotou as alterações à IAS 1, “Apresentação de demonstrações financeiras”, a qual exige que as empresas agrupem rubricas em "Outro rendimento integral" que possam vir a ser reclassificadas na demonstração dos resultados. As alterações também reconfirmam os requisitos existentes que estabelecem que as rubricas em "Outro rendimento integral" e em "Resultados" devem ser apresentadas numa demonstração única ou em duas demonstrações separadas. A adoção das alterações não teve um impacto significativo na apresentação da rubrica relativa a outro rendimento integral nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IAS 19

Em 1 de janeiro de 2013, o Grupo adotou a IAS 19 revista, “Benefícios dos empregados”, a qual introduz a abordagem do juro líquido, que se baseia na taxa de desconto utilizada para medir a obrigação com benefícios definidos multiplicada pelo ativo/passivo de benefício definido líquido reconhecido no balanço, ambos determinados no início do exercício e ajustados face às alterações previstas no ativo/passivo de benefício definido líquido devido a contribuições e pagamentos de benefício durante o ano. Esta medição do custo do juro líquido substitui o custo do juro da obrigação com benefícios definidos e o retorno esperado sobre os ativos do plano. A norma requer também um reconhecimento imediato dos efeitos de remedição associados a todos os benefícios pós-emprego decorrentes de outro rendimento integral, como os ganhos e perdas atuariais e quaisquer desvios existentes entre o retorno real dos ativos dos planos e o retorno inerente ao custo do juro líquido, o que já está em consonância com a anterior política de contabilidade do Grupo. Além disso, a IAS 19 revista requer o reconhecimento imediato de qualquer custo de um serviço prestado e melhora os requisitos de divulgação para planos de benefícios definidos. Para 2012 e 2011, a adoção da abordagem do juro líquido resultou numa redução das despesas para os planos de benefícios definidos e, consequentemente, aumentou as perdas atuariais reconhecidas em outro rendimento integral, respetivamente, em 36 milhões de euros e 34 milhões de euros, de modo que o impacto sobre o rendimento integral total e o total do capital acionista foi neutro.

IAS 36

Em dezembro de 2013, o Grupo adotou antecipadamente a IAS 36, relativa a divulgações do montante recuperável de ativos não financeiros (alteração à IAS 36), que aborda a divulgação de informações sobre o mon-

tante recuperável dos ativos em imparidade se esse montante se baseia no justo valor menos os custos de alienação. A adoção das alterações apenas teve um impacto sobre as divulgações do Grupo.

IAS 39

Em dezembro de 2013, o Grupo adotou antecipadamente a IAS 39, "Novação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura (alterações à IAS 39)" que permite que a contabilidade de cobertura continue numa situação em que um derivado, que foi designado como um instrumento de cobertura, é renovado para efeito de compensação com uma contraparte central como resultado de leis ou regulamentos, caso se cumpram condições específicas. A adoção das alterações não teve um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

IFRS 7

Em 1 de janeiro de 2013, o Grupo adotou as alterações à IFRS 7, "Divulgações – compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros" ("IFRS 7 revista") com requisitos alargados de divulgação para que os investidores possam comparar melhor demonstrações financeiras preparadas em conformidade com as IFRS e os GAAP dos Estados Unidos. As alterações são efetivas para períodos anuais e intercalares com início em ou após 1 de janeiro de 2013. A adoção das alterações apenas teve um impacto sobre as divulgações do Grupo. O Grupo forneceu as divulgações alargadas na Nota 18, "Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros".

IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 e IAS 28

Em 1 de janeiro de 2013, o Grupo adotou a IFRS 10, "Demonstrações financeiras consolidadas", a IFRS 11, "Acordos conjuntos", uma versão revista da IAS 27, "Demonstrações financeiras separadas", e uma versão revista da IAS 28, "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos", as quais foram alteradas para ficarem em conformidade com alterações decorrentes da emissão da IFRS 10 e da IFRS 11. O Grupo também adotou as alterações quanto à orientação de transição para a IFRS 10 e IFRS 11. O Grupo registou um encargo acumulado no total do capital próprio em 1 de janeiro de 2012 de 195 milhões de euros, após impostos, para a adoção inicial destas normas. A informação comparativa para 2011 não foi reposta.

A IFRS 10 substitui a IAS 27, "Demonstrações financeiras consolidadas e separadas" e a SIC-12, "Consolidação – entidades de finalidade especial" e estabelece um modelo de controlo simples que se aplica a todas as entidades, incluindo aquelas que foram anteriormente consideradas entidades de finalidade especial sob a SIC-12. A parte investidora controla a parte investida quando pode exercer o seu poder sobre as atividades relevantes, está exposta a rendibilidades variáveis da parte investida e tem a capacidade de influenciar estas rendibilidades através do poder que exerce sobre a parte investida. A avaliação de controlo assenta em todos os factos e circunstâncias e a conclusão é reavaliada sempre que existirem indícios de alterações aos factos e circunstâncias.

A IFRS 11 substitui a IAS 31 "Participações em empreendimentos conjuntos" e a SIC-13 "Entidades conjuntamente controladas – contribuições não-monetárias por empreendedores". A IFRS 11 classifica acordos conjuntos como operações conjuntas ou como empreendimentos conjuntos e centra-se na natureza dos direitos e obrigações do acordo. A IFRS 11 requer a aplicação do método de equivalência patrimonial na contabilização de acordos conjuntos e elimina a opção de utilizar o método de consolidação proporcional, que não foi aplicado pelo Grupo. A adoção da IFRS 11 não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

As tabelas que se seguem refletem os impactos incrementais da adoção da IFRS 10 no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados no ano terminado em 31 de dezembro de 2012, respetivamente. O Grupo considera que o impacto da IFRS 10 é imaterial para as demonstrações financeiras consolidadas.

em milhões de euros	31.12.2012
Ativo	
Depósitos remunerados em bancos	1.088
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	8.958
Empréstimos	94
Outros ativos	(189)
Total do ativo	9.951
Passivo	
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	675
Outros empréstimos a curto prazo	601
Dívida a longo prazo	(772)
Outros passivos	9.628
Total do passivo	10.132
Ações	
Total do capital acionista	(14)
Participações minoritárias	(168)
Total do capital próprio	(182)

em milhões de euros	2012
Rendimento de juros líquido	83
Resultado líquido com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	435
Rendimentos de serviços e comissões	(127)
Outro resultado	(397)
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	(6)
Despesas/receitas com imposto sobre o rendimento	(3)
Resultado líquido	(3)

A maioria dos impactos acima decorreu da consolidação de determinados fundos nos quais o Grupo fornece garantia de proteção a terceiros relativamente a ativos do fundo. Nos termos da IFRS 10 considerou-se que o Grupo tem poder sobre os fundos, dado que atua como gestor de investimento e não pode ser retirado, tem retornos variáveis sobre importantes participações em unidades e/ou garantias e pode influenciar os retornos do fundo através do seu poder.

IFRS 12

A IFRS 12, “Divulgação de participações em outras entidades (incluindo as alterações à orientação de transição para a IFRS 10-12 emitida em junho de 2012)”, a qual requer divulgações anuais sobre a natureza, os riscos associados e os efeitos financeiros de participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades estruturadas não consolidadas tornou-se efetiva para períodos anuais, a começar em ou após 1 de janeiro de 2013. A adoção da norma nas demonstrações financeiras de final do exercício de 2013 só teve um impacto sobre as divulgações do Grupo. O Grupo fez as divulgações, conforme requerido pela IFRS 12, na Nota 17, "Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial", na Nota 39, "Informações sobre subsidiárias" e na Nota 40, "Entidades estruturadas não consolidadas".

IFRS 13

Em 1 de janeiro de 2013, o Grupo adotou a IFRS 13, “Medição do justo valor”, que estabelece uma única fonte de orientação para a medição do justo valor a aplicar no âmbito de todas as IFRS. A IFRS 13 fornece uma definição revista do justo valor e orientações sobre como este deve ser aplicado quando a sua utilização é já requerida ou permitida por outras normas das IFRS. Como tal, esta permite uma exceção, através da seleção de uma política contabilística, para mensurar o justo valor de uma carteira de ativos financeiros e de passivos financeiros com base no risco da posição aberta líquida quando são cumpridos determinados requisitos. O Grupo optou por mensurar determinadas carteiras de instrumentos financeiros, como derivados, que cumprem os referidos requisitos com base no risco da posição aberta líquida. A IFRS 13 também introduz requisitos de divulgação mais abrangentes quanto à medição do justo valor. Não houve qualquer impacto sobre as demonstrações financeiras consolidadas com a adoção da IFRS 13. O Grupo forneceu as divulga-

ções conforme requerido pela IFRS 13 na Nota 14, “Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor” e Nota 15, “Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor”.

Melhorias para o ciclo das IFRS 2009-2011

Em maio de 2012, o IASB emitiu um documento com alterações às IFRS, no âmbito do projeto de melhorias que realiza anualmente. Este documento inclui alterações que resultam em alterações contabilísticas para fins de apresentação, reconhecimento ou medição, assim como terminologia ou alterações editoriais relacionadas com uma série de IFRS individuais. As alterações passaram a efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2013. A adoção das normas nas demonstrações financeiras de final do exercício de 2013 não teve um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

Novas diretrizes contabilísticas

As seguintes diretrizes contabilísticas ainda não tinham produzido efeitos em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, não foram aplicadas na preparação das presentes demonstrações financeiras.

IAS 32

A IAS 32, "Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros" ("IAS 32 revista") altera os requisitos para a compensação de instrumentos financeiros. A IAS 32 revista vem clarificar: a) o significado de uma entidade ter o direito legalmente executável de compensar; e b) quando os sistemas de liquidação pelos valores brutos podem ser considerados equivalentes à liquidação pelos valores líquidos. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2014. Não se prevê que a IAS 32 revista tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e que foi adotada pela UE.

IFRIC 21

A IFRIC 21, "Taxas do governo", uma interpretação da IAS 37 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes", clarifica que uma entidade reconhece um passivo para uma taxa do governo apenas quando a atividade que origina o pagamento, conforme identificada na legislação relevante, se produz. A interpretação será efetiva para o Grupo em 1 de janeiro de 2014. Não se prevê que a IFRIC 21 tenha um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. A IFRIC 21 ainda tem de ser endossada pela UE.

Melhorias aos ciclos 2012-2012 e 2011-2013 das IFRS

Em dezembro de 2013, o IASB emitiu alterações a várias normas IFRS, resultado dos projetos anuais de melhorias do IASB nos ciclos 2010-2012 e 2011-2013. Este documento inclui alterações que resultam em alterações contabilísticas para fins de apresentação, reconhecimento ou medição, assim como terminologia ou alterações editoriais relacionadas com uma série de IFRS individuais. As alterações serão efetivas para períodos anuais com início em ou após 1 de julho de 2014, sendo permitida a aplicação antecipada. Não se prevê que as alterações tenham um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. As alterações ainda têm de ser adotadas pela UE.

IFRS 9 (2009), IFRS 9 (2010) e IFRS 9 (contabilidade de cobertura)

IFRS 9 (2009) – Em novembro de 2009, o IASB emitiu a IFRS 9, “Instrumentos financeiros”, que corresponde à primeira fase do seu projeto de substituição integral da IAS 39 “Instrumentos financeiros: reconhecimento e medição". A IFRS 9 (2009) introduz novos requisitos para o modo como uma entidade deve classificar e mensurar ativos financeiros abrangidos pela IAS 39. A norma requer que todos os ativos financeiros sejam classificados com base no modelo de negócio da entidade relativo à gestão de ativos financeiros, e nas características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

IFRS 9 (2010) – Em outubro de 2010, o IASB emitiu uma versão revista da IFRS 9, “Instrumentos financeiros” (“IFRS 9 (2010)”). A norma revista inclui mais diretrizes sobre a classificação e medição dos passivos financeiros. A IFRS 9 (2010) requer que as entidades com passivos financeiros designados ao justo valor através de

resultados reconheçam as alterações do justo valor decorrentes de alterações do risco de crédito do passivo em outro rendimento integral. No entanto, se o reconhecimento destas alterações em outro rendimento integral criar uma inconsistência contabilística (*mismatch*), a entidade terá de apresentar a totalidade da alteração do justo valor em resultados. Não há reclassificação subsequente dos montantes registados em outro rendimento integral para resultados, mas os ganhos e perdas acumulados podem ser transferidos dentro do capital.

A IFRS 9 (2010) voltou a ser alterada em novembro de 2013 de modo a permitir a adoção de orientações para a apresentação de resultados sobre diferenças ao justo valor do crédito próprio decorrentes de passivos financeiros designados pelo justo valor através de resultados sem a aplicação de outros requisitos na norma.

IFRS 9 (contabilidade de cobertura) – Em novembro de 2013, o IASB finalizou as orientações para a contabilidade de cobertura, bem como as divulgações adicionais sobre atividades de gestão do risco para entidades que aplicam contabilidade de cobertura. Estas alterações foram desenvolvidas de modo a permitir que as entidades possam refletir melhor as atividades de gestão do risco nas respetivas demonstrações financeiras. As alterações também visam simplificar orientações atuais, em resposta a receios levantados por utilizadores das demonstrações financeiras quanto à excessiva complexidade das atuais orientações para a contabilidade de cobertura.

As datas efetivas da IFRS 9 (2009), IFRS 9 (2010) e IFRS 9 (contabilidade de cobertura) não foram finalizadas. No entanto, não é expectável que se apliquem a períodos anuais que tenham começado antes de 1 de janeiro de 2017. Embora aprovadas pelo IASB, as normas acima nomeadas ainda precisam ser aprovadas pela UE.

3 – Aquisições e alienações

Concentrações de atividades empresariais concluídas em 2013

Em 2 de setembro de 2013, o Deutsche Bank AG anunciou a conclusão da aquisição das 51% ações remanescentes no empreendimento conjunto Xchanging etb GmbH (“Xetb”), que é a holding do Xchanging Transaction Bank GmbH (“XTB”). O preço de compra preliminar pago para a aquisição ascendeu a 36 milhões de euros e foi totalmente pago em numerário. Consiste numa componente base de 41 milhões de euros, sujeita a determinados ajustes, o que resultou numa redução do preço inicial de compra de 5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013. Prevê-se que o preço de compra seja finalizado no primeiro trimestre de 2014. O acordo entre o Deutsche Bank e o vendedor, o Xchanging plc. (“Xchanging”), foi assinado em maio de 2013. As aprovações necessárias foram obtidas, incluindo as das autoridades reguladoras e dos acionistas da Xchanging, a mudança de controlo para o Deutsche Bank tornou-se efetiva em 1 de setembro de 2013 (a data de aquisição). No encerramento da transação, o Deutsche Bank obteve a propriedade e o controlo operacional total sobre o XTB. A transação tem por objetivo contribuir para a Estratégia 2015+ do Deutsche Bank com vista a melhorar a eficiência operacional e a reduzir a duplicação de processos, complexidade e custos.

O Xetb foi estabelecido como um empreendimento conjunto com o Xchanging em 2004 é a holding do XTB, a antiga subsidiária europeia integralmente detida pelo banco de transações ag (“etb”). O XTB fornece serviços relacionados com a atividade de processamento de títulos do Deutsche Bank, bem como de clientes externos. As entidades adquiridas foram integradas nas infraestruturas operacionais do Deutsche Bank. Anteriormente à obtenção do controlo sobre o XTB, o Grupo detinha diretamente 49% das ações do Xetb, o que lhe conferia capacidade para influenciar de forma significativa as suas políticas operacionais e financeiras. Deste modo e até à data de fecho, o XetB, incluindo a subsidiária XTB, foram contabilizados através do método de equivalência patrimonial. O justo valor à data de aquisição da participação no adquirente ascendia a 21 milhões de euros. A nova medição do justo valor não resultou em qualquer ganho ou perda.

À data do exercício, a aquisição para o conjunto dos negócios ainda não tinha sido concluída. Em conformidade, o balanço aberto está ainda sujeito a finalização. Além disso, o cálculo da contrapartida total e a respetiva alocação a ativos adquiridos e a passivos assumidos ainda não foi concluído. Em 31 de dezembro de 2013, o montante preliminar do *goodwill* originado pela transação ascendia a 37 milhões de euros e tinha por base a expectativa face às sinergias decorrentes do negócio interno de liquidação de títulos. O *goodwill*, que não pode ser deduzido para efeitos fiscais, foi alocado às divisões PBC (24 milhões de euros), GTB (6 milhões de euros), CB&S (5 milhões de euros) e DeAWM (2 milhões de euros).

Justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos à data de aquisição

em milhões de euros	
Contrapartida em dinheiro transferida	36
Justo valor das participações de capital preexistentes	21
Dedução por liquidação de relação preexistente	8
Contrapartida total da aquisição, incluindo justo valor das participações de capital detidas pelo Grupo antes da concentração de atividades empresariais	**49**
Montantes reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:[1]	
Caixa e seus equivalentes	6
Ativos financeiros disponíveis para venda	24
Ativos intangíveis	6
Todos os outros ativos	31
Provisões	22
Todos os outros passivos	34
Total de ativos líquidos identificáveis	**12**
Goodwill	37
Total de ativos líquidos identificáveis e de *goodwill* adquirido	**49**

[1] Por principais classes de ativos adquiridos e passivos assumidos.

Previamente à aquisição, o Deutsche Bank e o XTB eram partes de um acordo de serviços conjunto para o provisão de serviços de processamento de títulos ao Deutsche Bank. O acordo de serviços foi identificado um relacionamento pré-existente, que é contabilizado em separado da supramencionada transação de compra. O contrato de serviços, que teria expirado em maio de 2016, foi cessado no âmbito do encerramento da transação. O montante de liquidação atribuível ao contrato de serviços foi calculado utilizando o modelo de fluxos de caixa descontados. O seu reconhecimento resultou numa perda de 8 milhões de euros, que foi registada nas despesas gerais e administrativas das demonstrações de rendimentos do Grupo para 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, os custos associados à aquisição suportados pelo Grupo ascendiam a 1 milhão de euros, que foram registados nas despesas gerais e administrativas das demonstrações de rendimento do Grupo.

Após a sua consolidação em 1 de setembro de 2013, o XTB contribuiu com receitas líquidas e um resultado líquido depois de impostos de 4 milhões de euros e (29) milhões de euros, respetivamente, para a demonstração de resultados do Grupo para 2013. Se a data efetiva da consolidação tivesse sido 1 de janeiro de 2013, a contribuição pró-forma de XTB para as receitas líquidas e o resultado líquido após impostos do Grupo, em 2013, teria sido de 14 milhões de euros e (83) milhões, respetivamente. Estes resultados devem ser lidos em conjunto com as atividades centrais do XTB, onde este fornece importantes volumes de serviços ao Grupo.

Concentrações de atividades empresariais concluídas em 2012

Em 2012, o Grupo não realizou quaisquer aquisições contabilizadas como concentrações de atividades empresariais.

Concentrações de atividades empresariais concluídas em 2011

Em 2011, o Grupo realizou várias aquisições que foram contabilizadas como concentrações de atividades empresariais. Destas transações, nenhuma foi individualmente significativa e, como tal, são apresentadas como agregado no quadro que se segue.

Justo valor dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos à data de aquisição

em milhões de euros	
Contrapartida em dinheiro transferida	13
Justo valor da opção de compra detida para adquirir ações em circulação	10
Justo valor da contrapartida contingente	3
Justo valor das participações de capital preexistentes	12
Contrapartida total da aquisição, incluindo justo valor das participações de capital detidas pelo Grupo antes da concentração de atividades empresariais	**38**
Montantes reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos:[1]	
Caixa e seus equivalentes	1
Depósitos a prazo remunerados em bancos	2
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	2
Todos os outros ativos	21
Dívida a longo prazo	10
Todos os outros passivos	2
Total de ativos líquidos identificáveis	**14**
Goodwill	25
Goodwill negativo	1
Total de ativos líquidos identificáveis e *goodwill* adquiridos, deduzido do goodwill negativo	**38**

[1] Por principais classes de ativos adquiridos e passivos assumidos.

Uma destas transações foi a aquisição por etapas das ações em circulação da Deutsche UFG Capital Management (DUCM), uma das maiores sociedades de gestão de ativos independentes da Rússia. A transação foi encerrada em 11 de novembro de 2011, após o exercício duma opção de compra sobre a participação remanescente de 60%. A DUCM foi alocada à divisão Deutsche Asset & Wealth Management (DeAWM).

Desde a aquisição, a contribuição agregada em 2011 para as receitas líquidas e resultados líquidos após impostos do Grupo referentes a estas áreas de negócio ascendeu a 2 milhões de euros e menos de (1) milhão de euros, respetivamente. Se a data efetiva destas aquisições tivesse sido 1 de janeiro de 2011, o impacto nas receitas líquidas e resultados líquidos após impostos do Grupo, em 2011, teria ascendido a 4 milhões de euros e menos de (1) milhão de euros, respetivamente.

Aquisições e alienações de participações minoritárias com retenção do controlo

Durante os anos de 2013 e 2012, o Grupo concluiu aquisições e alienações de participações minoritárias relacionados com os seus investimentos em subsidiárias em que o Grupo não é o único proprietário e que não resultaram na perda de controlo sobre as respetivas subsidiárias. Em conformidade com a IFRS 10, foram contabilizadas como transações de capital entre o Grupo e acionistas externos sem reconhecimento de ganhos ou perdas na demonstração de resultados do Grupo. A contrapartida total transferida em dinheiro nestas transações em 2013 e 2012 ascendeu a 11 milhões de euros e 1.371 milhões de euros, respetivamente. Os montantes escriturados das participações maioritárias e minoritárias foram ajustados de modo a refletir as alterações nas participações do Grupo nestas subsidiárias. Qualquer diferença entre os justos valores da contrapartida transferida ou recebida e os montantes pelos quais as participações minoritárias foram ajustados é reconhecida diretamente em "Capital próprio dos acionistas".

O quadro seguinte resume o efeito agregado de alterações nas participações de capital do Grupo registadas nestas subsidiárias durante 2012 e 2013. As alterações de participação de capital durante este período referem-se sobretudo à participação consolidada no Postbank. Após a aquisição por etapas, em dezembro de 2010, o Grupo aumentou as suas participações diretas no Postbank mediante a conversão da MEB e o exercício de opções de venda e de compra de ações Postbank em fevereiro de 2012, assim como através da compra de ações adicionais no mercado. Com a conclusão do acordo de domínio no segundo trimestre de 2012, o Deutsche Bank desreconheceu, no total do capital próprio do Grupo, a participação minoritária remanescente de 248 milhões de euros no Postbank, uma vez que os acionistas minoritários deixaram de aceder aos riscos e benefícios da detenção de ações do Postbank. Até 31 de dezembro de 2013, um total de 490.246 ações do Postbank (iguais a aproximadamente 0,22% do total de ações em circulação do Postbank) foram

oferecidas por acionistas minoritários ao Deutsche Bank ao abrigo do acordo de domínio, aumentando deste modo a participação direta do Grupo no capital do Postbank para aproximadamente 94,1%.

em milhões de euros	2013	2012
Participações de capital do Deutsche Bank no início do período	24	4.448
Aumento líquido das participações de capital do Deutsche Bank	7	753
Quota do Deutsche Bank em resultados líquidos	1	803
Quota do Deutsche Bank em outro rendimento integral	(4)	1.030
Quota do Deutsche Bank em outras alterações de capital	(1)	(207)
Participações de capital do Deutsche Bank no fim do período	**27**	**6.827**

Alienações

Em 2013, 2012 e 2011, o Grupo finalizou várias alienações de subsidiárias/atividades empresariais. Estas alienações foram compostas, maioritariamente, por negócios previamente classificados pelo Grupo como detidos para venda. A contrapartida total em numerário, recebida por estas alienações em 2013, 2012 e 2011, foi de 57 milhões de euros, 99 milhões de euros e 368 milhões de euros, respetivamente. O quadro seguinte apresenta os ativos e passivos que foram abrangidos por estas alienações.

em milhões de euros	2013	2012	2011
Caixa e seus equivalentes	156	0	21
Todos os restantes ativos	33	1.937	1.383
Total do ativo alienado	**189**	**1.937**	**1.404**
Total do passivo alienado	**196**	**1.592**	**1.039**

Estas alienações também incluíram várias diminuições de participações de capital em que o Grupo reteve participações minoritárias em anteriores subsidiárias. Nenhuma destas transações de alienação foi individualmente significativa. Os interesses retidos em antigas subsidiárias foram reconhecidos inicialmente ao justo valor à data em que o controlo foi perdido, data em que estes interesses foram subsequentemente contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. Estas disposições não reconhecem ganhos ou perdas

4 – Segmentos de negócio e informação associada

A informação do Grupo apresentada por segmentos foi preparada em conformidade com a "abordagem de gestão", que requer a apresentação dos segmentos com base nos relatórios de gestão internos da entidade que são, regularmente, analisados pelo responsável pelas decisões operacionais, que, neste caso, é o Conselho de Administração do Deutsche Bank, de modo a alocar recursos a um segmento e a avaliar o respetivo desempenho financeiro.

Segmentos de negócio

Os segmentos de negócio do Grupo representam a estrutura organizacional do Grupo, composto por cinco divisões corporativas: Corporate Banking & Securities (CB&S), Global Transaction Banking (GTB), Deutsche Asset & Wealth Management (DeAWM), Private & Business Clients (PBC) e Non-Core Operations Unit (NCOU). Para mais informações sobre os cinco segmentos de negócio consulte o "Relatório de gestão: análise operacional e financeira: Grupo Deutsche Bank: divisões corporativas" do relatório financeiro.

Em 2013, DeAWM reviu as suas categorias de divulgação de proveitos. A nova divulgação de proveitos separa os proveitos pelo seu caráter e tipo para permitir a distinção entre componentes recorrentes e não-recorrentes, proveitos de juros líquidos e proveitos de outros produtos. A nova divulgação está mais alinhada com a convenção de mercado, acrescenta transparência e permite uma análise mais coerente do negócio. Os períodos anteriores foram repostos para refletir estas mudanças.

A PBC decidiu renomear as suas unidades de negócio para melhor refletir a sua abordagem de mercado. Advisory Banking Germany é agora rotulada como Banca Privada & Comercial, o qual engloba a antiga Advisory Banking Germany e o empreendimento comum recentemente estabelecido entre as divisões corporativas PBC e GTB. Consumer Banking Germany é renomeada como Postbank, enquanto o nome de Advisory Banking International permanece inalterado. A antiga categoria de proveitos "Depósitos e serviços de pagamento" foi dividida em "Depósitos" e "Pagamentos, cartões e contas" enquanto as categorias de proveitos "Assessoria/corretagem" e "Gestão discricionária de carteiras/de fundos" foi fundida em "Produtos de investimento e seguros". Os períodos anteriores foram repostos para refletir estas mudanças.

Em setembro de 2012, na sequência de uma revisão estratégica, o Banco anunciou alterações à composição dos seus segmentos de negócios. Efetiva a partir do quarto trimestre de 2012, a responsabilidade pela gestão do passivo e de negócios alternativos de terceiros, como fundos transacionados em bolsa (*exchange traded fund* – ETF), foi transferida da divisão CB&S para a recém-integrada divisão DeAWM. Adicionalmente foi criada a NCOU, que representa uma divisão corporativa distinta para além da CB&S, da GTB, da DeAWM e da PBC, e na qual foram integrados ativos, passivos e negócios não estratégicos das divisões CB&S, DeAWM e PBC, assim como a totalidade da antiga divisão Corporate Investments (CI). Na sequência de uma maior integração das atividades de CB&S e GTB procedeu-se a um refinamento na atribuição dos custos de cobertura de ambas as divisões corporativas. Os períodos anteriores foram repostos para refletir estas mudanças.

A reposição de informações financeiras comparativas requer geralmente alguns pressupostos e avaliações. Aquando da criação da NCOU, e explicação da situação em que poderiam estar os segmentos de negócio se a nova estrutura já estivesse a funcionar em períodos anteriores, foram aplicados os pressupostos que se seguem. Nos negócios e carteiras de ativos e passivos que já tinham sido geridos como atividades já existentes ou não estratégicas em períodos anteriores, todas as receitas e custos associados foram extraídos e transferidos para a NCOU, inclusivamente partes da carteira que já haviam sido vendidas antes da data de criação da NCOU. Na reposição de determinados ativos e passivos individuais que estavam embutidos em carteiras mais vastas, anteriormente não tratadas como excedentes ou atividades já existentes, todas as receitas e custos associados às posições transferidas foram atribuídos à NCOU. Os dados financeiros de idênticos ativos e passivos individuais que hipoteticamente preencheriam as condições para integrar a NCOU não foram transferidos para esta unidade nos casos em que as posições já haviam sido alienadas antes da data em que a NCOU foi criada.

Segue-se a descrição de alterações nas responsabilidades de gestão com impacto significativo no reporte por segmentos:

— Em 2013, a carteira de empréstimos em numerário a longo prazo dos clientes de média capitalização alemães foi transferida da Divisão Corporativa CB&S para a Divisão Corporativa GTB.
— Efetiva a partir do quarto trimestre de 2012, a responsabilidade pela gestão do passivo e de negócios alternativos de terceiros, como fundos transacionados em bolsa, foi transferida da divisão CB&S para a recém-integrada divisão DeAWM.
— Na sequência de uma maior integração das atividades da divisão CB&S com a divisão GTB introduziu-se um refinamento no quarto trimestre de 2012 na atribuição dos custos de cobertura de ambas as divisões corporativas.
— Com efeitos a 15 de agosto de 2012, as atividades de gestão de ativos de Postbank foram vendidas ao DWS Group e, como tal, transferidas da divisão corporativa PBC para a divisão corporativa DeAWM.
— Em 1 de janeiro de 2011, o BHF-BANK foi transferido da antiga divisão PWM dentro da divisão corporativa DeAWM de volta para a antiga divisão Corporate Investments. No segundo trimestre de 2010, as operações do BHF-BANK tinham sido transferidas da antiga divisão Corporate Investments para a antiga divisão de negócio PWM.
— Com efeitos a 1 de janeiro de 2011, a exposição em Actavis Group foi transferida da divisão corporativa CB&S para a antiga divisão Corporate Investments.
— No terceiro trimestre de 2011, a antiga unidade de negócio Capital Markets Sales, integrada na divisão corporativa GTB, foi transferida para a divisão corporativa CB&S. Além disso, uma carteira constituída por

transações de empréstimos a curto prazo com clientes de média capitalização alemães foi transferida da divisão corporativa CB&S para a divisão corporativa GTB a fim de alavancar as adjacências entre as atividades de gestão de tesouraria, financiamento comercial e empréstimos a curto prazo com estes clientes.

Medição dos resultados dos segmentos

O reporte por segmentos requer a apresentação dos resultados dos segmentos com base nos métodos de reporte interno de gestão, incluindo uma conciliação entre os resultados dos segmentos de negócio e as demonstrações financeiras consolidadas, que é apresentada no "Relatório de gestão: análise operacional e financeira: Grupo Deutsche Bank: divisões corporativas: Consolidation & Adjustments". A informação prestada sobre cada segmento tem por base relatórios de gestão internos relativos a resultados e ativos do segmento, bem como a outras informações regularmente revistas pelo responsável pela tomada de decisões operacionais.

Os métodos contabilísticos não conformes com as IFRS raramente são utilizados nos relatórios de gestão do Grupo e representam diferenças de avaliação ou de classificação. As maiores diferenças de avaliação dizem respeito à medição ao justo valor nos relatórios de gestão face à medição ao custo amortizado nos termos das IFRS (por exemplo, no caso de determinados instrumentos financeiros nos registos contabilísticos do Grupo referentes às divisões CB&S e PBC) e ao reconhecimento de resultados de negociação de ações próprias em proveitos no relatório de gestão (sobretudo na CB&S) e em capital nos termos das IFRS. A principal diferença de classificação diz respeito à participação minoritária, representativa da quota líquida de acionistas minoritários nos proveitos, provisão para perdas de crédito, gastos operacionais (excl. juros) e despesa de imposto sobre o rendimento. A participação minoritária é reportada como um componente de resultados antes de impostos para as unidades de negócio do relatório de gestão (com uma reversão em C&A) e um componente de distribuição do resultado líquido nos termos das IFRS.

Os gastos operacionais (excl. juros) incluíram encargos com provisões para litígios e outros itens que se encontram fora da responsabilidade de gestão dos segmentos de negócio. Em 2012, o Grupo cessou de divulgar uma divisão das receitas líquidas entre receitas de clientes externos e receitas líquidas intersegmentos, previamente apresentada na secção "Resultados de operações dos segmentos", uma vez que esta informação não é disponibilizada e revista pelo responsável pela tomada de decisões operacionais no âmbito dos relatórios de gestão internos. A alteração na abordagem também foi refletida nas informações do exercício comparativo de 2011 e continua a ser aplicada em 2013.

Os sistemas de reporte de gestão seguem um "conceito de preços de transferência simétricos" em que o rendimento de juros líquido externo do Grupo é afetado aos segmentos de negócio com base no pressuposto de que todas as posições são financiadas ou investidas através dos mercados de capitais e monetários grossistas. Por conseguinte, para permitir a comparabilidade com aqueles concorrentes que têm unidades legalmente independentes com financiamento de capital próprio, o Grupo afeta o crédito de juros nocionais líquidos no seu capital consolidado (após dedução de certos encargos relacionados como a cobertura de risco de investimentos líquidos em determinadas operações estrangeiras) aos segmentos de negócio, proporcionalmente ao capital próprio ativo médio afeto a cada segmento de negócio.

Aquando da implementação das mudanças introduzidas nos segmentos de negócio do Grupo no quarto trimestre de 2012 foi realizada uma reavaliação da informação prestada e revista pelo responsável pela tomada de decisões operacionais. Os ativos do segmento são apresentados no relatório de gestão interno do Grupo com base numa visão consolidada, ou seja, os montantes não incluem os balanços intersegmentos. Esta visão consolidada é considerada mais adequada, especialmente para a NCOU, uma vez que melhora a transparência externa relativamente às posições não estratégicas do Grupo (como por exemplo ativos) e aos progressos registados nas atividades direcionadas de redução do risco. A apresentação dos ativos do segmento nesta nota foi alterada em conformidade em 2012 e continua a ser aplicada em 2013. Os ativos por segmento para os anos comparativos de 2011 foram reajustados.

A direção utiliza certas medidas para os rácios de capital e rácios conexos, integradas no seu sistema de reporte interno, porque considera que essas medidas oferecem uma indicação útil do desempenho financeiro dos segmentos de negócio. O Grupo divulga essas medidas para oferecer aos investidores e analistas uma visão mais profunda de como a direção conduz as atividades do Grupo, permitindo-lhes compreender melhor os resultados do Grupo. Estas medidas de avaliação incluem:

Capital próprio ativo médio: O Grupo utiliza o capital próprio ativo médio no cálculo de vários rácios. No entanto, o capital próprio ativo não é uma medida prevista nas IFRS e, por conseguinte, não se deve comparar os rácios do Grupo baseados no capital próprio ativo médio com os rácios de outras empresas sem ter em conta as diferenças de cálculo. Com efeito em 1 de julho de 2013, a definição de capital próprio ativo foi alinhada segundo o quadro de CRR/CRD 4. Sob a definição revista, o capital próprio dos acionistas é ajustado apenas para a acumulação de dividendos (ou seja, outro rendimento (perda) integral acumulado excluindo a conversão de moeda estrangeira, líquido de impostos, faz agora parte do capital próprio ativo). Os períodos anteriores para 2013 e 2012 foram ajustados em conformidade.

- O montante total do capital próprio ativo médio atribuído continua a ser determinado com base no valor mais elevado da nossa exposição ao risco económico global ou procura de capital regulamentar. A partir de 2013, o grupo refinou a sua atribuição de capital próprio ativo médio aos segmentos de negócios para refletir os requisitos regulamentares mais alargados sob CRR/CRD 4 e para alinhar a atribuição de capital com os objetivos de capital comunicado e rendimento dos investimentos em ações. Nos termos da nova metodologia, a procura interna de capital regulamentar é derivada com base num rácio de fundos próprios de base (*Tier 1*) de 10% a um nível de Grupo e assumindo a total implementação das normas CRR/CRD 4. Deste modo, a base para atribuição, ou seja, os ativos ponderados pelo risco e alguns itens de dedução de capital regulamentar, é também uma base totalmente implementada de CRR/CRD 4. Por conseguinte, o montante de capital atribuído aos segmentos registou um aumento, predominantemente nas divisões CB&S e NCOU. Os números para 2012 foram ajustados para refletir este efeito. Se o capital próprio ativo médio do Grupo excede o valor mais elevado da exposição de risco económico global ou a procura de capital regulamentar, este excedente é atribuído a Consolidation & Adjustments.
- A rendibilidade do capital próprio ativo médio em percentagem é definida como resultado antes do imposto sobre o rendimento menos a participação minoritária antes de impostos como uma percentagem do capital próprio ativo médio. Estas rendibilidades, as quais se baseiam no capital próprio ativo médio, não devem ser comparadas com as de outras empresas sem considerar as diferenças no cálculo desses rácios.

Resultados de operações dos segmentos

Para os resultados dos segmentos de negócios, incluindo a reconciliação para o resultado operacional consolidado sob a IFRS, consultar “Relatório de gestão: análise operacional e financeira: resultados de operações: resultados de operações dos segmentos”.

Divulgações de toda a entidade

As divulgações de toda a entidade do Grupo incluem as receitas líquidas de contrapartes internas e externas. Excluir as receitas de contrapartes internas exigiria um investimento desproporcional de TI e não está em consonância com a abordagem de gestão do Banco. Para mais pormenores sobre as componentes de receitas líquidas, consultar o "Relatório de gestão: análise operacional e financeira: resultados de operações: divisões corporativas".

O quadro seguinte apresenta o total de receitas líquidas (antes de provisão para perdas de crédito) por área geográfica para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, respetivamente. A informação apresentada para as divisões CB&S, GTB, DeAWM, PBC e NCOU foi classificada principalmente com base na localização do escritório do Grupo onde as receitas são registadas. As informações para C&A são apresentadas apenas a um nível global, visto que a responsabilidade de gestão por C&A é detida centralmente.

em milhões de euros	2013	2012	2011
Alemanha:			
CB&S	1.008	1.370	1.248
GTB	1.348	1.364	1.317
DeAWM	1.193	1.157	1.181
PBC	7.723	7.559	8.519
NCOU	365	1.016	520
Total da Alemanha	**11.637**	12.466	12.785
Reino Unido:			
CB&S	4.085	4.652	4.367
GTB	291	318	264
DeAWM	983	398	1.246
PBC	0	0	0
NCOU	(109)	(533)	(318)
Total do Reino Unido	**5.250**	4.836	5.559
Resto da Europa, Médio Oriente e África:			
CB&S	884	1.095	940
GTB	983	1.165	1.100
DeAWM	894	823	824
PBC	1.812	1.949	1.851
NCOU	(31)	110	194
Total do Resto da Europa, Médio Oriente e África	**4.543**	5.142	4.909
Américas (principalmente Estados Unidos):			
CB&S	4.867	5.656	4.694
GTB	833	771	642
DeAWM	1.173	1.667	622
PBC	(21)	0	0
NCOU	708	484	444
Total das Américas	**7.561**	8.578	6.402
Ásia e Pacífico:			
CB&S	2.778	2.675	2.650
GTB	614	581	493
DeAWM	491	424	405
PBC	36	32	27
NCOU	(65)	(23)	37
Total de Ásia e Pacífico	**3.854**	3.689	3.611
Consolidation & Adjustments	**(929)**	(975)	(39)
Proveitos líquidos consolidados[1]	**31.915**	33.736	33.228

[1] Os proveitos líquidos consolidados englobam juros e rendimentos similares, juros e encargos similares e rendimento total excluindo juros (incluindo rendimentos de serviços e comissões). Os proveitos são atribuídos aos países com base na localização do escritório do Grupo para efeitos contabilísticos. A localização de uma transação na contabilidade do Grupo, por vezes, é diferente da localização da sede ou outros escritórios de um cliente e diferentes da localização do pessoal do Grupo que realizou ou facilitou a transação. O local onde o Grupo regista uma transação que envolve o seu pessoal, clientes e terceiros em diferentes localizações depende frequentemente de outros fatores, como a natureza da contrapartida, questões regulamentares e questões de processamento da contrapartida.

Notas às demonstrações financeiras consolidadas

5 – Rendimento de juros líquido e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Rendimento de juros líquido

em milhões de euros	2013	2012	2011
Juros e rendimentos similares:			
Depósitos remunerados em bancos	759	928	794
Fundos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	412	762	977
Títulos obtidos por empréstimo[1]	(375)	(519)	(358)
Rendimento de juros em ativos financeiros disponíveis para venda	1.312	1.449	935
Rendimento de dividendos em ativos financeiros disponíveis para venda	81	141	148
Empréstimos	11.941	13.658	14.914
Outros	741	986	1.579
Total de juros e rendimentos similares não ao justo valor através de resultados	14.872	17.404	18.990
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	10.729	14.189	15.376
Total de juros e rendimentos similares[1]	25.601	31.593	34.366
Gasto de juros:			
Depósitos remunerados[2]	3.360	4.946	5.958
Fundos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	186	315	426
Títulos cedidos por empréstimo[1]	(216)	(301)	(169)
Outros empréstimos a curto prazo	285	342	479
Dívida a longo prazo[2]	1.568	2.686	2.656
Títulos fiduciários preferenciais	849	842	813
Outros	200	140	243
Total de gastos de juros ao justo valor através de resultados	6.232	8.971	10.406
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	4.535	6.648	6.515
Total de gasto de juros[1]	10.768	15.619	16.921
Rendimento de juros líquido	14.834	15.975	17.445

[1] Os períodos anteriores foram reajustados. Para mais pormenores, consulte a Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas", deste relatório.
[2] Para 2012 e 2011, os gastos de juros de 780 milhões de euros e 821 milhões de euros, respetivamente, foram reclassificados como depósitos remunerados com juros para dívida a longo prazo.

O rendimento de juros registado em ativos financeiros com imparidade foi de 76 milhões de euros, 100 milhões de euros e 83 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2013, de 2012 e de 2011, respetivamente.

Resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados

em milhões de euros	2013	2012	2011
Rendimentos de negociação:			
Sales & Trading (ações)	1.573	1.594	(1.404)
Sales & Trading (dívida e outros produtos)	2.465	4.810	4.389
Total Sales & Trading	4.039	6.404	2.985
Outros rendimentos de negociação	(377)	(1.205)	(847)
Total do rendimento de negociação[1]	**3.662**	5.199	2.138
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados:			
Repartição por categoria de ativos/passivos financeiros:			
Títulos comprados/vendidos com acordos de revenda/recompra	31	14	(20)
Títulos obtidos/cedidos por empréstimo	0	(1)	0
Créditos e compromissos de crédito	(46)	739	(894)
Depósitos	73	(56)	(368)
Dívida a longo prazo[2]	133	(328)	1.772
Outros ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	(35)	41	96
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	**155**	409	586
Total de resultados de ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	**3.817**	5.608	2.724

[1] Os períodos anteriores foram reajustados. Para mais pormenores, consulte a Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas", deste relatório.
[2] Inclui (86) milhões de euros, (94) milhões de euros e (68) milhões de euros decorrentes de estruturas de titularização nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2013, de 2012 e de 2011, respetivamente. Os períodos comparativos anteriores foram reajustados. Os movimentos de justo valor em instrumentos relacionados de 390 milhões de euros, 358 milhões de euros e (60) milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2013, de 2012 e de 2011, respetivamente, são reportados em rendimentos de negociação. Os períodos comparativos anteriores foram reajustados. Ambos são reportados em Sales & Trading (dívida e outros produtos). O total destes ganhos e perdas representa a quota do Grupo das perdas nestas estruturas de titularização consolidadas.

Rendimento de juros líquido e resultados líquidos com ativos/passivos financeiros combinados ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	2013	2012	2011
Rendimento de juros líquido	14.834	15.975	17.445
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.817	5.608	2.724
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**18.651**	21.583	20.169
Rendimento líquido de juros e resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por produto da divisão corporativa:			
Sales & Trading (ações)	2.129	1.732	1.504
Sales & Trading (dívida e outros produtos)	6.230	8.226	8.121
Total Sales & Trading	8.359	9.958	9.625
Produtos de crédito[1]	599	182	185
Restantes produtos[2]	72	589	199
Corporate Banking & Securities	9.030	10.729	10.010
Global Transaction Banking	1.984	2.016	1.996
Deutsche Asset & Wealth Management	1.568	1.974	991
Private & Business Clients	5.966	6.220	6.625
Non-Core Operations Unit	83	275	588
Consolidation & Adjustments	19	369	(42)
Total do rendimento líquido de juros e dos resultados líquidos em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados	**18.651**	21.583	20.169

[1] Inclui o diferencial da taxa de juro líquida dos empréstimos e as variações de justo valor de *swaps* de risco de incumprimento e empréstimos ao justo valor através de resultados.
[2] Inclui os ganhos (perdas) líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados dos serviços de originação, consultoria e outros produtos.

As áreas de gestão do risco e de negociação do Grupo incluem atividades significativas em instrumentos de taxa de juro e derivados relacionados. De acordo com as IFRS, os juros e rendimentos similares obtidos em instrumentos para negociação e em instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados (por ex. rendimento de cupões e de dividendos) e os custos de financiamento de posições de negociação líquidas fazem parte do rendimento de juros líquido. As atividades de negociação do Grupo podem periodicamente fazer transitar rendimento entre rendimento de juros líquido ou os resultados em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em função de uma série de fatores, nomeadamente estratégias de gestão do risco. Para uma apresentação mais centrada no segmento de negócio, o Grupo agrega o rendimento

de juros líquido e os resultados em ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados por divisão do Grupo e por produto dentro da divisão Corporate Banking & Securities.

6 – Rendimentos de serviços e comissões

em milhões de euros	2013	2012[2]	2011
Rendimentos e encargos de serviços e comissões:			
Rendimentos de serviços e comissões[1]	15.252	14.575	14.744
Encargos com serviços e comissões	2.943	2.766	2.865
Resultado líquido de serviços e comissões	**12.308**	**11.809**	**11.878**

em milhões de euros	2013	2012	2011
Resultado líquido de serviços e comissões:			
Rendimento líquido de serviços e comissões de atividades fiduciárias	3.646	3.298	3.458
Comissões líquidas, comissões de corretagem, margem comercial em subscrição de valores mobiliários e outras atividades relacionadas com valores mobiliários[1]	3.920	3.845	4.000
Comissões líquidas por outros serviços aos clientes	4.742	4.667	4.421
Resultado líquido de serviços e comissões	**12.308**	**11.809**	**11.878**

[1] Os períodos anteriores foram reajustados. Para mais pormenores, consulte a Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas", deste relatório.
[2] Rendimentos e encargos de serviços e comissões foram extrapolados, em 316 milhões de euros, cada.

7 – Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda

em milhões de euros	2013	2012	2011
Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda:			
Resultados líquidos em títulos de dívida:	321	65	(223)
Resultados líquidos na alienação	319	116	285
Imparidades	2	(51)	(508)[1]
Resultados líquidos em títulos de capital:	77	206	289
Resultados líquidos na alienação/remedição	92	306	383
Imparidades	(15)	(100)	(94)
Resultados líquidos em empréstimos:	6	55	17
Resultados líquidos na alienação	33	63	24
Imparidades	(27)	(8)	(7)
Reversão de imparidades	0	0	0
Resultados líquidos em outros interesses de capital:	(12)	(25)	39
Resultados líquidos na alienação	9	(24)	56
Imparidades	(21)	(1)	(17)
Total de resultados de ativos financeiros disponíveis para venda	**394**	**301**	**123**

[1] Inclui imparidades de (527) milhões de euros em obrigações do Estado grego, parcialmente compensadas por reversões de imparidades em títulos de dívida registados em períodos anteriores.

Ver também a Nota 16, "Ativos financeiros disponíveis para venda" do presente relatório.

8 – Outros resultados

em milhões de euros	2013	2012	2011
Outros resultados:			
Rendimento líquido de propriedades de investimento	23	(23)	33
Resultados líquidos na alienação de propriedades de investimento	(3)	31	14
Resultados líquidos na alienação de subsidiárias consolidadas	4	41	39
Resultados líquidos na alienação de créditos	288	4	(22)
Prémios de seguros[1]	190	219	214
Rendimento líquido de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura[2]	(1.227)	(1.081)	336
Investimentos consolidados	881	768	570
Outros rendimentos restantes	37	(78)	138
Total de outro resultado	**193**	(120)	1.322

[1] Líquidos de prémios de resseguros pagos. A evolução deve-se sobretudo à Abbey Life Assurance Company Limited.
[2] A diminuição em 2012 por comparação com 2011 deve-se essencialmente a uma ineficácia relacionada com as coberturas.

9 – Despesas gerais e administrativas

em milhões de euros	2013	2012	2011
Despesas gerais e administrativas:			
Despesas de TI	3.074	2.547	2.194
Despesas com instalações, mobiliário e equipamento	2.073	2.115	2.072
Taxas de serviços profissionais	1.804	1.852	1.621
Comunicações e serviços de dados	865	907	849
Deslocações e despesas de representação	441	518	539
Serviços de pagamento, compensação e custódia	569	609	504
Despesas de *marketing*	314	362	410
Investimentos consolidados	797	760	652
Outras despesas[1]	5.189	5.347	3.816
Total de gastos gerais e administrativos	**15.126**	15.017	12.657

[1] Inclui despesas relacionadas com litígios de 3,0 mil milhões de euros em 2013 e 2,5 mil milhões de euros em 2012. 2011 inclui encargos específicos na CB&S (655 milhões de euros em custos com litígios e um encargo específico de 310 milhões de euros relativo à imparidade de um reembolso de IVA alemão) e à contrapartida paga pela primeira vez de 247 milhões de euros por taxas bancárias da Alemanha e do Reino Unido. Para mais informações sobre litígios ver Nota 29, "Provisões".

10 – Reestruturação

O Grupo ambiciona reforçar a sua competitividade a longo prazo através de grandes reduções nos custos, sobreposições e complexidade nos próximos anos. O Grupo planeia gastar aproximadamente 4 mil milhões de euros num período de três anos a começar em 2012 com o objetivo de poupar um total de 4,5 mil milhões de euros na execução anual até 2015.

Em 31 de dezembro de 2013, o Conselho de Administração do Grupo aprovou sete fases de reestruturação que fazem parte dum montante planeado de aproximadamente 4 mil milhões de euros. Os custos de reestruturação incluem benefícios por cessação do vínculo laboral, despesas adicionais com a aceleração de prémios de compensação diferida ainda não amortizados em virtude da descontinuação da atividade profissional e custos com a cessação de contratos relacionados com o imobiliário. Os custos de reestruturação de 399 milhões de euros foram reconhecidos durante 2013 (2012: 394 milhões de euros), dos quais 292 milhões de euros (2012: 311 milhões de euros) para benefícios por cessação do vínculo laboral relativos à redução do número de empregados em conformidade com a política contabilística do Grupo para custos de reestruturação. Um montante adicional de despesas de 72 milhões de euros (2012: 83 milhões de euros) foi incorrido para a aceleração de prémios de compensação diferida ainda não amortizados. Uma despesa adicional de 35

milhões de euros (2012: 0 milhões de euros) foi reconhecida por custos com a cessação de contratos relacionados com o imobiliário.

Do montante total de 399 milhões de euros (2012: 394 milhões de euros), a divisão corporativa Corporate Banking & Securities foi cobrada em 147 milhões de euros (2012: 246 milhões de euros), a divisão corporativa Deutsche Asset & Wealth Management 169 milhões de euros (2012: 104 milhões de euros), a divisão corporativa Global Transaction Banking 54 milhões de euros (2012: 41 milhões de euros), a divisão corporativa Private & Business Clients 22 milhões de euros (2012: 0 milhões de euros) e a divisão corporativa Non-Core Operations Unit 7 milhões de euros (2012: 3 milhões de euros) respetivamente, incluindo atribuições de funções de infraestrutura.

As provisões para reestruturação ascenderam a 207 milhões de euros e 165 milhões de euros a 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respetivamente. Prevê-se que a maioria das provisões correntes para reestruturação seja utilizada durante 2014.

Durante 2013, 1.287 postos de trabalho equivalentes a tempo inteiro (*full-time equivalent* – FTE) foram reduzidos através da reestruturação. As reduções de FTE foram identificadas dentro das divisões corporativas Corporate Banking & Securities (374 FTE), Deutsche Asset & Wealth Management (224 FTE), Global Transaction Banking (172 FTE), Private & Business Clients (42 FTE) e das funções de infraestrutura (475 FTE).

11 – Resultados por ação

Os montantes dos resultados por ação básicos são calculados dividindo o resultado líquido devido aos acionistas do Deutsche Bank pelo número médio de ações ordinárias em circulação ao longo do ano. O número médio de ações ordinárias em circulação corresponde ao número médio de ações ordinárias emitidas, deduzido do número médio de ações em tesouraria e do número médio de ações que serão adquiridas ao abrigo de contratos de compra a prazo com liquidação física, e acrescido das ações com direitos adquiridos mas não distribuídas que são atribuídas ao abrigo de planos de ações diferidas.

Os resultados por ação diluídos incorporam a conversão em ações ordinárias de títulos em circulação ou de outros contratos para emissão de ações ordinárias, tais como opções sobre ações, dívida convertível, atribuição de ações sem direitos adquiridos diferidas e contratos a prazo. Os instrumentos supramencionados são incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos apenas se forem diluídos no respetivo exercício.

Cálculo dos resultados por ação básicos e diluídos

em milhões de euros	2013	2012	2011
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank – numerador em resultados por ação básicos	**666**	263	4.132
Efeito de títulos diluidores:			
Contratos a prazo e de opções	0	0	0
Dívida convertível	0	0	(13)
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank após conversões assumidas – numerador em resultados por ação diluídos	**666**	263	4.119
Número de ações em milhões			
Número médio ponderado de ações em circulação – denominador em resultados por ação básicos	**997,4**	934,0	928,0
Efeito de títulos diluidores:			
Contratos a prazo	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para empregados	0,0	0,0	0,0
Dívida convertível	0,0	0,0	1,5
Ações diferidas	27,8	25,8	27,8
Outros (incluindo opções para negociação)	0,0	0,0	0,0
Ações ordinárias potenciais diluidoras	27,8	25,8	29,3
Número médio ponderado de ações ajustado após conversões assumidas – denominador em resultados por ação diluídos	**1.025,2**	959,8	957,3

Resultados por ação

em euros	2013	2012	2011
Resultados por ação básicos	0,67	0,28	4,45
Resultados por ação diluídos	0,65	0,27	4,30

Instrumentos em circulação e não incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos[1]

Número de ações em milhões	2013	2012	2011
Contratos de compras a prazo	0,0	0,0	0,0
Dívida convertível	0,0	0,0	0,2
Opções de venda vendidas	0,0	0,0	0,0
Opções de compra vendidas	0,0	0,0	0,0
Opções de remuneração baseada em ações para empregados	0,2	0,3	0,3
Ações diferidas	0,0	0,0	0,0

[1] Não incluídos no cálculo dos resultados por ação diluídos, pois caso contrário teriam um efeito antidiluidor.

Notas ao balanço consolidado

12 – Ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Ativos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	187.554	227.845
Outros ativos detidos para negociação[1]	22.516	26.614
Total de ativos detidos para negociação	**210.070**	254.459
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	**504.590**	768.353
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados		
Títulos comprados com acordos de revenda	116.764	124.987
Títulos obtidos por empréstimo	32.485	28.304
Empréstimos	15.579	18.248
Outros ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	19.768	15.488
Total de ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	**184.597**	187.027
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	**899.257**	1.209.839

[1] Inclui empréstimos negociados de 17.787 milhões de euros e 17.638 milhões de euros a 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente.

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Passivos detidos para negociação:		
Títulos para negociação	54.951	52.722
Outros passivos detidos para negociação	853	1.678
Total de passivos detidos para negociação	**55.804**	54.400
Valores de mercado negativos de instrumentos financeiros derivados	**483.428**	752.652
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados:		
Títulos vendidos com acordos de recompra	73.642	82.267
Compromissos de crédito	193	463
Dívida a longo prazo	9.342	13.436
Outros passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	6.927	14.243
Total de passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	**90.104**	110.409
Passivos por contratos de investimento[1]	8.067	7.732
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	**637.404**	925.193

[1] Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor. A Nota 41, "Contratos de seguro e de investimento" contém mais informações sobre estes contratos.

Ativos e passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados

O Grupo designou várias relações de concessão de crédito ao justo valor através de resultados. As facilidades de concessão de crédito compõem-se de ativos de créditos utilizados e compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados. A exposição máxima ao risco de crédito num crédito utilizado é o seu justo valor. A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito em créditos utilizados, incluindo títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo, era de 165 mil milhões de euros e de 172 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, respetivamente. A exposição ao risco de crédito também existe para compromissos de crédito irrevogáveis não utilizados e é, predominantemente, risco de crédito da contraparte.

O risco de crédito sobre os títulos comprados com acordos de revenda e títulos obtidos por empréstimo designados sob a opção de justo valor é mitigado pela detenção de garantia. A avaliação destes instrumentos tem em conta a melhoria do risco de crédito sob a forma da garantia recebida. Assim, não existe qualquer movimentação significativa durante o ano ou cumulativamente, devido a movimentos no risco de crédito da contraparte nestes instrumentos.

Variações de justo valor nos créditos[1] e compromissos de crédito atribuíveis a movimentos no risco de crédito da contraparte[2]

	31.12.2013		31.12.2012	
em milhões de euros	Empréstimos	Compromissos de crédito	Empréstimos	Compromissos de crédito
Valor nocional de créditos e compromissos de crédito expostos a risco de crédito	6.874	26.349	9.210[3]	39.599
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	43	254	53	710
Variação cumulativa do justo valor[4]	55	742	1	674
Valor nocional de derivados de crédito utilizados para mitigar risco de crédito	627	13.050	2.212	29.588
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	(15)	(343)	(65)	(922)
Variação cumulativa do justo valor[4]	(14)	(574)	(50)	(821)

[1] Quando os créditos estão sobrecolateralizados não existe qualquer movimento significativo na avaliação durante o ano ou cumulativamente devido a movimentos no risco de crédito da contraparte.
[2] Foram utilizados modelos de avaliação que excluem o impacto no justo valor associado ao risco de mercado.
[3] Os números do ano anterior foram reajustados (aumento de 6,2 mil milhões de euros ao valor teórico dos empréstimos expostos ao risco de crédito).
[4] As variações são atribuíveis a créditos e compromissos de crédito detidos à data do exercício, que podem diferir dos detidos em períodos anteriores. Não foram efetuados ajustamentos ao ano anterior para refletir diferenças nos subjacentes.

Variações de justo valor de passivos financeiros atribuíveis a movimentos no risco de crédito do Grupo[1]

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Variação anual do justo valor refletida na demonstração de rendimentos	85	213
Variação cumulativa do justo valor	151	79

[1] O justo valor de um passivo financeiro incorpora o risco de crédito desse passivo financeiro. As variações no justo valor dos passivos financeiros emitidos pela entidade estruturada consolidada foram excluídas, visto que isto não está relacionado com o risco de crédito do Grupo, mas com o da entidade estruturada legalmente isolada, o qual está dependente da garantia que detém.

O excedente do montante contratual pago na maturidade em relação ao valor escriturado dos passivos financeiros[1]

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Incluindo compromissos de crédito não utilizados[2]	27.232	41.244
Excluindo compromissos de crédito não utilizados	927	665

[1] Presume-se que a obrigação se extingue na primeira maturidade contratual em que o reembolso pode ser exigido ao Grupo. Quando o montante a pagar não está fixado, o montante que o Grupo teria contratualmente de pagar é determinado por referência às condições existentes à data do exercício.
[2] Os fluxos de caixa contratuais na maturidade para compromissos de crédito não utilizados presumem a utilização de todos os fundos da facilidade de crédito.

13 – Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, "Reclassificação de ativos financeiros"

De acordo com as alterações à IAS 39 e à IFRS 7, emitidas em outubro de 2008, alguns ativos financeiros foram reclassificados no segundo semestre de 2008 e no primeiro trimestre de 2009, das categorias de ativos financeiros ao justo valor através de resultados e disponíveis para venda para a categoria de créditos. Desde o primeiro trimestre de 2009 não foram efetuadas reclassificações.

O Grupo identificou ativos, elegíveis de acordo com as alterações, para os quais à data de reclassificação existia uma mudança clara de intenção e capacidade de detenção num futuro previsível, diferente da saída ou da negociação a curto prazo. As reclassificações foram efetuadas ao justo valor dos ativos à data de reclassificação.

Ativos financeiros reclassificados

em mil milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Ativos detidos para negociação reclassificados em créditos	Ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em créditos
Valor escriturado à data de reclassificação	26,6	11,4
Perdas de justo valor não realizadas em outro rendimento integral acumulado	0,0	(1,1)
Taxas de juro efetivas à data de reclassificação:		
intervalo superior	13,1 %	9,9 %
intervalo inferior	2,8 %	3,9 %
Fluxos de caixa recuperáveis esperados à data de reclassificação	39,6	17,6

Valores escriturados e justos valores por tipo de ativo reclassificados em 2008 e 2009

	31.12.2013		31.12.2012	
em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Ativos detidos para negociação reclassificados em créditos:				
Ativos de titularização	1.985	1.872	3.599	2.783
Títulos de dívida[1]	1.062	1.068	1.372	1.393
Empréstimos	2.367	2.064	6.233	5.591
Total de ativos detidos para negociação reclassificados em créditos	5.415[2]	5.004	11.204	9.766
Ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em créditos:				
Ativos de titularização	1.972	1.955	4.501	4.218
Títulos de dívida[1]	1.220	1.284	1.293	1.446
Total de ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados em créditos	3.192[3]	3.239	5.794	5.664
Total de ativos financeiros reclassificados em créditos	8.606[4]	8.243	16.998	15.430

[1] 1,9 mil milhões de euros de valor escriturado de obrigações municipais dos EUA foram incorretamente apresentados como créditos no ano anterior.
[2] Durante o ano de 2013, o Grupo vendeu ativos que tinham sido anteriormente reclassificados para negociação com um valor escriturado de 2,9 mil milhões de euros, incluindo 1,6 mil milhões de euros de empréstimos, 0,9 mil milhões de euros em títulos garantidos por ativos e 0,2 mil milhões de títulos garantidos por hipotecas.
[3] Durante 2013, o Grupo vendeu ativos que foram anteriormente classificados como disponíveis para venda com um valor escriturado de 1,4 mil milhões de euros, incluindo 1,3 mil milhões de euros de títulos garantidos por ativos.
[4] Há um efeito associado sobre o valor escriturado da contabilidade de cobertura do justo valor efetivo pelo risco de taxa de juro para o valor escriturado dos ativos reclassificados apresentados na tabela acima. Este efeito aumenta o valor escriturado em 34 milhões de euros e 209 milhões de euros a 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respetivamente.

Todos os ativos reclassificados são geridos pela NCOU e as decisões de alienação nesta carteira são tomadas pela NCOU em conformidade com as suas competências para tomar decisões de redução do risco. Para o exercício terminado a 31 de dezembro de 2013, o Grupo vendeu ativos reclassificados com um valor escriturado de 4,4 mil milhões de euros, resultando em perdas líquidas de 206 milhões de euros e uns adicionais 130 milhões de euros relativos a perdas por imparidade em posições vendidas.

Além das vendas, a diminuição do valor escriturado dos ativos anteriormente classificados para negociação inclui resgates e maturidades de 1,0 mil milhões de euros. Uma redução adicional de 1,4 mil milhões de euros refere-se a créditos imobiliários comerciais, onde o devedor da entidade estruturada foi consolidado ao abrigo da IFRS 10 devido ao Grupo obter controlo durante o segundo e terceiro trimestres de 2013. A redução no valor escriturado de ativos anteriormente classificados como disponíveis para venda inclui resgates e maturidades de 1,1 mil milhões de euros.

Resultados de justo valor não realizados, que teriam sido reconhecidos em resultados ou resultados líquidos que teriam sido reconhecidos em Outro rendimento integral, se as reclassificações não tivessem sido feitas

em milhões de euros	2013	2012	2011
Resultados de justo valor não realizados em ativos para negociação reclassificados, antes de provisões para perdas de crédito	245	38	(11)
Imparidade (perdas)/reversão sobre os ativos financeiros reclassificados disponíveis para venda que estavam em imparidade	9	(29)	(16)
Resultados líquidos reconhecidos em outro rendimento integral representativos de Resultados de justo valor não realizados adicionais em ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados que não estavam em imparidade	130	415	133

Contribuição antes de impostos de todos os ativos reclassificados na demonstração de resultados

em milhões de euros	2013	2012	2011
Juros e rendimentos similares	272	578	691
Provisão para perdas de crédito[1]	(348)	(186)	(186)
Outros rendimentos[2]	(141)	(35)	34
Rendimentos antes de impostos sobre o rendimento em ativos para negociação reclassificados	**(217)**	**357**	**539**
Juros e rendimentos similares	96	139	153
Provisão para perdas de crédito[3]	(25)	(228)	(1)
Outros rendimentos[2]	(66)	(58)	0
Rendimentos antes de impostos sobre o rendimento em ativos financeiros disponíveis para venda reclassificados	**5**	**(147)**	**152**

[1] Aumento em 2013 impulsionado pelas imparidades de 113 milhões de euros numa única posição imobiliária comercial que foi vendida no período onde a expectativa de recuperação total tinha baixado durante o ano.
[2] Refere-se aos resultados decorrentes da venda de ativos reclassificados.
[3] Imparidades significativas contempladas em 2012 sobre duas posições de titularização; uma devido ao evento impulsionador de dificuldade financeira em 2012 e outra impulsionada pela revisão em baixa dos fluxos de caixa numa posição anteriormente em imparidade.

Ativos financeiros reclassificados: Valores escriturados e justos valores por classe de ativo

Todos os ativos reclassificados no âmbito da IAS 39 foram transferidos para a NCOU aquando da criação da nova divisão no quarto trimestre de 2012. A NCOU foi incumbida de acelerar a redução do risco para diminuir os requisitos de capital total e o total de ativos ajustados. Um conjunto de fatores é considerado para determinar se e quando vender ativos, incluindo a declaração de rendimentos, capital regulamentar e impactos da alavancagem. Os movimentos no valor escriturado e justo valor são ilustrados na tabela seguinte:

Valores escriturados e justos valores por classe de ativos reclassificados em 2008 e 2009

	31.12.2013			31.12.2012		
em milhões de euros	Valor escriturado (CV)	Justo valor (FV)	Diferença CV - FV	Valor escriturado (CV)	Justo valor (FV)	Diferença CV - FV
Ativos de titularização e títulos de dívida reclassificados:						
Obrigações municipais dos EUA	2.155	2.232	(77)	2.431	2.647	(216)
Empréstimos a estudantes ABS	1.263	1.305	(42)	1.939	1.693	246
CDO/CLO	979	938	41	3.083	2.765	318
Obrigações cobertas	885	788	97	994	722	272
Títulos hipotecários comerciais	281	260	21	923	702	221
Hipotecas residenciais ABS	74	71	3	151	120	31
Outros[1]	602	585	17	1.244	1.190	54
Total de ativos de titularização e títulos de dívida reclassificados	**6.239**	**6.179**	**60**	10.765	9.839	926
Empréstimos reclassificados:						
Hipotecas comerciais	1.463	1.428	35	4.773	4.430	343
Hipotecas residenciais	844	598	246	918	662	256
Outros	61	38	22	542	499	43
Total de empréstimos reclassificados	**2.367**	**2.064**	**303**	6.233	5.591	642
Total de ativos financeiros reclassificados em créditos	**8.606**	**8.243**	**363**	16.998	15.430	1.568

[1] Inclui títulos garantidos por ativos relacionados com a indústria de aviação e uma mistura de outros ativos de titularização e títulos de dívida.

Ativos titularizados e títulos de dívida

Obrigações municipais: As obrigações municipais dos EUA têm um justo valor acima do valor escriturado devido a serem predominantemente instrumentos de taxa fixa com taxas de juros em queda desde a reclassificação. O justo valor também é afetado pela liquidez e expectativa de mercado do risco de crédito. Verificou-se uma perda por imparidade de 19 milhões de euros face a um único devedor que se encontra em incumprimento. Havia uma pequena redução de risco direcionada nesta carteira de 0,1 mil milhões.

Obrigações cobertas: A maioria da exposição da carteira é à banca de Espanha e emitentes governamentais. O justo valor está abaixo do valor escriturado predominantemente devido às expectativas de mercado do risco de crédito, embora isto tenha melhorado durante o período. Nada na carteira se encontra em imparidade. O

valor escriturado tem diminuído através da menor atividade de redução de risco, com um pequeno ganho reconhecido na venda.

CDO/CLO: Uma carteira diversificada com uma variedade de ativos subjacentes e os níveis de tranches na estrutura de capital. A diferença entre o valor escriturado e o justo valor surge devido a um conjunto de fatores, incluindo a liquidez e o modelo de justo valor que captura as expectativas do mercado quanto às perdas previstas na sua duração em comparação com o modelo de imparidade pelo custo amortizado amplamente baseado nas perdas de crédito incorridas. O principal movimento na diferença do valor escriturado para o justo valor é devido à significativa redução de risco na carteira, com um valor escriturado de 1,1 mil milhões de euros a ser vendido com uma perda associada de 92 milhões de euros na venda. Um montante adicional de 1.000 milhões de euros foi resgatado durante o exercício. Não se retiraram significativas provisões de perdas de crédito no período, mas onde estas ocorreram, isto deveu-se a perdas de crédito incorridas sobre os ativos subjacentes, indicando uma perda sobre a tranche detida. Comparativamente com o ano anterior, registou-se uma diminuição nas provisões de perdas de crédito de 85 milhões de euros, em grande parte impulsionada por uma única posição vendida com uma perda de 73 milhões de euros em 2012 que foi classificada como em imparidade.

Empréstimos a estudantes ABS: Uma maior procura de ativos de maior rendibilidade fez com que os spreads se estreitassem e a liquidez melhorou, resultando em maiores justos valores no período, de tal modo que, em algumas posições, o justo valor excedeu o valor escriturado. O movimento do valor escriturado é devido à atividade de redução de risco, realizando perdas de 0,1 mil milhões de euros na venda. As provisões de perdas de crédito reconhecidas no período são diminutas nesta carteira.

Títulos hipotecários comerciais: A diferença do justo valor para o valor escriturado é devido a um conjunto de fatores, incluindo a liquidez e expectativas de mercado das perdas de crédito em comparação com o modelo de perdas incorridas. A atividade de redução de risco no período reduziu o valor escriturado em 0,2 mil milhões de euros com uma perda associada de 37 milhões de euros na venda. Um montante adicional de 0,3 mil milhões de euros foi resgatado durante o exercício. Adicionalmente, foram contabilizadas provisões de perdas de crédito no período de 77 milhões de euros em que a garantia subjacente sofreu uma depreciação em valor ou as perdas realizadas sobre as vendas da garantia aumentaram, resultando na probabilidade de que os fluxos de caixa totais não sejam recebidos sobre o título detido. Isto representa uma diminuição em provisões de perdas de crédito de 87 milhões de euros em relação ao ano anterior, em grande parte impulsionada por uma significativa imparidade de 134 milhões de euros assumida em 2012 (25 milhões de euros em 2013) numa única posição.

Outros: Outra inclui uma variedade de ativos, incluindo titularizações com subjacentes de aeronaves e mercadorias, exposição ao financiamento de projetos de infraestrutura e obrigações das empresas estruturadas. Registou-se uma redução de risco de 0,5 mil milhões de euros no exercício, realizando um pequeno ganho na carteira. Verificou-se uma provisão de perdas de crédito de 34 milhões de euros assumida numa exposição de financiamento de projeto, após o desempenho inferior do ativo.

Empréstimos

Hipotecas comerciais: A diferença do justo valor para o valor escriturado é devido a um conjunto de fatores, incluindo a liquidez e expectativas de mercado das perdas de crédito em comparação com o modelo de perdas incorridas. Uma significativa redução de risco na carteira de 1,3 mil milhões de euros no valor escriturado produziu pequenos ganhos, contudo, uma posição nos imóveis comerciais do Reino Unido foi alienada com uma provisão de perda de crédito associada de 113 milhões de euros. Adicionalmente, determinados Veículos de Finalidade Especial que contém propriedades de imóveis comerciais foram consolidados ao abrigo da IFRS 10, reduzindo o valor escriturado em 1,4 mil milhões de euros durante o exercício. Estas propriedades foram reconhecidas no balanço ao justo valor, incorrendo numa provisão de perda de crédito de 70 milhões de euros. Estas são classificadas em outros ativos e são detidas pelo custo menos a imparidade. Registaram-se provisões de perda de crédito adicionais de 115 milhões de euros no exercício, comparativamente a 2012.

Hipotecas residenciais: Esta categoria inclui hipotecas residenciais no Reino Unido, Itália, Espanha e Alemanha. A diferença do justo valor para o valor escriturado manteve-se consistente ano após ano predominantemente devido a uma maior taxa de desconto a ser aplicada para determinar o justo valor que, embora não observável no mercado, reflete a liquidez de mercado estimada. Não se registou nenhuma venda ou alterações significativas nas provisões de perdas de crédito na carteira no período.

14 – Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor

Controlo e métodos de avaliação

O Grupo estabeleceu um quadro de controlo da avaliação que rege normas de controlo interno, metodologias e procedimentos no âmbito do processo de avaliação.

Cotações em mercados ativos: O justo valor de instrumentos cotados em mercados ativos é determinado com base nas cotações sempre que estas representem os preços utilizados em transações regulares e recentes.

Técnicas de avaliação: O Grupo utiliza técnicas de avaliação para determinar o justo valor de instrumentos cujas cotações em mercados ativos não se encontrem disponíveis. As técnicas de avaliação utilizadas em instrumentos financeiros incluem técnicas de modelos, o uso de cotações indicativas de instrumentos representativos (proxy), cotações de transações recentes e menos regulares e cotações fornecidas por corretores.

Com alguns instrumentos financeiros é cotada uma taxa ou outro parâmetro, em vez de um preço. nestes casos, o parâmetro ou taxa de mercado é utilizado como um dado (*input*) que é introduzido num modelo de avaliação para determinar o justo valor. Para alguns instrumentos, as técnicas de modelação seguem modelos padronizados do setor como, por exemplo, análise de fluxos de caixa descontados ou modelos de preços de opções padronizados. Estes modelos dependem de fluxos de caixa futuros estimados, fatores de desconto e níveis de volatilidade. No caso de instrumentos mais complexos ou singulares, é necessário aplicar técnicas de modelos mais sofisticadas que podem basear-se em pressupostos ou parâmetros mais complexos como correlações, velocidades de pré-pagamento, taxas de incumprimento e severidade da perda.

Os modelos de avaliação requererem, frequentemente, a introdução de múltiplos parâmetros. Sempre que possível, os parâmetros introduzidos são baseados em dados observáveis e são derivados de preços de instrumentos relevantes transacionados em mercados ativos. Sempre que não estejam disponíveis dados observáveis para os parâmetros introduzidos, é tido em conta outro tipo de informação de mercado. Por exemplo, as cotações indicativas de corretores e a informação de preços do consenso, sempre que disponíveis, são utilizadas como suporte dos parâmetros introduzidos. Além disso, quando não existem dados observáveis disponíveis como suporte, os parâmetros introduzidos baseiam-se noutras fontes de informação relevantes como preços de transações semelhantes, dados passados, fundamentais económicos e informação de análises de mercado, com os ajustamentos apropriados de modo a refletir os termos do instrumento a avaliar e as atuais condições de mercado.

Ajustamentos de avaliação: Os ajustamentos de avaliação são uma parte integrante do processo de avaliação. Ao efetuar os ajustamentos de avaliação apropriados, o Grupo segue metodologias que ponderam fatores tais como margens entre preços de compra e de venda (*bid/offer spreads*), liquidez e risco de crédito e de financiamento da contraparte/próprio. Os ajustamentos de avaliação com base em *bid/offer spreads* são necessários para ajustar a avaliação de cotações intermédias de mercado à avaliação de compra ou venda apropriada. A avaliação pelo preço proposto para compra ou venda é a melhor representação do justo valor de um instrumento e, por conseguinte, do seu justo valor. O valor escriturado de uma posição longa é ajustado da cotação intermédia (*mid*) para o preço de compra proposto (*bid*) e o valor escriturado de uma posição curta é ajustado da cotação intermédia (*mid*) para o preço de venda proposto (*offer*). Os ajustamentos de avaliação com base em *bid-offer* são determinados a partir dos preços de *bid-offer* observados na respetiva atividade comercial e

em cotações de outros corretores/agentes ou outras contrapartes elegíveis conhecidas. Quando o preço cotado do instrumento já é um preço *bid/offer*, não é necessário efetuar o ajustamento de avaliação. Sempre que o justo valor de instrumentos financeiros for determinado através de uma técnica de modelo, os dados introduzidos naquele modelo são normalmente de um nível intermédio do mercado (*midmarket*). Esses instrumentos são, em geral, geridos no âmbito de uma carteira e, quando os critérios especificados são cumpridos, os ajustamentos de avaliação servem para refletir o custo de encerramento da exposição líquida que o Banco tem a um mercado individual ou riscos de contraparte. Estes ajustamentos são determinados a partir dos preços *bid/offer* observados na atividade de negociação relevante e em cotações doutros corretores/intermediários financeiros.

Sempre que sejam utilizados modelos de avaliação complexos, ou estejam a ser avaliadas posições com menos liquidez, os níveis *bid/offer* para essas posições podem não se encontrar diretamente disponíveis no mercado e, por conseguinte, é necessário estimar o custo de encerramento destas posições, modelos e parâmetros. Quando estes ajustamentos são produzidos, o Grupo examina atentamente os riscos de avaliação associados ao modelo e às próprias posições, e os ajustamentos resultantes são alvo de um acompanhamento permanente.

Os ajustamentos da avaliação do crédito da contraparte (*credit laluation adjustments* – CVA) são necessários para cobrir perdas de crédito esperadas na medida em que a técnica de avaliação não inclua já um fator de perda de crédito esperada relacionado com o risco de não-desempenho da contraparte. O montante do ajustamento de avaliação do crédito da contraparte é aplicado a todos os produtos do mercado de balcão (derivados OTC), e é determinado avaliando a potencial exposição de crédito a uma contraparte determinada e tomando em conta qualquer garantia (colateral) detida, o efeito de qualquer acordo-quadro de compensação (*netting agreement*) relevante, a perda esperada em caso de incumprimento e o risco de crédito com base em informação disponível no mercado, incluindo spreads de *swaps* de risco de incumprimento (*credit default swap* – CDS). Sempre que não estiverem disponíveis *spreads* de CDS da contraparte serão usados representantes relevantes.

O justo valor dos passivos financeiros do Grupo ao justo valor através de resultados (por ex. passivos por derivados OTC e por obrigações estruturadas designados ao justo valor através de resultados) integra a alteração do risco de crédito próprio do Grupo associado ao passivo financeiro. No caso de passivos por derivados, o Grupo considera a sua própria qualidade creditícia ao avaliar a potencial exposição futura de todas as contrapartes ao Grupo, tendo em conta garantias (colaterais) prestadas, o efeito de acordos-quadro de compensação (*master netting agreements*), perda esperada em caso de incumprimento (*loss given default – LGD*) e o próprio risco de crédito do Grupo com base no nível de mercado de *swaps* de CDS do Grupo. A alteração no risco de crédito próprio do Grupo para obrigações estruturadas é calculada descontando os fluxos de caixa contratuais do instrumento usando a taxa à qual instrumentos semelhantes seriam emitidos na data de medição, visto que isto reflete o valor da perspetiva de um participante do mercado que detém o item idêntico como um ativo.

Ao determinar o CVA relativamente a uma contraparte específica e ajustamentos da avaliação de dívida, ajustamentos adicionais são efetuados quando seja adequado para se alcançar o justo valor, devido à estimativa de perda esperada de um acordo particular, ou quando o risco de crédito a ser avaliado difere em natureza do descrito no instrumento CDS disponível.

Os ajustamentos da avaliação de financiamento (*funding valuation adjustments* – FVA) são necessários para incorporar os custos de financiamento implícitos do mercado no justo valor das posições de derivados. O FVA reflete um spread de desconto aplicado a derivados sem garantia e com garantia parcial e é determinado através da avaliação dos custos de financiamento implícitos do mercado tanto nos ativos como passivos.

Quando existe incerteza quanto aos pressupostos utilizados numa técnica de modelagem, um ajustamento adicional é assumido para calibrar o preço do modelo com o preço de mercado esperado do instrumento financeiro. Normalmente, essas transações têm níveis *bid/offer* menos observáveis, e estes ajustamentos

pretendem estimar o *bid/offer* através do cálculo do prémio de liquidez associado à transação. Quando um instrumento financeiro tem uma complexidade tal que o custo do encerrar seria superior ao custo de encerrar os seus componentes de risco, é efetuado um ajustamento suplementar para refletir esse facto.

Validação e controlo: O Grupo dispõe de um grupo independente especialista no controlo da avaliação, integrado no departamento financeiro, que supervisiona e desenvolve o quadro de controlo da avaliação e gere os processos de controlo da avaliação. O mandato desta função especializada inclui a execução do processo independente de controlo da avaliação em todas as áreas de negócio, o desenvolvimento continuado das metodologias e técnicas de controlo da avaliação, assim como a conceção e administração do quadro formal da política de controlo da avaliação. Direciona-se uma atenção especial deste grupo de controlo de avaliação independente para áreas onde o juízo de valor da direção faz parte do processo de avaliação.

Os resultados do processo de controlo da avaliação são coligidos e analisados no âmbito de um ciclo de reporte mensal normal. As variações de diferenças fora dos níveis de tolerância predefinidos e aprovados são encaminhadas dentro da função de finanças e com a direção sénior para revisão, resolução e, se necessário, ajustamento.

Para instrumentos em que o justo valor é determinado a partir de modelos de avaliação, os pressupostos e técnicas utilizados nos modelos são independentemente validados por um grupo de validação de modelo especialista independente que faz parte da função de gestão do risco do Grupo.

As cotações para transações e parâmetros introduzidos são obtidas junto de uma série de fontes terceiras, incluindo bolsas de valores, fornecedores de serviços de preços, cotações firmes de corretores e serviços de preços com base no consenso. As fontes de preços são examinadas e avaliadas com vista a determinar a qualidade da informação de justo valor que representam, conferindo uma maior ênfase às que possuem um nível mais elevado de certeza e relevância da avaliação. Os resultados são comparados com transações reais do mercado de modo a assegurar o equilíbrio entre as avaliações do modelo e os preços de mercado.

Os preços e os parâmetros introduzidos nos modelos, os pressupostos e os ajustamentos de avaliação são verificados junto de fontes independentes. Quando estes não possam ser verificados face a fontes independentes devido à falta de informação observável, a estimativa do justo valor está sujeita a procedimentos para avaliar a sua razoabilidade. Esses procedimentos incluem a realização de uma reavaliação usando modelos independentemente gerados (incluindo quando os modelos existentes são independentemente recalibrados), avaliando as avaliações face aos instrumentos de referência e outras referências e realizando técnicas de extrapolação. É feita uma apreciação para determinar se as técnicas de avaliação produzem estimativas de justo valor que reflitam os níveis de mercado, aferindo os resultados dos modelos de avaliação por referência a transações de mercado, sempre que possível.

Hierarquia de justo valor

Os instrumentos financeiros escriturados ao justo valor são classificados segundo os três níveis da hierarquia de justo valor das IFRS, a saber:

Nível 1 – Instrumentos avaliados utilizando preços cotados em mercados ativos são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado diretamente a partir de preços cotados em mercados ativos e líquidos e em que o instrumento observado no mercado é representativo daquele que está a ser avaliado no inventário do Grupo.

Estes incluem: títulos do tesouro com grande liquidez e produtos derivados, de ações e tesouraria transacionados em bolsas com elevada liquidez.

Nível 2 – Instrumentos avaliados com técnicas de avaliação utilizando dados de mercado observáveis são instrumentos em que o justo valor pode ser determinado por referência a instrumentos semelhantes negocia-

dos em mercados ativos, ou onde uma técnica é usada para derivar a avaliação mas onde todos os campos para essa técnica são observáveis.

Estes incluem: muitos derivados OTC; muitas obrigações de crédito cotadas com notação *investment-grade*; alguns *swaps* de risco de incumprimento; muitas obrigações com garantia real (*collateralized debt obligations* – CDO) e muitas ações menos líquidas.

Nível 3 – Instrumentos avaliados através de técnicas de avaliação que utilizam dados de mercado não diretamente observáveis são instrumentos em que o justo valor não pode ser determinado diretamente por referência a dados de mercado observáveis e tem de ser utilizada uma outra técnica de formação de preços. Os instrumentos classificados nesta categoria têm um elemento que não é observável e que exerce um impacto significativo no justo valor.

Estes incluem: derivados OTC mais complexos; dívida em incumprimento (*distressed debt*); obrigações extremamente estruturadas, títulos garantidos por ativos (ABS) ilíquidos; CDO (*cash* e sintéticos) ilíquidos; exposições monorramo; algumas colocações privadas de capital (*private equity*); muitos créditos imobiliários comerciais (*commercial real estate* – CRE); créditos ilíquidos; e algumas obrigações municipais.

Valor escriturado dos instrumentos financeiros detidos ao justo valor[1]

	31.12.2013			31.12.2012		
em milhões de euros	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros detidos ao justo valor:						
Títulos para negociação	86.325	94.269	6.960	116.238	100.863	10.306
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	7.421	486.614	10.556	9.742	743.401	15.210
Outros ativos detidos para negociação	309	17.143	5.065	671	21.772	4.609
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	7.083	174.391	3.123	5.273	177.798	3.956
Ativos financeiros disponíveis para venda	23.948	21.049	3.329	17.709	27.751	3.940
Outros ativos financeiros ao justo valor[2,3]	60	7.347[2]	1	0	8.301[2]	0
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	125.146	800.811	29.033	149.633	1.079.887	38.021
Passivos financeiros detidos ao justo valor:						
Títulos para negociação	36.438	18.490	24	39.514	12.890	318
Valores de mercado negativos de instrumentos financeiros derivados	7.815	467.293	8.321	10.875	732.491	9.286
Outros passivos detidos para negociação	12	841	0	68	1.610	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	197	88.466	1.442	3	108.989	1.417
Passivos por contratos de investimento[4]	0	8.067	0	0	7.732	0
Outros passivos financeiros ao justo valor [2,3]	4	1.495[2]	(247)[5]	0	4.632[2]	(176)[5]
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	44.465	584.651	9.539	50.461	868.345	10.845

[1] Os montantes nesta tabela são, de modo geral, apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".
[2] Refere-se predominantemente a derivados elegíveis para a contabilidade de cobertura.
[3] Inclui ativos e passivos detidos para venda relativos a BHF-BANK em 2013.
[4] Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor. Consultar a Nota 41, "Contratos de seguro e de investimento" para mais detalhes sobre esses contratos.
[5] Refere-se a derivados embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado. Os derivados embutidos separados podem ter um justo valor positivo ou negativo, mas foram apresentados neste quadro em consonância com a classificação do contrato de acolhimento (*host contract*). Os derivados embutidos separados são detidos ao justo valor numa base recorrente e foram divididos pelas várias classificações da hierarquia de justo valor.

Não se verificaram transferências significativas de instrumentos entre o nível 1 e o nível 2 da hierarquia de justo valor.

Técnicas de avaliação

O seguinte é uma explicação das técnicas de avaliação utilizadas ao estabelecer o justo valor dos diferentes tipos de instrumentos financeiros que o Grupo comercializa.

Dívida soberana, quase-soberana e de empresas e títulos de capital: Quando não existem transações recentes, então o justo valor pode ser determinado a partir do último preço de mercado ajustado de acordo com todas as alterações em riscos e informações desde essa data. Quando existir um instrumento representativo semelhante cotado num mercado ativo, o justo valor é determinado ajustando o valor representativo (*proxy*) às diferenças de perfil de risco dos instrumentos. Quando não existirem instrumentos representativos semelhantes, o justo valor é estimado com recurso a técnicas de modelos mais complexas. Estas técnicas incluem modelos de fluxos de caixa descontados que utilizam taxas de mercado correntes para os riscos de crédito, de taxa de juro, de liquidez e outros. As técnicas de modelos aplicáveis a títulos de capital podem igualmente incluir as que se baseiam em múltiplos de lucros.

Os títulos garantidos por créditos hipotecários e outros títulos garantidos por ativos (*mortgage- and other asset-backed securities* – MBS/ABS) incluem os MBS para habitação e para fins comerciais e outros ABS, incluindo os CDO. Os ABS possuem características específicas porque os ativos subjacentes são diferentes e as entidades emitentes têm estruturas de capital distintas. A complexidade aumenta ainda mais quando os ativos subjacentes também são ABS, como é o caso de muitos instrumentos CDO.

Quando não existe uma fonte externa de preços fidedigna, os ABS são avaliados, se aplicável, através da análise de valor relativo, executada com base em transações semelhantes observáveis no mercado, ou através de modelos de avaliação padronizados do setor que integram os dados observáveis disponíveis. Os modelos externos padronizados do setor calculam os pagamentos de capital e de juro para uma determinada operação com base em pressupostos que podem ser testados de forma independente. Os dados introduzidos incluem velocidades de pré-pagamento, pressupostos de perda (momento e severidade) e taxa de desconto (*spread, yield* ou margem de desconto). Estes pressupostos/dados introduzidos são obtidos a partir de transações reais, estudos de mercado externos e índices do mercado, consoante o caso.

Empréstimos: No caso de certos créditos, o justo valor pode ser determinado a partir do preço de mercado de uma transação recente, ajustado a alterações de risco e informações desde a data da transação. Quando não existirem transações de mercado recentes para determinar o justo valor, utilizam-se cotações de corretores, preços baseados no consenso, instrumentos representativos (*proxy*) ou modelos de fluxos de caixa descontados. Os modelos de fluxos de caixa descontados integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de crédito ou CDS, quando disponíveis e se apropriado.

Os créditos alavancados podem ter características específicas da própria transação, o que pode limitar a relevância das transações observadas no mercado. Sempre que existam transações semelhantes para as quais estejam disponíveis cotações observáveis provenientes de serviços de preços externos, essa informação é utilizada com os necessários ajustamentos de modo a refletir as diferenças entre transações. Quando não existirem transações semelhantes, é utilizada uma técnica de avaliação de fluxos de caixa descontados, com spreads de crédito retirados do índice de desempenho de empréstimos alavancados (*leveraged loan index*) apropriado, que integra a classificação do setor, subordinação do crédito e outras informações relevantes sobre o crédito e a contraparte do crédito.

Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão: As transações de mercado padronizadas em mercados de negociação líquidos, como *swaps* de taxas de juro, contratos a prazo cambiais e contratos de opções em divisas do G7; e contratos de opções e *swap* de ações sobre títulos cotados ou índices, são avaliados através de modelos de mercado padronizados e parâmetros cotados. Os parâmetros introduzidos são obtidos em serviços de preços, serviços de preços baseados no consenso e transações realizadas recentemente em mercados ativos, sempre que possível.

Os instrumentos mais complexos são modelados através de técnicas de modelos mais sofisticadas, específicas de cada instrumento, e são calibrados por referência a preços de mercado disponíveis. Sempre que o

resultado do modelo não esteja calibrado por uma referência de mercado relevante, são efetuados ajustamentos de avaliação ao resultado do modelo de modo a corrigir uma eventual diferença. Em mercados menos ativos, os dados são obtidos a partir de transações de mercado menos frequentes, cotações de corretores e por via de técnicas de extrapolação e interpolação. Quando não existem preços ou campos observáveis disponíveis, o juízo de valor da direção é necessário para determinar os justos valores através da avaliação de outras fontes de informação relevantes, como dados passados, a análise fundamental da economia da transação e informação representativa de transações semelhantes.

Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor: O justo valor dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor incorpora todos os fatores de risco de mercado incluindo uma medida do risco de crédito relevante do Grupo por esse passivo financeiro. Os passivos financeiros englobam emissões de obrigações estruturadas, depósitos estruturados e outros títulos estruturados emitidos por veículos consolidados, que podem não estar admitidos à cotação num mercado ativo. O justo valor destes passivos financeiros é determinado descontando os fluxos de caixa contratuais com base na curva de rendimentos ajustada ao crédito relevante. Os parâmetros de risco de mercado são avaliados consistentemente face a instrumentos similares detidos como ativos, por exemplo, quaisquer derivados incorporados nas obrigações estruturadas são avaliados utilizando a mesma metodologia referida na secção acima “Instrumentos financeiros derivados do mercado de balcão”.

Quando os passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados pela opção de justo valor são garantidos, como títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra, a melhoria de crédito é contabilizado na justa avaliação do passivo.

Passivos por contratos de investimento: Ativos que estão relacionados com passivos por contraltos de investimento são propriedade do Grupo. O contrato de investimento obriga o Grupo a utilizar estes ativos para liquidar estes passivos. Por conseguinte, o justo valor de passivos por contratos de investimento é determinado pelo justo valor dos ativos subjacentes (por ex. montante a pagar no resgate de uma apólice).

Análise de instrumentos financeiros com justo valor derivado de técnicas de avaliação que contêm parâmetros inobserváveis significativos (nível 3)

Alguns dos instrumentos no nível 3 da hierarquia de justo valor têm exposições de compensação idênticas ou similares ao campo introduzido não-observável. Contudo, em conformidade com as IFRS, eles são obrigados a ser apresentados como ativos e passivos brutos.

Títulos detidos para negociação: Algumas obrigações de empresas ilíquidas dos mercados emergentes e obrigações de empresas ilíquidas e extremamente estruturadas são incluídas neste nível da hierarquia. São também reportadas aqui algumas participações de obrigações emitidas por entidades de titularização, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e para fins comerciais, obrigações com garantia real e outros títulos garantidos por ativos. A diminuição no exercício deve-se, principalmente, a uma combinação de vendas e transferências entre os níveis 2 e 3 devido às mudanças na observabilidade dos parâmetros introduzidos e utilizados para avaliar estes instrumentos.

Valores de mercado positivos e negativos de instrumentos derivados categorizados neste nível da hierarquia de justo valor são avaliados com base num ou mais parâmetros inobserváveis significativos. Os parâmetros inobserváveis podem incluir certas correlações, certas volatilidades a mais longo prazo, certas taxas de pré-pagamento, spreads de crédito e outros parâmetros específicos da própria transação.

Os derivados de nível 3 incluem derivados CDO personalizados em que o conjunto subjacente de referência de ativos de empresas não é estreitamente comparável com índices transacionados regularmente no mercado; alguns derivados de crédito sobre índices em tranches; algumas opções em que a volatilidade é inobservável; algumas opções sobre cabazes em que as correlações entre os ativos subjacentes de referência são inobserváveis; derivados de opções sobre taxas de juro a mais longo prazo; derivados cambiais multidivisas; e certos *swaps* de risco de incumprimento para os quais o *spread* de crédito é inobservável.

A diminuição no exercício deveu-se a perdas do valor de mercado nos instrumentos e liquidações.

Os outros instrumentos para negociação classificados no nível 3 da hierarquia de justo valor consistem, principalmente, em créditos transacionados avaliados através de modelos de avaliação baseados num ou vários parâmetros inobserváveis significativos. Os créditos de nível 3 incluem créditos alavancados ilíquidos e créditos hipotecários ilíquidos para habitação e para fins comerciais. O saldo aumentou no exercício, principalmente, devido a novos empréstimos originados.

Ativos/passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados: Alguns empréstimos a empresas e responsabilidades estruturadas que são designados ao justo valor através de resultados ao abrigo da opção de justo valor são classificados neste nível da hierarquia de justo valor. Os empréstimos a empresas são avaliados através de técnicas de avaliação que integram spreads de crédito observáveis, taxas de recuperação e parâmetros inobserváveis de utilização de crédito. As linhas de crédito renováveis são reportadas no terceiro nível da hierarquia, porque o parâmetro de utilização em caso de incumprimento é significativo e inobservável.

Adicionalmente, algumas emissões de dívida híbridas designadas ao justo valor através de resultados que contêm derivados embutidos são avaliadas com base em parâmetros inobserváveis significativos. Estes parâmetros inobserváveis incluem correlações de volatilidade de uma única ação. A diminuição de ativos durante o período deve-se, principalmente, às liquidações.

Ativos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital não cotados em que não há nenhuma representação semelhantes e o mercado é muito ilíquido. A diminuição de ativos durante o período deve-se, principalmente, às liquidações.

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

Conciliação de instrumentos financeiros classificados no Nível 3

										31.12.2013
em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de empresas consolidadas	Total dos resultados [1]	Compras	Vendas	Emissões [2]	Liquidações [3]	Transferências para o Nível 3 [4]	Transferências para fora do Nível 3 [4]	Saldo, fim do exercício
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	10.306	0	(64)	1.142	(2.981)	0	(911)	2.256	(2.788)	6.960
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	15.210	0	(2.355)	0	0	0	(2.113)	1.924	(2.111)	10.556
Outros ativos detidos para negociação	4.609	0	(218)	1.485	(1.744)	1.266	(651)	706	(389)	5.065
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	3.956	0	170	25	(41)	906	(1.815)	258	(336)	3.123
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	3.940	(80)	15 [5]	1.143	(160)	0	(1.417)	709	(820) [6]	3.329
Outros ativos financeiros ao justo valor	0	0	0	0	0	0	0	1 [6]	0	1
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	38.021	(80)	(2.452) [7,8]	3.794	(4.925)	2.173	(6.907)	5.853	(6.444)	29.033
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	318	0	8	0	0	0	(169)	12	(146)	24
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	9.286	0	224	0	0	0	(1.241)	1.684	(1.631)	8.321
Outros passivos detidos para negociação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	1.417	0	(275)	0	0	108	(94)	570	(284)	1.442
Outros passivos financeiros ao justo valor	(176)	0	159	0	0	0	35	(220)	(45)	(247)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	10.845	0	116 [7,8]	0	0	108	(1.468)	2.045	(2.106)	9.539

[1] Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.

[2] Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.

[3] Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.

[4] As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do ano. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.

[5] O total de resultados sobre disponíveis para venda inclui um ganho de 10 milhões de euros reconhecido em outro rendimento integral, após impostos, e um ganho de 20 milhões de euros reconhecido na rubrica "Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados".

[6] Inclui uma transferência de ativos financeiros disponíveis para venda para ativos detidos para venda de 1 milhão de euros relativamente a BHF-BANK.

[7] Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é uma perda de 497 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, esta é uma perda de 60 milhões de euros. O efeito de alterações das taxas de câmbio é reportado em outro rendimento integral, após impostos.

[8] Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

										31.12.2012
em milhões de euros	Saldo, início do exercício	Alterações no grupo de empresas consolidadas	Total dos resultados [1]	Compras	Vendas	Emissões [2]	Liquidações [3]	Transferências para o Nível 3 [4]	Transferências para fora do Nível 3 [4]	Saldo, fim do exercício
Ativos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	11.268	5	310	2.695	(2.849)	0	(1.453)	1.877	(1.545)	10.306
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	21.626	0	(4.029)	0	0	0	(2.274)	2.342	(2.455)	15.210
Outros ativos detidos para negociação	5.218	(75)	114	813	(1.362)	900	(535)	467	(930)	4.609
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	5.162	0	318	384	(211)	1.025	(2.500)	60	(282)	3.956
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.295	0	142[5]	1.951	(1.503)	0	(1.077)	342	(210)	3.940
Outros ativos financeiros ao justo valor	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	47.568	(70)	(3.145)[6,7]	5.843	(5.925)	1.926	(7.839)	5.088	(5.423)	38.021
Passivos financeiros detidos ao justo valor:										
Títulos para negociação	266	5	5	0	0	0	(26)	109	(41)	318
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	11.306	0	(467)	0	0	0	(1.480)	2.194	(2.268)	9.286
Outros passivos detidos para negociação	14	0	(0)	0	0	0	0	0	(14)	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	2.140	26	(842)	0	0	50	(247)	437	(147)	1.417
Outros passivos financeiros ao justo valor	(250)	0	129	0	0	0	(5)	(10)	(40)	(176)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	13.476	31	(1.175)[6,7]	0	0	50	(1.758)	2.731	(2.510)	10.845

[1] Os ganhos e perdas totais referem-se predominantemente a resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados reportados na demonstração consolidada dos resultados. O saldo também inclui resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda reportados na demonstração consolidada dos resultados e resultados não realizados em ativos financeiros disponíveis para venda e alterações das taxas de câmbio reportados em outro rendimento integral, após impostos. Mais, embora alguns instrumentos estejam cobertos por instrumentos dos níveis 1 ou 2, o quadro seguinte não inclui os resultados nestes instrumentos de cobertura. Além disso, para determinar o justo valor de um instrumento classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor podem ser utilizados parâmetros observáveis e inobserváveis; os resultados apresentados a seguir são atribuíveis a movimentos em parâmetros observáveis e inobserváveis.

[2] Emissões referem-se ao montante em dinheiro recebido na emissão de um passivo e ao montante em dinheiro pago na emissão primária de um crédito a um devedor.

[3] Liquidações representam fluxos de caixa para liquidar o ativo ou passivo. No caso de instrumentos de dívida ou de crédito, inclui o capital na maturidade, as amortizações de capital e os reembolsos de capital. No caso de derivados, todos os fluxos de caixa são apresentados em liquidações.

[4] As transferências para dentro e fora do nível 3 estão relacionadas com as alterações na observabilidade dos parâmetros introduzidos. Durante o exercício, estas são registados pelo seu justo valor no início do exercício. No caso de instrumentos transferidos para o nível 3, o quadro apresenta os ganhos e perdas e os fluxos de caixa nos instrumentos como se tivessem sido transferidos no início do exercício. De modo similar às transferências de instrumentos para fora do nível 3, a tabela não apresenta quaisquer resultados ou fluxos de caixa sobre os instrumentos durante o exercício, visto que a tabela é apresentada como se estes tivessem sido transferidos para fora no início do exercício.

[5] O total de resultados sobre disponíveis para venda inclui uma perda de 39 milhões de euros reconhecido em outro rendimento integral, após impostos, e um ganho de 118 milhões de euros reconhecido na rubrica "Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados".

[6] Este montante inclui o efeito das alterações das taxas de câmbio. Para o total de ativos financeiros detidos ao justo valor, este efeito é uma perda de 129 milhões de euros e para o total de passivos financeiros detidos ao justo valor, esta é uma perda de 37 milhões de euros. O efeito de alterações das taxas de câmbio é reportado em outro rendimento integral, após impostos.

[7] Nos ativos, saldos positivos representam ganhos, saldos negativos representam perdas. Nos passivos, saldos positivos representam perdas, saldos negativos representam ganhos.

Análise de sensibilidade de parâmetros inobserváveis

Sempre que o valor dos instrumentos financeiros dependa de parâmetros inobserváveis, o nível preciso destes parâmetros à data do balanço pode ser retirado de um intervalo de alternativas razoavelmente possíveis. ao preparar as demonstrações financeiras, são escolhidos os níveis apropriados para aqueles parâmetros inobserváveis de modo a que sejam consistentes com as evidências do mercado e estejam em consonância com a abordagem de controlo da avaliação do Grupo, atrás descrita. Se o Grupo tivesse ajustado os instrumentos financeiros em causa utilizando valores de parâmetros retirados dos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis, à data de 31 de dezembro de 2013 poderia ter aumentado o justo valor em

3,0 mil milhões de euros ou diminuído o justo valor em 2,6 mil milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2012, poderia ter aumentado o justo valor em tanto quanto 4,0 mil milhões de euros ou ter baixado o justo valor em tanto quanto 3,9 mil milhões de euros. Ao estimar estes impactos, o Grupo reavaliou certos instrumentos financeiros utilizando parâmetros com valores alternativos razoavelmente possíveis, ou utilizou uma abordagem baseada na metodologia de ajustamento de avaliação para ajustamentos de valores baseados no *bid/offer spread*. Os ajustamentos de avaliação do *spread* de *bid-offer* refletem o montante que tem que ser pago para se fechar uma participação num instrumento ou componente de risco e, como tal, eles refletem fatores como a iliquidez de mercado e a incerteza.

Esta divulgação pretende ilustrar o potencial impacto da incerteza relativa no justo valor de instrumentos financeiros cuja avaliação depende de parâmetros inobserváveis. No entanto, na prática é improvável que todos os parâmetros inobserváveis estivessem simultaneamente nos extremos dos intervalos de alternativas razoavelmente possíveis. Assim, é provável que as estimativas atrás divulgadas sejam maiores do que a verdadeira incerteza associada ao justo valor à data do balanço. Além disso, a divulgação não é preditiva nem indicativa de futuros movimentos do justo valor.

Em muitos dos instrumentos financeiros aqui referidos, em particular derivados, os parâmetros inobserváveis representam apenas um subconjunto dos parâmetros necessários para avaliar o instrumento financeiro, sendo os restantes observáveis. Assim, nestes instrumentos, o impacto global de deslocar os parâmetros inobserváveis para os extremos dos seus intervalos pode ser relativamente pequeno em comparação com o justo valor total do instrumento financeiro. Em outros instrumentos, o justo valor é determinado com base no preço de todo o instrumento, por exemplo, ajustando o justo valor a um instrumento representativo razoável. Além disso, todos os instrumentos financeiros já são escriturados a justos valores que incluem ajustamentos de avaliação ao custo de encerramento do instrumento e, portanto, já têm em conta o fator de incerteza uma vez que este já está refletido no preço de mercado. Assim, qualquer impacto negativo da incerteza calculado nesta divulgação será superior ao que já está incluído no justo valor apresentado nas demonstrações financeiras.

Decomposição da análise de sensibilidade por tipo de instrumento[1]

	31.12.2013	
em milhões de euros	Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis
Títulos:		
Títulos de dívida	643	542
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	39	32
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	233	229
Títulos de dívida pública e semipública	6	6
Títulos de dívida de empresas e outros títulos de dívida	365	275
Títulos de capital	32	97
Derivados:		
Crédito	524	509
Ações	281	171
Relacionados com os juros	405	255
Divisas	24	6
Outros	83	61
Empréstimos:		
Empréstimos	701	619
Compromissos de crédito	17	17
Outros	255	277
Total	2.966	2.554

[1] Sempre que a exposição a um parâmetro inobservável seja compensada por diferentes instrumentos, só é apresentado o impacto líquido.

em milhões de euros	31.12.2012 Movimento positivo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis	 Movimento negativo de justo valor por utilizar alternativas possíveis razoáveis
Derivados:		
Crédito	732	1.118
Ações	169	131
Relacionados com os juros	126	85
Híbridos	368	254
Outros	286	260
Títulos:		
Títulos de dívida	1.931	1.725
Títulos de capital	19	19
Garantidos por créditos hipotecários e por ativos	0	0
Empréstimos:		
Créditos alavancados	0	0
Créditos comerciais	0	0
Empréstimos negociados	325	288
Total	3.956	3.880

Informações quantitativas sobre a sensibilidade de dados inobserváveis significativos

O comportamento dos parâmetros inobserváveis na mensuração do justo valor de nível 3 não é necessariamente independente e existem, frequentemente, relações dinâmicas existem entre ambos os outros dois parâmetros inobserváveis e parâmetros observáveis. Essas relações, quando são importantes para o justo valor de um determinado instrumento, são explicitamente capturadas através de parâmetros de correlação ou, de outro modo, são controladas através de modelos de preços ou técnicas de avaliação. Frequentemente, quando uma técnica de avaliação utiliza mais de um dado, a escolha de um determinado dado estará vinculada ao intervalo de possíveis valores para outros dados. Além disso, os fatores de mercado mais amplos (tais como taxas de juros, ações, crédito ou índices de matérias-primas ou taxas de câmbio) também podem ter efeitos.

O intervalo de valores apresentado abaixo representa os dados introduzidos maiores e menores utilizados para avaliar as significativas exposições no nível 3. A diversidade de instrumentos financeiros que compõem a divulgação é significativa e, por conseguinte, os intervalos de determinados parâmetros podem ser grandes. Por exemplo, o intervalo dos *spreads* de crédito em títulos garantidos por hipotecas representa as posições com desempenho mais líquidas com *spreads* mais baixos e depois as posições menos líquidas, sem desempenho, que terão maiores *spreads* de crédito. Visto que o nível 3 contém os instrumentos de justo valor menos líquidos, é de se esperar os amplos intervalos dos parâmetros vistos, dado que existe um elevado grau de diferenciação de preços dentro de cada tipo de exposição para captar as dinâmicas do mercado relevante. A seguir, é fornecida uma breve descrição de cada um dos tipos de parâmetro de princípio, juntamente com um comentário sobre as significativas inter-relações entre eles.

Os parâmetros de crédito são utilizados para avaliar a qualidade creditícia de uma exposição, permitindo a probabilidade de incumprimento e resultando em perdas de um incumprimento a ser representado. O *spread* de crédito é o principal reflexo da qualidade creditícia e representa o prémio ou retornos de rendibilidade acima do instrumento de referência (tipicamente LIBOR, ou relevante Instrumento do Tesouro, dependendo do ativo a ser avaliado), que um titular de obrigações iria requerer para permitir a diferença de qualidade de crédito entre essa entidade e a referência. Os *spreads* de crédito mais elevados irão indicar uma qualidade creditícia mais baixa e conduzir a um valor inferior para uma determinada obrigação ou outro ativo de empréstimo que deve ser reembolsado ao Banco pelo devedor. As taxas de recuperação representam uma estimativa do montante que um credor receberia em caso de um incumprimento de um empréstimo, ou que um titular de obrigações receberia no caso de incumprimento da obrigação. As taxas de recuperação mais altas darão uma avaliação mais elevada por uma determinada posição de obrigação, se os outros parâmetros se mantiverem constantes. A taxa de incumprimento constante (*constant default rate* – CDR) e a taxa de pré-pagamento constante (*constant prepayment rate* – CPR) permitem que empréstimos e ativos de dívida mais complexos sejam avaliados, visto que estes parâmetros estimam os incumprimentos em curso decorrentes dos reembol-

sos e cupões programados, ou se o devedor está a fazer pré-pagamentos (geralmente voluntários) adicionais. Estes parâmetros são particularmente relevantes quando se forma uma opinião sobre o justo valor para hipotecas ou outros tipos de empréstimos, onde os reembolsos são fornecidos pelo devedor ao longo do tempo, ou quando o devedor pode pagar antecipadamente o empréstimo (visto, por exemplo, nalgumas hipotecas residenciais). Uma CDR superior conduzirá a uma menor avaliação de um determinado empréstimo ou hipoteca, visto que o credor irá receber, em última análise, menos dinheiro.

As taxas de juro, *spreads* de crédito, taxas de inflação, taxas de câmbio e cotações são referidos nalguns instrumentos de opção ou outros derivados complexos, em que o pagamento que um titular do derivado receberá está dependente do comportamento destas referências subjacente ao longo do tempo. Os parâmetros de volatilidade descrevem atributos-chave do comportamento da opção, permitindo que a variabilidade de retornos do instrumento subjacente seja avaliada. Esta volatilidade é uma medida de probabilidade, com maiores volatilidades que indiciam maiores probabilidades de ocorrer um resultado específico. As referências subjacentes (taxas de juro, *spreads* de crédito, etc.) têm um efeito sobre a avaliação de opções, descrevendo a dimensão do retorno que se pode esperar da opção. Por conseguinte, o valor de uma determinada opção está dependente do valor do instrumento subjacente e a volatilidade desse instrumento, que representa a dimensão do pagamento e a probabilidade desse pagamento ocorrer. Quando as volatilidades são elevadas, o titular da opção verá um valor de opção superior, visto que há maior probabilidade de retornos positivos. Um valor mais elevado da opção também ocorrerá quando o pagamento descrito pela opção é significativo.

As correlações são utilizadas para descrever relações influentes entre as referências subjacentes em que um derivado ou outro instrumento tem mais que uma referência subjacente. Algumas destas relações, por exemplo, correlação de matérias-primas e correlações de taxa de juro ou taxas de câmbio, tipicamente baseiam-se em fatores macroeconómicos tais como o impacto da procura global em grupos de matérias-primas, ou o efeito de paridade de preços das taxas de juro sobre taxas de câmbio. Podem existir relações mais específicas entre as referências de crédito ou ações de capital no caso de derivados de crédito e derivados de conjunto de ações, por exemplo. As correlações de crédito são utilizadas para estimar a relação entre o desempenho do crédito de um leque de nomes de crédito e as correlações de ações são utilizadas para estimar a relação entre os retornos de um leque de ações. Um derivado com uma exposição de correlação será de correlação longa ou curta. Uma elevada correlação sugere que existe uma forte relação entre as referências subjacentes e isso conduzirá a um aumento no valor de um derivado de correlação longa. As correlações negativas sugerem que a relação entre as referências subjacentes é adversa, ou seja, um aumento no preço de uma referência subjacente conduzirá a uma redução no preço da outra.

Pode-se utilizar uma abordagem múltipla do EBITDA (“lucros antes de juros, impostos, depreciação e amortização”) na avaliação de títulos menos líquidos. Sob esta abordagem, o valor da empresa (*enterprise value* – EV) de uma entidade pode ser estimado através da identificação do rácio do EV para o EBITDA de uma entidade observável comparável e aplicando-se este rácio ao EBITDA da entidade para a qual uma avaliação está a ser estimada. Sob esta abordagem, um ajustamento de liquidez é frequentemente aplicado devido à diferença de liquidez entre os comparáveis geralmente cotados utilizados e a empresa sob avaliação. Um múltiplo EV/EBITDA superior resultará num justo valor mais elevado.

Instrumentos financeiros classificados no nível 3 e informações quantitativas sobre dados inobserváveis

31.12.2013

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	Justo valor Ativo	Justo valor Passivo	Técnica(s) de avaliação[1]	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor – detidos para negociação, designados ao justo valor disponíveis para venda:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação:						
Títulos garantidos por créditos hipotecários comerciais	361	0	Baseado no preço	Preço	0%	103%
			Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	100	2.470
				Taxa de incumprimento constante	1%	3%
Títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	2.274	0	Baseado no preço	Preço	0%	134%
			Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	70	3.180
				Taxa de recuperação	0%	70%
				Taxa de incumprimento constante	0%	25%
				Taxa de pré-pagamento constante	0%	30%
Total de títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos	**2.635**	**0**				
Títulos de dívidas e outras obrigações de dívida	4.016	1.205	Baseado no preço	Preço	0%	156%
Detido para negociação	3.898	16	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	438	5.000
Obrigações soberanas e quase soberanas	597					
Títulos de dívida de empresas e outros títulos de dívida	3.300					
Disponíveis para venda	118					
Designado ao justo valor		1.189				
Títulos de capital	1.074	8	Abordagem de mercado	Preço por valor do ativo líquido	62%	100%
Detido para negociação	428	8		Valor da empresa/EBITDA (múltiplo)	1	14
Disponíveis para venda	646		Fluxo de caixa descontado	Custo médio ponderado do capital	7%	12%
Empréstimos	8.878	0	Baseado no preço	Preço	0%	122%
Detido para negociação	4.280	0	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	59	3.500
Designado ao justo valor	2.621			Taxa de incumprimento constante	5%	22%
Disponíveis para venda	1.976			Taxa de recuperação	15%	60%
Compromissos de crédito	0	186	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	5	1.000
				Taxa de recuperação	35%	80%
			Modelo de preços de empréstimo	Utilização	0%	100%
Outros instrumentos financeiros	1.875[2]	67[3]	Fluxo de caixa descontado	IRR	2%	46%
Total de instrumentos financeiros não derivados detidos ao justo valor	**18.477**	**1.466**				

[1] A(s) técnica(s) de avaliação e, subsequentemente, os dados inobserváveis importantes referem-se à respetiva posição total.
[2] Outros ativos financeiros incluem 784 milhões de euros de outros ativos negociáveis, 502 milhões de euros de outros ativos financeiros designados ao justo valor, 588 milhões de euros de outros ativos financeiros disponíveis para venda e 1 milhão de euros de ativos detidos para venda relativos a BHF-BANK.
[3] Outros passivos financeiros incluem 67 milhões de euros de outros passivos financeiros designados ao justo valor.

em milhões de euros (exceto se indicado em contrário)	31.12.2013 Justo valor Ativo	Passivo	Técnica(s) de avaliação	Dados não observáveis significativos (Nível 3)	Intervalo	
Instrumentos financeiros detidos ao justo valor:						
Valores de mercado de instrumentos financeiros derivados:						
Derivados de taxa de juros	2.551	2.156	Fluxo de caixa descontado	Taxa de *swap* (bps)	2	1.336
				Taxa de *swap* sobre a inflação	0%	8%
			Modelo de preços de opção	Volatilidade da inflação	0%	3%
				Volatilidade das taxas de juros	10%	95%
				Correlação IR - IR	(2)%	91%
				Correlação híbrida	(70)%	95%
Derivados de crédito	4.377	2.334	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	2	4.093
				Taxa de recuperação	0%	75%
			Modelo de correlação de preços	Correlação de crédito	13%	88%
Derivados de ações	1.419	1.987	Modelo de preços de opção	Volatilidade de ações	10%	100%
				Volatilidade de índice	11%	98%
				Índice - correlação de índice	62%	98%
				Ação - correlação de ação	10%	97%
Derivados FX	529	455	Modelo de preços de opção	Volatilidade	0%	30%
Outros derivados	1.680	1.142[1]	Fluxo de caixa descontado	*Spread* de crédito (bps)	320	1.500
			Modelo de preços de opção	Volatilidade de índice	4%	23%
				Correlação de matérias-primas	(30)%	100%
				Contratos a prazo de matérias-primas (€/Ton)	97	106
Total de instrumentos financeiros derivados com valores de mercado	10.556	8.074				

[1] Inclui derivados que estão embutidos em contratos em que o contrato de acolhimento (*host contract*) é detido ao custo amortizado e o derivado embutido é separado.

Resultados não realizados em instrumentos de nível 3 detidos ou em emissão à data de reporte

Os resultados não realizados não se devem apenas a parâmetros inobserváveis. Muitos dos parâmetros introduzidos para a avaliação de instrumentos neste nível da hierarquia são observáveis e o resultado deve-se, em parte, aos movimentos nestes parâmetros observáveis ao longo do período. Muitas das posições neste nível da hierarquia são economicamente cobertas pelos instrumentos que são categorizados noutros níveis da hierarquia de justo valor. Os ganhos e perdas por compensação que foram registados em todas essas coberturas não estão incluídos na tabela abaixo, a qual apenas mostra os ganhos e perdas relacionados com os próprios instrumentos classificados no nível 3 detidos à data de reporte, em conformidade com a IFRS 13. Os resultados não realizados em instrumentos de nível 3 estão incluídos no rendimento de juros líquido e resultados líquidos com ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados na demonstração de resultados consolidados.

em milhões de euros	31.12.2013
Ativos financeiros detidos ao justo valor:	
Títulos para negociação	(5)
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos	(1.609)
Outros ativos detidos para negociação	(50)
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	220
Ativos financeiros disponíveis para venda	25
Outros ativos financeiros ao justo valor	0
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor	(1.419)
Passivos financeiros detidos ao justo valor:	
Títulos para negociação	5
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos	(396)
Outros passivos detidos para negociação	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	25
Outros passivos financeiros ao justo valor	(159)
Total de passivos financeiros detidos ao justo valor	(525)
Total	(1.944)

Reconhecimento de lucros à data da operação

Se forem utilizados dados inobserváveis significativos numa técnica de avaliação, o instrumento financeiro é reconhecido ao preço de transação e qualquer lucro à data da operação (*trade date*) é diferido. O quadro seguinte apresenta a variação anual dos lucros à data da operação diferidos devido a parâmetros inobserváveis significativos referentes a instrumentos financeiros classificados ao justo valor através de resultados. O saldo está predominantemente relacionado com os instrumentos derivados.

em milhões de euros	2013	2012
Saldo, início do exercício	**699**	645
Novas operações durante o período	595	519
Amortização	(315)	(231)
Operações vencidas	(127)	(179)
Transição subsequente para observabilidade	(40)	(50)
Alterações das taxas de câmbio	(16)	(5)
Saldo, fim do exercício	**796**	699

15 – Justo valor de instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor

As técnicas de avaliação utilizadas para determinar o justo valor dos instrumentos financeiros do Grupo que não são escriturados ao justo valor no balanço e a respetiva categorização hierárquica ao justo valor pelas IFRS são compatíveis com as descritas na Nota 14, "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor".

Tal como se descreve na Nota 13, "Alterações à IAS 39 e à IFRS 7, Reclassificação de ativos financeiros", o Grupo reclassificou certos ativos elegíveis das categorias de negociação e disponíveis para venda para créditos. O Grupo continua a aplicar as técnicas de avaliação relevantes estabelecidas na Nota 14, "Instrumentos financeiros escriturados ao justo valor" aos ativos reclassificados.

Outros instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor não são geridos numa base de justo valor como, por exemplo, créditos e depósitos do segmento de retalho e linhas de crédito concedidas a clientes empresariais. Para estes instrumentos, os justos valores são calculados apenas para efeitos de divulgação e não têm qualquer impacto no balanço ou na demonstração de resultados. Além disso, visto que os instrumentos não são, de modo geral, transacionados, é necessário um juízo de valor significativo por parte da direção para determinar estes justos valores.

Instrumentos financeiros de curto prazo: O valor escriturado representa uma estimativa razoável do justo valor para os seguintes instrumentos financeiros que são, predominantemente, de curto prazo:

Ativo	Passivo
Caixa e disponibilidades em bancos	Depósitos
Depósitos remunerados em bancos	Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	Títulos cedidos por empréstimo
Títulos obtidos por empréstimo	Outros empréstimos a curto prazo
Outros ativos	Outros passivos

Relativamente aos instrumentos financeiros de longo prazo inseridos nestas categorias, o justo valor é determinado descontando os fluxos de caixa contratuais com base nas taxas que poderiam ser obtidas em ativos com maturidades residuais e risco de crédito semelhantes e, no caso de passivos, as taxas a que poderiam ser emitidas obrigações com maturidades residuais semelhantes, à data do balanço.

Empréstimos: O justo valor é determinado através de modelos de fluxos de caixa descontados que integram parâmetros relativos a risco de crédito, risco de taxa de juro, risco cambial, estimativas de perda esperada e montantes utilizados em caso de incumprimento, consoante o caso. Os parâmetros de risco de crédito, perda esperada em caso de incumprimento e utilização em caso de incumprimento são determinados com recurso a informação dos mercados de crédito ou *swaps* de risco de incumprimento, quando disponíveis e se apropriado.

No caso de carteiras de crédito do segmento de retalho com um grande número de créditos homogéneos (p. ex. créditos hipotecários residenciais alemães), o justo valor é calculado com base na carteira, descontando os fluxos de caixa contratuais da carteira utilizando taxas de juro sem risco. Seguidamente, este cálculo do valor presente é ajustado ao risco de crédito descontando às margens que poderiam ser obtidas em créditos semelhantes se emitidos à data do balanço. Para outras carteiras, o cálculo do valor presente é ajustado ao risco de crédito calculando a perda esperada ao longo da vida estimada do crédito, com base em vários parâmetros, incluindo a probabilidade de incumprimento, a perda em caso de incumprimento e o nível de colateralização. O justo valor de carteiras de empréstimos a empresas é estimado descontando uma margem projetada sobre maturidades esperadas, utilizando parâmetros derivados dos valores de mercado correntes de transações de títulos garantidos por obrigações de crédito (*collateralized loan obligation* – CLO), colateralizadas por carteiras de crédito semelhantes à carteira de empréstimos a empresas do Grupo.

Títulos comprados com acordos de revenda, títulos obtidos por empréstimo, títulos vendidos com acordos de recompra e títulos cedidos por empréstimo: O justo valor é derivado de técnicas de avaliação através do desconto de fluxos de caixa futuros, utilizando a adequada taxa de desconto ajustada ao risco de crédito. A taxa de desconto ajustada ao risco de crédito inclui a contrapartida das garantias recebidas ou penhoradas na transação. Estes produtos são normalmente de curto prazo e extremamente colateralizados, pelo que o justo valor não é significativamente diferente do valor escriturado.

Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais: O justo valor é determinado a partir de cotações de mercado, quando disponíveis. Quando as cotações não estão disponíveis, o justo valor é estimado usando uma técnica de avaliação que desconta o restante dinheiro contratual a uma taxa à qual um instrumento com características similares poderia ser emitido na data do balanço.

Justo valor estimado dos instrumentos financeiros não escriturados ao justo valor no balanço[1]

					31.12.2013
em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Preços cotados no mercado ativo (Nível 1)	Parâmetros observáveis pela técnica de avaliação (Nível 2)	Parâmetros inobserváveis pela técnica de avaliação (Nível 3)
Ativos financeiros:					
Caixa e disponibilidades em bancos	17.155	17.155	17.155	0	0
Depósitos remunerados em bancos	77.984	77.985	2.413	75.571	0
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	27.363	27.363	0	27.363	0
Títulos obtidos por empréstimo	20.870	20.870	0	20.870	0
Empréstimos	376.582	378.085	0	27.171	350.913
Outros ativos financeiros	92.507	92.532	0	90.379	2.153
Passivos financeiros:					
Depósitos	527.750	527.609	3.888	523.721	0
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	13.381	13.385	0	13.385	0
Títulos cedidos por empréstimo	2.304	2.304	0	2.171	134
Outros empréstimos a curto prazo	59.767	59.763	0	59.717	45
Outros passivos financeiros	142.649	142.666	0	142.657	8
Dívida a longo prazo	133.082	134.359	0	105.954	28.406
Títulos fiduciários preferenciais	11.926	12.915	0	11.828	1.087

[1] Geralmente apresentados numa base bruta, em consonância com a política contabilística do Grupo relativamente à compensação de instrumentos financeiros, conforme se descreve na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Empréstimos: A diferença entre o justo valor e o valor escriturado surgiu, predominantemente, devido a um aumento nas taxas de incumprimento previstas e a uma redução da liquidez conforme implícita dos preços de mercado desde o reconhecimento inicial. Estas reduções do justo valor são compensadas por um aumento do justo valor devido a movimentos das taxas de juro em instrumentos de taxa fixa.

Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais: A diferença entre o justo valor e o valor escriturado é devido ao efeito das alterações nas taxas às quais o Grupo poderia emitir dívida com maturidade semelhante e subordinação à data do balanço em comparação com quando o instrumento foi emitido.

16 – Ativos financeiros disponíveis para venda

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Títulos de dívida:		
Governo alemão	9.076	9.942
Tesouro dos EUA e agências governamentais dos EUA	1.571	169
Governos (municipais) locais dos EUA	126	531
Outros governos estrangeiros	22.570	16.655
Empresas	9.248	14.527
Outros títulos garantidos por ativos	943	1.113
Títulos garantidos por créditos hipotecários, incluindo obrigações de agências federais dos EUA	53	727
Outros títulos de dívida	656	491
Total de títulos de dívida	44.242	44.155
Títulos de capital:		
Ações de capital	979	1.083
Certificados de investimento e fundos de investimento	98	222
Total de títulos de capital	1.076	1.305
Outros interesses de capital	837	986
Empréstimos	2.170	2.954
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	48.326	49.400

Ver também a Nota 7, "Resultados líquidos de ativos financeiros disponíveis para venda" do presente relatório.

17 – Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial

Os investimentos em associadas e entidades conjuntamente controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial.

O Grupo detém participações em 115 (2012: 141) associadas e 20 (2012: 26) entidades conjuntamente controladas. Uma associada é considerada importante para o Grupo, com base no valor escriturado do investimento e o rendimento do Grupo desta parte investida.

Investimentos significativos a 31 de dezembro de 2013

Investimento	Local principal de atividade	Natureza da relação	Percentagem de participação
Hua Xia Bank Company Limited[1]	Pequim, China	Investimentos estratégicos	19,99%

[1] O Grupo tem uma influência significativa sobre a parte investida através da sua quota de participação e assentos no conselho.

Informação financeira resumida sobre Hua Xia Bank Company Limited

em milhões de euros	Nove meses terminados 30.9.2013[1]	Exercício completo até 31.12.2012
Total de receitas líquidas	4.107	4.896
Resultado líquido	1.369	1.572
Outro rendimento integral	(79)	(35)
Total do rendimento integral[2]	**1.290**	1.537
Total do ativo	187.305	181.310
Total do passivo	177.343	172.210
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	**9.962**	9.100

[1] Os números baseiam-se nas últimas demonstrações financeiras publicamente disponíveis da parte investida, em 30 de setembro de 2013.
[2] O Grupo recebeu dividendos de Hua Xia Bank Company Limited de 78 milhões de euros durante o período de reporte de 2013 (2012: 43 milhões de euros).

Reconciliação do total de ativos líquidos no montante escriturado do Grupo

em milhões de euros	Nove meses terminados 30.9.2013[1]	Exercício completo até 31.12.2012
Ativos líquidos da parte investida pelo método de equivalência patrimonial	**9.962**	9.100
Percentagem de participação do Grupo no capital da parte investida	19,99%	19,99%
Quota do DB de ativos líquidos	1.991	1.819
Goodwill	340	340
Ativos intangíveis	64	65
Outros ajustamentos	69	69
Montante escriturado[2]	**2.464**	2.293

[1] Os números baseiam-se nas últimas demonstrações financeiras publicamente disponíveis da parte investida, em 30 de setembro de 2013.
[2] A cotação para Hua Xia Bank Company Limited é de 1.605 milhões de euros em 30 de setembro de 2013. Um teste de imparidade de acordo com a IAS 36 confirmou um valor recuperável em excesso do valor escriturado. O Deutsche Bank determina o valor recuperável do seu investimento em Hua Xia Bank Company Limited com base no valor em uso e está a aplicar um modelo de fluxos de caixa descontados, que reflete as especificidades do negócio bancário e o seu ambiente regulamentar na China. O modelo de fluxos de caixa descontados utiliza projeções de proveitos e os respetivos pressupostos de capitalização. A estimativa destes envolve um juízo de valor e a contrapartida dos desempenhos passado e atual, bem como os desenvolvimentos previstos no respetivo mercado chinês e no contexto global macroeconómico e regulamentar. O valor em uso de Hua Xia Bank Company Limited é sensível às projeções de ganhos, à taxa de desconto aplicada e às expectativas de longo prazo. As taxas de desconto aplicadas foram determinadas com base no modelo de preços de ativos de capital.

Informações financeiras agregadas sobre a quota do Grupo em associadas e empreendimentos comuns que são individualmente pouco importantes

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Montante escriturado de todas as associadas que são individualmente pouco importantes para o Grupo	1.037	1.284
Montante agregado da quota do Grupo de resultados de operações contínuas	59	85
Montante agregado da quota do Grupo de resultados depois de impostos de operações descontinuadas	0	0
Montante agregado da quota do Grupo de outro rendimento integral	69	(38)
Montante agregado da quota do Grupo de total do rendimento integral	127	47

18 – Compensação entre ativos financeiros e passivos financeiros

O Grupo é elegível para apresentar determinados ativos financeiros e passivos financeiros numa base líquida no balanço em conformidade com os critérios descritos na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros".

As tabelas seguintes fornecem informações sobre o impacto da compensação no balanço consolidado, bem com o impacto financeiro da compensação para instrumentos sujeitos a um acordo-quadro de compensação (*master netting arrangement*) executório ou acordo similar, bem como dinheiro disponível e garantia do instrumento financeiro.

Ativo

							2013
				Montantes não compensados no balanço			
em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros [1]	Montante líquido
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	26.675	(2.390)	24.285	0	0	(24.271)	15
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	3.077	0	3.077	0	0	(830)	2.248
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	11.438	0	11.438	0	0	(11.051)	386
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	9.432	0	9.432	0	0	(9.004)	428
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados							
Ativos detidos para negociação	211.260	(1.190)	210.070	0	(311)	(2.881)	206.878
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	738.425	(270.584)	467.841	(406.616)	(47.470)	(10.297)	3.458
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	36.749	0	36.749	0	0	0	36.749
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	133.122	(19.575)	113.547	(17.121)	0	(84.266)	12.160
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	71.050	0	71.050	0	0	(50.263)	20.787
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	1.190.605	(291.348)	899.257	(423.737)	(47.781)	(147.706)	280.032
Empréstimos	376.638	(56)	376.582	0	(11.042)	(46.899)	318.640
Outros ativos	128.724	(16.185)	112.539	(43.574)	(278)	(385)	68.302
dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	9.375	(5.412)	3.963	(3.518)	0	0	445
Restantes ativos não sujeitos a compensação	174.790	0	174.790	0	0	(755)	174.035
Total do ativo	1.921.380	(309.979)	1.611.400	(467.311)	(59.102)	(240.901)	844.087

[1] Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros.

Passivo

	2013						
				Montantes não compensados no balanço			
em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	Montante líquido
Depósito	527.750	0	527.750	0	0	0	527.750
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (executável)	7.098	(2.390)	4.708	0	0	(4.675)	33
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (não executável)	8.673	0	8.673	0	0	(7.080)	1.594
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	2.304	0	2.304	0	0	(2.112)	192
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	0	0	0	0	0	0	0
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados							
Passivos detidos para negociação	57.702	(1.898)	55.804	0	0	0	55.804
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	721.233	(268.819)	452.414	(411.547)	(40.055)	(812)	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	31.015	0	31.015	0	0	(7.639)	23.376
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	88.021	(18.262)	69.759	(17.121)	(588)	(49.055)	2.995
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados (não executável)	28.413	0	28.413	0	0	(3.890)	24.523
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	926.384	(288.980)	637.404	(428.668)	(40.644)	(61.395)	106.698
Outros passivos	182.204	(18.610)	163.595	(46.058)	0	0	117.537
dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	6.028	(5.412)	616	(616)	0	0	0
Restantes passivos não sujeitos a compensação	212.000	0	212.000	0	0	0	212.000
Total do passivo	1.866.414	(309.979)	1.556.434	(474.725)	(40.644)	(75.262)	965.803

Ativo

	2012						
				Montantes não compensados no balanço			
em milhões de euros	Montantes brutos de ativos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de ativos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros [1]	Montante líquido
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (executável)	32.416	(427)	31.989	0	0	(31.874)	115
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda (não executável)	4.581	0	4.581	0	0	(4.475)	106
Títulos obtidos por empréstimo (executável)	10.272	0	10.272	0	0	(9.972)	300
Títulos obtidos por empréstimo (não executável)	13.741	0	13.741	0	0	(13.336)	405
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados							
Ativos detidos para negociação	255.745	(1.286)	254.459	0	(52)	(1.979)	252.428
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (executável)	1.089.047	(377.671)	711.376	(631.791)	(66.467)	(9.032)	4.086
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado positivos (não executável)	56.977	0	56.977	0	0	0	56.977
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	147.254	(34.316)	112.938	(26.035)	(973)	(75.370)	10.560
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	74.089	0	74.089	0	0	(55.279)	18.810
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.623.112	(413.273)	1.209.839	(657.826)	(67.492)	(141.660)	342.861
Empréstimos	397.520	(143)	397.377	0	(16.324)	(192.205)	188.848
Outros ativos	144.735	(21.033)	123.702	(69.546)	(267)	(6.883)	47.006
dos quais: Valores de mercado positivos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	23.893	(15.531)	8.362	(7.119)	0	(452)	791
Restantes ativos não sujeitos a compensação	230.774	0	230.774	0	0	(1.287)	229.487
Total do ativo	2.457.150	(434.875)	2.022.275	(727.372)	(84.084)	(401.693)	809.126

[1] Exclui imobiliário e outras garantias que não sejam de instrumentos financeiros. Os montantes foram ajustados em conformidade.

Passivo

							2012
				Montantes não compensados no balanço			
em milhões de euros	Montantes brutos de passivos financeiros	Montantes brutos compensados no balanço	Montantes líquidos de passivos financeiros apresentados no balanço	Impacto de acordos-quadro de compensação	Garantia em numerário	Garantia de instrumentos financeiros	Montante líquido
Depósito	577.316	(106)	577.210	0	0	0	577.210
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (executável)	8.806	(426)	8.380	0	(13)	(8.124)	243
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra (não executável)	27.764	0	27.764	0	0	(27.042)	722
Títulos cedidos por empréstimo (executável)	2.614	0	2.614	0	0	(2.464)	150
Títulos cedidos por empréstimo (não executável)	552	0	552	0	0	(246)	306
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados							
Passivos detidos para negociação	65.284	(10.884)	54.400	0	0	0	54.400
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (executável)	1.098.493	(386.949)	711.544	(636.450)	(62.428)	(11.298)	1.368
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos (não executável)	41.108	0	41.108	0	0	0	41.108
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (executável)	78.675	(23.869)	54.806	(26.035)	(474)	(27.403)	894
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (não executável)	63.335	0	63.335	0	0	(35.193)	28.142
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.346.894	(421.701)	925.193	(662.485)	(62.902)	(73.895)	125.911
Outros passivos	191.740	(12.641)	179.099	(68.927)	0	0	110.172
dos quais: Valores de mercado negativos de derivados elegíveis para contabilidade de cobertura (executável)	10.410	(6.735)	3.675	(2.460)	0	0	1.215
Restantes passivos não sujeitos a compensação	247.223	0	247.223	0	0	0	247.223
Total do passivo	2.402.910	(434.875)	1.968.035	(731.412)	(62.914)	(111.771)	1.061.938

A coluna "Montantes brutos compensados no balanço" demonstra os montantes compensados em conformidade com todos os critérios descritos na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas: compensação de instrumentos financeiros".

A coluna "Impacto de acordos-quadro de compensação" demonstra os montantes sujeitos a acordos-quadro de compensação que não foram compensados por não preencherem os critérios de liquidação líquida/simultânea ou porque os direitos de reconhecimento só são condicionais ao incumprimento da contraparte.

As colunas garantia em numerário e garantia de instrumentos financeiros demonstram os montantes de garantias em numerário e de instrumentos financeiros recebidos ou penhorados relativamente aos montantes totais de ativos e passivos, incluindo os não compensados.

Os acordos-quadro de compensação não executáveis referem-se a contratos executados em jurisdições onde os direitos de compensação não podem ser exercidos nos termos da legislação local sobre bancarrota.

A garantia em numerário recebida face aos valores de mercado positivos de derivados e a garantia em numerário penhorada face aos valores de mercado de derivados negativos são registados na rubrica "outros passivos" e "outros ativos", respetivamente.

Os montantes das garantias em numerário e em instrumentos financeiros demonstrados refletem os respetivos justos valores. Os direitos de reconhecimento relativos às garantias em numerário e em instrumentos financeiros são condicionais ao incumprimento da contraparte.

19 – Empréstimos

Créditos por classificação do setor de atividade

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Bancos e seguros	25.100	27.849
Indústria	21.406	23.203
Famílias (excluindo hipotecas)	45.440	39.373
Famílias – hipotecas	148.076	141.601
Setor público	16.228	15.378
Comércio grossista e retalhista	13.965	17.026
Atividades imobiliárias comerciais	34.259	45.306
Financiamento por locação	1.429	880
Atividades de gestão de fundos	10.029	16.777
Outros	66.154	74.813
Créditos brutos	**382.086**	402.206
(Custos diferidos)/rendimento não obtido	(85)	137
Créditos menos (custos diferidos)/rendimento não obtido	**382.171**	402.069
Menos: Provisão para perdas com empréstimos	5.589	4.692
Total de créditos	**376.582**	397.377

20 – Provisão para perdas de crédito

A provisão para perdas de crédito é constituída por uma reserva para perdas de empréstimos concedidos e uma reserva para posições extrapatrimoniais.

Discriminação dos movimentos da provisão para perdas de crédito do Grupo

	2013			2012[1]			2011		
em milhões de euros	Avaliado individual-mente	Avaliado coletivamen-te	Total	Avaliado individual-mente	Avaliado coletivamen-te	Total	Avaliado individual-mente	Avaliado coletivamen-te	Total
Provisão, início do exercício	**2.266**	**2.426**	**4.692**	2.011	2.147	4.158	1.643	1.653	3.296
Provisão para perdas de crédito	1.377	683	2.060	1.115	613	1.728	907	925	1.832
Débitos líquidos:	(701)	(352)	(1.053)	(762)	(324)	(1.086)	(512)	(385)	(897)
Débitos	(730)	(485)	(1.215)	(798)	(483)	(1.281)	(553)	(512)	(1.065)
Recuperações	30	132	162	36	158	195	41	127	168
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alterações nas taxas de câmbio/outras	(85)	(25)	(110)	(98)	(9)	(107)	(26)	(43)	(69)
Provisão, fim do exercício	**2.857**	**2.732**	**5.589**	2.266	2.426	4.692	2.011	2.150	4.162

[1] A provisão no início de 2012 difere da provisão no final de 2011 devido a alterações nas normas de consolidação em conformidade com a IFRS 10.

Atividade verificada na provisão para as posições extrapatrimoniais do Grupo (passivos contingentes e compromissos de crédito)

	2013			2012			2011		
em milhões de euros	Avaliado individual-mente	Avaliado coletivamen-te	Total	Avaliado individual-mente	Avaliado coletivamen-te	Total	Avaliado individual-mente	Avaliado coletivamen-te	Total
Provisão, início do exercício	**118**	**97**	**215**	127	98	225	108	110	218
Provisão para posições extrapatrimoni-ais	(15)	21	5	(7)	0	(7)	19	(12)	7
Utilização	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alterações nas taxas de câmbio/outras	0	(3)	(4)	(2)	(1)	(3)	0	0	0
Provisão, fim do exercício	**102**	**114**	**216**	118	97	215	127	98	225

21 – Transferências de ativos financeiros

O Grupo executa transações mediante as quais transfere ativos financeiros inscritos no balanço e, como resultado, pode tornar-se elegível para desreconhecer o ativo transferido na sua globalidade ou deve continuar a reconhecer o ativo transferido na medida do seu envolvimento continuado e consoante determinados critérios. Estes critérios são abordados na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Quando os ativos financeiros não forem elegíveis para serem desreconhecidos, as transferências serão consideradas transações de financiamento garantido, resultando cada contrapartida recebida num correspondente passivo. O Grupo não está autorizado a usar estes ativos financeiros para quaisquer outros fins. As transações mais comuns desta natureza, executadas pelo Grupo, são os acordos de recompra, os acordos para empréstimos de títulos e os *swaps* de retorno total (contratos de troca de fluxos de caixa de créditos), em que o Grupo retém substancialmente todos os riscos cambiais, de crédito, de preço de ações e de taxas de juro e todos os benefícios associados aos ativos, assim como os fluxos de rendimento associados.

Informação sobre os tipos de ativos e transações associadas que não se qualificaram para o desreconhecimento

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012 [1]
Montante escriturado de ativos transferidos		
Títulos para negociação não desreconhecidos devido às seguintes transações:		
Acordos de recompra	32.714	51.020
Acordos para empréstimo de títulos	42.884	37.721
Swaps de retorno total	7.960	10.056
Titularizações consolidadas patrocinadas pelo Grupo	168	131
Total de títulos para negociação	**83.726**	98.928
Outros ativos detidos para negociação	866	1.808
Ativos financeiros disponíveis para venda	507	1.455
Empréstimos	2.085	5.158
Total	**87.183**	107.348
Montante escriturado de passivos associados	**68.435**	95.473

[1] Os números de ano anterior foram reajustados (aumento de 1.628 milhões de euros a títulos para negociação não desreconhecidos devido a acordos para empréstimos de títulos, diminuição de 80 milhões de euros a títulos para negociação não desreconhecidos devido a titularizações consolidadas patrocinadas pelo Grupo, aumentos de 225 milhões de euros a outros ativos detidos para negociação, 463 milhões de euros a ativos financeiros disponíveis para venda, 2.440 milhões de euros a empréstimos, 4.779 milhões de euros ao montante escriturado do passivo associado).

Informação sobre ativos transferidos não elegíveis para desreconhecimento e em que o passivo associado é o único recurso para esses ativos transferidos[1]

	31.12.2013		31.12.2012	
em milhões de euros	Valor escriturado	Justo valor	Valor escriturado [2]	Justo valor
Títulos para negociação	168	168	131	131
Outros ativos detidos para negociação	333	333	298	298
Ativos financeiros disponíveis para venda	252	252	807	807
Empréstimos	1.902	1.928	3.540	3.439
Total	**2.654**	**2.680**	4.776	4.675
Passivo associado	2.663	2.663	4.571	4.571
Posições líquidas	(9)	17	205	104

[1] Os passivos associados são notas emitidas por titularizações consolidadas patrocinadas pelo Grupo.
[2] Os números do exercício anterior foram reajustados (diminuição de 80 milhões de euros em títulos para negociação, aumentos de 225 milhões de euros em outros ativos detidos para negociação, 463 milhões em ativos financeiros disponíveis para venda, 2.440 milhões de euros em empréstimos, 2.843 milhões de euros no montante escriturado do passivo associado).

Valor escriturado dos ativos transferidos em que o Grupo ainda responde pelo ativo na medida do seu continuado envolvimento

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Montante escriturado dos ativos originais transferidos:		
Títulos para negociação	210	67
Outros ativos detidos para negociação	1	1.903
Montante escriturado dos ativos que continuam a ser reconhecidos:		
Títulos para negociação	57	78
Outros ativos detidos para negociação	1	221
Montante escriturado de passivos associados	**58**	299

O Grupo poderia, contudo, manter alguma exposição ao futuro desempenho de um ativo transferido através de direitos e obrigações contratuais novas ou já existentes, e permanecer elegível para desreconhecer o ativo. Este envolvimento continuado será reconhecido como um novo instrumento, que poderá ser diferente do ativo financeiro originalmente transferido. Entre as transações habituais figuram a conservação de dívidas seniores de titularizações não consolidadas para onde foram transferidos os créditos originados, disposições em matéria de financiamento com entidades estruturadas às quais o Grupo vendeu uma carteira de ativos ou venda de ativos com *swaps* de crédito contingentes. A exposição do grupo a estas transações não é considerada significativa, uma vez que qualquer retenção substancial de riscos associados ao ativo transferido irá vulgarmente resultar numa falha de desreconhecimento inicial. As transações que não se considera resultarem de um envolvimento continuado incluem as garantias habituais em atividades fraudulentas que possam invalidar uma transferência, em caso de ação judicial, de disposições para a qualificação e de taxas normais fiduciárias ou administrativas não ligadas ao desempenho.

O impacto de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos no balanço do Grupo:

	31.12.2013			31.12.2012		
em milhões de euros	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda	Valor contabilístico	Justo valor	Exposição máxima para a perda
Empréstimos:						
Notas de titularização	289	198	365	1.888	1.798	2.012
Total de créditos	**289**	**198**	**365**	1.888	1.798	2.012
Ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados:						
Notas de titularização	1.153	1.153	1.153	1.143	1.143	1.143
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	178	178	178	32	32	32
Total de ativos financeiros detidos ao justo valor através de resultados	**1.332**	**1.332**	**1.332**	1.175	1.175	1.175
Ativos financeiros disponíveis para venda:						
Notas de titularização	12	12	12	29	29	29
Total de ativos financeiros disponíveis para venda	**12**	**12**	**12**	29	29	29
Total de ativos financeiros representando um envolvimento continuado	**1.633**	**1.542**	**1.708**	3.092	3.002	3.216
Passivos financeiros detidos ao justo valor através de resultados:						
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	40	40	0	36	36	0
Total de passivos financeiros representando um envolvimento continuado	**40**	**40**	**0**	36	36	0

O impacto na demonstração de resultados do Grupo de um envolvimento continuado associado a ativos transferidos totalmente desreconhecidos:

	31.12.2013			31.12.2012		
em milhões de euros	Resultados desde o início do ano até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações	Resultados desde o início do ano até à data	Resultados acumulados	Resultados de alienações
Notas de titularização	323	282	0[1]	190	(139)	0
Swap com taxa de juro não padronizada, interdivisas ou indexado à inflação	267	729	3	(8)	407	5
Outros [2]	0	0	0	0	21	34
Resultados líquidos reconhecidos de envolvimento continuado em ativos desreconhecidos	**590**	**1.011**	**3**	182	289	39

[1] Normalmente, as vendas de ativos como veículos de titularização reportavam-se a ativos que eram classificados como justo valor através de resultados, e por isso qualquer resultado da sua alienação é imaterial.
[2] Envolvimento continuado em posições acionistas vendidas sob a forma de uma opção que esteja profundamente *out of the money*, dependente da ocorrência de vários acontecimentos improváveis e que, por conseguinte, não se prevê que venha a ser exercida. Em resultado desse facto, o justo valor escriturado desta opção é considerado como igual a zero.

22 – Ativos penhorados e recebidos como garantia

O Grupo penhora ativos, principalmente, para acordos de recompra, acordos de empréstimo de títulos e outros acordos de empréstimo e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC. As penhoras são, em geral, realizadas nos termos usuais de contratos padronizados de pedidos de empréstimo titularizados e de outras transações descritas.

Valor escriturado dos ativos do Grupo penhorados como garantia por passivos ou passivos contingentes

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012 [1]
Depósitos remunerados em bancos	0	4
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	67.059	89.630
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.237	5.826
Empréstimos	46.562	51.828
Outros	884	570
Total	**118.741**	147.857

[1] Os números de ano anterior foram reajustados (diminuição de 10 milhões de euros em depósitos remunerados em bancos, aumento de 1,9 mil milhões de euros em ativos financeiros ao justo valor através de resultados, diminuições de 587 milhões de euros em ativos financeiros disponíveis para venda e 4,9 mil milhões em empréstimos).

Os ativos transferidos em que o beneficiário da transferência tem o direito de vender ou repenhorar são divulgados na face do balanço. Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 estes montantes eram de 74 mil milhões de euros e 91 mil milhões de euros, respetivamente.

O Grupo recebe garantias, principalmente, em acordos de recompra inversa, acordos para empréstimo de títulos, transações de derivados, créditos a clientes com depósitos de garantia e outras transações. Estas transações são, em geral, realizadas nos termos usuais das atividades padronizadas de concessão de crédito garantidas e das outras transações descritas. O Grupo, enquanto parte garantida, tem o direito de vender ou repenhorar essa garantia, sob reserva da devolução, pelo Grupo, dos títulos equivalentes na conclusão da transação. Este direito é, essencialmente, utilizado para cobrir vendas a descoberto, títulos cedidos por empréstimo e títulos vendidos com acordos de recompra.

Justo valor das garantias recebidas

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Títulos e outros ativos financeiros aceites como garantia	281.974	310.861
dos quais:		
garantia vendida ou repenhorada	241.700	260.712

23 – Ativos fixos tangíveis

em milhões de euros	Imóveis de uso próprio pelo proprietário	Mobiliário e equipamento	Beneficiações em propriedades arrendadas	Construção em curso	Total
Custo da aquisição:					
Saldo em 1 de janeiro de 2012	4.302	3.933	1.973	429	**10.637**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	1	3	0	4
Adições	18	327	132	137	614
Transferências	(20)	42	116	(323)	(185)
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(96)	(6)	0	0	(102)
Alienações	146	210	66	0	422
Alterações das taxas de câmbio	(40)	(33)	(12)	(8)	(93)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.018	4.054	2.146	235	**10.453**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	14	9	0	24
Adições	42	247	111	113	513
Transferências	(23)	45	116	(173)	(35)
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(105)	(19)	(5)	(3)	(131)
Alienações	89	279	76	0	443
Alterações das taxas de câmbio	(94)	(137)	(63)	(2)	(296)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	3.749	3.926	2.240	170	**10.084**
Depreciação e imparidade acumuladas:					
Saldo em 1 de janeiro de 2012	1.457	2.485	1.186	0	**5.128**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0
Depreciação	82	401	155	0	638
Perdas por imparidade	0	29	0	0	29
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0
Transferências	4	(1)	(6)	0	(3)
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	(3)	(2)	(1)	0	(6)
Alienações	54	171	17	0	242
Alterações das taxas de câmbio	(18)	(24)	(12)	0	(54)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.468	2.717	1.305	0	**5.490**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	14	6	0	20
Depreciação	77	376	171	0	625
Perdas por imparidade	52	17	1	0	69
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0
Transferências	(2)	1	(2)	0	(3)
Reclassificações (para)/de "detidos para venda"	0	(13)	(1)	0	(14)
Alienações	27	243	64	0	334
Alterações das taxas de câmbio	(43)	(106)	(39)	0	(188)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.525	2.762	1.378	0	**5.665**
Valor escriturado:					
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.550	1.337	841	235	**4.963**
Saldo em 31 de dezembro de 2013	2.224	1.164	862	170	**4.420**

As perdas por imparidade com ativos fixos tangíveis são registadas nas despesas gerais e administrativas da demonstração de resultados.

O valor escriturado de itens de ativos fixos tangíveis em que existe uma restrição à venda era de 200 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

Os compromissos com a aquisição de ativos fixos tangíveis eram de 107 de milhões de euros no fim de 2013.

24 – Locações

O Grupo é locatário no âmbito de contratos de locação referentes a ativos fixos tangíveis.

Compromissos de locação financeira

A maior parte dos contratos de locação financeira do Grupo obedece aos termos e condições habituais. O Grupo tem um contrato de locação significativo, que inclui uma opção de compra a preço baixo para adquirir o edifício no termo do contrato de locação.

Valor escriturado líquido de ativos de locação abrangidos por locações financeiras

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Terrenos e edifícios	82	90
Mobiliário e equipamento	1	2
Outros	0	0
Valor escriturado líquido	84	92

Futuros pagamentos mínimos de locação requeridos no âmbito das locações financeiras do Grupo

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Futuros pagamentos mínimos de locação:		
Até um ano	26	10
Entre um ano e cinco anos	11	37
Após cinco anos	10	10
Total de futuros pagamentos mínimos de locação	47	57
Menos: Futuros encargos com juros	19	15
Valor presente dos compromissos de locação financeira	28	42
Futuros pagamentos mínimos de locação que se espera receber	12	11
Rendas contingentes reconhecidas na demonstração de resultados[1]	1	1

[1] A renda contingente baseia-se em taxas de juro de mercado, como a EURIBOR a três meses; abaixo de uma certa taxa o Grupo beneficia de uma redução.

Compromissos de locação operacional

O Grupo arrenda a maior parte dos seus escritórios e sucursais mediante contratos de longo prazo. A maioria dos contratos de locação obedece aos termos e condições habituais, o que significa que incluem opções para prorrogar a locação por um período de tempo definido, cláusulas de ajustamento de preço e cláusulas de revisão de preço, em consonância com as condições gerais do mercado de arrendamento de escritórios. No entanto, os contratos de locação não incluem cláusulas que imponham restrições à capacidade do Grupo de pagar dividendos, participar em transações de financiamento de dívida ou celebrar outros contratos de locação. O Grupo tem um contrato de locação significativo, que contém cinco opções de prorrogação do prazo da locação, cada uma por um período de cinco anos, não tendo esta locação específica qualquer opção de compra.

Futuros pagamentos mínimos de locação requeridos no âmbito das locações operacionais do Grupo

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Futuros pagamentos mínimos de locação:		
Até um ano	824	880
Entre um ano e cinco anos	2.324	2.426
Após cinco anos	1.865	1.745
Total de futuros pagamentos mínimos de rendas	5.013	5.051
Menos: Futuras rendas mínimas a receber	161	190
Valor líquido de futuros pagamentos mínimos de rendas	4.852	4.861

Em 31 de dezembro de 2013, o total de futuros pagamentos mínimos de rendas incluía 419 milhões de euros relativos à sede do Grupo em Frankfurt am Main, que foi vendida e simultaneamente arrendada em 1 de dezembro de 2011. O Grupo celebrou um contrato de locação concomitante por 181 meses para a totalidade das instalações, no âmbito desta transação.

Em 2013, as rendas pagas por contratos de locação e sublocação ascenderam a 831 milhões de euros. Isto incluiu 858 milhões de euros em encargos com pagamentos mínimos de locação e 6 milhões de euros em rendas contingentes, bem como 33 milhões de euros associados a rendas de sublocação recebidas.

25 – *Goodwill* e outros ativos intangíveis

Goodwill

Alterações de *goodwill*

As alterações do valor escriturado de *goodwill*, assim como os montantes brutos e perdas por imparidade acumuladas de *goodwill*, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, são apresentados a seguir, por unidade geradora de caixa (UGC). Na sequência da reorganização no quarto trimestre de 2012 das áreas de negócio com reporte (para mais informações consulte a Nota 4, "Segmentos de negócio e informação relacionada"), as antigas unidades geradoras de caixa (UGC) principais AM e PWM foram fundidas numa única UGC, a DeAWM (Asset and Wealth Management). Além disso, a antiga divisão corporativa e UGC principal CI tornou-se parte da divisão corporativa NCOU, agora com reporte, que engloba duas UGC separadas, designadas por Wholesale Assets e Operating Assets.

Goodwill afetado às unidades geradoras de caixa

em milhões de euros	Corporate Banking & Securities	Global Transaction Banking	Deutsche Asset & Wealth Management	Private & Business Clients	Non-Core Operations Unit [1]	Outras	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2012	3.453	440	3.817	3.066	0	197	**10.973**
Goodwill adquirido durante o exercício	0	0	0	0	0	0	0
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	(279)	0	189	(331)	421	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	(1)	(1)	0	0	0	(2)
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	(1)	0	0	0	0	0	(1)
Perdas por imparidade [2]	(1.174)	0	0	0	(421)	0	(1.595)
Alterações nas taxas de câmbio/outras	(46)	(7)	(26)	1	0	0	(78)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.953	432	3.979	2.736	0	197	**9.297**
Montante bruto do *goodwill*	3.127	432	3.979	2.736	651	684	**11.609**
Perdas por imparidade acumuladas	(1.174)	0	0	0	(651)	(487)	**(2.312)**
Saldo em 1 de janeiro de 2013	1.953	432	3.979	2.736	0	197	**9.297**
Goodwill adquirido durante o exercício	4	6	2	24	0	0	37
Ajustamentos de contabilização da compra	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	(9)	8	1	0	0	0	0
Reclassificações de/(para) "detidos para venda"	0	0	(5)	0	0	0	(5)
Goodwill relacionado com alienações sem ser classificado como "detido para venda"	(1)	(1)	(1)	0	0	0	(3)
Perdas por imparidade [2]	0	0	0	0	0	0	0
Alterações nas taxas de câmbio/outras	(84)	(14)	(133)	(2)	0	(18)	(252)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.863	431	3.843	2.758	0	179	**9.074**
Montante bruto do *goodwill*	2.963	431	3.843	2.758	651	646	**11.292**
Perdas por imparidade acumuladas	(1.100)	0	0	0	(651)	(467)	**(2.218)**

[1] Inclui as UGC principais NCOU Wholesale Assets e NCOU Operating Assets.
[2] As perdas por imparidade de *goodwill* são registadas como imparidade de ativos intangíveis na demonstração de resultados.

Além das UGC principais, os segmentos CB&S e NCOU têm um *goodwill* resultante da aquisição de investimentos não integrados que não estão afetados às UGC principais dos respetivos segmentos. Esse *goodwill* é sintetizado em "Outros" no quadro acima. O investimento não integrado em NCOU é constituído pela Maher Terminals LLC e pela Maher Terminals of Canada Corp.

Em 2013, as alterações no *goodwill* incluíram, essencialmente, adições no valor de 37 milhões de euros relacionadas com a aquisição por etapas do empreendimento conjunto do Grupo Xchanging etb GmbH. Para mais informações sobre esta transação, consultar a Nota 3, "Aquisições e alienações".

Em 2012, as alterações ao *goodwill* incluíram principalmente imparidades num montante de (1.595) milhões de euros, registadas no quarto trimestre como resultado do teste de imparidade anual ao *goodwill* conduzido no âmbito das estruturas organizacionais, tanto antes como após a ressegmentação. Durante a ressegmentação várias áreas de negócio foram transferidas para a DeAWM e para as duas UGC da NCOU. Da mesma forma, um *goodwill* de 182 milhões de euros foi reafetado da CB&S para a DeAWM (transferência da área de negócio ETF). Antes da imparidade da NCOU, já tinha sido reafetado um *goodwill* de 369 milhões à divisão Wholesale Assets (97 milhões de euros da CB&S e 272 milhões de euros da PBC), bem como 52 milhões de euros à divisão Operating Assets (da PBC). Mais ainda, após a venda da área de negócio Asset Management do Postbank ao Grupo DWS, no terceiro trimestre de 2012, foi transferido um *goodwill* no montante de 7 milhões de euros da PBC para a DeAWM.

Teste de imparidade de *goodwill*

Para efeitos de teste de imparidade, o *goodwill* adquirido numa concentração de atividades empresariais é afetado às unidades geradora de caixa. Com base na descrição na Nota 1, "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas", as principais unidades geradoras de caixa do Grupo são as referidas acima. O "outro" *goodwill* é objeto de um teste de imparidade individual a nível de cada um dos investimentos não integrados. O *goodwill* é objeto de um teste de imparidade anual no quarto trimestre, através da comparação entre o valor recuperável de cada unidade geradora de caixa com *goodwill* e o seu valor escriturado. Além disso, e de acordo com a IAS 36, o Grupo testa o *goodwill* sempre que seja identificado um facto gerador. O valor recuperável é o maior entre o justo valor da unidade geradora de caixa deduzido dos custos de vender e o seu valor de uso.

O valor escriturado de uma UGC é apurado usando um modelo de afetação de capital. Esta afetação usa o total do capital próprio à data da avaliação. O total do capital próprio é ajustado aos efeitos especiais relacionados com investimentos não integrados, que são testados separadamente para detetar imparidades, tal como descrito acima, e a um ajustamento complementar do *goodwill* atribuível a participações minoritárias. Este valor escriturado total é afetado às principais UGC num processo com duas fases. Na primeira fase, o total do capital próprio prontamente identificável é afetado às respetivas unidades geradoras de caixa (UGC) individuais. Isto inclui o *goodwill* (além do ajustamento complementar para participações minoritárias), outros ativos intangíveis não amortizados e determinados resultados líquidos não realizados registados diretamente em ações e participações minoritárias. Na segunda fase, o saldo remanescente do valor escriturado total é atribuído de forma transversal às UGC com base na quota que a UGC tem de ativos ponderados pelo risco e determinados elementos de dedução de capital relativos ao Grupo (cada um é ajustado a elementos relacionados com investimentos não integrados). O valor escriturado dos investimentos não integrados é determinado com base nas suas respetivas ações.

O teste anual de imparidade de *goodwill* em 2013 não teve como resultado uma perda por imparidade de *goodwill* nas principais UGC do Grupo, uma vez que os valores recuperáveis referentes a estas UGC foram superiores aos dos seus respetivos valores escriturados.

Em resultado da ressegmentação do Grupo durante o quarto trimestre de 2012 (ver Nota 4, "Segmentos de negócio e informação relacionada – segmentos de negócio" para mais informações), o teste anual de imparidade teve de ser realizado tanto na estrutura anterior à ressegmentação ("antiga estrutura") como na fase pós-ressegmentação ("nova estrutura"). Estes testes de imparidade resultaram em imparidades de *goodwill*

num total de 1.595 milhões de euros, consistindo em 1.174 milhões de euros de UGC CB&S no quadro da antiga estrutura e 421 milhões de euros de UGC Wholesale Assets (369 milhões de euros) e Operating Assets (52 milhões de euros) no âmbito da divisão corporativa NCOU da nova estrutura.

O teste anual de imparidade de *goodwill* em 2011 não teve como resultado uma perda por imparidade de *goodwill* nas principais UGC do Grupo, uma vez que os valores recuperáveis referentes a estas UGC foram superiores aos dos seus respetivos valores escriturados.

Valor recuperável

O Grupo determina o valor recuperável das suas principais unidades geradoras de caixa com base no valor em uso e utiliza um modelo de valorização baseado em fluxos de caixa descontados (FCD) O modelo FCD utilizado pelo Grupo reflete as especificidades da atividade bancária e o seu ambiente regulamentar. O modelo calcula o valor presente dos lucros futuros estimados que podem ser distribuídos aos acionistas depois de satisfeitos os respetivos requisitos de capital regulamentar.

O modelo FCD utiliza projeções de lucros e respetivos pressupostos de capitalização (com o rácio *Common Equity Tier 1* a aumentar para 10% e satisfazendo o correntemente antecipado nível de requisitos de rácio de alavancagem) com base em planos financeiros para cinco anos aprovados pela direção e descontados ao seu valor presente. Os lucros futuros estimados e os requisitos de capital implicam o exercício de juízos de valor e a ponderação de desempenhos passados e presentes, assim como da evolução esperada dos respetivos mercados, no contexto macroeconómico e regulamentar global. As projeções de lucros para além do período de cinco anos inicial são, se aplicável, ajustadas de modo a inferir um nível sustentável e, em caso de continuação da atividade, presumem-se aumentar ou convergir para uma taxa de crescimento a longo prazo constante de 3,2% (2012: 3,6 %). Esta baseia-se em expectativas de desenvolvimento do produto interno bruto e da inflação, e são captadas pelo valor terminal.

Pressupostos-chave e sensibilidades

Pressupostos-chave: O valor de uso de uma unidade geradora de caixa é sensível às projeções de lucros, à taxa de desconto aplicada e, em muito menor grau, à taxa de crescimento a longo prazo. As taxas de desconto aplicadas foram determinadas com base no modelo de preços dos ativos financeiros, composto por uma taxa de juro sem risco, um prémio de risco de mercado e um fator que cobre o risco de mercado sistemático (fator beta). Os valores para a taxa de juro sem risco, o prémio de risco de mercado e os fatores beta são determinados com recurso a fontes externas de informação. Os fatores beta específicos às unidades geradoras de caixa de um setor de atividade são determinados com base no respetivo grupo de empresas pares. As variações em todas estas componentes poderão influenciar o cálculo das taxas de desconto.

Principais unidades geradoras de caixa

	Taxa de desconto (antes de impostos, determinada implicitamente com base nas taxas após impostos)	
	2013	2012
Corporate Banking & Securities	16,5%	15,4%
Global Transaction Banking	13,1%	12,6%
Deutsche Asset & Wealth Management	12,8%	12,7%
Private & Business Clients	14,3%	14,8%
Non-Core Operations Unit[1]	17,0%/16,6%	13,7%/15,8%

[1] Constituído por duas unidades geradoras de caixa principais: NCOU Wholesale Assets (17,0%) e NCOU Operating Assets (16,6%). As taxas de desconto antes de impostos declaradas assumem os piores cenários de valorização após impostos, sendo que ambas as unidades geradoras de caixa são valorizadas através da aplicação de taxas de desconto após impostos idênticas. A variação nas taxas antes de impostos é devida a diferentes composições e padrões dos fluxos de caixa.

A direção determinou os valores para os pressupostos-chave na tabela adiante com base numa combinação de análises internas e externas. As estimativas para o programa de eficiência e redução de custos têm por base o progresso realizado até à data e os projetos e iniciativas previstos para o futuro.

Corporate Banking & Securities	- Recolher os benefícios do programa de eficiência e redução de custos anunciado e lançado em 2012 - Capitalizar as sinergias com outras áreas da organização - Foco nos fluxos e soluções do cliente, beneficiando da liderança em quotas de mercado e maior penetração de mercado - Os volumes de comissões de Corporate Finance mantêm-se estáveis em 2013, os volumes de proveitos fixos de Sales & Trading diminuem ligeiramente e os volumes de ações tendem a subir - Eficiência melhorada de ativos num novo quadro regulamentar e exposição ao risco rigorosamente gerida - Redução de risco como meta permanente e execução de medidas da administração para mitigar o impacto de alterações regulamentares	- Um contexto macroeconómico potencialmente mais fraco devido a um crescimento que ainda se mantém frágil por causa do impacto dos riscos de eventos, nomeadamente de uma retirada desordenada do suporte bancário na economia global, conduzindo a um abrandamento na atividade e a uma redução na apetência dos investidores - Estrutura e conteúdo de um conjunto de alterações regulamentares a serem redigidas em várias jurisdições podem ter impacto mais grave do que o previsto - Potencial compressão de margens e concorrência crescente em produtos com requisitos de capital mais reduzidos além dos níveis esperados - Desfecho de casos de litígio - Poupança de custos e benefícios esperados da integração do Programa de Excelência Operacional (OpEx) em todo o Grupo não são realizados como previsto - Atraso na execução de estratégias de mitigação de risco
Global Transaction Banking	- Poupança de custos à luz da OpEx transversal a todo o Grupo - Capitalizar as sinergias resultantes de uma cooperação mais estreita com outras áreas de negócio do banco - Recuperação macroeconómica - Recuperação nas taxas de juros a partir de finais de 2014 - Desenvolvimento positivo do volume de comércio internacional, pagamentos transfronteiras e ações de empresas - Aprofundamento da relação com clientes empresariais complexos e clientes institucionais em regiões existentes e novos impulsos ao crescimento em mercados emergentes - Inversão bem-sucedida nas atividades de banca comercial nos Países Baixos	- Mais lenta recuperação na economia mundial e respetivo impacto nos volumes de transações, taxas de juros e taxas de câmbio - Evolução desfavorável das margens e níveis adversos de concorrência em mercados e produtos fulcrais para além dos níveis previstos - Incerteza em torno da regulamentação e potenciais implicações ainda não antecipadas - Poupanças de custos à luz do OpEx em todo o Grupo não são realizadas como previsto - Desfecho de potenciais casos de litígio - Benefícios das medidas para inverter a evolução das atividades da banca comercial na Holanda não tiveram os resultados previstos

Deutsche Asset & Wealth Management	- Poupança de custos à luz da otimização, a nível do Grupo, da plataforma OpEx e DeAWM resultante da fusão da AM, PWM e Passive CB&S para formar a DeAWM
	- Estratégia interna geral da DeAWM permanentemente impulsionada por
	  - Criação e ativação de riqueza,
	  - Crescimento do mercado de reforma,
	  - *Outsourcing* em seguros,
	  - Inovação em novos produtos,
	  - Institucionalização de alternativas,
	  - Separação de alfa e beta,
	  - Investimento sustentável e mudanças climáticas
	- Expandir a atividade comercial junto dos clientes com património líquido ultraelevado
	- Construir alternativas e negócios passivos/ETF
	- Liderança no mercado doméstico alemão através do Wealth Management e do DWS
	- Estratégia de crescimento orgânico na Ásia/Pacífico e Américas assim como cooperação intensificada com a CB&S e a GTB
	- Forte cobertura de mercados emergentes
	- Quota de mercado igual ou maior no ambiente competitivo fragmentado
		- Importantes ameaças setoriais, ou seja, volatilidade do mercado, peso da dívida pública, aumento dos custos decorrentes de alterações aos regulamentos
		- Investidores continuam a manter ativos fora dos mercados, refúgio em tesouraria ou produtos mais simples e com comissões mais baixas
		- Riscos de negócio/execução, ou seja, não realização das metas de capital novo líquido devido à incerteza no mercado, perda de gestores de clientes de elevada qualidade
		- Dificuldades de execução das estratégias de crescimento orgânico devido a certas restrições, por ex. incapacidade de contratar gestores de clientes
		- Poupança de custos decorrentes de ganhos de eficiência e melhorias de processos/TI esperadas não são realizadas como previsto
		- Incerteza em torno da regulamentação e potenciais implicações ainda não antecipadas

Private & Business Clients	- Posição de liderança no mercado doméstico alemão, forte posição noutros mercados europeus, opções de crescimento em países-chave asiáticos e uma plataforma altamente eficiente - Empreendimento conjunto de média capitalização com GTB como a principal iniciativa em Private & Commercial Banking - Crescimento seletivo em produtos de crédito e expansão no negócio de investimento e seguros no horizonte da consultoria bancária, minimizando parcialmente os impactos das baixas taxas de juros e dos limites de alavancagem - Realização de sinergias entre o Deutsche Bank e o Postbank no lado da receita e da despesa - Poupança de custos à luz da OpEx transversal a todo o Grupo - Reforçar a participação no e a cooperação com o Hua Xia Bank na China e continuação do crescimento orgânico na Índia	- Declínio económico significativo, resultando potencialmente em taxas de desemprego mais altas, aumento de provisões para perdas de crédito e crescimento mais fraco do negócio - O desenvolvimento de mercados de produtos de investimento e respetivas receitas adicionais dependem da apetência dos clientes para investir e assumir riscos - A continuação de taxas de juro baixas pode conduzir a uma maior compressão das margens - Sinergias relacionadas com a aquisição do Postbank não são realizadas ou são realizadas mais tarde do que o previsto - Custos para alcançar as sinergias são mais elevados do que o previsto - Um contexto de restrição nos regulamentos conduzindo a custos ainda não antecipados

Non-Core Operations Unit Wholesale Assets	- Continuação da execução com êxito do programa de redução de riscos - Continuação da capitalização das redes de vendas e distribuição doutras divisões para facilitar o êxito do programa de redução de riscos	- Um contexto macroeconómico potencialmente mais fraco devido a um crescimento que ainda se mantém frágil por causa do impacto dos riscos de eventos, nomeadamente de uma retirada desordenada do suporte bancário na economia global, conduzindo a um abrandamento na atividade e a uma redução na capacidade de redução de risco a um nível económico viável - Estrutura e conteúdo de um conjunto de alterações regulamentares a serem redigidas em várias jurisdições podem ter impacto mais grave do que o previsto - Desfecho de casos de litígio
Non-Core Operations Unit Operating Assets	- Esforços continuados para melhorar o desempenho subjacente dos ativos operacionais preparando uma eventual venda	- Um contexto macroeconómico potencialmente mais fraco devido a um crescimento que ainda se mantém frágil por causa do impacto dos riscos de eventos, nomeadamente de uma retirada desordenada do suporte bancário na economia global, conduzindo a um abrandamento na atividade e a uma redução na capacidade para alienar ativos operacionais a um nível económico viável - Desfecho de casos de litígio

Sensibilidades: No âmbito da validação do valor de uso determinado para as unidades geradoras de caixa, alguns fatores externos, assim como os principais motores de valor de cada unidade geradora de caixa, são revistos regularmente. Ao longo de 2013, as cotações das ações bancárias continuaram a mostrar-se voláteis, penalizadas pela incerteza acentuada vivida pelos participantes do mercado. Neste contexto, a capitalização bolsista do Deutsche Bank manteve-se abaixo do valor contabilístico. Para testar a resistência do valor de uso, torna-se os pressupostos-chave utilizados no modelo de fluxos de caixa descontados (por exemplo, a taxa de desconto e as projeções de lucros) sensíveis. A administração considera que as únicas UGC em que alterações possíveis e razoáveis nos pressupostos-chave poderiam provocar uma perda por imparidade eram as divisões Corporate Banking & Securities e Private & Business Clients, em que o valor recuperável excedia o respetivo valor escriturado em 26%, ou 5,5 mil milhões de euros (CB&S), e 33%, ou 5,2 mil milhões de euros (PBC).

Alterações em determinados pressupostos-chave para levar a que o valor recuperável seja igual ao valor escriturado

Alteração em pressupostos-chave	CB&S	PBC
Aumento na taxa de desconto (após impostos) de	11,1%/13,0%	10,2%/12,6%
Lucros futuros previstos em cada período	(13)%	(21)%
Taxas de crescimento a longo prazo	N/S[1]	N/S[1]

N/S – Não significativo
[1] Uma taxa de 0% levaria ainda a um valor recuperável superior ao valor escriturado.

Os valores recuperáveis de todas as restantes unidades geradoras de caixa exceto NCOU excederam substancialmente os seus respetivos valores escriturados.

No entanto, alguns riscos políticos ou globais para a atividade bancária, como um agravamento da crise da dívida soberana na Europa, incertezas quanto à implementação de regulamentação já adotada e a introdução de legislação que está a ser debatida, ou um abrandamento prospetivo do crescimento do PIB, podem ter um impacto negativo nas previsões de desempenho de algumas unidades geradoras de caixa do Grupo, resultando assim numa imparidade de *goodwill* no futuro.

Outros ativos intangíveis

Segue-se a apresentação das alterações de outros ativos intangíveis por classe de ativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

em milhões de euros	Ativos intangíveis adquiridos								Ativos intangíveis gerados internamente	Total de outros ativos intangíveis
	Não amortizado			Amortizado					Amortizado	
	Contratos de gestão de investimento do segmento retalho	Outros	Total de ativos intangíveis adquiridos não amortizados	Ativos intangíveis relacionados com clientes	Valor de negócio adquirido	Ativos intangíveis baseados em contratos	*Software* e outros	Total de ativos intangíveis adquiridos amortizados	*Software*	
Custo de aquisição/fabrico:										
Saldo em 1 de janeiro de 2012	**894**	**446**	**1.340**	**1.496**	**814**	**698**	**909**	**3.917**	**1.425**	**6.682**
Adições	0	0	0	22	12	0	43	77	705	782
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alienações	0	0	0	0	0	0	23	23	18	41
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	(1)	(1)	0	(1)
Transferências	0	(4)	(4)	0	0	0	16	16	153	165
Alterações das taxas de câmbio	(16)	(2)	(18)	1	22	(12)	(6)	5	(4)	(17)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**878**	**440**	**1.318**	**1.519**	**848**	**686**	**938**	**3.991**	**2.261**	**7.570**
Adições	0	0	0	24	0	0	41	65	663	728
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	(12)	0	0	11	(1)	0	(1)
Alienações	0	0	0	0	0	0	19	19	36	55
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	(48)	0	0	(41)	(89)	(10)	(99)
Transferências	0	0	0	0	0	0	22	22	(68)	(46)
Alterações das taxas de câmbio	(38)	1	(37)	(34)	(18)	(25)	(16)	(93)	(34)	(164)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**840**	**441**	**1.281**	**1.449**	**830**	**661**	**936**	**3.876**	**2.776**	**7.933**
Amortização e imparidade acumulada:										
Saldo em 1 de janeiro de 2012	**99**	**2**	**101**	**541**	**130**	**107**	**510**	**1.288**	**464**	**1.853**
Amortização do exercício	0	0	0	114	31	37	100	282	174	456[1]
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alienações	0	0	0	0	0	0	20	20	16	36
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	0	0	0	(1)	(1)	0	(1)
Perdas por imparidade	202	2	204	86	0	0	3	89	95	388[2]
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	(1)	0	0	11	10	(2)	8
Alterações das taxas de câmbio	(1)	(2)	(3)	1	3	(2)	(11)	(9)	(8)	(20)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	**300**	**2**	**302**	**741**	**164**	**142**	**592**	**1.639**	**707**	**2.648**
Amortização do exercício	0	0	0	99	32	36	112	279	239	518[3]
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	(12)	0	0	6	(6)	0	(6)
Alienações	0	0	0	0	0	0	13	13	34	47
Reclassificações de/ (para) "detidos para venda"	0	0	0	(39)	0	0	(32)	(71)	(6)	(77)
Perdas por imparidade	0	0	0	72	0	7	4	83	43	126[4]
Reversão de perdas por imparidade	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Transferências	0	0	0	0	0	0	10	10	(21)	(11)
Alterações das taxas de câmbio	(13)	0	(13)	(25)	(2)	(5)	(12)	(44)	(19)	(76)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	**287**	**2**	**289**	**836**	**194**	**180**	**667**	**1.877**	**909**	**3.075**
Valor escriturado:										
Em 31 de dezembro de 2012	**578**	**438**	**1.016**	**778**	**684**	**544**	**346**	**2.352**	**1.554**	**4.922**
Em 31 de dezembro de 2013	**553**	**439**	**992**	**613**	**636**	**481**	**269**	**1.999**	**1.867**	**4.858**

[1] Os 456 milhões de euros foram incluídos nos gastos gerais e administrativos.

[2] Dos quais 291 milhões de euros foram incluídos em imparidades de ativos intangíveis, compostos por contratos de gestão de retalho (202 milhões de euros), ativos intangíveis relacionados com clientes (86 milhões de euros) e marcas registadas (2 milhões de euros). Além disso, 96 milhões de euros em imparidades relacionadas com a aquisição (1 milhão de euros) e desenvolvimento interno de software (95 milhões de euros) foram registados em despesas gerais e administrativas.

[3] Os 518 milhões de euros foram incluídos nas despesas gerais e administrativas.

[4] Dos quais 79 milhões de euros foram incluídos em imparidades de ativos intangíveis, consistindo em ativos intangíveis relacionados com clientes (72 milhões de euros) e contratos com benefícios (7 milhões de euros). Além disso, 47 milhões de euros em imparidades relacionadas com a aquisição (4 milhão de euros) e desenvolvimento interno de *software* (43 milhões de euros) foram registados em despesas gerais e administrativas.

Ativos intangíveis amortizados

As alterações em amortização de outros ativos intangíveis reconhecidas em 2013 incluíram, principalmente, acréscimos de 663 milhões de euros a ativos intangíveis gerados internamente, o que representa a capitalização de despesas incorridas em conjunto com as atividades do Grupo relativas ao desenvolvimento de *software* de uso próprio. As imparidades de 83 milhões de euros registadas em outros ativos intangíveis adquiridos foram amplamente atribuíveis a atividades da banca comercial nos Países Baixos (GTB), que já tinha assistido a alterações semelhantes em 2012. A imparidade de 43 milhões de euros registada com o desenvolvimento interno de software surgiu sobretudo em resultado da reavaliação da atual plataforma de software em desenvolvimento ao abrigo do Programa OpEx.

Em 2012, os acréscimos aos ativos intangíveis gerados internamente ascenderam a 705 milhões de euros. As imparidades registadas em ativos intangíveis relacionados com clientes, num total de 86 milhões de euros, incluíram 73 milhões de euros relativos a medidas encetadas no quarto trimestre de 2012 para inverter as atividades de banca comercial adquiridas na Holanda (GTB) e 13 milhões de euros relacionados com o realinhamento da proposta de Consumer Banking da PBC. A imparidade de 95 milhões de euros registada com o desenvolvimento interno de software surgiu sobretudo em resultado das alterações previstas na prevista instalação de um sistema de TI na DeAWM.

Os outros ativos intangíveis com vidas úteis finitas são, geralmente, amortizados ao longo da respetiva vida útil pelo método linear (exceto o VOBA, conforme explicado na Nota 41, "Contratos de seguro e de investimento").

Vidas úteis de outros ativos intangíveis amortizados por classe de ativos

	Outras vidas úteis em anos
Ativos intangíveis gerados internamente:	
Software	até 10
Ativos intangíveis adquiridos:	
Ativos intangíveis relacionados com clientes	até 25
Ativos intangíveis baseados em contratos	até 23
Valor de negócio adquirido	até 30
Outros	até 80

Ativos intangíveis não amortizados

Dentro desta classe de ativos, o Grupo reconhece alguns ativos intangíveis relacionados com marketing e baseados em contratos, que se presumem ter uma vida útil indefinida.

Designadamente, a classe de ativos engloba contratos de gestão de investimento relacionados com fundos de investimento do segmento de retalho e algumas marcas registadas, a seguir especificados. Devido à natureza específica destes ativos intangíveis, os preços de mercado são normalmente inobserváveis e, como tal, o Grupo valoriza esses ativos com base na abordagem de rendimento, utilizando uma metodologia de fluxos de caixa descontados após impostos.

Contratos de gestão de investimento do segmento retalho: Estes ativos, que ascendem a 553 milhões de euros, referem-se ao negócio de fundos de investimento do segmento de retalho do Grupo nos EUA e estão afetados à UGC DeAWM. Os contratos de gestão de investimento do segmento de retalho são contratos que conferem à DWS Investments o direito exclusivo de gerir uma série de fundos de investimento por um período especificado. Tendo em conta que os contratos são facilmente renováveis, o custo de renovação é mínimo e existe um longo historial de renovações, estes contratos não deverão ter um limite previsível sobre o prazo contratual. Por conseguinte, os direitos de gerir os ativos associados sob gestão deverão gerar fluxos de caixa por um período de tempo indeterminado. O ativo intangível foi avaliado ao justo valor com base numa avaliação de terceiros à data da aquisição da Zurich Scudder Investments, Inc. pelo Grupo em 2002.

O valor recuperável do ativo foi calculado como justo valor deduzido dos custos de vender e usando o método de excedente de lucros em múltiplos períodos. Em 2013 não se registaram imparidades. Em 2012 foi reco-

nhecida uma perda por imparidade de ativos intangíveis de 202 milhões de euros na demonstração de resultados. A perda por imparidade deveu-se predominantemente a descidas no previsto desenvolvimento dos fluxos de ativos investidos, levando em conta as tendências e impactos do historial de crescimento da reavaliação estratégica do negócio conduzida em 2012, assim como o ambiente competitivo. Em 2011, ano em que se ponderou igualmente a anunciada revisão estratégica de certas partes da atividade de AM, não se verificou qualquer imparidade visto que o valor recuperável foi superior ao valor escriturado.

Marcas registadas: Os outros ativos intangíveis não amortizados incluíram as marcas registadas Postbank (atribuída à UGC PBC) e Sal. Oppenheim (atribuída à UGC DeAWM), que foram adquiridas em 2010. A marca registada Postbank foi inicialmente reconhecida em 2010 com um valor de 382 milhões de euros. Ao concluir a atribuição do preço de aquisição em 2011, o justo valor da marca registada Postbank aumentou para 411 milhões de euros. A Sal. Oppenheim foi reconhecida com um valor de 27 milhões de euros. Uma vez que se prevê que ambas as marcas registadas criem fluxos de caixa por um período de duração indefinida, são classificadas como ativos intangíveis não amortizados. Ambas as marcas foram registadas ao justo valor na data de aquisição, com base em avaliações feitas por terceiros. Os valores recuperáveis foram calculados como o justo valor subtraído dos custos de venda das marcas registadas com base na abordagem de rendimento através do método dispensa de royalty. Desde a aquisição não se registaram imparidades.

26 – Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda

No balanço, os ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda são reportados em outros ativos e outros passivos.

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Numerário, montantes a receber e depósitos de bancos, recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	574	0
Ativos detidos para negociação, derivados, ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	525	0
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.917	4
Empréstimos	2.032	0
Ativos fixos tangíveis	212	2
Outros ativos	411	101
Total de ativos classificados como detidos para venda	**6.670**	**107**
Depósitos, recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de revenda	4.425	0
Passivos detidos para negociação, derivados, passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	439	0
Dívida a longo prazo	856	0
Outros passivos	544	78
Total de passivos classificados como detidos para venda	**6.264**	**78**

Em 31 de dezembro de 2013 existiam 2 milhões de euros em resultados líquidos não realizados associados a ativos não correntes e grupos para alienação classificados ou detidos para venda incluídos em outro rendimento integral acumulado (após impostos).

BHF-BANK

Em 20 de setembro de 2012, o Grupo anunciou ter alcançado um acordo com o Kleinwort Benson Group, uma subsidiária integralmente detida pelo RHJ International (“RHJI”), para a venda do BHF-BANK AG (“BHF-BANK”). A transação foi sujeita a significativas aprovações regulatórias por parte da autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin). No seguimento de determinadas emendas à estrutura inicial da transação, que envolveram alterações ao consórcio comprador e aos termos da contrapartida de compra, a BaFin confirmou ao RHJI, no quarto trimestre de 2013, que todas as submissões regulatórias apresentadas

para a aquisição do BHF-BANK tinham sido consideradas completas. Em virtude disto, a BaFin deu início ao período formal de análise para a aprovação da transação na íntegra, que expirou em fevereiro de 2014.

Com base nestes factos e circunstâncias, o Grupo concluiu que a venda no prazo de um ano seria altamente provável. Em conformidade, e em 31 de dezembro de 2013, o Grupo classificou o BHF-BANK como um grupo de alienação detido para venda, afetado à divisão corporativa Non-Core Operations Unit (NCOU). A reclassificação para a categoria de detido para venda desencadeou uma perda por imparidade de 183 milhões de euros antes de impostos sobre o rendimento, que foi registada em outros rendimentos nas demonstrações de rendimentos do Grupo para o quarto trimestre de 2013. O impacto após os impostos associados ascendeu a 125 milhões de euros. Face à revista estrutura da transação, o Grupo reconheceu uma comissão adicional de 14 milhões de euros registada nas demonstrações de rendimento do Grupo no quarto trimestre de 2013.

Do total de ativos (passivos) do Grupo classificados como detidos para venda, 6,4 mil milhões de euros (6,1 mil milhões de euros) estão relacionados com o BHF-BANK. A carteira de ativos financeiros disponíveis para venda (2,9 mil milhões de euros) incluindo ganhos líquidos não realizados de 5 milhões de euros, foi reconhecida diretamente no capital (outro rendimento integral acumulado). Estes ganhos líquidos não realizados permanecem no capital até que o investimento no BHF-BANK seja vendido, data na qual os ganhos serão reclassificados, de outro rendimento integral acumulado para a demonstração de resultados.

Em 21 de fevereiro de 2014, o RHJI anunciou a confirmação que a BaFin não tinha objeções à proposta aquisição do BHF-BANK. A aquisição está sujeita a determinadas contrapartidas prévias ao fecho, que deverá ocorrer antes do fim de março de 2014.

Outros ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda em 31 de dezembro de 2013

Em 2013, o Grupo classificou diversos edifícios de escritórios como detidos para venda. As instalações, que anteriormente eram detidas como ativos fixos tangíveis, estão incluídas nas divisões corporativas Non-Core Operations Unit (NCOU) e Private & Business Clients (PBC). Estima-se que cada um dos edifícios seja vendido no prazo de um ano. A classificação destes como detidos para venda não resultou em perda por imparidade, exceto no que refere ao edifício detido na PBC, relativamente ao qual se registou uma imparidade de 4 milhões de euros em outros rendimentos no quarto trimestre de 2013.

Além disso, o Grupo classificou partes da sua atividade Wealth Management no Reino Unido como detidas para venda. A atividade, incluída em DeAWM, deverá ser vendida no prazo de um ano. A classificação deste como detido para venda levou a uma perda por imparidade de 5 milhões de euros, reconhecida em outros rendimentos do quarto trimestre de 2013.

Também em 2013, o Grupo classificou vários grupos de alienação do CB&S, incluindo execuções hipotecárias, como detidos para venda. Estima-se que todos os ativos sejam vendidos no prazo de um ano. A sua classificação de detido para venda não originou uma perda por imparidade. Os respetivos ativos foram medidos pelo justo valor subtraídos dos custos de venda numa base não recorrente, com a medição do justo valor a ser categorizada como nível 3 na hierarquia do justo valor.

Alienações em 2013

Divisão	Alienação	Impacto financeiro [1]	Data da alienação
Non-Core Operations Unit	Edifício detido como ativos fixos tangíveis.	Nenhum.	Quarto trimestre de 2013
Deutsche Asset & Wealth Management	Edifício detido como ativos fixos tangíveis.	Nenhum.	Terceiro trimestre de 2013
Global Transaction Banking	Uma subsidiária integralmente detida que presta serviços de aquisição comercial a clientes multinacionais do Grupo.	Nenhum.	Segundo trimestre de 2013
Deutsche Asset & Wealth Management	Grupo de alienação composto principalmente por unidades de um fundo imobiliário.	Nenhum.	Primeiro trimestre de 2013

[1] Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em outros resultados.

Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda em 31 de dezembro de 2012

Divisão	Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda	Impacto financeiro [1]	Informações adicionais
Global Transaction Banking	Uma subsidiária integralmente detida que presta serviços de aquisição comercial a clientes multinacionais do Grupo.	Nenhum.	Alienações no segundo trimestre de 2013
Corporate Banking & Securities	Vários grupos de alienação, compostos por ativos de execuções hipotecárias.	Nenhum.	Alienações em 2013
Deutsche Asset & Wealth Management	Grupo de alienação composto principalmente por unidades de um fundo imobiliário.	Nenhum.	Alienações no primeiro trimestre de 2013

[1] Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em outros resultados.

Alienações em 2012

Divisão	Alienação	Impacto financeiro [1]	Data da alienação
Antiga Corporate Investments	A exposição à Actavis era composta, principalmente por 4,0 mil milhões de euros em empréstimos e por 33 milhões de euros em investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.	Face aos significativos progressos rumo a um acordo para a aquisição da Actavis por uma terceira parte, o Grupo reconheceu uma perda por imparidade de 257 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012, antes da sua classificação como detida para venda. A classificação como detida para venda não originou qualquer perda adicional por imparidade. As negociações em curso com o comprador poderão ter como resultado um ajustamento no preço de compra contratual.	Quarto trimestre de 2012
Antiga Corporate Investments	Diversos edifícios detidos como ativos fixos tangíveis.	Nenhum.	Em 2012
Corporate Banking & Securities	Um grupo de alienação, incluindo, principalmente, empréstimos negociados, direitos de serviço de hipotecas e garantias financeiras.	Uma perda por imparidade de 22 milhões de euros foi registada em 2011.	Primeiro trimestre de 2012
Antigo Asset & Wealth Management	Diversos grupos de alienação e diversos ativos anteriormente adquiridos como parte da aquisição da Sal. Oppenheim Group.	Nenhum.	Em 2012

[1] Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em outros resultados.

Alterações de classificação em 2012

Divisão	Alterações de classificação	Impacto financeiro [1]	Data e motivo para as alterações de classificação
Corporate Banking & Securities	Investimento numa associada.	A classificação do investimento como detido para venda originou uma perda por imparidade inicial de 2 milhões de euros em 2011 e, devido a uma alteração do justo valor deduzido do custo da venda, uma reversão dessa perda por imparidade de 2 milhões de euros no primeiro trimestre de 2012.	Segundo trimestre de 2012, visto que apesar das tentativas para vender não tinham surgido quaisquer compradores.

[1] Perdas por imparidade e reversões de imparidade são incluídas em outros resultados.

27 – Outros ativos e outros passivos

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Outros ativos:		
Valores a receber relacionados com corretagem e títulos		
Valores a receber de caixa/margens	40.938	67.390
Valores a receber de corretagem prime	9.140	6.068
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	2.697	4.096
Valores a receber de operações *regular way* não liquidadas	30.410	19.758
Total de valores a receber relativos a corretagem e títulos	83.185	97.312
Juros acumulados a receber	3.236	3.238
Ativos detidos para venda	6.670	107
Outros	19.448	23.045
Total de outros ativos	**112.539**	123.702

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Outros passivos:		
Valores a pagar relacionados com corretagem e títulos		
Valores a pagar de caixa/margens	53.435	74.650
Valores a pagar de corretagem prime	30.266	30.520
Transações de títulos pendentes após data de liquidação	2.289	3.029
Valores a pagar de operações *regular way* não liquidadas	33.001	19.257
Total de valores a pagar relativos a corretagem e títulos	118.992	127.456
Juros acumulados a pagar	3.673	3.592
Passivos detidos para venda	6.264	78
Outros	34.666	47.972
Total de outros passivos	**163.595**	179.099

Para mais informações sobre os ativos e os passivos detidos para venda consultar a Nota 26, " Ativos não correntes e grupos para alienação detidos para venda ".

28 – Depósitos

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Depósitos à ordem não remunerados	149.471	143.917
Depósitos remunerados		
Depósitos à ordem	140.813	135.041
Depósitos a prazo	127.787	172.007
Depósitos de poupança	109.679	126.245
Total de depósitos remunerados	378.279	433.293
Total de depósitos	**527.750**	577.210

29 – Provisões

Movimentos por classe de provisão

em milhões de euros	Atividade de poupança e crédito habitação	Operacional/ Litígios	Reestruturação	Pedidos de recompra de hipotecas	Outros [1]	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2012	919	822	0	106	549	**2.396**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	0	0	0	(7)	(7)
Novas provisões	182	2.689	326	276	645	4.118
Montantes utilizados	(130)	(815)	(141)	(39)	(142)	(1.267)
Montantes não utilizados revertidos	(4)	(82)	(20)	0	(225)	(331)
Efeito da flutuação das taxas de câmbio/ efeito financeiro do desconto	(4)	(10)	0	(2)	4	(12)
Transferências	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	(2)	(2)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	963	2.604	165	341	822	**4.895**
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	0	3	0	0	2	5
Novas provisões	200	2.673	344	119	408	3.744
Montantes utilizados	(119)	(2.717)	(275)	(101)	(299)	(3.511)
Montantes não utilizados revertidos	(11)	(401)	(22)	0	(152)	(586)
Efeito da flutuação das taxas de câmbio/ efeito financeiro do desconto	(19)	(38)	(6)	(14)	(10)	(87)
Transferências	(3)	(18)	1	0	(131)	(151) [2]
Outros	0	0	0	0	0	0
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.011	2.106	207	345	639	**4.308**

[1] Quanto à parcela remanescente de provisões conforme divulgado no balanço consolidado, ver Nota 20, "Reservas para perdas de crédito", onde são divulgadas provisões para crédito relacionadas com posições extrapatrimoniais.
[2] Inclui principalmente reclassificações (para)/de passivos detidos para venda.

Classes de provisões

As provisões para poupança e crédito habitação (*home savings*) decorrem da atividade de poupança e crédito habitação do Grupo Deutsche Postbank e Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft. Em poupança e crédito habitação, um cliente celebra um contrato de crédito para construção, mediante o qual esse cliente passa a ter o direito de pedir empréstimos sobre essa linha de crédito para construção assim que depositar junto do banco credor um determinado valor em dinheiro. No âmbito do contrato de crédito para construção há lugar ao débito de comissões de abertura de crédito e ao pagamento de juros sobre os montantes depositados a uma taxa que é, tipicamente, mais baixa do que aquela que é paga sobre outro tipo de depósitos bancários. Na eventualidade do cliente decidir não contrair empréstimos, o cliente passa a ter direito a um bónus de juros retroativos, que corresponde à diferença entre a baixa taxa de juro contratual aplicada à poupança e uma taxa de juro fixa, atualmente bastante acima da taxa de mercado. A provisão para poupança e crédito habitação diz respeito à obrigação de reembolso da comissão de abertura de crédito e o potencial bónus de juros. O modelo de cálculo da obrigação com o potencial bónus de juros inclui parâmetros relativos à percentagem de base de clientes afetada, taxa de bónus aplicável, estatuto do cliente e momentos de pagamento. Outros fatores que influenciam a provisão são dados estatísticos disponíveis sobre o comportamento de clientes e a conjuntura geral que poderá vir a afetar o negócio no futuro.

As provisões operacional/litígios decorrem do risco operacional, que corresponde às probabilidades de falha ou incumprimento (incluindo a componente legal) em relação a colaboradores, documentação e especificações contratuais, tecnologia, avarias em infraestruturas e catástrofes, influências externas e relações com clientes. Não inclui risco de negócio ou de reputação. As questões ligadas ao risco operacional podem resultar em interpelações de clientes, contrapartes e entidades reguladoras ou em ações judiciais.

As provisões para reestruturação decorrem das atividades de reestruturação. O Grupo ambiciona reforçar a sua competitividade a longo prazo através de grandes reduções nos custos, sobreposições e complexidade nos próximos anos. Para mais informações ver a Nota 10, "Reestruturação".

As provisões para pedidos de recompra de hipotecas decorrem da atividade de créditos hipotecários residenciais do Deutsche Bank nos Estados Unidos. Entre 2005 e 2008, no âmbito desta atividade, o Deutsche Bank vendeu aproximadamente 84 mil milhões de dólares em títulos *private label* e 71 mil milhões de dólares em títulos de crédito através de vendas *whole loan.* O Deutsche Bank tem recebido pedidos de recompra de créditos ou pedidos de indemnização a compradores, outros investidores ou seguradores financeiros relativamente a perdas alegadamente causadas por violação material de declarações e garantias. A prática geral do Deutsche Bank é processar os pedidos de recompra válidos que são submetidos em conformidade com os direitos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2013, o Deutsche Bank tinha, aproximadamente, 5,0 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em pedidos de recompra de hipotecas pendentes (com base no saldo de capital original dos créditos). Estes pedidos consistem, principalmente, em pedidos efetuados relativamente a titularizações *private label* pelos respetivos mandatários ou executores. Face a estes pedidos pendentes, o Deutsche Bank registou provisões de 475 milhões de dólares dos Estados Unidos (345 milhões de euros) em 31 de dezembro de 2013.

Em 31 de dezembro de 2013, o Deutsche Bank tinha concluído recompras, obtido acordos de rescisão ou encontrado outras soluções para os créditos com um saldo de capital original de aproximadamente 4,4 mil milhões de dólares. No âmbito daquelas recompras, acordos e liquidações, o Deutsche Bank conseguiu a liberação de potenciais reclamações num montante aproximado de 65,4 mil milhões de dólares dos Estados Unidos em créditos vendidos pelo Deutsche Bank, conforme atrás descrito.

O Deutsche Bank celebrou acordos com determinadas entidades que ameaçavam apresentar queixas relativamente a pedidos de recompra de hipotecas contra o Deutsche Bank para suspender o prazo de prescrição relevante. É possível que estas potenciais ações possam ter um impacto material no Deutsche Bank.

O Deutsche Bank antecipa o surgimento de novos pedidos de recompra de hipotecas relativamente a créditos vendidos, mas não pode estimar com fiabilidade a respetiva data ou montante. O Deutsche Bank não atuou como executor dos créditos integrais vendidos a terceiros (o que constitui praticamente metade de todos os créditos hipotecários residenciais vendidos nos Estados Unidos entre 2005 e 2008) e, após a venda, o Deutsche Bank deixou de ter acesso a informação sobre o respetivo desempenho. Embora o desempenho dos créditos esteja publicamente disponível nos créditos hipotecários titularizados pelo Deutsche Bank, não há uma correlação direta entre o respetivo desempenho e os pedidos de recompra recebidos. Receberam-se pedidos referentes a créditos incumpridos, bem como referentes a créditos correntes e a créditos totalmente pagos.

Outras provisões inclui diversas rubricas específicas decorrentes de uma variedade de circunstâncias, incluindo comissões de vendas diferidas, a provisão para a taxa bancária do Reino Unido e uma provisão ao abrigo da cooperação na área de cartões de crédito entre o Deutsche Bank e o Hua Xia Bank (ver Nota 38, "Operações com partes relacionadas").

Passivos contingentes

Os passivos contingentes podem decorrer de obrigações presentes ou de possíveis obrigações emergentes de acontecimentos passados. O Grupo reconhece uma provisão para perdas potenciais apenas quando existe uma obrigação presente emergente de um acontecimento passado que tenha probabilidades de resultar numa saída de fundos e que possa ser estimada com fiabilidade. No caso de passivos contingentes significativos para os quais uma perda futura é mais do que uma possibilidade remota, mas menos do que provável, o Grupo estima a perda possível sempre que considerar que é possível efetuar uma estimativa.

O Grupo opera num ambiente legal e regulamentar que o expõe a riscos de litígio significativos. Assim, o Grupo está envolvido em processos de litígio, de arbitragem e regulamentares, bem como investigações na Alemanha e em várias jurisdições fora da Alemanha, incluindo os Estados Unidos, que decorrem do exercício normal da atividade. As matérias legais e regulamentares para as quais o Grupo estabeleceu provisões materiais ou para as quais existem passivos contingentes materiais que são mais do que uma possibilidade remota são descritas a seguir, estando as matérias idênticas agrupadas e sendo algumas delas constituídas por várias reclamações. A perda estimada para cada uma delas, onde essa estimativa possa ser efetuada, não foi divulgada para matérias individuais porque o Grupo concluiu que essa divulgação poderia comprometer gravemente o desfecho desses processos. Nos casos em que foi constituída uma provisão para uma matéria específica não foi registado um passivo contingente.

Para determinar quais das matérias têm a possibilidade mais do que remota de resultar em perdas, e depois estimar a possível perda para essas matérias, o Grupo tem em consideração vários fatores, incluindo, sem caráter limitativo, a natureza da reclamação e os factos subjacentes, a postura processual e o histórico de contencioso de cada caso, os acórdãos proferidos por tribunais, a experiência do Grupo e a experiência de outros casos semelhantes (na medida em que seja do conhecimento do Grupo), conversações prévias para se chegar a acordo, acordos alcançados por outros em casos semelhantes (na medida em que sejam do conhecimento do Grupo), indemnizações disponíveis e pareceres e pontos de vista de advogados e outros peritos. Existem outras matérias divulgadas para as quais a possibilidade de uma perda é mais do que remota, mas para as quais não é possível fazer essa estimativa. Nas matérias significativas para o Banco, nas quais se pode fazer uma estimativa, o Grupo estima atualmente que, em 31 de dezembro de 2013, o agregado de futuras perdas com possibilidade de ocorrência mais do que remota mas menos do que provável era de cerca de 1,5 mil milhões de euros (2012: 1,5 mil milhões de euros). Este valor inclui os passivos contingentes em matérias em que o passivo potencial do Grupo é partilhado por várias entidades e várias partes e em que o Grupo prevê que esse passivo seja pago por terceiros.

Esta perda possível estimada, assim como quaisquer provisões constituídas, baseiam-se na informação disponível e são objeto de juízos de valor significativos e de vários pressupostos, variáveis e incertezas conhecidas e desconhecidas. Estas incertezas podem incluir informações inexatas ou incompletas à disposição do Grupo, em especial nas etapas preliminares dos processos, e pressupostos erróneos do Grupo quanto a futuras decisões dos tribunais ou outras instâncias, ou quanto a prováveis intervenções ou posições dos reguladores ou de concorrentes. Além disso, as estimativas de possíveis perdas nestas matérias não são geralmente suscetíveis ao uso de ferramentas estatísticas ou outras ferramentas analíticas quantitativas frequentemente utilizadas no exercício de juízos de valor e no cálculo de estimativas, e são objeto de níveis mais elevados de incerteza do que muitas outras áreas em que o Grupo tem de exercer juízos de valor e calcular estimativas.

As matérias para as quais o Grupo determina que a possibilidade de uma futura perda é mais do que remota variam ocasionalmente, tal como variam as matérias quanto às quais se podem fazer estimativas e calcular a perda possível estimada para essas matérias. Os resultados reais podem revelar-se significativamente superiores ou inferiores à estimativa da perda possível nas matérias em que essa estimativa foi feita. Além disso, é possível incorrer em perdas em matérias quanto às quais o Grupo considerou que a probabilidade de perda era remota. Mais precisamente, a perda possível estimada agregada não representa a potencial exposição máxima do Grupo a perdas naquelas matérias.

O Grupo pode chegar a acordo em processos contenciosos ou regulamentares ou investigações antes da decisão definitiva ou da determinação da responsabilidade. Poderá fazê-lo para evitar custos, diligências da direção ou consequências negativas a nível regulamentar, de atividade ou de reputação do facto de se prosseguir a contestação da responsabilidade, mesmo quando o Grupo considera que tem argumentos válidos de contestação da responsabilidade. Poderá igualmente fazê-lo quando as potenciais consequências de não ganhar fossem desproporcionais em relação aos custos de um acordo. Além disso, o Grupo pode, por motivos idênticos, reembolsar as contrapartes pelas suas perdas mesmo em situações em que não considera que esteja obrigado por lei a fazê-lo.

Questões *antitrust* nos *swaps* de risco de incumprimento. Em 1 de julho de 2013, a Comissão Europeia (CE) emitiu uma comunicação de objeções contra o Deutsche Bank, o Markit Group Limited (Markit), a International Swaps and Derivatives Association, Inc. (ISDA) e doze outros bancos, alegando uma conduta anticoncorrencial nos termos do Artigo 101.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE) e do Artigo 53.º do Acordo sobre o Espaço Económico Europeu (o "Acordo EEE"). A comunicação de objeções cita as conclusões preliminares da CE segundo as quais (i) tentativas de determinadas entidades para participarem na transação em bolsa de produtos derivados de crédito sem fundos foram satisfeitas por uma inapropriada ação coletiva no período entre 2006 e 2009 e (ii) a conduta do Markit, ISDA, Deutsche Bank e de doze outros bancos constituiu uma única e sustentada infração do Artigo 101.º do TFUE e do Artigo 53.º do Acordo EEE. Se a CE concluir, de forma final, pela ocorrência da infração, poderá impor coimas e outras medidas de correção ao Deutsche Bank, Markit, ISDA e aos outros doze bancos. O Deutsche Bank submeteu uma resposta de contestação às conclusões preliminares da CE em janeiro de 2014.

Em relação ao contencioso *antitrust* nos *swaps* de risco de incumprimento. O Deutsche Bank e diversos outros bancos com atividades de *swaps* de risco de incumprimento (*credit default swap* – CDS) foram objeto de diversas putativas ações civis apresentadas no tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque e no tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito norte do Illinois. Todas as queixas alegam que os bancos conspiraram para impedir o estabelecimento de CDS transacionadas em bolsa, o que resultou num aumento dos preços das transações de CDS no mercado de balcão (*over-the-counter*) e procuram representar uma classe de indivíduos e entidades situadas nos Estados Unidos ou no estrangeiro que, durante um período iniciado em outubro de 2008 até à presente data, compraram ou venderam CDS diretamente aos réus nos Estados Unidos. Em 16 de julho de 2013 foi submetida uma moção ao Joint Panel on Multidistrict Litigation com vista à consolidação das ações civis referentes a CDS para a fase de instrução. Em 16 de outubro de 2013, o Joint Panel transferiu as ações civis referentes a CDS para o tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque. Uma conferência inicial foi realizada em 5 de dezembro de 2013. Em 13 de dezembro de 2013, o tribunal apresentou uma ordem de gestão de processos na qual consolidava as ações civis referentes a CDS para fins da instrução. Os principais queixosos apresentaram a queixa consolidada em 31 de janeiro de 2014. Os réus têm a intenção de apresentar uma moção de rejeição em março de 2014.

Correlação de crédito. Determinadas autoridades reguladoras estão a investigar a carteira de negociação de correlação de crédito personalizado e determinados riscos desta carteira, durante a crise de crédito. As questões examinadas incluem a metodologia usada para valorizar as posições na carteira, bem como a robustez dos controlos que governam a aplicação das metodologias de avaliação. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

Investigações e litígios no mercado cambial. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de determinadas autoridades reguladoras globalmente que estão a investigar as transações no mercado cambial. O Banco está a cooperar com essas investigações. Paralelamente, o Deutsche Bank está a realizar a sua própria análise global interna do negócio cambial. Em relação com esta análise, o Banco tomou e continuará a tomar medidas disciplinares no que se refere a indivíduos, caso se justifique. O Deutsche Bank também é designado como réu em várias ações coletivas putativas apresentando queixas *antitrust* relacionadas com a alegada manipulação das taxas de câmbio.

Questões relativas a taxas interbancárias. O Deutsche Bank recebeu várias citações e pedidos de informação de diversas entidades reguladoras e responsáveis pela aplicação da lei na Europa, na América do Norte e na Ásia e Pacífico relacionados com investigações neste setor de atividades de fixação da taxa interbancária de Londres (LIBOR), da taxa interbancária de oferta do euro (EURIBOR), da taxa interbancária de Tóquio (TIBOR) e de outras taxas interbancárias oferecidas. O Deutsche Bank está a colaborar nas investigações.

As investigações em curso têm o potencial de resultar na imposição de sanções financeiras significativas e outras consequências para o Banco.

A 4 de dezembro de 2013, o Deutsche Bank anunciou que tinha chegado a um acordo com a Comissão Europeia como parte de um acordo coletivo para resolver as investigações da mesma em relação à conduta anticoncorrencial no comércio de derivados de taxa de juro do euro e derivados de taxa de juro do iene. Sujeito aos termos do acordo, o Deutsche Bank concordou pagar 466 milhões de euros para os derivados de taxa de juro em euro e 259 milhões de euros para as questões de derivados de taxa de juro em iene, respetivamente, ou 725 milhões de euros no total. O montante do acordo já foi substancialmente refletido nas reservas de litígio existentes do Deutsche Bank e não foram necessárias quaisquer reservas adicionais substanciais. O montante do acordo reflete a elevada quota de mercado detida pelo Deutsche Bank em determinados mercados investigados pela Comissão Europeia. O Deutsche Bank permanece exposto a processos civis e mais ação regulamentar relacionados com estas referências.

No período entre meados de 2012 e inícios de 2014, quatro instituições financeiras entraram em acordo com a Autoridade dos Serviços Financeiros do Reino Unido, a Comissão Reguladora de Operações de Futuros de Commodities dos EUA e o Departamento de Justiça dos EUA. Embora os termos dos vários acordos fossem diferentes, todos implicaram coimas significativas e consequências ao nível regulamentar. Por exemplo, um acordo com duas instituições financeiras incluiu um acordo de adiamento da acusação (*deferred prosecution agreement*), nos termos do qual o Departamento de Justiça dos EUA concordou em adiar a dedução de acusação contra a entidade aplicável em questão desde que a instituição financeira cumpra os termos do referido acordo. Os termos dos acordos estabelecidos com outras duas instituições financeiras incluíram acordos de não acusação (*non-prosecution agreements*), segundo os quais o Departamento de Justiça dos EUA concordou em não agir criminalmente contra as entidades desde que sejam preenchidas determinadas condições. Além disso, filiais de duas instituições financeiras concordaram em declarar-se culpadas de um crime perante um tribunal dos Estados Unidos por conduta concertada.

Estão pendentes várias ações judiciais, incluindo putativas ações coletivas, no tribunal distrital dos Estados Unidos do distrito sul de Nova Iorque contra o Deutsche Bank e numerosos outros bancos. Todas exceto duas destas ações foram movidas em nome das partes que alegam ter detido ou transacionado derivados baseados na LIBOR em dólares dos Estados Unidos ou outros instrumentos financeiros e suportado perdas resultantes de conluio ou manipulação por parte dos réus na fixação da LIBOR em dólares dos Estados Unidos. Com duas exceções, todas as ações civis pendentes no distrito sul de Nova Iorque relativas à LIBOR em dólares dos Estados Unidos estão a ser coordenadas como parte de um litígio multidistrital (*multidistrict litigation* – MDL) da LIBOR em dólares dos Estados Unidos). Em março de 2013, o tribunal distrital rejeitou as alegações *antitrust* federais e estatais, alegações sustentadas sob a lei Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act (RICO) e determinada legislação estatal que foi sustentada em seis queixas alteradas. Os recursos para a 2ª circunscrição do tribunal federal de recursos dos Estados Unidos (Court of Appeals for the Second Circuit) foram anulados como prematuros. Várias moções encontram-se pendentes junto do tribunal distrital. Queixas adicionais relativas à alegada manipulação da LIBOR em dólares dos Estados Unidos foram movidas, removidas para ou transferidas para o distrito sul de Nova Iorque e estão a ser coordenadas no âmbito do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos. Estas ações adicionais mantiveram-se. Recentemente, uma outra ação contra o Deutsche Bank e outros bancos relativamente à LIBOR em dólares dos Estados Unidos foi removida para o distrito sul de Nova Iorque e os réus solicitaram que fosse coordenada como parte do MDL da LIBOR em dólares dos Estados Unidos. Uma ação adicional relativa à LIBOR em dólares dos Estados Unidos está independentemente pendente no distrito sul de Nova Iorque e está sujeita a uma moção pendente de anulação.

Uma ação coletiva putativa foi movida contra o Deutsche Bank e outros bancos relativamente à alegada manipulação da LIBOR em ienes e da TIBOR em euro-ienes. As moções para anulação foram totalmente informadas e estão agendadas para as argumentações. O Deutsche Bank foi constituído réu numa queixa modificada movida numa ação coletiva putativa relativamente à alegada manipulação da Euribor. O prazo dos réus para responder a essa queixa foi cumprido, ficando pendente a apresentação de uma mais queixa modificada. Nestes casos, os pedidos de indemnização por perdas e danos foram sustentados ao abrigo de diversas teorias legais, incluindo violações da lei Commodity Exchange Act e das leis *antitrust* federais e estatais, da lei Racketeer Influenced and Corrupt Organizations Act e demais legislação estatal.

Litígio Kirch. Em 20 de fevereiro de 2014, numa audiência perante o tribunal da relação de Munique, o herdeiro do Dr. Leo Kirch, como queixoso no caso Printbeteiligungs, e KGL Pool GmbH num lado e Deutsche Bank pelo outro lado chegaram a acordo em conformidade com o qual o Deutsche Bank pagará 775 milhões de euros (mais juros à taxa de 5% ao ano desde 14 de março de 2011 e custos no montante de 40 milhões de euros) com a contrapartida de que os queixosos retirem as suas queixas contra o Deutsche Bank.

Matérias relacionadas com títulos garantidos por créditos hipotecários e por outros ativos detidos para negociação. O Deutsche Bank e algumas empresas afiliadas (coletivamente designados por "Deutsche Bank") receberam citações e pedidos de informação de determinadas entidades reguladoras e governamentais relativamente às suas atividades de originação, compra, titularização, venda e/ou negociação de créditos hipotecários, títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação (*residential mortgage-backed securities* – RMBS), obrigações com garantia real, outros títulos garantidos por ativos, papel comercial garantido por ativos e derivados de crédito. O Deutsche Bank tem prestado toda a sua colaboração em resposta a essas citações e pedidos de informação.

O Deutsche Bank tem sido constituído réu em diversos processos civis em várias qualidades, como emitente ou tomador firme de ofertas de RMBS e outros títulos garantidos por ativos. Estes casos incluem processos de suposta ação coletiva, ações intentadas por compradores individuais de títulos, ações intentadas por mandatários em nome de *trusts* RMBS e ações intentadas por companhias de seguros que garantiram pagamentos de capital e de juros de tranches específicas das ofertas de títulos. Embora as alegações variem consoante o processo, estes casos alegam, de um modo geral, que os prospetos de oferta de RMBS continham declarações enganosas e omissões essenciais, designadamente no que respeita às normas de tomada firme nos termos das quais os créditos hipotecários subjacentes foram emitidos, ou reivindicam que várias declarações ou garantias relativas aos créditos foram violadas no momento da originação.

O Deutsche Bank e vários colaboradores antigos ou atuais foram constituídos réus numa putativa ação coletiva que teve início em 27 de junho de 2008 relativa a duas ofertas de RMBS emitidos pelo Deutsche Bank. Na sequência da mediação, o tribunal aprovou um acordo para encerrar o caso.

O Deutsche Bank é réu em putativas ações coletivas respeitantes à sua função, juntamente com outras instituições financeiras, de tomador firme de RMBS emitidos por IndyMac MBS, Inc. e Novastar Mortgage Corporation. Estes casos encontram-se em fase de instrução.

Em 18 de dezembro de 2013, o tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque considerou improcedente as queixas contra o Deutsche Bank na putativa ação coletiva relacionada com os RMBS emitidos por Residential Accredit Loans, Inc. e as suas afiliadas.

Em 17 de abril de 2013, o Bank of America anunciou que tinha chegado a um acordo em princípio para arquivar várias queixas de ação coletiva, as quais incluem as queixas de ação coletiva contra os tomadores firmes, incluindo o Deutsche Bank, relacionadas com os RMBS emitidos por Countrywide Financial Corporation. Na sequência das audiências preliminares e finais de justiça, em 17 de dezembro de 2013, o tribunal pronunciou a decisão definitiva e a ordem para extinção do processo. O acordo não requereu qualquer pagamento pelos tomadores firmes não afiliados, incluindo o Deutsche Bank.

O Deutsche Bank é réu em vários processos não de ação coletiva e arbitragens por supostos compradores de e contrapartes envolvidas em transações relacionadas com RMBS e as suas afiliadas, incluindo Assured Guaranty Municipal Corporation, Aozora Bank, Ltd., Bayerische Landesbank, Commerzbank AG, a Federal Deposit Insurance Corporation (como conservador para Colonial Bank, Franklin Bank S.S.B., Guaranty Bank, Citizens National Bank and Strategic Capital Bank), o Federal Home Loan Bank of Boston, o Federal Home Loan Bank of San Francisco, o Federal Home Loan Bank of Seattle, a Federal Housing Finance Agency (como conservador para Fannie Mae e Freddie Mac), HSBC Bank USA, National Association (como agente fiduciário para determinados *trusts* RMBS), John Hancock, Knights of Columbus, Landesbank Baden-Württemberg, Mass Mutual Life Insurance Company, Moneygram Payment Systems, Inc., Phoenix Light SF Limited (como suposto cessionário dos pedidos de veículos especiais criados e/ou geridos por WestLB AG), Royal Park Investments (como suposto cessionário dos pedidos de um veículo especial criado para adquirir determinados ativos do Fortis Bank), Sealink Funding Ltd. (como suposto cessionário dos pedidos de veículos especiais criados e/ou geridos por Sachsen Landesbank e as suas subsidiárias), The Charles Schwab Corporation, Triaxx Prime CDO 2006-1 Ltd., Triaxx Prime CDO 2006-1 LLC, Triaxx Prime CDO 2006-2 Ltd., Triaxx Prime CDO 2006-2 LLC, Triaxx Prime CDO 2007-1 Ltd. e Triaxx Prime CDO 2007-1 LLC. Estes processos civis e arbitragens encontram-se em diferentes etapas processuais da fase de instrução.

Nas ações intentadas contra o Deutsche Bank exclusivamente como tomador firme de ofertas de RMBS de outros emitentes, o Deutsche Bank tem direitos contratuais a uma indemnização dos emitentes, mas esses direitos a uma indemnização podem, no todo ou em parte, revelar-se sem força executória efetiva sempre que os emitentes estejam ou venham a estar em situação de falência ou tenham de outro modo cessado atividade.

Em 20 de dezembro de 2013, o Deutsche Bank anunciou que chegado a um acordo para resolver determinados litígios de títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação com a Federal Housing Finance Agency (FHFA) como conservador para a Federal National Mortgage Association e a Federal Home Loan Mortgage Corporation (as GSE). Como parte do acordo, o Deutsche Bank pagou 1,4 mil milhões de euros. O acordo inclui o arquivamento das queixas apresentadas contra o Deutsche Bank no tribunal federal dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque relacionadas com aproximadamente 14,3 mil milhões de dólares americanos de RMBS comprados pelas GSE que foram emitidos, patrocinados e/ou tomados firmes pelo Deutsche Bank, bem como um acordo para resolver as queixas apresentadas por ou na direção da FHFA e/ou as GSE procurando a recompra dos empréstimos hipotecários contidos nos RMBS comprados pelas GSE. O acordo não resolveu duas questões apresentadas pela FHFA contra o Deutsche Bank como tomador firme de RMBS emitidos por Countrywide Financial Corporation e Societe Generale e/ou as suas afiliadas. Como tomador firme, o Deutsche Bank recebeu um habitual acordo de indemnização da Countrywide Financial Corporation e Societe Generale e/ou as suas afiliadas. Em 27 de fevereiro de 2014, a FHFA e a Société Générale anunciaram que tinham chegado a um acordo da ação relativa aos RMBS emitidos pela Société Générale. O acordo incluiu uma libertação das queixas movidas contra todos os réus nessa ação, incluindo o Deutsche Bank. O acordo não requereu qualquer pagamento por parte do Deutsche Bank.

Em 6 de fevereiro de 2012 o tribunal distrital dos Estados Unidos para o distrito sul de Nova Iorque emitiu uma ordem de indeferimento de ações apresentadas pelo Dexia SA/NV e Teachers Insurance and Annuity Association of America, e respetivas afiliadas, e em 4 de janeiro de 2013 o Tribunal emitiu um parecer explicando a fundamentação desta ordem. O tribunal indeferiu algumas das ações com extinção do processo e concedeu aos queixosos permissão para voltar a intentar outras ações. Os queixosos intentaram de novo as ações indeferidas interpondo uma nova queixa em 4 de fevereiro de 2013. Em 17 de julho de 2013, em conformidade com os termos dos acordos para a resolução do litígio individual, a Dexia SA/NV e a Teachers Insurance and Annuity Association of America e as suas afiliadas abandonaram os processos que tinham sido movidos contra o Deutsche Bank. Os termos financeiros do acordo não se revestem de índole material para o Deutsche Bank.

Em 16 de julho de 2012 o tribunal distrital do Minnesota considerou improcedentes e sem autorização para serem de novo intentadas as ações da Moneygram Payment Systems, Inc., tendo os queixosos recorrido da decisão. Em 13 de janeiro de 2013 a Moneygram requereu uma citação com aviso prévio ao Supremo Tribu-

nal do Estado de Nova Iorque, apresentando queixas idênticas às que haviam sido consideradas improcedentes no Minnesota. Em 17 de junho de 2013, a Moneygram requereu uma citação alterada com aviso prévio e denúncia ao Supremo Tribunal do Estado de Nova Iorque. Em 22 de julho de 2013, o tribunal de segunda instância do Minnesota declarou a anulação do Deutsche Bank AG, mas inverteu a anulação do Deutsche Bank Securities Inc. Em 15 de outubro de 2013, o Supremo Tribunal do Minnesota recusou o pedido do Deutsche Bank Securities Inc. de *writ of certiorari* (carta requisitória). O Deutsche Bank submeteu um pedido de *writ of certiorari* junto do Supremo Tribunal dos EUA.

Em conformidade com os termos dos acordos de resolução, os litígios movidos por Allstate Insurance Company, Cambridge Placement Investments Management Inc., Stichting Pensionfonds ABP, West Virginia Investment Management Board, The Union Central Life Insurance Company e The Western and Southern Life Insurance Co. foram arquivados. Os termos financeiros de cada um destes acordos não são substanciais para o Deutsche Bank.

O Deutsche Bank alcançou acordos com determinadas entidades que ameaçaram apresentar queixas contra o Deutsche Bank relacionadas com várias ofertas de RMBS e de outros produtos relacionados para suspender o prazo de prescrição relevante. É possível que estas potenciais ações possam ter um impacto material no Deutsche Bank. Além disso, o Deutsche Bank alcançou acordos com algumas destas entidades, cujos termos financeiros não se revestem de índole material para o Deutsche Bank.

Questões relacionadas com embargos impostos pelos EUA. O Deutsche Bank recebeu pedidos de informação de agências reguladoras sobre o historial de processamento de ordens de pagamento em dólares dos Estados Unidos por instituições financeiras americanas em nome de terceiros de países sujeitos às leis de embargo americanas e onde se inquiria se este processamento respeitava as leis federais e estatais americanas. O Deutsche Bank está a colaborar com as agências reguladoras.

30 – Compromissos de crédito e passivos contingentes

No exercício normal da atividade, o Grupo subscreve regularmente compromissos de crédito irrevogáveis, assim como passivos contingentes compostos por garantias financeiras e de *performance*, cartas de crédito standby e acordos de indemnização em nome dos seus clientes. Nos termos destes contratos, o Grupo é obrigado a agir nos termos de um acordo de obrigação ou a efetuar pagamentos ao beneficiário com base no incumprimento de terceiros das respetivas obrigações. Para estes instrumentos não é do conhecimento do Grupo, em pormenor, se, quando e em que medida as reclamações serão efetuadas. O Grupo tem estes instrumentos em conta ao monitorizar a exposição de crédito e pode exigir uma garantia para mitigar o risco de crédito inerente. Se a monitorização do risco de crédito fornecer informações suficientes para ter a perceção de uma perda decorrente de uma reclamação esperada, uma provisão é estabelecida e registada no balanço.

O quadro seguinte apresenta os compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito sem ter em conta garantias ou provisões. Mostra a utilização máxima potencial do Grupo no caso de ter de satisfazer todas estas obrigações assumidas. Por conseguinte, o quadro não apresenta os fluxos de caixa futuros esperados destas obrigações, porque muitas delas expirarão sem serem utilizadas e as reclamações decorrentes serão satisfeitas pelos clientes ou poderão ser recuperadas com os proveitos da garantia providenciada.

Compromissos de crédito irrevogáveis e passivos contingentes relacionados com crédito

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Compromissos de crédito irrevogáveis	126.660	129.657
Passivos contingentes	65.630	68.358
Total	**192.290**	198.015

Assistência governamental

No exercício da sua atividade, o Grupo candidata-se e recebe com regularidade apoios governamentais através de garantias de uma Export Credit Agency (ECA) que cobrem riscos de incumprimento e transferência no financiamento às exportações e investimentos em mercados emergentes e, em menor grau, em mercados desenvolvidos para a área de Structured Trade & Export Finance e Trade Finance de curto/médio prazo. Quase todos os países orientados para a exportação constituíram agências ECA para apoiar os exportadores nacionais. As ECA agem em nome e em representação do governo do respetivo país e são constituídas diretamente como departamentos governamentais ou organizadas como empresas privadas investidas de um mandato oficial do governo para agir em seu nome. Os termos e condições dessas garantias de agências ECA concedidas para financiamentos a curto prazo, a médio prazo e a longo prazo são comparáveis devido ao facto de a maioria das ECA agir no âmbito das normas de consenso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). As normas de consenso da OCDE (um acordo intergovernamental dos Estados-membros da OCDE) definem parâmetros de referência (*benchmarks*) de modo a assegurar uma concorrência leal entre as diferentes nações exportadoras.

Em alguns países existem programas de financiamento específicos com apoio governamental disponíveis para os financiamentos cobertos pelas ECA. O Grupo utiliza esses programas de uma forma seletiva. Em certos financiamentos, o Grupo também recebe garantias governamentais de instituições governamentais nacionais e internacionais, como garantia para apoiar financiamentos do interesse dos respetivos governos. A maior parte dessas garantias ECA recebidas pelo Grupo foi emitida pela Euler-Hermes Kreditversicherungs AG em nome da República Federal da Alemanha ou pela Commodity Credit Corporation em nome dos Estados Unidos.

31 – Outros empréstimos a curto prazo

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Outros empréstimos a curto prazo:		
Papel comercial	20.852	23.616
Outros	38.915	46.045
Total de outros empréstimos a curto prazo	**59.767**	69.661

32 – Dívida a longo prazo e títulos fiduciários preferenciais

Dívida a longo prazo por ordem crescente de maturidade contratual

em milhões de euros	Vencimento em 2014	Vencimento em 2015	Vencimento em 2016	Vencimento em 2017	Vencimento em 2018	Vencimento após 2018	Total 31 de dez. 2013	Total 31 de dez. 2012
Dívida sénior:								
Obrigações:								
Taxa fixa	13.349	11.198	10.217	11.726	6.979	23.485	76.953	89.623
Taxa variável	6.445	4.554	2.563	2.993	2.934	7.015	26.503	29.138
Dívida subordinada:								
Obrigações:								
Taxa fixa	392	656	500	0	70	1.404	3.022	4.218
Taxa variável	3.254	107	0	0	50	1.146	4.557	4.567
Outros	7.926	1.122	925	1.396	2.312	8.367	22.047	29.779
Total de dívida a longo prazo	31.365	17.636	14.206	16.115	12.344	41.417	**133.082**	157.325

O grupo não registou quaisquer incumprimentos de capital, juros ou outras violações em relação aos seus passivos em 2013 e 2012.

Títulos fiduciários preferenciais[1]

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Taxa fixa	8.613	10.024
Taxa variável	3.313	2.067
Total de títulos fiduciários preferenciais	**11.926**	12.091

[1] Instrumentos perpétuos, reembolsáveis em datas futuras específicas por opção do Grupo.

33 – Análise de maturidades dos primeiros fluxos de caixa contratuais não descontados de passivos financeiros

	31.12.2013				
em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	149.471	0	0	0	0
Depósitos remunerados	140.882	184.274	31.136	14.172	12.282
Passivos detidos para negociação[1]	55.804	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos[1]	483.428	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	50.477	54.193	4.241	6.330	4.880
Passivos por contratos de investimento[2]	0	76	793	1.328	5.871
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura[3]	0	20	35	238	323
Recursos de bancos centrais adquiridos	2.056	0	400	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	6.485	4.630	645	0	0
Títulos cedidos por empréstimo	2.081	39	0	0	207
Outros empréstimos a curto prazo	36.694	16.211	6.874	0	0
Dívida a longo prazo	840	16.663	16.713	67.325	50.105
Títulos fiduciários preferenciais	0	4.595	1.176	7.860	237
Outros passivos financeiros	131.998	3.946	669	722	107
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	104.075	0	0	0	0
Garantias financeiras	20.605	0	0	0	0
Total[4]	1.184.896	284.645	62.682	97.975	74.012

[1] Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.

[2] Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor. Consultar a Nota 41, "Contratos de seguros e de Investimento" para mais pormenores sobre esses contratos.

[3] Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.

[4] Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

					31.12.2012
em milhões de euros	À vista	Vencimento em 3 meses	Vencimento entre 3 e 12 meses	Vencimento entre 1 e 5 anos	Vencimento após 5 anos
Depósitos não remunerados	143.918	0	0	0	0
Depósitos remunerados	136.625	234.048	35.496	19.035	16.005
Passivos detidos para negociação[1]	54.400	0	0	0	0
Instrumentos financeiros derivados com valores de mercado negativos[1]	752.652	0	0	0	0
Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados	57.131	79.242	6.754	5.282	5.292
Passivos por contratos de investimento[2]	0	53	788	1.225	5.666
Valores de mercado negativos decorrentes de instrumentos financeiros derivados elegíveis para contabilidade de cobertura[3]	89	123	92	178	3.192
Recursos de bancos centrais adquiridos	2.585	631	252	0	0
Títulos vendidos com acordos de recompra	22.950	8.796	1.230	0	0
Títulos cedidos por empréstimo	3.110	96	0	0	33
Outros empréstimos a curto prazo	18.611	41.761	9.376	0	0
Dívida a longo prazo	857	14.998	27.156	73.626	59.168
Títulos fiduciários preferenciais	0	2.956	2.410	5.522	3.818
Outros passivos financeiros	132.115	4.212	235	584	114
Compromissos de crédito extrapatrimoniais	94.006	0	0	0	0
Garantias financeiras[4]	20.507	0	0	0	0
Total[5]	1.439.556	386.919	83.790	105.454	93.289

[1] Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são contabilizados ao justo valor. O Grupo considera que esta é a forma mais correta de refletir o fluxo de caixa que teria de ser pago se essas posições tivessem de ser encerradas. Os saldos dos passivos detidos para negociação e os derivados não elegíveis para contabilidade de cobertura são apresentados como pagamentos "à vista", dado que a direção do Grupo considera refletirem com maior precisão a natureza de curto prazo das atividades de negociação. A maturidade contratual dos instrumentos pode, contudo, estender-se por períodos significativamente mais longos.

[2] Trata-se de contratos de investimento em que os termos e as condições da apólice podem implicar um valor de resgate igual ao justo valor. Consultar a Nota 41, "Contratos de seguros e de Investimento" para mais pormenores sobre esses contratos.

[3] Os derivados designados para contabilidade de cobertura são registados ao justo valor e apresentados no agregado temporal no qual se espera que a relação de cobertura termine.

[4] Os números do ano anterior foram reajustados.

[5] Os saldos na tabela não concordam com os valores do balanço do Grupo, pois os fluxos de caixa incluídos na tabela não estão descontados. Esta análise representa o pior cenário para o Grupo se o mesmo for obrigado a pagar todas as responsabilidades antes do esperado. O Grupo considera que a probabilidade de ocorrência de um evento desse tipo é remota.

Notas adicionais

34 – Ações ordinárias

Ações ordinárias

O capital social do Deutsche Bank é composto por ações ordinárias emitidas na forma nominativa sem valor nominal. No direito alemão, cada ação representa uma participação igual no capital subscrito. Por conseguinte, cada ação tem um valor nominal de 2,56 euros, que se calcula dividindo o valor total do capital social pelo número de ações.

Número de ações	Emitidas e integralmente pagas	Ações em tesouraria	Em circulação
Ações ordinárias, 1 de janeiro de 2012	**929.499.640**	**(24.888.999)**	**904.610.641**
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0
Ações compradas para tesouraria	0	(381.117.111)	(381.117.111)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	405.690.368	405.690.368
Ações ordinárias, 31 de dezembro de 2012	**929.499.640**	**(315.742)**	**929.183.898**
Ações emitidas ao abrigo de planos de remuneração com base em ações	0	0	0
Aumento de capital	90.000.000	0	90.000.000
Ações compradas para tesouraria	0	(396.958.039)	(396.958.039)
Ações vendidas ou distribuídas a partir da tesouraria	0	397.101.877	397.101.877
Ações ordinárias, 31 de dezembro de 2013	**1.019.499.640**	**(171.904)**	**1.019.327.736**

Não existem ações ordinárias emitidas que não tenham sido integralmente realizadas.

As ações compradas para tesouraria são ações detidas pelo Grupo por um dado período de tempo, assim como quaisquer ações compradas com a intenção de revenda no curto prazo. Além disso, o Grupo recomprou ações para planos de remuneração baseada em ações. Todas estas transações foram registadas em capital próprio dos acionistas, não tendo sido registados proveitos ou custos relacionados com estas atividades. Estas ações em tesouraria detidas no final do exercício serão sobretudo utilizadas em futuras remunerações com base em ações.

Em 30 de abril de 2013, o Deutsche Bank AG emitiu 90 milhões de novas ações ordinárias a 32,90 euros por ação, resultando num total de proveitos de 3,0 mil milhões de euros. As ações foram emitidas com direitos a dividendo total para o exercício de 2012 a partir do capital autorizado e sem direitos de preferência. Os respetivos custos da transação, diretamente registados no capital, ascenderam a 0,4 milhões de euros, após impostos.

Capital autorizado

O Conselho de Administração está autorizado a aumentar o capital social através da emissão de novas ações por contrapartidas em numerário e, em algumas circunstâncias, por contrapartidas que não em numerário. Em 31 de dezembro de 2013 o Deutsche Bank AG tinha autorizado mas não emitido capital no valor de 921.600.000 euros, que pode ser emitido, no todo ou em parte, até 30 de abril de 2018. Os restantes detalhes regem-se pela Secção 4 dos Estatutos.

Capital autorizado	Contrapartida	Direitos de preferência	Data de expiração
€ 691.200.000	Numerário	Podem não ser excluídos	30.4.2016
€ 230.400.000	Numerário ou não	Podem ser excluídos se o aumento de capital for realizado numa forma que não numerário e tiver intenção de aquisição de uma sociedade ou participação numa sociedade e podem ser excluídos de acordo com o artigo 186.º, n.º 3, quarta frase da lei alemã das sociedades por ações	30 de abril de 2018

Capital condicional

O Conselho de Administração está autorizado a emitir, uma vez ou mais do que uma vez, obrigações participativas ligadas a direitos de conversão ou direitos de opção e/ou obrigações convertíveis e/ou obrigações com *warrants*. As obrigações participativas, obrigações convertíveis e obrigações com warrants podem igualmente ser emitidas por empresas associadas ao Deutsche Bank AG. Para este efeito, o capital social foi aumentado condicionalmente mediante o exercício destes direitos de conversão e/ou troca ou mediante a conversão obrigatória.

Capital contingente	Data de expiração da emissão de direitos de opção e/ou conversão
€ 230.400.000	30.4.2015
€ 230.400.000	30.4.2016
€ 230.400.000	30.4.2017

Dividendos

O quadro seguinte apresenta o montante de dividendos propostos ou anunciados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, respetivamente.

	2013 (proposto)	2012	2011
Dividendos em numerário anunciados (em milhões de euros) [1]	765	764	689
Dividendos em numerário anunciados por ação ordinária (em euros)	0,75	0,75	0,75

[1] Os dividendos em numerário para 2013 baseiam-se no número de ações emitidas em 31 de dezembro de 2013.

Não foram anunciados dividendos desde a data do balanço.

35 – Benefícios dos empregados

Planos de remuneração com base em ações

O Grupo atribuiu a remuneração com base em ações ao abrigo do DB Equity Plan. Este plano representa um direito contingente a receber ações ordinárias do Deutsche Bank após um período de tempo específico. O beneficiário do prémio não tem o direito de receber dividendos durante o período de aquisição de direitos do prémio.

Estes prémios de ações concedidos nos termos e condições do DB Equity Plan podem caducar total ou parcialmente se o beneficiário terminar voluntariamente o vínculo laboral antes do fim do período de aquisição de direitos relevante. A aquisição de direitos geralmente continua após o termo da relação de trabalho em caso de despedimento ou reforma.

Nos países em que restrições legais ou doutra natureza impedem a entrega de ações foi utilizada a variante em numerário do DB Equity Plan para a atribuição dos prémios.

O quadro seguinte apresenta as condições de base destes planos de ações.

Ano(s) de atribuição	Deutsch Bank Equity Plan	Calendário de aquisição de direitos	Disposições de reforma antecipada	Elegibilidade
2013	Prémio anual	1/3: 12 meses [1] 1/3: 24 meses [1] 1/3: 36 meses [1]	Sim	Colaboradores selecionados como retenção anual
		Ou aquisição imediata de direitos (*cliff vesting*) após 45 meses [1]	Sim [2]	Membros da Conselho de Administração ou Gestores Seniores do Grupo
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Sim	Colaboradores selecionados para atrair e reter pessoal-chave
	Prémio anual - *Upfront*	Aquisição imediata na concessão [3]	Não	Colaboradores regulamentados
2012/ 2011	Prémio anual	1/3: 12 meses [4] 1/3: 24 meses [4] 1/3: 36 meses [4]	Sim	Colaboradores selecionados como retenção anual
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Sim	Colaboradores selecionados para atrair e reter pessoal-chave
	Prémio anual - *Upfront*	Aquisição imediata na concessão [3]	Não	Colaboradores regulamentados
2010	Prémio anual	Aquisição gradual de direitos em nove tranches iguais repartidas por 12 a 45 meses	Sim	Colaboradores selecionados como retenção anual
		Ou aquisição imediata de direitos (*cliff vesting*) após 45 meses	Sim	Colaboradores selecionados como retenção anual
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Não	Colaboradores selecionados para atrair e reter pessoal-chave
2009	Prémio anual	50%: 24 meses 25%: 36 meses 25%: 48 meses	Não	Colaboradores selecionados como retenção anual
	Retenção/nova contratação	Especificação individual	Não	Colaboradores selecionados para atrair e reter pessoal-chave

[1] Para os membros do Conselho de Administração ou da Administração sénior do Grupo e todos os restantes colaboradores regulamentados, aplica-se um período de retenção adicional de seis meses.
[2] As disposições de reforma antecipada não se aplicam aos membros do Conselho de Administração.
[3] Para os membros do Conselho de Administração Executivo a entrega de ações ocorre após um período de retenção de três anos. Para todos os outros colaboradores regulamentados, a entrega de ações ocorre após um período de retenção de seis meses.
[4] Para os membros do Conselho de Administração aplica-se um calendário diferente. Para todos os outros colaboradores regulamentados, a entrega de ações ocorre após um período de retenção de seis meses.

Além disso, o Grupo oferece um plano de ampla base para participação dos colaboradores no capital intitulado Global Share Purchase Plan (GSPP). O GSPP oferece a todos os colaboradores ativos em entidades participantes do Deutsche Bank a oportunidade para comprar ações do Deutsche Bank em prestações mensais durante um ano. No fim do ciclo de aquisição, o banco rateia as ações adquiridas na proporção de um para um, até um máximo de dez ações gratuitas, desde que o colaborador permaneça no Deutsche Bank Group durante mais um ano. No total, mais de 20.000 colaboradores de 31 países inscreveram-se no quinto ciclo, que começou em novembro de 2013.

O Grupo dispõe de outros planos locais de remuneração com base em ações, nenhum dos quais, individualmente ou em agregado, tem um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas.

Atividade em planos de ações

	Ações (em milhares)	Justo valor por unidade médio ponderado à data de atribuição
Saldo em 31 de dezembro de 2011	69.695	€ 37,37
Concedidas	38.648	€ 30,00
Emitidas	(43.425)	€ 33,80
Caducadas	(2.419)	€ 38,37
Saldo em 31 de dezembro de 2012	62.499	€ 35,25
Concedidas	26.250	€ 34,89
Emitidas	(35.555)	€ 37,37
Caducadas	(1.903)	€ 34,95
Saldo em 31 de dezembro de 2013	51.291	€ 33,61

O quadro também inclui os prémios atribuídos ao abrigo da variante de numerário do DB Equity Plan.

As transações relativas ao pagamento baseado em ações que originam pagamentos em dinheiro criam um passivo, que ascendeu a cerca de 32 milhões de euros, 44 milhões de euros e 35 milhões de euros para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2013, de 2012 e de 2011, respetivamente.

Em de 31 de dezembro de 2013, o volume de ações em circulação atribuídas a título de prémio era aproximadamente de 1,7 mil milhões de euros. Desses, 1,2 mil milhões de euros tinham sido reconhecidos como custos com remuneração no exercício do relato ou antes disso. Por conseguinte, os custos com remuneração ainda não reconhecidos relativos a remuneração com base em ações diferida ascendiam a 0,5 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

Além dos montantes apresentados no quadro anterior, foram emitidas cerca de 11,8 milhões de ações para participantes no plano em fevereiro de 2014, em resultado da aquisição de direitos referentes aos prémios do DB Equity Plan concedidos em anos anteriores (das quais 0,4 milhões de unidades ao abrigo da variante em numerário do DB Equity Plan).

Além disso, em fevereiro de 2014, o Grupo concedeu prémios de cerca de 25 milhões de unidades, com um valor atribuído de 35,44 euros por unidade ao abrigo do DB Equity Plan, tendo as condições do plano sido modificadas para 2014. Cerca de 0,6 milhões de unidades foram atribuídas ao abrigo da variante de numerário do DB Equity Plan.

Tendo em conta as ações emitidas e atribuídas em fevereiro de 2014, o saldo de ações em circulação atribuídas no final de fevereiro de 2014 ascende a cerca de 65 milhões de ações.

Planos de benefícios pós-emprego

Natureza dos planos

O Grupo patrocina uma série de planos de benefícios pós-emprego em nome dos seus colaboradores, tanto planos de contribuição definida como planos de benefícios definidos. Os planos do Grupo são contabilizados com base na natureza e substância do plano. De modo geral, para os planos de benefícios definidos, o valor dos benefícios acumulados de um participante baseia-se na remuneração e tempo de serviço de cada colaborador; as contribuições para os planos de contribuição definida baseiam-se normalmente numa percentagem da remuneração de cada colaborador. O resto desta nota foca-se predominantemente em planos de benefícios definidos do Grupo.

Os planos de benefícios definidos do Grupo são principalmente descritos numa base geográfica, refletindo as diferenças na natureza e riscos dos benefícios, bem como nos respetivos contextos regulamentares. Em particular, os requisitos estabelecidos pelos órgãos reguladores locais podem diferir significativamente e determinar, em alguma medida, a conceção e o financiamento dos planos de benefícios. As informações-chave também são apresentadas com base no estado do participante, o qual fornece uma ampla indicação da maturidade das obrigações do Grupo.

					31.12.2013
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Obrigação com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	3.670	659	359	671	5.359
Participantes em estado diferido	1.577	1.894	399	122	3.992
Participantes em estado de pagamento	4.240	1.035	378	229	5.882
Total da obrigação com benefícios definidos	9.487	3.588	1.136	1.022	15.233
Justo valor dos ativos dos planos	9.142	4.099	856	921	15.018
Rácio de financiamento (em %)	96	114	75	90	99

					31.12.2012
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Obrigação com benefícios definidos relativa a					
Participantes ativos no plano	3.583	605	405	741	5.334
Participantes em estado diferido	1.540	1.742	450	135	3.867
Participantes em estado de pagamento	4.140	952	426	253	5.771
Total da obrigação com benefícios definidos	9.263	3.299	1.281	1.129	14.972
Justo valor dos ativos dos planos	7.741	3.980	949	932	13.602
Rácio de financiamento (em %)	84	121	74	83	91

A maioria das obrigações de plano de benefícios definidos do Grupo refere-se à Alemanha, Reino Unido e EUA. Dentro dos outros países, as maiores obrigações referem-se à Suíça e aos Países Baixos. Na Alemanha e em alguns países da Europa continental, os benefícios pós-emprego são normalmente acordados numa base coletiva com as comissões de trabalhadores do respetivo colaborador ou o seu equivalente. Os principais planos de pensões do Grupo são regidos por conselhos diretivos, fiduciários ou o seu equivalente.

Os benefícios pós-emprego podem formar uma parte importante da remuneração total do colaborador. A abordagem do Grupo é que a sua conceção deve ser atrativa para os colaboradores no respetivo mercado, mas sustentável no longo prazo. Ao mesmo tempo, o Grupo tenta limitar os seus riscos relacionados com a provisão desses benefícios. Por conseguinte, o Grupo passou a oferecer planos de contribuição definida em vários locais nos últimos anos.

No passado, o Grupo oferecia, tipicamente, planos de pensões baseados no pagamento final antes da reforma. Estes tipos de benefícios ainda representam uma parte significativa das obrigações de pensões para os participantes em estado diferido e de pagamento. Atualmente, na Alemanha e nos EUA, os principais planos de benefícios definidos para o pessoal ativo são planos semelhantes a contas de numerário em que Grupo credita um montante anual nas contas dos indivíduos com base no salário atual do colaborador. Dependendo das regras do plano, as contas aumentam a uma taxa de juro fixa ou participam nos movimentos de mercado de determinados investimentos subjacentes para limitar o risco de investimento para o Grupo. Por vezes, em particular na Alemanha, há um montante de benefício garantido dentro das regras do plano, por exemplo, o pagamento de, pelo menos, os montantes contribuídos. No Reino Unido, o principal plano de pensões de benefícios definidos foi reestruturado em 2011 para os colaboradores ativos ainda elegíveis no plano para reduzir a exposição de risco global a longo prazo para o Grupo. Aquando da reforma, os beneficiários podem normalmente optar por um montante único ou pela conversão do saldo acumulado da conta numa anuidade. Esta conversão é frequentemente baseada nas condições de mercado e nos pressupostos relativos à mortalidade na reforma.

O Grupo também patrocina os planos de reforma e de indemnização por rescisão em vários países, bem como alguns planos de saúde pós-emprego para um conjunto de colaboradores atuais e reformados, principalmente nos EUA. Estes últimos planos pagam percentagens fixas de despesas médicas de reformados elegíveis depois de se atingir uma determinada franquia. Nos EUA, uma vez que um reformado é elegível para o sistema Medicare, o Grupo contribui para uma Health Reimbursement Account (conta de reembolso de despesas de saúde) e o reformado deixa de ser elegível ao abrigo do plano de saúde do Grupo. O total da obrigação com benefícios definidos do Grupo por planos de saúde pós-emprego foi de 151 milhões de euros e 164 milhões de euros a 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respetivamente. Em combinação com a estrutura de benefícios, estes planos representam um risco limitado para o Grupo.

Os seguintes montantes de pagamentos de benefícios esperados dos planos de benefícios definidos do Grupo incluem benefícios atribuíveis ao serviço passado e serviço futuro estimado dos colaboradores e incluem ambos os montantes pagos a partir dos fundos de pensões externos do Grupo e pagos diretamente pelo Grupo relativamente a planos sem fundos constituídos.

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Pagamentos efetivos de benefícios 2013	375	70	107	102	654
Benefícios que deverão ser pagos 2014	377	66	65	61	569
Benefícios que deverão ser pagos 2015	385	73	63	57	578
Benefícios que deverão ser pagos 2016	401	77	66	57	601
Benefícios que deverão ser pagos 2017	422	87	66	58	633
Benefícios que deverão ser pagos 2018	445	93	66	59	663
Benefícios que deverão ser pagos 2019 - 2023	2.532	605	351	293	3.781
Duração média ponderada da obrigação com benefícios definidos (em anos)	14	20	12	15	15

Planos multiempregador

Na Alemanha, o Grupo é membro do BVV, juntamente com outras instituições financeiras. O BVV oferece benefícios de reforma aos colaboradores elegíveis na Alemanha em complemento dos compromissos assumidos pelo Grupo com benefícios pós-emprego. Tanto os empregadores como os colaboradores contribuem regularmente para o BVV. O BVV paga rendas vitalícias de montante fixo aos colaboradores quando estes se reformam e aumenta essas rendas caso surjam ativos excedentários no plano. De acordo com a legislação na Alemanha, o empregador é o derradeiro responsável por fornecer os benefícios aos seus colaboradores. O BVV é um plano de benefícios definidos multiempregador; no entanto, o Grupo contabiliza-o como um plano de contribuição definida visto que não há informação suficiente disponível para identificar os ativos e passivos relacionados com os atuais e antigos colaboradores do Grupo. A principal razão para esse tratamento é que o BVV não aloca totalmente os ativos do plano aos beneficiários nem às empresas membro. De acordo com as divulgações mais recentes do BVV, não há nenhum défice atual no plano que possa afetar o montante das futuras contribuições do Grupo. Além disso, o excedente do plano resultante no futuro será distribuído aos membros do plano e, como tal, não pode reduzir as futuras contribuições do Grupo. Caso o BVV fosse liquidado no futuro, não haveria nenhuma responsabilidade adicional para o Grupo.

As despesas do Grupo com os planos de contribuição definida também incluem as contribuições anuais para o fundo de pensões do Deutsche Postbank AG destinado a funcionários dos serviços postais na Alemanha. A responsabilidade pelo pagamento destes benefícios recai sobre o governo alemão.

Governação e risco

O Grupo estabeleceu um Comité de Risco de Pensões presidido por um membro do Conselho de Administração para supervisionar as pensões e riscos associados, numa base global. Este Comité reúne-se trimestralmente, reporta diretamente ao Conselho de Administração e é apoiado pelo Comité de Operações de Pensões.

Neste contexto, o Grupo desenvolve e mantém diretrizes de governação e gestão do risco, nomeadamente financiamento, alocação de ativos e definição de pressupostos atuariais. A este respeito, a gestão do risco significa a gestão e controlo dos riscos para o Grupo relacionados com os desenvolvimentos do mercado (ou seja, taxa de juro, *spread* de crédito, inflação de preços, etc.), investimento ativo, requisitos legislativos ou regulamentares, bem como a monitorização de alterações demográficas (ou seja, longevidade, etc.). Especialmente durante e após as aquisições ou mudanças no ambiente externo (ou seja, legislação, tributação, etc.), consideram-se os tópicos tais como a conceção do plano geral ou potenciais alterações ao plano. Qualquer alteração ao plano segue um processo que requer a aprovação dos Recursos Humanos do Grupo. Na medida em que os planos de pensões são financiados, os ativos detidos mitigam alguns dos riscos de passivo, mas introduzem o risco do investimento.

Nos principais países de pensões do Grupo, as maiores exposições ao risco do plano de benefícios pós-emprego do Grupo referem-se a possíveis alterações nos *spreads* de crédito, inflação dos preços e longevidade, embora estes tenham sido parcialmente mitigados através da estratégia de investimento adotada.

De modo geral, o Grupo procura minimizar o impacto das pensões na posição financeira do Grupo dos movimentos de mercado, sujeito a equilibrar as contrapartidas envolvidas no financiamento dos benefícios pós-emprego. O Grupo mensura as suas exposições ao risco de pensões regularmente usando métricas específicas e cenários de esforço desenvolvidos pelo Grupo para esta finalidade.

Financiamento

O Grupo mantém vários fundos de pensões externos para financiar a maior parte das suas obrigações de planos de benefícios definidos. A política de financiamento do Grupo visa manter a cobertura da obrigação com benefícios definidos (*defined benefit obligation*) através de ativos dos planos, num intervalo de 90% a 100% da obrigação, sob reserva do cumprimento de eventuais requisitos legais locais. O Grupo determinou que certos planos devem manter-se sem fundos constituídos, apesar da sua abordagem de financiamento estar sujeita a uma revisão periódica, por exemplo, quando os regulamentos ou práticas locais se alteram. As obrigações para com os planos sem fundos constituídos do Grupo são acumuladas no balanço.

Para a maioria dos planos de benefícios definidos externamente financiados existem requisitos mínimos de financiamento. O Grupo pode decidir sobre quaisquer contribuições adicionais ao plano, com referência à política de financiamento do Grupo. Existem alguns locais, por exemplo, o Reino Unido, onde os mandatários e o Banco acordam conjuntamente os níveis de contribuição. Na maioria dos países, o Grupo espera receber um benefício económico de quaisquer excedentes do plano dos ativos do plano em comparação com as obrigações de benefícios definidos, normalmente através de contribuições futuras reduzidas. Tendo em conta a posição quase totalmente financiada e a estratégia de investimento adotada nos principais planos de benefícios definidos financiados do Grupo, não se prevê que quaisquer requisitos de financiamento mínimo que possam ser aplicáveis coloquem o Grupo sob qualquer pressão monetária adversa substancial no curto prazo. Por exemplo, no Reino Unido e nos EUA, prevê-se que as principais contribuições para financiamento do plano nestes países sejam amplamente nulas em 2014. Na Alemanha, geralmente não se aplicam requisitos de financiamento mínimos; no entanto, o grupo irá considerar contribuições em dinheiro para fundos de pensões externos no quarto trimestre de 2014, com referência à política de financiamento do Grupo.

Para planos de saúde pós-emprego, o Grupo procede à acumulação para estras obrigações durante o período de emprego e paga os benefícios a partir dos ativos do Grupo na data do seu vencimento.

Metodologia atuarial e pressupostos

A data de medição para todos os planos é 31 de dezembro. Todos os planos são valorizados por atuários qualificados independentes pelo método da unidade de crédito projetada. Uma política do Grupo fornece orientação aos atuários locais quanto ao estabelecimento de pressupostos atuariais para assegurar a sua consistência global.

Os principais pressupostos atuariais aplicados na determinação das obrigações de benefícios definidos a 31 de dezembro são apresentados a seguir sob a forma de médias ponderadas.

	31.12.2013				31.12.2012			
	Alemanha	Reino Unido	EUA[1]	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA[1]	Outros
Taxa de desconto (em %)	3,6	4,5	4,8	3,4	3,7	4,6	3,8	3,0
Taxa de inflação dos preços (em %)	1,9	3,7	2,3	2,2	2,1	3,3	2,4	2,2
Taxa de aumento nominal em níveis futuros de remuneração (em %)	2,8	4,7	2,3	3,1	3,0	4,3	2,4	3,2
Taxa de aumento nominal para pensões a pagamento (em %)	1,9	3,5	2,3	1,4	2,1	3,2	2,4	1,2
Esperança de vida presumida aos 65 anos								
Homem com 65 anos à data de medição	18,7	23,6	19,1	21,0	18,6	23,6	19,0	21,4
Mulher com 65 anos à data de medição	22,8	25,2	20,9	23,3	22,7	25,3	20,8	23,9
Homem com 45 anos à data de medição	21,4	25,3	20,5	22,6	21,3	25,3	20,4	23,1
Mulher com 45 anos à data de medição	25,3	27,0	21,7	24,7	25,2	27,3	21,7	25,4
Tabelas de mortalidade aplicadas	Richttafeln Heubeck 2005G	SAPS Light com projeções CMI 2010	RP2000 Combined Healthy	Tabelas específicas do país	Richttafeln Heubeck 2005G	SAPS Light com projeções CMI 2010	RP2000 Combined Healthy	Tabelas específicas do país

[1] Taxa de juro do crédito do saldo de caixa em linha com a rendibilidade das obrigações de dívida pública dos EUA a 30 anos.

Para os planos mais importantes do Grupo nos principais países, a taxa de desconto utilizada à data de cada medição é baseada numa curva de rendimentos de obrigações empresariais de elevada qualidade, refletindo o momento, o montante e a moeda dos futuros pagamentos de benefícios para o respetivo plano. São utilizadas taxas de desconto consistentes em todos os planos em cada zona monetária, baseadas no pressuposto aplicável para o maior plano do Grupo nessa zona. Para os planos nos outros países, a taxa de desconto baseia-se em taxas de rendimento de obrigações da dívida pública ou de empresas de alta qualidade aplicáveis na respetiva moeda, conforme apropriado à data de cada medição com uma duração compatível com as obrigações do respetivo plano.

Os pressupostos da inflação dos preços na área do euro e no Reino Unido são definidos por referência às medidas de inflação do mercado, com base em taxas de *swaps* de inflação daqueles mercados à data de cada medição. Noutros países, estes pressupostos baseiam-se geralmente em previsões a longo prazo da Consensus Economics Inc.

Os pressupostos do aumento do nível de remuneração futura e do aumento nominal para pensões a pagamento são desenvolvidos separadamente para cada plano, sempre que relevante. Cada um é definido com base no pressuposto da inflação dos preços e reflete as políticas e a estrutura de benefícios do Grupo em cada mercado, bem como os requisitos legais e específicos relevantes de cada plano a nível local.

Entre outros pressupostos, os pressupostos de mortalidade podem ser significativos na medição das obrigações do Grupo no âmbito dos planos de benefícios definidos. Estes pressupostos foram definidos em conformidade com a boa prática corrente nos respetivos países. Foram consideradas e incluídas, onde apropriado, potenciais melhorias futuras na longevidade.

Conciliação de movimentos de passivos e ativos – impacto nas demonstrações financeiras

As tabelas seguintes estabelecem a reconciliação do movimento dos ativos e passivos do plano de benefícios definidos pós-emprego para, respetivamente, 2013 e 2012, em conformidade com a IAS 19 revista. Os números para 2012 foram ajustados para cumprirem com a IAS 19 revista e, como tal, não se conciliam de forma precisa com os montantes apresentados no Relatório Financeiro do Grupo de 2012.

					2013
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos:					
Saldo, início do exercício	9.263	3.299	1.281	1.129	14.972
Custos dos benefícios definidos reconhecido em Resultados					
Custos com serviços correntes	163	28	24	70	285
Custos com juros	340	145	48	33	566
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	19	2	(3)	(42)	(24)
Custos dos benefícios definidos reconhecido em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	(1)	(34)	1	(2)	(36)
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	(4)	278	(71)	(12)	191
Resultados atuariais decorrentes da experiência	(12)	3	14	(10)	(5)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	5	0	0	14	19
Benefícios pagos	(375)	(70)	(107)	(102)	(654)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações [1]	90	0	0	0	90
Alterações das taxas de câmbio	0	(63)	(51)	(40)	(154)
Outros	(1)	0	0	(16)[2]	(17)
Saldo, fim do exercício	9.487	3.588	1.136	1.022	15.233
dos quais:					
Não financiadas	7	14	154	137	312
Financiadas	9.480	3.574	982	885	14.921
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	7.741	3.980	949	932	13.602
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em Resultados					
Juros e rendimentos similares	316	175	35	30	556
Custos dos benefícios definidos reconhecido em Outro Rendimento Integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	(601)	98	(46)	(8)	(557)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	5	0	0	14	19
Contribuições pagas pelo empregador	1.960	3	53	53	2.069
Benefícios pagos [3]	(352)	(69)	(95)	(79)	(595)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	0	0
Aquisições/alienações [1]	73	0	0	0	73
Alterações das taxas de câmbio	0	(81)	(38)	(19)	(138)
Custos de administração do plano	0	(7)	(2)	(2)	(11)
Saldo, fim do exercício	9.142	4.099	856	921	15.018
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	(345)	511	(280)	(101)	(215)
Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)					
Saldo, início do exercício	0	0	0	0	0
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	(29)	(29)
Saldo, fim do exercício	0	0	0	(29)	(29)
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	(345)	511	(280)	(130)	(244)[4]

[1] DB Investment Services.
[2] Reclassificação do plano de benefícios pós-emprego como outro plano de benefícios a longo prazo dos colaboradores.
[3] Apenas para planos com fundos constituídos.
[4] Destes, 628 milhões de euros reconhecidos em outros ativos e 840 milhões de euros em outros passivos. Além disso, 25 milhões de euros e 57 milhões de euros são reconhecidos em ativos e passivos detidos para venda, respetivamente.

em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	2012 Total
Alteração no valor presente da obrigação com benefícios definidos: [1]					
Saldo, início do exercício	7.984	2.904	1.232	1.000	13.120
Custos dos benefícios definidos reconhecido em Resultados					
Custos com serviços correntes	140	28	27	62	257
Custos com juros	385	149	54	38	626
Custos com serviços passados e ganhos ou perdas decorrentes de liquidações	17	2	0	13	32
Custos dos benefícios definidos reconhecido em outro rendimento integral					
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos demográficos	0	2	29	4	35
Resultados atuariais resultantes de alterações nos pressupostos financeiros	1.181	208	98	97	1.584
Resultados atuariais decorrentes da experiência	(67)	(2)	(45)	(14)	(128)
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	4	0	0	15	19
Benefícios pagos	(382)	(68)	(97)	(76)	(623)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	(2)	(2)
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	76	(24)	(9)	43
Outros [2]	1	0	7	1	9
Saldo, fim do exercício	9.263	3.299	1.281	1.129	14.972
dos quais:					
Não financiadas	1.152	14	177	172	1.515
Financiadas	8.111	3.285	1.104	957	13.457
Alteração do justo valor dos ativos dos planos:					
Saldo, início do exercício	7.085	3.765	933	811	12.594
Custos dos benefícios definidos reconhecido em Resultados					
Juros e rendimentos similares	347	194	40	34	615
Custos dos benefícios definidos reconhecidos em outro rendimento integral					
Retorno dos ativos do plano menos o rendimento de juros	550	(35)	47	50	612
Fluxo de caixa e outras alterações					
Contribuições pagas pelos participantes no plano	4	0	0	15	19
Contribuições pagas pelo empregador	46	26	36	53	161
Benefícios pagos [3]	(291)	(67)	(87)	(32)	(477)
Pagamentos em relação a liquidações	0	0	0	(2)	(2)
Aquisições/alienações	0	0	0	0	0
Alterações das taxas de câmbio	0	99	(18)	4	85
Custos de administração do plano	0	(2)	(2)	(1)	(5)
Saldo, fim do exercício	7.741	3.980	949	932	13.602
Estado dos fundos constituídos, fim do exercício	(1.522)	681	(332)	(197)	(1.370)
Alteração no excedente irrecuperável (valor máximo dos ativos)					
Saldo, início do exercício	0	0	0	0	0
Alterações no excedente irrecuperável	0	0	0	0	0
Saldo, fim do exercício	0	0	0	0	0
Ativos (passivos) líquidos reconhecidos	(1.522)	681	(332)	(197)	(1.370) [4]

[1] Os números comparativos para 2012 são reajustados devido ao impacto da aplicação da IAS 19 revista.
[2] Inclui saldos iniciais da aplicação pela primeira vez de planos mais pequenos.
[3] Apenas para planos com fundos constituídos.
[4] Destes, 926 milhões de euros reconhecidos em outros ativos e 2.296 milhões de euros em outros passivos.

Não existem quaisquer direitos de reembolso para o Grupo.

A reestruturação conduziu a alterações e cortes do plano na Suíça, resultando numa diminuição da respetiva obrigação de pensão durante o ano de 2013. 46 milhões de euros desta redução foram reconhecidos como um crédito por serviços passados em 2013. A reestruturação fez com que os ativos do plano excedessem as suas obrigações de benefícios definidos a 31 de dezembro de 2013. O Grupo reconheceu um excedente irrecuperável de 29 milhões de euros porque não espera ser capaz de realizar o total benefício económico desta posição; o benefício económico da componente tratada como um ativo é estimado com base no valor presente da potencial redução futura prevista nas contribuições do Grupo.

Em termos dos ativos do plano de benefícios pós-emprego, além das contribuições regulares, o Grupo fez para os fundos de pensões externos, em 2013, contribuições de cerca de 1,45 mil milhões de euros para financiar a maior parte das obrigações de benefícios definidos anteriormente subfinanciadas do Postbank na Alemanha.

Estratégia de investimento

O principal objetivo de investimento do Grupo é imunizar o Grupo contra grandes flutuações no estado dos fundos constituídos dos seus planos de benefícios definidos, com um nível limitado de risco assumido através de inconsistências (*mismatches*) e diversificação da classe de ativos para reduzir os custos do Grupo com a prestação de benefícios aos colaboradores a longo prazo.

Para a maioria dos planos de benefícios definidos com fundos constituídos do Grupo, é aplicada uma abordagem de investimento orientada pela responsabilidade (*liability driven investment* – LDI). O objetivo consiste em minimizar os riscos de incompatibilidades entre as flutuações no valor presente das obrigações de benefícios definidos e os ativos do plano devido aos movimentos dos mercados de capitais. Isto é alcançado através da atribuição de ativos do plano para corresponder estreitamente com as exposições ao fator de risco de mercado da responsabilidade da pensão às taxas de juros, *spreads* de crédito e inflação. Por conseguinte, os ativos do plano traduzem amplamente o perfil de risco subjacente e a moeda das obrigações de pensões.

Quando o nível de cobertura desejado para estes riscos não pode ser alcançado através de instrumentos físicos (ou seja, obrigações soberanas e empresariais), recorre-se a derivados. As sobreposições de derivados incluem, principalmente, *swaps* de taxas de juros e indexados à inflação. Também se utilizam outros instrumentos, como *swaps* de risco de incumprimento e futuros de taxas de juros. Na prática, uma abordagem integralmente coberta é impraticável, por exemplo devido a insuficiente profundidade do mercado para obrigações empresariais com um prazo ultra longo, bem como considerações de liquidez e custos. Por conseguinte, os ativos do plano contêm mais categorias de ativos de modo a criar um aumento da rentabilidade a longo prazo e benefícios de diversificação, como ações, imobiliário, obrigações de alta rendibilidade ou obrigações dos mercados emergentes.

Afetação de ativos do plano a classes de ativos chave

A tabela que se segue demonstra a afetação de ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo através da aplicação de uma abordagem de "exame" integral para determinar as respetivas exposições às classes de ativos chave, ou seja, as exposições incluem títulos físicos em carteiras com gestão discreta e afetações de ativos subjacentes de eventuais fundos mistos utilizados para investir nos ativos do plano.

Os montantes de ativos na tabela que se segue incluem tanto ativos "cotados" (i.e. ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13 - montantes investidos em mercados nos quais o justo valor pode ser determinado diretamente a partir dos preços cotados em mercados ativos e líquidos) como “outros” (i.e. ativos de nível 2 e 3 em conformidade com a IFRS 13).

	31.12.2013					31.12.2012				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	133	134	40	59	366	57	61	44	65	227
Instrumentos de capital[1]	138	486	84	259	967	532	409	86	166	1.193
Obrigações *investment-grade*[2]										
Governamentais	3.886	1.201	312	227	5.626	1.933	1.146	337	251	3.667
Obrigações não-governamentais	5.118	1.513	333	247	7.211	4.815	2.005	353	271	7.444
Obrigações non-investment-grade										
Governamentais	103	0	0	1	104	143	109	8	4	264
Obrigações não-governamentais	135	45	4	22	206	394	13	6	28	441
Produtos estruturados	20	531	40	22	613	5	212	68	21	306
Seguros	0	0	0	41	41	0	0	0	40	40
Alternativos										
Imobiliário	59	95	0	30	184	40	93	0	30	163
Matérias-primas	25	0	0	2	27	55	0	0	6	61
Capital privado	50	1	0	0	51	49	0	0	0	49
Outros	40	0	0	3	43	63	0	0	21	84
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	(267)	62	43	7	(155)	(48)	(44)	47	26	(19)
Crédito	36	0	0	0	36	(116)	0	0	(1)	(117)
Inflação	(349)	29	0	0	(320)	(222)	(24)	0	(14)	(260)
Divisas	18	2	0	1	21	38	0	0	1	39
Outros	(3)	0	0	0	(3)	3	0	0	17	20
Total do justo valor dos ativos dos planos	**9.142**	**4.099**	**856**	**921**	**15.018**	7.741	3.980	949	932	13.602

[1] A afetação da exposição acionista está amplamente em linha com o índice típico no respetivo mercado; por exemplo, no Reino Unido, a referência é o Índice MSCI All Countries World.
[2] *Investment-Grade* significa uma notação igual ou superior a BBB. A média da notação de crédito ao qual os principais planos do Grupo têm exposição é de A.

A tabela que se segue estabelece os ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo investidos em ativos "cotados", i.e., ativos de nível 1 em conformidade com a IFRS 13. É demonstrada uma discriminação consistente para fins de referência.

	31.12.2013					31.12.2012				
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Total
Caixa e seus equivalentes	133	132	35	59	359	57	61	44	65	227
Instrumentos de capital	99	486	84	259	928	528	409	86	145	1.168
Obrigações *investment-grade*										
Governamentais	3.048	1.201	0	219	4.468	1.912	1.146	0	239	3.297
Obrigações não-governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações *non-investment-grade*										
Governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações não-governamentais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Produtos estruturados	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Seguros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Alternativos										
Imobiliário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Matérias-primas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Capital privado	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Derivados (valor de mercado)										
Taxa de juro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crédito	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Inflação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Divisas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total do justo valor dos ativos dos planos cotados	**3.280**	**1.819**	**119**	**537**	**5.755**	2.497	1.616	130	449	4.692

Todos os ativos restantes são investidos em "outros" ativos, a maioria dos quais sendo investidos em ativos de nível 2, em conformidade com a IFRS 13, principalmente em obrigações empresariais *investment-grade*. Um elemento relativamente pequeno encontra-se em ativos do nível 3, em conformidade com a IFRS 13, principalmente em imobiliário, apólices de seguros e contratos derivados.

A tabela que se segue demonstra a afetação de ativos dos planos de benefícios definidos pelo Grupo por principais áreas geográficas em 31 de dezembro de 2013. Os montantes de ativos incluem tanto ativos "cotados" como "não cotados".

							31.12.2013
em milhões de euros				á	de		
Caixa e seus equivalentes	133	134	40	25	28	6	366
Instrumentos de capital	176	84	315	87	221	84	967
Obrigações governamentais [1]	3.175	1.226	346	394	34	555	5.730
Obrigações não-governamentais (cor igual ou superior a *investment-grade*)	686	1.025	1.627	2.739	855	279	7.211
Obrigações não-governamentais (*nor investment-grade*)	5	28	84	55	20	14	206
Produtos estruturados	21	534	39	10	8	1	613
Subtotal	4.196	3.031	2.451	3.310	1.166	939	15.093
Outras categorias de ativos							(75)
Justo valor dos ativos dos planos							15.018

[1] Inclui obrigações governamentais *investment-grade* e *non-investment-grade*.
[2] A maior parte deste montante refere-se a obrigações de empresas de França e Países Baixos.

Os ativos do plano em 31 de dezembro de 2013 incluem transações de derivados com entidades do Grupo com um valor de mercado negativo de 419 milhões de euros. Incluídos no justo valor dos ativos dos planos estão 2 milhões de euros em títulos emitidos pelo Grupo. Os ativos dos planos não incluem imobiliário utilizado pelo Grupo.

Sensibilidade a pressupostos-chave

As obrigações de benefícios definidos pelo Grupo são sensíveis a alterações em pressupostos atuariais. As sensibilidades às alterações nos pressupostos-chave são apresentadas na tabela que se segue. Cada pressuposto é alterado de forma isolada. As sensibilidades são aproximadas utilizando métodos de extrapolação baseados na duração dos planos para o respetivo pressuposto. A duração é uma medida padrão que indica a ampla sensibilidade das obrigações face a uma alteração num pressuposto subjacente e fornece uma aproximação razoável a alterações pequenas ou moderadas nestes pressupostos.

Por exemplo, a duração da taxa de desconto deriva da alteração na obrigação com benefícios definidos para uma alteração na taxa de desconto baseada em informação fornecida pelos atuários locais dos respetivos planos. A duração resultante é utilizada para calcular de novo a perda ou o ganho para o passivo decorrente das alterações na taxa de desconto. Uma abordagem semelhante é utilizada em outros pressupostos de modo a obter os respetivos resultados de sensibilidade.

Dado que o Grupo aplica uma abordagem LDI na maioria dos respetivos planos de benefícios com fundos definidos, as alterações às condições do mercado terão um impacto nos pressupostos atuariais – principalmente na taxa de desconto e na taxa de inflação – bem como nos ativos do plano. Consequentemente, para ajudar a compreender os riscos das exposições do Grupo associados aos principais movimentos do mercado, apresentamos o impacto líquido das alterações às obrigações com benefícios definidos e aos ativos do plano; relativamente às alterações nas sensibilidades dos pressupostos atuariais sem impacto nos ativos do plano só apresentamos o impacto para as obrigações de benefícios definidos.

As sensibilidades associadas aos ativos são derivadas dos principais planos do Grupo através da utilização de fatores de sensibilidade ao risco determinados pela função de gestão do risco de crédito do Grupo. Estas sensibilidades são calculadas com base em informações fornecidas pelos gestores de investimento dos planos.

As sensibilidades ilustram variações plausíveis ao longo do tempo nos principais pressupostos atuariais. O Grupo não está em posição de fornecer uma opinião sobre a probabilidade de ocorrência destas alterações nos pressupostos. Embora estas sensibilidades ilustrem o impacto geral das alterações apresentadas para o estado dos fundos constitu-

ídos, a importância do impacto e o intervalo de pressupostos alternativos razoavelmente possíveis pode diferir entre os diferentes planos incluídos nos resultados agregados. Deve ter-se cautela ao extrapolar estas sensibilidades devido aos efeitos não lineares que possam ser provocados pelas alterações nos principais pressupostos atuariais no estado geral dos fundos constituídos. As ações de gestão que possam ser tomadas para minimizar os riscos inerentes aos planos de benefícios definidos pós-emprego não são consideradas nestas sensibilidades.

	31.12.2013				31.12.2012			
em milhões de euros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros	Alemanha	Reino Unido	EUA	Outros
Taxa de desconto (-100 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(1.355)	(800)	(60)	(155)	(1.305)	(715)	(90)	(180)
Aumento esperado nos ativos do plano [1]	1.200	640	55	85	950	660	75	90
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**(155)**	**(160)**	**(5)**	**(70)**	(355)	(55)	(15)	(90)
Taxa de desconto (+100 pontos base):								
Diminuição em DBO	1.185	650	55	130	1.140	585	80	150
(Diminuição) esperada nos ativos do plano [1]	(1.200)	(640)	(55)	(85)	(950)	(660)	(75)	(90)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**(15)**	**10**	**0**	**45**	190	(75)	5	60
Spreads de crédito (-100 pontos base):								
(Aumento) em DBO	(1.355)	(800)	(140)	(155)	(1.305)	(715)	(175)	(180)
Aumento esperado nos ativos do plano [1]	705	170	35	20	805	185	35	20
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**(650)**	**(630)**	**(105)**	**(135)**	(500)	(530)	(140)	(160)
Spreads de crédito (+100 pontos base):								
Diminuição em DBO	1.185	650	125	130	1.140	585	155	150
(Diminuição) esperada nos ativos do plano [1]	(705)	(170)	(35)	(20)	(805)	(185)	(35)	(20)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**480**	**480**	**90**	**110**	335	400	120	130
Taxa de inflação dos preços (-50 pontos base): [2]								
Diminuição em DBO	325	265	0	55	325	250	0	55
(Diminuição) esperada nos ativos do plano [1]	(195)	(260)	0	(15)	(225)	(275)	0	(15)
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**130**	**5**	**0**	**40**	100	(25)	0	40
Taxa de inflação dos preços (+50 pontos base): [2]								
(Aumento) em DBO	(335)	(285)	0	(60)	(340)	(270)	0	(55)
Aumento esperado nos ativos do plano [1]	195	260	0	15	225	275	0	15
Impacto líquido esperado no estado dos fundos constituídos (decréscimo) aumento	**(140)**	**(25)**	**0**	**(45)**	(115)	5	0	(40)
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (-50 pontos base):								
Diminuição em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	70	10	0	20	75	15	0	25
Taxa de aumento real nos níveis de remuneração futuros (+50 pontos base):								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(70)	(10)	0	(20)	(75)	(15)	0	(30)
Aperfeiçoamentos de longevidade em 10%: [3]								
(Aumento) em DBO, impacto líquido para o estado dos fundos constituídos	(220)	(75)	(20)	(15)	(210)	(60)	(25)	(15)

[1] As alterações esperadas no justo valor dos planos de ativos contêm a simulação do impacto dos maiores planos na Alemanha, Reino Unido, Estados Unidos, Ilhas do Canal, Suíça, Países Baixos e Bélgica que cobrem mais de 99% do justo valor total dos ativos dos planos. O justo valor dos ativos dos planos para outros planos é assumido como inalterado nesta apresentação.
[2] Incorpora a sensibilidade a alterações no aumento nominal de pensões a pagamento na medida da relação com o pressuposto da inflação dos preços.
[3] Estima-se que seja equivalente a um aumento de cerca de 1 ano na esperança de vida geral.

Fluxos de caixa esperados

A tabela que se segue apresenta os fluxos de caixa esperados nos benefícios pós-emprego em 2014, incluindo os contributos para os fundos de pensões externos do Grupo relativamente aos planos financiados, pagamento direto a beneficiários relativamente aos planos não financiados e contributos para planos de contribuições definidas.

em milhões de euros	2014 Total
Contributos esperados para	
Ativos dos planos de benefícios definidas	215
BVV	50
Fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	100
Outros planos de contribuições definidos	230
Pagamentos de benefícios esperados para planos de benefícios definidos não financiados	35
Total de fluxo de caixa esperado em relação aos benefícios pós-emprego	630

Encargos com benefícios dos empregados

A tabela que se segue apresenta uma discriminação dos encargos para os benefícios pós-emprego e os pagamentos baseados em ações em conformidade com os requisitos da IAS 19 revista e da IFRS 2, respetivamente, e inclui os montantes reconhecidos como parte de despesas de reestruturação.

em milhões de euros	2013	2012	2011
Encargos com planos de benefícios definidos:[1]			
Custo do serviço	261	289	243
Custos líquidos com juros (rendimento)	10	11	42
Total dos encargos com planos de benefícios definidos	271	300	285
Encargos com planos de contribuições definidas:			
BVV	51	51	53
Fundo de pensões para funcionários dos serviços postais do Postbank	97	105	112
Outros planos de contribuições definidas	221	219	186
Total dos encargos com planos de contribuição definida	369	375	351
Total dos encargos com planos de benefícios pós-emprego	640	675	636
Contribuição do empregador para planos de pensões obrigatórios da segurança social alemã	230	231	226
Despesas com pagamentos baseado em ações:			
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em capital próprio	918	1.097	1.261
Encargos com pagamentos baseados em ações, liquidados em numerário	29	17	28

[1] Os dados comparativos para 2011 e 2012 são ajustados ao impacto através da aplicação da IAS 19 revista.

36 – Impostos sobre o rendimento

em milhões de euros	2013	2012	2011
Encargos com impostos correntes (benefício):			
Encargos com impostos (benefícios) para o ano corrente	913	731	1.683
Ajustamentos de anos anteriores[1]	41	(956)	(232)
Total de encargos com impostos correntes (benefício)	954	(225)	1.451
Encargos com impostos diferidos (benefício):			
Originação e reversão de diferenças temporárias, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados	7	579	(143)
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	35	9	110
Ajustamentos de anos anteriores[1]	(221)	135	(354)
Total de encargos com impostos diferidos (benefício)	(179)	723	(387)
Total de encargos com impostos sobre o rendimento (benefício)	775	498	1.064

[1] Em 2012, os ajustamentos de anos anteriores incluem um benefício com impostos correntes de 435 milhões de euros, que é compensado por um montante equivalente de encargos com impostos diferidos.

A despesa de imposto sobre o rendimento inclui impostos dos titulares de apólices atribuíveis aos rendimentos dos titulares de apólices, ascendendo a uma despesa de imposto sobre o rendimento de 23 milhões de euros

em 2013, uma despesa de imposto sobre o rendimento de 12 milhões de euros em 2012 e um benefício com impostos sobre o rendimento de 28 milhões de euros em 2011.

O gasto total de impostos correntes inclui benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis, que reduziu o encargo de impostos correntes em 3 milhões de euros em 2013. Em 2012, estes efeitos fizeram aumentar o benefício com impostos correntes em 94 milhões de euros e reduziram a despesa com impostos correntes em 35 milhões de euros em 2011.

Os benefícios totais com impostos diferidos incluem benefícios de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas (créditos fiscais/diferenças temporárias dedutíveis) e a reversão de depreciações anteriores de ativos por impostos diferidos e encargos decorrentes de depreciações de ativos por impostos diferidos, o que aumentou os benefícios com impostos diferidos em 237 milhões de euros em 2013. Em 2012, estes efeitos fizeram aumentar a despesa com impostos diferidos em 91 milhões de euros e aumentaram o benefício com impostos diferidos em 262 milhões de euros em 2011.

Diferença entre a aplicação da taxa de imposto sobre o rendimento (nacional) regulamentar alemã e os encargos reais com impostos sobre o rendimento

em milhões de euros	2013	2012	2011
Encargos esperados com impostos à taxa nacional de imposto sobre o rendimento de 31% (31% em 2012 e 30,8% em 2011)	**451**	252	1.657
Diferenças cambiais	154	36	(28)
Ganhos isentos de impostos em títulos e outros rendimentos	(337)	(497)	(467)
Perda (rendimento) em investimentos pelo método de equivalência patrimonial	(84)	(74)	(39)
Custos não dedutíveis	571	563	297
Imparidades de *goodwill*	0	630	0
Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos [1]	(240)	(3)	(297)
Efeito de alterações às leis fiscais e/ou taxas de impostos	35	9	110
Efeito relacionado com pagamentos baseados em ações	(5)	(17)	90
Efeito dos impostos dos titulares de apólices	23	12	(28)
Outros [1]	207	(413)	(231)
Encargos reais com impostos sobre o rendimento (benefício)	**775**	498	1.064

[1] Os encargos com impostos diferidos e correntes (benefício) relativos a anos anteriores encontram-se traduzidos, principalmente, nas rubricas "Alterações de reconhecimento e medição de ativos por impostos diferidos" e "Outros".

O Grupo é objeto de um escrutínio contínuo por parte das autoridades tributárias em várias jurisdições. Em 2013 e 2012, a rubrica “Outros” do quadro anterior inclui sobretudo os efeitos da regularização destas inspeções realizadas pelas autoridades tributárias.

A taxa nacional de imposto sobre o rendimento, incluindo o imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, sobretaxa de solidariedade e imposto sobre vendas, utilizada para calcular os ativos e passivos por impostos diferidos, era de 31% no exercício findo em 31 de dezembro de 2013. Em 2012, a taxa nacional de imposto sobre o rendimento foi de 31% e em 2011 foi de 30,8%.

Impostos sobre o rendimento debitados ou creditados em capital próprio (outro rendimento integral/capital realizado adicional)

em milhões de euros	2013	2012	2011
Resultados atuariais relativos a planos de benefícios definidos	**58**	407	(50)
Ativos financeiros disponíveis para venda:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	(21)	(539)	173
Resultados líquidos reclassificados em resultados	103	6	(11)
Derivados de cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	(58)	(5)	92
Resultados líquidos reclassificados em resultados	(10)	(13)	(1)
Outros movimentos em capital:			
Resultados líquidos não realizados durante o período	(175)	104	(129)
Resultados líquidos reclassificados em resultados	1	0	1
Impostos sobre o rendimento (debitados) creditados em outro rendimento integral	**(102)**	(40)	75
Outros impostos sobre o rendimento (debitados) creditados em capital próprio	**65**	34	46

Principais componentes dos ativos e passivos por impostos sobre o rendimento diferidos, brutos, do Grupo

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Ativos por impostos diferidos:		
Perdas fiscais não utilizadas	2.300	1.800
Créditos fiscais não utilizados	191	166
Diferenças temporárias dedutíveis:		
Atividades de negociação	8.719	12.114
Ativos fixos tangíveis	796	829
Outros ativos	2.355	2.758
Valorização de títulos	280	524
Provisão para perdas com empréstimos	814	750
Outras provisões	952	1.503
Outros passivos	1.103	890
Total de ativos por impostos diferidos pré-compensação	**17.510**	21.334
Passivos por impostos diferidos:		
Diferenças temporárias tributáveis:		
Atividades de negociação	8.024	11.105
Ativos fixos tangíveis	49	48
Outros ativos	843	1.037
Valorização de títulos	1.123	1.217
Provisão para perdas com empréstimos	97	108
Outras provisões	298	455
Outros passivos	1.106	1.099
Total de passivos por impostos diferidos pré-compensação	**11.540**	15.069

Ativos e passivos por impostos diferidos, após a compensação

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012
Apresentados como ativos por impostos diferidos	7.071	7.712
Apresentados como passivos por impostos diferidos	1.101	1.447
Ativos líquidos por impostos diferidos	**5.970**	6.265

A variação do saldo de ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos não é igual aos encargos/(benefício) com impostos diferidos. Isto deve-se a (1) impostos diferidos registados diretamente no capital, (2) aos efeitos de alterações nas taxas de câmbio impostos sobre ativos e passivos denominados em moedas que não o euro, (3) à aquisição e alienação de entidades como parte de atividades ordinárias e (4) à reclassificação de impostos diferidos sobre ativos e passivos apresentados no rosto do balanço como componentes de outros ativos e passivos.

Itens para os quais não foram reconhecidos ativos por impostos diferidos

em milhões de euros	31 dez 2013 [1]	31 dez 2012 [1]
Diferenças temporárias dedutíveis	**(341)**	(332)
Não a expirar	(3.720)	(3.064)
A expirar no período subsequente	(1)	(10)
A expirar após o período subsequente	(1.671)	(2.227)
Perdas fiscais não utilizadas	**(5.392)**	(5.301)
A expirar após o período subsequente	(224)	(287)
Créditos fiscais não utilizados	**(224)**	(287)

[1] Os valores do quadro referem-se a diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais e créditos fiscais não utilizados para efeitos do imposto sobre o rendimento federal.

Os ativos por impostos diferidos não foram reconhecidos nestes itens porque não é provável que venham a estar disponíveis futuros lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis.

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o Grupo reconheceu ativos por impostos diferidos de 5,4 mil milhões de euros e 1,3 mil milhões de euros, respetivamente, que excederam os passivos por impostos diferidos em entidades que sofreram perdas no período corrente ou no período precedente. Isto baseia-se no entendimento da administração de que é provável que as respetivas entidades venham a ter lucros tributáveis capazes de absorver as perdas fiscais não utilizadas, os créditos fiscais não utilizados e as diferenças temporárias dedutíveis. De um modo geral, para determinar os valores dos ativos por impostos

diferidos, a administração utiliza dados históricos de rentabilidade e, se relevante, resultados operacionais previstos, com base em planos de negócio aprovados, incluindo uma revisão dos períodos de reporte elegíveis, das oportunidades de planeamento fiscal e outros fatores relevantes.

Em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, o Grupo tinha diferenças temporárias associadas a investimentos da empresa-mãe do Grupo em subsidiárias, sucursais e associadas e a participações em empreendimentos comuns no valor de 120 milhões de euros e 138 milhões de euros, respetivamente, relativamente às quais não foram reconhecidos passivos por impostos diferidos.

37 – Derivados

Instrumentos financeiros derivados e atividades de cobertura

Os contratos de derivados utilizados pelo Grupo incluem swaps, futuros, contratos a prazo, opções e outros tipos idênticos de contratos. No exercício normal da atividade, o Grupo realiza várias transações de derivados tanto para fins de negociação como de gestão do risco. Com o recurso a instrumentos derivados, o Grupo tem por objetivo satisfazer as necessidades de gestão do risco dos clientes e gerir a exposição do Grupo ao risco.

De acordo com a política contabilística do Grupo relativa a derivados e contabilidade de cobertura, conforme se descreve na Nota 1 “ Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”, todos os derivados são contabilizados ao justo valor no balanço, independentemente de serem detidos para fins de negociação ou outros fins.

Derivados detidos para fins de negociação

Vendas e negociação

A maioria das transações de derivados do Grupo diz respeito a atividades de vendas e de negociação. As atividades de vendas incluem a estruturação e comercialização de produtos derivados a clientes, permitindo-lhes assumir, transferir, modificar ou reduzir riscos atuais ou esperados. A negociação inclui atividades de criação de mercado (*market-making*), de posicionamento e de arbitragem. A criação de mercado envolve a cotação de preços de compra (*bid*) ou de venda (*offer)* a outros participantes no mercado, permitindo gerar receita com base em diferenciais (*spreads*) e volumes. O posicionamento significa gerir posições de risco na expetativa de beneficiar com movimentos favoráveis nos preços, taxas ou índices. A arbitragem implica identificar e lucrar com diferenciais de preço entre mercados e produtos.

Gestão do risco

O Grupo utiliza derivados para reduzir a sua exposição ao risco de mercado no âmbito da sua gestão de ativos e passivos. Para tal, celebra contratos de derivados que cobrem carteiras específicas de instrumentos financeiros de taxa fixa e transações previstas, para além da cobertura estratégica contra exposições gerais do balanço. O Grupo gere ativamente o risco de taxa de juro através, entre outros, da utilização de contratos de derivados. A utilização de instrumentos financeiros derivados é modificada ocasionalmente, dentro dos limites prescritos, em resposta a mudanças nas condições de mercado ou a alterações das características e composição do conjunto dos ativos e passivos relacionados.

Derivados elegíveis para contabilidade de cobertura

O Grupo emprega contabilidade de cobertura quando os derivados cumprem os critérios específicos descritos na Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas".

Contabilidade de cobertura de justo valor

O Grupo efetua coberturas de justo valor utilizando sobretudo swaps e opções sobre taxas de juro, a fim de se proteger de movimentos do justo valor dos instrumentos financeiros de taxa fixa causados por movimentos das taxas de juro do mercado.

	31.12.2013		31.12.2012	
em milhões de euros	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Derivados detidos como cobertura de justo valor	2.810	200	7.990	2.455

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, foram reconhecidas perdas de 2,4 mil milhões de euros e de 0,1 mil milhões de euros e um ganho de 2,2 mil milhões de euros, respetivamente, nos instrumentos de cobertura. Nos mesmos períodos, os resultados sobre as rubricas cobertas, atribuíveis ao risco coberto, traduziram-se num ganho de 1,7 mil milhões de euros e em perdas de 0,4 mil milhões de euros e de 1,5 mil milhões de euros, respetivamente.

Contabilidade de cobertura de fluxos de caixa

O Grupo efetua coberturas de fluxos de caixa utilizando swaps de taxa de juro, swaps sobre índices de ações e contratos a prazo cambiais, a fim de se proteger da exposição à variabilidade das taxas de juro, das ações e das taxas de câmbio.

	31.12.2013		31.12.2012	
em milhões de euros	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Derivados detidos como cobertura de fluxos de caixa	30	276	137	430

Períodos em que se prevê que os fluxos de caixa ocorram e afetem a demonstração de resultados

em milhões de euros	Até 1 ano	1-3 anos	3-5 anos	Mais de 5 anos
Em 31 de dezembro de 2013				
Entradas de caixa de ativos	80	110	53	136
Entradas de caixa de passivos	(25)	(37)	(37)	(36)
Fluxos de caixa líquidos em 2013	55	73	16	100
Em 31 de dezembro de 2012				
Entradas de caixa de ativos	80	133	89	262
Entradas de caixa de passivos	(26)	(44)	(33)	(51)
Fluxos de caixa líquidos em 2012	54	89	56	211

Destes futuros fluxos de caixa esperados, a maioria ocorrerá no âmbito do maior programa de cobertura de fluxos de caixa do grupo-Maher Terminals LLC.

Saldos da cobertura de fluxos de caixa

em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011
Reportados em capital [1]	(215)	(341)	(427)
dos quais relacionados com programas cessados	(16)	(17)	(26)
Resultados afetos ao capital no exercício findo	91	42	(141)
Resultados retirados do capital no exercício findo	(35)	(45)	(3)
Ineficácia registada nos resultados	1	1	0

[1] "Reportados em capital" diz respeito a outro rendimento integral acumulado, tal como apresentado na demonstração consolidada do rendimento integral.

Em 31 de dezembro de 2013, a cobertura de fluxos de caixa com o prazo mais longo termina em 2027.

Contabilidade de cobertura de investimentos líquidos

Utilizando contratos a prazo e swaps cambiais, o Grupo efetua coberturas de ajustamentos de conversão resultantes da conversão das demonstrações financeiras de investimentos líquidos em operações estrangeiras para a moeda funcional da empresa-mãe às taxas *spot* de fim do período.

	31.12.2013		31.12.2012	
em milhões de euros	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Derivados detidos como cobertura de investimentos líquidos	1.171	141	244	790

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, de 2012 e de 2011, foram reconhecidas perdas de 320 milhões de euros, 357 milhões de euros e 218 milhões de euros, respetivamente, devido à ineficácia da cobertura, que inclui o elemento *forward points* dos instrumentos de cobertura.

38 – Operações com partes relacionadas

Considera-se que as partes são relacionadas quando uma parte tem a capacidade de controlar direta ou indiretamente a outra parte ou de exercer uma influência significativa sobre a outra parte na tomada de decisões financeiras ou operacionais. As partes relacionadas do Grupo incluem:

— pessoal-chave da gestão, membros íntimos da família de pessoal-chave da gestão e entidades que são controladas, estão sob uma influência significativa ou sob um poder de voto significativo de pessoal-chave da gestão ou de membros íntimos das suas famílias,
— subsidiárias, empreendimentos comuns e associadas e respetivas subsidiárias, e
— planos de benefícios pós-emprego em benefício dos colaboradores do Deutsche Bank.

O Grupo mantém várias relações comerciais com partes relacionadas. As transações com essas partes são realizadas no âmbito do exercício normal da atividade e substancialmente nos mesmos termos, incluindo taxas de juro e garantias, dos aplicáveis, à data, a transações comparáveis com outras partes. Estas transações não envolviam mais do que o risco normal de cobrabilidade nem apresentavam outras características desfavoráveis.

Transações com pessoal-chave da gestão

Considera-se pessoal-chave da gestão as pessoas que têm autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar as atividades do Deutsche Bank, direta ou indiretamente. O Grupo considera que os membros do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização da empresa-mãe constituem pessoal-chave da gestão para efeitos da IAS 24.

Encargos com remuneração do pessoal-chave da gestão

em milhões de euros	2013	2012	2011
Benefícios de curto prazo dos colaboradores	18	17	14
Benefícios pós-emprego	3	3	3
Outros benefícios de longo prazo	6	14	6
Benefícios por cessação do vínculo laboral	0	15	0
Pagamento baseado em ações	8	16	5
Total	**35**	65	28

O quadro anterior não apresenta a remuneração recebida pelos representantes dos colaboradores e pelos antigos membros do conselho no Conselho de Fiscalização. A remuneração agregada paga a esses membros pelos serviços prestados como colaboradores do Deutsche Bank ou na condição de antigos colaboradores (reforma, pensão e remuneração diferida) ascendia a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2013, a 1,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012 e a 2 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011.

Entre as transações do Grupo com pessoal-chave da gestão em 31 de dezembro de 2013, contam-se créditos e compromissos de 4 milhões de euros e depósitos de 12 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2012, as transações do grupo com pessoal-chave da gestão consistiam em empréstimos e compromissos no valor de 7 milhões de euros e depósitos de 13 milhões de euros.

Adicionalmente, o Grupo presta serviços bancários, tais como serviços de pagamento e de contas, assim como aconselhamento em investimentos, a pessoal-chave da gestão e a membros íntimos das respetivas famílias.

Transações com subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

As transações entre o Deutsche Bank AG e as suas subsidiárias correspondem à definição de operações com partes relacionadas. Se estas transações forem eliminadas na consolidação, não são divulgadas como operações com partes relacionadas. As transações entre o Grupo e as suas empresas associadas e empreendimentos comuns e as respetivas subsidiárias também são consideradas operações com partes relacionadas.

Empréstimos

em milhões de euros	2013	2012
Créditos pendentes, início do ano	**918**	**5.151**
Créditos emitidos durante o ano	528	436
Reembolso de créditos durante o ano	676	4.610[1]
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(397)[2]	0
Alterações das taxas de câmbio/outras	(16)	(58)
Créditos pendentes, fim do ano[3]	**357**	**918**
Outras transações relacionadas com risco de crédito:		
Provisão para perdas com empréstimos	6	47
Provisão para perdas de crédito	0	47
Garantias e compromissos	54	55

[1] O aumento em reembolsos durante 2012 deve-se principalmente à venda de uma transação de crédito reestruturada na Europa.
[2] No segundo trimestre de 2013, algumas entidades foram integralmente consolidadas pela primeira vez, sendo que anteriormente eram classificadas como investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial . Por conseguinte, os créditos concedidos a estes investimentos foram eliminados à data da consolidação. Consequentemente, as provisões para perdas com empréstimos reduziram-se simultaneamente.
[3] O montante de créditos vencidos era de 2 milhões em 31 de dezembro de 2013 e de 3 milhões em 31 de dezembro de 2012. Para os créditos supramencionados, o Grupo recebeu uma garantia (colateral) de 73 milhões de euros e de 570 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e em 31 de dezembro de 2012, respetivamente.

Depósitos

em milhões de euros	2013	2012
Depósitos pendentes, início do ano	**245**	**247**
Depósitos recebidos durante o ano	105	284
Depósitos reembolsados durante o ano	179	284
Alterações no grupo de sociedades consolidadas	(3)	(3)
Alterações das taxas de câmbio/outras	(2)	1
Depósitos pendentes, fim do ano[1]	**167**	**245**

[1] Os depósitos não são garantidos.

Outras transações

As transações de ativos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado positivos com empresas associadas ascendiam a 130 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e a 110 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. As transações de passivos detidos para negociação e derivados financeiros com valores de mercado negativos com empresas associadas ascendiam a 1 milhão de euros em 31 de dezembro de 2013 e a 4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Outras transações com partes relacionadas também contemplaram as seguintes:

Xchanging etb GmbH: Em 2 de setembro de 2013, o Deutsche Bank AG anunciou a conclusão da aquisição de 51% das ações remanescentes no empreendimento conjunto Xchanging etb GmbH (“Xetb”), que é a holding do Xchanging Transaction Bank GmbH (“XTB”). Previamente à aquisição, o Deutsche Bank e o XTB eram partes de um acordo de serviços conjunto para o fornecimento de serviços de processamento de títulos ao Deutsche Bank.

Com início à data da alteração no controlo, todas as transações são eliminadas no momento da consolidação e, por conseguinte, não são divulgadas como operações com partes relacionadas.

Para mais informações sobre a aquisição consulte a Nota 3, "Aquisições e Alienações".

Hua Xia Bank: O Grupo detém uma participação de 19,9% no Hua Xia Bank e contabiliza esta associada pelo método de equivalência patrimonial desde 11 de fevereiro de 2011. Em 2006, o Deutsche Bank e o Hua Xia Bank estabeleceram, em conjunto, uma cooperação comercial no segmento de cartões de crédito, aliando a experiência internacional do Deutsche Bank AG no segmento dos cartões de crédito com a experiência local do Hua Xia Bank. Em 31 de dezembro de 2013 foi reconhecida uma provisão para a cooperação no montante de 48 milhões de euros. Esta provisão inclui a estimativa das obrigações do Grupo face à cooperação. A Nota 17 "Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial" contém mais informações.

Transações com planos de pensões

Nos termos das NIIF (IFRS), alguns planos de benefícios pós-emprego são considerados partes relacionadas. O Grupo mantém relações comerciais com alguns dos seus planos de pensões, nos termos das quais presta serviços financeiros a esses planos, incluindo serviços de gestão de investimentos. Os fundos de pensões do Grupo podem deter ou negociar ações ou títulos do Deutsche Bank.

Transações com planos de pensões considerados partes relacionadas

em milhões de euros	2013	2012
Ações de capital emitidas pelo Grupo detidas em ativos dos planos	2	7
Outros ativos	29	0
Comissões pagas por ativos dos planos a gestores de ativos do Grupo	39	38
Valor de mercado de derivados com uma contraparte do Grupo	(419)	(242)
Valor nocional de derivados com uma contraparte do Grupo	13.851	14.251

39 – Informações sobre subsidiárias

Composição do Grupo

O Deutsche Bank AG é a sociedade holding direta ou indireta das subsidiárias do Grupo.

O Grupo é composto por 2.171 (2012: 2488) entidades consolidadas, das quais 1344 (2012: 1468) entidades estruturadas consolidadas. 968 (2012: 1.103) das entidades controladas pelo Grupo são direta ou indiretamente detidas pelo Grupo a 100% das participações de capital (quota de capital). Terceiros também possuem participações de capital em 1.203 (2012: 1.385) das entidades consolidadas (participações minoritárias). A partir de 31 de dezembro de 2012 e de 2013, as participações minoritárias não são nem individualmente nem cumulativamente substanciais para o Grupo.

Restrições significativas para aceder ou usar os ativos do Grupo

Os requisitos estatutários, contratuais ou regulamentares, bem como os direitos protetores das participações minoritárias podem restringir a capacidade do Grupo para aceder e transferir ativos livremente para ou a partir de outras entidades dentro do Grupo e para liquidar passivos do Grupo.

Visto que o Grupo não tinha qualquer participação minoritária significativa à data do balanço, quaisquer direitos de proteção associados a estas não deram origem a restrições significativas.

Restrições com impacto sobre a capacidade do Grupo para usar ativos:

— O Grupo penhorou ativos para garantir as suas obrigações ao abrigo dos acordos de recompra, transações de financiamento de títulos, obrigações de empréstimo assumidas como garantia colateral e para efeitos de constituição de depósitos de garantia (margens) em responsabilidades com derivados OTC.
— Os ativos das entidades estruturadas consolidadas são detidos em benefício das partes que compraram as notas emitidas por estas entidades.
— Os ativos detidos por subsidiárias de seguros são principalmente detidos para satisfazer as obrigações aos segurados das empresas.
— Os requisitos regulamentares e do banco central ou a legislação local sobre sociedades comerciais podem restringir a capacidade do Grupo para transferir ativos para ou de outras entidades do Grupo em determinadas jurisdições.

Ativos restritos

	31.12.2013		31.12.2012	
em milhões de euros	Total do ativo	Ativos restritos	Total do ativo	Ativos restritos
Depósitos remunerados em bancos	77.984	1.115	120.637	1.971
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	899.257	94.388	1.209.839	123.589
Ativos financeiros disponíveis para venda	48.326	7.821	49.400	9.669
Empréstimos	376.582	56.553	397.377	62.840
Outros	209.252	7.675	245.023	5.859
Total	**1.611.400**	**167.552**	2.022.275	203.927

A tabela acima exclui os ativos que não estão desonerados a um nível de entidade individual, mas que podem estar sujeitos a restrições em termos da sua transferibilidade dentro do Grupo. Essas restrições podem basear-se e, requisitos locais relacionados com empréstimos ou restrições regulamentares semelhantes. Nesta situação, não é viável identificar itens individuais do balanço que não podem ser transferidos. Este também é o caso para os requisitos mínimos regulamentares de liquidez. O Grupo identifica o volume das reservas de liquidez em excesso das saídas de liquidez de esforço local. O montante agregado dessas reservas de liquidez que são consideradas restritas para este efeito é de 19,4 mil milhões de euros e 25,1 mil milhões conforme a 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, respetivamente.

40 – Entidades estruturadas não consolidadas

Entidades estruturadas não consolidadas

A natureza, finalidade e extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas

O grupo participa em várias atividades de negócios com entidades estruturadas que visam alcançar uma finalidade de negócio específica. Uma entidade estruturada é aquela que foi criada para que quaisquer direitos de voto ou direitos similares não sejam o fator dominante ao decidir-se quem controla a entidade. Um exemplo é quando os direitos de voto se referem apenas às tarefas administrativas e as atividades relevantes são dirigidas por acordos contratuais.

Uma entidade estruturada frequentemente tem algumas ou todas as seguintes características ou atributos:

— Atividades restritas;
— Um objetivo estreito e bem definido;
— Capital próprio insuficiente para permitir que a entidade estruturada financie as suas atividades sem apoio financeiro subordinado;
— Financiamento sob a forma de múltiplos instrumentos contratualmente vinculados a investidores que criam concentrações de crédito ou outros riscos (tranches).

As principais utilizações das entidades estruturadas são proporcionar aos clientes acesso a carteiras específicas de ativos e fornecer-lhes liquidez de mercado através de ativos financeiros titularizados. As entidades estruturadas podem ser estabelecidas como empresas, fundos fiduciários ou parcerias. De modo geral, as entidades estruturadas financiam a compra de ativos emitindo títulos de capital e de dívida que são garantidos por e/ou indexados aos ativos detidos pelas entidades estruturadas. Os títulos de dívida e de capital emitidos por entidades estruturadas podem incluir tranches com diferentes níveis de subordinação.

As entidades estruturadas são consolidadas quando a substância da relação entre o Grupo e as entidades estruturadas indicam que as entidades estruturadas são controladas pelo Grupo, conforme referido na Nota 1, “Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas”. As entidades abrangidas por esta nota de divulgação não estão consolidadas porque o Grupo não as controla através de direitos de voto, con-

trato, acordos de financiamento ou outros meios. A extensão das participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas irá variar dependendo do tipo de entidades estruturadas.

Abaixo encontra-se uma descrição dos envolvimentos do Grupo nas entidades estruturadas não consolidadas por tipo.

Reagrupamento (*repackaging*) e entidades de investimento
O reagrupamento e entidades de investimento são estabelecidos para satisfazer as necessidades de investimento dos clientes através da combinação de títulos e derivados.

Entidades de financiamento terceiras
O Grupo fornece financiamento a entidades estruturadas que detêm uma variedade de ativos. Estas entidades podem assumir a forma de entidades de financiamento, trusts e sociedades de investimento privado. O financiamento é garantido pelo ativo nas entidades estruturadas. O envolvimento do Grupo envolve predominantemente compromissos de crédito e empréstimo.

Veículos de titularização
O Grupo estabelece veículos de titularização que adquirem agregados diversificados de ativos, incluindo títulos de rentabilidade fixa, empréstimos a empresas, valores mobiliários garantidos por ativos (predominantemente títulos garantidos por créditos hipotecários para habitação e comércio e valores a receber associados a cartões de crédito). Os veículos financiam essas aquisições através da emissão de várias tranches de títulos de capital e de dívida, cujo reembolso está vinculado ao desempenho dos ativos nos veículos.

Frequentemente, o Grupo transfere ativos para estes veículos de titularização e fornece apoio financeiro a estas entidades, sob a forma de instrumentos de liquidez.

O Grupo também investe e fornece instrumentos de liquidez a veículos de titularizações patrocinadas por terceiros.

Fundos
O Grupo estabelece as entidades estruturadas para acomodar os requisitos do cliente para deter investimentos em ativos específicos. O Grupo também investe em fundos que são patrocinados por terceiros. Uma entidade do grupo pode atuar como gestora de fundos, de custódia ou em alguma outra qualidade e fornecer instrumentos de financiamento e liquidez a fundos patrocinados pelo grupo e de terceiros. O financiamento fornecido é garantido pelos ativos subjacentes detidos pelo fundo.

Outros
Estes são patrocinados pelo Deutsche Bank ou por entidades estruturadas de terceiros que não se enquadram em nenhum dos critérios acima.

Rendimento derivado do envolvimento com entidades estruturadas
O Grupo recebe comissões de gestão e, ocasionalmente, comissões baseadas no desempenho pelos seus serviços de gestão de investimento relacionados com os fundos. O rendimento de juros é reconhecido no financiamento fornecido a entidades estruturadas. Qualquer receita de negociação resultante de derivados com entidades estruturadas e dos movimentos no valor das notas detidas nestas entidades é reconhecida em "Resultados líquidos com ativos/passivos financeiros detidos ao justo valor através dos resultados".

Participações em entidades estruturadas não consolidadas
As participações do Grupo em entidades estruturadas não consolidadas referem-se ao envolvimento contratual e não contratual que expõe o grupo à variabilidade de retornos do desempenho das entidades estruturadas. Exemplos de participações em entidades estruturadas não consolidadas incluem investimentos em ações ou em dívida, instrumentos de liquidez, garantias e determinados instrumentos derivados em que o Grupo está a absorver a variabilidade dos retornos das entidades estruturadas.

As participações em entidades estruturadas não consolidadas excluem instrumentos que introduzem variabilidade de retornos nas entidades estruturadas. Por exemplo, quando o grupo adquire proteção de crédito de uma entidade estruturada não consolidada cuja finalidade consiste em suportar o risco de crédito aos investidores, o Grupo está a fornecer a variabilidade de retornos à entidade ao invés de absorver a variabilidade. Por conseguinte, a proteção de crédito adquirida não é considerada como uma participação para efeitos da tabela abaixo.

Máxima exposição a entidades estruturadas não consolidadas

A exposição máxima para a perda é determinada considerando-se a natureza da participação na entidade estruturada não consolidada. A exposição máxima a empréstimos e instrumentos de negociação é refletida pelos seus montantes escriturados no balanço consolidado. A exposição máxima aos derivados e instrumentos fora do balanço tais como garantias, instrumentos de liquidez e compromissos de crédito ao abrigo da NIIF (IFRS) 12, conforme interpretado pelo Grupo, é refletida pelos valores nocionais. Esses montantes não refletem os riscos económicos enfrentados pelo Grupo, visto que estes não tomam em consideração os efeitos da garantia ou coberturas nem a probabilidade de se incorrer nessas perdas. Em 31 de dezembro de 2013, o valor nocional relativo aos valores de substituição positivo e negativo de derivados e de instrumentos fora do balanço era de 311 mil milhões de euros, 529 mil milhões de euros e 27,3 mil milhões de euros, respetivamente.

Dimensão das entidades estruturadas

O Grupo fornece uma medida diferente para a dimensão das entidades estruturadas dependendo do seu tipo. As seguintes medidas foram consideradas como indicadores adequados para avaliar a dimensão das entidades estruturadas:

— Fundos - Valor do ativo líquido ou ativos sob gestão onde o Grupo detém unidades de fundo e o valor nocional de derivados quando a participação do Grupo é composta por derivados.
— Titularizações – valor nocional de notas em emissão quando o Grupo deriva as suas participações através das notas que detém e valor nocional de derivados quando as participações do Grupo se encontram na forma de derivados.
— Entidades de financiamento de terceiros –Total do ativo nas entidades
— Reagrupamento e entidades de investimento – Justo valor de notas em emissão

Para entidades de financiamento de terceiros, as informações sobre a dimensão não se encontram publicamente disponíveis e, por conseguinte, o Grupo divulgou a maior garantia que o Deutsche Bank recebeu/penhorou ou o valor nocional da exposição que o Deutsche Bank tem para a entidade.

A tabela seguinte apresenta, por tipo de entidade estruturada, os montantes escriturados das participações do Grupo reconhecidas na demonstração consolidada da posição financeira, bem como a exposição máxima para a perda resultantes dessas participações. Também fornece uma indicação da dimensão das entidades estruturadas. Os montantes escriturados apresentados abaixo não refletem a verdadeira variabilidade dos retornos enfrentada pelo Grupo, visto que estes não têm em consideração os efeitos de garantia ou coberturas.

Montantes escriturados e dimensão relativos às participações do Deutsche Bank

em milhões de euros	Reagrupamento (*repackaging*) e entidades de investimento	Entidades de financiamento de terceiros	Titularizações	Fundos	31.12.2013 Total
Ativo					
Depósitos remunerados em bancos	0	0	0	303	303
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	0	0	0	1.797	1.797
Títulos obtidos por empréstimo	0	0	0	6.819	6.819
Total de ativos financeiros ao justo valor através de resultados dos quais 89 mil milhões	1.830	3.097	26.180	89.365	120.472
Ativos detidos para negociação	1.216	2.586	26.002	12.949	42.753
Valores de mercado positivos (instrumentos financeiros derivados)	600	175	169	7.640	8.584
Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados	15	336	9	68.776	69.136
Ativos financeiros disponíveis para venda	3	414	2.279	867	3.564
Empréstimos	101	27.978	13.406	6.153	47.639
Outros ativos	0	47	546	37.280	37.872
Total do ativo	1.935	31.536	42.412	142.584	218.467
Passivo					
Total de passivos financeiros ao justo valor através de resultados	471	85	223	8.836	9.615
Valores de mercado negativos (instrumentos financeiros derivados)	471	85	223	8.836	9.615
Total do passivo	471	85	223	8.836	9.615
Exposições extrapatrimoniais	0	2.135	1.104	24.064	27.304
Total	1.464	33.586	43.293	157.812	236.156
Dimensão da entidade estruturada	20.771	74.278	1.665.626	4.488.622	

Ativos detidos para negociação – O total de ativos detidos para negociação de 42,8 mil milhões de euros são principalmente compostos por 26 mil milhões de euros e 12,9 mil milhões de euros em investimentos em titularizações e entidades estruturadas de Fundos, respetivamente. As participações do Grupo em titularizações são garantidas por ativos contidos nestas entidades. Onde o Grupo detém unidades do Fundo, estas normalmente referem-se à realização de mercado em fundos ou, de outro modo, servem como coberturas para notas emitidas aos clientes. Além disso, o risco de crédito resultante de empréstimos concedidos a entidades estruturadas de financiamento de terceiros é mitigado através da garantia recebida.

Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados – Os acordos de recompra invertida para os Fundos compõem a maioria das participações nesta categoria e são garantidos por títulos subjacentes.

Empréstimos – Os empréstimos de 47,6 mil milhões consistem no investimento em tranches de titularização e financiamento a entidades de financiamento de terceiros. O financiamento do Grupo a entidades de financiamento de terceiros é garantido pelos ativos nessas entidades estruturadas.

Outros ativos – Outros ativos de 37,9 mil milhões de euros consistem principalmente de valores a receber a curto prazo de fundos para vendas não liquidadas de títulos. Estes valores a receber são garantidos por títulos a serem entregues à entidade estruturada.

Apoio financeiro

O Deutsche Bank não forneceu apoio não contratual durante o exercício a entidades estruturadas não consolidadas.

Entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas em que o Deutsche Bank não tem qualquer participação em 31 de dezembro de 2013

Como patrocinador, o Deutsche Bank está envolvido na criação legal e marketing da entidade e apoia a entidade de diferentes formas, ou seja:

— transferindo ativos para as entidades
— disponibilizando capital inicial às entidades
— fornecendo apoio operacional para assegurar a contínua operação da entidade
— fornecendo garantias de desempenho às entidades estruturadas.

O Deutsche Bank também é considerado um patrocinador para uma entidade estruturada se os participantes no mercado associarem de forma razoável a entidade ao Grupo. Além disso, o uso do nome do Deutsche Bank para a entidade estruturada indica que o Deutsche Bank atuou como patrocinador.

A receita bruta de entidades patrocinadas onde o Grupo não detinha uma participação em 31 de dezembro de 2013 foi de 527 milhões de euros. As instâncias em que o Grupo não detém uma participação numa entidade estruturada patrocinada não consolidada incluem casos em que qualquer capital inicial ou de financiamento à entidade estruturada já foi reembolsado na totalidade ao Grupo durante o exercício. Este montante não tem em conta os impactos das coberturas e é reconhecido em Resultados com ativos/passivos financeiros ao justo valor através dos resultados. Os montantes escriturados de ativos transferidos para as entidades estruturadas não consolidadas patrocinadas foram de 3,2 mil milhões de euros e de 3,7 mil milhões de euros para titularização, reagrupamento e entidades de investimento, respetivamente.

41 – Contratos de seguro e de investimento

Responsabilidades decorrentes dos contratos de seguro e de investimento

	31.12.2013			31.12.2012		
em milhões de euros	Bruto	Resseguro	Líquido	Bruto	Resseguro	Líquido
Contratos de seguros	4.581	(67)	4.514	4.654	(73)	4.581
Contratos de investimento	8.067	0	8.067	7.732	0	7.732
Total	**12.648**	**(67)**	**12.581**	12.386	(73)	12.313

De um modo geral, os montantes relativos a contratos de resseguros são reportados pelos valores brutos, a menos que tenham um impacto imaterial nas respetivas rubricas do balanço.

Valor escriturado

O quadro seguinte apresenta a análise da alteração das responsabilidades com contratos de seguro e de investimento.

	2013		2012	
em milhões de euros	Contratos de seguros	Contratos de investimento	Contratos de seguros	Contratos de investimento
Saldo, início do exercício	**4.654**	**7.732**	4.706	7.426
Novos negócios	205	52	230	153
Sinistros/resgates pagos	(485)	(589)	(502)	(646)
Outras alterações nos negócios existentes	306	1.023	94	617
Alterações das taxas de câmbio	(99)	(151)	126	182
Saldo, fim do exercício	**4.581**	**8.067**	4.654	7.732

Outras alterações nos negócios existentes referentes a contratos de investimento de 1.023 milhões de euros e 617 milhões de euros devem-se principalmente a alterações do justo valor dos ativos subjacentes nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo detinha responsabilidades contratuais de seguros que ascendiam a 4,6 mil milhões de euros. Destes, 2,4 mil milhões de euros representam rendas vitalícias (*annuities*) tradicionais; 1,8 mil milhões de euros representam contratos de seguro de vida universal e 397 milhões de euros representam contratos de seguro de reforma ligados a fundos de investimento com taxas garantidas para a renda vitalícia. As taxas da renda vitalícia garantidas dão ao titular da apólice a opção, na reforma, de aceitar uma renda vitalícia tradicional à taxa que foi fixada na constituição da apólice. O passivo de 397 milhões de euros por contratos de seguro de reforma ligados a fundos de investimento com taxas de rendas vitalícias garantidas é constituído por uma responsabilidade ligada a fundos de investimento de 288 milhões de euros e uma reserva à melhor estimativa de 109 milhões de euros para as taxas garantidas das rendas vitalícias. Esta última é calculada utilizando o diferencial entre a taxa fixa e a taxa à melhor estimativa, o volume da responsabilidade ligada a fundos de investimento e um pressuposto da taxa de adesão.

Em 31 de dezembro de 2012, o Grupo detinha responsabilidades contratuais de seguros que ascendiam a 4,7 mil milhões de euros. Destes, 2,4 mil milhões de euros representam rendas vitalícias tradicionais a pagamento; 1,8 mil milhões de dólares representam contratos de seguro de vida universal e 428 milhões de euros representam contratos de seguro de reforma ligados a fundos de investimento com taxas garantidas para a renda vitalícia (constituído por uma responsabilidade ligada a fundos de investimento de 300 milhões de euros e uma reserva à melhor estimativa de 128 milhões de euros para as taxas garantidas das rendas vitalícias).

Pressupostos-chave da atividade de seguros

Os passivos variam com os movimentos das taxas de juro, que são aplicáveis, em especial, ao custo dos benefícios garantidos a pagar no futuro, aos retornos dos investimentos e ao custo dos benefícios de seguros de vida e rendas vitalícias sempre que a mortalidade futura seja incerta.

Os pressupostos são determinados em relação a todos os fatores essenciais que afetam os futuros fluxos de caixa, incluindo futuras taxas de juro, mortalidade e custos. Os pressupostos a que o montante da atividade de longo prazo é mais sensível são as taxas de juro utilizadas para descontar os fluxos de caixa e os pressupostos de mortalidade, em especial os que se aplicam às rendas vitalícias.

Os pressupostos são enunciados a seguir:

Taxas de juro

São utilizadas taxas de juro que refletem a melhor estimativa de futuros retornos do investimento, tendo em conta a natureza e a duração dos ativos que servem para suportar os passivos. Na taxa de juro presumida, são consideradas margens adequadas para o risco de incumprimento.

Mortalidade

As taxas de mortalidade baseiam-se em tabelas publicadas, convenientemente ajustadas de modo a ter em conta variações da mortalidade da população subjacente desde a publicação da tabela, a experiência da seguradora e alterações previstas da mortalidade futura. Se apropriado, é adicionada uma margem às taxas de mortalidade dos seguros de vida para incorporar futuros desvios adversos. As taxas de mortalidade do beneficiário da renda vitalícia são ajustadas de modo a ter em conta futuras melhorias da longevidade do pensionista. As melhorias na mortalidade do beneficiário da renda vitalícia baseiam-se em 100% das tabelas de melhoria da mortalidade de 2013 da *Continuous Mortality Investigation*, com uma taxa final de melhoria de 1% por ano.

Custos

Em contratos *non-linked*, são tomados expressamente em consideração os custos futuros esperados por apólice.

Outros pressupostos

Presume-se que a taxa de adesão às opções de taxa garantida da renda vitalícia no segmento de pensões seja de 67% no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2012.

Pressupostos-chave com impacto no valor da empresa adquirida (VOBA)

Na aquisição de atividades de seguros, a diferença entre o preço de compra e a quota-parte do adquirente no justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis é contabilizada como ativo intangível. Este ativo intangível representa o valor presente dos fluxos de caixa futuros no passivo reportado à data da aquisição. Este é designado por valor de negócio adquirido (*value of business acquired* – "VOBA").

O VOBA é amortizado a uma taxa determinada tendo em conta o perfil da atividade adquirida e a degradação esperada do seu valor. O VOBA adquirido é revisto regularmente através de um teste de imparidade ao valor e quaisquer reduções são imputadas como custo na demonstração consolidada dos resultados.

O valor inicial da empresa adquirida (VOBA – value of business acquired) decorrente da compra da Abbey Life Assurance Company Limited foi determinado através da capitalização do valor atual dos futuros fluxos de caixa do negócio sobre o passivo reportado à data da aquisição. Caso tenham sido necessários pressupostos de mortalidade futura, morbidade, persistência e custos, os mesmos foram determinados na base da melhor estimativa tendo em conta a experiência da própria empresa. Os pressupostos económicos gerais foram definidos tendo em consideração os indicadores económicos à data de aquisição.

A taxa de amortização do VOBA é determinada tendo em conta o perfil da empresa adquirida e a diminuição esperada do seu valor futuro. No final de cada período contabilístico, o VOBA remanescente é testado por referência ao lucro líquido futuro esperado da empresa que estava em vigor à data de aquisição.

Se o lucro líquido for insuficiente, o VOBA será reduzido até ao seu valor suportável.

Alterações fundamentais nos pressupostos

Com a aquisição da Abbey Life Assurance Company Limited em outubro de 2007, os passivos por contratos de seguro foram recalculados de uma base regulamentar para uma base de melhor estimativa em linha com as disposições da NIIF (IFRS) 4. Os pressupostos não económicos determinados naquela data não se alteraram, mas os pressupostos económicos foram revistos de acordo com as alterações dos indicadores-chave económicos. Em contratos de rendas vitalícias, o passivo foi valorizado utilizando a base fixa (*locked-in*) que foi determinada à data de aquisição.

Análise de sensibilidade (somente em contratos de seguro)

O quadro seguinte apresenta a sensibilidade do lucro antes de impostos e do capital do Grupo a alterações em alguns pressupostos-chave utilizados nos cálculos do passivo por contratos de seguro. Para cada teste de sensibilidade, é apresentado o impacto de uma alteração razoavelmente possível num único fator mantendo-se os restantes pressupostos inalterados.

	Impacto no lucro antes de impostos		Impacto no capital	
em milhões de euros	2013	2012	2013	2012
Variável:				
Mortalidade (agravamento de 10%)[1]	(8)	(10)	(6)	(8)
Custos de renovação (aumento de 10%)	0	(1)	0	(1)
Taxa de juro (aumento de 1%)	10	12	(144)	(151)

[1] O impacto da mortalidade assume um decréscimo de dez por cento na mortalidade do beneficiário da renda vitalícia e um aumento de dez por cento da mortalidade noutras áreas.

Em determinados contratos de seguro, a base de avaliação subjacente contém uma provisão para desvios adversos ("PDA" – Provision for Adverse Deviations). Nestes contratos, um agravamento da experiência futura esperada não altera o nível de reservas detidas até todas as PDA terem sido esgotadas, enquanto uma melhoria da experiência não resulta num aumento destas reservas. Por conseguinte, na análise de sensibili-

dade, se a alteração da variável representar um agravamento da experiência, o impacto apresentado representa o excesso do passivo à melhor estimativa sobre as PDA detidas à data do balanço. Consequentemente, os números divulgados neste quadro não devem ser utilizados para deduzir o impacto de um nível diferente de alteração e não se deve presumir que o impacto seria o mesmo se a alteração ocorresse num momento diferente.

42 – Ativos e passivos correntes e não correntes

Rubricas de ativos e passivos por montantes recuperados ou liquidados no espaço de ou após um ano

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2013

	Montantes recuperados ou liquidados		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2013
Caixa e disponibilidades em bancos	17.155	0	17.155
Depósitos remunerados em bancos	77.821	163	77.984
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	26.355	1.008	27.363
Títulos obtidos por empréstimo	20.818	51	20.870
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	867.731	31.525	899.257
Ativos financeiros disponíveis para venda	6.561	41.765	48.326
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	3.581	3.581
Empréstimos	121.566	255.016	376.582
Ativos fixos tangíveis	0	4.420	4.420
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	13.932	13.932
Outros ativos	106.737	5.803	112.539
Ativos por impostos correntes	2.098	224	2.322
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	1.246.842	357.487	1.604.330
Ativos por impostos diferidos			7.071
Total do ativo			1.611.400

Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2013

	Montantes recuperados ou liquidados		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2013
Depósitos	503.976	23.773	527.750
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	13.381	0	13.381
Títulos cedidos por empréstimo	2.106	198	2.304
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	620.172	17.232	637.404
Outros empréstimos a curto prazo	59.767	0	59.767
Outros passivos	161.239	2.356	163.595
Provisões	4.524	0	4.524
Passivos por impostos correntes	870	730	1.600
Dívida a longo prazo	31.365	101.718	133.082
Títulos fiduciários preferenciais	5.190	6.736	11.926
Obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1.402.591	152.743	1.555.333
Passivos por impostos diferidos			1.101
Total do passivo			1.556.434

Rubricas do ativo em 31 de dezembro de 2012

	Montantes recuperados ou liquidados		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2012
Caixa e disponibilidades em bancos	27.877	0	27.877
Depósitos remunerados em bancos	120.377	260	120.637
Recursos de bancos centrais vendidos e títulos comprados com acordos de revenda	36.451	119	36.570
Títulos obtidos por empréstimo	23.917	96	24.013
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	1.180.933	28.906	1.209.839
Ativos financeiros disponíveis para venda	9.269	40.131	49.400
Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial	0	3.577	3.577
Empréstimos	125.446	271.931	397.377
Ativos fixos tangíveis	0	4.963	4.963
Goodwill e outros ativos intangíveis	0	14.219	14.219
Outros ativos	111.842	11.860	123.702
Ativos por impostos correntes	2.124	265	2.389
Total do ativo antes de ativos por impostos diferidos	1.638.236	376.327	2.014.563
Ativos por impostos diferidos			7.712
Total do ativo			2.022.275

Rubricas do passivo em 31 de dezembro de 2012

	Montantes recuperados ou liquidados		Total
em milhões de euros	até 1 ano	após 1 ano	31.12.2012
Depósitos	544.945	32.265	577.210
Recursos de bancos centrais comprados e títulos vendidos com acordos de recompra	36.144	0	36.144
Títulos cedidos por empréstimo	3.133	33	3.166
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	907.132	18.062	925.193
Outros empréstimos a curto prazo	69.661	0	69.661
Outros passivos	173.537	5.562	179.099
Provisões	5.110	0	5.110
Passivos por impostos correntes	962	627	1.589
Dívida a longo prazo	39.919	117.406	157.325
Títulos fiduciários preferenciais	4.707	7.384	12.091
Obrigação de comprar ações ordinárias	0	0	0
Total do passivo antes de passivos por impostos diferidos	1.785.251	181.338	1.966.589
Passivos por impostos diferidos			1.447
Total do passivo			1.968.035

43 – Eventos após o Período de Reporte

Todos os acontecimentos significativos que dão origem a ajustamentos e que ocorreram após a data do balanço foram reconhecidos nos resultados das operações, posição financeira e ativos líquidos do Grupo.

44 – Informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o artigo 315a do Código comercial alemão

Custos com colaboradores

em milhões de euros	2013	2012[1]
Custos com colaboradores:		
Salários e vencimentos	10.406	11.398
Encargos de segurança social	1.923	2.092
dos quais: relacionados com pensões	615	642
Total	12.329	13.940

[1] Os números comparativos para 2012 são reajustados devido ao impacto da aplicação da IAS 19 revista.

Colaboradores

O número médio de colaboradores efetivos empregados em 2013 era de 97.991 (2012: 100.380) dos quais 43.488
2012: 44.047) eram mulheres. Os colaboradores a tempo parcial estão incluídos proporcionalmente nestes números. Uma média de 51.323 (2012: 53.236) colaboradores trabalhavam fora da Alemanha.

Remuneração do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização

A remuneração total do Conselho de Administração foi de 36.890.500 euros e de 23.681.498 euros para os exercícios terminados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, dos quais 24.947.250 euros e 12.678.563 euros por componentes variáveis.

Os antigos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG ou os seus dependentes sobrevivos receberam 31.933.691 euros e 27.406.637 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, respetivamente.

Os princípios de remuneração para os membros do Conselho de Fiscalização encontram-se estabelecidos nos nossos Estatutos. As novas disposições sobre remuneração foram alteradas pela última vez na nossa Assembleia-Geral Anual de 23 de maio de 2013, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2013. Os membros do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração fixa anual. A remuneração base anual ascende a 100.000 euros para cada membro do Conselho de Fiscalização. O Presidente do Conselho de Fiscalização recebe duas vezes esse montante e o Vice-presidente recebe uma vez e meia esse montante. Os membros e presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização recebem uma remuneração anual fixa adicional. 75% da remuneração determinada é paga a cada membro do Conselho de Fiscalização após a apresentação das faturas em fevereiro do ano seguinte. Os outros 25% são convertidos pela sociedade, ao mesmo tempo, em ações da sociedade (ações virtuais) de acordo com as disposições dos estatutos. O valor da ação deste número de ações é pago ao respetivo membro do Conselho de Fiscalização em fevereiro do ano seguinte à sua saída do Conselho de Fiscalização ou à expiração do seu mandato, de acordo com as disposições dos estatutos, desde que o membro não deixe o Conselho de Fiscalização devido a uma causa importante que justificasse a sua demissão. No caso de uma mudança na composição do Conselho de Fiscalização durante o ano, a remuneração para o exercício financeiro será paga numa base proporcional, arredondada para cima/baixo em meses completos. Para o ano de saída, a remuneração completa é paga em dinheiro; aplica-se um regulamento sobre de perda de direitos a 25% da remuneração para esse exercício financeiro. Os membros do Conselho de Fiscalização receberam, no exercício financeiro de 2013, uma remuneração total de 3.862.500 euros, dos quais 2.912.635 de euros foram pagos em fevereiro de 2014 de acordo com as disposições dos estatutos.

No exercício financeiro de 2012, aplicaram-se as seguintes disposições para a remuneração do Conselho de Fiscalização: Em janeiro de 2013, o Deutsche Bank pagou a cada membro do Conselho de Fiscalização a parte fixa da sua remuneração e as senhas de presença pelos serviços prestados em 2012. Uma remuneração associada ao desempenho a longo prazo do Deutsche Bank e um bónus baseado em dividendos não

foram pagos para o exercício financeiro de 2012. Para o exercício financeiro de 2012, o Conselho de Fiscalização recebeu uma remuneração total de 2.335.000 de euros.

As provisões para obrigações com pensões de antigos membros do Conselho de Administração e respetivos dependentes sobrevivos totalizavam 200.878.857 euros e 214.572.881 euros em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, respetivamente.

Os empréstimos e adiantamentos concedidos e passivos contingentes assumidos por membros do Conselho de Administração ascenderam a 2.646.301 de euros e a 2.926.223 de euros e, por membros do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, a 1.010.814 de euros e a 4.435.782 de euros nos exercícios terminados em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente. Os membros do Conselho de Fiscalização reembolsaram créditos no valor de 1.798.525 euros em 2013.

Governo da Sociedade

O Deutsche Bank AG aprovou a declaração de conformidade de acordo com o artigo 161.º da Lei das sociedades anónimas alemã (AktG). A declaração foi publicada no sítio do Deutsche Bank na Internet (www.deutsche-bank.de/ir/en/content/declaration_of_conformity.htm).

Honorários e serviços do auditor externo

Discriminação dos honorários cobrados pelo auditor do Grupo

Categoria de honorários em milhões de euros	2013	2012
Honorários por serviços de auditoria	55	50
dos quais à KPMG AG	31	25
Honorários por serviços relacionados com auditoria	16	19
dos quais à KPMG AG	12	12
Honorários por serviços de consultoria fiscal	8	7
dos quais à KPMG AG	2	3
Todas as outras comissões	0	1
dos quais à KPMG AG	0	0
Total de comissões	79	76

45 – Participações acionistas

457 Subsidiárias
471 Entidades estruturadas
481 Empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial
484 Outras empresas, em que a participação é igual ou superior a 20 %
489 Participações em grandes empresas, em que a participação é superior a 5 % dos direitos de voto

As páginas seguintes apresentam as participações acionistas do Grupo Deutsche Bank nos termos do artigo 313.º, n.º 2 do Código comercial alemão ("HGB").

Notas de rodapé:

1 Fundo especial.
2 Controlada.
3 A sociedade fez uso da isenção oferecida pela Secção 264b do HGB.
4 Apenas ativos especificados e passivos relacionados (mantidos separados) desta entidade foram consolidados.
5 Compõe-se de 789 trusts individuais (variando apenas em número de série/duração) que adquirem um título de dívida municipal e emitem *short putttable exempt adjusted receipts* (SPEAR) e *long inverse floating exempt receipts* (LIFER), os quais, por sua vez, são vendidos a investidores.
6 Controlada por um sócio-gerente.
7 Não controlada.
8 Contabilizada pelo método de equivalência patrimonial dada a influência significativa.
9 Classificada como entidade estruturada, não contabilizada pelo método de equivalência patrimonial de acordo com as NIIF (IFRS).
10 Classificada como entidade estruturada a não ser consolidada nos termos das NIIF (IFRS).
11 Não existe influência significativa.
12 Não consolidada nem contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, porque foi classificada como títulos disponíveis para venda.
13 Não contabilizada pelo método de equivalência patrimonial, porque foi classificada ao justo valor.

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
1	Deutsche Bank Aktiengesellschaft	Frankfurt am Main		
2	Abbey Life Assurance Company Limited	Londres		100,0
3	Abbey Life Trust Securities Limited	Londres		100,0
4	lAbbey Life Trustee Services Limited	Londres		100,0
5	ABFS I Incorporated	Baltimore		100,0
6	ABS Leasing Services Company	Chicago		100,0
7	ABS MB Ltd.	Baltimore		100,0
8	Accounting Solutions Holding Company, Inc.	Wilmington		100,0
9	Agripower Buddosò Società Agricola a Responsabilità Limitata	Pesaro		100,0
10	Airport Club für International Executives GmbH	Frankfurt		84,0
11	Alex. Brown Financial Services Incorporated	Baltimore		100,0
12	Alex. Brown Investments Incorporated	Baltimore		100,0
13	Alex. Brown Management Services, Inc.	Baltimore		100,0
14	lAlfred Herrhausen Gesellschaft – Das internationale Forum der Deutschen Bank – mbH	Berlim		100,0
15	Americas Trust Servicios de Consultoria, S.A.	Madrid		100,0
16	Apexel LLC	Wilmington		100,0
17	Argent Incorporated	Baltimore		100,0
18	Autumn Leasing Limited	Londres		100,0
19	Avatar Finance	George Town		100,0
20	AWM Luxembourg SICAV-SIF	Luxemburgo		100,0
21	AXOS Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		100,0
22	lB.T. Vordertaunus (Luxembourg), S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
23	B.T.I. Investments	Londres		100,0
24	BAG	Frankfurt	1	100,0
25	lBaincor Nominees Pty Limited	Sydney		100,0
26	Bainpro Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0
27	Bainsec Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0
28	Bankers International Corporation	Nova Iorque		100,0
29	Bankers International Corporation (Brasil) Ltda.	São Paulo		100,0
30	Bankers Trust International Finance (Jersey) Limited	St. Helier		100,0
31	lBankers Trust International Limited	Londres		100,0
32	lBankers Trust Investments Limited	Londres		100,0
33	Bankers Trust Nominees Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0
34	Barkly Investments Ltd.	St. Helier		100,0
35	Bayan Delinquent Loan Recovery 1 (SPV-AMC), Inc.	Makati-City		100,0
36	Beachwood Properties Corp.	Wilmington	2	0,0
37	Bebek Varlik Yönetym A.S.	Istambul		100,0
38	Betriebs-Center für Banken AG	Frankfurt		100,0
39	Bfl-Beteiligungsgesellschaft für Industriewerte mbH	Frankfurt		100,0
40	BHF Club Deal GmbH	Frankfurt		100,0
41	lHF Grundbesitz-Verwaltungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
42	BHF Grundbesitz-Verwaltungsgesellschaft mbH & Co. am Kaiserlei OHG	Frankfurt		100,0
43	BHF Immobilien-GmbH	Frankfurt		100,0
44	BHF Lux Immo S.A.	Luxemburgo		100,0
45	BHF Private Equity Management GmbH	Frankfurt		100,0
46	BHF Private Equity Treuhand- und Beratungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
47	BHF Trust Management Gesellschaft für Vermögensverwaltung mbH	Frankfurt		100,0
48	BHF Zurich Family Office AG	Zurique		100,0
49	BHF-BANK (Schweiz) AG	Zurique		100,0
50	BHF-BANK Aktiengesellschaft	Frankfurt		100,0
51	BHF-BANK International S.A.	Luxemburgo		100,0
52	BHF-Betriebsservice GmbH	Frankfurt		100,0
53	BHW – Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH	Hameln		100,0
54	BHW – Gesellschaft für Wohnungswirtschaft mbH & Co. Immobilienverwaltungs KG	Hameln		100,0
55	BHW Bausparkasse Aktiengesellschaft	Hameln		100,0
56	BHW Eurofinance B.V. in liquidatie	Arnhem		100,0
57	BHW Financial Srl in liquidazione	Verona		100,0
58	BHW Gesellschaft für Vorsorge mbH	Hameln		100,0
59	BHW Holding AG	Hameln		100,0
60	BHW Invest, Société à responsabilité limitée	Luxemburgo		100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
61	BHW Kreditservice GmbH	Hameln		100,0
62	BHW-Immobilien GmbH	Hameln		100,0
63	Billboard Partners L.P.	George Town		99,9
64	Biomass Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
65	Blue Cork, Inc.	Wilmington		100,0
66	Blue Ridge CLO Holding Company LLC	Wilmington		100,0
67	Bluewater Creek Management Co.	Wilmington		100,0
68	BNA Nominees Pty Limited	Sydney		100,0
69	Bonsai Investment AG	Frauenfeld		100,0
70	Borfield S.A.	Montevideo		100,0
71	BRIMCO, S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		100,0
72	BT Commercial Corporation	Wilmington		100,0
73	BT CTAG Nominees Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0
74	BT Globenet Nominees Limited	Londres		100,0
75	BT International (Nigeria) Limited	Lagos		100,0
76	BT Maulbronn GmbH	Eschborn		100,0
77	BT Milford (Cayman) Limited	George Town		100,0
78	BT Muritz GmbH	Eschborn		100,0
79	BT Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura		100,0
80	BT Opera Trading S.A.	Paris		100,0
81	BT Sable, L.L.C.	Wilmington		100,0
82	BT Vordertaunus Verwaltungs- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Eschborn		100,0
83	BTAS Cayman GP	George Town		100,0
84	BTD Nominees Pty Limited	Sydney		100,0
85	BTVR Investments No. 1 Limited	St. Helier		100,0
86	Buxtal Pty. Limited	Sydney		100,0
87	C. J. Lawrence Inc.	Wilmington		100,0
88	CAM Initiator Treuhand GmbH & Co. KG	Colónia		100,0
89	CAM PE Verwaltungs GmbH & Co. KG	Colónia		100,0
90	CAM Private Equity Nominee GmbH & Co. KG	Colónia		100,0
91	CAM Private Equity Verwaltungs-GmbH	Colónia		100,0
92	3160343 Canada Inc.	Toronto		100,0
93	Caneel Bay Holding Corp.	Chicago	2	0,0
94	Cape Acquisition Corp.	Wilmington		100,0
95	CapeSuccess Inc.	Wilmington		100,0
96	CapeSuccess LLC	Wilmington		82,6
97	Cardales UK Limited	Londres		100,0
98	Career Blazers Consulting Services, Inc.	Albany		100,0
99	Career Blazers Contingency Professionals, Inc.	Albany		100,0
100	Career Blazers Learning Center of Los Angeles, Inc.	Los Angeles		100,0
101	Career Blazers LLC	Wilmington		100,0
102	Career Blazers Management Company, Inc.	Albany		100,0
103	Career Blazers New York, Inc.	Albany		100,0
104	Career Blazers of Ontario Inc.	Londres, Ontário		100,0
105	Career Blazers Personnel Services of Washington, D.C., Inc.	Washington D.C.		100,0
106	Career Blazers Personnel Services, Inc.	Albany		100,0
107	Career Blazers Service Company, Inc.	Wilmington		100,0
108	Caribbean Resort Holdings, Inc.	Nova Iorque	2	0,0
109	Cashforce International Credit Support B.V.	Roterdão		100,0
110	Castlewood Expansion Partners, L.P.	Wilmington		87,5
111	Castor LLC	Wilmington	2	0,0
112	Cathay Advisory (Beijing) Company Ltd	Pequim		100,0
113	Cathay Asset Management Company Limited	Port Louis		100,0
114	Cathay Capital Company (No. 2) Limited	Port Louis		67,6
115	CBI NY Training, Inc.	Albany		100,0
116	Centennial River 1 Inc.	Denver		100,0
117	Centennial River 2 Inc.	Austin		100,0
118	Centennial River Acquisition I Corporation	Wilmington		100,0
119	Centennial River Acquisition II Corporation	Wilmington		100,0
120	Centennial River Corporation	Wilmington		100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
121	Channel Nominees Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0
122	Cinda – DB NPL Securitization Trust 2003-1	Wilmington	2	0,0
123	CITAN Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
124	Civic Investments Limited	St. Helier		100,0
125	Consumo Finance S.p.A.	Milão		100,0
126	Coronus L.P.	St. Helier		100,0
127	CREDA Objektanlage- und -verwaltungsgesellschaft mbH	Bona		100,0
128	CTXL Achtzehnte Vermögensverwaltung GmbH	Munique		100,0
129	Cyrus J. Lawrence Capital Holdings, Inc.	Wilmington		100,0
130	D B Rail Holdings (UK) No. 1 Limited	Londres		100,0
131	D F Japan Godo Kaisha	Tóquio		100,0
132	D&M Turnaround Partners Godo Kaisha	Tóquio		100,0
133	D.B. International Delaware, Inc.	Wilmington		100,0
134	DAHOC (UK) Limited	Londres		100,0
135	DAHOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
136	DB (Gibraltar) Holdings Limited	Gibraltar		100,0
137	DB (Malaysia) Nominee (Asing) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0
138	DB (Malaysia) Nominee (Tempatan) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0
139	DB (Pacific) Limited	Wilmington		100,0
140	DB (Pacific) Limited, New York	Nova Iorque		100,0
141	DB (Tip Top) Limited Partnership	Toronto		99,9
142	DB Abalone LLC	Wilmington		100,0
143	DB Alex. Brown Holdings Incorporated	Wilmington		100,0
144	DB Alps Corporation	Wilmington		100,0
145	DB Alternative Trading Inc.	Wilmington		100,0
146	DB Aotearoa Investments Limited	George Town		100,0
147	DB Beteiligungs-Holding GmbH	Frankfurt		100,0
148	DB Bluebell Investments (Cayman) Partnership	George Town		100,0
149	DB Boracay LLC	Wilmington		100,0
150	DB Broker GmbH	Frankfurt		100,0
151	DB Canada GIPF – I Corp.	Calgary		100,0
152	DB CAPAM GmbH	Colónia		100,0
153	DB Capital Management, Inc.	Wilmington		100,0
154	DB Capital Markets (Deutschland) GmbH	Frankfurt		100,0
155	DB Capital Markets Asset Management Holding GmbH	Frankfurt		100,0
156	DB Capital Partners (Asia), L.P.	George Town		99,7
157	DB Capital Partners (Europe) 2000 – A Founder Partner LP	Wilmington	2	0,0
158	DB Capital Partners (Europe) 2000 – B Founder Partner LP	Wilmington	2	0,0
159	DB Capital Partners Asia G.P. Limited	George Town		100,0
160	DB Capital Partners Europe 2002 Founder Partner LP	Wilmington	2	0,0
161	DB Capital Partners General Partner Limited	Londres		100,0
162	DB Capital Partners Latin America, G.P. Limited	George Town		100,0
163	DB Capital Partners, Inc.	Wilmington		100,0
164	DB Capital Partners, Latin America, L.P.	George Town		80,2
165	DB Capital, Inc.	Wilmington		100,0
166	DB Cartera de Inmuebles 1, S.A.U.	Pozuelo de Alarcón		100,0
167	DB Chestnut Holdings Limited	George Town		100,0
168	DB Commodities Canada Ltd.	Toronto		100,0
169	DB Commodity Services LLC	Wilmington		100,0
170	DB Consortium S. Cons. a r.l. in liquidazione	Milão		100,0
171	DB Consorzio S. Cons. a r. l.	Milão		100,0
172	DB Corporate Advisory (Malaysia) Sdn. Bhd.	Kuala Lumpur		100,0
173	DB Crest Limited	St. Helier		100,0
174	DB Delaware Holdings (Europe) LLC	Wilmington		100,0
175	DB Delaware Holdings (UK) Limited	Londres		100,0
176	DB Depositor Inc.	Wilmington		100,0
177	DB Energy Commodities Limited	Londres		100,0
178	DB Energy Trading LLC	Wilmington		100,0
179	DB Enfield Infrastructure Holdings Limited	St. Helier		100,0
180	DB Enfield Infrastructure Investments Limited	St. Helier		100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
181	DB Enterprise GmbH	Luetzen-Gostau		100,0
182	DB Enterprise GmbH & Co. Zweite Beteiligungs KG	Luetzen-Gostau	3	100,0
183	DB Equipment Leasing, Inc.	Nova Iorque		100,0
184	DB Equity Limited	Londres		100,0
185	DB Equity S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
186	DB Fillmore Lender Corp.	Wilmington		100,0
187	DB Finance (Delaware), LLC	Wilmington		100,0
188	DB Finance International GmbH	Eschborn		100,0
189	DB Finanz-Holding GmbH	Frankfurt		100,0
190	DB Fund Services LLC	Wilmington		100,0
191	DB Funding LLC #4	Wilmington		100,0
192	DB Funding LLC #5	Wilmington		100,0
193	DB Funding LLC #6	Wilmington		100,0
194	DB Global Technology SRL	Bucareste		100,0
195	DB Global Technology, Inc.	Wilmington		100,0
196	DB Group Services (UK) Limited	Londres		100,0
197	DB Holdings (New York), Inc.	Nova Iorque		100,0
198	DB Holdings (South America) Limited	Wilmington		100,0
199	DB HR Solutions GmbH	Eschborn		100,0
200	DB iCON Investments Limited	Londres		100,0
201	DB Impact Investment Fund I, L.P.	Edimburgo		100,0
202	DB Industrial Holdings Beteiligungs GmbH & Co. KG	Luetzen-Gostau	3	100,0
203	DB Industrial Holdings GmbH	Luetzen-Gostau		100,0
204	DB Infrastructure Holdings (UK) No. 3 Limited	Londres		100,0
205	DB Intermezzo LLC	Wilmington		100,0
206	DB International (Asia) Limited	Singapura		100,0
207	DB International Investments Limited	Londres		100,0
208	DB International Trust (Singapore) Limited	Singapura		100,0
209	DB Investment Management, Inc.	Wilmington		100,0
210	DB Investment Managers, Inc.	Wilmington		100,0
211	DB Investment Partners, Inc.	Wilmington		100,0
212	DB Investment Services GmbH	Frankfurt		100,0
213	DB Investment Services Holding GmbH	Frankfurt		100,0
214	DB Investments (GB) Limited	Londres		100,0
215	DB IROC Leasing Corp.	Nova Iorque		100,0
216	DB Jasmine (Cayman) Limited	George Town		100,0
217	DB Kredit Service GmbH	Berlim		100,0
218	DB Leasing Services GmbH	Frankfurt		100,0
219	DB Management Support GmbH	Frankfurt		100,0
220	DB Managers, LLC	West Trenton		100,0
221	DB Mortgage Investment Inc.	Baltimore		100,0
222	DB Nexus American Investments (UK) Limited	Londres		100,0
223	DB Nexus Iberian Investments (UK) Limited	Londres		100,0
224	DB Nexus Investments (UK) Limited	Londres		100,0
225	DB Nominees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0
226	DB Nominees (Singapore) Pte Ltd	Singapura		100,0
227	DB Omega Ltd.	George Town		100,0
228	DB Omega S.C.S.	Luxemburgo		100,0
229	DB Operaciones y Servicios Interactivos, A.I.E.	Barcelona		99,9
230	DB Overseas Finance Delaware, Inc.	Wilmington		100,0
231	DB Overseas Holdings Limited	Londres		100,0
232	DB Partnership Management II, LLC	Wilmington		100,0
233	DB Partnership Management Ltd.	Wilmington		100,0
234	DB PEP V	Luxemburgo	2	0,2
235	DB PEP V GmbH & Co. KG	Colónia		100,0
236	DB Platinum Advisors	Luxemburgo		100,0
237	DB Portfolio Southwest, Inc.	Houston		100,0
238	DB Print GmbH	Frankfurt		100,0
239	DB Private Clients Corp.	Wilmington		100,0
240	DB Private Equity GmbH	Colónia		100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
241	DB Private Equity International S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
242	DB Private Equity Treuhand GmbH	Colónia		100,0
243	DB Private Wealth Mortgage Ltd.	Nova Iorque		100,0
244	DB PWM Collective Management Limited	Liverpool		100,0
245	DB PWM Private Markets I GP	Luxemburgo		100,0
246	DB Rail Trading (UK) Limited	Londres		100,0
247	DB Re S.A.	Luxemburgo		100,0
248	DB Real Estate Canadainvest 1 Inc.	Toronto		100,0
249	DB Risk Center GmbH	Berlim		100,0
250	DB RMS Leasing (Cayman) L.P.	George Town		100,0
251	DB Road (UK) Limited	George Town		100,0
252	DB Samay Finance No. 2, Inc.	Wilmington		100,0
253	DB Securities S.A.	Varsóvia		100,0
254	DB Securities Services NJ Inc.	Nova Iorque		100,0
255	DB Service Centre Limited	Dublin		100,0
256	DB Service Uruguay S.A.	Montevideo		100,0
257	DB Services Americas, Inc.	Wilmington		100,0
258	DB Services New Jersey, Inc.	West Trenton		100,0
259	DB Servicios México, S.A. de C.V.	Cidade do México		100,0
260	DB Servizi Amministrativi S.r.l.	Milão		100,0
261	DB Strategic Advisors, Inc.	Makati-City		100,0
262	DB Structured Derivative Products, LLC	Wilmington		100,0
263	DB Structured Products, Inc.	Wilmington		100,0
264	DB Trips Investments Limited	George Town	2	0,0
265	DB Trust Company Limited Japan	Tóquio		100,0
266	DB Trustee Services Limited	Londres		100,0
267	DB Trustees (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0
268	DB U.K. Nominees Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0
269	DB U.S. Financial Markets Holding Corporation	Wilmington		100,0
270	DB UK Australia Finance Limited	George Town		100,0
271	DB UK Australia Holdings Limited	Londres		100,0
272	DB UK Bank Limited	Londres		100,0
273	DB UK Holdings Limited	Londres		100,0
274	DB UK PCAM Holdings Limited	Londres		100,0
275	DB Valoren S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
276	DB Value S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
277	DB Vanquish (UK) Limited	Londres		100,0
278	DB Vantage (UK) Limited	Londres		100,0
279	DB Vantage No. 2 (UK) Limited	Londres		100,0
280	DB Vita S.A.	Luxemburgo		75,0
281	db x-trackers Holdings (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0
282	DBAB Wall Street, LLC	Wilmington		100,0
283	DBAH Capital, LLC	Wilmington		100,0
284	DBAS Cayman Holdings 2 Limited	George Town	2	0,0
285	DBC Continuance Inc.	Toronto		100,0
286	DBCCA Investment Partners, Inc.	Wilmington		100,0
287	DBCIBZ1	George Town		100,0
288	DBCIBZ2	George Town		100,0
289	DBD Pilgrim America Corp.	Wilmington		100,0
290	DBFIC, Inc.	Wilmington		100,0
291	DBG Vermögensverwaltungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
292	DBIGB Finance (No. 2) Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0
293	DBNY Brazil Invest Co.	Wilmington		100,0
294	DBNZ Overseas Investments (No. 1) Limited	George Town		100,0
295	DBOI Global Services (UK) Limited	Londres		100,0
296	DBOI Global Services Private Limited	Mumbai		100,0
297	DBR Investments Co. Limited	George Town		100,0
298	DBRE Global Real Estate Management IA, Ltd.	George Town		100,0
299	DBRE Global Real Estate Management IB, Ltd.	George Town		100,0
300	DBRMSGP1	George Town		100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
301	DBRMSGP2	George Town		100,0
302	DBS Technology Ventures, L.L.C.	Wilmington		100,0
303	DBUKH Finance Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0
304	DBUSBZ1, LLC	Wilmington		100,0
305	DBUSBZ2, LLC	Wilmington		100,0
306	DBVR Investments No. 3 Ltd.	Wilmington		100,0
307	DBX Advisors LLC	Wilmington		100,0
308	DBX Strategic Advisors LLC	Wilmington		100,0
309	dbX-Asian Long/Short Equity 3 Fund	St. Helier	1	100,0
310	dbX-Commodity 1 Fund	St. Helier	1	100,0
311	dbX-Convertible Arbitrage 11 Fund	St. Helier	1	100,0
312	dbX-Convertible Arbitrage 13 Fund	St. Helier	1	86,2
313	dbX-Credit 2 Fund	St. Helier	1	100,0
314	dbX-Credit 3 Fund	St. Helier	1	98,2
315	dbX-CTA 11 Fund	St. Helier	1	98,9
316	dbX-CTA 14 Fund	St. Helier	1	100,0
317	dbX-CTA 16 Fund	St. Helier	1	98,1
318	dbX-CTA 17B_37 Fund	St. Helier	1	100,0
319	dbX-CTA 18 Fund	St. Helier	1	99,2
320	dbX-CTA 19 Fund	St. Helier	1	100,0
321	dbX-CTA 2 Fund	St. Helier	1	99,2
322	dbX-CTA 7 Fund	St. Helier	1	98,8
323	dbX-CTA 9 Fund	St. Helier	1	100,0
324	dbX-European Long/Short Equity 7 Fund	St. Helier	1	99,0
325	dbX-Event Driven 1 Fund	St. Helier	1	100,0
326	dbX-Global Long/Short Equity 10 (Sabre)	St. Helier	1	99,0
327	dbX-Global Long/Short Equity 8 (Pyramis)	St. Helier	1	99,1
328	dbX-Global Long/Short Equity 9 Fund	St. Helier	1	100,0
329	dbX-Global Macro 9 Fund	St. Helier	1	98,8
330	dbX-High Yield 1 Fund	St. Helier	1	100,0
331	dbX-Japan Long/Short Equity 4 (AlphaGen Hokuto)	St. Helier	1	97,9
332	dbX-Risk Arbitrage 1 Fund	St. Helier	1	100,0
333	dbX-Risk Arbitrage 10 Fund	St. Helier	1	99,5
334	dbX-Risk Arbitrage 6 Fund	St. Helier	1	96,7
335	dbX-Risk Arbitrage 9 Fund	St. Helier	1	99,3
336	dbX-US Long/Short Equity 13 Fund	St. Helier	1	100,0
337	dbX-US Long/Short Equity 9 Fund	St. Helier	1	99,3
338	DCAPF Pte. Ltd.	Singapura		100,0
339	De Meng Innovative (Beijing) Consulting Company Limited	Pequim		100,0
340	DeAM Infrastructure Limited	Londres		100,0
341	DeAWM Fixed Maturity	Luxemburgo		100,0
342	DEBEKO Immobilien GmbH & Co Grundbesitz OHG	Eschborn		100,0
343	DEE Deutsche Erneuerbare Energien GmbH	Düsseldorf		100,0
344	DEGRU Erste Beteiligungsgesellschaft mbH	Eschborn		100,0
345	Delowrezham de México S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		100,0
346	DEUFRAN Beteiligungs GmbH	Frankfurt		100,0
347	DEUKONA Versicherungs-Vermittlungs-GmbH	Frankfurt		100,0
348	Deutsche (Aotearoa) Capital Holdings New Zealand	Auckland		100,0
349	Deutsche (Aotearoa) Foreign Investments New Zealand	Auckland		100,0
350	Deutsche (New Munster) Holdings New Zealand Limited	Auckland		100,0
351	Deutsche Aeolia Power Production S.A.	Atenas		80,0
352	Deutsche Alt-A Securities, Inc.	Wilmington		100,0
353	Deutsche Alternative Asset Management (Global) Limited	Londres		100,0
354	Deutsche Alternative Asset Management (UK) Limited	Londres		100,0
355	Deutsche Asia Pacific Finance, Inc.	Wilmington		100,0
356	Deutsche Asia Pacific Holdings Pte Ltd	Singapura		100,0
357	Deutsche Asset & Wealth Management International GmbH	Frankfurt		100,0
358	Deutsche Asset & Wealth Management Investment GmbH	Frankfurt		100,0
359	Deutsche Asset Management (Asia) Limited	Singapura		100,0
360	Deutsche Asset Management (Hong Kong) Limited	Hong Kong		100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
361	Deutsche Asset Management (India) Private Limited	Mumbai		100,0
362	Deutsche Asset Management (Japan) Limited	Tóquio		100,0
363	Deutsche Asset Management (Korea) Company Limited	Seul		100,0
364	Deutsche Asset Management (UK) Limited	Londres		100,0
365	Deutsche Asset Management Canada Limited	Toronto		100,0
366	Deutsche Asset Management Group Limited	Londres		100,0
367	Deutsche Asset Management Schweiz	Zurique		100,0
368	Deutsche Auskunftei Service GmbH	Hamburgo		100,0
369	Deutsche Australia Limited	Sydney		100,0
370	Deutsche Bank (Cayman) Limited	George Town		100,0
371	DEUTSCHE BANK (CHILE) S.A.	Santiago		100,0
372	Deutsche Bank (China) Co., Ltd.	Pequim		100,0
373	Deutsche Bank (Malaysia) Berhad	Kuala Lumpur		100,0
374	Deutsche Bank (Malta) Ltd	St. Julians		100,0
375	Deutsche Bank (Mauritius) Limited	Port Louis		100,0
376	Deutsche Bank (Perú) S.A.	Lima		100,0
377	Deutsche Bank (Suisse) SA	Genebra		100,0
378	Deutsche Bank (Uruguay) Sociedad Anónima Institución Financiera Externa	Montevideo		100,0
379	DEUTSCHE BANK A.S.	Istambul		100,0
380	Deutsche Bank Americas Finance LLC	Wilmington		100,0
381	Deutsche Bank Americas Holding Corp.	Wilmington		100,0
382	Deutsche Bank Bauspar-Aktiengesellschaft	Frankfurt		100,0
383	Deutsche Bank Capital Markets S.r.l.	Milão		100,0
384	Deutsche Bank Corretora de Valores S.A.	São Paulo		100,0
385	Deutsche Bank Europe GmbH	Frankfurt		100,0
386	Deutsche Bank Financial Inc.	Wilmington		100,0
387	Deutsche Bank Financial LLC	Wilmington		100,0
388	Deutsche Bank Holdings, Inc.	Wilmington		100,0
389	Deutsche Bank Insurance Agency Incorporated	Baltimore		100,0
390	Deutsche Bank Insurance Agency of Delaware	Wilmington		100,0
391	Deutsche Bank International Limited	St. Helier		100,0
392	Deutsche Bank International Trust Co. (Cayman) Limited	George Town		100,0
393	Deutsche Bank International Trust Co. Limited	Porto de S.Pedro		100,0
394	Deutsche Bank Investments (Guernsey) Limited	Porto de S.Pedro		100,0
395	Deutsche Bank Luxembourg S.A.	Luxemburgo		100,0
396	Deutsche Bank Mutui S.p.A.	Milão		100,0
397	Deutsche Bank México, S.A., Institución de Banca Múltiple	Cidade do México		100,0
398	Deutsche Bank National Trust Company	Los Angeles		100,0
399	Deutsche Bank Nederland N.V.	Amesterdão		100,0
400	Deutsche Bank Nominees (Jersey) Limited	St. Helier		100,0
401	Deutsche Bank PBC Spólka Akcyjna	Varsóvia		100,0
402	Deutsche Bank Polska Spólka Akcyjna	Varsóvia		100,0
403	Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden Aktiengesellschaft	Frankfurt		100,0
404	Deutsche Bank Real Estate (Japan) Y.K.	Tóquio		100,0
405	Deutsche Bank Realty Advisors, Inc.	Nova Iorque		100,0
406	Deutsche Bank S.A.	Buenos Aires		100,0
407	Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão	São Paulo		100,0
408	Deutsche Bank Securities Inc.	Wilmington		100,0
409	Deutsche Bank Securities Limited	Toronto		100,0
410	Deutsche Bank Services (Jersey) Limited	St. Helier		100,0
411	Deutsche Bank Società per Azioni	Milão		99,8
412	Deutsche Bank Trust Company Americas	Nova Iorque		100,0
413	Deutsche Bank Trust Company Delaware	Wilmington		100,0
414	Deutsche Bank Trust Company New Jersey Ltd.	Jersey City		100,0
415	Deutsche Bank Trust Company, National Association	Nova Iorque		100,0
416	Deutsche Bank Trust Corporation	Nova Iorque		100,0
417	Deutsche Bank Trustee Services (Guernsey) Limited	Porto de S.Pedro		100,0
418	Deutsche Bank Österreich AG	Viena		100,0
419	Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española	Madrid		99,8
420	Deutsche Capital Finance (2000) Limited	George Town		100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
421	Deutsche Capital Hong Kong Limited	Hong Kong		100,0
422	Deutsche Capital Markets Australia Limited	Sydney		100,0
423	Deutsche Capital Partners China Limited	George Town		100,0
424	Deutsche Cayman Ltd.	George Town		100,0
425	Deutsche CIB Centre Private Limited	Mumbai		100,0
426	Deutsche Climate Change Fixed Income QP Trust	Salem	2	0,0
427	Deutsche Clubholding GmbH	Frankfurt		95,0
428	Deutsche Commodities Trading Co., Ltd.	Xangai		100,0
429	Deutsche Custody Global B.V.	Amesterdão		100,0
430	Deutsche Custody N.V.	Amesterdão		100,0
431	Deutsche Custody Nederland B.V.	Amesterdão		100,0
432	Deutsche Domus New Zealand Limited	Auckland		100,0
433	Deutsche Emerging Markets Investments (Netherlands) B.V.	Amesterdão		99,9
434	Deutsche Equities India Private Limited	Mumbai		100,0
435	Deutsche Far Eastern Asset Management Company Limited	Taipei		60,0
436	Deutsche Fiduciary Services (Suisse) SA	Genebra		100,0
437	Deutsche Finance Co 1 Pty Limited	Sydney		100,0
438	Deutsche Finance Co 2 Pty Limited	Sydney		100,0
439	Deutsche Finance Co 3 Pty Limited	Sydney		100,0
440	Deutsche Finance Co 4 Pty Limited	Sydney		100,0
441	Deutsche Finance No. 2 (UK) Limited	Londres		100,0
442	Deutsche Finance No. 2 Limited	George Town		100,0
443	Deutsche Finance No. 4 (UK) Limited	Londres		100,0
444	Deutsche Foras New Zealand Limited	Auckland		100,0
445	Deutsche Friedland	Paris		100,0
446	Deutsche Futures Singapore Pte Ltd	Singapura		100,0
447	Deutsche Gesellschaft für Immobilien-Leasing mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		100,0
448	Deutsche Global Markets Limited	Telavive		100,0
449	Deutsche Group Holdings (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0
450	Deutsche Group Services Pty Limited	Sydney		100,0
451	Deutsche Grundbesitz Beteiligungsgesellschaft mbH	Eschborn		100,0
452	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mbH & Co Löwenstein Palais	Frankfurt		100,0
453	Deutsche Grundbesitz-Anlagegesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		99,8
454	Deutsche Haussmann, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
455	Deutsche Holdings (BTI) Limited	Londres		100,0
456	Deutsche Holdings (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
457	Deutsche Holdings (Malta) Ltd.	St. Julians		100,0
458	Deutsche Holdings (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0
459	Deutsche Holdings Limited	Londres		100,0
460	Deutsche Holdings No. 2 Limited	Londres		100,0
461	Deutsche Holdings No. 3 Limited	Londres		100,0
462	Deutsche Holdings No. 4 Limited	Londres		100,0
463	Deutsche Immobilien Leasing GmbH	Düsseldorf		100,0
464	Deutsche India Holdings Private Limited	Mumbai		100,0
465	Deutsche International Corporate Services (Delaware) LLC	Wilmington		100,0
466	Deutsche International Corporate Services (Ireland) Limited	Dublin		100,0
467	Deutsche International Corporate Services Limited	St. Helier		100,0
468	Deutsche International Custodial Services Limited	St. Helier		100,0
469	Deutsche International Finance (Ireland) Limited	Dublin		100,0
470	Deutsche International Trust Company N.V.	Amesterdão		100,0
471	Deutsche International Trust Corporation (Mauritius) Limited	Port Louis		100,0
472	Deutsche Inversiones Dos S.A.	Santiago		100,0
473	Deutsche Inversiones Limitada	Santiago		100,0
474	Deutsche Investment Management Americas Inc.	Wilmington		100,0
475	Deutsche Investments (Netherlands) N.V.	Amesterdão		100,0
476	Deutsche Investments Australia Limited	Sydney		100,0
477	Deutsche Investments India Private Limited	Mumbai		100,0
478	Deutsche Investor Services Private Limited	Mumbai		100,0
479	Deutsche IT License GmbH	Eschborn		100,0
480	Deutsche Knowledge Services Pte. Ltd.	Singapura		100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
481	Deutsche Long Duration Government/Credit QP Trust	Salem	2	0,0
482	Deutsche Managed Investments Limited	Sydney		100,0
483	Deutsche Mandatos S.A.	Buenos Aires		100,0
484	Deutsche Master Funding Corporation	Wilmington		100,0
485	Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company	Londres		100,0
486	Deutsche Morgan Grenfell Nominees Pte Ltd	Singapura		100,0
487	Deutsche Mortgage & Asset Receiving Corporation	Wilmington		100,0
488	Deutsche Mortgage Securities, Inc.	Wilmington		100,0
489	Deutsche New Zealand Limited	Auckland		100,0
490	Deutsche Nominees Limited	Londres		100,0
491	Deutsche Oppenheim Family Office AG	Grasbrunn		100,0
492	Deutsche Overseas Issuance New Zealand Limited	Auckland		100,0
493	Deutsche Postbank AG	Bona		94,1
494	Deutsche Postbank Finance Center Objekt GmbH	Schuttrange		100,0
495	Deutsche Postbank International S.A.	Schuttrange		100,0
496	Deutsche Private Asset Management Limited	Londres		100,0
497	Deutsche Securities (India) Private Limited	Nova Deli		100,0
498	Deutsche Securities (Perú) S.A.	Lima		100,0
499	Deutsche Securities (Proprietary) Limited	Joanesburgo		97,1
500	Deutsche Securities (SA) (Proprietary) Limited	Joanesburgo		97,1
501	Deutsche Securities Asia Limited	Hong Kong		100,0
502	Deutsche Securities Australia Limited	Sydney		100,0
503	Deutsche Securities Corredores de Bolsa Spa	Santiago		100,0
504	Deutsche Securities Inc.	Tóquio		100,0
505	Deutsche Securities Israel Ltd.	Telavive		100,0
506	Deutsche Securities Korea Co.	Seul		100,0
507	Deutsche Securities Limited	Hong Kong		100,0
508	Deutsche Securities Mauritius Limited	Port Louis		100,0
509	Deutsche Securities Menkul Degerler A.S.	Istambul		100,0
510	Deutsche Securities New Zealand Limited	Auckland		100,0
511	Deutsche Securities Saudi Arabia LLC	Riade		100,0
512	Deutsche Securities Sociedad de Bolsa S.A.	Buenos Aires		100,0
513	Deutsche Securities Venezuela S.A.	Caracas		100,0
514	Deutsche Securities, S.A. de C.V., Casa de Bolsa	Cidade do México		100,0
515	Deutsche Securitisation Australia Pty Limited	Sydney		100,0
516	Deutsche StiftungsTrust GmbH	Frankfurt		100,0
517	Deutsche Transnational Trustee Corporation Inc	Charlottetown		100,0
518	Deutsche Trustee Company Limited	Londres		100,0
519	Deutsche Trustee Services (India) Private Limited	Mumbai		100,0
520	Deutsche Trustees Malaysia Berhad	Kuala Lumpur		100,0
521	Deutsche Ultra Core Fixed Income QP Trust	Salem	2	0,0
522	Deutsches Institut für Altersvorsorge GmbH	Frankfurt		78,0
523	DFC Residual Corp.	Carson City		100,0
524	DI Deutsche Immobilien Baugesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
525	DI Deutsche Immobilien Treuhandgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
526	DIB-Consult Deutsche Immobilien- und Beteiligungs-Beratungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0
527	DIL Financial Services GmbH & Co. KG	Düsseldorf		100,0
528	DISCA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0
529	DIV Holding GmbH	Luetzen-Gostau		100,0
530	DMG Technology Management, L.L.C.	Wilmington		100,0
531	DMJV	Nova Iorque	2	0,0
532	DNU Nominees Pty Limited	Sydney		100,0
533	Drolla GmbH	Frankfurt		100,0
534	DSL Portfolio GmbH & Co. KG	Bona		100,0
535	DSL Portfolio Verwaltungs GmbH	Bona		100,0
536	DTS Nominees Pty Limited	Sydney		100,0
537	DWS Holding & Service GmbH	Frankfurt		99,5
538	DWS Investment S.A.	Luxemburgo		100,0
539	DWS Investments (Spain), S.G.I.I.C., S.A.	Madrid		100,0
540	DWS Investments Distributors, Inc.	Wilmington		100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
541	DWS Investments Service Company	Wilmington		100,0
542	DWS RREEF Real Estate Securities Income Fund	Nova Iorque		100,0
543	DWS Trust Company	Salem		100,0
544	easyhyp GmbH	Hameln		100,0
545	EC EUROPA IMMOBILIEN FONDS NR. 3 GmbH & CO. KG	Hamburgo		65,2
546	EDORA Funding GmbH	Frankfurt		100,0
547	Elba Finance GmbH	Eschborn		100,0
548	ELBI Funding GmbH	Frankfurt		100,0
549	ELDO ACHTE Vermögensverwaltungs GmbH	Eschborn		100,0
550	ELDO ERSTE Vermögensverwaltungs GmbH	Eschborn		100,0
551	Elizabethan Holdings Limited	George Town		100,0
552	Elizabethan Management Limited	George Town		100,0
553	Equipment Management Services LLC	Wilmington		100,0
554	Estate Holdings, Inc.	St. Thomas	2	0,0
555	Evergreen Amsterdam Holdings B.V.	Amesterdão		100,0
556	Evergreen International Holdings B.V.	Amesterdão		100,0
557	Evergreen International Investments B.V.	Amesterdão		100,0
558	Evergreen International Leasing B.V.	Amesterdão		100,0
559	Exinor SA	Bastogne		100,0
560	EXTOREL Private Equity Advisers GmbH	Colónia		100,0
561	FARAMIR Beteiligungs- und Verwaltungs GmbH	Colónia		100,0
562	Farezco I, S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		100,0
563	Farezco II, S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		100,0
564	Fenix Administración de Activos S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		100,0
565	Fenix Mercury 1 S. de R.L. de C.V.	Cidade do México		60,0
566	Fiduciaria Sant' Andrea S.r.L.	Milão		100,0
567	Filaine, Inc.	Wilmington	2	0,0
568	Finanza & Futuro Banca SpA	Milão		100,0
569	Firstee Investments LLC	Wilmington		100,0
570	Fondo de Inversión Privado NPL Fund Two	Santiago	1	70,0
571	FRANKFURT CONSULT GmbH	Frankfurt		100,0
572	Frankfurt Family Office GmbH	Frankfurt		100,0
573	Frankfurt Finanz-Software GmbH	Frankfurt		100,0
574	FRANKFURT-TRUST Invest Luxemburg AG	Luxemburgo		100,0
575	FRANKFURT-TRUST Investment-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0
576	Frankfurter Beteiligungs-Treuhand Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0
577	Frankfurter Vermögens-Treuhand Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0
578	Franz Urbig- und Oscar Schlitter-Stiftung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0
579	Funds Nominees Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0
580	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Suhl "Rimbachzentrum" KG	Bad Homburg		74,0
581	G Finance Holding Corp.	Wilmington		100,0
582	GbR Goethestraße	Colónia		94,0
583	Gemini Technology Services Inc.	Wilmington		100,0
584	German Access LLP	Londres		100,0
585	German American Capital Corporation	Baltimore		100,0
586	Global Commercial Real Estate Special Opportunities Limited	St. Helier		100,0
587	Greenwood Properties Corp.	Nova Iorque	2	0,0
588	Grundstücksgesellschaft Frankfurt Bockenheimer Landstraße GbR	Troisdorf		94,9
589	Grundstücksgesellschaft Köln-Ossendorf VI mbH	Colónia		100,0
590	Grundstücksgesellschaft Wiesbaden Luisenstraße/Kirchgasse GbR	Troisdorf		59,7
591	Gulara Pty Ltd	Sydney		100,0
592	GUO Mao International Hotels B.V.	Amesterdão		100,0
593	Hac Investments Ltd.	Wilmington		100,0
594	HAC Investments Portugal – Servicos de Consultadoria e Gestao Ltda.	Lisboa		100,0
595	Hakkeijima Godo Kaisha	Tóquio		95,0
596	Herengracht Financial Services B.V.	Amesterdão		100,0
597	HTB Spezial GmbH & Co. KG	Colónia		100,0
598	Hudson GmbH	Eschborn		100,0
599	Hypotheken-Verwaltungs-Gesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
600	IC Chicago Associates LLC	Wilmington	2	0,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
601	IFN Finance N.V.	Antuérpia		100,0
602	IKARIA Beteiligungs- und Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0
603	Imodan Limited	Port Louis		100,0
604	Industrie-Beteiligungs-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0
605	International Operator Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0
606	IOS Finance EFC, S.A.	Barcelona		100,0
607	ISTRON Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Colónia		100,0
608	IVAF I Manager, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
609	IVAF II Manager, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
610	Izumo Capital YK	Tóquio		100,0
611	JADE Residential Property AG	Eschborn		100,0
612	JR Nominees (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0
613	Jyogashima Godo Kaisha	Tóquio		100,0
614	KEBA Gesellschaft für interne Services mbH	Frankfurt		100,0
615	KHP Knüppe, Huntebrinker & Co. GmbH	Osnabruck		100,0
616	Kidson Pte Ltd	Singapura		100,0
617	Kingfisher (Ontario) LP	Toronto		100,0
618	Kingfisher Holdings I (Nova Scotia) ULC	Halifax		100,0
619	Kingfisher Holdings II (Nova Scotia) ULC	Halifax		100,0
620	Kingfisher Nominees Limited	Auckland		100,0
621	Klöckner Industriebeteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
622	Konsul Inkasso GmbH	Essen		100,0
623	Kradavimd UK Lease Holdings Limited	Londres		100,0
624	Kunshan RREEF Equity Investment Fund Management Co. Ltd.	Kunshan		100,0
625	LA Water Holdings Limited	George Town		75,0
626	Lammermuir Leasing Limited	Londres		100,0
627	LAWL Pte. Ltd.	Singapura		100,0
628	Leasing Verwaltungsgesellschaft Waltersdorf mbH	Schoenefeld		100,0
629	Legacy Reinsurance, LLC	Burlington		100,0
630	Liegenschaft Hainstraße GbR	Frankfurt	2	0,0
631	Long-Tail Risk Insurers, Ltd.	Hamilton		100,0
632	Luxembourg Family Office S.A.	Luxemburgo		100,0
633	LWC Nominees Limited	Auckland		100,0
634	MAC Investments Ltd.	George Town		100,0
635	Maher 1210 Corbin LLC	Wilmington		100,0
636	Maher Chassis Management LLC	Wilmington		100,0
637	Maher Terminals Holding Corp.	Toronto		100,0
638	Maher Terminals LLC	Wilmington		100,0
639	Maher Terminals Logistics Systems LLC	Wilmington		100,0
640	Maher Terminals USA, LLC	Wilmington		100,0
641	Maritime Indemnity Insurance Co. Ltd.	Hamilton		100,0
642	Maxblue Americas Holdings, S.A.	Madrid		100,0
643	Mayfair Center, Inc.	Wilmington		100,0
644	MEF I Manager, S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
645	MEFIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		62,0
646	MHL Reinsurance Ltd.	Burlington		100,0
647	MIT Holdings, Inc.	Baltimore		100,0
648	"modernes Frankfurt" private Gesellschaft für Stadtentwicklung mbH i. L.	Frankfurt		100,0
649	Morgan Grenfell & Co. Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0
650	Morgan Grenfell Development Capital Holdings Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0
651	Morgan Nominees Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0
652	Mortgage Trading (UK) Limited	Londres		100,0
653	MortgageIT Securities Corp.	Wilmington		100,0
654	MortgageIT, Inc.	Nova Iorque		100,0
655	Mountain Recovery Fund I Y.K.	Tóquio		100,0
656	MRF2 Y.K.	Tóquio		100,0
657	MXB U.S.A., Inc.	Wilmington		100,0
658	Navegator – SGFTC, S.A.	Lisboa		100,0
659	NCKR, LLC	Wilmington		100,0
660	NEPTUNO Verwaltungs- und Treuhand-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Colónia		100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
661	Nevada Mezz 1 LLC	Wilmington		100,0
662	Nevada Parent 1 LLC	Wilmington		100,0
663	Nevada Property 1 LLC	Wilmington		100,0
664	Nevada Restaurant Venture 1 LLC	Wilmington		100,0
665	Nevada Retail Venture 1 LLC	Wilmington		100,0
666	NIDDA Grundstücks- und Beteiligungs-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0
667	Nordwestdeutscher Wohnungsbauträger Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0
668	norisbank GmbH	Berlim		100,0
669	North American Income Fund PLC	Dublin		67,3
670	Novelties Distribution LLC	Wilmington		100,0
671	O.F. Finance, LLC	Wilmington		53,6
672	Office Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
673	OOO "Deutsche Bank"	Moscovo		100,0
674	OPB Verwaltungs- und Beteiligungs-GmbH	Colónia		100,0
675	OPB Verwaltungs- und Treuhand GmbH	Colónia		100,0
676	OPB-Holding GmbH	Colónia		100,0
677	OPB-Nona GmbH	Frankfurt		100,0
678	OPB-Oktava GmbH	Colónia		100,0
679	OPB-Quarta GmbH	Colónia		100,0
680	OPB-Quinta GmbH	Colónia		100,0
681	OPB-Septima GmbH	Colónia		100,0
682	Oppenheim Asset Management Services S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
683	OPPENHEIM Beteiligungs-Treuhand GmbH	Colónia		100,0
684	OPPENHEIM Capital Advisory GmbH	Colónia		100,0
685	Oppenheim Eunomia GmbH	Colónia		100,0
686	OPPENHEIM Flottenfonds V GmbH & Co. KG	Colónia		83,3
687	Oppenheim Fonds Trust GmbH	Colónia		100,0
688	OPPENHEIM Internet Fonds Manager GmbH i. L.	Colónia		100,0
689	Oppenheim Kapitalanlagegesellschaft mbH	Colónia		100,0
690	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Manager GmbH	Colónia		100,0
691	OPPENHEIM PRIVATE EQUITY Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0
692	OPS Nominees Pty Limited	Sydney		100,0
693	OVT Trust 1 GmbH	Colónia		100,0
694	OVV Beteiligungs GmbH	Colónia		100,0
695	PADUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0
696	Pan Australian Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0
697	PB (USA) Holdings, Inc.	Wilmington		100,0
698	PB Capital Corporation	Wilmington		100,0
699	PB Factoring GmbH	Bona		100,0
700	PB Firmenkunden AG	Bona		100,0
701	PB Sechste Beteiligungen GmbH	Bona		100,0
702	PB Spezial-Investmentaktiengesellschaft mit Teilgesellschaftsvermögen	Bona		98,5
703	PBC Banking Services GmbH	Frankfurt		100,0
704	PBC Carnegie, LLC	Wilmington	2	0,0
705	PBC Services GmbH der Deutschen Bank	Frankfurt		100,0
706	PEIF II (Manager) Limited	St. Helier		100,0
707	Pelleport Investors, Inc.	Nova Iorque		100,0
708	Pembol Nominees Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0
709	Percy Limited	Gibraltar		100,0
710	PHARMA/wHEALTH Management Company S.A.	Luxemburgo		99,9
711	Phoebus Investments LP	Wilmington		100,0
712	Pilgrim Financial Services LLP	Wilmington		100,0
713	Plantation Bay, Inc.	St. Thomas		100,0
714	Pollus L.P.	St. Helier		100,0
715	Polydeuce LLC	Wilmington		100,0
716	Portos N.V.	Amesterdão		100,0
717	Postbank Akademie und Service GmbH	Hameln		100,0
718	Postbank Beteiligungen GmbH	Bona		100,0
719	Postbank Direkt GmbH	Bona		100,0
720	Postbank Filial GmbH	Bona		100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
721	Postbank Filialvertrieb AG	Bona		100,0
722	Postbank Finanzberatung AG	Hameln		100,0
723	Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH	Bona		100,0
724	Postbank Immobilien und Baumanagement GmbH & Co. Objekt Leipzig KG	Bona		90,0
725	Postbank Leasing GmbH	Bona		100,0
726	Postbank P.O.S. Transact GmbH	Eschborn		100,0
727	Postbank Service GmbH	Essen		100,0
728	Postbank Systems AG	Bona		100,0
729	Postbank Versicherungsvermittlung GmbH	Bona		100,0
730	Primelux Insurance S.A.	Luxemburgo		100,0
731	Private Equity Asia Select Company III S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
732	Private Equity Global Select Company IV S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
733	Private Equity Global Select Company V S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
734	Private Equity Select Company S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
735	Private Financing Initiatives, S.L.	Barcelona		51,0
736	PS plus Portfolio Software + Consulting GmbH	Rodermark		80,2
737	PT. Deutsche Securities Indonesia	Jacarta		99,0
738	Public joint-stock company “Deutsche Bank DBU”	Kiev		100,0
739	Pyramid Ventures, Inc.	Wilmington		100,0
740	R.B.M. Nominees Pty Ltd	Sydney		100,0
741	registrar services GmbH	Eschborn		100,0
742	Regula Limited	Road Town		100,0
743	REIB Europe Investments Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0
744	REIB International Holdings Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0
745	Rimvalley Limited	Dublin		100,0
746	RMS Investments (Cayman)	George Town		100,0
747	RoCal, L.L.C.	Wilmington		100,0
748	RoCalwest, Inc.	Wilmington		100,0
749	RoPro U.S. Holding, Inc.	Wilmington		100,0
750	Route 28 Receivables, LLC	Wilmington		100,0
751	Royster Fund Management S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
752	RREEF America L.L.C.	Wilmington		100,0
753	RREEF China REIT Management Limited	Hong Kong		100,0
754	RREEF European Value Added I (G.P.) Limited	Londres		100,0
755	RREEF India Advisors Private Limited	Mumbai		100,0
756	RREEF Investment GmbH	Frankfurt		99,9
757	RREEF Management GmbH	Frankfurt		100,0
758	RREEF Management L.L.C.	Wilmington		100,0
759	RREEF Shanghai Investment Consultancy Company	Xangai		100,0
760	RREEF Spezial Invest GmbH	Frankfurt		100,0
761	RTS Nominees Pty Limited	Sydney		100,0
762	Rüd Blass Vermögensverwaltung AG in Liquidation	Zurique		100,0
763	SAB Real Estate Verwaltungs GmbH	Hameln		100,0
764	Sagamore Limited	Londres		100,0
765	SAGITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0
766	Sajima Godo Kaisha	Tóquio	2	0,0
767	Sal. Oppenheim Alternative Investments GmbH	Colónia		100,0
768	Sal. Oppenheim Boulevard Konrad Adenauer S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
769	Sal. Oppenheim Corporate Finance North America Holding LLC	Wilmington		100,0
770	Sal. Oppenheim Global Invest GmbH	Colónia		100,0
771	Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. Kommanditgesellschaft auf Aktien	Colónia		100,0
772	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Beteiligungs GmbH	Colónia		100,0
773	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Komplementär AG	Colónia		100,0
774	Sal. Oppenheim jr. & Cie. Luxembourg S.A.	Luxemburgo		100,0
775	Sal. Oppenheim Private Equity Partners S.A.	Luxembourg		100,0
776	SALOMON OPPENHEIM GmbH i. L.	Colónia		100,0
777	SAPIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0
778	Schiffsbetriebsgesellschaft Brunswik mit beschränkter Haftung	Hamburgo		100,0
779	Service Company Four Limited	Hong Kong		100,0
780	Service Company Three Limited	Hong Kong		100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
781	Sharps SP I LLC	Wilmington		100,0
782	Sherwood Properties Corp.	Wilmington		100,0
783	Shopready Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0
784	Silver Leaf 1 LLC	Wilmington		100,0
785	STC Capital YK	Tóquio		100,0
786	Structured Finance Americas, LLC	Wilmington		100,0
787	Sunbelt Rentals Exchange Inc.	Wilmington		100,0
788	Süddeutsche Vermögensverwaltung Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		100,0
789	TAF 2 Y.K.	Tóquio		100,0
790	Tapeorder Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres		100,0
791	Taunus Corporation	Wilmington		100,0
792	Telefon-Servicegesellschaft der Deutschen Bank mbH	Frankfurt		100,0
793	TELO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		100,0
794	Tempurrite Leasing Limited	Londres		100,0
795	Thai Asset Enforcement and Recovery Asset Management Company Limited	Banguecoque		100,0
796	The World Markets Company GmbH i. L.	Frankfurt		74,8
797	Tilney (Ireland) Limited (in liquidation)	Dublin		100,0
798	Tilney Asset Management International Limited	Porto de S.Pedro		100,0
799	Tilney Group Limited	Liverpool		100,0
800	Tilney Investment Management	Liverpool		100,0
801	TOKOS GmbH	Luetzen-Gostau		100,0
802	Treuinvest Service GmbH	Frankfurt		100,0
803	Trevona Limited	Road Town		100,0
804	Triplereason Limited	Londres		100,0
805	UDS Capital Y.K.	Tóquio		100,0
806	Urbistar Settlement Services, LLC	Harrisburg		100,0
807	US Real Estate Beteiligungs GmbH	Frankfurt		100,0
808	VCG Venture Capital Fonds III Verwaltungs GmbH	Munique		100,0
809	VCG Venture Capital Gesellschaft mbH	Munique		100,0
810	VCG Venture Capital Gesellschaft mbH & Co. Fonds III KG i. L.	Munique	2	37,0
811	VCG Venture Capital Gesellschaft mbH & Co. Fonds III Management KG	Munique	2	26,7
812	VCM MIP III GmbH & Co. KG	Colónia		61,0
813	VCM MIP IV GmbH & Co. KG	Colónia		61,0
814	VCM Treuhand Beteiligungsverwaltung GmbH	Colónia		100,0
815	VCP Treuhand Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0
816	VCP Verwaltungsgesellschaft mbH	Colónia		100,0
817	Vertriebsgesellschaft mbH der Deutschen Bank Privat- und Geschäftskunden	Berlim		100,0
818	Vesta Real Estate S.r.l.	Milão		100,0
819	VI Resort Holdings, Inc.	Nova Iorque	2	0,0
820	VÖB-ZVD Processing GmbH	Frankfurt		100,0
821	Wealthspur Investment Company Limited	Labuan		100,0
822	WEPLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
823	WERDA Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
824	Whale Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
825	Wilmington Trust B6	Wilmington		100,0
826	5000 Yonge Street Toronto Inc.	Toronto		100,0
827	Zürich – Swiss Value AG in Liquidation	Zurique		50,1

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
828	Affordable Housing I LLC	Wilmington		100,0
829	Aggregator Solutions Public Limited Company – Opportunities Fund 2012	Dublin		
830	Allsar Inc.	Wilmington		100,0
831	Almutkirk Limited	Dublin		
832	Andramad Limited	Dublin		
833	Annapolis Funding Trust	Toronto		
834	Apex Fleet Inc.	Wilmington		100,0
835	Aqueduct Capital S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
836	Argentina Capital Protected Investments Limited	George Town	4	
837	Asia 1 Tokutei Mokuteki Kaisha	Tóquio		
838	Asian Hybrid Investments LLP	Singapura	2	0,0
839	Aspen Funding Corp.	Charlotte		
840	Asset Repackaging Trust Five B.V.	Amesterdão	4	
841	Asset Repackaging Trust Six B.V.	Amesterdão	4	
842	Atlas Investment Company 1 S.à r.l.	Luxemburgo		
843	Atlas Investment Company 2 S.à r.l.	Luxemburgo		
844	Atlas Investment Company 3 S.à r.l.	Luxemburgo		
845	Atlas Investment Company 4 S.à r.l.	Luxemburgo		
846	Atlas Portfolio Select SPC	George Town		0,0
847	Atlas SICAV - FIS	Luxemburgo	4	
848	Avizandum Limited	Dublin		
849	Axia Insurance, Ltd.	Hamilton	4	
850	Axiom Shelter Island LLC	San Diego		100,0
851	Azurix AGOSBA S.R.L.	Buenos Aires		100,0
852	Azurix Argentina Holding, Inc.	Wilmington		100,0
853	Azurix Buenos Aires S.A. (en liquidacion)	Buenos Aires		100,0
854	Azurix Cono Sur, Inc.	Wilmington		100,0
855	Azurix Corp.	Wilmington		100,0
856	Azurix Latin America, Inc.	Wilmington		100,0
857	BAL Servicing Corporation	Wilmington		100,0
858	Baltics Credit Solutions Latvia SIA	Riga		
859	BHF Verwaltungs-GmbH	Frankfurt		100,0
860	Bleeker Investments Limited	Wilmington		100,0
861	BNP Paribas Flexi III – Fortis Bond Taiwan	Luxemburgo		
862	BOB Development SRL	Bucareste		
863	BOC Real Property SRL	Bucareste		
864	Bridge No.1 Pty Limited	Sydney		
865	Broome Investments Limited	Wilmington		100,0
866	BT American Securities (Luxembourg), S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
867	Canadian Asset Acquisition Trust 2	Toronto	4	
868	Canal New Orleans Holdings LLC	Dover		
869	Canal New Orleans Hotel LLC	Wilmington		
870	Canal New Orleans Mezz LLC	Dover		
871	Capital Access Program Trust	Wilmington		
872	Capital Solutions Exchange Inc.	Wilmington		100,0
873	Castlebay Asia Flexible Fund SICAV-FIS – Taiwan Bond Fund	Luxemburgo		
874	Cathay Capital (Labuan) Company Limited	Labuan		
875	Cathay Capital Company Limited	Port Louis		9,5
876	Cathay Strategic Investment Company Limited	Hong Kong		
877	Cathay Strategic Investment Company No. 2 Limited	George Town		
878	Cayman Reference Fund Holdings Limited	George Town		
879	Cedar Investment Co.	Wilmington		100,0
880	Cepangie Limited	Dublin		
881	Charitable Luxembourg Four S.à r.l.	Luxemburgo		
882	Charitable Luxembourg Three S.à r.l.	Luxemburgo		
883	Charitable Luxembourg Two S.à r.l.	Luxemburgo		
884	Charlton (Delaware), Inc.	Wilmington		100,0
885	China Recovery Fund LLC	Wilmington		85,0
886	CLASS Limited	St. Helier	4	
887	CNS Cayman Holdings One Limited (in voluntary liquidation)	George Town		100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
888	Concept Fund Solutions Public Limited Company	Dublin	4	2,5
889	Coriolanus Limited	Dublin	4	
890	COUNTS Trust Series 2007 – 3	Newark	4	
891	Crystal CLO, Ltd.	George Town		
892	Danube Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0
893	Dariconic Limited	Dublin		
894	Dawn-BV II LLC	Wilmington		100,0
895	Dawn-BV LLC	Wilmington		100,0
896	Dawn-BV-Helios LLC	Wilmington		100,0
897	Dawn-G II LLC	Wilmington		100,0
898	Dawn-G LLC	Wilmington		100,0
899	Dawn-G-Helios LLC	Wilmington		100,0
900	DB (Barbados) SRL	Christ Church		100,0
901	DB Aircraft Leasing Master Trust	Wilmington	2	0,0
902	DB Aircraft Leasing Master Trust II	Wilmington	2	0,0
903	DB Alternative Strategies Limited	George Town		100,0
904	DB Apex (Luxembourg) S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
905	DB Apex Finance Limited	St. Julians		90,0
906	DB Apex Management Capital S.C.S.	Luxemburgo		100,0
907	DB Apex Management Income S.C.S.	Luxemburgo		100,0
908	DB Apex Management Limited	George Town		100,0
909	DB Asia Pacific Holdings Limited	George Town		100,0
910	DB Aster II, LLC	Wilmington		100,0
911	DB Aster III, LLC	Wilmington		100,0
912	DB Aster, Inc.	Wilmington		100,0
913	DB Aster, LLC	Wilmington		100,0
914	DB Capital Investments S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
915	DB Chambers Limited	George Town		100,0
916	DB Clyde, LLC	Wilmington		100,0
917	DB Covered Bond S.r.l.	Conegliano		90,0
918	DB Credit Investments S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
919	DB Dawn, Inc.	Wilmington		100,0
920	DB Elara LLC	Wilmington		100,0
921	DB ESC Corporation	Wilmington		100,0
922	db ETC Index plc	St. Helier	4	
923	db ETC plc	St. Helier	4	
924	DB Galil Finance, Inc.	Wilmington		100,0
925	DB Ganymede 2006 L.P.	George Town		100,0
926	DB Global Markets Multi-Strategy Fund I Ltd.	George Town		100,0
927	DB Global Masters Multi-Strategy Trust	George Town		100,0
928	DB Global Masters Trust	George Town	4	
929	DB Green Holdings Corp.	Wilmington		100,0
930	DB Green, Inc.	Nova Iorque		100,0
931	DB Hawks Nest, Inc.	Wilmington		100,0
932	DB Horizon, Inc.	Wilmington		100,0
933	DB Hypernova LLC	Wilmington		100,0
934	DB Immobilienfonds 1 Wieland KG	Frankfurt		
935	DB Immobilienfonds 2 GmbH & Co. KG	Frankfurt		74,0
936	DB Immobilienfonds 4 GmbH & Co. KG	Frankfurt		0,2
937	DB Immobilienfonds 5 Wieland KG	Frankfurt		
938	DB Impact Investment (GP) Limited	Londres		100,0
939	DB Infrastructure Holdings (UK) No. 1 Limited	Londres		100,0
940	DB Infrastructure Holdings (UK) No. 2 Limited	Londres		100,0
941	DB Investment Resources (US) Corporation	Wilmington		100,0
942	DB Investment Resources Holdings Corp.	Wilmington		100,0
943	DB Io LP	Wilmington		100,0
944	DB Jasmine Holdings Limited	Londres		100,0
945	DB Lexington Investments Inc.	Wilmington		100,0
946	DB Like-Kind Exchange Services Corp.	Wilmington		100,0
947	DB Litigation Fee LLC	Wilmington		100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
948	DB Master Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados de Precatórios Federais	Rio de Janeiro		100,0
949	DB Perry Investments Limited	Wilmington		100,0
950	DB Platinum	Luxemburgo	4	3,5
951	DB Platinum II	Luxemburgo	4	5,2
952	DB Platinum IV	Luxemburgo	4	5,9
953	DB Portfolio Euro Liquidity	Luxemburgo		
954	DB Prevision 16, FP	Madrid		
955	DB RC Investments I, LLC	Wilmington		100,0
956	DB Rivington Investments Limited	George Town		100,0
957	DB Safe Harbour Investment Projects Limited	Londres		100,0
958	DB STG Lux 3 S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
959	DB STG Lux 4 S.à r.l.	Luxemburgo		100,0
960	DB Sylvester Funding Limited	George Town		100,0
961	DB Warren Investments Limited	George Town		100,0
962	db x-trackers	Luxemburgo	4	2,7
963	db x-trackers (Proprietary) Limited	Joanesburgo		100,0
964	db x-trackers II	Luxemburgo	4	10,7
965	dbInvestor Solutions Public Limited Company	Dublin	4	
966	DBRMS4	George Town		100,0
967	DBX ETF Trust	Wilmington	4	
968	De Heng Asset Management Company Limited	Pequim		
969	DeAM Capital Protect 2014	Frankfurt		
970	DeAM Capital Protect 2019	Frankfurt		
971	DeAM Capital Protect 2024	Frankfurt		
972	DeAM Capital Protect 2029	Frankfurt		
973	DeAM Capital Protect 2034	Frankfurt		
974	DeAM Capital Protect 2039	Frankfurt		
975	DeAM Capital Protect 2044	Frankfurt		
976	DeAM Capital Protect 2049	Frankfurt		
977	Deco 17 – Pan Europe 7 Limited	Dublin		
978	Deer River, L.P.	Wilmington		100,0
979	Deutsche Alt-A Securities Mortgage Loan Trust, Series 2007-3	Wilmington		
980	Deutsche Alt-A Securities Mortgage Loan Trust, Series 2007-OA5	Wilmington		
981	Deutsche Bank Capital Finance LLC I	Wilmington		100,0
982	Deutsche Bank Capital Finance Trust I	Wilmington	2	0,0
983	Deutsche Bank Capital Funding LLC I	Wilmington		100,0
984	Deutsche Bank Capital Funding LLC IV	Wilmington		100,0
985	Deutsche Bank Capital Funding LLC IX	Wilmington		100,0
986	Deutsche Bank Capital Funding LLC V	Wilmington		100,0
987	Deutsche Bank Capital Funding LLC VI	Wilmington		100,0
988	Deutsche Bank Capital Funding LLC VII	Wilmington		100,0
989	Deutsche Bank Capital Funding LLC VIII	Wilmington		100,0
990	Deutsche Bank Capital Funding LLC X	Wilmington		100,0
991	Deutsche Bank Capital Funding LLC XI	Wilmington		100,0
992	Deutsche Bank Capital Funding Trust I	Newark	2	0,0
993	Deutsche Bank Capital Funding Trust IV	Wilmington	2	0,0
994	Deutsche Bank Capital Funding Trust IX	Wilmington	2	0,0
995	Deutsche Bank Capital Funding Trust V	Wilmington	2	0,0
996	Deutsche Bank Capital Funding Trust VI	Wilmington	2	0,0
997	Deutsche Bank Capital Funding Trust VII	Wilmington	2	0,0
998	Deutsche Bank Capital Funding Trust VIII	Wilmington	2	0,0
999	Deutsche Bank Capital Funding Trust X	Wilmington	2	0,0
1000	Deutsche Bank Capital Funding Trust XI	Wilmington	2	0,0
1001	Deutsche Bank Capital LLC I	Wilmington		100,0
1002	Deutsche Bank Capital LLC II	Wilmington		100,0
1003	Deutsche Bank Capital LLC III	Wilmington		100,0
1004	Deutsche Bank Capital LLC IV	Wilmington		100,0
1005	Deutsche Bank Capital LLC V	Wilmington		100,0
1006	Deutsche Bank Capital Trust I	Newark	2	0,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
1007	Deutsche Bank Capital Trust II	Newark	2	0,0
1008	Deutsche Bank Capital Trust III	Newark	2	0,0
1009	Deutsche Bank Capital Trust IV	Newark	2	0,0
1010	Deutsche Bank Capital Trust V	Newark	2	0,0
1011	Deutsche Bank Contingent Capital LLC I	Wilmington		100,0
1012	Deutsche Bank Contingent Capital LLC II	Wilmington		100,0
1013	Deutsche Bank Contingent Capital LLC III	Wilmington		100,0
1014	Deutsche Bank Contingent Capital LLC IV	Wilmington		100,0
1015	Deutsche Bank Contingent Capital LLC V	Wilmington		100,0
1016	Deutsche Bank Contingent Capital Trust I	Wilmington	2	0,0
1017	Deutsche Bank Contingent Capital Trust II	Wilmington	2	0,0
1018	Deutsche Bank Contingent Capital Trust III	Wilmington	2	0,0
1019	Deutsche Bank Contingent Capital Trust IV	Wilmington	2	0,0
1020	Deutsche Bank Contingent Capital Trust V	Wilmington	2	0,0
1021	Deutsche Bank Luxembourg S.A. – Fiduciary Deposits	Luxemburgo	4	
1022	Deutsche Bank Luxembourg S.A. – Fiduciary Note Programme	Luxemburgo	4	
1023	Deutsche Bank SPEARs/LIFERs Trusts (DB Series)	Wilmington	5	
1024	Deutsche Colombia S.A.	Bogotá		100,0
1025	Deutsche GUO Mao Investments (Netherlands) B.V.	Amesterdão		100,0
1026	Deutsche Leasing New York Corp.	Nova Iorque		100,0
1027	Deutsche Mortgage Securities, Inc. Re-Remic Trust Certificates, Series 2007-RS3	Nova Iorque		
1028	Deutsche Mortgage Securities, Inc. Re-Remic Trust Certificates, Series 2007-RS4	Nova Iorque		
1029	Deutsche Mortgage Securities, Inc. Re-Remic Trust Certificates, Series 2007-RS5	Nova Iorque		
1030	Deutsche Mortgage Securities, Inc. Re-Remic Trust Certificates, Series 2007-RS6	Nova Iorque		
1031	Deutsche Mortgage Securities, Inc. Series 2009-RS4	Santa Ana		
1032	Deutsche Postbank Funding LLC I	Wilmington		100,0
1033	Deutsche Postbank Funding LLC II	Wilmington		100,0
1034	Deutsche Postbank Funding LLC III	Wilmington		100,0
1035	Deutsche Postbank Funding LLC IV	Wilmington		100,0
1036	Deutsche Postbank Funding Trust I	Wilmington	2	0,0
1037	Deutsche Postbank Funding Trust II	Wilmington	2	0,0
1038	Deutsche Postbank Funding Trust III	Wilmington	2	0,0
1039	Deutsche Postbank Funding Trust IV	Wilmington	2	0,0
1040	Deutsche Services Polska Sp. z o.o.	Varsóvia		100,0
1041	DISKUS Einhundertachtundneunzigste Beteiligungs- und Verwaltungs-GmbH	Frankfurt		
1042	DJ Williston Swaps LLC	Wilmington		100,0
1043	Dusk II, LLC	Wilmington		100,0
1044	Dusk LLC	Wilmington		100,0
1045	DWS (CH) – Pension Garant 2014	Zurique		
1046	DWS (CH) – Pension Garant 2017	Zurique		
1047	DWS China A-Fund	Luxemburgo	4	76,9
1048	DWS Dividende Garant 2016	Luxemburgo		
1049	DWS FlexPension I	Luxemburgo		
1050	DWS Funds Global Protect 90	Luxemburgo		
1051	DWS Garant 80 FPI	Luxemburgo		
1052	DWS Garant Top Dividende 2018	Luxemburgo		
1053	DWS Global Protect 80	Luxemburgo		
1054	DWS Institutional Money plus	Luxemburgo		
1055	DWS Institutional OptiCash (EUR)	Luxemburgo		
1056	DWS Institutional Rendite 2017	Luxemburgo		
1057	DWS Institutional USD Money plus	Luxemburgo		
1058	DWS Mauritius Company	Port Louis		100,0
1059	DWS Megatrend Performance 2016	Luxemburgo		
1060	DWS Performance Rainbow 2015	Luxemburgo		
1061	DWS Performance Select 2014	Luxemburgo		
1062	DWS Rendite Garant 2015	Luxemburgo		
1063	DWS Rendite Garant 2015 II	Luxemburgo		
1064	DWS SachwertStrategie Protekt Plus	Luxemburgo		
1065	DWS Zeitwert Protect	Luxemburgo		
1066	Earls Eight Limited	George Town	4	

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
1067	Earls Four Limited	George Town	4	
1068	Earls Seven Limited	George Town	4	
1069	EARLS Trading Limited	George Town		
1070	1221 East Denny Owner, LLC	Wilmington		
1071	ECT Holdings Corp.	Wilmington		100,0
1072	Einkaufszentrum "HVD Dresden" S.à.r.l & Co. KG	Colónia		
1073	Eirles Three Limited	Dublin	4	
1074	Eirles Two Limited	Dublin	4	
1075	Elmo Funding GmbH	Eschborn		100,0
1076	Elmo Leasing Dreizehnte GmbH	Eschborn		100,0
1077	Elmo Leasing Elfte GmbH	Eschborn		100,0
1078	Elmo Leasing Vierzehnte GmbH	Eschborn		100,0
1079	Emerald Asset Repackaging Limited	Dublin		100,0
1080	Emerging Markets Capital Protected Investments Limited	George Town	4	
1081	Emeris	George Town		
1082	Enterprise Fleet Management Exchange, Inc.	Wilmington		100,0
1083	Equinox Credit Funding Public Limited Company	Dublin	4	
1084	Erste Frankfurter Hoist GmbH	Eschborn		100,0
1085	Escoyla Limited	Dublin		
1086	ETFS Industrial Metal Securities Limited	St. Helier	4	
1087	Eurohome (Italy) Mortgages S.r.l.	Conegliano		
1088	Fandaro Limited	Dublin		
1089	Feale Sp. z o.o.	Wolica		
1090	Film Asset Securitization Trust 2009-1	Nova Iorque		
1091	Finaqua Limited	Londres		
1092	Flagship VII Limited	George Town		
1093	Fortis Flexi IV - Bond Medium Term RMB	Luxemburgo		100,0
1094	Four Corners CLO III, Ltd.	George Town		50,1
1095	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Global Markets	Rio de Janeiro		100,0
1096	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nao-Padronizados – Precatório Federal 4870-1	Rio de Janeiro		100,0
1097	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nao-Padronizados – Precatórios Federais DB I	Rio de Janeiro		100,0
1098	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nao-Padronizados – Precatórios Federais DB II	Rio de Janeiro		100,0
1099	Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Nao-Padronizados Global Markets	Rio de Janeiro		100,0
1100	G.O. III Luxembourg Oxford S.à r.l.	Luxemburgo		
1101	GAC-HEL II, Inc.	Wilmington		100,0
1102	GAC-HEL, Inc.	Wilmington		100,0
1103	GEM ERI Limited	George Town		
1104	Gemini Securitization Corp., LLC	Boston		
1105	GGGolf, LLC	Wilmington		100,0
1106	Glacier Mountain, L.P.	Wilmington		100,0
1107	Global Credit Reinsurance Limited	Hamilton	4	
1108	Global Markets Fundo de Investimento Multimercado	Rio de Janeiro		100,0
1109	Global Markets III Fundo de Investimento Multimercado – Crédito Privado e Investimento No Exterior	Rio de Janeiro		100,0
1110	Global Opportunities Co-Investment Feeder, LLC	Wilmington		
1111	Global Opportunities Co-Investment, LLC	Wilmington		
1112	Godo Kaisha CKRF8	Tóquio		
1113	Greene Investments Limited (in voluntary liquidation)	George Town		100,0
1114	GSAM ALPS Fund EUR	George Town		
1115	GSAM ALPS Fund USD	George Town		
1116	GWC-GAC Corp.	Wilmington		100,0
1117	HAH Limited	Londres		100,0
1118	Hamildak Limited	Dublin		
1119	Harbour Finance Limited	Dublin		
1120	HCA Exchange, Inc.	Wilmington		100,0
1121	Herodotus Limited	George Town	2	0,0
1122	Hertz Car Exchange Inc.	Wilmington		100,0
1123	Hotel Majestic LLC	Wilmington		100,0
1124	Infrastructure Holdings (Cayman) SPC	George Town		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
1125	Inn Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0
1126	Investor Solutions Limited	St. Helier	4	
1127	Isar Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0
1128	ITAPEVA II Multicarteira FIDC Não-Padronizado	São Paulo		100,0
1129	ITAPEVA Multicarteira FIDC Não-Padronizado	São Paulo		100,0
1130	IVAF (Jersey) Limited	St. Helier		
1131	Ixion Public Limited Company	Dublin	4	
1132	Jovian Limited	Douglas		
1133	JWB Leasing Limited Partnership	Londres		100,0
1134	Kelsey Street LLC	Wilmington		100,0
1135	Kelvivo Limited	Dublin		
1136	Kingfisher Canada Holdings LLC	Wilmington		100,0
1137	Kingfisher Holdings LLC	Wilmington		100,0
1138	KOMPASS 3 Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0
1139	KOMPASS 3 Erste Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Euro KG	Düsseldorf		96,1
1140	KOMPASS 3 Zweite Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. USD KG	Düsseldorf		97,0
1141	La Fayette Dedicated Basket Ltd.	Road Town		
1142	Lagoon Finance Limited	Dublin	4	
1143	Latin America Recovery Fund LLC	Wilmington		100,0
1144	Lemontree Investments GmbH & Co. KG	Berlim		
1145	Leo Consumo 1 S.r.l.	Conegliano		
1146	Leo Consumo 2 S.r.l.	Conegliano		70,0
1147	87 Leonard Development LLC	Wilmington		100,0
1148	Leonardo Charitable 1 LLC	Wilmington		9,9
1149	Life Mortgage S.r.l.	Roma		
1150	Luscina Limited	Dublin		
1151	MacDougal Investments Limited	Wilmington		100,0
1152	Mallard Place, Inc.	Wilmington		100,0
1153	Manta Acquisition LLC	Wilmington		100,0
1154	Manta Group LLC	Wilmington		100,0
1155	Mars Investment Trust II	Nova Iorque		100,0
1156	Mars Investment Trust III	Nova Iorque		100,0
1157	Mars Propco 26 S.à r.l.	Munsbach		
1158	Mars Propco 27 S.à r.l.	Munsbach		
1159	Mars Propco 28 S.à r.l.	Munsbach		
1160	Mars Propco 29 S.à r.l.	Munsbach		
1161	Mars Propco 30 S.à r.l.	Munsbach		
1162	Mars Propco 31 S.à r.l.	Munsbach		
1163	Mars Propco 32 S.à r.l.	Munsbach		
1164	Mars Propco 34 S.à r.l.	Munsbach		
1165	Mars Propco 35 S.à r.l.	Munsbach		
1166	Mars Propco 36 S.à r.l.	Munsbach		
1167	Mars Propco 37 S.à r.l.	Munsbach		
1168	Mars Propco 40 S.à r.l.	Munsbach		
1169	Mars Propco 6 S.à r.l.	Munsbach		
1170	Mars Propco 8 S.à r.l.	Munsbach		
1171	Master Aggregation Trust	Wilmington		
1172	Maxima Alpha Bomaral Limited (in liquidation)	St. Helier		
1173	Mercer Investments Limited	Wilmington		100,0
1174	Merlin I	George Town		
1175	Merlin II	George Town		
1176	Merlin XI	George Town		
1177	Mexico Capital Protected Investments Limited	George Town	4	
1178	Miami MEI, LLC	Dover	2	0,0
1179	Micro-E Finance S.r.l.	Roma		
1180	Mira GmbH & Co. KG	Frankfurt		100,0
1181	MMCapS Funding XVIII Ltd. – Resecuritization Trust 2010-RS1	Wilmington		
1182	MMDB Noonmark L.L.C.	Wilmington		100,0
1183	Montage Funding LLC	Dover		
1184	Monterey Funding LLC	Wilmington		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
1185	Moon Leasing Limited	Londres		100,0
1186	Motion Picture Productions One GmbH & Co. KG	Frankfurt		100,0
1187	MPP Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
1188	Netron Investment SRL	Bucareste		
1189	New 87 Leonard, LLC	Wilmington		100,0
1190	Newhall LLC	Wilmington		100,0
1191	Newport Funding Corp.	Charlotte		
1192	Nineco Leasing Limited	Londres		100,0
1193	North Las Vegas Property LLC	Wilmington		100,0
1194	Northern Pines Funding, LLC	Dover		100,0
1195	Norvadano Limited	Dublin		
1196	Oakwood Properties Corp.	Wilmington		100,0
1197	Oasis Securitisation S.r.l.	Conegliano	2	0,0
1198	Oder Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0
1199	Odin Mortgages Limited	Londres		
1200	Okanagan Funding Trust	Toronto		
1201	Oona Solutions, Fonds Commun de Placement	Luxemburgo	4	
1202	OPAL, en liquidation volontaire	Luxemburgo	4	
1203	Operadora de Buenos Aires S.R.L.	Buenos Aires		100,0
1204	OPPENHEIM Flottenfonds IV GmbH & Co. KG	Colónia	2	0,0
1205	Opus Niestandaryzowany Sekurytyzacyjny Fundusz Inwestycyjny Zamkniety	Varsóvia		
1206	Oran Limited	George Town		
1207	OTTAM Mexican Capital Trust Limited	Dublin	4	
1208	Owner Trust MSN 199	Salt Lake City		
1209	Owner Trust MSN 23336	Salt Lake City		
1210	Owner Trust MSN 23337	Salt Lake City		
1211	Owner Trust MSN 23338	Salt Lake City		
1212	Owner Trust MSN 23344	Salt Lake City		
1213	Owner Trust MSN 240	Salt Lake City		
1214	Owner Trust MSN 241	Salt Lake City		
1215	Owner Trust MSN 24452	Salt Lake City		
1216	Owner Trust MSN 24453	Salt Lake City		
1217	Owner Trust MSN 24788	Salt Lake City		
1218	Owner Trust MSN 25259	Salt Lake City		
1219	Owner Trust MSN 25884	Salt Lake City		
1220	Owner Trust MSN 264	Salt Lake City		
1221	Owner Trust MSN 27833	Salt Lake City		
1222	Owner Trust MSN 87	Salt Lake City		
1223	Owner Trust MSN 88	Salt Lake City		
1224	Oystermouth Holding Limited	Nicósia		
1225	Palladium Securities 1 S.A.	Luxemburgo	4	
1226	Palladium Trust	George Town	4	
1227	PALLO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0
1228	PALLO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Seniorenresidenzen KG	Düsseldorf		
1229	PanAsia Funds Investments Ltd.	George Town	4	
1230	PARTS Funding, LLC	Wilmington		100,0
1231	PARTS Student Loan Trust 2007-CT1	Wilmington		100,0
1232	PARTS Student Loan Trust 2007-CT2	Wilmington		100,0
1233	PB Hollywood I Hollywood Station, LLC	Dover	2	0,0
1234	PB Hollywood II Lofts, LLC	Dover	2	0,0
1235	Peruda Leasing Limited	Londres		100,0
1236	Perus 1 S.à r.l.	Luxemburgo		
1237	Philippine Opportunities for Growth and Income (SPV-AMC), INC.	Manila		95,0
1238	PIMCO PARS I – Poste Vite	George Town		
1239	PIMCO PARS V – Poste Vite	George Town		
1240	PMG Collins, LLC	Tallahassee		100,0
1241	Port Elizabeth Holdings LLC	Wilmington		100,0
1242	Postbank Dynamik Best Garant	Schuttrange		
1243	Postbank Dynamik DAX Garant II	Schuttrange		
1244	Postbank Dynamik Klima Garant	Schuttrange		

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
1245	Postbank Dynamik Zukunftschancen Garant	Schuttrange		
1246	Postbank Dynamik Zukunftschancen Garant II	Schuttrange		
1247	PPCenter, Inc.	Wilmington		100,0
1248	Prince Rupert Luxembourg S.à r.l.	Senningerberg		100,0
1249	PROVIDE Domicile 2009-1 GmbH	Frankfurt		
1250	Pyxis Nautica S.A.	Luxemburgo		
1251	Quantum 13 LLC	Wilmington		49,0
1252	Quartz No. 1 S.A.	Luxemburgo	2	0,0
1253	R/H Hawthorne Plaza Associates, LLC	Wilmington		
1254	Reade, Inc.	Wilmington		100,0
1255	Red Lodge, L.P.	Wilmington		100,0
1256	Reference Capital Investments Limited	Londres		100,0
1257	Regal Limited	George Town	4	
1258	REO Properties Corporation	Wilmington		100,0
1259	REO Properties Corporation II	Wilmington	2	0,0
1260	Residential Mortgage Funding Trust	Toronto		
1261	Rhein-Main Securitisation Limited	St. Helier		
1262	Rheingold Securitisation Limited	St. Helier		
1263	Rhine Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0
1264	RHOEN 2008-1 GmbH	Frankfurt		
1265	Ripple Creek, L.P.	Wilmington		100,0
1266	Riverside Funding LLC	Dover		
1267	RM Ayr Limited	Dublin		
1268	RM Chestnut Limited	Dublin		
1269	RM Fife Limited	Dublin		
1270	RM Multi-Asset Limited	Dublin		
1271	RM Sussex Limited	Dublin		
1272	RM Triple-A Limited	Dublin		
1273	Royster Fund – Compartment JULY 2013	Luxemburgo		100,0
1274	Royster Fund – Compartment SEPTEMBER 2013	Luxemburgo		100,0
1275	RREEF G.O. III Luxembourg One S.à r.l.	Luxemburgo		
1276	RREEF G.O. III Malta Limited	Valeta		
1277	RREEF G.O. III Mauritius One Limited	Port Louis		
1278	RREEF G.O. III Mauritius Two Limited	Port Louis		
1279	RREEF Global Opportunities Fund III, LLC	Wilmington		
1280	RREEF North American Infrastructure Fund A, L.P.	Wilmington		99,9
1281	RREEF North American Infrastructure Fund B, L.P.	Wilmington		99,9
1282	SABRE Securitisation Limited	Sydney		
1283	Saratoga Funding Corp., LLC	Wilmington		
1284	Schiffsbetriebsgesellschaft FINNA mbH	Hamburgo		100,0
1285	Schiffsbetriebsgesellschaft GRIMA mbH	Hamburgo		100,0
1286	Sedona Capital Funding Corp., LLC	Charlotte		
1287	Serviced Office Investments Limited	St. Helier		100,0
1288	Silrendel, S. de R. L. de C. V.	Cidade do México		100,0
1289	Singer Island Tower Suite LLC	Wilmington		100,0
1290	SIRES-STAR Limited	George Town	4	
1291	Sixco Leasing Limited	Londres		100,0
1292	SMART SME CLO 2006-1, Ltd.	George Town		
1293	SOLIDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		100,0
1294	SP Mortgage Trust	Wilmington		100,0
1295	SPAN No. 5 Pty Limited	Sydney		
1296	SS Aggregation Trust	Wilmington		
1297	Stewart-Denny Holdings, LLC	Wilmington		
1298	STTN, Inc.	Wilmington		100,0
1299	Sunrise Beteiligungsgesellschaft mbH	Frankfurt		100,0
1300	Survey Trust	Wilmington		
1301	Swabia 1 Limited	Dublin		
1302	Swabia 1. Vermögensbesitz-GmbH	Eschborn		100,0
1303	SWIP Capital Trust	Londres		100,0
1304	Sylvester (2001) Limited	George Town		100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
1305	Tagus – Sociedade de Titularização de Creditos, S.A.	Lisboa		100,0
1306	Thaumat Holdings Limited	Nicósia		
1307	The CAP Accumulation Trust	Wilmington		
1308	The Debt Redemption Fund Limited	George Town		99,8
1309	The GIII Accumulation Trust	Wilmington		
1310	The GPR Accumulation Trust	Wilmington		
1311	The Life Accumulation Trust	Wilmington		
1312	The Life Accumulation Trust II	Wilmington		
1313	The Life Accumulation Trust III	Wilmington		
1314	The Life Accumulation Trust IV	Wilmington		
1315	The Life Accumulation Trust IX	Wilmington		
1316	The Life Accumulation Trust V	Wilmington		
1317	The Life Accumulation Trust VIII	Wilmington		
1318	The Life Accumulation Trust X	Wilmington		
1319	The Life Accumulation Trust XI	Wilmington		
1320	The Life Accumulation Trust XII	Wilmington		
1321	The PEB Accumulation Trust	Wilmington		
1322	The SLA Accumulation Trust	Wilmington		
1323	The Topiary Fund II Public Limited Company	Dublin		18,0
1324	Tintin III SPC	George Town		
1325	Titian CDO Public Limited Company	Dublin	4	
1326	Tokutei Mokuteki Kaisha CREP Investment V	Tóquio	2	0,0
1327	TQI Exchange, LLC	Wilmington		100,0
1328	Trave Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0
1329	TRS 1 LLC	Wilmington		100,0
1330	TRS Aria LLC	Wilmington		100,0
1331	TRS Babson I LLC	Wilmington		100,0
1332	TRS Bluebay LLC	Wilmington		100,0
1333	TRS Bruin LLC	Wilmington		100,0
1334	TRS Callisto LLC	Wilmington		100,0
1335	TRS Camulos LLC	Wilmington		100,0
1336	TRS Cypress LLC	Wilmington		100,0
1337	TRS DB OH CC Fund Financing LLC	Wilmington		100,0
1338	TRS Eclipse LLC	Wilmington		100,0
1339	TRS Elara LLC	Wilmington		100,0
1340	TRS Elgin LLC	Wilmington		100,0
1341	TRS Elm LLC	Wilmington		100,0
1342	TRS Feingold O'Keeffe LLC	Wilmington		100,0
1343	TRS Fore LLC	Wilmington		100,0
1344	TRS Ganymede LLC	Wilmington		100,0
1345	TRS GSC Credit Strategies LLC	Wilmington		100,0
1346	TRS Haka LLC	Wilmington		100,0
1347	TRS HY FNDS LLC	Wilmington		100,0
1348	TRS Io LLC	Wilmington		100,0
1349	TRS Landsbanki Islands LLC	Wilmington		100,0
1350	TRS Leda LLC	Wilmington		100,0
1351	TRS Metis LLC	Wilmington		100,0
1352	TRS Plainfield LLC	Wilmington		100,0
1353	TRS Poplar LLC	Wilmington		100,0
1354	TRS Quogue LLC	Wilmington		100,0
1355	TRS Scorpio LLC	Wilmington		100,0
1356	TRS SeaCliff LLC	Wilmington		100,0
1357	TRS Stag LLC	Wilmington		100,0
1358	TRS Stark LLC	Wilmington		100,0
1359	TRS SVCO LLC	Wilmington		100,0
1360	TRS Sycamore LLC	Wilmington		100,0
1361	TRS Thebe LLC	Wilmington		100,0
1362	TRS Tupelo LLC	Wilmington		100,0
1363	TRS Venor LLC	Wilmington		100,0
1364	TRS Watermill LLC	Wilmington		100,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
1365	TXH Trust	Wilmington		
1366	Varick Investments Limited	Wilmington		100,0
1367	VCM Golding Mezzanine GmbH & Co. KG	Munique	6	0,0
1368	VEXCO, LLC	Wilmington		100,0
1369	Village Hospitality LLC	Wilmington		100,0
1370	Volga Investments Limited	Dublin		
1371	Whispering Woods LLC	Wilmington		100,0
1372	Whistling Pines LLC	Wilmington		100,0
1373	Winchester Street PLC	Londres	4	
1374	World Trading (Delaware) Inc.	Wilmington		100,0
1375	ZALLUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0
1376	Zamalik Limited	Dublin		
1377	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0
1378	ZARAT Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Leben II KG	Düsseldorf		97,6
1379	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0
1380	ZELAS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Leben I KG	Düsseldorf		97,9
1381	Zugspitze 2008-1 GmbH	Frankfurt		
1382	Zumirez Drive LLC	Wilmington		100,0
1383	ZURET Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
1384	AcadiaSoft, Inc.	Wilmington		5,8
1385	Afinia Capital Group Limited	Hamilton		40,0
1386	AKA Ausfuhrkredit-Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		28,8
1387	Argantis GmbH	Colônia		50,0
1388	Atriax Holdings Limited (in members' voluntary liquidation)	Southend-on-Sea		25,0
1389	Avacomm GmbH i. L.	Holzkirchen		27,5
1390	Baigo Capital Partners Fund 1 Parallel 1 GmbH & Co. KG	Bad Soden am Taunus		49,8
1391	BANKPOWER GmbH Personaldienstleistungen	Frankfurt		30,0
1392	BATS Global Markets, Inc.	Wilmington		6,7
1393	Bestra Gesellschaft für Vermögensverwaltung mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		49,0
1394	BFDB Tax Credit Fund 2011, Limited Partnership	Nova Iorque	7	99,9
1395	BHS tabletop AG	Selb		28,9
1396	Biopsytec Holding AG i. L.	Berlim		43,1
1397	BVT-CAM Private Equity Beteiligungs GmbH	Gruenwald		50,0
1398	BVT-CAM Private Equity Management & Beteiligungs GmbH	Gruenwald		50,0
1399	Caherciveen Partners, LLC	Chicago		20,0
1400	Comfund Consulting Limited	Bangalore		30,0
1401	Craigs Investment Partners Limited	Tauranga		49,9
1402	DB Development Holdings Limited	Lárnaca		49,0
1403	DB Funding (Gibraltar) Limited	Gibraltar	7	100,0
1404	DB Real Estate Global Opportunities IB (Offshore), L.P.	Camana Bay		34,6
1405	DBG Eastern Europe II Limited Partnership	St. Helier		25,9
1406	DD Konut Finansman A.S.	Sisli		49,0
1407	Deutsche Börse Commodities GmbH	Eschborn		16,2
1408	Deutsche Financial Capital I Corp.	Greensboro		50,0
1409	Deutsche Financial Capital Limited Liability Company	Greensboro		50,0
1410	Deutsche Gulf Finance	Riade		40,0
1411	Deutsche Regis Partners Inc	Makati-City		49,0
1412	Deutsche TISCO Investment Advisory Company Limited	Banguecoque		49,0
1413	Deutsche Zurich Pensiones Entidad Gestora de Fondos de Pensiones, S.A.	Barcelona		50,0
1414	Deutscher Pensionsfonds Aktiengesellschaft	Bona		25,1
1415	DIL Internationale Leasinggesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0
1416	DMG & Partners Securities Pte Ltd	Singapura		49,0
1417	Domus Beteiligungsgesellschaft der Privaten Bausparkassen mbH	Berlim		21,1
1418	DPG Deutsche Performancemessungs-Gesellschaft für Wertpapierportfolios mbH	Frankfurt		20,0
1419	Elbe Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0
1420	EOL2 Holding B.V.	Amesterdão		45,0
1421	eolec	Issy-les-Moulineaux		33,3
1422	equiNotes Management GmbH	Düsseldorf		50,0
1423	Erica Società a Responsabilità Limitata	Milão		40,0
1424	EVROENERGIAKI S.A.	Alexandroupolis		40,0
1425	Finance in Motion GmbH	Frankfurt		19,9
1426	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. "Leipzig-Magdeburg" KG	Bad Homburg		40,7
1427	Fünfte SAB Treuhand und Verwaltung GmbH & Co. Dresden "Louisenstraße" KG	Bad Homburg		30,6
1428	G.O. IB-SIV Feeder, L.L.C.	Wilmington		15,7
1429	German Access Fund L.P.	Londres	7	100,0
1430	German Public Sector Finance B.V.	Amesterdão		50,0
1431	Gesellschaft bürgerlichen Rechts Industrie- und Handelskammer/Rheinisch-Westfälische Börse	Düsseldorf		10,0
1432	Gesellschaft für Kreditsicherung mit beschränkter Haftung	Berlim		36,7
1433	giropay GmbH	Frankfurt		33,3
1434	Gordian Knot Limited	Londres		32,4
1435	Graphite Resources (Knightsbridge) Limited	Newcastle upon Tyne		45,0
1436	Graphite Resources Holdings Limited	Newcastle upon Tyne	7	70,0
1437	Great Future International Limited	Road Town		43,0
1438	Grundstücksgesellschaft Köln-Ossendorf VI GbR	Troisdorf		44,9
1439	Grundstücksgesellschaft Leipzig Petersstraße GbR	Troisdorf		33,2
1440	Harvest Fund Management Company Limited	Xangai		30,0
1441	Hua Xia Bank Company Limited	Pequim		19,9
1442	Huamao Property Holdings Ltd.	George Town	8	0,0
1443	Huarong Rongde Asset Management Company Limited	Pequim		40,7

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
1444	Hydro S.r.l.	Roma		45,0
1445	I.B.T. Lighting S.p.A.	Milão		34,0
1446	iCON Infrastructure Management Limited	Porto de S.Pedro	7	99,0
1447	ILV Immobilien-Leasing Verwaltungsgesellschaft Düsseldorf mbH	Düsseldorf		50,0
1448	Immobilienfonds Büro-Center Erfurt am Flughafen Bindersleben II GbR	Troisdorf		50,0
1449	Interessengemeinschaft Frankfurter Kreditinstitute GmbH	Frankfurt		23,3
1450	ISWAP Limited	Londres		14,2
1451	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Düsseldorf		21,1
1452	IZI Düsseldorf Informations-Zentrum Immobilien GmbH & Co. Kommanditgesellschaft	Düsseldorf		21,6
1453	Jaya Holdings Limited	Singapura		20,6
1454	K & N Kenanga Holdings Bhd	Kuala Lumpur		13,8
1455	Kenanga Deutsche Futures Sdn Bhd	Kuala Lumpur		27,0
1456	KeyNeurotek Pharmaceuticals AG i. L.	Magdeburg		29,0
1457	KölnArena Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia		20,8
1458	Lion Residential Holdings S.à r.l.	Luxemburgo		17,4
1459	Main Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0
1460	Markit Group Holdings Limited	Londres		6,8
1461	MergeOptics GmbH i. L.	Berlim		24,3
1462	MidOcean (Europe) 2000-A LP	St. Helier		19,9
1463	MidOcean (Europe) 2003 LP	St. Helier		20,0
1464	MidOcean Partners, LP	Nova Iorque		20,0
1465	Millennium Marine Rail, L.L.C.	Elizabeth		50,0
1466	Nexus II LLC	Wilmington		11,9
1467	North Coast Wind Energy Corp.	Vancouver	7	96,7
1468	Nummus Beteiligungs GmbH & Co. KG	Frankfurt		27,8
1469	Otto Lilienthal Fünfte GmbH & Co. KG	Munique		19,6
1470	P.F.A.B. Passage Frankfurter Allee Betriebsgesellschaft mbH	Berlim		22,2
1471	Pago e Transaction Services GmbH	Colónia		50,0
1472	Parkhaus an der Börse GbR	Colónia		37,7
1473	PERILLA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0
1474	Plenary Group (Canada) Limited	Vancouver		19,8
1475	Plenary Group Pty. Ltd.	Melbourne		23,5
1476	Plenary Group Unit Trust	Melbourne		25,4
1477	Powerlase Limited (in members' voluntary liquidation)	Hove		24,8
1478	Private Capital Portfolio L.P.	Londres		38,2
1479	PT. Deutsche Verdhana Indonesia	Jacarta		40,0
1480	PX Group Limited	Stockton on Tees		29,4
1481	Raymond James New York Housing Opportunities Fund I-A L.L.C.	Nova Iorque		33,0
1482	Raymond James New York Housing Opportunities Fund I-B L.L.C.	Nova Iorque		33,3
1483	Relax Holding S.à r.l.	Luxemburgo		20,0
1484	REON - Park Wiatrowy I Sp. z o.o.	Varsóvia		50,0
1485	REON-Park Wiatrowy II Sp. z o.o.	Varsóvia		50,0
1486	REON-Park Wiatrowy IV Sp. z o.o.	Varsóvia		50,0
1487	Roc Capital Group, LLC	Wilmington		8,5
1488	Roc Capital Management, L.P.	Wilmington		8,5
1489	RPWire LLC	Wilmington		33,3
1490	RREEF Property Trust Inc.	Baltimore		45,6
1491	Sakaras Holding Limited	Birkirkara	8	0,0
1492	Schiffahrts UG (haftungsbeschränkt) & Co. KG MS "DYCKBURG"	Hamburgo		41,3
1493	Schiffahrtsgesellschaft MS "Simon Braren" GmbH & Co KG	Kollmar		26,6
1494	Shunfeng Catering & Hotel Management Co., Ltd.	Pequim		6,4
1495	SRC Security Research & Consulting GmbH	Bona		22,5
1496	Starpool Finanz GmbH	Berlim		50,0
1497	Station Holdco LLC	Wilmington		25,0
1498	Teesside Gas Transportation Limited	Londres		45,0
1499	The Portal Alliance LLC	Wilmington		10,0
1500	THG Beteiligungsverwaltung GmbH	Hamburgo		50,0
1501	TradeWeb Markets LLC	Wilmington		5,5
1502	Triton Beteiligungs GmbH	Frankfurt		33,1
1503	Turquoise Global Holdings Limited	Londres		7,1

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
1504	U.S.A. Institutional Tax Credit Fund XCV L.P.	Wilmington		24,0
1505	U.S.A. ITCF XCI L.P.	Nova Iorque	7	100,0
1506	VCM VII European Mid-Market Buyout GmbH & Co. KG	Colónia		28,8
1507	Verwaltung ABL Immobilienbeteiligungsgesellschaft mbH	Hamburgo		50,0
1508	Volbroker.com Limited	Londres		23,8
1509	Weser Properties S.à r.l.	Luxemburgo		25,0
1510	WestLB Venture Capital Management GmbH & Co. KG	Colónia		50,0
1511	Wilson HTM Investment Group Ltd	Brisbane		19,8
1512	WohnBauEntwicklungsgesellschaft München-Haidhausen mbH & Co. KG i. L.	Eschborn	8	0,0
1513	WohnBauEntwicklungsgesellschaft München-Haidhausen Verwaltungs-mbH i. L.	Eschborn	8	0,0
1514	zeitinvest-Service GmbH	Frankfurt		25,0
1515	Zhong De Securities Co., Ltd	Pequim		33,3
1516	ZINDUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf		50,0
1517	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld		25,0
1518	ZYRUS Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Patente I KG i. L.	Schoenefeld		20,4

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
1519	ABATE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1520	ABATIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1521	ABRI Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1522	ACHTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1523	ACHTUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1524	ACHTZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1525	ACIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1526	ACTIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1527	ADEO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1528	ADLAT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1529	ADMANU Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1530	AFFIRMATUM Beteiligungsgesellschaft mbH i. L.	Düsseldorf	9	50,0
1531	AGLOM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1532	AGUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1533	AKRUN Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1534	ALANUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1535	ALMO Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1536	ALTA Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1537	ANDOT Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1538	APUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1539	ATAUT Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1540	AVOC Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1541	BAKTU Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	50,0
1542	BALIT Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	50,0
1543	BAMAR Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	50,0
1544	Banks Island General Partner Inc.	Toronto	9	50,0
1545	Belzen Pty. Limited	Sydney	10	100,0
1546	Benefit Trust GmbH	Luetzen-Gostau	10	100,0
1547	BIMES Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	50,0
1548	BLI Beteiligungsgesellschaft für Leasinginvestitionen mbH	Düsseldorf	9	33,2
1549	BLI Internationale Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	32,0
1550	Blue Ridge Trust	Wilmington	9	26,7
1551	BrisConnections Holding Trust	Kedron	11	35,6
1552	BrisConnections Investment Trust	Kedron	11	35,6
1553	Cabarez S.A.	Luxemburgo	7, 10	95,0
1554	CIBI Beteiligungsgesellschaft mbH i. L.	Düsseldorf	9	50,0
1555	City Leasing (Donside) Limited	Londres	10	100,0
1556	City Leasing (Fleetside) Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	10	100,0
1557	City Leasing (Severnside) Limited	Londres	10	100,0
1558	City Leasing (Thameside) Limited	Londres	10	100,0
1559	City Leasing and Partners	Londres	10	100,0
1560	City Leasing and Partners Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	10	100,0
1561	City Leasing Limited	Londres	10	100,0
1562	Custom Leasing Limited (in members' voluntary liquidation)	Londres	10	100,0
1563	DB (Gibraltar) Holdings No. 2 Limited	Gibraltar	10	100,0
1564	DB Advisors SICAV	Luxemburgo	10	97,5
1565	DB Master Accomodation LLC	Wilmington	10	100,0
1566	DB Petri LLC	Wilmington	10	100,0
1567	dbalternatives Discovery Fund Limited	George Town	10	100,0
1568	Deutsche River Investment Management Company S.à r.l.	Luxemburgo	9	49,0
1569	Deutz-Mülheim Grundstücksgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	40,2
1570	DIL Europa-Beteiligungsgesellschaft mbH i. L.	Düsseldorf	10	100,0
1571	DIL Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	100,0
1572	DONARUM Holding GmbH	Düsseldorf	9	50,0
1573	Donlen Exchange Services Inc.	Boston	10	100,0
1574	DREIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1575	DREIZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1576	DRITTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1577	DRITTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1578	EINUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
1579	ELC Logistik-Centrum Verwaltungs-GmbH	Erfurt	9	50,0
1580	ELFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1581	Enterprise Vehicle Exchange, Inc.	Wilmington	10	100,0
1582	European Private Equity Portfolio (PE-EU) GmbH & Co. KG	Colónia	9	20,4
1583	FREUNDE DER EINTRACHT FRANKFURT Aktiengesellschaft	Frankfurt	12	32,1
1584	FÜNFTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1585	FÜNFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1586	FÜNFUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1587	FÜNFZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1588	Global Salamina, S.L.	Madrid	11	30,0
1589	Goldman Sachs Multi-Strategy Portfolio XI, LLC	Wilmington	7, 11	99,7
1590	Grundstücksvermietungsgesellschaft Wilhelmstr. mbH	Gruenwald	10	100,0
1591	Grundstücksverwaltungsgesellschaft Tankstelle Troisdorf Spich GbR	Troisdorf	13	33,0
1592	Guggenheim Concinnity Strategy Fund LP	Wilmington	13	23,6
1593	Immobilien-Vermietungsgesellschaft Schumacher GmbH & Co. Objekt Rolandufer KG	Berlim	9	20,5
1594	Intermodal Finance I Ltd.	George Town	9	49,0
1595	JG Japan Grundbesitzverwaltungsgesellschaft mbH i. L.	Eschborn	10	100,0
1596	Kinneil Leasing Company	Londres	9	35,0
1597	Legacy BCC Receivables, LLC	Wilmington	10	100,0
1598	Lindsell Finance Limited	Valeta	10	100,0
1599	Lion Global Infrastructure Fund Limited	Porto de S.Pedro	9	50,0
1600	London Industrial Leasing Limited	Londres	10	100,0
1601	M Cap Finance Mittelstandsfonds GmbH & Co. KG	Frankfurt	7, 12	77,1
1602	Maestrale Projects (Holding) S.A.	Luxemburgo	9	49,7
1603	Magalhaes S.A.	Luxemburgo	7, 10	95,0
1604	Manuseamento de Cargas - Manicargas, S.A.	Matosinhos	11	38,3
1605	Memax Pty. Limited	Sydney	10	100,0
1606	Merit Capital Advance, LLC	Wilmington	12	20,0
1607	Metro plus Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	40,0
1608	MFG Flughafen-Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH & Co. BETA KG	Gruenwald	9	29,6
1609	Midsel Limited	Londres	10	100,0
1610	Mount Hope Community Center Fund, LLC	Wilmington	12	50,0
1611	Mountaintop Energy Holdings LLC	Wilmington	9	49,9
1612	NBG Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1613	NCW Holding Inc.	Vancouver	10	100,0
1614	NEUNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1615	NEUNZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1616	Nexus Infrastruktur Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1617	NOFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1618	Nortfol Pty. Limited	Sydney	10	100,0
1619	NV Profit Share Limited	George Town	9	42,9
1620	OPPENHEIM Buy Out GmbH & Co. KG	Colónia	2, 10	27,7
1621	PADEM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1622	PADOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i. L.	Düsseldorf	9	50,0
1623	PAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1624	PALDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1625	PANIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1626	PANTUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1627	PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1628	PEDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1629	PEDUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1630	PENDIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1631	PENTUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1632	PERGOS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1633	PERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1634	PERLIT Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1635	PERLU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1636	PERNIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1637	PERXIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1638	PETA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
1639	Phoebus Leasing Limited	George Town	10	100,0
1640	PONTUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1641	PRADUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1642	PRASEM Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1643	PRATES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	50,0
1644	PRISON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	50,0
1645	Private Equity Invest Beteiligungs GmbH	Düsseldorf	9	50,0
1646	Private Equity Life Sciences Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1647	PTL Fleet Sales, Inc.	Wilmington	10	100,0
1648	PUDU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1649	PUKU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1650	PURIM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1651	QUANTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	50,0
1652	QUELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1653	QUOTAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1654	RREEF Debt Investments Fund, L.P.	Wilmington	7, 12	66,7
1655	RREEF Debt Investments Master Fund I, L.P.	Wilmington	7, 12	100,0
1656	RREEF Debt Investments Master Fund II, L.P.	Wilmington	7, 12	66,7
1657	RREEF Debt Investments Offshore II, L.P.	George Town	12	50,0
1658	SABIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1659	Safron AMD Partners, L.P.	George Town	12	22,0
1660	Safron NetOne Partners, L.P.	George Town	12	21,7
1661	SALIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1662	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1663	SALUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Dresden KG	Düsseldorf	10	58,5
1664	SANCTOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1665	SANDIX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1666	SANO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1667	SARIO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1668	SATINA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1669	SCANDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1670	SCHEDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1671	Schumacher Beteiligungsgesellschaft mbH	Colónia	9	33,2
1672	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1673	SCITOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heiligenstadt KG	Düsseldorf	10	71,1
1674	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	100,0
1675	SCUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kleine Alexanderstraße KG	Düsseldorf	10	95,0
1676	SECHSTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1677	SECHSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1678	SECHZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1679	SEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	100,0
1680	SEGES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1681	SEGU Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1682	SELEKTA Grundstücksverwaltungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1683	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1684	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Fehrenbach KG i. L.	Düsseldorf	10	94,7
1685	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle II KG i. L.	Düsseldorf	10	100,0
1686	SENA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Kamenz KG	Düsseldorf	7, 10	100,0
1687	SERICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1688	SIDA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1689	SIEBTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1690	SIEBZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1691	SIFA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	100,0
1692	SILANUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1693	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1694	SILEX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Berlin KG	Düsseldorf	10	83,8
1695	SILIGO Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1696	SILUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1697	SIMILA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1698	SOLATOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
1699	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	50,0
1700	SOLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Heizkraftwerk Halle KG i. L.	Halle/Saale	9	30,5
1701	SOLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1702	SOMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1703	SOREX Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1704	SOSPITA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1705	SPhinX, Ltd. (in voluntary liquidation)	George Town	9	43,6
1706	SPINO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	100,0
1707	SPLENDOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	50,0
1708	STABLON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	100,0
1709	STAGIRA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1710	STATOR Heizkraftwerk Frankfurt (Oder) Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	10	100,0
1711	STUPA Heizwerk Frankfurt (Oder) Nord Beteiligungsgesellschaft mbH i. L.	Schoenefeld	10	100,0
1712	SUBLICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1713	SUBLICA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Promohypermarkt Gelsenkirchen KG	Düsseldorf	9	48,7
1714	SUBU Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1715	SULPUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	50,0
1716	SunAmerica Affordable Housing Partners 47	Carson City	7, 10	99,0
1717	SUPERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1718	SUPLION Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1719	SUSA Mobilien-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1720	SUSIK Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1721	TABA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	50,0
1722	TACET Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1723	TAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1724	TAGUS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1725	TAKIR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	100,0
1726	TARES Beteiligungsgesellschaft mbH i. L.	Düsseldorf	10	100,0
1727	TEBA Beteiligungsgesellschaft mbH i. L.	Schoenefeld	10	100,0
1728	TEBOR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1729	TEMATIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i. L.	Düsseldorf	10	100,0
1730	TERRUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	100,0
1731	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1732	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Halle I KG	Düsseldorf	10	100,0
1733	TESATUR Beteiligungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Nordhausen I KG	Düsseldorf	10	100,0
1734	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1735	TIEDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH & Co. Objekt Lager Nord KG	Düsseldorf	9	25,0
1736	TONGA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i. L.	Düsseldorf	9	50,0
1737	TOSSA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	100,0
1738	TRAGO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1739	TREMA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Berlim	9	50,0
1740	TRENTO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1741	TRINTO Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	50,0
1742	TRIPLA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	10	100,0
1743	Triton Fund III G L.P.	St. Helier	7, 10	62,5
1744	TUDO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1745	TUGA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1746	TYRAS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1747	VARIS Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1748	VCM / BHF Initiatoren GmbH & Co. Beteiligungs KG	Munique	9	48,8
1749	VCM Initiatoren GmbH & Co. KG	Munique	9	23,5
1750	VCM Initiatoren II GmbH & Co. KG	Munique	9	23,5
1751	VCM Initiatoren III GmbH & Co. KG	Munique	9	34,9
1752	VIERTE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1753	VIERTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1754	VIERUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1755	VIERZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1756	Willem S.A.	Luxemburgo	7, 10	95,0
1757	Wohnungs-Verwaltungsgesellschaft Moers mbH	Düsseldorf	9	50,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
1758	Wohnungsgesellschaft HEGEMAG GmbH	Darmstadt	9	50,0
1759	XARUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	50,0
1760	XELLUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1761	XENTIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1762	XERA Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1763	XERIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1764	ZABATUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1765	ZAKATUR Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1766	ZANTOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i. L.	Düsseldorf	9	50,0
1767	ZARGUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1768	ZEA Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	25,0
1769	ZEHNTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1770	ZENO Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1771	Zenwix Pty. Limited	Sydney	10	100,0
1772	ZEPTOS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1773	ZEREVIS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1774	ZERGUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1775	ZIBE Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH i. L.	Düsseldorf	9	50,0
1776	ZIDES Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	50,0
1777	ZIMBEL Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	50,0
1778	ZINUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	50,0
1779	ZIRAS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	50,0
1780	ZITON Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1781	ZITRAL Beteiligungsgesellschaft mbH i. L.	Düsseldorf	9	50,0
1782	ZITUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	50,0
1783	ZONTUM Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1784	ZORUS Grundstücks-Vermietungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1785	ZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1786	ZWEITE Fonds-Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1787	ZWEITE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1788	ZWEIUNDZWANZIGSTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1789	ZWÖLFTE PAXAS Treuhand- und Beteiligungsgesellschaft mbH	Düsseldorf	9	50,0
1790	ZYLUM Beteiligungsgesellschaft mbH	Schoenefeld	9	25,0

N.º de série	Nome da empresa	Sede da sociedade	Nota de rodapé	Participação no capital em %
1791	Abode Mortgage Holdings Corporation	Vancouver		8,5
1792	Abraaj Capital Holdings Limited	George Town		8,8
1793	Accunia A/S	Copenhaga		9,9
1794	BBB Bürgschaftsbank zu Berlin-Brandenburg GmbH	Berlim		5,6
1795	Bürgschaftsbank Brandenburg GmbH	Potsdam		8,5
1796	Bürgschaftsbank Mecklenburg-Vorpommern GmbH	Schwerin		8,4
1797	Bürgschaftsbank Sachsen GmbH	Dresden		6,3
1798	Bürgschaftsbank Sachsen-Anhalt GmbH	Magdeburg		8,2
1799	Bürgschaftsbank Schleswig-Holstein Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Kiel		5,6
1800	Bürgschaftsbank Thüringen GmbH	Erfurt		8,7
1801	Bürgschaftsgemeinschaft Hamburg GmbH	Hamburgo		8,7
1802	Cecon ASA	Arendal		7,5
1803	China Polymetallic Mining Limited	George Town		14,8
1804	ConCardis Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Eschborn		16,8
1805	Gemeng International Energy Group Company Limited	Taiyuan		9,0
1806	HYPOPORT AG	Berlim		9,7
1807	IVG Institutional Funds GmbH	Frankfurt		6,0
1808	Landgesellschaft Mecklenburg-Vorpommern mit beschränkter Haftung	Leezen		11,0
1809	Liquiditäts-Konsortialbank Gesellschaft mit beschränkter Haftung	Frankfurt		8,5
1810	OTCDeriv Limited	Londres		7,2
1811	Philipp Holzmann Aktiengesellschaft i. L.	Frankfurt		19,5
1812	Prader Bank S.p.A.	Bolzano		9,0
1813	Private Export Funding Corporation	Wilmington		6,0
1814	PT Buana Listya Tama Tbk	Jacarta		14,8
1815	Reorganized RFS Corporation	Wilmington		6,2
1816	Rinkai Nissan Kensetsu Kabushiki Kaisha	Tóquio		8,5
1817	Saarländische Investitionskreditbank Aktiengesellschaft	Saarbrucken		11,8
1818	4 SC AG	Planegg		6,1
1819	Società per il Mercato dei Titoli di Stato – Borsa Obbligazionaria Europea S.p.A.	Roma		5,0
1820	The Clearing House Association L.L.C.	Wilmington		5,6
1821	TORM A/S	Hellerup		6,2
1822	United Information Technology Co. Ltd.	George Town		12,2
1823	3W Power S.A.	Luxemburgo		9,2
1824	Yensai.com Co., Ltd.	Tóquio		7,1
1825	Yieldbroker Pty Limited	Sydney		16,7
1826	Yukon-Nevada Gold Corp.	Vancouver		12,2

3 -

Confirmações

491 Relatório e parecer do auditor
493 Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração
494 Relatório do Conselho de Fiscalização

Relatório do Conselho de Fiscalização

Relatório e parecer do auditor

Para Deutsche Bank Aktiengesellschaft, Frankfurt am Main

Relatório sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank Aktiengesellschaft e das suas subsidiárias, incluindo aquelas a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, o balanço consolidado, a demonstração consolidada de alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as notas às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração do Deutsche Bank Aktiengesellschaft é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. Esta responsabilidade inclui a preparação destas demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro adotadas pela União Europeia e com os requisitos complementares da legislação alemã, nos termos do artigo 315a Abs. 1 do HGB [Handelsgesetzbuch: Código comercial alemão) e todas as IFRS (NIIF) para dar uma visão verdadeira e justa dos ativos líquidos, da situação financeira e dos resultados de operações do grupo em conformidade com estes requisitos. A administração da sociedade também é responsável pelos controlos internos que determina serem necessários para a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materialmente relevantes devidas a fraudes ou erros.

Responsabilidades dos auditores

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras consolidadas com base na nossa auditoria. Realizámos a nossa auditoria em conformidade com o artigo 317.º do HGB e os princípios contabilísticos geralmente aceites na Alemanha para a auditoria de demonstrações financeiras promulgados pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha) (IDW), bem como em conformidade suplementar com as normas do Public Company Accounting Oversight Board (EUA). Nesse sentido, somos obrigados a cumprir os requisitos deontológicos e a planear e realizar a auditoria com o objetivo de obter um grau de segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Uma auditoria envolve a realização de procedimentos de auditoria com vista a obter provas sobre os montantes e as divulgações constantes nas demonstrações financeiras consolidadas. A seleção dos procedimentos de auditoria depende do parecer profissional do auditor. Isto inclui a avaliação do risco de distorções materialmente relevantes das demonstrações financeiras consolidadas devidas a fraudes ou erros. Na avaliação desses riscos, o auditor averigua se o sistema de controlo interno é adequado para a entidade preparar demonstrações financeiras consolidadas que apresentem uma visão verdadeira e justa. O objetivo é planear e realizar procedimentos de auditoria adequados às circunstâncias, mas não visa expressar uma opinião sobre a eficácia do sistema de controlo interno do grupo. Uma auditoria também inclui a avaliação da adequação das políticas contabilísticas utilizadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas realizadas pela administração, bem como a avaliação da apresentação geral das demonstrações financeiras consolidadas.

Acreditamos que a prova de auditoria que obtivemos é uma base suficiente e adequada para emitirmos o nosso parecer.

Parecer de auditoria

Nos termos do artigo 322.º, n.º 3, 1.ª frase do HGB, emitimos um parecer sem reservas sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Na nossa opinião, com base nas conclusões da auditoria, as demonstrações financeiras consolidadas cumprem em todos os aspetos materiais as IFRS (NIIF) adotadas pela União Europeia, os requisitos suplementares da legislação comercial alemã, nos termos do artigo 315a, n.º 1 do HGB e todas as IFRS. Assim, estas demonstrações dão uma visão verdadeira e justa dos ativos líquidos e da situação financeira do Grupo em 31 de dezembro de 2013, bem como dos resultados das operações para o exercício findo nessa data, de acordo com todos aqueles requisitos.

Relatório sobre o relatório de gestão do grupo

Auditámos o relatório de gestão do grupo do Deutsche Bank Aktiengesellschaft para o exercício de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2013. A administração do Deutsche Bank Aktiengesellschaft é responsável pela elaboração do relatório de gestão do grupo em conformidade com os requisitos aplicáveis da legislação comercial alemã nos termos do artigo 315a, n.º 1 do HGB [Handelsgesetzbuch: Código Comercial Alemão]. Realizámos a nossa auditoria em conformidade com o artigo 317.º, n.º 2 do HGB e as normas contabilísticas geralmente aceites na Alemanha para a auditoria do relatório de gestão do grupo promulgadas pelo Institut der Wirtschaftsprüfer (Instituto de Revisores Oficiais de Contas na Alemanha) (IDW). Nesse sentido, somos obrigados a planear e a realizar a auditoria do relatório de gestão do grupo com o objetivo de obter um grau de segurança razoável sobre se as informações do relatório de gestão do grupo são consistentes com as demonstrações financeiras consolidadas e as conclusões da auditoria e, em termos globais, se fornece uma visão adequada da posição do Grupo e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro.

Nos termos do artigo 322.º, n.º 3, 1.ª frase do HGB, emitimos um parecer sem reservas sobre o relatório de gestão do grupo.

Na nossa opinião, com base nas conclusões da nossa auditoria às demonstrações financeiras consolidadas e ao relatório de gestão do grupo, o relatório de gestão do grupo é consistente com as demonstrações financeiras consolidadas e, em termos globais, fornece uma visão adequada da posição do Grupo e apresenta adequadamente as oportunidades e riscos de desenvolvimento futuro.

Frankfurt am Main, 18 de março de 2014

KPMG AG
Wirtschaftsprüfungsgesellschaft

Pukropski
Wirtschaftsprüfer

Beier
Wirtschaftsprüfer

Declaração de responsabilidade do Conselho de Administração

Tanto quanto temos conhecimento, e em conformidade com os princípios de relato aplicáveis, as demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada o ativo, o passivo, a posição financeira e os resultados do Grupo, e o relatório de gestão do Grupo inclui uma análise fiel da evolução e do desempenho da atividade e da posição do Grupo, juntamente com uma descrição das principais oportunidades e riscos tendo em conta a evolução esperada do Grupo.

Frankfurt am Main, 17 de março de 2014



Jürgen Fitschen



Anshuman Jain



Stefan Krause



Stephan Leithner



Stuart Lewis



Rainer Neske



Henry Ritchotte

Relatório do Conselho de Fiscalização

O crescimento económico global abrandou em termos médios anualizados em 2013 comparativamente a 2012. Depois de a economia ter atingido o seu ponto baixo no primeiro trimestre de 2013, registou-se uma recuperação ao longo do restante do ano. Esta deveu-se, sobretudo, à política monetária extremamente expansiva dos principais bancos centrais. Nos países industrializados, os problemas estruturais que contribuíram para a crise financeira e económica continuaram em foco. A redução da dívida pública e privada amorteceu o crescimento em particular na zona do euro. Várias economias de mercado emergentes sofreram efeitos negativos da retirada de capital desencadeada pela alteração do ciclo da taxa de juros internacional (redução dos EUA).

Embora a atividade económica de um exercício completo na Alemanha tenha continuado a descer em 2013 em comparação com o ano anterior, registou-se uma fase de recuperação após o fraco período do inverno de 2012/2013.

Neste ambiente marcado pela incerteza económica geral, aconselhámos o Conselho de Administração quanto à gestão da sociedade e monitorizámos a sua gestão dos negócios. No ano transato, debatemos amplamente o desenvolvimento económico e financeiro do banco, o seu ambiente operacional, o sistema de gestão do risco, bem como o sistema de controlo e planeamento interno. Tal como em anos anteriores, em 2013, abordámos inúmeras alterações legais e regulamentares, que, em alguns casos, já influenciaram diretamente o nosso trabalho. Debatemos em pormenor questões relativas ao desenvolvimento estratégico em curso do banco e à sua implementação com o Conselho de Administração num *workshop* de dois dias. O Conselho de Administração prestou-nos contas regularmente, de forma exaustiva e atempada, sobre as políticas comerciais e outros temas fundamentais relativos à administração e ao planeamento corporativo, ao desenvolvimento financeiro e aos rendimentos do banco, ao risco, à liquidez e à gestão de capital do banco, juntamente com processos judiciais, transações e eventos com uma substancial relevância para o banco. Participámos em decisões de suma importância. Os Copresidentes do Conselho de Administração e o Presidente do Conselho de Fiscalização debateram regularmente temas importantes e futuras decisões. Os presidentes dos comités do Conselho de Fiscalização realizaram debates e consultas regulares com o objetivo de melhorarem a coordenação geral dos trabalhos do Conselho de Fiscalização e respetivos comités. Entre reuniões, o Conselho de Administração manteve-nos informados, por escrito, dos eventos importantes. Sempre que necessário, entre as reuniões, as deliberações foram aprovadas por procedimento escrito.

Reuniões do Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização realizou sete reuniões em 2013.

Na primeira reunião do ano, em 30 de janeiro de 2013, analisámos o desenvolvimento dos negócios no quarto trimestre de 2012 e o exercício financeiro de 2012 comparando os números projetados e os números reais. A proposta de afetação de dividendos para o ano de 2012, bem como o planeamento corporativo para os exercícios de 2013 a 2015 foram aprovados. O Conselho de Administração apresentou um relatório sobre o ponto da situação dos riscos materiais e dos casos de litígio do banco. Com base na recomendação do Comité do Presidente e do Comité de Auditoria, concordamos que o Dr. Eick, o Dr. Achleitner e o Professor Trützschler fossem nomeados especialistas financeiros no Relatório Anual. Confirmámos a independência, tal como definido pelos regulamentos dos EUA, de todos os membros do Comité de Auditoria e determinámos que o Conselho de Fiscalização tem aquilo que consideramos ser um número adequado de membros independentes. Após uma análise da adequação do sistema de remunerações do Conselho de Administração – tendo em conta as recomendações do Comité do Presidente e consultando um perito em remunerações externo e inde-

pendente – determinámos o nível da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração para o exercício financeiro de 2012.

Na reunião de 19 de março de 2013, discutimos as demonstrações financeiras anuais de 2012 e a KPMG apresentou informações sobre o estado dos procedimentos de auditoria. Juntamente com o Conselho de Administração, discutimos o Relatório de Conformidade, um novo relatório acerca do estado de casos de litígio importantes, e o Relatório de Remuneração de 2012, que aprovámos. Além disso, aprovámos um ajustamento à declaração de conformidade devido ao adiamento da publicação do Relatório Financeiro para 15 de abril de 2013.

Na reunião sobre as demonstrações financeiras de 11 de abril de 2013, no seguimento da Assembleia-Geral Extraordinária e após consulta do auditor, aprovámos as demonstrações financeiras consolidadas e as demonstrações financeiras anuais de 2012.

Na reunião no dia anterior à Assembleia-Geral Ordinária, discutimos os procedimentos para a Assembleia-Geral e as contrapropostas anunciadas, bem como o estado de processos legais submetidos para contestar as resoluções da Assembleia-Geral Extraordinária de 11 de abril de 2013. Quando necessário, foram aprovadas deliberações a este respeito. Após uma extensa discussão e com base numa proposta do Comité do Presidente, resolvemos aprovar uma nova versão dos termos de referência do Conselho de Administração, incluindo o Plano de Alocação de Negócios. Além disso, resolvemos estabelecer um novo Comité de Integridade, aprovámos os seus termos de referência e ajustámos os termos de referência do Conselho de Fiscalização, do Comité de Nomeações, Comité de Auditoria e do Comité de Risco. Fomos ainda informados de novos regulamentos de governo da sociedade a entrar em vigor no futuro e dos efeitos da Lei alemã de implementação da Diretiva de requisitos de capital IV. Em seguida, discutimos os resultados da análise da eficiência do Conselho de Fiscalização e concordámos com a implementação imediata das medidas de melhoramento propostas.

Na reunião constitutiva após a Assembleia-geral, reelegemos o Dr. Achleitner como nosso Presidente. Por conseguinte, o Dr. Achleitner também se tornou Presidente do Comité de Nomeações, Presidente dos Comités de Risco e de Mediação, bem como membro dos Comités de Auditoria e de Integridade. Elegemos o Sr. Herling como Vice-Presidente, tornando-se assim também membro dos Comités do Presidente e de Mediação. Também elegemos o Sr. Todenhöfer (até 31 de outubro de 2013), o Professor Kagermann (a partir de 1 de novembro de 2013) e o Sr. Bsirske como membros do Comité do Presidente. Como membros do Comité de Mediação, elegemos o Sr. Todenhöfer (até 31 de outubro de 2013), o Professor Kagermann (a partir de 1 de novembro de 2013) e o Sr. Szukalski. Além disso, elegemos o Professor Kagermann e o Dr. Teyssen como membros do Comité de Nomeações. Elegemos o Sr. Cryan como Presidente do Comité de Auditoria, que também assim se tornou membro do Comité de Risco, e a Sra. Mark, a Sra. Platscher, o Sr. Rose e o Professor Trützschler como membros do Comité de Auditoria. O Professor Kagermann (até 31 de outubro de 2013), a Sra. Dublon (a partir de 1 de novembro de 2013), a Sra. Labarge e o Sr. Stockem foram eleitos como membros do Comité de Risco. Elegemos o Sr. Thoma como Presidente do novo Comité de Integridade e o Sr. Heider, a Sra. Irrgang, a Sra. Klee e o Sr. Löscher como membros.

Na reunião de 30 de julho de 2013, analisámos a evolução dos negócios do banco durante o primeiro semestre de 2013, e o Conselho de Administração apresentou um relatório acerca do estado de importantes casos de litígio. Elegemos o Sr. Thoma, sucessor do Sr. Todenhöfer, para ser o delegado do Conselho de Fiscalização no que se refere aos inúmeros processos do caso Kirch. Analisámos os relatórios de progresso da estratégia de TI e de mudança cultural e ajustámos os termos de referência do Conselho de Fiscalização e do Comité de Integridade com base nas recomendações deste. Além disso, concordámos com a emissão de capital Tier 1 adicional com base na autorização da Assembleia-geral de 31 de maio de 2012 e delegámos a responsabilidade de aprovação de resoluções neste contexto ao Comité do Presidente.

Na última reunião do ano, em 29 de outubro de 2013, alargámos a nomeação do Sr. Fitschen ao Conselho de Administração até ao final de 31 de março de 2017. O Conselho de Administração informou-nos da evolução dos negócios do banco no terceiro trimestre. Também discutimos o estado de casos de litígio importantes e de investigações regulamentares, bem como os atuais desenvolvimentos da infraestrutura de TI do banco. Deliberámos estabelecer um Comité de Controlo de Remuneração e aprovámos os seus termos de referência.

Elegemos o Dr. Achleitner como Presidente do Comité de Controlo de Remuneração, tal como exigido por lei, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014 e o Sr. Bsirske, o Sr. Herling e o Professor Kagermann como membros. Devido a novas regras de governo da sociedade, aprovámos os ajustes necessários aos nossos termos de referência e elegemos o Sr. Herling e o Sr. Bsirske como novos membros do Comité de Nomeações com base nas suas novas tarefas. Além disso, emitimos a declaração de conformidade periódica nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações.

Os Comités do Conselho de Fiscalização

O Comité do Presidente realizou oito reuniões no exercício financeiro de 2013. Entre as reuniões, o Presidente do Comité do Presidente falou regularmente com os membros do Comité sobre questões de grande importância. O Comité abordou a determinação da remuneração variável para o exercício financeiro de 2012 e a extensão da nomeação do Sr. Fitschen para o Conselho de Administração. Além disso, os novos requisitos legais e regulamentares do sistema de remunerações para o exercício financeiro de 2013 foram analisados e, após discussão, as propostas do painel de análise remuneratória independente, presidido pelo Sr. Hambrecht, foram recomendadas ao Conselho de Fiscalização para aprovação. Realizaram-se debates sobre o Relatório de Remuneraçãoas, bem como debates sobre as alterações necessárias aos termos de referência e ao plano de alocação de negócios do Conselho de Administração e aos termos de referência do Conselho de Fiscalização e seus comités. Sempre que necessário, foram aprovadas deliberações ou emitidas recomendações para aprovação do Conselho de Fiscalização. O Comité do Presidente aprovou as atividades acessórias e cargos de direção dos membros do Conselho de Administração em outras empresas, organizações e instituições.

Nas seis reuniões, o Comité de Risco abordou especialmente os riscos de crédito, de liquidez, de refinanciamento, de país, de mercado e operacionais, bem como os riscos legais e de reputação. Os pontos fulcrais do exercício financeiro de 2013 foram o financiamento de capital do banco, a implementação do acordo Basileia III, as iniciativas para reduzir o balanço e o risco (também na nossa Non-Core Operations Unit), bem como a adequação dos nossos ativos ponderados pelo risco em comparação com os nossos principais concorrentes. Outros pontos fulcrais foram os planos de reestruturação e resolução ("living wills") e o desenvolvimento contínuo da nossa gestão do risco operacional. Discussões aprofundadas também abordaram várias carteiras selecionadas, incluindo matérias-primas, financiamento alavancado e países de mercados emergentes. Nas reuniões do Comité, além das posições de financiamento e liquidez do banco, foram analisados vários aspetos das provisões de risco do banco e os potenciais impactos das propostas de regulamentação. O Comité de Risco foi regularmente informado sobre a evolução dos principais casos de litígio e das principais investigações regulamentares. Além disso, o Comité discutiu a evolução de modelos de risco em curso e a sua monitorização. Os relatórios de carteira foram apresentados por indústria (de acordo com uma agenda especificada pelo Comité de Risco), as respetivas estratégias foram discutidas e as carteiras foram comparadas em termos de rentabilidade. As exposições sujeitas a aprovação obrigatória nos termos da legislação alemã e dos estatutos foram discutidas em pormenor. Sempre que necessário, o Comité de Risco concedeu a sua aprovação

O Comité de Auditoria realizou onze reuniões em 2013. Com exceção de uma reunião, os representantes do auditor do banco participaram em todas essas reuniões. Os assuntos tratados foram a auditoria das demonstrações financeiras anuais e das demonstrações financeiras consolidadas de 2012, os relatórios intercalares e o Relatório Anual no Formulário 20-F enviado à Securities and Exchange Commission dos EUA. O Comité tratou igualmente da proposta para a eleição do auditor para o exercício financeiro de 2013, verificou a independência do auditor em conformidade com os requisitos do código de governo das sociedades alemão e as normas do U.S. Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB), emitiu o mandato de auditoria e enviou uma recomendação ao Conselho de Fiscalização relativa ao montante de remuneração do auditor, a qual foi aprovada pelo Conselho de Fiscalização através de votos escritos. O Conselho Fiscal está convencido que, tal como nos anos anteriores, não existem quaisquer conflitos de interesse por parte do auditor do banco. O Comité de Auditoria não especificou áreas fulcrais de auditoria para 2012, visto que a autoridade federal de supervisão financeira da Alemanha (BaFin), em conformidade com a Secção 30 da lei bancária alemã, especi-

ficou áreas fulcrais de auditoria extensiva e o Banco Central Europeu realizou procedimentos de auditoria adicionais no âmbito da sua avaliação do balanço e da análise da qualidade dos ativos. O Comité certificou-se da eficácia do sistema de gestão do risco, em particular do sistema de controlos internos e da auditoria interna, e monitorizou o relato financeiro, os processos contabilísticos e a auditoria das demonstrações financeiras anuais. Desde que os termos de referência foram ajustados, em conformidade com a Lei alemã de implementação da Diretiva de requisitos de capital IV, em 29 de outubro de 2013, o Comité de Auditoria tem apoiado o Conselho de Fiscalização na monitorização dos processos e da eficácia do sistema de gestão do risco, sem alteração substancial nas suas tarefas. Sempre que necessário, foram aprovadas deliberações ou emitidas recomendações para aprovação do Conselho de Fiscalização. O Comité de Auditoria recebeu regularmente relatórios sobre a contratação de empresas de contabilidade (incluindo o auditor) para a prestação de serviços que não de auditoria, sobre o trabalho do grupo de auditoria, sobre matérias relativas à conformidade, sobre riscos em termos jurídicos e de reputação, bem como sobre investigações especiais e constatações importantes das autoridades reguladoras. O plano anual do grupo de auditoria foi aprovado. O Comité de Auditoria não recebeu quaisquer reclamações relacionadas com contabilidade, controlos contabilísticos internos e questões de auditoria. Além disso, o Comité de Auditoria tratou regularmente do processamento dos resultados da auditoria emitidos pelo auditor para as demonstrações financeiras anuais e consolidadas referentes a 2012, das medidas para resolver outras constatações da auditoria, dos requisitos relativos com as tarefas de monitorização nos termos da Secção 107 (3) da lei alemã relativa às sociedades por ações, das medidas para preparar a auditoria das demonstrações financeiras anuais e as áreas prioritárias de auditoria especificadas pela autoridade federal alemã de fiscalização financeira em conformidade com a Secção 30 da Lei bancária alemã.

O Comité de Integridade, recentemente estabelecido em 22 de maio de 2013, reuniu-se cinco vezes e abordou, em especial, questões relacionadas com a cultura corporativa, a vigilância preventiva e a análise estratégica de riscos em termos legais e de reputação. Antes de mais, nestas reuniões esclareceram-se as tarefas e responsabilidades do Comité e a sua cooperação com os Comités de Auditoria e de Risco; procedeu-se ainda à análise dos atuais casos de litígio e investigações regulamentares e à monitorização da implementação das iniciativas de mudança cultural. Foram debatidas em detalhe questões centradas na cultura corporativa. Estas questões constavam de uma apresentação feita pelo Sr. Anthony Salz, que descreveu os aspetos gerais da sua investigação independente ao caso Barclays/ LIBOR. Os tópicos adicionais incluíram o uso dos meios de comunicação social, o programa de "três linhas de defesa" do banco para reforçar as estruturas de controlo e a "casa de governação" para melhorar a organização de negócios do banco.

Em 29 de outubro de 2013, foi estabelecido o novo Comité de Controlo de Remuneração. Os membros reuniram-se duas vezes e, em consulta com o Conselho de Administração, nomearam o responsável de remuneração requerido em conformidade com o Regulamento sobre Remuneração em Instituições Financeiras (InstVV) a partir de 1 de janeiro de 2014. Também abordaram as novas responsabilidades do Conselho de Fiscalização relacionadas com as normas de remuneração, em conformidade com a Lei bancária alemã e o InstVV.

O Comité de Nomeações reuniu-se duas vezes em 2013 e tratou de assuntos relacionados com a nomeação e a sucessão do Conselho de Fiscalização.

As reuniões do Comité de Mediação, em conformidade com as disposições da lei alemã de codeterminação (MitbestG), não foram necessárias em 2013.

Os presidentes dos comités reportaram regularmente ao Conselho de Fiscalização sobre o trabalho dos comités.

Em 2013, os membros do Conselho de Fiscalização participaram nas reuniões do Conselho de Fiscalização e respetivos comités, conforme se segue:

	Reuniões (incl. comités)	Participação em reuniões	em %		Reuniões (incl. comités)	Participação em reuniões	em %
Achleitner	39	39	100	Mark	18	18	100
Böhr	4	4	100	Platscher	12	11	92
Bsirske	5	4	80	Rose	8	7	88
Cryan	11	11	100	Ruck	16	16	100
Dublon	1	1	100	Stockem	10	10	100
Eick	11	9	82	Szukalski	3	3	100
Garrett-Cox	7	6	86	Teyssen	7	6	86
Heider	8	8	100	Thieme	10	10	100
Herling	15	15	100	Thoma	8	8	100
Irrgang	8	8	100	Todenhöfer	17	16	94
Kagermann	12	12	100	Trützschler	18	18	100
Klee	12	12	100	Viertel	4	4	100
Labarge	13	12	92	Voigt	4	4	100
Löscher	12	10	83	Wenning	6	6	100

Governo da Sociedade

Em várias reuniões, o Comité do Presidente e o Conselho de Fiscalização abordaram os novos requisitos de governo das sociedades das Secções 25c e 25d da Lei bancária alemã e discutiram a sua implementação. Aqui foram de especial importância as novas tarefas dos comités do Conselho de Fiscalização. Com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014, e conforme requerido por lei, tem de ser estabelecido um comité de auditoria, risco, nomeação e controlo de remuneração. Consequentemente, o Comité de Nomeações recebeu tarefas adicionais. Além da responsabilidade anterior de submeter as propostas de eleição de representantes dos acionistas ao Conselho de Fiscalização, passará a preparar as questões relacionadas com as contratações do Conselho de Administração. Também apoiará o Conselho de Fiscalização nas avaliações do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização a serem realizadas pelo menos uma vez por ano. Devido a estas novas tarefas, o Comité de Nomeações teve de ser aumentado com dois membros representantes dos funcionários. Além disso, abordámos várias vezes os regulamentos referentes aos requisitos de habilitações e de composição do Conselho de Fiscalização, as medidas de formação obrigatória e o limite máximo de mandatos do Conselho.

Nas suas reuniões de 22 de maio de 2013, o Comité do Presidente e o Conselho de Fiscalização abordaram os resultados da análise de eficiência. A propósito desta análise, o Comité do Presidente tinha já elaborado previamente um questionário específico da empresa que foi então enviado a todos os membros do Conselho de Fiscalização. Somos da opinião que o Conselho de Fiscalização realiza o seu trabalho de forma eficiente e que, neste contexto, alcançaram um elevado padrão. A análise forneceu sugestões individuais de melhoria, várias das quais já foram implementadas com sucesso em 2013.

Em 28 de janeiro de 2014, determinámos que todos os membros do Comité de Auditoria são independentes, conforme definido pelos regulamentos dos EUA. O Dr. Achleitner, o Professor Trützschler e o Sr. Cryan, que é Presidente do nosso Comité de Auditoria desde 23 de maio de 2013, foram determinados como sendo peritos financeiros do comité de auditoria, em conformidade com as normas da Securities and Exchange Commission e com as Secções 25d (9), 100 (5) e 107 (4) da lei alemã relativa às sociedades por ações. Além disso, determinámos que o Dr. Achleitner e o Professor Dr. Kagermann são peritos e têm experiência profissional em gestão do risco e controlo do risco e que, por conseguinte, preenchem os requisitos da Secção 25d (12) da Lei bancária alemã como peritos em remuneração.

A declaração de conformidade nos termos da Secção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações, emitida pela última vez pelo Conselho de Fiscalização e pelo Conselho de Administração em 30 de outubro de

2012 e ajustada em 19 de março de 2013, foi reemitida na reunião do Conselho de Fiscalização em 29 de outubro de 2013. O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização declararam que o Deutsche Bank cumpriu e continuará a cumprir as recomendações do código de governo das sociedades alemão na sua versão de 13 de maio de 2013, com as exceções especificadas. O texto da declaração de conformidade de 2013, emitido em 29 de outubro de 2013 juntamente com uma apresentação abrangente do governo da sociedade do banco, pode ser encontrado a partir da página 459 do Relatório Financeiro de 2013 e no nosso sítio Web em www.deutsche-bank.de/ir/en/content/corporate_governance.htm. Os termos de referência do Conselho de Fiscalização e dos seus comités, bem como os do Conselho de Administração também estão aí publicados, cada um nas suas versões atualmente em vigor.

Formação e medidas de formação contínua

Os membros do Conselho de Fiscalização concluíram a formação e as medidas de formação contínua necessárias para desempenharem as suas tarefas, sob a sua própria responsabilidade. O Deutsche Bank prestou-lhes o apoio necessário neste contexto. Especialmente para os novos membros do Conselho de Fiscalização, realizaram-se, em julho de 2013 e em outubro de 2013, seminários internos de dois dias sobre as demonstrações financeiras anuais, a análise das contas anuais, a gestão do risco, as tarefas, os direitos e as responsabilidades dos membros do Conselho de Fiscalização. Vários membros que estão no Conselho de Fiscalização há muitos anos também estiveram presentes. Além disso, os membros do Conselho de Fiscalização foram informados dos novos desenvolvimentos em matéria de governo da sociedade. Alguns membros do Conselho de Fiscalização participaram ainda em cursos de formação externos.

Para os membros do Comité de Auditoria, as sessões de formação interna decorreram em novembro de 2013 e dezembro de 2013. Os principais tópicos foram as tarefas do Comité de Auditoria, a contabilidade, a gestão do risco, a auditoria interna e a auditoria das demonstrações financeiras. Os membros do Comité de Auditoria também discutiram os novos regulamentos de contabilidade e relato financeiro com membros do pessoal do departamento financeiro e com o auditor.

Como parte de um seminário, os membros do recém-criado Comité de Controlo de Remuneração analisaram os requisitos legais e regulamentares e as novas disposições estatutárias a serem respeitados a partir de 1 de janeiro de 2014.

Conflitos de interesse e o seu tratamento

Não existiram quaisquer conflitos de interesse de membros individuais do Conselho de Fiscalização no ano em análise.

Litígios e investigações regulamentares

Tal como em anos anteriores, recebemos regularmente informações sobre importantes processos judiciais e discutimos novas linhas de ação para o futuro. Nesses processos incluíam-se as ações de rescisão e a obtenção das informações arquivadas relativas às Assembleias-gerais de 2006 a 2013, assim como os processos judiciais do Dr. Kirch/do seu sucessor legal e da KGL Pool GmbH contra o Deutsche Bank e o Dr. Breuer. Particularmente o Comité do Presidente e o Comité de Integridade estiveram intensamente envolvidos nas deliberações do Conselho de Administração no que se refere ao acordo celebrado com os vários queixosos no processo Kirch em 20 de fevereiro de 2014.

Além disso, tanto nos comités como na sessão de plenário, abordámos extensivamente os processos relacionados com possíveis manipulações das taxas de referência (IBOR, LIBOR, EURIBOR, SIBOR, etc.), as investigações relativas à fixação de taxas de câmbio e o Office of Foreign Assets Control (Gabinete de Controlo de

Ativos Estrangeiros) (possíveis violações dos regulamentos de embargo dos EUA) e as investigações relacionadas com transações com Monte dei Paschi di Siena. Questões legais adicionais incluíram, em especial, os processos relativos à possível fraude do imposto sobre vendas (Umsatzsteuer) relacionada com o comércio de certificados de emissão de CO2 e a resolução do litígio jurídico com a Federal Housing Finance Agency dos EUA. Além disso, relatórios sobre importantes processos judiciais e sobre as investigações regulamentares das várias autoridades de supervisão foram apresentados com regularidade ao Conselho de Fiscalização e, com diferentes enfoques, aos Comités de Integridade, de Auditoria e de Risco.

Demonstrações financeiras anuais

A KPMG Aktiengesellschaft Wirtschaftsprüfungsgesellschaft auditou as contas, as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão de 2013, assim como as demonstrações financeiras consolidadas com as respetivas Notas e o Relatório de Gestão de 2013. A KPMG Aktiengesellschaft Wirtschaftsprüfungsgesellschaft foi eleita pela Assembleia-Geral Ordinária de 31 de maio de 2013 para ser o auditor das demonstrações financeiras anuais e das demonstrações financeiras consolidadas. Ambas as auditorias terminaram com a emissão de um parecer sem reservas. O Comité de Auditoria analisou os documentos das demonstrações financeiras anuais e das demonstrações financeiras consolidadas na reunião de 17 de março de 2014 e discutiu-os pormenorizadamente com o auditor. O Presidente do Comité de Auditoria informou-nos desta matéria na reunião de hoje do Conselho de Fiscalização. Com base na recomendação do Comité de Auditoria, que analisou as demonstrações financeiras anuais e o relatório de gestão de 2013, assim como as demonstrações financeiras consolidadas com as respetivas notas e o relatório de gestão de 2013 na reunião de 17 de março de 2014, e após a apreciação dos documentos das demonstrações financeiras anuais e das demonstrações financeiras consolidadas, concordámos com os resultados das auditorias após um debate exaustivo com o auditor e determinámos que, também com base nos resultados das nossas apreciações, não havia qualquer objeção a ser apresentada.

Hoje aprovámos as demonstrações financeiras anuais e as demonstrações financeiras consolidadas preparadas pelo Conselho de Administração; deste modo, ficam estabelecidas as demonstrações financeiras anuais. Concordamos com a proposta de aplicação de resultados do Conselho de Administração.

Questões pessoais

Não houve alterações no Conselho de Administração em 2013.

No Conselho de Fiscalização, registaram-se as alterações seguintes em 2013:

a Sra. Ruck, a Sra. Thieme, a Sra. Voigt, o Sr. Böhr, o Dr. Eick, o Sr. Viertel e o Sr. Wenning foram membros do Conselho de Fiscalização até à conclusão da Assembleia-geral de 23 de maio de 2013. Para lhes suceder, a Sra. Irrgang, o Sr. Bsirske, o Sr. Cryan, o Sr. Heider, o Sr. Rose, o Sr. Szukalski e o Sr. Thoma foram eleitos para o Conselho de Fiscalização. O Sr. Todenhöfer deixou o Conselho de Fiscalização em 31 de outubro de 2013. Para lhe suceder, a Sra. Dublon foi eleita para o Conselho de Fiscalização com efeitos a partir de 1 de novembro de 2013.

Gostaríamos de expressar os nossos sinceros agradecimentos aos membros que abandonaram o Conselho de Fiscalização no último ano, pela sua dedicação e pelo apoio que prestaram à sociedade ao longo dos anos.

Frankfurt am Main, 18 de março de 2014

O Conselho de Fiscalização



Dr. Paul Achleitner
Presidente

4 -

Declaração de Governo da Sociedade/ Relatório de Governo da Sociedade

504 Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização
515 Relato e Transparência
515 Operações com partes relacionadas
516 Auditoria e controlo
518 Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

Declaração de Governo da Sociedade/ Relatório de Governo da Sociedade

Todas as informações presentes nesta Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade são apresentadas conforme constam em 20 de fevereiro de 2014.

Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é responsável pela gestão da empresa. Os seus membros são solidariamente responsáveis pela administração da empresa. Os deveres, responsabilidades e procedimentos do nosso Conselho de Administração e dos cinco principais comités que estabeleceu são especificados nos seus Termos de Referência, cuja versão atual se encontra disponível no nosso sítio Web (www.deutsche-bank.com/corporate-governance).

Os parágrafos seguintes apresentam informações sobre os atuais membros do Conselho de Administração. As informações incluem o ano em que nasceram, o ano em que foram nomeados e o ano em que o seu mandato expira, os seus atuais cargos e área de responsabilidade e as suas principais atividades de negócio fora da empresa. Os membros do nosso Conselho de Administração comprometeram-se, de modo geral, a não assumir cargos de presidência de conselhos de fiscalização de empresas que não pertencem ao nosso grupo.

Jürgen Fitschen

Ano de nascimento: 1948
Nomeado em: 2009
Data de termo do mandato: 2017

Jürgen Fitschen tornou-se um membro do nosso Conselho de Administração em 1 de abril de 2009. Desde o final da Assembleia-Geral Anual de 31 de maio de 2012, ele é, juntamente com o Sr. Jain, Copresidente do Conselho de Administração. Na reunião do Conselho de Fiscalização de 29 de outubro de 2013, a nomeação do Sr. Fitschen foi prorrogada até 17 de março de 2017.

O Sr. Fitschen encontra-se no Deutsche Bank desde 1987; já foi membro do Conselho de Administração de 2001 até ao início de 2002 e é membro da Comissão Executiva do Grupo desde 2002. Primeiramente, em 2005, assumiu a responsabilidade funcional pela Gestão Regional global; desde junho de 2012 detém a responsabilidade funcional pela Gestão Regional do banco em todo o mundo, com exceção da região europeia do banco, mas incluindo a Alemanha e o Reino Unido.

O Sr. Fitschen estudou Economia e Administração de Empresas na Universidade de Hamburgo e concluiu um mestrado em Administração de empresas em 1975.

Entre 1975 e 1987, desempenhou vários cargos no Citibank em Hamburgo e Frankfurt am Main. Em 1983, foi nomeado membro do Comissão Executiva do Citibank na Alemanha.

O Sr. Fitschen é membro não executivo do Conselho de Administração da Kühne + Nagel International AG e membro do Conselho de Fiscalização da METRO AG.

Anshuman Jain

Ano de nascimento: 1963
Data da primeira nomeação: 2009
Data de termo do mandato: 2017

Anshuman Jain tornou-se membro do nosso Conselho de Administração em 1 de abril de 2009. Desde o final da Assembleia-Geral Anual de 31 de maio de 2012, ele é, juntamente com o Sr. Fitschen, Copresidente do Conselho de Administração.

O Sr. Jain entrou no Deutsche Bank em 1995 e tornou-se diretor da Unidade de Mercados Globais em 2001, bem como membro do Comissão Executiva do Grupo em 2002.

Jain concluiu uma licenciatura em Economia no Shri Ram College (Universidade de Deli), em 1983. Depois, estudou Gestão de Empresas na Universidade de Massachusetts, onde obteve um MBA em Finanças em 1985.

Depois de concluir os seus estudos universitários, Jain trabalhou até 1988 na Kidder Peabody, Nova Iorque, no setor de Estudos de Derivados. Entre 1988 e 1995, criou e geriu o grupo de fundos de cobertura para a Merrill Lynch em Nova Iorque.

O Sr. Jain não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Stefan Krause

Ano de nascimento: 1962
Data da primeira nomeação: 2008
Data de termo do mandato: 2018

Stefan Krause tornou-se membro do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva do Grupo em 1 de abril de 2008. Ele é o nosso diretor financeiro.

Anteriormente, o Sr. Krause trabalhou 20 anos na indústria automóvel, desempenhando vários altos cargos de direção com ênfase nas Finanças e Serviços Financeiros. Começou em 1987 no Departamento de Controlling da BMW, em Munique; depois passou para os EUA em 1993, constituindo e acabando por dirigir a divisão de serviços financeiros (Financial Services) da BMW nas Américas. Em 2001, regressou a Munique para se tornar diretor comercial da Europa Ocidental (excluindo a Alemanha). Foi nomeado membro do Conselho de Administração da BMW AG em maio de 2002, exercendo o cargo de diretor financeiro até setembro de 2007 e, posteriormente, o cargo de diretor comercial e de marketing.

O Sr. Krause estudou em Würzburg, tendo concluído o seu mestrado em Gestão de Empresas em 1986.

Krause não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Dr. Stephan Leithner

Ano de nascimento: 1966
Data da primeira nomeação: 2012
Data de termo do mandato: 2015

O Dr. Stephan Leithner tornou-se membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Grupo em 1 de junho de 2012. Como nosso CEO para a Europa (excluindo a Alemanha e o Reino Unido), ele é responsável pelos recursos humanos, pelas áreas de Legal & Compliance e de Government & Regulatory Affairs, pelo governo da sociedade e pela gestão regional. Ingressou no Deutsche Bank em 2000. Antes de assumir o cargo que desempenha atualmente, o Dr. Leithner foi codiretor da divisão de Corporate Finance e responsável

pelas equipas de Corporate Finance Country Coverage locais do Deutsche Bank na Europa e Ásia, bem como pelo Global Financial Institutions Group. No passado, já tinha sido responsável pelo segmento de M&A do Deutsche Bank na Alemanha e Europa. Antes de ingressar no Deutsche Bank em 2000, o Dr. Leithner foi sócio da McKinsey & Co. Estudou Economia e Gestão de Empresas na Universidade de St. Gallen, Suíça, onde se especializou em Finanças e Contabilidade, tendo concluído os seus estudos com um doutoramento.

O Dr. Leithner é membro dos seguintes Conselhos de Fiscalização: BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG, BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. e BVV Versorgungskasse e.V.

Stuart Wilson Lewis

Ano de nascimento: 1965
Data da primeira nomeação: 2012
Data de termo do mandato: 2015

Stuart Wilson Lewis tornou-se membro do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Grupo em 1 de junho de 2012. Ele é o nosso diretor de risco. Ingressou no Deutsche Bank em 1996. Antes de assumir o cargo atual, Lewis foi diretor-adjunto de risco e diretor de risco do Corporate & Investment Bank de 2010 a 2012. Entre 2006 e 2010, foi diretor de crédito.

Antes de se juntar ao Deutsche Bank em 1996, trabalhou no Credit Suisse e no Continental Illinois National Bank em Londres. Estudou na Universidade de Dundee, onde obteve um LLB (Hons), e possui um LLM pela London School of Economics. Também frequentou a Faculdade de Direito de Guildford.

O Sr. Lewis é membro não executivo do Conselho de Administração da Bolsa de Valores de Londres.

Rainer Neske

Ano de nascimento: 1964
Data da primeira nomeação: 2009
Data de termo do mandato: 2017

Rainer Neske tornou-se membro do Conselho de Administração em 1 de abril de 2009. Ingressou no Deutsche Bank em 1990 e, em 2000, foi nomeado membro do Conselho de Administração do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG. É membro da Comissão Executiva do Grupo desde 2003. De 2003 a 2011, o Sr. Neske foi porta-voz do Conselho de Administração do Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG. No nosso Conselho de Administração, é responsável pela divisão de Private & Business Clients.

Neske estudou Informática e Gestão de Empresas na Universidade de Karlsruhe. Terminou o seu mestrado em Tecnologias da Informação em 1990.

Neske não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Henry Ritchotte

Ano de nascimento: 1963
Data da primeira nomeação: 2012
Data de termo do mandato: 2015

Henry Ritchotte tornou-se membro do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva do Grupo em 1 de junho de 2012. É o nosso diretor de operações. Ingressou no Deutsche Bank em 1995. Antes de assumir o cargo que desempenha atualmente, o Sr. Ritchotte foi diretor de operações do Corporate & Investment Bank entre 2010 e 2012, já tendo sido diretor de operações da divisão Unidade de Mercados Globais. O seu papel foi decisivo na recalibração estratégica e na integração do Corporate & Investment Bank. Anteriormente, deteve funções no Deutsche Bank como o cargo de diretor da Unidade de Mercados Globais em

Tóquio. O Sr. Ritchotte ingressou no Deutsche Bank em 1995 na área de vendas de rendimento fixo, depois de ter iniciado a sua carreira na Merrill Lynch em Nova Iorque em 1993.

Possui uma licenciatura em História do Haverford College, um mestrado em Estudos East Asian e um MBA da Universidade de Chicago.

Henry Ritchotte não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação.

Comissão Executiva do Grupo

A Comissão Executiva do Grupo foi criada em 2002. É composta pelos membros do Conselho de Administração e por representantes sénior das regiões, das divisões corporativas e de determinadas funções da infraestrutura nomeados pelo Conselho de Administração. Os Copresidentes do Conselho de Administração – Sr. Fitschen e Sr. Jain – também são Copresidentes da Comissão Executiva do Grupo.

A Comissão Executiva do Grupo desempenha funções de consultoria, de coordenação e de preparação de decisões para o Conselho de Administração, principalmente no que se refere ao posicionamento estratégico e a matérias relacionadas com a estrutura e a cultura corporativas.

Conselho de Fiscalização

O Conselho de Fiscalização nomeia, supervisiona e aconselha o Conselho de Administração e está diretamente envolvido nas decisões de fundamental importância para o banco. O Conselho de Administração informa com regularidade o Conselho de Fiscalização acerca das políticas comerciais previstas e de outros temas fundamentais relacionados com o ativo, passivo, situação financeira, lucros, assim como qualquer situação de risco, gestão do risco e controlo do risco. No mínimo uma vez por ano, o Conselho de Fiscalização recebe um relatório em matéria de planeamento corporativo. O Conselho de Fiscalização decide sobre a nomeação e a destituição dos membros do Conselho de Administração, incluindo o plano de sucessão a longo prazo do Conselho de Administração, com base nas recomendações do Comité do Presidente. Tendo em conta as recomendações do Comité de Controlo de Remuneração, o Conselho de Fiscalização determina a remuneração total de cada membro do Conselho de Administração, delibera quanto ao sistema de remuneração para o Conselho de Administração e revê o mesmo regularmente. A coordenação dos trabalhos no Conselho de Fiscalização cabe ao seu Presidente. Este mantém contacto regular com o Conselho de Administração, especialmente com os Copresidentes do Conselho de Administração, e consulta-os em matéria de estratégia, desenvolvimento de negócios e gestão do risco. O Presidente do Conselho de Fiscalização é informado imediatamente pelos Copresidentes do Conselho de Administração de importantes eventos com impacto significativo na situação, desenvolvimento e gestão do Grupo Deutsche Bank. Os tipos de negócios que exigem a aprovação do Conselho de Fiscalização para que possam ocorrer estão enunciados na Secção 13 dos nossos estatutos. O Conselho de Fiscalização reúne-se, se necessário, sem o Conselho de Administração. Para dar cumprimento às suas funções, o Conselho de Fiscalização pode, ao seu critério, recorrer aos serviços de auditores, de conselheiros jurídicos e de outros consultores internos e externos.

Os deveres, procedimentos e comités do Conselho de Fiscalização encontram-se especificados nos seus termos de referência. A sua versão atual encontra-se disponível no sítio Web do Deutsche Bank (www.deutsche-bank.com/corporate-governance).

Os membros que representam os nossos acionistas foram eleitos na Assembleia-Geral Anual de 23 de maio de 2013, exceto a Sr.ª Garrett-Cox, que foi eleita na Assembleia-Geral Anual de 26 de maio de 2011 e o Dr. Achleitner, o Sr. Löscher e o Professor Dr. Trützschler, que foram eleitos na Assembleia-Geral Anual de 31 de maio de 2012. A eleição dos representantes dos funcionários decorreu em 16 de abril de 2013. As eleições dos representantes dos acionistas, com exceção da Sra. Garrett-Cox, foram contestadas pelos acionistas. Os tribunais ainda não deram indicações da eventual ineficácia das resoluções sobre as eleições ao Conselho de Fiscalização e as disputas legais continuam.

A tabela abaixo apresenta informações acerca dos atuais membros do Conselho de Fiscalização. As informações incluem os anos em que os membros nasceram, os anos em que foram eleitos ou nomeados pela primeira vez, os anos em que os seus mandatos expiram, a sua principal atividade e cargos em conselhos de fiscalização de outras empresas, outros cargos de direção não executiva e outras posições.

Membro	Principal atividade	Cargos no Conselho de Fiscalização e outros cargos de direção
Dr. Paul Achleitner Ano de nascimento: 1956 Ano de eleição: 2012 Data de termo do mandato: 2017	Presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG, Frankfurt	Bayer AG; Daimler AG; RWE AG (até abril de 2013); Henkel AG & Co. KGaA; (membro do Comité dos Acionistas)
Frank Bsirske* Ano de nascimento: 1952 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018	Presidente do sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft, Berlin	RWE AG (Vice-Presidente); Deutsche Postbank AG (Vice-Presidente); IBM Central Holding GmbH; Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW)
John Cryan Ano de nascimento: 1960 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018	Presidente para a Europa, diretor para África, diretor da Portfolio Strategy e diretor da Credit Portfolio da Temasek International Pte Ltd., Singapura	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Dina Dublon Ano de nascimento: 1953 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018		Accenture Plc; Microsoft Corporation; PepsiCo Inc.
Katherine Garrett-Cox Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 2011 Data de termo do mandato: 2016	Diretora-geral da Alliance Trust Plc, Dundee	Alliance Trust Savings Ltd. (presidente executivo); Alliance Trust Investments (anteriormente Alliance Trust Asset Management Ltd.) (diretor executivo)
Timo Heider* Ano de nascimento: 1975 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Postbank AG; Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores do BHW Bausparkasse AG; Postbank Finanzberatung AG e BHW Kreditservice GmbH; Presidente da Comissão de Trabalhadores do BHW Bausparkasse AG; BHW Kreditservice GmbH; Postbank Finanzberatung AG e BHW Holding AG; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores Europeia	Deutsche Postbank AG; BHW Bausparkasse AG (Vice-Presidente); BHW Holding AG (Vice-Presidente); Pensionskasse der BHW Bausparkasse AG VVa.G. (Vice-Presidente)
Alfred Herling* Ano de nascimento: 1952 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2018	Vice-presidente do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG desde 23 de maio de 2013; Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada Wuppertal/Sauerland do Deutsche Bank; Presidente da Comissão Geral de Trabalhadores do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores Europeia; Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Sabine Irrgang* Ano de nascimento: 1962 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018	Diretora de Gestão de Recursos Humanos no Sul (Südbaden e Württemberg), Deutsche Bank AG	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Prof. Dr. Henning Kagermann Ano de nascimento: 1947 Ano de eleição: 2000 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da acatech – Academia Alemã de Ciência e Engenharia, Munique	Münchener Rückversicherungs-Gesellschaft Aktiengesellschaft; Nokia Corporation; Deutsche Post AG; Wipro Technologies; BMW Bayerische Motoren Werke AG; Franz Haniel & Cie. GmbH
Martina Klee* Ano de nascimento: 1962 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores do Grupo diretor de operações Eschborn/Frankfurt do Deutsche Bank	Sterbekasse für die Angestellten der Deutsche Bank VVa.G.

Membro	Principal atividade	Cargos em Conselhos de Fiscalização e em outros cargos de direção
Suzanne Labarge Ano de nascimento: 1946 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2018		Coca-Cola Enterprises Inc.; XL Group Plc
Peter Löscher Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2012 Data de termo do mandato: 2017	Presidente do Conselho Diretivo da Siemens Stiftung	Münchener Rückversicherungs-Gesellschaft Aktiengesellschaft, TBG Limited (Thyssen-Bornemisza Group)
Henriette Mark* Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2003 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada de Munique e sul da Baviera do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores do Grupo do Deutsche Bank; Membro da Comissão de Trabalhadores Geral do Deutsche Bank; Presidente da Comissão de Trabalhadores Europeia	Não possui nenhum cargo de direção numa entidade externa sujeito a requisitos de informação
Gabriele Platscher* Ano de nascimento: 1957 Ano de eleição: 2003 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores Combinada de Braunschweig/Hildesheim do Deutsche Bank	BVV Versicherungsverein des Bankgewerbes a.G. (vice-presidente); BVV Versorgungskasse des Bankgewerbes e.V. (vice-presidente); BVV Pensionsfonds des Bankgewerbes AG (vice-presidente)
Bernd Rose* Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018	Presidente da Comissão de Trabalhadores Geral conjunta de Postbank Filialvertrieb AG e Postbank Filial GmbH	Deutsche Postbank AG; Postbank Filialvertrieb AG; ver.di Vermögensverwaltungsgesellschaft (vice-presidente)
Rudolf Stockem* Ano de nascimento: 1956 Promovido ao cargo como Membro Alternativo: 2012 Data de termo do mandato: 2018	Secretário do sindicato ver.di (Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft), Berlim	Generali Holding Deutschland AG (até dezembro de 2013), Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG
Stephan Szukalski* Ano de nascimento: 1967 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018	Presidente Federal da Associação Alemã de Trabalhadores Bancários (Deutscher Bankangestellten-Verband: DBV); Presidente da Comissão de Trabalhadores de Betriebs-Center für Banken AG	Betriebs-Center für Banken AG
Dr. Johannes Teyssen Ano de nascimento: 1959 Ano de eleição: 2008 Data de termo do mandato: 2018	Presidente do Conselho de Administração de E.ON SE, Düsseldorf	Salzgitter AG
Georg F. Thoma Ano de nascimento: 1944 Ano de eleição: 2013 Data de termo do mandato: 2018	Sócio, Shearman & Sterling LLP, Frankfurt	NOVA Chemicals Corporation (até fevereiro de 2014)
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler Ano de nascimento: 1948 Ano de eleição: 2012 Data de termo do mandato: 2017		Sartorius AG; TAKKT AG (Vice-presidente desde fevereiro de 2013; Presidente até janeiro de 2013); Wuppermann AG (Presidente); Zwiesel Kristallglas AG (Presidente); Wilh. Werhahn KG; Bilfinger SE (até junho de 2013)

* Eleito pelos funcionários na Alemanha.

Sr.ª Ruck, Sr.ª Thieme, Sr.ª Voigt, Sr. Böhr, Dr. Eick, Sr. Viertel e Sr. Wenning foram membros do Conselho de Fiscalização até ao final da Assembleia Geral em 23 de maio de 2013 e foram substituídos por: Sr.ª Irrgang, Sr. Bsirske, Sr. Cryan, Sr. Heider, Sr. Rose, Sr. Szukalski e Sr. Thoma. O Sr. Todenhöfer retirou-se do Conselho de Fiscalização em 31 de outubro de 2013 e foi substituído pela Sr.ª Dublon, que foi eleita para o Conselho de Fiscalização com efeitos a partir de 1 de novembro de 2013.

De acordo com a lei bancária alemã, os membros do Conselho de Fiscalização devem ser de confiança e possuir os conhecimentos necessários para desempenhar a sua função de controlo e para avaliar e supervisionar os negócios que a sociedade opera. Tendo em conta estes requisitos em conformidade com a Secção 5.4.1 do Código de governo das sociedades alemão, o Conselho de Fiscalização estabeleceu os seguintes objetivos para a sua composição em outubro de 2010 e alterou-os pela última vez em janeiro de 2014. Estes objetivos também foram incorporados na Secção 4 dos Termos de Referência do Conselho de Fiscalização (consulte: www.deutsche-bank.de/corporate-governance).

O Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG tem de ser composto de forma que os seus membros enquanto grupo possuam os conhecimentos, as competências e a experiência necessários ao bom desempenho das funções que lhes competem. Em particular os membros do Conselho de Fiscalização devem ter tempo suficiente para executar os respetivos mandatos. Por um lado, a composição do Conselho de Fiscalização deve assegurar que o Conselho de Fiscalização está em condições de controlar e aconselhar o Conselho de Administração de um banco internacional amplamente posicionado. Por outro, deve preservar a reputação do Grupo Deutsche Bank. A este respeito, deve ser prestada uma atenção especial à integridade, personalidade, empenho, profissionalismo e independência dos candidatos. O objetivo é que o Conselho de Fiscalização enquanto grupo possua todos os conhecimentos e experiência considerados fundamentais tendo em conta as atividades do Grupo Deutsche Bank.

Além disso, o Conselho de Fiscalização terá um número adequado de membros independentes e não deverá ter mais de dois ex-membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank AG. Partindo do princípio que o facto de os representantes dos trabalhadores exercerem um mandato no Conselho de Fiscalização não pode constituir um argumento para duvidar do cumprimento dos critérios de independência segundo a secção 5.4.2 do Código, o Conselho de Fiscalização deve ter, no mínimo, um total de 16 membros considerados independentes (conforme a definição do Código). Em qualquer caso, o Conselho de Fiscalização deve ser composto, no mínimo, por seis representantes dos acionistas considerados independentes na aceção da secção 5.4.2. do Código. Os membros do Conselho de Fiscalização não podem exercer funções num órgão de gestão dos principais concorrentes, nem prestar serviços de consultoria aos mesmos. Conflitos de interesse importantes e não apenas temporários sobre a pessoa de um membro do Conselho de Fiscalização devem conduzir a uma cessação do mandato. Com efeitos a partir de 1 de julho de 2014 – fora do grupo de empresas independentes desta sociedade por ações – os membros do Conselho de Fiscalização não detêm mais do que o máximo de mandatos do Conselho de Fiscalização especificados na Secção 25d da lei bancária alemã (KWG) ou mandatos em órgãos de fiscalização de empresas com requisitos semelhantes. Há um limite regular de idade máxima de 70. Em casos específicos e devidamente justificados, uma pessoa pode ser eleita ou nomeada para o Conselho de Fiscalização por um período que se prolongue, no máximo, até ao final da quarta Assembleia-Geral Ordinária que se realize após essa pessoa ter celebrado o 70.º aniversário. Este limite de idade foi tido em consideração nas listas de candidatos apresentadas às recentes Assembleias-Gerais e será igualmente tido em consideração para as próximas eleições do Conselho de Fiscalização ou subsequentes nomeações de pessoas para eventuais vagas no Conselho de Fiscalização.

O Conselho de Fiscalização respeita a diversidade quando propõe membros para o Conselho de Fiscalização. À luz das operações internacionais do Deutsche Bank, há que garantir que o Conselho de Fiscalização possui um número adequado de membros com vasta experiência internacional. Atualmente, as carreiras profissionais e vidas privadas dos quatro membros do Conselho de Fiscalização estão centralizadas fora da Alemanha. Além disso, todos os representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização têm vários anos de experiência internacional, que decorre do facto de serem ou de já terem sido membros de Conselhos de Administração, CEO ou de terem uma função executiva comparável em empresas com operações internacionais. Por conseguinte, o Conselho de Fiscalização acredita que as atividades internacionais da empresa estão devidamente cobertas. O objetivo é manter o atual perfil internacional.

Para as listas de candidatos apresentadas à Assembleia-Geral, o Conselho de Fiscalização zela para que haja uma representatividade adequada de mulheres. Em 2008, aquando do processo de seleção das últimas eleições do Conselho de Fiscalização, já foi prestada uma atenção especial a esta matéria, assim como para

as eleições do ano de 2013. Aquando da análise dos potenciais candidatos para uma nova eleição ou nomeações subsequentes para vagas no Conselho de Fiscalização, devem ser incluídas mulheres qualificadas no processo. Em conformidade com os objetivos especificados, a Sr.ª Garrett-Cox foi eleita na Assembleia Geral de 2011 e a Sr.ª Dublon na Assembleia Geral de 2013, em cada caso com base na proposta do Conselho de Fiscalização. Desde as eleições de 2003 para o Conselho de Fiscalização, este órgão é constituído por 25% a 40% de mulheres. O Conselho de Fiscalização conta atualmente com sete mulheres entre os seus membros, o que corresponde a 35%, e três delas são representantes dos acionistas. Empenhar-nos-emos por manter este número. Deve-se ter em conta que o Conselho de Fiscalização só pode influenciar a composição do Conselho de Fiscalização através das suas listas de candidatos apresentadas à Assembleia Geral (para obter informações acerca das iniciativas do Deutsche Bank em matéria de diversidade, consulte o Relatório Anual de 2013, disponível em www.deutsche-bank.com/ir/en/content/reports_2013.htm e no Portal de Carreira do Deutsche Bank na Internet em www.db.com/careers/index_e.html).

Em conformidade com a Secção 5.4.2 do Código de governo das sociedades alemão, o Conselho de Fiscalização determinou que possui aquilo que considera ser um número adequado de membros independentes.

Alguns membros do Conselho de Fiscalização desempenham, ou desempenharam no ano passado, cargos de relevo em outras empresas com as quais o Deutsche Bank tem relações comerciais. As transações comerciais com estas empresas são realizadas sob as mesmas condições que entre empresas terceiras não relacionadas. Estas transações, na nossa opinião, não afetam a independência dos membros do Conselho de Fiscalização envolvidos.

Comissões Especializadas Permanentes

O Conselho de Fiscalização criou cinco comissões especializadas permanentes. O Relatório do Conselho de Fiscalização do relatório financeiro de 2013 fornece informações acerca do trabalho específico desenvolvido por estas comissões especializadas no ano transato.

Comité do Presidente: O Comité do Presidente é responsável por todos os assuntos do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização. O Comité do Presidente prepara as decisões para o Conselho de Fiscalização sobre a nomeação e destituição dos membros do Conselho de Administração, incluindo o plano de sucessão a longo prazo, tendo em conta as recomendações do Comité de Nomeações. É ainda responsável por celebrar, alterar e rescindir os contratos de prestação de serviços e outros acordos tendo em conta a autoridade exclusiva do Conselho de Fiscalização para tomar decisões sobre a remuneração dos membros do Conselho de Administração. Além disso, aprova as atividades acessórias, cargos honorários ou tarefas especiais dos membros do Conselho de Administração fora do Grupo Deutsche Bank, nos termos da Secção 112 da Lei alemã relativa às sociedades por ações; aprova ainda determinados contratos com membros do Conselho de Fiscalização nos termos da Secção 114 da Lei alemã relativa às sociedades por ações. Prepara igualmente as decisões do Conselho de Fiscalização em matéria de governo da sociedade. O Comité do Presidente realizou oito reuniões em 2013.

Os atuais membros do Comité do Presidente são Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske (desde 23 de maio de 2013), Alfred Herling e Professor Dr. Henning Kagermann (desde 1 de novembro de 2013)

Comité de Nomeações: Os representantes dos acionistas no Comité de Nomeações preparam as propostas do Conselho de Fiscalização para a eleição ou nomeação dos novos representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. Neste contexto, eles orientam as suas recomendações com base nos critérios especificados pelo Conselho de Fiscalização para a sua composição. Em conformidade com os critérios especificados pelo Conselho de Fiscalização para a sua composição. Em conformidade com a Secção 25 d (11) da lei bancária alemã (KWG), que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2014, o Comité de Nomeações apoia o Conselho de Fiscalização a identificar candidatos para preencher os cargos no Conselho de Administração do banco, a elaborar objetivos para promover a representação do género sub-representado no Conselho de Fiscalização, bem como uma estratégia para atingir esse objetivo. Apoia ainda o Conselho de Fiscalização na avaliação regular (pelo menos uma vez por ano) da estrutura, tamanho, composição e desempenho do Conselho de

Administração e do Conselho de Fiscalização e faz recomendações em relação a isso ao Conselho de Fiscalização. Continua a apoiar o Conselho de Fiscalização na avaliação regular (pelo menos uma vez por ano) dos conhecimentos, competências e experiência de cada membro do Conselho de Administração e do Conselho de Fiscalização, bem como do respetivo organismo coletivamente. O Comité de Nomeações analisa os princípios da administração para a seleção e nomeação de pessoas para os níveis superiores de gestão, assim como as recomendações feitas ao Conselho de Administração a este respeito. O Comité de Nomeações realizou duas reuniões em 2013.

Os atuais membros do Comité de Nomeações são Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske (desde 29 de outubro de 2013), Alfred Herling (desde 29 de outubro de 2013), Professor Dr. Henning Kagermann (desde 1 de novembro de 2013) e Dr. Johannes Teyssen (desde 23 de maio de 2013).

Comité de Auditoria: O Comité de Auditoria apoia o Conselho de Fiscalização particularmente nas seguintes matérias: no acompanhamento dos processos de contabilidade financeira; na eficácia do sistema de gestão do risco (especialmente do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna); na auditoria das demonstrações financeiras (especialmente no que diz respeito à independência do auditor e aos serviços adicionais prestados pelo auditor); e na correção imediata – através de medidas adequadas – de deficiências identificadas pelo auditor no Conselho de Administração. O Comité de Auditoria pré-analisa a documentação relacionada com as demonstrações financeiras consolidadas e anuais e discute os relatórios de auditoria com o auditor. Prepara ainda as decisões do Conselho de Fiscalização no estabelecimento das demonstrações financeiras anuais, a aprovação das demonstrações financeiras consolidadas e discute alterações importantes aos métodos de auditoria e de contabilidade. O Comité de Auditoria também discute as demonstrações financeiras trimestrais e o relatório de revisão limitada das demonstrações financeiras trimestrais com o Conselho de Administração e o auditor antes da sua publicação. Além disso, o Comité de Auditoria submete propostas de nomeação do auditor ao Conselho de Fiscalização e prepara a proposta do Conselho de Fiscalização a ser apresentada na Assembleia Geral de eleição do auditor. O Comité de Auditoria aconselha o Conselho de Fiscalização quanto à emissão do mandato de auditoria para o auditor eleito pela Assembleia Geral, apresenta propostas ao Conselho de Fiscalização quanto à remuneração do auditor e apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização da independência, habilitações e eficiência do auditor, bem como na rotação dos membros da equipa de auditoria. O Comité de Auditoria tem direito a receber, no âmbito das suas atividades, informações do auditor, do Conselho de Administração, do responsável pela auditoria interna e do responsável pelo controlo do risco e – com o consentimento prévio do Conselho de Administração – dos gestores seniores do banco que reportam diretamente ao Conselho de Administração. O Presidente do Comité de Auditoria tem direito, além do Presidente do Conselho de Fiscalização, a receber informações diretamente do Diretor de Conformidade. O Comité de Auditoria é responsável por reconhecer comunicações sobre cortes significativos no orçamento para questões de conformidade e por receber e processar o relatório do Diretor de Conformidade sobre a adequação e eficácia dos princípios, métodos e procedimentos de acordo com a Secção 33 (1) ponto 2, n.º 5 da Lei alemã relativa às transações de títulos (WpHG) (Relatório de Conformidade). O Relatório de Conformidade é emitido, pelo menos, uma vez por ano. O diretor da auditoria do grupo reporta regularmente ao Comité de Auditoria quanto ao seu trabalho em curso. O Comité de Auditoria é informado sobre auditorias especiais, reclamações significativas e outras medidas excecionais por parte de autoridades reguladoras da banca. Tem a responsabilidade funcional de receção e tratamento de reclamações relativas à contabilidade, ao processo de auditoria interna e a questões relacionadas com a auditoria. O Comité de Auditoria apoia o Conselho de Fiscalização na aprovação de mandatos que envolvam o auditor em serviços que não de auditoria (neste âmbito, consulte também a secção Honorários e serviços do auditor externo, a partir da página 471 da Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade). O Comité de Auditoria realizou onze reuniões em 2013.

Os atuais membros do Comité de Auditoria são John Cryan (Presidente desde 23 de maio de 2013), Dr. Paul Achleitner, Henriette Mark, Gabriele Platscher (desde 23 de maio de 2013), Bernd Rose (desde 23 de maio de 2013) e Professor Dr. Klaus Rüdiger Trützschler.

Comité de Risco: O Comité de Risco aconselha o Conselho de Fiscalização em particular sobre a atual e futura apetências para o risco global e sobre a estratégia de risco global. Além disso, presta apoio ao Conselho de Fiscalização na monitorização da implementação desta estratégia por parte da administração superior. O Comité de Risco monitoriza os termos e condições no negócio do cliente para garantir que estes estão em linha com o modelo de negócios e de estrutura do risco do banco. Posteriormente, submeterá as propostas, conforme necessário, ao Conselho de Administração, indicando como os termos e condições podem ser estruturados e alinhados com o modelo de negócios e de estrutura do risco do banco. O Comité de Risco analisa se os incentivos definidos pelo sistema de compensação tomam em consideração a estrutura de risco, capital e liquidez da sociedade, bem como a probabilidade e o sincronismo dos ganhos. O Comité de Risco também realiza todas as tarefas que lhe são atribuídas por lei ou pelas autoridades reguladoras. Trata dos empréstimos que requerem uma resolução do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos nossos Estatutos. A seu critério, concede autorização para a aquisição de participações em outras empresas que totalizam 2% a 3% dos requisitos de fundos próprios, caso seja provável que a participação acionista não permaneça em nossa posse, total ou parcialmente, por um período superior a doze meses. Nas reuniões do Comité de Risco, o Conselho de Administração presta contas em matéria de riscos de crédito, mercado, liquidez, reputação, bem como riscos operacionais e jurídicos. O Conselho de Administração também informa sobre a estratégia de risco, carteiras de crédito, empréstimos que requerem uma aprovação do Conselho de Fiscalização nos termos da lei ou dos nossos estatutos, questões de recursos de capital e assuntos de especial importância devido aos riscos que implicam (para obter informações adicionais sobre a divulgação dos objetivos de gestão do risco e políticas para as categorias de risco individual, consulte o Relatório de Risco a partir da página 55 do Relatório Financeiro). O presidente do Comité de Risco tem direito a receber, no âmbito das suas atividades, informações diretamente do Conselho de Administração, do responsável pela auditoria interna e do responsável pelo controlo do risco e – com o consentimento prévio do Conselho de Administração – dos gestores seniores do banco que reportam diretamente ao Conselho de Administração. O Comité de Risco realizou seis reuniões em 2013.

Os atuais membros do Comité de Risco são o Dr. Paul Achleitner (Presidente), John Cryan (desde 23 de maio de 2013), Dina Dublon (desde 1 de novembro de 2013), Suzanne Labarge e Rudolf Stockem (desde 23 de maio de 2013).

Comité de Integridade: Recém-criado em 22 de maio de 2013, o Comité de Integridade aconselha e monitoriza regularmente o Conselho de Administração quanto às suas medidas por forma a garantir o desenvolvimento sustentável e economicamente sólido da empresa, protegendo os recursos do ambiente natural, mantendo a responsabilidade social e respeitando os princípios do governo da sociedade e da gestão segura e responsável (aspetos ambientais, sociais e de governação – ESG), bem como a integração destes aspetos na gestão de negócios convencional (cultura corporativa). O Comité de Integridade monitoriza as medidas do Conselho de Administração para assegurar a conformidade da sociedade com os requisitos legais, regulamentos das autoridades e as políticas internas da própria sociedade. É responsável por analisar regularmente o Código de Conduta Empresarial e Código de Ética do banco a fim de promover uma conduta ética e moral dentro e fora da sociedade. Além disso, é responsável pela monitorização de precaução e pela análise estratégica dos riscos legais e de reputação do banco que têm o potencial para colocar todo o banco em risco ou conduzir a queixas substanciais por danos contra os atuais ou antigos membros do Conselho de Administração. É ainda responsável por aconselhar e monitorizar regularmente o Conselho de Administração a fim de abordar esses riscos no âmbito da cultura corporativa, da conformidade e do Código de Conduta Empresarial e Código de Ética para que aqueles sejam evitados. O Comité de Integridade realizou cinco reuniões em 2013.

Os atuais membros do Comité de Integridade são Georg Thoma (Presidente), Dr. Paul Achleitner, Sabine Irrgang, Timo Heider, Martina Klee e Peter Löscher (todos desde 23 de maio de 2013).

Comité de Controlo de Remuneração: Estabelecido a 29 de outubro de 2013, o Comité de Controlo de Remuneração apoia o Conselho de Fiscalização na adequada estruturação dos sistemas de remuneração da direção. Monitoriza a estrutura adequada dos sistemas de remuneração da direção e dos funcionários e, em

particular, a estrutura adequada de remuneração dos diretores de controlo de risco e de conformidade e dos funcionários que têm uma influência substancial no perfil de risco global do banco. Apoia o Conselho de Fiscalização na monitorização da estrutura adequada dos sistemas de remuneração dos funcionários da empresa e avalia os efeitos dos sistemas de remuneração na gestão de risco, capital e liquidez, assegurando que os sistemas de remuneração se encontram alinhados com a estratégia de negócios focada no desenvolvimento sustentável do banco, com as estratégias de risco que daí derivam e com as estratégias de remuneração aos níveis da sociedade e do Grupo. O Comité de Controlo de Remuneração prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização sobre a remuneração dos membros de direção considerando, em particular, os efeitos das resoluções sobre os riscos da sociedade e a gestão do risco. Os interesses a longo prazo de acionistas, investidores e de outras partes interessadas, bem como o interesse público, também são tidos em conta. Prepara as resoluções do Conselho de Fiscalização sobre como definir o montante total de remuneração variável para membros de direção seniores (em conformidade com a Seção 45 (2), frase 1, n.º 5a da lei bancária alemã (KWG) tendo em consideração a Secção 7 do Regulamento sobre remuneração em instituições financeiras (InstVV)) e sobre como definir os parâmetros de remuneração adequados, metas para as contribuições por desempenho, períodos de pagamento e diferimento, bem como as condições para uma perda completa ou redução parcial da Remuneração Variável. Também verifica regularmente, pelo menos anualmente, se as especificações adotadas ainda são apropriadas. Além disso, verifica (como parte do seu apoio ao Conselho de Fiscalização na monitorização da estrutura adequada dos sistemas de remuneração aos funcionários) regularmente (pelo menos anualmente) e em particular se o montante total da remuneração variável foi definido em conformidade com a Seção 45 (2), frase 1, n.º 5a da lei bancária alemã (KWG) tendo em consideração a Seção 7 do Regulamento sobre remuneração em instituições financeiras (InstVV) e se os princípios especificados para avaliar os parâmetros de remuneração, contribuições pelo desempenho, bem como os períodos de pagamento e diferimento, incluindo as condições para uma perda completa ou redução parcial da Remuneração Variável, são adequados. Adicionalmente, apoia o Conselho de Fiscalização a monitorizar se os controlos internos e outras áreas relevantes estão adequadamente envolvidas na estruturação dos sistemas de remuneração. Durante o exercício financeiro de 2013 realizou-se um seminário e uma conferência telefónica com o Comité de Controlo de Remuneração. O Comité de Controlo de Remuneração não realizou reuniões em 2013.

Dr. Paul Achleitner (Presidente), Frank Bsirske, Alfred Herling, Professor Dr. Henning Kagermann são membros do Comité de Controlo de Remuneração desde 29 de outubro de 2013.

Comité de Mediação: Para além destes seis comités, existe ainda o Comité de Mediação, obrigatório ao abrigo da legislação alemã, que prepara propostas para o Conselho de Fiscalização relativas à nomeação ou destituição de membros do Conselho de Administração quando o Conselho de Fiscalização não consegue alcançar uma decisão por maioria de dois terços relativamente à nomeação ou destituição de um membro. O Comité de Mediação apenas se reúne se for necessário e não realizou quaisquer reuniões em 2013. Os atuais membros do Comité de Mediação são Dr. Paul Achleitner (Presidente), Alfred Herling, Professor Dr. Henning Kagermann (desde 1 de novembro de 2013) e Stephan Szukalski (desde 23 de maio de 2013).

Todos os pormenores que regulam o funcionamento do Comité do Presidente, o Comité de Nomeações, o Comité de Auditoria, o Comité de Risco, o Comité de Integridade e o Comité de Controlo de Remuneração constam de Termos de Referência independentes. As versões atuais encontram-se disponíveis no nosso sítio Web, juntamente com os Termos de Referência do nosso Conselho de Fiscalização (consulte: www.deutsche-bank.com/corporate-governance).

Planos de ações

Para obter mais informações sobre os nossos programas de ações para funcionários, consulte a Nota 35 “Benefícios dos colaboradores” nas demonstrações financeiras consolidadas.

Relato e Transparência

Participação dos Administradores

Conselho de Administração. Para a participação acionista do Conselho de Administração, agradecemos que consulte o nosso Relatório de Remuneração detalhado no Relatório de Gestão.

Conselho de Fiscalização. Os atuais membros do nosso Conselho de Fiscalização detinham as seguintes ações e prémios de ações ao abrigo dos nossos planos de oferta de ações a colaboradores.

Membros do Conselho de Fiscalização	Número de ações	Número de prémios em ações
Dr. Paul Achleitner	0	0
Frank Bsirske	0	0
John Cryan	0	0
Dina Dublon	0	0
Katherine Garrett-Cox	0	0
Timo Heider	0	0
Alfred Herling	1.135	10
Sabine Irrgang	531	10
Prof. Dr. Henning Kagermann	0	0
Martina Klee	1.035	10
Suzanne Labarge	0	0
Peter Löscher	0	0
Henriette Mark	692	10
Gabriele Platscher	929	5
Bernd Rose	0	0
Rudolf Stockem	0	0
Stephan Szukalski	0	0
Dr. Johannes Teyssen	0	0
Georg Thoma	0	0
Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler	2.250	0
Total	6.572	45

Os membros do Conselho de Fiscalização detinham 6.572 ações, ascendendo a menos de 0,01% das nossas ações em 20 de fevereiro de 2014.

Conforme listado na coluna “Número de prémios em ações” na tabela, os membros que são colaboradores do Deutsche Bank detêm prémios correspondentes concedidos no âmbito do Plano de Compra de Ações Global, que está programado para lhes ser entregue em 1 de novembro de 2014.

Conforme descrito no "Relatório de gestão: Relatório de remuneração: Sistema de remuneração para membros do Conselho de Fiscalização, a partir do exercício de remuneração de 2013, em fevereiro do ano seguinte, 25% da remuneração de cada membro pelos serviços como membro do Conselho de Fiscalização para o exercício anterior é, ao invés de ser pago em dinheiro, convertido em ações teóricas do Deutsche Bank. O valor final em numerário das ações teóricas é pago ao membro em fevereiro do ano seguinte após a sua saída do Conselho de Fiscalização ou da expiração do seu mandato, com base na cotação de mercado da ação do Deutsche Bank próximo da data do último pagamento. A tabela nessa outra seção mostra o número de ações teóricas que foram creditadas em fevereiro de 2014 aos membros do Conselho de Fiscalização como parte da sua remuneração de 2013.

Operações com partes relacionadas

Para obter informações sobre operações com partes relacionadas, consulte a Nota 38 “Operações com partes relacionadas”.

Auditoria e controlo

Especialista Financeiro do Comité de Auditoria

O nosso Conselho de Fiscalização determinou que o Dr. Paul Achleitner, John Cryan e o Professor Dr. Klaus Rüdiger Trützschler, que são membros do seu Comité de Auditoria, são "especialistas financeiros do Comité de Auditoria", conforme esse termo é definido pelos regulamentos da Securities and Exchange Commission dos EUA, emitido nos termos da Secção 407 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002. Eles estão bem fundamentados nas áreas de contabilidade e auditoria de acordo com as Secções 107 (4), 100 (5) da Lei alemã relativa às sociedades por ações e são “independentes” do Banco, conforme definido na Norma 10A-3 da Lei da Bolsa de Valores Mobiliários de 1934 e na Secção 100 (5), da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG), bem como na Secção 25d (9) da lei bancária alemã (KWG). Para obter uma descrição da sua experiência, consulte o “Relatório de gestão: Declaração de Governo da Sociedade/Relatório de Governo da Sociedade: Conselho de Administração e Conselho de Fiscalização: Conselho de Fiscalização” nas páginas 462 a 466 do relatório financeiro.

Especialista de Remuneração do Comité de Controlo de Remuneração

Desde 1 de janeiro de 2014, nos termos da Seção 25d (12) da lei bancária alemã, pelo menos um membro do recém-formado Comité de Controlo de Remuneração deve ter suficientes conhecimentos e experiência profissional no campo da gestão do risco e controlo de risco, em particular no que diz respeito aos mecanismos para alinhar os sistemas de remuneração com a apetência pelo risco global e estratégia da sociedade e com a base de capital do banco. O Conselho de Fiscalização determinou que o Dr. Paul Achleitner, Presidente do Comité de Controlo de Remuneração do Deutsche Bank AG e o Professor Dr. Henning Kagermann, membro do Comité de Controlo de Remuneração, preenchem os requisitos da Seção 25d (12) da lei bancária alemã (KWG) e, por conseguinte, têm a capacidade e experiência profissional necessárias na gestão do risco e no controlo do risco.

Código de Conduta Empresarial e Código de Ética

O Código de Conduta Empresarial e Código de Ética do Deutsche Bank descreve os valores e as normas de conduta ética empresarial que todos os nossos funcionários devem respeitar. Estes valores e normas regem as interações dos colaboradores entre si e com os nossos clientes, concorrentes, parceiros de negócios, autoridades governamentais e regulamentares, e acionistas. O Código contém um compromisso voluntário do Conselho de Administração e da Comissão Executiva do Grupo. Reflete os nossos valores essenciais e a nossa promessa para com os nossos acionistas. Além disso, é a pedra basilar das nossas políticas, que servem de orientação no cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis. A atual versão do Código de Conduta Empresarial e Código de Ética do Deutsche Bank encontra-se disponível no nosso sítio Web em www.deutsche-bank.com/ir/en/content/code_of_ethics.htm.

Em resposta à Seção 406 da Lei Sarbanes-Oxley de 2002, adotámos um código de ética que se aplica aos nossos principais responsáveis executivos, ao diretor financeiro, ao responsável ou regulador da empresa de auditoria externa ou às pessoas que exercem funções semelhantes. Uma cópia deste código de ética encontra-se disponível no nosso sítio Web em www.db.com/ir/en/content/code_of_ethics.htm, sob o título "Código de Ética para Responsáveis Financeiros Seniores". Além de várias alterações não substanciais efetuadas em maio de 2006, abril de 2010 (com base numa decisão de março de 2010) e em novembro de 2011, não se verificaram quaisquer alterações ou renúncias a este código de ética desde a sua adoção. As informações relacionadas com quaisquer alterações ou renúncias futuras serão publicadas no sítio Web acima mencionado.

Honorários e serviços do auditor externo

Em conformidade com a lei alemã, o nosso auditor externo é nomeado na Assembleia Geral Anual com base numa recomendação do Conselho de Fiscalização. O Comité de Auditoria do Conselho de Fiscalização prepara essa recomendação. Após a nomeação do auditor externo, o Comité de Auditoria adjudica o contrato e, a seu exclusivo critério, aprova os termos e o âmbito da auditoria e todos os honorários relativos à revisão de

contas, assim como monitoriza a independência do auditor externo. A KPMG AG Wirtschaftsprüfungsgesellschaft foi o nosso auditor externo para os exercícios de 2012 e 2013.

A tabela abaixo apresenta o total dos honorários cobrados, relativos a cada um dos dois últimos exercícios, pela KPMG AG Wirtschaftprüfungsgesellschaft e pelas empresas do grupo KPMG International em cada uma das categorias seguintes: (1) Honorários de auditoria, que são honorários pelos serviços profissionais relativos à auditoria das nossas demonstrações financeiras anuais ou a serviços que são normalmente prestados pelo auditor associados aos requisitos estatutários e regulamentares para esses exercícios, (2) Honorários relacionados com a auditoria, que são honorários para serviços de garantia de fiabilidade e afins que estão razoavelmente associados à realização da auditoria ou ao exame das nossas demonstrações financeiras e que não são registados como honorários de auditoria, (3) Honorários fiscais, que são honorários pelos serviços profissionais prestados para efeitos de cumprimento fiscal, consultoria e planeamento em matéria fiscal, e (4) Outros honorários, que são honorários relativos a produtos e serviços que não são honorários de auditoria, honorários relacionados com a auditoria nem honorários fiscais. Estes montantes incluem despesas e excluem o imposto sobre o valor acrescentado (IVA).

Categoria de honorários em milhões de euros	2013	2012
Honorários de auditoria	55	50
Honorários relacionados com auditoria	16	19
Honorários fiscais	8	7
Outros honorários	0	1
Total de honorários[1]	**79**	**76**

[1] Os totais não correspondem à soma real devido aos arredondamentos.

Os honorários de auditoria não incluem os honorários de auditoria ao Postbank e às respetivas subsidiárias, visto que, presentemente, estas entidades não são auditadas pela KPMG. O aumento dos honorários de auditoria deve-se principalmente aos custos adicionais da realização de uma assembleia anual extraordinária em 2013. Os honorários relacionados com auditoria incluem honorários para consultoria em matéria contabilística, serviços de *due diligence* relativos a aquisições e alienações (reais ou potenciais), serviços de certificação legal de contas e outros serviços processuais acordados. Os nossos honorários fiscais incluem honorários para serviços relativos à preparação e análise das declarações fiscais, consultoria em matéria fiscal e pareceres relativos às estratégias de planeamento fiscal do Grupo, bem como iniciativas e assistência para avaliar o cumprimento dos regulamentos fiscais. Os Outros Honorários dizem respeito a serviços de consultoria relativos a projetos.

As leis e os regulamentos dos Estados Unidos, bem como as nossas próprias políticas, normalmente exigem que todos os serviços contratados ao nosso auditor externo sejam previamente aprovados pelo Comité de Auditoria ou cumpram as políticas e procedimentos aprovados por este órgão. O Comité de Auditoria adotou as políticas e os procedimentos seguintes, que devem ser respeitados aquando da análise e aprovação dos pedidos de contratação do auditor externo para a prestação de serviços que não de auditoria. Primeiro, os pedidos de contratação de serviços têm de ser apresentados à equipa de equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team) criada e supervisionada pelo comité financeiro do Grupo, que é composta pelo diretor financeiro e pelos elementos seniores do departamento de finanças e do departamento fiscal. Caso o pedido esteja relacionado com serviços que iriam colocar em causa a independência do auditor externo, o pedido tem de ser rejeitado. O nosso Comité de Auditoria aprovou previamente a contratação de um determinado conjunto de serviços de fiabilidade, consultoria financeira e serviços fiscais, desde que os honorários previstos para esses serviços não ultrapassem um milhão de euros. Se o pedido de contratação se refere a esses serviços pré-aprovados especificados, pode ser aprovado pela equipa de adjudicação de auditoria (Accounting Engagement Team). O comité financeiro do Grupo tem de, posteriormente, reportar essa aprovação ao Comité de Auditoria. Caso o pedido de contratação de serviços não seja relativo a serviços que não de auditoria proibidos nem a serviços que não de auditoria previamente aprovados, o comité financeiro do Grupo tem de submetê-lo à apreciação do Comité de Auditoria. Além disso, a fim de facilitar a apreciação dos pedidos de contratação de serviços entre os períodos que medeiam as suas reuniões, o Comité de Auditoria delegou poderes de aprovação a vários dos seus membros "independentes", de acordo com a definição da

Securities and Exchange Commission e da New York Stock Exchange (Bolsa de Nova Iorque). Esses membros são obrigados a comunicar quaisquer aprovações que realizem ao Comité de Auditoria na sua reunião seguinte.

Além disso, os regulamentos e leis dos EUA preveem a dispensa da obrigação de pré-aprovação no que diz respeito a contratações de serviços que não de auditoria que, no total, não representem mais de cinco por cento do montante total das remunerações pagas ao nosso auditor externo, caso essas contratações não tenham sido reconhecidas por nós no momento da contratação e tenham sido prontamente levadas à atenção do nosso Comité de Auditoria ou de um membro designado do mesmo e aprovadas antes da conclusão da auditoria. Em 2012 e 2013, a percentagem do montante total das remunerações pagas ao nosso auditor externo pelos serviços que não de auditoria em cada categoria e que estaria sujeita a tal isenção foi inferior a 5%.

Cumprimento do Código de governo das sociedades alemão

Declaração nos termos da Seção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações (AktG) (Declaração de conformidade de 2013)

A declaração de conformidade nos termos da Seção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações, emitida pela última vez pelo Conselho de Fiscalização e pelo Conselho de Administração em 30 de outubro de 2012, foi reemitida na reunião do Conselho de Fiscalização em 29 de outubro de 2013. O Conselho de Administração e o Conselho de Fiscalização declararam de acordo com a Seção 161 da Lei alemã relativa às sociedades por ações

- A última declaração de conformidade foi emitida em 30 de outubro de 2012 e foi ajustada em 19 de março de 2013. Desde 30 de outubro de 2012, o Deutsche Bank AG tem cumprido com as recomendações da "Código de governo das sociedades alemão da Comissão governamental" na versão de 15 de maio de 2012, publicada no Jornal Oficial (Bundesanzeiger) em 15 de junho de 2012, apesar de ter apresentado uma exceção, como medida cautelar, em relação ao n.º 5.5.3, frase 1, que aborda a divulgação de conflito de interesses no relatório do Conselho de Fiscalização para a Assembleia-Geral, visto que a nossa abordagem, de acordo com as duas decisões não firmes do tribunal superior regional (OLG) de Frankfurt am Main, não cumpre com a recomendação da frase 1 do n.º 5.5.3 . Nós consideramos que os requisitos da frase 1 do n.º 5.5.3 são limitados pela obrigação de confidencialidade definida nos termos dos parágrafos 93 e 116 da lei alemã relativa às sociedades por ações e, por conseguinte, ao contrário do tribunal regional superior (OLG) de Frankfurt am Main, não vemos bases para alargar o âmbito da informação. A nossa opinião foi confirmada por uma sentença recente do Tribunal Federal de Justiça (BGH). Por conseguinte, atualmente não vemos necessidade de referir uma exceção como medida cautelar futura.
- Desde o ajuste na declaração de conformidade, em 19 de março de 2013, o Deutsche Bank AG cumpre com as recomendações da "Código de governo das sociedades alemão da Comissão governamental" na versão com data de 15 de maio de 2012, com as exceções que se seguem:
  - Relativamente à frase 1 no n.º 5.5.3, com base nas razões referidas no ponto 1., supra.
  - Relativamente à frase 4 no n.º 7.1.2, a questão deve-se à sentença de 18 de dezembro de 2012 do Tribunal Distrital de Frankfurt am Main, na qualidade de tribunal de primeira instância, que declarou nula a resolução adotada pela Assembleia- Geral do Deutsche Bank AG em 31 de maio de 2012 com vista à nomeação da KPMG Aktiengesellschaft Wirtschaftsprüfungsgesellschaft, Berlim, como auditor das demonstrações financeiras consolidadas e anuais do exercício financeiro de 2012. Contrariamente à recomendação, as demonstrações financeiras consolidadas do Deutsche Bank AG não foram divulgadas publicamente num período de 90 dias após o exercício financeiro, mas só depois da Assembleia-Geral Extraordinária realizada em 11 de abril de 2013.
- Em 13 de maio de 2013, a "comissão governamental do código de governo das sociedades alemão" apresentou uma nova versão do código, que foi publicada na Jornal Oficial (Bundesanzeiger) em 10 de

junho de 2013. O Deutsche Bank também cumpriu a nova versão, conforme se afirma no ponto 2., supra, com exceção do revisto n.º 4.2.3 (3), segundo o qual, no que respeita aos planos de pensões, o Conselho de Fiscalização deve estabelecer o nível de pensão pretendido e ter em consideração os encargos anuais e a longo prazo resultantes dos mesmos." No que respeita aos membros do Conselho de Administração do Deutsche Bank há um plano de contribuições definido que não visa alcançar um nível específico de pensões. O Conselho de Fiscalização, por conseguinte, não estabelece o nível pretendido de pensões no que respeita aos benefícios de pensões.

- A partir de hoje, o Deutsche Bank AG cumpre com e as recomendações da "comissão governamental do código de governo das sociedades alemão" na versão com data de 13 de maio de 2013, com as exceções que se seguem:
  - Relativamente ao n.º 4.2.3 (3), com base nas razões referidas no ponto 3., supra.
  - Relativamente ao n.º 5.3.3, devido à Lei de implementação da CRD 4 de 28 de agosto de 2013. Esta nova lei estipula que o Comité de Nomeações do Conselho de Fiscalização do Deutsche Bank AG deve assumir novas tarefas que não tenham de ser tratadas exclusivamente pelos representantes dos acionistas no Conselho de Fiscalização. Por esta razão, a partir de hoje, o Comité de Nomeações irá também incluir representantes dos funcionários. Todavia, garantir-se-á que as recomendações dos candidatos propostos para eleição em Assembleia-Geral serão feitas exclusivamente pelos representantes dos acionistas no comité.

Declaração sobre as sugestões do código de governo das sociedades alemão

O Deutsche Bank AG cumpre voluntariamente as sugestões incluídas na versão do Código com data de 13 de maio de 2013, com as exceções que se seguem:

- Os representantes nomeados pelo Deutsche Bank para exercerem os direitos de voto dos acionistas podem ser contactados pelos participantes na Assembleia-Geral até ao momento em que a votação se inicie. Os representantes também podem ser contactados por quem não participa na Assembleia-Geral, até ao meio-dia do dia da Assembleia-Geral usando a ferramenta de emissão de ordens na Internet (Código n.º 2.3.3). Desta forma, pode basicamente excluir-se o risco de avarias técnicas mesmo antes da votação. A transmissão através da Internet também termina, o mais tardar, ao meio-dia, o que significa que os acionistas que apenas participam na Assembleia-Geral através de procuradores não receberão mais informações úteis para formarem uma opinião depois desta hora.
- A transmissão da Assembleia-Geral através da Internet (Código n.º 2.3.4) abrange a abertura da Assembleia-Geral por parte do Presidente e a apresentação do relatório do Conselho de Administração. Os acionistas ficam, deste modo, livres para manterem as suas discussões com a administração sem os constrangimentos de uma transmissão pública para uma vasta audiência.

5 -

Informações Adicionais

1 Conselho de Administração
2 Conselho de Fiscalização
4 Conselhos Consultivos
5 Evolução do Grupo nos últimos cinco anos
6 Declaração de aval
7 Impressum/Publicações

Conselho de Administração

Jürgen Fitschen
Copresidente

Anshuman Jain
Copresidente

Stefan Krause

Dr. Stephan Leithner

Stuart Wilson Lewis

Rainer Neske

Henry Ritchotte

Conselho de Fiscalização

Dr. Paul Achleitner
– Presidente
Munique

Alfred Herling*
– Vice-presidente
desde 23 de maio de 2013
Deutsche Bank AG,

Wuppertal

Karin Ruck*
– Vice-presidente
até 23 de maio de 2013
Deutsche Bank AG,
Bad Soden am Taunus

Wolfgang Böhr*
até 23 de maio de 2013
Deutsche Bank AG,
Düsseldorf

Frank Bsirske*
desde 23 de maio de 2013
Presidente do sindicato ver.di
(Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft),
Berlim

John Cryan
desde 23 de maio de 2013
Presidente para a Europa, Diretor para a África,
Diretor da Carteira Temasek
International Pte Ltd.,
Singapura

Dina Dublon
desde 1 de novembro de 2013
Nova Iorque

Dr. Karl-Gerhard Eick
até 23 de maio de 2013
KGE Asset Management Consulting
Ltd.,

Londres

Katherine Garrett-Cox
Diretor-geral da
Alliance Trust Plc,
Brechin, Angus

Timo Heider*
desde 23 de maio de 2013
BHW Bausparkasse Zentrale,
Emmerthal

Sabine Irrgang*
desde 23 de maio de 2013
Deutsche Bank AG,

Mannheim

Prof. Dr. Henning Kagermann
Presidente da acatech – Alemã
Academia das Ciências
e Engenharia,
Königs Wusterhausen

Martina Klee*
Deutsche Bank AG,
Frankfurt am Main

Suzanne Labarge
Oakville

Peter Löscher
Presidente do Conselho
de Administração da Siemens AG
(até 31 de julho de 2013),
Munique

Henriette Mark*

Deutsche Bank AG,
Munique

Gabriele Platscher*
Deutsche Bank Privat- und
Geschäftskunden AG,
Braunschweig

Bernd Rose*
desde 23 de maio de 2013
Postbank GBR Filialbetrieb AG and
Postbank Filial GmbH,

Menden

Rudolf Stockem*
Secretário sindical de ver.di –
Vereinte Dienstleistungsgewerkschaft,
Aachen

Stephan Szukalski*
desde 23 de maio de 2013
Deutsche Postbank AG,
Frankfurt am Main

Dr. Johannes Teyssen
Presidente do
Conselho de Administração da E.ON SE,

Düsseldorf

Marlehn Thieme*
até 23 de maio de 2013
Deutsche Bank AG,
Bad Soden am Taunus

Georg Thoma
desde 23 de maio de 2013
Partner Shearman & Sterling LLP,
Neuss

Tilman Todenhöfer
até 31 de outubro de 2013
Sócio-gerente da Robert Bosch
Industrietreuhand KG,
Madrid

Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler
Essen

Stefan Viertel*

até 23 de maio de 2013
Deutsche Bank AG,
Bad Soden am Taunus

Renate Voigt*
até 23 de maio de 2013
Deutsche Bank AG,
Estugarda

Werner Wenning
até 23 de maio de 2013
Presidente do Conselho de Fiscalização

da E.ON SE,
Presidente do Conselho de Fiscalização

da Bayer AG,
Leverkusen

*Eleito pelos funcionários na Alemanha;
Renate Voigt nomeado pelo tribunal como representante dos funcionários.

Comités

Comité do Presidente
Dr. Paul Achleitner
– Presidente

Frank Bsirske*
desde 23 de maio de 2013

Alfred Herling*

Prof. Dr. Henning Kagermann
desde 1 de novembro de 2013

Karin Ruck*
até 23 de maio de 2013

Tilman Todenhöfer
até 31 de outubro de 2013

Comité de Mediação
Dr. Paul Achleitner
– Presidente

Wolfgang Böhr*
até 23 de maio de 2013

Alfred Herling*
desde 23 de maio de 2013

Prof. Dr. Henning Kagermann
desde 1 de novembro de 2013

Karin Ruck*
até 23 de maio de 2013

Stephan Szukalski*
desde 23 de maio de 2013

Tilman Todenhöfer
até 31 de outubro de 2013

Comité de Auditoria
John Cryan
desde 23 de maio de 2013
– Presidente

Dr. Karl-Gerhard Eick
até 23 de maio de 2013
– Presidente

Dr. Paul Achleitner

Henriette Mark*

Gabriele Platscher*
desde 23 de maio de 2013

Bernd Rose*
desde 23 de maio de 2013

Karin Ruck*
até 23 de maio de 2013

Marlehn Thieme*
até 23 de maio de 2013

Prof. Dr. Klaus Rüdiger Trützschler

Comité de Risco
Dr. Paul Achleitner
– Presidente

John Cryan
desde 23 de maio de 2013

Dina Dublon
desde 1 de novembro de 2013

Prof. Dr. Henning Kagermann
até 31 de outubro de 2013

Suzanne Labarge

Rudolf Stockem
desde 23 de maio de 2013

Comité de Nomeações
Dr. Paul Achleitner
– Presidente

Frank Bsirske*
desde 29 de outubro de 2013

Alfred Herling*
desde 29 de outubro de 2013

Prof. Dr. Henning Kagermann
desde 1 de novembro de 2013

Dr. Johannes Teyssen
desde 23 de maio de 2013

Tilman Todenhöfer
até 31 de outubro de 2013

Werner Wenning
até 23 de maio de 2013

Comité de Integridade
(desde 23 de maio de 2013)
Georg Thoma
– Presidente

Dr. Paul Achleitner

Timo Heider*

Sabine Irrgang*

Martina Klee*

Peter Löscher

Comité de Controlo de Remuneração
(desde 29 de outubro de 2013)
Dr. Paul Achleitner
– Presidente

Frank Bsirske*

Alfred Herling*

Prof. Dr. Henning Kagermann

* Eleito pelos funcionários na Alemanha.

Conselhos Consultivos

Os Conselhos Consultivos são publicados no sítio Web do Deutsche Bank em www.db.com/advisory-boards

Evolução do Grupo nos últimos cinco anos

Balanço em milhões de euros	31.12.2013	31.12.2012	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
Total do ativo	1.611.400	2.022.275	2.164.103	1.905.630	1.500.664
Empréstimos	376.582	397.377	412.514	407.729	258.105
Total do passivo [1]	1.566.434	1.968.035	2.109.443	1.855.262	1.462.695
Total do capital acionista [1]	54.719	54.001	53.390	48.819	36.647
Participações minoritárias	247	239	1.270	1.549	1.322
Capital *Tier* 1 [2]	50.717	50.483	49.047	42.565	34.406
Total do capital regulamentar [2]	55.464	57.015	55.226	48.688	37.929

Demonstração de resultados em milhões de €	2013	2012	2011	2010	2009
Rendimento de juros líquido	14.834	15.975	17.445	15.583	12.459
Provisão para perdas de crédito	2.065	1.721	1.839	1.274	2.630
Rendimentos de serviços e comissões [3]	12.308	11.809	11.878	10.669	8.911
Resultados líquidos de ativos/passivos financeiros ao justo valor através de resultados [3]	3.817	5.608	2.724	3.354	7.109
Outros rendimentos operacionais (excl. juros)	956	344	1.181	(1.039)	(527)
Rendimento total excluindo juros	17.082	17.761	15.783	12.984	15.493
Remunerações e benefícios	12.329	13.490	13.135	12.671	11.310
Despesas gerais e administrativas	15.126	15.017	12.657	10.133	8.402
Benefícios e sinistros pagos a tomadores de seguros	460	414	207	485	542
Imparidade de ativos intangíveis	79	1.886	0	29	(134)
Atividades de reestruturação	399	394	0	0	0
Despesas totais (excluindo juros)	28.394	31.201	25.999	23.318	20.120
Resultados antes de impostos sobre o rendimento	1.456	814	5.390	3.975	5.202
Despesa de imposto sobre o rendimento	775	498	1.064	1.645	244
Resultado líquido	681	316	4.326	2.330	4.958
Resultado líquido atribuível a participações minoritárias	15	53	194	20	(15)
Resultado líquido atribuível a acionistas do Deutsche Bank	666	263	4.132	2.310	4.973

Principais indicadores	2013	2012	2011	2010	2009
Resultados por ação básicos [4]	€ 0,67	€ 0,28	€ 4,45	€ 3,07	€ 7,21
Resultados por ação diluídos [4]	€ 0,65	€ 0,27	€ 4,30	€ 2,92	€ 6,94
Dividendos pagos por ação no período	€ 0,75	€ 0,75	€ 0,75	€ 0,75	€ 0,50
Resultado sobre o capital próprio dos acionistas médio (após impostos)	1,2%	0,5%	8,2%	5,5%	14,6%
Resultado antes de impostos sobre o capital próprio dos acionistas médio	2,6%	1,3%	10,2%	9,5%	15,3%
Rácio custo/rendimento	89,0%	92,5%	78,2%	81,6%	72,0%
Rácio de capital Common Equity Tier 1 [2]	12,8%	11,4%	9,5%	8,7%	8,7%
Rácio de capital Tier 1 [2]	16,9%	15,1%	12,9%	12,3%	12,6%
Total de rácio de capital [2]	18,5%	17,1%	14,5%	14,1%	13,9%
Colaboradores (equivalente a tempo inteiro) [5]	98.254	98.219	100.996	102.062	77.053

[1] A contabilização inicial da aquisição do ABN AMRO, finalizada em 31 de março de 2011, resultou num ajustamento retroativo de resultados não distribuídos de (24) milhões de euros em 31 de dezembro de 2010.

[2] Os números apresentados para 2013, 2012 e 2011 baseiam-se na Diretiva Requisitos de Fundos Próprios III, também designada por "Basileia 2.5", conforme implementada na lei bancária alemã ("Kreditwesengesetz") e no Regulamento de Solvabilidade ("Solvabilitätsverordnung"). Os números apresentados para 2010 e 2009 estão de acordo com os requisitos de fundos próprios apresentados pelo Comité de Basileia em 2004 ("Basileia II"), conforme transposto para o direito alemão através da lei bancária alemã e do Regulamento de Solvabilidade. Os rácios de capital relacionam o respetivo capital para ativos ponderados pelo risco para risco de crédito, de mercado e risco operacional. Estão excluídos os itens transitórios nos termos da secção 64h (3) da lei bancária alemã.

[3] Os períodos anteriores foram reajustados. Para mais pormenores, agradecemos que consulte a Nota 1 "Principais políticas contabilísticas e estimativas contabilísticas críticas" deste relatório.

[4] O número médio de ações básicas e diluídas em circulação foi ajustado para todos os períodos anteriores a 6 de outubro de 2010 por forma a refletir o efeito do prémio da emissão de direitos de subscrição relativa ao aumento de capital.

[5] O Deutsche Postbank alinhou a sua definição de Equivalente a Tempo Inteiro com a definição do Deutsche Bank, o que implicou uma redução de 260 colaboradores do grupo à data de 31 de dezembro de 2011 (períodos anteriores não foram relatados).

Declaração de aval

O Deutsche Bank AG garante que, salvo em caso de risco político, as seguintes empresas estão em condições de cumprir as suas obrigações contratuais:

DB Investments (GB) Limited, Londres

Deutsche Asset & Wealth Management International GmbH, Frankfurt am Main

Deutsche Asset & Wealth Management Investment GmbH, Frankfurt am Main

Deutsche Australia Limited, Sydney

DEUTSCHE BANK A.Ş., Istambul

Deutsche Bank Americas Holding Corp., Wilmington

Deutsche Bank (China) Co., Ltd., Pequim

Deutsche Bank Europe GmbH, Frankfurt am Main

Deutsche Bank Luxembourg S.A., Luxemburgo

Deutsche Bank (Malaysia) Berhad, Kuala Lumpur

Deutsche Bank Polska Spólka Akcyjna, Varsóvia

Deutsche Bank Privat- und Geschäftskunden AG, Frankfurt am Main

Deutsche Bank S.A., Buenos Aires

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, São Paulo

Deutsche Bank, Sociedad Anónima Española, Madrid

Deutsche Bank Società per Azioni, Milão

Deutsche Bank (Suisse) SA, Genebra

Deutsche Bank Trust Company Americas, Nova Iorque

Deutsche Futures Singapore Pte Ltd, Singapura

Deutsche Holdings (Malta) Ltd., St. Julians

Deutsche Immobilien Leasing GmbH, Düsseldorf

Deutsche Morgan Grenfell Group Public Limited Company, Londres

Deutsche Postbank AG, Bona

Deutsche Securities Asia Limited, Hong Kong

Deutsche Securities Limited, Hong Kong

DWS Holding & Service GmbH, Frankfurt am Main

DWS Investment S.A., Luxemburgo

norisbank GmbH, Berlim

Sociedade anónima pública "Deutsche Bank DBU", Kiev

OOO "Deutsche Bank", Moscovo

Sal. Oppenheim jr. & Cie. AG & Co. KGaA, Colónia

Impressum/Publicações

Deutsche Bank Aktiengesellschaft

Taunusanlage 12
60262 Frankfurt am Main
Alemanha

Telefone: +49 69 9 10 00

deutsche.bank@db.com

Relações com os investidores:
+49 69 9 10-3 80 80
db.ir@db.com

Publicações relativas às nossas finanças
relato

Tenha em consideração que o relatório anual do
Grupo Deutsche Bank é composto por duas
seções separadas: Relatório Anual 2013 e Relatório Financeiro 2013.

- Relatório Anual 2013
  (alemão e inglês)
- Relatório Financeiro 2013
  (alemão e inglês)
- Relatório de Responsabilidade Corporativa 2013
  (alemão e inglês)
- Demonstrações Financeiras Anuais e
  Relatório de Gestão do Deutsche Bank AG 2013
  (alemão e inglês)

Como encomendar:
E-Mail – Internet
service-center@bertelsmann.de
www.db.com/13

Fax
+49 18 05 07 08 08

Telefone
+49 18 05 80 22 00

Correio
arvato logistics services
Bestellservice Deutsche Bank
Gottlieb-Daimler-Straße 1
D-33428 Harsewinkel
Alemanha

Online
Todas as publicações relativas aos nossos relatos
financeiros estão disponíveis em:
www.db.com/13

Publicação
Publicado em 20 de março de 2014.

Advertência respeitante a declarações relativas ao futuro

demonstrações

O presente relatório contém declarações relativas ao futuro. As declarações relativas ao futuro são declarações que

não são factos históricos; estas incluem declarações

sobre as nossas opiniões e expetativas e sobre os pressupostos que lhes são subjacentes. Estas declarações baseiam-se em planos, estimativas e projeções tal como estão atualmente disponíveis para a administração do Deutsche Bank. Declarações relativas ao futuro, por conseguinte, referem-se apenas à data em que são efetuadas e não assumimos qualquer obrigação de atualizar publicamente quaisquer uma destas à luz de novas informações ou de acontecimentos futuros.

Pela sua própria natureza, as declarações relativas ao futuro

envolvem riscos e incertezas. Uma série de importantes fatores podem, como tal, fazer com que os verdadeiros resultados sejam materialmente diferentes daqueles incluídos em qualquer declaração relativa ao futuro. Estes fatores incluem as condições dos mercados financeiros na Alemanha, na Europa, nos Estados Unidos e em outras regiões que são a nossa principal fonte de receitas e onde detemos a maior parte dos nossos ativos; incluem também a evolução dos preços dos ativos e a volatilidade dos mercados, eventuais incumprimentos dos mutuários ou das contrapartes das transações, a implementação do nosso plano de gestão, a fiabilidade das nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão do risco e outros riscos contidos nos registos da Securities and Exchange Commission dos EUA. Estes fatores estão descritos em pormenor no nosso formulário SEC 20-F de 20 de março de 2014, sob o título "Fatores de risco". Cópias deste documento estão já disponíveis a pedido ou podem ser transferidas em www.deutsche-bank-bank.com/ir.

2014

Calendário Financeiro

29 de abril de 2014
Relatório intercalar de 31 de março de 2014

22 de maio de 2014
Assembleia Geral Anual no Festhalle
Frankfurt am Main (Centro de Exposições)

23 de maio de 2014
Pagamento de dividendos

29 de julho de 2014
Relatório intercalar de 30 de junho de 2014

29 de outubro de 2014
Relatório intercalar de 30 de setembro de 2014

2015

Calendário Financeiro

5 de fevereiro de 2015
Resultados preliminares referentes ao exercício de 2014

12 de março de 2015
Relatório Anual de 2014 e Formulário 20-F

29 de abril de 2015
Relatório intercalar de 31 de março de 2015

21 de maio de 2015
Assembleia Geral Anual no Festhalle
Frankfurt am Main (Centro de Exposições)

22 de maio de 2015
Pagamento de dividendos

30 de julho de 2015
Relatório intercalar de 30 de junho de 2015

29 de outubro de 2015
Relatório intercalar de 30 de setembro de 2015

Relatório Anual 2013



Relatório Financeiro de 2013



Relatório de Responsabilidade Corporativa de 2013



www.db.com/13